00100.121715/2025-33

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 104, QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 5

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 42

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Maio de 2025 84

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2025 161

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 243

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 284

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2025 361

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2025 397

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 460

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 504

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2025 559

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de Março de 2025 601

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de Abril de 2025 617

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 693

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 757

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2025 846

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 865

1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 902

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 938

1.8 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2025 1005

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 1095

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e um minuto do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Cleitinho, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Weverton e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 111/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 114/2024 - CAS, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2158, de 2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico". **Participantes:** Rafael Oliveira Espinhel, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - Abcfarma; Fábio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos - Fenafar; Pedro Rezek Andery Altran, Consultor tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - ABAD; Maurício Ungari da Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS; e Laura Schertel Mendes, Especialista em direito civil. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 111 e 114, de 2024, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Laércio Oliveira, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que altera a Lei 5.991, de 17 dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

Informo que temos agendada uma segunda audiência sobre o mesmo tema, a ser realizada no dia 11 de junho, às 14h. Informo ainda que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Nós temos como convidado para esta sessão de hoje o Sr. Pedro Rezek Andery Altran, Consultor Tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad).

Eu peço que venha tomar o seu assento lá no canto.

Obrigado pela presença. (*Pausa.*)

O próximo é o Sr. Maurício Ungari da Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo também. (*Pausa.*)

Deveria vir aqui também o representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que não compareceu. Existe alguém aqui representando o Conass? (*Pausa.*)

Não.

O Sr. Rafael Oliveira Espinhel, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (Abcfarma).

O Sr. Fábio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

A Dra. Laura Schertel Mendes, Especialista em Direito Civil.

Está a caminho, está certo. Presença confirmada e está a caminho.

Bem, eu vou ler já algumas perguntas que aqui chegaram pelo e-Cidadania porque, à medida que as pessoas forem fazendo as suas apresentações, podem também se manifestar sobre essas perguntas. Quando a Dra. Laura chegar, eu passo esse papel com as perguntas para ela. Então, vamos lá.

Leonel, do Piauí: "Os supermercados irão conseguir controlar a qualidade dos medicamentos? Temperatura? Validade? Irão conseguir praticar a farmacovigilância?"

Renan, do Distrito Federal: "A venda pelos supermercados reduziria os custos dos medicamentos em um ambiente de inflação acentuada? Há um compromisso dos supermercados [nesse sentido]?"

Scheila, do Paraná: "A venda indiscriminada pode aumentar o número de casos de intoxicação no SUS, que já [...] [enfrenta] leitos insuficientes. Quem pagará a conta?"

Luiz, de Minas Gerais: "Todos [os] mercados serão obrigados a contratar um farmacêutico?"

Tiago, de Sergipe: "O farmacêutico terá autonomia [...] para intervir, recusar vendas quando identificar riscos ou recomendar a busca por serviços de saúde?"

Daniel, de Alagoas: "Vender medicamentos sem farmacêutico é um retrocesso. Mesmo isento de prescrição, há interações e incompatibilidades possíveis."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aretha, do Amazonas: "Supermercado não é estabelecimento de saúde e medicamento não é mercadoria para estar nas prateleiras. É um grande risco".

José, de Pernambuco: "Desde que tenha farmacêutico, não vejo problema [nessa iniciativa]".

Então, vamos dar início aqui. Cada um dos expositores terá direito a um tempo de dez minutos para a sua manifestação. O.k.? Depois, nós vamos chamar os Senadores que eventualmente estejam presentes, com o tempo de cinco minutos e igual tempo para as respostas. Ao final, nós vamos fazer uma rodada de conclusão. Está bem assim?

Vamos começar com o Dr. Pedro Rezek Andery Altran, Consultor Tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad).

V. Sa. tem o tempo de dez minutos para a sua exposição.

O SR. PEDRO REZEK ANDERY ALTRAN (Para expor.) – Perfeito, Presidente.

Boa tarde a todos. Cumprimento as autoridades aqui presentes, os Parlamentares e os demais.

Eu sou o Pedro Rezek, Consultor Tributário da Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados), associação que representa mais de 4 mil associados e está presente em todos os estados do Brasil. É um mercado que movimenta mais de R$450 bilhões por ano, então é um mercado muito representativo.

Hoje aqui nós estamos para conversar sobre esse projeto de lei, que prevê a permissão aos mercados para venderem medicamentos isentos de prescrição. A Abad apoia esse projeto muito por conta dos três principais pilares que ele traz.

O primeiro deles é mais acesso da população aos medicamentos. Hoje, 5% dos municípios não possuem nenhuma farmácia; 12%, apenas uma. Isso dificulta muito o acesso do cidadão aos medicamentos básicos para o cuidado da saúde. Com mais acesso, pela lógica, uma consequência é a diminuição dos preços dos produtos. Então, esses dois primeiros pilares são ligados um ao outro. Com mais competitividade... Saindo o monopólio das farmácias na venda dos medicamentos de prescrição, consequentemente o preço estará mais baixo. Pense em uma cidade de 1,5 mil habitantes, com mil habitantes, que possua uma farmácia ou nenhuma. A partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do momento em que você permitir que um supermercado... Que tenham dois ou três mercados na cidade... Em vez de um único ponto de venda, serão quatro. Isso aumenta o acesso da população a esses medicamentos e, consequentemente, o preço é mais baixo, com o aumento da concorrência.

O principal deles – isso é inegociável e é por isso que a Abad apoia esse projeto – é a segurança garantida. Os medicamentos isentos de prescrição, altamente regulamentados, altamente fiscalizados pela Anvisa, têm um índice de segurança muito alto, muito relevante. Além do que os estabelecimentos autorizados a essa venda passariam e respeitariam todos os procedimentos da Vigilância Sanitária. Já respondendo até a uma das perguntas, Senador: sim, respeitariam as mesmas condições da farmácia. E, o principal, que nós apoiamos e nós defendemos: a presença física de um farmacêutico no estabelecimento, no supermercado. Nós entendemos que essa presença física de um farmacêutico, de um profissional, além de valorizar a profissão dele, expandir mercado, permitirá a ele conscientizar, instruir e orientar o cidadão que busca o medicamento. Então, nós temos três pilares fundamentais: maior acesso, preço baixo e segurança garantida, inegociáveis.

Aqui, para explorar um pouquinho do acesso ampliado aos medicamentos. A partir do momento em que o cidadão consegue ter um acesso maior a esses medicamentos isentos de prescrição, é possível desafogar o SUS, é possível diminuir as filas. Hoje eu posso falar disso com propriedade. Eu sou de uma cidadezinha pequenininha no interior de São Paulo, que tem uma farmácia, duas farmácias; tenho parentes que trabalham no sistema público de saúde. A partir do momento em que a população não tem acesso ou, quando tem acesso, tem um acesso caro a medicamentos, ela recorre ao SUS para esses medicamentos isentos de prescrição. Então, o SUS poderá focar, gastar suas energias, os recursos públicos nos casos que disso necessitam.

Os preços mais baixos.

Durante o período de 1994 e 1995, quando os supermercados puderam vender os produtos isentos de prescrição, estudos da Nielsen comprovam que os preços caíram 35%. Isso é um princípio mercadológico. A partir do momento em que você tira o monopólio e aumenta a concorrência, você tem a redução do preço dos produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segurança garantida, que, para a gente, é inegociável, como eu disse, é um dos principais pilares. O PL abrange apenas os medicamentos isentos de prescrição, aqueles reconhecidos pela Anvisa, aqueles fiscalizados pela Anvisa. O projeto também restringe a venda a supermercados que disponham do farmacêutico, de forma presencial, com inscrição no Conselho Regional de Farmácia, para orientação do uso, para que se tenha o uso racional dos produtos, do medicamento. E ele também gera novas oportunidades para o pessoal da farmácia. O profissional da farmácia será mais valorizado com esse projeto de lei.

E aqui, pessoal, para desmistificar alguns pontos que foram trazidos do passado. Antes de tudo, eu queria trazer um fato. O apoio a esse projeto vem porque, de fato, nós acreditamos que ele é um incentivo e um auxílio para a saúde pública do Brasil. Diz-se muito que poderá aumentar a automedicação do paciente. Isso é *fake*. Esses remédios já estão ao alcance de todos na farmácia, e não atrás do balcão. Qualquer um pode entrar, pegar o medicamento, sair e virar as costas.

Então, trata-se de ampliar o acesso à saúde básica por meio dos supermercados, que poderão, como eu disse, respeitar os três pilares: mais acesso, diminuição de preço e segurança garantida. Consequentemente, com o farmacêutico presente nos supermercados, de forma presencial, os casos de intoxicações não devem aumentar, porque vão seguir a mesma regra que hoje as farmácias já seguem. São as mesmas regras, nem mais e nem menos. Logo, esses riscos também serão reduzidos, além do que os supermercados podem ser um braço a mais para a conscientização da população e o auxílio no uso consciente desse tipo de medicamento, isento de prescrição.

E também a atenção. Trouxeram o argumento de que o remédio no mercado, os remédios básicos, poderia trazer a atenção das crianças para pegar medicamentos.

Isso também não é verdade. Hoje os medicamentos já estão dispostos na farmácia e o medicamento será posto de uma forma a não atrair a atenção, respeitando as mesmas regras que hoje tem a farmácia.

Então, finalizando minha fala já, Presidente, a gente entende e defende esse projeto, porque a gente entende que o consumidor deve ter o direito de decidir, e com responsabilidade, onde adquirir o medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É dever do Estado garantir a segurança, e não uma reserva de mercado.

Vale lembrar: o cuidado da saúde do cidadão começa pelo acesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Pedro Rezek.

De imediato, eu passo a palavra ao Sr. Rafael Oliveira Espinhel, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (Abcfarma).

V. Sa. dispõe do tempo de dez minutos para a sua manifestação.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Só espero... Também tenho uma apresentação para ser compartilhada com todos. (*Pausa.*)

Obrigado.

Bom, primeiro, quero cumprimentar todos os presentes, agradecer a oportunidade de estar aqui, falando em nome de milhares de farmácias, mas, sobretudo, falando também sobre uma questão que afeta a saúde pública, afeta um sistema hoje, um modelo que é referência, que tem como premissa a garantia do acesso aos medicamentos de forma segura e que tem como pilar a farmácia como centro de cuidado, de acolhimento, de orientação. A farmácia é muito mais do que um ponto de dispensação de medicamento, mas é um local onde você pode ter acessibilidade, orientação e cuidado. Não se trata apenas de um estabelecimento de comércio. Ela é uma unidade de saúde.

Nós vivemos num país que tem um ecossistema farmacêutico que é referência por dois pilares: a pluralidade e a capilaridade. Nós somos 96 mil farmácias que estão em 99% de todos os municípios do nosso país. Isso promove assistência, garante acesso.

Portanto, quando se fala em monopólio, nós questionamos essa argumentação, porque, quando há 96 mil farmácias que dão toda essa diversidade, pluralidade e capilaridade, consideramos que isso, de fato, não é um argumento que se deve trazer à tona com relação a um debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro aspecto que é importante nessa premissa é entender essa configuração do nosso retrato setorial. Nós somos, como eu mencionei anteriormente, um setor muito plural. Temos um perfil bastante diverso, mas eu destaco, as farmácias independentes. Quem são as farmácias independentes? São as farmácias de pequeno porte. Nesse universo de 96 mil farmácias do nosso país, as farmácias independentes representam 57%. Trazendo esse percentual para regiões, a exemplo do Norte e do Nordeste, essas farmácias chegam a um percentual de representação de 74% no Norte e no Nordeste, a 64%. Vejam a importância, a estratégia deste perfil para a promoção do acesso à saúde do nosso país.

Mas há um ponto importante que a gente deve considerar, que é um desafio com relação a este perfil, a essas farmácias independentes. Trata-se do faturamento mensal médio desses estabelecimentos, que gira em torno de R$55 mil a R$60 mil. Se nós fazemos uma análise com relação a alguns estados da Federação, esse faturamento chega a R$24 mil, indo em alguns estados a R$92 mil.

Por que eu trago esse argumento? Porque qualquer medida em que se pretenda impor um impacto na receita desses estabelecimentos gera um prejuízo, gera uma desestrutura dentro desse retrato setorial. E, como eu mencionei, como a gente tem as farmácias independentes como um ator estratégico, isso é algo a respeito de que os Senadores devem refletir, sobre qual é o grau de impacto que isso pode gerar, não somente para a atividade econômica, mas para todo o sistema de saúde do nosso país.

E um ponto importante que eu trago aqui para os senhores é que os MIPs representam para esses estabelecimentos 19% na receita geral. Por que eu trago isso? Porque esses estabelecimentos, as farmácias independentes têm um desafio, o desafio da sua margem líquida, que gira em torno de 3% a 6%. O que acontece quando a gente flexibiliza e tem um impacto na receita dos MIPs sobre esses estabelecimentos? Isso é uma projeção econômica. Essa margem líquida se reduz para 2%. Qual é a consequência? Nós teremos a impossibilidade de esses estabelecimentos continuarem a exercer as suas atividades.

Então, eu vou reforçar um argumento que trago aqui. Quando eu tenho 56 mil farmácias que têm um papel estratégico e um projeto em que elas não vão conseguir ter sustentação econômica para continuar a sua atividade, eu quebro uma estrutura que promove acesso à saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu trago um reflexo disso, um problema de sobrecarga ao Sistema Único de Saúde, porque essas farmácias – é importante lembrar – são pilares. Elas têm um papel de complementariedade na atenção primária. Nós conhecemos e sabemos a realidade dos estados, dos municípios e sabemos como é importante ter esse perfil para poder não apenas gerar empregos, consolidar a atividade econômica daquelas regiões, mas, essencialmente, ser um papel fundamental de apoio ao sistema público de saúde.

E qual é a projeção? Eu não trago aqui suposições. São dados concretos. Se, de fato, isso acontecer, quais são os reflexos? Nós teremos, de impacto imediato, o encerramento de mais de 13 mil farmácias. Isso num primeiro momento. Esse é o primeiro impacto. Qual é a consequência secundária? Mais de 90 mil empregos, que geram renda para milhares de famílias, acabarão. Um outro ponto importante é que essas farmácias evitam de 500 a 1,2 mil atendimentos ao ano. Senhores, precisamos lembrar: farmácia é muito mais do que uma dispensação de medicamento. Ela promove, ela orienta, ela acolhe, ela presta serviços de saúde. Esses serviços irão para o sistema público de saúde. Isso terá um impacto nos municípios, nos estados, projetando na ordem de mais de 10 milhões de atendimentos extras no SUS, que refletem em 561 milhões ao ano.

Esse é um ponto muito importante e sensível que deve ser objeto de atenção pelos senhores.

Mais do que isso, a gente precisa entender também quais são os impactos que essa proposta traz com relação a políticas públicas de saúde.

Sr. Senador, o senhor foi um dos pilares que trouxe o programa Farmácia Popular. Nós sabemos da importância desse programa. Nós sabemos do custo de efetividade, dos efeitos que ele traz para a sociedade. Ele promove acesso aos medicamentos, registre-se, de forma gratuita. São mais de 20 milhões de pessoas atendidas.

E um ponto importante: para além da questão da redução de internações, de cirurgias, de atendimento médico, a gente precisa entender quem de fato é o pilar que dá a possibilidade para que esse programa tenha a sua essência de promoção de saúde, que são as farmácias pequenas. Das 31 mil farmácias hoje credenciadas no programa, 65% são pequenas farmácias. Imaginemos: com essas farmácias sem possibilidade de continuar o exercício da sua atividade, qual o impacto que isso traz com relação a programas de acesso a medicamentos? Registre-se: de forma gratuita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se fala que teremos redução de preço de medicamentos, será que isso, de fato, é o que acontecerá? Será que a gente não vai ter uma restrição de acesso a medicamentos, uma fragilização de políticas públicas? Será que a gente não vai ter a derrocada de inúmeros estabelecimentos que promovem acesso?

Como ficará isso? Isso é um ponto importante, que deve ser objeto de análise, de reflexão, por todos os senhores.

E a gente precisa também entender– aqui é um dado muito negligenciado – que, às vezes, nós trazemos comparações de modelos de outros países, com o argumento de que são países desenvolvidos, mas toda a regulação precisa refletir a realidade brasileira. E eu trago um dado para os senhores: dados recentes do Inaf atestam que mais de 29% da nossa população são caracterizados como analfabetos funcionais. O que isso representa? Representa pessoas que têm restrição de interpretação de texto.

Como ficará essa questão em relação ao acesso aos medicamentos? Lembro que farmácias são unidades de saúde, não são meramente um ponto de comércio que induz ao consumo.

E tem um ponto sobre o qual eu quero refletir também: o projeto, na sua essência, não fala tão somente na presença física, ele fala na presença remota. Isso fragiliza, isso traz uma grande dificuldade, essencialmente e especialmente para a camada mais vulnerável da nossa população.

Um outro aspecto que eu quero mencionar, dentro do meu tempo que eu tenho de fala, é a importância de a gente trazer para o nosso país, quando se fala em importar, modelos de referência que sejam soluções, não problemas.

Fala-se muito no modelo norte-americano, mas, quando a gente faz uma análise mais técnica, aprofundada do modelo, o que traz? O que os dados nos demonstram? Mais intoxicações, mais pressão no sistema de saúde, alto envenenamento em jovens. Por quê? Porque é uma política sanitária baseada no livre mercado, com foco no consumo, não uma política baseada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL – Eu já estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL – Não uma política baseada na proteção da saúde pública.

Então, é importante, quando a gente traz esses modelos – não só pelo viés da questão do impacto de saúde – entender também o modelo econômico.

Como funciona o modelo dos Estados Unidos? Um modelo concentrado: 70% do setor é dominado por três *players* – Walmart, Walgreens e CVS – com um modelo verticalizado, em que o setor também domina as seguradoras de saúde e os planos de saúde.

Esse é o modelo que a gente quer trazer como referência? Esse é o modelo que a gente quer implementar no nosso país?

Não seria o contrário? Nós devemos defender o modelo do nosso país, que promove acesso, que dá oportunidade para pequenos empreendedores, que aqui estão, farmácias independentes, pequenas, nos rincões, nas periferias, nos interiores. É isso que a gente deve promover.

E, portanto, o que eu quero aqui, já finalizando minha fala, agradecendo, é entender...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL – ... ao longo do tempo, farmácia; essa construção do arcabouço legal cada vez mais consolidando farmácia como estabelecimento de saúde, como espaço de cuidado, como papel fundamental na atenção primária à saúde; farmacêutico de forma presencial, cada vez mais consolidando, fortalecendo seu papel na atenção farmacêutica.

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica, de atenção farmacêutica, é muito clara quanto a essa missão do profissional. As farmácias, cada vez mais, ampliando os seus serviços de saúde; os exames de análises clínicas – um papel fundamental que as farmácias tiveram num período da pandemia.

A farmacovigilância nos questiona – e é um objeto de reflexão – sobre disseminação de pontos: como ficará a fiscalização? Como a gente vai ter a certeza da segurança desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, das notificações adversas? Isso tem um impacto para o sistema de saúde no nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL – Por fim, eu quero colocar, pois é um ponto importante, que é um modelo consolidado e que também gera empregos. Ao longo dos últimos anos, gerou um crescimento de 25,9% com relação aos empregos formais, em especial, em razão das pequenas farmácias do nosso país. É um modelo com capilaridade, com moderação de preço. É um modelo que funciona.

E um dado que eu quero trazer também para os senhores: muito se fala de redução de preço dos MIPs, mas estudos demonstram que, ao longo da última década, os MIPs que são vendidos nas farmácias tiveram seus preços abaixo – com relação ao aumento deles – da inflação. Há, efetivamente, controle sanitário, controle de preço, um setor com capilaridade, que promove acesso à saúde. Isso é um ponto fundamental. Isso é o que a gente deve preservar e valorizar.

E, para além daqueles que falam que isso é uma questão meramente econômica, de defesa de um setor, esses órgãos são claros e uníssonos com relação à questão: todos dizendo que a venda de medicamentos fora do ambiente de uma farmácia representa, de fato, um risco.

Portanto, Senador, em nome de milhares de farmácias independentes no nosso país, de um setor que promove acesso à saúde com orientação adequada, que gera emprego, eu quero deixar uma fala: farmácia é muito mais do que um comércio; ela é um compromisso com a saúde do nosso país. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Rafael Oliveira.

Quero registrar aqui a chegada da Dra. Laura Schertel Mendes, que vem compor aqui, na condição de Especialista em Direito Civil.

Passo a palavra agora ao Dr. Fábio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, a Fenafar. V. Sa. dispõe de dez minutos para a sua manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO BASÍLIO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Gostaria aqui de saudar a mesa, na pessoa de V. Exa., Senador Humberto Costa, e dizer da importância dessa discussão, neste momento em que a gente trata não de comércio, não de farmácia, não de supermercado; a gente está tratando da vida das pessoas, da saúde da população brasileira.

Então, para nós, da Fenafar, é muito importante este momento e agradecemos a oportunidade de estar nesta audiência pública. Lembro que, em 2024, Senador Humberto, a gente completou 20 anos da nossa Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Uma política que foi nascida, criada dentro do Controle Social, no Conselho Nacional de Saúde, que V. Exa., à época como Ministro da Saúde, homologou e que virou a nossa política – uma política que tem seus eixos, que a gente tem que, a cada dia, confirmá-los –, e o Brasil tem, na sua Constituição, a assistência farmacêutica como um direito do cidadão, um direito da população brasileira. E temos uma política, desde 2004, que vem trazendo os eixos a serem seguidos para a assistência farmacêutica do país.

Então, é importante, Senador, neste momento... Até me lembro de uma discussão que tivemos na Câmara dos Deputados também, onde tem um projeto similar a este, em que o então Presidente Arthur Lira dizia: "Não, isso é uma discussão entre mercados e farmácias, vocês não têm nada a ver com isso", que seríamos nós, farmacêuticos.

Muito pelo contrário. Nós temos muito a ver com isso, já que estão falando sobre saúde da população, saúde pública. Então, farmacêuticos, enquanto profissionais de saúde, precisam, de fato, estar nessa discussão, precisam estar, de fato, ajudando o Parlamento a escolher o melhor caminho para a saúde pública do país.

Então, dizer que... Quando o Pedro diz que 5% das farmácias... 5% dos municípios brasileiros não têm farmácia, quer dizer que esses municípios que não têm farmácia provavelmente também não terão supermercados. Devem ser municípios muito pequenos que não devem ter supermercados.

A gente se preocupa muito com a questão sanitária: onde esses medicamentos ficarão expostos, como esses medicamentos serão tratados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se fala que hoje que um MIP se pode comprar de qualquer forma, a qualquer momento, eu digo o seguinte: quem faz a automedicação – e a gente aconselha sempre fazer a automedicação assistida pelo farmacêutico –, mas está na farmácia, se tiver alguma dúvida do medicamento, o que vai fazer? Como vai fazer o uso do medicamento? Tem um profissional que vai ajudar, tirando as dúvidas quanto ao uso correto do medicamento. No supermercado, não.

O projeto de lei, de fato, não traz que os farmacêuticos estarão presencialmente na farmácia. Diz que podem ser responsáveis técnicos, presencial ou remotamente. Então, a Fenafar é contra a assistência farmacêutica remota. Isso não existe. Como é que você vai assistir um paciente? Onde ficarão esses medicamentos expostos? No caixa do supermercado, numa prateleira lá...? Compra uma garrafa de uísque e leva um Dorflex junto? Como é que vai ser isso? A gente não pode banalizar.

Quando o Pedro também mostrou que, em 1994 e 1995, o Brasil experimentou vender medicamento no supermercado – foi na MP do Plano Real –, infelizmente, um Deputado goiano – eu sou de Goiás, então – colocou na medida provisória uma emenda, que a gente chama de jabuti, que autorizou supermercados a venderem medicamentos isentos de prescrição.

E por que, em 1995, acabou isso? Porque não deu certo no Brasil. Isso já foi experimentado, Senador, e não deu certo. Medicamentos foram parar em feiras livres, foram parar em esquinas de cidades, sendo vendidos em bancas, sendo vendidos de qualquer jeito. Então, a gente não pode retroceder.

Quando se fala – e sempre é dito isso – que, nos Estados Unidos, é assim... Nós somos modelo de assistência farmacêutica; os Estados Unidos não são. O Brasil é modelo de assistência farmacêutica.

Nós temos, na Constituição, como direito do cidadão, uma lei, uma política que fala como deve ser feita a assistência farmacêutica no país. Os Estados Unidos não têm SUS. Então, o paciente nos Estados Unidos que se automedicar e precisar de assistência médica hospitalar vai ter que arcar com seus custos. No Brasil, não. Quem vai arcar com esses custos é o SUS. Vai ampliar muito os gastos do SUS, que vai tratar dessa automedicação não assistida, não supervisionada por um farmacêutico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se muito também do acesso. Como foi falado, todos os municípios do Brasil, praticamente, têm farmácia. Então, o acesso não é problema. E os que não têm, e os que têm só uma, o serviço público tem a farmácia pública também. Tem que ter farmácia pública nos seus municípios. Não há necessidade também de se jogar medicamentos nos supermercados para garantir acesso, sendo que nós temos a obrigação de os municípios terem as suas farmácias.

E como foi dito também, a Farmácia Popular – que também foi em 2003, 2004; o Senador era Ministro à época – é um programa exitoso, um programa que veio para garantir o acesso dos medicamentos à população.

Então, são argumentos que a gente não coaduna, são argumentos que não dizem a realidade.

O preço: falam que o preço vai abaixar. Hoje, dos medicamentos, o preço é controlado pela Câmara Técnica da Cmed. Então, nós temos ali na Cmed o preço máximo ao consumidor. Isso não vai garantir que vá abaixar preço.

Quanto a outros produtos que já são hoje vendidos em supermercados e drogarias, na competição, muitas vezes a drogaria ganha no preço. Então, isso também é um argumento que a gente refuta e não admite como realidade, Senador. A questão do preço, também... Não quer dizer que vá melhorar preço. A gente precisa, de fato, de uma discussão ampla.

Hoje, Senador, há uma coisa que temos que deixar muito clara: o supermercado que quiser ter farmácia já pode ter farmácia. Muitos têm, vários grandes – Extra, Walmart, Carrefour – têm farmácia dentro do seu supermercado; agora, cumprindo as exigências sanitárias. As farmácias de fora do supermercado vão cumprir, porque na farmácia, como muito se fala de qualidade, de vigilância, a temperatura é fiscalizada três vezes ao dia; a temperatura e a umidade também. Se você não fizer lá o seu registro de umidade e temperatura três vezes ao dia e a vigilância chegar no seu estabelecimento, você vai ser autuado. Então, hoje o controle sanitário das farmácias, inclusive das farmácias dentro dos supermercados, é muito grande.

São itens, são trechos que a gente tem que refutar, que a gente tem que dizer aqui, Senador, que são importantes demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Fenafar, falando aqui em nome dos farmacêuticos brasileiros – hoje, 400 mil farmacêuticos, além dos estudantes de farmácia que estão aí –, a gente se preocupa muito com a saúde das pessoas. A gente quer uma assistência farmacêutica, de fato, que atenda a nossa sociedade. A Lei 13.021, de 2014, vem garantir a farmácia como estabelecimento de saúde.

Outro argumento muito falado, que a gente escuta muito aqui dentro desta Casa, Senador, e a gente refuta também, é o de que as farmácias hoje vendem de tudo, igual ao supermercado. Somos contra isso, Senador; somos contra! Eu acho que farmácia tem que vender o que está na 5.991, de 1973: medicamentos e produtos para a saúde. Somos contra farmácias que vendem *kit* churrasco; somos contra farmácias que vendem outras coisas. Agora, são decisões judiciais que algumas vezes conseguem, e não são para todo o Brasil, também, isso é muito específico de alguns estados. Então, somos contra. Acho que farmácia não pode ser supermercado, assim como supermercado não pode ser farmácia. Esse é um ponto que a Fenafar frisa muito e que acha que deve ser assim.

Encerrando, Senador, eu acho que o Governo também – e o senhor, como do partido do Presidente, como Vice-Presidente do Senado – tem um papel fundamental, porque a gente escuta muito falar que a área econômica do Governo tem atendido, tem escutado, e planeja, talvez, essa questão da venda de medicamentos pelos supermercados. Anvisa e Ministério da Saúde têm pareceres contrários à venda de medicamentos pelos supermercados. Então, essa informação tem que chegar na parte econômica, para dizer que não vai baratear.

É a mesma coisa das malas dos aviões, lá, de que se pagasse para despachar ia baratear preço. Barateou nada! A gente paga as malas e continua pagando caro na passagem. É a mesma coisa de medicamento no supermercado: não vai baratear, e nós vamos pagar caro por isso. O SUS vai pagar caro por isso. Então, tem que chegar essa informação ao nosso Presidente Lula, tem que chegar essa informação ao Vice-Presidente Alckmin de que a saúde pública do país, Anvisa, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Fenafar, sindicatos somos contrários à venda de medicamentos em supermercados.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, o Dr. Maurício Ungari da Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Dez minutos para a manifestação de V. Sa.

O SR. MAURÍCIO UNGARI DA COSTA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa, pela oportunidade aqui que nos dá de debater esse importante projeto de lei. Na pessoa do senhor, cumprimento as demais autoridades presentes e também os meus colegas aqui da mesa.

Bom, eu me chamo Maurício Ungari da Costa, sou representante aqui, sou Vice-Presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), sou advogado de formação, com especialização em Administração de Empresas.

A Abras representa as 27 associações estaduais de supermercados que existem no Brasil. Essas associações somam 424 mil lojas de supermercados – isso em números do fechamento de 2024 –, 9 milhões de colaboradores e R$1 trilhão de faturamento.

Aí já vai uma primeira crítica à apresentação do meu colega Rafael, que diz que existe uma concentração muito grande de supermercados no Brasil. Na verdade, se compararmos os índices de supermercado e farmácia, vamos ver que as redes de farmácias concentram muito mais do que os supermercados. Falou-se aqui que 60% ou 57% das farmácias estão na mão das 26 maiores farmacêuticas. Se nós pegarmos o índice, o *ranking* da Abras, vamos ver que 60% do setor está na mão de 1.250 empresas. Eu não estou falando do Carrefour, eu não estou falando do Extra, eu não estou falando do Walmart, que sequer existe mais no Brasil; eu estou falando de pequenos comerciantes, sim, que abrem suas farmácias todos os dias.

Uma outra crítica que existe é: eu acho impossível uma cidade do Brasil que não tenha um supermercado, porque as pessoas precisam se alimentar, e, se existe um ambiente que vende saúde, é um supermercado, que vende alimento. Este é o primeiro ambiente onde a população vai buscar saúde: é na venda de alimentos em supermercados. E ninguém melhor que um supermercadista para saber o controle de qualidade para a saúde da população do produto que está sendo vendido. Nós temos... Se você tem um açougue no seu supermercado, você tem que ter um veterinário responsável por aquele açougue; se você processa e fabrica pão dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supermercado, você tem que ter também um nutricionista, alguém responsável por aquilo. Então, nós sabemos, sim, o que é entregar saúde para a população; a primeira saúde que a população busca é no supermercado; e isso, sim, é um pré-requisito que nós temos em nossas operações.

Uma outra coisa que eu queria esclarecer, porque acho que não ficou esclarecida na fala do Pedro: o projeto de lei de fato permite, na forma como ele está redigido, que a gente tenha o farmacêutico virtual. A Abras é contra essa presença do farmacêutico virtual e está sugerindo que se mude o projeto de lei para que se obrigue a ter o farmacêutico presencial naqueles supermercados que desejem fazer a venda de medicamentos isentos de prescrição, ainda que sejam medicamentos seguros, que dispensem uma interação com o farmacêutico – e é por isso que estão nas gôndolas das farmácias, não estão no balcão nem são controlados. Mesmo assim, a gente está sugerindo que seja mudado o projeto de lei para que a gente tenha, sim, a presença de um farmacêutico lá, responsável pelo estabelecimento e que controle validade, dispensação e possa, assim, atender e dar os esclarecimentos necessários para aquela população que tenha dúvidas sobre esse medicamento.

Dito isso, eu gostaria de passar a uma apresentação que eu fiz.

Desse primeiro eslaide, acho que todos os argumentos aqui já foram falados pelo Pedro, ou seja, na nossa opinião, reduz, sim, o valor dos medicamentos. Embora o colega tenha dito que não deu certo em 1994 e 1995, quando tivemos a permissão de venda de medicamentos isentos de prescrição dentro de supermercados, o preço caiu 35%. Não é a Abras que fala isso, é a Nielsen, que faz pesquisa de preço em todo o Brasil dentro de produtos de supermercado.

Sobre a ampliação de acesso, eu acho que não é preciso falar. Nós temos 424 mil estabelecimentos comerciais. A gente entende, sim, que aquele primeiro atendimento... Como o colega disse, onde não tem a farmácia privada, tem a farmácia popular, portanto a população vai buscar esse medicamento isento no posto de saúde para tratar uma febre, uma dor de barriga, alguma coisa; e ele pode, sim, ele vai ter acesso a comprar isso no supermercado. Isso não só vai desafogar o estabelecimento de saúde para atender aqueles tratamentos que são mais necessários e mais urgentes como também vai diminuir o custo para o sistema público de saúde.

Segurança para os consumidores: já falei do ponto do farmacêutico e já falei também da questão da característica dos medicamentos isentos de prescrição, que não são classificados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos supermercados, são classificados pela Anvisa, pelo Ministério da Saúde e atendem a normas internacionais também, junto aos laboratórios farmacêuticos.

A geração de mais postos de trabalho. Não preciso dizer que, se a gente tiver aqui 424 mil lojas de supermercado com farmacêuticos, nós vamos gerar muito emprego para essa gente. Nós não queremos fechar farmácia, nós não queremos deixar nenhum farmacêutico desempregado e nós não queremos proibir a farmácia de vender outras coisas. A gente nunca foi contra a farmácia avançar; tem farmácia que, realmente, até medicamento vende, mas a gente nunca... Você não vai achar uma ação da Abras impedindo alguma farmácia de vender *kit* para churrasco, chinelo Havaianas, ração para cachorro e outras coisas que a gente vê aí, que acho que não compõem o *kit* da saúde.

E nós estamos buscando, sim, um padrão internacional. É um padrão internacional, e nós não estamos falando aqui só de países que hoje têm, declaradamente, essa venda de medicamentos isentos em outros ambientes que não sejam só a farmácia, nós estamos falando de países pobres também. Existem pesquisas da Organização Mundial da Saúde, disseminadas pelas entidades de autocuidado, que demonstram que, em países pobres, onde se tem atendimento da Cruz Vermelha e de outras entidades e ONGs ligadas, onde foram distribuídos esses medicamentos isentos de prescrição, a qualidade da saúde da população melhorou, sim, e isso diminuiu o atendimento emergencial e o atendimento mais caro da população.

Mas vamos ao que interessa, que é a parte da opinião da população. A Abras tomou cuidado – já que nós estivemos defendendo isso na Câmara dos Deputados e agora estamos aqui defendendo o projeto de lei de autoria do Senador Efraim – e nós fizemos uma pesquisa pelo Datafolha. Essa pesquisa ouviu mais de duas mil pessoas em todo o Brasil, em todas as regiões, de todas as classes sociais. Pode parecer pouco para os senhores duas mil pessoas, mas essa pesquisa atendeu aos critérios técnicos e normativos de que inclusive se utilizam para fazer pesquisa eleitoral, que os senhores devem conhecer bem nesta Casa.

Por essa pesquisa, feita formalmente pelo instituto Datafolha, 90% da população com 16 anos ou mais – portanto, a população instruída; nós não estamos falando de criança aqui – utilizam remédios que não precisam de receita. Isso foi declarado por eles, 90% da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses 90%, 63% acreditam que a proibição de supermercados venderem medicamentos prejudica, sim, a população.

Aqui, nós estamos na Casa do povo e eu entendo que, ainda que a gente tenha que ter um conhecimento técnico e respeitar tudo isso, é o conhecimento do povo que deve prevalecer. Se um medicamento é isento de prescrição, classificado pelas autoridades técnicas, vendido na frente do balcão de uma farmácia, não há outra justificativa para se impedir que essa população tenha acesso a ele e que a gente atenda a vontade dela.

Seguindo a pesquisa, 64% acreditam que o Governo deve liberar, assim, a venda desses medicamentos em supermercados – a se supor pelo resultado do item anterior – e 73% acreditam que a venda de medicamentos básicos em supermercados facilitará sua vida, porque vai facilitar o acesso, sim. Não temos dúvida de que 424 mil estabelecimentos comerciais, desde que tenham farmacêutico presente, vão criar uma oportunidade de maior acesso para a população, e esse maior acesso com certeza vai reduzir o preço.

Ainda, 66% gostariam que a venda pudesse ocorrer de novo em supermercados, assim como ocorreu em 1994 e 1995. Eu refuto que foi um projeto que não deu certo; na verdade, foi um projeto, uma experiência que deu certo, sim, e que lamentavelmente não se continuou porque, de fato, era um jabuti num projeto de lei econômico que não tratava desse assunto.

Por último, 74% dessas pessoas que foram entrevistadas acreditam que, se os remédios que não precisam de receita médica estiverem mais próximos e mais fáceis de comprar, muitas pessoas não vão precisar manter estoque deles em casa.

O que é um fato: a gente tem aqui pessoas que, talvez, por terem um acesso difícil, por não terem uma farmácia perto, uma pessoa que mora num local afastado do centro da cidade, elas muitas vezes estocam esse tipo de medicamento, para um primeiro atendimento, para atender a uma febre, a uma ânsia de vômito, alguma coisa, e muitas vezes elas acabam fazendo uso desse medicamento vencido. Então, a gente acredita que isso não só vai reduzir o custo para a população, porque ela vai deixar de estocar, mas, quando ela tiver a necessidade e tiver o acesso facilitado, ela vai ter um medicamento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO UNGARI DA COSTA – ... mais propício à sua necessidade naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

O SR. MAURÍCIO UNGARI DA COSTA – Eu já concluí, Senador Humberto, são essas as minhas palavras.

Eu só gostaria de dizer aqui, ratificar, que nós não queremos de maneira nenhuma fechar as pequenas farmácias. Eu coloco aqui que os argumentos que o colega Rafael colocou são muito importantes, mas são importantes para a gente olhar o outro lado também.

Se existem aí 50, 60 mil farmácias de um único dono no Brasil, que está em uma única cidade, esse farmacêutico com certeza pratica o preço que ele quer naquele medicamento.

E eu não sou contra, a gente é a favor do livre comércio. Como disse o colega: o preço máximo é estabelecido, o mínimo não. E eu tenho certeza de que os supermercados vão jogar esse preço para baixo, como aconteceu em 94 e em 95.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Maurício Ungari.

Agora, com a palavra, a Dra. Laura Schertel Mendes, especialista em Direito Civil.

A SRA. LAURA SCHERTEL MENDES (Para expor.) – Muito obrigada, Exmo. Senador Humberto Costa, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar todos os meus colegas aqui presentes, todos os participantes desta audiência pública, cujo tema é tão importante para a saúde pública, também em termos de direitos fundamentais e para todos os consumidores brasileiros.

Eu tenho quatro argumentos principais aqui, Senador, e o primeiro deles é o de que, quando a gente fala de MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição), a gente está falando de MIPs, que são medicamentos isentos de prescrição, porém eles não são isentos de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muitos dos colegas já trouxeram esses riscos, e eu queria destacar alguns deles: toxicidade, reações adversas, dependência e, principalmente, interações medicamentosas perigosas.

E aqui talvez valha um exemplo que todos nós já conhecemos: quando a gente pensa na automedicação em relação à dengue. A gente sabe que determinados medicamentos podem agravar, causar hemorragias, e esse é um exemplo importante de como a assistência do farmacêutico pode, sim, ajudar e contribuir para garantir o direito à saúde e à segurança daquele consumidor que vai comprar o remédio.

Eu queria também trazer um dado importante. A gente sabe que a gente tem no Brasil uma taxa de analfabetismo importantíssima, e isso faz com que a gente não possa comparar, simplesmente, de uma forma superficial, as práticas de outros países.

A gente tem vulnerabilidades muito específicas, e isso exige um olhar muito atento para essas especificidades e para essas vulnerabilidades no Brasil. Esse analfabetismo, aliado a uma baixa escolaridade também, pode acarretar essa automedicação e esse uso indiscriminado dos medicamentos. Acho que esse é um ponto muito importante. Talvez o exemplo da dengue seja bastante relevante, e isso só evidencia por que essa política de vedação à venda de MIPs em supermercados, em outros mercados comuns, já existe há tantos anos no nosso país, já foi reiterada pela Anvisa, já foi reiterada pelo STJ e, inclusive, já tivemos leis estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo. Então, na verdade, eu entendo que essa política deve permanecer. Nós precisamos que os medicamentos continuem a ser vendidos em farmácias e sempre com essa assistência do farmacêutico.

Eu acho que aqui tem um outro argumento muito importante, quando a gente pensa que a farmácia que é o local adequado para medicamentos, afinal medicamentos não podem ser tratados como bens de consumo comuns. Nós estamos falando aqui de bens relacionados à saúde dos consumidores, à saúde dos cidadãos brasileiros.

Eu acho que isso é muito importante, porque, quando a gente pensa nessa liberação dessa venda, a gente está falando não apenas para a liberação em supermercados, mas a gente também está falando da liberação para diversas lojas, inclusive também para *market places*, o que certamente dificultará o controle sanitário e a fiscalização pela Agência Nacional de Vigilância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sanitária. Eu queria aqui trazer um exemplo. Já é tão difícil controlar a venda de medicamentos falsificados, e isso vai se tornar certamente ainda mais difícil – essa liberação vai tornar ainda mais difícil essa venda.

Então, mais uma vez, e aqui eu acho que é o segundo argumento relacionado a um bem de consumo que não é um bem de consumo comum, nós precisamos promover o uso racional e seguro desses medicamentos. E é por isso que a gente não deve se deixar enganar ou se deixar levar por argumentos meramente econômicos. A gente está falando aqui da saúde do cidadão brasileiro, da saúde do consumidor brasileiro.

Aqui eu queria lembrar também – eu que já trabalhei cinco anos no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, também já trabalhei mais ou menos a mesma quantidade de tempo no Cade, no nosso órgão de defesa da concorrência – que há uma posição muito clara dos órgãos de defesa do consumidor, já também há mais de uma década, de defender a política nacional de medicamentos, de promover o uso racional e seguro desses medicamentos e de defender a venda desses produtos, desses medicamentos sempre em locais restritos, como as farmácias.

O terceiro argumento que eu queria trazer aqui, Senador, senhoras e senhores, é quando a gente está falando de um direito fundamental à saúde, que é um direito fundamental muito diferente de outros direitos. O direito fundamental à saúde, previsto no art. 6º da nossa Constituição Federal, é um direito, como se diz, positivo, não é apenas um direito negativo no sentido de que ele exige a abstenção do Estado para que o indivíduo possa, digamos, livremente atuar na sua esfera de liberdade. O direito positivo – esse é um direito de prestação – exige do Estado ativamente. E aqui o Estado, quando a Constituição nos coloca um direito, esse dever de proteção em relação ao direito fundamental à saúde, nós estamos falando que é o Estado Executivo, o Estado Legislativo e o Estado Judiciário. Todos têm esse dever de proteção, o dever de agir proativamente, positivamente e de editar políticas em favor da saúde da população brasileira.

Esse direito fundamental é reforçado também pelos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, que protegem a saúde e segurança do nosso consumidor, seja no art. 4º, dos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo, seja no art. 8º, que também trata da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e segurança do consumidor brasileiro. E aqui, mais uma vez, trazendo de novo a posição do Idec e de outras entidades de defesa do consumidor nesse sentido.

O quarto argumento que eu queria trazer – quarto e último – é relacionado à estrutura do mercado e impacto econômico. Esse argumento de que, eventualmente, poderíamos ver uma redução do preço me parece pouco, eu diria, factível, especialmente porque a gente está falando de um mercado bastante competitivo e pulverizado, como é o mercado das farmácias. A gente está falando de 122 mil farmácias, pelo menos no Brasil, e de 4 mil novas farmácias que foram abertas no primeiro semestre do ano passado.

Isso prova que, na verdade, a gente está falando apenas de uma eventual concorrência abusiva, uma vantagem competitiva que esses outros estabelecimentos poderiam vir a ter, porque a gente está falando de estabelecimentos que não teriam os mesmos deveres e os mesmos condicionantes.

E aí, nesse ponto, eu acho importante a gente também trazer que a gente poderia prejudicar um setor que é majoritariamente formado por micro e pequenas empresas. Então, além de não garantir benefícios concretos aos consumidores, além de promovermos e estarmos colocando em risco a saúde e a segurança dos consumidores brasileiros, certamente a gente também estaria falando de danos econômicos significativos.

Com isso, então, eu encerro aqui. Acho que esses quatro pontos deixam claro como esse tema é relevante para o Brasil, para a saúde, para a segurança, para a garantia do Código de Defesa do Consumidor e, em especial, para a efetivação e para a concretização do direito fundamental previsto no art. 6º da nossa Constituição. A gente está falando de uma medida que pode comprometer a segurança sanitária, violar direitos fundamentais e agravar os riscos de automedicação.

Com isso, aqui agradeço, Senador.

Peço aqui a compreensão, e acho que esta Casa certamente vai conseguir debater esse tema com maestria, como sempre o faz.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Laura Schertel.

Nós vamos passar agora para o ponto das inquirições. Não havendo aqui nenhum Senador para inquirir, a não ser eu próprio, eu vou ler aqui algumas outras perguntas que chegaram e levantar algumas questões que podem ser respondidas, mas também recheando um pouco aí com alguns comentários.

Bem, Tayse, do Distrito Federal: "Como o projeto se alinha às diretrizes da OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre o uso racional de medicamentos e a Pnaf [Política Nacional de Assistência Farmacêutica]?".

Silvana, do Paraná: "Como [...] [ficará] a disposição dos medicamentos? Eles [...] [estarão] em área reservada? Separados dos demais itens, [...] [como] sala ou [...] [espaço privativo]?".

Guilherme, da Paraíba: "Qual impacto [que esse] projeto [...] [teria sobre] as pequenas drogarias, como a minha e [...] [tantas outras] que existem no Brasil?".

Lucas, de São Paulo: "Se aprovado, como garantir que a sociedade [...] [entenda] a diferença [...] entre um farmacêutico [qualificado] [...] e um [simples] vendedor?".

Cristine, de Roraima: "Mesmo com venda restrita a farmácias [e drogarias], os MIPs ainda [...] [causam] dezenas de casos de intoxicação por dia no país".

Fabiana, da Paraíba: "Diferentemente das farmácias, os supermercados não possuem um ambiente especializado para aconselhamento farmacêutico."

Francisco, do Rio Grande do Sul: "Apoio o PL, [por gerar] novos empregos e [...] [ajudar a reduzir os] preços abusivos [dos medicamentos]".

Sabrina, de São Paulo: "A exigência de farmacêutico e [...] às normas sanitárias são positivos [...], [...] [mas] voto NÃO [...] [devido à] possibilidade de atendimento virtual".

Bom, eu vou fazer alguns questionamentos aqui. Vou emitir aqui algumas opiniões, fazer algumas perguntas e depois cada um terá um tempo para as suas considerações finais e poderão responder também a essas perguntas, as que já não foram abordadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, primeiro, é absolutamente claro que todas as instituições que lidam com o tema saúde no segmento público, particularmente no segmento da regulação e da gestão, se colocam claramente contra esse projeto. É o Ministério da Saúde, que tem posição firmada, o Cosems (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e a Anvisa.

E a Anvisa é contra essa proposição não somente pelas razões que foram expostas por alguns dos expositores, mas porque cabe à Anvisa exatamente fazer a regulação e a fiscalização desse mercado. Então, eu acho esse argumento de que "isso vai baratear para o SUS..." Não! Vai aumentar para o SUS, porque a Anvisa vai precisar fiscalizar mais e vai fiscalizar agora ambientes, inclusive, que são diferentes entre si.

Há o risco de ampliação da comercialização de cargas roubadas? Há, e a gente sabe disso. E a Anvisa faz, em parte, esse trabalho de identificação, de fechamento de farmácias. Como é que vai ficar se a gente descobrir uma carga roubada ou um medicamento falsificado num supermercado? Vai fechar o supermercado como um todo, como se fecha a farmácia? Fecha-se a farmácia, multa-se e fecha-se a farmácia. Então, na minha opinião, são questões diferentes.

Vai haver, então, no meu ponto de vista, uma ampliação do trabalho. E mesmo que houvesse, mas se prestasse a se garantir que a qualidade do que é oferecido à população, a segurança do que é oferecido à população pudesse estar garantida... Mas ela já está.

No Brasil, a gente não tem falta de farmácia, não; tem farmácia demais. Qualquer pessoa pode chegar, principalmente... lá na minha cidade mesmo, Recife – não sei se ainda é, mas era conhecida como a cidade que mais tem farmácia por número de habitantes –, tem lugar que tem seis juntas uma da outra – seis juntas! Então, não há essa ausência que justifique agora vender remédio em supermercado porque as pessoas não estão tendo acesso.

Esse assunto também de dizer que o SUS vai se beneficiar, vai ter menos gasto, essa parte do atendimento básico, e esses medicamentos são para o atendimento básico, não é o problema de atenção à saúde no Brasil. Nosso problema de atenção à saúde, o gargalo que nós temos hoje é exatamente na área do atendimento especializado, não é também na área da alta complexidade, mas é nessa área, que não será atingida por essa chamada facilitação de acesso, até porque esses medicamentos, esses tratamentos têm que ser feitos e orientados por um médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que esses argumentos têm que ser colocados.

Eu estou dizendo isso... eu tenho uma posição, isso não quer dizer que eu não vá levar em consideração o que está sendo dito aqui em contrário e incorporar alguma coisa ao relatório que eu vou fazer, e também porque outros também estão ouvindo, vão se posicionar, enfim. Mas eu queria, inclusive, que, se esses meus argumentos têm algum sentido, que haja aqui uma contestação disso para dizer "não, está errado, é equívoco o que se está propondo aqui".

Eu acho que nessas perguntas que vieram agora têm algumas interessantes que eu gostaria que fossem respondidas.

Primeiro: "Como [...] se [alinha] às diretrizes da [...] OMS sobre o uso racional de medicamentos e a [...] [Política Nacional de Assistência Farmacêutica] [essa proposição]?"

Deixe-me ver algum outro aqui que eu gostaria especificamente de ouvir. (*Pausa.*)

Bom, era mais ou menos isso que eu queria colocar.

As perguntas foram ouvidas por todos. Eu vou passar na ordem inversa... Sim, uma última coisa que eu queria dizer – foi dito aqui, mas é importante repetir –: quando a gente fala de modelo de funcionamento de sistema de farmácias com venda de medicamentos, o exemplo que se traz sempre é o exemplo dos Estados Unidos.

Primeiro, é bom lembrar que em outros países essa tentativa houve e depois houve, assim como houve no Brasil, um processo de mudança da legislação. Ao que me consta, a Austrália já teve uma situação como essa e mais alguns outros países.

Mas a grande questão é que nós não podemos em nada comparar o sistema de saúde americano com o sistema de saúde brasileiro. A gente está falando de um que é um sistema público, universal, e de um outro que é um sistema diferenciado. Talvez, na lógica do sistema americano, esse negócio de vender... às vezes, até bebida eles vendem em farmácia! É uma lógica completamente diferente da nossa. Na nossa lógica, na nossa Constituição, na nossa Lei Orgânica da Saúde, a farmácia é um espaço de atenção à saúde. Ela é um estabelecimento de saúde, não é uma bodega, não é nada desse estilo. Então, esses argumentos, os nossos companheiros e companheiras Senadoras vão precisar levar em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu passo a palavra à Dra. Laura para que ela possa, em cinco minutos, fazer a sua consideração final e, se quiser, responder – isso seria bom – algumas dessas perguntas aqui apresentadas.

A SRA. LAURA SCHERTEL MENDES (Para expor.) – Senador, Humberto Costa, eu queria começar acho que destacando e concordando plenamente com os pontos que V. Exa. trouxe aqui.

Em especial, começando pelo trabalho da Anvisa e pelo controle da Anvisa, a gente está falando de um mercado altamente regulado, que é o da vigilância sanitária, exatamente porque a gente está falando da saúde e da segurança dos consumidores, dos cidadãos brasileiros. E certamente não é à toa que toda a política foi pensada para que medicamentos sejam vendidos em farmácias, são estabelecimentos que podem ser controlados pela vigilância sanitária.

Não há dúvida – e eu concordo plenamente com V. Exa. – de que esse controle e essa fiscalização seriam muito mais complexos, eu diria que seriam quase impossíveis, ou talvez teriam um custo para o Estado amplificado se qualquer estabelecimento, inclusive estabelecimentos comerciais na internet, *marketplaces*, pudesse vender medicamentos. Então, não há nenhuma dúvida e concordo plenamente que, para que essa vigilância sanitária, para que essa fiscalização desse mercado possa ser realizada de uma forma adequada, precisamos... o lugar de medicamento é na farmácia, como as entidades de defesa do consumidor não se cansam de repetir.

E, sem dúvida nenhuma, vários estudos internacionais, inclusive alinhados também às diretrizes da OMS e de tantas entidades e de órgãos que o senhor também mencionou aqui no Brasil, são exatamente no sentido de que para diminuirmos os riscos de intoxicação, de interação medicamentosa, a única forma é controlar a venda desses medicamentos, porque esse é o único meio que nós temos para controlar esse acesso ou para garantir que esse acesso seja seguro, racional e responsável.

Ou seja, não estamos apenas falando de uma ampliação de acesso de qualquer forma. Esse acesso precisa ser... inclusive, para que seja alinhado aos princípios, aos valores da nossa Constituição, é preciso mitigar esses riscos. E, para mitigar esses riscos, nós temos como um dever do Estado, como eu disse, um dever do Estado juiz, um dever do Estado legislador e um dever de Estado do próprio Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos de um direito fundamental à saúde, nós estamos falando de um dever de proteção, na verdade, do qual todos os Poderes... digamos que todos os Poderes compartilham esse dever. E, certamente a manutenção da política de que medicamentos, inclusive os MIPs, sejam vendidos em farmácias para que nós possamos ter a assistência de um farmacêutico, para que possamos ter a venda controlada, é fundamental que isso permaneça e continue nas farmácias.

E, como eu disse – acho que eu queria reforçar –, nós temos... sempre quando falamos de estudos e de um *benchmark* internacional, em especial com os Estados Unidos, como o senhor muito bem colocou, além de não podermos comparar com o sistema de saúde americano, nós não podemos comparar também o analfabetismo da nossa população, o acesso à educação, o que também pode dificultar certamente ou poderia facilitar e amplificar os riscos do uso equivocado de medicamentos.

Por isso, é fundamental, sim, manter a política que já há mais de uma década se mantém e se formou no Brasil e que é amparada pelo STJ, pelo Supremo Tribunal Federal, pela Anvisa, pelo Ministério da Saúde e por todos os órgãos que defendem a saúde dos brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Laura Schertel.

Agora, com a palavra, o Dr. Fábio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, por 15 minutos.... cinco minutos – desculpe!

O SR. FÁBIO BASÍLIO (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto. Parabéns pelas colocações.

Novamente frisando e respondendo à pergunta que foi feita – se está de acordo com a Pnaf –, o último eixo da Pnaf diz que é para incentivar o uso racional de medicamentos: "promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo", ou seja, vender medicamentos em supermercado está totalmente desalinhado com o que determina a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra preocupação que a gente tem é que se fala em 420 mil estabelecimentos. Não existe, não conheço uma legislação que diga o que é uma quitanda, o que é um mercado, o que é um supermercado. Então, esses 420 mil estabelecimentos citados são todos supermercados de fato? Como que a gente vai saber disso? Quem vai vender esses medicamentos para esse supermercado? Será o distribuidor de secos e molhados? Então, são critérios, são questões que não estão no projeto e que nos preocupam muito. Então, a questão falada dos medicamentos falsificados, contrabandeados ou cargas roubadas, nesse cenário, a fiscalização fica muito mais complicada.

Eu acredito, Senador, para encerrar a minha fala neste momento, que a gente precisa de fato avançar no rumo da ciência farmacêutica, no rumo do que a Pnaf preconiza. Então se, para avançar, a gente precisa tirar produtos alhures nas farmácias, como essas questões que foram faladas, a Fenafar concorda com que se retire tudo o que não for medicamento e produtos para a saúde. Concordamos que seja retirado, sim.

Outro ponto são os MIPs. Ainda quando Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa, conseguiu tirar os MIPs de fora do balcão para dentro e, depois, com grande pressão da indústria e das redes, voltaram os MIPs para fora do balcão, vamos pôr o MIP para dentro do balcão. A Fenafar concorda que a gente tem que, de fato, colocar uma certa dificuldade não do acesso, mas da automedicação irracional. Então, a gente precisa de fato que esses MIPs vão para dentro do balcão. Concordamos de fato com isso, Senador. Acho que a gente tem que avançar. A gente precisa de fato que as farmácias sejam estabelecimentos de saúde. O farmacêutico é o profissional da saúde que está em todas as farmácias. É obrigatório, pela Lei 3.021, a sua presença em tempo integral, durante o funcionamento das farmácias. A gente tem que avançar: avançar nas condições de trabalho nas redes, nas farmácias que hoje executam escala 6x1. Então, temos que avançar em todo o segmento, em todas essas questões.

De fato, vender medicamentos em supermercado trará prejuízo para a saúde pública do país, para o SUS e para o cidadão brasileiro. Então, a Fnafar se manifesta contra e mantém o seu posicionamento contrário à venda de medicamentos em supermercados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Fábio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir desculpa ao Dr. Maurício, porque ele deveria ter sido o segundo, pela ordem, a falar.

Eu passo agora a palavra a V. Sa. para, no espaço de cinco minutos, fazer as suas considerações finais.

Eu gostaria de pedir uma coisa, se for possível, a cada um dos palestrantes que fizeram apresentação ali: se puderem deixar essa apresentação à disposição da Comissão, porque aí nós vamos repassar para os Senadores, enfim, e vamos também conhecer, por esse *e-mail*, a opinião de cada um dos representantes.

Então, Dr. Maurício, muito obrigado. Com a palavra, por cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO UNGARI DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

É um prazer estar aqui com o senhor e com todos para debater esse importante tema. De antemão, já coloco a minha apresentação à disposição de V. Exa. para disponibilizar aos demais Senadores, assim também como me encarregarei, através da Abras, de oficiar V. Exa. e os demais Senadores com toda a pesquisa que foi feita do Datafolha, porque existiam outros indicadores lá que são importantes de serem considerados também e que não foram apresentados aqui.

Sobre as colocações feitas e sobre as perguntas específicas do Senador – acho que algumas delas foram até de partícipes virtuais –, a gente gostaria de deixar bem claro que nós não estamos aqui contra nenhuma determinação da Organização Mundial da Saúde ou da Anvisa sobre a dispensação desses medicamentos. A gente vai atender, sim, todas as normas, inclusive estamos pedindo que seja alterado o projeto de lei para incluir a obrigatoriedade do farmacêutico presente nesses estabelecimentos.

Sobre a questão do SUS, eu gostaria de deixar muito claro que nós não estamos dizendo que o SUS vai desafogar só porque nós vamos distribuir medicamentos isentos de prescrição à população. O que nós estamos dizendo é que, se a população tiver acesso ao medicamento... e os medicamentos isentos de prescrição são para sintomas conhecidos e de uso restrito no tempo, ou seja, se uma criança tem uma febre, se uma pessoa tem uma dor de cabeça, ela toma aquele medicamento e no dia seguinte passou. Ela deixou de ir consultar o SUS, ela deixou de ocupar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele espaço, aquele serviço público que poderia estar sendo priorizado por um atendimento mais grave, que não se cura com um simples medicamento.

Sobre a questão dos riscos dos medicamentos – acho que foi uma colocação da Dra. Laura sobre a medicação da dengue, que foi o exemplo que ela usou –, quem classifica o que é medicamento isento e permite que a farmácia venda na frente do balcão ou não é a Anvisa. Se a Anvisa mudar de opinião sobre determinado medicamento porque é contraindicado para quem tem dengue, o supermercado vai deixar de vender aquele medicamento tal como deveria ser nas farmácias, que acho que cumprem essa legislação.

Sobre as questões todas econômicas que foram colocadas, os pareceres, eu desconheço alguma opinião formal do Ministério da Saúde ou da Anvisa sobre isso. Até eu gostaria que fosse juntada também essa documentação, para a gente poder argumentar em cima de argumentos técnicos, que nós não vemos. A gente vê as pessoas falando "Não, tem tantas entidades contrárias", mas até hoje, assim, exceto as apresentações que a gente pôde debater aqui, eu nunca vi um parecer técnico de algum responsável pela Anvisa ou pelo Ministério da Saúde ou pela Confederação Nacional das Secretarias de Saúde Municipais trazendo esses argumentos para a gente debater como a gente tem feito aqui com os colegas que defendem o ponto de vista da farmácia.

Eu queria deixar um outro ponto muito claro aqui e, com isso, já vou encerrar minha fala. Essa questão de que o supermercado vai vender mercadoria falsificada, roubada ou qualquer coisa assim, esse risco já existe hoje para as farmácias e não só para as farmácias. Ele existe no mercado paralelo da internet, existem outras formas, como feiras livres, como foi dito aqui, que não cabe ao supermercado fiscalizar, nem nós estamos incentivando isso. Muito pelo contrário, a gente entende que, com acesso mais facilitado, dentro de uma loja do supermercado, com preço mais acessível, talvez esse mercado paralelo perca a força e perca o seu interesse, que a criminalidade perca o interesse em cometer esses crimes.

Eu acho que a gente tem que aqui debater para evoluir. Nós não podemos deixar de construir uma estrada porque não vai ter guarda para fiscalizar o trânsito. O que nós estamos dizendo aqui é que "A Anvisa não vai ter como fiscalizar, por isso nós não vamos liberar". Então, a população fica sem essa possibilidade porque a Anvisa não tem como fazer. Nós pagamos taxas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fiscalização para as Anvisas locais e tudo. Vai-se aumentar a fiscalização e, obviamente, vai-se aumentar a arrecadação, com isso, dos órgãos públicos.

Por fim, foi falado aqui de países.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO UNGARI DA COSTA – Nós não temos só os Estados Unidos como exemplo. Nós temos a Itália, temos o Reino Unido e temos países subdesenvolvidos também. Vou pedir permissão para o senhor para que eu possa passar a lista de todos esses países onde é permitido isso.

E um último recado aqui é que, além da pesquisa apresentada do Datafolha com os números que foram falados, nós estamos brigando aqui para permitir que a população tenha acesso a medicamentos isentos de prescrição baseados em três pilares principais: segurança, acessibilidade e economia. Economia para a população e economia para o Estado. Esse é o nosso ponto.

Muito obrigado, mais uma vez.

Estou à disposição para próximos debates.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Maurício.

Eu vou posteriormente passar a V. Sa. os documentos dessas entidades a que me referi. Podem até mudar de posição, mas as últimas posições no tempo são todas elas contrárias. Vou passá-las para V. Sa. Também vamos ter oportunidade aqui de ouvir a Anvisa. Na próxima audiência pública, nós teremos a Anvisa aqui, e aí nós vamos poder ouvir de viva-voz do representante da Anvisa o seu posicionamento.

Eu passo a palavra ao Dr. Rafael Oliveira Espinhel, Presidente Executivo da Abcfarma.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL (Para expor.) – Bom, Senador, primeiro quero agradecer novamente em nome da Abcfarma e de toda a minha diretoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui presente também os Sincofarmas, que são os Sindicatos do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, da Paraíba, de São Paulo.

Eu queria deixar aqui um ponto muito importante de reflexão. A farmácia não vende somente medicamento isento de prescrição, ela vende medicamentos de controle especial, de prescrição, ela realiza serviços farmacêuticos. Então, nós temos que ter esse cuidado e a dimensão do que é e do que representa, quando nós trazemos aqui dados empíricos, não são suposições, da perda da capilaridade que tem, em especial com as farmácias independentes. São 57 mil farmácias independentes, que têm um papel fundamental no sistema de saúde do nosso país, na atenção primária, complementariedade, que é essencial. Ela promove saúde, ela tem o cuidado, a atenção.

Um ponto que eu considero relevante, de um argumento que é levantado, é a questão da reserva de mercado. Nós consideramos que não se trata de reserva de mercado. Nós estamos falando aqui de controle sanitário, de proteção à saúde, de acesso a medicamento de uma forma qualificada, com orientação de um profissional que deve ser cada vez mais valorizado: o profissional farmacêutico. Não se valoriza farmacêutico colocando-o ao lado de uma gôndola. Não é esse o caminho que nós devemos pensar com relação a esse profissional.

Quando a gente fala em controle sanitário, principalmente com relação à saúde pública, isso não é só legítimo, mas é necessário, é proporcional. Daqui a pouco nós podemos estar aqui discutindo nesta Casa que os postos de combustível exercem monopólio na venda de gasolina, por exemplo. Não é o caso. Até porque medicamento, como foi dito, não é um produto comum, não é uma mercadoria comum, é um insumo de saúde e, como tal, deve ser comercializado em um ambiente que ateste todos os requisitos e pressupostos que a Anvisa – a Resolução 44 da Anvisa –, as normas, as leis federais, a exemplo da Lei 51.991, a Lei 13.021, colocam. A farmácia como ambiente que presta não somente assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, mas que assegura o correto armazenamento, guarda, manuseio, controle de temperatura desse produto, para que ele não tenha deteriorações, para que não chegue na casa do consumidor, daquele paciente, e não tenha o efeito desejável. A gente tem que ter esse cuidado, a gente tem que valorizar o que, de fato, já traz efeitos positivos, não só do ponto de vista econômico, mas para toda a nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondo a pergunta – já finalizando – que o senhor trouxe aqui, que é muito importante: esse projeto se alinha à OMS e à Política Nacional de Assistência Farmacêutica? Para nós, claramente não. Uma das premissas da OMS é que se garanta, que se assegure que não haja uso irracional de medicamentos. Vender medicamentos em locais que induzem ao consumo não é pensar no uso racional, não é pensar em uma cultura em que se veja o medicamento como um produto de saúde. Pensar que o universo de estabelecimentos, de supermercados, como foi bem dito assim, que não há um conceito legal do que um supermercado, uma venda, um mercado, uma vendinha possa vender, não é valorizar, não é atender as premissas da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Muito pelo contrário.

E aqui a gente faz um pedido, Senador, para esta Casa – a gente sabe da importância dela –: para que valorize cada vez mais a farmácia como um espaço de cuidado e de saúde.

E, ao final, eu quero dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL – ... e parabenizar esta Casa aqui, porque, quando a gente fala em redução de preço de medicamento, vamos lembrar o que esta Casa propôs recentemente. Quando ela aprovou o projeto que trata da reforma tributária sobre bens e consumos, ela incluiu os medicamentos no regime diferenciado de tributação, justamente reconhecendo a essencialidade desse produto, a importância dele.

Qual é o efeito prático disso? Quando você tem o medicamento num regime diferenciado, em que a carga tributária dele vai ser reduzida drasticamente, você promove acesso, você garante que as pessoas possam ter atendimento à saúde com equilíbrio, mas, sobretudo, você não fragiliza um sistema hoje consolidado, que é o sistema sanitário do nosso país.

Então, agradeço. Muito obrigado, Senador.

A Abcfarma fica à disposição dos senhores para o que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, o Dr. Pedro Rezek Altran, por cinco minutos.

O SR. PEDRO REZEK ANDREY ALTRAN (Para expor.) – Obrigado, Senador. Eu agradeço em nome da Abad novamente a possibilidade desse debate tão importante para a sociedade e para a saúde brasileira.

É importante reforçar que, quando se diz que os supermercados ou a venda em mercado banalizaria a venda de medicamentos, isso não é verdade. Além do que, muitos defendem as farmácias, mas hoje já temos a venda de medicamentos *online*, ou seja, sequer você precisa ir até uma farmácia para poder receber. Você consegue comprar os medicamentos isentos de prescrição da sua própria casa.

E não haverá concentração de venda. Muito pelo contrário, haverá descentralização, maior acesso à população. Como o Rafael bem disse, o princípio da essencialidade foi resguardado. Então, nada mais essencial do que o acesso da população a medicamentos, a maiores locais de venda e a preços melhores.

O meu colega Maurício aqui já trouxe os dados da pesquisa que foi feita. Então, a população já tem o seu posicionamento, lembrando que esta é uma Casa do povo.

Com relação ao controle da Anvisa, eu trago como analogia também a reforma tributária. A reforma tributária foi aprovada com sistemas financeiros, princípios que sequer existem ainda, e compete à Receita Federal correr atrás disso. É o mesmo que se aplica para a questão da Anvisa. Nós não podemos parar o Brasil, nós não podemos parar os projetos de lei por ineficiência de órgão público.

Eu só queria, finalizando minha fala, Senador, lembrar os princípios básicos. Nós estamos em busca do bem da população, do melhor acesso à saúde, de aumentar a segurança com o farmacêutico dentro do supermercado para conscientizar a população da venda dos medicamentos isentos de prescrição.

Então, eu agradeço novamente e me coloco à disposição também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dr. Pedro Rezek.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, mais uma vez, agradecer a todos os participantes desta audiência pública. Quero aqui louvar o alto nível do debate e argumentos muito sólidos.

Quero dizer que nós vamos, de hoje a 15 dias, dia 11 de junho, ter aqui uma nova audiência pública, cujos convidados serão o Sr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia; o Sr. Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma); o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; o representante da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição; o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; e o economista Ivo Bukaresky.

Então, estão todos e todas convidados para aqui estarem ou para acompanharem pela TV Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Beto Faro e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, e das Emendas nº 5-S e 6-S. **Resultado:** Substitutivo aprovado, em turno suplementar, com as Emendas nº 5-S e 6-S. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 5078, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XIII no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao empregado se ausentar de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheira, quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer de mama, nos dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia, devidamente comprovado." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 7, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade das redes pública e privada de Saúde oferecerem leito ou ala separada para mães de natimorto ou que tenham tido óbito fetal, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4719, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-PLEN e 2-PLEN, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-PLEN e 2-PLEN, com a Emenda n° 3-CAS (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1882, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 194, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CAS (de redação). **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5228, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD). **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 41, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação do Governo no combate ao recente caso de fraude no INSS — alvo da "Operação Sem Desconto" —, bem como na sua reparação, as pessoas que especifica." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 42, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal"." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, consulta sobre a legalidade e conformidade jurídica da aquisição parcelada de bens e serviços, por entes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Requer, ainda, manifestação sobre a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, a essas contratações." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024-CAS, com o objetivo de instruir o PL 2158/2023, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 48, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2025 - CAS, sejam incluídas as convidadas que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 49, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 51, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 52, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: correspondência eletrônica do cidadão Norberto Soares Paiva, que encaminha considerações sobre a não liberação pelo INSS de pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez, conforme estabelecida pela Lei nº 14.765, de 22 de dezembro de 2023.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens 5, 7, 8 – Projetos de Lei 1.882 ,de 2023; 6.040, de 2019; 570, de 2024 – foram retirados de pauta a pedido dos Relatores: Senador Paulo Paim e Senadora Ana Paula.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1882, DE 2023

- Não terminativo -

Disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6040, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O item 3 também, né? (*Pausa.*)

Tá. E o item...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, eu só quero agradecer pela retirada do item 5, para minha revisão, como Relator. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

E também o item 3, o Projeto de Lei 7, de 2024, cuja Relatora é a Senadora Eudócia. Ela também pediu a retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade das redes pública e privada de Saúde oferecerem leito ou ala separada para mães de natimorto ou que tenham tido óbito fetal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 26/05/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Damares Alves (pendente de relatório).

2-Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Nós vamos à pauta.

Nós temos um pedido de inversão de pauta, nós vamos atender. Acho que não há nenhuma objeção. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos direto ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4719, DE 2020

- Não terminativo -

Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-PLEN e 2-PLEN, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

1- Em 27/05/2025, o Senador Nelsinho Trad apresentou relatório reformulado.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Que alegria eu estar presidindo a Comissão para a gente discutir essa importante matéria, Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra ao Senador para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Querida Presidente da sessão da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Damares, é um projeto do querido amigo e ex-Deputado General Peternelli, de competência da CAS para apreciar a matéria sob análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos do PL nº 4.719, de 2020, envolvem aspectos cruciais da saúde pública e contribuem tanto para o aumento do acesso da população a medicamentos quanto para a redução do descarte desses produtos.

A assistência farmacêutica é um componente indispensável da atenção integral à saúde. A relevância dos medicamentos para a saúde é indiscutível: são essenciais para a recuperação da saúde, embora também apresentem riscos quando utilizados de forma indevida. Em igual medida, há riscos quando a qualidade do produto está comprometida, podendo provocar reações adversas graves ou deixar de prover a ação terapêutica que deles se espera.

Vale destacar que o descarte de medicamentos vencidos no Brasil representa um problema sanitário de magnitude considerável e impacta não só a saúde pública, mas também o meio ambiente. Tais medicamentos ocupam espaço em aterros sanitários que podem contaminar solos, rios e lençóis freáticos com substâncias químicas potencialmente perigosas.

De acordo com informações do Conselho Federal de Farmácia, a cada ano, no Brasil, cerca de 14 mil toneladas de medicamentos não são utilizadas antes do vencimento e grande parte é descartada de forma inadequada.

Essa quantidade significativa reflete tanto o desafio da gestão de resíduos de medicamentos quanto a oportunidade de melhorar o aproveitamento desses produtos por meio de iniciativas como a do PL nº 4.719, de 2020, com estímulo a doações para entidades que possam fazer uso deles antes da expiração.

Tratada pelo PL em análise, a doação de medicamentos cuja validade está se aproximando do prazo máximo é uma das estratégias que tem potencial de diminuir significativamente o volume desse descarte. De fato, quanto menos medicamentos ultrapassem o prazo de validade sem uso, menor é a necessidade de seu descarte, contribuindo diretamente para a minimização dos impactos negativos associados a esse produto e potencializando o acesso adequado aos medicamentos por parte da população.

Nesse contexto, cumpre analisar aspectos específicos dos donatários de medicamentos tratados no PL e na Emenda nº 2-PLEN, desse projeto de lei. É acertada a decisão de não incluir pessoas físicas como possíveis donatárias de medicamentos. De acordo com o texto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição, os donatários são restritos ao setor público e às entidades privadas sem fins lucrativos, aumentando o potencial de uso adequado dos medicamentos recebidos dentro de uma estratégia de saúde pública.

Dando maior clareza e abrangência aos objetivos pretendidos nesta proposição, a referida Emenda nº 2-PLEN, desse projeto de lei, amplia o rol de entidades privadas que podem ser beneficiárias das doações de medicamentos a fim de habilitar o gozo das desonerações tributárias, para incluir as organizações da sociedade civil (OSC), as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e as organizações sociais (OS). Tal ampliação não encontra obstáculos formais ou de mérito, uma vez que tais entidades podem atuar nas áreas de saúde e assistência social, garantindo um caráter mais abrangente aos propósitos desta proposição.

Importante ressaltar a necessidade de controle e fiscalização das doações de medicamentos a fim de que se garanta transparência e eficácia na aplicação adequada dos recursos doados, de modo a assegurar que os medicamentos cheguem aos seus destinatários. Dessa forma, é adequada e pertinente a Emenda nº 1-PLEN que assegura que o controle e a fiscalização das doações de medicamentos sejam efetuados na forma de regulamento.

Ainda no tocante à regulamentação, propõe-se ajuste redacional ao art. 6º do projeto de lei para evitar vício de iniciativa, ao dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública. A nova redação passaria a prever que o Poder Executivo poderá regulamentar o disposto na lei.

Tal modificação visa a compatibilizar o texto legal com os limites constitucionais de competência, uma vez que normas que tratam de organização e funcionamento da administração pública são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Trata-se, portanto, de medida técnica e preventiva, que garante maior segurança jurídica à norma.

Por fim, outro benefício potencial de destaque é o aumento quantitativo de medicamentos disponíveis para a população. A isenção pode resultar em um aumento significativo no número de doações de medicamentos, ampliando o acesso a tratamentos essenciais em hospitais públicos, Santas Casas de Misericórdia e outras entidades assistenciais. Dessa forma, os recursos públicos destinados à compra dos medicamentos poderiam ser realocados ou otimizados para outras necessidades da saúde pública. Além disso, o projeto pode facilitar o acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos essenciais para populações vulneráveis e estimular a responsabilidade social entre as empresas do setor farmacêutico.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, de autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado General Peternelli, e das Emendas nºs 1 e 2, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº CAS (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao artigo 6º a seguinte redação:
Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta Lei.

Esse é o relatório e o voto, Sra. Presidente, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo voto, Senador Nelsinho Trad.

Coloco a matéria em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em seguida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Depois? Em seguida?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas 1 e 2, de Plenário, com a Emenda 3, da CAS, de redação.

A matéria vai à CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad, ontem eu fiz uma fala, numa outra Comissão, de como as nossas Comissões no Senado estão fazendo entregas extraordinárias. Essa é uma matéria extremamente importante, e as pessoas, às vezes, não percebem a grandiosidade de uma entrega como essa. Parabéns ao senhor e à sua assessoria pela condução do relatório, pela forma como apresentaram.

Ele vai para CAE, e eu vou lutar para ser Relatora lá, viu?

Parabéns! Que Deus te abençoe. A gente não esperava nada diferente do senhor a não ser apresentar esse relatório, com esse breve tempo que o senhor teve para fazê-lo. Parabéns.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Agradeço, Senadora Damares – pela ordem –, os comentários de V. Exa.

Aproveitando a onda dessa análise, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, nós vamos sabatinar três embaixadoras. Pela primeira vez na história da Comissão de Relações Exteriores, hoje, nós vamos ter uma sabatina só para as mulheres, três embaixadoras que vão ocupar postos importantes do nosso país.

E, amanhã – está aqui feito o convite a todos –, nós vamos fazer um debate sobre o conflito comercial global com essa sobretarifa dos Estados Unidos. Vão estar presentes virtualmente ou presencialmente: Roberto Azevêdo, ex-OMC; Embaixador Rubens Barbosa; Marcos Troyjo; Jorge Viana, da Apex; e outras autoridades nesse assunto. Então, eu convido a todos.

Senadora Damares, eu vou aguardar os outros colegas falarem sobre seus projetos, mas o Senador Renan me ligou e pediu para eu relatar, *ad hoc*, um projeto de que ele é o Relator, o projeto é do Senador Irajá. Então, eu estou à disposição. Assim que os colegas que chegaram fizerem o deles, eu me inscrevo para fazer o desse, *ad hoc*, para contribuir.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta Damares, a senhora é polivalente, hein? Vai presidir a CDH e já está presidindo aqui. Parabéns pelo seu trabalho, viu?

Presidenta, eu sei que a senhora é muito simpática a este registro que eu vou fazer. Está aqui conosco no plenário a turma de Antropologia da UnB, liderada pela Profa. Soraya Fleischer. Faço esse registro, porque eles estão aqui para conhecer um pouco mais sobre como é a tramitação no Parlamento – nas Comissões e no Plenário, Câmara e Senado.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Recebemos com carinho os alunos...

Quem é a professora? (*Pausa.*)

Professora, seja bem-vinda! Está numa Comissão muito importante, a Comissão de Assuntos Sociais, que está sendo presidida pela Senadora mais bonita do Senado hoje. (*Risos.*)

Uma Comissão, meninos, que é formada por Parlamentares voltados à área da saúde, à área social, todos com compromisso com a pauta. Quando a gente escolhe uma Comissão e a gente conversa com os nossos partidos, a gente procura uma Comissão que tenha afinidade com as nossas habilidades, com as nossas pautas, com o que a gente quer muito fazer no Senado. Então, esta é uma Comissão formada por ex-Governadores, ex-Ministros, médicos, profissionais da área da saúde, e eu me sinto muito honrada.

Hoje o nosso Presidente não pôde presidir, estou aqui fazendo o papel dele, mas sejam todos bem-vindos! E, às 11h, deem uma passadinha na Comissão de Direitos Humanos, que estaremos lá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estaremos lá!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e com matérias muito importantes e algumas de interesse da área da antropologia.

Sejam muito bem-vindos a esta Comissão! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já que a senhora fez registros... Presente, aqui, um Deputado Federal Constituinte ainda!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Constituinte!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então calcule quantos anos eu estou dentro do Congresso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Começou cedo.

Alunos, eu era uma assessora nos corredores e o acompanhava como Deputado, depois como Senador, e olhem o que a vida me fez: hoje sou colega...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E Presidente das Comissões de que eu participo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presido Comissões de que ele participa, participo de Comissões que ele preside. Então, essa é a graça da democracia.

E um recado para as meninas: nós podemos estar onde nós queremos estar, tá, meninas? Está dado o recado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sejam todos bem-vindos!

Parabéns, professora, pela iniciativa de trazer os alunos a esta Casa!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, se a senhora me permitir, eu tenho dois requerimentos. Como eu quero estar na sua sessão mais tarde... É apenas para incluir um representante em duas audiências de minha autoria.

Uma vai ser no dia 29/05, e eu requeiro a inclusão de um representante da Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra é no dia 09/06, sobre redução de jornada, para a qual eu estou propondo que esteja também presente um representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Como é apenas inclusão, e o senhor já apresenta extrapauta, já vou colocar em votação.

Os colegas que concordam ficam como estão; os que são contra se manifestam. (*Pausa.*)

Aprovados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... os dois requerimentos extrapauta de autoria do Senador Paulo Paim.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS))

Item 10 da pauta: Projeto de Lei 5.228, de 2019, é um substitutivo da Câmara dos Deputados. Ele é não terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

O Relator é o Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Agradeço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, se me permitir, e meu querido amigo Relator, é sobre o tema.

O Governo me pede, e conversou já com os autores, que peça vista para que o Governo possa dar uma olhada no projeto, sem prejuízo nenhum de que já venha na próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Faremos a leitura e concederei vista coletiva ao final.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – É importante porque coincidiu, Senadora Damares, Senador Paim, Senador Jayme, que nós temos aqui vários jovens que estão acompanhando a nossa sessão e este projeto vem ao encontro das necessidades de oportunidades de trabalho aos jovens.

Quanto aos aspectos de admissibilidade do projeto, ele se encontra dentro da regulamentação e da Constituição.

Ademais, não há invasão da competência de iniciativa reservada a outro dos Poderes da União, sendo o tema de competência do Congresso Nacional.

Quanto ao mérito, orientamo-nos pela aprovação, com algumas ressalvas.

A criação de vagas de emprego para os jovens, de sua incorporação ao mercado de trabalho, é um desafio universal, tanto que, em todos os países do mundo, sem exceção, o desemprego juvenil apresenta índices mais elevados que o desemprego geral, alcançando esse descompasso dimensões alarmantes em alguns países, principalmente em épocas de queda da atividade econômica.

Nesse quadro, todos os esforços para promover o ingresso dos jovens no mercado de trabalho serão sempre muito bem-vindos. O projeto original, bem como o substitutivo, busca estabelecer um regime especial de trabalho que favoreça os trabalhadores mais jovens e inexperientes, por meio de condições especiais de contratação, quanto à admissão e a manutenção dos trabalhadores.

É também um contrato menos oneroso, com recolhimentos menores e menos gravosos. Ao mesmo tempo, não descura da proteção aos trabalhadores jovens, de sua inclusão previdenciária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua saúde e segurança no trabalho e, especialmente, de sua educação e de sua formação profissional.

Além disso, não interfere, entendemos, nas modalidades de contratação ora existentes, o contrato de aprendizagem e o contrato de estágio, que possuem suas aplicações próprias e seguirão sendo utilizados.

Entendemos que as modificações propostas pela Câmara são globalmente adequadas, particularmente a de transformar o Contrato de Primeiro Emprego em um instituto permanente.

O aumento das alíquotas de contribuição é moderado e oferece uma compensação sensível às necessidades financeiras da Previdência e do FGTS, sem deixar de representar um incentivo à contratação dos jovens.

As modificações quanto à jornada de trabalho são razoáveis, tendo-se em conta o fato de que é um contrato de inserção profissional e não um contrato de ensino profissional, como é o de estágio.

Dessa forma, devemos nos inclinar pela aprovação do substitutivo no tocante ao Contrato de Primeiro Emprego. O mesmo, contudo, não deve ocorrer quanto ao Contrato de Recolocação Profissional.

Essa disposição não diz respeito ao mérito da criação de tal contrato ou à sua necessidade e adequação constitucional e jurídica.

Outrossim, trata-se da percepção de que é matéria alheia ao projeto original e que não passou pela adequada discussão no âmbito do Senado.

Além disso, o encaminhamento da matéria – em substitutivo ao projeto original – obsta o seu processamento pleno nesta Casa, notadamente pela impossibilidade de oferta de subemendas, nos termos do art. 285 do nosso Regimento.

Sua aprovação, dessa forma, representaria uma violação do princípio do bicameralismo igualitário, que é um dos pilares essenciais do Parlamento brasileiro.

Em decorrência, propomos duas pequenas emendas de redação para readequar a redação da ementa e de um dos artigos a essa supressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019 (Substitutivo-CD), com as seguintes emendas de redação, e ressalvada:

1- a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

> EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 23-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019 (Substitutivo-CD), a seguinte redação:
> "Art. 23-A. A contribuição a cargo da empresa, em substituição à prevista no inciso I do *caput* do art. 22 desta Lei, corresponderá a 10% (dez por cento) para o contrato de primeiro emprego, previsto no Capítulo X do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
> Parágrafo único. A contribuição de que trata este artigo será calculada sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados na modalidade contratual referida neste artigo".

Esse é o relatório do Relator Renan Calheiros, que eu tive o prazer de ler. Quero aproveitar para parabenizar o Senador Irajá por essa iniciativa.

Esse é o relatório, Presidente Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador, pelo voto. E foi o que o senhor disse, se tivéssemos combinado com a turma de antropologia, não daria tão certo. Inclusive, cadê a Professora? Professora, dever de casa, vou lhe dar uma cópia do projeto de lei para a senhora levar para esses meninos discutirem esse projeto de lei sobre o primeiro emprego – entregue para a Professora. Bem-vinda, Professora.

Meninos, todos vocês vão passar por esse dilema, se é que já não passaram. Todos nós passamos: o primeiro emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos conceder vista coletiva, o Senador Paim está pedindo, o Governo quer fazer uma adequação, quer olhar.

Vista coletiva e a gente tenta voltar na próxima sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. o aditamento ao Requerimento 47, de 2025, que é de autoria do Senador Laércio, e ao 49, de 2025, do Senador Humberto Costa. Indago a V. Exa. se vai votar esses requerimentos ainda, lá Secretaria-Geral da Mesa, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, o senhor vai subscrever, é isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu quero não, senhora. Eu queria pedir para fazer um adendo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Adendo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Para que algumas autoridades fossem convidadas para participar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou me dirigir a V. Exa. solicitando o convite também para o representante do Ministério da Saúde – correto? –; o representante da Senacon, que é a Secretaria Nacional do Consumidor – certo? –; Décio Lima, do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como também o Presidente Gustavo Ribeiro, da Sociedade Brasileira de Toxicologia, como também, da mesma forma, o Dr. Jarbas Barbosa, da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço o aditamento, naturalmente, a V. Exa., com a sua generosidade e bondade, que faça parte também do Requerimento 47, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador, o Requerimento 47, de 2025, eu vou subscrever... Eu vou fazer o seguinte, nós vamos fazer uma inversão de pauta, nós vamos colocar esse requerimento em votação...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... já trazendo também a inclusão dos nomes que o senhor aponta – eu peço que a Mesa busque os nomes.

Requerimento nº 47, de 2005, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.158, de 2023, com representante da Associação Brasileira dos Atacarejos; representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); representante da Confederação Nacional da Indústria; do Instituto Livre Mercado; do Movimento Brasil Competitivo; representante do iFood; e mais os representantes que o Senador Jayme acabou de listar.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024-CAS, com o objetivo de instruir o PL 2158/2023, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Em votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Eu vou incomodar mais um pouquinho, mas é em nome da sua Vice-Presidenta lá na CDH, a Senadora Mara Gabrilli, que me pede aqui, porque ela está neste momento na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), que, no item 15, seja incluída a Sra. Élica Fernandes, assistente social responsável na Associação Pró-Cura da ELA, e a Dra. Eloara Campos, pneumologista da Universidade Federal de São Paulo, especialista nessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O Senador Paulo Paim subscreve o requerimento. Vamos aproveitar a oportunidade, já vamos colocá-lo em votação.

Alguma objeção? (*Pausa.*)

Item 15 da pauta, Requerimento 48, de 2025, subscrito pelo Senador Paulo Paim, que pede a inclusão de mais uma preletora, mais uma expositora na audiência pública.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2025 - CAS, sejam incluídas as convidadas que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós temos o item 1 da pauta, que é um projeto de lei terminativo, e nós temos quórum suficiente. Eu vou pedir ao Senador Jayme que possa fazer a leitura *ad hoc* do projeto, pode ir direto para a análise.

É um projeto, uma análise curta, e nós vamos tentar votar. Por que eu vou fazer isso? A Relatora está permitindo... Semana que vem nós não vamos ter sessão, e vai ficar para a outra, e a outra, depois, já vai ter o dia 19, feriado, então vamos tentar fazer a votação desse projeto, que é uma matéria muito importante.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 4988, DE 2023

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho*".

Autoria do Projeto: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, e das Emendas nº 5-S e 6-S.

Observações:

1- Em 02/04/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Em 08/04/2025, foram apresentadas as Emendas nº 5-S, de autoria da Senadora Damares Alves, e 6-S, de autoria do Senador Magno Malta.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, querida e estimada amiga, Ministra Damares, vou direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em turno suplementar, a Emenda nº 5/s-CAS de autoria da Senadora Damares Alves, que preside a sessão desta manhã aqui da CAS, e a Emenda nº 6/s-CAS, de autoria do Senador Magno Malta, apresentadas ao substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.988, de 2023.

Ambas as emendas buscam substituir o termo “gênero” por “sexo”, constante do art. 2º, incisos V, VII, VIII, IX, bem como do parágrafo único do art. 2º do substitutivo apresentado ao PL 4.988, de 2023.

Análise.

Em sua justificativa à emenda nº 5/s, a Senadora Damares argumenta que, no texto original, o autor utiliza o termo “sexo” em todo o conteúdo com duas ocorrências destacadas no art. 2º. Já no substitutivo, foi incluído o termo “gênero” em alguns trechos, mantendo-se, porém, a terminologia original “sexo” em outras partes do texto.

Assim, a emenda busca ajustar a terminologia de forma uniforme em todo o texto legal, garantindo coerência e clareza.

Compreendendo a argumentação dos autores, acato as emendas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação das Emendas nºs 5/s e 6/s-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei 4.988, de 2023, em turno suplementar, e as emendas, nos temos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Eu peço à Secretaria que já abra o painel.

Está aberto o painel. Podemos votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Peço às assessorias que comuniquem aos seus Parlamentares que eles podem fazer a votação pelo aplicativo.

Deixem-me aproveitar e explicar aos alunos – eu amo isso, viu, Professor? Obrigada.

Os Parlamentares registraram presença na Comissão, pelo sistema eletrônico, mas hoje é um dia de muitas Comissões. Então, os Parlamentares membros desta também estão em outras Comissões.

Então, a gente vai ter agora uma votação nominal, e eles podem fazer o voto por meio do aplicativo. Eles estão sentados em outra mesa, em outras Comissões, com o celular ligado, e vão dar os seus votos por meio do celular. Mas, para que eles façam isso, eles precisam estar na Casa e precisam ter registrado presença na Casa.

Já começaram a votar.

Vocês observam que já tem dois votos registrados, mas, neste projeto, o voto tem que ser nominal. Os outros que a gente votou eram votos de forma simbólica, não precisava ser nominal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas este é nominal, e nós vamos torcer para que todos votem e a gente consiga o quórum mínimo para a votação deste importante projeto.

Vocês podem acompanhar pelo painel.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – V. Exa. está dando uma verdadeira aula aqui. Já sairão daqui todos já formados Senadores e Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem sabe alguns já saem querendo ser Parlamentares?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Também.

Parabéns a V. Exa.!

Já votei, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadores, enquanto nós estamos votando – já estamos com três votos –, nós temos alguns requerimentos, e eu vou subscrever os demais. Observei que não há nenhum requerimento polêmico, mas, como nós não teremos sessão na próxima semana, a gente já antecipa, vota esses requerimentos e colabora com os colegas que não puderam estar presentes.

Eu farei a leitura, lembrando que estou subscrevendo todos eles.

Se houver alguma objeção, claro, os Senadores poderão se manifestar. Aí, a gente, em concordância, a gente não coloca em votação.

Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação do Governo no combate ao recente caso de fraude no INSS — alvo da "Operação Sem Desconto" —, bem como na sua reparação, as pessoas que especifica.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) e outros

O Sr. Jorge Messias, Ministro da Advocacia-Geral da União; o Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Ministro da Controladoria-Geral da União; o Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Esse é o requerimento.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo mais quem queira discutir, em votação.

É um convite.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Não leve a mal, Presidente, mas a assessoria veio falar comigo e não entendi bem o teor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um convite para o Ministro da Advocacia-Geral da União, Ministro Jorge; para o Ministro Vinicius, da Controladoria-Geral, e para a Polícia Federal virem a esta Comissão prestar os esclarecimentos.

Por que eu coloquei? O Governo está se antecipando já, inclusive dando informações publicamente. Então, é melhor que eles sejam convidados, antes que uma outra Comissão os convoque.

É um convite. Se alguma outra Comissão tiver, a gente pode fazer em conjunto. Eu acho que não haverá nenhuma objeção.

Tem problema?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É do Veneziano, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É do Veneziano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só poderia ser. Vou voltar aqui para conversar com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, em votação – tudo bem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Senadora, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – O Senador Hiran nos solicitou, através da assessoria, para que o item 9, que é de autoria dele... Ou seja, ele é o Relator dessa matéria. Entretanto, ele não está tendo possibilidade de chegar aqui e pediu para fazer a inversão, e pediu que V. Exa. me nomeasse Relator *ad hoc* e votasse esse projeto de lei dele, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Atendendo a pedido dos assessores dele, que estão aqui na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

O senhor aceita ler *ad hoc*?

O.k., mas eu vou ler os requerimentos da sequência. Só faltam mais dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros

Ele propõe a presença de um representante do Ministério da Saúde; da Previdência Social; do Planejamento e Orçamento; da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários; do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e dos agentes de combate às endemia; um representante da Fiocruz; e a Sra. Valéria Machado, Professora da UnB.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, consulta sobre a legalidade e conformidade jurídica da aquisição parcelada de bens e serviços, por entes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Requer, ainda, manifestação sobre a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, a essas contratações.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros

E aqui ele acaba deixando bem claras as perguntas que ele quer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Último requerimento: item 16 da pauta, do Senador Humberto Costa.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

O Dr. Ivo Bucaresky, especialista; a Dra. Laura Mendes, especialista; um representante da Associação Brasileira das Redes de Farmácia e Drogarias; e um representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Vamos ao item 9 da pauta.

Nós estamos limpando a pauta hoje. Vamos avisar o nosso Presidente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3898, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Relatoria, nesta Comissão, Senador Dr. Hiran.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Jayme Campos para a leitura do relatório.

Antes da leitura, solicito que as assessorias conversem com os Parlamentares. Nós já estamos com oito votos. Nós vamos conseguir quórum. Vamos ligar para os Senadores.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente Senadora Damares...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vou sair antes que você leia. Se você vai ler, é porque é bom, já tem o meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Senador Paim.

Senador Damares, nossa Presidente, por delegação de V. Exa., vou ler esse relatório *ad hoc*.

Eu indago a V. Exa. e os meus pares aqui se me permitem ir para a fase da análise. Tendo em vista que esse projeto já se encontra disponibilizado para os gabinetes dos Senadores, eu indago se V. Exa. me permite ir para a fase da análise, para dar celeridade ao trabalho desta Comissão. (*Pausa.*)

Nos termos do art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições relacionadas à seguridade social e à proteção e defesa da saúde, bem como às competências do Sistema Único de Saúde, caso versado no projeto sob análise.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade ou de juridicidade. Sobre a técnica legislativa, é necessário um ajuste redacional, conforme sugestão adiante.

O *caput* do art. 88 da Lei nº 8.213, de 1991, prevê que *compete ao Serviço Social esclarecer, junto aos beneficiários, seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer, conjuntamente com eles, o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade*.

A lei funda-se na seguinte premissa: o direito à informação como pressuposto para o exercício de direitos fundamentais. Afinal, é preciso conhecer e compreender os direitos antes de buscar exercê-los.

Nesse sentido, os assistentes sociais desenvolvem, entre outras, ações de atendimento a indivíduos e suas famílias, prestam informações relevantes sobre seus direitos, esclarecem dúvidas e procedem a encaminhamentos de demandas a outros órgãos ou instituições. São, por assim dizer, verdadeiras pontes entre fórmulas legais, por vezes incompreensíveis para a maioria da população, e a efetiva materialização de direitos.

Por esse motivo, estamos de acordo com o projeto. Uma atribuição de tamanha importância deve ser exercida também no contexto hospitalar, no atendimento a potenciais beneficiários da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência cuja saúde – inclusive mental – pode estar fragilizada em razão de doença ou acidente.

Nesse sentido, o acolhimento e o apoio qualificado de assistentes sociais decerto facilitará o acesso a direitos previdenciários e trabalhistas e diminuirá o risco de vulnerabilidade socioeconômica do trabalhador e de seu núcleo familiar, enquanto aquele se recupera do agravo à saúde.

Todavia, no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento do projeto, sugerimos emenda de redação, para deixar claro que a presença do Serviço Social nos hospitais públicos não será limitada a orientar os segurados quanto a seus direitos relacionados aos benefícios por incapacidade, uma vez que a atuação de assistentes sociais, na área da saúde, deve ser e é a mais abrangente possível.

O voto, Sra. Presidente.

Pelos motivos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.898, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao §5º do art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.032, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 1º .....
> 'Art. 88. .....
> .....
> §5º O Serviço Social atuará nos hospitais públicos também para orientar os segurados quanto a seus direitos relacionados aos benefícios por incapacidade.' (NR)"

Esse é o meu voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Deixem-me chamar a atenção dos estudantes.

Senador Jayme Campos, só mais um minutinho. Já que eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é que eu estou enrolando porque eu quero os votos, não. É porque eu acho importante este registro.

Acho que os alunos observaram a atuação do Senador Jayme Campos. O Senador Jayme Campos, eu olhei aqui Wikipédia agora, ele tem 73 anos. Acertei, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Jovem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jovem.

O Senador Jayme Campos já foi Prefeito, Governador... Duas vezes Governador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – E três vezes Prefeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi três vezes Prefeito, Governador do Mato Grosso e duas vezes Senador.

Por que é que eu falo isso, meninos? Às vezes, vocês não ouvem falar de alguns políticos, mas nós temos nesta Casa pérolas, homens com a experiência e o conhecimento. Então, quando chegarem em casa hoje, estudem a vida do Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leve-o, Professora, para dar uma palestra para os alunos. Essa interação entre gerações acho extremamente necessária.

É um homem amado e respeitado em seu estado, pelo seu povo.

Eu precisava fazer este registro: na semana passada, eu e ele ficamos aí na internet quase em primeiro lugar nos vídeos, porque aconteceu uma coisa com ele. Ele é aposentado também pelo INSS, ele contribuiu a vida inteira, ele tem a aposentadoria dele, e ele não sabia que estavam descontando também da aposentadoria dele nessa fraude que aconteceu.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Estavam me roubando a aposentadoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Roubando-o. E foi muito engraçado quando a gente fez um vídeo.

Gente, até o nosso Senador, o idoso do nosso Senador! Então, esse é o Senador Jayme Campos, que tem um carinho muito grande pelos jovens, e vocês tiveram a honra de conhecer um grande político, um grande líder.

Senador, desculpe ter feito isso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa. essas palavras generosas e bondosas em relação à minha pessoa.

De fato, eu tive a primazia de ser Prefeito por três mandatos na minha cidade de Várzea Grande, que é o segundo maior colégio eleitoral, que tem a segunda maior população, uma cidade com 320 mil habitantes. A minha esposa foi Prefeita também por dois mandatos. O meu irmão Júlio Campos – que foi Senador, Governador, Deputado Federal por quatro mandatos e hoje, com 80 anos, é Deputado Estadual, por incrível que pareça – também foi Prefeito. E meu pai foi Prefeito por dois mandatos na cidade.

De forma que, durante a nossa trajetória, eu tenho certeza de que, na minha biografia como homem público, o que me dá orgulho é o trabalho que nós fizemos por Mato Grosso, sobretudo... Para V. Exa. ter uma noção, Senadora Damares, eu tive a ousadia, lá na década em que fui Governador, de criar uma universidade estadual. E, poucos minutos atrás, eu recebia um grupo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de professores dessa universidade que chama Unemat, que vieram me convidar para me homenagear. Passaram-se 30 anos. Querem me homenagear lá no *campus* da universidade lá na cidade de Sinop, que é uma das cidades mais prósperas do Brasil, ao longo do eixo da BR-163. É a marca de uma gestão. Eu entendo que fiz várias obras – asfalto, fiz 1.140 leitos hospitalares naquela oportunidade, fiz muitos colégios –, mas a obra que muito me marcou – e confesso que é a grande marca da minha gestão – foi quando eu tive a coragem e a determinação de fazer uma universidade estadual. O estado tinha a responsabilidade de manter o ensino médio e o fundamental, mas eu pensava com os meus botões que nós tínhamos que ter uma universidade pública estadual, porque o filho do trabalhador, o cidadão mais humilde, também teria que ter a oportunidade de ter ensino terceiro grau. E, hoje, para minha alegria, Senador Laércio, nós temos 23 mil alunos matriculados na rede da nossa universidade estadual, com cursos dos mais diferenciados. E, agora, nos últimos três anos, até o curso de Medicina está sendo proporcionado pela Unemat.

De maneira que a nossa trajetória e a nossa biografia por si só falam. Sou um político talvez diferenciado, Senadora Damares. Eu tenho o privilégio de dizer que eu sou um Senador independente – independente! Eu faço conforme a minha consciência. Aquilo que é bom para o povo brasileiro, com certeza, tem o apoio do Senador Jayme Campos; naquilo que não é bom, não contem comigo. Ninguém me põe no balaio, ninguém me vende, muito pelo contrário. Eu tenho a visão de que qualquer homem público, Senadora, tem que ter a sua independência, sobretudo quem milita na política, como é meu caso, particularmente, Senadora Damares... Eu entrei em... Em 1982, foi o primeiro mandato meu como Prefeito da minha cidade. Tenho 43 anos de vida pública. Não tenho um riscão na camisa, Senadora Damares, mas não é mais do que obrigação. Nenhum riscão! Não tenho um BO, ou seja, nenhum processo que tramita na Justiça deste país aqui contra o Senador Jayme Campos. Sempre, Senadora, pautei pela transparência, minhas atitudes são de forma republicana, o que me dá a primazia de disputar seis eleições e ganhar as seis. Ninguém sobrevive num processo político democrático por seis mandatos... Sempre ganhei eleições com antecipação. Na última eleição mesmo, eu disputei com onze candidatos a Senador da República e passei o rolo nos onze ou nos dez, porque onze era comigo. (*Risos.*) Então, isso é muito bom. A gente andar por aquele imenso estado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para aqueles que não o conhecem, Mato Grosso é um estado que, com certeza, é um estado diferenciado pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento. Talvez seja um dos poucos estados da Federação em que falta mão de obra. Para terem noção, estão sendo construídos agora pelo Presidente Lula mais três ou quatro institutos federais; lá atrás, o Presidente Bolsonaro construiu três para qualificar. Diante do quê? Dos números de abundância de geração de emprego e renda lá, da transformação da nossa produção agrícola. V. Exa. sabe que o Mato Grosso hoje, nesta safra de 2025, vai produzir 100 milhões de toneladas de grãos, ou seja, dos 320 milhões de toneladas que estão previstos pela Conab, 100 milhões serão produzidos no nosso estado lá, seja em algodão, milho, soja, arroz... Mas, de fato, é um estado...

Eu quero aproveitar a oportunidade. Vocês, que são jovens, com certeza, precisam conhecer melhor o Brasil. Visitem o Mato Grosso, estão convidados. Aqueles que quiserem, por acaso, falem com o Senador Jayme Campos, no gabinete. Ele arruma de recebê-los e nós visitamos. Veremos que lá é um Brasil diferenciado, é um Brasil de oportunidades, e que a sua população é heterogênea. Nós temos lá quase 4 milhões de habitantes. Eu acho que 60% são de migrantes, de brasileiros que se deslocaram de outras regiões do Brasil: do Paraná, do Estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Estado de Minas, do Estado de São Paulo e assim por diante, Senadora. Aquilo lá, com certeza, é um estado que está dando certo. Precisamos de melhores investimentos, sobretudo, na questão da logística, para nós melhorarmos o transporte intermodal, permitindo que possamos escoar nossa produção com um preço melhor. Você imagine, Senadora, o Mato Grosso lá, a mil e tantos quilômetros trazendo nossa soja para exportação aqui no Porto de Santos ou no Porto de Paranaguá. Temos que ser muito competentes!

De forma que, para mim, é prazeroso quando eu falo aqui em nome do Mato Grosso, à medida que o estado me deu essa primazia, esse privilégio de representá-lo aqui, no Congresso Nacional.

Concluindo, agradeço à senhora, que é uma das melhores Senadoras da República. Também quero aqui passar essa leve informação. A Senadora Damares tem uma capacidade de articulação, não só pela sua capacidade política, mas pela sua simpatia aqui. É uma Senadora, foi Ministra, fez muito pelo Brasil, sobretudo defendendo que as políticas públicas não fossem só para as crianças, mas para os idosos, para os povos originários etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está de parabéns. Sinto-me honrado por estar hoje nesta Comissão com V. Exa. a presidindo.

Muito obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jayme. O senhor é um grande líder, um grande professor. Obrigada.

O Senador Laércio vai querer falar. Mas, antes de o Senador Laércio falar, nós vamos abrir o painel apenas para declarar. Já deu quórum.

Meninas, vamos abrir o painel. Vamos ver como ficou a votação do projeto de lei.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ser unânime. Olhe lá: 11. Eu não precisei votar, porque a Presidente só vota quando dá empate. Eu não precisei votar.

Então, a gente – nenhuma abstenção – declara aprovado o substitutivo, em turno suplementar, e as Emendas 5-S e 6-S.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Obrigada, Senador, obrigada.

Senador Laércio – e aí, meninos, me permitam apresentar. O Senador Laércio é do Estado de Sergipe. Gente boa, gente muito querida.

Senador Laércio, com a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Bom dia, Senadora Damares, aqui, presidindo, neste momento, a Comissão de Assuntos Sociais. Daqui a pouco tem a Comissão de Direitos Humanos, que é a sua Comissão titular.

Apenas para fazer um registro. Já foi aprovado aqui, em bloco, o Requerimento 47, de 2025, foi o item 14 da nossa pauta. Eu fiz esse requerimento incluindo algumas pessoas, representando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas entidades, para participarem de uma audiência pública com referência ao Projeto de Lei 2.158.

Mas duas das entidades que eu indiquei me procuraram ontem no gabinete pedindo para retirar seus nomes da indicação. Claro que o convite vai ser feito pela Comissão, se não comparecer, ótimo, mas eu acho que, por dever de justiça, eu prefiro deixar registrado aqui na Comissão o pedido a V. Exa. para que, do requerimento que eu fiz, fosse retirado o convite para o representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e também o representante do iFood.

É essa a solicitação, Sra. Presidente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem, nós vamos consultar o Plenário. (*Pausa.*)

Nenhuma objeção. Então aprovada a solicitação ao requerimento do Senador Laércio com as devidas modificações, retirando dois dos indicados. Mas a audiência não vai ficar esvaziada, Senador, porque o Senador Jayme trouxe outros nomes para a audiência. Então será uma audiência bastante interessante, o tema está na pauta, está todo mundo discutindo, e a Secretaria já vai providenciar a data, junto com o Presidente, do agendamento da audiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos encerrar a discussão do item 2 da pauta, que é só um turno suplementar, não há discussão.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 5078, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Acrescenta o inciso XIII no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao empregado se ausentar de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheira, quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer de mama, nos dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia, devidamente comprovado.*

Autoria do Projeto: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório:

Observações:

1- Em 21/05/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5078, de 2023, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Lembro que amanhã, dia 29 de maio, às 9h, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater os impactos da pejotização no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada à Secretaria. Obrigada, Senadores.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Nelsinho Trad e Astronauta Marcos Pontes, e ainda do Senador Weverton, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 52/2025 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater os "impactos da pejotização no Brasil". **Participantes:** Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Clóvis Fernando Schuch Santos, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; Magda Barros Biavaschi, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade de Campinas – Cesit/Unicamp; Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Vice-Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Renato Bignami, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Ricardo Carneiro, Assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Dercylete Lisboa Loureiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Tiago Ranieri, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho – ANPT; Renan Bernardi Kalil, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT; Gustavo Ramos, Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD; e Alessandra Camarano, Representante da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista – ABRAT. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/29

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 27 e 52, de 2025-CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater os impactos da pejotização no Brasil.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Muito obrigado a todos que já estão aqui presentes e aos outros que estão a caminho.

Como é praxe, eu farei um pequeno pronunciamento de abertura para situar os telespectadores no tema que vamos hoje aqui debater e que nos preocupa muito, muito. Eu falava agora para a imprensa ali fora que a pejotização, os chamados PJ já estão chegando aos supermercados. Eu li na tribuna um documento muito bem formulado por um especialista da área. Ele perguntou se eu leria. Eu disse: "Vou ler, sim". Já foi lido e está nos *Anais*.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais tem como objetivo debater os impactos da pejotização no Brasil, seus efeitos nas condições de trabalho, nos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e na segurança jurídica, além de analisar o posicionamento do Judiciário sobre o tema, mediante, claro, a última decisão do Supremo, que nos preocupou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O avanço da pejotização é alarmante e representa uma ameaça direta aos direitos trabalhistas, configurando, na minha avaliação, um ataque frontal à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Eu digo que participei de atos nos 80 anos da CLT, e eu o fiz com muito carinho, com muita segurança, porque eu sei da importância que é a CLT para o povo brasileiro.

Enfim, essa prática que vamos tratar compromete a proteção social e econômica de milhões de trabalhadores e trabalhadoras do país. A pejotização ocorre quando o empregador contrata um trabalhador como pessoa jurídica – o popular PJ – em vez de estabelecer um vínculo formal regido pela CLT. Apesar de frequentemente utilizada para reduzir encargos trabalhistas e tributários, essa prática se configura como fraude quando oculta uma relação empregatícia tradicional. Em muitos casos, o contratante mantém características típicas do vínculo empregatício, até com jornada definida, subordinação, pessoalidade, salário fixo e trabalho presencial, mas nega os direitos fundamentais garantidos, ao longo da história, pela nossa querida CLT. Poderia citar, como exemplo: férias remuneradas, décimo terceiro, FGTS, seguro-desemprego e por aí vai.

Quando caracterizada como fraude, a pejotização pode resultar em condenações ao contratante, que é obrigado a pagar os direitos não quitados, além de arcar com multas e outras penalidades legais.

O juiz Luis Eduardo Fontenelle, do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, alerta: "Estamos caminhando para um desmonte das condições mínimas e civilizatórias de trabalho".

Foi um documento dele e de um outro especialista que eu li na tribuna.

Ele, então, repete aqui: "Estamos atingindo até salário mínimo, horas extras, descanso remunerado, férias com adicional, licença-maternidade, auxílio-doença, [e ele diz] entre outros direitos fundamentais. Tudo isso está ameaçado, vai passar a valer o vale-tudo", fecho aspas.

Fortalecer a Justiça do Trabalho é imprescindível para enfrentar essas ameaças. Durante a tramitação da reforma trabalhista, alertamos sobre os perigos da terceirização irrestrita, que, infelizmente, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ampliou a possibilidade da terceirização, inclusive em atividade-fim. Eu lamentei muito e fui à tribuna mostrando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignação dos trabalhadores. Embora distintas, a pejotização e a terceirização compartilham o efeito de precarizar as relações de trabalho.

Podem ver, eu tenho ido a diversas regiões do país, vendo a realidade do trabalho escravo. Infelizmente, eu digo que, se me disser um único estado no Brasil que não tenha trabalho escravo, eu mudo o meu pronunciamento, mas me diga um onde realmente não tenha trabalho escravo no nosso país.

Enfim, dados do Dieese e do Ipea mostram que a pejotização passou de 8,5% em 2015 para 14,1% em 2023, afetando cerca de 18 milhões de trabalhadores. Além disso, segundo a Fundação Getulio Vargas, esse modelo de contratação já causou uma perda de pelo menos R$89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista, comprometendo, inclusive, a sustentabilidade da previdência social.

Essa prática fragiliza o pacto social brasileiro e demanda uma resposta firme e efetiva. Por isso, estamos aqui reunidos nesta audiência pública, para aprofundar esse debate e buscar soluções. Muito mais do que só denunciar, nós queremos achar caminhos e soluções para não permitir que o sofrido povo brasileiro perca o instrumento, para mim, mais sagrado para a sua vida – é claro que tem que ter educação, tem que ter segurança, tem que ter habitação –, que é a CLT, pela sua importância na asseguração dos direitos básicos da nossa gente.

De imediato, vamos para a formação da mesa. Chamamos, com muita satisfação, dos que acertaram que vinham, foram convidados e já estão presentes: o Dr. Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele está em videoconferência, mas vai receber as nossas palmas. (*Palmas.*)

Em seguida, ele vai ser chamado.

Convidamos para a mesa o Dr. Clóvis Fernando Schuch Santos, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. (*Palmas.*)

Eu não a estou vendo, mas está aqui. Deve ser videoconferência: Dra. Magda Barros Biavaschi, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade de Campinas. Ela vai entrar por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos o Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Convido Renato Bignami, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Por fim, para esta mesa, convidamos o Dr. Ricardo Carneiro, Assessor Jurídico da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Se os senhores concordarem, nós vamos iniciar com o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que pediu para ser o primeiro por motivo de outras agendas. Então, com enorme satisfação, passamos a palavra por 10 minutos, com mais 5, se necessário – dá para cada um imaginar 15 minutos já – ao Dr. Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Paim, espero que estejam a me ver e ouvir. Quero saudá-lo e quero agradecer, não apenas o convite, que agradeço em meu nome, em nome do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do TST e do Conselho Superior, que me pediu que expressasse este seu agradecimento.

Quero agradecer também, Senador Paulo Paim, por este seu compromisso institucional, seu compromisso com a promoção dos direitos sociais e direitos humanos, que se revela tão claramente nessa sua fala introdutória.

Como o tempo me cobra uma certa objetividade, saúdo inclusive todos os que compõem a mesa e também a minha Profa. querida Magna Biavaschi, que compartilha comigo a videoconferência.

O nosso tema é pejotização. Eu inicio dizendo, Senador Paim, que nenhuma lei regula a pejotização. Na verdade, pejotização não é e nunca foi um conceito jurídico. "Pejotização" na verdade é uma palavra que nasceu com sentido depreciativo, com sentido crítico, com sentido pejorativo. Nasceu, como disse há pouco V. Exa., para designar uma fraude, a fraude de um empregador que, ao contratar um típico empregado ou uma típica empregada, exige que ele constitua uma MEI, uma microempresa, uma PJ, uma pessoa jurídica, e faz essa exigência com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro objetivo de reduzir as obrigações fiscais e as obrigações previdenciárias, o que não raro é um convite não apenas para que essa fraude se dissemine no setor empresarial, mas para o próprio trabalhador que tem a visão imediatista de que vai ter um desconto menor, sem perceber todas as consequências drásticas de não ser regido pela nossa octogenária Consolidação das Leis do Trabalho.

O Direito do Trabalho no Brasil e em todo o mundo civilizado – esta é uma afirmação que me parece significativa – é regido pelo princípio da primazia da realidade, basta ler a última diretiva da União Europeia, do final do ano passado, aprovada em abril de 2024, a respeito do trabalho plataformizado, e nós vemos como, no sistema europeu, foi sublimado, foi enaltecido, foi exaltado o princípio de que a realidade vale mais do que a forma.

Se nós lermos o art. 167 do Código Civil brasileiro, nós vamos perceber que, se o princípio da primazia da realidade não valer nas relações de trabalho, o trabalhador e a trabalhadora brasileiros vão estar menos protegidos, menos tutelados do que se eles estivessem regidos pelo direito civil, o que significa evidentemente um retrocesso muito significativo, mas a esse propósito, Senador Paim, ilustres convidados, seleta audiência, eu devo dizer que a Justiça do Trabalho sempre entendeu que é possível contratar uma pessoa jurídica quando é de fato uma pessoa jurídica que está sendo contratada. A Justiça do Trabalho sempre entendeu que há outras formas de relação jurídica envolvendo o trabalho humano, inclusive outras formas de relação de trabalho que não necessariamente se confundem com a relação de emprego e portanto não são regidas pelo direito do trabalho.

Eu devo dizer ainda, Senador Paim, que a Justiça do Trabalho sempre entendeu que, se há um contrato, um instrumento contratual, um documento indicando que aquele trabalho está se desenvolvendo no âmbito de uma relação jurídica de outra natureza, o trabalhador tem o direito, mas cabe a ele este ônus de fazer a prova de que prestava serviço subordinado, oneroso, não eventual, pessoal. Haveria ali, naquela relação, uma relação de emprego e, por conseguinte, ele tem todos os direitos assegurados, os direitos inerentes à relação de emprego.

Parece-me também importante dizer que a Justiça do Trabalho está e sempre esteve atenta às transformações tecnológicas que modificam a nossa vida, a nossa existência em todas as suas dimensões. A Justiça do Trabalho sempre esteve atenta às transformações tecnológicas e está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sintonia com a jurisdição social que, em todo o mundo, reconhece o valor e a utilidade dessas novas tecnologias, mas impede que essas novas tecnologias subvertam a ordem social, subvertam a proteção jurídica assegurada às pessoas ou grupos que estão evidentemente em condição de vulnerabilidade, inclusive vulnerabilidade econômica.

"Pejotização" portanto, meus amigos, é um termo conotativo de uma fraude, é uma prática que conduz ao adoecimento de todo o sistema de proteção ao trabalho humano. O Senador Paim lembrava, com muita propriedade, que nós estamos tratando aqui de limitação de jornada, salário mínimo, acidente de trabalho, maternidade, trabalho infantil, trabalho doméstico, tráfico e escravização de pessoas, nós estamos tratando de representação sindical. Tudo isso se esvazia quando nós autorizamos que a forma pejotização prevaleça sobre a realidade do trabalho quando essa realidade nos leva à percepção de que há ali, naquela situação concreta, um vínculo de emprego.

Eu devo dizer, porque a motivação para esta audiência me parece clara e o Senador Paim falou sobre ela no início da audiência, que o Supremo Tribunal Federal na verdade institucionalizou esse tema, essa palavra, esse termo "pejotização", constitucionalizou esse debate. Ao converter o Tema 1339 e sua repercussão geral em um tema de envergadura constitucional, o Supremo Tribunal Federal avocou para si a responsabilidade de decidir substancialmente se o empresário brasileiro, diferentemente dos empresários em todo o mundo civilizado, poderá optar entre respeitar os tratados internacionais, a Constituição, as leis da República, inserindo-se esse empresário brasileiro em um sistema de proteção trabalhista que assegura direitos fundamentais aos trabalhadores e trabalhadoras, um sistema de proteção social que pacifica as relações sociais, ou se há para esse empresário brasileiro a alternativa de forjar uma denominação diferente para a relação de emprego que tem com os seus empregados.

Eu tenho a firme convicção, Senador Paim, de que o Supremo Tribunal Federal não transformará o direito do trabalho em uma mera opção do empresariado brasileiro. A Fundação Getulio Vargas emitiu, como disse há pouco V. Exa., uma nota técnica ponderando que, se o estímulo a essa falsa pejotização – eu estou falando da falsa pejotização –, se esse estímulo perseverar e o setor empresarial optar pela conversão de apenas metade dos seus empregados em PJ, em pessoa jurídica, uma projeção otimista, mas que confia na consciência empresarial – a consciência empresarial existe no Brasil –, essa projeção otimista ainda assim faria com que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos anos nós tivéssemos uma perda arrecadatória de R$382 bilhões, o que significaria 16,6% da arrecadação tributária de 2023. Eu penso que esse rombo fiscal é mesmo uma ameaça séria, uma consequência prática a ser considerada, mas, com todas as vênias, esse rombo fiscal não nos remete a um valor moral preeminente.

Ainda, ao dar repercussão geral ao Tema 1389, o Supremo anunciou que também irá definir se a Justiça do Trabalho continuará tendo competência com base no art. 114 da Constituição, no art. 43 do CPC e no art. 651 da CLT, se todos esses dispositivos continuarão prevalecendo e, portanto, a Justiça do Trabalho continuaria tendo competência para decidir, em cada caso, se estão ou não presentes os requisitos da relação de emprego.

De novo, eu tenho a firme convicção de que o Supremo Tribunal Federal não trairá a sua história, não irá legitimar algum preconceito contra a escolha constitucional, essa eleição, essa opção do Constituinte brasileiro, de termos um ramo do Poder Judiciário especializado nos temas que envolvem o trabalho humano e envolvem todas as formas de vulnerabilidade, formas de vulnerabilidade que estão interseccionadas, como bem sabemos, e que estão presentes no mundo do trabalho.

Mas o esvaziamento, o desprestígio da Justiça do Trabalho, de sua competência, historicamente reconhecida, eu penso que apenas consolidaria o desmonte da rede de proteção social no Brasil. Que função – eu pergunto e me pergunto, inclusive, Senador Paim e caros convidados – terá a Justiça do Trabalho se o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros passar a ser uma mera opção do empresariado brasileiro? A que servirá? Que função social será essa da Justiça do Trabalho? O que justificará a sua existência?

Eu penso que, à semelhança dessa ameaça de rombo fiscal, a competência da Justiça do Trabalho não é o tema principal. O que está em debate, a meu ver, e eu quero compartilhar este sentimento, é a possibilidade de o Brasil experimentar um retrocesso social que validará a contratação meramente formal com pessoa jurídica de empregados precarizados, de garis do sul da Bahia, de cortadores de cana no meu estado, em outras regiões do Nordeste, de colhedores de uva e de maçã no sul, de entregadores de alimentos, de outras utilidades, como todos nós sabemos, por aplicativos, de professores, de bancários, de motoristas, de manicures, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores domésticos. É isto que está em discussão, se essa pejotização desse pessoal que já faz parte dessa massa de trabalhadores precarizados será validada.

Mas há outra *nuance* que está em perspectiva e que me parece muito séria também que deve ser considerada. O que está em debate, igualmente, é a possibilidade de o Brasil experimentar um retrocesso social que validará a opção imediatista, como eu disse há pouco, de retirar dos empregos com melhor salário, daqueles trabalhadores que têm um salário mais elevado, de retirar, de autorizar desses trabalhadores, onde emprego há propriamente, essa responsabilidade que todos temos, inclusive esses trabalhadores que têm um salário maior, de contribuir para essa rede de proteção social que sustenta a licença-maternidade, auxílio-doença em casos de enfermidade, auxílio-doença em casos de doenças ocupacionais, de acidentes de trabalho de uma forma geral, esse sistema de proteção social, que financia o direito à moradia popular pelo FGTS, que sustenta o Sistema Único de Saúde, o direito a uma velhice em condições dignas. Parece-me que o que está em debate é essa autorização para que empregados com melhor salário possam aceitar essa falsa pejotização e, com ela, o direito de não financiarem a proteção social constitucionalmente garantida a todos os trabalhadores em condição de vulnerabilidade. Eu penso que nós teríamos aí um esgarçamento, um esvaziamento desse compromisso constitucional que está no art. 3º, no inciso I, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, esse compromisso assumido pela sociedade brasileira de nós construirmos e preservarmos uma sociedade livre, uma sociedade justa, uma sociedade solidária.

Eu acho que eu represento... Eu não sou... Aqui, eu vejo o Treviso, que estará na representação dos juízes do trabalho do Brasil, mas eu ouso dizer que eu represento o pensamento majoritário dos juízes brasileiros quando eu reconheço que está no Congresso Nacional a expressão da vontade popular, a prerrogativa de assumir protagonismo, Senador Paim, nesse debate sobre a regulação jurídica das formas de trabalho, nesse debate sobre o modo como tornar digna a condição de trabalho, o trabalho humano. É do Congresso Nacional, evidentemente contando com a expectativa sempre positiva de uma sanção presidencial, mas é do Congresso Nacional a prerrogativa última de afirmar ou de reafirmar por lei a defesa e a promoção do trabalho decente no território brasileiro.

Eu agradeço muito esta oportunidade, Senador Paulo Paim, mas lamento, pois gostaria de estar presente presencialmente mesmo na sessão, e não estou porque há um choque de horários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há uma sessão de uniformização da jurisprudência que me aguarda desde as 9h da manhã, com uma pauta muito extensa, que tomará, certamente, todo o dia, mas combinamos, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e eu, que estaríamos aqui para prestigiar essa sua iniciativa e, de alguma forma, contribuir para este debate que me parece um debate dos mais relevantes hoje para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós que agradecemos, Dr. Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Nossos cumprimentos. V. Exa. abriu com muita competência este evento, mostrando a realidade do povo brasileiro, que pode ser piorada, muito mais, se rasgarem a nossa CLT, porque é isto que eles estão querendo. Eu participei de outros eventos em que eu mostro que é nesse sentido. Eu fui Constituinte. Aqui, no Congresso Nacional, nós temos, ainda, quatro Constituintes. Aqui, no Senado, eu e o Renan. E lá nós tínhamos essa preocupação. Por isso, naquele artigo que trata da ordem social, nós já colocamos muita coisa que... Diziam para mim "tu quer transformar a Constituição numa CLT, Paim?", como uma forma de me afrontar. Eu dizia "se eu puder... Eu gosto tanto da CLT que eu coloco ela dentro da Constituição para vocês não a desmontarem no futuro". Não coloquei tudo, mas algumas partes eu coloquei lá, né?

Bom, vamos em frente! Eu tenho que me cuidar para não falar demais. Se não, eu começo a contar história e os painelistas não têm espaço para falar. Mas o senhor vai ser chamado também na segunda mesa.

Agora, intercalando um à distância e um presencial, eu passo a palavra ao Dr. Clóvis Fernando Schuch Santos, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar V. Exa., Senador Paulo Paim, por trazer este debate da pejotização ao Senado, um debate importante deste momento difícil que estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também a minha colega Desembargadora do Trabalho aposentada, pesquisadora do trabalho da Unicamp, especialista em direito do trabalho, com vasta experiência também nessa questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para ela ficar lá preparada, que ela é a próxima a ser chamada, depois do nosso Dr. Clóvis.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – Quero também cumprimentar aqui o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Juiz Treviso, o Juiz Leonardo, que é Diretor Legislativo da Anamatra, Presidente da Amatra da Bahia, e os demais aqui ilustres convidados da mesa, também o Marcelo, o Dr. Ricardo, da CUT.

Este tema, esta semana ainda, conversando com o Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ele referiu que é uma verdadeira catástrofe, porque, como realçou o Ministro Augusto César, a pejotização já tem um caráter pejorativo de fraude, como é a uberização, também a precarização do trabalho do trabalhador plataformizado, que é explorado em jornadas extenuantes sem qualquer direito, qualquer direito trabalhista. Vejam o caso lá do motoboy, que são dezenas de milhares que morrem, fora os que se acidentam, sem direito algum. Fica a viúva, ficam os filhos sem qualquer tipo de proteção. É isto que está acontecendo com a pejotização.

Após a reforma trabalhista de 2017, em que se autorizou a terceirização da atividade-fim, cresceram as fraudes. As fraudes, que eram 8%, passaram a 15%, de 2015 a 2022. E hoje temos essas PJs em torno de 17 milhões de trabalhadores. Nem toda PJ, pessoa jurídica, microempresa individual, é fraude. A fraude acontece quando se quer mascarar o trabalho do empregado tal como definido no art. 3º da CLT, que é o trabalhador que trabalha com pessoalidade, não eventualidade, remuneração e subordinação jurídica ou dependência hierárquica, econômica, técnica, profissional. Aí é que entra a fraude. E, lamentavelmente, nós, agora, fomos surpreendidos com a suspensão dos processos na Justiça do Trabalho e a modulação da afetação no Tema 1389, que trata da terceirização.

Ora, terceirização é diferente de pejotização. Terceirização é aquele que é, contratado por uma empresa interposta e tem alguns direitos trabalhistas. Agora, na pejotização, não há direito trabalhista nenhum. E, se for validada aqui a possibilidade de haver a faculdade de ser celetista ou pejotizado, acaba com a CLT. Quem é que vai contratar um trabalhador com todos os direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhistas se pode fazê-lo através de uma PJ, sem direito algum, apenas com a remuneração? Isto é o fim da CLT, é o fim dos direitos sociais consagrados pela Constituição Federal no art. 7º. Sob pretexto da liberdade contratual econômica ou modernidade, vamos acabar com os direitos, vamos retroceder ao século XIX.

Eu tenho acompanhado os pronunciamentos de V. Exa. no Senado e quero dizer que concordo.

A questão da escravidão. A escravidão sempre acompanhou a história da humanidade, Senador – sempre –, desde a antiguidade até os dias de hoje, como V. Exa. destacou. Temos até algumas leis trabalhistas lá na antiga Babilônia, no Código de Hamurabi, temos, lá no Digesto, no Direito Romano, mas a escravidão teve, inclusive no Brasil, de 500 anos... Apenas nos últimos 137 anos é que não há escravidão formal, mas há escravidão de fato, condições análogas à escravidão, que só não são maiores porque os auditores do trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho... (*Palmas.*)

... com o auxílio da Polícia Federal, têm resgatado trabalhadores em todo o Brasil. Lá no Rio Grande do Sul, vergonhosamente, nós temos, neste ano, trabalho escravo na colheita da uva, na colheita da maçã, na indústria têxtil, nas relações domésticas; pessoas tratadas como familiares, mas exploradas à exaustão, sem direito de ganhar sequer alguma remuneração, sem ter liberdade. Então, essa é a questão fundamental.

E a Constituição Federal é clara em não admitir nenhum retrocesso social porque a modernidade é o avanço civilizatório, com mais proteção inclusive aos trabalhadores plataformizados, que hoje são em torno de 3 milhões. Temos, no Brasil, de 210 milhões de habitantes, 103 milhões de trabalhadores, já tivemos 80 milhões com carteira assinada, Senador Paim, hoje temos 55, não temos 60 milhões. Então, a informalidade hoje é algo gigantesco, é quase 40%. Esse é o problema. Precisamos avançar em dar mais proteção.

Diz o *caput* do art. 7º, que trata dos direitos trabalhistas: são direitos dos trabalhadores, entre outros, que visem à melhoria da condição social, ou seja, é um princípio do não retrocesso, isso é princípio constitucional. E a própria Constituição, no art. 1º, é clara em que a valorização do trabalho é finalidade da República do Brasil. No próprio capítulo, que nós temos também, da questão econômica, tem a questão do pleno emprego, que é defendido também pela ONU, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização Internacional do Trabalho, o pleno emprego, o desenvolvimento, a melhoria do padrão civilizatório. Isso é finalidade de todos, está consagrado em todos os textos, nacional ou internacional.

Então retroceder não é modernidade, retroceder à época da escravidão; nós vamos deixar de lado, vamos acabar com a previdência, porque, se acabarmos com os empregos, a previdência, que já é deficitária, vai acabar. Nós vamos trocar o princípio da solidariedade pelo princípio do egoísmo, pelo princípio da maldade. Vamos abandonar milhões de trabalhadores. Já são um número muito grande de trabalhadores sem direitos e agora teremos muito mais, é uma legião. E como é que vai se dar isso? Isso vai, evidentemente, aumentar a violência, os problemas, a miséria, que já são grandes. E a Justiça do Trabalho, como o direito do trabalho, a CLT, tem servido, nas últimas oito décadas, exatamente 82 anos, pacificando as relações do trabalho, garantindo direitos mínimos de subsistência, um ambiente saudável, preocupado com a saúde do trabalhador, preocupado com o ambiente do trabalho, com os seus direitos. Agora, na pejotização, não tem nada mais disso, não tem mais isso, não tem mais assédio moral, sexual, principalmente contra a mulher, o que inclusive nas relações do trabalho é algo realmente muito preocupante porque a mulher é desrespeitada em todo lugar. Até aqui no Senado, nós vimos uma ex-Senadora, Ministra de Estado sendo desrespeitada. (*Palmas.*)

Imagina aquela operária, trabalhadora lá, ela é desrespeitada. E o direito do trabalho, a Justiça do Trabalho está aqui para proteger, para fazer o equilíbrio nessas relações. Agora, PJ não tem pessoa humana, não tem direito trabalhista, não tem nada mais disso. Quer dizer, vai ser um total abandono, vai ser um retrocesso inadmissível pela Constituição, pela civilidade.

Então, além da questão da previdência, também o Fundo de Garantia, que financia obras públicas, que financia a casa própria, também vai deixar de existir. E, deixando de existir o empregado, vai também perder a finalidade da Justiça do Trabalho, o próprio Ministério do Trabalho. Quer dizer, vai ser uma barbárie, um retrocesso e isso vai ser uma indignação internacional. Nós vamos nos colocar entre os piores países do mundo, países asiáticos, onde a exploração é vergonhosa mundialmente. E é isso que nós queremos para o nosso país, para o nosso povo? E mais, vai afetar todos os setores. Imagina, se PJ não tem direito a descanso remunerado, não tem direito a férias, não tem direito a décimo terceiro, não tem direito a nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão, por exemplo, do turismo. Quem não tem férias, com certeza, vai afetar a questão do turismo na economia também. A questão do décimo terceiro, das compras, do comércio, ou seja, toda a economia vai ser afetada porque a miséria vai aumentar e, não havendo renda, não há consumo. Então, são essas questões que nós temos que olhar, que Brasil queremos.

Há uma preocupação muito grande e a pejotização, como se diz, já é uma forma pejorativa de exploração do trabalho. O que é moderno realmente hoje no mundo do trabalho é avançar na proteção, é avançar na civilização. Posso aqui dar um exemplo: jornada de 36 horas. Isso é moderno, isso é nos colocar junto aos patamares dos países mais desenvolvidos. E não nos colocar, como, aliás, temos o caso Lochner, na Suprema Corte dos Estados Unidos. Em 1905, uma lei de Nova York concedeu aos padeiros 60 horas semanais e 10 por dia. Aí, a excelsa corte de lá entendeu que era inconstitucional porque violava a liberdade contratual e econômica. Claro que isso depois acabou sendo superado, mas, veja, nós hoje estamos também nessa discussão junto com a nossa Suprema Corte, né?

Quanto à questão da CLT, das fraudes, nós temos bem clara a competência da Justiça do Trabalho, no art. 114 da Constituição Federal, com a emenda de 2004 que ampliou o julgamento das controvérsias, não somente entre empregadores e empregados, mas em todas as relações de trabalho. Mas, lamentavelmente, o Supremo nos tirou também a competência, entendeu que não estava ali, dos trabalhadores do serviço público, os servidores estatutários. E até mesmo as questões da previdência, que, a meu juízo, deveriam ser da competência da Justiça do Trabalho. Na questão das fraudes, vou dar um exemplo aqui de como a fraude da terceirização da atividade-fim acontece, dou um exemplo do banco. O banco sempre teve terceirizada a vigilância, o serviço de limpeza, de cafezinho, de conservação, isso sem nenhuma fraude, trabalho temporário. A fraude se dá quando o banco cria uma empresa, que é o próprio banco, dizendo-se terceirizada, para contratar trabalhadores para trabalhar no banco sem serem bancários e sem terem os direitos bancários, como jornada de seis horas, gratificação semestral, participação nos lucros, etc., tudo que está tanto na lei como nos dissídios coletivos. E são bancários. Então hoje o escriturário, o caixa, o tesoureiro já não são mais bancários; são terceirizados que têm alguns direitos trabalhistas.

Então, veja, a fraude começou, a partir de 2017, a aumentar e muito, e a gente vê bastante, né? E, infelizmente, essa reforma da era Temer, que veio para trazer modernidade, é sempre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modernidade a trazer, gerar milhões de empregos, ao contrário, diminuiu empregos, precarizou o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nessa sala aqui, num debate sobre essa reforma, um dos que vieram defender a reforma usou exatamente o termo, disse: "Olha, vai criar aqui, Paim, 10 milhões de empregos". Eu digo: "É uma piada que você está me contando, né?". Houve mais desemprego.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – Nós tínhamos 80 milhões de empregados; hoje temos menos de 60 milhões. Então, essa reforma, que foi inspirada numa reforma na Espanha, precarizadora, inclusive lá já foi revogada, o melhor seria aqui revogar, porque ela trouxe insegurança jurídica, trouxe precarização, não trouxe nenhum benefício nem para os trabalhadores nem para o Brasil. E agora a tragédia que nós estamos vivendo: a suspensão dos processos na Justiça do Trabalho, o Supremo sinalizando pela pejotização como válida, inclusive como alternativa aos empregados, já tem aumentado a fraude de forma assustadora. Nós temos hoje, como V. Exa. já disse, os garis de Porto Alegre, os lixeiros são PJ, os trabalhadores no mercado, supermercados, são PJ, as maiores construtoras do Rio Grande do Sul estão contratando pedreiros, serventes, carpinteiros como PJ. E assim por diante, domésticas como PJ. Então, hoje a fraude já está de forma generalizada. E o Supremo está tornando inválidas decisões da Justiça de primeiro grau, do Tribunal Regional e até do TST, apenas pelo nome. Há um contrato verbal de PJ, então não é emprego, tornando insubsistentes, inclusive, as nossas decisões e nos impedindo de dar seguimento aos processos, pelo art. 9º da CLT, que diz que são nulos de pleno direito todos os atos para impedir, desvirtuar ou fraudar a aplicação dos direitos trabalhistas, consagrando o princípio da realidade. O que importa não é o nome que se dê ao contrato de trabalho, mas, sim, a forma como é prestada. Se for com pessoalidade, com horário, com subordinação, é um contrato de emprego.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – A pejotização pode haver, de forma autônoma, agora, confundir esses trabalhos aqui, isso está gerando essa fraude enorme, isso está destruindo a CLT, o direito do trabalho e várias outras questões, como já foi referido, a previdência, o fundo de garantia, 5S e a própria economia, né, contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um livro aqui, muito importante, de dois professores de universidades do Rio de Janeiro que são membros do Ministério Público do Trabalho, Cássio Casagrande e Rodrigo Carelli, um livro interessantíssimo, analisando a reforma de 2017: *A Suprema Corte contra os trabalhadores: como o STF está destruindo o direito do trabalho para proteger as grandes corporações*. Isso é uma obra, nem analisou a questão aqui da pejotização, mas que está dentro dessa linha.

Então, é lamentável que a gente esteja vivendo isso.

Eu só quero aqui concluir para não me alongar, com uma manifestação de um padre que foi Deputado na França, em 1848. Ele dizia: "Entre os fortes e os fracos, entre os ricos e os pobres, entre o senhor e o servo, é a liberdade que oprime, é a lei que liberta". E nós, na democracia, como membros da Justiça, temos que não só aplicar as leis, mas garantir o respeito aos direitos fundamentais. E, quando se fala em direitos de trabalhadores, estamos falando, sim, em direitos fundamentais, estamos falando em direitos sociais e em direitos humanos, que não podem ser relegados a algo sem valor, sem prestígio.

Lamentavelmente, parece, pelo que a gente vê das manifestações da magistratura trabalhista, do Ministério Público do Trabalho, da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – ... advocacia trabalhista, dos auditores também do trabalho, que o Supremo não nutre simpatia nem pela classe trabalhadora e muito menos pela Justiça do Trabalho, que tanto tem servido, porque nós, lá, Senador, como julgamos, mediamos as greves, todos esses momentos, estamos contribuindo, inclusive, para um ambiente de paz, de tranquilidade para toda a sociedade. Se não tivermos mais atuantes, quem fará esse papel? Será a polícia? Serão as forças de segurança? Lá, no século XIX, não conseguiram conter a insatisfação dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito, muito bem. Muito bem.

Parabéns, Dr. Clóvis Fernando Schuch Santos, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, que fez uma exposição brilhante também, como este momento exige.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como temos muitos convidados e todos já estão confirmados, à distância ou presentes, eu vou pedir para a minha assessoria, pelo nível desta audiência pública, que para mim está *top*, *top*, *top*, *top* e vai continuar *top* até o fim, que entre em contato com a Presidência dos trabalhos no Senado... O projeto número um de hoje é de minha autoria, é um projeto que trata das pessoas com deficiência, muito importante para eles também, mas de forma tal... Como eu estou presidindo aqui – a Senadora Damares é a Relatora e fez um parecer favorável magnífico –, eles podem votar, porque foi aprovado em todas as Comissões, e no Plenário é, afinal, só um carimbo mesmo do projeto. Eu gostaria de estar lá, mas não tem como eu deixar... Eu não quero perder este debate. Como quem está assistindo em casa – tenho certeza, uma grande quantidade de brasileiros e brasileiras –, eu também não vou poder sair daqui. E esse projeto pode ser votado sem a minha presença. O importante não é a minha presença, mas, sim, a aprovação do projeto, o.k.? Vocês conversem lá, por favor.

Então, vamos em frente. Como havia anunciado, Dra. Magda Barros Biavaschi, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade de Campinas. Fui companheiro de trabalho dela quando eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e ela já nos ajudava lá muito, no espaço que ela tinha naturalmente, como uma especialista Doutora em juízo.

Por favor, Dra. Magda, é uma alegria recebê-la aqui no Senado.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. A satisfação é minha inteiramente não só pelo convite do Senador Paim, que aliás foi o responsável pelo arquivamento do projeto em 2003, no Senado, do negociado sobre o legislar. Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me que eu diga – permita-me que eu diga – que eu não estava me lembrando disso.

Eu era Deputado Federal, e eles queriam aprovar o que valia, não o legislado e, sim, o negociado. E nós sabemos quem é a parte fraca nesse jogo entre empregado e empregador. Perdi por um voto. Fui à tribuna – virei Senador por causa disso – e disse: "Vou ser candidato ao Senado, porque eu vou derrubar lá no Senado". Felizmente me elegi, numa bela votação, defendendo essa visão. E o Presidente Lula e o Jaques Wagner, na época, mandaram arquivar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência*.) – Exatamente, era a promessa da campanha.

Sabe o que é, Senador Paim? É que, quando a gente vai adentrando em anos, a memória presente vai se consumindo, mas a antiga se reafirma. E é por isso até que as pessoas mais avançadas em anos têm que compor os conselhos – os conselhos de anciãos, enfim, os conselhos – que são fundamentais para a gente recuperar a memória, ressignificar o presente e caminhar para o futuro.

Muito obrigada, Senador Paim, pelo convite, para mim, muito honroso e muito satisfatório, de poder estar aqui novamente, contribuindo com V. Exa., esse gaúcho, lanceiro do Rio Grande do Sul, a quem eu faço votos para que continue por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De lanceiro negro, eu sou herói da pátria agora. Um projeto de minha autoria também, viu? É que eu tenho tantos anos no Congresso, que, em cada assunto que falam, eu acabo dando uma pitada, viu? Continue, por favor.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência*.) – E é muito bom, porque o povo que não tem memória não tem história, e o povo não consegue reconstruir o futuro. E eu acho que o nosso desejo também é, metaforicamente, voltar a colocar o cavalo no Obelisco, não é, Senador Paim? Num bom sentido, no sentido humanizador e no sentido igualador.

Enfim, muito obrigada por estar aqui. Muito obrigada também pela possibilidade de representar aqui o GT Mundos do Trabalho, do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho), do Instituto de Economia da Unicamp.

Integro também a Secretaria do Trabalho da ABJD, Executiva da ABJD, que vai estar representada pelo nosso querido colega Gustavo, e componho a mesa de esperança do Ministro, que é o regente da orquestra, Augusto César, e do meu colega Clóvis Schuch, maravilhoso colega, que veio aqui representar também o Tribunal Regional do Trabalho dos Desembargadores do Rio Grande do Sul, com essa fala correta, política e forte e que mostra que, na política, ou no campo da política – vamos dizer, do ponto de vista nobre da palavra –, o que nos é demandado é reunirmos forças suficientes para atravessarmos grossas vigas de madeira, mas é o único caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível para que não sucumbamos ao naufrágio de todas as nossas esperanças, que é o que nos alimenta.

Muito obrigada. Obrigada, companheiros de mesa. E um abraço muito grande àqueles que nos ouvem também *online*.

Então, a partir desses agradecimentos, eu também quero fazer um registro de que hoje eu recebi uma incumbência de representar aqui a Frente Nacional contra o Tema 1389, que é uma frente ampla, com várias entidades de representação do mundo do trabalho, academia, militantes, representantes sindicais, trabalhadores, estudiosos do trabalho. Enfim, é uma frente que se arma também e se move no sentido da defesa do sistema público de proteção social ao trabalho, sobre o qual o Ministro Augusto César e o Clóvis Schuch também já dissertaram e explicaram os sentidos e os significados da sua destruição.

Eu vou começar lendo uma epígrafe de Evaristo de Moraes, retirada de um livro muito importante do Evaristo de Moraes, o pai, que foi escrito em 1905. Então, vocês vejam, eu gosto muito de trazer essa reflexão, porque ela é muito atual e ela se ajusta ao que está acontecendo hoje em relação àqueles que entendem que a liberação, a liberalização de todas as forças é um movimento natural e irreversível rumo à autonomia do indivíduo. Essa é uma falsa ideia, eu diria, é uma falsa ideia de liberdade, e eu diria que ela significa, como o Clóvis também pontuou, na realidade, os grilhões da liberdade.

Então, dizia ele, em 1905 – vocês vejam como isso é atual –:

> Os economistas clássicos mantêm ainda, contra [toda] a evidência dos fatos, no interesse do capitalismo moderno, a crença nas virtudes da liberdade [para o] [...] trabalho, não admitindo regras, nem normas legais, que fixem as bases do contrato entre o empregador e o empregado, ou (como se diz na linguagem jurídica brasileira) entre locatário e o locador de serviços. [Faço um pequeno parêntese, porque era 1905 e o contrato de trabalho era entendido como um contrato de locação. Fecho parêntese]. O homem é livre [diz ele] – argumentam [todos]; [O homem] tem o direito de vender o seu trabalho pelo preço e [pelas] [...] condições que [ele] quiser. [Porém] [...] essa liberdade de trabalho [e esse é o alerta do Evaristo] só tem gerado a opressão e a miséria, a exploração do operariado e seu rebaixamento progressivo. [Mas essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> liberdade de trabalho, que assim gera] Hoje, [...] ninguém [mais] contesta quanto influi [...] [para ampliar a] concorrência na remuneração do trabalho operário. [E aí ele diz: refletir] isso basta para desfazer o encanto ilusório da [abrem-se aspas] 'liberdade do trabalho' [fecham-se aspas].

Estamos aqui, pelas mãos novamente do Senador Paim, mais precisamente para discutir os impactos de certas decisões do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, e nas reclamações constitucionais, que apostam na falsa ideia do empreendedorismo como sendo a mola propulsora da dinamização da economia. Falsa ideia, até porque essas promessas não têm sido e não podem ser cumpridas, onde quer que esse sistema tenha sido implementado.

O Supremo, com base nesse tipo de argumentação, tem, em decisões majoritárias e, agora, no Tema 1389 da Repercussão Geral, negado competência à Justiça do Trabalho para reconhecer vínculos de emprego fraudados sob os véus de dissimulados contratos de natureza civil, negando, portanto, a própria razão de ser do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho, ou seja, mais amplamente ou para além do direito trabalhista, negando o sistema público de proteção social e ao trabalho, lutado e construído a ferro e fogo neste país de mil e tantas misérias, e, finalmente, num cenário de avanços e recuos, constitucionalizado, em 1988, pela nossa Constituição cidadã, construída em berço análogo ao da Constituição de Weimar, de 1919.

Portanto, não é uma Constituição liberal, como foi a Constituição de 1891, mas um pacto social que coloca e condiciona a livre iniciativa, não como direito absoluto, mas condicionada ao valor social do trabalho, e à ordem econômica e financeira, condicionada à dignidade humana e a esse mesmo valor social; daí por que essa Constituição, que não assegura a liberdade negativa, nem a igualdade negativa, mas a liberdade e a igualdade positivas, está fundada em princípios que estão sendo colocados em xeque, em especial aqueles princípios que fundamentam o direito do trabalho; direito do trabalho esse que, como o Senador Paim bem referiu, foi incorporado pela Constituição de 1988 – e que bom que foi – e elevado à condição de social fundamental, em que não é a vontade individual das partes que prevalecem, mas um estatuto geral, universal, impessoal, normativo, baseado em princípios, sobretudo, como aqui já referido pelo Ministro Augusto César, o princípio da primazia da realidade. Ou seja, a realidade, para esse sistema, tem força jurígena, e ela não pode ser escondida, ela não pode ser burlada, ela não pode ser escamoteada em falsos ou por falsos rótulos ou frágeis fórmulas: ela é o que ela é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as instituições que compõem esse sistema público de proteção social ao trabalho são: a Justiça do Trabalho brasileira, os dois sistemas de fiscalização e as organizações sindicais que compõem esse sistema, integrado, portanto, pelas normas de proteção social ao trabalho, constitucionais, infraconstitucionais e convencionais, e pelas instituições do mundo do trabalho encarregadas a concretizá-las no mundo da vida, a fiscalizar a sua aplicação e a sua concretização e a ampliar o seu escopo, as organizações sindicais, sistema esse que está em xeque e se constitui como um problema e um desafio quando os interesses privados ameaçam subjugar o sentido do público e, portanto, ameaçam atingir uma sociedade constituída na equidade e na justiça social.

E o STF, que tem sido fundamental – e isso precisa ser registrado – para afirmar a democracia formal, assegurar a lisura do pleito, assegurar a democracia formal neste país, os direitos das subjetividades, o direito à vida, inclusive, por meio da vacina que nos salvou, com essas decisões no campo do sistema público de proteção social e ao trabalho, retira a força normativa dessa Constituição, que elevou, repito, esse lutar do sistema público de proteção social à condição de social fundamental e condicionou, isso tem que ser repetido, em seus fundamentos, a livre iniciativa ao valor social do trabalho, colocando, na dignidade humana e na igualdade substantiva, os fundamentos da ordem social nos arts. 5º, depois 6º e seguintes da ordem social e na ordem econômica e financeira, nos arts. 170 e seguintes.

São pilares que estruturam o nosso sistema constitucional e a nossa vida em sociedade e, assim decidindo, reconhecendo a importância do Supremo Tribunal Federal nos aspectos que antes referi, na defesa da democracia. Assim decidindo agora, neste tema que aqui estamos focando, o Supremo Tribunal Federal, contraditoriamente ao seu próprio desejo e ao desejo de todos nós de afirmar a democracia, sobre o ilusório e não evidenciado argumento da dinamização da economia e da geração de empregos – porque ele é ilusório onde quer que tenha sido implementado, e o exemplo aí está, inclusive, na Espanha, como o Clóvis também apontou –, impacta negativamente, mas impacta negativamente não só a classe trabalhadora, o que já é muito, que busca, na Justiça do Trabalho, a reparação dos seus direitos lesados, mas impacta, sobretudo, os fundos públicos, notadamente a Previdência Social e o FGTS, o fundo de garantia que foi constituído lá atrás, quando a estabilidade no emprego foi retirada e, como compensação, foi criado um fundo de garantia por tempo de serviço, mas que é o garantidor das políticas públicas de transferência de renda, que são essenciais para a sociedade brasileira, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundamente desigual; tão desigual, estruturalmente desigual, que vários Presidentes deste país, do século XX e do século XXI, por meio de políticas públicas, procuraram reduzir essas desigualdades e conseguiram reduzir essas desigualdades na base da pirâmide social, e isso foi suficiente para que um processo de suicídio fosse, finalmente e infelizmente, exitoso, para que se levasse também a um golpe de Estado militar, civil e empresarial que destituiu um Presidente que caminhava nesse sentido sob o argumento de fundação de uma sociedade comunista-sindicalista, que impitimou a primeira mulher eleita Presidente deste país, sem nenhum crime, hoje absolvida em todos os processos e Presidente do Banco do Brics, que, aliás, se coloca no mundo, também em xeque em relação à própria economia – eu estou finalizando – e à própria possibilidade de vida no planeta, como um dos espaços possíveis para a constituição da caminhada do futuro rumo às sociedades menos desiguais, justas, como todos os estudos e as pesquisas evidenciam.

Quero reproduzir novamente aqui a nota técnica que a FGV constituiu para mostrar os impactos deletérios dessa pejotização que, na realidade, é nada mais e nada menos do que a uberização elevada à enésima consequência. Se aprovado este Tema 1389, tal como pensado e tal como projetado, o que vai acontecer? Nós teremos uma sociedade composta por um mundo do trabalho com um exército de excluídos e de desiguais, sem direitos e sem demandas, e uma sociedade que assim se constitui é uma sociedade em que o tecido social, que já é desigual, mais se fragmenta e, ao mais se fragmentar, impactando os fundos públicos, impedindo as políticas de transferência e de renda e as políticas que buscam igualar, dá a senha, dá espaço a que grupos que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência.*) – ... apostam na violência das armas, como formas de vida em sociedade, tenham voz e vez.

Ao fazer isso, afirmo a supremacia dos valores do empreendedorismo e da liberdade econômica, acabando por incorporar os pressupostos de um modelo de sociedade, que não cumpre e não pode cumprir o que prometeu, onde quer que esse modelo tenha sido implementado, impactando o sistema público de proteção social – para finalizar –, que atua como diques ou como obstáculos ao livre trânsito de um desejo insaciável de acumulação de riqueza abstrata, hegemonizado pelos interesses da finança, que move o capitalismo, essencialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercantilizador de todas as relações sociais e concentrador da renda e da riqueza em mãos de cada vez menos pessoas e, portanto, do poder político, onde não há diques suficientes para contê-lo.

O sistema público de proteção social, que está em xeque, por meio de decisão de alguns ministros, que, na realidade, concretizam esse desejo privado, que quer se tornar hegemônico na sociedade, afirma e dá a senha para que graves danos à democracia, que todos desejamos construir, sejam colocados. E, assim, uma sociedade sem direitos é uma sociedade de excluídos sociais, em que a democracia padece.

Francisco de Oliveira, em 1994, já dizia que, quando se retiram do mesmo espaço semântico aqueles que dissentem, os invisibilizados, enfim, os pejotizados, a sociedade se desdemocratiza, correndo o grave risco de se totalizar. E nesse cenário, em que há forte presença da ideia da desnecessidade do Estado, em que uma grande onda conservadora...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência.*) – ... quer tomar conta do imaginário popular, são as vozes dos grupos que apostam na violência que têm voz e vez.

Certamente não é esse o futuro que desejamos para nossos netos. Certamente não é essa a senha que o Supremo Tribunal Federal dará à sociedade brasileira, porque todos desejamos construir e caminhar rumo a uma sociedade em que a desigualdade não tenha seu efeito fundante e onde um estatuto universal e impessoal assegure direitos e garantias a todas as pessoas que trabalham, independentemente da natureza dos serviços prestados.

Muito obrigada.

Não aprofundaremos e acreditamos que o Supremo não aprofundará, com suas decisões, as históricas desigualdades que tecem o nosso tecido social. É um alerta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Magda Barros Biavaschi, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Universidade de Campinas, que enfatizou o que a gente tem falado aqui, quase uma fala que unifica.

O Supremo tem se postado, e eu tenho elogiado, como um grande defensor da democracia; mas nos preocupa muito quando chega aos direitos dos trabalhadores, em relação à Justiça do Trabalho. Eu tenho falado isso da tribuna, com toda essa clareza, e é aquilo em que eu acredito: democracia em primeiro lugar. Agora, direitos sociais, justiça, direito mínimo do que a CLT nos assegura e do que a CLT aponta, isso é inadmissível.

A terceirização da atividade-fim vem de lá também. Aqui não passou. Nós brigamos, brigamos, não passou. Aí, eles apelaram, o Supremo definiu que é possível também terceirizar a atividade-fim.

Mas parabéns, Dra. Magda! Vamos em frente.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Vice-Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Gostaria, em nome da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho, de agradecer o convite que foi realizado pelo Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta mesa, utilizando-me aqui do linguajar simples.

Faço aqui apenas um registro especial de que nós estamos também com o nosso mais novo Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, o colega Leonardo, lá da Bahia; o Dr. Gustavo, que é um advogado que inclusive, Senador Paim, compõe a banca do escritório contratado pela Anamatra para o ingresso no Tema 1389, no Supremo Tribunal Federal, na condição de amigo da corte; a colega Alessandra Camarano e o colega Tiago Ranieri, que fazem parte da ANPT e da Abrat. Em conjunto com a Anamatra, fizemos um movimento, um ato solene, uma manifestação, aqui no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, contando aqui inclusive com a presença do amigo Cristiano, na defesa da competência da Justiça do Trabalho.

Prometo não me estender. A minha fala será uma fala breve. E eu vou tentar, Senador Paim, até porque eu estou na presença, como o próprio Senador disse, de um Constituinte. E nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor do que estar na presença de um Constituinte e nós falarmos daquilo que nós entendemos, pelo menos no âmbito da Justiça do Trabalho, da magistratura do Trabalho, do que seria, entre aspas, uma interpretação autêntica da nossa Constituição da República.

E por que é que eu falo isso? Porque não é à toa que a nossa Constituição Federal, quando trata da liberdade econômica, faz referência ao primado social do trabalho. Não é à toa que o art. 7º da Constituição Federal prevê, como direito e garantia fundamental de todo e qualquer cidadão, o rol de direitos trabalhistas que estão ali previstos. Não é à toa que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as questões que envolvem os requisitos da relação de emprego, posteriormente alterada pela Emenda 45. E também não é à toa que a Constituição Federal da República estipula, em seus dispositivos, as questões que envolvem a proteção social, em especial no campo previdenciário.

E o que acontece então com o fenômeno da pejotização? Ele simplesmente traz uma hecatombe, digamos assim, ele acaba com toda a estrutura basilar que foi criada com a Constituição Federal de 1988.

E o que eu quero dizer e o que eu vou procurar expor, de forma breve, na minha fala são justamente estes parâmetros relacionados, em especial, às questões previdenciárias, à questão da proteção social e aquilo que pessoalmente denomino de matriz processual constitucional, no que diz respeito à competência da Justiça do Trabalho.

Vamos lá.

Como já foi dito aqui, e aí também não vou me alongar nessas questões, a pejotização nada mais é – sempre foi reconhecida – do que um fenômeno no qual um determinado trabalhador que preenche os requisitos necessários para o reconhecimento da existência do vínculo de emprego é formalmente contratado sob o rótulo de uma pessoa jurídica.

O que a Justiça do Trabalho sempre fez foi nada mais, nada menos que, diante da existência de uma fraude, evidentemente constatada em um processo, reconhecer que, na verdade, ali se está diante de uma relação de emprego, e não de uma contratação envolvendo pessoas jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem dito aqui pelo Ministro Augusto César, em falas anteriores, a Justiça do Trabalho nunca foi contra a possibilidade de contratações mediante pessoas jurídicas, mas faz a análise daquele caso em concreto, para saber se há ou não há uma fraude constatada.

Quando se fala na possibilidade de uma ampla pejotização, nós temos primeiramente, no campo dos fatos, a situação de que bastaria um simples papel assinado entre duas pessoas – uma das quais, aquela que precisa do trabalho que vai ser desenvolvido, precisa daquele trabalho como fonte de renda – para simplesmente se afastar toda a aplicação de uma norma constitucional de direitos e garantias fundamentais.

Como sempre foi dito, a Constituição da República não é uma simples folha de papel que pode ser rasgada por simples pactuação envolvendo duas pessoas. Na verdade, estando presentes os requisitos da relação de emprego, a relação de emprego se impõe, e, como consequência, os direitos e garantias que estão previstos no artigo 7º da Constituição Federal.

Entretanto, quando falamos em pejotização, nós temos outros problemas que são problemas de natureza constitucional. Vamos, por exemplo, falar do problema de natureza tributária, de natureza previdenciária. Veja, até a Emenda 20, de 1998, todo o sistema previdenciário brasileiro se baseava no tempo de serviço prestado. A partir do advento da Emenda 20, de 1998, o sistema previdenciário brasileiro se baseia num sistema chamado contributivo retributivo, o que significa dizer que, para que eu possa me aposentar, eu preciso recolher aos cofres da Previdência Social. Quando eu estou pejotizado, eu deixo de recolher aos cofres da Previdência Social. Se eu deixo de recolher aos cofres da Previdência Social, eu não tenho benefício previdenciário.

E qual benefício previdenciário? Bem, se eu estiver falando, por exemplo, de mulheres que estão na ativa, eu posso falar de licença-maternidade; eu posso falar, para um pai, de licença-paternidade; eu posso falar de auxílio-doença comum ou, em situações mais graves, de auxílio-doença decorrente de acidente do trabalho. Eu retiro essa proteção do pejotizado, porque ele não tem esses benefícios previdenciários nessa condição.

Vou mais. Quando eu estou falando de um trabalhador pejotizado, veja o que recentemente foi feito pelo atual Governo: lançou uma nova etapa do programa Minha Casa, Minha Vida. Para quais trabalhadores? Aqueles que possuem renda até R$12 mil, que podem financiar imóveis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até R$500 mil, com uma taxa de juro de até 10%, a depender da sua renda, cujos valores são integralmente provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O trabalhador pejotizado não tem fundo de garantia por tempo de serviço. Portanto, se ele receber uma renda que se enquadre nesse conceito, muito provavelmente ele não terá como financiar o seu imóvel próprio.

E eu estou falando aqui é de habitação, moradia, que é o direito fundamental mais básico que qualquer pessoa precisa ter. Eu estou falando aqui de todo um programa que foi instituído pelo Governo, todo um sistema para garantir a moradia às pessoas com menor grau de renda, justamente para lhes dar a dignidade de ter o seu próprio teto. Quando eu pejotizo, eu retiro isso. Não só retiro: quando eu pejotizo, eu faço com que a possibilidade de financiamentos habitacionais caia de forma assustadora, porque nós não teremos o Fundo de Garantia, que é a base do sistema de financiamento habitacional do Brasil.

E lembro que o Fundo de Garantia também é utilizado para saneamento básico. Não basta eu morar, eu tenho que morar bem, e morar bem significa eu ter uma estrutura básica de saneamento, que é feita com o Fundo de Garantia e que deixará de ser feita se os trabalhadores forem todos pejotizados. Nós acabaremos, nós vamos destruir o sistema social brasileiro se a pejotização ampla for aprovada.

Para se ter uma ideia – como já até foi dito pelo nosso Ministro do Tribunal Superior do Trabalho –, um levantamento da FGV nos dá um número de que, se 50% dos nossos atuais trabalhadores celetistas forem pejotizados, a perda arrecadatória chegará à casa de R$386 bilhões. E qual acaba sendo essa consequência? Os colegas aqui podem se recordar: nós tivemos, em termos de reformas previdenciárias, a Emenda 20, de 1998, depois nós tivemos a 41, a 47, a 103. Nós temos uma reforma previdenciária que ocorre em média a cada sete a dez anos. Se a pejotização for ampliada, tal como alguns defendem, em dois anos nós teremos que ter uma nova reforma previdenciária, porque o sistema previdenciário brasileiro simplesmente será falido. Novas reformas previdenciárias significam maior tempo de contribuição – hoje já são praticamente 40 anos ininterruptos –, ou seja, quem vai se aposentar? Se o trabalhador pejotizado não tiver a contribuição, muito provavelmente lá na frente, em seu estágio de vida em que não tem mais condições de se manter ativo, vai ficar na dependência de benefícios sociais, de benefícios sociais que são concedidos às pessoas de baixa rentabilidade, um da Loas, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, cujo benefício é concedido tomando por base esse princípio de solidariedade. Se nós deixamos de contribuir, não temos como ter benefícios previdenciários futuros.

No que diz respeito às questões de natureza processual, aqui – e aí o Senador me corrija se eu estiver equivocado – a visão que eu tenho da Constituição Federal é no sentido de que o legislador foi muito inteligente ao criar Justiças especializadas e depois falar da Justiça comum. O que isso significa no campo processual constitucional? Esta é a doutrina, digamos, unânime: quando nós temos um processo, a primeira coisa a se analisar é se aquele processo deve ser apreciado por uma Justiça especializada. E aí nós não temos apenas a Justiça do Trabalho; nós temos a Justiça Federal, nós temos a Justiça Militar, nós temos a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho. O que vai para a Justiça comum é aquilo que nós denominamos de competência residual, o que significa dizer que são aqueles processos que não serão analisados por nenhuma das especializadas, mas, se o processo tem como base uma alegação que deve ser analisada por uma Justiça especializada, é esta a competente, constitucionalmente falando, para apreciar aquele litígio.

Com a Constituição Federal de 1988, a discussão de fraude entre a suposta pejotização e uma relação de emprego sempre foi dirimida, sempre foi... Quer dizer, com a Constituição Federal de 1988, a Justiça do Trabalho foi a escolhida para julgar essas matérias, escolha essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO – ... que foi ratificada com a Emenda Constitucional 45, que ampliou o escopo de atuação da Justiça do Trabalho. E nós temos agora, portanto, uma possibilidade de que essa escolha constitucional deixe de existir, porque, ao prevalecer – pelo menos por algumas vozes – eventual alegação de fraude, passaria a ser de competência da Justiça comum.

E vejam que estranho: iria para a Justiça comum, e, se a comum reconhecesse a fraude, mandaria para a Justiça do Trabalho analisar os pedidos decorrentes. É um mesmo processo sendo julgado por dois ramos distintos do Poder Judiciário. É algo que, na nossa modesta opinião, não há razão de existir, porque a Constituição Federal de 1988 elegeu a Justiça do Trabalho para esse papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, Senador, olhe que incongruência: todo magistrado tem o poder, tem a possibilidade de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de uma norma. Quando veio a reforma trabalhista, várias decisões da Justiça do Trabalho reconheciam, de forma incidental, a inconstitucionalidade de alguns dispositivos, inconstitucionalidade essa que inclusive foi ratificada por decisões posteriores do Supremo Tribunal Federal. Vamos lembrar a ADI 5766, que foi a ADI que tratou dos parâmetros da justiça gratuita.

Eu, na condição de Juiz do Trabalho, teria, portanto, possibilidade de declarar inconstitucional uma norma, mas eu não teria competência para declarar a fraude de um contrato firmado entre dois particulares de natureza fraudulenta. É um paradoxo absolutamente inaceitável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO – ... para quem vive no mundo do trabalho.

Com essas palavras, gostaria de, mais uma vez, agradecer.

E, Senador, gostaria aqui de, em mãos, entregar a V. Exa. a nota técnica sobre os impactos da decisão do STF sobre a pejotização – Tema 1389 – que foi elaborada pela Anamatra, em conjunto com a ANPT e em conjunto com a Abrat. É uma nota técnica que traz os nossos argumentos técnicos a respeito da situação, e gostaria de, neste momento, fazer a entrega formal desse documento a V. Exa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado, eu agradeço.

Já fica aqui o compromisso de eu lê-la na tribuna do Senado.

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO – Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Vice-Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só fazer uma correção. Na fala dele, ele falou o seguinte: "E o Constituinte aqui do lado pode me corrigir". Eu quero dizer que posso lhe aplaudir, não é corrigir. (*Risos.*)

Parabéns, Doutor! Parabéns a todos os nossos convidados!

Agora passamos a palavra para o Dr. Renato Bignami, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. RENATO BIGNAMI (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos, agradecendo já, imediatamente, o convite, a oportunidade formulada ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, entidade representativa das auditoras e dos auditores-fiscais do trabalho de todo o Brasil.

Cumprimento, portanto, a mesa, na pessoa de S. Exa. o Senador Paulo Paim, a quem sempre agradecemos pelo apoio que dá ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. Em várias ocasiões, o Sinait correu para o auxílio do Senador Paim; e, gostaria de registrar, por todas essas ocasiões, a oportunidade que foi construída pelo Sinait, juntamente com o apoio do Senador e do Ministro Marinho, para conseguirmos a contratação, o concurso público e a contratação de 900 auditores-fiscais do trabalho. (*Palmas.*)

Estão próximos de conseguirem a nomeação e serem investidos no serviço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me só um...

O SR. RENATO BIGNAMI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É só uma lasquinha, só uma cutucadinha, mas positiva – e triste também.

A gente conseguiu aprovar aqui que, do massacre de Unaí – por iniciativa de vocês, mas trouxeram para mim –, as vítimas fossem consideradas heróis da pátria. Eu aprovei no Senado, só falta agora a Câmara bater o martelo. (*Palmas.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Obrigado, Senador. Isso é um gesto fundamental, importantíssimo que marca, enfim, o compromisso do Senador com uma situação realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inaceitável, que foi a chacina de Unaí, uma situação que acabou tirando a vida de três colegas nossos, auditores, e mais um motorista do Ministério do Trabalho.

Enfim, cumprimento também os meus colegas da autoridade nacional em matéria de inspeção do trabalho, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, na pessoa da Dra. Dercylete, Coordenadora de Fiscalização. Estão aqui presentes e irão também compartilhar a mesa, esse tema central, como já foi dito aqui para os debates da nação.

Iniciando, então, a minha fala, gostaria de trazer alguns antecedentes, algumas frases que eu reputo bastante marcantes para o que a gente está debatendo. Tem aquela já bastante conhecida de todos: "Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar friamente sua posição social e suas relações mútuas", uma frase de Marx, bastante antiga já, de 1848, que foi revisitada por Marshall Berman e no celebrado *Modernidade Líquida*, de 1999, que nos traz, obviamente, a perspectiva da inafastabilidade do tempo. O tempo atualiza tudo e, obviamente, precisa ser reconhecido por esse caráter inexorável que traz, não é? Então, essa é uma frase bastante marcante.

Então, eu já trago outra frase bastante interessante, mas, partindo da frase de Marx, nem tudo o que é apresentado é necessariamente novo, e também nem tudo que é novo é necessariamente positivo para a sociedade. É importante que tenhamos também a capacidade, como civilização, de, enfim, refletir sobre o novo e, obviamente, absorver o que é importante para o avanço da sociedade e rejeitar aquilo que não nos faz bem.

Vejam, então, que estamos aí diante da discussão, do debate sobre a pejotização, algo tratado como novidade. No entanto, observem a fala, em documentos parlamentares: o veto do Vice-Presidente Manuel Vitorino Pereira, em 1899. Para vetar um projeto de lei que traria alguns direitos na locação de mão de obra agrícola, o Vice-Presidente, então, disse:

> Intervir o Estado na formação dos contratos é restringir a liberdade dos contratantes. O papel do Estado dos regimes livres é assistir como mero espectador à formação dos contratos e só intervir para assegurar os efeitos e consequências.

Uma frase de 1899. Não é, portanto, nenhuma grande novidade o debate que se apresenta correntemente em relação à pejotização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago mais duas frases bastante importantes, de seis anos depois, frases de Evaristo de Moraes em *Apontamentos de Direito Operário*, talvez um dos fundadores do Direito do Trabalho nacional, em sentido, justamente, oposto à frase do Vice-Presidente Manuel Vitorino.

> Só a intervenção enérgica do Estado, mediante providências legislativas, pode estabelecer justas condições para o contrato de trabalho. [...] A ação do Estado não é de simples tutela, é de integração e organização das várias classes sociais.

Então, vejam, essa já é uma frase de 1905 que traz, com grande representatividade, o intenso debate que se estabelecia no final do século XIX, começo do século XX, em relação à regulação do trabalho no país.

Na sequência, trago outra frase também bastante renomada, bastante conhecida, de Mario de la Cueva. É talvez um dos grandes pais do direito do trabalho no México. É uma frase de 1938: o direito do trabalho "não protege os acordos como tais [ou seja, o caráter formal dos acordos] e sim a energia do trabalho do homem". Este é que é o foco da regulação trabalhista: proteger a energia do trabalho humano.

Então, vejam, essas frases são lapidares e trazem, com bastante clareza, os desafios que se encontram até hoje na sociedade brasileira: debater, enfim, a possibilidade de uma pejotização em massa da mão de obra brasileira – regular, desregular. E aí eu trago esse contexto.

Não é desconhecido de nenhum operador do direito, principalmente do direito do trabalho, o contexto produtivo desafiador em que estamos no mundo pós-fordista. Temos aí, segundo Harvey, a decadência, o declínio do modelo fordista de produção. Já há signos desse declínio nos anos 60, 70, com o aumento marcado de concorrência entre as empresas. Esse aumento, enfim, esse incremento da concorrência, vai ser bastante pronunciado a partir dos anos 80 e 90, principalmente a partir da globalização. Obviamente, conhecemos todos os efeitos de todo esse cenário pós-fordista: mais pressão por flexibilidade nas relações de trabalho, mais pressão por redução de custos, decréscimo nos coeficientes de responsabilidade jurídica também dos diversos atores das cadeias de fornecimento, além de uma, obviamente, uma fragmentação intensa do ambiente de trabalho, numa reestruturação produtiva sem precedentes, o que acaba, nos dias de hoje, inserindo as figuras disseminadas das pessoas jurídicas individuais, do microempreendedor individual, das EPPs, das MEs. Há uma desindustrialização também bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcada nos países centrais do planeta e uma reindustrialização de países em desenvolvimento, e aí o efeito *race to the bottom*.

Estamos diante, portanto, de um cenário de terceirização bastante desenfreado. Todo esse cenário é desafiador para todos os operadores do direito, principalmente para aqueles que trabalham, que operam no direito do trabalho.

Não preciso também me delongar nos efeitos desafiadores da reforma trabalhista de 2017, que trouxe, obviamente, um substancial impacto nas condições de trabalho, na organização sindical e, principalmente, talvez, nas negociações coletivas, na organização sindical/negociações coletivas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Trago, em específico, a introdução do art. 442-B: " A contratação do autônomo, cumpridas[...] todas as formalidades [...], afasta a qualidade de empregado". No entanto, a reforma de 2017 não revogou o art. 9º. Ele traz, obviamente, a obrigação de sempre se observar a incidência de fraudes.

O mercado de trabalho pós-reforma, portanto, traz – já foi também bastante dito aqui, bastante trabalhada essa questão – um aumento exponencial da pejotização. Faço referência aos estudos do Ipea, da FGV – que já foi trazido aqui –, com indicativos de sonegação de mais de R$150 bilhões desde 2018, intensificação dos riscos ocupacionais, prevenção menos estruturada, quando não inexistente, no local de trabalho, trazendo inúmeros desafios também para a segurança e a saúde do trabalhador, que fica alijado, portanto, de treinamentos, cursos, benefícios diversos – esse trabalhador pejotizado e, muitas vezes, também terceirizado.

Por fim, não é por demais recordar a pressão econômica que existe sob esses diversos elos e que acaba trazendo implicações também para a saúde mental desses trabalhadores. Estamos diante, portanto, de uma epidemia, inclusive, de sérios problemas de saúde mental.

Lembro a frase do Ministro, de S. Exa. o Ministro Alexandre de Moraes, trazendo obviamente este notável esforço sumular das cortes superiores.... Esse é um serviço público que o Poder Judiciário oferece para a sociedade, da mais alta relevância – é importante que se reconheça –, e a súmula é, portanto, uma manifestação jurisprudencial consolidada que visa a uniformizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação hermenêutica do direito, garantindo segurança jurídica e previsibilidade. Esse é um serviço público, talvez, da mais alta relevância prestado pelas cortes superiores. É importante que se reconheça.

No entanto, não podemos, enfim, imaginar que a súmula resolva todos os problemas da sociedade, não é? Precisamos também lembrar a lição, sempre magistral, do Prof. Pietro Perlingieri que traz a noção de que o "O Código Civil [...] perdeu a centralidade de outrora. O papel unificador do sistema, tanto nos seus aspectos mais tradicionalmente civilísticos quanto naqueles de relevância publicística, é [hoje em dia] desempenhado [...] cada vez mais [...] pelo Texto Constitucional". Portanto, é fundamental que a hermenêutica do texto constitucional se dê da forma mais abrangente, mais completa e mais próxima da necessidade da sociedade possível.

Lembro, portanto, a lição também do art. 421 do Código Civil. O art. 421 traz a noção de que a liberdade contratual deve ser exercida nos limites da função social do contrato. Obviamente, também, lembro que nas relações contratuais privadas prevalece o princípio da intervenção mínima. É óbvio que os operadores do direito estão completamente limitados por esses comandos legislativos. No entanto, é importante que se reconheça que há também uma vasta jurisprudência constitucional reconhecendo a função social do contrato, que mereceria, inclusive, talvez, quiçá – não é, Senador? –, a edição de uma súmula também, do próprio Supremo, que reafirmasse esse tema, por ser tão relevante e tão central na sociedade brasileira.

Então, já me encaminhando aqui para a finalização, eu queria trazer algumas questões que ficaram bastante sensíveis e, talvez, em aberto no mercado de trabalho pós-reforma. Quem é esse empregador, portanto, após a reforma de 2017? É importante que reconheçamos que há definições comuns nos sistemas nacionais, nos diversos sistemas nacionais. E é importante que se reconheça que os sistemas nacionais, em geral, principalmente dos países mais desenvolvidos do planeta, aqueles que talvez integram a OCDE, há uma generalização da adoção do princípio da realidade dos fatos como princípio universal. Não é por outro motivo que a Organização Internacional do Trabalho acaba absorvendo este princípio em uma de suas recomendações.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BIGNAMI – Cada vez mais, também, se observa a necessidade do avançar para a doutrina da alteridade, para que reconheçamos quem é o sujeito economicamente relevante em determinadas relações triangulares ou em cadeia.

A questão também do poder diretivo, que acaba sendo exercido cada vez mais remotamente.

E, por fim, a ampla adoção do método, do *méthode du faisceau d'indices*, o método de feixe de indícios, que foi adotado pela jurisdição francesa, mas que vem sendo amplamente praticado no sentido de se observar quando há uma verdadeira relação de emprego e quando há fraude.

Também precisamos lembrar quem é o empregado. Em diversas jurisdições, já se reconhece essa figura terceira do *quasi*, do autônomo economicamente dependente, do parassubordinado. A jurisdição brasileira trouxe a noção do hipersuficiente, que também é um trabalhador com maior autonomia individual, com capacidade de exercício de autonomia individual de forma superior, talvez, aos demais trabalhadores.

É importante que observemos também uma migração bastante acentuada do direito do trabalho para o direito civil, num fenômeno que se trata como tráfico jurídico, e, muito frequentemente, uma tendência à precarização do trabalho para esses trabalhadores atípicos que vêm se formando cada vez mais nas diversas jurisdições.

E aí eu termino, lembrando a Recomendação 198 da OIT. Obviamente, ela não é vinculante. No entanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – ... ela influencia na formulação de normas e práticas e deve ser vista como referência por todos os atores sociais e institucionais. A Recomendação 198 traz, expressamente, que, para fins da proteção ao trabalhador em relação de emprego, a determinação da existência de tal relação deve ser orientada principalmente pelos fatos relativos à execução do trabalho e à remuneração do trabalhador, levando, portanto, à categoria de padrão internacional o princípio da primazia da realidade dos fatos. Portanto, um princípio universal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ofereço às senhoras e aos senhores esta aplicação que eu tive a oportunidade de desenvolver na Organização Internacional do Trabalho que estudou vários modelos de inspeção do trabalho do mundo, dos principais países desenvolvidos e como esses sistemas abordam a questão da proteção da relação de emprego, a identificação da fraude e a determinação da correção. Ali eu deixo para vocês o *link* por meio do qual esta obra pode ser acessada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Infelizmente, ela não foi traduzida para o português, mas fica aí como uma sugestão.

É isso, Senador.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade do debate. Grande oportunidade que V. Exa. teve de fazer este chamado às autoridades para que possamos debater este tema central para a nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Renato Bignami, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Meus cumprimentos aqui aos auditores-fiscais do trabalho, que são aqueles que vão lá para a ponta. Quando é preciso, têm que ir lá, fiscalizar e, muitas vezes, participar do enfrentamento.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (*Fora do microfone.*) – Importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Passo a palavra agora ao Dr. Ricardo Carneiro, Assessor Jurídico da Central Única dos Trabalhadores, que está aqui representando a CUT.

O SR. RICARDO CARNEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas, companheiros e companheiras.

Eu saúdo os integrantes desta audiência pública de altíssimo nível. Saúdo os integrantes na pessoa de V. Exa., Senador, companheiro Paim, Senador que bem compreende e entende a urgência deste debate que é aqui travado sobre as influências nefastas desse modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultraexploração do trabalho pelo capital, representado pelo termo, já posto aqui como pejorativo, da pejotização.

Como aqui já muito ressaltado, nós vivemos um momento decisivo para os direitos da classe trabalhadora brasileira. O Supremo Tribunal Federal está prestes a julgar o ARE 1.532.603, que trata do Tema 1389 de repercussão geral, que é uma questão que vai muito além da tecnicidade jurídica. Estamos diante de um debate que poderá, de forma direta, afetar a estrutura do mercado de trabalho, a dignidade da pessoa humana e a própria função social do trabalho consagrada na Constituição de 1988, Senador.

O que está em jogo aqui não é apenas a legalidade de uma contratação específica, como no caso do corretor de seguros contratado sob forma de franquia. O que está em jogo é a permissão ou não de uma ampla precarização do trabalho por meio da chamada pejotização, quando empresas deixam de contratar trabalhadores e trabalhadoras como empregados e passam a firmar contratos civis ou comerciais com pessoas físicas ou jurídicas, mascarando, muitas vezes, uma verdadeira relação de emprego.

É aqui que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ergue a sua voz. A Consolidação das Leis do Trabalho, conquistada com muita luta e aprimorada ao longo de décadas, não é uma relíquia do passado: ela é uma expressão viva da nossa civilização social. Cada direito ali garantido – jornada limitada, salário mínimo, férias, 13º, Fundo de Garantia, licenças, estabilidades, segurança no trabalho – foi resultado de intensa mobilização popular e social. Nenhum deles foi dado: todos foram conquistados.

A pejotização, essa prática generalizada de se disfarçar o vínculo empregatício por contrato de natureza civil, subtrai um a um esses direitos. Trata-se de um caminho de desmonte das garantias trabalhistas que transfere todo o risco da atividade econômica ao trabalhador e promove uma concorrência desleal entre os próprios profissionais.

Há quem diga que essas contratações são livres, que o trabalhador autônomo aceitou as condições. Mas que liberdade existe quando um trabalhador, muitas vezes sem alternativa de sustento, é obrigado a abrir uma microempresa individual ou a assinar um contrato de prestação de serviço para manter o seu trabalho, ou seja, para manter a sua própria subsistência? Essa falsa autonomia serve apenas para livrar o empregador de obrigações legais, previdenciárias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhistas. O que se vê na prática é o uso de contratos civis para camuflar relações subordinadas, contínuas, pessoais e onerosas, exatamente como é definido na CLT o vínculo de emprego.

Sabemos que o STF, no julgamento da ADPF 324 do RE 958.252, correspondente ao Tema 725 de repercussão geral, reconheceu a licitude da terceirização, inclusive na atividade-fim. À época, a corte já alertava para os riscos de desagregação da organização da classe trabalhadora e do próprio direito do trabalho que esses julgamentos representavam. Agora, com o Tema 1389, o STF pode, mais uma vez, seguir um caminho que fragiliza ainda mais os trabalhadores.

A CUT também observa com enorme preocupação a tentativa de se transferirem esses casos para a Justiça comum, esvaziando-se a competência da Justiça do Trabalho. Isso seria uma negação da história e da razão de existir de um sistema especializado, criado justamente para equilibrar a desigualdade estrutural entre o capital e o trabalho. A Justiça do Trabalho é o foro constitucional de solução dos litígios entre o capital e o trabalho. É nela que a realidade das relações laborais pode ser analisada com profundidade, com base na primazia da realidade sobre a forma. E, mais, é nela que a atuação sindical encontra amparo institucional para defender os direitos coletivos e individuais das pessoas trabalhadoras.

A Central Única dos Trabalhadores nasceu em 1983 em plena luta por democracia, por liberdade sindical e pela valorização do trabalho humano. Defendemos um projeto de desenvolvimento com inclusão, com justiça social, com distribuição de renda. Não aceitamos um modelo de relações de trabalho fundado na lógica do descarte, da desproteção e da submissão.

A pejotização, além de precarizar a vida do trabalhador, representa um duro golpe contra a sustentabilidade da Previdência Social e do FGTS, como reiteradamente o Ministro Flávio Dino vem apontando no próprio Supremo Tribunal Federal. E isso já foi aqui muitas vezes referido em todas as falas dos nobres colegas de mesa.

Vale lembrar que o trabalhador pejotizado, em sua maioria, contribui de forma intermitente em alíquotas mínimas e com vínculos frágeis para a Previdência Social, quando assim o faz. Isso compromete seu acesso a benefícios como aposentadoria por tempo de contribuição, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte, ou seja, a pejotização afeta não só o presente do trabalhador, mas também destrói o seu futuro. Essa é uma conta que recai, cedo ou tarde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre toda a sociedade, pois gera informalidade, vulnerabilidade e aumenta a demanda por assistência pública.

Nosso povo quer trabalho decente, quer estabilidade, quer proteção, quer poder se aposentar com dignidade, e, para isso, é indispensável que se reconheça o vínculo de emprego sempre que presentes os requisitos legais, independentemente do nome dado ao contrato. Isso não é novidade, é direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras, urbanos ou rurais, conforme escrito no art. 7º da Constituição Federal.

É importante lembrar que o enfraquecimento da proteção trabalhista vai de mãos dadas com o enfraquecimento da organização sindical. Um trabalhador contratado como PJ ou MEI não pode se sindicalizar sequer na categoria que integra. Não participa de acordos, não se beneficia de convenções coletivas, não tem representação nas negociações. Essa fragmentação do trabalho serve apenas ao capital. Para nós, da CUT, ela é inadmissível.

A organização coletiva é o principal instrumento de defesa do trabalho, e, para que ela exista com força, é preciso que haja reconhecimento de vínculos formais e regulares.

Diante disso tudo, a CUT aproveita esta audiência pública, Senador, para apelar ao Supremo Tribunal Federal que, ao julgar o ARE 1.532.603, preserve os fundamentos constitucionais da dignidade do trabalho, da valorização do emprego formal, da função social da empresa, da proteção contra fraudes e do respeito à organização sindical.

O STF não pode permitir que a pejotização se torne regra; não pode chancelar um modelo que transforma trabalhadores em empreendedores forçados. Isso significa uma regressão civilizatória. A Constituição de 1988 não é compatível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO CARNEIRO – ... com um mercado de trabalho pautado na lógica do cada um por si. O pacto democrático exige solidariedade, justiça e proteção aos mais vulneráveis.

Não estamos aqui, portanto, apenas para falar de um processo judicial: estamos aqui para defender a história de luta da classe trabalhadora brasileira. Estamos aqui para dizer que não aceitaremos, calados, a destruição do que foi conquistado com suor, resistência e sangue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um chamado à mobilização, um chamado à unidade, um chamado à dignidade e à decência. A CUT seguirá vigilante, combativa e firme na defesa do trabalho decente e da organização sindical. Quando a Justiça falha com os trabalhadores, a luta precisa gritar mais alto.

Muito obrigado, Excelências. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Carneiro, Assessor Jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Eu tenho uma relação excelente com todas as centrais sindicais, mas não posso negar a história, né? Eu estava lá em 2003, em São Bernardo, e fui eleito Secretário-Geral. Depois, como eu virei Constituinte, passei a ser Vice-Presidente da CUT nacional.

Mas, mostrando que a minha relação é com todas as centrais, está confirmado que, hoje, às 14h, o Presidente do Congresso e da Câmara, o Senador Davi Alcolumbre, a meu pedido, se reunirá com todas as centrais sindicais. Todas as centrais sindicais estarão na residência oficial, hoje, às 14h, e eu estarei lá com eles, por esse vínculo que eu tenho com o movimento sindical.

Você fala muito bem: é um equívoco daqueles que querem destruir o movimento sindical. Destruir o movimento sindical é destruir o principal instrumento que, no dia a dia, ali, no local de trabalho, está para defender os interesses dos trabalhadores, nos acordos, nos dissídios coletivos. Todos os senhores cumprem um papel fundamental. Mas querer destruir o movimento sindical... Como há setores aqui dentro – e eu tenho embate com eles quase toda semana – que são loucos para que eu saia logo daqui, para eles... (*Risos.*)

Mas vão ter que sofrer mais um ano e meio, ainda, até eu terminar o mandato.

Mas parabéns!

Meus amigos dessa mesa, eu convido, se quiserem, a retornar ao plenário, e se puderem. E eu chamaria agora a segunda mesa e uma salva de palmas para esta mesa. (*Palmas.*)

Está bem. Eles só estão pedindo uma foto com esta mesa e vamos para a segunda mesa. (*Pausa.*)

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (Para expor.) – Eu só vou fazer um comentário, Senador Paim. Quando eu era Juiz no Vale do Sinos, centenas de trabalhadores foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despedidos por justa causa por estarem fazendo greve, mas o mais grave: porque estavam do lado do então Deputado Paulo Paim. E eu, como Juiz disse: bom, primeiramente, greve é um direito dos trabalhadores, e tirar foto ao lado de um Parlamentar tão ilustre não é uma coisa grave, é uma honra para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Eu agradeço a vocês, viu? Doutor...

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Manda um abraço para a turma toda lá.

Obrigado a esta mesa brilhante, que fez com que eu abandonasse o meu discurso diário no Plenário do Senado para ficar aqui; e o fiz isso com muito orgulho e muita satisfação.

Vamos para a segunda mesa.

Eu registro, primeiramente, a presença no plenário do Juiz Cristiano Siqueira de Abreu e Lima, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Seja bem-vindo!

Vamos à segunda mesa.

Dercylete Lisboa Loureiro, por favor...

Dra. Dercylete Lisboa Loureiro – está aqui –, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente, no Ministério do Trabalho e Emprego, que está aqui representando o Ministro Marinho. Seja bem-vinda, Doutora!

Um abraço e leva um abração para o Marinho.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Renan Bernardi Kalil, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, do Ministério Público do Trabalho. Seja bem-vindo, Dr. Renan Bernardi Kalil! – ainda mais neste momento de combate às fraudes por parte de alguns espertalhões, infelizmente, junto à Previdência Social. Que eles sejam punidos – e eu tenho dito por um projeto que eu apresentei –, e que devolvam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em dobro tudo aquilo que roubaram. Eu sei que vocês têm um papel fundamental nesse sentido. Parabéns!

Tiago Ranieri, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). Dr. Tiago, por favor. V. Exa. já é conhecido aqui da Casa, como vocês também são.

Por fim, chamo Alessandra Camarano, representante da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista.

E, por fim mesmo, chamo o Dr. Gustavo Ramos, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. (*Pausa.*)

Cabe, sim. Pode vir se sentando, que eles botam mais uma cadeira. Pode chegar mais pertinho de mim que não tem problema, viu? E botamos mais uma cadeira. (*Pausa.*)

Opa, parabéns! Bom revê-la... (*Pausa.*)

O.k.

Então, vamos de imediato, porque nós temos que terminar esta audiência de hoje. Claro, pela importância dela, nós levaremos, no limite, até as 13h. É possível, porque agora são 11h. Até as 13h, nós terminamos.

Então, pediu a palavra, por ter um compromisso em seguida, a Dra. Alessandra Camarano, representante da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat). O tempo é seu. São dez minutos para cada um; se necessário, mais cinco.

O SR. ALESSANDRA CAMARANO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos, bom dia a todas.

Eu estou aqui na representação da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), em substituição à Presidente Elise Correia, que está em Maceió, Senador, no Encontro de Direito Sindical – do qual V. Exa., inclusive, já participou algumas vezes – pela Abrat. Então, em nome da Presidente Elise, eu agradeço o convite para que a Abrat estivesse aqui, para que estivesse falando sobre os efeitos dessa decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu cumprimento a mesa, na pessoa do Senador, e peço licença para poder cumprimentar as pessoas que estão participando, na pessoa da Sra. Tânia Tavares, Auditora-Fiscal do Trabalho – ela é Delegada Sindical do Sinait. E eu faço esse registro da presença da Sra. Tânia Tavares aqui e cumprimento, na presença de todos, porque, na mesa anterior – em todos os lugares a que eu vou, Senador, não deixo de registrar isto, até porque a abordagem que eu farei será em relação à questão da mulher –, brilhante, com pessoas que se manifestaram, nós tivemos apenas a Profa. Magda Biavaschi como mulher a falar sobre estes efeitos nefastos das decisões, e nós precisamos de mais mulheres nos espaços de poder, de mais mulheres nos espaços da política, de mais mulheres falando, porque muitas coisas nos atingem, e muitas coisas fazem parte da nossa realidade.

Então, é por isso que eu faço esse registro, e eu, justamente, por fazer esse registro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só um apartezinho, pequenininho... Posso fazer? Bem rápido.

Em todos os eventos que a gente realiza, eu faço um apelo para que mandem mulheres também, não só homens, né? Mas, nem sempre isso acontece. Mas a orientação que a gente tem é essa, tanto que eu tentei passar um projeto em que qualquer audiência pública tivesse que ter, no mínimo, 50% de mulheres e 50% de homens.

Aqui, não tem, mas vocês já avançaram. Já tem três mulheres na mesa... Três com a Doutora, né? (*Pausa.*)

A Magda.

É com você. Toca lá, vou dar mais do seu tempo lá.

O SR. ALESSANDRA CAMARANO – Eu compreendo, Excelência. E a minha crítica não foi a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu sei, eu sei. Claro.

O SR. ALESSANDRA CAMARANO – Foi justamente ao conjunto, inclusive, de instituições. E eu faço esse registro, e faço questão de fazê-lo em todos os eventos de que eu participo, Senador, e neste em especial, porque eu gostaria de mostrar os impactos dessa decisão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Gilmar Mendes, com esse deslocamento de competência da Justiça do Trabalho – uma Justiça especializada – para a Justiça comum, os impactos que isso poderá ter na realidade das mulheres brasileiras.

O Marco Aurélio Treviso falou aqui sobre o impacto no FGTS, o impacto no Minha Casa, Minha Vida, e eu trago números – eu trago números em relação a essa situação.

O Governo Federal, ao tratar do Minha Casa, Minha Vida, que é oriundo do FGTS – e FGTS, por óbvio, é só para trabalhadores registrados, com carteira e com vínculo de emprego reconhecido –, prioriza mulheres: o Minha Casa, Minha Vida prioriza mulheres chefes de família e vítimas de violência. Hoje, 60% das pessoas que fazem parte das estatísticas do *déficit* habitacional são mulheres, e 40% dessas mulheres são negras. Então, haverá um impacto ao se retirar o fundo do FGTS para o Minha Casa, Minha Vida; isso impactará fortemente a realidade brasileira dessas mulheres que recebem. Há ainda um outro dado do Governo Federal, Senador: 85% das unidades habitacionais que são subsidiadas pelo Governo, pelo Minha Casa, Minha Vida, são assinadas por mulheres.

Então, haverá esse impacto social para as mulheres, para as mulheres negras e também para programas do Governo Federal, o que impacta também o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho.

Esse deslocamento de competência, para além de tudo o que já foi falado aqui, pelas pessoas que me antecederam, em relação à pejotização... Há esse impacto, e eu gostaria de fazer apenas esse recorte, até porque eu tenho pouco tempo, e até porque também, Senador, há dados de que as mulheres são as maiorias nas terceirizações e em cargos menores, em cargos com salários menores – não menores em termos de importância, porque todos os trabalhos são importantes, mas eu falo em termos de poderes, de decisões e também de salários.

Se nós verificarmos aqui, dentro desta sala, as terceirizadas são o quê? Mulheres. Que trabalham onde? Na limpeza, que trabalham em lanchonetes, em qualquer outro serviço que o valha dentro da terceirização. E o que se trata dentro do Supremo Tribunal Federal é em relação à ampliação dessa possibilidade de terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago mais quando eu falo sobre esse deslocamento, porque haverá um impacto na organização da política judiciária: hoje, representa esse deslocamento de competência anunciado pelo Ministro Gilmar Mendes... Essa suspensão; desculpem-me. Parece-me que essa suspensão dos processos representa, hoje, em torno de 40% dos processos em trâmite na Justiça do Trabalho, que são processos que tratam da existência ou não de vínculo de emprego, da fraude ou não de vínculo de emprego.

Vejam bem: o que é que se vai tratar no Tema 1389? Competência. Se não é a Justiça do Trabalho, o deslocamento irá para onde? Para a Justiça comum. Isso vai impactar o quê? A quantidade de processos na Justiça comum e a celeridade dos processos em trâmite na Justiça comum – e aí vêm as mulheres, mais uma vez, sendo prejudicadas. Por quê?

De acordo com o painel da violência contra a mulher, do CNJ, que foi apresentado agora em março pelo CNJ, foram julgados 10.991 feminicídios no Brasil. Medidas protetivas e descumprimento de medidas protetivas – está lá no painel do CNJ –: foram julgados 596.309 processos; entraram 966.785 processos; estão pendentes de julgamento, até o final de 2024 – vejam, repito, são processos de violência doméstica e descumprimento de medidas protetivas –, 1.297.147 processos; ou seja, eu desloco 40% dos processos da Justiça do Trabalho, uma Justiça especializada, com magistrados e magistradas especializados, com temas que estão absolutamente desvinculados da Justiça comum, e jogo esse quantitativo de processos na Justiça comum, incho o sistema e prejudico vários segmentos, mas eu quis fazer o recorte, em especial, da questão da mulher dentro da sociedade brasileira.

Com isso, eu atraso os processos de medida protetiva, e isto é uma questão lógica: se eu atraso o julgamento de processos de medida protetiva, o que vai acontecer, com isso? Aumentar o número de feminicídios; aumentar o tempo de julgamento em relação aos feminicídios. Por quê? Porque o juiz, como juiz da Justiça comum, estará envolto com um contrato – se é de natureza civil, se é de natureza trabalhista –, que não é a *expertise* da Justiça comum. Além disso, nós teremos um impacto muito significativo em relação à busca por pensão alimentícia dessas mulheres que são mães solo, ou que têm... Existe o pai, um pai fictício, que não paga nem pensão, mas às vezes paga R$200 e acha muito, porque acha que a mulher está usando, talvez, para poder fazer as unhas, o *botox* e o cabelo – com R$200.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso também sofrerá um impacto. Hoje é célere: se você entra com um processo de pensão alimentícia, imediatamente são dados os alimentos provisórios, porque é o quê? Alimento, comida! Aí, agora, eu pego 40% dos processos da Justiça do Trabalho e coloco nas mãos desses julgadores.

Eu fiz um recorte em relação à questão da mulher porque eu acho extremamente importante e até porque ele dialoga com a questão do FGTS, com a questão do programa do Governo Federal em relação ao Minha Casa, Minha Vida, mas haverá impacto também para outros tipos de julgamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA CAMARANO – ... para as próprias empresas. Quantos processos não há na Justiça comum, por exemplo, de recuperação judicial; de falências e recuperações judiciais? Quantos processos não há do sistema do semiempresarial em relação a contratos de natureza civil, efetivamente, e não essa tentativa de usurpar a Constituição – tão bem elaborada, de cuja elaboração V. Exa. participou –, dentro de um sistema em que apenas um único ministro paralisa todos os processos em relação a vínculo de emprego na Justiça do Trabalho, oficiando todos os TRTs, oficiando o TST para que sejam paralisados esses processos?

Talvez o Ministro, que é um vanguardista dentro da questão da defesa da democracia, e o próprio Supremo Tribunal Federal se mostra disso... Aqui não é uma crítica ao Supremo Tribunal Federal, mas à decisão, porque, talvez, ainda que em tese, não haja esse alcance do que se está tratando aqui nesta audiência pública.

Eu agradeço mais uma vez, Excelência. Espero que nós possamos avançar nesta audiência pública e que a gente consiga conscientizar e sensibilizar o Supremo Tribunal Federal.

Eu agradeço e eu vou pedir licença para me retirar, porque eu tenho uma audiência daqui a pouquinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dra. Alessandra Camarano, representante da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista.

Eu já posso adiantar, doutora, que eu entrei com um requerimento para nós fazermos este mesmo debate – e todos serão convidados – no Plenário do Senado, porque a repercussão, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu entendimento, será muito maior. Está previsto ainda para este semestre, se possível; se não, no máximo em agosto. O.k., doutora?

A SRA. ALESSANDRA CAMARANO (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu...

A SRA. ALESSANDRA CAMARANO (*Fora do microfone*.) – Peço licença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu. (*Palmas.*)

Passo a palavra, de imediato, ao Dr. Gustavo Ramos, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

O SR. GUSTAVO RAMOS (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas, ao Exmo. Senador Paulo Paim, a quem eu presto minhas homenagens, inicialmente, em primeiro lugar, pela deflagração desta audiência pública, por sua realização – é um tema fundamental para o país –, mas especialmente por ser historicamente um combatente incansável na defesa do trabalho decente, do trabalho digno em nosso país. Então, é sempre não um convite, mas uma convocação quando S. Exa. nos convida para aqui estarmos, debatermos qualquer assunto.

Queremos dizer que é uma honra e uma alegria enorme poder dividir aqui esta tribuna – com a perspectiva de alcançar também virtualmente inúmeras pessoas que nos acompanham aqui nesta audiência pública – com as autoridades aqui presentes de alto nível: representante aqui do TRT da 4ª Região, Dr. Clóvis Schuch, com a fala eloquente; representantes da CUT; meus colegas da Anamatra e do Sinait, que falaram tão bem, com tanta técnica; o Ministro Augusto César, pelo Tribunal Superior do Trabalho, também deu um *show* aqui em sua apresentação, acentuando os aspectos mais importantes. Eu tenho certeza de que os colegas oradores que falarão em sequência aqui também abrilhantarão esta circunstância.

Sob a perspectiva da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e sua Secretaria do Trabalho, a qual eu tenho a honra de representar, nós queremos denunciar que a chamada pejotização constitui um estratagema jurídico, uma estratégia jurídica alarmante que está em crescimento, em expansão no Brasil e que tem o condão de destituir os direitos, em sua totalidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhistas, previdenciários, sejam eles constitucionalizados, sejam eles dispostos na CLT ou em legislação infraconstitucional.

Cuida-se, portanto, de um tema de grande alcance, mas a questão subjacente maior diz respeito a que sociedade, a que modelo de sociedade nós queremos construir, como foi enunciado aqui também nas falas todas que me antecederam.

Então, se o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 1389, não barrar esse movimento e, além disso, mantiver a perspectiva de restrição e de usurpação, como foi dito aqui pela Dra. Alessandra, da competência do Justiça do Trabalho, em breve nós nos constituiremos numa nação de trabalhadores pejotizados.

E o exemplo mais eloquente disso, que foi citado aqui já pelo Dr. Clóvis Schuch, é a situação existente no Estado originário de sua excelência, em que os trabalhadores do setor de limpeza pública já estão sendo contratados como PJ, ou seja, os catadores de lixo estão sendo contratados como pessoas jurídicas. E assim, sucessivamente, tem acontecido com professores, e as mais diversas profissões.

Dados do Ipea e do Dieese revelam que hoje nós já temos no Brasil um número de cerca de 18 milhões de trabalhadores pejotizados. E todas as profissões estão caminhando para se tornarem, se não totalmente, pelo menos majoritariamente pejotizadas.

Nesse cenário, excelências e autoridades presentes, ilustres Senadores e Senadoras que ouvirão posteriormente esta audiência pública, ministros da Suprema Corte, algumas questões precisam ser respondidas.

Em primeiro lugar, a quem interessa verdadeiramente a existência de trabalhadores sem direitos? Todos os trabalhadores podem se tornar empresários? É isso que se imagina para o Brasil? É essa construção? Interessa ao Estado brasileiro que os trabalhadores sejam todos pejotizados? E a arrecadação? Como se alimentarem as políticas públicas? Isso tudo foi apresentado em números aqui muito significativos e são perguntas que precisam ser respondidas.

O Senador Paim, em sua fala introdutória, mencionou o aspecto da democracia, que não diz respeito apenas a eleições livres. A democracia dialoga também com trabalhadores com direitos. Democracia é também dignidade e trabalho decente. E esse é um aspecto fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisa ser respondido, quando nos deparamos com institutos e vias como terceirização em atividades finalísticas, pejotização, trabalhadores em plataformas contratados por via de plataformas.

Se avançamos para uma sociedade, uma nação de trabalhadores pejotizados, estamos promovendo o progresso social ou o retrocesso? As normas trabalhistas e os direitos sociais, de uma forma em geral, são normas de ordem pública ou são meramente facultativas? O Supremo Tribunal Federal, que seja, poderá ele dizer que se tratam de normas facultativas, quando há todo um sistema existente e com albergue na Constituição?

Então, é preciso ficar claro que – quando nós falamos em trabalhadores pejotizados, e a expressão correta é essa, não é pejotização, são trabalhadores que estão sendo pejotizados – nós não estamos aqui discutindo, como disse o colega Ricardo Carneiro, uma opção legítima, livre e consciente por me tornar PJ.

Há um contexto de realidade social que precisa ser analisado e que leva esse trabalhador a se constituir como PJ para conseguir trabalhar. Eles estão sendo tornados compulsoriamente CNPJs e assim eles deixam de ser sujeitos de direitos, e passam a ser simplesmente prestadores de serviços mercantilizados – é essa que é a verdade.

Para a ABJD, quem eu represento aqui nesta tribuna, não é possível falar em democracia se o trabalho é precarizado a ponto de excluir da proteção social o contingente da maioria da população brasileira, que é a maioria de trabalhadores e trabalhadoras.

A pejotização, metaforicamente falando, é uma doença autoimune que é inoculada no Estado democrático de direito, e que tem a condição de minar as suas bases, que é a pirâmide social dos trabalhadores; mas, ao mesmo tempo, mina todo o sistema de financiamento público, políticas públicas, previdência social, como foi dito aqui, assistência social – e até mesmo o SUS é afetado com a ampliação absurda da pejotização.

Igualmente grave também, já foi aqui denunciada, é a perspectiva teórica ainda, esperamos que o Supremo Tribunal Federal a rechace, de afastar a competência da Justiça do Trabalho para examinar os casos de fraude, quando se identificam os requisitos do vínculo de emprego numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação fraudulenta de pejotização; e, com isso, transferir essa análise para um juiz que é leigo no assunto, que seria o juiz da Justiça comum.

Isso seria como, metaforicamente, nós determinarmos que determinado paciente com câncer no coração fosse encaminhado para um oftalmologista, pelo simples fato de ele ter juntado um exame de vista no seu prontuário médico. É algo absolutamente irracional, na medida em que nós temos uma Justiça especializada, e é uma Justiça Especializada que foi constituída na Constituição de 1946, e que até hoje permanece como uma Justiça especializada, sob a égide da vigência da atual Constituição de 1988, com a sua competência ampliada já na Emenda Constitucional de 2004.

Então, se o trabalho não conferir cidadania – é um aspecto importante esse –, não apenas sobrevivência diária, que tipo de sociedade estamos construindo? É a questão central que eu quero retomar aqui. Estamos constituindo o quê? Estamos querendo construir uma sociedade do cansaço, em que todos estejam trabalhando até a morte? Queremos discutir o quê? É uma sociedade em que nós vamos estabelecer um retorno ao estado selvagem e natural?

Há um documentário que vai ser lançado agora, segunda-feira, na Globo News, que tem um viés ideológico muito forte, e que precisa ser enfrentado. É a "viração", ou seja, é um culto àquele trabalhador que sai dia a dia, se constitui como uma pessoa jurídica, para tentar fazer o dinheiro da sobrevivência naquele dia.

Então, isso pode ser traduzido no retorno ao estado selvagem, ao estado natural, em que eu preciso matar um leão por dia para sobreviver. É esse modelo de sociedade que nós queremos? A essa altura, no âmbito de um Estado democrático de direito? Não estamos mais sob a égide do Estado liberal de direito do século XIX, aqui mencionado – que fracassou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO RAMOS – Estamos já sob a égide do Estado social e democrático de direito.

Se quisermos acelerar, caminhando para a minha conclusão, a volta do fascismo, um caminho seguro e eficaz é justamente a extinção do direito do trabalho, pois a democracia não convive com trabalhadores sem direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como diz Alain Supiot, para terminar aqui, um grande e importante jurista francês, o direito não pode ser apenas um conjunto de regras que nós não podemos transgredir; ele precisa ser também um horizonte, ele precisa ser metas e objetivos que precisam ser alcançados.

E a dignidade no trabalho, o trabalho decente, como tem sido defendido aqui por todas as instituições que aqui se apresentaram, sob a condução magistral do Senador Paulo Paim, é a premissa fundamental, é um pilar fundamental de uma sociedade que queira verdadeiramente progredir. É falsa a dicotomia de que trabalho decente, trabalho digno seja incompatível com modernidade. Modernidade e tecnologia podem conviver, sim, perfeitamente, com uma sociedade humana, justa e solidária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Gustavo Ramos, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

Como no meio da sua fala eu falei sobre um evento que teremos no Plenário, a assessoria já me passou, já foi acertado com o Presidente Davi, o debate no Plenário – e todos estão já convidados, botem nas agendas, pela qualidade de todos os oradores que aqui falaram – vai ser no dia 29 de setembro, porque até julho estão todos lotados os espaços no Plenário. Dia 29 de setembro será o novo momento do debate sobre um tema tão importante como esse, que é a questão, como você disse, dos PJs.

Passamos a palavra agora à Dra. Dercylete Lisboa Loureiro, Coordenadora Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e do Emprego – que é quem representa o meu amigo o Ministro Marinho.

E eu fui esses dias a um debate, e ele me deu uma dica, dica que é para o pessoal que é contra a redução de jornada. E o Ministro Marinho me informou: "Diga que, aqui em São Bernardo, quando eu era sindicalista ainda, eu já tinha conquistado as 40 horas". E hoje eles não admitem diminuir uma hora. Os projetos que nós todos defendemos são contra a jornada 6x1, e defendemos 40 horas no primeiramente momento, e depois vai diminuindo, uma hora por semana até chegar num horário mais adequado, que seriam as 36 horas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso é modernidade, Dr. Gustavo também aí, que falou do trabalho decente.

Um abraço para o Dr. Luiz Marinho, Ministro, meu amigo – gosto muito dele.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todas as pessoas presentes. Saúdo a todos na pessoa do Senador Paim.

Eu sou Dercylete Lisboa, Auditora-Fiscal do Trabalho. E eu gosto sempre de afirmar isso, porque – se na condição de mulher preta eu não tenho privilégios, não teria privilégios na sociedade brasileira, uma igualdade de oportunidades – na condição de Auditora-Fiscal do Trabalho, neste momento eu posso estar aqui, e especialmente na condição de Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente.

Sob a minha Coordenação-Geral, eu tenho sete temas, que são: o combate à discriminação, ao assédio e à violência no trabalho; igualdade de oportunidades; o combate ao trabalho infantil; a inclusão de pessoas com deficiência; inserção de aprendizes; o combate à informalidade e à fraude ao vínculo de emprego; e ainda o combate à fraude em salários e jornada.

Então, quando nós estamos aqui, neste momento, tratando da questão do vínculo de emprego, diretamente todos esses assuntos estão incluídos e estão sob ameaça.

Quando nós falamos da inclusão de pessoas com deficiência, não podemos esquecer que as cotas são calculadas diretamente em relação ao número de empregados que existem nos estabelecimentos, nas empresas e nos estabelecimentos para inserção de aprendizes, que é a garantia de qualificação profissional, especialmente para a população mais vulnerabilizada na nossa sociedade.

Quando nós estamos falando de fraude ao vínculo, nós estamos também tratando de todos esses assunto; e a questão da jornada acaba sendo um não assunto, porque se nós não tivermos mais empregados para garantir a jornada de trabalho, a jornada 6x1 se torna um não assunto.

Então, em razão de todos esses meus temas, eu quero fazer minha audiodescrição. Eu sou uma mulher preta, uso óculos em razão do tempo de serviço, gosto sempre de deixar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrado, tenho os cabelos trançados na altura dos ombros, estou com uma camisa preta e, ao meu lado de esquerdo, eu tenho a honra de ter o Senador Paim.

Eu vou começar aqui a minha apresentação que vai versar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Paim, preto também.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só ela aqui que é preta?

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu também.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – O.k.! (*Risos.*)

Mas é sempre autodeclaração, não posso falar pelos outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas eu estou aqui fazendo uma média com a senhora.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Sim, sim. (*Risos.*) Então, esse nosso encontro aqui versa principalmente sobre o Tema 1.389, que é o que está tirando o sono de todos que estão aqui.

O problema central já foi brilhantemente exposto por todos que me antecederam. Trata-se da "CNPJotização" irrestrita, da fraude trabalhista, da derrogação da legislação trabalhista, ou seja, a possibilidade, a perspectiva de a CLT ter um caráter facultativo, de as relações de trabalho passarem a ter natureza civil e da terceirização geral e irrestrita.

E aí eu quero registrar que, no fundo, nós estamos aqui com uma questão de princípio básico da vida, não só do direito, que é um princípio que eu sempre uso, que é: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. É simples assim, né? Nós não podemos confundir. O combate à fraude é justamente colocar as coisas nos seus devidos lugares, é só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pessoa jurídica, historicamente, todos nós sabemos que existe simplesmente por uma questão de proteção patrimonial. Pessoa jurídica existe para salvaguardar o patrimônio daquelas pessoas que resolvem praticar atos de comércio, atos de indústria, atos de serviço; ou seja, é uma ficção jurídica para desassociar a pessoa natural do seu patrimônio e, assim, ela ter mais tranquilidade de, efetivamente, realmente, pela conjunção dos fatores de produção, empreender.

Só que, Senador Paim, o "João MEI" ou o "Zé PJ" são pessoas naturais e o único patrimônio que eles têm é a sua força de trabalho. Como é que se pode desassociar uma coisa da outra? Então, a gente já tem um problema existencial. É uma crise existencial que a gente está colocando para essas pessoas, porque elas não têm como fazer essa desassociação. Quando eu tenho a pejotização, a "CNPJotização", por conta dos MEIs, e esses trabalhadores estão lá, e, como o advogado que me antecedeu falou muito bem, nós estamos criando uma situação quase que esquizofrênica em relação a essa pessoa.

E aí, com esse privilégio que eu falei inicialmente, que é ser auditora fiscal do trabalho, no Estado brasileiro, que colocou como instituições de proteção ao trabalho uma santíssima trindade, que é a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a inspeção do trabalho, nesse triunvirato, eu tenho a possibilidade e o privilégio de estar lá vendo as situações *in loco*, em primeira pessoa, olhando nos olhos dos trabalhadores e dos empregadores, que, em razão da nossa atuação – a gente chega lá de surpresa, desarmados – a gente consegue sentir efetivamente o que acontece.

Eu sou auditora fiscal há 26 anos, e quando eu entrei na fiscalização, o grande problema eram as cooperativas. E aí eu tive a oportunidade, no interior de São Paulo, de fazer uma entrevista com um trabalhador e, perguntando qual era a situação dele, ele me falou: "Não, eu estou aqui porque o dono da cooperativa falou para eu estar aqui", e ele era supostamente um cooperativado.

Então, as pessoas não têm essa vontade de empreender necessariamente nesse aspecto de fraude que nós estamos falando; elas têm essa como a única oportunidade de exercer uma atividade que garanta a sua subsistência. Elas não estão tendo alternativas – eu estou falando de um fato real de 26 anos atrás. Então, nós começamos lá muito atrás essa situação, e é esse retrato que eu trago aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos diante de uma novidade. A própria legislação foi alterada na CLT para dizer que qualquer que fosse o ramo da atividade da sociedade cooperativa, não existiria vínculo de emprego entre seus associados, nem entre esses e os tomadores de serviços daquela. Para que houve essa alteração na CLT para dizer o óbvio? Se efetivamente é um cooperativado, é óbvio que não vai haver vínculo entre ele e a cooperativa, nem com o tomador de serviço. Então, lá atrás, já houve uma tentativa de fraudar, por meio legislativo, a realidade dos fatos. Mas isso intimidou esse sistema de proteção ao trabalhador? Não! A inspeção do trabalho nunca se quedou diante de uma situação como essa, como o Ministério Público do Trabalho também não, e a Justiça do Trabalho também não.

Em 2017, como já foi apresentado aqui, também o formalismo foi evocado novamente, dizendo que a contratação de autônomo, cumpridas todas as "formalidades legais..." Formalidade? Quer dizer que a gente vive no metaverso e agora só vale aquilo que está no papel, e eu não vou mais olhar nos olhos dos trabalhadores como eu olho, e eu vou fazer de conta que ele é uma outra coisa diferente do que ele é? Não tem condição, não dou conta disso. Não dá para mim.

Então, é para isso que a nossa legislação vem ao longo dos anos nos direcionando e, em 2017, com a terceirização irrestrita, foi a pá de cal, o início para tentar realmente fazer com que nada do que é continue realmente sendo, com a terceirização irrestrita.

Só que, como também já foi dito aqui, a CLT se mantém ali firme na resistência com todos nós aqui na comissão de frente para segurar a onda, para tentar fazer com que gerações não pensem que ser um celetista é algo menor, porque a onda agora é essa. Ser empregado virou palavrão, e esse é um problema.

Também, em 2008, quando eu fazia fiscalização de fraude ao vínculo em hospital, eu tinha a possibilidade – era clássico... eu tinha uma pessoa que era uma empregada, que foi demitida e que depois era contratada como uma pessoa jurídica. Então, era muito fácil a gente fazer esse mapa. Hoje em dia, nós já temos gerações de pessoas que nunca foram empregados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – ... que não sabem o que é a proteção social de verdade. E é esse retrato que nos aflige enormemente, em razão da disseminação dessa lógica.

Eu quero aproveitar a sua tolerância para dizer o seguinte: nós fizemos um estudo dentro da inspeção do trabalho, especialmente por meio de dois auditores fiscais, e é importante registrar o nome deles, Naldenis Martins da Silva e Larissa Abreu, que construíram toda a questão jurídica e de dados, porque há muitos números que são estimativas por conta de pesquisa, mas nós temos a oportunidade de dar dados concretos, reais.

Então, nós fizemos um estudo, de 2022 a 2024, com todos os trabalhadores que deixaram de... que foram demitidos, que saíram dos seus empregos, então que foram dispensados, e quais desses empregados se tornaram pessoas jurídicas, seja pessoa jurídica – pessoa jurídica mesmo – ou MEI. Dessas pessoas, 56,25% ganhavam até R$2 mil; e 93%, até R$6 mil. É esse empreendedor, essa pessoa que está exercendo a livre iniciativa de que a gente está tratando. Pessoas que ganham até R$2 mil.

Nessas comparações, quais são as principais funções que foram pejotizadas? Vendedores, assistentes administrativos, faxineiros, serventes de obra, pedreiros, porteiros, empregadas domésticas e garçons. Estão lá no início. E abriram quais CNAEs de atividades econômicas? Publicidade, serviço de escritório, transporte rodoviário, atividades de malote de entrega, comércio varejista, restaurante.

Dados: é importante a gente não esquecer que os trabalhadores terceirizados são os que mais se acidentam, são os que mais morrem. Por quê? Não há uma questão relativa à segurança e saúde de quem é uma pessoa jurídica, não se importam, ainda que seja um ser humaninho, porque na hora de morrer, no enterro, a vela é a mesma. Então, nós tivemos, pelo Dieese, de 2009 a 2015, 80% do setor elétrico com acidentes fatais de pessoas terceirizadas.

E nós não podemos esquecer que essas pessoas terceirizadas, muitas vezes, estão nesse recorte social mais vulnerabilizado. Então, nós estamos diante de sacramentar discriminação indireta pela decisão do Supremo. Nós estamos criando um peso maior, um sacrifício maior para uma população que já é excluída socialmente, é disso que se trata. Essa investida é para isto: para manter, para arraigar as desigualdades sociais neste país, porque é essa população que vai ser mais atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da fraude tributária, que nós sabemos – para os tributaristas pode-se chamar de elisão fiscal – que muitas vezes é isso, a gente observa que as empresas estão trocando os seus departamentos pessoal e de recursos humanos por um serviço de despachante. Por quê? Agora, a pessoa, para acessar o posto de trabalho tem que virar MEI. "Então, está aqui como é que você faz para virar MEI, está aqui como você faz para virar uma pessoa jurídica". Então, é isso que está acontecendo. As empresas têm essa pessoa lá para dar essa orientação, senão não se consegue trabalho.

Nós temos a situação desse déficit previdenciário, nós temos os números reais, vou repetir: números reais. Nós fizemos essa conta: quem era empregado e se tornou pessoa jurídica; qual era a média salarial dela de 2022 a 2024; o quanto ela arrecadava de contribuição previdenciária e de fundo de garantia; e, como pessoa jurídica, quanto está sendo arrecadado.

Então, isso não é uma pesquisa, são dados reais, e dados reais mínimos, porque, como eu disse, já temos uma geração de trabalhadores que nunca foram empregados. Então, a gente não tem condição de fazer esse rastreamento.

A perda efetiva nesses anos é de R$61 bilhões. Isso é número real – repito, é número real mínimo –, considerando aquilo que seria contribuição do empregado e aquilo que é contribuição patronal – Ih, caramba, apertei alguma coisa errada! A pessoa se empolga... (*Pausa.*)

Pronto.

Eu quero aqui só trazer dois casos concretos da inspeção do trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – ... com relação à limpeza urbana, como foi dito aqui, e esse caso é um auto de infração – não trouxe o nome da empresa, obviamente – de que essa empresa contratou com o poder público.

Então, atenção à responsabilidade do poder público que, em razão da Lei das Licitações e de ter um menor custo, acha que vai acontecer um milagre daquele número que está sendo apresentado. E o milagre é essa empresa que contratou quase 3 mil pessoas nessas atividades de limpeza e conservação de vias públicas, e não tinha um empregado registrado. E aí quem está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratando não acha isso esquisito. Como o poder público contrata uma empresa que não tem um empregado, dizendo que vai fornecer 3 mil pessoas – e não tem um empregado?!

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO (*Fora do microfone*.) – Só aqui um adendo.

Mas no valor da licitação já é computado o valor como se os trabalhadores fossem empregados.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Exato.

O SR. MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISO (*Fora do microfone*.) – Contratando, de forma autônoma, é muito menor e há uma fraude inclusive para o órgão público.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Então, assim, é muita intenção de não ver o óbvio, de não fazer a leitura adequada.

E com o setor de saúde é a mesma coisa, que já é um clássico. Mas nessa ação especificamente os médicos contratados sequer sabiam quem eram os sócios deles. E aí, infelizmente, a tendência que a gente está observando é que eu tenho que chegar lá, ouço isso do médico, pois ele não está sabendo qual é o rolê dele ou qualquer outra pessoa, e eu tenho que achar que ele é uma pessoa jurídica e que está usando a livre iniciativa dele.

Para concluir, é reafirmar que nenhum desses princípios, seja o da livre iniciativa, seja o da liberdade de organização, como nenhum outro princípio constitucional, é absoluto. Nós temos que fazer a ponderação de todos esses princípios. Nós temos que entender o que é diversidade...

(*Soa a campainha*.)

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – ... pluralidade, dignidade da pessoa humana, que foi estabelecido na nossa Constituição. E ainda que infelizmente pareça que as interpretações dos humanistas tenham ficado piegas, ultrapassadas, é disso que se trata, enquanto essa Constituição for vigente, inclusive por conta dos grandes prejuízos, especialmente com o FGTS, além da previdência, que ficou, nesse mesmo estudo, no montante de R$24 bilhões.

Então quero aqui, como inspeção do trabalho, reafirmar o nosso compromisso na defesa desses trabalhadores, porque nós compreendemos que não há outra alternativa colocada na nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dercylete Lisboa Loureiro, Coordenadora Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parabéns pela forma descontraída, dinâmica e num linguajar que até eu entendo.

Todo mundo está entendendo, viu? Eu gostei, me identifiquei muito. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora para o Dr. Renan Bernardi Kalil, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia!

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de iniciar a minha exposição, Senador, agradecendo o convite para o Ministério Público do Trabalho participar deste debate, que é central para o futuro do trabalho no Brasil e também de deixar registrado aqui o nosso reconhecimento em relação ao compromisso do Senador, enfim, com todas essas questões relacionados com o direito do trabalho.

Eu, pessoalmente, pelo Ministério Público do Trabalho, venho participando de debates aqui nesta Casa desde a reforma trabalhista. O Senador sempre foi um grande parceiro nesses debates, para tentar trazer uma perspectiva sobre as preocupações que os trabalhadores têm nesses debates legislativos. Então, faço questão de deixar o registro aqui, Senador.

Para iniciar a minha exposição – enfim, falar depois de tantas excelentes arguições aqui não é uma tarefa muito simples, Senador –, eu queria deixar registrado e retomar algo que está desde a fala do Ministro Augusto César aqui, mas que é fundamental e me parece ser uma premissa central para o debate que a gente faz. Enfim, retomando a premissa também que a Dercylete trouxe, que para mim é fundamental, de que uma coisa é outra coisa, outra coisa, outra coisa, é a gente fazer as distinções conceituais dos temas de que a gente está tratando aqui: que pejotização e terceirização são fenômenos completamente distintos. A pejotização, enfim, como já foi muito falado aqui, é uma simulação com o objetivo de desvirtuar uma relação de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, de se utilizar de um contrato de natureza civil para se deixar de pagar direitos trabalhistas; e terceirização é um fenômeno que a legislação brasileira consagrou como prestação de serviços a terceiros.

Mas estou relembrando esse tema inicial porque me parece que, para o debate que a gente está fazendo e pela perspectiva sob que o STF vem lidando com o tema, é fundamental, Senador, relembrar como a gente chegou até aqui, como a gente chega enquanto atores que estão dentro do sistema da Justiça do Trabalho, como a gente chega no Tema 1389. E não dá para a gente começar a debater isso sem a gente recordar o que foram as decisões do Supremo Tribunal Federal na ADPF 324 e no Recurso Extraordinário que levou ao Tema 725, que reconheceram a constitucionalidade da terceirização na atividade-fim. E por que eu digo isso, Senador? Porque em ambos os julgamentos o Supremo lidou, na ADPF 324, com uma ação que uma confederação patronal apresentou no STF, questionando decisões da Justiça do Trabalho que reconheciam o vínculo de emprego em casos de terceirização na atividade-fim das empresas, e o Recurso Extraordinário tratava de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, ajuizada em Minas Gerais, que questionava a terceirização numa empresa de atividade de reflorestamento.

Bom, os casos foram julgados, e o Supremo fixou ali suas teses a respeito desse tema. E se a gente vai levar a sério, Senador, um sistema de precedentes que tem o objetivo de garantir segurança jurídica para toda a sociedade, como é o caso dessas decisões que o Supremo proferiu em 2018, a gente tem que lembrar que, depois dessas decisões que o Supremo profere, a Procuradoria-Geral da República apresentou embargos de declaração com alguns objetivos – eu não vou tratar de todos aqui porque não é o caso –, em face dessas duas decisões, buscando que o Supremo expusesse o alcance da decisão que ele estava proferindo, para que o Supremo deixasse expressamente dito na decisão de que a ADPF e o Recurso Extraordinário não tratavam de cooperativas, que eles não tratavam de pejotização, que não tratavam de trabalho autônomo e que não tratavam de terceirização na administração pública.

O Supremo decide os embargos de declaração dizendo que não havia necessidade dele se manifestar, porque o caso concreto, o caso que foi decidido, não abrangia essas situações. Então, o Supremo, em face dos embargos de declaração, nesses dois casos, que são os precedentes geralmente utilizados para cassar decisões da Justiça do Trabalho, que reconhecem o vínculo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregatício, o Supremo já tinha falado que não tratava de pejotização. Pejotização não estava abrangida nesses dois casos.

Então me parece importante a gente relembrar esse tema.

O segundo tema é que, bom, a gente está falando aqui de direito do trabalho. Várias falas que me antecederam falaram de todas as peculiaridades do direito do trabalho, mas me parece que é fundamental a gente também lembrar porque direito do trabalho existe, Senador. Direito do trabalho existe porque, num dado momento, diante da realidade social que se colocava na frente de todas as pessoas que atuavam no mundo do trabalho, como os operadores do direito, enfim, os políticos, e toda a sociedade, ficou insustentável dizer que aquela relação entre o trabalhador e o empregador era uma relação entre iguais. Ficou insustentável manter esse posicionamento e se reconheceu que o direito do trabalho tinha que intervir nessa relação, porque existe uma desigualdade econômica brutal, que o direito tem intervir para tentar diminuir essa assimetria.

Se o direito do trabalho existe para isso, a análise pela qual a fraude se dá nessas relações tem que acompanhar esse raciocínio. Por isso que quando a Dercylete traz toda essa análise sobre as fraudes e como é importante atuar em face disso, é porque as fraudes no direito do trabalho têm que ser olhadas de uma forma objetiva. Não importa se o empregador tem consciência ou não do que ele está fazendo, se isso está sendo feito de uma maneira organizada, estruturada ou não. Não importa se o trabalhador anuiu com ele ser pejotizado. O que importa é olhar para aquela relação e ver se os requisitos da relação de emprego estão ali presentes. Se a gente está diante de uma pessoa realizando um trabalho com subordinação, onerosidade, pessoalidade e não eventualidade, aplica-se a legislação trabalhista. O artigo 9º da CLT diz isso. Então é fundamental a gente ter essa premissa e olhar para a fraude, na relação de trabalho, com esse olhar objetivo, retirando toda a subjetividade que eventualmente possam tentar colocar aqui.

E veja, Senador, que quando a gente fala sobre isso, a gente está falando aqui de alguns princípios, de algumas particularidades do direito do trabalho que já foram mencionadas: o princípio da primazia da realidade, ou o contrato realidade, que alguns autores dizem. Mas não são só os autores do direito do trabalho que dizem isso, Senador. O Ministro Alexandre de Moraes, no voto dele na ADPF 324 e no Recurso Extraordinário que leva ao Tema 725, diz que o direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode se limitar à mera análise formal dos contratos, que é necessário olhar para o que na realidade está acontecendo atrás dele.

Então, a gente tem que fazer esse exercício, sob o risco de o direito do trabalho, Senador, se tornar algo opcional, como já foi falado diversas vezes aqui. E o direito do trabalho se tornando algo opcional, não tenhamos dúvida do que vai acontecer, até porque a gente tem uma lição histórica para ser trazida a este debate do que acontece com normas trabalhistas que são colocadas à discricionariedade da observância pelos empregadores.

Os senhores devem se recordar muito bem de que a estabilidade decenal não foi extirpada do ordenamento jurídico de uma vez só no Brasil. Colocou-se a opção de você ser contratado, em 1966, pelo regime do FGTS ou pela estabilidade decenal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Qual foi a consequência disso? Ninguém mais no Brasil, a partir dali, foi contratado pelo regime da estabilidade decenal, porque não existe essa escolha, porque essa liberdade que é tão mencionada nas relações entre desiguais fica completamente mitigada.

Então, se o direito do trabalho, se a normativa trabalhista for colocada como uma opção para os empregadores, não resta dúvida de que seremos, como o Dr. Gustavo mencionou, uma nação de pejotizados.

E os impactos trabalhistas foram mencionados, e os fiscais, nesse estudo que a Dercylete menciona e que foi realizado pelo Naldenis e pela Larissa, estudo esse fundamental para informar o nosso debate, porque ele traz essa relevância do que vai acontecer com a previdência, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

É importante a gente lembrar momentos recentes da história do país, Senador, em que o direito do trabalho, ainda que não de forma direta, teve um papel fundamental nisso.

Eu estou falo isso pensando nas últimas eleições, em que a gente teve situações em que diversos empregadores atuaram de forma a influenciar os votos dos seus empregados, numa atuação que o Ministério Público do Trabalho denominou como "assédio eleitoral".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente só tiver pejotizados nas empresas, veja, Senador, a pessoa jurídica não vota. Pessoa jurídica não tem capacidade eleitoral.

São essas as consequências, para além das mais óbvias como falta de limitação de jornada, salário, décimo terceiro, essas questões de igualdade salarial, que a gente precisa também vislumbrar.

O próprio Tribunal Superior Eleitoral tratou dessa situação com preocupação em face das atitudes que os empregadores estavam tomando à época e da importância da atuação para assegurar com que os trabalhadores pudessem exercer o seu direito a voto de forma livre.

São questões como essas que são importantes de mencionar.

Recentemente, Senador, para ilustrar também, eu acho que todos nós estamos trazendo alguns casos que mostram como essa pejotização está completamente distante desses princípios abstratos que querem trazer para o debate, como esse da liberdade e organização produtiva dos cidadãos, teve um caso que foi cassado, por meio de uma reclamação constitucional, de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho ajuizada no Paraná, em que uma empresa de transporte decidiu tornar pessoas jurídicas todos os trabalhadores que atuavam no seu setor administrativo.

Então, ela mandou todos esses trabalhadores embora no dia 10. E, no dia 11, eles chegaram na empresa, continuaram fazendo a mesma coisa. Só que, magicamente, eles deixaram de ser trabalhadores celetistas e tiveram o seu TRCT apresentado no dia 10; no dia 11, foram contratados todos como pessoas jurídicas.

E a gente está falando de um grupo de trabalhadores que são centrais à empresa, porque, enfim, todos continuaram prestando serviço. A gente está falando de trabalhadores que não têm uma média salarial alta, a gente está falando de trabalhadores que não tiveram a opção de falar: "Quero continuar como empregado registrado por meio da CLT".

Era isso ou perder o trabalho, porque a realidade que se coloca nessa opção é esta: ou você não ser contratado no momento da admissão ou, então, ser dispensado, ter o contrato finalizado. É esta a opção que existe: aceite ou deixe de trabalhar para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a consequência de "deixar de trabalhar para mim" é: "Vou deixar de ter meu meio de subsistência, porque a minha força de trabalho é tudo que eu tenho para poder sobreviver".

Tem outros pontos também, Senador, que eu queria só mencionar, mas estou vendo que meu tempo já está chegando no final.

O Brasil, consagrando uma situação de ampla, irrestrita e total pejotização, nós vamos estar desafiando precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos e expondo o Brasil à possibilidade de ser demandado no Sistema Regional de Direitos Humanos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Parecer Consultivo 27, coloca que o acesso à Justiça, em termos de direitos trabalhistas, tem como elemento fundamental existir uma jurisdição especializada com competência exclusiva para lidar com matéria trabalhista e que o ônus da prova, que também é uma das questões controvertidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – ... que vão ser tratadas no Tema 389, deve ser analisado tendo em vista todas as peculiaridades das relações de trabalho.

Nós temos um leque razoável de direitos trabalhistas previstos na Convenção Interamericana de Direitos Humanos que vão ser impedidos de ser gozados pelos trabalhadores se a gente consagrar esse modelo de pejotização ampla, total e irrestrita.

Então, me parece que estamos, e finalizo com isso a minha fala, num momento de definir o futuro do trabalho no Brasil, Senador. De: ou a gente relembrar, reforçar e retomar a importância da primazia da realidade, das peculiaridades do direito do trabalho, para que as normas trabalhistas sejam aplicadas independentemente do que se diga o que elas são; ou a gente consagrar um belíssimo modelo de faz de conta em que o direito não vai servir para absolutamente mais nada do que senão legitimar esse tipo de fraude.

Agradeço novamente o convite.

E vamos conversando, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renan Bernardi Kalil, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Meus parabéns, Dr. Renan.

Nós estamos debatendo, aqui no Congresso – acho que o senhor já participou; a Anamatra, com certeza; e outras entidades também –, o que nós chamamos de "Estatuto do Trabalho" ou "Nova CLT", mas com todo um cuidado para avançar e não retroceder.

Por que estou há cinco com o Estatuto? Eu sou o Relator. Se eu botar para votar, piora o que nós temos hoje aqui.

Então, estou discutindo com a sociedade, inúmeros setores estão trabalhando juntos, e vamos construindo.

Eu soube que, essa semana, a Câmara também criou um grupo de trabalho para discutir o mundo do trabalho.

Nós temos que nos preparar para essa linha que V. Sa. retratou muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah... Das plataformas. Enquanto nós estamos indo para trás, eles estão avançando.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (*Fora do microfone.*) – Eles estão avançando. Pois é.

Nós estamos na contramão do processo civilizatório, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas vamos avançar, vamos resistir. Resistir é preciso, né?

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (*Fora do microfone.*) – Estamos aqui resistindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nosso último painelista, como se fosse o primeiro, porque o debate está muito firme, Dr. Tiago Ranieri, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).

O SR. TIAGO RANIERI (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Cumprimento toda a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, que é um grande aliado, parceiro, como já foi dito por todos os outros colegas que me antecederam, Constituinte.

Falar depois de todo mundo, de todos esses especialistas, Senador, é difícil, porventura terei que trazer alguma coisa para acrescentar, mas, ao mesmo tempo, fácil, porque muita coisa importante já foi falada.

Inicio a minha fala, citando uma frase de Foucault, um filósofo francês que é a minha base acadêmica, vamos assim dizer, que falava que "o saber não é feito para compreender; o saber é feito para cortar".

Então, não se justifica uma guerra, não se justifica uma pejotização, uma terceirização, uma precarização.

Essas informações que foram trazidas pelos colegas que me antecederam não são para nossa compreensão apenas. Tem que trazer um corte, um corte físico, nesta Casa Legislativa, um corte físico nas instituições, porque está havendo um corte físico na vida de cada trabalhador e trabalhadora.

E um corte ontológico também na construção desse ser, desse trabalhador, desse homem-empresa, desse empresariamento humano. Isso é um psicopoder que, na realidade, faz parte de uma estrutura neoliberal capitalista, que tem construído sujeitos.

À medida que o Supremo traz essa interpretação, fazendo uma pseudoconfusão entre terceirização e pejotização, não deixa de ser também um saber poder que constrói sujeitos, que constrói empresários que acham que, a partir desse saber poder, podem imprimir um contrato de terceirização pautado numa pseudopejotização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante, nesta minha fala, trazer essa reflexão crítica para esta Casa, para os participantes aqui deste evento e também uma crítica ao Supremo Tribunal Federal nesse aspecto específico, obviamente, com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal que temos.

Na condição de representante de uma Associação Nacional de Procuradores, eu tenho um pouco mais de liberdade de fazer essa crítica do que o colega Renan Kalil, que representa a nossa instituição.

Então, é importante que tenhamos essa crítica consciente, que a sociedade tenha essa crítica consciente sobre esse saber poder que tem criado subjetividades.

Há necessidade de que os Ministros e também os Parlamentares tenham consciência de qual sujeito, de qual país estamos construindo a partir desse saber poder.

Recordo também aqui um outro filósofo que é Roberto Esposito, que fala sobre o paradoxo imunitário, quando se usa a imunidade de forma paradoxal, quando se usa um direito individual pautado ou pseudopautado numa coletividade.

É o que vemos a partir das interpretações da Constituição pelo Supremo Tribunal Federal, que não é uma interpretação de uma Constituição cidadã, de uma Constituição social; é uma interpretação de uma Constituição econômico-constitucional ou de uma Constituição constitucional-financeirista.

Recordo a fala do colega Gustavo, que abordou muito bem esta questão da sociedade do cansaço, citando Byung-Chul Han. E fala muito bem. É muito claro, Dr. Gustavo, esse acoplamento que temos, desde a década de 70, entre a sociedade disciplinar de Foucault, a sociedade de controle de Deleuze e, agora, a sociedade do desempenho, de Byung-Chul Han, que é uma releitura de tudo isso, de Michel Foucault, em que esse empresariamento humano tem transformado pessoas físicas em empresas. E, como bem disse a Dercylete aqui, empresas não têm férias, não têm 13º e não podem ficar doentes.

Essa sociedade do desempenho tem acarretado um impacto na saúde emocional e psíquica de cada trabalhador pejotizado. Está aí a NR-01, que foi agora atualizada, e mais uma vez foi adiada para o ano que vem. É necessário que este debate também entre junto à pejotização e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceirização, porque esse impacto emocional, na saúde mental, é uma das maiores causas acidentárias, embora haja uma grande subnotificação desse tema.

Então, Senador Paulo Paim, a minha fala é muito simples, muito rápida, mas eu trago a preocupação ética de todos os Procuradores e Procuradoras do país. Em nome da nossa Presidente Adriana Augusta, deixo essas simples palavras, esses simples apontamentos, mas apontamentos desconfortáveis, para que a minha fala não seja apenas uma informação, mas gere um desconforto em quem está nos ouvindo, gere um desconforto em quem está sentado aqui, porque tem que haver esse corte.

Não estou falando de grandes empresários, de pessoas hipersuficientes, que vão deixar de pagar o Imposto de Renda – e isso, inclusive, tem impacto na Previdência e tem impacto tributário –, estou falando da grande massa populacional, que está sendo precarizada, que não tem o seu patamar civilizatório mínimo garantido.

Então, essas são as minhas falas e, mais uma vez, agradeço o senhor pela deferência na aprovação do nosso requerimento, de última hora, por podermos trazer algumas informações aqui para este debate tão importante, nesta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago Ranieri, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho.

Como é de praxe, tenho que fazer a seguinte leitura do e-Cidadania, de pessoas que estão acompanhando – algumas são selecionadas para encaminhar à Presidência dos trabalhos.

Wendyo, de Pernambuco: "Como a redução dos encargos trabalhistas com PJs afeta o equilíbrio fiscal e o [...] [financeiro] de políticas sociais?"

Praticamente isso foi respondido pelo conjunto de falas que foram feitas.

Ana, de São Paulo: "Como podemos estruturar um sistema eficaz de monitoramento e fiscalização das condições de trabalho dos profissionais pejotizados?"

Aqui já, também, na fiscalização, todos apontaram qual é o caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Como o Judiciário tem se posicionado diante da crescente pejotização no Brasil?"

O Supremo Tribunal Federal é o maior exemplo. Na minha avaliação, um exemplo negativo, mas ele apontou caminhos trancando tudo – não é? – quando tínhamos que decidir de uma vez por todas.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (*Fora do microfone.*) – Colaborando com a fraude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com a fraude, quando deveríamos deixar a Justiça do Trabalho decidir.

Ana, do Paraná: "A pejotização precariza o acesso a direitos como FGTS, INSS e licença-maternidade. Como garantir que esses direitos sejam respeitados?"

Não permitindo a pejotização, onde não corresponde a ela.

Márcia, de Minas Gerais: "Como garantir direitos trabalhistas e condições adequadas de trabalho com defasagem de auditores-fiscais do trabalho?"

Auditores-fiscais do trabalho, falou aqui, recentemente, o Ministério do Trabalho, com o apoio – naturalmente, investindo junto ao Governo do Lula –, que contratou 900 novos fiscais do trabalho. Esse é um dado positivo – claro que precisaria mais ainda.

André do DF: "Que medidas podem garantir direitos na pejotização?"

Foi o palco do debate.

Glaucia, de Minas Gerais: "Em um País com poucas vagas de trabalho, como evitar a coação para abrir uma PJ e conseguir [...] [um] emprego?"

Forçando a barra, naturalmente. Ou o cara tem que optar entre um e outro – ou o emprego ou aceitar.

É isso que nós temos que combater.

Raquel, do Rio de Janeiro: "Quais são os impactos da pejotização?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi colocado aqui, com números, inclusive, do prejuízo que o país tem, não só a Previdência, mas a própria arrecadação do Governo.

Jedaias, de São Paulo: "O cooperativismo será considerado no debate, já que também impacta direitos, condições de trabalho e segurança [...] [pública]?"

Foi discutido aqui, o cooperativismo. Você inclusive falou sobre como funcionam as cooperativas.

Leonardo, de São Paulo: "Ao apoiarmos essa prática, estamos criando um problema maior, a descaracterização funcional do trabalhador."

Podem ver que aqui 100% são contra esse sistema de PJ.

Mônica, do Ceará: "Vínculos com pessoas jurídicas [...] [geram] um risco de precarização do trabalho [...] [dificultando o] acesso a direitos básicos assegurados pela CLT."

Aqui é comentário que mandaram para cá.

Gustavo, do Paraná: "Com a pejotização quem perde é o funcionário, pois é uma forma de camuflar os direitos trabalhistas conquistados com muito esforço!"

Ainda, Anderson de Minas Gerais – a maioria é comentário: "Direitos trabalhistas serão perdidos, as empresas terão seu custo reduzido, e a Previdência perde uma de suas principais fonte de [...] recursos."

Valdinei, de São Paulo: "Desde que se iniciou este processo [...] [da pejotização] não houve melhora nenhuma aos trabalhadores. Apenas precarização do que já era precário."

Vitor, do Rio de Janeiro: "Acredito que uma solução seria um imposto gradativo, isentando nos primeiros três meses de experiência os custos de contratação e encargos."

É um comentário.

Nós estamos com um problema de horário, mas assim mesmo, àqueles que resistiram até agora e que falaram, eu daria dois minutos para cada um, para uma saudação final do nosso evento de hoje, que para mim foi um sucesso, viu? Mas, na fala de dois minutos – que podia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha, eu podia falar 20 daí –, mas dois, três minutos cada um, eu me darei contemplado, e aí eu encerro os trabalhos.

Começamos com quem?

Eu acho que eu olhei para o senhor, não é? Deixa-me ver aqui. Vou ver lista aqui.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – Parabéns...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para ter um critério, só um minutinho.

Eu vou pela lista, para ver quem está presente.

Vamos ver.

Augusto César Leite de Carvalho. (*Pausa.*)

Está virtual. É o Ministro. Ele teve que sair.

Clóvis Fernando Schuch Santos.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (Para expor.) – Parabéns, mais uma vez, Senador Paulo Paim, por trazer este debate ao Senado, tão importante, pelo presente e pelo futuro, para todos os trabalhadores e para a sociedade.

Nós já vimos que o maior problema dessa falsa modernização é um retrocesso histórico e a institucionalização da fraude, com o que não podemos compactuar de forma nenhuma.

Precisamos avançar no processo civilizatório. Mais proteção, como agora estamos vendo nos países da Europa, onde os trabalhadores plataformizados estão sendo reconhecidos como empregados.

Aqui também temos que reconhecer direitos. Não podemos fazer esse retrocesso. É inadmissível.

Então, acho que é essa força e essa resistência que fará a mudança. E que o Supremo deixe a Justiça do Trabalho trabalhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – ... que nos deixe fazer o nosso papel dentro da Constituição Federal e das leis e deixe o Congresso fazer as leis, porque ele hoje está se arvorando, fazendo muito mais do que deveria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. De imediato, Magda Barros Biavaschi.

Está à distância?

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está aqui.

Dra. Magda, por favor.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço profundamente esta possibilidade de estarmos aqui nesta audiência pública essencial, fundamental, e estamos confiantes, Senador Paim, de que, com esta audiência pública, com os elementos que ela traz, inclusive com as pesquisas científicas que ela invocou, o Supremo, guardião da Constituição Cidadã, que condiciona o exercício da livre iniciativa ao valor social do trabalho, instituição essa que se tem mostrado essencial à democracia brasileira e à lisura do pleito, não ficará alheio à caminhada que aqui foi relatada.

E, nesse processo, não adotará, confiamos, a via regressiva dos direitos e das garantias às pessoas que trabalham, contribuindo para que a pejotização se espraie e, de exceção, se torne a regra por meio de uma justificação pseudocientífica, altamente ideológica e que não resiste à uma análise prática e muito menos teórica, como as evidências desnudam aqui, lá e acolá.

Cenário em que, como o meu orientador Belluzzo querido apontou, difunde-se a ideia de que a liberação das forças que impulsionam a acumulação do capital seria um "movimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irreversível", entre aspas, em direção ao progresso e à realização da autonomia do indivíduo, cantos de sereia que subjugam coração e mentes e o Supremo, nesse canto, não se aprofundará.

Lembremos com Francisco de Oliveira, que quando se retira do mesmo espaço semântico aqueles que dissentem, os invisibilizados, os ditos pejotizados, por um modelo excludente, as sociedades se "desdemocratizam" e correm o risco de se totalizarem. É um alerta.

E confiamos, Senador Paim, que o Supremo ouvirá esse brado.

Muito obrigada por sua iniciativa e estamos atentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Dra. Magda.

Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso. (*Pausa.*)

Acho que já saiu, não é? Porque tinha outro compromisso.

Renato Bignami. Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Está aqui.

O SR. RENATO BIGNAMI (Para expor.) – Quero, uma vez mais, Senador, agradecer a oportunidade, enaltecer, enfim, à medida que foi proposta por V. Exa. de trazer este debate, uma vez mais, para a sociedade – uma oportunidade única. Enfim, extremamente feliz de uma vez mais propiciar que todas as autoridades que estiveram presentes acrescentassem diversos argumentos, diversos dados, diversas informações que podem ser oferecidas para a sociedade brasileira. Então, pensar que, obviamente, o momento é desafiador, mas a oportunidade é extremamente positiva de trazer esse debate à tona.

Eu termino a minha fala da maneira como eu comecei, invocando a frase de Karl Marx, de 1848, no sentido da inafastabilidade do tempo e da necessidade, obviamente, de todos nós nos atualizarmos sempre...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BIGNAMI – ... mas de dizer que nem toda novidade o é de verdade, não é? Há casos que já vêm sendo discutidos há muito, muito, muito, muito tempo e nem tudo que é novo, efetivamente novo, é necessariamente positivo e vai nos trazer progresso para a nação.

Então, é com esse espírito que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho conclama toda a sociedade e, principalmente, as autoridades judiciárias de nosso país.

Muito obrigado e bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Renato Bignami.

Como eu estou acelerando aqui agora, seguindo a lista da Mesa, Dercylete Lisboa Loureiro.

O tempo é sempre três minutos.

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO (Para expor.) – Então, Senador Paim, quero mais uma vez agradecer.

A inspeção do trabalho está a postos, atenta, vigilante, perplexa, mas com esperança de que as coisas voltem ao lugar de onde nunca deveriam ter sido retiradas.

Nós estamos hoje no eSocial, que é o grande repositório dos empregados do país, com 44.773.117 trabalhadores e trabalhadoras empregados.

A prosperar esta visão, nós estaremos precarizando a vida de 44 milhões de trabalhadores, porque, como foi dito aqui, no dia seguinte a essa decisão, que não acontecerá, aconteceria, tenho fé nisso, essas pessoas seriam convidadas ou impostas a se tornarem MEIs, pessoas jurídicas, ou seja, a fraude se estabeleceria.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DERCYLETE LISBOA LOUREIRO – Então, muito obrigada por essa oportunidade.

Estamos à disposição para novos encontros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Dercylete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Renan Bernardi Kalil, por favor.

O Presidente do Senado me avisa que o meu projeto talvez eu consiga votar ainda se eu chegar lá, no máximo, em dez minutos.

Eu acho que vai dar, vai dar, vai lá.

Então, os seus três minutos.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (Para expor.) – Vou fazer mais rápido, Senador.

Queria deixar registrado o agradecimento também, Senador, e colocar que o Ministério Público do Trabalho, desde o início em que foi reconhecida a repercussão geral do tema e que foi determinada a suspensão nacional dos processos, expressou a sua preocupação. Foi emitida uma nota do MPT logo no dia 16 de abril a respeito desse tema, trazendo os problemas que a gente via e expressando a nossa esperança de que o tema fosse tratado da melhor forma possível pelo Supremo.

Esse tema da pejotização vem sendo uma realidade nossa. A gente fez um levantamento de dados, Senador, entre 2014 e 2024, que a quantidade de denúncias recebidas por ano pelo MPT quintuplicou; então, é um problema que vem aumentando e eu acho que a expressão desse aumento das denúncias que a gente vem recebendo demonstra isso.

Quero parabenizar a realização desta audiência, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – ... é importantíssimo que o Legislativo brasileiro, o Senado Federal em específico, entre nesse assunto, debata, porque, quanto mais atores, enfim, estejam se apropriando desse tema e colocando o seu posicionamento, suas preocupações, parece-me que contribuiremos mais para que o STF tome a melhor decisão possível e preserve o elementar do direito do trabalho nesse caso.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renan Bernardi Kalil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Tiago Ranieri, por favor.

O SR. TIAGO RANIERI (Para expor.) – Bem rápido também, Senador, agradeço a oportunidade em nome da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho.

É importante fazer o registro de que, de cada dez anos do nosso país, sete são de escravidão. Em prevalecendo a precarização, a pejotização, tendemos a aumentar, a ampliar essa quantidade de escravidão, de "precariado" na história do nosso país. E a ANPT está atenta, atuando não somente aqui, na Casa Legislativa, mas também junto ao Executivo, junto ao sistema de Justiça, ao STF.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa de sempre estar nos ouvindo. Acho que V. Exa. é o Senador que mais proporciona audiências públicas aqui, nesta Casa. E, como vivemos num mundo da "desescutação", quando temos de uma autoridade pública essa possibilidade de nos escutar, isso é algo muito nobre e de muita honra.

Parabéns, e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sou eu que agradeço ao Dr. Tiago.

Por fim, Gustavo Ramos, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

O SR. GUSTAVO RAMOS (Para expor.) – Pois não, Senador Paulo Paim.

Também em nome da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, gostaria de agradecer enormemente a oportunidade, louvar a realização desta audiência pública fundamental e, em uma mensagem muito simples, numa frase única, dizer que é impossível que a democracia coexista com o universo gritante de trabalhadores excluídos do sistema de proteção social previsto na Constituição de 1988. Estimamos que o Supremo Tribunal Federal vai se sensibilizar e analisar, até mesmo racionalmente, esses aspectos todos que foram apresentados aqui, nas inúmeras falas relevantes, a afetação e o prejuízo ao Estado democrático de direito e, sobretudo, que não podemos transformar trabalhadores em CNPJs.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Passo a palavra agora, para o encerramento, ao Dr. Ricardo Carneiro.

O SR. RICARDO CARNEIRO (Para expor.) – Muito brevemente, Excelência, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e este advogado aqui, como cidadão, agradecem a iniciativa e o convite feito para participação neste marco histórico neste debate.

E, já aceitando o convite de setembro, digo que estaremos sempre à disposição do diálogo social franco, democrático sobre esse tema, não só em todos os órgãos, em todos os ambientes possíveis, mas também dentro do Supremo Tribunal Federal. A CUT já se habilitou nos autos como amiga da corte e teve a sua habilitação deferida agora, nesta semana. Então, nós estaremos lá e vamos levar, neste processo também, a voz dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Carneiro.

Aproveitando o seu gancho, no dia 29 de setembro nós nos encontraremos no Plenário do Senado.

Nada mais havendo a tratar – esta audiência pública atingiu todos os seus objetivos –, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e um minuto do dia nove de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 17/2025-CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 32/2025-CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 51/2025-CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre a "Redução da Jornada de Trabalho no Brasil". **Participantes:** Guiomar Vidor, Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Paulo de Oliveira, Vice-Presidente e Secretário de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Cirlene Luiza Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho – MPT; Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo – Fepospetro (representante de: Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST); Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; José Reginaldo Inácio, Diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho (representante de: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT); Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado; e Francisco Luiz Saraiva Costa, Secretário de Coordenação Administrativa e Política da Sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS (representante de: Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/09

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 17, 32 e 51, de 2025, desta Comissão, de minha autoria e de autoria também do Senador Eduardo Girão, para a realização de audiência pública destinada a debater a redução da jornada de trabalho no Brasil, e com uma visão, claro, global.

Informo que a audiência terá cobertura da TV Senado, ao vivo, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como de praxe, faço uma pequena fala de introdução do tema para todos que estão nos assistindo, participando e também ouvindo pela Rádio Senado e participando também pela Agência Senado.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais tem por objetivo debater a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Já realizamos uma na Comissão de Constituição e Justiça, de um ciclo de quatro que está previsto. Também já realizamos uma na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, também dentro de um ciclo de debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, essa é uma luta antiga dos trabalhadores do campo e da cidade e com muito diálogo também com os empresários. Na Constituinte de 1988, a carga horária – eu estava lá, fui Constituinte – foi reduzida para 44 horas semanais, eram 48. Também na época diziam que isso não seria bom para o Brasil. Provou-se que deram certo 44, tanto que trabalhamos, já em seguida, com as 40, numa visão no sentido da qual o mundo todo avança.

O movimento continuou. Em 2015, apresentei a PEC 148, propondo uma redução gradual. Num primeiro momento, reduziríamos para 40 horas. Daí para a frente, seria uma hora por ano até chegar às 36 horas, e aí se discutiria a melhor forma, se quatro ou cinco dias, desde que não chegue a uma jornada maior que 36 horas. Repito: 40 horas num primeiro momento, depois uma hora por ano.

Todas as PECs que eu vou citar aqui vão mais ou menos nesse sentido. Dessa de 2015, a relatoria está com o Senador Rogério Carvalho, na Comissão de Constituição e Justiça. Ele já apresentou o relatório e está sendo debatido nessas audiências públicas. Atualmente existem outras propostas tramitando na Câmara e também no Senado.

Só para situar rapidamente, no Senado, há três proposições sobre a redução de jornada: a PEC 148, de 2015; o PL 1.105, de 2023, de autoria do Senador Weverton; a PEC nº 4, de 2025, de autoria do Senador Cleitinho. A Senadora Eliziane Gama está colhendo assinatura para mais uma PEC.

Vamos em frente.

Agora, só para situar também, não vou detalhar, PECs na Câmara dos Deputados. Na Câmara, há duas PECs. Quero lembrar que PEC significa proposta de emenda à Constituição. Na Câmara, há duas PECs sobre redução de jornada: a PEC 8, de 2025, da Deputada Erika Hilton, e a PEC 2021, de 2019, do Deputado Reginaldo Lopes.

Indo em frente. Reduzir a jornada de trabalho traz, na nossa avaliação, naturalmente, mais qualidade de vida, melhora a saúde física e mental, cria mais empregos e aumenta a produtividade. Segundo o Dieese, a redução para 40 horas, num primeiro momento, poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar 3 milhões de empregos. Claro, se chegarmos a 36 horas, a redução será muito, muito maior; não vou citar o número, tudo é uma perspectiva.

Experiências internacionais mostram resultados positivos. Vamos citar alguns países. Na Islândia, entre 2015 e 2019, um experimento com 2,5 mil trabalhadores e trabalhadoras reduziu a jornada de 40 horas para 35 e 36 horas semanais, sem cortes salariais, melhorando o bem-estar, a saúde de todos e a produtividade. Hoje, 86% dos trabalhadores islandeses têm jornada reduzida. No Chile, foi aprovada, em 2023, uma lei que reduzirá a jornada de 45 para 40 horas até 2029. Na Colômbia, a meta é chegar a 42 horas até 2026, e aí continua o debate para chegar às 40. No México, está previsto, nas experiências que eles fazem, chegar a 40 horas semanais.

A semana de quatro dias também avança em vários países. Na Bélgica, desde 2022, os trabalhadores podem escolher entre quatro ou cinco dias, mantendo 38 horas semanais. O Reino Unido testou, em 2022, a semana de quatro dias em mais de 60 empresas, com 92% delas aderindo definitivamente a esse modelo. Experimentos semelhantes ocorreram na Alemanha e no Canadá, com a maioria das empresas decidindo manter essa mudança.

Essas iniciativas refletem uma tendência mundial em busca de equilíbrio entre vida profissional e pessoal, saúde mental e produtividade.

Esse é um pequeno resumo que apresento sobre o tema.

Já lembro também que, durante o debate, virão perguntas do e-Cidadania. Neste momento, já chegaram aqui algumas:

Lorenna, do Piauí: "Como a redução da jornada pode influenciar a igualdade de gênero no mercado de trabalho?".

Isamara, da Bahia: "Qual seria a punição prevista para o descumprimento dessa medida? Essa redução [...] [valeria] para todos os campos de trabalho?".

Maria, de São Paulo: "É provável que a redução sobrecarregue o dia [a dia] do trabalhador. Como evitar abusos [...] dos empregadores [...] [se diminuírem a carga]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Almir, de Minas Gerais: "Existe a possibilidade da diminuição dos encargos tributários para as empresas, [...] caso [...] [a] redução de jornada de trabalho [seja implementada]?".

Juliane, de São Paulo: "A redução da jornada de trabalho terá [algum] impacto [...] no salário [...] [mensal] [...] do trabalhador ou no recolhimento do INSS?".

Cristiana, de Minas Gerais: "Sou totalmente favorável à redução da jornada de trabalho. [...] [Trata-se de] uma questão de bem-estar e saúde mental".

Letícia, do Amapá: "A redução da jornada [...] [impactará o] trabalhador que precisa de melhor remuneração e quer trabalhar mais para ganhar mais".

Victor, de Alagoas: "O povo brasileiro tem uma das maiores cargas horárias de trabalho do mundo. Não faz sentido matar o nosso povo com essa situação de trabalho".

Edmilton, do DF: "O comércio [...] [deve] ser o próprio regulador. [...] [O direito de o trabalhador trabalhar mais para aumentar sua renda] deve ser preservado".

Enfim, estão aqui todas as que chegaram. Eu li exatamente como foram colocadas.

Agora nós vamos já para formatação da nossa mesa. Naturalmente, os que estão também *online* vão participar à distância. (*Pausa.*)

Está bom. Então, vamos lá.

Por videoconferência, teremos a participação da Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente, do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dra. Cirlene Luiza Zimmermann.

Teremos também José Reginaldo Inácio, Diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores, com presença confirmada. Eu já o convido para que venha à mesa.

Temos também Guiomar Vidor, Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), por videoconferência já confirmada também; Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Oliveira, Vice-Presidente e Secretário de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), videoconferência confirmada; Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo (Fepospetro), representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Presença confirmada, já está na mesa também.

Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Também convido para que esteja na mesa.

Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Também convidada para a mesa.

José Ferreira Fernandes, Vice-Presidente Administrativo e Financeiro da Federação Brasileira de Fomento Comercial (Febraf); videoconferência, confirmado.

Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), já está presente. Vamos dar uma apertadinha aqui e a senhora vem já para a mesa. (*Pausa.*)

Vamos de imediato começar.

Tem outros convidados que estão chegando e entrarão na próxima mesa.

Nós vamos, de imediato, de acordo com a ordem que está aqui no documento que eu recebi, começar.

O tempo de cada um será dez minutos. Claro que a Presidência terá sempre uma tolerância, se for necessário, mas, como são muitos convidados, se puderem ficar nos dez minutos, nós agradecemos.

Então, pela ordem de chamada que já fiz, eu começo com a Dra. Cirlene Luiza Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente, do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, do Ministério Público do Trabalho (MPT), por videoconferência. O tempo é seu, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos que nos acompanham. É uma satisfação mais uma vez estar participando desta atividade legislativa, em que podemos nos comunicar com a sociedade, com representações patronais, de trabalhadores, com a sociedade interessada, efetivamente, neste debate, porque é um debate que, como pouco se viu nos últimos anos, chamou efetivamente a atenção de quem trabalha.

Tantas vezes, nos últimos anos, a gente vem discutindo, e pós-reforma trabalhista, tanto se discutiu quanto à necessidade de se ter novamente uma recuperação de direitos ou mesmo uma melhoria de direitos, mas este tema, a questão da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, é um dos que mais trouxe, efetivamente, os trabalhadores para o debate, mostrando que esse é um tema de interesse, não apenas pela questão da redução da jornada de trabalho em si, mas porque a redução da jornada de trabalho, porque a jornada de trabalho é uma questão de saúde e tem afetado trabalhadores e trabalhadoras. É por isso que o tema realmente acendeu novamente essa chama de luta, e isso é extremamente importante.

E por que é que eu afirmo que jornada de trabalho é uma questão de saúde? É bem sabido que, se estamos numa situação de fadiga, essa fadiga vai nos gerar um desgaste físico, um desgaste mental, o que vai reduzir os nossos níveis de alerta, os nossos níveis de percepção sobre um possível erro em determinada atividade, ou mesmo pode levar a diversas situações de adoecimento.

O Repórter Brasil fez um levantamento, no final do ano passado, extremamente interessante e que ilustra bem o que eu estou colocando aqui. Nessa reportagem do Repórter Brasil, eles mostraram que, das 20 ocupações campeãs em acidentes de trabalho, 12 delas também aparecem no tope das 20 profissões com maior carga horária, ou seja, jornadas de trabalho exaustivas, sim, geram situações em que o cansaço, o desgaste, a fadiga podem levar à ocorrência de mais acidentes do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes se traz justamente essa argumentação de que reduzir a jornada vai reduzir a produtividade. Até situações de pausas, que muitas vezes são obrigatórias em algumas atividades, os empregadores tentam de alguma forma não conceder, justamente porque se traz essa alegação de que pode reduzir a produtividade.

A Fundacentro, recentemente, divulgou um estudo em que se questionava essa questão das pausas necessárias num cenário de mudanças climáticas e de calor extremo. O estudo apontou justamente que, quando as pausas são concedidas, no retorno ao trabalho, o trabalhador consegue ter uma produtividade superior à produtividade que teria se tivesse continuado trabalhando em situação de exaustão.

Então, é fato que jornadas de trabalho exaustivas são jornadas de trabalho que podem gerar adoecimento e podem gerar mais acidentes. Então, jornadas de trabalho é uma questão fundamental.

Quando nós estamos discutindo jornadas de trabalho, nós estamos discutindo um fator de risco para acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Por isso nós precisamos ter atenção não apenas à situação de reduzir essa jornada, mas também a de revogar o parágrafo único do art. 611-B da CLT, que traz, de forma expressa, que todas as questões relativas à jornada de trabalho não têm a ver com saúde e não têm a ver com segurança do trabalho. Pois têm. Cada um de nós que já, em algum momento, excedeu sua jornada de trabalho e sentiu o cansaço no próprio corpo sabe que isso é uma questão de saúde, sabe que isso é uma questão de segurança.

A Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde publicaram um estudo, em 2022, que apontou que 81% das mortes relacionadas ao trabalho decorrem de doenças não transmissíveis, sendo que o principal fator de risco é justamente a situação da exposição a longas horas de trabalho.

No Brasil, da mesma forma, nós tivemos, no final de 2023, a atualização da lista de doenças relacionadas ao trabalho do Ministério da Saúde. Essa lista, que foi ratificada pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Previdência, traz os impactos negativos das jornadas de trabalho prolongadas, dos trabalhos em turnos, do trabalho noturno, ou seja, esses aspectos relacionados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à jornada de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, e esses agentes de risco relacionados à jornada de trabalho foram apontados como tendo relação com o surgimento de transtornos mentais, de comportamentos devido à situação de utilização de drogas – parada cardíaca, infarto cerebral, acidente vascular cerebral, diabetes, obesidade, câncer de cólon, reto, mama e próstata –, tudo isso relacionado a jornadas de trabalho exaustivas.

Então, sim, precisamos olhar para a questão da jornada e ter a atenção que esse tema tem merecido, de uma forma que a gente considere que essa redução vai nos trazer mais saúde, mais vida.

A jornada de trabalho é um fator de risco psicossocial relacionado ao trabalho expressamente indicado nessa lista.

Recentemente, nós tivemos um adiamento, por parte do Ministério do Trabalho,, da entrada em vigor de uma alteração na Norma Regulamentadora 1, que trazia justamente, de forma expressa, o dever de se fazer o gerenciamento de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, entre eles, a jornada de trabalho. Esse adiamento foi incoerente com o cenário que nós temos de adoecimentos mentais relacionados ao trabalho e não relacionados ao trabalho, mas que impactam a produtividade, porque, se o setor produtivo quer produtividade, é a lógica, não é? Nós precisamos olhar para todos os afastamentos. E, se os afastamentos estão acontecendo, eles estão, sim, impactando a produtividade.

A discussão que vem é: o Brasil está preparado para essa redução de jornada?

Veja, quando se tem a discussão de que precisamos assegurar produtividade e que uma redução de jornada de trabalho poderia impactar essa produtividade e esse crescimento econômico do país, nós temos que lembrar que a produtividade só faz sentido se ela estiver associada necessariamente a uma elevação da justiça social, do bem-estar da população, porque de que adianta ser mais produtivo e trabalhar 12 horas por dia, como muitos trabalhadores têm sido submetidos, como grande parte da população tem sido submetida, se isso não vem representando uma melhoria da qualidade de vida das pessoas? Essa é a questão. Mais produtividade necessariamente tem sido só gerador de lucro para alguns, mas não bem-estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para outros, porque, nesse cenário, não é essa produtividade que efetivamente estamos buscando.

Mas voltemos à questão: o Brasil está preparado?

Veja: desde 1962, a Organização Internacional do Trabalho já estabeleceu um padrão social para a jornada de trabalho. Em 1962, a OIT já recomendava que a jornada semanal de trabalho fosse de 40 horas. E, desde então, nós conseguimos, em 1988, assegurar as 44 horas. Então, está mais do que na hora de, sim, em razão de toda a automação, de toda a tecnologia que já foi inserida nesses ambientes de trabalho, podermos dizer: sim, o Brasil está preparado para essa redução, até porque a redução vem nesse intuito da progressividade dos direitos humanos, sendo que a jornada de trabalho é efetivamente um direito humano.

Nos países que o Senador Paim muito bem apontou aqui, que já passaram pela experiência da redução, logicamente se fez esse debate e, logicamente, também se apontou que poderia ter o risco de uma redução dessa produtividade com a redução da jornada, o que não se confirmou. Pelo contrário: aponta-se justamente que pessoas mais descansadas, que pessoas mais realizadas em outras dimensões da sua vida produzem melhor e entregam mais para o seu país, para o seu trabalho, para as suas empresas.

Então, essas jornadas de trabalho elevadas, essa discussão da necessidade de se reduzir a escala 6x1 afetou especialmente setores em que, no dia a dia, nós já percebemos que há uma insatisfação maior, relacionada justamente a essa jornada de trabalho elevada, essa escala 6x1. E, por consequência, o que se percebe nesses setores? Número maior de pedidos de demissão, uma maior rotatividade nessas empresas, maiores situações de absenteísmo. E, aí, temos que nos perguntar: isso é produtivo? Para as empresas é interessante manter jornadas de trabalho elevadas, escalas 6x1, em que as pessoas estão desgastadas, descontentes e, por isso, também não se mantêm nesses postos de trabalho? Certamente não deve ser.

Tem outra questão que nós temos que considerar nessa discussão toda e que envolve justamente essa quantidade de horas extras. Vejam, nós estamos discutindo a redução de 44 para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

40 e depois mais uma redução progressiva, possivelmente chegando a 36, mas nós temos que discutir também essa quantidade de horas extras.

Um estudo recente da Unicamp apontou que mais de 20 milhões de trabalhadores brasileiros, cerca de 20% da população ocupada, fazem horas extras rotineiramente, habitualmente. Veja: horas extras deveriam ser extraordinárias – não é? –, deveriam ser algo extraordinário, mas não; fazem-no habitualmente. Então, essa exposição rotineira, costumeira a horas extras aponta também para essas jornadas exaustivas, e elas precisam, sim, ser combatidas, porque, se com a redução da jornada nós conseguiríamos mais 3 milhões de empregos, como o Dieese apontou na pesquisa citada pelo Senador Paim, certamente, com a redução dessas horas extras que 20% da população brasileira ocupada fazem habitualmente, já geraríamos outro tanto.

E há um debate importante... E aí falo pela experiência Ministério Público do Trabalho, quando tantas vezes nos sentamos com empregadores, debatemos a questão dessas horas extras habituais, muitas vezes extrapolando mais de duas horas extras diárias, e o empregador traz o argumento: "Mas o trabalhador gosta de fazer horas extras". Não, empregador. O empregado, o trabalhador gosta de ganhar mais, gosta de ter uma remuneração melhor, para ter uma vida melhor para si e para sua família. Se a remuneração fosse mais justa, se a remuneração fosse adequada para atender às suas necessidades de vida, certamente ele não estaria fazendo horas extras. Então, temos que colocar o debate nos seus devidos lugares.

Há outro aspecto importante, porque, veja, debatemos a redução da jornada de trabalho sem redução da remuneração, mas talvez nós tenhamos que trazer para este debate a necessidade de aumento do nível remuneratório. E por que eu digo isso, Senador Paim? Nós estamos acompanhando muitas categorias expostas às jornadas de trabalho com escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Na prática, essas 36 horas de descanso não têm sido cumpridas. Essas 36 horas supostamente de descanso têm sido utilizadas para realizar outras atividades de trabalho. Em geral, esses trabalhadores vêm fazendo jornadas de 12 por 12, porque nas 36 horas de folga ocupam outro posto de trabalho formal ou informal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já venho ouvindo, neste debate, que vem sendo celebrado, nessa situação da redução da jornada de trabalho, apontamentos no sentido de "bom, se a jornada de trabalho vai reduzir, eu vou ter mais tempo e eu vou poder fazer uma outra atividade, para ganhar mais".

Veja como essa questão do ganhar mais, a necessidade do aumento do nível remuneratório, passa necessariamente por essa discussão, porque, se queremos assegurar mais tempo livre, mais tempo de vida, mais tempo para aproveitar as outras dimensões da vida para as pessoas, nós precisamos assegurar que realmente essa redução da jornada de trabalho gere mais tempo livre para as pessoas, e não simplesmente uma colocação dentro de um outro posto de trabalho, formal ou informal.

Muitos de nós, certamente, já nos deslocamos utilizando motoristas de aplicativos, e, conversando com esses motoristas, eles nos contam que exercem uma outra profissão e que, naquele tempo em que eles estão dirigindo, eles deveriam estar descansando, porque já executaram uma atividade diária de oito horas de trabalho.

Então, este é o aspecto que nós precisamos discutir aqui também, é redução da jornada sem redução de salário, mas discutir necessariamente também a necessidade desse aumento do nível remuneratório, sob pena de, no tempo de descanso, que deveria ser de descanso, as pessoas estarem executando outras atividades de trabalho.

E, já finalizando minha apresentação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (*Por videoconferência.*) – ... é preciso que a gente faça essa discussão, no sentido de assegurar esse direito para todos os trabalhadores, exatamente como está no *caput* do art. 7º da Constituição. Lá se diz: "São direitos [...] [de todos os] trabalhadores urbanos e rurais"; ou seja, esse direito precisa ser discutido, para ser assegurado a todos os trabalhadores, e não só àqueles que têm carteira assinada, não só àqueles que têm um contrato de trabalho formal, não só àqueles que são empregados, sob pena de dizermos para os empregados "vamos discutir esse direito", mas aqueles que não são, aqueles que estão expostos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a essas contratações precárias – os pejotizados, por exemplo – terem a exposição a jornadas que vão representar, como diz meu colega Rodrigo Carelli, 7x0, escalas 7x0: trabalham sete dias por semana, e não descansam nenhum; trabalham 24 horas por dia, não descansam nenhum; trabalham 365 dias por ano, e não descansam em nenhum.

Então, é preciso necessariamente que a gente prossiga nessa discussão, fortalecendo essa luta, mas buscando assegurá-la efetivamente como um direito, um direito humano de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Que a gente tenha um excelente debate, profícuo, e que avance nessa proposta!

Muito obrigada, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Cirlene Luiza Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Vamos em frente, porque a gente tem uma dezena de convidados.

De imediato, eu passo a palavra ao sindicalista Sr. José Reginaldo Inácio, Diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Dez minutos com mais cinco, se necessário for.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos que acompanham a audiência pública, a todos que estão presentes aqui nesta plenária.

Queria agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite e, ao mesmo tempo, também agradecer à diretoria da Nova Central, à diretoria da CNTI e à diretoria da Abrastt, por estar aqui representando também essas instituições. E queria dizer que vou também carregar um pouco mais sobre a questão do debate do tempo de exposição, tão bem trazido aqui pela Zimmermann, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer para nós, enquanto classe trabalhadora, a relação que existe diretamente... Quando você fala em redução de jornada de trabalho, praticamente você está pensando em diminuição do tempo de exposição a riscos. Então, a gente pode dizer que essa relação é entre carga de trabalho e efetivamente também entre o desgaste do próprio trabalhador, conforme foi bem colocado aqui já.

Mas eu queria também trazer alguns pontos em relação à própria mudança que houve na legislação de 2017. A gente precisa considerar, Senador, um ponto por demais relevante: desde 2017, efetivamente, o tempo de exposição, a jornada de trabalho deixou de ser um limitador que poderia ser considerado uma proteção coletiva – você estabelecer um regramento, uma norma em que você tem uma jornada de trabalho estabelecida, em que você limita o tempo de exposição ao trabalho, seja ele enquanto hora, enquanto dia, enquanto tempo de vida. Em 2019, também se alterou...

Temos que lembrar que a única proteção coletiva da iniciativa privada que existia no direito previdenciário era a aposentadoria por condição especial de trabalho, sobre a qual o Senador Paulo Paim tanto se debruçou, fazendo diversas audiências públicas e tentando, de alguma forma, que ela não promovesse tanto ataque sobre o trabalhador, sobretudo sobre o trabalhador mais afetado, mais atingido, porque, se houver a aprovação da redução de jornada de trabalho, automaticamente essa redução do tempo de exposição até nos seus anos de vida será por demais significativa.

É importante lembrar que, em 2017, foi incluído no rol de itens que não estão sujeitos ao mandamento de negociação a saúde e a segurança, muito bem lembrado aqui também pela Cirlene.

É importante dizer também que, quando se fala disso, especificamente no art. 611-A, há uma contradição muito interessante, porque, ao descaracterizar a jornada de trabalho, que praticamente é a espinha dorsal da reforma trabalhista, inseriu, no escopo de possibilidade, o art. 611-A, o pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites condicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, toda proposta que está em discussão aqui, seja no Senado, seja na Câmara, vem ao encontro de estabelecer essa limitação, e é por demais importante a gente ter isso como uma referência. A mesma coisa é o banco de horas, seja ele mensal ou anual, estabelecido de forma individual. A gente tem o intervalo intrajornada. O tempo de descanso, muito bem lembrado aqui também pela Cirlene, passou a não existir, não tem um tempo de descanso; ou seja, o intervalo intrajornada, respeitado o limite de 30 minutos para jornadas inferiores a 6 horas, intervalo de refeição, é o mínimo, e praticamente isso também é colocado de lado.

Aí a gente vem para o trabalho atípico, de que vamos chamar aqui o teletrabalho, o regime de sobreaviso e o trabalho intermitente. Aí entra também a hora antissocial, um conjunto de horas antissociais que hoje é perpetuado na relação capital-trabalho. O mundo do trabalho, nos dias atuais, permeia um nível muito elevado de horas antissociais; ou seja, nós não temos estabelecido, no nosso dia a dia, do nascer ao pôr-do-sol. Muito pelo contrário, há uma ruptura efetiva da questão biológica, da questão psíquica, e se estabelece um conjunto ativo de horas antissociais para o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo para aqueles que ganham um salário menor, que têm, efetivamente, condições de busca pelo emprego, e tem aí ainda um tempo – efetivamente falando, né? – que decompõe a sua convivência.

Conforme foi dito aqui, trabalhar 7 dias por semana, de modo consecutivo, 24 por 24, 365, um ano, sem descanso, isso é em série, esse rol das horas antissociais. A modalidade de registro de jornada; troca do dia de feriado, ou seja, o trabalhador trocando o dia de feriado por trabalho por não ter renda, o que foi muito bem lembrado aqui; a prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes, até isso foi estabelecido na Lei 13.467, de 2017, que nesta Casa, no Senado, foi bastante combatida pelo Senador Paulo Paim.

Esta discussão em que a gente tem regras sobre duração de jornada de trabalho e intervalos não serem consideradas como norma de saúde e segurança implica um número muito expressivo. Nós fizemos um levantamento, Senador, em 2022. Em 2022 foram estabelecidas pelo movimento sindical, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, 512.110 cláusulas negociadas, das quais 78.594 eram sobre jornada de trabalho. E aí isso é algo significativo, porque as cláusulas de saúde e segurança foram tabuladas em 39 mil, enquanto as de jornada de trabalho, que têm estreita ligação com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo de exposição, foram em 78.594. Dizer que saúde e segurança não têm a ver com jornada de trabalho é desconhecer que o tempo de exposição do trabalhador e da trabalhadora não é afetado, não interfere na sua saúde, tanto física quanto mental, né? É um dado que, para a gente, precisa ser novamente combatido.

Existem três dimensões muito tratadas pelo Dal Rosso, pela Cardoso, pelo Calvete, pelo Dari Krein e outros num livro da Unicamp. É um trabalho sobre redução de jornada em que eles falam de três dimensões de tempo de trabalho atingidas, quais sejam: a extensão, a distribuição e a intensidade. Eu vou me ater aqui na questão da distribuição da jornada. Praticamente você perde o padrão da normatização que existe, e aquilo que havia como regramento, dentro até da própria Constituição, perde sentido. Nem sequer as 44 horas ou aquilo que se pensa em estabelecer como sendo um limitador passam a ser considerados. Desorganiza-se o sistema de proteção, ou seja, condições e ambientes de trabalho e também de sociabilidade, já que segrega a classe trabalhadora, quando se cria, amplia, institui a hora antissocial como um elemento constitutivo.

Sobre a extensão e intensidade, a Dra. Cirlene já comentou bastante aqui, mas é importante a gente não perder de vista que a redução da jornada e o fim da escala 6x1 são medidas de saúde pública, de proteção coletiva. Nós temos que ter que, dentro da Constituição, a jornada de trabalho delimitada e cumprida passa a ser uma das principais proteções coletivas da classe trabalhadora. Não compreender que jornada de trabalho delimitada e cumprida tem uma função primordial de proteger as condições de trabalho, ou seja, de diminuir o tempo de exposição ao trabalho penoso, ao trabalho insalubre, ao trabalho periculoso... São elementos que, de uma forma direta, são constituídos no delimitador de jornada de trabalho. Se a gente reduz, automaticamente você diminui a exposição, diminui o ataque à saúde e o perigo que o trabalhador e a trabalhadora correm no dia a dia de trabalho. Nós temos aí números expressivos, o que também foi trazido na primeira intervenção, mostrando o quão significativo é deixar de discutir jornada de trabalho e o tanto que isso interfere nas condições físicas e mentais da classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante também lembrar que longas jornadas contínuas e ausência de tempo adequado de descanso configuram formas de penosidade psicossocial e potencializam *burnout*, ansiedade e outros transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Foi muito bem lembrado: esse adiamento da aplicação do item 1.5 da NR-1 foi um desacerto. O Ministério do Trabalho, ao fazer essa composição para não aplicação, desmerece o número exponencial de adoecimento mental do trabalho e o tanto que o adoecimento mental potencializa também o adoecimento físico. Isso é claro. E a gente precisa considerar essa discussão.

Senador, o senhor vai lembrar a questão da hora *in itinere*, hora de deslocamento. Você cria um vácuo de trabalho, pois efetivamente nós temos locais distantes dos postos de trabalho, locais, com o próprio transporte da empresa, quando não existe o transporte público, onde o deslocamento chega a ser até em torno de 12 horas. Esse tempo de deslocamento não sendo considerado é um tempo de penosidade, é um tempo em que o trabalhador é afetado psicologicamente. Por quê? Porque, se a gente soma os dois períodos, nós estamos falando de quatro horas à disposição da empresa por subordinação sem receber. Como é que fica essa relação de redução de jornada, tendo em vista, por exemplo, essas condições de trabalho, esse tempo psicossocialmente penoso à disposição, o que também é para os trabalhadores de plataforma, o que também é para o trabalhador que tem o contrato zero hora, que é o contrato de trabalho intermitente?

Essas relações de turnos atípicos assim como o tempo de deslocamento não pago acentuam efetivamente a questão psicossocial penosa, que efetivamente não é tratada, e a gente precisa fazer uma composição com a redução de jornada. É importante destacar esse ponto, porque para nós ele é fundamental.

Agora, quando a gente vai tratar de trabalho digno, é importante não perder de vista isto: a redução de jornada, o fim da escala 6x1, tem uma relação estreita com o tema que está sendo debatido, de um projeto que é do Senador Paulo Paim também, e que é o PL 3.694, de 2019, sobre penosidade, que tem uma ligação estreita com a redução de jornada. Quando a gente fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em redução de jornada, você está diminuindo a penosidade. Tem a ADO, que este ano vence. Então, a discussão da penosidade tem uma ligação estreita com o debate da redução de jornada e precisa ser considerado dessa forma, Senador. E é importante.

E, da mesma maneira, nós já falamos aqui da NR-1, da questão da aplicação da NR-1. O sindicalismo, enquanto não se aplica isso, tem que criar, nas suas convenções e nos seus acordos coletivos, determinações para aplicação de modo direto, via sindicato, da questão do item 1.5 da NR-1.

Agora, a redução de jornada, como já foi dito, diminui o tempo de exposição a riscos, diminui o adoecimento mental, diminui o número de horas antissociais, diminui a exposição à elevada carga térmica decorrente até mesmo do aquecimento global. Então, nós temos aí uma conjugação de elementos que fazem com que, Senador, tenha que haver mais debate, precise haver um engajamento para que esse plebiscito que está em discussão seja um plebiscito que acolha toda a população trabalhadora.

Quem depende do trabalho para viver, de modo efetivo, depende da redução de jornada; quem depende do trabalho para viver, depende de condições dignas de trabalho, precisa da aprovação do projeto de lei da penosidade para poder reforçar, de modo efetivo, essa luta pelo fim da jornada de trabalho 6x1, ou seja, escala 6x1. Precisamos pensar, sim, uma jornada de quatro dias – né? –, uma jornada de 36 horas para que a gente ganhe esse laço de capacidade e de possibilidade real de ter maior renda, ter melhores condições de trabalho e, sobretudo, ter mais dignidade e trabalho decente em nossa vida.

Da nossa parte, Senador, a gente agradece pela oportunidade, em nome da Nova Central, em nome da CNTI, em nome da Abrastt e em nome da classe trabalhadora, por estar sendo oferecida a possibilidade de termos novamente, dentro do rito de uma Constituição, de um projeto de lei, algo que limite e, ao limitar a jornada, também crie...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – ... efetivamente uma proteção coletiva ampliada para toda a classe trabalhadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, que é Diretor também de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Meus cumprimentos pela exposição.

E vamos, de imediato, agora, por videoconferência, ao também sindicalista Guiomar Vidor. Ele é Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Por favor, Guiomar, é com você. Dez minutos, com a tolerância necessária, se for preciso.

O SR. GUIOMAR VIDOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

O SR. GUIOMAR VIDOR (*Por videoconferência*.) – Bom dia aos demais debatedores e debatedoras que estão nessa importante mesa. Parabenizo, por essa iniciativa, V. Exa. e o Senador Eduardo Girão.

Enquanto nós falamos, sobre essa questão da redução da jornada de trabalho, a gente precisa, às vezes, Senador – V. Exa. já foi também sindicalista, sabe muito bem disso –, voltar um pouco no tempo e resgatar, efetivamente, o que representa essa luta para a classe trabalhadora em nível do Brasil, em nível internacional. Tanto que – vamos dizer assim – o dia, a data mundial em que se comemora o dia do trabalhador e da trabalhadora, 1º de maio, tem exatamente a origem na redução da jornada de trabalho e por melhores condições de trabalho, mas a centralidade lá no século retrasado, no ano de 1886, na cidade de Chicago, foi exatamente a luta por uma jornada que fosse mais justa, era a luta pelas oito horas, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Brasil, intensas foram as lutas de categorias, paralisações que tiveram, vamos dizer assim, na grande (*Falha no áudio.*)... a greve geral de 1917, aqui no Brasil, que tinha como centralidade exatamente a luta pela redução da jornada para oito horas, entre outras questões do trabalho infantil, noturno, insalubre, que giravam em torno dessa questão da jornada de trabalho.

No Brasil, nós só passamos a ter uma regulamentação efetiva no início ou após os anos 1930, não é? Até então, apenas algumas categorias tinham acordos circunstanciais que regulavam a jornada de trabalho. A partir de 1930, com o Governo Getúlio, principalmente ali nos anos de 1932 e 1935, por meio de decretos, a duração da jornada de trabalho foi para oito horas e 48 horas semanais.

Algumas categorias específicas – eu me lembro aqui da minha categoria dos comerciários, porque sou Presidente da Federação dos Comerciários aqui do Rio Grande do Sul – tiveram uma dessas conquistas, num decreto do Presidente Getúlio, no dia 30 de outubro, que marca, inclusive, o dia da categoria comerciária, que foi exatamente a conquista da jornada de oito horas e a conquista do fim da escala 7x1, definida aqui pela (*Falha no áudio.*)... Então, eu quero dizer que essa luta remonta a um passado muito significativo.

Após a regulamentação da jornada de trabalho na Carta Magna de 1934, nós não verificamos nenhuma alteração no que diz respeito a essa questão da redução da jornada de trabalho. Eu estou falando de 1934 até 1988, não é? E como bem colocado aqui pela Procuradora do Trabalho, a própria OIT, ainda lá em 1962, sugeria já uma jornada de 40 horas semanais.

A luta pela redução da jornada de trabalho, na verdade, está intrinsecamente ligada à luta pela (*Falha no áudio.*)... da qualidade de vida (*Falha no áudio.*)... do ser humano como parte sociedade. Nós não podemos fazer um debate ou achar que esse é um debate simplesmente que envolve a questão dos trabalhadores, empregadores. Aqui quem tem que estar envolvido também é o (*Falha no áudio.*)... O Governo precisa entrar nesse debate. E eu saúdo aqui, eu acho que a manifestação do Presidente Lula na véspera do 1º de Maio foi muito importante. O Governo anteriormente tinha uma posição externada pelo (*Falha no áudio.*)... que isso deveria ser feito por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordos (*Falha no áudio.*)... coletivas, negociadas intercategorias. E o Presidente Lula deu exatamente uma orientação diferenciada, dizendo que esta é uma pauta e certamente é uma pauta do Governo, porque historicamente nós só conseguimos que isso se tornasse uma conquista, vamos dizer assim, generalizada para a sociedade brasileira quando nós tivemos a intervenção (*Falha no áudio.*)... E isso aconteceu e acontece no mundo inteiro, não é?

Hoje o Senador já colocou ali... vários são os projetos. Segundo o Dieese, os cálculos que se têm são mais de 30 projetos já que circulam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de iniciativas de redução da carga horária. E lembro aqui, Senador Paim, de um projeto que teve uma grande campanha nacional, inclusive já aprovada até em Comissões da Câmara dos Deputados, à época em que o senhor ainda era Deputado Federal, da PEC 231/95, que reduzia a jornada para 40 horas semanais, de sua iniciativa e do Deputado Inácio Arruda, não é?

Então eu acho que essa questão de projetos que resgatam, que versam sobre a lei do trabalho e que buscam a supressão – aqui eu queria centrar também o debate – da malfadada escala 6x1, que vigora desde a década de 30 do século passado... Portanto, há quase 100 anos, nós temos a mesma escala de trabalho que ainda regulamenta a maioria dos contratos de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, essa é a regra geral. Apesar de nós termos, todos nós sabemos, categorias que hoje já têm escala 5x2, a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros estão dentro dessa escala famigerada de 6x1.

A classe brasileira, como falou a Doutora, está vencida, ela não suporta mais a exaustão causada por essa rotina de extensas jornadas, por uma escala desumana, que, na verdade, limita o tempo para o lazer, o tempo para qualificação profissional que tanto é reclamada, para o convívio familiar e até para o fortalecimento dos laços gregários.

À regeneração orgânica eu queria chamar a atenção também, para a continuidade do trabalho com rendimento e produtividade adequados. Hoje, as jornadas de trabalho e a escala 6x1, na verdade, não permitem sequer que o trabalhador e a trabalhadora tenham uma regeneração, para que eles possam, na verdade, na semana seguinte, dar ou render aquilo que poderiam render.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria entrar aqui em um aspecto, que foi até já foi levantado aqui sobre a questão da reforma trabalhista de 2017. Ela representou, eu diria, a maior regressão civilizacional da história do nosso país: aprofundou a precarização; ampliou a jornada aqui referida pela Doutora (*Falha no áudio.*)... e a facilitação das extensas jornadas diárias de trabalho; os contratos precários – aqui o contrato intermitente e o *part-time* –; o banco de horas sem (*Falha no áudio.*)... facilitou a extensão da jornada; os contratos precários; o banco de horas, como eu falei; o fim das horas *in itinere*, que foi ressaltado aqui; a terceirização e a (*Falha no áudio.*)... sem limites, entre outras. Tudo isso, na verdade, ajuda ou auxiliou a desconstruir o mundo do trabalho como nós concebemos, como um instrumento, vamos dizer assim, positivo de valorização do trabalho.

Outro aspecto que eu queria levantar aqui é que as mulheres, hoje, são mais de 50% da mão de obra. Cinquenta por cento dos lares são comandados por elas, que sofrem a dupla e até a tripla jornada de trabalho, então elas precisam...

Inclusive, Senador Paim, aqui teve uma pergunta de uma das pessoas que estão nos acompanhando pela videoconferência sobre em que isso poderia auxiliar na questão de gênero. É óbvio que as mulheres são as que mais sentem esse problema das extensas jornadas de trabalho e, principalmente, dessa escala que nós temos hoje no Brasil. Então, quanto à jornada, à redução da jornada legal para 40 horas desde já, rumo às 36 horas, uma nova escala, no máximo, de 5x2 e, se viável, outras em outros setores em que ela seja mais aperfeiçoada ainda, e eu quero dizer que a economia brasileira está totalmente adequada para assumir esse tipo de redução.

Por quê? Hoje nós temos aí as (*Falha no áudio.*)... E não é só nos setores da indústria, do comércio, dos serviços; você entra hoje num supermercado, por exemplo, já praticamente não se tem mais caixas, não se tem (*Falha no áudio.*)... o número de trabalhadores está extremamente reduzido devido aos autoatendimentos. Então o grau de produtividade evoluiu (*Falha no áudio.*)... os setores em todas as categorias. Ele, além de representar incremento na produtividade, na geração de empregos, geraria também uma renda maior na própria população, porque as pessoas que vão ter mais tempo vão ter mais tempo (*Falha no áudio.*)... elas vão ter mais tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para executar outras atividades de cultura, de lazer, enfim, movimentar outros setores da economia.

O comércio e os serviços, na verdade, não têm conseguido, Senador Paim, preencher as suas vagas. E um dos principais empecilhos, nas pesquisas que foram feitas por entidades patronais que estão aqui e irão participar desse debate, deverão, inclusive (*Falha no áudio.*)... o problema, um dos principais problemas no setor do comércio, que é considerado, no serviço, o primeiro emprego, é que houve uma detenção nessas (*Falha no áudio.*)... que o principal problema são as extensas jornadas de trabalho e a famigerada escala 6x1, além, naturalmente, daquilo que foi citado aqui pela Procuradora Zimmermann, que é a questão dos baixos salários. E já, no comércio, hoje nós temos uma rotatividade que supera 60% dos trabalhadores e trabalhadoras. Antigamente era por uma questão de rotatividade, de economias, redução salariais; hoje, uma parcela significativa, o dobro do que é, está pedindo demissão, não está mais suportando (*Falha no áudio.*)... Tanto que nós temos empresas, Senador Paim, aqui, no Rio Grande do Sul, já anunciando contratação no setor do comércio, anunciando contratações a uma nova escala de trabalho de 5x2, fazendo disso uma propaganda para atrair novos trabalhadores e, inclusive, anunciando salários superiores aos salários mínimos garantidos nas convenções coletivas em muitas vezes.

Aqui se falou, eu acho que é um aspecto que precisa ser (*Falha no áudio.*)... porque este debate não pode ser um debate só do movimento sindical ou do Parlamento, é um debate de que o Governo precisa participar, mas a sociedade como um todo precisa se dar conta desse processo. A sociedade está adoecendo, porque, se o trabalhador, a trabalhadora adoecer, eles têm famílias e eles fazem parte dessa sociedade. A sociedade precisa dar uma resposta a esse grau de doença que nós estamos vivendo. O problema aí que foi abordado, o problema de *burnout*, distúrbios psíquicos, a exaustão extrema, problema da depressão, da irritabilidade, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ansiedade e outros atingem hoje mais de 30% dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Isso é um impacto negativo, Senador, não só para as pessoas individualmente (*Falha no áudio.*)...

quando se fala tem uma interferência significativa no PIB da nação. Foram mais de 500 mil afastamentos do trabalho apurados em 2023 (*Falha no áudio.*)... para a previdência, para as empresas e para o Estado. Então, nós precisamos, sim, construir uma solução efetiva para isso.

Por fim, Senador, para concluir, quero dizer que o Governo precisa assumir este debate. É importante isso, que o Parlamento (*Falha no áudio.*)... mas nós precisamos que o Governo, através do Ministério do Trabalho, crie uma mesa nacional de negociação que debata esse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUIOMAR VIDOR (*Por videoconferência.*) – E eu acho que ele precisa (*Falha no áudio.*)... do plebiscito que foi citado aqui, promovido pelas centrais sindicais, pela Frente Brasil Popular e pela Povo Sem Medo. Ele será certamente um instrumento para nós levarmos este debate para a sociedade. A sociedade está mobilizada, tanto que, em pesquisas realizadas, mais de 70% da população, hoje, são favoráveis à redução da jornada de trabalho e ao fim da escala 6x1. E certamente o seu projeto, essa PEC 148, de 2015, que trata aí da (*Falha no áudio.*)...

depois, paulatinamente, para 36 horas, e o projeto – quero citar aqui também, Senador – da Deputada Daiana Santos, aqui do Rio Grande do Sul, que altera a lei que regulamenta a profissão de comerciários e outras categorias e estabelece uma jornada de 40 horas e oito, através do Projeto de Lei 67, de 2025, oito horas diárias (*Falha no áudio.*)...

uma nova escala de trabalho de cinco dias de trabalho e dois dias consecutivos de folga.

Eu acho que esse é o caminho, esse é o rumo para o novo Brasil que nós queremos construir.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns pela exposição, Guiomar Vidor, Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que fez também, na mesma linha daqueles que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecederam, uma bela exposição. Ele atua fortemente lá na CTB do Rio Grande do Sul, inclusive foi Presidente inúmeras vezes.

Eu passo a palavra agora para Paulo de Oliveira, Vice-Presidente e Secretário de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. PAULO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Paim.

Quero saudar a todos que estão com a gente aqui, aqueles que estão aí à mesa, os expositores que me antecederam e os próximos que virão também. Uma saudação especial a todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado e por outros meios de comunicação. É muito importante que a gente possa ampliar este debate com toda a sociedade.

Em nome da CSB, para a gente é uma grande satisfação essa oportunidade, a possibilidade de dialogar sobre um tema de grande importância para os trabalhadores e também para a sociedade.

Quero, antes de iniciar aqui, trazer um abraço do Presidente Antonio Neto, que participa das atividades em Genebra, na Suíça, da Conferência Internacional do Trabalho, da OIT, e manda um grande abraço a todos vocês. Não pôde estar aqui, mas a gente vem aqui, a pedido dele, para representar a CSB e poder dialogar um pouco também sobre esse tema de grande relevância.

Para tratar sobre esse tema, nos parece importante que a gente faça uma reflexão sob várias perspectivas. Eu acho que, de fato, nós temos vários sentimentos dentro desse contexto, e a gente quer tentar buscar contribuir com esse diálogo, tratando isso num olhar de cada perspectiva que nós entendemos relevante.

Inicialmente, é importante dizer que essa é uma luta histórica do movimento sindical, a luta pela redução da jornada de trabalho, que já ultrapassa décadas, e esse debate agora ganha um destaque maior, um destaque na sociedade através do VAT (Vida Além do Trabalho) e também do projeto apresentado pela Deputada Erika. Então, nesse sentido, acho que coaduna a luta do movimento sindical com o propósito da redução da jornada de trabalho e com o fim da escala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6x1, que é aquilo que a sociedade hoje observa a partir da dinâmica e dos debates que são colocados.

Para destacar para todos aqueles que nos ouvem, a defesa que nós fazemos nesse sentido é: primeiro, nós pensamos do ponto de vista da geração de emprego, mas de empregos decentes. Então, a jornada de trabalho contribui com esse processo, essencialmente pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, do tempo necessário para a convivência familiar e interpessoal e também do ponto de vista da formação pessoal, das adequações às inovações tecnológicas, que é o que nós vivemos nesse sentido, e isso tudo colabora com o processo de melhoria da qualidade de vida e com o aspecto muito importante também que é o do ponto de vista do aumento da produtividade, porque nós sabemos que a produtividade está ligada à lógica de um trabalho com pausas e com descanso. Dessa forma, nós entendemos que, além de toda essa condição de produtividade, a gente também traz um bem enorme para o país do ponto de vista da questão do acidente de trabalho e das doenças ocupacionais, também geradas por uma jornada extenuante.

O que a gente busca, de verdade, dentro desse processo é a redução da jornada para 40 horas semanais e depois uma redução gradativa de uma hora por ano até a gente chegar à jornada ideal, que seria uma jornada de 36 horas semanais. Isso já é defendido abertamente pelo Senador Paim em todas as dimensões que o Congresso e a visão progressista dentro do Congresso entendem acerca dessa redução para 40 horas e, depois, de uma redução gradativa de uma hora por ano, até chegarmos a uma redução efetiva de 36 horas para a jornada de trabalho no Brasil.

Nós queremos também ter um olhar aqui na perspectiva da resistência patronal. Nós queremos fazer uma análise sobre várias perspectivas, e a resistência patronal é um dos aspectos que nos chama a atenção – e é importante que a gente possa falar um pouco sobre essa questão. Nós já temos, assim, um avanço significativo dentro do setor empresarial, entendendo a importância da redução da jornada de trabalho, mas temos muita gente ainda que reflete sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sentimento de que isso vai quebrar as empresas, de que isso não vai ser bom para o Brasil. Essa posição ainda é muito forte dentro da bancada empresarial, dos empresários como um todo.

E, aí, uma reflexão que já foi trazida em alguns momentos aqui, mas me parece importante que a gente refaça: ontem, na história, efetivamente, argumentos como esses foram defendidos em questões que marcaram a história do povo brasileiro. Podemos lembrar aqui o fim da escravidão, a redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 na Constituinte de 1988, a luta histórica do Senador Paim sobre o salário mínimo de US$100 e tantos outros momentos em que a argumentação era a mesma, no sentido de que as mudanças quebrariam as empresas e não seriam boas para o Brasil. E a que nós assistimos a partir da dinâmica desses fatos? O que nós vimos em alguns momentos importantes já dentro da vivência e da égide dessas mudanças? Nós vimos geração de emprego em condição quase de pleno emprego, desenvolvimento, crescimento empresarial. Assistimos a isso dias atrás, já num cenário com essas mudanças. Então, certamente, o que se coloca, dentro desse processo empresarial, naturalmente é uma visão que facilmente se observa de que a história por si só já demonstra que isso não afeta, de fato, o Brasil e as empresas.

A gente sabe que o desenvolvimento e a ampliação do faturamento das empresas não se dão por redução de direitos ou por aumento de jornada. O que faz com que a empresa possa vender mais é o aquecimento da economia. O aquecimento da economia gira a roda produtiva, gera emprego, melhora efetivamente os resultados empresariais, é bom para o Brasil, mas a gente só consegue efetivamente fazer isso com um trabalhador tendo uma remuneração digna e também dentro de uma dimensão da garantia e da proteção dos direitos, especialmente de uma jornada justa que traga efetivamente um trabalho decente.

Nós já vemos vários segmentos da sociedade não aplicando a jornada 6x1. Vários segmentos da sociedade já não aplicam a jornada 6x1 e já há um processo de adaptação a esse cenário, porque, de fato, ele é um cenário que, do ponto de vista do resultado, traz resultados extremamente significativos. Então, nós temos uma aplicação, já em vários setores, de uma escala menor, promovendo uma qualidade de vida melhor para o trabalhador, mas dentro do ponto de vista da produtividade efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos experiências recentes do modelo 100-80-100, em que você tem 100% do salário, 80% da jornada e 100% de produtividade, experimentado no Brasil e em vários outros países. E o resultado, analisando especificamente o Brasil, é de que as empresas que aplicaram essa jornada querem continuar com a jornada reduzida, porque os resultados do ponto de vista produtivo para a empresa foram bastante significativos.

Para analisar do ponto de vista da produtividade, que talvez seja o elemento principal nesse sentido, a gente olha sempre para essa visão de uma posição contrária, de que isso não vai trazer produtividade. E me parece que nós podemos olhar isso a partir de uma falta de conhecimento concreto de alguns empresários no sentido de entender o que a sua empresa produz, qual é o nível efetivo de produtividade.

E aqui eu trago um exemplo da nossa vivência na negociação coletiva, em que, por vezes, nós buscamos discutir participação nos lucros e resultados. Sempre tivemos muita resistência empresarial para discutir a participação em lucros e resultados, mas, estranhamente, sempre recebemos algumas empresas – e até uma quantidade considerável – nos procurando para organizar a participação nos lucros e resultados. E aí nós ficávamos naquela dúvida: por que, na mesa de negociação ou com debates com vários empresários, há tanta resistência e outros nos procuram de forma voluntária? Depois de muito tempo de análise e de compreensão dessa lógica, o que nós compreendemos é que muitos empresários não sabem se a sua empresa dá lucro ou tem resultado efetivo, não há uma visão completa sobre isso. E aqueles que compreendem o mecanismo real do resultado e do lucro efetivamente nos procuram porque sabem que ali ele pode aumentar o resultado financeiro da sua empresa. E nada mais justo que esse processo leve a uma divisão de parte desses resultados com os trabalhadores.

Então, assim, do ponto de vista do conhecimento, nessa lógica da produtividade que nós vivemos na realidade das negociações coletivas, insere-se também o pensamento empresarial do ponto de vista da produtividade. O que se sabe efetivamente de produtividade dentro de cada empresa? Nós sabemos que, ao longo do trabalho, a partir do momento inicial da jornada de trabalho, o trabalhador tem um nível de produtividade, e a cada momento que se passa, esse nível de produtividade começa a cair. Por isso a necessidade de pausas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regulamentação legal do Brasil determina pausas a partir de quatro horas, depois você tem um intervalo para as refeições a partir de seis horas, mas claramente, para a questão da produtividade, isso não é positivo. E algumas empresas adotaram modelos internacionais. E aqui nós podemos falar do tal modelo Pomodoro, com pausas a cada 25 minutos, porque aquele empresário, a partir de uma visão real e científica, nota que se eu não colocar o trabalhador no momento de descanso, a produtividade não retorna aos mesmos níveis que aconteceram no início da jornada.

Isso se observa também durante a jornada semanal. A produtividade do início da semana e como essa produtividade chega no final de semana, imaginando ainda um trabalho aos sábados, em uma jornada de 6x1. Isso gera fadiga, isso gera todo tipo de situação em que o trabalhador não consegue efetivamente trazer a produtividade que se espera. Então, acho que é um ponto importante também para gente refletir do ponto de vista da produtividade.

Na perspectiva do direito comparado e das experiências internacionais, o Senador Paim já trouxe um relato muito positivo e muito claro também, na abertura dessa nossa reunião. Mas é importante falar da Islândia, da França, da Espanha, da Nova Zelândia, da Alemanha, da Bélgica, que, a partir de um processo de redução da jornada de trabalho, o que foi observado nesse contexto foi o aumento do PIB acima de 4%, né?

Há as experiências exitosas que nós temos aqui na América também: América do Sul, América Central, Chile, Argentina, Equador, Colômbia, México. O mundo está entendendo que nós podemos ter mais resultados a partir de uma jornada mais racional, porque o que se busca aqui não é deixar o trabalhador o tempo maior possível à disposição do trabalho, imaginando que sem uma análise concreta do que é produtividade, nós vamos deixando o maior tempo possível, achando que isso resolve os problemas muitas vezes de falta de organização e de percepção concreta da realidade do trabalho do ponto de vista de como a produtividade se realiza em uma jornada extenuante.

No olhar da perspectiva do trabalhador, é lógico que nós entendemos que a redução da jornada de trabalho vai diminuir a falta ao trabalho, vai otimizar os procedimentos, vai trazer maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade. O trabalhador tem consciência disso. Vai ter tempo livre para formação. Há a diminuição da fadiga, do esgotamento. Acho que todos esses aspectos estão colocados dentro dessa discussão que fazemos aqui, no sentido de trazer uma jornada mais justa e real para os trabalhadores. Eu acho que a centralidade que foi falada pelo meu antecessor no sentido do 1º de maio... Do 1º de maio, a centralidade é a discussão da jornada de trabalho.

E aí nós falamos da divisão do dia em 24 partes: nas 24 horas, oito horas para o trabalho; oito horas para as relações interpessoais e também para formação pessoal, a vivência com a família, o olhar para os filhos e toda essa dimensão necessária do ponto de vista da qualidade de vida; e oito horas efetivamente para o sono, para dormir, para descansar, para repor as energias.

Sobre esse cenário que se traz na centralidade do 1º de maio, é necessário que a gente olhe para ele dentro de uma dimensão de que nós precisamos evoluir no contexto dessa luta, que é histórica, para garantir ao trabalhador melhor qualidade de vida, mais vivência efetiva e que possa, a partir de uma redução de jornada, ampliar os tempos, em especial neste momento que nós vivemos de formação, pensando também na dimensão do que isso pode gerar.

Ainda nessa perspectiva do trabalhador, o que a gente busca evitar com essa redução da jornada de trabalho é reduzir o adoecimento, do ponto de vista dos acidentes, mas essencialmente, neste momento que nós estamos vivendo da vida, da questão da saúde mental, que é grave e que é trágica, e a todo momento nós vivemos situações ainda mais difíceis, dado o momento de excesso de comunicação, de todas as relações que estão colocadas.

Eu queria falar um pouco mais, mas vou pular aqui para trazer um ponto de vista filosófico para encerrar essa questão. Do ponto de vista filosófico, nós sempre falamos sobre qual o sentido da vida, né? Imagina um trabalhador que sai de casa às 5h da manhã; que tem uma distância do trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... que envolve duas, três horas; que tem durante o trabalho toda a sua penosidade; que volta para casa às 10h da noite; e que amanhã

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de novo ele é inserido na relação de trabalho. Quando ele para para pensar qual o sentido da vida, nós olhamos para isso e falamos: "Que sentido da vida esse trabalhador tem? Qual é a realidade efetiva que um trabalhador desses vive a partir do contexto familiar, de não acompanhar a vivência e o crescimento dos filhos?

Para finalizar – e aqui de verdade finalizando –, eu quero trazer a experiência do navegador e escritor brasileiro Amyr Klink no seu livro *Cem Dias entre Céu e Mar*, porque ele faz uma travessia no Atlântico Sul, da África do Sul para o Brasil, em 1984. Ele começa, nessa caminhada da África do Sul para cá – eu vou encerrar agora – numa jornada extenuante, depois ele percebe que, se ele não criasse uma jornada de trabalho efetiva de oito horas, ele não conseguiria chegar ao fim. Sozinho, o ser humano foi lá e foi capaz de compreender a necessidade efetiva de criar uma jornada para que pudesse finalizar a sua missão de navegação. E os nossos trabalhadores que não podem definir isso, que dependem da gente?

Então a gente precisa fazer um amplo diálogo com a sociedade, com os empresários, para efetivamente trazer um trabalho decente, diminuir o adoecimento e ter a sensibilidade do Congresso Nacional nesse sentido.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Paulo de Oliveira, Vice-Presidente e Secretário de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Ficou dentro do tempo, um minuto a mais faz parte do processo, para o bom debate. Meus cumprimentos.

Vamos agora para o Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo (Fepospetro), mas ele representa aqui o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. LUIZ ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar e já agradecer ao Senador Paim pelo convite; cumprimentar a todos da mesa, a todos os que estão participando *online* e a todos os que estão nos assistindo através da TV Senado.

Bom, a fala da Dra. Cirlene Zimmermann meio que me contemplou, porque ela já abordou todos os aspectos, e todos aqueles que me antecederam falaram muito bem da importância da redução da jornada de trabalho efetivamente para a vida do trabalhador, para melhorar a qualidade de vida, o fator psicossocial, a questão da saúde mental, mas eu queria abordar aqui outro aspecto: como implementar essa jornada de trabalho?

Lembremos que, recentemente, nós passamos por uma reforma trabalhista que foi imposta à classe trabalhadora brasileira de uma forma sem debate, sem discussão, oportunista e que trouxe coisas sérias para a vida do trabalhador. Como nós vamos fazer com que essa redução de jornadas chegue à toda a classe trabalhadora com o problema da terceirização desenfreada, com a pejotização da forma com que foi feita e da forma que está sendo a toada?

Basta ver o que está acontecendo em São Paulo, Senador Paim, com jovens motociclistas pejotizados que estão morrendo nas avenidas e nas marginais, trabalhando 12, 16, 18 horas por dia. Basta ver a questão do caminhoneiro: até 2015, o caminhoneiro trabalhava 16 horas, não tinha limite de horas para trabalhar. Em 2015, houve uma regulamentação que reduziu para 8, mas com a possibilidade de ele dirigir até 6 horas para ter um intervalo de 30 minutos, podendo ser reduzido para 15. Mesmo assim, com essa redução, houve uma diminuição significativa na questão dos acidentes. Isso prova a importância da redução da jornada na redução dos acidentes, no aumento da produtividade.

Quando se fala em produtividade... A Dra. Cirlene foi muito feliz: produtividade para quem? Para quê?

Eu vejo que a classe patronal, quando tem um debate dessa natureza, traz os exemplos lá de fora de carga tributária, de direitos trabalhistas, mas eu nunca vi o setor patronal trazer a questão da renda, discutir a renda do trabalhador lá fora. Só discutem que lá fora a carga tributária é menor, que para investir no Brasil precisa reduzir direitos, que para investir no Brasil o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador tem que reduzir carga tributária, mas eu nunca vi fazer a discussão da renda, e a Dra. Cirlene falou muito bem sobre isso.

Não adianta você reduzir uma jornada, se o trabalhador tem que procurar outro emprego para complementar a renda, para poder sobreviver melhor. Você vai ter redução, o trabalhador vai se exceder em horas extras desenfreadas, como funciona hoje, e não vai ter o tempo para se qualificar, para ficar com a família, para melhorar a sua qualidade de vida. Então, para que viver? Viver para trabalhar ou trabalhar para viver?

Então, é preciso fazer uma discussão mais ampla, e o trabalhador precisa estar mais mobilizado, mais politizado.

Como nós vamos implementar uma pauta dos trabalhadores com um Congresso como este que está aí, em que qualquer coisa que venha para favorecer a vida do trabalhador, seja ela qual for, a dificuldade é imensa, e você não consegue implementar a pauta do trabalhador?

Então, eu acho que nós, principalmente o movimento sindical brasileiro, os movimentos sociais, precisamos começar a colocar na cabeça do trabalhador a importância de ele se politizar, a importância da mobilização, para que as pautas dos trabalhadores sejam implementadas no país.

Nós queremos um país rico, um país que seja um dos maiores exportadores do mundo, com muita riqueza, mas queremos que essa riqueza seja dividida para todos, não que cada vez mais se aprofunde a desigualdade social, aprofunde-se a concentração de renda. Então, todos esses aspectos eu acho que têm que ser levados em conta, principalmente numa hora dessa, de um debate tão importante de uma pauta tão importante para a classe trabalhadora, que é a questão da redução da jornada.

Em tudo, absolutamente em tudo que vem para favorecer os trabalhadores a dificuldade é imensa.

A manchete do jornal *O Globo*, quando foi implementado o décimo terceiro salário, dizia o seguinte: "Vai ser um desastre para o Brasil a implementação do décimo terceiro salário". E foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim na Constituinte, quando, para reduzir a jornada de 48 para 44, também iria ser um desastre. O fim da escravatura também iria ser um desastre, o Brasil não iria sobreviver.

Então, todas essas pautas inerentes aos trabalhadores têm que ser assim?

Nós, pelo menos, ainda trazemos para discutir, queremos debater, queremos levar ao bom debate e não impor, até porque o trabalhador hoje não tem condições de impor, com a representação que ele tem dentro do Congresso Nacional.

Então, o que nós precisamos mesmo, de verdade, é conscientizar o trabalhador da importância da mobilização popular, para que as pautas dos trabalhadores andem dentro do Congresso Nacional e dentro do Governo, porque, se depender da classe patronal para você implementar pautas de trabalhadores aqui, a dificuldade sempre vai ser grande, a não ser que tenha um apelo popular muito grande, como essa pauta, que é uma pauta histórica do movimento sindical.

Desde antes da Constituição, a gente já debatia, o movimento sindical já debatia a redução da jornada sem redução de renda – pelo contrário, nós queremos que a renda do trabalhador melhore. Que a redução da jornada aconteça, que a renda melhore, para que o trabalhador, efetivamente, com o fim da jornada 6x1, tenha tempo para ficar com a família, para o lazer, para se qualificar.

Reclamam tanto que falta mão de obra qualificada no Brasil... Como que o trabalhador que trabalha na construção civil, trabalhando oito horas por dia, levando mais quatro, cinco horas para chegar, para se locomover de casa-trabalho e trabalho-casa, como que ele vai ter tempo para se qualificar?

Então, nós precisamos fazer com que esse trabalhador tenha tempo para se qualificar, tenha tempo para lazer, e isso, com certeza absoluta, vai trazer ganho para toda a sociedade, inclusive para o país. Vai reduzir a questão das doenças ocupacionais, vai reduzir as questões das doenças mentais, vai reduzir drasticamente o número de acidentes e, com certeza, em quase todos os setores, aumenta a produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, eu acredito que os trabalhadores precisam mesmo dessa mobilização, precisam estar juntos e fazer o debate, para que as coisas, assim, aconteçam para o trabalhador, porque, na forma como está... Nós estamos à beira de uma eleição – no ano que vem, nós temos uma eleição –, e, se a classe trabalhadora não melhorar, não tiver uma representatividade maior dentro do Congresso Nacional, a pauta do trabalhador não anda.

Muito obrigado. Esse era o aspecto que eu queria abordar neste debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luiz Arraes.

O Luiz Arraes é Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo.

Vamos ter um evento grande aqui, a pedido de vocês, com as mulheres e a realidade dos postos de combustíveis. Já está marcado, e vamos ter essa audiência pública.

Parabéns pela exposição bem objetiva e direta.

Vamos agora para o Sr. Leonardo de Moura Landulfo.

Leonardo de Moura Landulfo Jorge é Diretor Legislativo da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da nossa Justiça do Trabalho. Eu digo da nossa já, porque eu sou fã da Justiça do Trabalho, viu?

O tempo é seu.

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento toda a mesa e os debatedores, na pessoa do Presidente da mesa, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma grande alegria, Senador, contar com seu apoio e sua defesa em prol da Justiça do Trabalho, que, sem sombra de dúvidas, é uma das grandes instituições da República Federativa do Brasil.

Com grande alegria, nós, da Anamatra, da Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho, participamos desta audiência pública em que se discute um importante tema, que é a jornada de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil.

Para a gente olhar para o futuro, eu acho que é sempre importante a gente olhar um pouco e estudar o passado, e nós sabemos que o direito do trabalho surgiu há 200 anos, durante a Revolução Industrial, justamente para regulamentar as jornadas do trabalho, que, naquela época, eram jornadas extenuantes e estavam efetivamente prejudicando a saúde e a vida das pessoas.

No Brasil, as legislações que surgiram para regulamentar a jornada do trabalho são do início do século XX, quando surgiram as primeiras leis estabelecendo a jornada de 44 horas semanais, e nós conseguimos um grande avanço com a Constituição de 1988, que reduziu essa jornada para as 44 horas – 44 horas semanais –, e hoje nós estamos nesta fase. De fato, foi um grande avanço, e, passados quase 40 anos da promulgação da Carta Cidadã de 1998, de fato, é um importante momento para a gente voltar a discutir essa matéria.

E por que é importante se tratar de jornada de trabalho? Porque jornada de trabalho está intrinsecamente ligada à saúde e à segurança dos trabalhadores, como já foi exposto aqui, muito bem exposto pelos debatedores anteriores.

Jornadas longas nos levam a maior estresse, a maior exaustão física e mental dos trabalhadores e, consequentemente, aumentam o risco de acidentes de trabalho.

Essa é uma matéria muito cara, deve ser uma matéria muito cara para a sociedade brasileira discutir os acidentes de trabalho. E nós, no Brasil, não estamos bem em matéria de acidente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo de 2023, foram registrados mais de 500 mil acidentes de trabalho. Em 2024, esse número aumentou para mais de 740 mil acidentes de trabalho. Então, a situação é, de fato, muito séria e muito preocupante.

Acidentes de trabalho com mortes nos levam a números realmente assustadores.

Em 2023, Senador, foram quase 3 mil acidentes com mortes no Brasil. Em 2024, também uma marca muito alta, de mais de 2,5 mil mortes decorrentes de acidentes de trabalho. Então, é algo realmente muito preocupante, que merece a nossa atenção. E, sem sombra de dúvidas, tratar da jornada de trabalho pode refletir para melhorar esses números.

E não é uma matéria... São dados recentes: se nós puxarmos desde 2012 até 2024, foram apuradas mais de 32 mil mortes decorrentes de acidente de trabalho, o que significa dizer uma morte a cada três horas e meia no Brasil, nesses últimos dez anos, e é algo realmente em que nós precisamos nos debruçar, estudar e procurar entender a razão dessa questão fática. E reduzir jornada de trabalho, controlar a jornada de trabalho, são, sem sombra de dúvidas, uma medida protetiva, preventiva, para evitar os acidentes de trabalho, que ceifam tantas vidas.

Mais recentemente, nós temos outros dados muito preocupantes relacionados ao acidente de trabalho, que são os afastamentos decorrentes de problemas por saúde mental.

Em 2022, foram 200 mil afastamentos de trabalhadores decorrentes de problemas com saúde mental. Em 2024, esse número dobrou: foram mais de 472 mil afastamentos em decorrências de problemas de saúde, que obviamente estão ligados a estresse, ansiedade, depressão, que envolvem, como bem exposto pelo colega Luiz Arraes, que me antecedeu, que estão relacionados com a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs brasileiros, que precisam, sem sombra de dúvida, ter tempo para se dedicar a outras questões além do trabalho.

Nós temos uma jornada hoje, no Brasil, de oito horas diárias e 44 horas semanais, só que, além disso, nós temos que acrescer o tempo de deslocamento desses trabalhadores para o seu trabalho, que, nos grandes centros, é um tempo efetivamente significativo, além do que também há a questão da jornada com os afazeres domésticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui vem justamente uma pergunta, Senador, que o senhor formulou no início: como essa redução de jornada pode melhorar a qualidade das mulheres? Parece-me que foi feita essa pergunta, e, sem sombra de dúvidas, alguns estudos indicam que, se houver uma redução da jornada de trabalho, pode ser que haja mais tempo para as pessoas se dedicarem aos afazeres domésticos e, consequentemente, melhorar essa qualidade de vida.

Além, obviamente, da questão da saúde, segurança e preservar vidas, o controle dessa jornada de trabalho também significa poupar recursos públicos.

Em 2024, o impacto financeiro dos afastamentos de trabalho, com concessão de benefícios previdenciários, foi em torno de R$900 milhões. O Brasil gastou aproximadamente R$900 milhões, em 2024, custeando benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho, o que é efetivamente muito preocupante, e é uma boa saída essa questão de se controlar a jornada de trabalho e talvez até reduzir, caso seja esse o entendimento do Parlamento.

Como muito bem exposto, diversos países já adotaram esta medida de redução de jornada de trabalho e tiveram resultado satisfatório, mantendo a produtividade e também com empregados mais atentos, com sinal de alerta mais ativo, dessa forma reduzindo os acidentes do trabalho.

Agora, Senador, eu gostaria de, neste momento, chamar a atenção para este debate da importância da Justiça do Trabalho e do direito do trabalho como um todo, porque não é razoável que a gente discuta redução de jornada de trabalho e permita que haja uma precarização das relações de trabalho através da ampla pejotização. Eu sei que o Senado está atento a essa matéria, tanto que, na semana anterior, houve uma audiência pública aqui, muito bem presidida por V. Exa., com expositores muito bons, em que ficou evidente a importância de se resguardar o direito do trabalho como um todo.

A gente não pode tratar e se dedicar a estudar a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, permitir que a CLT seja facultativa, como nós estamos vendo por aí. A CLT é um instrumento obrigatório, desde que preenchidos os requisitos lá constantes para a configuração da relação de emprego. Essa é uma matéria crucial, porque efetivamente está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem do dia este debate, inclusive no Supremo Tribunal Federal, em que se discute o alcance da possibilidade da pejotização dos trabalhadores. Trabalhador pejotizado não tem direito a hora extra, não tem direito a décimo terceiro e a férias, e isso é uma questão muito grave que a sociedade brasileira precisa acompanhar de perto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – Então, Senador, diante desses pontos trazidos, nós pedimos o apoio de V. Exa., inclusive no projeto de lei que tramita aqui no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado neste momento, que é o Projeto de Lei 1.472, de 2022, que visa a justamente reforçar a competência da Justiça do Trabalho para dirimir todas as questões envolvendo as relações de trabalho, e não só de emprego e, inclusive, a questão das fraudes em relação aos contratos de emprego. É uma norma muito antiga da CLT, em que é nula de pleno direito qualquer tentativa de burlar as relações de emprego, de tentar falsear como sendo relações de direito autônomo, relações civis autônomas, as efetivas relações de emprego. E, sem sombra de dúvida, a Justiça do Trabalho, que é uma Justiça de mais de 80 anos aqui na República Federativa do Brasil, vem desempenhando, ao longo dessas oito décadas, de forma exemplar, o seu papel de reconhecer as relações de emprego e resguardar e garantir aos trabalhadores os seus direitos previstos não só na CLT, mas também na Constituição Federal.

A Anamatra, Senador, se coloca à disposição do Senado Federal para trazer dados técnicos e estatísticos que envolvem jornada de trabalho, acidentes de trabalho e pede o apoio deste Senado na defesa da Justiça do Trabalho e da competência da Justiça do Trabalho para julgar toda e qualquer relação de trabalho, especialmente as que envolvem fraudes às relações de emprego.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Sr. Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que lembrou também que tivemos, aqui nesta mesma Comissão, um debate sobre a questão dos PJs, né? E virou um inferno isso, dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dizer que virou um inferno isso, porque tentam tirar todos os direitos dos trabalhadores. E vamos fazer uma no Plenário do Senado, que já tem data marcada.

E me preocupou muito também quando o Supremo abriu a terceirização sem limite – tudo pode ser terceirizado.

E agora há um debate aqui para quem é dirigente sindical: tem um projeto que está nesta Comissão de Assuntos Sociais – eu consegui pegar a relatoria – em que querem proibir a reeleição de dirigente sindical. Para você ver o quanto é forte aqui o ataque à Justiça do Trabalho, à organização sindical... Mas estamos fazendo um bom combate aí. Esse eu peguei também para relatar, viu? Para a sorte de vocês. (*Risos.*)

Agora, temos, nesta mesa ainda, a Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que já esteve na outra também, Sra. Adriana Marcolino, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. ADRIANA MARCOLINO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Queria, além de cumprimentá-lo, parabenizar pelo debate que vem fazendo aqui nesta Casa em relação à jornada de trabalho e também a todos os outros direitos relacionados aos trabalhadores e trabalhadoras. E é uma forma de a gente trazer para dentro aqui desta Casa o que os trabalhadores e trabalhadoras estão discutindo na sociedade.

Queria também cumprimentar todas as pessoas que estão aqui presentes e também as que estão acompanhando esta audiência pública de modo virtual.

Eu acho que alguns colegas aqui de mesa já destacaram como essa luta pela questão da jornada de trabalho é bastante antiga. E eu queria destacar que essa luta em relação à jornada de trabalho, historicamente, e particularmente ali com o advento da revolução industrial, deu-se relacionada a três dimensões: a dimensão da duração da jornada de trabalho, a dimensão da distribuição do tempo de trabalho e também a dimensão da intensidade, do ritmo de trabalho. Então, a gente destaca bastante que o 1º de maio está muito relacionado à luta pela jornada de oito horas diárias – oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensões da vida –, mas é também nesse período que há uma movimentação para que a distribuição da jornada seja repensada. E aí, como reivindicação, a jornada 5x2, jornada com cinco dias de trabalho e dois de descanso.

E eu acho que agora a gente está aqui no Brasil neste momento de também discutir várias dimensões da jornada de trabalho – discutir a redução, rediscutir a distribuição e rediscutir também a intensidade, o ritmo de trabalho. E eu acho que também, como muito bem foi dito aqui por vários colegas, o que a gente observou, nesse período mais recente, foi uma desregulamentação bastante grande de vários dispositivos relacionados à jornada de trabalho. Para citar de modo mais explícito, a reforma trabalhista tem um conjunto bastante relevante de pontos que desregulamentaram a jornada de trabalho, então ela favorece a habitualidade da hora extra, ela favorece o uso indiscriminado da jornada 12x36, ela criou contratos precários que também têm como centro a questão da jornada de trabalho, como o trabalho intermitente, e ela também promoveu a negociação individual dos temas da jornada. Ela eliminou... facilitou também a supressão de intervalos, que são importantes para a saúde, para a recomposição ali da força de trabalho, para o seu descanso ao longo da jornada.

E também temos outras legislações que fizeram isso nesse período. Vocês devem se lembrar da legislação sobre liberdade econômica – não é? –, que também tem dispositivos que interferem na regulamentação da jornada, dizendo que as empresas, os empreendedores têm o direito de organizar ali a sua jornada de trabalho de modo livre, impactando aí diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras.

Segundo a OIT, o que a gente tem visto ao redor do mundo, nessa última década, é uma precarização bastante forte da jornada em escala mundial. A gente teve várias reformas ao redor do mundo, e não só no Brasil, que tiveram como centro a questão da jornada de trabalho, e o que a gente está vendo como resultado é que, de um lado, a gente tem uma quantidade grande de trabalhadores executando longas jornadas, acima de 44 horas semanais e acima de 48 horas semanais, e, de outro, trabalhadores que não têm uma jornada completa, que são subocupados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por insuficiência de horas, ou seja, conseguem trabalhar hoje e depois só vão trabalhar de novo daqui uma semana, um dia, dois dias, o famoso bico, não é?

Então, é um momento que, de fato, essa aderência, esse engajamento da sociedade no tema, de discutir a vida além do trabalho, eu acho que é muito resultado do que a gente observa no que vem acontecendo em relação a esse tema na sociedade.

A gente também tem feito um debate... A questão das escalas, particularmente, é sempre muito objeto de negociação coletiva, mas, como a gente tem visto, essa desregulamentação da jornada, como o Senador bem destacou aqui, e o ataque também às organizações sindicais, no sentido de enfraquecê-las, de enfraquecer os dispositivos relacionados à negociação coletiva... Hoje, a negociação coletiva não dá conta de regulamentar jornadas e proteger os trabalhadores.

Nós fizemos um levantamento sobre as negociações coletivas das escalas, no sistema mediador, e quero só destacar para vocês aqui um dado em relação às cláusulas relacionadas ao comércio. A gente encontrou cláusulas voltadas para os trabalhadores no comércio de negociações ou de sindicato de trabalhadores com sindicatos de empregadores ou de sindicato de trabalhadores com empresas. Então, a gente tem jornadas 6x1, jornadas 5x2, jornadas 12x36, jornadas 5x1, jornadas 6x2, jornadas 4x2, turnos ininterruptos de revezamento, jornadas 2x2, jornadas mistas – três semanas 6x1 e uma semana 5x2 – e jornadas 4x3. E o que chama a atenção é que muitas cláusulas mencionam a possibilidade de fazer todas essas jornadas numa única empresa, ou seja, a empresa pode ali organizar cada setor da empresa com uma jornada diferente. Então, é uma fragmentação não só das condições gerais de trabalho, mas também dentro de uma empresa.

E as garantias em torno dessas escalas distintas não são grandes, né? Em geral, as cláusulas destacam ali como é que vai ser a compensação no sábado e domingo, se vai ter direito a uma majoração no valor pago nesses dias e também os limites de hora extra, enfim. Então há uma desproteção. Quando a gente olha para a negociação coletiva, considerando que essa negociação coletiva, que já tinha limites no Brasil, foi ainda mais desorganizada com a reforma trabalhista, a gente tem aí limites bastante significativos quando a gente trata de escala, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu comentei sobre as longas jornadas de um lado e as curtas jornadas de outro, a gente então tem trabalhadores aí nas duas pontas, no que a gente poderia considerar uma precarização da jornada de trabalho.

Eu queria destacar aqui os dados do Brasil. Então a gente tem uma jornada semanal média de 41 horas e 30 minutos, que está abaixo das 44 horas semanais; mas, num país continental, desigual como o Brasil, quando a gente olha para as faixas, a gente encontra 47% dos trabalhadores com jornadas acima de 40 horas semanais e 13% com jornadas acima de 48 horas semanais. E, de outro lado, a gente tem hoje cerca de 4,9 milhões de trabalhadores numa situação de subocupados por insuficiência de horas, ou seja, aqueles trabalhadores que não conseguem, não acham no mercado de trabalho uma jornada completa que também lhe garanta um salário completo no mês.

Então reduzir a jornada de trabalho, como foi dito, sem redução de salário e com controle de hora extra – eu acho que é muito importante também esse elemento, que foi dito aqui na mesa – é fundamental para a gente redistribuir essa jornada com o conjunto da classe trabalhadora.

Eu queria destacar também a relevância de a gente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... reduzir a jornada de trabalho para redistribuir o tempo de trabalho remunerado e o tempo de trabalho não remunerado relacionado aos cuidados. Hoje, se a gente fosse ter o mesmo nível de participação que os homens têm no mercado de trabalho, se as mulheres fossem ter o mesmo nível de participação que os homens têm no mercado de trabalho, nós teríamos mais 18 milhões de mulheres na força de trabalho; ou seja, essas mulheres estão fora do mercado de trabalho, em grande medida, porque é justamente as mulheres que são as mais responsáveis pelas atividades de cuidado. Então reduzir a jornada de trabalho também possibilita que a gente redistribua o tempo dos trabalhos de cuidado entre homens e mulheres, e também facilita a entrada das mulheres no mercado de trabalho, porque têm uma jornada menor e que possibilita, então, essa volta para o mercado de trabalho, né? A gente sabe que tem uma participação grande das mulheres no mercado de trabalho em jornadas parciais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com salários reduzidos. Então, na medida em que a gente consegue trazer essas mulheres para jornadas completas, a gente também possibilita aí a ganhos em relação à autonomia financeira das mulheres e redução das desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Como o meu tempo aqui está terminando, eu gostaria de destacar também este debate sobre a importância da redução da jornada em outras dimensões como a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo a OIT, neste começo de século aqui, aumentou em 29% o número de mortes relacionadas a longas jornadas, ou seja, no mundo todo, na questão da jornada, em vez de, com os avanços tecnológicos, a gente melhorar as condições de trabalho e, em decorrência disso, reduzir as jornadas, a gente tem utilizado esse mecanismo das longas jornadas para ampliar a exploração do trabalho e, então, ter um aumento dos lucros das empresas a partir desse elemento, precarizando a vida dos trabalhadores.

E, em todo este debate sobre a produtividade, eu gostaria de destacar que – até o companheiro Paulo de Oliveira, da CSB, destacou bastante o tema da produtividade – a produtividade é resultado de um conjunto de fatores: investimento em qualificação e educação, investimento em infraestrutura, investimento em inovação e tecnologia. No entanto, quando a gente olha para o Brasil, o objetivo das empresas é aumentar a produtividade única e exclusivamente através da exploração da força de trabalho. E a gente tem visto aí, inclusive, setores do empresariado dizendo que o Governo não pode investir em infraestrutura, que tem que tomar cuidado com a política fiscal, enfim... O problema é que, se a gente também mantém uma estrutura em que a gente não consegue investir em rodovias, portos, logística, a gente não amplia essa produtividade. Então, precisa ter um investimento público, e o Brasil ainda está aquém, nas grandes economias, no que diz respeito à garantia de uma infraestrutura adequada. As empresas também precisam começar a investir em inovação tecnológica, que potencialize a produtividade. E a gente também precisa investir em saúde e educação. Tem todo um debate aí sobre desvincular os investimentos em educação. A gente ainda está muito longe do que é adequado no que diz respeito à educação e à qualificação para que a gente possa simplesmente abrir mão desses recursos. Então, de novo, a gente não pode simplesmente achar que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir, de fato, um crescimento na produtividade a partir da superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

E, se a gente for olhar para o custo médio das horas trabalhadas no Brasil, nós estamos com um valor menor do que o dos países da OCDE, obviamente, como já foi citado aqui, mas também com valores menores do que o de vários países aqui da América Latina que têm economias muito menores do que a brasileira. Se a gente for olhar para a jornada média no Brasil, acontece a mesma coisa. A nossa jornada é maior do que a de muitos países aqui da região latina que têm...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... condições de trabalho piores ou que têm estruturas econômicas mais fragilizadas do que a brasileira.

Não vejo sentido em que o argumento da produtividade seja lançado como um elemento que poderia dificultar a redução da jornada de trabalho. A gente precisa, como país, pensar num modelo de desenvolvimento em que a produtividade seja alcançada através de outros fatores e não de uma mão de obra com baixos salários e longas jornadas.

Agradeço a possibilidade de participar desta conversa aqui, deste debate, Senador, e ficamos à disposição tanto da Comissão como do Senado para continuar neste debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Adriana Marcolino, Diretora-Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o nosso Dieese, que já participou de inúmeros debates aqui, sempre com a mesma competência, mesma clareza dos temas que são debatidos.

Eu convidaria agora os que estão nessa mesa, que retornassem, se pudessem, para a primeira fila. A Dra. Erika fica, porque vai fazer parte da segunda mesa. Então, uma salva de palmas para essa mesa aqui. (*Palmas.*)

Eu agradeço, viu? Eu agradeço. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, eu estou de pé de vez em quando, pessoal, por causa da minha coluna e do ciático. Eu me obrigo a ficar um pouco sentado, um pouco de pé.

A Dra. Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, o nosso Sinait, vai ficar conosco aqui nessa mesa também. (*Palmas.*)

Convido também Francisco Luiz Saraiva Costa, Secretário de Coordenação Administrativa e Política da sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs), representando aqui a CUT. Seja bem-vindo aqui à mesa. (*Palmas.*)

Convido também Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado. Seja bem-vindo, por favor. (*Palmas.*)

Informo que Gilvana de Jesus do Vale Campos, Diretora de Legislação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, infelizmente não pôde comparecer. E informo também que o Sr. José Ferreira Fernandes, Vice-Presidente Administrativo e Financeiro da Federação Brasileira de Fomento Comercial (Febrac)... (*Pausa.*)

Ele também disse que ia participar, a convite do Senador Girão, mas, por motivo de força maior, ele não vai usar a palavra. Mas estava prevista a fala dele também.

Eu não havia comentado no início; a minha assessoria agora atualizou. Nós temos também, lá na Câmara, o PL 67/2025, de autoria da Deputada Daiana Santos, que reduz a jornada também, na mesma linha dos outros projetos, num primeiro momento, para 40 horas, com dois dias de repouso remunerado.

Então, de imediato, eu passo a palavra à Sra. Adriana Marcolino, diretora técnica... Adriana já foi, agora é a Erika, que ficou da outra mesa. Passo a palavra à Sra. Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Por favor, Doutora, o tempo é seu, dez minutos.

O SR. ERIKA MEDINA (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigada, Senador Paim, pelo convite. É sempre uma honra estar aqui com o senhor, representando o sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema realmente é antigo, mas está em evidência. E eu queria complementar os meus colegas com algumas observações que a gente ainda não comentou.

Primeiro, qual que é o público principal de que a gente está falando? Quem são esses trabalhadores que têm essa jornada de trabalho de 44 horas? Essa jornada é predominante para os trabalhadores que recebem remuneração mais baixa e que têm menor qualificação. Eles ainda têm essa jornada de 44 horas, e é exatamente dessa categoria – na prática, a gente encontra muito – de que os empresários reclamam muito, reclamam que não querem trabalhar, que eles apresentam atestado e que a produtividade é baixa, sendo que os empresários não percebem que a responsabilidade é deles; é deles ao exigir essa jornada de trabalhadores que realmente estão cansados. Eles querem trabalhar, sim, eles precisam trabalhar, mas eles estão sobrecarregados do trabalho. Do trabalho e da vida, porque, além de eles trabalharem o dia todo, de terem somente um dia de descanso, eles ainda têm o deslocamento; moram, geralmente, nas periferias, têm um deslocamento muito maior, usam transporte público, chegam em casa e têm todos os afazeres da casa para poder realizar e se preparar para o dia seguinte. Então, eles realmente ficam muito cansados e, durante o trabalho, têm uma ansiedade, uma preocupação com tudo que está acontecendo na casa deles. Qual de nós que, quando recebe uma ligação de um filho, já não fica desorientado e tem que saber que tem que atender os filhos, né? Imagina para um trabalhador que sabe que sequer vai encontrar com o filho quando voltar para casa.

Então, esse, esse trabalhador que tem essa jornada de 44 horas, que faz geralmente hora extra, sim, é o que vai ser mais beneficiado com esse projeto de lei. Já passou da hora de a gente ter a jornada de 5x2. Então, é para ele principalmente isso. E esses empresários têm que entender que a responsabilidade é deles dessa baixa produtividade, desse absenteísmo, dessa alta rotatividade dos setores, porque são trabalhadores desgastados por tudo isso que eles passam todos os dias. Os acidentes de trabalho também e as doenças profissionais são responsabilidade dos empresários, que exigem desses trabalhadores mais do que uma jornada justa. Então, eles vão ser os maiores beneficiários, os empresários vão ser. Os trabalhadores também, mas os empresários também: vai melhorar a produtividade, vai reduzir a rotatividade, vão reduzir os acidentes e as doenças profissionais e vai melhorar o clima organizacional. Quando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador está satisfeito, ele está feliz, ele trabalha mais feliz. E isso contribui para todo mundo, para a empresa toda.

Nesse aspecto, eu acho que o 5x2 é absolutamente necessário. Já passou da hora de a gente conseguir essa redução de jornada, né, Senador?

E, eu queria uma... Especialmente agora, em relação a reduzir além das 40 horas a jornada... Então, que a gente está falando de 4x3, de outras jornadas. Neste momento, eu acho que é muito importante a gente ter foco nesse trabalhador de que a gente está falando agora, que é esse de mais baixa renda e com menos qualificação, porque com uma redução maior, a gente precisa também aliar a isso tempo para capacitação profissional desses trabalhadores de baixa renda. Senão, o que a gente vai fazer é o contrário: a gente vai empurrar esse trabalhador para outro emprego, ou um subemprego, ou uma pejotização, ou uma informalidade. Isso é o que a gente encontra, na prática, na Auditoria Fiscal do Trabalho, né?

A jornada 12x36, como foi falado aqui, é 12x12. A gente sempre encontra o trabalhador sem registro no dia seguinte da 12x36, porque ele não está descansando, né? O empregado que está lá recebendo o seguro-desemprego – teoricamente, também é uma situação em que as empresas falam que eles querem receber o seguro-desemprego – está trabalhando; ele está trabalhando sem registro, porque ele precisa ganhar mais, porque ele precisa dar mais para sua família.

E a gente não pode deixar, então, que esse trabalhador que tem uma renda menor e uma qualificação mais baixa receba... "Ah, não! Ele não vai diminuir a renda!". A gente ainda tem que aumentar o salário, mas a gente tem que qualificar esse trabalhador. Se a gente não vincular a qualificação desse trabalhador a essa redução de jornada, a gente estará desprotegendo esse trabalhador que a gente quer proteger, porque a gente estará empurrando esse trabalhador para trabalhar mais ainda em outros empregos informais e nessa pejotização. Então, esse é um grande risco com que a gente tem que se preocupar, temos que vincular isso nesse projeto de lei, quando a gente for pensar nessa redução de jornada, além das 40 horas semanais, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação ao restante, como geração de empregos, é excelente. A gente tem que diminuir as horas extras e o banco de horas, isso tem que ser desestimulado para a gente realmente ter a geração de empregos.

Uma questão também que foi colocada é a igualdade de gêneros. Sim, é importantíssimo, não só para a mulher trabalhar ou para ela permanecer no mercado de trabalho ou retornar ao mercado de trabalho, mas também para o homem, para ele voltar, ele poder ajudar a mulher nas tarefas de casa, na tarefa com os filhos. Ele também vai ter mais tempo livre para dividir esses afazeres familiares com a mulher, que não são só uma obrigação da mulher. Então, a gente vai ter, com essa redução de jornada, uma participação maior do homem tanto no cuidado dos filhos como no cuidado da casa, e a mulher também vai se sentir mais livre para permanecer no mercado de trabalho e até ocupar cargos que exijam mais, porque ela tem mais ajuda em casa. Então, essas empresas vão se tornar mais inclusivas e vão fortalecer essa diversidade do homem e da mulher no trabalho.

Também esse PL vai ajudar muito na oportunidade de trabalho para os jovens, porque muitos jovens querem estudar, mas eles precisam trabalhar também, eles não conseguem ficar só estudando. Então, uma redução de jornada – e aí, quanto maior, mais tranquilo para eles conseguirem – vai permitir que esses jovens possam trabalhar sem comprometer a sua vida acadêmica, então a gente vai ter jovens mais qualificados no futuro, porque hoje muitos deixam de estudar porque precisam trabalhar, e as jornadas realmente são exaustivas. Eles fazem a opção pelo trabalho por necessidade. Então, vai ser muito bom por isso.

E, enfim, a redução da jornada é uma estratégia para promover a saúde, a qualidade de vida e a oportunidade de crescimento profissional, como todos já falamos, mas o que eu quero reiterar, já finalizando – eu sou sempre rápida, né, Senador? – é que a gente tem que se preocupar com esses trabalhadores de baixa renda e baixa qualificação, para que essa redução de jornada não os empurre para uma situação ainda pior, informal e precária. A gente tem que ter qualificação profissional, para que eles tenham direito a empregos melhores, que possam ganhar mais, né? Que as empresas reconheçam isso e quem sabe elas promovam essa redução juntamente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma qualificação profissional ofertada por essas empresas, também remunerando esses trabalhadores por essa qualificação.

Essa é a nossa sugestão como Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho. Estamos sempre à disposição para contribuir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, que representou aqui o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Parabéns! Deixou contribuições que, com certeza, a Mesa vai aproveitar para qualificar ainda mais o projeto.

Passamos a palavra agora para o sindicalista Francisco Luiz Saraiva Costa, Secretário de Coordenação Administrativa e Política da Sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), representando aqui a Central Única dos Trabalhadores.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, que é um grande lutador na defesa dos trabalhadores há muito tempo, né, Senador? Então, a gente quer agradecê-lo sempre aí para essa luta, por trazer a voz dos trabalhadores aqui para esse espaço, que os trabalhadores falam, falam, falam. Muitas vezes a gente fala: "É, está repetitiva a fala. Mas a fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me, porque eu não avisei. Cada um dos que usou a palavra terá três minutos para as considerações finais. E temos mais um painelista para falar, depois do Francisco.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – O.k. Então, todas essas contribuições trazidas aqui por essas entidades representativas tão importantes principalmente estão aqui demonstrando o que o trabalhador está sentindo e o que é visto também lá na Justiça do Trabalho, na Auditoria Fiscal do Trabalho... Em todas essas entidades, elas estão, de certa forma, há algum tempo também tendo uma corrida aí para que elas não exerçam o papel importante que elas têm para exercer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos aí o quanto essa luta é histórica para a Central Única dos Trabalhadores, para o movimento sindical como um todo, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, da CUT, a Contracs; para a Fetracom-DF, que é a Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do DF; para o Sindicato dos Comerciários aqui do Distrito Federal, e todas essas entidades muito importantes que estão representando os trabalhadores em todos esses cantos do país.

A luta pela redução da jornada de trabalho é histórica e central do movimento sindical. Já no século XIX, durante a Revolução Industrial, os trabalhadores e as trabalhadoras enfrentavam jornadas de até 16 horas diárias, sem descanso semanal e em condições precárias. Foi nesse cenário de exploração que surgiu uma das mais antigas bandeiras do sindicalismo internacional. Essa reivindicação foi o estopim da greve de Chicago, em 1886, que inspirou o Dia Internacional dos Trabalhadores, comemorado no 1º de maio.

No Brasil, conquistas como a jornada de oito horas diárias e o descanso semanal remunerado foram garantidas somente com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943; ou seja, oito horas diárias nós temos desde 1943. Então, há quanto tempo, né? Quanto já evoluiu, e a gente ainda não evoluiu na redução da jornada. Contudo, a jornada de 44 horas distribuída em seis horas diárias de trabalho, com um descanso 6x1, continua sendo exaustiva e incompatível com as condições sociais, tecnológicas e humanas do século XXI. Esse modelo de jornada compromete a saúde física e mental dos trabalhadores, limita o convívio familiar, dificulta o acesso à educação, reduz drasticamente o tempo de lazer, o tempo de cultuar a fé das pessoas.

Vivemos um tempo em que a produtividade aumentou significativamente, com o uso da tecnologia e da automação; ou seja, nós temos aí hoje a inteligência artificial, houve a tecnologia da internet, mas continua a exploração dos trabalhadores com essa jornada, haja vista que a produção pode aumentar de uma outra forma e não com essa exploração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lógica do lucro segue sustentada pelos custos do esgotamento da classe trabalhadora; ou seja, essa conta não fecha. Quem trabalha seis horas diárias e descansa apenas um dia não tem tempo para viver de verdade.

A proposta de adoção da jornada 4x3, quatro dias trabalhados, seguidos de três de descanso, apresenta uma alternativa concreta e eficaz. Mais tempo livre significa tempo para cuidado pessoal, para os estudos, para a família, para o lazer. Essa reorganização de tempo não apenas reduz o estresse, o cansaço, como também melhora o desempenho no ambiente de trabalho, gerando benefício direto à economia. Além disso, empresas que oferecem melhores condições de trabalho, com equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal, colhem frutos da motivação, do engajamento, da diminuição de falhas no trabalho, reduzem os custos da saúde, reduzem a rotatividade, as ausências, e aumentam a eficiência produtiva. Trabalhadores descansados são mais criativos, mais atentos e comprometidos.

Para acompanhar os avanços tecnológicos e a crescente presença da inteligência artificial, é fundamental abandonar as práticas que não atendem mais os desafios e as demandas da atualidade. Se tudo evolui, a relação de trabalho também precisa seguir nesse caminho. Por isso, a PEC apresentada, que visa a acabar com a jornada 6x1, representa um avanço histórico rumo a um ambiente de trabalho mais justo, mais saudável e também mais produtivo. Por isso, nós temos que repetir e repetir a cada dia, até que a gente chegue a essa diminuição dessa exploração.

É por isso que a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a CUT e todo o movimento sindical defendem a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas sem redução de salário, conforme tem sido a discussão do momento. Essa discussão é do momento, mas a gente tem visto que, desde 1943, a gente não tem um avanço para diminuir essa exploração. É por isso que essa proposta busca não apenas corrigir distorções históricas, mas adequar a organização do trabalho à realidade social do Brasil e do mundo. Reduzir a jornada sem reduzir salário significa melhorar a qualidade de vida da população, reduzir o número de afastamento por adoecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos visto aí agora, com a Norma Regulamentadora nº 1 aí, que busca estar fiscalizando e observando mais atentamente aí o psicossocial dos trabalhadores, que tem sido um problema muito sério, muito grande. Quando a gente vai na base para filiar, debater as questões trabalhistas, uma das perguntas principais do trabalhador é: "Lá tem psicólogo? Lá tem psiquiatra?", ou seja, é constante. Isso a gente vê aí. Quem está nos postos de trabalho sabe a dificuldade que os trabalhadores estão enfrentando aí com esse problema psicológico. Aí de onde vem isso? De onde vem? Vem exatamente dessa exaustiva jornada, principalmente, que acarreta esses problemas. Então, reduzir essa jornada sem reduzir salários é importantíssimo para reduzir o número de afastamentos e adoecimentos e estimular a produtividade, inclusive gerar mais empregos.

Essa luta da Contracs, da CUT e de todas as entidades, é uma luta por justiça; é uma luta por dignidade, neste país, de quem trabalha todos os dias aí movimentando a economia e gerando os números que a gente está vendo aí, importantíssimos. Mas o trabalhador não é número; eles são pessoas.

Então, para o Estado, para a empresa, para o trabalhador principalmente, é uma medida necessária e uma medida que vai trazer aproximação com a Justiça para o cidadão, porque já está uma questão desumana trabalhar seis dias e folgar um. Que tempo você tem? O questionamento hoje dos empresários, nas mídias aí, é: "Não tem qualificação? Não quer trabalhar?" Ou seja, seis dias trabalhando... Oito horas é o número que tem aí oficial – não é? –, mas a gente sabe das horas extras. A partir da reforma trabalhista, foi implantado o banco de horas sem ter negociação com o sindicato, ou seja, com o representante dos trabalhadores. Antes, a gente fazia assembleia com os trabalhadores para debater questões, para saber se o trabalhador votava a favor ou contra aquelas garantias que eram apresentadas no acordo do banco de horas. Aí, depois da reforma trabalhista, acabou. Querem acabar com a fiscalização do trabalho, com os auditores do trabalho, com a Justiça do Trabalho; ou seja, onde vai parar?

Então, é importantíssimo que todos estejam juntos e que o Congresso Nacional, que os Deputados, que os Senadores entendam que têm que respeitar o trabalhador. É o trabalhador que movimenta a economia do país. Então, é totalmente injusto. Como é que você explica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando você está em campanha eleitoral, que você está contra a redução da jornada de trabalho? Como é que você vai explicar que você quer explorar o trabalhador e a trabalhadora mais ainda do que são explorados? Não justifica. Então, vamos ter consciência, vamos ter a sensibilidade de pensar nas pessoas, porque o mundo está adoecido, as pessoas estão aí individualizadas, porque o movimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – ... dos trabalhadores, ou seja, as organizações dos trabalhadores, que discutem todas essas questões, não para estar na frente da classe patronal, mas para ter um equilíbrio, não está sendo buscado, não está sendo visto. Então, vamos pensar mais atentamente aqui, como pensa o Senador Paulo Paim e vários outros Deputados e Senadores que têm comprometimento com o país e com a classe trabalhadora.

Então, vamos juntos nessa luta e vamos reduzir, de verdade, a jornada de trabalho para que os trabalhadores possam não trabalhar para viver, mas viver uma vida digna e com justiça para todos trabalhadores e trabalhadoras.

Muito obrigado. E vamos até a vitória nessa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Francisco Luiz Saraiva Costa, que aqui falou em nome da Central Única dos Trabalhadores. Você é da Contracs, não é?

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns! Você fez um belo resumo aí.

Eu aproveito o teu tempo para, a pedido do sindicalista e líder Luiz, registrar a presença no plenário, representando a CUT-DF – é isso, não é? –, do Raimundo Luís de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais (Sindnações); Luiz Saraiva e Tiago Bitencourt, Diretores do Sindicato dos Comerciários do DF;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meire Gonçalves e Djenane Brito, representantes da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT.

Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Agora vamos para o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

Quero só lembrar que, depois dele, que é o último painelista, nós vamos dar três minutos, para as considerações finais, para os nossos convidados.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Senador Paim, muito obrigado pela oportunidade, obrigado por estar aqui.

Respeitosamente, eu vou ser um contraponto às falas anteriores, como eu acho que é próprio do Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Posso falar?

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu agradeço, porque às vezes o pessoal me pergunta: "Como é que ninguém fala contra?". A gente convida, mas a maioria não vem. Então, parabéns a você, que veio aqui para fazer o contraponto! Que sirva de exemplo para outros! (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Com prazer.

Eu acho que o papel do Parlamento é exatamente este: haver debate, haver discussão. Acho a proposta absolutamente honrada, e eu vou discutir na lógica do livre mercado, numa perspectiva diferente, pensando sempre que políticas públicas devem ser avaliadas não pelas suas intenções, mas pelos seus resultados. E lá na frente eu vou falar um pouquinho sobre a reforma trabalhista, de como o resultado está dando certo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa questão, primeiro ponto, houve um... No dia de hoje saiu um estudo da GV, da faculdade Getulio Vargas, publicada pelo *Valor Econômico*, falando um pouco sobre essa questão, trazendo dados e trazendo algumas informações bem interessantes e importantes, Senador Paim, para se discutir sobre o impacto na redução de jornada. E está aqui, na folha A-4 do jornal divulgado hoje, uma consolidação desse estudo que vai comentar sobre a questão do impacto da redução de jornada para 36 horas por escolaridade, o que é algo para gente pensar assim: quais são os dados, né? Como é que isso está sendo colocado, como é que está sendo trazido?

A primeira informação relevante que é trazida é que a média hoje já não é 40 horas – não é 44, nem 40. Hoje a média é de 38,4 horas de trabalhos semanais, que são colocadas segundo o estudo – estou usando aqui e citando a fonte do estudo. Sem instrução e fundamental incompleto: a jornada hoje é de 36 horas, e o impacto, caso houvesse essa mudança, seria de 0,7% na hora trabalhada do trabalhador. Fundamental completo e médio incompleto, o impacto já é maior: hoje é de 37,8 horas semanais, e seriam 5% de aumento de salário. Já médio completo e superior incompleto, esses sim seriam muito beneficiados, que já são a classe que mais ganha renda aqui no Brasil: eles teriam um aumento... Eles já trabalham 39 horas, 39,3 horas semanais, mas com um aumento, caso houvesse a mudança, de 9% sobre a sua variação da hora. E superior completo teria um aumento de 8% sobre a variação da hora. Ou seja, eu entendo que essa medida se propõe a beneficiar especialmente a camada mais baixa da população, e, segundo a informação do estudo, ela, que é sem instrução, e o fundamental incompleto, eles trabalham 36 horas em média – é óbvio que é média: a média é o Céu e o Inferno, né? Então você tem essa condição de 36,2 horas por isso.

Assim, pelo dado do estudo, é interessante trazer este ponto de que as pessoas que se propõem a melhorar a condição delas não vão as que vão ter. Vai melhorar é para quem já ganha melhor: superior incompleto, superior completo, segundo o estudo da GV colocado. Aqui eu estou citando essa visão trazida coincidentemente hoje na discussão – não sei se por conta da audiência pública do senhor, mas coincidentemente trazida hoje a informação sobre esse tema. Acho que vale discutir o estudo ou discutir o método do estudo e ver a perspectiva com relação a ele. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um grande pensador que dizia o seguinte: eu acredito em Deus; para todos os outros me tragam dados – que é exatamente o que está sendo colocado aqui nessa visão.

Alguns setores vão ser mais impactados, segundo o próprio estudo: setor de transporte, setor de extrativismo, setor de comércio. São setores que costumam usar a escala 6x1 – esses setores são os que mais são impactados nisso. É óbvio que, para todo brasileiro com ciência, isso vai ter um aumento de custo, não tem jeito. Alguém vai pagar a conta relacionada a essa visão: setores, né? Na administração pública, que tem mais gente formada, por exemplo, tem menos impacto porque não costuma ter escala de 6x1; e o outro serviço que é menos impactado são os serviços domésticos, nessa visão.

Uma questão importante do Brasil – e o Brasil vem sofrendo isso há muito tempo, isso aqui não é culpa deste Governo ou do Governo passado ou do Governo anterior, pois há mais de décadas nós estamos sofrendo isto, desde a década de 80 – é que a nossa média de crescimento em produtividade é baixa. Isso é uma preocupação, acho, de todo o Senado, de toda a Câmara. A discussão, inclusive, aqui foi perpassada em vários momentos, se a solução seria no trabalhador ou na informatização ou na melhora de sistemas para trazer isso, mas o fato é que a produtividade do Brasil em relação ao mundo é baixa.

Entre as Américas, nós estamos entre os dez países com a produtividade mais baixa. Coincidentemente, nós somos o 26º país em 32 países com menor liberdade econômica. Isso também é uma coisa muito séria, isso impacta principalmente os salários dos trabalhadores.

Várias falas destacaram aqui o cuidado, pois tem uma preocupação. Se baixar a jornada, será que os nossos trabalhadores, que precisam aumentar a sua renda, que precisam ter uma condição melhor, vão ter um segundo emprego? Eles vão onerar ainda mais a sua vida? Vai ser ainda mais difícil para eles? Isso não foi citado por mim; foi citado por quem eu discordo em grande parte, mas concordo fundamentalmente com essa fala. É algo preocupante. Se eu tenho produtividade baixa, eu tenho receita baixa e eu tenho um salário baixo. Essa é uma condição do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso custo por trabalhador é alto. Nosso trabalhador custa R$1,4 mil ao... O empregado recebe isso, perdão. Hoje, o salário mínimo é R$1.412, mas o empregador paga o dobro disso. Isso gera um custo tremendo na ponta, porque essa pessoa que estaria recebendo mais ou menos, em média, R$2,8 mil, R$2,6 mil, se fosse tudo para o bolso dele, vai receber R$1,4 mil.

Esse é o custo do emprego do Brasil, que é muito caro, e tem várias razões para isso: previdência, custo trabalhista, custos que tem... Todos envolvidos em relação a esse ponto.

Será que a solução, de fato, é essa? Será que não existem outras soluções para a gente pensar na condição e como isso tem colocado?

E, neste ponto, principalmente, há um risco tremendo: o Brasil ainda é um país muito informal. Nós temos um nível de informalidade altíssimo. Isso é ruim para o sindicato, isso é ruim para setor do trabalho, isso é ruim para o dia a dia, isso é ruim para todo mundo.

Eu acho que, mesmo eu discordando de uma visão, inclusive, ideológica desse ponto, eu concordo com isso. Eu acho que todos nós concordamos que o Brasil tem muita informalidade e precisa fortemente resolver esse problema. Como? Será que é estabelecendo uma jornada fixa de trabalho para isso?

Outros países fizeram soluções diferentes. Foram citados alguns países que estabeleceram jornadas de trabalho como essa. Acabou, em alguns casos, aumentando o desemprego, principalmente o desemprego estrutural.

Será que a gente liberar possibilidade de hora, possibilidade de dia, outras possibilidades que tem...? Isso não seria uma solução mais eficiente para conseguir resolver o problema?

E tem outro detalhe: grande parte dos nossos trabalhadores que não estão na informalidade está nas micro e pequenas empresas. É uma coisa muito relevante para isso, porque esses trabalhadores estão lá... Então, muitas vezes, esse micro e pequeno empresário tem dificuldade de manter esse empregado lá dentro, porque é difícil. A realidade é difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu repito que eu não estou acusando este Governo ou o Governo anterior em relação a isso. É difícil há bastante tempo. Não é uma coisa fácil para qualquer governo que esteja lá.

Eu acho que a solução, pelo menos pela nossa perspectiva... E aqui, muito respeitosamente em relação ao Senador Paim e a todos aqueles que falaram antes de mim, eu pensaria de uma forma diferente: seria mais aumentar a liberdade de contratação, desonerar fortemente o custo do trabalho, com reformas que vão facilitar e melhorar a qualificação técnica e a produtividade.

Como fazer hoje? Existem algumas soluções que foram apresentadas, lá atrás, pela esquerda e pela direita, no sentido de tentar melhorar a produtividade, ter formação ao longo da carreira... Como é que isso pode acontecer de maneira clara para isso? Como é que se traz essa visão? O mundo já é outro.

Nós estamos na discussão... E foi muito feliz a fala do Sr. Francisco Luiz, que falou sobre inteligência artificial. Isso é uma realidade, realidade dada no mundo. Mesmo para me preparar para esta palestra, eu fui aqui: quais são os pontos do Senador Paim, como é que ele pensa, como é que ele traz, quais são os principais projetos dele? A tecnologia me permite saber disso. Acompanho, obviamente, mas a tecnologia permite aprofundar isso. Isso vale para mim, mas vale hoje para muita gente.

E tem muita gente, principalmente lá – esse primeiro trabalhador nosso, que tem baixa formação, que tem baixa escolaridade –, que não vai ter acesso a isso. Ele não vai ter acesso porque não tem acesso ainda à educação mais básica, que é conseguir ler e escrever. E essa é uma preocupação do Brasil, em especial da minha região, não é? Eu sou do Ceará, de Baturité, no interior do Ceará. É difícil, não é? Isso é uma realidade do Nordeste brasileiro quase como um todo, e isso precisa mudar fortemente, para a gente ter como melhorar essa visão.

Tem um ponto aqui só para... Obviamente, eu fazer um contraponto também sobre a reforma trabalhista, tão criticada por todos aqueles que me antecederam. Tem um dado super-relevante: este Governo colhe os frutos, talvez, de um dos menores índices de desemprego da história do país. Mas não havia reforma trabalhista, e hoje já há reforma trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2017, nós tínhamos 38 milhões de empregos formais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – E aqui eu estou caminhando para acabar a minha exposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – E 38 milhões de vínculos formais.

Em 2024, Senador Paulo Paim, neste ano, esse número saiu de 38 milhões para 44 milhões, com um detalhe: a nossa população decresceu; ela não aumentou. Não havia... Todo mundo achava que nós tínhamos 210 milhões de pessoas, quando o Censo foi feito, disseram "opa, esse número não é um número que bate com a realidade do Brasil. Nós estamos aqui com 200 milhões de pessoas". Proporcionalmente, aumentou e muito o emprego formal no Brasil. Será que a reforma trabalhista não tem nenhum peso nisso? Será que aquilo que foi apresentado em 2017 não fez nada para que isso acontecesse?

E isso é importante trazer para uma discussão e levantar aqui, repito, muito respeitosamente a todos aqueles que me antecederam, uma contraposição em relação a esse tema, porque eu acho que a grande graça é essa, não é? Um cuidado muito grande.

E aqui eu trago o estudo apresentado – e aí, obviamente, o estudo vai estar à disposição para quem quiser questionar – hoje, no *Valor*, no *Valor Econômico*, para discutir essa visão, mas eu acho que nós temos muito o que melhorar a produtividade do Brasil e começar a nos compararmos a outros países, inclusive aqui vizinhos nossos, não é? Não estou pensando na Europa, na América do Norte não; estou pensando nos nossos vizinhos que estão num nível de produtividade maior do que o nosso. Óbvio, proporcionalmente, nós somos um colosso, nós somos um país gigantesco, uma economia gigantesca, certo? A tudo que a gente se compara, a gente tem que sempre pensar em proporção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incentivar fortemente a formalização. Essa é uma preocupação que eu acho que é da esquerda à direita. O Brasil é um país informal. Isso é ruim, inclusive para os sindicatos. Se eu sou informal, eu não estou sindicalizado. Eu não consigo participar de uma função sindical, como dito aqui, não é? "Queremos tornar mais política a visão disso". Se eu estou na informalidade, eu não estou organizado em nenhuma visão, não é? Isso vale para toda e qualquer condição, inclusive para contribuição de previdência, para contribuição relacionada ao FGTS e uma série de pontos relacionados a isso, que é o que eu acho que podem ser um pensamento econômico claro para isso. E, obviamente, na minha visão, como liberal, aumentar muito fortemente a competitividade da economia.

O Brasil ainda é um país muito fechado. Nós somos um país ainda atrás em várias legislações em relação ao resto do mundo, em especial nas Américas. O Brasil hoje, em 32 países, é o vigésimo sexto país mais livre das Américas. Nós somos ainda um país muito fechado, certo? Somos muito grande, temos um agro muito forte, temos uma indústria muito pujante, mas olhamos muito para dentro e temos a possibilidade de olhar muito para fora.

Então, finalizando o meu ponto, Senador Paulo Paim, e, repito, muito respeitosamente discordando de quem me antecedeu – concordando até, como dito, em alguns pontos –, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Bom, todos usaram a palavra.

Eu havia anunciado já, como sempre faço, que eu vou dar um tempo para as considerações finais de cada um dos convidados que estão ainda presentes.

Vamos começar com José Reginaldo Inácio, Diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores, por três minutos, e no máximo mais dois. Para todos, a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO (Para expor.) – Obrigado, Paulo Paim. Está ligado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só três minutos. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Aproveito aqui, Senador, primeiro para agradecer-lhe e dizer da urgência que temos para fazer a discussão efetiva da redução de jornada.

Eu me permito discordar do Rodrigo em relação à relevância do tratamento, da padronização, não essa dilação, essa "despadronização", essa livre possibilidade de estabelecer jornadas. Ela não contribui de modo efetivo para um controle, para que a gente possa, de fato, ter um controle do ambiente de trabalho, ter um controle das condições de trabalho e, sobretudo, ter um controle da questão da sociabilidade, né? É importante dizer isto.

É importante aproveitar, Senador, esse tempo para poder pedir engajamento da sociedade brasileira sobretudo de quem depende do trabalho para viver. Que participem desse plebiscito e também sejam militantes desse plebiscito.

Nós, aqui, enquanto Nova Central, enquanto CNTI, enquanto Abrastt, nos preocupamos por demais com a saúde da classe trabalhadora, permita-me. Então, eu acredito que o Dr. Rodrigo se coadune com o combate nosso à pejotização, porque está preocupado também com as questões legais, está preocupado também com os direitos, com a proteção social no seu sentido amplo. Então, é importante.

Eu acredito também que ele deve se preocupar que... Não é qualquer formalidade que a gente está defendendo aqui, não é? A formalidade do tempo do trabalho intermitente é uma formalidade instituída, que maquia até mesmo as estatísticas. Então, é preciso a gente compreender essa totalidade como uma referência que protege, de fato, a classe trabalhadora, que protege...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – ... e garante, sim, para o trabalhador que estuda um tempo a mais.

Quando a gente fala de redução de jornada, a gente está, inclusive, pensando na produtividade efetiva, está pensando em fazer um bom uso da inteligência artificial na mão da classe trabalhadora, está pensando em fazer um bom uso da qualificação profissional, disponibilizando tempo para que o trabalhador que estuda, de fato, possa se empenhar, possa se dedicar ao seu estudo.

Estamos pensando também na questão da sociabilidade, para que o trabalhador e a trabalhadora tenha o seu tempo à disposição da política de cuidado, inclusive o cuidado de si, de pensar na sua própria saúde.

Portanto, Senador, aproveito aqui... Não vou fazer uso além dos três minutos, não é? Eu acho que já cheguei aos três minutos, mas, de todo modo, é importante a gente ter esse espaço de debate, esse espaço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você já foi nos três, agora está avançando nos dois que eu já dei, que eu vou dar para todos.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Está bom.

De todo modo, é importante a gente ter, nesse espaço de discussão, a qualificação do debate, com o respeito que é pertinente a todos nós, mas também com a possibilidade efetiva de nos conceder o direito de ter direito.

A classe trabalhadora precisa ter o direito de ter direito. A classe trabalhadora precisa compreender a importância do ente sindical, do sindicato como mediador de direitos, ou seja, como único ente efetivo, porque o principal direito da classe trabalhadora é o direito de se organizar. Com o trabalhador tendo mais disposição para poder participar dessa vida política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional, ele terá, com a diminuição de jornada, a possibilidade de viver mais a intensidade da sua vida e de poder defender o seu próprio direito.

E aqui aproveito, Senador, para agradecê-lo e para cerrar fileira no "fica, Senador Paulo Paim". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Sr. José Reginaldo Inácio. Ele é Presidente da CNTI e Diretor de Formação Sindical da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Parabéns pela fala.

E, quanto ao "fica", eu acho que até ele vai entrar no fica, porque ele sabe que eu sou do diálogo. A campanha do fica é boa.

Agora eu vou passar a palavra para Guiomar Vidor, Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), do Rio Grande do Sul.

O SR. GUIOMAR VIDOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, Senador, nestes três minutos finais, eu queria agradecer o convite que foi feito à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), transmitir um grande abraço do Presidente Adilson Araújo e também agradecer, em nome da Fecosul, em nome dos mais de 500 mil trabalhadores e trabalhadoras do comércio de bens e serviços aqui do Estado do Rio Grande do Sul, a oportunidade de estarmos fazendo este debate.

Acho que, diante das palavras proferidas, Senador, pelo representante do Instituto Livre Mercado, parece que nós não temos nenhum óbice a que, pelo menos, se reduza a jornada para 40 horas semanais. Parece-me que é um espaço importante, então, já que, segundo ele, a média nacional é de 39,7. Nós teríamos aí, pelo menos, um consenso inicial, de acordo com o que, inclusive, está dentro do seu projeto.

Eu acho que, nessa questão da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1 – eu bato nessa questão, Senador, porque eu a considero tão necessária quanto a redução da jornada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalho –, nós precisamos ter uma perspectiva de vida além do trabalho. Eu acho que o trabalho enobrece o homem, mas tem que ser um trabalho são, um trabalho que, na verdade, traga dignidade à pessoa humana, desde a questão da valorização quanto às condições de trabalho adequadas, porque isso possibilitará, naturalmente, aos trabalhadores e às trabalhadoras contribuir para um projeto nacional de desenvolvimento de uma nação que é soberana, que é o que nós desejamos. Então, ela é – e precisa ser – uma pauta de toda a sociedade.

Reafirmo aqui, Senador Paim, que o Governo precisa entrar nesse debate. Ele precisa fazer a sua parte, no sentido de organizar esse debate entre trabalhadores, empregadores, Parlamento, para nós fazermos um grande diálogo nacional. A sociedade está exigindo.

Nós não podemos fechar os olhos para a gravidade do que está passando a nossa classe trabalhadora hoje, que é um adoecimento precoce e um aviltamento das relações de trabalho provocadas... E aqui eu discordo do representante do Instituto Livre Mercado. Acho que a reforma trabalhista foi a maior regressão civilizacional que nós tivemos na história do nosso país, com precarização, rebaixamento de salário, flexibilização de jornada, enfim, retirou basicamente mais de cem direitos que estavam incluídos na CLT.

E, para finalizar, Senador, conclamo aqui, em nome da CTB, do Fórum das Centrais Sindicais, dos movimentos populares, que a população participe ativamente do processo do plebiscito popular. Será uma forma de fazer este debate com a sociedade, debater os prós, os contras, e construir o novo Brasil que nós queremos, através da melhoria das condições de vida e de trabalho da população e da classe trabalhadora brasileira.

Nós queremos, sim, uma vida além do trabalho.

Obrigado, mais uma vez, Senador Paim, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Guiomar Vidor, Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da CTB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele fez uma pergunta para o senhor, mas não precisa responder já. Se, pelo seu estudo, a maioria já está em 39, 36, 38, estamos no caminho certo; é só uma questão de ajustar agora. Isso é para descontrair. (*Risos.*)

Eu peguei os dados do senhor e da sua pesquisa, porque o Guiomar pescou lá na hora e eu tomei nota aqui também. (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo.

Nos postos de gasolina é mais ou menos como ele falou ou não? Nós vamos fazer uma audiência aqui sobre postos e nós vamos convidá-lo. Espero que ele venha.

Vai vir, não é, Dr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, está bom, já está convidado.

O SR. LUIZ ARRAES (Para expor.) – Primeiro, Senador, quero agradecer a V. Exa. o convite para um debate tão importante e de um tema tão importante para os trabalhadores brasileiros, para a nação, para o país.

E quero reafirmar que este debate tão importante tem que fazer com que essa redução de jornada beneficie todos os trabalhadores, porque, ao contrário do que o meu conterrâneo de Baturité, lá do Ceará – eu sou dali de perto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ ARRAES – Mas o que ele falou é que, na reforma trabalhista, o que nós vimos foi uma precarização da mão de obra, a perversidade da terceirização desenfreada, da pejotização da forma como está. E, de alguma forma, já tem comprovação: a Presidente Dilma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez uma grande redução na carga tributária, nos encargos em alguns setores, e não houve desse setor contrapartida. Pelo contrário, eles se aproveitaram daquilo lá e não fizeram a contrapartida de empregar, de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores.

Então, o que nós queremos com este debate tão importante aqui na Comissão é justamente isto: discutir não só as condições de trabalho; discutir renda, discutir o trabalho de uma forma geral, para que o trabalhador tenha tempo de se qualificar, tenha tempo de ficar com a família, tenha tempo de viver – viver trabalhando; não viver só para trabalhar para viver. Então, é isso que nós queremos. Nós queremos um Brasil mais justo, com mais distribuição de renda, um país que cresça, que se desenvolva, que esteja lá entre sempre entre os dez maiores países, economicamente, no mundo, mas que isso sirva para todo o povo brasileiro – que não seja só para uma camada e que cada vez mais a distribuição de renda seja mais injusta e a camada mais pobre cresça e cada vez menos desenvolvida. Queremos os filhos dos trabalhadores competindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ARRAES – ... de igual para igual com os filhos dos que estão lá em cima.

Então, é isto: nós queremos ter um país justo para todos os brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo, que já marcou conosco aqui uma audiência pública, principalmente em relação à situação das mulheres, pode resumir. Tem um minuto ainda.

O SR. LUIZ ARRAES (Para expor.) – Só aproveitando: essa questão das mulheres frentistas, principalmente, é muito séria. Nós temos alguns dados que são muito importantes. Por exemplo, quando a mulher engravida no posto de gasolina, ela não tem o guarda-chuva do Governo, e o médico pede para que ela se afaste, porque ela não pode nem sentir o cheiro da gasolina, e a empresa diz que não tem para onde ir, a gente fica apelando para o lado humanitário para tentar fazer com que essa mulher vá para casa. E, quando a gente consegue que a empresa a afaste para casa, no momento em que ela mais precisa, é o momento que ela tem redução de tíquete de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refeição... Tem empresa que quer tirar até os 30% da periculosidade, dizendo que ela não está exposta. E, pasmem, tem mais um outro detalhe: mais de 50% delas, quando voltam da licença maternidade são demitidas. Então, é um assunto que a gente... Pedimos para o Senador, já foi aprovada uma audiência pública em que nós queremos debater com seriedade isso, porque não são só as frentistas, todas as mulheres que trabalham com insalubridade e periculosidade devem passar pela mesma situação que as mulheres frentistas do Brasil passam.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k., Luiz Arraes. É só para definir, porque está marcada já a audiência pública para esse debate.

Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É bom te ouvir nessa hora aí.

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu senti essa pesquisa, eu fiquei com ela assim meio na garganta. Pode me ajudar aí?

A SRA. ADRIANA MARCOLINO (Para expor.) – É, eu vou pedir licença aqui, Rodrigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Não, essa pesquisa já foi divulgada, já tem umas quatro semanas. Eu acho que talvez eles estejam divulgando recortes dela, né? Eu tive a oportunidade de ler o artigo completo, que está na página do Ibre FGV, né? Eu acho que a gente tem que tomar cuidado quando a gente faz o debate dos dados, porque, além da metodologia escolhida para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer, tem os pressupostos também. E, na minha avaliação, os pressupostos que foram escolhidos para esse estudo caem em alguns equívocos.

O primeiro dos equívocos que eu acho é justamente a jornada semanal. Como foi dito aqui, é óbvio que a gente precisa pensar em como levar uma redução de jornada para o conjunto da classe trabalhadora, mas, objetivamente, a legislação diz respeito ao mercado formal de trabalho. Quando eu pego, na Pnad, o conjunto de ocupações, inclusive de todo aquele segmento de trabalhadores precarizados, aqueles quase 4 milhões que eu falei de subocupados, aquela pessoa que faz ali um... A dona de casa que trabalha algumas horas para fazer um bolo para festa, uma costura, e tal... Todas essas pessoas também caem. E aí, em geral, essas pessoas têm jornadas muito reduzidas, por isso que a média cai. E Ibre usa uma sistemática de pegar as jornadas semanais, ao longo de um ano, e depois calibrar com uma jornada, média anual. E isso, então, acabou também fazendo essa média.

Eu apresentei o número de 41 horas e 30 minutos, que é a jornada média dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Então, também é importante a gente entender essas várias médias, né? E entender que elas, como o próprio colega Rodrigo mencionou, são médias. A realidade é muito distinta. A gente tem muita gente trabalhando longas jornadas e pessoas trabalhando jornadas menores, né?

Um outro elemento desse estudo tem como parâmetro que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... todos os fatores são constantes. E a gente sabe que, na medida em que a redução da jornada acontece, várias coisas vão acontecer. Algumas empresas vão reorganizar a sua produção, algumas empresas vão incorporar inovações tecnológicas e outras vão contratar trabalhadores. Isso é desconsiderado nessa estimativa, e, inclusive, eles consideram que essas horas sobrantes... Se eu tenho uma jornada de 44 horas semanais e a reduzo para 40, essa massa de horas que sobra vai ser reorganizada na sociedade, com reorganização da produção, com inovação ou com contratação. Eles descontam isso da massa salarial. Significa que, quando eu vou fazer a conta de valor adicionado, eu estou considerando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um valor menor de horas pagas do que está realmente sendo pago hoje. É claro que a gente não vai ter a totalidade dessas horas redistribuídas em novos empregos, mas uma parte vai ser. E aí também ignora o que vai ter de crescimento de massa salarial e o que pode ampliar em aumento do mercado consumidor, num círculo virtuoso.

Eu acho que outro elemento também importante que falta nesse tipo de estudo é avaliar estudos empíricos. Então, quando a gente pega alguns estudos empíricos sobre o que aconteceu efetivamente em países que já reduziram a jornada, teve ganhos de produtividade marginal. Quando a gente olha para a realidade, considerando que ela é dinâmica, teve ganho de produtividade, teve geração de emprego, teve aumento da massa salarial, e todo mundo saiu ganhando. E tem que ter uma avaliação também do impacto social de uma medida como essa, que já foi dito aqui.

Por fim, Rodrigo, só em relação à questão da reforma trabalhista e da geração de empregos. Eu acho que a gente até pode pensar – acho que seria uma boa medida – em estudar mais a fundo qual é o impacto mesmo, porque...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... a gente teve cinco anos de reforma trabalhista em que a gente não teve impacto na geração de emprego. Em 2023, a gente volta a ter um crescimento econômico mais significativo, o emprego volta a crescer e, como o emprego volta a crescer, o mercado de trabalho fica mais dinâmico, e a gente gera mais ocupações formais. Então, o que foi mais relevante? O crescimento econômico neste momento em que a gente tem esse aumento do emprego ou a reforma trabalhista? Quando a gente tem um aumento de emprego, tem um conjunto de fatores, mas o crescimento econômico é um fator primordial.

Então, acho que a gente também tem que tomar cuidado, porque muitas correlações, às vezes, ignoram vários outros fatores. Se a gente não considera os outros fatores, a gente pode tirar um fator que é essencial nessa balança e, então, acabar tendo algum viés na nossa interpretação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria colocar esses elementos.

Desculpem ser rápida e talvez um pouco deselegante aqui nos meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, ficou dentro do tempo.

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Tá bom? Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora, a nossa Auditora Fiscal do Trabalho, Dra. Erika Medina, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. ERIKA MEDINA (Para expor.) – Obrigada.

Vou começar com o #ficapaim. (*Palmas.*)

Eu achei interessante ele colocar essa jornada, né? Acaba que o Rodrigo vai ficar... Todo mundo vai falar mais do que você, que trouxe o contraponto, né?

Eu me preocupei, e é por isso que eu falo tanto no recorte. Quem esse trabalhador que trabalha as 44 horas, né? Eu falo tanto que a gente... Então, talvez, nessa média, não sei... Mesmo com as explicações dela, tem que pensar que são também trabalhadores que já trabalham com o tempo parcial, os intermitentes, que têm uma jornada muito baixa... Tudo isso vai puxar uma média talvez abaixo de 40 horas, como a que você apresentou, e até de 41 horas, que ela apresentou. Mas é por isso que eu acho que é importante a gente falar, primeiro, da jornada 5x2, para a gente ter as 40 horas semanais.

E esses, os grandes beneficiados – os principais mesmo vão ser os trabalhadores menos favorecidos. Acho que esse é o nosso foco principal.

E entendi também que, quando você fala de aumento salarial, na verdade é não redução do salário com a redução da jornada, que você destacou que as pessoas que já ganham mais serão os mais beneficiados, já estou imaginando que é numa redução para 36 horas para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já trabalha 40 horas, que por óbvio já tem um salário mais alto e aí vai ser proporcionalmente a isso.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (*Fora do microfone.*) – No estudo é de 36 horas.

O SR. ERIKA MEDINA – É, porque, para quem vai de 44 para 40, já é quem ganha bem menos, quem está na faixa do salário mínimo mesmo e que vai ser o grande beneficiado com a saúde, com a qualidade de vida, com o bem-estar, mas não vai ser com esse salário, com esses aumentos salariais.

Então, só acho, assim, que são só umas considerações, mas também aqui, como o Senador Paim sempre fala, não tem esquerda nem direita, né? Tem sempre é que estamos todos juntos. E tenho certeza de que, como todos falaram aqui, o que todo mundo quer é justiça social, que é o que a gente busca e o que a gente quer sempre – e isso não tem partido político, né? Eu também estou falando como auditora-fiscal e também me sinto sempre muito à vontade, junto com o Senador Paim, para poder falar sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIKA MEDINA – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, que falou aqui em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Meus cumprimentos pelas considerações finais!

Agora vamos para o Sr. Francisco Luiz Saraiva Costa, da Contracs, e ele aqui representa a Central Única dos Trabalhadores.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA (Para expor.) – Mais uma vez eu queria aqui agradecer esse espaço, que é um espaço que é do povo, para a gente demonstrar aqui todas as nossas demandas e trazer soluções para essas demandas. Mas o Senador Paulo Paim se destaca bastante em dar a palavra para quem ela de fato precisa ser dada, né? Então a gente quer agradecer mais uma vez em nome da Central Única dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui também a todos os trabalhadores da Casa que se movimentaram para organizar esta audiência pública tão importante, e a todos que estão aqui presentes também, que estão aqui na busca de melhores condições de trabalho, de resolver um problema que é um problema bem antigo da classe trabalhadora e que é um problema não só da classe trabalhadora, mas sobre o qual as empresas também têm responsabilidade: elas têm que se responsabilizar pela boa qualidade de vida das pessoas, não só dos seus empresários, do seu caixa, né? Têm que se preocupar porque são esses trabalhadores e essas trabalhadoras que consomem os produtos das empresas; são esses trabalhadores e essas trabalhadoras que estão ali todos os dias buscando colocar dinheiro lá no caixa, que é o que interessa a empresa.

Então, vamos ter que pensar com seriedade realmente e com comprometimento: na saúde do povo, do trabalhador, da sociedade; no tempo de vida que eles têm para estarem exercitando todas as atividades inerentes à qualidade de pessoa humana. Então, têm que estar preocupados com isso também, não é só se preocuparem realmente com o que a economia traz. Mas esses trabalhadores trazem números importantíssimos para a economia. Nós temos visto, com esse crescimento do emprego que teve agora neste último ano aí, que a economia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – ... evoluiu bastante, e ela evoluiu com as mãos do trabalhador e da trabalhadora.

Então, vamos ter que ter essa responsabilidade e saber que um trabalhador que trabalha menos tem mais qualidade para trabalhar e produzir mais, porque ele está ali mais tranquilo.

Ele está... Nós temos visto, várias falas aqui já mencionaram pesquisas de países que têm essa experiência, que já estão vivendo essa experiência, como Islândia, Holanda, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Suíça, vários outros países, Portugal. E aqui também; há várias empresas no Brasil que estão desenvolvendo essa experiência de reduzir a jornada de trabalho para ter mais qualidade para o trabalhador e para trabalhadora. E é por isso que a Central Única dos Trabalhadores, a Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços), a Fetracom-DF, o Sindicato dos Comerciários do DF e de todo o país e todas essas entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimas estão aqui para debater, para trazer e para dizer que nós precisamos evoluir e não retroagir, como foi na reforma trabalhista.

A reforma trabalhista não trouxe benefícios para classe trabalhadora, ela retirou. Ou seja, quando você traz benefício, você traz também a melhora na produção da empresa. Então, ao se reduzir a jornada de trabalho, ganha o empregador e ganha o trabalhador. Então, essa luta é histórica, mas já está na hora – e é urgente – de a gente resolver e equilibrar essa situação. Vamos valorizar quem movimenta e quem busca melhores números para economia, que é o povo trabalhador.

A Juventude da CUT está aqui, também representada pelos trabalhadores, mostrando a necessidade de a gente buscar evoluir. Se a gente teve evolução nas tecnologias, então nós temos que evoluir para buscar diminuir também o esgotamento da classe trabalhadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – E vamos valorizar esse povo trabalhador que movimenta o nosso país. Isso melhora para todo mundo: para o trabalhador e para o empregador. Então, vamos lutar e até a vitória, porque a classe trabalhadora não vai desistir. Então, tem que sentar e debater como a gente vai chegar a uma solução.

Agradeço ao Senador Paulo Paim – essa PEC 148 é de 2015 – pelo tempo que você está batalhando. Então, vamos! Está na hora de concretizar.

Obrigado ao Dieese e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Francisco Luiz Saraiva Costa, da Contracs, que aqui falou em nome da CUT. Fez um resumo e falou que muitos países do mundo – eu não vou ler porque eu já li na abertura; eu citei uns 20 aqui – já adotaram esse sistema e aumentou a produtividade. Inclusive o país que mais reduziu na comunidade europeia foi o segundo país em que se aumentou mais a produtividade; foi ele que mais aplicou o sistema de redução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora eu vou passar... Eu queria dizer... Luiz, só um pouquinho, por favor. Eu queria dizer para o Tiago que eu sei que você gostaria de usar a palavra. O Tiago é Secretário de Juventude da CUT e pediu para mim aqui, mas eu disse que agora não dá mais. Agora tem todo um procedimento que a gente adotou aqui. Agora chegou a vez do Rodrigo Saraiva Marinho usar esse tempo para as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Pelo menos fica mais divertido o debate quando tem contraponto, né, Senador? Disso aí não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Certeza absoluta. É, nós estamos bem felizes porque você veio aqui, ainda mais com uma pesquisa que fez o contraponto com o Dieese.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – E eu à disposição. Se não for...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, vai ser convidado outras vezes, pode crer.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Eu vou responder inicialmente à Adriana, porque, enfim, ela trouxe temas, e eu acho que é super-relevante discutir com dados. Eu acredito profundamente nisso. E, óbvio, todo estudo não só pode como deve ser criticado. Eu acho que a grande graça de quem está estudando é criticar estudos, metodologias e bases. Não foi nada desrespeitoso o que você falou, foi inclusive muito bem-colocado. E eu acho que esse tipo de debate coloca...

Eu gosto do estudo que foi apresentado e divulgado hoje. Eu já tinha lido, mas ele foi divulgado hoje com o recorte para este momento, que traz o ponto para isso.

Eu acho que tem um ponto sobre a última coisa que você falou, que é correlação e causalidade. Eu tive o cuidado, na minha fala, de não dizer que foi a reforma trabalhista que causou a diminuição do desemprego, mas por todo momento é comemorado no atual Governo essa baixa de desemprego. Será que não tem nada, algum percentual que a reforma trabalhista tenha contribuído em relação a esse percentual hoje de tão baixo desemprego? Porque a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teve pandemia no meio, óbvio, foi um momento complexo para todo o planeta, isso aí não foi só para o Brasil, inclusive com muita demissão no mundo inteiro. Países que tinham mais facilidade de demitir e de contratar voltaram mais rápido, voltaram ao nível de contratação mais rápido do que a gente, a gente demorou uns dois anos a mais para conseguir chegar ao nível de empregabilidade anterior à pandemia, e agora estamos passando por isso.

A minha ressalva é só essa. Como fui muito criticado, eu quis só fazer esse ponto. Não falei que fazia causalidade, até porque eu não tenho estudo para provar que por conta da reforma trabalhista houve isso, mas, sem dúvida, acho que há alguma correlação nessa visão de trazer o ponto.

E tem um ponto sobre sua fala, que é principalmente para quem está na mais baixa escolaridade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – A tecnologia tende a substituir mais facilmente quem está na mais baixa escolaridade do que quem está na mais alta. Isso é um cuidado sempre a ser feito. O Dieese, com certeza, tem estudos sobre essa possibilidade de como isso pode ser substituído. Foi uma coisa passando pela sua fala, que pode ser pela produtividade, inovação tecnológica e distribuição. Então, são pontos a serem considerados.

Cuidado para não dar o efeito contrário daquilo que se coloca. Pelo estudo colocado – e aqui eu começo a responder à Erika –, ele está dizendo que vai melhorar a vida de quem tem mais, não de quem tem menos, certo? Isso é um ponto. Podemos discutir o estudo, criticar o estudo, colocar o estudo. O estudo projetado traz isso, e isso é algo a se preocupar. Não discordo de jornada 5x2, ou mesmo de 4x3, ou de 3x4, eu concordo com qualquer escala, desde que ela consiga, baseada numa produtividade... Eu vou defender, diferente da maioria que vai estar aqui, a negociação entre empregado e empregador. Essa é a minha visão de mundo, certo? É como eu acho que vai funcionar melhor, como vão funcionar as melhores relações para isso. E que bom que há discordância e pontos em relação a isso, e que bom que discordam de mim, eu tenho zero problema nessa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, voltando à primeira fala do Reginaldo – e eu vou pedir um pouquinho mais de tempo, Senador Paim, só para eu conseguir responder aqui ponto a ponto –, sobre a questão de padronização. Como eu estava falando, eu concordo com a negociação individual. Então, claramente, eu vou concordar com a despadronização e a possibilidade de negociar da forma como quiserem, a melhor possível e como vai funcionar para que de fato isso aconteça. Normalmente, a produtividade diminui jornada. Isso aconteceu ao longo do tempo, sem precisar de uma lei impositiva dizendo que vai ser assim a partir de então, que é o meu ponto em relação a essa situação. Para mim, PJ é formalidade, tá? Quem está contratado em pessoa jurídica é formal. Inclusive, qualquer dado de ocupação, eu vou dizer que está dentro da formalidade, ele não é um informal, que foi até a ressalva muito bem colocada do Zé Reginaldo dizendo: "Opa, eu não defendo qualquer formalidade". Eu defendo que as pessoas possam negociar para que elas consigam estabelecer a melhor forma para que isso aconteça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Sobre o que o Guiomar disse do consenso inicial de 40 horas, como eu disse, pode ser consenso inicial de qualquer hora, desde que negociado entre as partes, pode ser o consenso que for, tenho zero problema com isso; eu tenho um problema de algo impositivo vindo de cima para baixo para estabelecer isso. E eu repito o que eu falei para a Adriana: será que não há uma correlação? Será que não há algum ponto para isso, uma causalidade sobre a reforma trabalhista?

E aqui passando para o Luiz Arraes, que bom ver um cearense, sempre é bom ouvir o sotaque da gente, sempre é bom ver perto. Isso é uma vantagem. A gente que mora em Brasília, o sotaque fica misturado, e aí quando você ouve o sotaque do cearense...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ao contrário de tudo, mas que ele é bem-humorado é. (*Risos.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – O sotaque cearense é um valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem uma preocupação muito grande no mercado de... muito grande hoje, que é o mercado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu te dei os cinco minutos, mas vou te dar mais dois agora.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Estou finalizando. Prometo que estou finalizando.

... que é o mercado do crime organizado. Isso é muito temerário hoje, em especial em São Paulo. O PCC tem avançado muito nos postos de combustível. Eu acho que essa deve ser uma preocupação também do sindicato, da federação dos sindicatos. É um problema. E eu acho que todo o Congresso hoje está olhando para isto: para a segurança pública, para o ponto do que está acontecendo e tudo aquilo que está sendo colocado nessa visão. Eu acho que essa é a visão central sobre isso.

E eu acho que, por último, para falar aqui do Francisco Luiz Saraiva, que não me citou nominalmente, mas, como tenho no meu nome Saraiva também... A família Saraiva é uma só no Brasil inteiro, então, provavelmente, a gente tem algum nível de parentesco.

Eu vou terminar falando sobre a reforma trabalhista. Para mim, foi um dos maiores avanços que o Brasil teve, foi uma das possibilidades grandes de avanço por permitir maior liberdade entre o empregador e o empregado, esse avanço nisso.

Obviamente, é uma visão de contraposição a que você tem, repito, com muito respeito, Senador Paim. Obrigado pela oportunidade, certo? Eu não consigo dizer que vou concordar, até por visão de mundo – e eu acho que a graça da democracia é essa –, mas sempre respeitei e respeito muito o espírito do senhor, de diálogo e de debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – ... que acho que faz muito parte da Casa, por fazer isso acontecer.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado, que concordou... Olha, nós fizemos o convite inúmeras vezes para diversos setores do empresariado para que mandasse um representante. Pode mandar quem quiser: advogado, doutor, juiz, não importa. Mande um representante. E eles não mandam. Aí, as pessoas me cobram, porque eu faço muita audiência pública; é importante ouvir as partes. Na maioria das vezes, só fala o nosso lado, o outro lado não vem. Aí, me perguntaram isso hoje, e eu falei: eu acho que vem.

Mas eu quero, desde já, convidá-lo para um debate que nós vamos ter no Plenário do Senado. E até vou fazer um apelo para você: convide alguns outros que pensam diferente. É bom isso. É assim que a gente vai construindo o caminho do melhor para todos, discordando, concordando.

Eu fui Constituinte e, por exemplo, negociava com o Centrão à época, e muito! Olha no que deu: uma bela Constituição, embora diziam para mim que eu queria transformar a Constituição num dissídio ou acordo coletivo por tantos direitos que eu queria botar lá dentro. E coloquei. Então, vá ver. Estão colocados. Pegue os arts. 6º a 12º, da ordem social. Aquilo que está lá está lacrado. É difícil mudar, a não ser por emenda constitucional, o que está lá.

Mas eu queria... Eu não quero falar muito, viu? Pode dar para mim, no máximo, cinco minutos aí. Podem botar lá. E nem cinco eu preciso.

Eu estou há quase 40 anos aqui dentro. Eu já vi de tudo aqui dentro. Quando eu cheguei aqui, o salário mínimo valia US$60. Calcule o quanto eu apanhei, porque comecei a falar em US$100! Diziam que iam quebrar todas as prefeituras, iam quebrar as micro, iam quebrar as pequenas, ia acabar com qualquer perspectiva de ajuda financeira para o trabalhador, porque não se tinha a quem recorrer. Olha, eu vou falar os fatos reais: no Governo Fernando Henrique, eu cheguei aos US$100 – nele, eu cheguei –, não foi no meu Governo, eu era oposição. Houve um evento e ele falou assim para mim: "E aí? Está feliz agora com os US$100, Paim?" Eu disse: "Como, Presidente?". "Com os US$100, Paim?" Eu falava tanto em dólares! Aí, calculem quando nós começamos a construir a política de inflação mais PIB. Eu fui a todos os estados. E construímos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inflação mais PIB. O salário mínimo chegou a US$350 e o desemprego, naquele período, ficou em 4%, no Governo Lula, lá atrás, né? Agora é outro momento. Não quebrou prefeitura nenhuma, todo mundo ficou feliz, o Lula se reelegeu quantas vezes quis se reeleger e a lei permitiu. E agora, mais uma vez, ele se elegeu, novamente.

Mas a realidade do Brasil, o que eu ouvi nesta sala e aqui dentro deste Congresso... Por que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura? Porque tinha uma concepção de que o Brasil ia quebrar, que ia morrer todo mundo, que os negros iam parar de trabalhar de graça. Houve abolição não conclusa, como eu digo, e estamos aí todo mundo lutando até hoje. Graças a Deus, hoje já aprovamos uma série de leis aqui que eu tenho e que vão para o meu currículo de combate ao racismo e ao preconceito do povo negro tão sofrido.

Eu lhe confesso que a terceirização, inclusive da atividade-fim... Claro que pensamos diferente. Eu achei o fim do mundo. Olhe que eu defendo o Supremo, né? Sabe dessa briga que tem aqui. Mas essa de eles terem concordado, inclusive na atividade-fim, é inaceitável.

Sobre essa questão do PJ agora, que eu chamo de pejotização, eu puxei duas ou três audiências aqui e vou levar uma para o Plenário também. Olhe, pode se regulamentar, como você fala: "Não, mas eu acho que é uma forma de regulamentar". Muito bem. Estiveram aqui diversos juízes, doutores, especialistas na área do direito... Enfim, vocês participaram. O Artur participou, não é? E o que eles dizem? Com a pejotização que o senhor "defende", entre aspas – é um direito seu e eu respeitosamente também digo isso –, vai se rasgar a CLT. Para que eu vou ter alguém como celetista se eu posso ter alguém para quem eu não pago os direitos, a maioria dos direitos eu não pago? A maioria, porque alguns pagam. Todo mundo vai para PJ. E, se dizem que é no campo da legalidade, aonde chegamos?

Mas como não é o debate de hoje, eu quero agradecer a V. Exa., inclusive com esse espírito aí de tranquilidade, de que ninguém aqui odeia ninguém. Eu sou contra esta história: eles e nós e nós e eles, não é? Ora, nós temos que construir o melhor para o país com muito diálogo e com muito debate. Então, agradeço sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei mais convencido ainda de que nós estamos no caminho certo. Com a redução de jornada sem redução de salário, teremos milhões de trabalhadores a mais em plena atividade. E aí não precisa ser nenhum especialista: com mais gente trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo, todos ganham, inclusive os empresários. Ele deu uma lista aqui. Eu tenho já uns 50 países onde adotaram: aumentou a produtividade, melhorou a qualidade de vida e todos ganharam, mas esse debate a gente vai continuar fazendo no momento adequado.

Eu queria agradecer a todos, inclusive àqueles que ficaram nos assistindo pela TV Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Vamos tirar uma foto porque esta é uma reunião histórica. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Paulo Paim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 108/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024, que "institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972". A audiência obedece a Plano de Trabalho apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23 de abril de 2025. O PLP nº 108, de 2024, trata de regras de transição do ICMS e prevê normas gerais do ITCMD, as quais serão objeto de nossa audiência pública. (do Plano de Trabalho). **Participantes:** Sr. Fábio Lemos Cury, Advogado e Doutor em Direito Tributário; Sra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Sr. Davi Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Sr. Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI); e Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Representante do Comitê Nacional de Secretários de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Conforme o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, esta audiência pública trata-se de regras de transição do ICMS e prevê normas gerais do ITCMD.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e dos senhores convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Eu convido, para compor a mesa os convidados: Sr. Fabio Lemos Cury, Advogado e Doutor em Direito; a Sra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) – tudo bem? –; o Sr. Davi Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e o Sr. Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas. Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio Lemos Cury, Advogado e Doutor em Direito, para a sua exposição, pelo prazo de dez minutos, com a possibilidade de adição de cinco minutos para a conclusão da sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO LEMOS CURY (Para expor.) – Boa tarde a todos. Gostaria, antes de mais nada, de agradecer ao Senador Eduardo Braga pelo convite e proposta de participarmos desta discussão importante no plano de trabalho.

Acho que, em relação ao ITCMD, hoje a grande discussão que se faz em torno do PLP 108 ainda é sobre a reforma tributária relacionada ao IBS e à CBS. E nisso, o que se faz, Senador, é criar um novo paradigma da tributação nacional sobre o consumo. Mas, o que não se pode deixar de ter em mente, sobretudo quando se trata do ITCMD, é que aqui também existe um novo paradigma, não é? A tributação do ITCMD é, obviamente, muito antiga e vem do histórico das Constituições brasileiras, na verdade, muito pouco regulamentada.

Nós temos hoje um Código Tributário Nacional que trata esparsamente da matéria, em pouquíssimas disposições, e que foi concebido em 1966 ainda, sob a égide das Constituições pretéritas, no caso, da Constituição de 1965. E ali nós tratávamos, na verdade, de um outro tributo, não é? Então, o CTN, em realidade, hoje não tem um marco no plano da lei complementar que discipline a incidência do ITCMD, mas o faz apenas em relação a um imposto sobre transmissões gratuitas e onerosas, apenas de bens imóveis.

Então, acho que o desafio que nós gostaríamos de propor – estamos já antecipando, evidentemente, que a nossa apresentação aqui fica mais centrada justamente na questão do ITCMD, que é o propósito pelo qual o convite nos foi, muito gentilmente, estendido –, acho que se os pontos que nós quisemos trazer ao debate são elementos, em relação ao ITCMD, sugestões de adição ao texto, de correção ao texto, e que têm por objetivo a harmonização do regime proposto no PLP 108, com as normas da Constituição Federal de 1988, com as normas já vigentes do Código Tributário Nacional, de maneira a não se criar uma exceção desnecessária, um regime tributário desnecessário, aplicável apenas ao ITCMD. E, obviamente, também em alinhamento com as normas de direito tributário, que é um imperativo constitucional de aderência da competência tributária, e também ao histórico da jurisprudência, que vem se constituindo há décadas, em relação ao ITCMD, que, diferentemente, volto a dizer, da reforma tributária em relação ao consumo, esse é um tributo tradicional. Existe uma experiência jurídica nacional que há de se respeitar, ou, idealmente, que se respeite justamente em prol da segurança jurídica e da certeza das relações jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os pontos que eu pretendo passar aqui brevemente, em respeito ao tempo, são cinco elementos que estão contidos no texto, alguns objeto já de emendas propostas pelos Senadores, não é?

Então, o primeiro ponto, que tem muito pouca discussão a respeito, é a supressão do conflito de competência existente atualmente entre imposto sobre heranças e doações e Imposto de Renda. Segundo ponto: reafirmar a não incidência do ITCMD sobre a distribuição desproporcional dos lucros ou dividendos, evidentemente respeitados os direitos dos fiscos em coibir abusos. A disciplina do momento do fato gerador do ITCMD nas operações relacionadas aos bens imóveis e direitos reais a eles relativos. A disciplina da decadência, para que não haja, na criação do ITCMD, um regime distinto e desnecessariamente distinto daquele que já é prestigiado pelo Código Tributário Nacional e que conta com décadas de jurisprudência sobre. Por fim, que é um aspecto mais delicado, talvez um pouco mais complexo, mas a situação do ITCMD, particularmente o ITCM, que é o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis, no lugar que a Constituição lhe reservou, que é um tributo sobre a sucessão hereditária, legítima ou testamentária. Não é um tributo sobre que é desencadeado pela morte como implemento de termo ou condição.

Então, sem mais demora, passo ao primeiro dos pontos. A Constituição Federal claramente disciplinou ali a diferença, quando foi discriminar as competências tributárias e distribuir as competências tributárias aos entes e às pessoas políticas de direito interno, o fez a partir de materialidades em relação aos impostos. E ela faz isso, atribuindo à União a competência para a tributação da renda e proventos de qualquer natureza, ao passo que atribui aos estados a prerrogativa de tributação das transferências patrimoniais a título de doação e sucessão *causa mortis*.

Então, onde há materialidades distintas, não há que se admitir a confusão dessas competências. Em outros dizeres, não se admite a incidência de dois impostos sobre uma mesma materialidade. E isso, infelizmente, como a gente vai ver, acontece. A Constituição, no art. 146, inciso II, estabelece à lei complementar a possibilidade, aliás, o dever de regular os conflitos, dispor sobre os conflitos de competência. E, atualmente, como eu trago aqui, a União Federal se considera na prerrogativa de tributação pelo Imposto sobre a Renda dos valores recebidos a título de doação ou de sucessão *mortis causa*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um debate que hoje aparece pouco discutido, porque desde praticamente em que teve lugar a Constituição de 1988, a Lei 7.713, de 1988, estabelece uma isenção do Imposto de Renda sobre os valores recebidos pelos contribuintes a título de doação ou herança. E essa é uma disputa inclusive recente porque, a partir de 2018, uma solução de consulta à Cosit, ou seja, à administração tributária federal, passou a considerar que a remessa de valores ao exterior a título de pagamento de doação a residente no exterior não está abrangida por essa isenção. Então, eu chamo a atenção, acho que isso é importante ficar claro: hoje a União Federal se considera na prerrogativa de instituir por lei ordinária ou, eventualmente, medida provisória, apesar da inconstitucionalidade flagrante do expediente, a tributação do Imposto de Renda sobre valores recebidos a título de doação e herança. Esse é um debate pouco difundido, mas muito importante.

Então, qual é a proposta que nós fazemos já de pronto, que é muito pertinente ao tema? É inserir o §9º ao art. 164 do PLP 108, para dispor que: "A aquisição de bens ou direitos por doação ou herança não se sujeita à incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza". É uma disposição simples, pertinente ao tema, uma vez que é um projeto de lei complementar que disciplina a incidência do ITCMD e o espectro de competência dos estados, e, a um só tempo, é também um elemento formalmente cabível, uma vez que se trata de lei complementar, à qual o art. 146 da Constituição atribui esse papel. Então, esse é o primeiro dos temas que eu gostaria de abordar e a sugestão que nós gostaríamos de trazer para enriquecimento do texto.

Segundo ponto, também objeto de intenso debate: a questão da possibilidade de tributação pelo ITCMD, particularmente pelo ITD, ou seja, o tributo sobre doação, na distribuição desproporcional de dividendos. A versão original do PLP, que foi submetida à Câmara dos Deputados, veiculava a possibilidade de incidência do Imposto sobre Doação sobre a distribuição desproporcional de dividendos, de maneira que os sócios que recebessem um valor a menor do que aquele a que fariam jus tendo em vista as suas participações societárias estariam, na verdade, praticando uma liberalidade em favor daqueles que receberiam, ao contrário, um quinhão superior àquele a que fariam jus, tendo em vista a correlação da sua participação societária.

Essa disposição, que estava contida originalmente no art. 154, §5º, inciso I, não foi aprovada. Então, hoje o texto não contém essa disposição, mas o ponto é que o texto não conter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição é diferente de o texto conter uma disposição que regule e que discipline essa matéria. Então, hoje, o texto aprovado como está, os estados continuarão, como continuam ainda hoje sem o texto, tributando e questionando os contribuintes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO LEMOS CURY – ... em relação à distribuição desproporcional de dividendos, considerando que isso seria uma doação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. FÁBIO LEMOS CURY – Isso é obviamente muito importante, porque o Código Civil prevê a possibilidade de distribuição de dividendos desproporcional, sobretudo nas sociedades limitadas e quando haja previsão no contrato social a respeito, e evidentemente que isso é uma situação que tem sido muito conflituosa, afinal de contas, é uma situação comezinha, lícita, prevista no ordenamento, na legislação de direito privado, e que vem sendo desafiada pelos fiscos, gerando uma situação de extrema insegurança jurídica em relação não só aos planejamentos patrimoniais e sucessórios "interfamílias", mas sobre vários negócios que são estruturados entre sócios e em relação aos quais existe a possibilidade de distribuição desproporcional dos dividendos.

Então, o texto clama por uma regulamentação. Existe uma diferença muito grande entre aquilo que é dividendo e aquilo que é doação.

A gente traz aqui algumas justificativas a respeito, sobretudo aqui em relação, por exemplo, ao caso que os dividendos são resultado de aplicação de capital. Então, na verdade, o dividendo, em tese, é algo sujeito a Imposto de Renda, sobre o qual hoje existe uma isenção, mas jamais uma transferência patrimonial a título de doação.

Então, é exatamente nesse sentido que nós apontamos que eventuais abusos que possam ser cometidos pelo contribuinte não ensejem abusos que devam ser institucionalizados pelos fiscos na exigência do ITCMD.

Eu gostaria só, antes de propor aqui a emenda ao texto, de relembrar que já existe uma emenda, a Emenda nº 32 ao PLP, proposta pelo Exmo. Senador Jorge Seif, que trata da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diferença é a maneira como o texto está colocado. Nossa sugestão é uma proposta que reafirme a não incidência do ITCMD sobre distribuição desproporcional de dividendos, estabelecendo sobre essa hipótese uma presunção de licitude dessas operações, sem prejuízo dos fiscos poderem fazer as fiscalizações e porventura os lançamentos, no caso de comprovada a existência de abuso, dolo, fraude ou simulação, que é o que já disciplina o Código Tributário Nacional, no art. 149, inciso VII. Ou seja, é um texto equilibrado, é uma proposta equilibrada que garante a presunção de licitude das operações que à luz da legislação civil é uma operação lícita, mas que também pressupõe aos fiscos o direito de fiscalização. Fiscalização quando? Nos termos do que já dispõem a legislação atual e a jurisprudência atual, nos termos do 149, inciso VII, do CTN.

Então, a proposta é, o artigo a ser incluído: a distribuição desproporcional de lucros realizada nos termos da legislação civil não constitui fato gerador do ITCMD, salvo quando comprovadas as hipóteses de que trata o inciso VII do art. 149 do CTN. Então, um texto equilibrado que garante ambas as partes: aos contribuintes exercerem atos lícitos, e aos fiscos coibirem atos comprovadamente objeto de dolo, fraude ou simulação.

Então, Senador, passo aí para a terceira proposta das cinco, que é um assunto já bastante tratado, que é a questão do momento do fato gerador nas operações envolvendo direitos reais sobre imóveis e transferência de imóveis. Atualmente, o art. 170, inciso II, do PLP, ao tratar do momento do fato gerador no ITCMD, diz que isso aconteceria na data de lavratura da escritura de doação de imóveis. Parece-me haver alguma impropriedade no termo, tanto em relação àquilo que preconiza a Constituição Federal, quando diz que o imposto é sobre transmissão, doação ou *causa mortis*, tanto quando restringe isso a doação dos imóveis.

Eu explico: a Constituição, quando fala em transmissão, se pauta, evidentemente, nos termos da legislação de direito privado e, evidentemente, impede que a legislação, inclusive a lei complementar, customize os termos que foram utilizados pela Constituição, como a transmissão, para poder abranger ou aumentar ou mudar, eventualmente, as características daquilo que a Constituição trouxe como pressuposto, inclusive no caso aqui do critério temporal do ITCMD. E o Código Civil é muito claro: os direitos reais sobre móveis e imóveis somente se transmitem mediante o registro do título translativo no Cartório de Registro de Imóveis. Os imóveis se transmitem, e os direitos reais, pelo registro na matrícula imobiliária, não pela celebração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escrituras, que não passa de um contrato, ainda que público. São décadas de construção jurisprudencial sobre o assunto, sobretudo quando se tratava do ITBI, que também é um tributo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO LEMOS CURY – ... imobiliário, STJ e STF, por décadas, consolidaram a interpretação de que somente no registro imobiliário é que esse fato gerador ocorre. Então, a nossa proposta é adequar o texto à Constituição, à legislação de direito privado. Já há jurisprudência fixada há décadas de maneira a estabelecer que o fato gerador do ITCMD, inciso II, se dá no momento do registro do título translativo, no cartório de registro de imóveis, na hipótese de doação de imóveis ou direitos reais a eles relativos. Então, é um texto simples, que tem por objeto nada mais do que adequar a proposta do PLP, neste particular, à tradição jurídica nacional.

Decadência.

Aqui também é um ponto que me parece que o texto, tal como está, gera uma possibilidade de grande incerteza e insegurança jurídica, porque em dois dos incisos do art. 171, que disciplinam a decadência, basicamente o que se coloca é que são situações nas quais o ITCMD rigorosamente não decai. Então, por quê? O artigo diz que o prazo de decadência será contado da ocorrência do fato gerador, em certos *numerus clausus* tratados nas hipóteses anteriores e que são fatos levados a registro – até aí tudo bem. Inciso II: do conhecimento do ato ou negócio jurídico pela administração tributária, nas hipóteses dos negócios não sujeitos a registro. E, por fim, inciso III, na entrega da declaração nos demais casos.

Ora, relegar a decadência ao momento em que o Fisco alega ter tido conhecimento da operação rigorosamente significa dizer que está se criando uma hipótese de tributo não sujeita à decadência, porque, evidentemente, vai ficar muito difícil a discussão em relação a qual foi o momento em que a administração tributária teve conhecimento de uma determinada operação.

Para além disso, nós temos situações conflituosas aqui, porque uma das situações está dizendo que é quando o Fisco não tem conhecimento do fato gerador, e a outra hipótese fala na ausência de declaração. Só que essas duas hipóteses convergem. Então, pode ser que, por alguma razão, o Fisco tenha tido conhecimento por algum ato público eventualmente que tenha sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrado ou alguma questão e venha depois alegar que, ainda assim, a decadência não ocorreu, por quê? Porque o tributo também é sujeito ao lançamento por homologação, e o contribuinte não declarou. Ou seja, é absolutamente sujeito a não ter decadência, da maneira como está.

O Código Tributário Nacional, obviamente, hoje, também ao longo de décadas da experiência nacional jurídica, veio sendo complementado pela experiência pretoriana, de maneira a disciplinar muito bem as hipóteses de cômputo da decadência nos lançamentos sujeitos por homologação, ou seja, quando o contribuinte tem que fazer a declaração e o recolhimento, e nos casos em que não tendo declarado ou tendo declarado e não feito pagamento, ou feito o pagamento a menor, ou nos casos de dolo, fraude, simulação e não atendimento ao Fisco, e nos casos de lançamento de ofício.

Então, nossa proposta aqui é, evidentemente, eliminar, em prol da segurança jurídica e da estabilidade das relações, que é o pressuposto de existência do direito, estabelecer ao ITCMD aquilo que existe em relação a todos os tributos, que é um prazo razoável de decadência e um cômputo da decadência razoável, de acordo com a experiência nacional, um prazo justo, mas que garanta a estabilidade das relações.

A jurisprudência do STJ e do STF são muito profícuas neste assunto e, ao longo de décadas, também consolidaram essas hipóteses de decadência do ITCMD.

No caso da tributação *causa mortis*, o STJ fixou o entendimento, que eu trago aqui – o material vai ficar à disposição depois –, a decadência deve-se contar a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha, e, no caso das doações, no primeiro dia do exercício seguinte ao do fato gerador, independentemente de o Fisco ter ou não ter conhecimento desse fato gerador; afinal de contas, cabe ao Fisco a fiscalização, não é? Isso está em linha, volto a dizer, com aquilo que vige hoje.

Em relação ao ITCMD, ele espelha – não é demais dizer – aquilo que acontece com todos os demais tributos vigentes hoje no sistema nacional: não existe tributo que tenha decadência sujeita ao momento em que o Fisco resolve tomar conhecimento ou, pelo menos, afirma ter tomado conhecimento da regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proposta é a alteração do art. 171, particularmente nos incisos I e III, cuja criação eu proponho, então, para acolher a criação do STJ em relação ao tributo *causa mortis* no seguinte sentido:

> Art. 171. O prazo de decadência será contado:
> I [proposta] – nas transmissões *causa mortis*, a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele do trânsito em julgado da sentença homologatória da partilha [assim como definiu o STJ] ou da [...] [data] da escritura pública de partilha [porque o STJ ainda não tinha se deparado com a possibilidade dos inventários extrajudiciais];
> [...]

Então, aqui, o que se está fazendo é prestigiar o *status quo*, que já foi passado sob o crivo do STJ, mas que está em sintonia com os princípios da certeza do direito e da necessidade de estabilização das relações jurídicas.

No inciso II, eu mantenho a proposta já prevista no PLP original em relação aos casos em que há registro, e aí, então, o projeto já previa que a decadência começaria da data do fato gerador. Não proponho mudanças.

No inciso III, onde se colocava "da [...] [data] da declaração", a nossa proposta é, novamente, a adequação à jurisprudência do que foi decidido pelo STJ. Então, nos demais casos, a decadência se dará conforme dispõe o Código Tributário Nacional. Se o lançamento for por homologação, art. 150, §4º: conta-se do fato gerador. Se o lançamento não for por homologação, seja porque não houve declaração, seja porque houve declaração com alguma imperfeição, porque houve fraude, dolo, simulação – qualquer dessas hipóteses –, passa-se ao art.173, I: conforme ampla jurisprudência do STJ, existe uma penalidade ao contribuinte; então, não se conta do fato gerador, conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele do fato gerador.

Então, a proposta é realmente de uniformização, de trazer paz ao sistema.

Por fim – e com o perdão, Senador, pelo excesso de tempo, que eu já antevejo –, existe uma calibragem aqui para as situações críticas do ITCMD, que foram objeto de algumas emendas de outros Senadores, que vai resvalar nas questões de usufruto e fideicomisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente trata do ITCMD *causa mortis*, ou seja, imposto sobre herança, ele é um tributo sucessório. A Constituição, quando fala em tributação *causa mortis*, fala em tributação relacionada à transmissão patrimonial decorrente da abertura da sucessão, legítima ou testamentária.

Quando a morte promove a transmissão patrimonial por sucessão, ela está sujeita ao ITCMD, mas existem negócios jurídicos em que a morte não é hipótese de sucessão, a morte é o implemento de um termo ou de uma condição: eu estabeleço que, quando da morte, acontecerá tal consequência, ou que, se houver morte, acontecerá tal consequência. Essa consequência pode ser uma transmissão patrimonial, a exemplo de um contrato de seguro: foi retirada do texto a incidência sobre o VGBL, e o Supremo recentemente a reafirmou.

Então, quando do falecimento do segurado, a morte é o quê? É um termo. E, com o falecimento do segurado, deve ser paga a indenização, um prêmio, ao beneficiário do seguro. Isso é suscetível de incidência do ITCMD? É óbvio que não. A Constituição Federal não admite isso, e o Supremo recentemente afirmou isso. E por que não? Porque a morte, nesse caso, não desencadeia uma sucessão hereditária, pelo simples fato disso.

Então, é isso que queremos aqui reforçar, como estamos colocando e, de cara, então, propor uma nova redação, logo no art. 164, que é o primeiro que dispõe sobre o ITCMD, ao inciso I. Então, migrar do inciso I, que diz que o ITCMD incide sobre a transmissão de bens e direitos, inciso I, em razão da ocorrência do óbito do titular, para o inciso I, com a versão sugerida, que é, "em virtude da sucessão legítima ou testamentária". Afinal de contas, é um imposto sucessório.

No §2º, também, uma pequena inserção, no fim, em que a gente substitui "ou qualquer pessoa física ou jurídica que seja destinatária de bens e direitos", porque essa redação autorizaria, inclusive, a discussão, de novo, sobre a possibilidade de tributação, por exemplo, do seguro de vida – mas o seguro de vida não é hipótese de sucessão hereditária. Sucessão hereditária acontece – sugestão – "a qualquer outra pessoa física ou jurídica que seja, sucessora hereditária, seja legítima ou testamentária, de bens ou direitos".

Então, essa é a primeira discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta dessa questão, que está, a nosso ver, maldisposta ainda, ou não tão bem-disposta no texto, há outras discussões. Por exemplo, aquela da extinção do usufruto.

Então, trago aqui um exemplo. Quando se institui um usufruto, o instituidor estabelece – faz uma doação e reserva para si, por exemplo, o usufruto de uma fazenda. Ele transfere a nua-propriedade, por exemplo, aos filhos. No usufruto, a nua-propriedade, quando é transmitida aos filhos, pressupõe já, como direito dos nus-proprietários, ou seja, dos filhos, o direito de consolidação plena da propriedade quando do falecimento do usufrutuário.

Não é prerrogativa do usufrutuário fazer ou desfazer o usufruto que ele fez. Ele vai ter que vincular esse usufruto a um fato, eventualmente, a um termo ou condição, ou ao seu próprio falecimento. Nesses casos, o falecimento do doador, que doou a nua-propriedade e reservou para si o usufruto, não é hipótese de incidência do ITCMD. Nunca foi. Isso aqui, na verdade... O doador, quando falece, está fazendo uma nova doação, agora, do usufruto que lhe cabe? Não, ele acabou de falecer.

Segunda pergunta: os nus-proprietários da fazenda, quando do falecimento do usufrutuário que lhes fez a doação no passado, estão recebendo o direito de usufruto sobre uma nua-propriedade que já lhes cabe a título sucessório? É necessário fazer inventariança de um usufruto do *de cujus*? Não. Isso não é uma transmissão patrimonial a título sucessório. Isso não é, e nunca foi, objeto de possibilidade de entender incidência do ITCMD.

O que muito pode se discutir aqui é a incidência do ITCMD, com toda a razão, no momento da instituição do usufruto, seja ele por doação ou *causa mortis*, e aí cabe aos estados, dentro daquilo que vai ser objeto da sua competência, disciplinar qual vai ser a base de cálculo desse usufruto. E aí ele vai ter que dispor se vai valer o valor total da propriedade ou se é o valor fracionado da propriedade. E quanto ele deve cobrar de diferença, se é que vai cobrar, quando do falecimento do doador ou da extinção do usufruto pelo falecimento do usufrutuário.

Sei que pode parecer difícil, assim, esse assunto, mas o fato é que a jurisprudência já trata dele. A jurisprudência do Estado de São Paulo, por exemplo, é bastante categórica a esse respeito, ao afastar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A jurisprudência do Estado de São Paulo, por exemplo, é bastante categórica a esse respeito, ao afastar a incidência do ITCMD sobre a consolidação da propriedade em favor dos nus-proprietários. Por quê? Porque isso não é critério material do ITCMD. E não é à luz da legislação federal? Não, é à luz da Constituição Federal, tá? Então, a proposta que nós vamos trazer no fim diz respeito a isso.

Um caso muito similar – eu vou até em virtude do tempo, Senador, pular aqui algumas digressões um pouco mais jurídicas, mais doutrinárias – se dá no caso do fideicomisso, que pode muitas vezes parecer uma situação excepcional, mas que, na verdade, é extremamente comezinha quando se fala de planejamento patrimonial, não é? Então, o que se tem? Tem-se um fiduciante, que, por doação ou *causa mortis*, como é o caso da experiência brasileira, determina que, do seu falecimento, a propriedade, por exemplo, de uma fazenda sua passa para um fiduciário, que vai exercer a propriedade praticamente plena desse bem até o implemento de um termo ou condição ou até o seu próprio falecimento, quando isso passa para os fideicomissários.

Um exemplo que eu dou aqui: o fiduciante estabelece *causa mortis* e transfere uma fazenda para um fiduciário. E, nesse exemplo, ele tem gozo dessa fazenda até o implemento de uma condição. Qual é a condição? Que os fideicomissários, ou seja, os filhos do fiduciante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO LEMOS CURY – ... por exemplo, tenham um filho. Ele quis que a fazenda passasse para seus herdeiros no caso de eles terem um neto, não é? Nesse caso, com o falecimento do fiduciário, que é aquele intermediário ou... Perdão, quando do nascimento do neto ali, veja, o fiduciário, que é quem tem a fazenda hoje, doou a fazenda para os últimos ali, para os fideicomissários? Não. Não é um ato de vontade dele. Isso é uma restrição que lhe foi imposta quando foi instituído o fideicomisso. E é a mesma coisa no caso de falecimento dele. Não é uma causa de sucessão, porque, afinal de contas, os fideicomissários não são herdeiros dele.

Então, para concluir, Senador, aqui as propostas dos dois únicos artigos que a gente alteraria, em conformidade com aquilo que já existe na Constituição hoje: alterar o art. 167 para dizer que o ITCMD não incide na consolidação da propriedade plena em razão da substituição de fideicomisso e da extinção do usufruto, mantendo ali a questão da consolidação em favor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio instituidor do direito; e, no art. 169, substituir e excluir o inciso II, quando se fala que é a hipótese de incidência a substituição do fideicomisso.

Com o perdão pelo excesso do tempo, eu sei que foi longo, eu devolvo a palavra, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Fábio Lemos Cury pela sua contribuição.

Passo a palavra à Sra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil, para a sua exposição, de igual modo, por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

Eu peço apenas à senhora que seja um tanto quanto cuidadosa com relação ao tempo, porque ainda teremos mais um convidado, o representante do Comsefaz, que também vai participar da nossa audiência.

Eu passo a palavra à Sra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, por dez minutos, com tolerância de cinco.

A SRA. DAYANE DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde. Em nome da Presidência da AEB, quero mais uma vez agradecer o convite. Na pessoa do Senador Eduardo Braga, também quero cumprimentar os colegas painelistas. E também todos os presentes e que nos acompanham também de forma virtual.

De forma bastante objetiva, o propósito da participação da AEB na audiência pública de hoje é sinalizar cinco pontos que nós identificamos que precisam ser cuidadosamente revisitados no texto do PLP 108, especialmente em função dos seus significativos impactos para as exportações brasileiras. Mas, antes de entrar especificamente no tema técnico, eu gostaria de frisar aqui duas premissas que precisam nortear o nosso debate.

A primeira delas é que falar de exportação é falar de um tema de interesse nacional. Nós estamos aqui hoje, na Casa dos estados, falando de um tema que interessa a todos os entes federativos, porque falar de exportação é falar de entrada de divisas, é falar de atração de investimentos, é falar de geração de emprego e renda, de desenvolvimento regional. Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar de exportação é falar de uma agenda que é do interesse do Brasil. E isso precisa ficar muito bem assentado aqui, nessa oportunidade.

E a segunda premissa é no sentido de que nós estamos inseridos num cenário global que é cada vez mais desafiador, né? Todos nós acompanhamos agora, mais recentemente, a questão da imposição de tarifas, de barreiras comerciais. Então, são muitos desafios que têm intensificado ainda mais a já acirrada competição que nós enfrentamos no comércio internacional.

O que isso nos impõe como país? A responsabilidade de nós não criarmos obstáculos adicionais para quem já enfrenta tantas adversidades lá fora, né? O exportador brasileiro precisa de previsibilidade, precisa de segurança nas suas relações tributárias, precisa de condições mínimas para continuar competindo. Então, o Brasil precisa ser um aliado do seu exportador, ele não pode ser um fator adicional de dificuldade.

E é dentro desse contexto que a AEB vem hoje apresentar as suas considerações a respeito do PLP 108, especificamente com relação ao ICMS, e, no tocante ao tratamento que está sendo dado pelo projeto de lei complementar, a situação dos saldos credores acumulados. Nós sabemos que o ICMS deixará de existir em 2033, mas ele deixa um passado desafiador, para que nós possamos aqui, então, regulamentar e sanar.

Qual é o cenário hoje, no que se refere a essa questão dos créditos acumulados? São bilhões de reais acumulados pelos exportadores que simplesmente não são monetizados e representam um custo, uma perda direta de competitividade dos produtos exportados brasileiros. E apenas para que se tenha uma ideia do volume de que nós estamos falando, existe uma estimativa feita recentemente, considerando apenas as empresas listadas na B3, e esse valor de crédito acumulado alcançaria o montante de R$46 bilhões, ou seja, um valor tão significativo que poderia estar sendo destinado a novos investimentos, à exploração de novos mercados, ao fomento do setor produtivo e, por consequência, ao aumento de arrecadação das fazendas, mas encontra-se paralisado nos balanços das empresas.

Então, essa é uma realidade absolutamente lamentável, seja na perspectiva dos estados, seja na perspectiva dos contribuintes e precisa, sim, ser devidamente considerada e tratada dentro do contexto da reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o PLP propõe hoje com relação a essa questão? Primeiramente, uma etapa de homologação desses créditos acumulados pelos estados; feita essa homologação, a etapa de efetivo ressarcimento desses valores que foram autorizados, homologados pelos estados. Dentre essas hipóteses, tem o ressarcimento em espécie, que nós vamos abordar mais à frente, transferência a terceiros e compensação com o próprio IBS. E, como eu mencionei, existem, então, cinco pontos que nós entendemos que precisam ser revistos dentro do texto que está posto hoje no PLP.

Iniciando pela etapa de homologação dos saldos credores, nós temos o prazo que os estados terão para responder ao pedido de homologação apresentado pelos contribuintes. Na percepção dos exportadores, o prazo atual de 12 meses continua demasiadamente longo, especialmente porque tanto os estados como os contribuintes já vêm trabalhando essa questão da auditoria desses saldos credores, de implementações e melhorias sistêmicas. Então, parece-nos absolutamente razoável que haja uma redução desse prazo de 12 meses para 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias – já existem emendas, inclusive, apresentadas nesse sentido, e nós também temos material aqui para disponibilizar.

Segundo ponto, a questão da atualização monetária desses saldos credores. O texto hoje prevê que esses saldos credores acumulados serão corrigidos pelo IPCA, e, na nossa percepção, esse índice deveria ser a Selic, tal como acontece na correção monetária dos valores que são devidos pelos contribuintes – seria uma questão de isonomia –: o mesmo índice que é considerado na correção dos meus débitos deveria ser o índice considerado na correção dos meus créditos. Isso evitaria, inclusive, uma discussão judicial, por exemplo.

Passando para a segunda etapa do ressarcimento dos saldos credores homologados. Nós temos uma previsão de devolução desses saldos em 20 anos, e o nosso pleito, em relação à necessidade dos exportadores, seria que esse prazo fosse reduzido pela metade, especialmente porque, como nós já colocamos aqui nas considerações iniciais, os exportadores já foram suficientemente penalizados por um sistema tributário, por muitas vezes, fora da lógica da competitividade internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar nesse sentido que hoje a participação do Brasil no comércio global encontra-se reduzida a pouco mais de 1%. Nós precisamos, de fato, agir nesse sentido. Então, trazemos aqui essa sugestão de redação para redução desse prazo.

Passando para o quarto item, que é a previsão de antecipação do ressarcimento em espécie pelos estados em casos de aumento na arrecadação do IBS. O texto traz essa possibilidade, e nós entendemos que a redação deveria ser ajustada para que isso fosse não uma alternativa, mas um compromisso, um dever por parte dos estados, trazendo mais previsibilidade para os exportadores, mais segurança jurídica nesse sentido.

E, por fim, e não menos importante, o quinto e último ponto, é o ponto da securitização dos saldos credores. A Emenda Constitucional 132 estabeleceu que lei complementar poderia dispor sobre alternativas adicionais à monetização desses créditos, além das que eu já mencionei anteriormente. No entanto, o PLP 108 acabou não trazendo esta possibilidade de securitização desses créditos, e nós entendemos que esse ponto deveria ser revisto, pois seria uma alternativa adicional para maior liquidez para esses créditos, para maior acesso a crédito, enfim, por parte dos exportadores. Nós entendemos que isso deveria ser considerado.

Por fim, já caminhando para a conclusão neste um minuto que me resta, eu gostaria de reforçar, mais uma vez, que nós estamos diante de uma agenda que é estratégica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANE DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA – ... para o desenvolvimento nacional, uma agenda que visa a reposicionar o Brasil no mundo. É sob essa ótica que nós precisamos enxergar o comércio exterior e o papel dos exportadores brasileiros. Reforço que não se trata de pleitear privilégios ou protecionismo de um setor em detrimento de outro setor, mas de reconhecer que determinadas questões exigem, sim, uma abordagem criteriosa e, sobretudo, eficiente.

Eu encerro aqui a nossa contribuição, Senador, reforçando que a AEB segue à disposição para continuar contribuindo com material técnico. Obviamente, nós não conseguimos, no tempo aqui, encerrar todas as argumentações e todo o material, mas ele fica à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. Nós temos, como eu disse, sugestões de emendas para cada um desses pontos que foram aqui abordados, com justificativa bem aprofundada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome da AEB, agradeço mais uma vez o convite que nos foi feito e também a atenção de todos os senhores e senhoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sou eu que agradeço à senhora, Dra. Dayane do Nascimento Lima da Silva.

E passo a palavra ao Sr. Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Sr. Davi Barreto.

O SR. DAVI BARRETO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga. Muito obrigado, Senador, por possibilitar à ANTF falar um pouco das suas contribuições para este projeto de lei e dos impactos que ela tem para o setor ferroviário brasileiro.

Acho que é um setor superimportante, que tem um interesse especial sobre o tema. Acho que o nosso tema aqui, Senador, vai muito em linha com o que a Dra. Dayane colocou, e a nossa contribuição vai em torno das regras de transição do ICMS, em especial o aproveitamento dos créditos desse tributo. O setor ferroviário faz parte da cadeia exportadora. Então, hoje, boa parte da balança comercial brasileira passa pelos trilhos: cerca de 25% da nossa balança são transportados por ferrovias, e eu acho que a gente tem alguns pontos, algumas contribuições que podem aperfeiçoar o projeto e incentivar a exportação e o investimento no setor ferroviário.

Eu queria me permitir, Senador, nos dois primeiros minutos, só contextualizar um pouco o nosso setor e a importância que este debate tem não só para as ferrovias, mas para a infraestrutura do país e para a nossa economia como um todo.

A ANTF é uma associação que congrega as concessionárias de ferrovias de carga do país, Senador, que hoje administram cerca de 30 mil quilômetros de malha no Brasil e transportam algo como 95% do minério e quase 50% dos nossos grãos. Ele é um setor que vem investindo bastante. Desde a desestatização na década de 90, o setor já investiu quase R$200 bilhões em valores corrigidos e tem uma previsão de, nos próximos três anos, investir mais de R$50 bilhões de reais. E um ponto importante é que é um investimento, quase na totalidade, privado. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje quase todo o investimento no nosso setor ferroviário vem do setor privado. O Governo vem trabalhando para retomar os investimentos públicos nas ferrovias, mas, na realidade, com as restrições fiscais que hoje enfrentamos, é bem provável que o futuro permaneça ainda com preponderância do setor privado alavancando os investimentos no setor.

E foram esses investimentos que permitiram um crescimento significativo da carga transportada, e com especial atenção para o agronegócio, que ganhou uma participação muito importante nas ferrovias. Então, a carga hoje que vem do Centro-Oeste, do Tocantins, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Estado de Goiás depende das ferrovias para acessar os portos, o Porto de Santos, o Porto de Paranaguá ou o Porto de Itaqui.

Esse investimento e aumento de produção veio acompanhado com aumento de qualidade e de eficiência do serviço. Hoje o nível de acidentes ferroviários nas ferrovias brasileiras se equipara ao das ferrovias americanas; houve uma queda brutal, que foi impactada por esse investimento. E esse mesmo investimento, esse mesmo setor é o que traz competitividade para o nosso país.

A gente traz alguns números, Senador, do potencial que a ferrovia tem para gente. Então, o custo médio de transporte de grãos – por exemplo, para Santos e Paranaguá – é três, quatro vezes menor por ferrovia do que por rodovia, o que mostra um pouco do impacto que esse setor tem para a nossa competitividade e para as nossas exportações.

E, ainda – eu acho que é o último ponto a destacar, que vale a pena colocar –, eu acho que é o papel que esse setor vai ter na agenda e na estratégia de descarbonização do nosso país e do mundo. É uma agenda que o Brasil hoje está liderando com a COP 30.

Esse é um estudo recente que foi feito pela Coalizão de Transportes, junto com a CNT, e que foi entregue ao Embaixador Corrêa do Lago, para ser apresentado na COP. Ele mostra que a ferrovia é o meio de transporte que tem o maior impacto, que tem o menor nível de emissão e maior impacto, eu acho, na transição ecológica.

Tudo isso para dizer, Senador, da importância do setor, mas a segunda mensagem é: a gente tem muito ainda que fazer. Os gráficos mostram que nossas ferrovias ainda são muito tímidas no Brasil. Quando a gente compara com qualquer *benchmark* mundial de país de mesma dimensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de mesmo tipo de economia, a gente tem muito para caminhar ainda. Nossa preponderância ainda é transporte rodoviário, e, para a gente virar essa página, a gente precisa de incentivo, a gente precisa de um Estado que incentive, que não coloque novas barreiras para o investimento e para a expansão do setor. Nesse sentido, a reforma tributária é superimportante e veio em muito boa hora. Ela traz vários avanços que certamente vão induzir o crescimento do setor ferroviário brasileiro, de infraestrutura brasileira.

Mais um ponto, talvez, muito importante... E faço coro com muito do que a Dra. Dayane colocou. Acho que nós corroboramos quase todos os pontos que foram colocados; inclusive algumas sugestões são muito análogas, né? Eu acho que um ponto importante para o setor e para o setor exportador como um todo vai ser a discussão dos créditos de ICMS. Existe um passivo significativo desses créditos. Então, o princípio da não cumulatividade da reforma tributária, que é fundamental, um dos princípios mais importantes dessa reforma, necessita de uma eficiência desse creditamento, dessa compensação, dessa devolução desse estoque de créditos ao longo do tempo, que hoje enfrenta dificuldades de serem compensados pelos estados.

Então, pegando um pouco do número que a Dra. Dayane colocou, de R$40 bilhões, mais ou menos, das empresas da B3: do setor ferroviário, por exemplo, eu fiz um levantamento rápido, e as quatro principais empresas do setor – MRS, Rumo, Vale e VLI – têm um saldo acumulado, nos balanços de 2024, de quase R$3 bilhões. A eficiência da devolução desses valores é fundamental. Isso aqui vale mais ou menos quase 25% de tudo que é investido no setor anualmente, pessoa privada. Isso é quase dez vezes o que o Estado investe em ferrovia, no Brasil, por ano. Então, isso é muito relevante.

A gente trouxe aqui quatro contribuições, também muito focadas... Tem outras contribuições, mas são talvez as quatro mais importantes, e principalmente as duas primeiras é que a gente entende importantes.

Uma é sobre o prazo para a cessão de crédito de ICMS, ou seja, hoje existe uma limitação para o início da cessão de crédito de ICMS. A segunda é relacionada à uniformidade das regras de compensação desses créditos para os estados. Uma terceira, focada no prazo de homologação, inclusive muito semelhante ao que a Dra. Dayane colocou. E uma última, em relação ao conceito de saldo credor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São coisas bem pontuais, em emendas que estamos apresentando aqui perante o Senado, Senador. A primeira é sobre o prazo de cessão de crédito de ICMS. Hoje, da forma como está o texto, o art. 155 limita a cessão desses créditos, quando homologados tacitamente, somente a partir de 2038, o que na prática inviabiliza, enfim, torna sem efeito qualquer homologação tácita, né? O nosso pedido é para que esse prazo seja retirado, seja excluído, para que não haja um prazo para que esses créditos possam ser transferidos ou cedidos para outras pessoas jurídicas. E fazemos aqui uma sugestão no texto, no ajuste desse texto.

A segunda proposta – e eu acho que é um ponto importante e talvez um dos maiores pontos positivos e aperfeiçoamentos que a reforma vai trazer – é trazer mais harmonização, trazer um tratamento mais homogêneo das regras tributárias pelos diversos entes da Federação. Nesse sentido, a gente faz uma sugestão, no art. 152, para que não haja legislações específicas de cada estado para tratar das regras de compensação de crédito, do crédito tributário. E propomos que isso seja feito pelo próprio Comitê Gestor, de forma que tenhamos regras uniformes pelos diferentes entes da Federação.

A terceira proposta é bastante semelhante ao que a Dra. Dayane trouxe. De fato, é reduzir o prazo para homologação a partir de 2033. Então, também conjugamos com um prazo de 90 dias, pois entendemos que é um prazo suficiente para que isso seja realizado, principalmente tendo em vista que esses registros vão se dar a partir de 2033, ou seja, vai se dar bastante tempo para que os estados se preparem, com os seus sistemas, para que possam fazer esse processo de homologação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI BARRETO – E o quarto e último ponto é um ponto mais conceitual, apenas um ajuste de redação para que o conceito de saldo credor abarque a totalidade dos créditos reconhecidos, pelos estados, do ICMS.

Senador, são essas breves sugestões que o setor traz para essa parte da reforma, agradecendo também mais uma vez a oportunidade e nos deixando aqui à disposição.

Mais uma vez, ressalto a relevância que o tema tem para o setor ferroviário e para o setor de infraestrutura do país. Acho que nós somos um país muito carente de infraestrutura. Acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, ainda, que a gente puder fazer para viabilizar, para incentivar, para induzir mais investimento é mais do que bem-vindo.

Nesse sentido, o setor coloca humildemente as sugestões e se coloca à disposição também para o debate e para os complementos que se fizerem necessários.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sou eu que agradeço ao Dr. Barreto até pela economicidade do tempo.

Passo a palavra ao Dr. Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

O SR. MÁRIO POVIA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Quero parabenizá-lo pela audiência e agradecer a oportunidade que dá ao Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que é um braço técnico da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, de tratar essa importante questão.

Eu trago aqui a esta audiência pública, para manifestação de apoio, um conjunto de aprimoramentos ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que são fundamentais para a viabilização da reforma tributária no Brasil sob a ótica dos setores estratégicos, notadamente de infraestrutura de transportes. Esses setores são caracterizados por operações de longo ciclo financeiro, forte intensidade de capital fixo, significativa exposição à cumulatividade tributária e um alto grau de dependência da previsibilidade fiscal para a viabilização de investimentos de longo prazo. O Davi acabou de abordar essas questões.

Os terminais portuários e aeroportuários funcionam como polos logísticos de importação e exportação, muitas vezes operando com desoneração nas saídas, o que os transforma em acumuladores estruturais de créditos de ICMS. Esse fenômeno gera um efeito cascata sobre os custos logísticos nacionais.

Operações de rodovias e ferrovias também estão dotadas das mesmas características. Diante disso, o PLP, embora avance na direção da regulamentação do IBS e da CBS, ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta lacunas técnicas e operacionais que precisam ser corrigidas para garantir segurança jurídica, liquidez e funcionalidade aos setores que escoam a produção nacional.

Na nossa proposta de aprimoramento, nós temos, então, os seguintes pontos:

1) redução do prazo de homologação de créditos para 90 dias do ICMS. Hoje o texto prevê que os estados terão até 12 meses, contados do protocolo, para homologar os créditos remanescentes de ICMS. Esse prazo já foi reduzido em relação ao projeto original, que previa 24 meses. No entanto, ainda é excessivo. Empresas que acumulam montantes relevantes de crédito, como as que atuam nos setores mencionados, precisam de celeridade para garantir capital de giro e continuidade operacional. Estamos propondo, a exemplo do que fez a AEB e também a ANTF, o prazo de 90 dias, que respeita o tempo necessário de análise fiscal, mas limita o poder procrastinatório dos entes subnacionais;

2) antecipação obrigatória do ressarcimento dos créditos em caso de aumento de arrecadação. Hoje o PLP prevê que os fiscos poderão antecipar o pagamento de créditos se houver aumento de arrecadação do IBS acima da inflação. Esse termo precisa ser substituído por "deverão", a fim de garantir segurança jurídica e previsibilidade às empresas, além de evitar subjetividade;

3) securitização dos créditos acumulados. Propõe-se a possibilidade de conversão dos créditos acumulados em títulos da dívida pública estadual, o que permitiria a imediata transformação desses créditos em ativo líquido via securitização, conferindo liquidez financeira aos contribuintes, portanto, mitigando aí um risco fiscal sistêmico;

4) uniformização das regras para aproveitamento do saldo credor de ICMS. Atualmente, o PLP remete à legislação estadual os critérios para devolução de créditos. Essa fragmentação normativa perpetua desigualdades entre os entes federativos e aumenta o custo de conformidade tributária. É necessário que o Comitê Gestor estabeleça regras nacionais e uniformes, garantindo o tratamento isonômico e operacionalidade ao novo sistema;

5) inclusão dos créditos administrativos no alcance do art. 149. O texto necessita de um ajuste aí para garantir que créditos reconhecidos em âmbito administrativo e não apenas judicial, após 2033, também sejam considerados no processo de devolução. A exclusão atual ignora boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte dos processos administrativos que são legítimos e definitivos, o que prejudica a efetividade da não cumulatividade;

6) padronização nacional do prazo de inscrição em dívida ativa. Também hoje, o prazo de inscrição proposto de débitos em dívida ativa varia entre os entes. Isso cria um ambiente instável e dificulta a defesa e a regularização fiscal dos contribuintes. A padronização ora proposta, em 12 meses, é necessária para que prazos sejam conhecidos, controláveis e justos;

7) possibilidade de inscrição antecipada do débito sem encargos. Para fins de adesão, na hipótese de transação tributária, fundamental permitir que o contribuinte solicite a inscrição antecipada do débito em dívida ativa, sem a incidência de encargos, o que possibilita, amplia a efetividade da autorregularização e evita que a inércia do Fisco prejudique o contribuinte que busca resolver sua situação fiscal;

8) instituição do Programa Nacional de Conformidade Tributária (PNCT). Esse programa deve ser previsto para IBS e CBS, criando incentivos à regularidade, com critérios objetivos de avaliação de risco tributário e benefícios para empresas que colaboram com a administração fiscal. Setores regulados, como os de infraestrutura, se beneficiam enormemente da previsibilidade e dos mecanismos de *compliance* cooperativo;

9) vedação expressa às fiscalizações concomitantes e concorrentes. Empresas que atuam simultaneamente em diversos estados e municípios não podem ser fiscalizadas ao mesmo tempo por diferentes entes federativos por um mesmo fato gerador. A ausência de uma coordenação central hoje gera duplicidade de processos, multas sobrepostas e sobrecarga administrativa. O PLP deve prever expressamente a fiscalização única e coordenada sob o Comitê Gestor do IBS;

10) criação de um auto de infração padronizado, claro e com garantias expressas. Necessário incluir nos autos uma seção obrigatória sobre direitos do contribuinte, além da descrição objetiva do fato, base legal e formas de defesa. Isso aumenta a transparência, evita nulidades e qualifica o processo fiscal;

11) participação de representantes dos contribuintes no Comitê de Harmonização para decidir uniformização de jurisprudências de IBS e CBS. Hoje temos quatro representantes da Receita Federal do Brasil e mais quatro, sendo dois procuradores do estado e dois procuradores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de municípios ou do DF. Dentro das competências, que são basicamente três: uniformizar a regulamentação e interpretação do IBS e CBS em matérias comuns, a segunda seria prevenir litígios sobre normas comuns e a terceira, deliberar sobre obrigações acessórias e procedimentos comuns. Muito bem, na competência de uniformizar a regulamentação e interpretação das legislações, entende-se que seria oportuno, necessário, mas sobretudo mais justo que tivesse também a participação paritária de representantes dos contribuintes com direito a voto, totalizando, assim, 16 membros – 8 já existentes, mais 8 representando os contribuintes. Como disse, isso visa dar a paridade necessária e justa;

12) a possibilidade de afastamento da legislação tributária por ilegalidade no processo administrativo tributário. Prevê os dois tipos de possibilidade de inconstitucionalidade. Isso já é matéria pacificada no STF, porém a questão da ilegalidade visa preservar a possibilidade, no processo administrativo tributário, da exclusão da expressão, mantendo-se apenas a vedação do controle de constitucionalidade, dentro da jurisprudência existente já no âmbito do STJ, nessa possibilidade do reconhecimento na questão de ilegalidade;

13) as penalidades aplicadas em razão do descumprimento de obrigações tributárias acessórias. Propõe-se a uniformização das penalidades entre IBS e CBS, sugerindo a redução de multa em caso de erro escusável do sujeito passivo, comportamento cooperativo do sujeito passivo e nos casos em que o contribuinte tenha seguido as orientações gerais vigentes à época da ocorrência do fato gerador. Sugere-se, ainda, o agrupamento das condutas ilícitas para fins de simplificação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO POVIA – ... da norma, além da melhor parametrização das multas em função da gravidade do ilícito e conformidade do contribuinte;

14) o prazo para apresentação de impugnação. Busca-se aqui a amplitude de 20 para 60 dias úteis, visando garantir o respeito aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. O prazo posto na redação atual comprometerá a apresentação de defesas técnicas adequadas, especialmente nos casos em que o contribuinte precise reunir, por exemplo, provas documentais, realizar análises contábeis, econômicas e patrimoniais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15) nós temos aqui alteração do período de arrecadação do ICMS e do ISS para fins de cálculo da receita média, que seria a referência para a base da busca da neutralidade. A proposta original trata dos anos de 2019 a 2026. Busca-se alterar para 2019 a 2024, até para não se aumentar o apetite aí dos entes federativos para, em 2025 e 2026, tentar puxar essa base para cima;

16) a concessão de efeito suspensivo nos incidentes de harmonização, com a inclusão da previsão de efeitos voltados à harmonização das exações, com a suspensão automática de todos os processos administrativos tributários, em qualquer instância ou tribunal administrativo, que versem sobre matéria objeto de harmonização, até a decisão final do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias;

17) a criação e delimitação de competências do Comitê Executivo, alteração das competências do Conselho Superior e da Diretoria Executiva, a criação e delimitação de competências da Câmara de Resolução de Conflitos, tudo visando a uma melhor estrutura organizacional do Comitê Gestor do IBS;

18) a inclusão de normas e procedimentos de auditoria uniformes, visando aqui à instituição de diretrizes uniformes para a fiscalização das exações, sendo medida essencial para garantir maior eficiência e coerência no monitoramento e controle tributário em âmbito nacional. A heterogeneidade de normas e procedimentos entre entes federativos pode resultar em interpretações divergentes, inconsistências na apuração dos tributos, gerando, portanto, insegurança jurídica para os contribuintes e dificultando, então, a atuação dos órgãos fiscalizadores;

19) a implementação de treinamento e capacitação conjunta, visando garantir formação contínua dos auditores fiscais e técnicos fazendários, tudo isso também em linha, Senador, buscando uma qualidade maior no acompanhamento por parte desses auditores – já me encaminhando para o fim –;

20) acesso e compartilhamento de provas e informações. A ideia aqui é a regulamentação de acesso e compartilhamento de provas e informações entre entes federativos, imperativa para garantir segurança e proteção de dados fiscais dos contribuintes. Essas informações, todos sabem, envolvem dados protegidos por sigilo fiscal, cuja divulgação ou uso indevido pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometer direitos dos contribuintes, segurança jurídica e equidade na fiscalização tributária das exações de que aqui falo, o IBS e a CBS – e, por fim, o item 21 –;

21) a utilização do valor patrimonial contábil para fins da base de cálculo do ITCMD, em vez da utilização do valor de mercado. A ideia aqui é a evidente complexidade na escolha da metodologia a ser utilizada.

Eu queria reiterar aqui, Senador Eduardo Braga, a importância da simplificação tributária e enaltecer a proposta da reforma tributária no Brasil. Isso é fundamental para contratos de longo prazo que envolvem infraestrutura, no caso, infraestrutura de transportes. E assim, dessa forma, que a regulamentação siga as mesmas diretrizes e tenhamos êxito aí.

De novo, quero agradecer a paciência e o convite para participarmos aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Dr. Mário Povia, que conseguiu em 15 minutos apresentar 22 proposições...

O SR. MÁRIO POVIA (*Fora do microfone.*) – Vinte e uma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vinte e uma, ou seja, uma produtividade de mais de uma propositura por minuto.

Eu sugeriria ao Dr. Mário Povia, como a todos os outros convidados, que procurassem os colegas Senadores e Senadoras para que formulem emendas em torno das proposituras apresentadas, para que o Relator possa se debruçar sobre as proposituras para a elaboração do parecer final.

Eu agradeço a contribuição de todos os senhores convidados e da senhora convidada nessa primeira etapa da mesa e convido o Dr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, assessor especial da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, representando o Comsefaz, para compor a mesa de convidados.

Muito obrigado.

Pode ficar aqui.

Tudo bem? Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, por igual tempo de dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos, para que possa concluir a sua participação nesta audiência.

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade de estar aqui falando pelas administrações tributárias, especificamente do Comsefaz.

Eu preparei uma apresentação que é mais abrangente sobre todos esses temas, a transição federativa dos tributos, saldos credores, ITCMD. Então, eu vou passar esses eslaides de uma forma bem rápida, porque vai ficar o registro da apresentação aqui para os *Anais* do Congresso, da CCJ. Vou abordar especificamente alguns dos pontos que foram levantados pelos palestrantes que me antecederam.

Eu vou ser bem rápido, como já mencionei, transição federativa, e aí eu vou focando nos pontos. Aqui a gente apresenta uma visão panorâmica de como se dará a transição federativa ao longo do tempo: 2026 a 2028, com a alíquota teste de 0,1% do IBS e da CBS; depois, no período de 2029 a 2032, os tributos existentes vão decrescendo, enquanto os novos tributos vão crescendo proporcionalmente à arrecadação. Logo em seguida, no que nós chamamos de segunda fase para o princípio de destino, de 2033 a 2077 – são 45 anos somadas essas duas –, que estão albergados no art. 131 do ADCT, que é a mudança para o princípio do destino. Em seguida, no período final, de 2078 a 2097, são mais 20 anos em que se consolidará a fase de transição federativa.

Por que é importante a transição federativa? Porque vários estados hoje, baseados na arrecadação por princípio de origem, teriam perdas astronômicas, inclusive o Estado do Amazonas. Então, se não tiver uma suavização dessa transição, esse efeito poderia ser devastador. Então, em razão disso, foi concebida essa longa transição e que também, no art. 132 do ADCT, prevê a figura do seguro receita.

Então, eu vou ser bem rápido mesmo para poder chegar aos pontos que merecem comentários.

Aqui no gráfico da esquerda, a gente tem aí exatamente o decréscimo em relação ao funcionamento dessa transição, é feita uma retenção da parcela retida e uma parte do recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadado é distribuído em função do princípio de destino. Tudo isso sob a coordenação do Comitê Gestor do IBS, porque, para viabilizar exatamente essa competência compartilhada entre estados e municípios, fez-se necessário prever o sistema de arrecadação centralizado do IBS.

Aqui um gráfico, que é o mesmo gráfico anterior, só que com uma amplitude maior para se enxergar exatamente a parcela da distribuição que é para recompor o bolo exatamente daquela cesta de tributos atuais, que foi objeto do período base, sobre o qual o colega fez o comentário, e que propõe uma mudança. E ali a gente enxerga a curva descendente.

Aqui é a transição dos tributos, nós já sabemos, os tributos existentes que vão ser substituídos pela CBS e o IBS, mais o Imposto Seletivo. Eu não vou demorar muito aqui.

Ali é um gráfico cronológico, como esse material vai ficar... Ele vem detalhando item a item, destacando aqui no período de 2029 a 2032, como foi mencionado, a questão da extinção, a fase de transição do ICMS, inclusive em relação aos benefícios fiscais atuais, que foram convalidados, nos termos da Lei Complementar 160 e do Convênio ICMS 190, o decréscimo ano a ano a partir de 2029 em dez pontos percentuais ao ano, enfim, até se atingir a plenitude do novo sistema, a partir de 2033.

Aqui em 2026, então, o início efetivo da cobrança: CBS a 0,9%; IBS a 0,1%, com possibilidade de compensação dos tributos em face da União. Uma parcela da arrecadação do IBS também é destinada a financiar a instalação e implementação do Comitê Gestor, e uma outra parte, a compensação de benefícios fiscais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Apenas para ajudar, aqui é importante destacar que eles funcionarão em 2026 unicamente como obrigações acessórias, para não ficar a impressão de que haverá a efetiva cobrança do tributo. Ele estará como obrigações acessórias.

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – Exatamente. O IBS será dispensado se for cumprida uma obrigação acessória básica, que é a emissão dos documentos fiscais. É isso que está sendo previsto na regulamentação.

Bom, aqui, em 2027, estão os tributos da União, o desenho de como isso vai se comportar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na transição dos tributos, então, já a partir de 2027 e 2028, aquele 0,1% se divide meio a meio entre IBS estadual e municipal; enfim, tem as regras todas de transição.

Logo em seguida, está o detalhamento daquele período que eu tinha comentado, de 2029 a 2032, com a redução de dez pontos percentuais a cada ano a partir de 2029. Eu gostaria de chamar a atenção para o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que tem um aporte, já previsto na própria emenda, de R$160 bilhões, que, na nossa matemática, na nossa contabilidade vai ser insuficiente. Nós estimamos que talvez sejam necessários R$225 bilhões. Os critérios, obviamente, são recursos da União. A União vai aplicar os critérios que ela entender cabíveis. Em princípio, os estados não têm como interferir nesse processo.

Futuramente, então, em obrigações acessórias, o que é importante destacar é que existirá uma única obrigação acessória essencial, que é a emissão do documento fiscal eletrônico. Com isso, com base na emissão desse documento, nós estamos preparando a apuração assistida e a declaração pré-preenchida para os contribuintes, para automatizar o sistema e simplificar o dia a dia e os custos de *compliance* dos contribuintes. Por fim, as inscrições também serão todas previstas em cadastro único; consequentemente, haverá a extinção das atuais inscrições estaduais e municipais, convergindo para um número nacional de inscrição em cadastros.

Aqui está um desenho, uma proposta de modelo operacional do fluxo dos documentos fiscais. Nas duas primeiras colunas, temos os vários exemplos de documentos fiscais eletrônicos que são emitidos hoje em dia. A expectativa é que haja, no futuro – que é um futuro recente –, documento fiscal único e nacional, que vai servir para as duas finalidades, tanto para IBS quanto para CBS. Isso já está sendo desenvolvido, já está sendo tratado, tanto na parte da Receita Federal quanto na parte dos estados também, e acreditamos que isso estará pronto em breve.

No modelo operacional do IBS, aqui, há um detalhe que é muito relevante: um dos fatores de considerável redução da litigiosidade consiste exatamente no dispositivo que prevê a vinculação do creditamento ao prévio pagamento. Além disso, acoplada a essa condição está a possibilidade de se operar com o *split payment*, porque aí é um sistema mais expedito de arrecadação: quando o contribuinte for efetuar o pagamento da própria operação, ele já faz o pagamento também do que é devido, em termos de IBS e CBS, respectivamente, ao Comitê Gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos saldos credores de ICMS – em síntese, o que consta do PLP, que foi exatamente a partir de proposta que os estados elaboraram, no âmbito do PAT-RTC –, os saldos credores existentes em 31 de dezembro, é tirada uma fotografia desses saldos credores existentes em 31/12, de 2032, de acordo com a legislação aplicável, e obviamente é necessário fazer a verificação desses créditos. Por isso que nós temos duas formas de homologação dos créditos: a homologação expressa e a homologação, tácita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – Com relação à atualização monetária, está previsto realmente o IPCA, que é a condição exequível, que é factível para as finanças públicas estaduais.

O pedido de homologação tem um prazo de cinco anos, a partir de 2033, que coincide com o prazo decadencial. Daí por que, nos casos de homologação tácita, prevê-se o mesmo *quantum* de prazo, os mesmos cinco anos. Por isso que, em havendo, em tendo sido a homologação de forma tácita, prevê-se que a sua devolução, efetivamente, a restituição, seja a partir de 2038.

Bem, aqui, possibilidades de utilização. Isso que talvez seja a grande questão que não foi comentada pelos que me antecederam, mas existem cinco possibilidades de utilização desse crédito acumulado. Então, uma é a compensação contra o crédito do próprio ICMS, do próprio sujeito passivo. A segunda é a compensação contra o IBS. Em se tratando de bens do ativo permanente, essa compensação se faz pela via rápida, de 1/48, exatamente seguindo o prazo que hoje é admitido para creditamento de bens do ativo permanente em sede de ICMS, e dos demais créditos, em 240 parcelas, mensais, iguais e sucessivas. Lembrando que a dicção da emenda constitucional é clara e cristalina, ela diz que será restituído em 240 parcelas. Ela não diz que será restituído em até 240 parcelas.

Então, esse é um ponto relevante que a própria emenda constitucional... Eu vi aqui algumas propostas, que, a meu ver, seriam inconstitucionais por afrontar essa clareza da emenda constitucional ao tratar do tema.

Continuando, as possibilidades de utilização: transferência a terceiros, exclusivamente para compensação com crédito de ICMS ou com o IBS devido. Na impossibilidade de compensação, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativamente, a transferência, aí sim, seria ressarcida em espécie. Mas a regra essencial, que viabiliza esse ressarcimento, é a compensação.

Também, no caso da possibilidade de antecipação, realmente, o verbo "poderá" é o mais adequado, porque, obviamente, isso tem que ser confrontado, tem que ser sopesado com as demais políticas públicas que os entes federados, que os estados, têm que honrar. Então, não é uma coisa que possa ser imposta, se não, eventualmente, poderíamos estar diante de um favorecimento do setor privado em detrimento do setor público, de toda a coletividade. Isso tem que ser sopesado, por isso que é facultativo.

Ressarcimento do ICMS da ST do estoque, da Substituição Tributária do estoque. Não foi falado aqui, mas é uma disposição que foi prevista no PLP nº 108, por vontade própria dos estados, que entenderam que era legítimo esse direito dos contribuintes.

E qual é a situação em tela? No dia 31 de dezembro de 2032, aquele estoque de mercadorias em poder dos contribuintes que tiver sido gravado pelo ICMS em substituição tributária... Lembro que o ICMS em substituição tributária é a cobrança antecipada para todas as etapas subsequentes da cadeia econômica de circulação. Então, se já foi pago esse imposto referente às etapas seguintes e a mercadoria não circulou, não girou, ainda está no estoque do contribuinte e, no dia seguinte, em 1º de janeiro de 2033, não mais existirá ICMS, é mais que devida, é mais que legítima a devolução desses créditos do contribuinte. Então, tem ali toda uma sistemática, e basicamente será em 12 parcelas, com direito a creditamento. No caso do optante do Simples Nacional, ele vai ter que requerer a repetição de indébito para receber, em espécie, uma vez que ele não tem essa possibilidade do aproveitamento de créditos ali.

Sobre o ITCMD, já pedindo licença para discordar do meu amigo Fábio, que está bem aqui do lado, na clareza do texto constitucional, nós podemos examinar que compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos e não tem nenhuma qualificadora que vincule ao processo sucessório. No texto da Constituição, não existe isso. O que existe, sim, é interpretação doutrinária. A doutrina majoritária defende isso, mas as legislações estaduais dizem, muitas delas, o contrário.

Especificamente, sobre a questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – ... do contrato de seguro, eu divirjo um pouquinho também aqui do nosso amigo Fábio. Eu entendo que o.k., o STF decidiu com repercussão geral e tudo, no Tema 1.048, salvo engano. O problema todo é que a legislação que foi objeto da repercussão geral foi a legislação do Estado do Rio de Janeiro. E a legislação do Rio de Janeiro não é representativa da legislação dos outros estados. Esse é que é o grande problema.

Por exemplo, na legislação do meu estado, que é Minas Gerais, existia exatamente um dispositivo que separava o joio do trigo, separando o que era a parcela desses contratos VGBL e PGBL, de que se tratava aqui e configurava seguro. Então, sobre essa parcela que tinha efetivamente a configuração da álea, a desproporcionalidade dos aportes em relação àquilo que a instituição financeira tem que desembolsar em favor do beneficiário, havia o afastamento dessa questão na base de cálculo. E assim estava escrito no PLP 108. Mas o.k., o STF já decidiu, e nós temos que nos curvar a isso. Já foi retirada essa parte da incidência. Ficou ainda um resquício, que é a possibilidade de atribuição da responsabilidade para fazer essa retenção da incidência do ITCMD sobre o VGBL e PGBL às instituições financeiras. Parece-me que houve uma falha quando foi feita a limpeza do texto, já que se tinha esse objetivo de excluir para ficar coerente com a decisão do STF. Essa parte da possibilidade de atribuição dessa responsabilidade permaneceu no texto como que ainda a sinalizar que houvesse a possibilidade da cobrança dessa forma. Infelizmente, nós já sucumbimos a isso e entendemos que realmente a exclusão dessa parte do texto é correta, é devida.

Eu queria só, então, aproveitando aqui, rapidamente, Senador, fazer uns breves comentários sobre alguns pontos que foram levantados. É bem rapidinho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – Obrigado.

A questão, por exemplo, da decadência a partir do conhecimento do fato gerador é uma questão operacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fisco não é onipresente. Nós não temos condição de enxergar, como se fôssemos Deus, a tudo e a todos, todos os fatos geradores. Daí porque as leis preveem a obrigação, o dever legal dos contribuintes de, quando ocorrer o fato gerador, doação ou transmissão *causa mortis*, de prestar a declaração ao Fisco e informar para ele que ali ocorreu um fato gerador. Aí, sim, podemos contar prazo de decadência com base no art.173, inciso I, do CTN, ou, conforme o caso, no 150, se houver antecipação do pagamento. Aí, sim. Mas, do contrário, assim como nas relações privadas, ninguém pode perecer do seu direito por não ter tido o conhecimento de que ocorreu a causa ou que ocorreu o fato. Então, assim, nesse caso, tanto deve valer para o setor privado quanto para o setor público.

Mas, enfim, a questão realmente do usufruto, instituição do usufruto, tradicionalmente, nas legislações, tem a previsão da incidência, e a previsão da extinção do usufruto era bastante pulverizada nas legislações estaduais. Algumas tinham, outras não tinham. A questão central que levou o Estado de Minas Gerais – só para título de exemplo – a retirar essa incidência sobre a instituição do usufruto era exatamente porque também se convencionou que, em sendo uma parcela dos atributos da propriedade plena, então você teria que seccionar a base de cálculo. Então, quando ocorria a instituição do usufruto, em várias legislações se convencionou que a base de cálculo era correspondente a 1/3 do valor do bem, geralmente do imóvel que é dado em usufruto. E isso dava uma complexidade, porque, quando ocorria a extinção, como que você fazia a tributação dos outros 2/3? A que valor? A valor de mercado? Atualizava ou não atualizava? Enfim, em razão dessa complexidade, no caso de Minas Gerais, a vontade política foi no sentido de excluir a tributação sobre essa parcela.

Eu queria comentar rapidamente aqui também sobre alguns dos pontos. O prazo de homologação dos créditos acumulados, realmente 12 meses é um prazo bastante razoável, porque, do contrário, 90 dias, nós teríamos que deslocar todas as equipes de auditoria fiscal para exclusivamente ficarem por conta de verificarem a legitimidade desses créditos. E, obviamente, a gente não pode fazer o ressarcimento sem verificar, porque poderia ser criado aí um mercado... Enfim, infelizmente, há todo tipo de fraude e as pessoas poderiam pleitear, então, requerer o ressarcimento sem ter direito, efetivamente. Então, isso é uma questão de zelo pelo trato da coisa pública. É no mínimo obrigatório que a gente faça essa verificação, e tem que ter um prazo bastante razoável para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da atualização monetária também, a Selic nos parece inadequada, como... Já vamos suportar a antecipação dos recursos da União para implementar o comitê gestor, vai ser remunerado por Selic, também nos parece absurdo, deveria ser o IPCA, que é o índice oficial da inflação, enfim, da atualização dos preços.

Bom, a securitização esbarra em outras questões. Dentro do processo de que nós temos várias unidades federadas aí que lutaram pela aprovação, nesta Casa, do Propag para poder sanear suas finanças, aí uma hipótese de autorização de securitização nos parece temerária, pode ser que ela traga mais problemas do que soluções.

E esse mecanismo todo que está engendrado vai garantir a liquidez, vai garantir uma situação muito melhor do que a situação que já se tem hoje em relação ao ressarcimento dos saldos credores de ICMS.

Com relação à proposta do Sr. Davi Barreto de melhorar o conceito do saldo credor que abarque a totalidade dos créditos, confesso que eu não entendi a proposta. Depois eu me coloco à disposição para ele, eventualmente, explicar do que se trata. Não entendi, não consegui compreender o alcance disso.

Bom, a questão do prazo que foi falado pelo Dr. Mário Povia. Sobre o prazo de 12 meses para inscrição na dívida ativa, nós defendemos isso também, entendemos que é um prazo razoável. Talvez não seja possível, Dr. Mário, uniformizar esses prazos. A gente tem que ter balizas, porque hoje o desenho federativo é bastante diversificado. Então, nós temos, por exemplo, o Município de Porto Alegre, que faz a inscrição em menos de 30 dias. E é ele quem faz, é a administração tributária que faz a inscrição na dívida ativa. Nós fizemos esse levantamento. Por exemplo, em mais ou menos metade das capitais, são as administrações tributárias que fazem a inscrição na dívida ativa; a outra metade é feita nas procuradorias. Em relação aos estados, a situação também se inverte, também meio a meio; em alguns, a inscrição está sendo feita na etapa administrativa, e em outros sendo feita na etapa judicial, na etapa das procuradorias.

De qualquer forma, acho que algo que poderia solucionar melhor do que a possibilidade de o contribuinte requerer a antecipação da inscrição na dívida ativa seria permitir que a transação tributária seja feita também na etapa administrativa. Aí os contribuintes teriam, obviamente, uma vantagem econômica ou financeira, porque não teriam que pagar honorários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os advogados públicos, para os procuradores. Então, acho que essa talvez seja a melhor solução para esse problema, para essa questão.

Programas de conformidade. Também acho que se tem que preservar a autonomia de cada ente federativo. Lógico que pode haver parâmetros nacionais, mas talvez não seja possível nós engessarmos que todas as administrações tributárias sigam exatamente o mesmo padrão, até porque uma ou outra pode ser mais benevolente em determinado aspecto do que outra, por vontade própria.

Em relação às penalidades, e já concluindo... Aliás, são só dois pontos: as penalidades e uma questão referente ao valor patrimonial. Quanto às penalidades, nós estamos trabalhando nisso; fazer um uma proposta, uma sugestão, que obviamente vai ser analisada por quem de direito. Seria uma sugestão de padronização, de uniformização das penalidades, tanto para o IBS quanto para a CBS. E essas penalidades também vão observar a dosimetria das decisões recentes do STF sobre o tema. Esse também é um objetivo nosso que está sendo construído.

E, com relação ao ITCMD, obviamente, nós não podemos admitir que a avaliação das quotas seja feita pelo valor contábil patrimonial, porque obviamente isso vai ser uma avenida para um planejamento tributário agressivo, o planejamento tributário no sentido da evasão tributária. Ao longo da própria Lei Complementar 214, resultante do PLP 68, a gente vê várias situações em que se privilegia o valor de mercado.

Inclusive, algumas situações em que o valor abaixo de mercado, mesmo não se configurando o aspecto da onerosidade, mas, só pelo fato do decréscimo em relação ao que é o mercado, isso a gente tem que tributar em bases reais, valor de mercado, que é o que prevalece.

E só lembrando uma última questão também. Com relação à fala do Dr. Fábio – e é o último item de que eu gostaria de falar –, com relação à distribuição desproporcional, existe uma súmula do STF, a 116, de 1963, que já admitia exatamente essa desproporcionalidade na partilha, aí nas suas várias feições. Por exemplo, o excedente de meação: quando o casal se separa, aí um fica com 1,5 milhão e o outro fica com 800 mil, é óbvio que o que ficou com mais recebeu em doação a diferença do outro. Isso está pacificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o comentário que foi feito aqui anteriormente prejudicaria esse entendimento. Mas eu invoco, então, essa Súmula 116 do STF, que está mencionada nesse livro do colega auditor-fiscal do Estado de São Paulo, Jefferson Valentin, entre outros exemplos que ele traz, para exemplificar situações em que ocorre essa distribuição desproporcional.

Agradeço, Senador, a gentileza de ter me concedido esse tempo, inclusive o tempo extra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dr. Ricardo, nós é que agradecemos.

Entendemos que a cronologia desta audiência pública acabou se demonstrando correta, porque, ao deixar o representante do Comsefaz para a última parte da nossa audiência, pudemos ouvir o contraditório à propositura feita pelos demais convidados que abordaram o lado da sociedade civil, e o Dr. Ricardo abordou os aspectos do Fisco, pelo lado do poder público e das políticas públicas necessárias.

Eu quero, ao encerrar esta audiência pública, dizer que a reforma tributária tem que partir de um princípio, de um fundamento: bom senso, equilíbrio, racionalidade, simplificação, transparência e neutralidade da carga tributária. Nós não podemos, de forma alguma, quebrar, o pacto federativo na reforma tributária, nem usurpar as competências federativas estabelecidas pela Constituição da República. Aquele livrinho verde e amarelo precisa ser o verdadeiro norteador do processo de regulamentação do que foi estabelecido na Emenda Constitucional 132. Afinal de contas, nós não podemos descumprir o que foi parametrizado na Emenda Constitucional 132.

Apenas para citar um aspecto, o que foi frisado pelo Dr. Ricardo de Souza, com relação ao prazo de restituição. À época, houve uma grande discussão se seria de até 240 meses ou se seria de 240 meses.

Por quê? Porque há situações e situações. Há situações em que os estados estão em situação econômico-financeira diferente de outros estados e há situações em que o estado é eminentemente exportador, com baixo volume de consumo, e tem, portanto, um acúmulo exorbitante de crédito, que, doravante, deixará de ser acumulado pela própria nova metodologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da reforma tributária, mas que precisa dar ao estado o prazo necessário para que esta liquidação seja feita de forma líquida e certa.

Não adianta ficarmos estabelecendo aqui hipóteses que seriam as ideais se elas forem inexequíveis, porque a pior das situações para o mundo real e para o mercado financeiro são as hipóteses de descumprimento dos prazos de liquidação. E esta tem sido a responsabilidade que temos alcançado e que temos buscado ao longo de toda esta reforma.

E foi muito bem-posto aqui, eu não me lembro por qual dos convidados, *en passant*, algo que, ao longo do debate, foi ficando meio que pulverizado no imaginário da discussão. É que a principal mudança da reforma é a mudança da cobrança da origem para o destino. A razão pela qual o prazo de transição é longo é que ele está fundamentado em algumas premissas. Uma delas jurídica, porque, em função da guerra fiscal, houve um prazo de convalidação para a guerra fiscal. E isso foi acordado do ponto de vista federativo. Portanto, foi recepcionada, na emenda à Constituição que tratou da reforma tributária, a convalidação deste prazo.

Por isso que muitos perguntam: "Por que o IBS tem prazo de implementação mais longo do que a CBS?" Simples assim: a CBS não estava abrangida pela convalidação da guerra fiscal. Ela não fazia parte da guerra fiscal, enquanto o ICMS fazia parte de uma guerra fiscal que destruiu a capacidade arrecadatória de alguns estados, mas possibilitou, por outro lado, a atração de investimentos privados, o avanço de geração de emprego e renda em várias das regiões mais pobres do país. Para manter este equilíbrio, foi respeitado este prazo.

Um outro prazo que estabeleceu o prazo de transição é o prazo para que o poder público possa, juntamente com a iniciativa privada, se adequar à nova metodologia.

Quem já implementou algum tipo de sistema de informatização que obriga organização e método e que obriga a uma reformulação das atividades do dia a dia da operação, seja da empresa, seja do setor público, sabe que isso demanda um determinado tempo e sabe que isso demanda uma determinada curva de aprendizagem e de teste para que evitemos que o contribuinte seja onerado ou desonerado equivocadamente na execução da implementação desse novo sistema. Então, este prazo também foi obedecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro é o de maturação macroeconômica. Por quê? Porque tem regiões no país que são produtoras e consumidoras. E tem regiões no país que são ou só produtoras e pouco consumidoras, ou só consumidoras e praticamente nada de produção. Então, para que haja uma maturação macroeconômica e para que haja, portanto, um equilíbrio para que aquele fundo de compensação possa não ser exorbitantemente onerado para o contribuinte no encargo da União, porque é o contribuinte em última análise que estará sendo onerado para fazer a compensação distributiva federativa, teve que se fazer um prazo de transição que pudesse implementar uma política e buscar o entendimento federativo.

Por isso, creio que nós conseguimos aprovar, pela primeira vez – encerrando a audiência pública de hoje –, na história da República Federativa do Brasil, em regime democrático, uma reforma tributária. Todas as outras reformas tributárias ocorridas no país ocorreram em regime de exceção. Portanto, não é fácil, em um regime em que todos propõem tudo e da forma como queiram, usando os mecanismos da liberdade de expressão e usando os mecanismos do efetivo Estado democrático de direito, conseguir uma mudança tão profunda na implementação de tributos de consumo, que mexe, portanto, com a vida de todos os cidadãos brasileiros, que mexe com a vida de todo o setor produtivo brasileiro e com todo o setor público do país. Nós estamos falando de uma reforma tributária que envolve os 5.570 municípios, os 27 estados e Distrito Federal e a União simultaneamente. Por isso, a responsabilidade e a obrigação de fazermos com cautela, firmeza, mas, ao mesmo tempo, muita prudência, para não colocarmos em risco aquilo que é mais importante: o equilíbrio federativo do país.

Muito obrigado. Eu agradeço mais uma vez a participação de todos.

Quero aqui apenas fazer um comentário. Nós recebemos várias perguntas pelo e-Cidadania, no entanto, muitas delas, eu diria quase que a totalidade delas, direcionadas às audiências públicas que ainda acontecerão ou que já aconteceram, misturando, portanto, os temas.

Na de hoje, eu considero que a pertinente é a do Maurício, de São Paulo, que pergunta: "[O] ITCMD [aplicado na] [...] herança tem que [considerar] [...] a condição da família. [Muitas são obrigadas] [...] a vender o imóvel e terão vida mais difícil [...]".

Eu concordo com o Maurício que é preciso haver, entre os aspectos tributários, o aspecto que é um dos fundamentos do tributo: o aspecto da justiça tributária. Não basta apenas a justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadatória, é preciso que haja equidade social no tributo. Portanto, essa é uma preocupação a que nós estamos atentos.

O André, de São Paulo, diz: "É notório que a carga tributária no Brasil é uma das maiores do mundo! Por isso, vale destacar que um aumento no ITCMD [...] é [inadmissível]!".

Eu quero dizer que, também no ITCMD, o compromisso do Congresso Nacional – e creio que da República – é exatamente com a neutralidade da carga tributária, e não com o aumento da carga tributária. Há, portanto, um compromisso na emenda constitucional, já promulgada pelo Congresso Nacional e pela República, de que essa reforma terá como princípio básico a neutralidade. Apenas para tranquilizar o nosso companheiro que faz essa pergunta.

O Rubens, de Santa Catarina, pergunta: "Por que existe o ITCMD se todo o patrimônio [...] [já foi tributado], especialmente [pelo] imposto de renda?".

Porque há uma transferência de propriedade, e essa transferência, seja por doação, seja por *causa mortis*, em todos os países do mundo, significa uma mudança de propriedade, que, portanto, deve ser levada em consideração pelo tributo.

Eu declaro, portanto, encerrada esta reunião, comprometendo-me a que, nas audiências públicas pertinentes, apresentaremos as perguntas voltadas pelo consumidor ao tema apresentado.

Muito obrigado a todos os convidados.

Declaramos encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Jorge Seif, Izalci Lucas, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Humberto Costa, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 13ª e 14ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 717, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Rejeitado o relatório. Aprovado o Voto em Separado do Senador Sergio Moro, favorável ao Projeto, com votos contrários das Senadoras Zenaide Maia e Eliziane Gama, e do Senador Rogério Carvalho. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Esperidião Amin. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 153, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 219, 232, 235, 236, 240 e 241, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132,133, 151, 154, 156, 159, 160, 166, 175, 178, 179, 204, 216, 220, 222, 223 e 224, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (apreciadas as Emendas nº 1 a 244). **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 419, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3613, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ (de redação). **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 316, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 12, de 2025** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 717/2024, que "susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina". **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 419/2023, que "modifica os arts. 65 e115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta)anos de idade". **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3613/2023, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino". **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 13ª e 14ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário* oficial *do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de seis itens.

O sexto item, por solicitação do Relator, Senador Angelo Coronel, estou retirando de pauta para uma próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 316, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

Em Plenário, foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda nº 1-PLEN da Senadora Rose de Freitas; Emenda nº 2-PLEN, do Senador Izalci Lucas; Emenda nº 3-PLEN do Senador Mecias de Jesus; Emenda nº 4-PLEN, do Senador Carlos Viana; e Emenda nº 5-PLEN, do Senador Rodrigo Cunha.)

O primeiro item, como foi acordado na reunião anterior, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2024

- Não terminativo -

Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07/05/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais;

- Em 20/05/2025, foi recebido Voto em Separado do Senador Sergio Moro, favorável ao Projeto.

Na sessão anterior, em que o Senador Alessandro Vieira não estava presente, por entendimento com o Senador Esperidião Amin, nós o adiamos para esta sessão. Ele não se encontra presente, não tenho como indicar nenhum Relator *ad hoc*, não identifiquei nenhum dos Senadores que tomassem a iniciativa e aceitassem fazer relatório *ad hoc*. Portanto, a Presidência coloca em votação o voto em... (*Pausa.*)

Antes disso, tem um voto em separado do Senador Sergio Moro, a quem eu concedo a palavra para proferir o seu voto em separado a respeito do tema.

Eu me comprometi na última sessão com o Senador Esperidião Amin e assim o faço, inclusive pedindo-lhe desculpas, porque eu fiz uma pequena aposta de uma cerveja com ele, perdi, porque eu disse ao Senador Esperidião Amin que o Alessandro viria hoje, não veio, e eu vou pagar depois em prestações essa cerveja.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor vai pagar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. recebe no cartão, em dez parcelas?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, porque eu vou dá-la presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se receber no cartão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu vou dá-la de presente, e o senhor paga depois a aposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom, agradeço.

Mas o senhor perde e paga?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, eu estou lhe dando de presente e o senhor paga a aposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim, eu vou pagar a aposta, mas vou pagar no cartão em dez prestações a cerveja. Então, tranquilo. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para voto em separado.) – Agradeço ao Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão.

Preparei este voto em separado diante dos debates que tivemos na última sessão em que esse assunto foi trazido à tona e vou esclarecer aqui o contexto com a leitura de parte do relatório e com o voto, destacando aqui, sinteticamente, os pontos mais importantes.

É submetido ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 717, de 2024, cujo primeiro signatário é o Senador Esperidião Amin. A referida proposição almeja sustar o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências; o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Santa Catarina; e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, também em Santa Catarina.

Conforme justificado no PDL, a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, conferiu novos contornos ao processo de demarcação, impondo maior transparência e participação social, bem como prevendo o marco temporal.

Os signatários do PDL afirmam que os processos de demarcação referidos foram conduzidos à margem da lei, sendo fundamentados em norma infralegal incompatível com a nova disciplina legal.

O Senador Alessandro Vieira apresentou o seu relatório na CCJ e, com muita proficiência, concluiu pela constitucionalidade apenas da sustação do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, argumentando que, embora os outros decretos parecessem de manifesta ilegalidade, não haveria competência deste Congresso de sustar os decretos de homologação, porque se caracterizariam como atos administrativos concretos.

Em que pese o respeito que temos pelo Senador Alessandro Vieira e o seu saber, na ocasião, não só eu, mas vários outros Senadores – dentre eles, o Senador Jorge Seif e o Senador Esperidião Amin – divergimos de sua interpretação. Por isso, submeto a este Colegiado o presente voto em separado.

Passo à análise.

Excluir os decretos de homologação da sustação congressual configura entendimento excessivamente restritivo e formalista.

Não restam dúvidas de que os Decretos de homologação nºs 12.289 e 12.290 foram editados com base em procedimento já incompatível com a lei. Não se limitam a atos concretos, mas são atos de impacto estrutural, que transformam o regime jurídico de propriedades centenárias, criam instabilidade fundiária, acirram tensões sociais e ignoram o direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade e à segurança jurídica de comunidades que há décadas ocupam pacificamente esses territórios.

Embora revistam-se de aspecto concreto, seus efeitos são normativos transindividuais, com impacto direto sobre direitos fundamentais, políticas públicas e sobre a eficácia da legislação que esta Casa aprova.

Nesse sentido, destacamos decisão do Ministro André Mendonça, no Recurso Extraordinário nº 971.228/SC, que reforça as implicações dos referidos decretos para a segurança jurídica das comunidades envolvidas, inclusive dos próprios indígenas.

Cumpre-nos ressaltar que não se discute aqui apenas um tema sensível como a demarcação de terras. O que está em jogo é se o Congresso Nacional – enquanto Poder autônomo e responsável por legislar – pode ou não exercer controle efetivo sobre atos do Executivo que, embora revestidos de forma administrativa, produzem efeitos normativos relevantes e afrontam a legislação em vigor. Trata-se, em essência, de um debate sobre a natureza e os limites de funções constitucionais do Poder Legislativo.

O inciso V do art. 49 da Constituição Federal nos atribui a competência exclusiva para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. Uma interpretação literal que limite esse dispositivo apenas a atos abstratos e gerais é incapaz de responder à expansão do poder normativo do Executivo, que, no caso, edita atos com efeitos concretos e imediatos sobre direitos fundamentais e políticas públicas, desafiando as funções típicas desta Casa.

É justamente por isso que a Constituição, no inciso XI do mesmo art. 49, estabelece que cabe ao Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Essa não é uma atribuição genérica: é um comando específico. Não basta que o Congresso legisle, ele deve garantir que sua legislação não seja esvaziada, reinterpretada ou atropelada por atos administrativos com roupagem concreta, mas conteúdo materialmente normativo.

Afirmamos que o controle do Congresso, previsto nos incisos V e XI do art. 49 da Constituição, não pode estar restrito à forma do ato, mas sim ao seu conteúdo, à sua função e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos seus efeitos jurídicos e sociais. Um ato concreto, como um decreto de homologação, pode produzir efeitos gerais e normativos, alterando o regime jurídico de propriedade, impactando a organização fundiária e afetando a vida de comunidades inteiras sem que isso tenha passado pelo crivo democrático da representação legislativa. Essa expansão da normatividade administrativa exige, necessariamente, uma interpretação não restritiva do papel do Parlamento no exercício do controle político.

A tese defendida pelo ilustre Relator, Senador Alessandro, segundo a qual o controle caberia apenas ao Poder Judiciário compromete frontalmente o papel fiscalizador desta Casa. Confiar exclusivamente ao Judiciário a tarefa de reverter atos do Poder Executivo que afrontam a lei significa renunciar a um mecanismo constitucional próprio de controle político: o decreto legislativo de sustação.

Além disso, a aprovação do PDL nº 717 é também respaldada por precedentes.

Destaco inicialmente o Decreto Legislativo nº 293, de 2015, que susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 192, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, originado do PDL da Câmara nº 238, de 2015.

A portaria em questão, ao suspender por até 120 dias o período de defeso estabelecido em atos normativos prévios, suspendeu, de forma direta, o pagamento do seguro-defeso a um conjunto pré-determinado de pescadores artesanais. A medida atingia, de forma imediata e concreta, um grupo específico de cidadãos e, sob uma leitura estritamente formal, poderia ser classificada como ato administrativo de efeitos concretos. No entanto, a sua sustação foi aprovada pelo Congresso com base em sua eficácia material e seu impacto estrutural sobre uma política pública instituída em lei.

O precedente é eloquente: o Congresso Nacional reconheceu que a forma do ato não pode prevalecer sobre seus efeitos. Ainda que a portaria tivesse caráter executivo e concreto, seu conteúdo impactava diretamente direitos previstos em lei e suspendia, de forma ampla, o acesso a um benefício social garantido por norma legal – exatamente o que caracteriza a exorbitância do poder regulamentar e justifica o uso do decreto legislativo como instrumento de contenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, portanto, um exemplo claro de que atos administrativos de efeitos concretos podem – e devem – ser objeto de controle político quando implicam suspensão, esvaziamento ou desfiguração de direitos instituídos em lei, com efeitos de restrição de normas aprovadas pelo Congresso Nacional.

Assim também deve ser no caso dos decretos de homologação que ora se pretende sustar. Não são meros atos de gestão ou registros protocolares: são atos administrativos com efeitos jurídicos transformadores, que derivam de um procedimento incompatível com a nova legislação e que, ao desrespeitar os limites fixados por lei, colocam em risco a segurança jurídica e desafiam o princípio representativo.

Podemos citar outro caso: o PDL nº 206, de 2023, de autoria do Senador Carlos Portinho, aprovado por esta Casa com o objetivo de sustar o Decreto nº 11.515, de 2023, que havia revogado o Decreto nº 9.731, de 2019 – norma que dispensava a exigência de visto para turistas da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão.

Esse caso reforça um ponto central: a linha que separa o ato normativo do ato concreto não pode ser traçada apenas com régua formal. O que importa, para fins de controle político e sustação, é o efeito jurídico e social do ato e o grau de ingerência que ele exerce sobre normas, políticas públicas ou direitos legalmente assegurados.

Em suma, o controle por decreto legislativo é um instrumento legítimo de freios e contrapesos, uma reação política e constitucional à tentativa do Executivo de reconfigurar o ordenamento jurídico por meios infralegais. Ele existe para garantir que esta Casa não seja meramente consultada, mas ouvida – e respeitada – no processo normativo.

Agregue-se que o Congresso, se não zelar pelo respeito às leis por ele mesmo aprovadas e admitir que o Poder Executivo possa violá-las impunemente e confiante na sucessiva omissão do próprio Legislativo quanto ao exercício das competências que lhe são conferidas pelo art. 49, incisos V e XI, da Constituição Federal, perderá ele mesmo progressivamente sua autoridade e credibilidade, abrindo espaço para que outros Poderes o substituam em definitivo. Com o tempo, se tornará uma mera casa consultiva, um enfeite decorativo em um regime que nada terá de democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que ocorre em relação à Lei nº 14.701/2023, do marco temporal, que, embora aprovada por ampla maioria de votos, inclusive com derrubada de veto presidencial, tem sido ignorada pelo Executivo e pelo Judiciário, como evidenciam os decretos demarcatórios ilegais. Não cabe, diante da afronta ao Poder Legislativo, a resignação, mas, sim, o exercício das competências constitucionais de sustação dos decretos executivos para o restabelecimento da legalidade e dos direitos individuais violados.

Portanto, o PDL nº 717, de 2024, é uma resposta necessária e juridicamente sólida ao abuso do Poder Executivo. Sustamos, com ele, não apenas atos específicos, mas a lógica de subordinação do Legislativo a uma vontade executiva que se pretende imune ao controle.

Concluindo aqui, este Congresso aprovou a Lei 14.701, de 2023, do marco temporal, por ampla maioria, derrubado o veto presidencial. Essa lei – nós não ignoramos – tem sido descumprida pelo Poder Executivo e não tem sido observada pelo Poder Judiciário.

Discutimos aqui uma proposta de emenda à Constituição, para colocar no texto constitucional, que deixasse claro ao Poder Judiciário a constitucionalidade da medida e sustamos o trâmite dessa PEC em um acordo que foi intermediado pelo Senador Davi Alcolumbre para que o tema fosse discutido perante o Supremo Tribunal Federal em audiências conciliatórias, com a condição de que não fossem editados decretos demarcatórios, nesse período, que desrespeitassem a nova lei do marco temporal. O Executivo descumpriu o compromisso, pelo menos o compromisso que nos foi informado, ao realizar essa demarcação, ao arrepio do novo modelo legal, lá em Santa Catarina. O Senador Esperidião Amin e os outros colegas que subscreveram o PDL, de maneira diligente, apontaram ilegalidade, apontaram o desrespeito ao Poder Legislativo e apontaram também que, neste momento, é o único Poder ao qual se pode recorrer em relação a essa ilegalidade já que a lei está sendo descumprida pelo Executivo e também não está sendo respeitada pelo Judiciário.

O relatório do nosso ilustre colega, embora respeitemos o seu conhecimento jurídico, na prática, reconhecia totalmente a ilegalidade, mas negava a esta Casa a competência para sustar a ilegalidade do todo. Se nós formos caminhar nessa área, nessa linha, amanhã vem uma demarcação lá na Bahia, ao arrepio do marco temporal; vem uma no Paraná, lá na região de Guaíra e Terra Roxa, desrespeitando os marcos normativos que nós fixamos; e nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paulatinamente perdendo, como Poder, a nossa credibilidade e vamos sendo substituídos paulatinamente pelo Poder Judiciário, que, estamos vendo, está cada vez mais à vontade para legislar, e pelo Poder Executivo, cada vez mais à vontade para desrespeitar as leis desta Casa.

Contra esse esvaziamento do Poder Legislativo, não por uma questão de vaidade ou uma questão de poder, mas porque esta Casa é a Casa de representação da população e nós ficamos sujeitos a uma censura periódica por parte da população através das eleições, é que nós temos o dever de resguardar a nossa credibilidade e as nossas competências. É contra essa ideia de que podemos ser esvaziados que esse voto em separado é apresentado.

E agradeço a confiança dos meus pares, que a mim atribuíram essa função de apresentar essa posição.

Então, vou ao voto, Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do PDL 717, de 2024, e, no mérito, por sua aprovação, sustando, portanto, os decretos não só que regulamentam hoje o processo demarcatório ao arrepio da nova lei do marco temporal, mas igualmente os decretos de demarcação que foram aprovados pelo Poder Executivo, em violação flagrante da nova lei do marco temporal.

Precisamos que os legislativos sejam respeitados, precisamos que os direitos dos cidadãos envolvidos, todos das comunidades indígenas e também das outras atingidas, sejam tratados com devida segurança jurídica.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Zequinha Marinho e o Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma consideração sobre o tema. Permita-me rapidamente fazer um apanhado mais amplo do assunto, correto? Primeiro, nós temos 0,5% da população indígena no Brasil e temos mais de 14% do seu território já homologados, entregues aos nossos indígenas. Lamentavelmente, a terra hoje, não é, está sendo colocada como se fosse terra para usufruto indígena – terra da União, é claro –, mas o que se vê hoje não é mais a população indígena querendo morar na zona rural. Nós temos os mais velhos ainda por lá, mas a geração mais nova está em busca de novas oportunidades, está em busca de ir para faculdade – e isso é importante –, está em busca de uma profissão e assim sucessivamente. Então, nós temos 14,1%, ou seja, 119 milhões de hectares para uma população que dá 0,5% da população brasileira. Começa exatamente aí.

Segundo ponto: a forma, o modelo jurídico como se cria uma reserva indígena. Por decreto, atropelando interesses da população; população que é representada por esta Casa e pelos seus membros. Então, é muito interessante que a gente, no futuro, pense em mudar esse modelo. Criar uma área indígena, sempre grande como é, principalmente lá no meu estado, é alguma coisa que impacta econômica e socialmente um estado e principalmente um município. E aí se cria por decreto, sem nenhum debate, sem nenhuma consulta, sem ouvir ninguém! De repente, o *Diário Oficial*, à meia-noite, publica, e, no dia seguinte, você tem milhares de famílias impactadas, destinadas a perder tudo, porque até hoje, em que pese a legislação, eu nunca vi a cor do de dinheiro de indenização nenhuma feita pela Funai a qualquer produtor rural. Vamos tentar mudar isso daqui para frente, mas até hoje tem sido uma verdadeira tragédia.

E aí, em terceiro lugar, eu gostaria de mencionar que a Funai, hoje o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça, todo mundo envolvido no processo, nunca se fez, antes de se decretar a criação de uma terra indígena, um pequeno estudo de impacto social e econômico para as populações não indígenas afetadas e impactadas. Não se pode fazer isso, isso é uma maneira muito grosseira, muito, digamos assim, fragilizada para se criar um negócio que impacta a vida de tantas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, desses argumentos – mais a questão jurídica aqui, em que você já tem uma legislação e, de repente, o ministério, o Governo cria uma terra indígena – nós apoiamos o PDL ou o voto em separado para que a gente possa consertar, não é? Isso aqui não é para fazer nada mais do que consertar um equívoco cometido pelo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Seif. Em seguida, o Senador Jaques Wagner e o Senador Rogério Carvalho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir de forma muito respeitosa, especial, ao Líder do Governo, Senador Jaques Wagner. E gostaria da sensibilidade e bom senso dos Senadores aqui presentes.

Veja, o voto original do Senador Alessandro Vieira confessa que os dois decretos homologados pelo Governo Federal, 12.289, 12.290, são com base em procedimentos incompatíveis com a lei, ou seja, procedimentos ilegais. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, não menos importante, é de que o Governo Federal fez um acordo, levantou a bandeira branca, apertou a mão com o Congresso Nacional, esperando uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo: "Olha, não vou demarcar nada. Vamos esperar essa comissão conciliadora dentro do Supremo Tribunal Federal decidir as questões que estão em litígio para voltarmos a demarcar". Essa é a segunda parte.

A terceira parte, Presidente Otto Alencar, o senhor conhece bem a Bahia como Jaques Wagner conhece. O senhor imagina, e eu peço silêncio, por favor, na Comissão de Constituição e Justiça, que esse assunto não é brincadeira e trata do meu estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aí, pessoas com títulos centenários, Otto, centenários. Eu não estou falando do que eu ouvi falar. Eu fui a uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pessoas que são terceira e quarta geração, com títulos na mão, dados pelo Governo brasileiro. E agora, um decreto, que o Alessandro Vieira diz que é ilegal e que Sergio Moro, em voto separado, diz: "É ilegal", o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, em cima de decretos de leis revogadas, demarca a terra em cima de propriedades centenárias do Estado de Santa Catarina.

Eu não quero aqui cores partidárias, não é revanchismo de índio contra branco ou contra catarina ou contra gaúcho. Eu estou falando de bom senso, eu estou falando de respeito entre os Poderes, eu estou falando de uma base da democracia – base da democracia –, que é o respeito à propriedade privada. Eu não estou pedindo nada mais do que respeito ao art. 49, inciso V, que diz que este Senado Federal, este Congresso Nacional tem uma ferramenta chamada projeto de decreto legislativo, que susta atos do Executivo que exacerbem o seu poder, a sua competência e desrespeitem uma lei aprovada por este Congresso Nacional.

Então, colegas Senadores, isso é muito grave e é muito sério. Eu estou lhes dando todos os subsídios para que vocês tomem a melhor decisão, independentemente de ser partido de oposição ou de ser governista. Eu estou falando de pessoas que estão lá há mais de cem anos. Eu estou falando de desrespeito por parte do Executivo, que podia ser Lula ou Bolsonaro, desrespeito do Executivo contra um trato de paz, esperando que o Supremo Tribunal Federal determinasse resoluções sobre a lei que nós aprovamos no novo marco temporal de terra indígena. Eu estou falando de uma área pacificada que pode virar um campo de guerra. Eu estou falando de desrespeito de propriedade privada. Eu estou falando em um decreto baseado numa lei ilegal revogada.

Então, eu acho que não restam dúvidas, Senador Esperidião Amin, de que sobram argumentos, sobram fatos, sobram ilegalidades para que este Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça utilize da sua prerrogativa de utilizar o art. 49, inciso V – o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) –, para sustar esse absurdo. E, simplesmente, Presidente Otto Alencar, até que o Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema do nosso país, fale: é isso ou é aquilo; é indenização; é retomada de terra; é compensação; mas não que o Poder Executivo desrespeitou o acordo de paz que nós tínhamos firmado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaques Wagner, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, cumprimentando V. Exa., eu cumprimento todas as Senadoras e os Senadores aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Deixe-me dizer: o processo democrático é sempre, na minha opinião, indiscutivelmente, o melhor para a convivência de nós humanos no planeta, em cada país e no mundo inteiro. E ele é complexo mesmo. Muita gente reclama que tem muitas idas e vindas – vai, se rediscute –, mas eu continuo dizendo que ele é o melhor ou pelo menos ninguém encontrou algo melhor para a gente viver em sociedade. Então, essas idas e vindas – aqui vota, o Presidente veta, o Presidente faz um decreto, aqui vota um PDL, vota-se uma lei aqui, alguém se sente atingido e vai ao Supremo Tribunal Federal –, isso é do processo democrático. Às vezes nos angustia, porque demora muito, como nesse caso em que estão falando que há colonos não índios com mais de cem anos no local. Portanto, sempre é complexo. Eu sei, porque eu vivo na Bahia e, portanto, em qualquer demarcação quilombola ou indígena, sempre tem um conflito lá, porque muitas vezes são pessoas – e não necessariamente são latifundiários, meliantes, nada disso – que às vezes foram para lá quando não tinha muita coisa e desconheciam que aquilo era uma terra indígena.

Eu entendo, porque eu ouvi muitos argumentos de que o Governo desrespeita e tal. O Governo, assim como cada um de nós, que temos a nossa consultoria e a nossa assessoria, tem a AGU, tem a CGU, tem a Funai, o ministério próprio que cuida dos indígenas, porém cada um tem uma interpretação. Esse processo da demarcação não foi de agora, ele está concluso agora. O decreto foi assinado no final do ano passado, mas essa discussão vem dos anos 90. E a metodologia demarcatória também é bem anterior a esse processo.

Eu entendo o argumento que foi colocado aqui, já o havia discutido com o Senador Esperidião Amin. Na medida em que há um processo de tentativa de conciliação, que nenhum de nós sabe se prosperará, que se poderia parar. Como o processo já vinha em andamento há 40 anos, houve uma decisão do Governo – e eu evidentemente defenderei a decisão do Governo, quanto ao decreto demarcatório e ao outro, que é procedimental –, e vou defender, respeitando a opinião daqueles que já falaram aqui e que foram contra.

Eu só não acho que teve... É que tudo a gente tenta politizar, tudo é o Governo afrontou, não sei o quê. O Governo interpretou, entendeu que cabia assinar o decreto e assim o fez. A Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também no seu direito, já que somos Poderes independentes e harmônicos, entendendo que é o contrário, está defendendo um PDL. Havia o PDL com a relatoria do Senador Alessandro Vieira, e acabou sendo feito um relatório alternativo do Senador Moro. Eu lembro só, assim como dizem que não deveria ser publicado esse decreto, que um dos decretos já foi cancelado – ou pelo menos suspenso – pelo Ministro André Mendonça, um dos três. Na verdade, um dos dois homologatório. Então, o Supremo teve essa mesma interpretação e, portanto, sustou o decreto. Mas é papel do Congresso, é do direito daqueles que se sentem prejudicados fazer, vamos a voto, depois vamos para o Plenário e, finalmente, vamos para a Câmara dos Deputados.

Eu só quero defender porque eu não acho que tenha aqui – ao contrário – má-fé nenhuma. Tem uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria dizer o seguinte: a decisão do Supremo é de sustar por 120 dias, ou seja, a sustação também é provisória. Portanto, o decreto que está sustado pelo Supremo também deve ser sustado por nós, sob pena de este primeiro reconhecimento do Supremo não se confirmar. Quer dizer, as duas questões têm *periculum in mora*.

E, só para concluir, o registro em cartório da terra indígena foi feito em três dias, para apresentar um fato consumado. Ponto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom, eu inclusive quero resgatar um diálogo que tive com o Senador Esperidião Amin, que sugeriu – e eu acolhi a ideia, levei, ela não foi acolhida – suspender enquanto se está com um processo de conciliação. Bom, aí eu não quero entrar nos detalhes. Cada um acha: "Não, se eu suspender, eu estou declarando que eu errei". São as coisas do... Na política, o que vale é a mensagem, o que sai.

Então, eu quero com muita naturalidade encarar essa discussão aqui, porque eu não acho que tenha violência de parte a parte. Eu acho que cada um está fazendo sua interpretação, é do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito da Casa, mas eu faço questão de firmar minha posição aqui em defesa dos três decretos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer ao Senador Jaques Wagner e parabenizá-lo, porque sempre no debate mantém uma serenidade que eu aprecio muito dentro dos debates do Senado Federal. Parabéns, Senador Jaques Wagner!

Senador Rogério.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Uma pessoa maravilhosa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, depois dessa sua declaração de afeto, de carinho, eu faço minhas as palavras do meu Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Você tem que elogiar também...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, ele comungou com minha observação. Estamos juntos nesta tese de admiração pela trajetória e pelo trabalho do Senador Jaques Wagner no Senado Federal.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, amigo Otto, eu gostaria inicialmente de manifestar o meu apoio integral e irrestrito ao voto do Senador Sergio Moro.

Entendo, inclusive, que os decretos demarcatórios que o Governo Federal tem editado em vários estados brasileiros deveriam, respeitando o pacto federativo, ouvir os estados antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomar tais decisões. Lamentavelmente, isso tem ocorrido em todos os estados brasileiros, e há que se colocar um ponto nisso, e parar tudo, e chamar para um acordo. A Federação, os estados membros da Federação têm suas próprias autonomias e devem ser ouvidos nesses momentos difíceis.

Já passamos por isso lá em Roraima e vivemos isso até hoje, Senador Jorge Seif, quando, da Raposa Serra do Sol, nós tínhamos lá moradores com títulos definitivos da época do pergaminho, da época do Império. E, sem dó e sem piedade, foram retirados de lá das suas propriedades. Hoje já não se discute mais Raposa Serra do Sol: o que Roraima tenta é fazer com que não aconteçam mais novas demarcações ou novas unidades de conservação, como o Governo tenta até hoje.

Então, quero manifestar o meu voto favorável ao voto do Senador Sergio Moro.

E quero aproveitar, Presidente Otto, para fazer mais uma lamentável denúncia. É uma denúncia que, ao meu ver...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Foi tomada uma decisão pela Justiça Federal do Amazonas de proibir que o gás natural produzido no Amazonas, que tem ali próximo às comunidades indígenas de Silves e de Itapiranga, seja transportado para Manaus. Isso pode condenar Roraima a um apagão longo, porque 75% da energia em Roraima são abastecidos pela Usina Jaguatirica II, que recebe esse gás do Amazonas para poder produzir energia para nós. A decisão da Justiça de primeira instância proíbe a extração do gás, proíbe que o gás seja retirado e seja levado para Roraima.

Ora, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, nós temos lá as termoelétricas, que são caríssimas e que já não suportam nos atender. Aí temos a energia de Guri, na Venezuela. Agora, poucos dias atrás, nós tivemos um apagão de cinco horas. Toda semana, nós temos um apagão de uma hora, duas horas, quando a energia está sob a responsabilidade de Guri, porque a Venezuela não tem condições de abastecer o seu próprio país, mas, lamentavelmente, o Governo entendeu que era hora de ajudar os irmãos, os irmãos que estão sob a ditadura do Maduro, e fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um contrato para receber energia de Guri. Receber energia de Guri onde eu não sei, porque a Roraima ela não chega e, quando chega, fica muito pouco tempo.

E agora vem essa decisão da Justiça em que, infelizmente, no meu entendimento, eles ouvem um relatório frio, emitido pelo Ministério Público Federal, pelos órgãos da Funai e do Ibama, que condenam um estado inteiro a ficar na escuridão. É lamentável que isso continue acontecendo em pleno desenvolvimento dos estados da Amazônia brasileira.

É isso, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

E passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Quero dizer que tenho a noção perfeita da grande responsabilidade que eu pessoalmente, aqueles que apoiam esta tese e os que são contrários a esta tese enfrentamos.

Em primeiro lugar, quero dizer que me orgulho muito, como homem público, pelo que fiz em favor dos indígenas – muito. A própria escola que atende índios das três nações predominantes de Santa Catarina tem a minha marca pessoal. Já mostrei para V. Exa. a primeira escola indígena de ensino médio construída no Brasil: 22 salas de aula e internet no ano 2000, comemorando os 500 anos, 22 salas de aula, projetada esta escola – a Escola Cacique Vanhkre, em Ipuaçu – pelo índio Bira, do Estado do Pará, que hoje mora no Rio Grande do Sul, com mais um ginásio de esportes em forma de tatu, com telhas importadas, e um centro cultural em forma de cágado. Eu até já sugeri informalmente que o Governador da Bahia, que tem sangue indígena, pelo que se informa, faça coisas melhores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para nosso orgulho, ele é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... indígena.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu já participei, já participei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Puramente indígena. É um grande Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já participei com o Governador Jerônimo de congressos internacionais.

Fizemos financiamento com garantia do Governo para permitir... A comunidade indígena pagou o empréstimo, o estado era avalista.

Enfim, eu quero deixar bem claro... E vou deixar consignado isso para revelar que aqui não existe inimigo, mas quero também dizer que, em Abelardo Luz e na Palhoça, Morro dos Cavalos, há uma grande ironia.

No dia 26 de maio de 1985, houve a maior invasão – eu digo, eu chamo de ocupação de terras – no oeste de Santa Catarina, incluindo Abelardo Luz. Eu era Governador, conseguimos conduzir o conflito sem nenhum acidente, nenhum ferido. E lá em Abelardo Luz existe o assentamento que eu considero mais bem-sucedido do Brasil, fruto de uma ocupação, no dia 26, no dia de Nossa Senhora do Caravaggio, de 1985 – o Secretário da Agricultura era o Vilson Kleinübing, ex-Senador também, já falecido – e conta hoje com o meu apoio, com o apoio do Deputado Pedro Uczai, do PT, para conseguir uma melhoria nos acessos, porque a comunidade já se viabilizou economicamente; ou seja, um caso de prosperidade, fruto de um movimento social.

Pois é nesse município que está sendo criada a reserva que já foi afrontada pelo sindicato rural e recebeu, Senador Jaques Wagner, apenas o despacho provisório do Ministro André Mendonça de sustação do decreto, porque o decreto é ilegal, o Decreto 12.289. Neste caso aqui, a afronta é maior. Não vou incluir aqui, mas vou incluir no Plenário, se a matéria para lá for, três matérias de jornal. Essa aqui é da *Veja,* isso aqui fere o mérito da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A *Veja*, em matéria incontroversa, acusa que os indígenas trazidos para o Morro dos Cavalos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Texto da matéria: "Made in Paraguai". O jornalista é vivo ainda, a matéria é de 2007. Indenizações. O Ministério dos Transportes, o Dnit, concedeu, a título de compensação pelas obras realizadas na 101, uma indenização de R$11 milhões. Isso foi no ano de 2014, portanto no Governo da Presidente Dilma, e a própria Presidente Dilma mandou apurar, porque não se sabia para onde é que ia esse dinheiro.

E, finalmente, vou pedir para transcrever nos *Anais* da Casa hoje à tarde este exemplo que eu mencionei de Ipuaçu, que é um exemplo de vida digna pela autonomia, que eu ajudei a construir, mas quem fez foram os índios.

Então, eu quero primeiro me apresentar e deixar isso registrado.

E, finalmente, quanto ao mérito, o Senador Sergio Moro foi brilhante. Todos que analisarem, um estudante de Direito de primeiro semestre vai dizer: "Quanto a esse decreto do Presidente da República, foi algum desavisado ou mal-intencionado que levou para ele assinar". Se fundamentando num decreto revogado? Preste atenção! Qual é o Prefeito que não demitiria esse cara? Já me levaram também. Quem já foi Governador, quem já teve que assinar decreto, tem que se basear numa lei em vigor. "Ah, não, mas o processo é antigo". O processo é antigo, mas está sendo resolvido pela autoridade máxima hoje. Também nisso não há marco temporal? Que história é essa? O marco temporal nos acompanha, gostemos ou não, Jayme Campos. Os cabelos ficam branco ou azulam, vão embora, pelo tempo. No meu caso, azulou, por isso que eu sou Avaí, e o Avaí é leão, não é o Leão XIV, muito melhor.

Então, deixando de lado a seriedade do momento, não é possível que um assessor leve para o Presidente: "Olha, esse assunto é muito antigo". Se é muito antigo é porque é complicado, primeira coisa. Se está encrespado há 20 anos ou há 30 anos, é perigoso, complicado. E leva para assinar durante um período de conciliação, em que o Senador Jaques Wagner representa o Governo nessa conciliação, a Senadora Tereza Cristina representa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vai ser bem-sucedido ou não vai, eu não sei, mas, num período de conciliação, nós não vamos sabotar. E, por isso, aprovamos, no dia 16 de outubro, a suspensão da tramitação da PEC, da proposta de emenda à Constituição, não do projeto de lei, que já está aprovado, da PEC do marco temporal.

Portanto, nós estamos prestigiando o Ministro Gilmar Mendes e o Supremo, que conduzem a negociação.

Quem assina o decreto não está prestigiando. Então, está afrontando, é claro, não tem meio-termo: ou respeita ou afronta. A lei, ou eu respeito ou eu afronto. Então, trata-se disso hoje.

O Senado aprovou a lei do marco temporal, e aí eu concluo, que exige que os municípios, as comunidades e o estado federado sejam consultados, como se faz em qualquer lugar.

O decreto que foi revogado, de 1996, facultava. Deu para entender? Ele não existe mais. Ele facultava. Com a lei de 2023, incontroversa e respeitando o cânone que acontece, por exemplo, nas terras de marinha, um ocupante não é desalojado nem desconsiderado como possuidor da área unilateralmente; ele tem que ser notificado pessoalmente. E, se não for, a demarcação não vale. Então, trata-se disso.

Se nós queremos sustar ou se nós queremos apenas dizer: "Olha, é ilegal, o gol foi feito em impedimento, mas vale"... Uma sociedade que seja socorrida por um juiz dessa natureza: "Olha, o gol está em impedimento, mas vai valer", essa vai ser uma sociedade revoltada. Então, é isso que nós vamos evitar ou não.

E concluo, dizendo que eu tive a oportunidade de, quando garoto, conhecer o Mimi Sodré.

Tem alguém do Botafogo aqui, torcedor do Botafogo?

O Almirante Benjamin Sodré é considerado o pai do *fair-play* no Brasil, porque ele era jogador de futebol da seleção das Forças Armadas, fez um gol, o juiz validou, e ele disse: "Não valeu. Eu fiz com a mão". E anularam o gol.

Então, confessando ou não, o que é ilegal tem que ser revogado. E, se nós não temos a competência para revogar definitivamente – eu acho que é o Supremo que tem que declarar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei inconstitucional –, mas sustar os efeitos, foi isso que eu procurei junto ao Senador Jaques Wagner.

O Governo não precisa dizer que errou; susta os efeitos durante o período da negociação. Nós teríamos evitado este momento em que nós vamos ter que decidir.

Por isso, eu concluo dizendo: eu voto a favor do voto em separado do Senador Sergio Moro, porque ele preserva a lei, a Constituição e a paz social. Ou seja, o que está errado não pode prevalecer, não pode ser tolerado formalmente por uma decisão do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão. Não existe nenhum Senador ou Senadora que queira ainda discutir a matéria.

A matéria está em votação.

O relatório é favorável ao projeto, com a emenda que apresenta e apresentou o Senador Sergio Moro.

Os Srs. Senadores e Senadoras... (*Pausa.*)

Primeiro, na ausência do Senador Alessandro... O voto dele é conhecido. Eu coloco, então, em votação o voto do relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quem vota...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota contra levanta a mão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não. Não dá para ser nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está rejeitado o voto do Senador Alessandro Vieira.

Em votação o voto em separado do Senador Sergio Moro.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra os votos do Senador Rogério Carvalho e da Senadora Zenaide Maia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria será encaminhada à Mesa Diretora do Senado Federal para as providências que cabem pelo Regimento Interno. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Requeiro urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Esperidião Amin apresenta requerimento de urgência para a matéria.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu subscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Antes do item 2, eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e Senadoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... do Senador Oriovisto inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, segunda-feira, um jornalista publicou um editorial, um artigo, no *O Globo* – Fernando Gabeira –, em que me parece, Senador Jayme Campos, que ele interpretou o momento atual da democracia como eu interpreto.

Então, ele publicou segunda-feira, no *O Globo*, um editorial que começa com a seguinte frase: "A democracia não é imortal", e ele discorre exatamente pelo momento de fragilidade da democracia que nós estamos vivendo hoje – e que vivemos recentemente no 8 de janeiro. "A democracia não é imortal".

Seria importante que todos pudessem ler, com a experiência de Fernando Gabeira, que lutou contra o golpe militar, que lutou contra o regime militar, que se elegeu pela democracia e publicou essa matéria, que eu achei fundamental, equilibrada para o momento que nós estamos vivendo.

Repetindo: "A democracia não é imortal".

Concorda exatamente com o que eu tenho dito, que, a continuarmos com as eleições de dois em dois anos, com reeleição, nós vamos terminar fragilizando por demais a democracia que nós estamos vivendo.

Eu li e pareceu que eu combinei com ele – mas não combinei, nem falei com ele – esse editorial que publicou no jornal *O Globo*, na segunda-feira.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 153, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 219, 232, 235, 236, 240 e 241, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132,133, 151, 154, 156, 159, 160, 166, 175, 178, 179, 204, 216, 220, 222, 223 e 224, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (apreciadas as Emendas nº 1 a 244).

Observações:

- Em 08/04/2025, 24/04/2025 e 29/04/2025 foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria;

- Foram apresentadas 258 emendas ao Projeto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Soraya Santos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Soraya Santos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, a Deputada Federal Soraya Santos. Eu pensei que era a Soraya Thronicke. Ela estava presente, eu eu gosto tanto dela, que passei para ela.

É Soraya Santos. (*Pausa.*)

Já passei a palavra para ele.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou fazer a leitura aqui de uma síntese da síntese do meu relatório, porque nós estamos consolidando aqui, no Código Eleitoral, sete leis, e são 898 artigos. São, parece-me, quatrocentas e poucas páginas. Evidentemente que eu vou fazer aqui uma síntese, mas tentando abordar os pontos principais que foram aprovados na Câmara e aquilo que nós modificamos ou acrescentamos aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Projeto de Lei Complementar nº 112, de autoria da nobre Deputada Soraya Santos.

Chegou aqui em 2021. Teve inicialmente, como Relator, o Senador Anastasia, depois o Senador Alexandre Silveira. De abril de 2023 para cá, está sob a nossa relatoria.

Fizemos três audiências públicas e tratamos, nessas audiências públicas, com 28 palestrantes, autoridades e especialistas que vieram aqui dar as suas contribuições.

Tratamos da participação feminina nas eleições, da distribuição de vagas no sistema proporcional, da desincompatibilização, da inelegibilidade e dos crimes eleitorais, dos sistemas eletrônicos de votação, de partidos políticos, federações e propaganda eleitoral.

Fizemos a opção... Aliás, a Câmara fez a opção por um projeto de lei complementar porque modificação em Código Eleitoral e inelegibilidades são tratadas em lei complementar, mas as demais modificações que foram feitas podem ser feitas por lei ordinária, e isso não tira esse poder de elas poderem ser modificadas, no futuro, por lei ordinária, e não por lei complementar.

Então, vou enumerar aqui algumas das modificações que foram feitas no Código Eleitoral.

Por exemplo, o princípio da anualidade eleitoral, da anterioridade.

O TSE, muitas vezes, no passado, já ocorreu de tomar decisões sem respeitar essa anterioridade anual de um ano. Nós estamos deixando claro aqui que qualquer modificação que o TSE venha a fazer, se contrariar a jurisprudência do próprio TSE, terá que ter anterioridade de um ano, para não pegar aqueles que vão disputar o pleito de surpresa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Um outro aspecto com que nós nos preocupamos foi a questão da desincompatibilização, porque hoje tem desincompatibilização de seis meses, de quatro meses e de três meses. Nós unificamos tudo para desincompatibilização de seis meses. E, para não ficarem datas variáveis, seis meses anteriores ao pleito, como é a legislação atual...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Solicito às assessorias que fiquem em silêncio, para que o Senador possa fazer o seu relatório e que todos possam perceber aquilo que ele está relatando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E, como as eleições podem ocorrer no dia 1º ao dia 6 de julho, seis meses anteriores ao pleito seriam dia 1º de abril, dia 2, dia 3, dia 7 de abril. Nós estamos colocando uma data fixa: 2 de abril. Então, quem tiver disposição e for se candidatar se afasta; o dia 2 de abril é o prazo final, e estamos conversados.

Deixa mais claro, fica mais fácil de ser cumprido.

Tem uma matéria aqui muito controversa, que é a matéria que trata – inclusive foi motivo de audiência pública – da quarentena para juízes, promotores, delegados, policiais, militares.

O que nós entendemos, Sr. Presidente, de uma maneira bem firme, é que são carreiras de Estado que são incompatíveis com a política. Uma pessoa não pode ser, a um só tempo, juiz e político – não vai funcionar –, promotor e político, delegado e político, militar e político, policial e político; não dá certo.

Então, a Câmara, pensando da mesma maneira, tomou a determinação de criar uma quarentena, um afastamento, em definitivo, dessas carreiras de quatro anos.

Eu recebi muitas manifestações, recebi muitas pessoas interessadas. Foi um dos temas mais discutidos, e terminei me convencendo, com alguns argumentos, para diminuir este prazo, e colocamos um prazo de dois anos. Ou seja: o doutor é juiz, está exercendo a sua magistratura, quer ser político; tem um tempo hábil para ele se afastar, em definitivo, da magistratura para entrar na política.

Como veio da Câmara, trazia quatro anos. Nós estamos colocando dois anos. Achamos que está mais na linha da razoabilidade. Por quê? Dois anos é o prazo em que, normalmente, todos nós começamos uma campanha eleitoral. Quem não é candidato e se propõe a ser candidato, em dois anos vai começar a fazer as articulações políticas, contactar as lideranças, fazer mensagens e entrar em campanha.

Então, estamos colocando esses dois anos, aceitando a ponderação de que o prazo de quatro anos traria muita dificuldade para a pessoa tomar uma decisão definitiva na sua vida para poder, quatro anos depois, ser candidato. Achamos que dois anos é um tempo razoável e então diminuímos o prazo para dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à inelegibilidade, a Lei da Ficha Limpa, Sras. e Srs. Senadores, traz que, quando um político se torna inelegível, por quaisquer razões que sejam, ele ficará inelegível por oito anos. Qual é o sentido, o espírito da lei? É que a pessoa fique por dois pleitos afastado da eleição e, no terceiro pleito, ele possa voltar. O problema todo está em quando começa a contar esse prazo, porque a Lei da Ficha Limpa traz uma série de manifestações que terminam dificultando a contagem desse prazo.

Vou dar um exemplo aqui: se uma pessoa cometeu um ilícito qualquer durante a eleição, por questões eleitorais, teve o mandato cassado e ficou inelegível por oito anos. Quando se começa a contar os oito anos? Começa a contar do dia da eleição. Ora, a eleição pode ser no dia 1º, dia 2, dia 3, dia 4, dia 5, dia 6 ou dia 7 de outubro. Vamos supor que ele tenha disputado um pleito em 4 de outubro e cometeu um ilícito. Se oito anos depois, a eleição cair no dia 5 de outubro, ou 6 ou 7, ele estará elegível; se cair no dia 3, 2 ou 1º, ele estará inelegível, porque não se completaram os oito anos. Isso não é justo. Uns ficam dois pleitos afastados da eleição, sem poder se candidatar, e outros ficam um pleito só. O que nós estamos fazendo? Começa-se a contar o prazo – e nisso nós estamos sendo mais rigorosos ainda, não há afrouxamento da Lei da Ficha Limpa, pelo contrário – em 1º de janeiro do ano subsequente. Então, inapelavelmente, cada político que tiver o seu mandato cassado ficará dois pleitos gerais, se ele disputou a eleição geral – ou dois pleitos municipais, se ele disputou a eleição municipal – afastado da disputa.

Outro caso: quando uma pessoa se torna inelegível pela Lei da Ficha Limpa? Quando ele é julgado por um colegiado. Aí, o político que foi julgado por um colegiado achou que a penalidade foi injusta e vai recorrer para a terceira instância. Hoje, os advogados dizem: "Não, não faça isso". Como a pessoa tem um direito e não pode exercitar esse direito porque isso vai ser contra ele? Porque, se ele recorrer, Senador Otto, a uma terceira instância, o prazo de oito anos de inelegibilidade só vai contar depois de transitado em julgado; se ele não recorrer, começa a contar do dia em que ele foi decretado inelegível. Então, nós estamos acabando com essa distorção, e o prazo agora vai ser contado do dia em que for decretada a inelegibilidade – recorra ou não recorra, começa a contar do dia em que for decretada a inelegibilidade. Estamos preservando o espírito da Lei da Ficha Limpa para a pessoa ficar inelegível por oito anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos assegurando o direito à auditoria dos códigos-fontes tão falados, dos *softwares*, dos sistemas eletrônicos de biometria, votação, apuração, totalização dos votos dos partidos e coligações de órgãos e entidades privadas.

É atribuída à Justiça Eleitoral competência para promover, mediante regulamentação do TSE, a organização de eventos públicos para testes de segurança, demonstração e auditoria de processos eleitorais e do sistema eletrônico de votação, objetivando a transparência, integridade, confiabilidade, publicidade e a melhoria dos sistemas e processos relacionados às eleições.

Aqui é para não ficar nenhuma dúvida de que o TSE tem que ser o mais transparente possível, para ficar patente para a sociedade a transparência e a segurança das urnas eletrônicas.

Estamos colocando uma prestação de contas simplificada para aqueles candidatos que gastaram menos de R$50 mil. Achamos que isso facilita demais e vai dar mais tempo para os tribunais eleitorais se dedicarem àquelas campanhas que realmente gastaram muitos recursos. Se o pessoal gastou R$20 mil, R$10 mil, R$30 mil numa campanha, faz isso de uma maneira simplificada, sem muita burocracia, não precisa dessa confusão que tem hoje de ter um contador, de ter um advogado, e, se não tiver, a conta é considerada não prestada. É uma confusão muito grande, desnecessária, que só favorece os contadores e os advogados.

Mantemos a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.

Estamos criando aqui as normas processuais eleitorais, porque até hoje nós não temos procedimentos eleitorais. Nós nos baseamos no Código Eleitoral, no Código Civil e no Código Penal.

Bom, são muitas as modificações. Eu estou falando aqui das principais.

E estamos aqui inovando na questão das federações. Sobre as federações, quando foram criadas, foi dito assim: que terá uma duração mínima de quatro anos para poder fazer a distinção entre federação e coligação. É a lógica da federação. Mas, aí, nós já havíamos criado no nosso parecer que o partido federado, a exemplo do Parlamentar que pertence a um partido, tivesse uma janela para poder sair. Como o Parlamentar tem uma janela para poder sair, que é o mês de março anterior ao da eleição, nós também havíamos colocado o mês de março para o partido federado sair, se quiser ficar sozinho ou se quiser se federar com outro partido, mas eu fui alertado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que, embora o partido saísse daquela federação e fosse se federar com outro partido, não daria tempo, não haveria tempo útil para ele se filiar, para ele se federar com outro partido se ele tivesse só o mês de março. Então, eu fui alertado e estou colocando esse prazo em 90 dias, ou seja, o prazo para a federação se realizar é o final de março, início de abril. Assim, três meses antes, o partido que está federado há três anos e tanto com outro, se não quiser continuar federado, tem um prazo de 90 dias para se desfederar e, se quiser, federar com outro partido. Acho que isso é bom. Isso traz uma certa flexibilidade, e não obriga os partidos a ficarem federados quando eles não querem mais.

Aliás, este é o espírito da janela partidária: o Parlamentar pertencia a um partido, queria sair do partido, o partido gostaria que o Parlamentar saísse do partido, mas ele não podia sair porque não tinha essa janela. Então, nós botamos a janela e, além disso, permitimos a carta de anuência, que também está aqui no código. Como veio da Câmara, não trazia a carta de anuência, eles proibiam a carta de anuência. Nós estamos restabelecendo o que já está na lei, que permite que o Presidente do diretório regional conceda anuência para o Parlamentar, quer seja Vereador, quer seja Deputado Estadual ou Federal, poder sair.

E também uma coisa que o código fez na Câmara e que nós achamos inconveniente é que eles colocaram que os cargos majoritários também estariam sujeitos à fidelidade partidária, que se saísse do partido perderia o mandato. Nós estamos restabelecendo, já tem decisão do Supremo, estamos deixando só para os cargos proporcionais.

Também na Câmara, como veio da Câmara, o projeto trazia que, se em 180 dias o tribunal, o corpo técnico do tribunal não se manifestasse sobre a prestação de contas de um determinado candidato, as contas já estariam automaticamente aprovadas. Nós achamos que isso não é próprio, porque se um técnico quisesse aprovar uma conta era só não dar o parecer. Nós estamos estendendo esse prazo para 360 dias e estamos mudando, quer dizer, se em 360 dias o corpo técnico não der o parecer, esse parecer vai para o tribunal como favorável à prestação de contas. Então, se os técnicos, por um motivo ou por outro, não derem o parecer no tempo hábil, esse parecer vai como favorável.

Há mais, que é coisa muita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o PLP, como veio da Câmara, proibia a divulgação de pesquisas eleitorais no dia anterior às eleições. Nós estamos modificando isso, já tem decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não pode ter proibição de publicação das pesquisas. E nós estamos inovando aqui, Senador Rogério. Nós pensamos em muitas maneiras de como punir os institutos de pesquisas que nós sabemos que fazem pesquisas fraudulentas para induzir, enganar, distorcer o resultado eleitoral, mas todas as maneiras que nós estudamos... Não chegamos a nenhuma conclusão.

A maneira que nós achamos mais sensata, mais lógica, foi a seguinte, que eu vou dizer aqui para V. Exas.: toda vez que um instituto de pesquisa for publicar uma pesquisa eleitoral para um candidato a Prefeito, a Governador ou a Presidente da República, ele tem que publicar, juntamente com o resultado da pesquisa dele, os três últimos resultados que ele disse que o candidato que foi eleito para aquele cargo teria naquele pleito e o que teve. Então, por exemplo, o instituto de pesquisa, na eleição de 2026, se tiver dito, nas três últimas pesquisas, que o Lula, por hipótese, iria perder a eleição por dez pontos percentuais, se esse mesmo instituto agora for publicar uma pesquisa em 2026, quando ele for publicar o resultado ele tem que mostrar as três últimas pesquisas que ele fez no pleito anterior, quanto é que ele disse que o candidato iria ter e quanto foi que o candidato teve.

Nós estamos achando que isso traz um grande constrangimento para o instituto de pesquisa. Não tem punição, mas tem um constrangimento público: "Ah, quer dizer que esse instituto que está dizendo que o candidato vai ganhar por dez pontos é aquele mesmo que, há quatro anos, disse que o candidato ia perder por dez pontos e o candidato ganhou?". Então, nós achamos que...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Aí o Datafolha fechou já.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Tem que ter uma punição, Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós pensamos na ideia de como fazer uma punição e não conseguimos. Vou dizer, vou citar um exemplo aqui. De uma maneira bem descarada mesmo, na última eleição de Governador do Piauí, teve um instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nível nacional chamado Ipec, sucedâneo do Ibope, que fez uma pesquisa, lá no Piauí, no início de setembro, dizendo que o nosso candidato adversário ganharia por 20 pontos percentuais. Faltando uns 20 dias para eleição, uns 15 dias, disse que ia ganhar com 21 pontos. Fez outra pesquisa na véspera da eleição e disse que havia um empate técnico, que o candidato que ia ganhar tinha caído, o candidato que ia perder tinha subido e, quando abriram as urnas, deu 17 pontos de diferença. Quer dizer, o instituto errou aí por uns 35, 40 pontos de diferença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agora, Marcelo...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tem quem me convença, não tem quem convença qualquer pessoa que tenha um mínimo de juízo de que isso não foi uma coisa proposital.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Senador Marcelo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Marcelo, eu queria fazer só uma pergunta para você.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um instantinho aqui para concluir.

Como punir? Como punir? Eu pensei nessa situação. Na hora em que a gente entrar na Justiça, o instituto tem a defesa: "Não. O instituto identificou a tendência. Olhe aí, o candidato que ia ganhar estava caindo, o candidato que ia perder estava subindo, as pesquisas são feitas com um pouco de antecedência e, nas urnas, teve essa diferença". Então, eles já programam a defesa que vão fazer da malandragem que eles estão fazendo. Esse é que é o fato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Na verdade, Marcelo, a pesquisa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Marcelo... Senador...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... não serve necessariamente lá para o finalzinho, para três, quatro dias antes das eleições. Ela serve para a condução do processo eleitoral por conta do voto útil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Marcelo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Deixe-me finalizar, por favor. Quem está falando?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos esperar o Senador Marcelo Castro concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tá, Presidente. Não, é só isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – De tudo que nós analisamos e estudamos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro, eu não acho que pesquisa influencie o voto do eleitor, porque, se influenciasse, eu não estava aqui no Senado Federal.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nem eu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em 2014 e em 2022, quatro televisões davam, na véspera da eleição, que eu estava derrotado. Em todas as duas, eu ganhei com mais de 2 milhões de votos de frente. Então, não acredito. E foi televisão com respeito. Não acredito que altere o voto do eleitor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Marcelo... Senador, só um segundo para não quebrar seu raciocínio.

É o seguinte: instituto de pesquisa é uma empresa que o cara abre para vender serviço, não é uma entidade filantrópica, certo? E ele precisa agradar o cliente, porque senão ele perde o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cliente. Então, quem contrata a pesquisa certamente terá vantagem. E, quando você tem os malandros que dizem que têm instituto de pesquisa e vendem a pesquisa, aquilo não é entidade filantrópica, não, gente. Eu nunca acreditei e não acredito. Por mim, baniria definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Marcelo, com a palavra. Desculpa aí a interrupção. A nossa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, eu sei que essa é uma matéria muito complexa. O ânimo de todos nós é punir aqueles institutos que realmente não fazem a pesquisa adequada, mas nós achamos muito complicada a maneira de punir e achamos que o mais prático e o mais efetivo seria trazer esse constrangimento público, essa desmoralização pública de eles serem obrigados a publicar o erro que cometeram.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Só um comentário: 30 dias antes da eleição, é proibido...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não.

Estamos também trazendo...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... obrigatoriedade da Justiça Eleitoral, porque isso é um problema. Os partidos fazem umas contas, uns cálculos, o Tribunal Superior faz outros cálculos. Nós estamos colocando que até o dia 17 de agosto, o Tribunal Regional Eleitoral é obrigado a dizer para os partidos qual o percentual que o partido tem que gastar com candidaturas femininas, qual o percentual que o partido tem que gastar com as candidaturas de pretos e pardos; de negros de uma maneira geral. Até o dia 17 de agosto.

Estamos determinando também que o dinheiro para as mulheres obrigatoriamente tem que ser entregue a elas até o dia 31 de agosto, porque havia uma queixa das mulheres de que às vezes até o partido cumpria a cota, mas deixava para passar o recurso já no final, quando não tinha mais... não surtia mais efeito.

Estamos permitindo os gastos eleitorais com creche para crianças de até seis meses de idade, para as mães de crianças, que sejam candidatas. É até seis meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a grande inovação desse código, que eu entendo que vai ser uma revolução na política brasileira, é a reserva de cadeiras. É a primeira vez que nós estamos fazendo isso na República brasileira. Nós estamos tirando a obrigatoriedade de candidaturas femininas, porque isso traz um transtorno imenso aos partidos políticos, cria judicialização, traz candidaturas laranja, botam mulher para ser candidata que não quer ser, tem que gastar dinheiro público quando todos sabem que ela não vai ter voto. Nós então estamos tirando esta obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas; estamos reservando, como foi a lei original de 1997, as vagas para candidaturas femininas, e estamos botando na lei que 30% da propaganda eleitoral tem que ser dedicada às candidaturas femininas, e esse tempo tem que ser apurado semanalmente, porque havia uma queixa de que podiam botar, num período menos efetivo, as mulheres, então, toda semana tem que apurar esses 30%. E os partidos continuarão obrigados a gastar 30% dos seus recursos com candidaturas femininas. Então, se o partido pode lançar, digamos, cinco mulheres e não quer lançar cinco, só quer lançar duas ou três, ele lança só duas ou três. Se ele ia gastar os 30% a que é obrigado com cinco candidaturas, ele vai gastar com duas ou com três, e talvez seja até mais efetivo.

Mas o mais importante que eu vejo de tudo isso aqui, Sras. e Srs. Senadores, é criar uma nova cultura no país da importância da participação feminina na política. É inadmissível a situação que nós vivemos hoje no Brasil, um país que não tem problemas religiosos graves, que não tem problema de castas, que não tem preconceitos exagerados como outros países, de sermos hoje o 137º país que tem a menor representação feminina no Parlamento. Isso é ridículo, isso é inaceitável. Nós temos hoje no Brasil mais de 700 municípios que não têm uma mulher no Parlamento. Temos mais de 1,6 mil municípios que só têm uma mulher.

Então, nós aprovando esta regra de que toda Casa Legislativa do Brasil, todo Parlamento do Brasil, quer seja câmara municipal, quer seja estadual, quer seja federal, tenha pelo menos 20% de mulheres no Parlamento. Então, toda reunião que houver, em se tratando de política, em qualquer município do Brasil, terá no mínimo duas mulheres juntas ali, tratando da política e dos direitos das mulheres. Essas mulheres servirão de exemplo para as outras mulheres, de modelo para as outras mulheres. Elas terão um mandato, terão visibilidade, terão assessoria, terão emenda parlamentar. E, com o tempo, elas não precisarão mais dessas cotas. Elas já vão se eleger pelo próprio trabalho que fizeram, pelas manifestações que fizeram a favor da sociedade – e isso vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servindo de exemplo para outras que se elegerão pela cota. Eu estou dando uma duração a essa cota de 20 anos. Daqui a 20 anos, eu não estarei mais aqui, mas vocês que vão estar vão decidir o que fazer depois desses 20 anos.

Mais importante... Agora, uma reflexão aqui rápida. Por que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo, mesmo sem o voto?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tem o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tendo o voto?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tendo o voto. A mulher tem que ter no mínimo 10% do quociente eleitoral para poder assumir o mandato.

E, Senador Otto, todo partido vai se interessar em ter as candidaturas femininas, porque 30% do recurso que tem na mão ele tem que, obrigatoriamente, gastar com elas. Então, como é que um partido que está com esse dinheiro vai devolver e não vai gastar? Ele vai botar as candidatas para poder trabalhar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Senador Marcelo, me dá um apartezinho, só para contribuir com V. Exa.?

Tem que colocar no projeto aí que a esse candidato, seja do sexo feminino ou masculino, tem que, via TRE, eu imagino, ou os partidos obrigatoriamente, também explicar o que é um candidato a Deputado Estadual, porque tem muitos que não sabem nem o que estão fazendo.

Vou dar um exemplo para o senhor aqui: numa cidade nossa do Mato Grosso, tinha uma senhora que foi candidata e recebeu lá uma doação partidária. Ela não sabia o que fazer, ela foi e pagou a despesa do cachorro, que estava em uma clínica veterinária. Ela falou: "Olha, o que o senhor pode fazer com esse dinheiro aí?". Vai fazer tudo. Ela foi lá e pagou a despesa do cachorro e queria prestar conta com o tratamento do cachorro dela.

Então, nós temos também que nos preocupar com o nível dos candidatos, com todo respeito a V. Exa. Eu não sei qual a forma, a maneira como o senhor pode inserir aí no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro: o senhor botou 360 dias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só para eu entender, Senador. O senhor se refere a uma candidata feminina, é isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exatamente. Ela fez o quê? Ela estava precisando de uma orientação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quer dizer, ela não tinha orientação porque era mulher?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, não é por ser mulher...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só para a gente entender.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É um exemplo. Tem coisa muito pior do que isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tem que explicar isso direito, porque, da forma como o senhor está colocando...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é que ela não sabia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Está dando a entender que as mulheres sequer sabem por que são candidatas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não. Ela não sabia aplicar o dinheiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso acontece com homem de forma rotineira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um caso específico, um caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É um caso específico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, mas ele está fazendo observações e referências a candidatas femininas. Isso é inaceitável.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu estou sugerindo, Senadora, que ele insira no projeto que tem que fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Na discussão de mulher isso é inadmissível, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, para os candidatos. Não falei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Homens e mulheres...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Homens e mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – De uma forma geral, então?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Porque tem candidatos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Homens e mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que se explique corretamente, porque a informação não é essa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Homem ou mulher.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é essa colocação que nós estamos aqui fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós estamos fazendo uma legislação de uma maneira que os partidos não sejam penalizados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é nada disso, não. Eu quero só que coloque lá que terá que fazer algum cursinho, nem que seja um curso de dois dias, três dias para saber até o que é o papel do Vereador, do Deputado Estadual, do Deputado Federal, porque tem algumas pessoas que não têm a noção do que é disputar um cargo muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É por desconhecimento da lei.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – "Venha cá, você vai ser candidato? Vai lá e pega..."

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só que fique claro que isso é de uma forma geral, que não seja uma colocação feita em relação às mulheres.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É pontual, foi um fato que aconteceu e é real, é real.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Que os partidos também...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É real.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Homem e mulher.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Homem e mulher. Está explicado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, eu só quero fazer uma sugestão ao Senador Marcelo: que a gente poderia incluir que em todos os partidos nos estados fosse obrigatório as mulheres na Presidência, para elas conseguirem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres para colocar como candidata, porque eu não tenho conseguido. A maior dificuldade do mundo é colocar a mulher para ser candidata. E aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero concordar com o Senador. Eu quero dizer para os senhores que eu tive que ser eleita duas vezes estadual e uma federal para presidir o partido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... a gente não preenche o número...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria vai ser...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pelo contrário, o meu partido faz campanha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu topo, eu topo eu assino e faço campanha para a presidência das mulheres.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... para ter mulher candidata. As mulheres não aceitam, não querem ser candidatas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É mais difícil uma mulher ser presidente de um partido do que ganhar uma eleição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Os homens são prejudicados porque as mulheres não querem ser candidatas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É mais difícil uma mulher ser presidente de um partido do que ganhar uma eleição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora, vamos seguir o Regimento? Quando um Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, é mais difícil ganhar um mandato do que ser presidente de um partido.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já estou concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – No Brasil nós temos 30 e poucos partidos e nós só temos uma mulher presidindo um partido – não sei se tem mais alguma –, que é a Renata. Só uma mulher.

Eu fui eleita duas vezes estadual e uma vez federal para presidir o meu partido. Ora, foi mais fácil eu ganhar duas vezes para estadual e uma federal do que para presidir o meu partido.

Então, Senador, V. Exa. tem meu apoio incondicional...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane e Senador Mecias, eu acho que nós temos um Regimento e o Regimento prevê que, quando alguém estiver com a palavra, não deve ser interrompido. Nem uma Senadora deve interromper um Senador, nem um Senador deve interromper a Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não dá para ouvir algumas coisas, Presidente, e ficar calada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando eu interrompi eu falei: queria, inclusive, dizer, à Senadora Eliziane, Senadora Soraya, Senadora Zenaide: o meu estado passou 192 anos sem ter uma mulher presidente da Assembleia, e eu consegui fazer agora a Ivana Bastos Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, depois de 192 anos! Então, existe realmente ao longo dos anos... Nunca existiu, como está havendo agora, esse incentivo à participação das mulheres. E digo mais: o meu partido, na Bahia, tem 115 prefeituras, Senador Marcelo – 115! As Prefeitas são muito mais bem avaliadas do que a maioria dos Prefeitos. Então, elas têm aptidão como tem qualquer homem para atuar em qualquer atividade, em qualquer cargo.

Desculpe, Senador Marcelo. Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem dúvida, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe-o terminar. Vou esperar ele terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, essa parte aqui nós achamos que é uma coisa que vai surtir muito efeito.

Agora, eu ia desenvolvendo o seguinte raciocínio de maneira rápida: por que essa participação feminina tão ínfima, tão acanhada aqui no Brasil e não na Argentina, e não no México? Por que, pelo que me consta, a nossa sociedade é patriarcal...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É machista.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... há um machismo exacerbado, mas acredito que não seja mais do que a portenha, do que a mexicana. A doença principal e que mais impede a participação maior da mulher na política brasileira, no meu julgamento – e sou, modestamente, um estudioso do assunto – é o nosso sistema eleitoral.

Eu fiz um estudo sobre a participação feminina nos parlamentos do mundo inteiro e esse é um fenômeno universal. Os países que têm uma maior participação feminina no parlamento são os países que adotam o sistema eleitoral proporcional de lista fechada.

Nós aprovamos aqui, no passado, um projeto de lei do Senador José Serra que institui o voto distrital misto no Brasil, que eu acho que vai ser a maior revolução de todas no sistema eleitoral brasileiro. Está na Câmara. O Presidente Hugo Motta nomeou o Domingos Neto como Relator dessa matéria. Já estive, uma tarde, conversando com ele longamente, debatendo sobre esse assunto. Vamos aprofundar essa matéria. Porque, aí sim, não é um paliativo o que nós estamos fazendo agora. Vai ser uma transformação de fundo, uma transformação básica. Essa sim, efetivamente, vai trazer uma participação feminina muito maior na política. Então, já discuti esse aspecto com o Domingos Neto e acredito que, se isso avançar na Câmara, nós, além de unificarmos as eleições, de acabarmos com a eleição de dois em dois anos – porque não tem quem aguente – e de por um fim a esse malfadado instituto da reeleição, que só prejudica a administração pública no Brasil, nós iremos dar um passo decisivo para termos mais partidos coerentes, programáticos, ideológicos, filosóficos, coesos.

Hoje qual é o grande problema, a grande distorção do sistema eleitoral brasileiro? É que nós somos um grupo aqui do mesmo partido. Quando vamos para a eleição, o maior adversário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você tem em uma campanha eleitoral é seu colega de partido. Quem já viu isso? Como é que nós pertencemos ao mesmo partido, comungamos das mesmas ideias, lutamos pelo mesmo ideal e, quando chega a campanha eleitoral, eu sou adversário do meu companheiro que pensa igual a mim. Isso é uma distorção absurda do sistema eleitoral brasileiro e nós precisamos corrigir isso daí. E nós só corrigiremos isso daí se botarmos no Brasil o sistema distrital puro – como é nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra –, ou sistema proporcional de lista, que domina a Europa, ou o sistema misto, que é o que nós advogamos como o melhor, que contempla os dois sistemas eleitorais, trazendo o que há de melhor em cada um, como no sistema alemão, que é o que funciona melhor.

Foram apresentadas inúmeras emendas de última hora e eu não tive tempo de dar o parecer, porque só de uma vez, ontem à noite, apresentaram 26 emendas. Então, como nós temos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Apresentei 50 hoje.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Rogério Carvalho está dizendo que apresentou 50 hoje. (*Risos.*)

Então, como nós vamos ter prazo, na próxima semana não haverá sessão – eu acho que não –, vamos ter tempo. Está lido o relatório hoje, certamente vão pedir vista, eu vou analisar com calma todas essas outras emendas e, na outra semana, se a gente puder, eu dou o parecer, e, se for possível, a gente vota essa matéria, que eu julgo de fundamental importância para a estabilidade política e democrática do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Zenaide pediu a palavra, o Senador Sergio Moro, a Senadora Soraya...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Peço vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane, quer falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A Senadora Zenaide vai falar pela bancada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, Senadora Zenaide, depois Senador Sergio Moro...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu vou falar, estou até meio rouca...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Senadora Soraya Thronicke – não é a Santos, que é... Quem mais? Senadora Dorinha.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Vai ser pedida vista, mas eu queria falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane vai falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Apesar de estar rouca, eu queria dizer aqui o seguinte: os 30% de candidaturas são a base de tudo, gente. Foi assim, no mínimo, que a gente conseguiu que, depois... Isto foi dado pelo Judiciário, não passou por esta Casa: 30% de candidaturas, no mínimo, e no mínimo 30% de financiamento. Quer se acrescentar, ajudar as mulheres, botando 20% de cadeiras, como foi dito aí, durante 20 anos, mas se vai retirar um direito que a gente conseguiu. E outra coisa: não tem essa história... Formar nominata. Eu sou Presidente do partido no meu estado e formar nominata é difícil para homens e mulheres. Essa história de que vamos tirar um direito adquirido e que fez a gente chegar aqui com quase 20% de representatividade para oferecer 20% de cadeiras, como se está dizendo, mas vai ter o recurso, mas vai escolher duas ou três, nisso nós não vamos acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei, ninguém me convence de que não consegue fazer nominata. É difícil para homens e mulheres fazer nominata, eu conheço isso de perto. Agora, desmerecer o ganho da gente, ou seja, "vou lhe dar isso, mas vou tirar isso aqui conquistado", isso não é defender mulher, gente. Desculpem-me, com todo o respeito aos colegas: nós não vamos abrir mão daquilo que a gente conquistou.

No meu estado eu posso dizer que não tenho essa dificuldade. Tem dificuldade como tem com os homens, desistência de última hora... Quem faz nominata sabe como é isso. Então, essa história de dizer que tem dificuldade de botar mulheres candidatas e vão tirar esses 30%... Aliás, eu não sei por que essa fixação em retirar esses 30% que a gente conseguiu, fica difícil de a gente entender isso.

Então, como vai aqui, eu vou passar para as colegas, mas quero dizer aqui minha opinião. No Rio Grande do Norte, 40% das Prefeitas são mulheres, e é com essas regras, a gente correndo atrás. O papel da gente é convencer as mulheres a vir para a política, mas para isso a gente tem que fazer um apelo aqui. A gente sabe que a maior prevenção, Otto, ao feminicídio é o empoderamento das mulheres, porque a gente sabe que o feminicídio existe em todas as classes sociais, mas em mais de 90% são as mulheres pobres, de periferia. Então, se os colegas, com todo o carinho, querem empoderar as mulheres deste país, não podem tirar um direito que a gente conquistou com muita luta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, foi pedida vista. Então, o debate vai ser mais acentuado na sessão da deliberação.

Eu só queria elogiar aqui o trabalho do Senador Marcelo Castro, mas rogar a ele que, quem sabe até a próxima sessão, possa rever essa questão da quarentena principalmente, tratar aí policiais, magistrados, promotores... Não é a intenção evidentemente do Senador isto, mas, no fundo, nós estamos transformando essas categorias em cidadãos de segunda classe. Estamos dizendo: "Não confiamos neles. Então, nós precisamos restringir os direitos políticos deles". São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrições que não se aplicam a mais ninguém. E, sim, pode ter abuso do poder do cargo, mas existe a possibilidade de ter abuso do poder do cargo também em outras atribuições, sejam públicas, sejam privadas.

Eu não falo isso aqui em causa própria. Eu já sou Senador, não é? Do outro lado, eu só concorri depois de quatro anos mesmo que deixei a magistratura, praticamente quatro anos. Agora, magistrados, promotores nem é comum que se candidatem – nem é comum –, mas policiais, que também não é com essa frequência toda, não vão poder mais se licenciar para concorrer e, se não forem bem-sucedidos, voltar às suas posições, o mesmo valendo para militares. Então, será que a gente tem um problema tão grande assim nas nossas mãos que se justifica de fato restringir os direitos políticos desses cidadãos? A gente não está vivendo um momento assim tão tenso na política brasileira, envolvendo discussões sobre liberdade de expressão, regulações controversas em redes sociais? Será que a gente tem que colocar um pouco mais de lenha nessa fogueira restringindo direitos dessas categorias?

Então, eu faço assim um apelo ao Senador Marcelo Castro. Sei das boas intenções dele, mas eu entendo que, se formos aprovar nesses termos, nós estamos discriminando essas três categorias e restringindo os direitos políticos delas.

Eu até falei aqui – e adianto minha posição – que, para mim, é condição *sine qua non*, se for para votar a favor do novo Código Eleitoral, que essa parte seja revista. Essa parte não é emenda, destaque. Não consigo colocar a minha digital aí se o código caminhar nessa área.

E eu nem acho que, se nós aprovarmos hoje, nesse texto, essa restrição, na Câmara vai ser aprovado, porque é outro momento político. Acho que isso já passou.

Então, eu faço esse apelo ao Senador Marcelo Castro. Faço a ressalva aqui, Senador, de que não vejo que é essa a intenção de V. Exa., mas é o que vai acontecer na percepção popular se nós restringirmos os direitos políticos dessas categorias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois da vista não tem mais discussão, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu pedi vista antes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas eu me comprometi anteriormente a ceder a palavra à Senadora Zenaide, à Senadora Dorinha, pela manifestação que está sendo vista, a atribuição, o direito das mulheres de participar da política, e à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não pedimos nada ainda. Não sei se ele... Ele não deu a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É só um direito que elas pediram antes. Eu não dei, até porque ele estava lendo o relatório...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ele não deu por terminado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas elas poderão se posicionar a respeito do tema a mulher no Código Eleitoral, na política. Eu acho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é uma coisa importante, uma contribuição muito grande para a relatoria do Senador Marcelo Castro.

Está sendo pedida vista, vista coletiva, e nós marcaremos depois essa votação.

Agora, a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Na verdade, eu não vi ninguém pedir vista. O Senador Marcelo disse que imagina que nós pediremos vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Sergio Moro falou em vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, já pediu vista?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele falou em vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k., mas acabou de pedir.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele falou vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ele não havia dito e não deu por terminada a explicação dele, mas enfim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Magno Malta também falou.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – O Senador Magno Malta pediu vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pediu vista? Ah, tá, eu não vi.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E não houve vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se não meu engano, o Sergio Moro...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tá, mas nós queremos vista coletiva, nós estávamos aguardando, eu não ouvi, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não houve pedido de vista coletiva, Sr. Sr. Presidente. Foi só o Senador Magno Malta que pediu vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi, o Senador Sergio Moro pediu também.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – O.k. Eu gostaria aqui de destacar o trabalho do Senador Marcelo pela dificuldade em trabalhar nessa reforma do Código Eleitoral, porque ele sofre pressão dos dois lados. A mulherada não está dando folga para ele, que está quase arrancando todos os cabelos que ainda tem, mas eu acredito que os homens também não devem ser fáceis. Não é verdade, Senador Marcelo? A pressão do lado masculino deve ser muito mais difícil. Então, eu agradeço de antemão a paciência dele e gostaria de destacar este fator e a abertura ao diálogo.

E, Senador Marcelo, V. Exa. trouxe algo muito significativo aqui para nós. Eu gostaria de acrescentar alguns países da América Latina que já têm a paridade: México, Nicarágua – Nicarágua –, Cuba, Cuba!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Cuba?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Cuba tem paridade.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Cuba tem paridade! Pois é, um país totalmente fechado, e aqui nós, com essa democracia toda, não atingimos isso. Bolívia tem paridade, Chile tem paridade, Argentina tem paridade, e aqui, Brasil, a maior economia da América Latina, não consegue sequer discutir a questão da paridade, nem discutir, já dá briga apenas na discussão.

E eu ousei – eu ousei – fazer uma emenda, porque, quando nós falamos em paridade, nós chegamos a mencionar a garantia de cadeiras no montante de 30%. Riram de mim – riram –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque: "Ah, isso não passa, isso não vai passar!". Eu falei: "Mas alguém já emendou, alguém já fez essa proposta?". "Não." Eu falei: "Então, eu vou ousar, eu vou ousar! O Relator nunca vai apreciar se ninguém nunca propuser". Então, eu fiz uma emenda, que não entendo que seja abusada, eu acho que ela até é menor do que a proporção da nossa representatividade, mas eu ousei, fiz uma emenda de paridade de 50%, a emenda, eu acho, 119 – 50%! Por que não, por que não discutir isso?

Então, eu instei o Relator a dizer sim ou não para a emenda, por que sim, ou por que não. Lógico, eu entendo a pressão masculina contra, porque...

Se eu fosse marqueteira de político, eu orientaria o meu candidato a defender em absoluto a paridade de verdade. Este homem nunca mais na vida dele vai deixar de ser reeleito. Eu me candidato, desde já, a ajudar na campanha do Senador Marcelo para a reeleição, porque, pelo jeito, ele é o único que, pelo menos, está abrindo. A gente vê que o restante está calado. Mas é o melhor *marketing* que se pode fazer. O candidato inteligente mesmo assume. Se eu fosse homem, eu seria o primeiro a emendar, o primeiro. Eu seria o primeiro a propor essa emenda. O cara vai bombar no planeta Terra. Tem que ser muito macho, tem que ser muito homem para propor isso. Quem propuser isso está feito para o resto da vida e ainda vai para o céu, Senador Marcelo.

E, só pela sua disponibilidade, eu já quero pedir, pelo menos àqueles que gostam de mim no Piauí, voto lá na frente, quando puder, para o Senador Marcelo Casco, porque eu quero muito que ele volte. Então, o Senador Marcelo fez um "sambarilove", com todo respeito, porque eu acredito que a pressão masculina tenha sido pior do que a pressão feminina. Eu o respeito muito, mas gostaria que ele tivesse jogado para a plateia, deixado todos nós decidirmos se sim ou não. Eu aceitaria e colocaria nas mãos dos nossos nobres colegas, mulheres e homens, a decisão: 50% ou não. Pelo menos, sobra uma gordurinha, em tese, para diminuir para 40, para 30, mas 20? O.k. No entanto, 20 ou quase 20, pelo menos, aqui nós já conquistamos a duras penas, com uma sofrência inimaginável, sofrendo violência política de gênero de uma forma muito constante.

Senador, eu não sei, eu não me lembro se o senhor acatou ou não, ou se eu apresentei esta emenda da participação mínima nos diretórios de 30% de mulheres ou de 20% de mulheres, porque o difícil é ter homens que decidem as nossas vidas. Nesse sentido, nós não decidimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando só há homens ou a maioria de homens nos diretórios, nós ficamos submetidas à legenda dos homens.

Eu sei que o assunto é indigesto. Estou vendo o rosto da turma. Os homens de fora da política são muito bacanas conosco e eu sempre agradeço aos homens por eu estar aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, eu agradeço esse momento de fala. Não tinha visto o pedido de vista, então nós pedimos vista coletiva, Relator, e vamos trabalhar. Mas, de todo modo, já é um avanço – já é. O senhor já se destaca por essa proposta, mesmo que indigesta para a maioria dos colegas homens.

Então, eu já parabenizo o senhor de antemão e peço desculpas por toda a pressão, mas acredito que nós não exercemos uma pressão maior do que a dos homens sobre V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sra. Senadora Dorinha.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é rapidinho. É só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É só para parabenizar a Senadora Soraya pela fala. E eu gostaria de saber dela se essa facilidade de ir para o céu ela aprendeu com o Padre Kelmon.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tá bom. (*Risos.*)

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, na verdade, eu entendo que nós vamos ter tempo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater o texto todo, então eu queria até fazer uma sugestão para que, no dia da previsão de votação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... houvesse uma pauta direcionada, porque o texto é complexo.

Nós estamos aqui com a responsabilidade nossa, como mulher, de fazer um debate em relação à questão da posição da mulher. Queria só pedir, acho que é um cuidado que nós precisamos ter, porque aqui ninguém chegou por acaso, aqui não é um lugar a que ninguém chega por acaso... É muito complicado quando algumas falas indicam, são como se a mulher tivesse um defeito de fábrica: "naturalmente, a mulher tem algum defeitinho, alguma coisa que não dá para política". Isso é muito ruim. Acho que todos nós temos inteligência suficiente para entender que tem peso de cultura, tem relação de poder, tem o desenho... E concordo plenamente com a fala do Senador Marcelo Castro. Nós temos um problema no sistema eleitoral. Agora, não dá para pagar o preço só a mulher, só ela pagar o preço do problema do modelo do sistema eleitoral. Então, nós não temos nenhum problema no nosso DNA, nem físico, nem biológico, que nos afasta da política. Assim, não é dizer: "troque, porque têm um defeito de fábrica, e elas não gostam de política". São temas sérios, que precisam ser discutidos.

No texto, acho que o Senador avança muito. Quem preside partido – e eu presido o meu há muito tempo, sempre fui Presidente estadual... Avança na questão das prestações de conta, avança muito no sentido não de facilitar, mas de dar maior transparência para vários procedimentos administrativos.

Ontem eu tive a oportunidade de apresentar uma sugestão. Hoje eu fiz duas emendas em relação ao tema que nós colocamos, sobre o que o Senador Marcelo Castro se debruçou muito quando estava com o tema na Câmara.

Então, eu penso que é muito complexo e ainda, repito, nós precisamos tentar avançar num diálogo que eu entendo hoje muito mais aberto, Câmara e Senado, para que alguns avanços daqui sejam mantidos na Câmara. Porque nós estamos tendo todo esse esforço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprimoramento, de reuniões, de debate, e, aí, chega na Câmara e simplesmente engavetam. Então, acho que é possível tentar esse diálogo em temas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É importante isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E a minha... Para o debate que eu vou fazer, tenho números. Tenho uma responsabilidade que eu não falo do meu mandato, mas o meu mandato tem compromisso com a participação maior da mulher na política no âmbito dos municípios, dos estados e da União. E vou fazer esse debate qualificado, reconhecendo avanços, mas colocando a importância da fala, que não é do meu mandato. Eu já estou aqui, tenho oito anos de mandato, e eu estou falando por quem eu tenho responsabilidade de representar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senadora Dorinha.

Eu concordo plenamente, inclusive com essa harmonia entre o que será votado aqui com aquilo que a Câmara votou, porque essa matéria vai retornar à Câmara com as alterações que serão feitas. Então, é importante, inclusive, que o Senador Marcelo Castro possa conversar até com o Presidente da Câmara, o Hugo Motta, ou com o Relator lá da Câmara, para que a matéria tenha uma sintonia e, quando voltar para lá, não tenha as alterações que costumeiramente têm acontecido nas alterações que nós fazemos aqui.

Senadora Eliziane, depois o Senador Laércio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Presidente, eu queria...

Como já foi dito, esse não é o momento mesmo de discussão, mas eu queria trazer aqui os meus cumprimentos. Eu acho que a gente tem emendas aí das colegas, no sentido de aprimorar em relação à vaga de candidatura, mas eu queria fazer um destaque aqui, por dever de consciência e em nome de uma luta histórica que nós temos no Brasil, ao Senador Marcelo Castro, pela sensibilidade da proposta dele da criação de vagas de mandatos para mulheres no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu era Deputada Federal, inclusive, e nós lutamos muito para conseguir a vaga de mandato na Câmara dos Deputados, Senador Marcelo, e a nossa proposta começava com 10% e ia evoluindo, chegando a 15%, e a gente sequer conseguiu essa aprovação naquele percentual de 15%. Nós perdemos, se não me foge a memória – a Senadora Dorinha estava lá –, por algo em torno de 20 votos apenas, não é? Por menos de 20 votos até a gente não conseguiu aprovar. E eu acho que, quando V. Exa. compra essa nossa luta, colocando 20% de vaga de mandato – eu não estou falando de candidatura, eu estou falando de vaga de mandato –, isso é histórico no Brasil.

Veja, a nossa posição mundial, Otto, é de número 136. Nós somos o país na 136ª posição mundial na participação feminina.

As minhas colegas citaram o México e tal. Eu vou citar Venezuela, Marcelo. A Venezuela tem 32% de participação feminina. Nós temos algo em torno de 17% a 18%.

Nós temos 700 municípios no Brasil que não têm uma Vereadora eleita; nós temos estados que não têm uma Deputada eleita.

Quando eu fui eleita Deputada Federal, eu fui a única mulher eleita do Maranhão, em 2014.

Então, esse é o cenário que nós temos, né?

E, quando a gente estabelece vaga de mandato... E aí é importante: não é Deputada sem voto nenhum, porque a Deputada sempre tem voto, ela não faz é ganhar a eleição, e ele colocou o estabelecimento de critérios em relação à quantidade de votos. Isso é importante, porque a luta que um homem tem para ter 80 mil votos, a mulher, na mesma luta, não consegue ter 20 mil votos, 15 mil votos.

Eu conversava ontem com uma colega: aquilo que é benesse para o homem é um problema para a mulher, na interpretação da visão machista brasileira hoje.

Uma mulher que tem filho, quando ela vai para o mercado de trabalho, Marcelo, lá na entrevista, a primeira pergunta que se faz: "Você tem filho?". "Tenho filho." Coloca-se de lado. Não está mais incluída entre as prioridades para estar no mercado de trabalho.

Pergunta para o homem: "Tem filho?". É um critério para entrar no mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um filho para uma mulher é compreendido pelo mercado de trabalho como um problema. Um filho para o homem é compreendido como solução – é um homem humano, sabe? Tem sentimento, tem filho, tem uma boa família... Então, isso é um critério para entrar no mercado de trabalho.

Veja como é complicada a vida de uma mulher.

Eu fui Deputada Federal. Foi doloroso para mim sair lá do meu estado e passar três, quatro dias, aqui, com minhas duas filhas, com oito e nove anos de idade. Só Deus sabe. Eu vinha para cá chorando, angustiada.

Aí, o homem elege-se Deputado Federal, vem para cá: "Não, minha mulher está lá, está cuidando dos meus filhos, está tudo resolvido".

A gente, não; a gente tem que cuidar do filho, o coração dói, não é simples...

Então, não é simples a gente chegar à representação política brasileira – por isso que nós só temos 17%, Dr. Hiran.

E eu acho que a posição do Senador Marcelo vem compensar, porque isso é igualdade. Isso é o pensamento aristotélico, dizendo o quê? Tratar os desiguais como desiguais na medida da sua desigualdade. Ou seja: se eu tenho maior dificuldade, eu tenho que ter uma ação compensatória para mim, para eu poder alcançar e ter isonomia, ter igualdade. É por isso que nós estamos lutando hoje no Brasil.

E a cota é isso.

A cota é por um tempo; por isso, ela estabelece 20 anos. A Eliziane vai ficar *ad aeternum*? Não, vamos estabelecer um tempo. Se a gente chegar daqui a 20 anos e tiver mais mulheres do que homens... Ô, coisa maravilhosa. Já pensou, Soraya? "Ah, tem mais mulher do que homem. Agora vamos colocar a cota para homem".

Nossa, eu quero estar lá daqui a 20 anos, não sei aonde, lá no meu estado, e vamos trabalhar para ter essa cota de homem. Como já foi aplicado... Nós tivemos no Chile recentemente isso; no México também. As mulheres tiveram que devolver vaga, porque tinha mais mulher do que homem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que nós estamos lutando.

Então, Marcelo, eu queria, meu companheiro querido, te parabenizar.

Eu acho que você vai enfrentar uma luta árdua, com os seus pares homens, para aprovar a sua proposta de 20%, mas saiba que nós estaremos na primeira fila, defendendo essa sua iniciativa de vaga de mandato para as mulheres.

Vamos lutar para aprimorar.

Tem outras propostas, em relação às candidaturas, mas o meu recorte é em relação à sua atitude nobre com as mulheres brasileiras de estabelecer vaga de mandato. Então, os meus cumprimentos.

Nós faremos o debate mais aprofundado lá na frente, que é no tempo da fase de discussão.

A gente não está discutindo hoje, não é, Soraya? Nós só estamos aqui dando uma pequena luz do que será o nosso debate futuramente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Laércio e, depois, o Senador Hiran.

V. Exa. quer falar?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Presidente Otto, é um prazer estar aqui reunido na nossa Comissão de Constituição e Justiça outra vez.

Quero cumprimentar as Senadoras aqui presentes, minhas colegas queridas, os Senadores, meus colegas queridos.

Certamente, nós estamos diante de um tema talvez dos mais importantes que esta Comissão vai enfrentar durante este ano, e é claro que só a grandeza de fazer um enfrentamento para um tema tão complexo como esse já requer de cada um de nós um desprendimento, para tentar construir, dentro da nossa unidade, aquilo que a gente entende importante para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao falar do Brasil, é muito interessante, Presidente, o artigo que o senhor trouxe, que a democracia é imortal, e a gente estar diante exatamente de um cenário como esse, porque, veja, vou fazer algumas reflexões aqui rapidamente.

A primeira delas é uma análise clara... E aí eu trago uma opinião extremamente pessoal minha.

Eu confesso que, até hoje, eu tenho alguns conflitos para entender se o financiamento público de campanha é justo ou não com o Brasil. Cinco bilhões para fazer eleição a cada dois anos... Será que esse recurso está bem aplicado, corretamente aplicado? Será que é disso mesmo que a gente deve tomar posse e aplicar para a democracia plena que a gente tanto prega em todos os rincões do nosso país? Eu, pessoalmente, tenho alguma dúvida com referência a isso, mas respeito, sou parte dessa construção, porque fui Deputado Federal, tive três mandatos, enquanto Deputado, e participei dessa construção.

Mas, enfim, essa é apenas uma reflexão de um caráter pessoal.

O esforço que o Senador Marcelo Castro tem feito, já aqui louvado por tantos colegas, é merecido, mas eu entendo que a gente vai precisar de muito aperfeiçoamento.

Essa vista coletiva é importante, para que a gente traga um debate mais qualificado, e que a gente consiga, nos próximos dias, conversar mais, para ver se, de fato, a gente vai conseguir produzir e aprovar um texto que expresse a realidade do cotidiano da nossa atuação política nas nossas bases, principalmente no período de eleição.

Aqui foi falado sobre instituto de pesquisa.

Todos que estão aqui nessa sala e que estão nos ouvindo pela nossa TV Senado já tiveram consequências gravíssimas na sua carreira política. E o senhor, Presidente, acabou de colocar uma situação sua com referência a esses institutos.

Os institutos precisam ser punidos com muita veemência nesse processo eleitoral. Esse é um dos problemas que a gente enfrenta nas eleições.

A fórmula eu não tenho. Eu cheguei até a soprar aqui para o Marcelo: "Marcelo, precisa achar uma punição para essa turma". Aí o Relator disse: "Não, é difícil isso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que é difícil, mas esse é um dos principais problemas que a gente enfrenta. Todos nós aqui, seja nas Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, para Prefeito, todos, todos, todos que disputam eleição já tiveram problemas seríssimos com os institutos de pesquisa.

A gente precisa abolir instituto de pesquisa de eleição.

Para que é que servem os institutos de pesquisa? Criar uma fórmula. Quem é que contrata instituto de pesquisa?

Então, como foi dito aqui por um colega nosso, o instituto de pesquisa é uma empresa que vai atender ao interesse do seu cliente.

Será que é preciso realmente instituto de pesquisa em eleições? É uma reflexão que a gente precisa fazer um pouco mais à frente.

Financiamento privado.

Por que definitivamente se proibiu financiamento privado? Será que esse é o caminho de fato para uma eleição? Então, assim, não existe tanto rigor nos tribunais eleitorais com referência à fiscalização das prestações de contas.

Ora essa, é uma entrada e uma saída. Tem os comprovantes legítimos. Qual é o problema de financiamento privado que a gente acabou excluindo dos processos eleitorais?

Com referência à propaganda eleitoral, de repente sumiram os *outdoors*, espalhados pelo Brasil inteiro, em todas as cidades, e não pode mais. Mas por que não pode? Qual é o impedimento? Por que não poder fazer a divulgação da sua campanha, do seu projeto de campanha? Por que serem proibidos alguns instrumentos que antes valiam?

Então, são esses três pontos apenas, para não tomar muito o tempo de todos, porque ainda tem colega aqui que quer falar.

A gente precisa entrar mais fundo nessas questões, porque essas questões estão diretamente ligadas ao nosso cotidiano, quando se fala em eleições. E, de fato, isso é que atormenta a vida de todos aqueles que buscam uma oportunidade de exercer o mandato no Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que a gente vai aprofundar essa discussão, Sr. Presidente, mas eu queria apenas trazer para a reflexão de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Laércio.

O Senador Hiran, depois, o Senador Esperidião Amin.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, querido colega Presidente, Senador Otto; Sras. e Srs. Senadores.

É, eu ouvi muito atentamente essa discussão, após esse pedido de vista. Aliás, um pedido de vista muito pertinente, porque essa é uma discussão que ainda vai se estender por um longo tempo aqui, porque está longe de haver um consenso em relação a essa matéria, que foi tão bem estudada pelo nosso Relator, Marcelo Castro, mas as opiniões são muito divergentes.

Em relação à pesquisa, eu acho também que nós precisamos dar uma regulamentada séria. E a pesquisa, eu acredito, Presidente, que ela pode ser feita, mas para interesse particular. Quer dizer, cada candidato que possa fazer suas pesquisas, e sirva para balizar a sua campanha, para nortear a sua campanha, mas essas pesquisas que são feitas para angariar voto útil, na reta final da eleição, isso está se tornando um negócio vergonhoso no nosso país – vergonhoso!

Eu queria dizer também para a Senadora Soraya, que me antecedeu e falou sobre a participação da mulher na política, inclusive deu o exemplo de Cuba, e, aliás, Cuba não é exemplo para nada nesse mundo, para nada, eu conheço muito bem, não é exemplo para nada, mas eu vou dar um exemplo de um lugar desenvolvido, meu querido Esperidião Amin, em que a luta das mulheres tem sido uma luta histórica, e eu fico muito feliz de ver aqui, na nossa Comissão, majoritariamente, hoje, a participação de mulheres tão competentes, como a Senadora Buzetti, como a Senadora Dorinha, como a Senadora Soraya, Eliziane – que estava aqui agora... Muito bom que vocês estejam aqui, que são muito competentes, inteligentes e são referência para todos nós, mas, olhem só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Suíça, que é um lugar superdesenvolvido nesse mundo, tem qualidade de vida, IDH, essas coisas todas, desenvolvimento em pesquisa, enfim... Vocês sabem...

Senador Amin, o senhor sabe quando que foi aprovado o voto feminino na Suíça? Isso é só para fazer parte desse debate.

Em 1971. Em 1971. Um país tido como absolutamente democrático, que é comandado... A gente não sabe nem quem é o Presidente da Suíça, porque a Suíça é comandada por três figuras, quatro figuras. Enfim, esses modelos são muito distintos no mundo.

Mas o que eu quero aqui colocar, para não me estender muito nessa discussão, é que eu acredito que a opinião pública não conseguirá entender, quando, num colégio, num estado que tenha dez Deputados, candidatos, e dez vagas para Deputados Federais, por exemplo, duas mulheres, que não tiveram uma votação significativa, representem a sociedade que votou em homens que tiveram uma votação muito maior. Isso é muito complicado. Isso fere, inclusive, o princípio da representatividade de cada um de nós aqui.

Nós já temos algumas legislações que estimulam e privilegiam a participação feminina, por exemplo, no que tange ao recurso de campanha. Nós, no nosso partido, no meu partido, Presidente, no Progressista, nós fazemos uma belíssima campanha, um trabalho muito grande, nos nossos estados, em relação à participação feminina na política. E isso é um trabalho de longo prazo, de educação, de sensibilização da sociedade e das mulheres, para que elas participem realmente. E, quando elas decidem participar, são extremamente competentes.

Eu acredito que nós vamos ter muita dificuldade para aprovar, não só aqui como na Câmara. Nós tivemos uma experiência nesse sentido quando eu fui Deputado: essa proposta não passou; tinha vários colegas defendendo essa questão na Câmara – acho que há uns cinco, seis anos. Eu acredito que, apesar de toda a luta, com essa proposta e o relatório do nosso Relator, nós vamos ter dificuldade para aprovar 20% de vagas para mulheres que eventualmente não tenham votos. Eu acho que vai ferir a representatividade popular, quer dizer, vai ter aqui um Deputado que não representa um segmento da sociedade. É a mesma coisa quando a gente aprova cota para concurso de residência médica, quando nós passamos por um período de preparação de um egresso na faculdade de Medicina e, ao final, a gente ainda tem que consignar cota para alguém que fez o mesmo curso e o mesmo acesso, o que é diferente da sua formação elementar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino médio, em que há uma grande divergência, uma grande disparidade no acesso, na oportunidade de formação. Mas, depois da faculdade, eu acredito que não haja nenhuma razão de a gente consignar cotas para cursos de residência médica, assim como eu acredito que nós temos mecanismos legais e legislações que estimulam a participação da mulher.

Agora, isso é uma questão cultural, de educação, que ainda vai demorar a acontecer. Espero que aconteça o mais rápido possível, mas essa cota para eleger mulheres que eventualmente não tenham votos é uma coisa de que acho difícil a gente convencer a sociedade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu acho que, com o pedido de vista, nós estamos cumprindo um dever de refletir sobre o projeto.

O Senador Marcelo Castro é, sem dúvida, uma cabeça, um cérebro, uma máquina para produzir, chegando perto da perfeição numa matéria sobre legislação eleitoral. Ele é, sem dúvida alguma, um legislador equipado, preparado e até, eu diria, vocacionado para ser o nosso intérprete.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito, muito, muito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todos nós reconhecemos isso, eu não faço favor nenhum. Mas eu creio que, como se trata de uma mexida no Código Eleitoral, ela vai ser muito ampla.

Eu vou destacar só dois aspectos aqui, porque tenho emendas, e o Senador deu toda a atenção às emendas que eu apresentei. Vou apresentar destaque a respeito da auditabilidade do voto. Acho que a discussão desse assunto é merecedora da nossa atenção, porque não se trata de falar em fraude; trata-se de aperfeiçoar a urna eletrônica. Ela não é recepcionada no mundo por isto: porque o sujeito que vota não confia que o seu voto foi registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a auditabilidade do voto pode ser adotada hoje com um mecanismo e amanhã com outro mecanismo, mas o objetivo será sempre dizer: se der um problema na urna, eu vou apurar e aquele voto vai estar lá dentro.

O que não aconteceu num caso concreto em Santa Catarina. Na urna 458, do Município de Içara, em 2014, dois terços dos eleitores já tinham votado, a urna engripou e, no final de um grande processo, foi dado perdimento de 280 votos dos 400 e poucos daquela urna. Perdimento por sentença judicial. Por quê? Porque não havia como resgatar. Isso é decisão judicial em última instância e isso mudou o provimento de uma vaga de Deputado Estadual, uma diferença de vinte e poucos votos. E a urna ficava na escola em que este Deputado que perdeu a eleição votou, ou seja, foi uma conjunção astral para demonstrar que o voto não é auditável.

E eu estranho quando um juiz diz: "Mas o senhor está falando em fraude?". Não, ainda não. Eu vou falar em fraude se um dia eu comprovar, mas não é auditável. E ele é auditável na Venezuela, ele é auditável no Paraguai e na Índia, onde votam quase um bilhão de pessoas, numa eleição que demora seis semanas. E, para facilitar o voto do analfabeto, o partido é representado por um bicho. É assim. Então, em uma sucessão de quatro a seis semanas, transcorre a eleição. Não é simultânea nem no mesmo dia, assim como não é simultânea nos Estados Unidos, onde existe voto por correspondência.

Enfim, o voto tem que ser auditável, mas isso é um tema que eu respeito quem não concorda. E quero dizer isso ressaltando: a primeira urna eletrônica que operou para valer foi em Santa Catarina, foi em Brusque. Foi lá que nasceu essa criatura, que tem que ser aperfeiçoada, como tudo é aperfeiçoado. O bisturi que credenciou o melhor ortopedista da Bahia, contestado por um representante do Ceará, que é o Tasso Jereissati, evoluiu. Por mais simples que seja o bisturi, ele evoluiu, o material evoluiu.

Estavam falando aqui os odontólogos. Do aparelho de baixa rotação para os aparelhos odontológicos de hoje, a evolução foi extraordinária. Falo também com a alegria de poder dizer que hoje a única fábrica de equipo odontológico que opera no Brasil, a Olsen, tem sede em Palhoça, Santa Catarina. Estou puxando a brasa para nossa sardinha, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para concluir, foi em Santa Catarina que foi eleita a primeira mulher. Prestem bem atenção! E um ponto absolutamente fora da curva: uma mulher negra. Tinha que ser na Bahia? O ACM...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A primeira foi na Bahia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi em Santa Catarina, Antonieta de Barros. Antonieta de Barros, Deputada Estadual pelo PSD, mas o senhor tem direito de resposta. Não pagou a aposta ainda, eu não quero mais apostar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu só espero que V. Exa. não venha dizer que Cabral chegou também em Santa Catarina. Aí, meu amigo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, foi em Porto Seguro. Lá, o Joaci Góes me mostrou onde é que fica. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque aí não vai dar. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi o Joaci Góes que me mostrou onde é que fica, ex-Deputado e brilhante Presidente da Academia de Letras da Bahia.

Então, para concluir, seja a cota... O Senador Hiran falou uma coisa séria: o princípio da representação é: um homem, ou seja, uma pessoa, um voto. É assim que a sociedade democrática do mundo estabeleceu. Ou seja, onde tem distrito eleitoral, isso é deformado pelo tamanho do distrito, que evolui, mas o censo demográfico é que atualiza. E nós estamos vivendo essa atualização neste ano. A representação popular é proporcional.

E, nos Estados Unidos, que são o nosso espelho, há oito estados que só têm um Deputado Federal, um representativo, e dois Senadores. Todos têm dois Senadores, mas oito estados só têm um Deputado Federal, porque a população... E o estado que tem mais, pelo menos na última estatística que eu conheço, sempre é Califórnia, com 52. E o número de Deputados continua o mesmo, vai se acomodando a cada dez anos dentro desse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que o Senador Hiran falou deve ser considerado – eu não estou dizendo que deve ser aceito, mas deve ser debatido.

E concluo para dizer o seguinte: alguma forma de forçar, de induzir a que a mulher tenha mais representatividade nós temos que manter ou aprimorar. Por quê? Porque isso é um déficit cultural. Quem é que quer cota para alguma coisa? Ninguém quer, mas precisa. É preciso para o negro, para as minorias. Por quê? Porque eles não estavam acostumados a disputar eleição. A mulher também não. Se, na Suíça, a primeira eleição da primeira vez em que uma mulher recebeu voto foi em 1971, nos Estados Unidos também não foi no primeiro momento. Em todos os discursos, no de Gettysburg, de Abraham Lincoln, todos os homens, todos são iguais perante a lei. Só que a história é diferente, de cada um. E a história tem várias decisões capciosas que deram ao homem uma participação maior do que à mulher na vida social e política. Não vou entrar em detalhe.

Eu sou católico apostólico romano, e não tem cabimento proibir que a mulher seja padre – não tem cabimento –, e é uma carta apostólica de 1994, assinada pelo nosso querido São João Paulo II, em que ele diz, começa assim, que fica definitivamente esclarecido que não pode ser padre. Está escrito isso, deve ter sido escrito pelo Ratzinger, né? Não quero aqui fazer acusações, mas isso é de 1994.

Na cultura, querido califa, islâmica, o Maomé devia ser o mais feminista de todos. Ele nasceu órfão, ou seja, quando ele nasceu, o pai tinha morrido. Foi cuidado pela mãe, que, queiram ou não, chamava-se Amina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Casou com a patroa. Ele era empregado de uma viúva chamada Khadijah, que era dona de uma empresa de transportes, que tinha, sei lá, 500 camelos. Ele foi se chegando, casou com a patroa. Tiveram seis filhos: quatro mulheres e dois homens. Os homens morreram muito cedo. E o seu legado maior foi uma mulher chamada Fátima, mas a xaria, a legislação, fez com que a mulher que poderia ser predominante até ou pelo menos igualitária tivesse um espaço só agora sendo conquistado. Então, é uma trajetória...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu queria dizer para o meu amigo Marcelo Castro: algum incentivo nós temos que dar – e eu conversava aqui com a Senadora Professora Dorinha – até que sature. Quando saturar, pode dispensar a cota ou qualquer outro tipo de favorecimento. Aí vamos correr juntos, mas, enquanto não saturar, ou seja, enquanto não houver uma massa crítica de mulheres exercendo cargos, nós vamos ficar devendo.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

A matéria está em vista coletiva.

Vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 28/05/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Magno Malta (dependendo de Relatório).

A Relatora é a Senadora Dorinha Seabra. É um projeto da Deputada Federal Laura Carneiro, do PSD, do Estado do Rio de Janeiro.

Eu passo a palavra à Senadora Dorinha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 4.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sra. Senadora Margareth, senhoras e senhores, o relatório foi feito pelo nosso querido Senador Contarato, pessoa que conhece muito o tema. Eu sou Relatora *ad hoc*...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ah, é o meu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item 4 de que V. Exa. é a Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do Senador...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Do Contarato é o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Fabiano Contarato é o item 5, que eu vou passar à senhora para fazer a relatoria *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, neste item 4, é a Sra. Senadora Dorinha que é a Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está tudo bem. É porque eles tinham pedido que fizesse uma inversão.

Peço licença para ir direto à análise e ao voto, Sr. Presidente.

Quanto à constitucionalidade formal da proposta, a matéria envolve direito penal, e, então, a competência é assegurada. Toda a parte de materialidade... Não há vícios de juridicidade. No que se refere à regimentalidade, tampouco.

E do mérito passo a tratar.

A despeito das diversas alterações legislativas relacionadas ao tema nos últimos anos, os dados relacionados à violência contra a mulher no Brasil continuam alarmantes. Quando somadas as taxas de registro de diferentes crimes com vítimas mulheres – homicídio e feminicídio, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (*stalking*), violência psicológica e estupro –, chega-se ao assustador número de mais de 1,238 milhão de vítimas somente em 2023.

Para que o Estado se desincumba de seu ônus de reprimir de forma efetiva a violência contra a mulher, é preciso que se valha de todo o arsenal legislativo à sua disposição, para dissuadir criminosos dispostos a cometer esses crimes odiosos.

É esse o sentido das alterações propostas no PL.

A proposta impede que o fato de o agente ser menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença, seja considerado como uma circunstância atenuante ou como fator de redução do prazo prescricional.

De fato, a juventude e a velhice não podem ser utilizadas como desculpas para a prática de violência sexual contra mulheres. O agente jovem ou idoso que comete esses delitos deve ser punido da mesma maneira que qualquer outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação integral do PL nº 419, de 2023.

É esse o nosso voto.

Tem uma emenda que foi apresentada hoje pelo Senador Magno Malta. Eu estou rejeitando a emenda. Embora a intenção seja meritória, colocando o fato para aa situação da criança e do adolescente, ela foge do escopo do projeto. Eu rejeito, inclusive, para o projeto não ter que retornar à Câmara. Em outra oportunidade, sendo apresentado o tema específico pelo Senador, inclusive apoiaria a emenda.

Esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Eu agradeço à Senadora Dorinha Seabra e a parabenizo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada. O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1, da matéria ao Plenário. Rejeitada a emenda do Senador Magno Malta.

Item 5.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Queria só pedir a urgência, Sr. Presidente, desse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. A Senadora Dorinha Seabra pede urgência para a matéria.

Eu acato e coloco em votação o requerimento da Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento para a tramitação da matéria em regime de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Passo a palavra à Senadora Dorinha para, *ad hoc*, relatar o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3613, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Segurança Pública.

Com a palavra a Senadora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto também à análise.

Quanto a todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, o projeto se encontra devidamente instruído.

Passo a tratar diretamente do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convém atentar para o fato de que o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 12 de junho de 2024, quando tramitavam no Congresso Nacional diversas propostas de alteração dos dispositivos do Código Penal citados, bem como da Lei de Crimes Hediondos.

Uma delas veio a se converter na Lei nº 15.134, de 6 de maio de 2025, que alterou o §12 do art. 129 do Código Penal, desmembrando-o em incisos.

O inciso I manteve a previsão já existente: aumento de um a dois terços para a pena do crime de lesão corporal dolosa, quando praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal.

O inciso II estabeleceu o mesmo aumento de pena para a lesão corporal dolosa, quando perpetrada contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou a oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau.

O PL ora examinado também modifica o §12 do art. 129 do Código Penal para estabelecer o aumento de um a dois terços na pena prevista para o crime de lesão corporal dolosa. E o faz em duas hipóteses, constantes das alíneas "a" e "b" da nova redação que dá ao inciso I do §12. Uma delas – a alínea "a" – coincide com a redação atual do inciso I, dada pela Lei nº 15.134, de 2025. Já a alínea "b" insere a hipótese do crime praticado nas dependências de estabelecimento de ensino, ou seja, nas escolas, nas instituições de educação.

Na nova redação que dá ao inciso II do §12, o PL prevê o aumento da pena, de dois terços ao dobro, nos casos em que, praticada a lesão corporal dolosa em estabelecimento de ensino, a vítima apresentar vulnerabilidade física ou mental ou o autor mantiver relação de parentesco próximo ou relação de autoridade com a vítima.

Ora, como já assinalado, posteriormente à aprovação do PL na Câmara dos Deputados, o Código Penal foi alterado para desmembrá-lo em incisos. A previsão do inciso I é mantida pelo projeto na alínea "a" do inciso I do §12. Já a previsão do inciso II do §12 é substituída pela nova hipótese de aumento de pena, de dois terços ao dobro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que a Câmara dos Deputados não pretendeu substituir um texto por outro, mesmo porque o atual inciso II do §12 sequer existia quando da deliberação da Câmara Baixa. Por isso, para compatibilizar o PL com a redação atual do §12 do art. 129 do Código Penal, é necessário que o texto vigente do inciso II do §12 passe a constituir alínea do inciso I.

Não há dúvida de que alteração dessa natureza, que apenas reordena dispositivos, deve-se fazer por emenda de redação. A deliberação da Câmara jamais pretendeu eliminar ou substituir a atual hipótese de aumento de pena, pela simples razão de que ele nem figurava no projeto de lei quando o PL foi aprovado na Câmara.

Ocorrência em tudo similar àquela antes descrita se dá na redação proposta pelo PL para o inciso I-A do art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos. A multicitada Lei nº 15.134, de 2025, desmembrou o inciso em alíneas, para qualificar como hediondos os crimes de lesão corporal gravíssima e lesão corporal seguida de morte, também quando praticados contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou a oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade.

Já o texto do PL, aprovado pela Câmara dos Deputados antes da entrada em vigor daquela lei, desmembra o mesmo inciso I, "a", em alíneas, mas, em lugar da hipótese antes mencionada, insere a de lesão corporal praticada nas dependências de estabelecimento de ensino. Há necessidade, portanto, de apresentar emenda de redação para adaptar o texto da Câmara ao novo cenário normativo.

Note-se, ainda, que o Código Penal já traz um aumento de pena semelhante à nova qualificadora proposta para o crime de homicídio apresentada pelo PL, especificamente em relação ao homicídio qualificado cometido contra menor de 14 anos, aplicável quando o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada (inciso III do §2º, "b", do art. 121). A nova qualificadora, contudo, por ser mais genérica, pois trata do homicídio cometido em dependência de instituição de ensino (sem restringir a conduta a menores de 14 anos ou a instituição de educação básica), não teria o condão de modificar o regramento disposto no referido inciso III do §2º, "b".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, concordamos com a proposta. Pesquisas recentemente divulgadas nos dão conta de que os episódios de violência escolar aumentaram substancialmente no espaço de dez anos. No ano de 2013, foram registrados 3.771 casos. Já em 2023, foram 13.117, sendo que metade das ocorrências diziam respeito à violência física. Ao longo desses anos, a curva só foi descendente em 2020 e 2021, quando houve o *lockdown* em razão da pandemia de covid-19.

Para além da chamada violência intraescolar, o Governo Federal identifica como categoria específica a dos ataques de violência extrema contra escolas. No período de 2001 a 2023, foram registradas 43 ocorrências desse tipo, que vitimaram 168 pessoas, sendo 53 delas fatais. Até o ano de 2018, apenas dez ataques haviam ocorrido. Esse número explodiu a partir de 2019. Somente no ano de 2023, aconteceram 15 ataques foram perpetrados em espaço escolar, com nove mortes e 29 feridos.

Os ataques de violência extrema distinguem-se de outros casos de violência escolar por serem intencionais e premeditados, direcionados ao ambiente e à comunidade escolar, atentando contra a vida e a integridade física das pessoas, por meio do uso de armas de diversos tipos. Eles combinam elementos como vingança, ideologias extremistas, planejamento detalhado e busca por notoriedade. Sua letalidade é potencializada pelo uso de armas de fogo. Quanto ao perfil dos agressores nos casos identificados, todos eles eram meninos/homens motivados por discursos de ódio e comunidades *online* de violência extrema.

O aumento do número de crimes de homicídio e lesão corporal dolosa impacta negativamente a frequência escolar. Em 2009, 5,4% dos alunos do ensino fundamental reportaram ter deixado de ir à escola por sensação de insegurança. Dez anos depois, esse percentual havia crescido para 11,4%. Outra pesquisa, divulgada em 2023, revelou que 12,6% das escolas brasileiras, 12 em cada oito, haviam sofrido ameaça ou tentativa de ataque violento nos 12 meses anteriores.

Não existe solução mágica para problemas complexos. Por meio do Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, regulamentando a Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023.

Tal sistema deve atuar: na produção de estudos, levantamentos e mapeamentos de ocorrências de violência escolar; sistematização e divulgação de medidas e soluções de gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficazes no combate à violência escolar; promoção de programas educacionais e sociais direcionados à formação de uma cultura de paz; prestação de assessoramento às escolas consideradas violentas, nos termos de regulamento; prestação de apoio psicossocial a membros da comunidade escolar vítimas de violência nas dependências de estabelecimento de ensino ou em seu entorno.

Isoladamente, o recrudescimento da resposta penal aos casos de violência nas escolas, nos estabelecimentos de ensino, não vai eliminar esse problema, mas é um importante fator dissuasório, o qual, ao lado de outras medidas, pode contribuir para o enfrentamento dessa alarmante questão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.613, de 2023, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Promovam-se as seguintes alterações no art. 129 do Código Penal,
> na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 3.613 [...].

É simplesmente uma reorganização, que eu acho que eu já mencionei durante todo o texto e a emenda de redação que faz essa reorganização, que também o Relator mencionou, uma vez que um projeto já tinha sido aprovado na Câmara, após a edição da lei.

É esse o voto proferido por mim e produzido pelo Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Dorinha Seabra o relatório e a parabenizo também pelo relatório de ambos os projetos que relatou: pelo projeto do item 4, o Projeto de Decreto de Lei nº 2.848, que não permite prescrição da pena para violência contra a mulher a aqueles que a praticam com menos de 21 anos e mais de 70 anos, excluindo esse marco de idade, até porque a violência pode ser praticada pelo homem em qualquer idade que ele venha a ter. Essa é uma coisa que acontece, até pela formação, pela agressividade que o homem às vezes tem contra a mulher. Portanto, parabenizo V. Exa. E também pelo item 5. A violência nas escolas, no ensino público e privado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem aumentado muito no Brasil e em outros países do mundo. Recrudescer o tratamento penal para esses casos não é uma iniciativa que possa inibir essa violência na escola.

Portanto, pelas duas matérias, quero parabenizar V. Exa. São matérias importantes e que eu entendo que serão proveitosas para que não aconteçam esses fatos mais tão danosos à nossa sociedade.

Não tendo quem queira discutir, eu coloco em votação a matéria. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 5.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1, da CCJ, e 2, da CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Quero pedir urgência dele também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Dorinha pede urgência para a matéria.

O requerimento está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento para tramitação em urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Não tendo mais nenhuma matéria a tratar, declaro encerrada a sessão de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinco minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1533, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Brasileiro de Creches." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3611, de 2024 - Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1167, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da educação escolar." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4548, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Aquiraz, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Renda de Bilro." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2079, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Coco de Roda, da Ciranda e da Mazurca." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4409, de 2021 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, que se realiza na cidade-teatro de Nova Jerusalém, localizada no distrito de Fazenda Nova, no Município do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2521, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara o Município do Recife, no Estado de Pernambuco, como Capital Nacional do Brega." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4030, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Brincar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 21, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE, sejam incluídos representantes da Associação De Olho no Material e da Associação de Desenvolvimento da Família/Family Talks dentre a lista de convidados para o ciclo de debates referentes ao Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 22, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2025 - CE, seja incluído o tema sobre as situações das Universidades brasileiras, em particular a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 23, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025, sejam incluídos representantes da sociedade civil organizada no Ciclo de Audiências Públicas, para discussão do Plano Nacional de Educação. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: representante do Instituto Sonho Grande; representante do Instituto Península; representante da Uneafro Brasil; e representante do Instituto Alana." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 24, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído, no ciclo de Audiências Públicas para discussão do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação, a Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais - Abraspe." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE seja incluído representante Conselho Federal de Química - CFQ." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 28, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4799/2024. Propõe para a audiência os seguintes convidados: 1) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); 2) Rede Nacional de Educação Cidadã (RedeNEC); 3) Escolas Judiciárias Eleitorais (EJE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 4) Programa Educação Cidadã, da Controladoria-Geral da União (CGU); 5) Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL); 6) Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); 7) Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); 8) Ministério da Educação; 9) o Conselho Nacional de Educação; 10) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 11) Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); 12) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); e 13) União Nacional dos Estudantes (UNE)." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada no dia 7 de maio.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Farei inicialmente alguns comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício do movimento Fies Sem Teto, que solicita reajuste do teto do Novo Fies Social para Medicina, além de programas de combate à evasão acadêmica e retorno dos endividados.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste colegiado solicitar a autuação neste período.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Conforme acordado previamente, se não houver discordância do Plenário, votaremos em blocos os itens terminativos que exigem votação nominal.

Passaremos aos itens listados, começando pelo item 1, terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1533, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Cria o Cadastro Brasileiro de Creches.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Relatoria do Senador Flávio Arns.

Consulto o Senador Esperidião Amin se poderia relatar *ad hoc* a matéria? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Aceito, com muita honra, Senadora Teresa Leitão. Apenas gostaria de fazer uma ponderação para a senhora consultar a Secretaria. Eu também aceito, se a senhora assim deliberar, fazer o relatório *ad hoc* do mesmo Relator, que é o Senador Flávio Arns, do item 8. Mas tenho uma pequena cobrança, que é a apreciação do meu Requerimento nº 10. Se a senhora concordar, fazemos uma transação rápida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Depois o requerimento do item 10.

Eu que agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado. Uma transação feita às claras, sem nada escondido. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Para o bem de todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para o bem de todos.

Sra. Presidente, o Senador Jader Barbalho, meu coetâneo, porque fomos Governadores na mesma gestão, de 1983 a 1987 – então, veja de onde é que vem essa contemporaneidade –, propõe uma medida muito oportuna.

É evidente que a creche, ou seja, a primeira infância é um assunto da maior relevância do ponto de vista social e também pedagógico no sentido amplo da palavra, até porque, na primeira infância, muitas das questões de caráter e de formação social e de socialização da criança se definem. Então, criar o cadastro vem ao encontro de uma organização mais racional. E isso vai ao encontro do previsto na LDB, que substituiu a antiga noção de creche, que era apenas uma questão de cuidado, de benemerência, para uma missão pedagógica, uma missão de formação, de otimização dos impulsos da criança e seu direcionamento para os momentos seguintes da sua vida.

De sorte que eu colho, do parecer do Senador Flávio Arns, alguns textos.

Tendo em vista a pertinência temática da proposição sob análise, com esse conteúdo de marco legal da primeira infância, ele propõe a aprovação da matéria, com os ajustes necessários, seja amplificando as possibilidades de criação de sistema de informação que assegure os cuidados que a criança requer, seja por introduzir o cadastro nacional com as suas implicações, conforme o substitutivo que ele oferece, dando uma dimensão ainda melhor ao projeto do Senador Jader Barbalho.

Portanto, é constitucional, é juridicamente correto, é regimentalmente adequado. E, no mérito, sem dúvida alguma merece a nossa aprovação o projeto de lei. E eu concordo com o que diz o Senador Flávio Arns, com o seguinte substitutivo:

> Art. 1º O art. 11 da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, passa a viger com a seguinte redação:
> "Art. 11.....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º Para atender o disposto neste artigo, será implementado, em articulação com os entes federados, o sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância, com integração dos bancos de dados das áreas de saúde, educação, assistência social e proteção.

§ 4º O sistema referido no § 3º contará também com informações detalhadas sobre creches e demais instituições de atendimento à primeira infância, de forma a assegurar a qualidade da oferta de educação infantil, nos termos do disposto no art. 16 desta Lei e na legislação educacional.” (NR)

Portanto, eu sou absolutamente favorável a esse teor do substitutivo de autoria do Senador Flávio Arns e esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

Eu quero destacar também, Senador, que esse projeto se associa a um rol de iniciativas tanto para creche como espaço de aprendizagem como à ênfase que vem sendo dada à questão da primeira infância, que foi falada por V. Exa. no relatório. Então, estão de parabéns o autor, o Relator e V. Exa., que assumiu a relatoria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Conforme o nosso acordo, nós vamos passar para o item 8, que institui o Dia Nacional do Brincar. Veja como tem relação com o que a gente acabou de discutir, não é?

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4030, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Brincar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

De autoria da Deputada Federal Teresa Neuma, o Senador Esperidião Amin também vai assumir *ad hoc* a relatoria.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – A própria Presidente, a senhora já disse da importância e da conexão desse projeto com o que nós acabamos de aprovar.

A proposição neste caso contém três artigos. O art. 1º institui a efeméride, ou seja a celebração, conforme consta na ementa do projeto. O art. 2º discrimina as ações a serem realizadas para a promoção do Dia Nacional do Brincar. Já o art. 3º versa sobre a entrada em vigor da lei na data da sua publicação.

É um projeto simples, mas é um projeto que enaltece essa função do brinquedo e do brincar educativo que contribui para a socialização e contribui, acima de tudo, para que a criança, além daqueles do seu berço familiar, seu núcleo familiar, possa ter um desenvolvimento saudável junto a crianças e adolescentes. Enfim, transforma, no caso, o dia 28 de maio em uma data capaz de dar importância a essa atividade fundamental, incentivando a sociedade a valorizar e integrar o brincar no cotidiano infantil.

Aprovando este projeto de lei, nós estaremos efetivamente investindo no futuro das nossas crianças e, consequentemente, no futuro do nosso país.

Esse é o teor do relatório de autoria do Senador Flávio Arns, com o qual eu compartilho, constituindo este parecer pela aprovação, portanto, nos termos do relatório de autoria do Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

É impressionante como a gente às vezes passa ao largo de uma atividade tão importante para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Parece que brincar é brincadeira, e brincadeira é coisa séria, em se tratando de desenvolvimento infantil.

Parabéns, Senador!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando se tratava do ginásio – seria a 1ª série do ginásio mais ou menos equivalente hoje à nossa 5ª série – o livro de latim que era utilizado no Colégio Catarinense... Os livros eram uma série de quatro ludos, o jogo – *Ludus Primus, Ludus Secundos, Ludus Tertius* e *Ludus Quartus* –, dando uma ideia de que é possível aprender uma língua brincando. Era uma visão, e isso já para garotos de dez anos para cima. Então é muito oportuno e muito mais assimilável para a criança o brincar, seja ele recreativo propriamente ou mesmo educativo, além de contribuir para a socialização.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O parecer, portanto, é pela aprovação.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Enquanto aguardo os demais Relatores, vou cumprir o nosso acordo, pulando para o Requerimento nº 10, de autoria do Senador Esperidião Amin.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2025 - CE, seja incluído o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema sobre as situações das Universidades brasileiras, em particular a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, autor do requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Como a senhora já expressou ao ler o requerimento sinteticamente, é lógico que eu não vou pedir para debatermos somente a situação de duas universidades do meu estado, mas não posso deixar de tê-las como meu foco, tanto a Universidade Federal de Santa Catarina quanto a Universidade Federal da Fronteira Sul, que compreende unidades não só no Estado de Santa Catarina, mas também no Paraná e no Rio Grande, por isso ela se chama da Fronteira Sul.

Têm preocupado a sociedade em geral as notícias de insuficiência orçamentária para o ano. No caso da Universidade Federal de Santa Catarina, isso se materializa com várias manifestações.

Eu quero me referir àquelas manifestações democráticas, republicanas, que o estudante da universidade tem a faculdade e até o dever de expressar sob a forma de protesto, protestos civilizados, reclamações objetivas, tanto na Universidade Federal de Santa Catarina quanto na Universidade Federal da Fronteira Sul.

No caso da Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem, vamos ser claros, em termos de mídia, uma repercussão menor do que uma universidade como a Federal de Santa Catarina, que tem o seu principal foro, seu principal *campus* na capital do estado, além de outros *campi* espalhados pelo estado, é muito frequente a preocupação de estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul com disciplinas que não estão sendo ministradas com regularidade, tendo um professor como responsável pela disciplina. E isso resulta de maturidade. O protesto da Universidade Federal da Fronteira Sul que eu quero registrar aqui não é um protesto que tenha conteúdo estranho ao objeto, ao escopo da universidade.

Eu estarei em Chapecó nesta sexta-feira e vou prestar contas de que nós, se tudo correr bem, teremos aprovado esse requerimento. E, com essa aprovação, fica endereçado ao Ministro Camilo um pedido para que ele se atualize quanto às reclamações objetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da Universidade Federal de Santa Catarina, o tema já é bem conhecido. Eu quero até mencionar uma particularidade: eu não pude participar, há dois ou três anos, da inauguração da casa dos estudantes indígenas da universidade federal, que contou com a contribuição de uma emenda minha. Da última vez que eu fui à universidade, para uma apresentação lá na Igrejinha, que é um local belíssimo, que também tive a honra de poder ajudar a recuperar, a notícia que eu obtive é de que nós temos que cuidar agora da reforma da casa do estudante indígena. Tudo bem, vamos cuidar disso. Mas eu não sei como é que nós vamos tratar das despesas ordinárias, digamos assim, despesas obrigatórias da Universidade Federal de Santa Catarina, que estão correndo risco.

E, no caso da Universidade Federal da Fronteira Sul, eu quero enaltecer a objetividade com que os estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul têm se dirigido a mim, familiares, pais de estudantes preocupados com o futuro dos seus filhos, que não estão tendo o atendimento didático, pelo prejuízo da inexistência de um professor titular, sem uma perspectiva de cumprimento dessa obrigação elementar por dificuldades orçamentárias.

Então, certamente, o Ministro tem outras situações parecidas, mas eu vou me sentir cumprindo com o meu dever se aprovarmos este requerimento, ou seja, para que o Ministro da Educação, quando vier aqui... E eu até queria que a senhora nos informasse se já tem data para a visita do Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – No final deste mês de maio, aquela visita protocolar que nós aprovamos na primeira reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A periódica.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, digamos, que, na última semana de maio.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que ele traga para nós um conhecimento atualizado da situação, uma análise da situação e uma perspectiva de resolução dos problemas que eu aqui resumi...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... referentes à Universidade Federal de Santa Catarina e em relação à Universidade Federal da Fronteira Sul.

Portanto, é um destaque que eu peço.

E já percebo aqui que o Senador Izalci ficou agoniado, porque, naturalmente, ele quer apoiar o meu pedido... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas tirar um pedacinho também para ele.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador. Para os que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No interesse público, você vai contar com o meu apoio também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Para os Senadores que chegaram no curso da discussão, nós pulamos, na pauta, para o item 10, a pedido do Senador Esperidião Amin, que já relatou dois projetos em substituição ao Senador Flávio Arns.

E a minha proposta, Senador, é um requerimento de audiência pública para tratar das universidades. A minha proposta é que a gente vote em bloco os demais requerimentos para podermos, então, voltar à discussão dos itens na sequência: 2, 3, 4, etc. Pode ser?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero discutir sobre esse requerimento do Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Para enriquecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para enriquecer.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar o nosso querido Senador, que é um ícone aqui na educação e em todo o Congresso.

A gente precisa ampliar um pouco mais esse debate das universidades. Nós temos hoje a universidade carente de orçamento – essa é uma discussão que a gente tem que fazer, inclusive, lá na CMO –, mas temos que avaliar também a questão de... Hoje, por exemplo, nós termos vários cursos nas universidades com um número muito pequeno de alunos, e isso, evidentemente, compromete o custo do aluno. Além da questão da qualidade, não é?

Nós temos certa liberdade geral e irrestrita nas universidades que precisa ser, de certa forma... Lógico, tem que ter autonomia, mas, para dizer um nome popular, realmente, tem alguns cursos que são uma esculhambação; os pais evitam até de matricular os alunos em universidade pública porque não sabem se eles vão concluir o curso, se vão terminar o curso. Muitos vão para a particular, sacrificando, às vezes, a questão econômica, porque não veem perspectiva na universidade pública.

Então, eu acho que é um momento importante para a gente discutir essa questão. Nós temos alunos que devem estar repetindo de ano lá há três, quatro, cinco anos. Tem alunos com 30 anos na universidade; mais de dez anos lá participando de DCE, essas coisas.

Eu acho que tem que ter um debate amplo. Infelizmente, a nossa educação é como se estivéssemos construindo a casa pelo telhado. Quem tem recurso... E olha que tem pouco recurso comparado com educação básica e infantil... A União é quem detém mais recurso e cuida do ensino superior; depois o ensino médio vai para os governos estaduais, e parte do ensino fundamental; e a base da educação, que tinha que ter muito recurso, muita dedicação, é competência dos Prefeitos, que é a educação infantil. E hoje deparamos com uma educação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem mais alfabetização na idade certa; o aluno vai para a educação fundamental sem ter a mínima condição porque não teve uma boa alfabetização.

Então, são problemas sérios que nós temos que tratar, como a formação de professor, a questão da educação profissional, mas é um bom momento. Eu acho que o Senador Esperidião Amin foi iluminado aqui ao apresentar esse requerimento para esse debate, porque eu acho que é um dos grandes gargalos que nós temos hoje no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Eu informo que as audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação e questões correlatas estão sendo muito positivas – o Senador Izalci participou de uma.

A minha proposta, para a gente ganhar tempo na extensa pauta, é que, já que a gente inverteu para requerimentos, a gente possa votar em bloco, simbolicamente, os demais, porque todos tratam da inclusão de entidades para as audiências públicas do Plano Nacional de Educação.

Além deste, do Senador Esperidião Amin, nós temos um da Senadora Damares, o Requerimento nº 21, para incluir a Associação De Olho no Material e a Associação de Desenvolvimento da Família no rol de convidados para as audiências públicas.

Temos outro, da Professora Dorinha Seabra e do Senador Flávio Arns, o Requerimento nº 23, da mesma maneira, para incluir no ciclo de audiências públicas o Instituto Península, um representante da Uneafro Brasil e um representante do Instituto Alana.

Temos outro do Senador Flávio Arns, para incluir a Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais.

Temos mais um, do Senador Sérgio Petecão, para incluir um representante Conselho Federal de Química.

Há mais um, da Senadora Jussara Lima, para a realização de audiência pública com o objetivo... Esse é outro, diferente. É do PL 4.799, com os seguintes convidados: Undime; Rede Nacional de Educação Cidadã; Escolas Judiciárias Eleitorais; Programa Educação Cidadã;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Brasileira das Escolas do Legislativo; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep); Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Conselho Nacional de Juventude; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; e União Nacional dos Estudantes.

Eu não vejo, senhores, se os senhores me permitem opinar, nada que prejudique o andamento das audiências; muito pelo contrário, são todos eles requerimentos que buscam ampliar o leque de escutas aqui na Comissão.

Eu consulto o plenário se podemos fazer a votação em bloco para os requerimentos constantes da pauta. (*Pausa.*)

Então, havendo concordância, os Senadores que concordam com a aprovação dos Requerimentos nºs 21, 22, 23, 24, 27 e 28 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 21, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE, sejam incluídos representantes da Associação De Olho no Material e da Associação de Desenvolvimento da Família/Family Talks dentre a lista de convidados para o ciclo de debates referentes ao Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2025 - CE, seja incluído o tema sobre as situações das Universidades brasileiras, em particular a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025, sejam incluídos representantes da sociedade civil organizada no Ciclo de Audiências Públicas, para discussão do Plano Nacional de Educação. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: representante do Instituto Sonho Grande; representante do Instituto Península; representante da Uneafro Brasil; e representante do Instituto Alana.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído, no ciclo de Audiências Públicas para discussão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional de Educação, a Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais - Abraspe.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE seja incluído representante Conselho Federal de Química - CFQ.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4799/2024. Propõe para a audiência os seguintes convidados: 1) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); 2) Rede Nacional de Educação Cidadã (RedeNEC); 3) Escolas Judiciárias Eleitorais (EJE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 4) Programa Educação Cidadã, da Controladoria-Geral da União (CGU); 5) Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL); 6) Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); 7) Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); 8) Ministério da Educação; 9) o Conselho Nacional de Educação; 10) Confederação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores em Educação (CNTE); 11) Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); 12) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); e 13) União Nacional dos Estudantes (UNE).

Autoria: Senadora Jussara Lima - PSD/PI)

Então, voltaremos à pauta dos projetos, passando, de imediato, para o item 3, que é terminativo.

E, mais uma vez, eu vou consultar o Senador Amin se ele pode relatar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1167, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da educação escolar.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto com a Emenda 1-CRA.

2. Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, como Relator *ad hoc*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, quero agradecer pela oportunidade de substituir o Senador Sérgio Petecão na leitura do seu relatório e cumprimentar o Senador Jorge Seif. Ele cumpre aqui a sua obrigação como Senador, como legislador, e como um homem que conhece a pesca e o valor do pescado, seja do mar, de rio ou de açude.

Fico muito feliz por subscrever o projeto e o parecer do Senador Petecão. Indiscutivelmente, a carne de peixe é um agregado muito nutritivo, ambientalmente muito respeitável e, para a saúde das crianças, um excelente complemento. Claro, pode ser que o Governo queira analisar eventuais impactos financeiros, mas o impacto em termos de saúde e do hábito de consumir peixe é o melhor possível.

Queria apenas registrar que tive a oportunidade, como Governador, de estimular a produção de peixe em açudes – além dos peixes de rio e do mar. E, pelo menos em duas regiões, no Oeste de Santa Catarina e no Sul, testemunhei experiências extraordinárias, cooperativas de pescadores de açudes, não de pescadores do mar, produzindo tilápia e outros, mas principalmente tilápia, e desenvolvendo, na cooperativa, exatamente com foco na alimentação escolar, máquinas, até rudimentares, mas muito eficazes para preparar o peixe, inclusive com unhas para quebrar os ossos e transformá-los quase que em grãos, para evitar que aquilo machuque a criança, caso um osso, uma espinha, permaneça no peixe. E a mais engraçada de todas foi a colheita do peixe na rizipiscicultura, ou seja, havia a produção de arroz e soltavam os peixes no arroz irrigado. Na hora de colher o arroz, secava, colhiam-se os peixes, ficava aquele lodo, jogava-se uma partida de futebol – claro que não era aquele futebol do Izalci, com uniforme impecável, virava todo mundo um mar de lama, aliás, era um piso de lama –, e a Copersucar, que era o nome da cooperativa, produzia o pescado na safra, no caso, do peixe, convergindo com a safra de arroz.

Então, há várias formas, portanto, de implementar a introdução da carne de peixe na alimentação escolar, que eu quero aqui trazer apenas como exemplo das centenas de formas de fazê-lo pelo Brasil afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O voto é favorável, repito, com o parecer do Sérgio.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu gostaria de pedir vista desse processo.

É lógico que a intenção é a melhor possível, mas eu acredito que era importante discutir se deveria ser papel do Congresso Nacional definir por intermédio de uma lei o que deve ser incluído ou não na merenda escolar, entendeu?

Aí eu vou pedir vista e apresentar um requerimento para que a gente faça uma audiência pública e possa discutir melhor essa proposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o Senador Confúcio.

Em seguida, o Senador Izalci e o Senador Petecão.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, esse projeto coincide muito com uma iniciativa que nós tivemos, em Rondônia, quando eu fui Governador do Estado. Não teve lei municipal ou estadual. Nós determinamos a introdução, por decreto, do peixe na merenda escolar, como obrigatório. Naquela época, nós estávamos, em Rondônia, criando muito tambaqui, pirarucu, peixes amazônicos em cativeiro, em grande escala, e o consumo nosso era maior fora, aqui nos mercados de Brasília e fora, do que propriamente no estado.

Então, falamos: "Vamos ensinar o povo a comer peixe aqui em Rondônia". E o colocamos na merenda escolar. Foi um sucesso absoluto. Os produtores rurais pequenos que criavam peixe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaram a ter a garantia da compra pelas escolas – diretamente, vendiam nas escolas. Foi realmente muito importante. Os alunos aderiram a isso muito bem.

Esse é um projeto extremamente interessante que foi criado.

O nosso já tem mais ou menos uns dez anos que foi criado lá no Estado de Rondônia.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por decreto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu louvo a iniciativa do Jorge Seif.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Só para ressaltar também que aqui no Distrito Federal isso já faz parte da merenda escolar, exatamente pela qualidade do produto, que tem muito ômega e muita proteína. Então, é, realmente, uma iniciativa muito boa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Izalci.

Senador Petecão, para encerrarmos a discussão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, desculpa pelo atraso, mas queria agradecer ao Esperidião, que fez a leitura do nosso relatório.

O projeto é do nosso colega Jorge Seif. Inclusive, no projeto dele... Nós conversamos com ele, porque era obrigatório ter o peixe. Hoje não. É opcional. Agora, a ideia dele é maravilhosa, principalmente para nós lá da Região Amazônica e também lá de Santa Catarina – como Esperidião aqui falou – por conta da abundância de pescado na região. E isso incentiva os pescadores.

Nós estaremos incentivando, motivando essa mão de obra, que hoje, às vezes, fica, até de certa forma, limitada, porque o mercado não dá a ela oportunidade de comprar seu produto todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto foi, inclusive, discutido com algumas pessoas do Governo para que nós chegássemos aqui na Comissão... E já temos um entendimento. Mas o colega pediu vista. Isso é praxe do Regimento da Casa.

Espero que nós possamos, num breve espaço de tempo, votar o projeto, porque ele é da maior importância.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada a todos os Senadores que se manifestaram, destacando a importância do projeto.

Atendendo à solicitação do Senador Humberto Costa, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva, pelo prazo de cinco dias, ao projeto.

Vamos passar agora para o item 6 e o item 7 da pauta, já adiantando que ficam adiados para a próxima reunião o item 2 e o item 5, e assim venceremos toda a pauta. (*Pausa.*) O 4? (*Pausa.*) E o item 4, perfeito, os itens 4 e 5.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

- Terminativo -

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 01/04/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4548, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao município de Aquiraz, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Renda de Bilro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2079, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Coco de Roda, da Ciranda e da Mazurca.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, que é o Relator do item 6, também terminativo.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4409, DE 2021

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, que se realiza na cidade-teatro de Nova Jerusalém, localizada no distrito de Fazenda Nova, no Município do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é do Deputado Federal Felipe Carreras.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, antes de mais nada, eu queria agradecer a V. Exa. pela escolha do meu nome para relatar esse projeto, na medida que é algo extremamente relevante para o nosso estado, para a nossa região. Portanto, fico muito lisonjeado de ter sido o Relator dessa matéria.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 4.409, de 2021, de iniciativa do Deputado Federal Felipe Carreras, que reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, que se realiza na cidade-teatro de Nova Jerusalém, localizada no Distrito de Fazenda Nova, no Município de Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

O projeto é composto por dois artigos: enquanto o art. 1º institui a homenagem a que se propõe, o art. 2º dispõe sobre a cláusula de vigência, a qual prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição ressalta que:

> O espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, na verdade, teve sua origem das encenações do Drama do Calvário, realizada nas ruas da vila da Fazenda Nova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Pernambuco, no período de 1951 a 1962, graças à iniciativa do patriarca da família Mendonça, o comerciante e líder político local Epaminondas Mendonça.
> [...] A ideia de construir um teatro que fosse como que uma pequena réplica da cidade de Jerusalém para que nela ocorressem as encenações da Paixão foi de Plínio Pacheco, que chegou a Fazenda Nova em 1956. Mas o plano só veio a se concretizar em 1968, quando foi realizado o primeiro espetáculo na cidade teatro de Nova Jerusalém.

O PL 4.409, de 2021, foi distribuído à CE em decisão terminativa. À matéria não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre datas comemorativas e homenagens cívicas. Ainda conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também do normativo interno, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se em relação à constitucionalidade e juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

O PL 4.409, de 2021, busca reconhecer o espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, que se realiza na cidade-teatro de Jerusalém, localizada no Distrito de Fazenda Nova, no Município pernambucano de Brejo da Madre de Deus, como manifestação da cultura nacional.

A Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, que acontece desde a década de 60, começou a partir das encenações do Drama do Calvário, realizadas nas ruas de Fazenda Nova. No início, essas apresentações tinham o intuito de atrair turistas durante a Semana Santa, movimentando o comércio local, gerando emprego e renda para os brejenses. Com o passar dos anos, o espetáculo chamou a atenção de artistas de todo o Brasil, conquistando fama e reconhecimento.

Destaca-se, ainda, a criação do teatro de Nova Jerusalém, uma réplica da cidade de Jerusalém, que é utilizado para as apresentações da Paixão. Idealizada por Plínio Pacheco, o espaço conta com uma área de cem mil metros quadrados, possuindo uma muralha de pedras de 4m de altura e 70 torres, cada uma com 7m. A encenação, que conta com mais de 400 atores, além de centenas de outros profissionais, reproduz arruados, ruelas, grandes pátios e jardins, além do Templo, do Fórum Romano, do Palácio de Herodes, da Via Sacra e do Monte do Calvário. É, assim, reconhecido como o maior teatro ao ar livre do mundo.

A Paixão de Cristo de Nova Jerusalém já atraiu milhões de expectadores, muitos deles turistas de outros estados e do exterior. O aumento considerável do fluxo de pessoas movimenta o comércio de outros municípios da região do Agreste pernambucano, como Caruaru, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

O espetáculo da Paixão preserva a tradição cultural e religiosa do nosso país, valoriza o turismo local e o desenvolvimento regional, a partir de uma estrutura grandiosa e imersiva reconhecida internacionalmente.

Conforme destaca o autor da matéria, Deputado Felipe Carreras, a quem parabenizo pela meritória iniciativa, é notória a relevância desta encenação para a cultura do Brasil, fazendo, portanto, jus a este reconhecimento que ora é proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.409, de 2021.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E quem ainda não foi vá, porque é muito bonito mesmo!

A votação será nominal e realizada em bloco.

Ainda, vamos passar para o item 7, o nosso último item da pauta, que também relatou o Senador Humberto Costa e que é de autoria do Deputado Federal Felipe Carreras.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2521, DE 2021

- Terminativo -

Declara o Município do Recife, no Estado de Pernambuco, como Capital Nacional do Brega.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Também agradeço a V. Exa. a indicação do meu nome como Relator, porque esse é um tema da maior relevância para a cultura de Pernambuco e para a cultura, em particular, da cidade do Recife. Portanto, eu fico feliz de poder ser o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é composto por dois artigos: o art. 1º, que institui a homenagem, e o art. 2º, que prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição ressalta que:

> A cidade do Recife sempre figurou como berço de grandes manifestações culturais, que traduzem a essência de seu povo e estão intimamente relacionadas ao cotidiano social, a exemplo do Frevo e Maracatu. Diante da ampla diversidade e criatividade deste povo, outro ritmo, ao longo de décadas, foi conquistando os corações dos recifenses e ganhando mais e mais adeptos em nível nacional: O Brega.
> [...]
> [este ritmo], através de ícones como Reginaldo Rossi e Augusto César, originou um movimento singular que ultrapassou as barreiras sociais, econômicas e culturais, passando a traduzir o cotidiano e a luta da periferia recifense.

O PL 2.521, de 2021, não recebeu emendas e foi distribuído para análise exclusiva e terminativa da CE.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também do normativo interno, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se em relação à constitucionalidade e à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de janeiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

É incontestável a importância do brega para a música brasileira, assim como é inegável a sua relevância na formação da identidade social nacional.

O brega explodiu como um fenômeno periférico e, como tal, enfrentou vários estigmas sociais. Com forte apelo social, estabeleceu-se como uma forma de expressão autêntica, que reproduz a voz das pessoas, suas composições trazem temas cotidianos como amor, desilusões, alegrias e tristezas. É um gênero musical verdadeiramente democrático.

Com forte influência da Jovem Guarda dos anos 60, o brega surgiu nos bailes, clubes de dança, nos morros e nas boates, que até hoje agitam a noite da Grande Recife como um movimento que fala principalmente sobre um estilo de vida, sobre o viver de música, sobre sorrir, cantar e dançar. É um gênero que transcende quaisquer narrativas que são impostas àqueles que nascem e vivem nas periferias da capital pernambucana e suas adjacências. O brega une e humaniza, promove a inclusão social e celebra a diversidade.

Em que pese a popularidade do brega em outras regiões do território nacional, Recife se consolida como o epicentro do gênero, uma vez que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento deste estilo tão único. Foi na capital pernambucana que nasceram inúmeros artistas icônicos cujas canções continuam a emocionar gerações inteiras, como Reginaldo Rossi e Augusto César.

Esses dois nomes são aqui citados para homenagear incontáveis outros que conquistam o coração das massas para transmitir e retransmitir sentimentos de um jeito muito diferente e particular. A historiografia da música brasileira demorou para reconhecer a importância deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gênero para a cultura popular nacional; por muitos anos, o brega foi visto como uma categoria inferior, pobre, cafona, mas sobreviveu ao preconceito social, ao elitismo e à sub-representação.

Recentemente, este Colegiado aprovou o Projeto de Lei nº 5.616, de 2023, de autoria do Deputado Pedro Campos, que institui o Dia Nacional do Brega. Em seu relatório, a Senadora Augusta Brito trouxe a essência do que este gênero representa para o povo brasileiro, especialmente nordestinos e nortistas. Relembro aqui:

"O brega abraça a dramaticidade humana sem pudor. Ele não disfarça a emoção – exalta. E por isso, é tão brasileiro. É uma cultura que não pede desculpas por sentir demais [...] O brega se renova, se reinventa, mas nunca se rende. Continua popular, provocador, sincero e, sobretudo, atual."

Por essa razão, independentemente de suas variações, o brega, assim como outras manifestações culturais pernambucanas, representa muito mais do que um ritmo alegre e animado, o brega é resistência.

Ele é, ainda, catalisador do desenvolvimento social e econômico do Recife e de outras cidades do estado, tendo em vista que movimenta uma cadeia de produção que envolve produtores, compositores, gravadoras, artistas e diversos outros profissionais do ramo musical, criando centenas de empregos de forma direta e indireta, além de estimular o comércio regional.

Esta justa homenagem irá se somar a tantos outros reconhecimentos institucionais: o brega foi declarado Expressão Cultural Pernambucana e Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Recife. Tais láureas refletem o gosto musical do recifense.

Uma pesquisa conduzida pelo J. Leiva Cultura e Esporte, patrocinada pelo Itaú e pelo Instituto Cultural Vale, chamada Cultura nas Capitais, demonstrou que o brega é o som favorito dos moradores da capital pernambucana: 34% dos recifenses afirmaram preferir o ritmo, enquanto 30% escolheram MPB, 24% gospel, 20% pagode e 18% sertanejo.

Portanto, conceder a Recife o título de Capital Nacional do Brega é reconhecer o esforço do município na promoção de um gênero que muito representa o seu povo e toda a população brasileira. A diversidade musical faz parte da essência recifense e com este projeto destacamos o papel que essa cidade tem na promoção da identidade cultural do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.521, de 2021.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Foi um relatório bastante completo. Só faltou dançar o brega, não foi, Senador Confúcio? Inclusive lembro que nós já aprovamos, este ano, o Dia Nacional do Brega.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu queria só fazer um registro.

Esse projeto é muito importante. De fato, Recife é uma cidade onde o brega não somente é uma atividade cultural relevante, mas uma atividade econômica relevante também.

Mas eu queria falar, muito rapidamente, de um aspecto que não é abordado pelo projeto, mas que é essencial. Na verdade, o brega, o chamado brega, ou pejorativamente chamado de brega, foi uma manifestação cultural que foi muito forte no período da ditadura militar. Diferentemente do que muito se apregoou – na época da ditadura se falava da música de protesto de Chico Buarque, de Caetano Veloso, de Gilberto Gil, de Gonzaguinha –, a música chamada brega, naquela época, teve um papel muito importante de resistência cultural. Não sei se as pessoas sabem, isso é muito bem descrito num livro que se chama *Eu não sou cachorro, não*, do autor Paulo Cesar de Araújo...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tem a música também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, tem uma música de Waldick Soriano. Ele é o autor, também, de uma biografia muito polêmica – não polêmica pelo conteúdo, mas pela disputa que houve – sobre Roberto Carlos. E, nesse livro, ele relembra algumas coisas importantes. E, nesse livro, ele relembra algumas coisas importantes. Não sei se todo mundo sabe, mas o autor e compositor que mais foi censurado durante a ditadura foi o Odair José, que é considerado um cantor brega. Até Waldick Soriano foi censurado por conta de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

música, aliás, um bolero muito bonito, que se chama Tortura de Amor. E o autor do livro mostra exatamente a loucura que era: a palavra tortura podia levar à proibição de uma música completa.

E ele defende uma tese que eu acho que é muito correta, porque ele fala, primeiro, que o movimento brega falava para uma população importante naquela época, para pessoas que eram oprimidas profissionalmente, socialmente, materialmente. E o próprio Odair José foi conhecido, durante muito tempo, como o cantor das empregadas domésticas, porque ele fazia músicas de amor em que as empregadas eram citadas e tal, e era uma forma de resistência. E também fazia outras músicas em que temas que eram tabus, definidos pela ditadura da moral ou da pseudomoral e tal, eram abordados.

Então, é muito importante: é uma homenagem ao brega, é uma homenagem ao Recife, mas é principalmente uma homenagem a esse gênero musical, que, diferentemente do que a gente pensou durante muito tempo, cumpriu um papel também de resistência à ditadura militar.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Não é cafona, é revolucionário. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 1, 6, 7 e 8 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados, todos pela aprovação das matérias: PL 1.533, de 2024; PL 4.409, de 2021; PL 2.521, de 2021; e PL 4.030, de 2020.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, enquanto transcorre a votação...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... eu gostaria de fazer uma fala, principalmente porque hoje é dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura brasileira, que foi um período muito longo no Brasil. Eu fiz aqui algumas palavras.

Eu estive, esses dias, em Minas Gerais e, andando lá em algumas cidades minerárias, entrei em alguns túneis onde se extraía ouro – naqueles túneis que pareciam um queijo suíço debaixo da serra. Tudo aquilo foi aberto pelos escravos. E, conversando com o pessoal, eles me falaram que aqueles escravos morriam jovens devido ao pozinho da pedra que eles perfuravam no interior das rochas, que tinha algum componente que danificava o pulmão. E eles morriam com problemas pulmonares sérios.

Não foi só na mineração que a escravatura brasileira nos maculou tanto; foi em todas as atividades econômicas brasileiras que tivemos esse sofrimento tão prolongado da escravatura do Brasil.

E hoje é 13 de maio, uma data marcada nos livros como o dia em que o Brasil libertou os seus escravizados. Mas a história verdadeira, aquela que vive nas ruas, nas periferias, nos corpos negros, nos mostra que a liberdade que veio em 1888 foi incompleta, desigual e sem reparo. O Brasil disse: "Vocês estão livres", mas não ofereceu escola, nem terra, nem teto, nem trabalho digno aos negros. Não estendeu a mão aos negros. E o que restou foi o povo deixado à margem, sobrevivendo com pouco ou quase nada. A abolição foi formal, mas a exclusão continua real.

Hoje a população negra é a maioria do Brasil, 56%; mas ainda a maioria entre os pobres, entre os desempregados e entre os mortos pela violência são os negros. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 84% das pessoas mortas pela polícia em 2022 eram negras. Negros também são 67% da população carcerária brasileira.

O racismo não mata apenas com balas. Ele também adoece, ele cala, ele humilha. O racismo está nas escolas públicas e nas privadas, onde as crianças e adolescentes negros são vítimas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bullying por sua cor. Nos campos de futebol, também, a gente vê o racismo estampado. Seus cabelos, seus traços são ridicularizados, silenciados, excluídos. Muitos, sem apoio, adoecem em silêncio. A depressão entre jovens negros cresce. Infelizmente, há casos em que o sofrimento os leva ao suicídio. Isso é intolerável!

Nenhuma criança deve ter vergonha de ser quem é. Nenhum jovem deve sofrer por ser negro. Isso é fruto de um país que ainda não se reconciliou com sua história, que ainda não educou seu povo para o respeito à diversidade, para o convívio com o outro e para a valorização da identidade negra.

Não é só com cotas que vamos mudar essa realidade; embora elas sejam importantes, é com educação, com conscientização, com políticas públicas que garantam a equidade e com o enfrentamento direto do racismo estrutural. Precisamos formar uma nova cultura, uma cultura de respeito, de pertencimento, de humanidade.

É difícil, sim, ser negro no Brasil – é muito difícil – e precisamos dizer isso com toda clareza; mas também é urgente construir um país onde ser negro não seja sinônimo de dor, mas de força, de dignidade e de orgulho.

Quero encerrar com as palavras de Angela Davis, mulher negra, ativista e pensadora, que inspira o mundo: "Numa sociedade racista, não basta não ser racista; é preciso ser antirracista".

Que esse 13 de maio nos convoque não à comemoração, mas à consciência. Que ele nos lembre que ainda há muito a ser feito e que a verdadeira liberdade só virá com a justiça, com a igualdade e com o respeito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Senador. Muito bonita e muito realista a sua intervenção.

Peço que ela faça parte, que a Secretaria a inclua como parte da nossa reunião de hoje nos *Anais*, na ata da nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma abolição totalmente incompleta, além do que nós temos situações graves, monitoradas e combatidas pelo Ministério do Trabalho, mas ainda persistentes do trabalho em situações análogas à escravidão.

Então, muito temos que fazer para que essa data seja comemorada. Por enquanto, ela é revista e destacada, nos termos que V. Exa. aqui falou.

Aguardamos ainda a conclusão da votação.

Acho que o senhor nem votou ainda.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Votei.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Votou, votou. (*Pausa.*)

Votou não, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Eu não votei?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não. (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – O que é isso? (*Risos.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está encerrada a votação, com o quórum necessário para a aprovação de todas as matérias, nos termos dos relatórios apresentados aos PLs 1.533, 4.409, 2.521, 4.030.

O Substitutivo ao PL 1.533, de 2024, aprovado, será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenham um bom dia e uma boa semana de trabalho!

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 107/2024 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), subscrito pelo Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 4752/2019, que "institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua". **Participantes:** Pr. Júlio Renato Lancellotti, Pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo e vigário episcopal para a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo; Sr. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua CIAMP-Rua (MDHC); Sr. Cleyton Luiz da Silva Rosa, Coordenador-Geral de Políticas para os Direitos da População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); Sra. Alyne Alvarez Silva, Coordenadora de Projeto da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos; Sr. José Rubens Plates, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto em São Paulo (PRDC/SP); Sr. Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal e Membro da Comissão de População em Situação de Rua da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP); Sra. Julia Mezarobba Caetano Ferreira, Analista Sênior da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Deputado Federal Reimont, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/26

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza neste dia, 26 de maio de 2025.

Comunicado.

Com pesar, informo que faleceu ontem, em São Paulo, o ex-Deputado Estadual Marcos Martins, um grande parceiro do nosso mandato.

Isso foi uma comunicação do Gilmar Tato.... (*Pausa.*)

Do Nilto Tatto, que é o autor do projeto, e eu sou Relator. Então, devido a isso, o Deputado Nilto Tatto não está presente e desloca-se, neste momento, para o velório.

Vamos para a nossa reunião.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.752, de 2019, que institui o Dia de Luta da População em Situação de Rua, em atenção ao Requerimento nº 107, de 2024, de minha autoria.

Convido, de imediato, para tomar assento à mesa, o Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos.

Seja bem-vindo, Gabriel, nos conhecemos de longa data.

Convido também o Sr. Cleyton Luiz da Silva Rosa, Coordenador-Geral de Políticas para os Direitos da População em Situação de Rua, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Seja bem-vindo, Cleyton, representando o Ministério dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Venham se sentar um de cada lado aqui, se puderem. (*Pausa.*)

Já confirmou também, remotamente, o Sr. José Rubens Plates, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto, em São Paulo.

Então, feita a leitura. São inúmeros convidados, outros estão chegando, outros entrarão à distância.

Informo também que foi convidado o representante da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do DF (Sedes/GDF), que não pôde comparecer por motivos justificados.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que quiserem fazer perguntas ou eu farei perguntas pelo e-Cidadania, já tenho aqui algumas perguntas.

Antes de passar a palavra, eu faço a minha fala de abertura dos trabalhos. Em seguida, vou passar para o Sr. Gabriel.

Audiência pública sobre o Dia da Luta da População em Situação de Rua.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, presidida pela nossa querida e grande Senadora Teresa Leitão, que me pediu que eu presidisse como autor do requerimento – desde já agradeço à Senadora Teresa Leitão –, tem como objetivo debater o Projeto de Lei nº 4.752, de 2019, que trata da instituição do Dia da Luta da População em Situação de Rua. Esse projeto é de autoria do Deputado Federal Nilto Tatto e tem este Senador que vos fala como Relator nesta Comissão.

A proposta procura dar voz, abrir os olhos e fazer ouvir a luta de brasileiras e brasileiros que vivem em situação de rua, sujeitos a todo tipo de violência, maus-tratos, humilhação e outras violações de direitos, como a própria alimentação e o direito de viver com dignidade. São pessoas com direitos condicionais, direito ao respeito, à vida e à dignidade. Mesmo assim, a população em situação de rua se reúne em movimentos sociais, organizações e luta por seus direitos, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi exemplo aqui este tema: Movimento Nacional de População em Situação de Rua. A maioria dessa população sobrevive como catador de materiais recicláveis, sendo responsável pela maior parte do material reciclado coletado no país, assim colaborando com a saúde, o meio ambiente e a própria vida de todos.

Conforme o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, em março deste ano, o número de pessoas vivendo em situação de rua em todo o Brasil chegou a 335.151 pessoas. Se comparado ao registro de dezembro de 2024, quando havia 327.925 pessoas nessa situação, houve um aumento de 0,37% no primeiro trimestre deste ano. Esses dados que aqui citei são do informe técnico de abril do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais. O estudo foi feito com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) sobre o CadÚnico.

Isso é apenas uma introdução que faço para aqueles que estão nos assistindo e nos acompanhando.

A assessoria me lembra que chegou o Sr. Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal e membro da Comissão de População em Situação de Rua da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

Convido-o para que venha à mesa, por gentileza.

Chegou também a Sra. Alyne Alvarez Silva, Coordenadora de Projeto da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Também convido a Sra. Alyne Alvarez Silva, para que esteja à mesa.

Chegou também a Sra. Julia Mezarobba Caetano Ferreira, Analista Sênior da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Convido a Sra. Julia para que venha também à mesa.

De imediato, vamos ao primeiro convidado, que está pronto para usar da palavra.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero só dizer que o Gabriel é calejado aqui no Senado, já foi assessor partidário de inúmeros Senadores e, com alegria, está agora nessa outra função e, quando o convidamos, ele se faz presente.

É uma alegria revê-lo aqui mais uma vez, com toda a competência que V. Sa. tem.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito bom dia, Senador. Gostaria de agradecê-lo pelo convite e cumprimentar todas as pessoas que fazem parte deste debate, o público que nos acompanha.

Senador, tenha sempre a certeza de que o chamado do Senado Federal, especialmente com a oportunidade de estar ao lado de V. Exa., é algo que me dignifica muito, e marca sempre a minha trajetória poder estar ao lado de uma figura parlamentar tão importante para a história do nosso país e da nossa população negra.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Aqui, estamos tratando de um tema absolutamente meritório para todas as pessoas que atuam com os direitos humanos. É uma responsabilidade grande, enquanto representante de uma organização que, há mais de 20 anos, atua na defesa dos direitos humanos, na perspectiva de quem neste momento não atua diretamente nas políticas públicas, mas se sente na responsabilidade de atender a todos os chamados que digam respeito à valorização desse grupo populacional que é tão importante para a nossa democracia e para a realização dos direitos humanos.

Estamos vivendo uma quadra histórica que nos gera profunda consternação, preocupação e mobilização. Lamentavelmente, vivemos um período – em nível nacional, mas também em nível global – de uma escalada contra os direitos humanos, contra os direitos e garantias fundamentais. V. Exa., Senador, acompanha isso no seu cotidiano, especialmente por ser tão ligado à pauta.

Estamos, lamentavelmente, num momento em que estamos perdendo a capacidade de diálogo, a capacidade de identificar, nos direitos humanos, aquele elemento essencial que é capaz de unir toda a sociedade. Isso é um ponto importante, isso independe daquilo que possa ser a preferência futebolística, político-partidária, as preferências ideológicas.

Nós construímos, já há alguns séculos, essa dimensão de que é por meio da garantia institucional e de convivência social, pautada pelos direitos humanos, e dos direitos e das garantias fundamentais que é possível estabelecer o território fértil para que a sociedade disponha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre aquilo que sejam seus principais interesses – de desenvolvimento, de cultura, de economia. Os direitos e as garantias fundamentais passam a ser uma base essencial para nos afastar, enquanto humanidade, das tragédias que, infelizmente, construímos ao longo da nossa história, tragédias associadas a toda sorte de genocídio, de etnocídio, a guerras em proporções incalculáveis, à perda de vidas humanas e, sobretudo, àquilo que diz respeito à dignidade.

A redução da condição de dignidade de qualquer ser humano fez com que nós, enquanto humanidade, precisássemos estabelecer um sistema de direitos e garantias fundamentais que tivesse, como prisma fundamental, o reconhecimento da dignidade e, portanto, de uma série de direitos e garantias fundamentais que nos protegessem daquilo de pior que nós, enquanto seres humanos em sociedade, podemos produzir.

Nós temos que lamentar que, nesta quadra histórica, lamentavelmente, Senador, nós estamos revivendo os momentos mais sombrios daquilo que as nossas sociedades e os grupos mais poderosos podem fazer contra a dignidade de determinados seres humanos. Não que isso tenha cessado, não é? Nós, especialmente, pessoas negras, sabemos, pela nossa trajetória em solo nacional e também em nível internacional, o quanto as ameaças e os abusos de direitos humanos nos afetam no nosso cotidiano. Essa luta sempre foi presente no nosso dia a dia. Os abusos e tudo aquilo que o poder pode gerar de opressão contra grupos vulnerabilizados nós experimentamos no nosso cotidiano, sem descanso. Mas nós estamos num ciclo histórico em que isso se torna mais agudo porque bases fundamentais para a sustentação dessa institucionalidade estão cada vez mais sitiadas e ameaçadas. Nós podemos identificar isso muito rapidamente, analisando o noticiário, analisando o histórico que nós estamos vivendo.

E nós nos deparamos aqui com uma proposta legislativa que visa a reconhecer a luta da população em situação de rua. Nós temos aqui pessoas muito credenciadas para falar desse protagonismo. Eu, no meu lugar de fala, Senador, vou me recordar de muitas das lutas das quais participei na minha trajetória, muitas delas iniciando nesse contato com Diogo de Sant'Ana, que é uma figura com quem eu tive a oportunidade de conviver e que me demonstrou, à época em que atuei na administração pública, os reais compromissos que nós precisamos firmar em qualquer espaço que nós possamos ocupar – eu sou parte dessa geração do Diogo –, o quanto é importante nós termos lealdade aos compromissos históricos que nos fizeram estar aqui.

Muitas vezes, o processo político e social faz com que a gente tenha dificuldades de avançar em determinadas matérias, nós também vivemos uma série de dificuldades e ameaças na luta dos direitos humanos, mas nós não podemos perder o compromisso com aquelas pessoas que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com que nós sejamos não só quem nós somos do ponto de vista político, mas os seres humanos que somos.

Toda vez que nós negamos um olhar, toda vez que nós negamos atenção a uma pessoa que vive numa condição de vulnerabilidade, a uma pessoa que luta pela sua dignidade, nós também perdemos um pouco da nossa dignidade. E, muitas vezes, o poder, os espaços com os quais nós convivemos, a disputa difícil do dia a dia, da luta dos direitos humanos, nos fazem, algumas vezes, cair nas armadilhas de responder mal às principais demandas e às demandas de uma população que demanda cada vez mais a unidade da atuação e do trabalho das pessoas que defendem direitos humanos.

Uma pessoa que vem da cidade de São Paulo para Brasília sabe o quanto a maior economia do nosso país, para citar um exemplo, tem tratado com desprezo, com violência, com negação de direitos a população em situação de rua. O exemplo mais concreto, para além de tudo que possa ser dito no campo institucional, é dado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que recebe uma arguição de descumprimento de preceitos fundamentais para tratar daquilo que se chama de estado de coisas inconstitucional, que diz respeito às políticas públicas relativas à atuação da população em situação de rua, Senador. O Supremo Tribunal Federal, recebendo essa arguição, acabou, em caráter liminar, reconhecendo o quanto há de falência do Estado na efetivação desses direitos e garantias fundamentais. E é nesse ponto que eu gostaria de concluir, Senador.

O Estado, quando reconhece que há essa quantidade tão absurda de bloqueios institucionais para a realização de direitos, está reconhecendo falhas que são das diversas esferas de atuação da institucionalidade. E aqui nós temos exemplos que são difíceis até de relatar para aquelas pessoas que começam a estudar a trajetória dos direitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... como o Estado reconhecendo a necessidade de que se efetivem medidas para que as pessoas em situação de rua tenham direito de acesso a abrigos, tenham apoio da vigilância sanitária, que se proíba o recolhimento forçado de bens e pertences.

É inaceitável que o Estado tenha esse tipo de prática, prática que não garante acesso mínimo à saúde, acesso mínimo à dignidade. Pessoas que têm seus pertences despojados porque não são reconhecidas na sua dignidade. E aqui eu gosto de dar o exemplo... Eu trato do exemplo da ADPF dialogando com esse projeto de lei, Sr. Senador, por quê? O projeto de lei é uma disputa fundamental para este Parlamento que é reconhecer a luta da população em situação de rua,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escolhendo uma data, uma data importante, porque é a data em que o Estado, novamente o Estado de São Paulo, o estado de onde eu vim, pratica e é conivente com mais uma violência praticada contra pessoas em situação de rua, na Sé, que é um dos territórios mais originais da cidade de São Paulo.

Se esse dia de luta representa um desses abusos do estado, este projeto de lei e a aprovação desta proposta legislativa recuperam algo que o movimento e os defensores de direitos humanos querem resgatar aqui, que é o protagonismo dessa população, que precisa. Nós, como pessoas que vivemos em sociedade, precisamos reconhecer essa data, essa luta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – E nós, dentro da institucionalidade da luta dos direitos humanos, precisamos reconhecer esse protagonismo na construção das políticas públicas, e é isso que está endereçado para o estado hoje. Reconhecer a data é também reconhecer o protagonismo daqueles que contribuíram para a construção das políticas públicas. A ADPF trata de uma série de desorganizações na atuação institucional, descumprimento de decreto já editado desde 2009 e falta de efetivação de direitos.

Que a data seja uma oportunidade para que nós pessoas em sociedade e toda a institucionalidade voltemos a atenção e o olhar para o protagonismo e a necessidade de exercer e de garantir as políticas públicas que reconhecem a dignidade da população em situação de rua no Brasil.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos a você, Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos, que, já na primeira fala, faz uma introdução sobre a importância das políticas humanitárias, neste caso, à população de rua.

Permitam-me que, como o Tatto não pôde estar aqui, ler só o primeiro parágrafo da justificativa que você descreveu muito bem.

Justificativa do projeto, só vou ler cinco linhas:

> Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu a barbárie conhecida como a "Chacina da Praça da Sé", quando 15 pessoas em situação de rua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foram cruelmente atingidas na cabeça por fortes golpes enquanto dormiam e sem possibilidade de defesa, levando a óbito sete delas. O caso teve repercussão internacional.

Por isso, o Gabriel discorreu muito bem a data do Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, que seria, sendo aprovado o projeto, porque esse é o objetivo também desta reunião, no dia 19 de agosto.

É isso?

Então, parabéns pela fala. Meus cumprimentos.

De imediato, passo a palavra ao Deputado Federal Reimont, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados.

Deve participar, pela informação que eu tenho aqui, de forma remota.

Está ele aí.

É com você, Deputado.

Não estamos ouvindo. (*Pausa.*)

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Para expor. *Por videoconferência.*) – Agora me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito! É com você.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo e deixar o meu abraço carinhoso ao senhor, que é nossa referência na luta política, na luta dos aposentados, na luta por um país de mais igualdade, por um país de mais justiça.

Eu sou Reimont, Deputado Federal pelo PT do Rio de Janeiro e estou aqui à distância me apresentando. Farei minha audiodescrição: estou usando óculos, sou um homem branco, estou usando uma camisa vermelha com um detalhe preto por baixo. Estou à distância na cidade do Rio de Janeiro e quero agradecer muito este momento deste debate sobre o dia da luta da população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi atentamente o início dos trabalhos feitos por V. Exa. e também ouvi atentamente toda a fala do Gabriel, muito qualificada. Nós sabemos da importância de demarcar alguns momentos da luta que fazemos. O Deputado Nilto Tatto, que apresenta esse projeto para instituir o dia 19 de agosto, não celebrando, mas lembrando, fazendo memória daqueles dias em que irmãos e irmãs nossas foram assassinados na Praça da Sé e trazendo como marco o dia 19 de agosto para este momento, para ser esse o dia que marca a luta da população em situação de rua.

Muito bem disse V. Exa., querido o Senador Paulo Paim, que a população em situação de rua no Brasil hoje chega à marca de mais de 300 mil pessoas, falamos em torno de 330 mil pessoas. Eu falo do Sudeste do país, eu falo do Estado do Rio de Janeiro. O Sudeste do país, os quatro estados – Rio, São Paulo, Minas e Espírito Santo – concentram, para se ter uma ideia, 67% da população em situação de rua do país. A cidade com o maior número de pessoas em situação de rua é a cidade de São Paulo, que chega a quase 90 mil pessoas. Na cidade do Rio de Janeiro, nós temos cerca de 21 mil pessoas em situação de rua.

Essa é uma marca muito dolorosa na nossa história e na construção de nossa política porque há também um entendimento – a nossa luta política é para que esse entendimento seja modificado – de que existem cidadãos de segunda categoria, cidadãos e cidadãs que não têm direito àqueles que são os direitos sociais garantidos no art. 6º da nossa Carta Magna, da nossa Constituição Cidadã de 1988.

Nós sabemos que desmistificar isso ou destruir esse mito de que há cidadãos de segunda categoria é um pouco tarefa nossa, tarefa da nossa política. Nós fizemos, na última sexta-feira, aqui no Rio de Janeiro, uma audiência pública da Comissão que eu presido na Câmara Federal, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e também da frente parlamentar em defesa da política pública para a população em situação de rua do Congresso, essa frente parlamentar mista que eu presido no Congresso Nacional. Fizemos uma audiência pública aqui no Rio de Janeiro, em que tivemos a participação da Secretária Municipal de Assistência Social e também da própria população em situação de rua e dos movimentos que a organizam no país.

Precisamos recordar que, lá no ano de 2009, o Presidente Lula editou um decreto, o Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que fala sobre a construção de um programa nacional de política pública para a população em situação de rua.

Sabemos que esse programa nacional – embora seja instituído por um decreto federal, um decreto do Presidente Lula à época – precisa ter, nos municípios brasileiros, o que a gente chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de adesão à política, e essa tem sido uma luta constante para que as prefeituras adiram a esse decreto, a esta política, a este programa, para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada nos homens e mulheres em situação de rua e para que a gente tenha menos violação de direitos humanos, que é o que essa população tem sofrido no Brasil, em todos os estados.

Vimos aí acompanhando ações, atitudes da sociedade. Por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, a tentativa de tocar fogo num homem em situação de rua que dormia em uma calçada; vimos, em Santa Catarina, situações semelhantes; no Estado de Alagoas, a mesma coisa; no Estado de São Paulo, agora recentemente, aquilo que foi o espalhamento da população em situação de rua por uma política nefasta feita pela Prefeitura de São Paulo e pelo Governo de São Paulo.

Então é celebrar; ou melhor, relembrar; ou melhor, fazer memória deste dia 19 de agosto, para que nunca mais aconteça, para que nunca mais aconteçam chacinas como a chacina da Sé. A gente criar um dia da luta da população em situação de rua, como propõe o Deputado Nilto Tatto – a quem eu cumprimento com um abraço afetuoso –, é fundamental, fundamental.

Nossa Comissão, Senador Paim, nossa Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Federal enviou a todas as prefeituras, a todas as prefeituras das capitais e a todos os Governadores de estado, um ofício dizendo a eles da importância, tentando movê-los a que eles adiram ao Decreto 7.053, que já vem desde 2009, de modo particular em um aspecto, que é a instituição do Ciampi, o Ciampi-Rua.

Aproveito para cumprimentar o companheiro Anderson, nosso companheiro que eu vi que está aí no Plenário do Senado Federal, que é o Coordenador Nacional do Ciampi-Rua Nacional.

O Ciampi é o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua. E por que a nossa Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial instou os Prefeitos das capitais e os Governadores dos estados para que eles adiram a esse decreto, a essa instituição do Ciampi? Porque o Ciampi é exatamente a possibilidade de a sociedade participar dos rumos da construção da política.

Maria Lúcia Santos, uma companheira nossa, que viveu durante muitos anos nas ruas de Salvador, dizia para nós – a sua fala ficou uma marca da luta da população de situação de rua –: "Não falem de nós sem nós". Portanto, o Ciampi é a possibilidade de a população em situação de rua participar da construção da política pública que dirá qual é o seu destino, dirá qual é a sua possibilidade de adquirir esse *status* de cidadão pleno, porque é direito de todas as brasileiras e de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Senador Paulo Paim, quero agradecer-lhe muito por este debate, deixar o meu abraço ao senhor e também à Senadora que é Presidente da Comissão que faz este debate, a Senadora Teresa Leitão, nossa companheira querida, aguerrida, lutadora, comprometida, e a todos os membros do Senado Federal que participam desta Comissão.

E lembro que nós protocolamos à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial um pedido, e isso já está quase acertado, de uma solenidade na Câmara Federal, para a qual o senhor está convidado e todos os que participam deste debate também estão convidados, no dia 19 de agosto – 19 ou 20, não tenho a data precisa agora –, para a gente fazer a memória, uma sessão solene para lembrar o dia do Massacre da Sé, esse é um ponto. O segundo ponto é que, naquela semana de 19 a 23 de agosto, na Câmara Federal, no espaço que a gente tem ali de exposição, a gente vai ter uma exposição sobre a população em situação de rua, que é uma marca da nossa Comissão de Direitos Humanos, que completa agora 30 anos, foi instituída em 1995.

Portanto, Senador Paulo Paim, deixo aqui meu agradecimento e meu compromisso, como homem que acredita que o Brasil pode ser para todo mundo, que nós não precisamos deixar do lado de fora das políticas públicas nenhum cidadão. Tem muitas coisas a serem feitas, mas nós estamos firmes caminhando juntos, para juntos construirmos essa possibilidade, para que ninguém fique para trás, para que todos possamos caminhar com a dignidade e a plenitude de vida que a Constituição Federal garante a todas as brasileiras e a todos os brasileiros.

Deixo meu abraço carinhoso e a minha saudação franciscana de paz e bem a todos os que estão aí acompanhando este debate, tanto no Plenário do Senado quanto também à distância. Grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Meus cumprimentos. Esse foi o Deputado Federal Reimont, Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, que fez questão de participar, mesmo à distância, e dando um belíssimo depoimento, relembrando fatos lamentáveis que aconteceram no nosso país, quando pessoas em situação de rua foram covardemente assassinadas.

Neste momento, é com muita, muita alegria... Nós todos aqui, não vou dizer que sou só eu, somos admiradores dele. Pode saber que é unanimidade, não só aqui, calculo que para grande parte do povo brasileiro. Eu perguntava para ele, Padre Júlio, "O senhor escolhe o momento", e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ele disse "Não, você escolhe". Se depender de mim, ele fala logo, então, porque está todo mundo querendo ouvi-lo. Então, neste momento, é com enorme satisfação que presido a reunião aqui do Senado da República em que vamos ouvir esse líder, um líder dos direitos humanos, da vida, do meio ambiente, da qualidade de vida de cada cidadão, ele que é um lutador permanente.

Enfim, não se precisa de mais elogios; precisa-se dar a palavra para ele, né?

Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Padre Júlio Renato Lancellotti, pároco da Paróquia de São Miguel Arcanjo e vigário episcopal para a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo.

Eu vou começar com uma salva de palmas para ele, antes de ele falar, pela história, pela vida e por tudo o que ele representa. (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO RENATO LANCELLOTTI (Para expor.) – Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, no Senado Federal, saudando todos que estão aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Antes de entrar no assunto, eu queria primeiro falar uma coisinha fora do assunto e queria aproveitar de estar no Senado Federal da República para manifestar a solidariedade ao povo palestino e pedir que o Governo brasileiro seja mais firme e incidente, rompendo relações com o Estado genocida de Israel. É inaceitável ver o genocídio, televisionado em tempo real, do povo palestino. Não se pode lutar pelo povo da rua, no Brasil, em São Paulo, e não ter sensibilidade para o que está acontecendo na Palestina. (*Palmas.*)

Em relação à questão do dia 19 de agosto, o dia de luta da população em situação de rua, eu vivi esse dia e lembro muito como foi esse dia, a hora em que me avisaram do massacre e um segundo massacre, que aconteceu em seguida. O Anderson acompanhou tudo de perto; era Prefeita de São Paulo a Marta Suplicy, era Arcebispo de São Paulo o Dom Cláudio Hummes, *in memoriam*, que tem que ser homenageado; e nós vivemos aqueles dias, porque não foi só um dia, foram dias seguidos de massacre. E até hoje estão impunes – até hoje estão impunes.

Nós vamos ter o dia nacional de luta da população em situação de rua na data de um massacre ainda impune. Eu acompanhei todo o processo junto à irmã Dra. Michael. Nós acompanhamos tudo. Eu acompanhei todos os depoimentos.

E, mais, Senador e todos que estão aqui conosco, eu fiz o sepultamento de todos, pessoalmente. E nós tínhamos pedido à Prefeitura de São Paulo e foi aprovado pelo Deputado Estadual, quando era Vereador, Eduardo Suplicy, que se fizesse no Cemitério Dom Bosco, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi encontrada a vala dos desaparecidos, e ainda hoje é uma novela que não tem fim. Nesse cemitério foram sepultadas cinco das pessoas em situação de rua.

E, para espanto nosso, elas foram exumados, estão nas caixas de exumação, no muro do Cemitério Dom Bosco, e uma das sepulturas não consta, que é a sepultura da mulher, da Maria Baixinha. Não consta no Cemitério Dom Bosco o sepultamento dela, sendo que eu a vi sendo sepultada, acompanhei o sepultamento, e, durante muito tempo, nós fazíamos ali a homenagem a esses irmãos que morreram.

Não que o massacre tenha terminado, o massacre continua, e ele tomou agora uma nova face que eu gostaria de colocar.

Uma primeira questão para mim muito importante: se nós vamos ter um dia nacional da luta da população de rua, que é esse Projeto de Lei 4.752, não adianta ter o dia nacional da luta e não ter a luta. (*Palmas.*)

Não adianta ter um dia nacional de luta e não ter ações, e algumas ações que estão muito fortemente presentes na esteira desse dia, que é de indignação e de coragem, como diz Santo Agostinho – agora lembrando e homenageando o Papa Leão –: "A esperança tem duas filhas [...], [uma é] a indignação e [outra é] a coragem". Então, nós temos que ter indignação do massacre que se fez contra a população em situação de rua, mas a coragem de que a ADPF 976 seja vivenciada no Brasil.

Os municípios estão agindo frontalmente contra a ADPF 976, do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos vivendo neste momento uma cruzada contra a população em situação de rua. No Sul e no Sudeste do Brasil, chega a ser vergonhoso, desde as campanhas "Não dê esmola, dê cidadania", porque quem dá esmola é o poder público, e muitas vezes as políticas públicas só são a manutenção da miséria.

A população de rua cresce numa proporção assustadora: nós chegamos, no Brasil, a mais de 250 mil pessoas em situação de rua, e se pergunta, o Senado Federal deve ter se dado... Quantos municípios no Brasil têm mais de 250 mil habitantes? Termos, no Estado de São Paulo, oficialmente... O dado da prefeitura é de 32 mil pessoas, um dado que está já defasado, do censo. A Universidade Federal de Minas Gerais aponta quase 100 mil pessoas em situação rua, isso só na cidade de São Paulo, que, misteriosamente, diz que a cracolândia desapareceu da noite para o dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós acompanhamos diariamente – está aqui também o Prof. Augusto, que é também da Pastoral de Rua na Arquidiocese de São Paulo – essas pessoas. Então, tem coisas muito importantes: o cumprimento da ADPF; e se a ADPF tem o compromisso de ser assumida pelos municípios ou não. É optativo? É livre? Eu sigo a ADPF se eu quiser? Ou a ADPF tem uma força normativa? Porque a retirada da documentação, de remédios, de roupas, de itens de sobrevivência, isso já é comum. Falar sobre isso é falar sobre o cotidiano da população em situação de rua, que vai ter dificuldade de festejar o dia nacional da população em situação de rua e ter suas roupas, seus documentos, os medicamentos retirados.

Em algumas prefeituras do Sul do Brasil, como na de Chapecó, estão construindo verdadeiros campos de concentração. O que está acontecendo no Balneário Camboriú, o que está acontecendo em algumas dessas cidades do Sul do Brasil, e que no Sudeste se repete – não saberia dizer exatamente no Norte e no Nordeste, mas no Sudeste e no Sul do Brasil –, é uma campanha de criminalização contínua, permanente, sistemática de um movimento neonazista de criminalização da população de rua. A população de rua é tratada sempre como suspeita, como criminosa.

Então, a ADPF tem que ser vivenciada para que não se retirem os documentos. Nós temos ações do Conselho Nacional de Justiça, como tivemos agora em São Paulo, com várias entidades e vários grupos fazendo um mutirão de acesso à documentação. Isso não pode ser episódico. Eu acredito que, através do Senado Federal e do Congresso Nacional, nós teríamos que garantir – garantir – o acesso à documentação muito rápida.

A gente tem um problema sério que é o acesso da população de rua ao Gov.br. Como é que a população de rua acessa o Gov.br? Eles têm direitos a benefícios, direitos a se inscrever em programas sociais. Mas a população de rua toda tem *smartphone?* A população toda tem acesso à internet? A população em situação de rua tem facilidade? Se os cidadãos, em geral, estão tendo dificuldade de acessar o Gov.br, o que dirá a população em situação de rua? Então, teríamos que ter uma proposta muito concreta de um acesso facilitado, vamos dizer assim, como uma cota, semelhante a uma cota. Como é que a população de rua pode ter esse acesso facilitado?

Nós temos a experiência, lá no nosso Centro Santa Dulce dos Pobres, de uma agência de valorização do trabalhador e da trabalhadora, onde a população de rua está sendo atendida. Eles ficam surpresos, porque têm acesso ao computador, com fone, com orientação, podem ter acesso. Temos que ter um letramento digital para a população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que um movimento nacional, uma frente parlamentar ou o próprio Senado deve propor a alguma dessas grandes empresas de comunicação um programa que facilitasse o acesso à população em situação de rua. Se não, não tem sentido festejar um dia nacional de luta sem garantir direitos básicos que hoje estão todos atrelados ao Gov, e eles não têm acesso. A certidão de nascimento deveria ser mais agilizada, mas também ter muito claro a ADPF, que proíbe a retirada de documentação e de itens de sobrevivência.

Uma das coisas que tem chamado muito a nossa atenção é a questão da crise climática. Com a crise climática que nós estamos vivendo, os primeiros a serem atingidos são as pessoas em situação de rua, seja nas altas temperaturas, nas temperaturas atípicas, o sofrimento mental, o que sofre a população em situação de rua por ser exposta a altíssimas temperaturas ou, como agora, a frentes frias, principalmente no Sul e no Sudeste!

Então essas questões... Por exemplo, as cidades não têm bebedouros. A população de rua não tem acesso a água potável. Como pode não ter acesso à água potável? Então, há questões muito sérias. Eles não têm água, muitas vezes, para tomar o remédio. Muitos dos serviços, como os que existem em São Paulo, por exemplo, eles fecham num determinado horário, e quem não estiver dentro de abrigos não pode, não tem acesso à água, uma vez que todos os bebedouros foram fechados.

Então, se tiver o 19 de agosto como dia de luta, tem que estar atrelado a esse 19 de agosto o acesso diferenciado como uma cota ao Gov, algumas providências de socorro imediato à população em situação de rua na crise climática, como, por exemplo, ter bebedouros.

E eu pediria muito, pedi isto ao próprio Presidente da República, que a lei contra a aporofobia, que foi aprovada no Senado e, depois, na Câmara Federal e que foi vetada pelo ex-Presidente da República, mas o Congresso Nacional, num acordo, derrubou o veto em dois dias, e a lei foi promulgada, a lei que é conhecida como Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a arquitetura hostil, que continua, a arquitetura hostil continua... Nós teríamos que ter uma ação, e eu sugiro a V. Exa., Senador, que nós tivéssemos uma reunião com as grandes empresas, com as grandes construtoras, com as grandes empreiteiras e que fosse assinado um protocolo de cumprimento envolvendo o Ministério Público Federal, um ajuste de conduta, para não ter mais arquitetura hostil, que continua florescendo Brasil afora. Eu pedi ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que tomasse uma providência, que mandasse todos os prédios públicos federais retirarem a arquitetura hostil. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todos os prédios públicos federais. Isto poderia ser uma ação movida também pelo Senado da República. É um exemplo. É lei, está no Estatuto da Cidade, é uma emenda no Estatuto da Cidade. Então, que se retirasse toda arquitetura hostil que está nos prédios públicos federais e que isso, depois, pudesse ser multiplicado.

Eu devo ter algum tempo ou já devo ter passado, mas há uma última coisa que eu queria dizer. É preciso que o Senado da República também, essa frente parlamentar e uma lei como a de 19 de agosto deixem muito claro o direito à moradia para a população em situação de rua, que, como em todos os programas de moradia do Governo Federal, e alguns já estão fazendo isso, que haja cota e que essas cotas sejam obedecidas, que, também, dentro das políticas de direitos humanos, tenha um capítulo especial para o grupo LGBT que está em situação de rua. As mulheres trans em situação de rua estão sendo dizimadas, assassinadas, torturadas, violentadas de maneira extremamente cruel, e todo o grupo LGBT.

Que vejam também os imigrantes, nós temos vários venezuelanos nas ruas de São Paulo, colombianos. Encontrei esses dias um rapaz egípcio nas ruas de São Paulo e não há um serviço adequado, que inclusive tenha intérpretes para... Como é que ele fala com o assistente social? Como é que ele é atendido, o egípcio, por exemplo? Eu já encontrei israelense nas ruas de São Paulo e tem os latino-americanos.

E, por último, queria lembrar às GCMs (Guardas Civis Metropolitanas), a quem foi dado o poder de polícia, que não arranquem as coisas da população de rua. Que a zeladoria urbana seja disciplinada, que se tenha clareza – a ADPF já coloca isso, mas parece que a ADPF não está bastando. Nós temos sistematicamente, em todos os municípios do Brasil, essa operação, que é chamada pelo povo de Rapa, que retira tudo deles, que tira as carroças, a roupa, a medicação, o documento e que fere, machuca e causa revolta.

Nós temos tido várias ações afirmativas de trabalho com o Sistema S, que têm sido muito boas no sentido de franquear os cursos e de fazer cursos com a população de rua. Estamos com ação com o MEC, com o Instituto Popular Paulo Freire, no letramento. Vamos ter, com o Sesi em São Paulo, o EJA, e vamos ter várias ações ligadas à saúde e ao esporte. Implantamos, em São Paulo, o Consultório do Papa Francisco e, junto com a Unifesp, a Santa Casa, a USP, estamos fazendo um *pool* e a Unifesp vai ajudar a administrar isso. Estamos agora nos últimos preparativos para um consultório só de oftalmologia, porque é uma demanda reprimida, da qual ninguém quer cuidar, não querem nem ver o olhar, nem os olhos da população de rua. Negam o seu olhar e também não cuidam dos seus olhos, e é criminalizada. Então, são várias questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem que, em Jundiaí, em parceria com a Diocese de Jundiaí e com a Cáritas e com a Prefeitura de Jundiaí, nós vamos implantar proximamente um *pet shop* social para a própria população de rua cuidar dos seus *pets*, e também ser preparada para cuidar dos *pets* da população, como uma forma de mudar essa visão de criminalização... E, em Aparecida, vamos também implantar, junto com as Irmãs Mensageiras do Amor Divino, o Refeitório do Papa Francisco, por ser ali uma cidade de muitos andarilhos.

E eu falei que era a última, mas tenho uma última ainda: que o IBGE assuma o compromisso de fazer o censo da população em situação de rua, porque as próprias prefeituras acabam importando modelos inadequados. O Anderson acompanhou isto, o Prof. Augusto acompanhou isto: muitas vezes, o censo não é verdadeiro e diferencia barracos de barracas e conta, na barraca, uma pessoa só. Então, há muitos problemas metodológicos.

Por isso, o IBGE não pode se furtar à obrigação constitucional de fazer o censo da população em situação de rua. A população em situação de rua é população brasileira também e, como população brasileira, deve ser recenseada, como todos os brasileiros o são. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Muito bem!

Esse foi o Padre Júlio Renato Lancellotti, que nos deu aqui uma aula, digamos, e para todo o Brasil pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado.

Eu tenho ouvido muito do senhor. Tenho ouvido falar muito, e muito bem – porque ninguém tem coragem de falar mal do senhor. Para mim, não falam! (*Risos.*)

Quer arrumar um inimigo? É falar mal do senhor.

E ouvir o senhor falar aqui para todo o Brasil com essa clareza, com essa nitidez... E se vê que não é só o discurso fácil; é mostrando fatos: o que se está fazendo e o que podemos fazer, inclusive Executivo, Legislativo, Judiciário, de forma que a lei não seja só uma lei. Lei é para ser cumprida. E V. Exa., com toda a autoridade que tem, mostra o caminho.

Eu vou pedir para a minha assessoria, que naturalmente tem acesso a todas as falas desta mesa, e aquilo que for possível nós vamos encaminhar, nesta Comissão ou mesmo em outras Comissões, se for o caso. o.k.?

Assessoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, Padre Lancellotti. O Brasil todo está feliz.

Eu tive a alegria de assinar um documento já para o senhor, viu? Procuraram-me aqui, eu disse: "Toca aí logo. Eu assino. Quantas vezes eu assino?". "Não, só uma chega, Paim." Eu queria assinar mais de uma vez, mas não deu.

O SR. JÚLIO RENATO LANCELLOTTI – E está em andamento no Senado o projeto de lei do Senador (*Fora do microfone.*) ... que criminaliza a aporofobia, equiparando-a à homofobia e ao crime de racismo. É o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sim, o Randolfe.

O SR. JÚLIO RENATO LANCELLOTTI – ... que está com esse projeto de lei, que seria muito bom.

O projeto de lei que tornou proibida a aporofobia – o da arquitetura hostil – é do Senador Fabiano Contarato; e o do Randolfe é o projeto de lei que coloca a aporofobia como crime equiparado à homofobia e ao racismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pelo registro. Nós temos contato direto com esses dois Senadores e, com certeza, vamos trabalhar juntos.

Muito obrigado, Padre Lancellotti, mais uma vez.

Agora, passamos a palavra para o Sr. Tiago – é isso? (*Pausa.*)

Muito bem – a assessoria aqui funciona, viu?

Com a palavra o Sr. Tiago Kalkmann, Defensor Público do DF e membro da Comissão de População em Situação de Rua da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

O SR. TIAGO KALKMANN (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes aqui.

É uma enorme satisfação poder participar desta audiência no dia de hoje.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim; agradecer pelo convite realizado à Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (Anadep).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou membro da Comissão de População em Situação de Rua da Anadep e sou também Defensor Público aqui do Distrito Federal, do Núcleo de Direitos Humanos, no ofício de proteção da pessoa em situação de rua. Então, agradeço muito. É uma honra representar a Anadep aqui nesta mesa, e reforço o agradecimento pelo convite.

Gostaria também de registrar a minha enorme honra de poder estar sentado a esta mesa com o Reverendo Padre Júlio Lancellotti. Realmente, é muito difícil falar depois do senhor... (*Risos.*) a gente se sente até...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO KALKMANN – É (*Risos.*). (*Palmas.*)

O SR. TIAGO KALKMANN – Eu me sinto muito honrado, de verdade, de poder estar participando desta mesa com o reverendo. Vou tietá-lo depois da mesa, aqui, o senhor pode me aguardar.

Eu gostaria apenas de deixar também o registro, Senador, da importância, como sugestão para as próximas audiências públicas envolvendo a pauta, de que sejam convidados os representantes dos movimentos nacionais da população em situação de rua, para que eles também possam passar a visão de quem tem essa vivência de rua. O Anderson está aqui com a experiência dele, mas eu creio que seria importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em defesa da equipe que organizou... O Cleyton, quando chegou aqui, foi o primeiro a me falar desse assunto.

O SR. TIAGO KALKMANN (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu, de pronto, fui falar com a assessoria, porque eu não barro ninguém, pelo contrário, seja quem for, todos serão bem-vindos, mas eles fizeram o maior esforço... Não foi isso que vocês me disseram? Muitos eles tentaram localizar, outros não podiam, mas houve essa vontade.

Nem sempre estamos a uma mesa com todos que gostaríamos. Vou dar um exemplo aqui que a população me cobra muito: quantos homens tem nesta mesa e quantas mulheres?

O SR. TIAGO KALKMANN – Hã-hã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Uma. De quem é a culpa? A gente convida as entidades e elas não mandam mulheres, é uma dificuldade enorme, inclusive no movimento sindical, quando eu faço debate com eles – eu sou ex-sindicalista –, sempre tem alguém no Plenário para dizer: por que tem tão poucas mulheres? Mas aí é indicação, então a gente providenciou, fez toda a informação e pedimos que todos que pudessem, participassem.

Vão ter outras audiências e pode ter certeza de que, de pronto, eles são convidados, mas temos que encontrá-los. Você tentou? A Ingrid está aqui.

O.k.? Só para justificar que não foi falta de boa vontade.

O SR. TIAGO KALKMANN – Claro, eu imagino que sim. Realmente, a gente sabe das dificuldades.

Como defensoria pública, eu acho que é importante a gente trazer também alguns temas, algumas provocações aqui, então são os ossos do ofício, Senador, que a gente acaba...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas isso faz parte. Eu também sou um pequeno provocador. (*Risos.*)

O SR. TIAGO KALKMANN – E essa data do dia 19 de agosto é, realmente, uma data muito triste, principalmente ouvindo os relatos do Padre Júlio, que esteve lá no momento, mas ela é o ápice de um processo que se arrasta há uns 400 anos no Brasil. A gente tem, historicamente, o tratamento da população em situação de rua por meio de repressão e controle. Esse tratamento perdurou desde a época da colônia com ordenações do reino, com a criminalização da vadiagem que veio com muita força durante o Brasil Império.

Depois, o início da nossa República foi marcado por uma criminalização exacerbada do que eles chamavam de vadiagem, pessoas que não tinham ocupação lícita. E é importante também trazer aqui, do ponto de vista racial, a importância que isso tem, essa interseccionalidade com a raça porque, a partir do momento em que houve a abolição da escravização de pessoas no país, a vadiagem foi a resposta penal a ser trazida às pessoas que não tinham onde ficar e não tinham um trabalho considerado lícito.

Tanto é que nós tivemos inúmeros episódios, ao longo da história recente, de internações em casas correicionais de pessoas em situação de rua apenas pela situação de rua; pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eram internadas, presas, não pela prática de nada, mas, sim, pela sua condição pessoal, pelo seu estado.

Então, eu sou da academia também, e a gente tem inúmeros estudos. Inclusive, eu cito aqui o estudo do Fernando Afonso Salla e da Alessandra Teixeira sobre vadiagem e prisões correcionais em São Paulo, em que eles apontam a forma como esse movimento de repressão e controle só foi começar a arrefecer no final da década de 80 e na década de 90, quando, na década de 90, a gente tem a criação da primeira equipe de consultório na rua, a criação do primeiro centro de assistência social para pessoas em situação de rua, em Belo Horizonte. E esse processo, que se arrastava há 400 anos, culminou com o 19 de agosto de 2004, com o massacre da Sé.

Então, não foi um episódio isolado, não foi uma coincidência, foi o resultado de uma evolução histórica, e é muito triste a gente apontar essa data aqui hoje, principalmente quando nós comparamos as datas das políticas e nós percebemos que precisou ocorrer o massacre da Sé para a aprovação de uma política nacional para a pessoa em situação de rua, em 2009, o que não existia antes. Precisou-se do massacre da Sé para que a atenção especializada à população em situação de rua fosse, de fato, inserida na Política Nacional de Assistência Social.

E eu pergunto e deixo mais uma provocação aqui: o que mais será necessário para que essa política avance? Porque nós tivemos essas mudanças no final dos anos 2000, mas, de lá para cá, pouca coisa avançou também. Nós tivemos a aprovação de um decreto, em 2009, o Decreto 7.053, que trouxe a Política Nacional para a população em situação de rua, mas até hoje nós não temos uma lei que trate da política nacional da população em situação de rua.

Nós temos um projeto de lei, Senador, que é o PL 1.635, de 2022, e esse PL está na CCJ do Senado, sem movimentação. Então, esse projeto de lei é extremamente relevante, porque ele trata de todo o estatuto jurídico, do acesso às políticas públicas pela população em situação de rua, e é necessária a sua aprovação, porque apenas um decreto, que depende da aprovação, da internalização por estados e municípios, não é suficiente, não está sendo suficiente. A gente observa isso como um movimento consistente no Brasil inteiro: como os ataques têm aumentado nos últimos anos.

Nós tivemos a aprovação da lei da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, mas também com uma – como eu posso dizer? – facilitação federativa de que os estados e municípios podem aderir se quiserem, se não quiserem, não precisam aderir. Então, mais uma vez, a gente fica numa situação em que todas essas políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parecem não se reverter em efeitos práticos, que a gente observe, de efetiva melhoria das condições de vida dessas pessoas.

Eu cito um exemplo, aproveitando aqui que o reverendo Padre Júlio falou da questão da documentação. Nós, na Defensoria Pública do DF, apenas de janeiro até novembro do ano passado, tivemos que fazer aproximadamente 3 mil solicitações de certidão de nascimento ou casamento. Sendo que o último censo da população de rua do Distrito Federal diz que nós temos um pouco mais de 3 mil pessoas em situação de rua no Distrito Federal.

Então, alguma coisa não está certa, porque, se os dados oficiais revelam 3 mil pessoas e 3 mil pessoas buscam a gente para conseguir documento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO KALKMANN – ... onde estão esses documentos? E de que forma a gente pode pensar, né?

Já me encaminhando para o encerramento, a gente teve agora uma reportagem que teve bastante repercussão sobre espiões russos tendo uma facilidade em conseguir documentação. E aí, a gente observa a mídia trazendo críticas ao sistema de registro civil do Brasil, como: o sistema de registro civil é muito fragmentado, ele depende muito das ações de cada Tribunal de Justiça, da forma como cada cartório vai interpretar essa questão. E, agora, estão vendo os efeitos: as pessoas conseguindo essas certidões sem validade de maneira muito fácil. Mas eu pergunto: e essas pessoas em situação de rua, que têm essa dificuldade em acessar essa documentação há 400 anos? E precisou de uma outra situação para a gente começar a discutir essa fragmentação dos registros públicos.

Então, eu acho que é importante anotar aqui a relevância da data, a relevância de trazer o reconhecimento à população em situação de rua, especialmente à luta da população em situação de rua, mas também é meu papel aqui cobrar esses avanços que são necessários: a aprovação da lei da Política Nacional da População em Situação de Rua, a modificação do regime de registro civil para que facilite o acesso à documentação civil básica à população em situação de rua.

Enquanto isso não for resolvido, nenhuma política vai dar certo. Não adianta criar abrigo, criar pernoite, se a pessoa não tem o documento para entrar no pernoite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que existem passos muito fundamentais e muito iniciais que ainda não foram tomados. E, aqui, falando em nome da Anadep, como representante, eu deixo essa provocação pelo avanço das mudanças, o avanço das políticas, para que a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO KALKMANN – ... consiga, realmente, concretizar uma política digna para essas pessoas.

Agradeço a participação. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal e membro da Comissão de População em Situação de Rua da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

Eu não considero que V. Sa. fez alguma provocação, pelo contrário, V. Sa. deu belas sugestões, e que as suas sugestões sejam tomadas nota para que a gente, dentro do possível, possa cobrar, inclusive dos nossos pares.

Eu sei que eu já relatei uns três projetos, mas eu relatei numa Comissão e eles vão para outras. Esse mesmo de que o padre falou aqui, a assessoria lembra que está com a minha relatoria. E ele dá aqui para mim uma contribuição para que eu diga a ele que, na Espanha, esse do Randolfe já existe. Há uma lei similar no Código Penal e seria de grande repercussão nacional e internacional aprovarmos esse como o do Contarato. E tem mais dois que eu relatei, mas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Está na CCJ agora.

O.k.? Mas parabéns pela sua fala. São só elogios para V. Sa.

O SR. TIAGO KALKMANN (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E quanto mais... Aqui no Congresso eu estou aqui há 40 anos, entre Câmara e Senado vai dar 40 anos. Eu aprovei muita coisa: Estatuto do Idoso, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Juventude, lei dos autistas, política do salário mínimo... Enfim, são em torno de cem leis que eu consegui aprovar. Mas quantas delas eu consegui aprovar sozinho? Nenhuma! Todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

elas tinham... As leis de cotas que existem aqui: ou eu sou autor ou eu sou Relator, mas o movimento negro – você ajudou muito também na época – estava por trás, pressionando. Se não houver mobilização de fora para dentro, aqui também não acontece. Vocês sabem disso, e sabem que a maioria no Congresso Nacional não tem a visão que nós temos aqui em relação ao nosso povo trabalhador, de rua; enfim, ao combate aos preconceitos, mas todas as vezes... Inclusive, a CNBB me ajudou nos estatutos. Nos estatutos, a CNBB veio aqui para dentro: fazia reunião com o Presidente da Casa para aprovar os estatutos, que eu consegui aprovar.

Eu dou esta lembrança para quem está nos ouvindo lá fora: não adianta ter meia dúzia aqui dentro, mas um dia, oxalá, tenhamos pelo menos meio a meio de pessoas negras e brancas; indígenas, mulheres, LGBT, como o V. Sa. falou muito bem, comprometidos com o povo brasileiro. Até lá, vai ser uma disputa muito grande. A gente aprova numa Comissão segurando a outra, e muitas vezes eles derrubam projetos que a gente já tinha encaminhado, porque o mercado é muito forte – querendo ou não, são os Poderes constituídos. Isso é uma verdade, mas eu prometi não falar muito, porque quem tem que falar são os convidados.

Então, passo a palavra, agora, à Sra. Alyne Alvarez Silva, Coordenadora-Geral de Projeto da Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento.

A palavra é sua.

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA (Para expor.) – Um bom dia a todas as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah! Tem um detalhe aqui; a nossa assessoria fez uma observação. A senhora vai dividir com a Sra. Julia Mezarobba Caetano Ferreira, Analista Sênior da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, está assegurado... Vocês combinem aí. São dez, mas todos estão falando em torno de 15 minutos; então, dá para cada uma falar sete.

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA – Está ótimo. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e àquelas que assistem a nós em casa.

Receber esse convite da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal para participar desta audiência pública é uma honra e alegria imensa a nós, trabalhadores e trabalhadoras e gestores e gestoras da assistência social e do Sistema Único de Assistência Social.

Eu aproveito o ensejo para saudar o Exmo. Deputado Federal Nilto Tatto, propositor do PL, e o Exmo. Senador Paulo Paim, a quem me honra muito ouvir e a cujo lado me honra muito estar sentada.

Aproveito também para saudar os colegas que compõem a mesa, na pessoa do Padre Júlio Lancellotti. Pegando o gancho do que o padre trouxe, ainda há pouco, com relação à necessidade urgente de se instituir essa data do 19 de agosto para o reconhecimento da luta da população em situação de rua: devem caminhar, ao lado da importância de se instituir a data, as ações que vão, de fato, não só reconhecer essa luta como dar respostas efetivas do Governo para a efetivação de políticas públicas que garantam os direitos dessa população.

Vou fazer uma fala mais institucional que exatamente traz as respostas que o Governo Lula, desde o seu primeiro mandato, vem instituindo para, então, efetivar a importância não só da data mas também da luta, bem como de essa população de fato existir como cidadãos e cidadãs brasileiros.

Então, a gente dividiu a fala em dois tópicos. Eu trago as normativas da assistência social voltadas à população em situação de rua, e o que essas normativas vêm instituir no âmbito dos Suas, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social. Logo mais, a Julia vai trazer as ações atuais que temos instituído a partida do MDS, no âmbito da Secretaria Nacional da Assistência Social.

Antes de continuar, preciso dizer que sou uma mulher branca, uma mulher cis, branca, de cabelos curtos pretos. Uso óculos, na verdade intercalo entre usá-los ou não, visto uma camisa estampada e carrego um crachá do MDS. Falo então como Coordenadora de Projetos da Coordenação de Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria Nacional da Assistência Social.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou dizer que, desde um pouco antes da nossa Política Nacional da Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, quando ela dispôs sobre assistência, pode passar, ela já dizia o que é essa política – para que ela deve existir?

Então, para aqueles que não estão familiarizados com a assistência social, é importante frisar seus principais três objetivos, que são os pilares dessa política. O primeiro é a proteção social, que visa à garantia da vida, a redução de danos e a prevenção de incidência de riscos. O segundo objetivo é a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. E, por fim, a defesa intransigente dos direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Então, a assistência social tem que garantir a vida, ela precisa aumentar a capacidade protetiva das famílias – e ela precisa garantir intransigentemente os direitos humanos.

Pode passar.

Um pouco mais de dez anos depois, a gente tem a instituição da Política Nacional da Assistência Social que, desde o seu princípio – pode passar – já inaugura essa política na perspectiva de análise, ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis, ou excluídos das estatísticas, nesse caso também a população em situação de rua.

Pode passar.

Então, a gente tem 2009, já depois da chacina, depois, inclusive é importante mencionar que em 2008 a gente tem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua ocupando assento no Conselho Nacional da Assistência Social. E é importante que se diga que, se não há a sociedade civil organizada para de fato fazer frente a essa luta, os serviços, as políticas não se efetivam. Então, a importância da participação social.

E aí a tipificação que vem trazer – pode passar – a estruturação do Suas, a partir da proteção social básica e da proteção social especial.

A gente tem dispositivos, especialmente na proteção social especial de média complexidade, que são os serviços especializados em abordagem social e os serviços especializados para pessoas em situação de rua. E, na alta complexidade, os serviços de acolhimento institucional ou serviços de acolhimento em república.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na proteção social básica, também é importante dizer que a gente tem o Paif, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, e quando as pessoas em situação de rua são de fato atendidas pelos serviços da proteção social especial, elas passam a também frequentar os serviços da básica para evitar que voltem à situação de rua.

Pode passar.

Entre as várias legislações, eu não vou mencionar, pode ir passando, mas só para citar, nós avançamos um bocado com relação às legislações, o Decreto Presidencial 7.053, de 2009; resoluções da Comissão Intergestores Tripartite do Suas também trouxeram vários avanços; portarias específicas na direção da expansão dos serviços do cofinanciamento da União, para os serviços que atendem essa população.

Pode passar, por favor

E a gente vem culminar nas nossas orientações técnicas.

O Ministério do Desenvolvimento Social se preocupa – pode passar – em trazer as diretrizes que vão orientar tecnicamente como os serviços devem atuar: quem são as suas equipes, onde devem se localizar, quais são os seus objetivos. E esse Caderno, de 2011, que está sendo já reformulado para uma reorientação desse serviço, que deve sair até o ano que vem, vem orientar em todo o território nacional a gestão do Centro Pop e a oferta qualificada do serviço.

Pode passar.

O Centro Pop, então, vai se voltar para o desenvolvimento das sociabilidades na perspectiva de fortalecimento dos vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Então, é importante só frisar que os Centros Pop têm essa importante função de construção de redes socioafetivas e de vínculos, pois é partir, obviamente, dessas relações que se fortalece a possibilidade de novos projetos de vida. Então, a política pública precisa das relações para, de fato, se efetivar. A política pública em si, sem que as pessoas consigam construir vínculos entre si, não avança, porque as pessoas precisam desses afetos e desse suporte para, de fato, conseguirem avançar em novos projetos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos também o Caderno Seas 2013, que vai orientar e apoiar os estados, os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação, coordenação e acompanhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social – pode passar –, que vai funcionar nos espaços públicos, fazendo um trabalho social planejado de aproximação, escuta qualificada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA – ... e construção de vínculo da confiança. Esse trabalho social é voltado para transformação social, na medida em que parte desses dois pilares: a efetivação dos direitos e a partir dessa rede de sociabilidade.

Pode passar.

Então, hoje em dia, a gente tem um pouco mais do que isso, porque esse Censo Suas é de 2023. Já são 258 Centros Pop espalhados pelo Brasil. É claro que é uma cobertura muito pequena, não chega a 5% dos municípios brasileiros, o que é uma pena. A gente tem 786 Seas, que são os Serviços Especializados em Abordagem Social, que também não chega a 100%, e temos em torno de 725 abrigos institucionais e casas de passagem, que não chegam nem a 4% de cobertura no Brasil.

Então, a gente estava falando ainda há pouco dessa luta, a importância do reconhecimento dessa luta e a importância de, *pari passu*, construir ações em resposta a toda essa luta. Então, sem fortalecer o Suas e os serviços da proteção social básica e da proteção social especial, dificilmente a gente consegue construir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA – ... uma saída qualificada dessas pessoas que estão em situação de rua. Daí a importância de, de fato, pensar em várias estratégias que consigam destinar recursos à assistência social.

A gente tem um orçamento que é de 2013. O nosso repasse cofinanciamento para os serviços da assistência é de 2013 e nunca foi atualizado. Então, a gente passa para um Centro Pop de uma metrópole R$23 mil para atender, em média, 200 pessoas por dia. É um recurso que obviamente vai... Tem ainda recurso do estado e do município, mas é um recurso muito ínfimo. Então, a gente precisa, de fato, olhar para o Suas e entender a sua importância pela articulação que esse sistema vai fazer com os demais para a garantia de outros direitos, como moradia, renda, trabalho, cultura, esporte, lazer e todos os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Então, o serviço de acolhimento é transitório. É importante dizer que, quando as pessoas têm um lugar para ir e ficar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA – ... elas conseguem construir melhor novos projetos de vida e deixam de estreitar o seu vínculo com a rua. À medida que eu ofereço um lugar não só para o pernoite, mas, de fato, para outras garantias de outros direitos, a gente não permite a vinculação com a rua, que é o que inviabiliza a construção de novos projetos. Então, há a importância não só dos serviços de acolhimento, mas de outras políticas, como os benefícios eventuais de aluguel social e outras políticas que estão ali no MDHC e em outros ministérios, como provavelmente a gente vai escutar.

Pode passar.

A Julia, então, agora assume.

A SRA. JULIA MEZAROBBA CAETANO FERREIRA – Obrigada, Alyne.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nossas palmas para a sua fala aí, que foi muito boa. (*Palmas.*)

Discorreu, com muita competência, sobre inúmeros trabalhos que o Governo Lula, via seu ministério, está fazendo; e está surgindo efeito, claro.

Sabemos que tem que ser a médio e a longo prazo, né?

Então, eu passo a palavra, agora, à Sra. Julia Mezarobba Caetano Ferreira, Analista Sênior da Coordenação-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade, do Departamento de Proteção Social Especial, do Ministério – continua aqui do outro lado –, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A SRA. JULIA MEZAROBBA CAETANO FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Obrigada, Alyne.

Bom dia a todas as pessoas que estão nos acompanhando, de maneira presencial ou de maneira remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Julia Caetano Ferreira, sou uma mulher cis, branca; meus pronomes são "ela" ou "dela"; tenho cabelos loiros escuros cachados, que estão soltos; visto um vestido roxo e um casaquinho bege; e é uma honra participar deste debate.

Então, gostaria de saudar todas as pessoas que nos acompanham, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, do nosso louvável Padre Júlio Lancellotti – quero dizer que é uma honra estar com o senhor nesta manhã – e da liderança de Anderson Lopes Miranda, importantíssimo companheiro, que possui trajetória de rua e que hoje em dia está coordenando o Ciamp-Rua Nacional (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua).

Como a Alyne bem demonstrou, a realidade da população em situação de rua no Brasil é prioridade dentro da política da assistência social, desde a sua idealização. Desde a chacina da Sé, em agosto de 2004, muitos avanços foram galgados. E, com a organização política das pessoas que experimentam a situação de rua e a criação do Movimento Nacional da População de Rua, em 2005, diversas pautas entraram na agenda governamental, como forma de promover a superação da situação de rua e resguardar os direitos de quem enfrenta a dura realidade de dormir ao relento, nas calçadas, nas marquises e nos viadutos.

Se hoje nós temos uma Política Nacional para a População em Situação de Rua e um serviço especializado para este público instituído no âmbito da política socioassistencial, é sem dúvidas graças à organização e luta política das pessoas que estão e já estiveram em situação de rua e que, com força e coragem, reivindicam seus direitos.

Neste sentido, saudamos o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua (MNLDPSR) e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Nesta gestão do Governo Federal, pudemos avançar na promoção da assistência e proteção social às pessoas que estão em situação de rua. Citarei, em minha fala, algumas delas, ciente de que, em função da restrição de tempo, não será possível aprofundar muito, tampouco abordar todas as nossas ações.

Bem, desde 2023, temos atuado e empenhado muitos esforços nas ações de aprimoramento e reordenamento do serviço especializado para as pessoas em situação de rua, executado na unidade pública e estatal de Centro POP e no serviço especializado em abordagem social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Reconhecemos que, embora a formalização desse serviço seja uma importante conquista, ainda hoje, mais de 15 anos depois de sua criação, seu funcionamento ainda não consegue contemplar todas as demandas da população em situação de rua. Por isso, ao longo do último ano, promovemos o I Ciclo Nacional de Oficina Centro POP, oportunidade em que escutamos mais de 60 unidades de todo o território nacional.

Temos trabalhado ativamente para que o serviço especializado para pessoas em situação de rua promova seguranças socioassistenciais de acolhida, convivência, autonomia, renda, apoio e auxílio em uma perspectiva de garantia de direitos e de proteção social. Neste sentido, as duas atividades, que estão elencadas aqui no *card*, estão disponíveis para o acesso do público no canal de YouTube da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS.

Pode passar, por favor. Ainda, o MDS participou do processo de construção da portaria conjunta do Ministério das Cidades, do MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e do MDS, que dispõe e estabelece o acesso da população em situação de rua ao programa Minha Casa, Minha Vida.

Para além dessa ação, o MDS participa do Acordo de Cooperação Técnica das Cozinhas Solidárias da Rua, iniciativa interministerial, que será executada pelos movimentos sociais e pessoas que estão em situação de rua ou que possuem essa trajetória.

Participamos também da execução de alguns planos, programas e fóruns de controle social – obrigada –, que se relacionam diretamente com a pauta e com a luta da população em situação de rua, e estamos construindo estratégias para a efetivação da dignidade menstrual às mulheres em situação de rua e para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da política socioassistencial. Entretanto, reconhecemos que só é possível avançar, tanto nos casos individuais e concretos, quanto nas lutas coletivas pela efetivação de direitos, a partir de escuta qualificada, uma ferramenta primordial ao trabalho social, desenvolvido no âmbito da política socioassistencial, e por isso nós gostaríamos de registrar a ausência de representação de pessoas com trajetória de rua nesta mesa.

Por fim, reiteramos que este Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, seguindo as diretrizes do Presidente Lula, está radicalmente comprometido com a luta das pessoas que estão em situação de rua e, neste sentido, saúda a iniciativa de instituição formal do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Sem dúvidas, fortalecer a luta das pessoas que estão em situação de rua, das que já experienciaram a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de rua e dos movimentos sociais compostos por esse segmento é também fortalecer a luta pelo fortalecimento da política socioassistencial e do Sistema Único de Assistência Social.

Sigamos! Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Julia Mezarobba Caetano Ferreira, Analista Sênior da Coordenação-Geral de Proteção Social, também ligada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Parabéns a ambas pela qualidade da exposição, que é fundamental, quando se faz uma audiência pública, que tenhamos representantes também, permita-me que eu diga, do nosso Governo para expor também a sua atuação e o seu trabalho.

Parabéns a todos.

Concedo a palavra agora a quem está aqui ao meu lado – vai ser o sexto painelista –, o Sr. Cleyton Luiz da Silva Rosa, Coordenador-Geral de Políticas para os Direitos da População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Parabéns ao ministério, que também mandou o seu representante.

O SR. CLEYTON LUIZ DA SILVA ROSA (Para expor.) – Inicialmente, quase boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Faço uma saudação ao Paim. Muito me orgulho de estar aqui ao seu lado, um sindicalista, uma pessoa importante para a luta racial. E queria mencionar isso, falar sobre a população em situação de rua ao lado de uma mesa com três pessoas negras muito me orgulha.

Queria também fazer uma saudação especial ao querido Padre Lancellotti, que muito tem contribuído para uma mudança de perspectiva – quando nós estamos falando da população em situação de rua – antiaparofóbica.

E, na figura do Anderson Lopes Miranda, que está aqui representando a Coordenação-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, aproveito também para saudar as entidades não governamentais que fazem parte do Ciamp-Rua: a Associação Pastoral Nacional do Povo de Rua, o Fórum Nacional da População de Rua, o Pretas Ruas, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento Nacional da População de Rua, o Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

População em Situação de Rua e o Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua. Nas figuras de todos esses movimentos, eu faço uma saudação a todas as pessoas que estão nos assistindo.

Enquanto Ministério de Direitos Humanos, é uma dificuldade nós hoje falarmos após tantas exposições tão importantes e tão calorosas contribuições. E a gente não quis fazer uma apresentação, porque nós queríamos trazer em forma de relato aquilo que nós temos visto no dia a dia – uma realidade que muitas das pessoas que participaram aqui no e-Cidadania já colocaram – sobre o preconceito vinculado à população em situação de rua.

Nós temos percebido uma violência, um aumento da violência vinculada à população em situação de rua, não somente pela nossa Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, mas também porque, a cada dia, a cada hora, nós estamos percebendo ações colocadas à população em situação de rua, nos municípios e também nos estados, pelo movimento extremamente conservador que tem pairado sobre o Brasil.

E aí, Padre Júlio, a gente tem feito o movimento, enquanto Governo, mas é um movimento muito difícil, porque é um movimento que está na esfera do atitudinal, que é o de a gente realmente conseguir fazer entrar na cabeça de um gestor – Prefeitos, Prefeitas, Governadores e Governadoras – a necessidade de pensar na população em situação de rua, algo que nos parece óbvio, mas que não tem sido óbvio. A gente, enquanto Ministério dos Direitos Humanos, tem feito articulações. Nós temos mandado uma série de ofícios para que haja a adesão e, na verdade, a assinatura do termo de compromisso do Ruas Visíveis. Muitos municípios sequer respondem. E há aqueles que, pactuados, não cumprem o que está pactuado, descumprindo diretamente a ADPF 976.

Então, nós estamos chegando a um cenário em que a gente tem entendido que não tem como fazermos uma política sem dialogar com os estados e com os municípios. Nós temos aumentado o diálogo – a Ministra Macaé tem reforçado isso em todas as conversas técnicas que nós temos tido – para que a gente realmente consiga melhorar esse relacionamento com os estados e municípios. Esse diálogo tem sido muito difícil, mas tem sido feito, não somente pelo Ciamp-Rua, que tem se manifestado diretamente sobre essas violências, como por nós também, enquanto Coordenação-Geral de Política, e pela Diretoria de Promoção da População em Situação de Rua, que tem também feito ações diretas em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma questão técnica: eu acredito que não faltam somente leis, decretos e dispositivos legais, falta o cumprimento deles, porque, simplesmente, se fosse cumprido o que está na ADPF 976, se fossem cumpridas as outras legislações importantes que nós temos e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a gente estaria falando aqui num nível de qualidade muito maior do que o da política que tem sido feita no território.

Eu vou dar um exemplo: nós temos o Programa Dignidade Menstrual, em que pessoas que menstruam podem pegar, numa farmácia popular, absorventes, só que muitas das pessoas em situação de rua têm enfrentado o desafio de entrar dentro dessa farmácia para poder receber esse material. Então, não é a falta da política, é a ponta que tem feito uma ação de aporofobia em relação à população em situação de rua; é um temor em relação ao pobre.

E não tem como nós não falarmos da perspectiva racial quando nós estamos falando da população em situação de rua, porque todos esses massacres, todas as chacinas que conhecemos, todas as violências que nós temos visto diariamente têm sido vinculadas principalmente à população em situação de rua negra, com ênfase em mulheres trans e travestis.

Isso tem sido um desafio que a gente também tem tentado responder, e uma resposta que a gente tem colocado... Foi falado muito aqui hoje sobre hidratação, sobre a possibilidade de essa pessoa ter acesso à água. Nós, no Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional, temos uma meta muito importante, que são os pontos de apoio de rua, que têm sido hoje, talvez... É o assunto, não é, Anderson? É o equipamento de que mais se tem falado no âmbito dos direitos humanos, sobretudo da pasta que trata da população em situação de rua. Eles são um espaço em que a população em situação de rua vai ter acesso à água, à sombra, ao atendimento em direitos humanos, matriciado em relação aos outros equipamentos que nós temos na rede, como Centro Pop, Caps, Caps AD, unidades básicas de saúde, entre outros. Vai ser um importante equipamento, que cumpre o que está aqui no Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional.

Inclusive, devo reforçar que a meta colocada... O que está sendo efetivado enquanto valor é muito maior do que o que está colocado aqui neste plano de ação. E por que isso acontece? Porque há um carinho e um zelo – que a gente precisa nomear – do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entender essas pessoas na sua perspectiva mais ampla, entender que essas pessoas têm que sair, que é um movimento de saída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, esperamos nós que todos esses equipamentos sejam realmente emergenciais e provisórios, porque nós obviamente queremos que aumentem aqueles equipamentos que estão vinculados... aqueles equipamentos, não; aquelas estratégias políticas que estão vinculadas à saída das ruas, a exemplo do Moradia Cidadã, que é uma outra política pública que tem sido coordenada por nós da Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua, que oferta a moradia como um primeiro passo à saída das ruas, assim como o exemplo da portaria do Minha Casa, Minha Vida, uma portaria conjunta entre o Ministério das Cidades, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Por que isso? São ações várias que têm sido colocadas na mesa, para que a gente realmente entenda e consiga a saída das ruas – esse é o nosso objetivo.

Então, voltando ao PAR, nós tivemos agora aprovação, Senador Paim, de R$75 milhões, no FDD, Fundo de Direito Difuso, para esses equipamentos. O edital vai sair nas próximas semanas, vai ser um edital importante, que vai conectar o Governo Federal às OSCs que vão executar esses serviços para a população em situação de rua.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEYTON LUIZ DA SILVA ROSA – Peço só mais um tempo para que realmente eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O mesmo tempo que os outros tiveram, 15 minutos.

O SR. CLEYTON LUIZ DA SILVA ROSA – Tudo bem. Perfeito.

Um outro ponto que a gente queria colocar, e até para a gente poder concluir a nossa fala, é o fortalecimento das políticas que nós temos. A gente precisa fazer um diálogo em relação ao financiamento, não somente nas políticas de assistência, mas também nas políticas das cidades, também nas políticas de todos os outros ministérios. E aí eu acho que é importante colocar o papel, que é o papel do Ministério dos Direitos Humanos, que por muitas vezes faz a articulação com esses demais ministérios.

Eu queria fazer aqui, para concluir minha fala, um convite para que a gente realmente entenda que, quando nós estamos falando da população em situação de rua, nós temos de falar em todos os ministérios; na esfera municipal, em falar de todas as secretarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tenho reforçado muito, nas reuniões que tenho feito com os estados e municípios, de chamar não somente... Porque a gente chama às vezes para uma reunião, aí normalmente vem somente o Secretário de Direitos Humanos ou a Secretária de Direitos Humanos, a Secretária de Assistência, e da Segurança Pública não vem, sendo que os desafios vinculados à população em situação de rua hoje são vinculados à segurança pública também, assim como à saúde, por estarem nas ruas, o que já é um comprometimento da sua saúde. Um papel, obviamente, em que o Estado o colocou em algum grau. O Tiago bem reforçou aqui o papel da escravização no Brasil, que obviamente fazemos e tem eco até os dias de hoje.

Um outro ponto para reforçar aqui é que foram feitas algumas perguntas vinculadas à solução, à visão.

Nós, enquanto Governo Federal, especificamente o Ministério de Direitos Humanos, a gente precisa colocar aqui para vocês o nosso repúdio, esse repúdio em relação a essas ações violentas que têm ocorrido nos estados e municípios: é retirada de restaurante popular para a população em situação de rua, é população em situação de rua sendo negligenciada nos serviços que nós temos, é a população em situação de rua sendo morta nas ruas.

Então, a gente realmente precisa e faz esse chamado a todos, inclusive aos Senadores que também estão aqui nos ouvindo, aos Deputados que também estão nesse processo de participação, para que a gente realmente consiga entender a necessidade de nós dialogarmos – não somente os Poderes, mas também enquanto sociedade.

Para concluir de verdade, eu tive uma experiência agora: nós estivemos – não é, Alyne? – no Acre, em Rio Branco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEYTON LUIZ DA SILVA ROSA – ... e a gente tem visto que a política, os graus de que eu falei aqui, o grau da política como um todo existe, existe a política pública e ela é aplicada no território, e, quando a gente chega ao território, vê a população não querendo a população em situação de rua perto, cartazes e cartazes colocando que não querem o Centro Pop. E a justificativa colocada é que simplesmente não se quer aquela pessoa perto. Então, a gente precisa mudar essa perspectiva atitudinal numa perspectiva socioantropológica para que a gente realmente possa avançar nas políticas públicas relacionadas à população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito agradeço aqui por esse espaço para poder fazer essas contribuições, e colocamos o Ministério dos Direitos Humanos à disposição para dialogarmos e avançarmos nessa pauta.

Muito obrigado, Senador Paim, pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Cleyton Luiz da Silva, Coordenador-Geral de Políticas para os Direitos da População em Situação de Rua, que representou aqui o Ministério dos Direitos Humanos.

Parabéns pela sua síntese. Ficou dentro do tempo, ficou em 13 minutos e 50, nem chegou nos 15 minutos.

Parabéns, viu? Um abraço para a Ministra lá.

O SR. CLEYTON LUIZ DA SILVA ROSA (*Fora do microfone.*) – Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concedo a palavra neste momento ao Sr. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua/MDHC).

Você quer vir para cá? Ele está disposto a trocar.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Não, aqui está bom, aqui está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fiquem à vontade. Vocês dois é que resolvem.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Alô, me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele, ele...

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Não, não. Aqui está bom, está bom. Está ótimo.

Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos te ouvindo bem.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas e a "todes".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, Senador Paulo Paim, e acho que só fazer aqui uma menção: o senhor é o segundo Senador que trata essa pauta com o coração. Primeiro, é o Senador Eduardo Suplicy, que traz a Lei da Renda Básica de Cidadania, que já inclui essa população em situação de rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – As palmas não são para mim, são para o Suplicy, que realmente foi meu colega aqui e um grande Senador. (*Palmas.*)

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – E em segundo, o senhor. O primeiro projeto de lei para a população de rua no Senado é de autoria de V. Exa., que se reuniu com um grupo de população de rua lá no Rio Grande do Sul, o Movimento Aquarela – eu não estava lá, mas estava com esse grupo – e que fortaleceu esse projeto de lei aqui e que, em conversa com o Deputado Nilto Tatto, unificou esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se me permite dizer...

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu me lembro como se fosse hoje, foi muitos anos atrás, foi do encontro que vocês fizeram, e daí o Ivo Fiorotti, Frei Ivo Fiorotti me pediu para que eu apresentasse.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E vocês foram lá conversar.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Isso mesmo.

E depois da criação do Ciamp-Rua nacional o senhor sentou-se conosco – eu estava lá no comitê, no primeiro comitê, na primeira discussão – e o senhor falou: "Não, o que vocês quiserem podem incluir e fazer".

Quero saudar o Padre Júlio, e saudar não é saudar... Eu vivi com o Padre Júlio 30 anos. Eu tenho 35 anos de trajetória de rua. (*Palmas.*)

E quando eu vim – eu quero aqui fazer uma fala muito séria – assumir o cargo no Governo Federal eu fui conversar com o Padre Júlio, pedir a benção para o Padre Júlio e pedir instrução ao Padre Júlio. Fui na casa dele para falar: "Padre Júlio, o que que eu faço?". Porque governo é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nem feijão, só cozinha na panela de pressão – isso o Frei Beto disse para o Lula. Essa frase fica na minha cabeça, porque a gente aqui muitas vezes quando vem para o Governo esquece da base, esquece da luta e é engolido pelas situações.

E o Padre Júlio falou: "Olha, faça lá, nos represente", e eu estou aqui até hoje – dois anos já – e com muita dificuldade, mas sempre retomando e lembrando.

E todo dia eu assisto ao Padre Júlio no YouTube, a missa do Padre Júlio, a conversa com a rua, o diálogo com a rua. E quero aqui dizer, Padre Júlio, que eu sei que o senhor está sofrendo com o Vice-Prefeito de São Paulo. Meu abraço! E nós não vamos deixá-lo mandar nas ações que o senhor faz. Estamos juntos e conte conosco. Quero dizer isso muito bem claro para o senhor. Eu sei o que o senhor passa lá com o Vice-Prefeito comandante, querendo destruir as ações e as coisas e falando que acabou a cracolândia, e não acabou, ela foi jogada para Guarulhos, foi jogada... E a gente está com provas, e nós vamos entrar com ações, Senador. A gente tem fotos de caminhões chegando a bairros de Guarulhos, levando a população de rua do centro de São Paulo para longe. Nós temos prova, e nossa equipe aqui da rua mandando.

Eu só queria trazer isto: nós vamos entrar na Corte dos Direitos Humanos. No Conselho Nacional, já estamos abrindo processos também de averiguação disso.

Quero saudar a mesa – Julia, Gabriel, Alyne e Tiago – e dizer da importância que é para nós.

Eu venho da rua, vivi o massacre, e não só o massacre, vivi a 1ª Marcha Nacional da População em Situação de Rua, em 2001. Quando nós viemos marchar aqui em Brasília, com mais de 6 mil pessoas, a Pastoral nos ajudou com ônibus, com lanche, com estrutura. Quando Joãosinho Trinta fez aquele carnaval de botar o Cristo pobre, foi simplesmente ensacado, ensacaram o Cristo pobre, porque não queriam ver os pobres, e aí nós viemos aqui. O Joãosinho Trinta estava no caminhão conosco, não é, Padre Júlio? Infelizmente, o nosso Presidente da República, à época, não quis receber uma comissão da população de rua, e o Senador Eduardo Suplicy, de novo, desce a rampa do Senado para receber os documentos da população em situação de rua. Isso é fundamental. (*Palmas.*)

Eu quero fazer uma retrospectiva.

Lembro-me aqui da morte do nosso querido índio Galdino, que foi queimado aqui em Brasília. Por isso, a nossa luta; não é festa dia 19 de agosto. Como o Padre Júlio bem está dizendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é luta, não é festa. Nós não queremos uma lei de festa, nós queremos relembrar o massacre e que ele seja extinto neste país.

Lembramos o massacre da Candelária, que até hoje também está aí, no Rio de Janeiro, impune, e, depois do da Candelária, veio o massacre nosso. Eu estava lá. Eu estava com o Padre Júlio, estávamos lá. E foi através disso que nós conseguimos com o Padre Júlio reunir mais de 5 mil pessoas na Praça da Sé, mais de 5 mil num dia, aonde foi o nosso ex-Vice-Presidente da República José Alencar, aonde foi o Ministro da Justiça, aonde foi uma comissão de direitos humanos. Eu me lembro da delegada: "Não pode! Não vamos fazer! Não dá para fazer!", e nós e o Padre Júlio, lá na Casa de Oração: "Dá para fazer. Vamos fazer", e nós conseguimos, fomos. Para nós, foi importante a escuta nossa. Eu estava na rua nessa época. Eu não fui morto, porque eu estava... Mas a gente viu. Quando a polícia chegava a nós: "Abra a mão! Foram vocês que mataram?", e a gente: "Não, não fomos nós". E a gente procurava sempre lá a Casa de Oração e o Padre Júlio.

Então, eu tinha acabado, há pouco tempo, de chegar da Bahia, e era inverno, estava frio. Já estava começando o inverno para nós, e era triste. E aí dali eu fui para o Arsenal. Através do Padre Júlio, a Casa de Oração conseguiu uma acolhida. Não tinha acolhida em São Paulo, já estava com problemas.

Então, eu quero fazer esse resgate para a gente saber de onde nós viemos e onde nós estamos.

Em 2004, nós criamos o primeiro movimento nacional de adultos em população de rua, dentro da Casa de Oração do Povo da Rua, com mil pessoas, com mil pessoas. Olha como é importante organizar isso. Então, a Igreja nos ajudou a organizar, porque a gente não tinha voz nem vez. Nós organizamos o movimento, fomos a Belo Horizonte, ao Festival Lixo e Cidadania, e conseguimos lançar o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, com muita dificuldade e com muito preconceito: "A rua fala, a rua é isso...".

Foi quando nós pedimos ao Presidente Lula, e aí, em 2006, ele cria o primeiro decreto, uma portaria sem número, criando um grupo de trabalho interministerial, um GTI, um grupo de trabalho. E esse grupo de trabalho é para a nossa escuta. Eu estava nesse grupo de trabalho também. Então, eu participei de todos os processos aqui.

E é importante dizer que, hoje, eu não posso falar pelos movimentos. Eu quero pedir a V. Exa., Senador, que a sua equipe crie um cadastro – depois a gente manda – de todas as lideranças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Movimento da População de Rua. Nós temos isso e podemos apoiar, quando tiver audiência, para poder chamar; porque tem um ditado que a rua fala: "Não fale de nós sem nós; não fale da rua sem a rua".

Hoje, eu estou falando como ex-morador de rua, no Governo, coordenando um comitê.

Eu estou olhando o meu tempo e eu estou com medo do tempo, porque eu falo muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fica tranquilo, porque tu tens aquilo lá e mais cinco ainda.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já vou botar os cinco logo.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Obrigado, Senador.

Pela primeira vez, eu quero dizer aqui, pelo Governo Federal, mas não foi caridade nem assistencialismo, foi uma exigência das organizações, da pastoral, dos movimentos, para que tivesse uma pessoa com trajetória ou situação de rua trabalhando no Governo Federal. E eu fui contratado.

Estou, há dois anos, dentro do comitê, coordenando o Ciamp-Rua, no Ministério dos Direitos Humanos. Comecei com o Ministro Silvio e estou hoje com a Ministra Macaé. Quero agradecer muito a ela, que tem me escutado muito.

Na primeira vez em que a Ministra entrou lá dentro, ela me deu 15 minutos de conversa. "O que está acontecendo? O que nós podemos melhorar? O que nós podemos pautar e discutir?". E eu relatei para ela toda a situação. E ela foi a São Paulo, para ouvir o Padre Júlio; e ele disse para ela, e nós estamos ouvindo, e eu estou aqui como escuta: "O Ciamp-Rua não pode ficar só em Brasília; o Ciamp-Rua precisa ser regionalizado; o Ciamp-Rua precisa escutar as bases". E é isso que nós estamos fazendo.

Nós visitamos as cinco Regiões deste Brasil – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – e vimos o que o Padre Júlio muito disse para a Ministra: a violação está na ponta. Quando o Ciamp chega aos estados, a gente vê a população de rua sendo morta, a população de rua sendo dizimada. Estivemos no pós-enchente no Rio Grande do Sul; não tinha comitê estadual, não tinha comitê municipal. Depois que nós fizemos a missão do Ciamp-Rua no Rio Grande do Sul, o estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criou o comitê estadual e Porto Alegre criou o comitê municipal. Mas não podemos só ter comitê de papelzinho; é comitê de diálogo, de discussão, de fiscalização e de monitoramento.

Pegamos um desgoverno, Senador, um desgoverno passado, que acabou com o comitê, que quase acabou com o Decreto 7.053, destituiu. Então, nós temos hoje o Centro POP desvalorizado, porque fecha-se Centro POP, "não, não tem Centro POP" e municípios fechando Centro POP, mas ainda recebendo recursos. E, aí, precisamos de monitoramento, dialogando com o MDS e dialogando com as áreas. Então, assim, nós tivemos muito isso e estamos vendo isso, o fechamento dos serviços.

Então, eu quero trazer aqui a importância não do dia de luta, mas da luta. Eu acho que a fala do Padre Júlio é fundamental e importante: nós temos que lutar.

O projeto de lei que está aqui tramitando, de vossa autoria junto ao Nilto Tatto, ainda não virou lei e precisa virar lei. Para a gente ter política, nós precisamos ter lei, mas também orçamento. Hoje, nós temos emendas parlamentares, porque muitas vezes nós precisamos de emendas que olhem para a população em situação de rua, que invistam nessa população, que garantam... Nós temos vários serviços. Eu estou hoje...

Amanhã, o Ciamp-Rua se reúne aqui, em Brasília – na terça, quarta e quinta –, para discutir todas as ações e as políticas. Nós temos membros dos movimentos, das organizações, hoje, participando do Ciamp-Rua. Vamos ter eleição, neste ano, do Ciamp Nacional; teremos eleição. Pegamos todo o processo do Ciamp. Não teve um documento; não tinha nada, nada. Tudo foi desmontado e acabado. Agora, nós estamos com documentação, organizando, temos um *site*, agora temos uma logo. Os conselheiros terão crachá, vão pautar, estão viajando – as representações do movimento vão pautar...

Nós estaremos na COP 30, o Ciamp estará lá discutindo clima junto com a população em situação de rua. Não adianta falar da rua sem a rua com as organizações. Nós levaremos uma comissão para a COP 30 para discutir e já falamos com a Ministra Macaé, já falamos com a Secretária-Executiva Janine, com a Lene, pautando...

No mês de julho, o Ciamp-Rua estará, como o Padre Júlio bem colocou, em um dos estados e cidades mais criminalizadores da população em situação de rua – não tenho vergonha de dizer –, que é Santa Catarina. Em Florianópolis, agora, nós tivemos um Secretário Municipal que fica fazendo *fake news* na internet – Secretário Bruno, de assistência social –, indo lá e perguntando: "Você não quer trabalho? Eu vou lhe dar um emprego". Mas ele não oferta emprego, é só para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aparecer nas mídias dele e criminalizar a população em situação de rua. Ele nos criminalizou agora, numa *fake news*, o Ciamp-Rua nacional e o Governo do Presidente Lula. E nós estivemos lá agora, numa audiência pública chamada pelo Conselho Nacional, em Florianópolis. Quando o Secretário viu que estava lá a Comissão de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Assistência Social e o Ciamp-Rua, ele não entrou. Botou a cara na porta e picou a mula. Saiu fora, foi embora, ficou com medo. Não precisa ter medo da rua; respeite a rua, dialogue com a rua, crie políticas para a rua.

Acabou de fechar o Restaurante Popular de Florianópolis, porque a população de rua estava com medo do Restaurante Popular. Siga a experiência, como a que nós tivemos em São Paulo. O Bom Prato fechou, nós fomos lá, fizemos movimentações, atuamos e abriu o Bom Prato para a população em situação de rua. A nova gestão de novo criminalizou – não é, Padre Júlio? –, e não abre de novo. Aí você precisa do Restaurante Popular, você precisa do Cozinha Solidária, você precisa dos serviços, hoje, que estão atendendo a população de rua. Isso é muito pelas organizações, porque, quando nós nos omitimos de fazer a política ou de cumprir a política, quando nós nos omitimos de criar a política pública, as organizações adentram e executam o que o Governo não faz. Isso é bem claro, e isso condiz muito com a fala do Padre Júlio Lancellotti, das falas de quem me antecedeu.

Queria dizer da importância, da importância... Padre Júlio falou uma coisa que eu quero reforçar. A ADPF 976 não vê se eu quero ou não quero cumprir. Ela é judicializada. Estados e municípios que não cumprirem têm que ser judicializados. Tem que se fazer. É "cumpra-se" – é uma ADPF –, é "execute-se". O Decreto 7.053 está aí. Nós repassamos recursos, só que estados e municípios não querem fazer.

Então, para nós, Senador, é importante estar aqui. É importante apoiar, sim, os projetos de lei, mas é muito mais fundamental dizer da importância dessa população. Municípios, criem comitê; estados, criem comitê e dialoguem com a população. Do que vocês precisam? O que nós temos que fazer? Chega de aporofobia! Chega de pessoas...

Eu queria encerrar... É muito triste o que eu vou falar aqui. Sábado agora, nós tivemos um companheiro da rua – eu estou muito emocionado, porque a Joana me mandou o vídeo, eu chorei muito – com transtorno mental que esfaqueou outro companheiro da rua, aqui na Rodoviária do Plano Piloto. Prenderam mais um da rua. Não o levaram para um tratamento, um cuidado. Quem entrou foi a polícia, e prenderam esse cidadão com transtorno mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Não se cuidou dele. Ele esfaqueou outro companheiro, que morreu aqui na Rodoviária do Plano. Então, eu quero pedir que parem de prender o povo da rua. Cuidem deles. A população de rua não é caso de polícia, é caso de política pública – saúde, assistência, trabalho, educação, cultura.

Eu saí da rua graças a dois pilares – o Padre Júlio sabe muito bem disso, porque ele me acompanhou –: a assistência social e a moradia. Eu hoje tenho uma casa em São Paulo, do CDHU, minha família está lá. Há 15 anos minha família está nessa casa, com toda a dificuldade de você ter que pagar condomínio, de você ter que... Se você não tem um apoio, um suporte, não adianta a gente garantir a casa se não dá condições. Essa é a estrutura que nós precisamos: do lar, da casa, da moradia e do trabalho.

Obrigado, mais uma vez, por nos escutar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns, o Sr. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, Ciamp-Rua, MDHC.

Permita-me, porque você disse para mim e eu vou dizer para você: eu estou escrevendo um livro chamado Política com Alma, e eu vou pegar parte da sua fala e eu vou botar lá. Eu vejo que está fazendo, faz política com alma. É nessa que eu acredito, há 40 anos aqui e eu falarei sobre política com alma. Se eu tinha certeza de que esse seria o título do livro, com a sua fala, eu fiquei mais convencido. Você deu um *show*, me permita que eu lhe dê uma salva de palmas com muito carinho, viu? (*Palmas.*)

Passo a palavra agora ao nosso último painelista. Com a palavra ao Sr. José Rubens Plates, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto em São Paulo.

O SR. JOSÉ RUBENS PLATES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimento os senhores e as senhoras que antecederam com suas falas brilhantes, alguns com tanta bagagem e conhecimento pela luta dos direitos humanos. Um cumprimento especial ao querido Anderson Lopes Miranda, aqui do Estado de São Paulo, um parceiro do MPF nessa luta, nessa pauta humanitária, e que está participando presencialmente com essa fala potente e forte que trouxe da sua trajetória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só abro parênteses para fazer minha audiodescrição. Sou um rapaz moreno, de cabelos pretos. Eu uso um óculos preto. Estou vestindo uma camisa preta, gravata cinza, terno escuro. E, ao fundo, tem um plano de fundo de uma tela branca com alguns losangos de cor azul clara e azul um pouco mais escura. Também há o logo do MPF, do Ministério Público Federal, que é a instituição onde eu trabalho e que eu honroasamente venho representar, agradecendo o convite do Senado Federal, da Comissão de Educação e Cultura, por essa possibilidade de participar desse debate de grande relevância.

Cumprimento os demais participantes e membros da sociedade civil que estão acompanhando.

De início, eu ia lembrar o princípio do nada sobre a rua sem a rua, um princípio muito forte, como já falado aqui, e também de não ter alguém dos movimentos falando, mas isso hoje, graças a Deus, foi mitigado com a presença do Anderson. Embora ele não esteja falando pelos movimentos, faça parte do Ciamp-Rua e também do Governo Federal, ele traz uma trajetória muito dura da realidade das ruas e pôde trazer contribuições fortes da sua experiência, mas fica a sugestão para que, nos próximos atos dessa tramitação, iniciativas semelhantes por pessoas das organizações e movimentos das pessoas em situação de rua tenham voz e participem ativamente dessas escutas.

Quanto ao mérito dessa propositura, desse projeto de lei, venho salientar que o dia 19 de agosto não é uma data qualquer. É a lembrança de uma tragédia, marca o início do episódio conhecido como a Chacina da Sé, ocorrida em 2004, em que sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas e outras gravemente feridas enquanto dormiam na Praça da Sé, aqui em São Paulo. Lembro, como disse o Padre Júlio Ancelotti, que essa injustiça brutal está até hoje impune. Essa data, portanto, é símbolo de uma luta contra a invisibilidade, a exclusão e a violência institucional.

Como já dito, o Brasil hoje ultrapassa mais de 335 mil pessoas, segundo levantamentos do Polos de Cidadania da UFMG, e esse número representa rostos, histórias e vidas que têm sido sistematicamente negligenciadas pelo poder público e pela grande maioria da sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno que cresce de forma alarmante. Somente na última década, tivemos um aumento de mais de 200% de pessoas que passaram... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

... nas ruas, alimentado por fatores como a pobreza extrema, o racismo estrutural, a perda de vínculos familiares, o desemprego, o despejo forçado e a ausência de políticas públicas de moradia efetiva.

Para além da necessária visibilidade simbólica proporcionada pela data de 19 de agosto, é imprescindível destacar que o enfrentamento duradouro da situação de rua exige o fortalecimento de políticas públicas estruturantes: moradia digna, acesso à renda e à empregabilidade, educação inclusiva e formação cidadã, inclusive educação financeira, que são elementos indissociáveis para a construção ou recuperação da dignidade da pessoa humana.

A experiência brasileira e internacional demonstra que modelos baseados na Moradia Primeiro (*Housing First*), aliados à capacitação profissional e ao apoio psicossocial, não só são mais eficazes, como também mais econômicos do que os atuais modelos de abrigos coletivos, pois reduzem a reincidência nas ruas e promovem uma reintegração social sustentável.

Da minha trincheira aqui do MPF, eu destaco que a nossa instituição tem participado ativamente de ações concretas como os mutirões Pop Rua Jud, iniciativa do CNJ, que já teve mais de 170 edições por todo o Brasil. Temos nos empenhado em garantir o acesso à Justiça, à cidadania e à dignidade dessa população. Temos nos esforçado para nos comunicar adequadamente, trabalhando os seus documentos, inclusive em um formato inovador, com a utilização de uma linguagem mais simples e a prática da escuta ativa, com empatia às pessoas afetadas.

Nesse contexto, voltando à questão do 19 de agosto, a institucionalização de uma data oficial de luta representa não apenas uma homenagem às vítimas do passado, mas o compromisso com o presente e o futuro. Trata-se de reconhecer que pessoas em situação de rua não são invisíveis, não são descartáveis e, sobretudo, são sujeitos de direitos.

A criação do dia nacional de luta da população em situação de rua fortalecerá a articulação de políticas públicas, impulsionará campanhas de conscientização e incentivará a formação de redes de apoio interinstitucional, que são fundamentais para transformar a realidade. Em sintonia com a política nacional do Decreto 7.053, de 2009, e com a Resolução 425, de 2021, do CNJ, estabelece diretrizes para o Poder Judiciário nesta temática.

O projeto em análise nesta Comissão do Senado representa um avanço civilizatório. Como já bem pontuou o Padre Júlio Lancellotti, apesar da importância da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal na ADPF 976, de julho de 2023, ao se determinar diversas medidas para todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entes, União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, no sentido de reconhecer direitos a essa população, nota-se um tímido ou escasso esforço governamental para se fazer efetivamente cumprido. Pelo contrário, são diárias e recorrentes as notícias que vemos sobre violações e abusos a essas pessoas em todo o país, que não têm sido tratadas como cidadãs, sem contar as dificuldades para acesso a documentos e exercer os seus direitos hoje no contexto digital.

Portanto, senhores e senhoras, sobretudo Parlamentares, a aprovação desse projeto é um passo necessário para reafirmar que o Estado brasileiro não tolera a violência, a aporofobia, nem a indiferença. Ao reconhecer oficialmente essa data, enviaremos uma poderosa mensagem de que a dignidade da pessoa humana, princípio fundante da República Federativa do Brasil, não pode ser relativizada, nem mesmo quando se trata de pessoas que vivem nas periferias das nossas cidades, às margens da nossa sociedade.

Desse modo, nos manifestamos pelo integral apoio à aprovação desse projeto de lei que institui o dia nacional de luta pela população em situação de rua e que, mais importante que isso, esse ato venha acompanhado de esforços coletivos e concretos no sentido de efetivar os direitos que já estão reconhecidos.

Muito obrigado, Senador, e muito obrigado aos demais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. José Rubens Plates, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Adjunto em São Paulo – PRDC–São Paulo.

Parabéns pela sua síntese, que vem ilustrar o nosso debate.

Agora são 12h10. É de praxe que eu tenha que ler as perguntas que chegaram. Nós temos horário para terminar aqui, que seria às 13h. Eu vou ler as perguntas, e, se vocês todos concordarem, o Padre Lancellotti faria uma fala final pelo tempo que ele achar necessário de todos os convidados. Pode ser? E, claro, se alguém entender que há uma pergunta fundamental que tenha que responder, eu também saberei ser flexível.

Perguntas do e-Cidadania.

Aeda, de Pernambuco: "A população em situação de rua tem sido ouvida na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante que alguém responda dentro do possível.

Alessandra, de São Paulo: Pessoas em situação de rua [muitas vezes não têm documentos] para serem acolhidas. [...] Como [...] desburocratizar [esse processo]?"

Carlos, do Rio de Janeiro: "De que forma esse reconhecimento pode ajudar a desconstruir a visão preconceituosa da sociedade sobre a população em situação de rua?".

Aelton, do Rio de Janeiro: "Qual o planejamento [...] do Governo [...] para a população [em situação de rua que faz uso] de drogas [...] no Brasil?".

Rubya, de São Paulo: "Como a instituição desta data pode contribuir concretamente para o enfrentamento das violações de direitos voltados a essa população?".

Alexandre, de Minas Gerais: "Menos datas simbólicas, mais ações reais, acolhimento, capacitação e trabalho para tirar pessoas da rua com dignidade e autonomia".

Almira, da Bahia: "[Reservar percentual do Minha Casa, Minha vida para pessoas em situação de rua, conforme suas necessidades]".

Billie, do Acre: "[...] precisamos de leis que [garantam um plano de] reabilitação para essas pessoas, elas precisam de ajuda [com urgência]".

Raquel, de Pernambuco: "Como o projeto garante a proteção integral e retira da miséria pessoas em situação de rua, além do reconhecimento da luta?".

Ricardo, do Paraná: "Corrigir é mais difícil que prevenir. Quais ações preventivas podem ser implementadas?".

Sabrina, do DF: "Por que o Legislativo não cria uma lei de obrigatoriedade de cuidados básicos de direitos humanos das prefeituras para a população em situação de rua?".

Marileia, do Rio de Janeiro: "Quais são as obrigações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do território [...] para com o usuário quando a pessoa tem transtornos mentais e comorbidades?".

Por fim, Mariana, de Pernambuco: "Garantir moradia digna, acesso à saúde, emprego e participação social efetiva, com orçamento específico e políticas intersetoriais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

José, de São Paulo: "Criar comitês em todas as cidades, com coordenação das câmaras municipais, para organizar condições para a população de rua".

Fábio, do Rio Grande do Sul: "O país deveria ter um local de acolhimento de pessoas em situação de rua em todos os municípios [...]".

Essas são as perguntas e algumas afirmações. Eu pergunto se alguém da mesa gostaria de responder uma ou outra pergunta, com brevidade. (*Pausa.*)

Então o Anderson vai ser um que vai responder, e o senhor fará uma fala final de encerramento em nome do Plenário, em meu nome e em nome dos convidados, o.k.?

Então, o primeiro que pediu para responder, eu vou pedir que você fique – daí dá tempo tranquilo – em torno de três minutos.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA (Para expor.) – Obrigado, eu só vou responder a questão de que não é a Câmara Municipal que tem que criar Ciamp-Rua, é o Executivo que encaminha para a Câmara Municipal, mas com acompanhamento do Legislativo. E nós, enquanto Ciamp Nacional, já encaminhamos uma recomendação, a Recomendação 02, para todos os estados e municípios, de criarem os comitês municipais e estaduais, com participação das entidades, dos movimentos. Então isso está na ADPF, como o Padre Júlio bem colocou, na ADPF 976, que tem que criar os comitês municipais e estaduais, discutir o orçamento, discutir a política, participação, não adianta criar um comitê municipal e não haver participação da sociedade civil. E aí a participação da sociedade civil é importante, mas aí o Executivo não vai, só vai assistência à saúde. Não, é todas as secretarias, desde a secretaria do Sr. Prefeito ou Governador com as outras secretarias. Nós estamos fazendo isso.

Hoje nós temos 11 ministérios, Senador, 11 ministérios compondo o Ciamp-Rua, discutindo, dialogando, debatendo, organizando a política e vivendo o Plano Rua Visíveis para o nacional, para os estados e para o município. Foi criado o plano com cem metas. A gente sabia que não iriam executar as cem metas. Estamos diminuindo agora as metas para que executem, que cumpram e que façam. Isso é uma determinação da ADPF. Primeiramente, cria-se o comitê. Criou-se o comitê municipal e os estaduais, monitoramos e aí a política tem que ser executada. Esse é o nosso papel. Só queria responder a essa pergunta, porque é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, foi muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este foi o Sr. Anderson Lopes Miranda. (*Palmas.*)

Alguém mais quer responder a alguma pergunta?

Fiquem bem à vontade. Temos um tempinho ainda, porque eu quero encerrar 1h e são 1h15.

Então, Sra. Alyne Alvarez Silva, por favor, diga a pergunta e comente.

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA (Para expor.) – Tem várias perguntas aqui que caberiam à assistência social responder, então, acho que, se a Julia também quiser colocar... Tem uma da Marileia, do Rio de Janeiro, que fala: quais são as obrigações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – estou imaginando que está falando do Centro POP, em específico – para o usuário, quando a pessoa tem transtornos mentais e comorbidades? É importante falar da intersetorialidade e da necessidade de realizar interlocuções com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e com os serviços que fazem atendimento às pessoas que estão em sofrimento psíquico.

O Centro POP tem a obrigação de acolher essa pessoa e de construir um plano individual de atendimento que vai entender quais são as necessidades imediatas dessa pessoa para que, de fato, essa política de assistência, mas também outras, possa responder às situações que ele está vivendo. Então, um acompanhamento, tanto do Centro POP quanto de um CAPS – um CAPS que, de fato, tenha uma estrutura que possa receber essa pessoa para acompanhá-la a partir de um projeto terapêutico singular, em parceria – pode, sim, construir uma ação muito efetiva para o cuidado dessa pessoa e a efetivação do seu direito. Para ser bem sintética, acho que respondendo à Marileia.

Com relação à prevenção: quais ações preventivas podem ser implementadas? Acho que isso extrapola, claro, a assistência social, mas a gente também pode pensar... Inevitavelmente, tem que colocar que a gente vive num mundo em que as desigualdades sociais, como efeito desse modo de produção capitalista, pautado no neoliberalismo, que preza pela acumulação de riquezas e o aumento da desigualdade social, inviabilizam que todas as pessoas, de fato, tenham um lugar ao sol. A gente tem, de fato, um sistema que produz a miséria e que produz, portanto, pessoas que vão ficar à margem, vão ficar marginalizadas dos sistemas sociais, que deve, então, garantir que essas pessoas não sejam mortas, criminalizadas, etc., mas esses sistemas sociais só ficam de pé e só se constroem continuamente quando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALYNE ALVAREZ SILVA – ... de fato há uma participação social efetiva e o controle social dos movimentos que lutam por essas garantias, no caso, os movimentos da população em situação de rua. Então, a prevenção tem a ver com muitas coisas, mas é preciso sempre, o tempo inteiro, garantir a participação social para o controle e a efetivação das políticas públicas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, esta foi a Sra. Alyne Alvarez Silva, que respondeu a duas perguntas.

Alguém mais quer responder a alguma pergunta?

A Sra. Julia Caetano Ferreira, por favor.

A SRA. JULIA MEZAROBBA CAETANO FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Então, quero comentar brevemente algumas questões que tangenciam a questão da proteção social. A Alessandra pergunta das pessoas em situação de rua que não possuem documentação...

(*Soa a campainha.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, é pela outra, é do tempo dela.

A SRA. JULIA MEZAROBBA CAETANO FERREIRA – ... para o seu acolhimento e como desburocratizar esse processo.

A orientação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é para que as pessoas em situação de rua não tenham acesso negado às unidades de acolhimento por não estarem em posse de seus documentos pessoais. E, para além disso, acabaram de entregar aqui para a gente uma cartilha do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que fala justamente sobre o acesso da população em situação de rua à documentação civil. É importante dizer que essas pessoas, por serem hipossuficientes – de acordo com uma autodeclaração –, têm gratuidade na emissão de segunda via de documentos. Então, também é papel da assistência social encaminhá-las para esses postos de segunda via da documentação para que elas consigam acessar esse direito básico, que é o da documentação civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E tem três perguntas que questionam sobre como essa proposta, esse projeto de lei pode desmantelar as visões preconceituosas sobre a população em situação de rua e, efetivamente, contribuir com o enfrentamento à discriminação, à aporofobia, que a população em situação de rua sofre.

Bom, a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, é um recorte da população em geral. Por conta disso, a gente encontra na rua todos os demais segmentos sociais que a gente encontra em outros estratos da sociedade civil. E eu acredito que iniciativas que visem trazer à luz a realidade da população em situação de rua, a história de vida das pessoas que estão em situação de rua e as potencialidades que as pessoas em situação de rua carregam, por si só, já são iniciativas que efetivam direitos e desmantelam preconceitos sobre a população em situação de rua. Então, só o fato de a gente estar debatendo a instituição dessa data dentro do calendário formal de datas do Brasil já é uma importantíssima conquista para as pessoas em situação de rua.

E o Ricardo, meu colega do Paraná – também sou paranaense –, diz: "Corrigir é mais difícil que prevenir. Quais [são as] ações preventivas [que] podem ser implementadas?".

Aí, sim, a assistência social desempenha um importantíssimo papel dentro do diagnóstico das vulnerabilidades e riscos sociais que se apresentam nos diferentes territórios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIA MEZAROBBA CAETANO FERREIRA – ... entendendo que, em diferentes territórios, a situação de rua também perpassa diferentes vulnerabilidades. Então, quero colocar a importância da assistência social nesse diagnóstico, porque a prevenção à situação de rua é promover segurança habitacional, é promover segurança alimentar e nutricional, acesso à renda, emprego, trabalho – todas essas são ações preventivas. A prevenção à situação de rua é dar condições de vida dignas para que as pessoas não precisem acabar caindo na situação de rua como a última forma possível de se manterem vivas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Julia Caetano Ferreira.

Alguém mais?

O SR. JOSÉ RUBENS PLATES (*Por videoconferência.*) – Senador... Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tiago, por favor.

O SR. JOSÉ RUBENS PLATES (*Por videoconferência*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Onde? (*Pausa.*)

Você está inscrito. A sua fala já garantiu a inscrição.

Agora, eu vou passar para o Sr. Tiago Kalkmann – em seguida é você, viu?

O SR. TIAGO KALKMANN (Para expor.) – Bom, apenas complementando a questão da documentação, que foi questionada pela Alessandra, esse realmente é um dos gargalos que nós temos no acesso às políticas públicas por uma série de fatores.

Primeiro, há medidas concretas que deveriam ser adotadas, como as imediatas instalações de bagageiros, locais para a guarda dos documentos, porque isso evita a perda, que muitas vezes decorre até de chuva.

A questão das certidões de nascimento, que são necessárias para emissão da carteira de identidade, ainda geram uma dificuldade muito grande porque são emitidas em vários locais do Brasil, e muitas vezes as pessoas em situação de rua circulam muito, o que acaba prejudicando a possibilidade de obter uma via da certidão de nascimento de forma gratuita. O Conselho Nacional de Justiça, por meio de um provimento, já regulamentou a obtenção gratuita, mas isso na prática não está sendo efetivo porque, ao mesmo tempo em que se diz que a emissão é gratuita, cartórios de outros estados cobram a emissão, o envio e taxas cartoriais para encaminhar a certidão para outros locais. Então, na prática, isso não vem sendo efetivado.

Além disso, sobre a questão da emissão da documentação, eu acho que nós precisamos avançar também para além da segunda via gratuita. A segunda via gratuita, que é garantida pela assistência, é um passo importante, mas, para a carteira de identidade nacional atualmente, a primeira emissão é gratuita, e a segunda via a pessoa consegue por meio da assistência social, mas, muitas vezes, esses documentos são perdidos novamente em razão de diversos fatores, como a criminalidade, as mudanças climáticas, a própria retirada forçada dos pertences. Então, é necessário avançar para a concessão de novas vias gratuitas de documentos, especialmente a identidade nacional, para além da segunda via.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Tiago Kalkmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos para, à distância, o senhor que pediu a palavra, o Sr. José Rubens Plates, de forma remota, por favor.

O SR. JOSÉ RUBENS PLATES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Só queria chamar a atenção... Foi mencionada ali no *chat*, sobre o percentual do Minha Casa, Minha Vida, uma questão de moradia. Teve uma portaria recente de três ministérios – portaria de maio de 2025 do Ministério das Cidades, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Ministério de Desenvolvimento Social – que regulamentou a destinação de 3% das moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida a pessoas em situação ou com trajetória de rua. Eu lembro aqui que foram previstos recursos para todas as capitais do Brasil e também para aqueles municípios que registrem mais de mil pessoas vivendo nas ruas.

Aqui em São Paulo nós já começamos a fiscalização do cumprimento dessa portaria e é importante compartilhar essa informação para que os movimentos, o Ministério Público e a Defensoria apurem a efetividade do cumprimento desse dispositivo e tenha o potencial de conceder moradia efetiva e definitiva para as pessoas que tiveram trajetória de rua.

É só isso. Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – José Rubens Plates... (*Palmas.*)

... meus cumprimentos.

Alguém entre os painelistas quer ainda usar a palavra para comentar alguma pergunta ou comentário?

Estão, com enorme satisfação, passamos a palavra... Queiramos ou não, todos nós somos admiradores dele, tenho certeza absoluta, milhões de pessoas neste país todo. Com a palavra o Padre Júlio Renato Lancellotti, para o pronunciamento de encerramento, pelo tempo que ele achar necessário.

O SR. JÚLIO RENATO LANCELLOTTI (Para expor.) – Eu só queria dizer algumas coisinhas, não queria ser chato nem desagradável, mas muitas vezes quando a gente ouve a exposição das políticas chamadas públicas, quem está na base não percebe. Quem está lá na calçada não vê a incidência real de todos esses discursos oficiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente deveria ter uma ouvidoria direta com a população de rua. A gente sugeriu que o Ciamp-Rua fizesse – nós estamos na era da inteligência artificial *online* – as reuniões não trazendo as pessoas para Brasília, mas levando as pessoas para os lugares e fazendo audiências públicas com a presença da população de rua, porque não dá mais para viver de representantes profissionais, que são sempre os mesmos representantes.

Então, eu acho que hoje nós temos tecnologia e espaço para fazer uma audiência pública com a população de rua lá no Chá do Padre; na Casa de Oração do Povo da Rua; lá no Recife; na Bahia; em Porto Alegre; em todos os lugares. Dá para fazer uma audiência pública direto de Florianópolis, pondo a população que está na rua, na praça.

Nós propusemos, na COP 30, um almoço com a população de rua nas ruas de Belém, para chamar atenção das autoridades, inclusive internacionais. Os que mais poluem não virão, mas que os outros estejam lá e se faça uma COP 30 com a população em situação de rua.

Uma das coisas... Nós temos o Ciamp, mas nós precisamos integrar mais as ações. Eu queria também partilhar com o Prof. Augusto, que está aqui, que tem algumas sugestões também em relação à questão da saúde, mas, muitas vezes, o pessoal da saúde, do consultório, que é feito em parceria, fica tão institucional – e os modelos são tão diferentes de um lugar para o outro – que acaba causando uma estranheza.

O Caps fica de um lado, o Consultório de Rua fica do outro. Os dois são da saúde, mas quem é que atende a questão do sofrimento mental? Depois, o Consultório de Rua não pode agir em relação a acolher uma pessoa que está doente na rua, porque isso é da assistência social. E não tem como integrar. Como será feita essa integração? Porque senão as nossas políticas públicas acabam não tendo incidência no real.

Eu estou todos os dias na calçada ouvindo os irmãos. Eles continuam descalços, com frio, sem roupa, esperando o atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social por três horas, quatro horas, cinco horas. Ficam lá na garoa, esperando. Quando chegam ao lugar para o qual foram encaminhados, ficam mais três horas esperando para entrar. O real é isso.

Então, se se diz "Nada de nós sem a nossa presença", vamos fazer, ouvir diretamente. Hoje existe tecnologia para isso, de se fazer diretamente a chamada. Podia ter uma central de chamadas da população em situação de rua, que iria dizer... Como garantir que a população de rua tenha... Eu queria insistir nisto: o Gov.br sem tanta burocracia e sem... Terem os instrumentos. Ou, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabe, os ministérios poderiam fazer uma parceria com alguma dessas companhias de telefonia, que têm tanta força para garantir o acesso, o letramento e a inclusão digital.

Nós estamos lá com alguns computadores, com fones, e eles estão inclusive achando a família pelo Facebook. Só que isso eles não podem fazer nos órgãos dos convênios e da chamada política pública. Eu vi um, tão feliz, dizer para mim: "Olha, padre! Encontrei a minha irmã; ela está respondendo para mim". Hoje é tudo digital. A gente tem que...

Eu sei que, para o Ciamp é um gasto enorme, e fica a discussão: "Vem o titular e vem o suplente", aí precisa ter passagem para todo mundo; eu, para vir aqui hoje, não ganhei passagem de ninguém, tive que garantir a minha própria passagem. E eu não queria fazer *online*, quis vir presencialmente pela importância, mas não é sempre possível isso. Então, como garantir canais de conversa com a população em situação de rua?

Nós ficamos muito nesse institucional. Eu acho que a gente deveria dizer que o institucional tem que ser flexível; que o institucional não pode amarrar, criar amarras e cimentar a ação dos trabalhadores, dos técnicos. Deveria – é institucional – ser flexível. É institucional a criatividade. É institucional abrir espaços novos.

Então, há pouca integração da parte da saúde com a assistência social. Essa, eu suponho – vocês, que são técnicos, historiadores e conhecem bem, – que essa divisão em ministérios, pastas e secretarias, eu acho, é um modelo de 1940. Aí fica: "Isso é da saúde. Isso aqui é da assistência social. Isso aqui é do trabalho. Isso aqui é da moradia" e é uma pessoa só! Essa pessoa tem necessidade de moradia, ela tem necessidade de saúde. Estar na rua já é sofrimento mental; não saber onde vai comer já é sofrimento mental; ter uma dor e uma necessidade de saúde; e não ter acesso imediato ao socorro já é um problema de sofrimento mental; esperar quatro horas para o Samu chegar é uma questão de sofrimento mental; não ter certeza... Receber alta e ser posto na rua... E aí fica aquela coisa: o paciente evadiu. É bonito isto: o paciente evadiu.

Eu queria pedir licença para quebrar o protocolo e pedir ao Prof. Augusto que completasse essa questão que você falou dos Consultório de Rua, da importância do fortalecimento e dessas questões institucionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Aqui ele manda, ele não pede. Ele orientou você a falar, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO AUGUSTO DE SOUSA E SILVA (Para expor.) – Eu acompanho o Padre Júlio no dia a dia e acho uma coisa bem interessante – só para fazer essa pequena introdução e falar o que é importante – que ele, pela manhã, reúne-se com os moradores em situação de rua ali na Moca, dá o café, dá o pão; todos nós, os voluntários, todos que estão com o Padre Júlio são pessoas voluntárias. Aí, no final do dia, a gente está reunido com o secretário do gabinete do Prefeito e levamos propostas interessantes, e nada vai para a frente.

Ele tem uma proposta muito interessante, que é a criação de uma espécie de Descomplica, que é o termo que se usa em São Paulo, para a Pop Rua, em que poderia ser feita muita coisa, como se faz nos Centros POP. Que, no caso, seria, por exemplo, providenciar a certidão de nascimento.

Eu trabalhei um tempo no Consultório na Rua e, se um irmão que está em situação de rua tiver, por exemplo, um mandado de prisão por pensão alimentícia, e eu encaminhá-lo para o Poupatempo em São Paulo, ele é preso na hora. Quando ele chega lá, ele dá entrada no RG e fica detido. Então, são coisas que a gente precisa para garantir o direito dessa população.

Essa situação do Consultório na Rua, que não se comunica com o sistema da assistência social, é muito, muito, muito forte. Então, a gente ficar atrelado a um sistema engessado, que não consegue andar, que não consegue ir para a frente.

Uma coisa muito importante que nós temos visto, por exemplo, é a questão da certidão de nascimento, principalmente. Tivemos que montar uma agência de empregabilidade com voluntários que fazem tudo aquilo que os assistentes sociais, nos albergues e abrigos, não fazem. Então, a gente às vezes tem que mentir o endereço de onde o irmão está, colocar o endereço lá do Centro Santa Dulce dos Pobres para garantir que ele consiga uma vaga de emprego – e, por incrível que pareça, está funcionando!

O maior problema que a gente vê, que eu vi, quando estava no Consultório na Rua, é o problema do Gov. Isso é uma coisa muito séria. As pessoas que estão em situação de rua não têm telefone, não têm computador, não têm acesso à internet. São poucos os abrigos que têm computadores, um ou dois, e deixam os irmãos acessarem. Não podem acessar Facebook, não podem acessar mídia digital, e às vezes eles querem encontrar os familiares.

São essas as coisas que a gente gostaria de colocar aqui, principalmente o fortalecimento das equipes do Consultório na Rua, porque existe uma diretriz nacional – a gente pode olhar isso no Ministério da Saúde –, mas cada município faz do seu jeito, e aí dificulta, engessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As equipes dos Consultório na Rua... Por exemplo, onde eu trabalhei, a médica atendia no expurgo. A médica do Consultório na Rua de São Paulo, equipe Zona Norte, atende no expurgo da UBS. Não existe sala para uma equipe de 22 funcionários do Consultório na Rua, então ela... Às vezes eu presenciei isso de os irmãos de rua dizerem: "Nossa, doutora, a senhora atende aí?", aí a gente brincava chamando de "batcaverna", porque era uma coisa assim, mais ou menos deste tamanho, e tinha que entrar ali dentro para poder atender, só que a médica era uma pessoa muito humana, muito gentil, então ela ria, brincava e atendia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai, vai. Pode concluir, vai.

O SR. MARCELO AUGUSTO DE SOUSA E SILVA – Era dessa forma.

A experiência do Consultório na Rua, que eu posso trazer para contribuir com esta Comissão é que a gente precisa... Os agentes que estão nos Consultório na Rua – agente social, agente de saúde... Eu fui agente social; agente de saúde é o operacional de campo, é a linha de frente! Esse pessoal não tem fortalecimento, eles só vivem em cima de pancada, pancada, pancada, pancada, "não pode isso", "não pode aquilo"...

Nas sextas-feiras, nós vamos para o território do terminal de cargas, em São Paulo, onde há muita vulnerabilidade social, crianças e adolescentes em situação de exploração infantil e exploração sexual – todo mundo sabe disso em São Paulo. Ali, a gente chama o Consultório na Rua, o consultório vem e o padre fala: "Sentem-se, vamos almoçar juntos". Eles falam: "Não podemos, padre". O padre pergunta: "Como não podem?". Eles respondem: "Não; é institucional. Não podemos almoçar juntos".

Como é que eu vou oferecer almoço para a população em situação de rua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO AUGUSTO DE SOUSA E SILVA – ... se eu não posso comer junto com eles? É uma coisa muito séria, porque eu posso estar oferecendo comida envenenada – eu não vou comer? A gente sempre faz questão de comer junto, para provar que o alimento é bom, que o alimento é verdadeiro, e a gente tem feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposta que a gente sempre faz e pela qual o Padre Júlio tem lutado muito nesses últimos tempos é o fortalecimento das equipes dos Consultório na Rua. Eu acredito que o Ministério da Saúde precisa dar uma diretriz maior para os estados e municípios, para que os municípios possam ter alguma forma... Gente, meu amigo estava, ano passado, no congresso do Consultório na Rua, e a gente vai trocando experiências. Tem equipes de Consultório na Rua, por aí Brasil afora, que não têm espaço para atender a população, que não têm uma base. Ninguém quer o Consultório na Rua, as UBSs não querem! Aí, quando chega um morador de rua, a UBS fala: "Ah, você tem que ir lá para o expurgo falar com a médica, porque é lá que atende". Eles segregam os pacientes! As pessoas em situação de rua, os irmãos de rua são segregados da maioria, do restante da população. E isso é muito sério. E a gente tem lutado, lutado... E o Padre Júlio tem propostas muito interessantes, ideias muito interessantes.

Rapidamente, nós estamos iniciando em agosto, com o Sistema S, uma casa que vai chamar-se Casa Nossa Senhora das Mercês; tudo por conta da Pastoral do Povo da Rua. Essa casa terá uma academia – eu sempre brinco – no padrão Smart Fit, uma academia boa, de boa qualidade, que será para os irmãos em situação de rua, que vão vir pelo Caps, que estão em aderência ao tratamento do Caps. Por que uma academia? Vai deixar... Como disse o pessoal de Belém, lá em São Paulo: "Vai deixar agora os mendigos bombadinhos?". Não, não é essa a ideia. A ideia é para que, através da musculação, da prática do exercício físico, a pessoa possa melhorar a autoestima, possa liberar hormônios que vão fazê-la produzir mais no seu dia a dia e, assim, aderir ao tratamento do Caps. É dessa forma que a gente vai conseguir fazer com que os irmãos em situação de rua possam aderir ao tratamento. Não é pegar um celular, ir para a rua e dizer: "Você, na minha rua, não vai ficar. Ou é emprego ou você vai para a sua cidade". Não é assim que se resolve! Não é dessa forma.

O Cláudio foi um que veio da Cracolândia, apareceu lá no território, o padre o acolheu, e nós ali lutamos atrás de uma vaga para ele se internar, porque ele veio atrás de pedir. Conseguimos encaminhá-lo para uma clínica, para uma comunidade de terapêutica, e ele está lá. Mandou vídeo: está escrevendo, está pintando, cortou o cabelo, vai arrumar os dentes. E ele foi abordado pela Prefeitura de São Paulo, encaminhado para uma clínica que não existia, encaminhado para uma vaga de emprego que não existia. Esses Prefeitos não fazem a comunicação em rede, não preparam a rede, mandam todo mundo para as clínicas de reabilitação, e não tem vaga. Não tem vaga!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vi a apresentação que a colega fez das vagas que existem no Brasil. Em São Paulo, a gente pensa em 80 mil pessoas em situação de rua – dados do CadÚnico.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marcelo Augusto de Sousa e Silva, que faz um trabalho voluntário e mostrou que, na prática, esse é o mundo real.

Então, parabéns a V. Exa. – posso chamá-lo de V. Exa.? Fez uma bela fala.

E, como havia combinado, o Padre Lancellotti vai encerrar agora.

O SR. JÚLIO RENATO LANCELLOTTI (Para expor.) – Então, para que algumas dessas propostas (*Fora do microfone.*) sejam concretizadas, eu sugeriria, eu pediria aos ministérios que estão aqui representados que, com o Ministério da Saúde, pudéssemos fazer um momento de revisão dos Consultório de Rua, para tornar, talvez, a estrutura mais democrática, torná-la uma estrutura mais participativa e mais assumida nas secretarias estaduais de saúde e municipais.

Eu sei que é chato a gente repetir mais uma vez, mas vamos levar isto a sério: que o acesso ao Gov da população de rua seja feito como uma cota; que a população de rua tenha o acesso facilitado ao Gov. Que não seja... Até eu estou com dificuldade: eu tenho que pegar o meu certificado de vacina para ir para a Colômbia e estou com dificuldade de acessar o Gov. Então, imagine a população em situação de rua, que não tem *smartphone*, que não tem sinal de internet. Como eles vão acessar? Acho que a gente teria que ter, pela quantidade de pessoas em situação de rua, para facilitar o acesso a todos os outros programas, um Gov com uma cota de acesso facilitado para a população em situação de rua.

Acho que, se todos os grupos ajudassem nisso, facilitaria muito. E é uma coisa muito concreta, ter uma senha especial, ter... Eu não sei, eu não entendo bem de tudo isso, mas alguma coisa que facilitasse. E que a população em situação de rua, em qualquer lugar do Brasil, acessasse com algum instrumento.

Garantir que as reuniões do Ciamp sejam *online,* com uma participação. Por quê? A população em situação de rua do Amazonas, de Roraima, é diferente da população em situação de rua de Porto Alegre, do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que ouvir, porque às vezes se faz a chamada política pública nacional, mas não se leva em conta a característica regional. Nós não podemos comparar a situação da população em situação de rua de Manaus com a de Porto Alegre; e ter respostas idênticas para Porto Alegre e para Manaus, para o Recife, para Salvador.

A população em situação de rua do Rio de Janeiro tem especificidades, a população em situação de rua indígena tem outra especificidade. Nós temos em São Paulo pessoas em situação de rua que são imigrantes venezuelanos. A questão da população LGBT.

A população em situação de rua negra, LGBT, em situação de rua, quantas vezes ela é penalizado por ser negro, por ser negra, por ser uma mulher trans, por estar em situação de rua? É uma criminalização e uma exclusão que se potencializam.

Então, a gente tem que saber que essas especificidades estão presentes. E tem que ficar claro o papel das guardas civis metropolitanas na questão da zeladoria pública. O pacto é federativo, há que se respeitar a questão federativa, a questão dos municípios – mas a pessoa se sobrepõe a tudo isso.

Há o art. 5º da Constituição, que garante a defesa da cidadania dessas pessoas. Então, acima do federativo, do município, das diferenças, há uma garantia constitucional para todas as pessoas que estão no território nacional. E a pessoa em situação de rua não pode ser despida dos seus direitos constitucionais. E os direitos constitucionais se sobrepõem às práticas municipais e estaduais, e tem que ser garantidos.

Então, eu acredito que, se nós tivermos um Gov com uma cota especial, um acesso especial à população em situação de rua... Eu acredito que o Senado Federal, a Câmara Federal, o Congresso Nacional não vão se opor a isso; que o Governo Federal e os governos estadual e municipal não vão se opor ao que garante de imediato uma resposta. E essa questão da documentação facilitada para a população em situação de rua... E principalmente o Gov que dá acesso a todos os programas...

E fica o nosso apelo ao Ministério da Saúde. Nós nos colocamos à disposição, junto com todos os outros grupos, para estudar uma forma de, depois de tantos anos, reestruturar a questão dos consultórios de rua, mantê-los, mas reestruturá-los de uma forma mais eficaz, efetiva e que chegue de perto, sem tantas amarras institucionais, a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino até antes do tempo estabelecido, mas acredito que, se sairmos daqui com esses compromissos, valerá a pena ter vindo a Brasília e ao Senado Federal para chegarmos junto da população de rua e ter uma incidência, uma incidência real na vida deles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Padre Júlio Renato Lancellotti, que fez a sua fala final.

Assim, pessoal, esta Comissão cumpriu o seu objetivo.

Fica aqui meu carinho, meu abraço à nossa querida Senadora Teresa Leitão, que preside esta Comissão. Quando solicitamos, ela, de imediato, marcou a data, o dia, a hora, e pediu que eu, inclusive, presidisse. E porque esse é também o ritual do projeto, não é? O projeto tinha que passar por um debate em uma audiência pública, e isso foi o que fizemos hoje, e no mais alto nível.

Eu quero agradecer a todos que estiveram aqui e agradeço também ao Nilto, o nosso querido Nilto Tatto. Ele só não está aqui porque morreu um colega dele, ex-Deputado, lá em São Paulo – eu registrei na abertura.

E assim está assegurada, na praxe regimental, esta audiência pública no mais alto nível. Acho que todos nós aprendemos um pouco mais hoje do que sabíamos da situação da população em situação de rua.

E assim, com certeza, esta Comissão vai votar o projeto do Nilto Tatto – eu sou o Relator da proposta – que institui o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

Muito, muito obrigado a todos.

Cumprimos todos os objetivos e assim encerramos a audiência pública de hoje.

Palmas para todos, principalmente à população de rua. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Weverton, Fabiano Contarato e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 28/2025 - CE, de autoria da Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Finalidade:** Instruir o PL 4799/2024, que "Institui a Semana Nacional de Educação Cidadã". **Participantes:** Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Marcelo Pereira de Andrade, Representante da Andifes e reitor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE); Sra. Daiane de Oliveira Lopes Andrade, Coordenadora de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sra. Ana Clara Oliveira, Coordenadora de Articulação da Rede Nacional de Educação Cidadã (RedeNEC); Sra. Andreika Asseker Amarante, Dirigente Municipal de Educação de Igarassu - PE e Presidente da Undime Pernambuco; Sr. Antônio Eugênio Cunha, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); Sr. Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Sr. Roberto Eduardo Lamari, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL); Sr. José Rui Moreira Reis, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU); e Sra. Silvana Cristina De Oliveira Niemczewski, Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidenta Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.799, de 2024, que institui a Semana Nacional de Educação Cidadã, em atenção ao Requerimento 28, de 2025, da CE, de minha autoria.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; o Sr. Marcelo Pereira de Andrade, representante da Andifes e Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei.

Participarão de forma remota: a Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes; a Sra. Daiane de Oliveira Lopes Andrade, Coordenadora de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação; a Sra. Ana Clara Oliveira, Coordenadora de Articulação da Rede Nacional de Educação Cidadã; a Sra. Andreika Asseker Amarante, Dirigente Municipal de Educação de Igarassu (PE) e Presidente da Undime Pernambuco; o Sr. Antônio Eugênio Cunha, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares; o Sr. Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; o Sr. José Rui Moreira Reis, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União; o Sr. Roberto Eduardo Lamari, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo; a Sra. Silvana Cristina de Oliveira, Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foram convidados: representante das Escolas Judiciárias Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral, que está participando como ouvinte; representante do Conselho Nacional de Juventude e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até sete minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Boa tarde aos meus pares, Senadores e Senadoras, a todos os ilustres convidados. Gostaria de parabenizar o Senador Jayme Campos pela iniciativa de apresentar esta proposição.

Em primeiro lugar, convém destacar que o exercício da cidadania não se limita ao fato de votar. Cidadania genuína significa, de um lado, um Estado organizado para admitir o controle social e, de outro, uma sociedade, com membros que demonstrem respeito às instituições e às autoridades constituídas. Nesse sentido, a instituição da Semana Nacional de Educação Cidadã será um marco. Com a adesão dos órgãos e instituições de educação federal, estaduais e municipais, os temas de interesse público, sobre o exercício do controle social, serão mais frequentemente divulgados e, principalmente, debatidos pelas comunidades escolares e acadêmicas por todo o país.

Em segundo lugar, é muito relevante que os brasileiros saibam quais são os mecanismos institucionais disponíveis para exercer os seus direitos de forma responsável e equilibrada.

O Brasil tem avançado muito em muitas esferas de atuação governamental. Existem diversos canais de atendimento para acionar problemas de toda ordem para o cidadão comum. Cito como exemplos o conhecido canal do consumidor.gov, da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a apresentação de reclamações contra operadoras de telefonia, de internet, de planos de saúde, etc., ou o canal do Ligue 180 para denunciar situações de violência contra mulheres, ou ainda as Ouvidorias de diversos órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

públicos dos três Poderes, dos quatro entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios –, ou ainda os sistemas de acesso à informação de todos os órgãos públicos, entre outros. Contudo, muitos cidadãos não conhecem esses canais ou não sabem como utilizá-los. Precisamos avançar para promover a educação cidadã, a fim de aprimorar as nossas instituições e de fortalecer a confiança dos cidadãos em seu funcionamento.

Nesta audiência, com a colaboração de tantos especialistas, tenho a certeza de que teremos apoiadores entusiasmados desse projeto de lei, cujo objetivo é formar cidadãos participativos da cena pública de forma responsável e respeitosa, capazes de compreender os complexos desafios da nossa sociedade e de propor soluções, de forma tolerante e conciliatória, conforme a nossa melhor tradição política.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigado, Senadora Jussara Lima.

Quero já agradecer o convite e a oportunidade de dialogarmos sobre essa iniciativa.

Quero cumprimentar todas as minhas colegas aqui de mesa, saudar o Magnífico Reitor Marcelo Andrade e também a nossa estudante Manuella, Presidente da UNE, cumprimentá-los e cumprimentar todos os que participam desta audiência pública aqui de forma presencial e de forma remota.

Nós da CNTE agradecemos a oportunidade de discutir uma iniciativa que busca trazer essa consciência participativa da população brasileira. Acho que a iniciativa do Projeto de Lei 4.799, de autoria do Senador Jayme Campos, com a Relatoria da Senadora Jussara, traz como objeto a realização desta Semana Nacional da Educação Cidadã com os objetivos de fomentar, promover e reconhecer o papel da educação cidadã na formação de uma sociedade consciente e participativa.

Então, com esses objetivos, nós observamos...

Por favor, Senadora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Convido o Senador Jayme Campos para fazer parte aqui da mesa. (*Pausa.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Então, continuando – cumprimento o Senador Jayme Campos –, eu estava falando aqui da boa iniciativa do seu projeto de lei, do seu objetivo e destacando, no art. 3º da proposta, que o projeto aponta diretrizes para alcançar todo cidadão, toda cidadã, fortalecendo no seu art. 4º um conjunto de atividades que vão além da comunidade escolar.

Então, na leitura que eu fiz, no meu entendimento, o projeto não está voltado apenas para os segmentos que compõem a comunidade escolar. Ele vai além do espaço da escola. E isso também é importante em um país em que o Estado brasileiro ainda não conseguiu cumprir com o seu dever de garantir uma educação de qualidade para todas as pessoas.

O fato de termos 80 milhões de brasileiros e brasileiras, somando ainda os analfabetos que temos na nossa sociedade, as crianças e jovens na idade de estar na escola, mas que estão fora da escola, e os 68 milhões de brasileiros e brasileiras, a partir de 18 anos de idade, que não conseguiram concluir a sua educação básica, mostra que nós precisamos, e muito, dessa ação cidadã, para garantir o direito à educação, com a qualidade social que nós defendemos, de fato, para todas as pessoas.

Por isso que eu acho que o projeto, com essa iniciativa, é importante para refletir sobre a importância e o papel da educação, principalmente a educação pública do nosso país, que é um dever do Estado, para que esta educação cidadã, de que nós falamos, traga toda a dimensão.

Nós, na CNTE, não acreditamos que uma avaliação focada em português e matemática e uma taxa de aprovação sejam consideradas para definir um índice de avaliação na educação básica. Achamos que é pouco. A avaliação da educação básica tem que levar em consideração aquilo que este Congresso aprovou em 2014, no Plano Nacional de Educação, quando propôs a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, para trazer outros indicadores para essa avaliação: a questão da infraestrutura das escolas, o equipamento das escolas, as condições socioeconômicas dos estudantes, dos profissionais da educação... Então, outros indicadores. Já se passaram dez anos, e nós não conseguimos implementar esses indicadores para ter uma avaliação mais sistêmica e objetiva para a educação básica, que, de fato, defina políticas públicas que venham a atender às demandas colocadas pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o Senador Jayme coloca, na justificativa, que o projeto vem de uma demanda social, vem porque a demanda social é por direitos, e o direito à educação é de fundamental importância, para que possamos conquistar outros direitos. Por isso que achamos importante a iniciativa e, para a nossa Relatora, a Senadora Jussara Lima, em diálogo com o autor, Senador Jayme Campos, eu teria só uma sugestão com relação ao período.

Talvez eu crie aqui uma divergência com o movimento estudantil, mas observe também que foi indicada a segunda semana de agosto como referência, com a proximidade do dia 11 de agosto, considerado o Dia do Estudante, mas o que eu observo no projeto, como eu falei, é que ele vai além da comunidade escolar. Então, talvez, para pensar e refletir um pouco no processo do período, são duas datas também que são importantes nesse processo de lutas que nós temos com relação à educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – O dia 24 de janeiro, que é considerado o Dia Internacional da Educação, proclamado pela ONU, sabemos que ocorre em um mês complicado, porque é um mês de férias coletivas, férias dos nossos estudantes, o que fica mais complicado. Mas também nós temos a referência, Senadora Jussara, do dia 28 de abril, considerado o Dia Nacional da Educação, instituído após o Fórum Mundial de Educação, que aconteceu em Dacar, no Senegal, onde 164 países se comprometeram a garantir o direito à educação básica para todas as pessoas.

Então, eu sugeriria, nesse convite a instruir o projeto – se a gente pudesse construir –, que ele fosse trabalhado nessa última semana completa do mês de abril, para que pudesse coincidir com o dia 28, porque aí tem uma referência mais ampla na questão da educação. Então, essa é uma sugestão para pensar, refletir...

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – É o dia mundial, né?

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – É considerado o Dia Nacional da Educação, para a gente refletir sobre esse tema.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada. Parabéns ao Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Jayme Campos que assuma a Presidência por alguns minutos, enquanto eu vou rapidamente à Comissão da Confederação do Equador, por ser a Vice-Presidente da Comissão e a Presidente estar em viagem com o Presidente da República. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Diante do apelo da Senadora Jussara, estamos presidindo esta sessão, ou seja, esta audiência de extrema importância para a votação do Projeto de Lei 4.799, de 2024, de minha autoria, que institui em todo o território nacional a Semana Nacional da Educação Cidadã.

Quero passar a palavra aqui para o próximo orador inscrito, o Dr. Marcelo Pereira de Andrade, que está com a palavra.

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Saúdo o Senador Jayme Campos. Também já deixo aqui meus cumprimentos à Senadora Jussara Lima, Relatora desse PL.

Ao cumprimentar o Senador Jayme, estendo meus cumprimentos às Sras. e Srs. Parlamentares presentes. Também cumprimento os demais convidados e convidadas, e todas as pessoas que nos acompanham.

Nesta audiência, represento a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). E agradeço o honroso convite.

Trago o fraterno abraço do Reitor José Daniel Diniz Melo, Presidente da Andifes.

De início, considero que toda ação que apresente justificativas consistentes e fundamentos bem estruturados pode e deve contribuir para o avanço da educação brasileira – e, portanto, merece nosso apoio, como o referido o PL.

O Projeto de Lei nº 4.799/2024, que propõe instituir a Semana Nacional de Educação Cidadã, reconhece a importância da educação cidadã – lembrando que esse é um conceito, teremos outros conceitos, mas um importante conceito sobre a cidadania –, nas escolas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essencial para a construção de uma sociedade consciente, democrática, participativa, crítica e justa.

A proposta tem caráter suprapartidário, mas, pensando para além disso, é preciso, no nosso país, algo urgente, que é resgatar o espírito republicano e seu conceito, fundamental no contexto atual do nosso país.

O PL também sinaliza para a importância de desenvolvermos uma consciência crítica dos nossos escolares. Nesse sentido, destaco algo que eu considero essencial à formação humana, que é o pensamento crítico. Compreendo esse pensamento crítico como a capacidade de interpretar, questionar e problematizar o mundo, buscando, a partir disso, respostas e soluções para os desafios que se apresentam tanto no plano individual quanto no coletivo.

Além disso, é preciso nos lançarmos sobre outra dimensão, igualmente essencial, da condição humana: a criatividade. É por meio do ato criativo que somos capazes de oferecer respostas, propor caminhos, encontrar soluções e construir explicações sobre a realidade que nos cerca.

Por isso, entendo que o pensamento crítico e o ato criativo são indissociáveis, inseparáveis e ambos indispensáveis em qualquer processo de formação humana emancipatória.

O PL propõe ainda fomentar, promover e reconhecer a educação cidadã como pilar da cidadania ativa, promovendo a participação social e política, letramento político, a capacitação de educadores e a articulação entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil.

Considero essas diretrizes extremamente relevantes, especialmente num momento em que ainda há quem defenda que a escola não seja o espaço para a política, o que é um equívoco.

Recorro, então, a Aristóteles, que faleceu em 384 a.C., aos 62 anos, e que afirmou tanto tempo atrás e com sabedoria que o ser humano é, por natureza, um animal político, justamente por viver em uma sociedade, na pólis. E pólis, em grego, que dá origem à política, é a cidade e participar da vida política desse grupo social.

Como poderemos negar essa característica humana justamente no espaço escolar? Para a Semana Nacional de Educação Cidadã, que integrará o calendário escolar, estão previstas ações como palestras, oficinas, debates, seminários, visitas a órgãos públicos, produção e distribuição de materiais educativos, além de campanhas, concursos e parcerias, com o objetivo de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

promovam a reflexão crítica, o pensamento democrático e o engajamento social, abordando temas como ética na política, equidade de gênero, diversidade, inclusão e sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, é interessante perceber que o Senado brasileiro reconhece a atualidade e a centralidade desses temas e que devem ser tratados na escola, como bem argumentou o filósofo alemão Theodor W. Adorno, em seu cérebro de texto "Educação Após Auschwitz", "a exigência de que Auschwitz jamais se repita é a primeira de todas para a educação".

Essa exigência precede qualquer outra, como diz o autor. Nem mesmo precisaria justificar, a educação deve estar contra a barbárie. Para Adorno, Auschwitz não representa apenas o campo de concentração, mas a própria barbárie. E a barbárie, sabemos, se manifesta de múltiplas formas: nas guerras, no machismo, no racismo, na homofobia, na transfobia, na xenofobia, na desigualdade social e na fome, que ferem a dignidade e retiram a vida humana.

Nesse sentido, Senador, senti só falta no PL de ações voltadas explicitamente à promoção dos direitos humanos. Acho que isso seria importante, já que se está estimulando todo este debate na escola e fora da escola.

Também é fundamental que essas ações não aconteçam – e eu vejo que isso está previsto no PL – apenas na semana nacional. Mas o ano tem 52 semanas. Então, ficariam outras 51, sendo, dessas, 27 semanas letivas. Então, que isso se perpetue ao longo do ano nos debates na escola, nos temas transversais na escola, naqueles assuntos mais diretos nas disciplinas.

Também é necessário e acho que é imprescindível assegurar à comunidade escolar, professores e professoras, funcionários e funcionárias, alunos e alunas, os seguintes princípios: liberdade de expressão, livre cátedra, professores e professoras não podem ser ameaçados por aquilo que ensinam, muito menos trabalharem sob o jugo do medo, participação democrática, valorização do magistério.

Por fim, retomo o ponto inicial da minha fala. Toda ação bem fundamentada que contribua para o avanço da educação brasileira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE – ... merece nosso apoio. Que possamos, com a sociedade unida na sua diversidade, fortalecer a educação e formar cidadãos críticos, criativos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática.

Antes de encerrar, gostaria de fazer uma saudação especial à escola estadual de ensino fundamental Paulo Cavalcanti Albuquerque Professor e de ensino médio José Marques da Cruz Professor, localizadas na Vila Formosa, Zona Leste de São Paulo, instituições nas quais fui alfabetizado e tive o primeiro contato com o mundo do conhecimento.

Neste exato momento, milhares de professores e professoras em todo o Brasil, especialmente nas escolas públicas, estão em salas de aula, educando nossas crianças e adolescentes no verdadeiro exercício de cidadania e amor ao nosso país. A todas e todos eles, o nosso profundo respeito e agradecimento.

Também aqui o reconhecimento ao trabalho dos nossos docentes da Universidade Federal de São João del-Rei, do Fórum das Licenciaturas, que trabalham com a formação de professores e professoras da educação básica, como em todas as universidades federais.

Muito obrigado pelo espaço de fala. Conte com a Andifes e com as 69 universidades federais, Senador, para que possamos deslanchar juntos a educação brasileira e a própria Semana de Educação Cidadã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Eu agradeço ao ilustre convidado Marcelo Pereira de Andrade. Foram muito importantes a sua participação nesta audiência pública e a dos demais que irão participar.

Antes de mais nada, eu convido para participar da mesa a D. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

V. Sa. está convidada a participar da mesa.

Antes de prosseguirmos naturalmente com esta audiência e com os demais convidados, eu gostaria aqui, se permitirem, que me ouvissem pelo menos por cinco minutos, para que possamos sequenciar, naturalmente, o trabalho proposto por esta audiência aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, é com grande entusiasmo e profundo senso de responsabilidade que participo desta audiência pública, cujo propósito é debater o Projeto de Lei 4.799, de 2024, de minha autoria, que institui em todo o território nacional, a Semana Nacional da Educação Cidadã.

Esse é um projeto de grande valor para a formação política da sociedade brasileira. Vamos, com o seu avanço, contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira ao inserir, de forma sistemática e pedagógica, temas relacionados à educação cidadã, aos direitos fundamentais e ao letramento político do calendário escolar do nosso país.

Durante a Semana da Educação Cidadã, está previsto um conjunto diversificado de atividades, tais como palestras, oficinas, debates, capacitações de professores e visitas guiadas às instituições do Poder Legislativo e do Judiciário, com o objetivo de permitir que os jovens conheçam na prática o funcionamento das nossas instituições democráticas. A escolha da segunda semana de agosto para a realização das atividades é simbólica e profundamente adequada, pois coincide com a comemoração do Dia do Estudante, celebrado no dia 11 de agosto.

Mas, senhoras e senhores, a formação de uma sociedade democrática participativa depende, em grande medida, do desenvolvimento de uma consciência cidadã, que valorize a participação ativa, os processos políticos e sociais. Não podemos admitir que nossas escolas se restrinjam à transmissão de conteúdos técnicos descolados da realidade institucional do país. É urgente formar brasileiros que compreendam seus direitos, conheçam seus deveres e se sintam protagonistas na construção de um Brasil mais justo, transparente e desenvolvido.

A Semana Nacional da Educação Cidadã será uma marca positiva e permanente em nosso calendário escolar e também nas ações das instituições públicas e privadas espalhadas pelo Brasil, representando uma semente plantada em favor de gerações mais engajadas e informadas, comprometidas com os princípios democráticos.

Quero, neste momento, fazer uma saudação especial a todos os convidados e convidadas desta audiência pública. É um prazer recebê-los no Senado Federal, bem como aqueles que estão participando de forma remota nesta audiência.

Cumprimento a todos, na pessoa da jovem Ana Clara Oliveira, que integra a Rede Nacional de Educação Cidadã, organização que desempenhou um papel central na construção desta proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também à Senadora Jussara Lima, que é a nossa querida Relatora desta matéria, que propôs a audiência pública em conjunto com o nosso gabinete, com sua dedicação e compromisso reconhecido com a educação. Tenho certeza de que fará um grande relatório para o avanço do nosso projeto de lei.

Senhoras e senhores, tenho 43 anos de vida pública. Fui três vezes Prefeito, Governador de Mato Grosso e hoje exerço o meu segundo mandato de Senador da República. Ao longo da minha trajetória, sempre valorizei muito a educação cidadã. Como Governador, tive a honra de criar a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e, desde então, a instituição vem fazendo diferença na vida dos mato-grossenses, formando jovens e gerando oportunidades.

Educação cidadã é a base para a construção de um país desenvolvido.

Aprovar o PL 4.799, de 2024, é investir no presente com os olhos voltados para o futuro.

Vamos dar um passo firme em direção a uma democracia mais sólida, com raízes profundas na educação e na consciência cidadã do nosso povo. Contem com o nosso mandato em prol de projetos e ações a favor da juventude e da educação.

Muito obrigado.

Quero continuar dizendo que esta audiência aqui, Dr. Heleno, Dr. Marcelo e demais convidados, tem como objetivo, naturalmente, contribuir na elaboração desse projeto.

A Relatora, com certeza, está aberta para ouvir – daqui ela vai presidir – todos os segmentos, sobretudo aqueles interessados nessa matéria, sobretudo nesse projeto. Eu acho extremamente meritório, relevante e oportuno nós construirmos, com certeza, como eu disse aqui, um país em que nós possamos tomar decisões, naturalmente, próprias, na medida em que muitas vezes, como o senhor bem disse aqui, muitos milhares de brasileiros não tiveram ainda acesso nem ao primeiro, muito menos ao segundo e muito menos ao terceiro grau.

De forma que, com esse projeto, o objetivo é com certeza dar a minha contribuição, como gestor público, como Senador, como Governador, como Prefeito e certamente fazer com que nós possamos melhorar as instituições democráticas deste país.

Mas, antes de mais nada, eu convido a nossa querida Jussara, que é a nossa Relatora, para que presida esta audiência pública e tome assento aqui, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com a palavra a Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu quero primeiro me desculpar pelo meu atraso, mas além de Conselheira da Câmara de Educação Básica, eu sou também Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – então, imaginem a quantidade de trabalho e de reuniões – e, também, Presidente do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Falar de educação cidadã, estando no lugar que eu estou, é muito provocador, por um lado, porque leva à reflexão.

Eu penso que o Conselho Nacional... E ele está aqui superbem representado também pelo Conselheiro Heleno, que é meu colega de profissão – eu sou uma professora de História aposentada – e também meu colega da Câmara.

Nós estamos agora comemorando o 18 de maio, que também foi instituído por uma lei no Legislativo, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ouvi uma pergunta aqui: essa iniciativa vai contribuir para que os alunos aprendam mais? Ou ter uma data especial muda o quê? Você gera uma mobilização nessa semana. Por outro lado, a gente não vai dizer que vamos discutir a educação cidadã nessa semana, mas é o lugar para aprofundar, para mobilizar escolas, para mobilizar gestores públicos e principalmente para ir criando uma consciência cidadã.

A escola – o Senador disse muito bem – não pode ser o lugar de transmissão de conteúdo técnico. Quando a gente fala de direito à educação, a gente está falando de muito mais do que isso. Não é irrelevante e não significa que não seja importante. Português, Matemática, História, Geografia são conteúdos importantes para formar uma pessoa, mas nada disso faz sentido se a gente não pensar no outro. E, quando eu penso em cidadania, eu penso porque existe o outro, assim como ética só existe porque existe o outro, assim como a comunidade só faz sentido porque tem o outro. A educação cidadã é criar um clima e um processo na escola em que aprender faça sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos agora, no Conselho Nacional, discutindo a educação integral em tempo integral. Quando a gente fala da educação integral, a gente não está falando só das sete a oito horas que as crianças e adolescentes permanecem na escola. A gente está dizendo que crianças e adolescentes são muito mais do que uma caixa vazia onde a gente antigamente... Eu sou do antigamente, gente, comecei a dar aula nos anos 70. Eu brinco que o trabalho infantil não era proibido, mas é mentira, eu já tinha 20 anos quando eu comecei a trabalhar em 1976 em sala de aula. A ideia que a gente tinha é a de que aquelas crianças e adolescentes não sabiam nada, que a gente ia dar a matéria. Então, falavam: qual a matéria que você vai dar? Eu falava História. Não sabia nem quem eram meus alunos. A gente selecionava o conteúdo antes em uma reunião com os colegas professores – primeiro bimestre, segundo bimestre, terceiro bimestre –, entrava na sala sem saber quem eram, de onde vieram, quais as suas histórias de vida, a sua trajetória escolar. E a gente começava ali a dar aula como se todos fossem iguais e como se eu fosse capaz de encher a cabeça deles de conhecimento. Cinquenta minutos depois, ele fechava a portinha da História e abria a portinha de Matemática, de Português.

Os anos 70 foram os anos da ditadura militar mais endurecida e mais grave que a gente teve. Então, essas questões não eram e não podiam ser discutidas nas escolas.

Eu avalio com muito otimismo o caminho que a gente tem tomado. Hoje, nós temos praticamente 100% das crianças e adolescentes de 6 a 14 na escola. Ainda temos uma luta grande para garantir a universalização de 4 e 5, aumentar as vagas de zero a 3 e garantir as vagas e a permanência dos adolescentes de 15 a 17. Mas eu vejo um caminho muito forte que a gente percorreu, e o que a gente tem que discutir é a educação cidadã.

E tem uma pergunta do Célio, do Rio de Janeiro: "Como garantir que a Semana de Educação Cidadã tenha impacto real e contínuo na formação crítica dos alunos [...]?". Porque ela levanta temas, porque ela levanta assuntos e porque ela não teme a discussão com argumentos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Eu quero encerrar dizendo que a educação cidadã significa democracia. Não existe educação cidadã se a gente não for viver numa democracia em que as crianças e adolescentes aprendam a argumentar. A gente não precisa mandar ninguém ficar no seu lugar, a gente não precisa ser agressivo com ninguém quando a gente tem argumento. Se eu não tenho argumento, o melhor que eu faço é encerrar a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a Semana da Educação Cidadã é a semana de valorizar quem reflete, quem lê mais, quem sabe discernir entre o que é verdadeiro e o que é falso, mas, principalmente, quem respeita o outro, quem respeita a vida em comunidade, a vida coletiva.

Então, parabenizo a Senadora, o Senador. Nós estamos, inclusive, na Secretaria da Criança e do Adolescente, em que isso aparece toda hora, e no Conselho Nacional. E a gente está à disposição para colaborar, participar e parabenizar esta iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Somos nós quem agradecemos à Profa. Pilar. Por sinal, acho este nome lindíssimo: Pilar.

Agradeço aos professores, reitores, por passarem tanta informação para a gente. Realmente, está sendo uma aula. Não é isso, Senador Jayme?

Passo a palavra, agora, de forma remota, à Sra. Daiane de Oliveira Lopes Andrade, Coordenadora de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação.

A SRA. DAIANE DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Inicialmente, agradeço o convite e a possibilidade de participação nesta audiência para tratar de um tema tão importante. Agradeço à Comissão do Senado por esse convite. É um momento de alegria para a gente poder ter a oportunidade de falar de um tema tão relevante.

Para tratar sobre a Semana Nacional de Educação Cidadã, vou falar um pouco da perspectiva do Ministério da Educação, de ações que já são desenvolvidas em articulação do ministério, do Governo Federal, junto com estados e municípios e de outras ações que estão em fase de desenvolvimento por parte do ministério.

Então, a gente tem alguns marcos normativos nacionais, que também já tratam deste assunto de que a gente tem que tratar de cidadania dentro da escola, a começar pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Base Nacional Comum Curricular, que vão trazer elementos de conteúdos que devem ser tratados dentro da escola, dentro das salas de aula sobre esse assunto.

Relacionado à Base Nacional, a gente tem competências básicas que falam de convivência, de democracia e de respeito, que são temas afetos à cidadania; também, além das competências gerais, a gente tem habilidades específicas para as disciplinas ao longo da educação básica; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também temos temas contemporâneos transversais, que são assuntos que são tratados ao longo de toda a educação básica de maneira transversal aos referenciais curriculares que as entidades, os estados e os municípios têm. São seis macrotemas: cidadania e civismo, meio ambiente, ciência e tecnologia, multiculturalismo, saúde e economia. Então, dentro dos macrotemas relacionados com os temas transversais, a gente já tem dizendo que esse assunto tem que ser tratado nas escolas.

Para além disso, também a gente tem documentos que vão referenciar a abordagem da Base Nacional e dos temas contemporâneos transversais, documentos, inclusive, elaborados pelo CNE e homologados pelo Ministro da Educação, que são o Parecer 11, de 2010, e a Resolução 7, de 2010, também, só para a gente dizer de onde a gente está partindo quando a gente trata desse assunto.

O Ministério da Educação, percebendo que, para além do que já existe, a gente precisa tratar mais disso, fazer uma articulação maior com secretarias estaduais e municipais para que esse assunto seja tratado dentro das escolas, está também no desenvolvimento de uma política específica voltada para a cidadania e para a discussão de sustentabilidade. Essa política tem por objetivo articular oferta de diferentes iniciativas que já são desenvolvidas tanto pelo Governo Federal, pelos estados, pelos municípios como pelo Distrito Federal para o fortalecimento e consolidação das práticas pedagógicas de gestão escolar, de gestão educacional que são destinadas para a educação, para a cidadania e para a sustentabilidade também e que são baseadas na Base Nacional Comum Curricular, que é o nosso referencial para todas as ações que envolvem práticas curriculares por todo o país.

Também nós desenvolvemos ações – e estamos no desenvolvimento dessa política – para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral. A Secretária Pilar falou anteriormente da questão da educação integral. É impossível a gente pensar uma educação integral sem pensar esse desenvolvimento vinculado ao exercício da cidadania. Então, é muito importante a gente pensar ações para esse desenvolvimento integral dos educandos, contribuindo para que desenvolvam capacidades necessárias para o exercício da cidadania, para a sustentabilidade socioambiental e para uma participação autônoma, responsável e solidária na vida social-democrática.

Então, quando a gente fala de ações voltadas para a educação cidadã, eu entendo que a proposta do PL sobre uma semana nacional voltada para esse tema tem que ter, como base, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

colaboração e o fortalecimento das ações entre os entes federados – estados, municípios, Distrito Federal, com o Governo Federal –, a promoção dessa formação integral e integrada dos estudantes, a centralidade dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a Base Nacional, uma articulação com a comunidade escolar e com as famílias, criando processos de integração, a convergência com princípios, práticas e instâncias da gestão democrática de ensino, o fortalecimento do protagonismo e também uma participação democrática de estudantes, além da promoção da equidade educacional, o respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade.

Também é importante pensar na autonomia pedagógica, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, na construção de uma autonomia e de uma participação cidadã crítica, na promoção de uma cultura democrática e da legalidade, na perspectiva do fortalecimento da democracia e da inclusão social e econômica e também em uma valorização de todos os profissionais da educação e no reconhecimento da sua atuação na estruturação das práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem comprometidos com essa educação cidadã.

Então, quando a gente pensa em ações voltadas para a promoção da cidadania, a gente sempre procura pensar na governança interfederativa, na articulação com os territórios, nessa orientação curricular, que é a base para os conteúdos que são desenvolvidos em sala de aula, em práticas pedagógicas que permeiam atividades intra e extrassala de aula, na formação dos profissionais... para essa atuação, e no monitoramento, avaliação e disseminação de boas práticas.

No mais, eu quero agradecer novamente por este convite e pela oportunidade de termos este diálogo conjunto sobre este tema.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com a palavra a Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que participa também de forma remota.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Espero que me ouçam bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, aqui, de saudar todos os presentes nesta audiência. Queria saudar, em especial, a Senadora Jussara e o Senador Jayme, pela proposta desse projeto tão importante, e saudar todos que estão aqui me acompanhando na mesa, na pessoa do querido Heleno, porque, sempre que estamos falando de educação, democracia e Brasil, a gente se encontra aí nas trincheiras de luta, não é, Heleno?

Queria aqui reforçar e parabenizar a iniciativa desse projeto tão importante. A criação da Semana Nacional de Educação Cidadã é um passo fundamental para que a gente consiga fortalecer a democracia brasileira, para formar um povo consciente, participativo e comprometido com o futuro do Brasil.

A gente vive em tempos de desinformação. O ódio, o autoritarismo tentam tomar conta do debate público – o que a gente vem acompanhando –, e é justamente por isso que a educação cidadã precisa ser prioridade.

A gente não está falando apenas de ensinar conteúdos escolares, a gente está falando de formar cidadãos críticos, que conhecem seus direitos, que cumprem os seus deveres e que lutam também por justiça social.

Aqui no movimento estudantil, a gente entende a nossa formação não só dentro da sala de aula, mas também fora dela, para que a gente seja crítico com o que acontece ao nosso redor e na sociedade.

Eu acho que educar para a cidadania é ensinar, por exemplo, a votar com consciência, é participar das decisões da comunidade, é exigir políticas públicas, é não aceitar retrocessos, é mostrar que a democracia se constrói todos os dias. E a gente a vem construindo nas escolas, nas universidades, nas ruas, nas redes sociais.

A gente acredita que essa semana deve ser um momento de mobilização nacional, dessa integração entre escola e comunidade, entre universidade, comunidade e poder público, um espaço em que exista, inclusive, o diálogo para o debate de ideias, a valorização da diversidade, o respeito, a empatia. Não existe cidadania sem a palavra inclusão, não existe democracia também sem educação.

A partir desses segmentos, a gente vem defendendo que falar de cidadania é falar de acesso à educação pública de qualidade, é falar de direito à moradia, à alimentação, à saúde, ao transporte. É ensinar, desde cedo, que a desigualdade social não deve ser tolerada – não é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dado da natureza, é uma construção histórica –; deve ser combatida, inclusive, diariamente, com justiça social, mobilização, companheirismo e vontade política. Acho que essa semana precisa ter esse sentimento em sua construção e em sua realização.

Acho que nós aqui, enquanto jovens, entendemos que educar para a cidadania é falar, também, que a juventude pode se indignar perante as injustiças sociais. É reconhecer as opressões, como racismo estrutural, a violência contra a mulher, a LGBTfobia, a destruição do meio ambiente. É entender que o silêncio frente a essas realidades é uma forma de cumplicidade e como e quais são os caminhos para combater tanto as opressões quanto as desigualdades sociais. Acho que essa semana é fundamental para que a gente consiga debater isso com a população.

A gente da UNE defende, claro, a criação da Semana Nacional de Educação Cidadã, e que seja implementada com políticas concretas de formação de professores, que apoie projetos pedagógicos, que tenha espaço para o protagonismo dos estudantes da juventude, que exista um diálogo forte e enraizado entre as escolas e a sociedade. E acreditamos nós que essa semana tem que ser vivida não só dentro e fora da sala de aula, como já reforcei aqui, mas também nas ruas, nos bairros, nas redes, que é onde se constrói o que entendemos como sociedade como um todo. E essa construção precisa ser coletiva.

Acho que essa semana precisa servir como um antídoto à desinformação. Portanto, que a gente combata *fake news*. O Brasil, inclusive, precisa, urgentemente, educar para a verdade – educar para a verdade –; educar também para o respeito; educar para defender a ciência, as instituições democráticas, os direitos humanos; combater a cultura de *fake news;* e promover a cultura de consciência crítica. Acho que esse é um ponto fundamental para ser debatido nessa semana.

Nós entendemos – a todo mundo que está aqui nesta audiência – que a juventude brasileira, nós jovens, está cansada de ser vista só como futuro, de só ser o futuro do Brasil. Acho que essa semana é importante para que a gente firme um pacto de que somos o presente, e o presente está na escola, nas universidades.

A gente está lutando contra os cortes, a gente é que ocupa escolas, universidades, salas de aula e redes quando tentam nos calar ou não nos ouvem, ou quando qualquer um acredita que a educação não é o caminho que transforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse é o ponto-chave para a construção dessa semana de consciência cidadã. Que a gente consiga entender que é o papel da juventude conseguir apresentar esses caminhos possíveis para a transformação social, para dignificar o nosso povo, para dar consciência e caminhos para a construção de um mundo mais justo, igualitário e soberano. Que a gente consiga, a partir dessa semana e de outras iniciativas por que tanto lutamos de forma conjunta, promover e apontar rumos para um Brasil forte, desenvolvido e soberano. E ele se faz com consciência crítica, com consciência de classe, com informação, com a verdade e com construção coletiva.

Então, acho que esse é o nosso recado aqui enquanto União Nacional dos Estudantes. Queria reforçar aqui a importância e a proposta de a realização da semana ser perto da semana do estudante. Para quem não sabe, o dia 11 de agosto é Dia do Estudante, porque também é o dia em que a União Nacional dos Estudantes foi fundada.

Então, seguimos firmes na luta com o compromisso com a educação de qualidade, transformadora e libertadora. Podem contar com a União Nacional dos Estudantes.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Parabéns à Manuella Mirella, essa jovem tão empoderada, capacitada, articulada. Fico feliz de ver uma mulher jovem com todo esse preparo. Quero dizer à Manuella Mirella que ela representa a juventude brasileira e também me representa como mulher.

Passo a palavra à Sra. Ana Clara Oliveira, Coordenadora de Articulação da Rede Nacional de Educação Cidadã, que também participa de forma remota.

A SRA. ANA CLARA OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, espero que estejam me ouvindo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim.

A SRA. ANA CLARA OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Cumprimento, com muito respeito, a Senadora Jussara Lima, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, em especial também ao Senador Jayme Campos e às autoridades presentes, colegas expositores e todas as pessoas que nos acompanham presencial e remotamente nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde. Eu me chamo Ana Clara Oliveira, tenho 18 anos e sou Coordenadora de Articulação da Rede Nacional de Educação Cidadã, a RedeNEC, e estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de salientar que eu sou uma jovem formada pelo ecossistema da educação cidadã, e a minha trajetória na educação cidadã, ainda na escola pública onde eu estudei, começou no projeto Conexão Cidadã, que hoje integra a primeira rede estadual de educação cidadã do Brasil, que é a de Sergipe. A partir dessa vivência, eu participei de formações oferecidas pela Politize!, pela Um Milhão de Oportunidades, em parceria com o Unicef e Porvir; pelo Movimento Via Cidadã. Eu fui aluna da Escola Comum e estudei toda a coleção *Em Miúdos* da autora Madu Macedo. Eu tive ainda a oportunidade de atuar, com o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em ações com jovens eleitores, e participei de sessões especiais na Câmara de Vereadores como Vereadora por um dia.

Mas nada disso eu conquistei sozinha, pessoal. Se eu estou aqui hoje é porque a Educação Cidadã me abriu portas e porque diversas pessoas me estenderam a mão e acreditaram no meu potencial. Eu conheci o terceiro setor através da Rede NEC. Pessoas como Helena Oliveira, nossa Coordenadora Institucional, e especialmente o João Tavares, que é o nosso Diretor Executivo, acreditaram em mim, confiaram em mim, antes mesmo de entrar na universidade. É por eles e por toda a Rede – esse ecossistema de educadores, instituições e projetos de todo o Brasil – que eu falo hoje.

A Rede NEC é uma coalizão com 120 parceiros, cujo objetivo é fortalecer a democracia no Brasil ao estimular o ecossistema da educação cidadã. Nós atuamos em rede com espírito público, diálogo e ética suprapartidária. Nós respeitamos a pluralidade de ideias e acreditamos que formar cidadãos é preparar pessoas para a vida democrática, com responsabilidade, empatia, pensamento crítico e participação.

É por isso que eu considero o PL 4.799, de 2024, de autoria do Senador Jayme Campos, uma conquista fundamental. A Semana Nacional de Educação Cidadã tem potencial para transformar vidas, como transformou a minha e deu sentido à minha trajetória. Antes de tudo isso, para vocês terem noção, eu não sabia o que era uma audiência pública, eu não conhecia as Casas Legislativas e sequer sabia que existia uma Constituição Federal. Foi por meio da Educação Cidadã que eu conheci esse mundo e eu me apaixonei por esse mundo de forma suprapartidária. É um mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

onde eu entendi que eu posso ocupar esses espaços de decisão e posso exercer liderança no meu território, o que me levou a sonhar a cursar Administração Pública.

Eu acredito que o mais importante de tudo o que eu possa falar aqui hoje é que nunca me disseram o que pensar. Ensinaram-me a pensar por mim mesma, a escutar outras opiniões, a defender a minha com argumentos e a entender que a democracia se constrói todos os dias. Isso que é desenvolver o pensamento crítico, o pensamento autônomo de uma pessoa.

É por isso que essa semana precisa existir, ela vai além, muito além de marcar uma data no calendário escolar. Ela representa um marco institucional, se não o início de uma política de Estado. O projeto prevê oficinas, capacitações, campanhas educativas, produção de conhecimento e visitas às instituições públicas. Essas visitas, inclusive, podem fortalecer ações que já acontecem em várias partes do país, como as realizadas pelas escolas do Legislativo e de Contas reunidas na Abel.

Levar estudantes até as instituições de Estado é essencial para compreender como elas funcionam e se reconhecerem também como parte ativa da democracia, porque isso aconteceu comigo. Eu estive nesses locais e eu vi esse novo mundo se abrindo diante dos meus olhos. Isso é muito importante para o crescimento pessoal.

Talvez mais do que tudo, o mais importante é como a Educação Cidadã não pertence a nenhum campo político. Isso é algo que a gente precisa deixar muito bem claro, porque tanto quem é de direita, centro e esquerda reconhece a urgência de formar cidadãos críticos capazes de dialogar, de participar da vida pública, com sentido coletivo. Esse é o centro civilizatório que esta audiência representa. O que estamos defendendo aqui é nada mais, nada menos do que o direito de toda criança e jovem em qualquer lugar do Brasil entender o que é democracia, o que é o Estado, o que é cidadania e como pode contribuir com tudo isso.

Tudo isso de maneira suprapartidária, com os materiais produzidos tanto pela rede quanto pelas organizações que compõem esse ecossistema transformador da educação cidadã.

Eu, como jovem que viveu isso e que esteve participando de tantos projetos e eventos produzidos pela Rede NEC, inclusive, eu vivi isso na pele e descobri como é incrível esse mundo com que a gente não tinha contato. Eu, como uma jovem que saiu de um povoado pequeno do interior de Sergipe, estar aqui, em uma audiência tão importante como esta para discutir um projeto que pode mudar a vida de milhares de jovens e crianças que vão começar a descobrir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nosso Brasil por um olhar muito mais amplo, e com a riqueza que a gente tem, que é a nossa pluralidade, porque nós somos uma população muito diversa e que precisa aprender a dialogar, porque essa, eu acredito, pessoalmente, é a maior riqueza do nosso país. E a Rede NEC, junto ao TSE, à CGU, à Abel, a educadores e instituições de todo o país, acredita nesse caminho, sabe?

Eu desejo, do fundo do coração, que esta semana seja o ponto de partida para uma política pública forte e permanente, porque é isso que a gente precisa fazer no Brasil. É isso que a gente precisa fazer para que as coisas continuem acontecendo de forma suprapartidária e ética, né?

Então, é isso, seguimos juntos e juntas na missão de manter a educação cidadã viva e de fortalecer a cultura democrática no Brasil.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero dizer à jovem Ana Clara Oliveira que eu estou aqui bastante feliz de ver uma jovem tão bem-preparada, com um senso crítico elevadíssimo e sabendo como se posicionar na democracia, sabendo todas as questões políticas envolvidas. Eu fico muito feliz. Estou aqui, posso até dizer, babando, achando lindo ver essa jovem tão preparada, tão empoderada, e eu acredito que ela vai longe, vai muito longe. Quem sabe não vá ser uma Deputada Federal, uma Senadora, uma Governadora? Porque ela tem um senso crítico político muito elevado.

Parabéns, Ana Clara!

Com a palavra a Sra. Andreika Asseker, também de forma remota. Ela é Dirigente Municipal de Educação de Igarassu, Pernambuco, e Presidente da Undime Pernambuco.

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas!

Estou muito feliz de poder participar desta audiência com esse tema que é tão importante para todos nós. Um cumprimento muito especial à nossa Senadora Jussara, Relatora do projeto de lei, e ao Senador Jayme Campos, pela proposição. Acho que é muito pertinente, e, nesse tempo em que, como todos já falaram, se vive um tempo tão necessário para discussão, para mais vozes como a de Ana Clara, como a de Mirella, vozes de jovens fortes, determinadas e com a consciência crítica integrada à sociedade.

Eu tenho uma apresentação rápida, não sei se alguém pode exibir para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui representando a Undime nacional, em nome do nosso Presidente, Prof. Alessio. Para a Undime, é um tema caro e importante, porque a Undime é uma entidade que defende a educação pública, gratuita, com qualidade social e equidade.

Então, falar de qualidade social, falar de equidade é falar de formação integral para o indivíduo, é falar de formação cidadã, é falar daquele indivíduo que entende a cidadania como os direitos garantidos lá na Constituição – liberdade, igualdade, segurança, direito à vida, direitos sociais, participação política – e os seus deveres também. Então, dar espaço para jovens discutirem, entenderem... Fazer essa formação mais humana e social é extremamente importante.

Pode passar.

Tem várias palavras aí que sinalizam para a cidadania: saúde, direitos civis, educação, equidade, desenvolvimento, diálogo, respeito, participação. Enfim, quando se fala de cidadania, não se fala de um conceito fechado único, mas se fala em abertura para a sociedade da educação, olhando a educação como aquela que olha para a sociedade, para um indivíduo integrado nessa sociedade.

Pode passar.

E aí a gente tem como marco legal a Constituição, de que já foi falada. Na Constituição, no art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]". Então, a própria Constituição já traz que a educação brasileira precisa garantir o exercício da cidadania, essa formação para a garantia da cidadania.

Pode passar.

Logo depois da Constituição, a gente tem também, como marco legal para a educação, a LDB, que, no seu art. 2º, também vai ratificar o que a Constituição está trazendo, e aí vai falar nessa educação como uma formação vinculada, inspirada pelos princípios de liberdade, ideais de solidariedade humana, que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania. Mais uma vez, a cidadania aparece na LDB ratificando a importância dessa discussão nas nossas escolas de todo o Brasil.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí a nossa Base Nacional Comum Curricular traz, no seu escopo, inclusive, a própria competência. O conceito de competência da base é definido também e colocado em um dos pontos como "atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho". Então, a própria base já traz, no seu escopo, o entendimento do que é competência, que é um dos conceitos muito importantes descritos lá na base, a cidadania como um foco.

Pode passar.

Também na competência geral, ela vai dizer que: "6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida [...]". O que é que os nossos estudantes querem ser? Como é que eles se veem na sociedade? E aí, como a Mirella e a Ana Clara tanto colocaram: que sociedade eu tenho e eu quero construir? Para isso eu preciso entender o que é o Estado, como é que eu me posiciono, o que é a política, como é que eu me coloco diante do que está posto hoje no meu estado e o que eu quero mudar na minha vida em sociedade. Liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade, acho que tudo isso está envolvido nesse conceito de formação cidadã.

Pode passar.

Além disso, na BNCC, dentro das disciplinas que são postas na própria BNCC, se a gente for olhar – eu não trouxe aqui todos, mas eu trouxe alguns exemplos –, por exemplo, em Língua Portuguesa, quando a gente vai discutir os gêneros textuais, você vê que está claramente descrito na própria base: vinculados aos temas desses gêneros textuais, os "temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos". E a gente vai ver isso não só em Língua Portuguesa.

Pode passar.

A gente vai ver isso também em outras disciplinas, como, por exemplo, em História. Aí a gente também tem, por exemplo: "associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos" ou também "associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica".

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outros pontos também trazidos pela base, na disciplina de História. A gente tem aí a noção de cidadania, em um dado período de tempo, e pode analisar o que mudou de lá para cá – e aí eu estou falando para a Pilar, que está aqui com a gente, Professora de História com um conhecimento enorme. Então, vejam o quanto a História tem a ver também com cidadania e o quanto outras disciplinas também o têm, mas o quanto é importante a gente entender esse tema como aquele tema que está dentro, que perpassa todo o currículo da educação básica e que precisa, sim, receber uma semana da cidadania, para que a gente possa levantar a bandeira, chamar a atenção da sociedade, chamar a atenção de professores, de gestores e da sociedade como um todo para a importância dessa discussão, para a importância de trazer isso à tona.

Pode passar.

A gente tem também, por exemplo, no ensino religioso, um ponto específico lá da base falando em "debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz".

Então, eu queria dizer que a Undime apoia a Semana de Educação Cidadã. A gente acha que é um ganho muito grande para as nossas escolas.

E eu não poderia deixar de terminar, como pernambucana que sou, com uma mensagem do nosso Paulo Freire.

Pode passar.

Eu queria deixá-la para todos aqui: “Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é dificílimo, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania”.

Contem com a Undime para a gente disseminar, apoiar, reverberar essa semana, porque eu acho que ela vai dar um impulso grande a essa discussão e vai fazer com que mais vozes, como a de Ana Clara e Mirella, possam aparecer, possam se formar, possam se abrir, e que a gente construa um país cada vez mais plural e com senso de cidadania.

Obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Sra. Andreika.

Quero passar a palavra para o Sr. Antônio Eugênio Cunha, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, que também participa de forma remota.

O SR. ANTÔNIO EUGÊNIO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos os presentes nesta importante audiência que nós estamos fazendo aqui.

Confesso que estou aprendendo muito e confesso também que o que eu tinha escrito já foi dito aqui pelos participantes anteriores, mas eu quero, antes de saudar os nossos Senadores, parabenizar a Manuella e a Ana Clara. Vocês são brilhantes e eu acho que o nosso país tem um futuro belo quando vemos pessoas iguais a vocês duas.

A escola particular, representada aqui pela Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), também apoia esse projeto.

Eu parabenizo o Senador Jayme Campos, a Relatora, Senadora Jussara Lima, e a Senadora Teresa Leitão pelo ambiente aqui criado para que a gente pudesse contribuir com esse importante projeto.

O PL 4.799, de 2024, é de extrema importância, a ser colocado em prática. Nós não podemos só ficar na tentativa. Esse é um momento em que a nossa sociedade, da forma como está vivendo, já dito aqui, está polarizada, com discussões ideológicas que não levam a caminho nenhum, uma discussão sem fim e que a gente trata com muita mentira – correto? – e com muito pouca verdade.

É neste momento, em que a gente cria um projeto como esse, da Semana Nacional de Educação Cidadã, que a gente pode resgatar novamente o caminho correto que a nossa nação precisa. Essa é uma primeira mensagem que eu queria trazer.

Mas eu também queria dizer o seguinte aqui: algumas coisas que eu acho que a gente tem que olhar para a prática, porque eu não vou ficar repetindo o que todos já falaram. Quando a gente chega e define, no art. 1º, a data, ela tira uma flexibilidade, porque as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, também têm semanas de comemoração de outras atividades de grande importância na formação dos jovens. A gente precisaria construir de alguma maneira para que não ficasse um evento perdido dentro de um ano letivo e a gente teria que ter um cuidado bastante importante na hora de a gente fazer essa construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa que eu trago em relação a isso é que o período de recesso ou de férias, em alguns estados, na escola particular, ocorre no mês de julho, então, temos a segunda quinzena de julho. Num caso como São Paulo, tem o mês de julho como férias. E, naturalmente, entre o término de um semestre e o início do outro, vai-se abrir um vácuo que a gente deveria observar para se colocar uma semana tão importante dentro de datas de recessos escolares importantes, tanto para professores como para a direção, como também para os alunos, e principalmente os alunos.

No art. 2º, "a semana integrará o calendário nacional da escola particular". Na escola particular isso sofre uma mudança em relação à escola pública, mas a gente precisaria entender, porque, com certeza, as escolas particulares e os sindicatos que representam as escolas particulares encontrarão, ao apoiar esse projeto, uma posição adequada para isso estar dentro do seu calendário também, porque no calendário do estado eles nos dão uma flexibilidade para definir os nossos planos e planejamentos.

O art. 3º, com os objetivos, é claro. É nisso mesmo que se tem que estar trabalhando, com o acréscimo de alguns posicionamentos colocados por todos que me antecederam e que o fizeram com brilhantismo. A gente tem que fazer isso virar prática, a gente não pode ficar só no campo do descritivo, a gente tem que olhar aquilo que é possível se tornar prático.

E aí o art. 4º diz que, quando parece que se diz que será obrigatória, eu acho que isso deve ser orientativo, porque as questões da Semana Nacional de Educação têm uma amplitude muito grande. Ela não pode acontecer somente num período, mas tem que ser algo distribuído ao longo do ano do coletivo, como aqui foi dito pela minha antecessora, porque já está definida dentro da BNCC. Então, nós temos que pegar esse projeto e adequá-lo dentro das estruturas da BNCC, que já existem, para que ele possa realmente ser realizado.

Outra coisa é quando se fala, já no art. 7º, "entra em vigor na data de sua publicação". A gente tem que ter um cuidado com isso também, para que a gente não seja atropelado exatamente por não termos nos preparado antes para colocar em prática, senão nós vamos começar a criar períodos de adiamento, colocando mais à frente algo tão importante como é o caso dessa semana.

Aqui eu também os parabenizo, porque nós criamos um ambiente... Confesso que me surpreende a maneira como está sendo tratado, com qualidade e com apresentações muito objetivas, para discutirmos isso com mais profundidade, que é o que estamos fazendo aqui, viu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador e Relatora? Nós precisamos realmente fazer que isso se torne uma possibilidade de colocar em prática sem haver desconstruções.

Outra coisa que me preocupa muito é que os profissionais que estarão envolvidos em trazer essa mensagem, essas instruções para os novos jovens estejam preparados para isso. O que nós vemos atualmente é que esse preparo não existe. Eu fiquei muito feliz de ouvir a Ana Clara dizer que ela teve uma orientação muito bacana, já experimentada a partir de uma instituição que possa fazer parte dos nossos exemplos. A Ana Clara pode contribuir muito com isso e com a instituição em que ela está sendo preparada.

Não é com uma semana que nós vamos preparar pessoas. Aí a gente tem que voltar atrás, como nós já falamos da BNCC, e olhar as disciplinas que já contemplam isso ao longo de um determinado tempo de formação das pessoas. Não sei qual é a idade mais adequada que foi citada na BNCC, mas isso tem que ser observado, não pode ser uma atividade estanque, tem que ser uma atividade executada durante todo o período letivo e por anos seguintes e anos seguintes, para a gente entregar um cidadão pronto para uma sociedade melhor.

É com educação que a gente transforma uma sociedade. Sem ela nós não vamos por caminho nenhum.

Obrigado pelo tempo que me foi concedido.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer ao Prof. Antônio Eugênio Cunha por palavras tão relevantes.

Passo a palavra ao Sr. Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que também participa de forma remota.

O SR. HUGO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, gente! Boa tarde a todos e a todas que me assistem aqui, que nos assistem pela TV Senado, que nos assistem presencialmente no Plenário. Queria primeiro agradecer, Senadora, pela recepção, por nos receber aqui no Senado Federal.

É muito importante para a gente discutir sobre educação, falar sobre o futuro do nosso país. Isso é cada vez mais fundamental.

Eu sou o Hugo Silva. Sou Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, represento 44 milhões de estudantes do nosso país, estudantes de ensino fundamental, médio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

técnico, pré-vestibular e EJA e queria cumprimentar todos e todas em nome desses estudantes que lutam todos os dias por uma educação mais justa, mais igualitária, de qualidade e que seja para todo mundo.

Queria dizer que esse projeto é fundamental e que ele caminha lado a lado com a política e a politização do ambiente escolar. Não tem como falar de educação e de educação cidadã sem falar sobre a formação política dos nossos estudantes, sem falar sobre a autonomia dos nossos estudantes. É por isso que a Ubes, junto com os estudantes secundaristas de todo o Brasil, tem lutado bravamente para derrotar qualquer tipo de tentativa de despolitização, de tirar o nosso direito, enquanto estudantes, de ter acesso a essa informação. Eu acho que esta Semana Nacional de Educação Cidadã é fundamental para que a gente consiga reafirmar e reforçar que a escola que a gente quer para o nosso país não é uma escola que tire a nossa liberdade e que tire a nossa autonomia.

Nesta Casa, existem pessoas que defendem que as escolas precisam ser militarizadas. A Ubes é totalmente contra esse modelo de escola que, na verdade, não pensa na qualidade da educação pública brasileira, mas em controlar e tirar a autonomia dos estudantes. E isso vem na contramão do que é a educação cidadã.

Você se entender enquanto cidadã, enquanto cidadão brasileiro é entender que você tem direitos, e este é um direito dos estudantes brasileiros: ter acesso à discussão, à formação crítica, e à política social dentro da sala de aula.

É por isso que a gente faz o enfrentamento a esse modelo de escola cívico-militar, mas não somente isso; a gente também faz a discussão sobre um tema que é superimportante, que precisa estar no nosso radar e que, principalmente, tem tudo a ver com a educação cidadã, que, contrariamente, é discutir que a gente não vai aceitar uma escola sem partido, porque escola sem partido não existe.

O que as pessoas falam por aí – inclusive no Senado Federal – do que é o modelo de escola sem partido, na verdade, é um modelo de escola em que os estudantes não têm voz, em que os estudantes não podem falam, em que os estudantes não podem reivindicar os seus direitos. E isso é contrário ao que é a educação cidadã.

Então, esse projeto precisa falar sobre a gente ter direito a se organizar nas nossas escolas. Esse projeto precisa aglutinar a opinião dos estudantes brasileiros, que, eu tenho certeza, vai na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contramão do que é a escola sem partido. Na verdade, para alguns e para algumas, não é uma escola sem partido; é uma escola do partido deles – não pode ter outro partido.

A gente precisa admitir que a escola precisa ser um espaço de pluralidade de ideias, de discussão política, de discussão social, de discussão cidadã, porque a escola é o lugar em que a gente passa a maior parte do nosso tempo e ela precisa ser um espaço que, para além de nos formar para a academia, para além de nos formar em português e matemática, nos forme para a vida. E eu acho que esse projeto é essencial, porque assim a gente consegue transformar um pouquinho esse ambiente escolar de que a gente tanto fala.

A gente fala aqui na Ubes que está cansado de as nossas escolas parecerem prisões em que a gente só tem que aprender português e matemática e ir embora. Não, a escola precisa ser algo diferente, precisa sair dessa caixinha. E esse projeto da Semana Nacional de Educação Cidadã é fundamental para que a gente saia dessa caixinha e transforme a educação pública em uma educação pública que escute as nossas opiniões e apresente que os estudantes brasileiros têm direitos.

Inclusive, queria reforçar aqui mais uma vez e dizer que os estudantes brasileiros estão cansados de secretarias de educação, de Governadores, de diretores e professores tentarem cercear o nosso direito à auto-organização.

O grêmio estudantil é uma ferramenta fundamental para que os estudantes tenham acesso ao que é cidadania; é o primeiro contato do estudante, do jovem brasileiro sobre formação cidadã. Não tem como, a gente não aceita mais que cerceiem o nosso direito e não permitam que a gente organize um grêmio estudantil na nossa escola. A gente vai seguir aqui enfrentando esse projeto que tenta barrar a nossa organização estudantil, que tenta barrar a nossa autonomia estudantil, para dizer que a gente quer, sim, formação cidadã, mas também formação política, social e principalmente formação crítica racional. A gente não vai aceitar ser manipulado por essa gente que não entende nada de educação, que não entende nada de Brasil.

E a gente está aqui para dizer que é isto: a gente apoia esse projeto da Semana Nacional da Educação Cidadã, mas que a gente precisa caminhar lado a lado na defesa de um espaço e de uma qualidade da escola pública brasileira, que esteja atenta a essas pautas; um grêmio estudantil, uma escola que seja livre, que seja autônoma, em que a gente possa se organizar, em que a gente possa ter o partido que a gente quiser e que a gente consiga garantir que os estudantes tenham a mais perfeita e agradável escola pública dos nossos sonhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com a palavra, o Sr. José Rui Moreira Reis, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, que também participa de forma remota.

O SR. JOSÉ RUI MOREIRA REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, boa tarde a todos.

Eu queria saudar a Senadora Jussara e o Senador Jayme Campos, o nosso autor do PL, e louvar, na verdade, o convite da CGU, essa iniciativa que vai ao encontro a muitas das ações que este ministério já desempenha no âmbito do Governo Federal, atuando junto com estados, com municípios.

Eu fico muito feliz de ver esses jovens, como a Ana Clara, o Hugo, que agora falou, e a Mirella, nesse engajamento, nessa desenvoltura para falar sobre temas tão importantes, como é a questão da participação e da educação.

Então, primeiramente, quero dizer que eu estou muito feliz por estar participando e, vendo isso, eu acho que também é uma sementinha do que a CGU tem plantado ao longo da sua história.

A partir disso, eu queria fazer uma pequena apresentação de um programa que a gente já desempenha hoje na CGU, que se chama Educação Cidadã, também, Programa de Educação Cidadã, que é uma iniciativa que já tem há vários anos na CGU – mais de dez anos – e que busca justamente conscientizar os alunos de várias formas a respeito de princípios básicos, de condutas relacionadas à cidadania e à própria integridade pública.

Eu vou pedir licença para compartilhar... (*Pausa.*)

Vocês conseguem ver a minha apresentação? (*Pausa.*)

Eu acredito que essa ideia da educação cidadã é tão importante que a CGU já vem desenvolvendo, há alguns anos, como já foi falado, algumas ações relacionadas à promoção da integridade pública e da educação cidadã nas escolas.

Nesse sentido, esse programa que a CGU desenvolve parte do entendimento de por que uma instituição de controle precisa atuar na educação cidadã ou na promoção da integridade pública. Então, a gente parte dessa concepção de reconhecimento da importância de apoiar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reflexão desses assuntos, desses temas relacionados à cidadania junto aos estudantes. Isso envolve a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos, atentos às ações dos governantes, participativos e capazes de contribuir com a sociedade.

A percepção que a gente tem é que a mudança social que a gente busca – não só a CGU, mas acho que é uma mudança esperada por toda a nossa sociedade – é uma mudança cultural mesmo, de postura. Para isso, para a gente ter uma sociedade mais íntegra, a gente precisa começar isso desde pequeno, a gente precisa incentivar que os alunos participem, e que isso envolva também não só os alunos lá nas escolas, mas a própria família desses alunos.

Dito isso, o que é o Programa Educação Cidadã que a CGU já desenvolve? É um conjunto de projetos que busca apoiar a comunidade na reflexão de temas ligados à cidadania. Nesses projetos, a gente oferece recursos educacionais, em formato impresso e digital, para facilitar o ensino de temas complexos e de questões ligadas à construção da cidadania. Além disso, não é uma coisa desenvolvida apenas pela CGU, a gente tem parceiros, como o Instituto Mauricio de Sousa, que nos ajudam na formulação desses materiais.

E o público-alvo, como eu já havia falado, não se limita aos estudantes. Ele vai para os estudantes, ele envolve os professores, que são os condutores dessas iniciativas, mas acaba alcançando também a família, porque, a partir do momento em que lá na escola o aluno aprende determinados temas, ele leva isso para dentro de casa, e isso é muito importante.

E quais são os temas que a gente já vem abordando há algum tempo? Questões básicas relacionadas à autoestima, empatia, combate ao *bullying*, inclusão e respeito, solidariedade, transparência, participação social, preservação do meio ambiente e do patrimônio público, combate à corrupção, responsabilidade cidadã e outros diversos temas que ajudam a constituir os nossos cidadãos.

Os nossos projetos principais são: o Turma da Cidadania, o Game da Cidadania, Eu, Você e a Nossa Cidadania, o Concurso de Desenho e Redação e o Um por Todos e Todos por Um Pela Ética e Cidadania. Então, esses são os cinco projetos básicos que a CGU desenvolve no âmbito do Programa Educação Cidadã voltados para os estudantes.

Só para fazer um breve resumo do que seriam esses programas, a gente tem que cada subprojeto desses é destinado a uma faixa da área específica. Então, por exemplo, o Um por Todos e Todos por Um é da faixa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e a gente trabalha aqui com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

revistas, cartilhas, tirinhas, jogos. Todos esses recursos são adaptados de acordo com a faixa etária dos alunos. A gente também tem o Turma da Cidadania, que já tem uma faixa etária maior: vai do 1º ao 9º ano. A gente também tem o Eu, Você e a Nossa Cidadania, que vai do 6º ao 9º ano. O Game da Cidadania pega do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio. E a gente também tem o Concurso de Desenho e Redação, que tem uma amplitude maior, digamos assim, e pega do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio. Nesse caso, em algumas unidades escolares, a gente utiliza o concurso de redação e, em outras, o concurso de desenho.

Então, esse aqui é o panorama geral do que é o Programa Educação Cidadã, que a CGU já desenvolve. Eu sempre costumo dizer que ele é um dos queridinhos desempenhados pela CGU, porque realmente a gente observa a motivação dos auditores que trabalham com isso, dos servidores que estão lá apoiando as escolas nessa interlocução, na entrega desse material, na articulação de inserção desses temas na grade escolar. A gente acha isso tudo muito interessante, muito importante para uma mudança social, como eu havia falado anteriormente.

Nesse sentido, só para deixar claro, a gente saúda, louva qualquer iniciativa do Congresso que venha ao encontro das iniciativas que visam, realmente, a fortalecer e a promover a integridade pública e a educação cidadã.

Era isso, pessoal.

Fico aqui à disposição para o que puder contribuir.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Sr. José Rui Moreira Reis.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Eduardo Lamari, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, que também participa de forma remota. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Queria saudar a Senadora Jussara Lima; o autor do projeto, o Senador Jayme Campos; todos os Senadores desta Casa; os meus colegas e amigos; e os que estão nos vendo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui dizer da importância do PL 4.799, de 2024, e inserir a Abel, embora tenha sido falado aí brilhantemente pela Ana Clara, que falou das escolas do Legislativo.

Eu queria dizer para vocês, para contextualizar, por que a Abel (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas) está presente neste evento. Nós congregamos 500 escolas em todo o Brasil – escolas no Poder Legislativo. O art. 39, §2º, da Constituição Federal fala das escolas de Governo. Então, nós temos escolas no Poder Judiciário, Legislativo e Executivo. Só que as escolas do Poder Legislativo assumem, além da função da qualificação do servidor, a educação para a cidadania, e também discutem políticas públicas.

Essas escolas no Poder Legislativo... É bom que o Senado, que tem uma excelente escola, o ILB/Interlegis, saiba da importância das escolas em todo o Brasil. Essas escolas têm feito um trabalho brilhante, e é até difícil aqui de elencar tudo que essas escolas fazem em todo o Brasil. Nós temos escolas que fazem o Parlamento Jovem, o Parlamento Mirim, o Parlamento Sênior, o Parlamento com Universitários. Nós temos também visita às Casas Legislativas, cursos, palestras, seminário, estágio-visita, cursos em EaD, *games*, concurso de redação, tudo isso com parceria com as secretarias de educação estaduais, qualificação do servidor, evidentemente, curso para os Vereadores, para os Deputados Estaduais. Então, tudo isso é feito.

E tem um grande trabalho que foi iniciativa da Abel, a *Constituição em Miúdos*, que hoje fala de defesa do consumidor, igualdade racial, Maria da Penha, e a que eu julgo a mais importante e mais famosa, que é a *Constituição em Miúdos*. Então, hoje a *Constituição em Miúdos* está presente em mais de 700 municípios no Brasil. Aliás, hoje ela é impressa e ela é do Senado Federal. É impressa pela Gráfica do Senado Federal, pertence ao Senado Federal, mas foi uma iniciativa da Abel e é uma excelente iniciativa de educação cidadã.

Hoje, as escolas no Poder Legislativo fazem educação para cidadania, fazem participação política, democracia, cidadania, as escolas são verdadeiras escolas de democracia.

Com isso, nós temos o que nós chamamos de educação legislativa. Inclusive, existe um dia nacional, aprovado por esta Casa – já foi aprovado o Dia Nacional da Educação Legislativa –, em que está englobada a educação cidadã. Então, além da educação legislativa, que é muito importante e é comemorada no dia 15 de maio, agora nós teremos mais uma semana, o que eu acho importante. E podem contar com todas as escolas do Brasil. Elas farão um trabalho fantástico de educação, eu tenho certeza de que nós vamos nos somar nessa semana. Já na semana do 15 de maio... Todas as escolas, no último 15 de maio agora, nós tivemos mais de 200 atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simultâneas em todo o Brasil. Então, quando a gente fala aqui desse importante projeto do Senador Jayme Campos, nós estamos aqui como escolas no Poder Legislativo. Elas existem, elas fazem um trabalho fantástico, e eu acredito que nós podemos cooperar, cooperar inclusive com as escolas em cada município.

Aliás, Senadores, onde não tiver escola – no município que você representa no seu estado –, vamos criar as escolas. É muito importante nós termos escola, essa nova função do Poder Legislativo que é da educação, a educação para a cidadania.

Então, a importância desse projeto é que nós temos uma oportunidade – eu acredito que através da educação – de mudar o país. Com a educação cidadã, a educação política, nós vamos aprender direitos e deveres – parece básico falar isso –, falar das funções dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da função do Ministério Público. A educação é transformadora e é uma forma de o jovem se apropriar da política, participar da política. É muito comum criticar políticos, mas é importante que a gente mude a sociedade, que as pessoas participem da política ativamente. Só dessa forma nós vamos mudar, e cada vez mais nós teremos políticos melhores, porque os nossos políticos evidentemente são um reflexo da sociedade. Então, eu acredito que, se a gente investir firmemente na educação política e na educação cidadã, nós vamos ter um futuro certamente muito melhor.

Contem com as escolas do Legislativo em todo o Brasil. Esse é um movimento que está crescendo.

A Abel tem 22 anos. Há 20 anos, a nossa causa é a educação legislativa e está englobada dentro dela a educação cidadã.

Eu só quero agradecer o convite que me foi feito em nome da Abel para participar deste importante evento cuja qualidade foi muito boa. Eu vi e achei as intervenções muito interessantes.

Senador Jayme Campos, a Abel é parceira nesse projeto. A gente vai trabalhar, e eu espero que esse projeto seja aprovado brevemente.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada ao Sr. Roberto Eduardo Lamari pela excelente explanação a respeito das escolas legislativas do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Sra. Silvana Cristina de Oliveira, Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que também participa de forma remota.

A SRA. SILVANA CRISTINA DE OLIVEIRA NIEMCZEWSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar de forma muito especial o Senador Jayme Campos e também a nossa Senadora Jussara Lima e agradecer pelo convite feito à advocacia brasileira em nome do nosso Presidente Beto Simonetti.

Gostaria de dizer também que a advocacia, sim, é essencial para administração da Justiça, conforme o art. 133 da nossa Constituição Federal. O art. 44, inciso I, define que a OAB deve:

> defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar [sim] pela [nossa] boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Esses são valores que vão ser defendidos e estão sendo defendidos pelo projeto de lei ora apresentado, valores tão importantes para reproduzirmos o juramento da advocacia, que está previsto no nosso Regulamento Geral da OAB, no art. 20.

Aqui quero parabenizar também o posicionamento e a fala da Mirella, da Ana Clara e do Hugo, jovens que são o presente e o futuro do nosso país. A OAB tem trabalhado de forma incansável em favor de uma educação de qualidade e inclusiva em todos os níveis. Inclusive nós temos vários projetos, e aqui eu cito um deles, o OAB Vai à Escola, que tem alcançado o jovem em vários rincões do nosso país.

A Constituição também define objetivos da República que estão de acordo com o texto legislativo, como a construção de uma sociedade justa e igualitária, desenvolvimento social, erradicação da pobreza e desigualdades sociais e regionais, e a promoção do bem de todas as pessoas. O projeto também nos parece estar de acordo com os preceitos fundamentais, como o princípio da igualdade material e o princípio da não discriminação, bem como promove direitos sociais como o direito à educação.

É importante dizer aqui que, em 2024, o MEC buscou a criação de um protocolo de enfrentamento ao *bullying* em todas as diversas formas que pode também ser beneficiado com esse projeto de lei e realizado com esse foco também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 4.799, de 2024, busca fortalecer a formação cidadã nas escolas e na sociedade, com foco na educação para a democracia, o letramento político e o desenvolvimento de uma consciência crítica, tão dito ainda pelos meus antecessores.

Pontos positivos desse projetos, que estão muitos: a integração nacional, que envolve instituições públicas, privadas e a sociedade civil em todas as esferas, um importante passo e necessário; a abrangência temática: trata de temas fundamentais como a ética na política, diversidade, equidade e o meio ambiente; atividades práticas: incentivo a palestras, visitas a órgãos públicos, concursos e debates que envolvam diretamente estudantes e educadores; capacitação de professores: reconhece, sim, que a formação do docente é a chave para o sucesso da educação cidadã.

Por fim, quero parabenizar a iniciativa e dizer que, enquanto eu estiver como Presidente da Comissão Nacional de Direito na Escola, podem, sim, contar com a OAB neste projeto de lei para que as atividades realizadas possam criar uma educação mais justa, inclusiva para todas as pessoas, sem discriminação de qualquer natureza, porque é isso o que nós queremos. Sabemos que o nosso país é plural, sabemos que o nosso país é diverso, mas nós temos que entender que as leis que têm cunho de políticas afirmativas, que levam conhecimento do que é a educação são tão importantes para que nós tenhamos um país mais justo, igualitário e inclusivo.

Agradeço a oportunidade. Contem sempre com a Ordem dos Advogados do Brasil.

Obrigada.

Parabenizo a todos que estão engajados em busca de um país mais justo.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer à Sra. Silvana Cristina de Oliveira pelas palavras.

Neste momento, eu gostaria de pedir a compreensão de todos os participantes aqui desta audiência pública. Pelo avançar da hora – eu tenho Plenário, votações –, gostaria de pedir aos que estão remotamente que eu passasse a palavra, para as considerações finais, só para os que se encontram aqui na mesa. Gostaria de saber se vocês concordam. (*Pausa.*)

O.k.?

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo que foram recebidas, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários dos cidadãos. As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados e muitos já foram contemplados nas exposições. Os participantes que desejarem poderão encaminhar, por *e-mail*, à Secretaria da Comissão suas respostas às perguntas que sentirem que ainda não tenham sido respondidas.

Passo aqui à leitura das perguntas:

Celio, do Rio de Janeiro: "Como garantir que a Semana de Educação Cidadã tenha impacto real e contínuo na formação crítica dos alunos [...]?".

Valcimara, do Pará: "Como a Semana de Educação Cidadã garantirá inclusão e acessibilidade para alunos com deficiência, TEA e outras diversidades?".

Jefferson, do Rio Grande do Sul: "Essa iniciativa contribui para que os alunos voltem a aprender o mínimo da educação básica, como [...] o Português e a Matemática?".

David, do Ceará: "Como educar para a cidadania em meio à desinformação e ao cansaço digital?".

Alisson, da Bahia: "[A iniciativa] pode contribuir muito para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes, incentivando o engajamento político".

Amanda, da Paraíba: "[É preciso] estimular a participação criativa e ativa da comunidade escolar, reforçando redes de ação e proteção".

Elaine, do Rio de Janeiro: "[...] Precisamos de ações que realmente melhorem [a qualidade do] ensino e [a formação dos profissionais] [...]".

Cristian, do Rio Grande do Sul: "Como será garantida a implementação efetiva em escolas públicas e privadas de diferentes regiões do país?".

Valcimara, do Pará: "Como será avaliado o impacto da Semana de Educação Cidadã no desenvolvimento do pensamento crítico e da participação política dos alunos?".

André, do Distrito Federal: "Como a Semana de Educação Cidadã pode estimular o voto consciente?".

Raquel, do Rio de Janeiro: "Como o PL 4.799/ 2024 pode contribuir de forma prática para o fortalecimento da democracia nas comunidades locais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Horthiz, de Minas Gerais: "Como criar mecanismos e projetos para garantir recursos para a educação pública mediante um futuro com menos arrecadação de impostos?".

João, de Minas Gerais: "Fundamental iniciativa! É [...] necessário conscientizar acerca dos conceitos de cidadania e democracia!".

Ingrid, do Rio de Janeiro: "A ênfase no desenvolvimento da consciência crítica como princípio pedagógico é pilar essencial na era digital".

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Prof. Heleno Manuel Gomes Araújo Filho, por três minutos.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado Senadora.

De forma breve, eu quero, nessas considerações, dizer que tem um acordo aqui nos comentários do Alisson, da Amanda, da Elaine, do João e da Ingrid.

Quero dizer ao Celio que eu acho que a gente tem que trabalhar com o diálogo de forma permanente. Acho que o espaço de diálogo de forma permanente é o caminho para a gente ir tratando e cuidando dessas questões.

À Valcimara, além da preocupação com educação especial, acho que temos que continuar problematizando o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos desses estudantes para garantir um ambiente com acessibilidade para todos e todas. Ela também trata da questão do impacto dessa iniciativa. Ela me fez lembrar que o Conselho de Participação Social abriu uma consulta pública sobre os próximos 25 anos do Brasil. Então, sob essa perspectiva dos próximos 25 anos, é a forma como a gente vai ter que avaliar como essas medidas vão impactar nessa juventude, na população daqui a 25 anos, se garantirmos uma efetiva participação social. Então, acho que isso é importante nesse processo.

Sobre o que o Jefferson, lá do Rio Grande do Sul, coloca, acho que o projeto não tem um objetivo de só ensinar português e matemática, mas faz parte do processo. Se a gente preparar as pessoas para se envolverem, aprender matemática e português faz parte desse processo.

Sobre o que o David levanta, eu acho que aqui nós temos que... Como educar? Temos que repensar, recriar essas dinâmicas do processo de ensino e aprendizagem que nós temos para poder aproximá-lo mais ainda dos nossos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o que o Cristian levanta – acredito que essa forma de participação que vamos ter para garantir a implementação –, temos a capacidade de levantar as demandas – O que é que nós queremos? Do que é que nós precisamos? – para poder, com esse nosso engajamento, fazer com que as ideias sejam implementadas.

Sobre o que o André levanta, do Distrito Federal, creio que esse voto consciente é uma meta, um objetivo. Então, quando a gente fala da formação cidadã, de fato, o objetivo é termos um cidadão, uma cidadã consciente também na hora do voto.

E o que Raquel levanta, eu acredito que é estimulando a participação popular. Então, quanto mais se estimular a participação popular, mais demandas a população se levanta para essas questões.

E, sobre o que o Horthiz levanta, lá de Minas Gerais, eu quero dizer o seguinte. Como investir na educação, reduzindo impostos? É impossível, é impossível.

Então, minha sugestão é que a gente reduza o dinheiro que é pago para os juros e amortizações da dívida – que só no ano passado levou 43% do orçamento da União – e que esse dinheiro que vai para a mão de poucos seja tirado e colocado na escola pública, na universidade pública, para garantir esse direito.

Está bom?

Exatamente. É toda uma dinâmica para a gente avançar no investimento na educação pública, Senadora.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite e pela oportunidade dessa nossa participação aqui no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – É um prazer muito grande, Prof. Heleno.

E eu passo, para as considerações finais, para o Prof. Sr. Marcelo Pereira de Andrade.

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigado, Senadora Jussara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Heleno já elencou cada uma das questões, mas é que, quando a gente é professor, a gente trabalha com a categoria.

Então, acho que todos que fizeram as perguntas estão preocupados em saber como é que vai ser o impacto disso na vida desses jovens, dos nossos discentes, que estão na educação básica. E eu sempre digo que isso é a projeção do futuro.

É claro que, de imediato, a gente tem retorno. Eu ministro uma disciplina chamada Introdução à Docência, na Licenciatura em Educação Física, e nasci sob a Filosofia da Educação, também na Educação Física. E é muito interessante, quando a gente começa a trabalhar com eles, quando eles chegam à universidade, como, meses depois, eles já estão com outro discurso. Eles já estão entendendo a própria sociedade, a dinâmica de ser professor e que ser professor não é só trabalhar – respondendo a uma das questões aqui – com o seu conteúdo específico.

Ser professor é muito mais do que isso – ser professor e professora –, é trabalhar para que os futuros professores e professoras, por exemplo, no nosso caso, tenham a apropriação de bens culturais. Isso serve também na educação básica. E, a partir disso, com esse universo de conhecimento, eles possam interferir no mundo.

O financiamento em educação acho que é sempre uma questão. Mesmo que se baixem os impostos. Podem baixar impostos, mas não se pode perder o investimento na educação, porque o investimento na educação é uma política de Estado. E só vamos ter um outro país quando nós realmente investirmos na educação, porque ela é importante para as futuras gerações.

E, falando até da questão, de imediato, a Manuella Mirella, que é uma companheira também, Senadora, defende muito o financiamento da educação superior, das universidades federais, ontem, estava lá conosco, eu a vi, distante, na reunião com o Ministro Camilo, a Ana Clara e o próprio Hugo são exemplos do que a educação pode fazer para as pessoas e de como elas vão poder participar na sociedade de maneira consciente, crítica e criativa.

É com a questão crítica que eu vou problematizar a sociedade, saber quais são os problemas que nós temos e, com a questão criativa, buscar soluções para isso. Esse é o princípio, são dimensões humanas que a gente não pode perder.

E, é claro, eu acho que tem uma grande questão: aqueles que não podem ajudar a educação, pelo menos não a atrapalhem. Nosso problema é com aqueles que não ajudam e acabam atrapalhando, atrapalhando no sentido de calar a juventude, de calar os alunos, as alunas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de tratar a pessoa pelas diferenças: se é mulher, menosprezar a mulher; se é de uma classe social, menosprezar pela classe social; enfim...

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Pela cor.

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE – ... pela cor, pela questão racial, pela orientação sexual.

Então, eu penso que nós temos que superar ainda preconceitos para que possamos avançar na educação. E o preconceito, eu lamento, mas atrapalha muito o desenvolvimento do nosso país. Precisamos ter um pacto social pela seriedade, pelo espírito republicano. E aí o pacto social é apartidário; vai juntar os diferentes partidos para que possamos ter uma sociedade melhor, pessoas que vivam com dignidade, para que nosso país seja reconhecido por aquilo que ele sempre foi, um país pacífico, e possa dar um outro exemplo, valorizando a educação, respeitando o meio ambiente, respeitando as pessoas.

Muito obrigado, Senadora.

Acho que a audiência de hoje é um importante passo para este Senado, que já teve debates tão célebres em defesa da democracia, dos direitos humanos e de um país muito melhor.

Parabéns à senhora e parabéns ao Senador Jayme.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sou eu que agradeço, Prof. Marcelo Pereira, por essa participação tão especial de ambos os Professores.

A gente sai daqui, realmente, levando uma bagagem bem melhor sobre a questão da cidadania e da liberdade de expressão com relação à educação. Tudo isso é muito importante.

E eu quero aqui agradecer, como já falei, aos Professores e aos jovens também, tão capacitados, como a Ana Clara, por quem eu fiquei encantada – viu, Ana Clara? (*Risos.*) Fiquei encantada.

Daí a importância das audiências públicas, pois trazemos para o debate a sociedade civil como um todo, para que possa expressar suas opiniões para a construção de uma sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

melhor e mais justa, igualitária, para todos os brasileiros e brasileiras. Só com a educação a gente transforma vidas. E é isso que nós estamos aqui fazendo, procurando dar o nosso melhor para o povo brasileiro.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Wellington Fagundes, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação atas das 12ª, 13ª e 14ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1533, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Brasileiro de Creches." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4414, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o exercício do magistério na educação indígena, do campo e quilombola, nos termos que especifica." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4548, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Aquiraz, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Renda de Bilro." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2079, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Coco de Roda, da Ciranda e da Mazurca." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Conselho Nacional de Educação; o Senhor Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital; o Senhor Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; e o Senhor Felipe França, Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, REQ 14/2025 - CE, e REQ 19/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Mônica Castagna Molina, Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC); Sra. Givânia Maria da Silva, Membro da Coordenação do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Sr. Gersem Luciano Baniwa, Representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI); Sra. Maria Auristela Barbosa Alves de Miranda, Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); Sra. Maria Joana Durbem Mareco, Coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul e representante dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil (FÓRUNS EJA BRASIL); Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; e Sra. Auzerina Melo, Representante da Coordenação das Organizações de Educação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª, 13ª e 14ª Reuniões, realizadas em 13, 26 e 28 de maio, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Ofício PRDL 90/2005, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, encaminhando moção de apoio ao PL 3.005, de 2019, da Deputada Federal Renata Abreu, que altera a Lei 9.394, de 1996, LDB, para incluir entre os conteúdos obrigatórios nos currículos da educação básica a inteligência emocional.

Ofício nº 49, de 2025, da Câmara Municipal de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, encaminhando moção de apoio à educação domiciliar.

Ofício nº 13, de 2025, da Ceds da Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, comunicando a criação da Comissão Especial de Direito na Escola no Conselho Federal da OAB e a nomeação da Conselheira Silvana Cristina de Oliveira Niemczerwski como Presidente.

Recomendações da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sobre a inclusão de conteúdos sobre geriatria e gerontologia nas matrizes curriculares da área da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação desse período.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal. A segunda parte destina-se à realização da quinta audiência pública do ciclo de audiências para debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, que será 2025-2035.

Bom-dia especial ao Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para leitura. (*Pausa.*)

Ah, desculpe-me.

Vamos começar pelo turno suplementar, viu, Senador? É o turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.533, de 2024, que é terminativo e que vai constar apenas da leitura, porque ele já foi aprovado na reunião anterior.

1ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1533, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Cria o Cadastro Brasileiro de Creches.*

Autoria do Projeto: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Observações:

1. Em 13/05/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 1533/2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o momento não foram oferecidas emendas ao turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem necessidade de votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos passar agora à pauta de projetos.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4414, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o exercício do magistério na educação indígena, do campo e quilombola, nos termos que especifica.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Senadora Teresa Leitão, é com muita satisfação que passo à leitura do relatório do projeto muito, muito qualificado de V. Exa.

Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise, já que é terminativo.

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 4.414, de 2024, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e que foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Passando à análise do mérito, acreditamos que o projeto em análise representa um passo essencial para a efetivação de uma educação inclusiva e que respeite os valores culturais dos diferentes povos.

A experiência demonstra que professores originários desses contextos têm maior capacidade de engajar os estudantes e de adaptar o currículo às necessidades locais, reduzindo a evasão e melhorando indicadores de aprendizagem.

Como bem assinalou a autora, a Senadora Teresa Leitão, a proposta consolida diretrizes presentes na LDB e no PNE 2014-2024 (como as estratégias 7.26, 15.5 e 18.6), bem como nos debates e proposições relativos ao novo PNE, que considera a necessidade de políticas educacionais diferenciadas para populações tradicionais.

Ao estabelecer concursos específicos e priorizar profissionais das comunidades, o texto assegura que o magistério seja exercido por indivíduos que dominem as línguas, práticas e saberes locais, condição fundamental para uma pedagogia intercultural, conforme preconizado pela Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e pela Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa lógica deve ser aplicada aos povos indígenas e aos povos quilombolas e do campo, uma vez que, em todos esses casos, a medida fortalece a autonomia dessas comunidades, evitando a imposição de modelos educacionais alheios às suas realidades, problema historicamente denunciado por movimentos sociais.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, Sra. Presidente, de sua autoria, com a seguinte redação de uma emenda do Relator, de que V. Exa. já a par.

O art. 67-A fica da seguinte forma:

> "Art. 67-A. A seleção para ingresso dos profissionais da educação indígena, do campo e quilombola será feita mediante concurso
> público específico em consonância com a Lei 15.142, de 03/06/2025.
> .....
> ....."

Esse é o relatório. Mantenho o seu projeto na íntegra e com essa emenda proposta pelas entidades e pelo Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

Eu quero dizer que o relatório de V. Exa. só reforça e melhora o nosso projeto. Não poderia ser outro Senador a dar essa relatoria que não fosse V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas eu só acatei depois que eu perguntei a opinião de V. Exa. Disseram: "Não, ela concorda". Então, está acatado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Vamos passar para o item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4548, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao município de Aquiraz, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Renda de Bilro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 29/04/2025 e 13/05/2025.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Na ausência da Senadora Augusta Brito, eu consulto o Senador Paim se pode ser o Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse é o projeto do... De dois eu segurei *ad hoc*. Esse é do...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Esse é o 4.548, de Eduardo Girão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Correto, é o que está comigo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A excelente equipe aqui presente, como vou ser Relator *ad hoc*, já me fez aqui um resumo.

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei 4.548, de 2024, autoria do Senador Eduardo Girão, que confere ao Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Renda de Bilro.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa nesta Comissão.

Análise.

Nos termos regimentais, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo do projeto em debate.

Foi confiada à Comissão, a esta Comissão, a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Quanto à constitucionalidade formal, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional da Renda de Bilro ao Município cearense de Aquiraz.

Aquiraz tem uma forte tradição na produção de renda de bilro, com registros históricos que remontam ao período colonial. Essa atividade artesanal, passada de geração em geração, está profundamente enraizada na cultura local, sendo uma importante fonte de renda para muitas famílias, especialmente na comunidade da Prainha.

A relevância da renda de bilro em Aquiraz pode ser observada na forte presença de rendeiras e na diversidade de peças produzidas, que incluem desde artigos de vestuário e decoração até obras de arte complexas. Além disso, o município abriga o Centro de Rendeiras Luíza Távora, espaço dedicado à preservação e à divulgação dessa tradição, onde as artesãs compartilham seus conhecimentos e expõem seus trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, acreditamos que esse reconhecimento tanto irá valorizar o trabalho das rendeiras quanto promover a preservação dessa tradição e impulsionar o turismo na região, razões pelas quais somos favoráveis à concessão do título ao município cearense de Aquiraz.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.548, de 2024, do Senador Eduardo Girão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A matéria está em discussão. (*Fora do microfone.*)

Ceará e Pernambuco, sobretudo na área litorânea, Senador, são os estados que mais praticam essa renda, que também é chamada de renda de almofada. A almofada é mais ou menos desse tamanho, arredondada. Usam-se bilros, que são uns instrumentos presos por um fio, uma linha, parece um cachimbo ao contrário. E as rendeiras vão trançando ali. Botam o desenho na almofada e vão trançando ali e fazem renda, fazem bico. Está realmente rareando mais. Fortaleza, Ceará, de maneira geral, é um centro. E era a renda usada: antes da industrialização, era a renda mais produzida no Nordeste e usada para todo tipo de roupa feminina, roupa de bebê, no tempo em que se fazia enxoval em casa. O senhor deve ter tido um timãozinho de batizado com essa rendinha, como eu tive também. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Realmente, é uma boa ideia para a cultura, sobretudo a cultura nordestina, essa homenagem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – As praias são lindas, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – São muito bonitas. E muito bonitas as rendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Todas as vezes em que eu passei, eu tive a oportunidade, como ia fazer alguma palestra, eu dizia: eu tenho que ir à praia. Aí eu via as rendeiras.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A minha avó fazia muito; não fazia renda, mas ela fazia roupa com essas rendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Vamos para o quarto item de projeto, restando depois só um requerimento também de autoria da Senadora Augusta Brito. Aliás, de relatoria da Senadora Augusta Brito.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2079, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Coco de Roda, da Ciranda e da Mazurca.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 29/04/2025 e 13/05/2025.

A autoria é do Deputado Federal Luiz Couto. A relatoria é da Senadora Augusta Brito.

Consulto mais uma vez o Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nos termos regimentais, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas. Considera-se atendida a constitucionalidade formal, os aspectos relacionados à competência legislativa da União, as atribuições do Congresso Nacional e a legitimidade da iniciativa parlamentar, bem como o meio adequado para a veiculação da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas em audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública no dia 10 de dezembro de 2021, na Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Assembleia Legislativa da Paraíba para debate do tema, ocasião em que se concluiu pela relevância da iniciativa.

No que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, não restam dúvidas sobre o mérito do projeto, já que o coco de roda, a ciranda e a mazurca são manifestações culturais profundamente enraizadas nos modos de fazer e viver do povo brasileiro.

O coco de roda, com forte presença no Nordeste, especialmente em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, tem origem nos cantos de trabalho entoados pelos povos africanos escravizados, que os transformaram em forma de resistência e celebração.

Sua estrutura musical, baseada em versos improvisados e em uma percussão marcada, tornou-se um símbolo da cultura popular, acompanhando festas, celebrações e momentos de lazer das comunidades. Transmitido oralmente ao longo das gerações, o coco de roda é uma expressão de identidade e coletividade, sendo parte fundamental das festividades nordestinas e mantendo sua vitalidade em grupos tradicionais e em novas interpretações contemporâneas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ciranda, por sua vez, tradicional da Zona da Mata Norte de Pernambuco e presente em outros estados do Nordeste, é caracterizada pela dança em roda, onde os participantes seguem os versos entoados por um mestre cirandeiro.

Já a mazurca, menos difundida, mas igualmente relevante, tem raízes europeias e chegou ao Brasil por meio dos colonizadores portugueses, ganhando novas características ao ser incorporada às tradições afro-brasileiras e indígenas.

Com forte presença na região do Cariri, na Paraíba, se consolidou como um importante elemento das festividades e rituais das comunidades quilombolas e indígenas, sendo especialmente preservada por grupos tradicionais que mantêm viva a musicalidade e os passos de dança característicos dessa manifestação. Embora menos popular do que o coco de roda e a ciranda, a mazurca representa uma rica fusão de influências culturais e reforça a diversidade da música e da dança brasileiras.

Nesse sentido, a instituição da presente efeméride representa um marco na valorização das referidas culturas populares e tradicionais do Brasil. Além de reconhecer a importância histórica dessas manifestações, a data fortalece o compromisso com sua preservação e difusão, garantindo que continuem a ocupar um espaço significativo na identidade nacional.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.079, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Paim, por ter nos atendido nas três relatorias *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco. Passaremos à votação nominal em bloco dos itens 2, 3 e 4 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.414, de 2024; PL 4.548, de 2024; PL 2.079, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com os Relatores, com o Relator *ad hoc* Paulo Paim, que deu parecer favorável aos três projetos, votam "sim".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Enquanto a votação transcorre, eu vou subscrever o último item da pauta, que é um requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes, que apresenta um requerimento à Comissão de Educação e Cultura.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Conselho Nacional de Educação; o Senhor Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital; o Senhor Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; e o Senhor Felipe França, Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Como o autor não está presente, eu assumo a pertinência do requerimento.

Terminada a votação, nós colocaremos, simbolicamente, a votação do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E solicito às assessorias dos Senadores que deram presença que os acionem para atingirmos o quórum e iniciarmos a nossa audiência pública, cujas convidadas já estão presentes aqui na sala. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sra. Presidente, se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

Nós estamos em processo de votação nominal, mas aguardando ainda o quórum da votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Como eu vou votar também, queria só fazer uma ponderação a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estava marcada a vinda do Ministro de Estado da Educação para o dia 28 de maio.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, em conjunto com a outra Comissão, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, mas precipuamente na Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu tenho, inclusive, um requerimento versando sobre dois assuntos conexos. A situação financeira das universidades, não é um assunto só de Santa Catarina ou de Pernambuco.

Então, um debate sobre esse assunto... E, no caso da Universidade Federal da Fronteira Sul, que abrange Paraná e Rio Grande do Sul também na sua área de atuação, a dificuldade financeira levou a própria reitoria da universidade a fazer uma publicação muito ponderada a respeito de turmas que não podem ter aulas, porque não têm professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero entrar no mérito da discussão sobre se há professores fazendo cursos, mas eu acho que discutir o assunto com o Ministro me parece necessário. Nós estamos aí por terminar o semestre. Se tivermos que tomar alguma providência, só no segundo semestre, e o ano acabou.

Então, eu queria reforçar a solicitação para que seja agendada pelo Ministro uma data.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador. Deixe-me só lhe explicar o que houve no dia 28.

Na verdade, foi um pedido meu para que a audiência fosse adiada, com a aceitação do Senador Dr. Hiran, que é o Presidente da Comissão de Transparência – é um nome bem grande, não é? (*Risos.*)

Fiscalização, Transparência... Foi pedida, inclusive, lá essa audiência pública conjunta com a Comissão de Educação.

Eu fiz esse pedido, porque, exatamente neste dia 28, o Presidente Lula ia ao meu estado assinar uma ordem de serviço de uma obra que é fundamental para nós nordestinos, que é a Transposição do São Francisco. Ele fez Salgueiro, no Sertão de Pernambuco, e, depois, nós fomos para Cachoeira dos Índios, na fronteira entre Paraíba e Ceará. Cachoeira dos Índios é na Paraíba.

E, em conjunto com o Senador Hiran, que acolheu a minha necessidade de acompanhar essa comitiva, a quem eu agradeço, ficamos de remarcar. O Ministro, inclusive, estava pronto para vir, e pediu para que eu fizesse, por ofício, a suspensão e a consequente remarcação dessa audiência. O senhor pode ficar tranquilo que nós vamos tentar fazer isso ainda este semestre, evidentemente, sem sombra de dúvida, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O apelo é nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O apelo está plenamente acatado, o quórum foi atingido, e as três propostas apresentadas foram aprovadas.

Está encerrada...

Ainda não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a discussão e a votação dos três projetos de votação nominal, lidos e aprovados, restando apenas o requerimento. Só para atualizá-lo, Senador, é um requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes, que eu já subscrevi e já li, requerendo uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação para debater sobre a Lei da Educação Digital, a Política Nacional de Educação Digital.

A audiência foi proposta. Não há nenhum óbice da minha parte, que li o requerimento e pergunto se ela pode ser aprovada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me permite?

Eu tenho todos os motivos para votar a favor, e um deles, pelo menos, eu quero tornar público. A Lei nº 14.533 é de autoria da então Deputada Ângela Amin.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu tenho, por isso, a responsabilidade de aprovar, com louvor, essa iniciativa, e tenho que reconhecer a relevância que o Ministério da Educação está dando ao assunto.

Ontem li, com mais atenção, a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, que versa exatamente sobre a conversão em medidas práticas, ou seja, como praticar a adoção dessa ferramenta. Vamos dizer que é só uma ferramenta. Na verdade, ela vai mudar processos. Uma ferramenta pode mudar um processo. Uma ferramenta da amplitude do recurso digital, muda, no final das contas, o processo, porque o aluno vai cobrar mais, vai alcançar um outro estágio, e nós, professores, temos que tentar seguir aquilo que está acontecendo.

Tanto em peças de natureza administrativa, mas muito bem ilustradas, quanto através dessa decisão do Conselho Nacional de Educação, tenho que reconhecer que o Governo está se movendo para converter a Política Nacional de Educação Digital em um processo. E, assim como a gente critica quando as leis não são vitalizadas pela ação do Governo, neste caso ela está sendo energizada de maneira correta, e é esse o registro que eu faço, na esperança de que esse propósito vá se frutificando e implementando ao longo do tempo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Senador. Serão tomadas as providências pelas nossas assessorias, da Comissão de Educação e da Comissão de Ciência, Tecnologia, para realizarmos, também, ainda este semestre, essa referida audiência pública.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, e encerrada a primeira parte da reunião.

Nós vamos passar para a segunda parte, que é a audiência pública interativa. Essa parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção aos Requerimentos nº 3, de 2025, nº 14, de 2025, e nº 19, de 2025, de autoria desta Presidência.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados e convidadas:

Sra. Mônica Castagna Molina, Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec).

Seja bem-vinda, Mônica. (*Pausa.*)

Sr. Gersem Luciano Baniwa, Representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. (*Pausa.*)

Bem-vindo, Sr. Gersem.

A Sra. Maria Auristela Barbosa Alves de Miranda, Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib).

Participarão ainda de forma remota a Sra. Givânia Maria da Silva, Membro da Coordenação do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.

Bem-vinda.

A Sra. Maria Joana Durbem Mareco, Coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Mato Grosso do Sul e Representante dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil (Fóruns Eja Brasil).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Mariana Luz, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

A Sra. Auzenira Melo, Representante da Coordenação das Organizações de Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos e cidadãs, dentre os quais destacamos: Cláudia, do Maranhão; Alex, de São Paulo; Rudimar, do Rio Grande do Sul; Milena, de Minas Gerais; Monalisa, do Espírito Santo; Elaine, de Alagoas; Igor, do Paraná; e Tatiana, do Rio Grande do Sul. As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados.

Solicito aos convidados que, se possível, se isso se integrar à sua abordagem, possam tratar em suas exposições iniciais das questões levantadas pelos internautas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários, e voltaremos para os nossos convidados por mais cinco minutos. O toque do tempo é automático. Ele é um pouco estridente, mas nós não temos controle sobre ele. Então, não se preocupe. Ele toca geralmente faltando um tempinho para a conclusão.

Então, vamos dar início à nossa audiência, passando a palavra para a Sra. Mônica Molina, Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo.

Eu participei, inclusive, Mônica, ontem à noite, também de forma remota, de uma reunião do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Agreste Central do meu estado, que reúne 19 municípios ali do entorno de Caruaru, e foi uma novidade, porque reuniram os estudantes, botaram um telão nas escolas, todo o fórum foi... Todas as participações foram *online,* e os estudantes puderam participar junto com os professores e fazer perguntas.

Já é um desafio grande. O que eu ouvi lá, tenho certeza de que vocês vão colocar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Mônica, seus dez minutos iniciais.

Pode começar, já lhe agradeço a presença.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia, querida Senadora Teresa Leitão. Na sua pessoa, nós saudamos também os demais Parlamentares que nos acompanham *online*. Saudamos também nossos companheiros de mesa aqui, Gersem e queridas companheiras que estão também *online*, muitos membros da mesa; e saudamos também especialmente aqueles que estão aqui no plenário conosco. Também, Teresa, fazemos uma saudação especial aos nossos companheiros da educação do campo, que também nos acompanham, os militantes, pesquisadores militantes, militantes pesquisadores da educação do campo que nos acompanham *online*.

Nossa organização, para aqueles que não nos conhecem. Então, o Fórum Nacional de Educação do Campo, Senadora, é composto por dezenas de movimentos sociais e sindicais do campo, também por universidades, por comitês, por fóruns, por redes de educação do campo, por todos aqueles que lutam e trabalham pela garantia do direito à educação dos povos do campo, da floresta e das águas.

Nós, Senadora, entendemos... Primeiro, queremos agradecer a oportunidade desse diálogo. É extremamente importante essas audiências que a senhora tem realizado. Nós defendemos... Assim como vários outros pesquisadores, especialmente nosso querido Luiz Dourado, entendemos que o Plano Nacional de Educação deve ser, sim, o epicentro das políticas educacionais no nosso país, e é muito importante que o seu processo seja extremamente participativo e democrático e envolva toda a sociedade.

O Fórum Nacional de Educação do Campo, assim como a gente está mostrando ali, participou, inclusive, das audiências preparatórias da Conae, da própria Conae, nos envolvendo muito; e consideramos que o próprio tema da Conae já é fundamental, a ideia da educação como um direito humano e com justiça social. Compreendemos, Senadora, e queremos dizer que, para nós, o documento da Conae é uma referência fundamental. Entendemos que ele deve continuar sendo um espaço de estudo, de leitura e de diálogo pela riqueza, pela densidade que ele tem.

O Fórum Nacional de Educação do Campo participou muito intensamente. Além da preparação nas audiências estaduais da Conae, também na Conferência Nacional, Senadora, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

realizamos três colóquios, então, tratando temas centrais, e são eles que nós queremos trazer aqui para o diálogo, que são: a centralidade da garantia do direito à educação, dos problemas que enfrentamos nas escolas do campo – então, fizemos um colóquio sobre isso e aqui traremos dados, dialogamos sobre isso –; também sobre a formação dos educadores do campo, que é outro ponto central para nós, para nossa reflexão; e também o financiamento da educação.

Após esse processo, Senadora, depois do envio do PL aqui para a Casa, nós trabalhamos junto com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e mais 18 entidades e produzimos um Caderno de Emendas, que já foi entregue aqui para Casa.

Nesse Caderno de Emendas, foram 18 entidades que trabalharam juntas, e nós buscamos analisar os pontos positivos que vieram do PL do Executivo, mas também, Senadora – nós queremos trazer isso, dialogar com a senhora e tê-la como aliada –, algumas ausências muito importantes do PL. Nós entendemos que é necessário que esses pontos sejam reinseridos e que nós façamos a discussão. Não há tempo, nos dez minutos, para tratar de tudo, mas pelo menos algumas coisas, ainda que telegraficamente, o Fórum Nacional de Educação do Campo entende que é muito importante que nós tratemos aqui.

A primeira delas, Senadora, é a ausência do Sistema Nacional de Educação, com muito mais ênfase do que tem no nosso documento da Conae. Tinha um capítulo imenso trazendo a centralidade do Sistema Nacional de Educação como capaz, de fato, de pôr de pé o que combinarmos e decidirmos no Plano Nacional de Educação, e ele aparece de uma maneira absolutamente tímida no PL.

Nós entendemos também a importância de retomarmos o PL 235, do Senador Flávio Arns – parado em 2019, depois foi para a Câmara e não voltou.

E queremos pedir o apoio da senhora para que possamos, de fato, fazer, implementar o Sistema Nacional de Educação. Ele vai ser fundamental para a educação brasileira, mas também sentimos a ausência, no documento do Executivo, da própria ênfase que tinha no programa na valorização dos profissionais da educação, entendendo a valorização dos profissionais da educação, como discutimos no documento da Conae, de uma maneira ampla, pensando que é indissociável o debate sobre formação inicial continuada, sobre carreira, sobre salário, sobre saúde, sobre a questão do adoecimento mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito, Senadora, para falar que várias das perguntas – do Rudimar, da Milena, da Elaine – que nós recebemos tratam da questão da saúde, tratam da questão da valorização dos profissionais da educação, e esse é um ponto fundamental.

Cito também a ausência da articulação da educação básica e superior no documento.

E cito a ausência de um ponto fundamental, que é a questão, na gravidade que enfrentamos hoje da crise climática, da necessidade da justiça ambiental, da retirada pelo Executivo desse objetivo. Então, propusemos no nosso Caderno de Emendas a reinserção do Objetivo 19, tratando das questões da educação ambiental.

E, por fim, Senadora, há os pontos positivos. Tem muitos pontos positivos que queremos destacar.

O primeiro deles, que queremos trazer aqui no sentido de que não seja retirado – porque a nossa preocupação é que ainda é uma tramitação longa, e muitas coisas podem acontecer –, é que consideramos um grande avanço a inserção nesse Plano Nacional de Educação de um objetivo específico para tratar dos sujeitos de direito do campo, das águas e das florestas. Consideramos que isso é muito positivo por vários fatores. Vou destacar dois apenas.

Um deles: temos uma imensa dificuldade de diálogo com as redes municipais e estaduais de educação em relação a essas modalidades. Embora todas elas tenham marcos legais consolidados, Senadora, a ausência, de novo, de um Sistema Nacional de Educação faz com que enfrentemos imensos desafios com as redes quando tratamos dessas modalidades. E o fato de isso estar inserido como um objetivo é muito importante, nos dá mais legitimidade para esse diálogo, pode forçar os entes, mas, além disso, entendemos que é extremamente positivo o fato de que, com esse objetivo, o direito à educação desses diferentes sujeitos será monitorado pelo PNE, pelo Inep. Então, a estratégia do PNE de obrigar o Inep a fazer aquele monitoramento vai ser muito importante, porque inclusive vai demandar produção de conhecimento científico sobre essas modalidades, o que não temos, para que possamos fazer esse acompanhamento.

E, Senadora, o principal que queremos tratar aqui é um dos grandes problemas. Esse objetivo tem como estratégia tratar da questão do acesso, da permanência, da qualidade em todos os níveis e modalidades para os sujeitos do campo, das águas e das florestas, mas o principal problema que precisamos enfrentar e tratar é a questão do fechamento das escolas do campo. É isso que tem, de fato, privado os sujeitos camponeses do direito à educação. Vivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um processo avassalador de fechamento de escolas do campo no nosso país. Há muito tempo os movimentos sociais e sindicais, como a nossa organização, o Fonec, vêm denunciando isso, mas agora é muito importante que tenhamos conseguido do próprio Inep essa legitimação. Nós das universidades há tempos fazemos pesquisa e trazemos esses dados, mas agora, no último ciclo de monitoramento, o Inep produziu um caderno sobre isso – especificamente sobre isso – e comprovou o fechamento de quase 20 mil escolas nos últimos dez anos. Então, de 2013 a 2023, nós saímos de 65 mil escolas no campo para menos de 45 mil escolas.

E, Senadora, os movimentos...

Desculpa; quero voltar aqui um minutinho.

Eu queria só destacar essas duas imagens. Elas são muito fortes. Eu poderia selecionar dezenas de imagens de lutas dos sujeitos camponeses, mas aqui tem duas mensagens muito importantes, que são a ideia do eslaide: "sem escola não há desenvolvimento no campo" e "devolvam nossa escola". Os movimentos têm clamado por isso, porque no território rural, muitas vezes – a senhora conhece isso no seu estado e em muitos outros estados do Nordeste, em muitos estados do nosso país –, a escola é o único espaço público do estado. É na escola que acontecem as campanhas de vacinação, que acontecem as assembleias, que a comunidade se organiza, e fechar a escola é o caminho para acabar com a comunidade. E esse dado, então, esse caderno produzido pelo Inep no monitoramento faz essa denúncia.

Isso tem acontecido no Brasil inteiro, em todos os estados brasileiros. O Inep traz isso, alega que foram 27% de escolas fechadas nessa última década, em todas os estados, com muita ênfase, Senadora, especialmente, no Nordeste e na Região Norte. E nós precisamos fazer algo. Nós precisamos construir campanhas, nós precisamos instituir um dia em defesa da educação do campo, nós precisamos fazer lutas e enfrentar esse processo. O próprio caderno do Inep traz isso. O fechamento acaba com a comunidade, acaba com esse espaço, como se mostra aqui. Nossas comunidades morrem sem a escola do campo.

Nesse sentido, nós propusemos duas emendas, Senadora: uma emenda supressiva e uma emenda aditiva.

Uma supressiva, por quê? O problema mais grave que enfrentamos é que a política de nucleação induz ao fechamento das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA – Ela favorece, de fato, o que a gente chama de indústria do transporte escolar, que gera lucro para muita gente, mas prejuízos profundos no direito à educação dos sujeitos camponeses. E há um inciso no plano que, inclusive, vai contra os marcos legais, propondo, estimulando a nucleação nos anos iniciais, o que é um crime, Senadora. Temos crianças que passam mais tempo no banco do transporte escolar do que na escola, porque são rotas malucas. Então, nós precisamos coibir esse fechamento.

Assim, nós sugerimos essa emenda supressiva e propusemos uma emenda aditiva – essa emenda aditiva aqui –, que é exatamente para garantir a questão do direito à educação perto de onde os sujeitos moram, pensando que a educação é fundamental para o desenvolvimento da comunidade, para não desterritorializar essas crianças desses espaços formativos tão centrais.

Junto a isso, Senadora, o segundo ponto que nós queremos tratar aqui, para o qual nós também apresentamos uma emenda aditiva, é: não dá para pensar a qualidade da escola do campo sem pensar a formação dos educadores do campo. E vimos construindo, com os movimentos sociais e sindicais do campo e as universidades, nos últimos 25 anos, políticas extremamente densas e consolidadas de formação de educadores do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), as licenciaturas em educação do campo, que formaram já centenas de estudantes no nosso país – temos hoje 7.480 estudantes em curso, 3,1 mil egressos das licenciaturas.

Inserimos, então, Senadora, uma emenda aditiva para garantir qual é a formação. O que tem feito muita diferença é a formação em alternância. O Gersem foi o relator aqui, no Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes da Alternância, uma modalidade de formação que tem feito muita diferença na formação dos educadores do campo.

Por fim, Senadora – vou só avançar aqui para a última, vou pular esses dados dessas licenciaturas –, quero agradecer muito o projeto de lei da senhora. Estivemos aqui, enquanto Fórum Nacional de Educação, há pouco tempo, fazendo a discussão da importância desse projeto. Então agradecemos demais o seu apoio.

E, a partir desse próprio projeto, também inserimos uma emenda aditiva e modificativa. Além desse concurso que a senhora já colocou no PL, que também está no Plano Nacional de Educação, uma questão que para nós é fundamental de fato é a realização dos concursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

públicos, e esse PL retrocede, pois a meta anterior era de 90% de concursados e cai para 70%. Consolidar um sistema público de educação exige que haja concurso, que os docentes ingressem de fato nas redes.

Senadora, agradecemos muito pela oportunidade. Há outros pontos, mas deixaremos para o debate, em função do respeito ao tempo, e nos colocamos aqui à disposição para dialogar com as questões e com o que mais aparecer aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Mônica, pela abordagem.

Há duas questões rapidamente.

Numa você já tocou. O nosso projeto de lei foi aprovado hoje, antes desta sessão, na primeira parte da reunião. Ele é terminativo. Nós vamos realmente fazer todo o processo de mobilização para ele ser praticado.

Quero lhe dizer duas coisas, dois pontos que estão sendo sempre reiterados nas várias audiências públicas que já fizemos – esta é a quinta. Um deles é a questão do financiamento. É muito recorrente que a gente precisa assegurar o financiamento do plano e a sua articulação com o Sistema Nacional de Educação. O segundo é incluir esse Objetivo 19. A própria temática geradora da Conae tratou disso. Era educação, direito de todos, dever do Estado, etc., pró-cidadania, e, ao final, com sustentabilidade ambiental. Então eu tenho a impressão de que, como está sendo muito recorrente essa posição, a nossa tendência vai ser incluir realmente o Objetivo 19.

Muito obrigada.

Vamos para o seguinte, que é o justamente o Conselheiro Gersem Luciano Baniwa.

É Baniwa que se lê, Gersem?

O SR. GERSEM LUCIANO BANIWA (*Fora do microfone*.) – Isso, correto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então passo a palavra para você, que é representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. GERSEM LUCIANO BANIWA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Cumprimento, de modo muito particular e especial, a Senadora Teresa Leitão, pelo convite, por esta oportunidade. Quero parabenizá-la por essa iniciativa das audiências públicas.

Eu aqui estou representando o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, instância de articulação das organizações, dos professores indígenas e de aliados de todo o Brasil para contribuir com esse debate fundamental no campo do Plano Nacional de Educação, que trata da garantia do direito à educação para povos indígenas, comunidades quilombolas e populações do campo.

O Brasil avançou muito no reconhecimento da educação escolar indígena com modalidade específica: bilíngue, diferenciada e intercultural. Esse reconhecimento tem base sólida na Constituição de 1988, art. 210, §2º; na LDB, arts. 78 e 79; nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1999 e 2012; e na própria Convenção 169, da OIT. Esses instrumentos reconhecem que o direito à educação dos povos indígenas passa pelo uso da própria língua, valorização dos conhecimentos tradicionais, formação de professores indígenas, produção de materiais didáticos específicos e gestão escolar própria.

Por isso, é essencial que o novo PNE, especialmente em seu Objetivo 8, não apenas reafirme essas conquistas, mas avance na garantia de condições concretas para a sua implementação plena.

A educação escolar indígena, enquanto direito constitucionalmente assegurado, pressupõe, primeiro, a valorização e a promoção das línguas indígenas como elemento central para a qualidade da oferta educacional; a utilização da língua indígena como língua de instrução nos processos de ensino-aprendizagem; a educação bilíngue que respeite as realidades sociolinguísticas das comunidades indígenas; a produção e a distribuição de materiais didáticos nas línguas indígenas com conteúdos que valorizem os conhecimentos indígenas, que, diga-se de passagem, são conhecimentos milenares; a história e a cultura dos povos indígenas e o fortalecimento dos processos próprios de aprendizagem e das pedagogias indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Fneei tem enfatizado e mesmo denunciado que, apesar do marco legal e das lutas históricas, persistem lacunas graves na implementação da educação escolar indígena. Primeiro, não foi realizado nenhum diagnóstico específico das condições das escolas indígenas no Brasil. Falta avaliação sistemática dos avanços e retrocessos entre os planos de 2001-2011, 2014-2024 e o atual em debate. Os sistemas de dados oficiais, como o Censo Escolar e o Censo Demográfico, ainda são insuficientes e ineficientes em oferecer um retrato preciso sobre o acesso, permanência e qualidade da educação indígena. Há ausência de indicadores próprios de qualidade – isso é muito sério, não é? –, o que impede o reconhecimento da especificidade dos processos pedagógicos indígenas e quilombolas.

Senadora, é, no mínimo, incoerente, quer dizer, avaliar uma educação escolar indígena, que tem suas especificidades, por meio dos mesmos instrumentos de avaliação geral para toda a educação brasileira, que não falam línguas indígenas, que não têm conhecimentos diferenciados.

Considerando a trajetória de luta e a construção normativa, que reconhece a educação escolar indígena como direito específico, vimos reafirmar as conquistas expressas no PNE 2001-2011, que, pela primeira vez, incorporou diagnósticos, objetivos e metas específicos para a educação escolar indígena, e no PNE 2014-2024, que estabeleceu o regime de colaboração específico e a necessidade de considerar os territórios etnoeducacionais e a consulta prévia, livre e informada.

As propostas para o PL nº 2.614, de 2024.

Com base nesse cenário, o Fneei apresentou – apresentou isso ao Congresso Nacional – contribuições fundamentais que devem ser incorporadas ao texto final do novo PNE: primeiro, reconhecimento legal e explícito da educação escolar indígena como modalidade específica, bilíngue e intercultural; segundo, manutenção e fortalecimento do regime de colaboração específico, articulado aos territórios etnoeducacionais, como condição para a pactuação federativa em respeito à autonomia e à consulta prévia das comunidades indígenas; terceiro, financiamento público adicional, considerando a diversidade linguística, a distância territorial e as realidades socioculturais das escolas indígenas, quilombolas e do campo.

Existem regiões muito remotas em que os recursos hoje disponíveis *per capita* nacional são absolutamente insuficientes. Eu, inclusive, já fui Secretário de Educação de um município bem distante, São Gabriel da Cachoeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Universalização da educação diferenciada também fora das terras indígenas, reconhecendo que mais da metade da população indígena hoje vive em áreas urbanas: 63% da população indígena vivem nos centros urbanos ou ao redor. Isso muda completamente o tipo de planejamento para atendimento a essa população. Isso não é simples, né?

Criação de metas específicas para a formação de profissionais indígenas, elaboração de materiais didáticos em línguas indígenas e fortalecimento da gestão escolar indígena.

Sexto, instituição de indicadores próprios de qualidade, definidos em diálogo com os povos indígenas, para garantir que a avaliação da aprendizagem respeite os seus modos próprios de ensinar e aprender.

Essas propostas fortalecem o que o próprio texto do PL 2.614/24 já reconhece em parte, como nas metas de universalização, Metas 8.d e 8.g; concursos específicos, Meta 8.h**;** e autonomia curricular, Estratégia 8.1.

Conclusão.

Encerrando minha fala, quero reafirmar o que o Fneei (Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena), o coletivo dos educadores indígenas, tão bem expressa: a educação é um direito indígena, mas tem que ser do nosso jeito, tem que ser do jeito indígena. Isso significa dizer que o direito à educação só se concretiza plenamente quando respeita as línguas indígenas, as culturas indígenas, os territórios indígenas, os calendários próprios indígenas, os saberes ancestrais e formas de organização dos povos indígenas.

É esse compromisso que deve orientar a redação final do novo Plano Nacional de Educação, um plano que enfrente o racismo institucional, que promova a justiça curricular e que garanta os recursos financeiros, técnicos e políticos para uma educação que seja emancipadora, libertadora e construída com os próprios povos indígenas.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Gersem.

Realmente são pontos muito fundamentais os da sua abordagem, para a gente assegurar o direito dos povos indígenas, tão múltiplos, com uma diversidade tão grande e, ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma unidade naquilo que é uma base de sustentação dessa educação escolar indígena: nossa tradição, nossa origem territorial, os nossos ancestrais da terra, aqueles que ainda hoje zelam por nós, guardando as nossas florestas, as nossas águas com tanta dificuldade. Sem sombra de dúvidas, é muito importante a sua abordagem.

Vamos passar agora para Maria Auristela, representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), para seus dez minutos iniciais.

A SRA. MARIA AURISTELA BARBOSA ALVES DE MIRANDA (Para expor.) – Bom dia.

Bom, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil parabeniza pela iniciativa e agradece profundamente pelo convite de estarmos aqui fazendo essa discussão tão importante, tão necessária. Nesse agradecimento, a gente saúda a Senadora e todos os Parlamentares, bem como todas as pessoas que se dispuseram a essa discussão, quer presencialmente, quer via *online*.

Bom, e aí a gente tem esse olhar específico para a educação infantil. E inicia lembrando que, diferentemente da lei anterior, que se encerra neste ano, do Plano Nacional de Educação, que priorizava a universalização da pré-escola e a oferta de matrícula de creche para 50% dos bebês brasileiros, este novo plano busca garantir o acesso universal e lança um olhar para a qualidade da educação para bebês e crianças de zero a cinco anos, estabelecendo metas e estratégias para ampliar vagas, melhorar a infraestrutura e qualificar profissionais.

O projeto enfatiza a importância da intersetorialidade. E aí, para nossa etapa, a gente sempre evoca um provérbio africano que diz que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. E, sem sombra de dúvidas, esse aspecto é muito importante para a gente. A gente precisa do apoio e da colaboração de diversos setores da sociedade para que a gente, de fato, eduque os bebês e as crianças brasileiras.

Além disso, há um foco na equidade e na inclusão. Diversos comentários e perguntas que chegaram aqui pelo YouTube têm essa preocupação com a inclusão. Então, no que diz respeito às metas e estratégias da educação infantil, a gente se sente feliz com a recorrência de estratégias que buscam contemplar a equidade e a inclusão dos bebês e das crianças considerando a diversidade do nosso país, que é tão gigantesco, garantindo que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso a uma educação de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estabelecendo uma análise comparativa entre os Planos Nacionais de Educação de 2014 a 2024, esse que a gente discute agora, que, inicialmente, era 2024/34, mas que, na verdade, vai ser 2025/35, com o foco na educação infantil, a gente identifica alguns avanços e alguns desafios.

Os avanços: a qualidade e a equidade. O novo PNE reforça a necessidade de padrões nacionais de qualidade para a educação infantil, algo que, no plano anterior, não foi plenamente implementado. A intersetorialidade. Há um maior reconhecimento da importância da articulação entre diferentes setores, como saúde, assistência social, cultura, esporte, para garantir o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças. A ampliação do acesso. O PNE de 2024/34 mantém o compromisso de universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com metas mais detalhadas para reduzir desigualdades regionais e assegurar a equidade e a acessibilidade. E a gestão democrática. O novo plano enfatiza a participação social e a gestão democrática, garantindo o maior envolvimento da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas educacionais, inclusive lançando um olhar específico para a relação entre as instituições de educação infantil e as famílias, que, para a gente, também é um assunto muito importante a gente aprender como estabelece, de fato, essa parceria com as famílias.

E, quanto aos desafios, as metas não cumpridas do Plano Nacional de Educação 2014 a 2024, a meta de universalizar a pré-escola, que deveria ter acontecido até 2016, e a ampliação do atendimento, que deveria chegar a 50% dos bebês na creche, até 2024, não foi cumprida. De acordo com o relatório de monitoramento de 2024, nós atingimos o percentual de 93% de matrículas na pré-escola e de 37% na creche.

O financiamento também é o grande desafio, pois a gente não consegue implementar uma educação de qualidade sem financiamento. Então, o novo Plano Nacional de Educação enfrenta desafios financeiros, especialmente devido à Emenda Constitucional 95, de 2016, que limitou investimentos sociais e impactou negativamente a expansão da educação infantil.

A precarização do trabalho docente, diversas questões e comentários que chegaram pela internet também dizem respeito à situação docente. Então, a gente tem, com relação à nossa etapa, também essa preocupação. Houve um aumento significativo na contratação temporária de professores, o que, sem dúvida nenhuma, compromete a qualidade da oferta, bem como a privatização, que tem muita relação com o tema anterior, da precarização do trabalho do docente. A gente tem assistido ao avanço das parcerias público-privadas e da privatização da educação infantil, e isso gera preocupações sobre a qualidade e a equidade da oferta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O novo PNE busca corrigir falhas e apontar avanços, mas ainda enfrenta desafios estruturais e financeiros. É possível destacar como pontos que nos preocupam algumas estratégias.

A Estratégia 1.6, que trata das parcerias com as entidades privadas, o risco de não cumprirem os padrões nacionais de qualidade e de não serem alcançados por mecanismos de controle social elevados, bem como a transferência da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, o que também compromete a qualidade da oferta de educação para bebês e crianças brasileiros.

Outra estratégia que nos preocupa é a estratégia que trata da nucleação, assim como a Prof. Mônica Molina mencionou anteriormente, para a educação infantil. A gente solicita que essa estratégia seja suprimida, porque, em geral, esses processos de fechamento de escolas, com a ideia de escolas que recebam uma quantidade maior de crianças, cerceiam o direito à especificidade territorial, cultural, alimentar e violam o direito da criança de ser matriculada em escolas próximas à sua residência, e, bem como a Prof. Mônica Molina mencionou, esse aspecto de passarem muito tempo no transporte escolar também é bastante prejudicial.

A Estratégia 2.13 também nos preocupa. Ela trata da regulamentação dos profissionais que auxiliam os professores, e, para nós da educação infantil, esse é um ponto bastante sensível, porque as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil e, em consequência das diretrizes, a Base Nacional Comum Curricular da educação infantil traz como questões indissociáveis o educar e o cuidar, então, para a gente, é impossível ter um profissional que cuide e outro profissional que eduque. Então, há bastante tempo a gente já vem discutindo a necessidade de implementar a bidocência, que são dois professores, considerando documentos nacionais e internacionais que dizem que uma educação de qualidade exige que, a cada grupo de 20 crianças, tenha um adulto. Então, se tem 21 crianças, precisa ter um outro professor, um outro profissional com formação específica para atender...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA AURISTELA BARBOSA ALVES DE MIRANDA – ... a esses sujeitos.

Essa estratégia, que fala desses profissionais auxiliares, para a gente, é bastante sensível. A gente não gostaria que mantivessem essa ideia de um profissional que auxilia nos processos de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Plano Nacional de Educação é um documento fundamental para a política educacional brasileira, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a área da educação em um período de dez anos.

A educação infantil, que compreende a creche, de zero a três anos, e a pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos, é uma etapa crucial e merece um olhar atento, priorização e investimento.

A educação infantil é reconhecida como a base de todo o processo educacional, com impacto direto no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

O PNE 2014-2024 estabeleceu metas importantes, mas sua execução foi marcada por desafios e descumprimentos, especialmente no que tange à ampliação do acesso à creche.

O Plano Nacional de Educação 2024-2034, ao manter a universalização da pré-escola e ampliar a meta de atendimento em creches, sinaliza a continuidade da prioridade para esta etapa, considerando que não se pode olhar para o acesso sem a garantia da qualidade.

O foco na qualidade e na redução das desigualdades, além do empenho na intersetorialidade e no apoio aos municípios, representa um avanço em termos de planejamento.

No entanto, o sucesso do novo Plano Nacional de Educação dependerá de um engajamento político efetivo, de um financiamento adequado e de uma governança robusta que garanta o monitoramento, a responsabilização e a coordenação entre os diferentes níveis de governo.

Sem isso, as boas intenções e as metas ambiciosas correm o risco de se repetirem como meras promessas não cumpridas, configurando um ciclo de avanço no papel e retrocesso na realidade para a educação infantil no Brasil. E a gente espera que isso não aconteça.

Então, é isso. Muito obrigada. A gente segue aberta para o debate. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Auristela.

Na memória da história da educação, da LDB, do Fundef, a educação infantil teve um papel muito interessante, que foi o Movimento Fraldas-pintadas, copiando o Movimento Caras-pintadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se as crianças não podiam falar, houve quem falasse por elas. E esse movimento foi muito importante para dar visibilidade à educação infantil como direito.

E acho que, como você disse, o plano avança. Nós temos preocupações muito similares, sobretudo porque é a etapa da educação básica que mais tem contratações temporárias. E, muitas vezes, os auxiliares, que têm denominações muito diversas nas redes municipais, sobretudo, também são contratos temporários. Quando não são, não têm nenhuma correlação com a docência.

É uma área que talvez seja mais desafiadora em relação à escola regular, em relação à valorização profissional, que é a mais diversa no país inteiro. Vamos ver se o plano dá realmente uma referência de qualificação e de valorização profissional para isso.

Então, terminada a nossa parte presencial, nós vamos às nossas participações remotas.

Acho que a primeira é Givânia Maria da Silva, Coordenadora do Coletivo de Educação.

Vamos seguir essa ordem? (*Pausa.*)

Ah, muito bem, alguém pediu para falar primeiro e a gente vai atender. É Mariana Luz.

Aqui já estava nessa ordem, fui eu que me atrapalhei. Desculpem.

Então, com a palavra Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Quero dizer que estou numa escola de educação infantil. Então, se houver um barulho de criança, que ele seja uma fonte de inspiração para os nossos trabalhos aqui nesta audiência hoje.

Eu, em primeiro lugar, agradeço à Senadora Teresa Leitão pela oportunidade, pela condução dos trabalhos nesta Comissão e no Senado, no Congresso Nacional. Pelo histórico, ela sabe que eu sou uma fã do Movimento Fraldas Pintadas, e de toda a forma como ela tem conduzido a possibilidade de a gente justamente trazer qualificação para o debate da educação infantil e para a prática, para o dia a dia, para a sala de aula, como a gente precisa ver essa agenda avançar no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já foi dito pela minha colega do Mieib que a educação infantil é essa grande oportunidade de a gente formar as bases do desenvolvimento da criança. É por isso que aqui, na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a gente escolheu uma agenda que possa ajudar o país a evoluir em todas as etapas da educação. Todas as etapas são estruturantes, como o nosso Plano Nacional de Educação diz, mas o foco da agenda da Fundação é o acesso e a qualidade da educação infantil nesse objeto aqui de debate, que é o PNE e o próximo ciclo de dez anos tão importante para a gente de fato virar a chave da educação no nosso país.

Vou pedir para passar ao próximo eslaide.

Eu vou passar um pouco rápido para gente conseguir chegar até o final e eu respeitar o tempo.

A Fundação está focada nisso. A gente pode ir para a primeira infância, que é essa fase até os seis anos, em que a gente estrutura essa base do desenvolvimento humano e tem a oportunidade de romper com o ciclo de pobreza. A Senadora sabe disso, todos os Parlamentares aqui também, toda a nossa audiência. Não é a primeira infância pela primeira infância, mas é a primeira infância primeiro, porque é esse pico de desenvolvimento que a gente precisa aproveitar para construir a base sólida que a gente vai precisar até a terceira idade.

Indo para o próximo, por favor.

Portanto, aqui na fundação, a gente escolheu estas duas estratégias: uma estratégia de ajudar a política pública a descer, mas também a ativar a sociedade. Então, sempre que eu estou aqui no Congresso, eu penso nessas duas estratégias. A gente quer ajudar a política pública, mas a gente também está querendo que mais gente entenda essa prioridade da primeira infância, de uma maneira intersetorial, inclusive, mas com o pilar estruturante da educação estando nesse centro. É por isso que a gente, podendo já para o próximo, escolheu essas estratégias de atuação, que são de produzir conhecimento, que a fundação faz, sensibilizar a sociedade, apoiar políticas públicas no campo técnico, mobilizar lideranças e fortalecer esse grande ecossistema.

E aí, Senadora Teresa e todos os participantes, qual é a realidade do Brasil? – indo para o próximo eslaide, por favor. É uma realidade dura. A gente tem nessa etapa que compõe a educação infantil, das crianças pequenas até os seis anos, 55% das nossas crianças em situação de algum nível de pobreza, entre as famílias de maior baixa renda do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente entende a pobreza como um elemento que retira a oportunidade da criança de se desenvolver – e é isso que infelizmente acontece, são muitas camadas, a pobreza é multifacetada, assim como é a necessidade de a gente ter uma abordagem integral para garantir esse desenvolvimento da criança nessa fase da vida, que é o que prevê a nossa Constituição e todas as legislações brasileiras –, a gente precisa entender que precisa agir rápido, com pressa, com senso de urgência, porque, se 55% das nossas crianças estão em pobreza, e, como dizem os outros dados, com 74% quase lideradas por famílias de mães solos, em sua maioria negras ou jovens, a gente tem que apoiar quem cuida, não adianta só olhar para a criança, a gente tem que olhar para o núcleo familiar, a gente precisa olhar para quem é essa mãe, como é que a gente ampara todo esse núcleo. Como disse a palestrante anterior, quem é essa vila que vai amparar nossas crianças.

Então, indo para o próximo eslaide, a gente entende um pouco o que é esse aparato legal que já está apoiando a evolução da educação básica como um eixo prioritário. Então, primeiro a gente tem esse direito constitucional de educação e educação de qualidade. Eu acho que é sempre muito importante, e o PNE, essa nova proposta, avança nesse sentido. A gente não pode falar de acesso e não falar de qualidade, essas coisas caminham juntas, elas precisam caminhar juntas, a gente precisa garantir esse direito de forma integral, de forma holística, porque, sobretudo na primeira infância, que é esse pico de desenvolvimento, se tem acesso e não tem qualidade, a gente pode eventualmente, inclusive, gerar um dano para o processo de desenvolvimento da criança. Então, isso precisa ser tão relevante quanto ser a busca não só de um sonho, mas de uma concretude de realização do que o poder público, o serviço público e a prática da sala de aula vão entregar para cada criança brasileira.

Lembro aqui que a creche dos zero aos três anos é uma opção das famílias, é uma etapa voluntária, ao passo que na pré-escola, quatro e cinco, a gente está falando de um direito e de uma obrigatoriedade de matrícula, embora as duas já na educação básica. E lembro que as metas de acesso do Plano Nacional de Educação, de 2014-2024, já tinham metas sobre a creche e pré-escola, mas as duas a gente não alcançou. E aí eu vou falar um pouco disso indo para o próximo eslaide.

Então, para a meta de creche, que era 50%, embora a gente tenha desenhado a evolução, que é importante, sem dúvida, quase dez pontos percentuais, mas não alcançou os 50% e está longe dos 50%. E, na pré-escola, muitas vezes a gente falar que estatisticamente tenha alcançado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esses quase 93% e isso significar uma universalização não é verdade, sobretudo quando a gente olha para a granularidade desse dado: quem está fora, tanto de creche como de pré-escola, que são as famílias mais vulneráveis, ou seja, muito provavelmente parte daqueles 55% da população que, inclusive, seriam os que mais se beneficiariam de ter acesso a uma creche ou a uma pré-escola de qualidade.

E aí, entrando então no próximo eslaide, eu vou mostrar exatamente isso, quem está fora. Infelizmente, quem está fora, Senadora e Parlamentares, e todos os nossos ouvintes, são as crianças que mais precisam. Então, se a gente olha o percentil que está fora da pré-escola, são os mais pobres: 35% das crianças nesse percentil frequentam; ao passo que, dos 20% mais ricos, a gente tem um número muito maior – inclusive, superior ao que a meta estabelecia –, de 56% das crianças frequentando a creche.

E, num dado, a gente mostra que há uma demanda; ou seja, a gente tem 2,3 milhões de crianças que estão fora da creche e teriam interesse, que estariam na creche e não estão por uma falta de unidades ou por uma falta de vaga e de possibilidade de matrícula que possa ter sido rejeitada ou não concretizada. É isso na creche.

No próximo eslaide, a gente olha para o PNE, que são justamente aqueles lá, os 7% que estão faltando. A gente pode achar um número pequeno, mas não é, porque a nossa obrigação é ter 100%. E, quando a gente olha que número é esse, a gente está falando de 441 mil crianças fora da pré-escola.

Outro estudo da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal – não o trouxe aqui – mostra justamente que essas crianças que estão fora da pré-escola estão em maior vulnerabilidade socioeconômica e são, portanto, as que mais se beneficiariam desse espaço.

Eu sempre digo que a escola é um espaço de aprendizagem. Na educação infantil, essa aprendizagem, quando qualificada, garante até três vezes mais aprendizagem durante toda a jornada escolar da criança, justamente por ser um período de pico de desenvolvimento. Agora, o que felizmente acontece – e eu gosto de dizer – é que a escola também é um espaço intersetorial, porque ela é um espaço de combate à violência; ela é um espaço de combate à insegurança alimentar, uma vez que a criança na escola tem uma segurança alimentar garantida, com, muitas vezes, se o ensino for integral, até cinco refeições por dia; e ela é esse espaço de socialização, de desenvolvimento. Então, a gente precisa entender a escola também como esse espaço integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, ela é um espaço da saúde, onde há a monitoramento da vacinação e de outros marcos de necessidade de atendimento do sistema de saúde. Então, a gente precisa ter na escola esse *locus* intersetorial de garantia de desenvolvimento.

Acho que isso foi dito aqui na primeira fala, justamente para as zonas rurais. Em localizações mais remotas, a gente tem na escola um núcleo da própria sociedade, daquela comunidade, e isso precisa ser garantido.

Indo para o próximo eslaide, a gente queria trazer aqui, em relação ao novo PNE, primeiro, uma satisfação. A gente acredita muito nessa proposta, a gente acredita que a gente precisa ter pressa e avançar rápido, porque a gente já está atrasado. Mas a gente acha que o olhar da qualidade, o olhar da equidade, o olhar da possibilidade de a gente ter avaliações e monitoramentos ainda não existentes, na educação infantil, no nosso país, são muito importantes.

E aí a gente quer fazer quatro recomendações muito específicas, em relação aos Objetivos 1 e 2, que têm a ver exatamente com acesso e qualidade na educação infantil. O primeiro, que é a meta da creche, é o único em que a gente, de fato, faz uma recomendação de alteração da meta em si. Por quê, Senadora? Eu quero me explicar – e Parlamentares e ouvintes. A gente entende que simplesmente aumentar o percentual de acesso não é suficiente, não condiz justamente com o que a gente está tratando aqui, que são as magnitudes, as diferenças deste país.

Então, a gente define um percentual de 90% de demanda manifesta, porque já existe uma lei para amparar isso, em que todo município declara a sua demanda, e a gente pode alcançar a demanda. Às vezes, isso vai ser menor do que 50% ou 60% e, às vezes, pode ser maior, mas a gente entende que é isso que melhor condiz com a realidade.

A gente também define aqui instrumentos de como alcançar isso: levantamento da demanda, previsto na lei do ano passado; busca ativa; e comunicação com as famílias, porque, muitas vezes, as famílias ainda não compreendem a importância da etapa da creche. Isso precisa ser comunicado para que a gente ative essa vila para que ela queira cuidar da criança.

No próximo eslaide, por favor, é a Meta 1B. A gente está muito satisfeito com justamente incorporar esse componente de desigualdade, mas a gente gostaria de trazer critérios dessa priorização; então, são recomendações sobre a estratégia, porque não adianta só definir que a gente vai combater a desigualdade, a gente tem que definir esses critérios, ou seja, focar nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

famílias de baixa renda, trazer para dentro da creche quem mais precisa primeiro e fazendo todo esse olhar de acordo justamente com camadas de vulnerabilidade socioeconômica.

Na próxima Meta, que é a 1C, ainda no Objetivo 1, de acesso à educação infantil...

Pode ir para o próximo eslaide, por favor.

Também estamos muito satisfeitos justamente com o olhar para essa universalização da pré-escola, e com a eliminação desse percentual dos 7% que estão fora, mas também a gente entende que faltam – e podemos qualificá-las ainda mais – as estratégias, incluindo busca ativa das crianças que estão fora e a assistência técnico-financeira para a expansão dessas vagas nas reuniões com menor índice de acesso para a pré-escola. Então, justamente, é oferecer mais recurso para onde há menos vagas e a gente conseguir ampliar onde há mais defasagem e onde a gente mais precisa.

E, por fim, a nossa quarta contribuição, muito específica – indo para o próximo eslaide, por favor –, tem a ver com a qualidade da educação infantil. Então, a gente está muito feliz de ter esta possibilidade de assegurar a qualidade, só que, como diz o grande chavão da avaliação, não se pode melhorar e não se pode ter qualidade no que não se pode mensurar.

Infelizmente, o Brasil hoje não tem dados ou monitoramentos amplos de alcance nacional que tenham ou ofereçam as dimensões que estão previstas na meta, então, a gente recomenda que as estratégias sejam muito específicas e ofereçam caminhos concretos para que a gente possa alcançar essa meta e, portanto, criar um índice de qualidade para todos os municípios, a partir do Saeb, a partir do Censo Escolar, com a implementação das diretrizes operacionais de qualidade e equidade da educação infantil, desenhando ações responsáveis, prazos, ou seja, um plano de ação concreto para que a gente possa fazer e monitorar isso ao longo dos próximos dez anos.

Acho que é muito importante inclusive esse monitoramento do PNE antes que ele acabe, nos próximos dez anos, porque isso não foi feito no plano anterior. Esse estudo de monitoramento da implementação das diretrizes para orientar o planejamento e a execução de políticas públicas nessa etapa a cada três anos é justamente esta visão de que a gente não pode e não tem o direito de deixar dez anos se passarem sem olhar para essa qualificação, para essa evolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, inclusive, a Senadora Teresa Leitão falou isto, a importância da qualificação dos profissionais. A gente, muitas vezes, quando fala de qualidade, entende que é algo não específico ou pouco concreto, e isso não é uma verdade. A gente precisa desmistificar esse entendimento e mostrar que a qualidade da educação e da educação infantil está muito bem posta pela Base Nacional Comum Curricular da educação infantil.

São grandes fatos e elementos, a gente precisa ter professores qualificados e valorizados, como a Senadora falou. Se quem está no dia a dia da sala de aula não tem o entendimento da importância dessa etapa, não tem a qualificação para conduzir essa relação lúdica das crianças, essa intencionalidade pedagógica, esse processo de autonomia, a gente não vai conseguir gerar essa qualidade. Então, o professor está sempre ali no topo desse grande conjunto de importância do que é qualidade, mas a gente precisa ter materiais qualificados, a gente precisa ter práticas pedagógicas qualificadas e com intencionalidade pedagógica, justamente para que esses materiais sejam bem aplicados por esses professores valorizados.

E, por fim, a gente precisa de infraestrutura, mas a gente precisa saber que a infraestrutura, embora seja importante, sozinha não gera qualidade, e isso está comprovado por inúmeros estudos e, infelizmente, por experiências que não geraram qualidade para as nossas crianças.

E aí, por fim, no último eslaide, a gente traz aqui um QR *code* de todo esse nosso posicionamento da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, completo, aqui, de todas as propostas, inclusive de emendas que já estão tramitando, por muitos outros Parlamentares que têm feito parte desse processo democrático de escuta da sociedade civil, de entendimento e de fazer avançar o que, como sociedade, como vila, a gente acredita: que, juntos, a gente vai conseguir alcançar para melhorar a vida das nossas crianças.

Eu, novamente, agradeço a oportunidade. É um prazer imenso fazer parte deste debate tão qualificado, tão positivo e tão urgente para o nosso Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Mariana.

A questão da primeira infância está sendo tratada também na Frente Parlamentar da Primeira Infância, e esse foco que a Mariana levantou do tratamento da desigualdade, que termina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por prejudicar o acesso das nossas crianças na primeira infância à escola, também tem sido muito destacado nas nossas discussões. Estamos tentando fazer justamente este paralelo entre a Frente da Primeira Infância e a tramitação do PNE.

Vamos passar a palavra agora para a nossa próxima convidada, que também falará por via remota – é a nossa quinta convidada –, Givânia Maria da Silva, membro do Conselho Nacional de Educação e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora. Bom dia a todos que estão nos assistindo.

Quero cumprimentar essa mesa, na sua pessoa, e, assim, cumprimento todos que estão presentes e os que estão virtualmente. Era meu desejo estar aí nessa Casa hoje, mas, infelizmente, a gente não conduz tudo e tive um problema muscular esta semana, uma distorção aqui, fiquei impossibilitada de viajar, mas não quis deixar de estar neste momento porque eu acho muito importante a gente debater e pelo quanto eu aprendi aqui já hoje, nas primeiras falas que iniciaram esta reunião.

Quero dizer que eu fui ajudada demais aí pelas companheiras e pelo companheiro que me antecederam – o companheiro Gersem; a Molina, a nossa querida Molina, sempre muito admirada, tenho uma admiração muito grande por você, pelo seu trabalho –, e pelas demais pessoas que aqui já falaram.

Eu queria, dando sequência, fazer um cumprimento especial à Senadora Teresa Leitão, pelo seu trabalho como professora de educação básica que é, porque a gente se aposenta e não deixa de ser... Como professora de educação básica que é, assim como eu, tem colocado o seu mandato não só para isso, mas com forte apelo para pensar em educação básica, porque nós entendemos, na educação básica, que a gente não vai superar o desafio do ensino superior se a gente não começar pela educação básica e pela educação infantil, inclusive como na fala que a Mariana trouxe aqui anteriormente a mim.

Então, nesse espírito, Senadora, eu fiquei lembrando aqui que, em agosto do ano passado, nós estivemos aí nesta Casa no 1º Encontro da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas. Uma das pautas que as meninas levaram, meninas de 21 estados do Brasil, era a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de se ter uma atenção mais específica para os professores e também a questão dos concursos públicos.

Eu me lembro de que, em seguida, nós fomos procuradas pela sua assessoria com um estudo para entender quais eram exatamente os problemas, não que a senhora não soubesse, mas os que estavam adicionais àquilo, e hoje ter a notícia de que o projeto foi aprovado, para mim, é uma alegria e saber que há não só o debate sobre a questão quilombola, mas sobre a questão do campo, esse campo plural, com quilombola, com assentado, com ribeirinho, com indígenas, com quebradeira de coco, esse campo tão diverso. Porque às vezes a gente fala do campo como se fosse uma coisa única, mas ele tem suas especificidades. Essa notícia me deixou muito feliz. A segunda coisa, então, é que a parabenizo por isso.

Temos enfrentado esse debate e temos encontrado no seu mandato esse amparo. Há menos de um mês, nós estivemos aí debatendo também com várias organizações da sociedade civil, organizações negras, com o tema "por um PNE antirracista". A senhora não só nos ajudou a fazer um seminário como fez a audiência pública, então, apresentamos propostas.

Nós aqui da Coordenação Nacional de Quilombos também fizemos esforço, começando, lá em dezembro, de análise do PNE, levantando questões em que a gente diz o que a gente não pode abrir mão. Essas emendas já foram apresentadas também por outras organizações. Acho que até a Mônica falou de algumas contribuições também que nós demos nesse documento que ela mencionou. Além disso, no CNE hoje, ao tempo em que estava um pouquinho esperando começar, estava ouvindo a Deputada Tabata, que também está no CNE agora, finalizando a sua apresentação, debatendo e contando para os Conselheiros, Senadora Teresa, quais foram os acordos, tempos e combinados que o Senado e a Câmara fizeram para agilizar a votação, considerando o tempo tão curto que se tem para a gente não atrasar mais ainda a votação, mas me preocupa também o olhar sobre os estados e os municípios.

Eu vou abrir mão de algumas questões que levantaram aqui, porque tanto o Gersem como a Molina e a Mariana já as trouxeram. Então, eu vou me ater mais a alguns pontos nos quais eu queria dar ênfase. Um deles é que a gente não acredita em uma educação que não respeita a diversidade regional, territorial, linguística, como já trouxe aqui o companheiro Gersem Baniwa. O nosso PNE não pode ignorar a questão dessas diversidades – porque são várias – territoriais, porque a pobreza também tem várias camadas. A Mariana trouxe aqui e falou de várias camadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se formos pegar, nas Regiões Norte e Nordeste, as mulheres, se formos pegar as pessoas negras, nós vamos ver que essas camadas estão muito aparentes, mas parece que às vezes não enxergamos. Então, é muito importante que a gente adentre. Para essas desigualdades, que a gente entenda quem são esses e essas que estão prejudicados, quem são esses que não acessam a creche.

Se a gente vai para o dado do Censo, por exemplo, a gente vai ver que os estudantes indígenas e os estudantes quilombolas são os que menos têm internet nas escolas onde estudam, são os que menos têm equipamento, computador... *Tablet* varia entre 3% e 4%.

Então, veja que tem uma desigualdade estrutural na educação que essas populações acessam que faz necessário a gente ter um olhar atencioso e específico para essas questões.

Então, penso que a gente fazer essa defesa aqui, apresentar as propostas e encontrar este espaço de debate tão rico e tão amplo é muito importante para a gente sair com esse PNE com mais avanços.

E aí eu concordo, Mariana: nós também estamos satisfeitos com algumas metas e com alguns indicadores que o plano tem e trouxe, mas é preciso que a gente não só assegure aqui no plano nacional, mas que a gente não deixe que os estados e os municípios façam mudanças – obviamente, tem seus limites. A gente já sabe do histórico do outro Plano Nacional de Educação, quais foram os embates que os estados e os municípios fizeram para diminuir o poder do Plano Nacional de Educação, que nós estamos aqui já com prorrogação ao final.

Uma outra questão que eu queria reforçar e que foi apresentada aqui pela companheira Mônica Molina é sobre o fechamento das escolas. Fechamento de escola no campo, gente, é algo inexplicável, é uma coisa, assim, surreal. E, Mônica, mesmo os dados do Censo... Nós estamos agora numa segunda, amanhã vai ter lá no CNE uma reunião pública provocada pela Conap sobre fechamento de escolas também; acho que o fórum já fez e também outras instâncias. Então, acho que todos nós estamos nessa sintonia de cercar esse tema para a gente extrair dele essas razões. Mas quando a gente vai olhar o Censo do Inep, a gente encontra ainda muita maquiagem dos municípios em relação ao fechamento de escolas. Eles tiram escola num ano e bota no outro, tira no outro e bota no outro. Nós estamos num trabalho agora minucioso em que a gente vai ver, Mônica, e vai conseguir mostrar que naqueles dados do Censo ainda temos problemas, ainda vamos ter que ajudar o Inep a qualificar melhor, a encontrar uma alternativa melhor de cercar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

municípios e os estados para eles pararem ou diminuírem essa maquiagem em relação ao Censo, que a gente acha que é muito, mas, se a gente for olhar de forma mais específica, a gente vê que ainda é maior do que eles declaram no Censo. Quando a gente vai para aquele cadastro de cada escola, quando a gente vai conferir aquele número de escola, num ano aparece, no outro ano tira, no outro ano aparece, e a gente não sabe o que acontece.

Então, acho que esse é um debate muito importante.

Então, o que eu tenho visto aqui e o que nós temos visto Brasil afora, sobretudo nas escolas localizadas em comunidades quilombolas, é que o fechamento da escola é por qualquer coisa. É uma escola que tem 60 alunos que é fechada para levar para uma escola que tem 20. Por quê? Porque por trás disso não está pensada a qualidade da educação, o que está se pensando é na indústria do transporte escolar, é utilizar uma política tão importante como a do transporte escolar para fins eleitoreiros. Quem tem mais transporte escolar tem mais gente disponível em suas campanhas. Isso é grave aqui no Nordeste, e Teresa sabe como a gente tem combatido isso aqui em Pernambuco. Ao mesmo tempo, tem que fortalecer a Política Nacional de Transporte Escolar, porque ela é necessária, mas não pode deixar também à deriva desse mau uso, porque o mau uso prejudica a aprendizagem das crianças. Uma criança que sai de casa 5h da manhã, chega à escola 7h30, com um copo de chá, muitas vezes, às vezes, sem nada, e chega em casa 5h da tarde novamente, não há condição nenhuma de aprendizagem de qualidade, não há como falar em qualidade de ensino numa situação como essa.

A questão do financiamento eu tinha marcado aqui para falar, mas eu acho que tanto a Mariana como a Mônica já trouxeram. Eu queria só destacar aqui que enquanto a gente não combater essa ideia de que a educação é um custo... O Presidente Lula – né, Teresa? – assim como o Ministro Camilo têm falado muito sobre isso, para a gente não pensar a educação como custo, mas como investimento, mas nas bases ainda não é assim. Então, essa é uma coisa a que o plano precisa estar atento aí.

E, já caminhando para o final, mas ainda querendo dar um destaque, há a questão dos professores. Gente, é desastroso. Os estados chegam a ter quase 60% do seu quadro de funcionários, de professores, contratados. E eu brinco, Teresa, que professor contratado não come nem em dezembro, nem em janeiro e nem em fevereiro; ele só come de março a novembro. Por quê? Porque os contratos começam em fevereiro – em março, muitas vezes – e terminam em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dezembro. Então, nesses três meses, o que o professor contratado faz? O que ele faz? Vai ficar trabalhando de graça em casa – porque ele não conseguiu terminar todo o seu trabalho –, mas ele não pode comer, ele não pode adoecer.

Então, essa prática pode ser bastante combatida se a gente focar o Plano Nacional da Educação para essa ideia de fortalecer os concursos públicos e os concursos públicos específicos, porque estes segmentos... Se a gente olhar o quanto os trabalhadores do campo – desse campo diverso: tanto indígenas, assentados, quanto quilombolas – têm investido na formação dos seus, nós não temos mais, Gersem, nenhum argumento para dizer que não se faz concurso específico para os povos indígenas, para os assentados, para quilombolas porque não se tem a mão de obra qualificada, não se tem os profissionais qualificados. Não existe mais isso.

Pode ser que, em algumas situações, ainda exista, mas essa não é mais uma realidade do Brasil, porque nós temos muito... Mas o que acontece é que muitas vezes contratam um professor – por uma questão eleitoral – de fora da comunidade em detrimento dos profissionais do próprio povo, dos profissionais que conhecem a realidade, que estão comprometidos com a luta, porque isso enfraquece o processo de luta das comunidades. A escola não é um elefante branco no nosso território. Nós não queremos escola elefante branco. Nós queremos uma escola ativa, uma escola que tenha posição, que tenha lado, e o nosso lado é o da democracia.

Então, a escola tem que ser realmente... Ela tem que cumprir o que a Constituição determina para ela.

Por fim, além disso, a gente destaca que teve inovação no plano. É verdade que pensar a qualidade, não só a qualidade, mas tentar pensar a equidade, a questão desses novos formatos de aprendizagens... Nós estamos num debate no CNE muito arraigado em relação às novas tecnologias. Não dá para os nossos professores estarem aprendendo a usar o computador ainda e os meninos estarem três séculos para a frente. Então, tudo isso tem que ser visto, tem que ser assegurado nesse nosso plano.

Eu quero, por fim, dizer da nossa alegria, do nosso empenho – a alegria de estar aqui, compartilhando, nesta manhã de hoje; do nosso empenho, tanto lá no conselho...

E aí, Mônica, você trouxe, na sua fala, a questão do sistema. O Sistema Nacional da Educação é algo que tem nos preocupado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluindo, Givânia.

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Vou concluir.

... tem nos preocupado bastante.

Então, tem uma movimentação na Câmara, no Senado, tem também no conselho. Eu acho que a gente precisa parar uma hora aí para fazer uma reunião, Mônica. Eu a convido para a gente fazer uma reunião e pensar como é que a gente ajuda a dar sequência ao Sistema Nacional da Educação, porque é vergonhoso a gente não ter e deixar, ainda, o Brasil sem esse instrumento tão importante.

Então, agradeço aqui. Muito obrigada. Fico aqui à disposição. Estou muito contente por esta manhã tão rica e com tantas propostas, indicações e recomendações para que a gente possa melhorar o Plano Nacional da Educação e fazer com que ele seja, realmente, o nosso grande guarda-chuva da melhoria da educação em nosso país.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Givânia, muito obrigada pelas suas generosas referências.

Vejam, sobre essa questão que a Givânia levantou sobre o debate que a Deputada Tabata Amaral também está realizando, a gente fez uma reunião com a Frente Parlamentar em Defesa da Educação, com a Presidência da Comissão Especial do PNE lá na Câmara, que é a Deputada Tabata Amaral, com o Presidente da frente parlamentar, o Deputado Brito. Participamos eu e o Senador Flávio Arns, justamente para ter um certo *pari passu* tanto na discussão das emendas quanto naquilo que a Câmara fará em termos de tramitação para agilizar, justamente, a aprovação do plano lá. Porque a gente está acumulando o debate. Desde o ano passado que esta Comissão vem fazendo audiências públicas, mas só podemos tratar da tramitação, da aprovação de emendas, da destinação de relatorias, de todo o processo formal de tramitação, quando a gente receber a proposta de lá.

A nossa intenção é ter esse plano aprovado até o final deste ano porque a vigência do anterior termina no final deste ano. Nós já, inclusive, estendemos por um ano a vigência para ajudar na tramitação do novo PNE. Esperamos que isso, de fato, seja um êxito de todos nós. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possamos contribuir, lá na Câmara, para que a gente, aqui no Senado, receba o plano mais ou menos arredondado, para não termos também muitas divergências, porque isso tudo acelera ou não o processo de tramitação.

É uma preocupação que nós temos, Givânia, e acho que a Deputada Tabata está fazendo por lá também um debate importante.

Muito obrigada por sua participação.

Passo a palavra, agora, já está na nossa telinha, à Maria Joana Durbem Mareco, Coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Mato Grosso do Sul e representante dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil (Fóruns EJA Brasil). Passo a palavra para os seus primeiros dez minutos, Joana.

Muito obrigada pela presença.

A SRA. MARIA JOANA DURBEM MARECO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero aqui fazer uma saudação à Senadora Teresa Leitão, aos Senadores presentes, aos meus companheiros de mesa e uma saudação especial a todos os companheiros dos fóruns de EJA do Brasil.

Eu falo aqui em nome dos fóruns de EJA, que é um movimento que tem se destacado na luta coletiva para que, de fato, os estudantes trabalhadores deste Brasil tenham garantido o seu direito à escolarização.

O nosso coletivo esteve atuante nas conferências municipais, nas conferências estaduais, distrital, e tivemos uma participação significativa também na Conae, que foi um grande evento.

Bom, eu quero iniciar apontando o cenário da educação de jovens e adultos no Brasil. Hoje, nós temos 11 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não foram alfabetizadas, e em torno de 70 milhões de pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram a educação básica. São pessoas em ocupações de baixa qualificação, na informalidade, marcadas por diversidade de gêneros – como esses que a mesa já apresentou aqui –, de etnia, de aspectos geracionais, territoriais, culturais; pessoas com deficiência, os privados de liberdade e outras especificidades que estão presentes na população jovem, adulta e idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados da última edição do Inaf, dados agora de 2024, 29% da população entre 15 e 64 anos não possuem habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, que é o mesmo índice registrado na edição anterior do Inaf. Os dados do Inep, no último censo, o Censo de 2024, apontam que o número de matrículas na educação de jovens e adultos diminuiu, entre os anos de 2020 e 2024, 20,4%. A queda nesse último ano, em 2024, foi de 7,7%, e foi mais intensa no ensino fundamental, com 10,2% de redução. No ensino médio, houve 3,7% de redução.

Então, Senadora, esses números acenam para os lugares a que pretendemos chegar hoje, aqui, mobilizados nesta audiência para um novo PNE, discutindo o PNE como efetiva política de Estado para a educação e, sobretudo, para a educação de jovens e adultos.

Nos fóruns de EJA do Brasil, nós fizemos três grandes destaques para o novo PNE, e começo destacando o financiamento. Dentro de tudo que eu apontei, os números que eu apontei, nós iniciamos com o financiamento e fizemos, para o novo PNE, dentro da Estratégia 18.5, uma sugestão de modificar. Essa estratégia aponta suplementar, com recursos oriundos da União, a melhoria de condições de oferta EJA – e aí a gente fala em chamada pública, ampliação das matrículas, convocação de professores, uma infraestrutura escolar, equipamentos, mobiliário, alimentação, transporte, tecnologia digital, entre outros – e apoiar a valorização e formação dos profissionais da educação básica pública", considerando a definição de um CAQ EJA como necessária para sanar essa dívida histórica com a população que não concluiu a educação básica.

Aqui vale lembrar que, entre os anos de 2011 e 2021, houve uma significativa redução dos recursos para a EJA, caindo de R$1,38 bilhão em 2012 para R$8 milhões em 2020, o que equivale a uma redução de R$1,372 bilhão de financiamento.

Em 2023, o Ministério da Educação elevou o fator de ponderação da EJA de 0,8 para 1. Essa é uma medida positiva e que nós já esperávamos há dez anos. Mas é necessário avançar, é necessário prever recursos financeiros adicionais às escolas para que sejam estimuladas a ofertar educação de jovens e adultos.

Precisamos, também, de uma forma de garantir a equalização das oportunidades educacionais e superar as vulnerabilidades econômicas, sociais, ambientais, raciais, de sexo e regionais, tão presentes nesses sujeitos da educação de jovens e adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda é fundamental que possa ser assegurado que os entes federados tenham recursos adicionais para que essa oferta realmente aconteça, como condição para que nós possamos mudar esse cenário que ora eu apresentei.

Também, dentro do financiamento, nós destacamos a Estratégia 10.4, que é instituir, em nível federal, estadual, municipal e distrital, política orçamentária de apoio financeiro a todos os estudantes, a fim de garantir acesso, permanência e conclusão na modalidade de EJA, nos níveis fundamental e médio.

Nós enfatizamos não só garantir o acesso, mas também a permanência e a conclusão desses estudantes na educação de jovens e adultos. Da mesma forma, consideramos importante a política do Pé-de-Meia, do Governo Federal, que inclui jovens de 19 a 24 anos com um recurso, uma bolsa. E aqui eu destaco que ainda é baixo o número de estudantes do ensino médio que recebem essa bolsa – em torno de 161 mil estudantes recebem o Pé-de-Meia. É necessário, ainda, que o poder público propicie ações de apoio financeiro para garantir o acesso e a permanência desses estudantes em todas as etapas da educação, sem limite de idade. Então, esse é o desafio que está posto para o novo PNE.

O segundo destaque que nós fazemos é a oferta da educação de jovens e adultos na forma presencial. Fizemos, também, na Estratégia 10.1, uma emenda para instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, política nacional de alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a promover a continuidade dos estudos na educação básica, na modalidade EJA, nas redes públicas, na forma presencial.

A oferta da EJA pelas redes de ensino deve conceber essa relação tão importante entre educando e educado; é um ato fundamental nesse processo de ensino-aprendizagem. A ênfase que é dada à educação à distância na EJA tem mais uma relação de mercantilização do que uma preocupação com atender a esse público da educação de jovens e adultos.

Em uma outra audiência, a própria Senadora Teresa Leitão apresentou aqui a aprovação da resolução do Conselho Nacional de Educação, no dia 8 de abril de 2025, a nova resolução da EJA, que foi também... Fizemos um grande movimento, enquanto fóruns de EJA do Brasil, para que essa resolução fosse aprovada e atendesse às nossas pautas.

No art. 2º, ela traz: "Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá ser realizada [...] [nas seguintes formas]". E aí a resolução traz que, no ensino médio, 50% da carga horária seja na forma presencial.

A resolução anterior precarizava o atendimento desses estudantes, porque abria a possibilidade para uma oferta também no ensino fundamental. Então, tivemos um avanço na nova resolução da EJA.

E, aí, um último destaque que consideramos também importante que seja contemplado no novo Plano Nacional de Educação é a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

À Estratégia 10.6, colocamos como emenda: "Fortalecer e ampliar em 25% a oferta de EJA integrada à educação profissional e tecnológica, com os objetivos de garantir a qualidade da educação e de ampliar o acesso dos estudantes ao mundo do trabalho".

Essa é uma estratégia que é um desafio que nos apresenta, porque no plano anterior essa meta não foi atingida. Então, nós defendemos essa proposta; como fortalecimento, a gente mantém o percentual de 25%, porque essa meta só foi atingida, até agora, conforme o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, em 4,7% das matrículas, permanecendo muito distante daquilo que estava previsto.

Por essa razão, reiteramos a defesa da oferta da EJA integrada à educação profissional desde o ensino fundamental, com a formação inicial e continuada até o ensino médio, de modo a garantir uma base sólida de formação geral e técnico-profissional, conforme explicitado na concepção do trabalho como um princípio educativo.

Então, para dar conta de toda essa demanda de 70 milhões de trabalhadores que não concluíram a educação básica, são esses destaques que os fóruns de EJA do Brasil apresentam.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Joana.

A SRA. MARIA JOANA DURBEM MARECO (*Por videoconferência.*) – Agradeço para os próximos debates.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Joana, pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que aqui na mesa também foi citado isto que a gente está vendo e na Educação de Jovens e Adultos isto se revela fortemente: a diversidade da exclusão ao longo da vida, pela situação territorial, de raça, de cor, de gênero... Tudo isso deságua na necessidade de a gente ainda ter educação de jovens e adultos. Eu digo que a nossa meta, o nosso horizonte devia ser para deixar de existir educação de jovens, adultos e idosos, como agora está conceituado, mas ainda temos um longo caminho pela frente.

Ontem também foi pedida nesta reunião de que eu participei essa questão do Pé-de-Meia para a Educação de Jovens e Adultos. Pé-de-Meia é uma política, é uma lei já. Acho que não foi fácil a gente aprovar aqui. Tivemos alguns entraves, tivemos que ir ao Tribunal de Contas da União inclusive, para destravar o processo, mas é uma política que eu acho que vai dar certo na escola regular. Possibilidade de ampliação não adianta a gente dizer que é para já. É uma coisa também para a gente colocar no nosso horizonte.

Mas muito obrigada, Joana, por sua participação.

Nós vamos para a nossa última convidada, que já está na tela. Vai participar também de forma remota a Auzerina Melo, Representante da Coordenação das Organizações de Educação Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab).

Passo a palavra para a Auzerina para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. AUZERINA MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todas e todos.

Eu me chamo Auzerina Macuxi. Pertenço ao povo macuxi e estou hoje em representação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Gostaria muito de agradecer este momento de audiência pública entregue para essa organização da sociedade civil. Cumprimento a mesa na pessoa da Senadora.

Eu trago hoje um pouco sobre esse debate do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, e vou apresentar cinco pontos positivos e cinco pontos de atenção. As pessoas que me antecederam, como o Prof. Gersem Baniwa, já trouxeram pontos importantes que eu pensei em trazer e me sinto contemplada. De toda forma, eu vou fazer uma certa repetição do que ele falou.

Bom, o projeto de lei representa um avanço importante ao reconhecer, em seu texto principal e no anexo de metas e estratégias, a diversidade sociocultural do Brasil e a necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de políticas específicas para garantir o direito à educação dos povos indígenas, conforme os princípios constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos.

Quanto aos pontos positivos, eu vou começar elencando de um a cinco.

O primeiro trata de um reconhecimento da educação escolar indígena como uma modalidade específica e diferenciada. O plano afirma o direito à educação intercultural, bilíngue e comunitária multilinguística. Ele valoriza as línguas e as culturas indígenas.

Apresentou-se aí nessa parte da Meta 8.d e Estratégia 8.5, a universalização do acesso à educação para crianças indígenas, prevendo metas claras de universalização do acesso à pré-escola, ensino fundamental e médio para populações indígenas, na Meta 8.d, e estabelecendo metas de ampliação da cobertura de creches, na meta 8.a, o que pode contribuir para combater a desigualdade desde a primeira infância; a valorização dos currículos e materiais didáticos específicos, as diretrizes para a produção de materiais que respeitam as línguas maternas e cosmovisões, conforme traduz também o art. 231 da nossa Constituição Federal – ele foi especificado aí na Estratégia 8.3 e também tem essa previsão na OIT 169 –; reforça a obrigatoriedade da temática indígena nos currículos das redes de ensino, na Estratégia 8.2.

Traz, agora num quarto ponto, o apoio à permanência e a formação dos professores indígenas: prevê políticas de assistência estudantil na Estratégia 8.6 e a criação da categoria de professor indígena na Estratégia 8.5, aspectos essenciais para o fortalecimento da autonomia educacional dos povos.

Um ponto quinto e último, que eu considerei como importante porque se apresentou aqui neste PL, é a proposta de currículos pautados na pedagogia de alternância, que busca respeitar o tempo e a realidade das comunidades.

Na Estratégia 8.4, eu considerei que trouxe uma inclusão da pedagogia da alternância e do ensino contextualizado, mas senti falta do que trouxe também o Dr. Gersem Baniwa, que colocou sobre os calendários indígenas. Eu acredito que essa nomenclatura deveria constar nesse item da Estratégia 8.4, porque nós trazemos, em contexto comunitário, agora restringindo para as comunidades, para as aldeias, esses calendários, porque, dentro do contexto político das comunidades e também educacional, nós nos pautamos muito nos nossos PGTAs, que também evocam as nossas vozes e que são materiais muito importantes de se trazer e para buscar a implementação dessas políticas públicas no nível da educação, no nível da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, exige-se aí... A gente espera que seja apresentado, que seja pautado, que seja colocado o respeito aos calendários indígenas, que ele esteja presente, visto que nós temos datas comemorativas diferenciadas para cada aldeia, para cada terra indígena, e também os momentos políticos, como assembleias e reuniões. Tem que haver esse respeito, essa abertura e até mesmo as férias escolares dentro desse calendário, que é diferenciado.

Já colocando agora como ponto de atenção, de um a cinco, falta uma consulta prévia informada, como colocou o Dr. Gersem Baniwa. Essa consulta previa que deveria haver um bom andamento de expressão, de escuta 100% ativa das comunidades sobre o que nós esperamos de uma educação intercultural diferenciada dentro das comunidades e até mesmo um tratamento intercultural diferenciado para os povos indígenas em contexto urbano. Embora o plano mencione a consulta prévia em algumas estratégias, ele não assegura de forma explícita a consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT – lembrando que essa consulta livre, prévia e informada também requer o consentimento da comunidade, a aquiescência das lideranças, o que é um direito fundamental dos povos indígenas.

Segundo: risco de imposição de metas sem escuta comunitária. Algumas metas quantitativas, como cobertura de creches, podem ser implementadas sem diálogo real com as comunidades. Alguns projetos pedagógicos indígenas... Eu vi que existe ali uma atenção a esses projetos pedagógicos, mas acredito que a nomenclatura também poderia ser bem específica para os projetos pedagógicos indígenas. Observa-se aí que, dentro do contexto da comunidade, não se percebe essa necessidade, por exemplo, de creches, o que, ao contrário, acontece para os povos indígenas em contexto urbano, já que existe uma demanda muito alta até mesmo de não indígenas. Imaginem só a nossa dificuldade e disparidade de armas no que diz respeito às vagas para crianças indígenas no nível maternal ali no contexto urbano!

No ponto quatro, coloquei a falta de ênfase em fortalecimento comunitário. As estratégias, como a 1.7, que tratam de alocação de professores experientes em áreas de difícil acesso, não fortalecem as comunidades locais e podem perpetuar a lógica de intervenção externa. Não há incentivo direto à formação e valorização de educadores indígenas nas próprias comunidades.

O risco de homogeneização da política nacional, como quinto ponto colocado aqui na parte de pontos de atenção: eu percebo que a adoção de padrões nacionais de qualidade, como, por exemplo, as Estratégias 2.1 e 8.8, deve ser feita com cautela para não impor modelos urbanos às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escolas indígenas, porque aí já traz muito a perspectiva do assimilacionismo, que hoje não tem mais uso, não convém, e porque tem também especificidades culturais, territoriais aí nas pedagogias próprias das comunidades indígenas.

Por último, já caminhando para o final, o PNE 2024-2034 apresenta avanços importantes no reconhecimento da educação indígena como direito diferenciado, como métodos específicos, estratégias voltadas à valorização da identidade, da língua e da cultura indígena. No entanto, a eficácia dessas ações depende fortemente da sua implementação com base em consulta prévia, escuta comunitária real e garantia dos recursos próprios dentro das comunidades.

Como dito, também há essa falta de igualdade dentro das comunidades, falta muito esse acesso à tecnologia que foi citado no PL, as comunidades ainda requerem muito as ações do Governo dentro dos territórios indígenas, em se tratando de indígenas em contexto comunitário.

Eu agradeço muito pela oportunidade em nome da Coordenação das Organizações Indígenas Brasileiras, na pessoa do nosso Coordenador-Geral Toya Manchineri, e estou aberta para demais questionamentos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Auzerina, inclusive, em relação ao contraponto entre o que avançou e aquilo em que se precisa avançar.

Muitas dessas questões, como você disse, já haviam sido colocadas, mas o realce é importante na pedagogia da alternância, no calendário indígena específico, no tratamento intercultural diferenciado.

Sobre as emendas, eu queria dar uma sugestão geral. O prazo de emendas para a tramitação na Câmara já está esgotado.

Eu não sei, Bruno... Foram 4 mil emendas, não foram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ao relatório, não é? Foram cerca de 4 mil emendas, e a gente vai ver se a Relatora vai encampar, ou não; mas, uma vez apresentado o relatório, haverá novo prazo de emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é bom que as instituições que não tiveram tempo de encaminhar, ou que não se sentirem contempladas, fiquem atentas a isso, porque eu acho que o debate aqui tem sido realmente muito positivo, muito agregador. E depois tem o prazo aqui, não é, Bruno? Tem o prazo de emenda aqui no Senado também quando o plano chegar aqui.

O importante é que a gente guarde uma linha estruturadora do plano, que as emendas não funcionem como remendo, que elas tenham, de fato, um foco naquilo que é essencial para a gente ter um Plano Nacional de Educação emancipatório, libertador e que assegure a educação como política de Estado.

Eu combinei aqui com quem está na mesa, para a gente encerrar, que ninguém teria mais complementos. E queria pedir essa compreensão também de vocês que estão *online*.

Eu tenho uma reunião no Ministério da Inovação, no MGI, e aí isso vai requerer um pouco mais de aperto no meu horário. Se a gente retornasse, a gente ultrapassaria as 12h30, que foi o horário que a gente pensou em terminar. Peço a compreensão.

Repito que a Comissão está aberta. Quem não teve condições de encaminhar as emendas lá, encaminhe-nos.

E a gente está fazendo esse ciclo de debates de forma separada por situação das entidades. As entidades que participaram hoje são entidades da educação infantil, da educação de jovens e adultos, da educação do campo e da educação indígena, etapas referenciadas na lei, proclamadas, digamos assim, na lei como direito, mas em que, entre a lei e a prática, o processo de exclusão ainda é muito marcante.

Os dados que vocês apresentaram aqui são dados que exigem, de fato, um tratamento de equalização muito estratégico.

Um dos pontos que aqui também veio ao debate e que tem sido recorrente é com relação às metas. Tem-se pedido muito para que a gente apresente metas no plano, e algumas tendem a ser modificadas, que sejam mais objetivas e que apontem para serem, de fato, exequíveis; para a gente não gerar uma frustração, como o plano anterior gerou.

É verdade que nós tivemos várias intercorrências nesses dez anos de plano – vocês sabem disso, porque a conjuntura não se apaga –, que repercutiram, essas intercorrências, na implementação do plano, chegando a ser realmente esquecido em determinado período recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que a gente calibre mesmo essas metas, para que elas sejam perseguidas, para serem, de fato, executadas e a gente não tenha uma frustração ao final do plano.

Então, muito obrigada a todas. O nosso querido Gersem garantiu a cota dos homens aqui. (*Risos.*) A nossa mesa, tanto a daqui quanto a remota, foi majoritariamente feminina, e isso também traduz a nossa presença na educação, que é majoritariamente de mulheres.

Muito obrigada. Desculpem a gente precisar encerrar, mas nas próximas audiências contamos também com a participação de todas essas entidades.

Muito obrigada e uma boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezoito minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Beto Faro e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Sra. Malvina Tania Tuttman, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Sra. Lueli Nogueira Duarte e Silva, Presidente do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR); Sr. Luiz Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Sra. Miriam Fábia Alves, Presidente da Associação Nacional e Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e Sr. Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2025, de autoria desta Presidência.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos e cidadãs, entre os quais destacamos: Jamilly, de Pernambuco; Léa, do Acre; Dafny, do Distrito Federal; Ester, de Minas Gerais; Fábio, da Paraíba; Filipe, de Goiás; e Gabriela, do Rio de Janeiro.

As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados. Solicito aos convidados que, se possível, abordem em suas exposições iniciais as questões levantadas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, caso haja, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu convido... Nós vamos ter apresentações presenciais e apresentações remotas. E eu convido já para fazer parte da mesa o Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Também compõe a nossa mesa remota: o Prof. Luiz Dourado, Presidente da Anpae; a Profa. Malvina Tania Tuttman, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); a Sra. Lueli Nogueira Duarte e Silva, Presidente do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades (Forumdir); o Sr. Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; e a Sra. Miriam Fábia Alves, Presidente da Anped.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Creio que nós estamos com quase todos. Só falta um, não é? Só falta o Prof. Renato Janine.

Nós vamos iniciando, para garantirmos o tempo. Então, vamos começar pela ordem de chamada.

Houve um pedido de mudança de ordem.

Eu já passo a palavra – aqui na mesa, ao meu lado, com muito orgulho para mim, para todos nós que fazemos a Comissão – ao Prof. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Fineduca.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL – Está ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está ligado.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor.) – Bom dia, Senadora Teresa; todos e todas presentes aqui no auditório; colegas que estão à distância: Prof. Luiz Dourado, da Anpae; Miriam, da Anped; Lueli, do Forumdir; Profa. Malvina, da Anfop – esperamos que o Prof. Renato Janine chegue também. É um prazer estar aqui com vocês para discutir esse tema.

É claro que, como Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, a minha temática é a do financiamento. A gente percebe, em todas as audiências que estão sendo realizadas, tanto aqui no Senado quanto na Comissão Especial do PNE, a presença sempre dessa temática de como financiar as metas, as estratégias todas previstas no plano e que, no final, de algum modo ou de outro, elas serão financiadas. E também todas as perguntas que chegam sempre têm o tema financiamento, de algum modo, presente.

Esse foi o tema que deixou que o plano, os dois planos anteriores não tivessem total possibilidade de execução. O primeiro não teve meta de financiamento; do segundo, a meta está acabando, ficando pela metade: em vez de equivalente a 10% do PIB, ficou em cinco, cinco e pouco.

Eu estou trazendo uma apresentação partida em dois pedaços. O primeiro eu vou tentar aqui – nos dez minutos, e, depois, nos acréscimos dos cinco – completar.

E, na segunda parte, que é bem mais longa, eu trago várias abordagens, colocando referências e tal, para que os assessores e consultores tanto da Câmara quanto do Senado possam analisar e verificar a possibilidade de incorporar algumas daquelas temáticas que estão presentes nas emendas que a Fineduca preparou. Pelo menos agora, na Comissão Especial da Câmara, elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estão presentes lá nas emendas. E, quando vierem para o Senado, a gente vai analisar o que foi atendido e o que não foi e complementar.

Todo esse material que eu trouxe, que vai ser impossível nesse tempo abordar, suporta as emendas que nós apresentamos. É claro que todos que falam nas audiências têm esse mesmo problema, e não é só a Fineduca que vai ficar nessa situação, mas pelo menos a gente tem, então, o material para ajudar e colaborar aí no processo de formação dos pareceres e tudo mais.

Então, já vou passando aqui, porque isso é o que eu falei.

Para onde é que aponta? Aqui? Aqui, né? (*Pausa.*)

O material todo tem os recursos aplicados em educação e a qualidade, uma abordagem sobre esse aspecto que eu vou comentar um pouco hoje – é basicamente isso. Depois nós fomos atrás do processo histórico que ocorreu na Coreia do Sul, no Canadá, na Finlândia, na Polônia, nos Estados Unidos e na França, e o que eles fizeram ao longo das últimas décadas, 30, 40, 50 anos. E a gente conclui que é chegada a hora de o Brasil fazer isso, pelo menos começar esse processo que eles começaram já há bastante tempo. Depois a gente avalia que o Brasil tem riqueza para efetuar esse processo e mostra fontes de financiamento para isso, com bastantes detalhes, numa publicação da Fineduca.

Sobre os impactos do financiamento da educação na política e na economia, tem um estudo do Ipea muito importante que verifica os recursos aplicados em educação, qual a repercussão no PIB, qual a repercussão na renda das famílias e, em consequência, qual a repercussão no índice de desigualdade, que mede a desigualdade, que é o Índice de Gini. E, depois, há um aspecto importantíssimo, que eu vou tentar entrar um pouco nele hoje também, que é a implementação do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) e a diminuição da desigualdade educacional brasileira que ele provoca.

Isso é que eu vou tentar abordar. Se não couber nos dez minutos, eu vou aproveitar os cinco finais um pouquinho também, pelo menos para mostrar alguns gráficos.

Bom, então, essa é a trilha que eu vou traçar aqui hoje. Não ela toda, é óbvio, mas só o primeiro aspecto, que é o recurso aplicado em educação e qualidade.

A primeira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Vocês vão colaborando comigo aí? Eu posso ir... Vocês vão passando? (*Pausa.*)

Então, passe, por favor.

A primeira coisa que vem me encabulando muito são algumas análises que são feitas o tempo todo, olhando somente para esses números e dizendo sobre que países que têm melhores condições para implantar insumos para que a educação tenha qualidade. Então, eu escolhi esses países exatamente para desafiar aqueles que pensam dessa forma. Lesoto aplica 8% do PIB equivalente; Singapura, 2,8%; Coreia do Sul, 4,7%; e o Brasil, 6%. Então, as pessoas falam que o Brasil já tem mais condições que a Coreia do Sul e Singapura. E não é essa a percepção nossa quando a gente vê resultado do Pisa, quando a gente vê resultados de *rankings* internacionais de educação superior e tudo mais. A mesma coisa quando a gente olha o percentual do PIB *per capita*: 77,2% Lesoto aplica; Singapura, 35,4%; Coreia do Sul, 32,6%; e o Brasil, 36,7%.

Então, a pergunta é essa. Olhando só para esses números, não dá para responder, porque, se a lógica é essa que eu comentei anteriormente, a gente diria que é Lesoto, com 8% do PIB. E a gente vê que não tem lógica isso. A gente nunca ouviu falar em Lesoto em Pisa, em Lesoto em lugar nenhum no processo educacional.

Então, para responder a essa pergunta, a gente tem que olhar mais coisas.

Próximo, por favor.

A gente tem que olhar, além do percentual do PIB, o tamanho do PIB e a quantidade de estudantes matriculados e olhar qual o valor aplicado por estudante. E, do lado direito, eu coloquei a pontuação no Pisa para a gente fazer essa referência.

Lesoto tem tanta dificuldade no processo educacional que nem consegue participar do Pisa, por vários motivos deve ser. Às vezes, nem tem infraestrutura de banco de dados suficiente para participar da estrutura do Pisa.

Singapura aplica US$21 mil – esse dólar é poder paridade de compra, para a gente fazer essas comparações internacionais –; Coreia do Sul, US$9,8 mil; o Brasil, US$3,1 mil. Quando a gente olha o resultado do Pisa, Lesoto não tem; Singapura, 556; Coreia do Sul, 520; e o Brasil, 400; ou seja, tem uma consistência ali de lógica entre o volume de dinheiro aplicado e o resultado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pisa. Se o resultado do Pisa é de qualidade ou não é, isso seria outra discussão, mas, mas todo mundo, em geral, faz esse tipo de relação – e olhando só o primeiro número. Olhar só o primeiro número não tem sentido, porque aquele último número, que é por estudante, é que paga os professores, é que tem estrutura nas escolas, que tem tudo na escola.

Então, no meu entender, a gente deveria abandonar essa maneira de analisar. A única maneira possível de analisar é que Lesoto faz um esforço terrível para tentar melhorar a educação do seu país, só que o PIB é pequeno, o número de estudantes também é pequeno e o valor que só dá 847. Mas, no Brasil, a gente pode exigir mais que 6 – é essa a discussão –, porque o Brasil tem riqueza para isso, para conseguir elevar esse valor de US$3,6 mil, US$3,1 mil. Olha a distância da Coreia. É muito desleal comparar o Brasil com a Coreia em relação ao processo educacional. Essa sala aqui... Se a gente for olhar na Coreia, pode ter várias salas equivalentes a esta como sala de aula, com as telas, com transmissão e tudo mais.

Próximo, então, por favor.

Então, essa é uma primeira abordagem.

E aqui é só uma tabela mostrando, então, a diferença entre o valor aplicado em creche, pré-escola, educação infantil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL – ... ensino fundamental I, II, ensino médio e educação superior, entre a média dos países da OCDE e a média brasileira e o fator multiplicativo. Então, é muito desigual essa situação. E, ao comparar o Brasil com países da OCDE e o resultado do Pisa, tem uma grande diferença aí que a gente tem que examinar.

O próximo.

Bom, a gente terminou de calcular o Custo Aluno Qualidade inicial de 2025. Eu tenho a impressão de que eu vou ter que deixar isso aqui para o final, porque o nosso tempo já terminou, mas a gente mostra, nesse trabalho, que só para aplicar os parâmetros de qualidade que existem estabelecidos na legislação brasileira hoje, que é exatamente o que está na Constituição, na LDB, nas resoluções do Conselho Nacional de Educação, em estudos que são realizados por entidades, pela própria Fineduca, pela campanha, etc., a gente consegue chegar a um valor de Custo Aluno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Qualidade para todas as etapas da educação básica e conclui que a gente ainda precisaria de R$61 bilhões para aplicar em todo o território nacional, exatamente esse valor.

Eu vou deixar, então, para o final, até para que todos esperem esse resultado...

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Próximo.

Eu vou mostrar, então, no final, como fica o quadro brasileiro, a situação brasileira, e depois estado por estado, com a implantação do CAQi em termos de diminuir a desigualdade educacional brasileira.

Os verdinhos são lugares que não precisam de complementação da União para atingir esse valor do CAQi. O amarelo são os lugares do país que necessitam menor ou igual a 15% e, as cores mais escuras, que precisam de complementação para valores maiores.

Então, ao final, eu vou passar, a partir daqui, os estados todos para os Senadores de cada estado verificarem a cor do seu estado como está.

Agradeço bastante aqui a oportunidade de mostrar esses detalhes para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já se observa pelo mapa (*Fora do microfone.*) que a maioria dos municípios está nas Regiões Norte e Nordeste.

Mas quero anunciar a presença do Senador Astronauta, que é membro titular desta Comissão. Boas-vindas.

O Prof. Nelson Amaral, Senador, foi o primeiro dos convidados. Nós estamos hoje com várias entidades de pesquisa, de representação da administração, da formação, discutindo a perspectiva dessas entidades em relação ao nosso Plano Nacional de Educação.

O nosso segundo convidado é o Prof. Luiz Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

Eu esqueci de avisar que, quando o reloginho toca, é porque falta um minuto, e a gente não tem controle. Ele é meio estridente, mas não se aperreiem, podem concluir, depois que ele tocar, com calma, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Luiz Dourado.

Já anuncio também a chegada do Prof. Renato Janine, da SBPC.

Prof. Luiz Dourado.

O SR. LUIZ DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, agradeço o convite para participar desta audiência pública, cumprimentando os Senadores e as Senadoras na pessoa da nossa Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Cumprimento também os companheiros de entidades, o Prof. Nelson Cardoso Amaral, da Fineduca; a Profa. Malvina Tuttman, da Anfope; a Prof. Lueli, do ForumDir; a Profa. Miriam Fábia, da ANPEd; e o Prof. Renato Janine, da SBPC.

Quero dizer que a Associação Nacional de Política e Administração da Educação tem a discussão do Plano Nacional de Educação com grande centralidade, incluindo as questões atinentes à proposição, mas também acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Temos participado de várias frentes, inclusive da construção da Conferência Nacional de Educação de 2024 e muitas das nossas discussões estarão aqui consoantes, então, a esses movimentos.

Mais recentemente, sob a coordenação da Anpae, nós encaminhamos ao Congresso Nacional um caderno de proposições denominado Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira, uma construção conjunta envolvendo a Anpae, a ANPEd, a Anfope, o ForumDir e o Cedes. Encaminhamos um documento de cerca de 300 páginas, em que nós sugerimos e fizemos a indicação de várias emendas, inclusive de emendas aditivas ao PL 2.614. Então, nós temos aí, participando dessa audiência, parte das entidades que construíram conosco esse documento, inicialmente, chamando a atenção para o Plano Nacional de Educação como epicentro das políticas de Estado da educação nacional, como elemento fulcral, central, na discussão do planejamento da educação.

Nesse plano, pela proposta enviada pelo Executivo, constam 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, envolvendo questões atinentes à educação básica e à educação superior. O próprio PL traz pontos importantes e convergentes com o documento da Conae, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também identificamos lacunas, determinadas omissões e pontos que precisam ser objeto da nossa atuação e que foram, nesse documento, encaminhados ao Congresso Nacional. Eu disponibilizarei aqui o *link* novamente desse documento das entidades, encaminhando um conjunto de emendas.

Emendas.

Na minha fala aqui, eu vou priorizar questões atinentes à governança, pensando um pouco neste olhar construto da gestão democrática, da importância de avançarmos na coordenação federativa na educação nacional, particularmente, a partir da discussão que temos feito, que é da descentralização qualificada, que não abre mão do papel da União na coordenação das políticas nacionais de educação, mas fazendo a partir de instâncias de pactuação e negociação, envolvendo uma nova forma de você construir, de fato, uma descentralização com a participação da União, estados, Distrito Federal e municípios. Então, terá aí um pouco a centralidade, também nessa perspectiva, chamando a atenção para as questões da gestão democrática e da participação no campo educacional, e as implicações disso, por exemplo, no tocante à compreensão de avaliação. Serão pontos traçados, e, certamente, chegaremos ao financiamento, já beneficiados pela fala que nos antecedeu do Prof. Nelson Cardoso Amaral, mas chamando a atenção para algumas questões fundantes. Não falarei aqui, de modo detido, de cada uma dessas emendas, porque, como eu disse, esse documento já foi encaminhado ao Congresso Nacional e será novamente agora encaminhado ao Senado para a participação.

Cumprimento a todos que estão nos acompanhando, que trouxeram questões importantes – Lea, Dafny, Ester, Fabio, Filipe, Gabriela –, e alguns desses pontos serão tocados aqui, na exposição.

Então, nessa perspectiva da governança, um dos primeiros aspectos a se tratar é a centralidade da institucionalização de um Sistema Nacional de Educação. E aí, nessa perspectiva, nós já temos uma emenda modificativa no tocante ao prazo. A proposta do PL seria o de institucionalização do SNE em dois anos, e nós propomos um ano, tendo em vista, inclusive, a tramitação já da temática na educação nacional. Obviamente, isso nos remete também a uma discussão superimportante, definida já quando foi aprovada a Emenda Constitucional 59, de 2009, que redesenha e pactua essa relação entre Plano Nacional de Educação e Sistema Nacional de Educação. Isso assume uma grande centralidade, e, articulado a isso, o fortalecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instâncias de participação de fóruns e instâncias permanentes de participação social. Então, há um conjunto de emendas nossas, atinentes tanto ao PL quanto aos seus anexos, quais sejam, os objetivos, metas e estratégias.

Nessa direção também, há todo um olhar, a partir de uma construção muito efetiva que conseguimos construir neste país com a Conferência Nacional de Educação de 2024, numa perspectiva de avaliação mais abrangente. A avaliação diagnóstica e formativa, em contraposição a essa avaliação de resultados que tem, como resultado – estou sendo, inclusive, redundante, não é? –, tem levado a um processo de ranqueamento e não de melhoria da questão da educação nacional.

Nesse sentido, nós propomos uma emenda aditiva, na perspectiva de instituição de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), presente no atual PNE, na Lei 13.005, e aqui trazemos que ele deve conter indicadores relativos a características e perfil do alunado, do corpo de profissionais; as relações entre a dimensão do corpo docente, corpo técnico e discente; a universalização, a valorização, as condições objetivas, incluindo recursos, tecnológicos e pedagógicos; a perspectiva da gestão democrática; e também um olhar que articula a perspectiva de superação das desigualdades educacionais, não apenas respeitando, mas valorizando a diversidade como elemento central nessa discussão.

Nesse sentido, para a educação básica, a instituição de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e, portanto, repensar o Saeb e repensar o Ideb nessa perspectiva, não é? E, para a educação superior, uma maior organicidade, o que implicaria necessariamente um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que articulasse tanto o Sinaes hoje quanto o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Essa é uma necessidade face à maior organicidade para o campo, não é?

Ora, pensando, então, nessas questões que estamos chamando de governança de gestão democrática, há toda uma sinalização, perspectivas e emendas nesse sentido – algumas delas aditivas, substitutivas, e modificativas –, reforçando, entre outros, por exemplo, o papel dos fóruns, em particular, do Fórum Nacional de Educação, reforçando as suas atribuições, entre elas a própria perspectiva e construção das Conferências Nacionais de Educação.

Outra questão fundante que tem a ver com a governança e que se articula à perspectiva do financiamento diz respeito a uma maior adequação na perspectiva do financiamento da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nacional, o que implicaria, a partir de uma emenda aditiva que estamos propondo ao PL, uma adequação do PPA, da LDO e da LOA, num prazo de 12 meses, objetivando exatamente avançar num cenário de proposição do plano, da sua aprovação, mas, sobretudo, pensando as condições objetivas para a sua materialização, porque, no campo das políticas educacionais, a proposição não é linear à materialização.

Então, é necessário avançar nessa perspectiva, e isso já nos remete também a um conjunto de outras questões. Como nós temos aqui várias das nossas entidades coirmãs, que, inclusive, assinam conosco esse caderno de emendas, outro ponto crucial para nós é – e fizemos um conjunto de emendas atinentes – a valorização dos profissionais da educação, entendida a partir da articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, condições de trabalho e de saúde dos profissionais. Isso vai se articular a outro movimento já decorrente inclusive da Emenda Constitucional 59, de 2009, que tem uma relação muito direta com a democratização da educação nacional, particularmente no que se refere à ampliação da educação básica obrigatória de 4 a 17 anos e aos desafios postos.

Nesse sentido, também entendemos que essa universalização preconizada pela Emenda Constitucional 59 e pelo atual Plano Nacional de Educação, que deveria ter se efetivado até 2016, deve se colocar no horizonte – fizemos emendas modificativas nesse sentido – de dois anos e não de três anos como sinalizado no PL. Então, há um conjunto de emendas retomando essas questões, mas também assegurando essas políticas de valorização com a formulação de políticas para a educação em todos os níveis, etapas e modalidades e não apenas na educação obrigatória, pautadas pelo respeito e pela valorização da diversidade, por meio de atenção às relações étnico-raciais, às questões de gênero, orientação sexual, deficiência, entre outras questões.

Outro aspecto diz respeito a pensarmos nessa linha de democratização do acesso articulado à permanência e à melhoria da condições. Isso nos coloca diante de um conjunto de desafios.

Considerando que o nosso tempo está findando e que teremos uma parte seguinte, fazemos também um conjunto de emendas com relação à educação superior, porque identificamos no PL uma centralidade na educação básica, e há a necessidade mesmo de avançarmos, estabelecendo para a educação superior – fizemos emendas modificativas nesse sentido – a ampliação da taxa de matrícula, fazendo a sinalização de taxa de matrícula bruta e líquida, a expansão pública da educação superior, bem como a melhoria dos processos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

supervisão e avaliação. Entendendo que, dada a dívida histórica do Estado brasileiro, tais políticas devem estar também ancoradas em políticas de assistência estudantil, ações afirmativas.

Então, são esses pontos para esse primeiro momento, me colocando à disposição, agradecendo uma vez mais a oportunidade e cumprimentando a nossa Senadora pelo belo trabalho que vem desenvolvendo. E, nesse sentido, quero cumprimentar cada um dos Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham nessa manhã.

Forte abraço. Obrigado.

Nos cinco minutos restantes, eu trarei outras questões que certamente – um conjunto delas – serão aqui tratadas pelos nossos companheiros e companheiras de mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Luiz Dourado, que também tem sido bastante presente nas nossas audiências, por essa bela contribuição, até porque participou da própria construção da Conae.

Vou passar agora para a Profa. Malvina Tuttman, Presidente da Anfope, para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. MALVINA TANIA TUTTMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas os presentes nesta audiência pública.

Agradeço o convite para participar deste momento histórico e saúdo os participantes desta audiência, cumprimentando, inicialmente, a Senadora Teresa Leitão e as Professoras Presidentes, do ForumDir, Lueli Nogueira, e da ANPEd, Miriam Fábia; e os Professores Presidentes, da Anpae, o nosso querido Prof. Luiz Dourado; da SBPC, o Prof. Renato Janine Ribeiro; e o Prof. Nelson Cardoso do Amaral, da Fineduca, que são parceiros e parceiras que admiro e respeito pela resistência propositiva em defesa do Estado democrático de direito em nosso país e pela busca incessante da justiça social.

Bem, eu inicio com uma citação de Paulo Freire, em que ele fala que, ao abordar tamanha esperança e possibilidade de mudarmos o mundo, isso não significa dar a impressão de ser um pedagogo lírico ou ingênuo. Ele reconhece os enormes empecilhos que a "nova ordem" impõe a pedaços mais frágeis do mundo. Ele reconhece os grandes obstáculos, mas se recusa a acomodar-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se no silêncio ou simplesmente tornar-se o eco macio, envergonhado ou cínico do discurso dominante. Com essas palavras de Paulo Freire, que estão em seu livro *À Sombra desta Mangueira*, eu compartilho com vocês algumas reflexões que a Anfope tem feito ao longo de sua história.

Mas, para a organização dessa fala, entre tantas temáticas fundamentais que são contempladas no PL, eu vou fazer, por conta do tempo que temos, um recorte e abordarei, em especial, a questão da formação de profissionais da educação básica, que perpassa pelos 18 objetivos do Projeto de Lei 2.614, de 2024, mas que, pela sua importância, mereceu também um destaque no PL, especificamente no Objetivo 16.

Nesse sentido, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) tem, como objeto histórico das suas ações, a defesa de uma formação docente crítica e comprometida com o processo de emancipação humana. Propõe sempre um modelo de formação profissional que se baseia em princípios construídos historicamente, de forma coletiva e participativa, ancorados em uma concepção sócio-histórica crítica em oposição ao pragmatismo neoliberal.

Portanto, para a Anfope – e acredito que para todas as entidades que estão aqui presentes e as que já estiveram também em audiências anteriores neste Senado –, defender a educação e especialmente a formação dos profissionais da educação significa lutar em defesa de um projeto de nação comprometido com um projeto de sociedade, que supere as marcas das grandes desigualdades sociais que temos em nosso país, contrapondo-se, dessa forma, a um outro projeto claramente mercadológico, marcado pelo neoliberalismo, em favor de políticas restritivas de direitos e amplamente privatizantes.

A luta pela educação, portanto, não pode estar atrelada ou, perdão, desatrelada daquela em defesa do Estado democrático de direito, do diálogo com os movimentos sociais e de uma política educacional efetivamente de Estado e não de governos. Não é possível pensar a formação dos e das profissionais de educação sem pensar em conjunto as condições das escolas brasileiras e dos planos de salário e de carreira.

Portanto, responsabilizar esses profissionais, única e exclusivamente pelos resultados da educação – por isso é importante a questão abordada pelo Prof. Luiz Dourado em relação à avaliação –, responsabilizar exclusivamente os profissionais da educação pelos resultados é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minimamente perverso, assim como também não considerar a falta de investimentos na educação, já abordada pelo Prof. Nelson, é uma atitude eminentemente irresponsável.

Bem, portanto, não podemos permitir retrocessos no PNE em relação a grandes temáticas e, especialmente, em relação ao financiamento da educação pública e aos direitos educacionais dos grupos minoritários. Abordo também, ressalto também que é de fundamental importância a garantia, como já falado, do financiamento público para a educação pública em todos os seus níveis e modalidades de ensino. E aí, vamos esperar os cinco minutos ao final, para ouvir, com mais detalhamento, a preciosa contribuição da Fineduca, que fala sobre também a garantia do financiamento adequado para a real implementação do Plano Nacional de Educação.

Como o Prof. Luiz Dourado já abordou, a Anfope fez parte do conjunto de entidades, com a Anpae, com a Anped, com o ForumDir e com o Cedes, no sentido de poder apresentar à Câmara dos Deputados – e, logicamente, apresentaremos também ao Senado – um conjunto de emendas de que essas nossas entidades sentiram ausência no PL, no presente PL. Então, as proposições das nossas entidades se fundamentam principalmente nas concepções e nas deliberações da importante Conferência Nacional de Educação (Conae), que foi realizada em 2024, em janeiro de 2024, com a presença de grande representação dos municípios, de quase todos os municípios do nosso país, e foi construída de forma democrática a partir de conferências municipais, intermunicipais, estaduais e do Distrito Federal também.

Nesse sentido, comparamos o Projeto de Lei 2.614, de 2024, à luz do documento da Conae e também em termos de outros documentos importantes para essa reflexão e essa propositura.

Nesse sentido, por conta do tempo e como eu falei no início da minha exposição, eu vou destacar a questão da formação dos profissionais da educação, a valorização dos profissionais da educação que, basicamente, é abordada no Objetivo 16, falando em especial das emendas aditivas.

Algumas outras emendas foram feitas, mas foram feitas em caráter de modificação das emendas ao próprio PL, mas essas a que eu vou me referir foram emendas sentidas por este coletivo de entidades, emendas que, na nossa percepção, ficaram ausentes, especificamente no que se refere à questão da formação dos profissionais da educação.

Então, por exemplo, eu passo a fazer a leitura, brevemente, de algumas dessas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foram mais de 20 emendas aditivas tanto aos artigos do PL quanto em relação aos objetivos e metas. Acredito que, assim como o Prof. Nelson e o Prof. Luiz Dourado, eu vou falar sobre elas nos cinco minutos restantes e, nesse sentido, eu aproveito, neste instante, para agradecer e ressaltar a importância de estarmos presentes neste coletivo de audiências públicas, e, em nome da da Anfope, abraço a todas as pessoas participantes deste conjunto de audiências promovido pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, por acreditarem que, juntos, juntas, construiremos, de forma democrática e republicana, um plano nacional de educação para o próximo decênio, que terá, como centralidade, o imenso desafio de reduzir as desigualdades sociais.

Muito obrigada, Senadora, como representante de toda a Comissão de Educação e Cultura, e peço desculpas por completar a fala nos cinco minutos que serão concedidos a todos os expositores.

Muito obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Malvina.

Esses cinco minutos restantes são para isso mesmo. Talvez algum aspecto a mais que tenha sido levantado pelos outros participantes da mesa, não se preocupem, que a gente consegue dar conta.

Mas muito obrigada pela participação da Anfope.

Passamos, em seguida, para a Profa. Lueli Nogueira, Presidenta do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir).

Lueli, passo a palavra para você, para seus dez minutos iniciais.

A SRA. LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todas as pessoas presentes e que nos assistem pelas mídias.

Na pessoa da Senadora Teresa Leitão, cumprimento todos e todas as Parlamentares e aos meus colegas de mesa aqui presentes. É um prazer estar mais uma vez aqui com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite e aproveito para parabenizar a Senadora Teresa Leitão pela propositura desta série de audiências públicas que visam discutir o PL 2.614, do novo Plano Nacional de Educação, e pela seriedade, ética, responsabilidade e compromisso social com que tem conduzido esse processo, assentado no princípio da participação social e na escuta ativa de diferentes atores do campo educacional deste país. Parabenizo também pelo projeto de lei, aprovado recentemente, que institui concurso público para professor de educação indígena, do campo e quilombola. Uma conquista histórica que revela mais uma vez sua sensibilidade, sintonia, aproximação e vínculos históricos e teóricos com a educação pública. Aliás, é preciso reconhecer, e faço isso agora publicamente, que sua atuação tem sido a voz da educação no Senado Federal, nos últimos anos. Saiba que você nos representa. Muito obrigada e parabéns.

Dito isso, informo que as entidades aqui presentes, já mencionadas, Anpae, ANPEd, Anfope, Forumdir, SBPC e Fineduca reconhecem o esforço político-pedagógico do MEC ao propor o novo Plano Nacional de Educação, com duração decenal e em conformidade com a legislação em vigor.

O PL 2.614, de 2024, está estruturado, como todos já sabem, em 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, abarcando todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Suas proposições, em sua maioria, se assentam no documento do GT do MEC, conforme já foi dito, mas também apresentam várias convergências com o documento final da Conae 2024. Cabe ressaltar, em relação a isso, que o documento final da Conae, conforme também já ressaltaram, é um documento potente que contempla, por um lado, o acúmulo de discussões, conhecimentos, concepções e demandas históricas da educação, e, por outro lado, expressa a participação social, por ser fruto das conferências municipais, intermunicipais, estaduais, distrital e nacional, na elaboração de seu texto teórico, conceitual e propositivo.

Diante disso, a seguir, passo à análise de alguns pontos do PL 2.614 do novo PNE. Alguns pontos, porque, pelo tempo, é impossível fazermos além disso. Eu quero destacar do texto, primeiro, que ele apresenta lacunas ou proposições insuficientes. Vou dar alguns exemplos, mas teríamos outros. A esse respeito, pode-se mencionar o que o Nelson já apresentou para nós. Não prevê financiamento público para o ensino superior. Prevê ampliar o investimento público na educação pública, em particular na educação básica, em apenas 7% do PIB até o sexto ano, o que o Nelson já mostrou que não corresponde à nossa realidade, nem, portanto, nos ajuda em termos de educação. Não apresenta também, conforme já mencionado, a regulamentação do CAQi, ou seja, do Custo Aluno Qualidade Inicial. É preciso que se entenda, e aí a gente chama a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos Parlamentares e de todo o conjunto da educação, que, sem financiamento público adequado e estável para a educação pública, em todos os níveis, etapas e modalidades, o novo PL do PNE terá sua materialidade comprometida e inviabilizada desde o início, como aconteceu com o atual, que está em vigor ainda. Dinheiro na educação não é gasto, é investimento, conforme diz o nosso Presidente Lula.

Uma ausência importante que merece ser destacada é não contemplar a discussão sobre o desenvolvimento socioambiental sustentável, questão tão necessária hoje em dia em razão das mudanças climáticas, de modo que possamos garantir a vida com qualidade no planeta e também, claro, o enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza.

Um segundo item importante a ser destacado é a ausência de proposições e estratégias propostas no documento da Conae 2024. Como, por exemplo – como a Malvina, mais ou menos, já sinalizou –, não propõe instituir a política nacional de valorização dos profissionais da educação, nem prioriza a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial, que é o que nós tanto desejamos, e nem propõe o cumprimento do piso salarial. Não preocupa com a melhoria das condições de vida, de segurança, saúde e bem-estar do corpo docente e ainda propõe manter 30% dos professores da educação básica na condição de temporários. A ausência dessas proposições e de outras tantas atinge e compromete não apenas a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, mas desrespeita e desqualifica os profissionais da educação deste país.

Um terceiro item: proposições sem a definição de prazos intermediários. São vários, vou pegar um exemplo, a Meta 10, que trata de EJA. Ela propõe o seguinte – abro aspas –: "Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais, de modo a superar o analfabetismo até o final da vigência deste [...] [plano]" – fecho aspas. Elevar quanto? E mais, como assim até quando vamos negar o acesso à educação básica de qualidade para essa população? Até a vigência? Mais dez anos para isso? Nessa mesma direção, pode-se mencionar metas tímidas para o acesso ao ensino fundamental obrigatório de quatro a dezessete anos, e também em relação ao acesso à educação superior, que é uma das perguntas que está aí no *chat*.

Quatro, proposições de atos do Executivo sem a devida qualificação. O Luiz já mais ou menos colocou algumas coisas, mas eu vou trazer como exemplo o art. 6º do Projeto de Lei do 2.614, de 2024, que estabelece o seguinte – abro aspas –: "Os estados, o Distrito Federal e os Municípios [...] [aprovarão em lei] seus planos de educação, de duração decenal, em consonância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com o disposto no PNE, no prazo de um ano, contado da data de publicação desta Lei". O.k., tudo bem, é isso mesmo. Mas o que falta qualificar? Após realização de amplas democráticas e participativas conferências da educação, é preciso entender que os planos nacionais, os planos decenais precisam ser fruto da participação social. Essas discussões têm que alcançar os municípios, os estados, o Distrito Federal; a população precisa participar desse processo.

Cinco, foco no aspecto técnico do PL, do novo PNE, em detrimento das bases teóricas, conceituais e metodológicas fundamentais para assegurar, de fato, a educação como direito social e subjetivo e de qualidade social a todas as pessoas, indistintamente. Nesse sentido, pode-se trazer como exemplo – eu estou pegando um exemplo, temos mais também – a Meta 1 do Objetivo 1 do PL, que trata do acesso à educação infantil e apresenta uma meta de atendimento em creche de modo muito tímido em relação ao PNE atual e muito abaixo das proposições da própria Conae, que defende 100% de acesso. O PL, ao contrário, prevê atender apenas 60% da população até o final da vigência do PNE, e a meta para a educação indígena é ainda menor, 50%. Visto a demanda real por educação infantil neste país ser muito alta e desigual, essa meta é extremamente complicada e tímida.

De acordo com o quinto relatório de monitoramento e avaliação do Inep, que foi lançado no final do ano passado, em 2022, que é o último ano da série histórica com informações disponíveis na Pnad Contínua, o Brasil alcançou apenas 37,3% da população de crianças de zero a três anos de idade atendidas nos sistemas de ensino. E, pelo gráfico da série histórica, verifica-se que não irá alcançar a meta ainda este ano, que é de 50%. Então, essa meta de 60% até o final do ano e de 50% para indígena é tímida. Ela nos coloca a uma situação muito complicada em relação ao acesso à educação infantil para essa população neste país.

Vou fazer mais um e depois encerro.

Em relação à educação inclusiva, que foi uma questão que também está no *chat*, a gente pode dizer que o PL apresenta alguns avanços em relação à educação inclusiva, inclusive que se aproxima do documento da Conae, mas é preciso também...As questões que envolvem racismo e igualdade de gênero foram muito pouco contempladas nesse PL e, visto que essas questões têm um papel importantíssimo, infelizmente, na construção das desigualdades escolares e sociais, é preciso que este PL elabore metas e estratégias alternativas concretas para enfrentar esses desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu paro por aqui. O restante das minhas considerações finais eu farei nos meus cinco minutos aí.

Agradeço a participação neste momento.

Passo a palavra.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Lueli, eu mais ainda pela sua generosa avaliação.

Repito o que eu disse no início: os financiamentos têm sido um tema recorrente de todos os nossos convidados e convidadas. Terça-feira passada, o Mieib esteve aqui e esses dados de educação infantil, que é a porta de entrada na educação básica, também foram levantados.

Mas vamos adiante com o nosso próximo convidado, que é o Prof. Renato Janine Ribeiro.

Muito nos honra a sua presença por todo o seu histórico da educação. Inclusive foi nosso Ministro e hoje é o Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Prof. Renato, para os seus dez minutos iniciais. (*Pausa.*)

Está sem som.

Agora o som está cortado, a gente não está te ouvindo, não sei se é daí ou daqui.

O pessoal aqui da técnica vai observar.

Não, não estamos te ouvindo.

Veja o som, o volume do microfone. (*Pausa.*)

Ainda não. (*Pausa.*)

Professor, a gente vai passar para o seguinte, e o pessoal aqui da assessoria, da técnica vai conversar com o senhor no privado para ver o que é que está acontecendo, está bem? Nós ainda temos uma participação e depois voltamos. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Pronto. Então, vamos continuar. Depois o professor volta; enquanto isso, a gente resolve essa dificuldade técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu já passo para você, Miriam Alves. A Miriam está na tela. Miriam Fábia Alves, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Passo para você, Miriam, para seus dez minutos iniciais.

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas. Cumprimento, de maneira muito especial, a nossa Senadora Teresa Leitão. Nossa Senadora sabe que eu tenho a maior alegria em dizer "a nossa Senadora". Já disse a ela pessoalmente várias vezes, vou reiterar aqui: queremos Teresa Leitão Senadora por Goiás; é sempre uma boa opção, sempre uma excelente opção. Então, é um prazer.

Cumprimento os nossos colegas, os nossos companheiros de luta, companheiras de luta, a Profa. Malvina, a Profa. Lueli, o Prof. Nelson, Prof. Luiz Dourado, Prof. Renato, que está aí. Senadora, muitíssimo obrigado pelo convite às nossas entidades, às nossas sociedades científicas.

Como os colegas, as colegas que me antecederam, nós fizemos aí todo um movimento nesses últimos anos, não só de apresentar um caderno de emendas, como nós já dissemos, mas todo o movimento de luta em defesa das Conferências Nacionais de Educação. Estivemos juntas e juntos aí nestes últimos anos, em 2024 também, a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) esteve na comissão organizadora de sistematização, de produção do material. Então, nós temos participado, historicamente de todo esse movimento em defesa da educação brasileira.

Penso que esse é um destaque de uma ação conjunta das entidades, das sociedades nesta pauta tão importante que é o Plano Nacional de Educação, a ideia central aqui de planejamento, de pensar qual educação queremos e como faremos esses processos. Penso que aqui a gente tem um papel fundamental para pensar um pouco a nossa contribuição na manhã de hoje.

Penso que as questões já apresentadas são questões muito importantes a todas as nossas entidades, mas, pelo curto tempo, gostaria de destacar aqui a nossa contribuição em relação à questão do acesso, permanência e conclusão da graduação, na qualidade da graduação e da pós-graduação. Então, vou aqui me deter um pouco mais sobre os Objetivos 13, 14 e 15, na perspectiva de complementar aquilo que o plano, que a proposta de plano, que o PL para o plano traz para a gente nesse PL 2.614. Uma primeira questão é a importância da ampliação da taxa bruta de matrícula e da taxa líquida de matrícula na graduação, mas aqui com dois elementos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais. O nosso documento de emendas traz aí esta questão relativa à ampliação da expansão pública das matrículas no país. Então, a gente tem aqui um grande...

Quando a gente olha os dados, a gente vê a inversão público-privada – pública, na educação básica e, depois, privada, na educação superior. Então, a nossa proposição, em relação ao PL, é que haja um aumento dessa taxa bruta de matrícula e, quanto à taxa líquida, esta seja acompanhada da expansão pública das matrículas. Eu acho que esse é um dado fundamental.

E um outro elemento que a gente destaca também, em nosso documento, é a redução das desigualdades, as brutais desigualdades que marcam a educação superior e a pós-graduação – eu vou chegar lá, se der tempo – neste país.

Então, esses dois elementos o nosso documento traz para o debate, Senadora, e eu penso que são dois elementos que merecem nossa atenção na discussão.

Uma outra questão que eu queria trazer aqui, endossando a Profa. Malvina, a Profa. Lueli, no campo da formação de professores, e está lá também na nossa contribuição do Objetivo 13, é a ampliação da matrícula presencial nos nossos cursos de licenciatura. A formação presencial... E, aí, eu estou falando de graduação, eu estou falando de licenciatura e eu estou falando de formação de professores. Então, esses elementos são fundantes, fundantes. Então, acho que a gente precisa retomar a defesa da formação presencial nos cursos de licenciatura, óbvio, com todos os elementos já apresentados da atratividade da carreira, que inclusive tem sido responsável pelo esvaziamento dos nossos cursos presenciais.

Então, formar bons professores e boas professoras, nesse aspecto, passa na nossa avaliação também pela presencialidade.

E, aí, tem duas questões fundamentais a pensarmos e que estão apontadas em novas estratégias que nós apresentamos, no campo da expansão da oferta da matrícula pública, mas considerando aqui a questão da inclusão de diferentes... Consideramos os marcadores sociais. Então, gênero, a questão étnico-racial, a questão dos deficientes, a questão da população LBTQIA+. Então, são elementos aqui que a gente destaca.

Do campo da qualidade da graduação, eu queria destacar que a qualidade da educação – permanência, conclusão dos cursos de graduação –, na nossa avaliação, passa pela consolidação das políticas afirmativas e de assistência estudantil. Então, aqui a gente destaca, com êxito, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importância de consolidar o Pnaes, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, e, nesse caso, os marcadores sociais também são fundamentais na consolidação destas políticas, assim como a criação, por exemplo, de núcleos de apoio aos estudantes nas nossas universidades e de núcleos de apoio e inclusão nas nossas universidades.

Se nós queremos uma política de educação mais inclusiva, desde a educação infantil, ela vai chegar na educação superior, ela vai chegar na graduação e ela vai chegar na pós-graduação – e o destaque em relação a isso.

E, aqui, a questão da ampliação da taxa bruta e da taxa líquida de matrícula também passa por ampliar o acesso da educação superior aos estudantes pretos, pardos, indígenas, deficientes e LGBTQIA+, né? Então, são estratégias fundamentais.

Nosso destaque, no campo da qualidade, também relativo aos projetos, aos programas que trazem aqui ensino, pesquisa, extensão e iniciação científica, pós-graduação. Então, a gente entende que pensar a qualidade da educação superior – e aí, por isso os nossos acréscimos no (*Falha no áudio.*)...

E, no nosso Objetivo 15 – aqui nós somos uma Associação Nacional de Pós-Graduação e de Pesquisa em Educação –, a gente traz para o debate a importância da ampliação do número de matrículas na pós-graduação e de titulação de mestres e doutores. Se a gente quer considerar aqui a nossa contribuição dentro da universidade, dentro do espaço da produção da pesquisa e da pós-graduação para a qualidade de vida do planeta, para a qualidade de vida no Brasil, para a preservação ambiental, para a solução dos problemas no campo tecnológico, para a solução dos problemas no âmbito das nossas relações como um todo, a pesquisa e a pós-graduação têm aqui papel de destaque e de importância para pensar a complexa problemática que assola o nosso país hoje. E aí, se considerarmos que receberemos agora, em novembro, a COP 30, aqui no Brasil, em Belém, o papel da pesquisa e da pós-graduação a gente traz aqui como destaque importante.

E aí, Senadora e colegas, eu queria destacar três estratégias que a gente apresenta aqui para o Objetivo 15 da pós-graduação. A primeira delas é analisar, avaliar e promover articulações entre objetivos, metas, estratégias e indicadores de pós-graduação constantes no PNE e constantes no Plano Nacional de Pós-Graduação aprovado agora para os próximos quatro anos na Capes. (*Pausa.*)

A moça fala assim tão séria, gente: "15 segundos". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa articulação entre PNE e PNPG é uma articulação fundamental. Gente, e não é só para pós-graduação, é para pensar a educação brasileira – como diz o Presidente Lula –, desde a educação infantil até a pós-graduação. Então, essa questão aqui é importante porque traz também a elevação do percentual de mestres e doutores; a garantia de condições adequadas de acesso, permanência e conclusão da pós-graduação; a diversidade ampliada na pós-graduação; a redução das assimetrias da pós-graduação brasileira – Norte, Nordeste e Centro-Oeste deste país têm aqui muito a fazer no campo da pós-graduação –; as interações com o mundo do trabalho; e a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Eu vou parar por aqui e vou deixar ainda um pouquinho para os cinco minutos que nós temos, já agradecendo, então, a possibilidade de trazer esses elementos ao debate.

Muito obrigada, Senadora.

Fico aqui no aguardo para continuarmos a discussão e o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Miriam.

Vamos voltar para o Prof. Renato Janine, porque eu acho que agora a gente já ajustou a questão do som.

Professor, os seus dez minutos iniciais. Muito obrigada pela presença.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Está me ouvindo agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Então, muito obrigado. Não sei o que aconteceu. Estou com um *laptop* novo, talvez não tenha sido configurado o microfone, então passei para o celular.

Eu quero saudá-la, Senadora, e, na sua pessoa, todos os Senadores, assessores e os Professores e Professoras que estão presentes nesta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em especial, Senadora, é muito importante para mim, pessoalmente, estar falando a convite de alguém que representa o Estado de Pernambuco, onde realizaremos, a partir do dia 12 de julho, a 77ª Reunião Anual da SBPC, que será também a última da minha gestão, eis que estarei completando o segundo mandato consecutivo como Presidente da SBPC. Mas posso, desde já, dizer que serei sucedido por pessoa da mais alta categoria, a Profa. Francilene Procópio Garcia, docente da Universidade Federal de Campina Grande, portanto sua vizinha imediata, que terá muita capacidade de conduzir a SBPC, sobretudo pelo conhecimento que ela tem das pautas de inovação, que hoje constituem uma das grandes questões no debate sobre o financiamento da pesquisa científica e tecnológica.

Eu vou falar, sobretudo, a partir da minha experiência como Ministro em 2015, depois do Ministro Paim, que foi aquele que acompanhou a tramitação final e a sanção do PNE 2014, e do Ministro Cid Gomes, que, infelizmente, ficou pouco tempo, uma vez que ele foi hostilizado severamente por um grupo no norte do Brasil, o que acabou levando a sua saída muito honrosa, muito digna, num embate com aquele que depois seria um dos responsáveis pelo golpe contra a Presidente Dilma Rousseff.

Então, o PNE 2014 foi muito importante. Ele reuniu as demandas das associações da comunidade acadêmica e educacional do Brasil, como, por sinal, agora o PNE proposto para 2024, porém o problema no qual ele esbarrou foi a crise não só política, mas também de financiamento do PNE. O PNE era ambicioso, como esse é ambicioso – e, ao dizer isso eu os elogio; não é uma crítica. O problema não foi o conteúdo do PNE, porque os PNEs têm se pautado por uma articulação de todos os pontos que importam para a educação.

A título de exemplo, eu comentaria a Avaliação Nacional de Alfabetização, promovida pelo MEC desde, se não me engano, 2014, 2013, e cujo primeiro resultado de avaliação eu tive a honra de divulgar – avaliação essa conduzida pelo educador Francisco Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais, que, no meu tempo no MEC, presidia o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira. O comentário do Chico Soares é o seguinte: são muitos os fatores que militam para melhorar a educação. Então, por exemplo, se nós temos... Desculpe, não era a ANA, não era a alfabetização; era o Enem. São muitos fatores que militam para uma nota no Enem. Um deles, e talvez o mais cruel, é o nível socioeconômico. O Inep divide em sete níveis socioeconômicos os estudantes do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No nível socioeconômico mais alto, dizia o Chico Soares para mim, a média de nota é 610 pontos; no nível mais pobre, a média de nota no Enem é 420 pontos. Então, temos uma diferença de quase 200 pontos no Enem devido, basicamente, ao nível socioeconômico dos estudantes, o que também significa que uma criança, um adolescente pobre, muito pobre, que tenha 500 pontos de nota está quase cem pontos acima da média de sua categoria social. E o mesmo resultado, a mesma nota, se for um aluno rico, significa que ele está mais de cem pontos abaixo do nível socioeconômico a que ele pertence. Esse é talvez o fator mais cruel em toda a educação brasileira, o que motiva muitas iniciativas para melhorar a educação.

Então, iniciativas que talvez um desavisado pense que não impactam a qualidade da educação... Por exemplo, a alimentação melhora, certamente, o desempenho educacional, o que foi muito bem constituído, desde os primeiros Governos do PT, através da compra de alimento da agricultura familiar, o que impacta positivamente não só a educação, mas também a produção de alimentos.

Da mesma forma, nós temos fatores, como, por exemplo, se um professor dá aula somente da matéria em que ele está formado, ele terá um desempenho melhor do que se ele também socorrer à escola com aulas de matérias em que ele não foi formado. Eu digo isso com convicção e, ao mesmo tempo, com certa tristeza, porque, como sou filósofo – a minha área é Filosofia –, e a Filosofia costuma ter... Quando tem apenas uma aula semanal é relativamente raro que o professor de Filosofia seja alguém formado em Filosofia: com frequência, é alguém formado em uma matéria próxima que agrega, que acode a escola dando mais aulas de uma matéria que não é a sua de formação. Então, esse é um fator que importa.

Outro fator que importa também, segundo a avaliação do Chico Soares, é quando o professor dá aula numa escola só, em vez de ter que se dividir entre várias escolas.

Então, são vários fatores assim que estão sendo contemplados no PNE desde 2014 e voltam a estar no PNE em 2024, com mais consciência, inclusive, dessa articulação das políticas que têm que impactar a educação.

Eu devo lembrar também uma história que me foi contada, Senadora, por um conterrâneo seu, em termos de execução, o ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e que foi Secretário da Educação do seu estado, Mozart Neves, que é químico. Mozart me contou que, em uma vez, ele foi visitar uma escola, enquanto Secretário, bem distante da capital, bem distante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Recife – em que faremos, como eu disse, nossa reunião anual da Universidade Federal Rural, pela primeira vez –, e se deparou com uma professora que dava aula de Química na escola, mas que não era formada em Química, era formada em matéria de humanas. E ela, então, improvisava, ela acudia a escola. A aula dela tinha problemas, ela não entendia a Química como alguém que fez uma faculdade de Química. E o Mozart, inclusive, a ajudou, levando-a para o laboratório dele, etc. Mas é uma história que mostra a dificuldade extraordinária que nós temos quando uma quantidade de professores ainda é de pessoas que não são formadas na área especificamente que fazem. E eu creio que Química, que, para um filósofo, é uma área muito distante, é um dos exemplos mais candentes disso.

Eu considero que as medidas do PNE, levando em conta aqui várias sugestões positivas que foram feitas e expandidas, são muito boas, porém um problema que nós vamos ter agora, como tivemos 10 anos atrás, 11 anos atrás, é o de financiamento. O financiamento é o grande problema. Nós temos que, realmente, colocar mais dinheiro na educação.

Eu lembro que, um tempo atrás, um economista de direita alegou, em alguma publicação nas redes sociais, que o Brasil investe 6% do PIB na educação, o mesmo que a Alemanha, mas é bom fazer a diferença. O PIB alemão, em termos de paridade de compra, é entre três e cinco vezes maior que o PIB *per capita* – estou falando *per capita* – do Brasil. Então, uma coisa é você ter um investimento x, outra coisa é ter um investimento três ou cinco x. Esses valores não são, vamos dizer, tão... Não basta o percentual, você tem que saber o bruto. A outra coisa também da Alemanha é que a Alemanha é um país que há muito tempo resolveu problemas básicos tanto da educação fundamental e média quanto da própria estrutura de edifícios, de laboratórios, de escolas, etc. Podemos ver que, na Alemanha, entidades como a universidade exemplo humboldtiana, por exemplo, tem 200 anos. No Brasil, nossas universidades mais antigas não têm 100 anos e conseguiram ter um papel importante na produção científica mais recentemente ainda. Isso se deve muito à Capes, ao CNPq, às fundações de amparo à pesquisa, que são recentes. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a mais importante, tem um pouco mais de 60 anos; ela foi criada a partir de uma deliberação da Constituinte paulista em 1947 e somente foi instituída em 1960. E aqui nós temos, então, também o acréscimo de que, na maior parte dos estados, as fundações de amparo à pesquisa são posteriores à Constituinte de 1987, 1988. Então, tudo isso cria um descompasso muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem uma vantagem, apesar de tudo, que é o seguinte: como nós chegamos tarde a esta festa, que é a qualidade da educação, nós podemos nos beneficiar da experiência dos outros, não precisamos fazer tudo. Não precisamos fazer todo o ensaio e erro por que passaram tantas outras nações, mas, ao mesmo tempo, nós precisamos muito de financiamento.

Eu queria concluir dizendo que a grande questão que se coloca hoje, Senadora, é a da reforma tributária, a fim de tributar e taxar mais quem pode pagar e, ao mesmo tempo, efetivar essa transferência não de renda diretamente, mas de serviços públicos de alta qualidade para os mais pobres. A educação avulta nesse campo. Há a educação, a saúde pública, que também cresceu muito nos governos do século XXI no Brasil, e, finalmente, a importância também da ciência. Eu estou aqui não como ex-Ministro da Educação, mas como Presidente da SBPC, e eu posso afiançar que a ciência é um fator importantíssimo hoje tanto na produção de bens e serviços quanto também na definição de políticas públicas.

Eu vou me desculpar, Senadora, mas, infelizmente, eu tenho uma consulta médica daqui a pouco e, então, não vou poder fazer uso dos cinco minutos finais que a senhora indicou para cada expositor.

Eu queria agradecer muito esta oportunidade e cumprimentá-la pela iniciativa.

Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos muito a sua presença. Acho que foi uma contribuição muito importante que a SBPC nos dá neste debate. Seja muito bem-vindo no nosso estado!

Eu tenho a impressão de que eu estou numa mesa dessa reunião, tratando do estímulo a jovens mulheres cientistas. Tem um braço da SBPC que está estimulando a pesquisa em jovens. Se não me engano, é para lá que eu vou. Não sei exatamente qual é o meu dia, mas é para falar da mulher na política e da importância desta relação política e ciência, que eu acho que o senhor levantou aí e que tem tudo a ver.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora. Vamos escutá-la com bastante...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente se encontra lá nas nossas terras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Então, vamos voltar para nossa ordem, que fica livre também, pode ser algum diálogo com as exposições que foram feitas, com algumas das perguntas que nos chegaram. Fiquem à vontade.

O Senador Astronauta Pontes precisou sair para a plenária.

Nós vamos já passar direto para as considerações transitórias, não finais, porque a conjuntura não nos permite fazer considerações finais. Como diz o Prof. Carlos Abicalil, façamos então considerações transitórias.

E aí eu já passo a palavra para Nelson Cardoso Amaral.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor.) – Como eu falei e prometi na primeira fase, voltando agora à apresentação...

Se puder voltar um pouquinho, por favor. Mais um pouco, aí.

Foi muito interessante ouvir todas as pessoas anteriores, em especial o Prof. Renato agora no final, porque como é que é calculado o Custo Aluno Qualidade Inicial? A gente pega e faz toda uma varredura na Constituição, na LDB, nas resoluções e estudos que consideram a realidade brasileira para colocar esses insumos presentes no Simulador de Custo Aluno Qualidade, que são exatamente: o número de dias letivos por semana; é claro que também as jornadas diárias, se isso é parcial ou se é integral – é claro que o integral é mais caro que o parcial –; o tamanho das turmas, estudantes e docentes por turma são importantes também nesse processo; formação, jornada, carreira e remuneração dos professores – o que foi muito analisado pela Profa. Malvina –; adicional para professores das escolas rurais, para incentivar exatamente essa situação; anteriormente, composição do quadro de dirigentes e funcionários da escola, com formação e recuperação; manutenção das escolas, formação continuada, materiais didáticos e outros; e encargos sociais. Então, esse conjunto de parâmetros são os insumos que vão resultar depois no Simulador de Custo Aluno Qualidade, para o CAQi, que a gente diz, porque é calculado... É claro que não vou entrar em detalhe nenhum agora sobre esse aspecto.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O resultado é esse, os valores por creche, pré-escola, ensino fundamental anos iniciais e finais, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial, esses valores são maiores, em geral, que exatamente os do Fundeb, o Vaaf, o Vaat, para quem entende bem do Fundeb. E, por isso, precisaria haver uma complementação equivalente a 0,5% do PIB. É isso que o Prof. Renato está dizendo: tem que aumentar o dinheiro da educação brasileira, e é só 0,5% do PIB. Agora seria passar de 5% para 5,5%, e para chegar a 10% até no final do decênio. Então, essa é a formulação do CAQi.

E depois viria o CAQ, porque exatamente a ideia é diminuir essa diferença que existe, tão grande, entre o que tem na Europa e nos países da OCDE, por exemplo, e o que tem no Brasil, não é? Comparar o Brasil com a Alemanha, com a Coreia do Sul, com a Finlândia e tal, como o Prof. Renato também descreveu, é muito desleal, sendo que tem todo esse processo aí no Brasil ainda para ser percorrido.

O próximo.

Então, onde a gente vê as cores mais claras – o verde, depois, o amarelo – é onde tem uma situação melhor em termos de necessidade de complementação, e onde as cores são mais escuras é exatamente onde há necessidade maior da complementação da União. E a gente vê no mapa do brasileiro já a melhoria das condições para que esses insumos sejam ofertados; com 0,5% do PIB já melhorariam muito as condições dos estados ali mais escuros.

Vou passar agora, como *flash*, mais rápido um pouquinho, é claro, cada estado, sem muitos comentários, só para cada um que está assistindo e que vai assistir depois, para cada Senador e Senadora e Deputados e Deputadas olhar o seu estado com carinho e verificar a situação antes de votar as metas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL – ... e todos os detalhes do Plano Nacional de Educação, inclusive aumento de recursos, mesmo neste momento agora de dificuldades, em termos financeiros.

Então, vamos lá, bem rápido mesmo, em termos de *flash*.

Região Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O próximo.

Acre, Amapá, Roraima e Pará. Não vou fazer nenhum comentário, cada um...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – As cores falam por si.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL – As cores falam por si, e cada um faz sua avaliação.

Amazonas, Rondônia e Tocantins.

O próximo.

Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão.

Próximo.

Paraíba, Pernambuco – uma paradinha, porque é o estado da Senadora –, Piauí, Rio Grande do Norte.

Próximo.

Sergipe.

Próximo.

Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Próximo.

Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo.

Próximo.

Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O mote do nosso trabalho todo na Fineduca é de que é chegada a hora de o Brasil procurar fazer isso. Por isso eu achei muito interessante a fala do Prof. Renato Janine, porque ele, como ex-Ministro e Presidente da SBPC, mostra claramente a necessidade de o Brasil fazer isso. Tem que ter essa hora, temos que aproveitar toda a riqueza que o Brasil tem, em termos de riquezas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

naturais e outros recursos possíveis, que estão também nos trabalhos da Fineduca, estão na apresentação mais longa, para que isso ocorra a partir de agora.

Quero agradecer bastante a oportunidade de apresentar essas informações, e a Fineduca fica à disposição da Comissão do Senado, quando o processo vier para cá, para novas audiências e novos estudos e análises, junto com os assessores e consultores do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Nelson, foi uma grande contribuição, porque, como eu disse, todas as instituições que estão sendo convidadas estão batendo muito na questão do financiamento do plano, não é? É uma questão que nos preocupa, como o senhor já disse, inclusive em outros eventos: tem muitas riquezas do Brasil, muitas fontes de riqueza que não são direcionadas para a educação, e a gente precisa ter esse entendimento também da própria distribuição de recursos. Eu acho que a gente tem o volume, que precisa ser ampliado, sim, mas também as nossas prioridades.

E o que o Prof. Janine falou vai ser um *tsunami* aqui no Congresso Nacional, porque os nossos adversários, os adversários do projeto, acham ruim não isentar os mais pobres do Imposto de Renda, como está na proposta da reforma da renda: até 5 mil, isentar; até 7,5 mil, diminuir a alíquota – vai pegar mal na fita quem votar contra isso –, mas também querem preservar as grandes fortunas. O debate que a gente está tendo sobre o IOF é por conta disso também. Não se pode taxar lucro, não se pode taxar dividendos, e isso tem a ver muito com o que a gente defende para o Brasil. Por isso – eu acredito que todos vocês também discutiram e pontuaram isso – a importância desse plano dentro de um contexto em que se quer trabalhar a emancipação, a criticidade, a libertação dos nossos jovens e das futuras gerações.

Então, a sua presença foi muito importante para nós. E a Fineduca tem dado, sem sombra de dúvida, uma grande contribuição para este debate.

Vou passar agora para o Prof. Luiz Dourado. Todo mundo se refere a ele como o criador da expressão: "Plano Nacional de Educação: Epicentro das Políticas de Estado para a Educação Brasileira".

Tem cinco minutos, Prof. Luiz Dourado.

O SR. LUIZ DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero só, de fato, começar enfatizando esta concepção: o plano, como epicentro das políticas educacionais, nos remete necessariamente a um debate de país, a uma perspectiva em que políticas e gestão da educação nacional inexoravelmente se articulam às questões de financiamento.

Quero também reforçar pontos que foram aqui colocados e dizer que nós propusemos emendas também nessa direção. E quando eu digo nós, eu estou me referindo, vamos dizer – eu tenho um problema de logística aqui –, ao conjunto dessas entidades com que nós produzimos, coletivamente, um caderno de emendas: Anpae, Anfope, a ANPEd, Cedes, e ForumDir.

Então, nessa linha, nós chamamos a atenção também para algumas ações político-pedagógicas fundamentais no sentido da elevação dos recursos. É óbvio que precisamos elevar os recursos, mas também precisamos discutir fontes para essa perspectiva. Entre outras, sinalizamos aí a importância de parcela da participação ou compensação financeira pela exploração de recursos hídricos e minerais como uma frente importante. Chamamos a atenção, em uma emenda, para a necessidade de redução gradativa dos gastos tributários da União derivados das medidas de desoneração. Sabemos – não é, Senadora? – que esse é um ponto basilar para nós pensarmos a questão do financiamento da educação, que certamente encontra resistência, mas nós precisamos avançar nessas questões, aliados, como já fizemos, à discussão da adequação do PPA, da LDO, da LOA ao projeto aprovado; pensar nas questões atinentes tanto à educação básica quanto à educação superior; e nas questões de educação básica, reforçar a importância da implementação do Custo Aluno Qualidade como como referência para a garantia do padrão de qualidade, infraestrutura e valorização docente, o que implica também redesenho das perspectivas das próprias condições de infraestrutura, mas das condições objetivas de funcionamento das instituições educativas e também de uma maior permanência do docente em uma mesma instituição educacional.

Chamamos a atenção para a importância política do PL quando sinaliza manter a meta aqui do atual plano na perspectiva de ampliação do investimento público para 10% no final do decênio, mas, ao mesmo tempo, fazemos aí uma modificação chamando a atenção para a importância de nós termos pelo menos duas metas intermediárias atinentes à questão do financiamento e de que possamos sinalizar, por exemplo, 7% até o quarto ano de vigência, 9% no oitavo ano e 10% ao final do decênio, de modo que a gente não chegue a uma condição, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a atual, de identificar que a ampliação não se efetivou, mas que se possa fazer de maneira processual.

Um outro aspecto fundamental é que as questões atinentes à educação devem envolver, no conjunto do plano, a educação básica e a educação superior. Nesse sentido, nós propusemos inclusive uma emenda modificativa ao Objetivo 18 do PL. Esse objetivo sinaliza assegurar a qualidade e a equidade das condições de oferta da educação básica, mas nós acrescentamos mesmo a necessidade de que seja da educação básica e da educação superior.

Isso vai nos remeter a um outro debate necessário nas questões atinentes à governança e, portanto, à gestão e ao financiamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ DOURADO (*Por videoconferência.*) – ... que é a discussão de um fundo de manutenção e desenvolvimento para a educação superior pública, questão absolutamente fundante, que tem sido objeto de discussão ao longo dos últimos decênios, particularmente quando nos remonta à discussão da autonomia universitária no texto constitucional.

Penso que esses são pontos cruciais e que têm a ver com esse recorte que aqui fizemos, atinentes a se estabelecer uma governança em que a pauta central se dê de uma coordenação federativa num debate de país que ratifique o Estado democrático de direito, que tenha por eixo a superação das grandes mazelas, desigualdades e assimetrias. Isso implicará certamente aprimorarmos à governança com a coordenação federativa e, obviamente, com um federalismo cooperativo no campo educacional. Essas questões são vitais. Por isso, também a nossa defesa de que a discussão do Plano Nacional de Educação esteja muito articulada também ao Sistema Nacional de Educação.

Bom, são esses os pontos, mas eu quero uma vez mais ratificar que o nosso documento já foi encaminhado ao Congresso Nacional. Nós vamos novamente socializá-lo aqui.

Entendemos esse espaço e quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão por nos acolher e acolher esse conjunto de entidades, cuja atuação tem sido de muita parceria, de aprendizado coletivo, e dizer que estamos juntos na defesa de uma educação que deve ser pública, popular, gratuita, com gestão pública, inclusiva, democrática, laica e de qualidade social. Acho que essas adjetivações todas têm uma importância política muito importante, sobretudo na medida em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós enfatizamos que essa educação pública deve ser para todos, portanto, deve ser popular – não é, Lueli? – e com gestão pública. E aí nos contrapondo certamente a um conjunto de sinalizações envolvendo desde questões da militarização, das questões atinentes ao ensino domiciliar, bem como à privatização de instituições públicas. Então, a defesa de uma educação pública, gratuita, laica, democrática e inclusiva, de qualidade social, popular, portanto, para todos, é essencial neste debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, professor.

E já destaco também uma questão que vem sendo levantada pela Anpae e por outras entidades, que é, dentro dessa governança em que a gente espera que ela sinalize para a relação federativa, enquanto a gente não tem um Sistema Nacional de Educação, e que isso também possa influir como um parâmetro de governança e de execução do plano em um monitoramento, vamos dizer assim, paulatino ou pausado em determinados períodos. A gente não teve isso nos planos anteriores e hoje a gente lamenta: só teve poucas metas atingidas, somente 10% de metas, somente 20%. Qual é o período ideal para a gente parar para fazer uma primeira avaliação, uma primeira análise do alcance de metas, com a condição de redirecionar, com a condição de dar outro patamar? Então, isso vem sendo também levantado, porque o monitoramento ficou muito solto nesse plano que está sendo concluído. A gente ficou esperando o fim para depois lamentar que a maior parte das metas não foi atingida.

Então, acho que destacar esse aspecto da governança, que envolve os entes federados, evidentemente, e como o plano divide as responsabilidades, de acordo com cada ente federado, acho que é muito importante, assim como a gente aproveitar esse conceito que a Anpae vem sempre colocando, como um movimento também que nos sirva para um monitoramento mais racional.

Muito obrigada, mais uma vez, Luiz, pela presença.

Vamos passar agora para a Malvina, Presidente da Anfope.

A SRA. MALVINA TANIA TUTTMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, honrosamente participando e representando a Anfope nesta importante audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprendendo sempre com os parceiros e parceiras que participaram desta audiência pública, eu vou dar continuidade à contribuição das cinco entidades, especificamente também da Anfope, em relação ao Objetivo 16, destacando não todas as emendas aditivas, mas algumas emendas aditivas que consideramos ausentes, então, na propositura do PL. Lembro que o PL considerou o documento da Conae, mas considerou também outras vozes e outras referências e, nesse sentido, nem todas as deliberações da Conae estão presentes. E houve um cuidado das cinco entidades que apresentam a propositura de um caderno de emendas de também respeitar as deliberações amplamente democráticas que tivemos na Conae. Então, a partir dessas considerações e também destacando o histórico, os princípios históricos da Anfope, nós gostaríamos de destacar algumas emendas aditivas.

Por exemplo, uma emenda aditiva se refere às condições adequadas e dignas para o exercício da profissão e para a promoção de saúde aos profissionais e trabalhadores da educação. Essa questão é fundante também e precisa ser claramente colocada.

Uma outra emenda aditiva de estratégia é a realização de concursos públicos específicos como forma de ingresso na carreira, especificamente também para os/as profissionais das modalidades de educação indígena, quilombola, do campo, educação especial e educação bilíngue de surdos, que foi alvo da audiência pública de terça-feira passada.

Uma outra estratégia de que sentimos falta, ausência, é a de instituir e materializar diretrizes nacionais de carreira e leis específicas dos entes federados, visando assegurar licença remunerada e incentivos para a formação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*, querida Miriam Fábia.

Uma outra estratégia que o coletivo de entidades considera importante é instituir uma política de valorização dos/das profissionais e trabalhadores da educação básica, e também superior pública, assegurando formação, ingresso – outra vez reforço, a questão do concurso público, de planos de carreira –, com financiamento específico e estável, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Reforço também uma outra emenda aditiva, que é a de garantir políticas que promovam a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde – importantíssimo isso – e a integridade física, mental e emocional dos/das profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaríamos também de reforçar a questão da instituição, no Sistema Nacional de Educação, de um subsistema de formação de valorização dos/das profissionais de educação que possa articular os entes federados, os sistemas de ensino, as instituições educativas e os seus/suas profissionais, como termo de contribuição de responsabilidade por meio do regime de colaboração.

Concluo, e concluo a participação da Anfope na presente audiência, agradecendo imensamente à Senadora Teresa Leitão pela sua liderança democrática e pelo seu compromisso com a educação brasileira. A senhora, Senadora, é inspiração e esperança para todos e todas nós.

E termino, concluo, finalmente, trazendo Gonzaguinha para esta nossa audiência, com aquela música específica, importante, que se chama Semente do Amanhã, que, na verdade, é Nunca Pare de Sonhar, que diz:

> Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
> Nós podemos tudo
> Nós podemos mais
> Vamos lá fazer o que será [juntos e juntas]

Um grande prazer ter a Anfope participando com as demais entidades do campo educacional nesta importante audiência pública.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Malvina, pelas referências e por terminar de forma tão poética a sua intervenção. Temos que ter fé, temos que ter esperança, mas uma esperança ativa, como disse Paulo Freire, em busca de dias melhores para a nossa educação. A gente chegou atrasado à festa da qualidade, como disse o Prof. Janine, mas nós podemos organizar a nossa própria festa e ter a nossa própria qualidade socialmente referenciada. Muito obrigada a você e à Anfope.

Vamos passar agora para Lueli Nogueira, do ForumDir.

A SRA. LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Fazendo aqui as minhas considerações finais, eu gostaria de tentar aqui responder um pouco, como você me solicitou, Senadora, a algumas questões que estavam postas ali no *chat*. Espero que, na minha fala final, eu consiga responder a algumas questões nesse sentido, aqui, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Retomando também o que eu dizia anteriormente, preciso ressaltar que as emendas encaminhadas por essas entidades aqui, que se fazem presentes hoje nesta audiência pública, compõem parte das 3.068 emendas enviadas ao Congresso Nacional, e as nossas emendas se fundamentam em concepções e defesas históricas do campo progressista da educação e da formação de professores ou de profissionais da educação, em sintonia com o documento final da Conae. Assim, elas visam corroborar para a construção do novo Plano Nacional de Educação como política de Estado, bem como contribuir com proposições para os demais planos decenais de educação, evidentemente municipais, estaduais e distrital.

Para tanto, posso dizer que, nesse documento, em síntese, propomos e defendemos que o novo plano nacional precisa assegurar a efetivação e a consolidação do Sistema Nacional de Educação, do sistema nacional de avaliação e de um subsistema de valorização dos profissionais da educação, conforme também já mencionado pelos que me antecederam, bem como a gestão democrática e a criação e o aprimoramento de processos participativos e de transparência. Precisamos defender, nesse PL, autonomia didática, científica, administrativa, pedagógica e de gestão financeira tanto das instituições do ensino superior como das da educação básica; defender a gestão democrática nas instituições de educação básica e superior, por meio de eleição direta com nomeação do primeiro colocado e pela garantia do respeito dos governos às deliberações e às representações eleitas pela comunidade. Daí defende-se, nessa esteira, o fim da lista tríplice para a escolha dos reitores e reitoras das universidades públicas. Que nunca mais um reitor ou uma reitora eleitos sejam impedidos de tomar posse e cumprir seu mandato, como aconteceu na Universidade Federal de Goiás!

Garantir a existência e o fortalecimento dos conselhos consultivos, deliberativos, fiscalizadores, normativos e mobilizadores, incluindo os escolares e universitários, dos fóruns municipais, estaduais e distrital permanentes de educação, bem como dos órgãos e mecanismos de controle e de acompanhamento, assim como os grêmios estudantis, isso é parte constitutiva do que nós entendemos de gestão democrática. Portanto, isso é preciso. Onde não foram criados esses conselhos, esses fóruns, esses grêmios estudantis ou os órgãos de controle social, que sejam criados e fortalecidos!

Retomar e fortalecer a concepção de avaliação diagnóstica, formativa e emancipatória, em contraposição à avaliação centrada nos resultados do desempenho dos alunos, com o único fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de ranqueamento e hierarquização, a qual tem contribuído para a perda da autonomia didático-pedagógica e adoecimento dos professores.

Nessa direção ainda, é preciso que esse novo PL combata a plataformização do ensino e a gestão terceirizada das unidades escolares, bem como o *homeschooling* e a violência e a perseguição contra os professores e professoras deste país.

Deve defender ainda a ampliação, conforme já foi mencionado, do orçamento para as universidades públicas, que é uma ausência significativa desse PL.

Defender a ampliação do programa de assistência estudantil, para assegurar, de fato, a permanência e a conclusão dos estudos dos estudantes e das estudantes, em especial em situação de vulnerabilidade social. Hoje um grande problema, uma grande questão e uma preocupação de todos nós que já foi colocada aqui no *chat* é a questão da evasão escolar. Precisamos, de fato, ampliar o recurso para assistência estudantil de modo que a gente garanta a defesa de que a educação inclusiva seja, de fato, inclusiva, do ponto de vista escolar e social, para todas as pessoas, indistintamente. Por fim, o novo plano nacional deve assegurar o acesso, a permanência, a aprendizagem, a inclusão e a conclusão dos estudos de todas as pessoas nas escolas e nas instituições educativas, indistintamente; garantir a inclusão de todos os grupos e comunidades marginalizadas e excluídas, a superação do analfabetismo; enfrentar as desigualdades educacionais, sociais, regionais, inter-regionais; bem como defender a educação pública, popular, laica, gratuita, inclusiva, plural, de gestão pública voltada para a formação humana, emancipatória, democrática e para a cidadania.

Vale lembrar: que os direitos assegurados, até o momento, no campo da educação e da formação de professores da educação, sejam, de fato, respeitados e mantidos, de modo que, neste momento, possamos construir um PNE potente que assegure a manutenção dos princípios constitucionais da educação como direito social, subjetivo e inalienável!

Vida longa à educação pública deste país! Sigamos juntos e juntas!

Muito obrigada pelo convite e pela oportunidade de estar aqui. Senadora Teresa Leitão, à disposição, o ForumDir se coloca à disposição para outros momentos como este. Mais uma vez, eu lhe agradeço e a parabenizo por todo o seu processo, toda a sua condução e atuação frente à defesa da educação pública e a formação de professores. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada digo eu, Professora, com essa fala tão vinculada ao chão da escola, sobretudo nos processos de avaliação. A avaliação hoje é, sim, um fator de adoecimento da nossa categoria. E pode ficar certa de que, literalmente, ela está matando. Nós tivemos dois casos recentes. A pressão foi tão grande sobre uma professora que não alcançou os índices para a escola subir no *ranking* que ela teve um infarto. A cobrança foi uma cobrança torturante dentro de uma sala de aula, com a supervisora, com a direção da escola, com a pessoa da secretaria de educação: "Por que você não está alcançando os índices?". E aí vieram aquelas explicações mirabolantes. E ela não aguentou a pressão. Então, há que se discutir muito a concepção de formação. É por isso que o foco no ensino superior é importante também, assim como a relação do ensino superior com a educação básica e esses processos avaliativos. Muito obrigada ao ForumDir.

E passo agora para a nossa última convidada, já que o Professor teve que sair, a Miriam Fabia, da ANPEd.

A SRA. MIRIAM FABIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Um pouco em diálogo com as questões do *chat*, os colegas perguntaram – aí a gente teve a Lea, do Acre, a Dafny, do Distrito Federal, o Filipe, de Goiás – sobre a questão da educação especial, da educação inclusiva. Eu penso que o nosso plano... A gente tem proposições de ampliação de algumas estratégias nesse sentido, mas nós temos o Objetivo 9 no projeto do plano nacional – que esperamos que logo, bem breve seja aprovado, mas ele está aí, não é? – sobre a garantia de acesso, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes que são o público-alvo da educação especial, da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, etapas e modalidades. Então, nós temos muito a avançar nesse aspecto, mas, na semana passada, ouvindo uma especialista, uma pesquisadora nesse campo, ela fazia um pouco a memória do quanto nós avançamos nesse sentido desde o começo dos anos 2000, o primeiro Governo Lula. Então, eu penso que aqui a gente tem questões importantes, e um novo Plano Nacional de Educação tem que considerar essa questão da educação inclusiva, pensando etapas, níveis e modalidades, mas aos colegas digo que a gente tem também proposição no sentido de ampliar especialmente as estratégias e o escopo do Plano Nacional de Educação.

Uma outra questão que eu queria destacar aqui é que, no âmbito da governança e da organização entre os entes federados, do regime de colaboração, o Plano Nacional de Educação tem aqui um desafio muito grande. Se a gente observar hoje o que tem acontecido em muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

redes... A Senadora acabou de lembrar o trágico episódio agora com os colegas professores e professoras – na verdade, duas professoras – nas redes do Paraná. A gente ainda tem que avançar muito na garantia do direito à educação, da qualidade da educação, mas também nós temos que fazer um avanço significativo na garantia das condições efetivas para o trabalho docente nessas redes. E aí, por exemplo, nós temos um grande desafio que é a questão da contratação precária de professoras e professores nas redes. Então, a gente tem que avançar em relação a isso. Assim como nas condições de saúde docente já apontadas aqui anteriormente.

Uma última questão em relação a esta relação com a educação básica diz respeito também às formas como este Plano Nacional de Educação contribuirá para a educação pública, pensando nos fenômenos de plataformização, de privatização e militarização em curso no Brasil, não é? É assustador, neste país, a gente naturalizar a militarização de escolas da educação básica, desde a educação infantil. Se ninguém se horroriza com isso, eu penso que nós temos um problema a enfrentar com a sociedade brasileira urgentemente, em relação a pensar o lugar da escola, da gestão democrática, o lugar da participação coletiva, não é? O nosso Presidente faz todo o movimento em torno da retomada da participação social, e a gente militariza a escola. Não tem nada mais contraditório do que pensarmos também esses espaços de participação social.

Então, nós somos defensores da desmilitarização das escolas, nós somos defensores da não privatização das escolas. Então, penso que são questões importantes.

Também a aplicação, da ampliação dos recursos para a educação pública. Aí nós falamos anteriormente sobre a expansão, por exemplo, da graduação e da pós-graduação pública. Gente, não se faz expansão sem ampliação de recursos para as universidades. Nós não temos como ampliar a matrícula, a oferta pública da graduação, da pós-graduação sem ampliar recursos. Então, essa é uma questão fundamental.

Por último, Malvina trouxe aí o Gonzaguinha: a gente tem que ter "fé na vida, fé no homem", fé na mulher, não é? Mas a música nos convoca, ela nos convoca a ir lá fazer o que será.

Então, eu penso que ela nos convoca aqui, Senadora, a fazer o que será, fazer uma educação melhor para as gerações que estão chegando aí, fazer uma educação melhor para os nossos jovens, as nossas juventudes, que estão na universidade, para as juventudes que estão na pós-graduação. Somos nós aqui que fazemos o que será melhor. E eu quero dizer a todas as pessoas aqui que a nossa tarefa é dizer assim: a gente fez o que foi melhor e o que a gente conseguiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, um Plano Nacional de Educação, para ser melhor, para fazer melhor para todas as pessoas, é um plano que considera também o papel da educação pública, da universidade pública, da pós-graduação pública com qualidade, laica, inclusiva, com cores diferentes das pessoas, com os gêneros, e isso tudo é fundamental. A gente está aí, Senadora, fazendo o que será.

Então, quero agradecer e parabenizar por esta audiência e dizer que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação está à disposição para continuar o debate, para trazer as pesquisas, para fazer o que será melhor para este país.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Miriam.

Eu acho que nós tivemos uma audiência muito importante, muito complementar das abordagens, porém com uma concepção bem viva do que é o nosso plano ou o que deve ser, o que virá com esse novo Plano Nacional de Educação.

Eu me esqueci de falar dessa questão da contratação temporária nos municípios, na educação indígena, sobretudo na educação do campo. Quase que a totalidade dos professores são contratos temporários, e agora há obrigação de pagar o piso, mesmo para professores contratados, e essa obrigação vem sendo secundarizada.

Da mesma maneira, os professores que atuam numa área de conhecimento diferente da sua formação, os chamados "fora de área", "professor fora de área". Às vezes, é de uma área do conhecimento, mas, muitas vezes, é totalmente discrepante, o que leva, evidentemente, a uma interferência negativa na qualidade do ensino.

Mas eu acho que, como a gente tem uma força...

Uma vez, um secretário de educação disse a mim: "Sim, cadê? Você vai chamar quem?". Foi numa reunião lá, quando eu era Deputada. Aí, ele disse assim: "Teresa, você é a Deputada dessa sopa de letrinhas. Toda vez que a gente tem uma audiência pública aqui, você vem com uma lista de sopas de letrinhas". Aí, eu disse a ele: "Eu prefiro apostar no sabor da sopa". E eu acho que a nossa luta é muito essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Letrinhas e sopa só fazem enganar os menininhos, não é? "Olhe, coma lá, coma uma colherzinha com 'b' [eu fazia isso com as minhas filhas], coma uma colherzinha agora com 'f"...". Não. A gente quer a essência – não é? –, e a essência é justamente o sabor da sopa, de uma sopa de educação que seja revigorante, com muitos ingredientes, que respeite a nossa diversidade, que nos dê força, que seja uma educação prazerosa, e isso um bom plano pode responder.

Um plano não é um fim em si mesmo, mas, de acordo com a perspectiva e com a concepção, ele vai ajudar sim a que o próximo período, a próxima quadra seja de mais direitos, de mais inclusão e de mais qualidade.

Muito obrigada a todos e a todas que participaram e que tenhamos um bom final de semana.

E lá, no Nordeste, amanhã é Dia de Santo Antônio. Já começamos o forró.

Sejam bem-vindos para o nosso forró! (*Risos.*)

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Styvenson Valentim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Carlos Viana, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª, 2ª reuniões, bem como da presente reunião, que foram aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 567, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 217, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em São Paulo, em 19 de março de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1129, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado na Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 321, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d'Ivoire, assinado em Abidjã, em 13 de outubro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 343, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Alterando o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Protocolo, celebrados em Pequim, em 5 de agosto de 1991, assinado em Brasília/Pequim, em 23 de maio de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 109, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009, no Hospital Militar Queen Astrid, na cidade de Bruxelas, Bélgica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2024** que: "Requer realização de Audiência Pública CRE para debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição Por Plásticos" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 3, de 2025** que: "Requer a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) a 6 (seis) membros titulares para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, verificar in loco a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, especialmente no que diz respeito à plena vigência das instituições democráticas, conforme previsto na cláusula democrática do Mercosul, estabelecida pelos Protocolos de Ushuaia." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE - REUNIÃO DE TRABALHO**. **Finalidade:** Votação da RATIFICAÇÃO DAS INDICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DA EMENDA Nº 60020003 AO PLOA2024, e respectivos empenhos, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do inciso I do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. **Resultado:** após manifestação dos membros da comissão sobre as sugestões e demandas recebidas, são deliberadas e aprovadas, por unanimidade, as indicações à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referentes à Emenda 60020003 à Lei Orçamentária de 2024, conforme planilha anexa que, acompanhada da Ata, será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
27/03/2025 - 3ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) - Muito bom dia.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Invocando a proteção de Deus, vamos dar início aos trabalhos.

Antes de passarmos à pauta, permitam-me fazer um comunicado. Está aberto o prazo para que os membros da Comissão apontem, via requerimento, a política pública que querem ver avaliada pela Comissão neste ano de 2025, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno. O prazo vai até o final do dia 1º de abril, terça-feira. Será selecionada a política pública a ser debatida.

Finalidade da reunião. Conforme a pauta publicada, a primeira parte da presente reunião destina-se à apreciação de projetos. A segunda parte será dedicada à ratificação das indicações para a execução da Emenda nº 60020003 ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024.

Gostaria de agradecer as presenças do Senador Esperidião Amin, do Senador Hamilton Mourão, do Senador Astronauta Marcos Pontes e do Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) - Até para aproveitar esta sessão e renovar aqui minhas congratulações pela eleição de V. Exa. para a Presidência desta Comissão, eu queria pedir a V. Exa. e também aos meus pares que fosse incluído extrapauta o Requerimento 3/2025, que eu apresentei, que visa criar uma Comissão Temporária para que nós possamos visitar a Bolívia e apurar aqueles questionamentos de graves violações de direitos humanos, perseguição de agentes políticos da oposição naquele país, em especial o caso da ex-Presidente Jeanine Añez, mas também de outros como o Governador da Província de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, e até mesmo agora recentemente notícias de um processo contra o ex-Presidente Tuto Quiroga.

Então, eu queria fazer esse pedido para inclui-lo extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Solicito à Secretaria da Comissão que possa identificar o requerimento do Senador Sergio Moro, porque tão logo a gente delibere alguns projetos aproveitando os Relatores que cá estão, nós iremos colocar extrapauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - ... pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu solicito a V. Exa. que tome as providências cabíveis para reinstalar ou manter instalada a Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética. Acho que isso se tornou mais oportuno ainda depois da constituição da frente parlamentar, que conta já com 18 ou 19 Senadores e um número crescente de Deputados Federais - até anteontem eram cinco, mas o número já cresceu bastante.

A frente parlamentar de defesa cibernética foi instalada anteontem aqui no Auditório Petrônio Portela. Para surpresa minha, com uma audiência, com uma plateia de presentes muito representativa, o que demonstra a situação que nós estamos vivendo hoje em matéria de segurança pública e segurança nacional.

Só para oferecer uma foto, quando foi a última vez que o senhor teve conhecimento de explosão de caixa eletrônico e assalto a banco?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) - É verdade, faz tempo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Sumiu do mapa! O senhor acha que o pessoal desistiu de pegar *massari*?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Não, não é? Só que agora o meio é outro. As ferramentas são outras. Não precisa de dinamite, nem de pistola. É dedinho, *ransomware*, ataque cibernético. Os bancos tiveram, no ano passado, um prejuízo de R$10,1 bilhões anunciado - eles não gostam de confessar isso -, e nós cidadãos tivemos um prejuízo de R$50 bilhões sem uso de pistola, sem uso de dinamite. Então, creio que esse fato social, esse processo social torna mais oportuna ainda a minha solicitação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Perfeitamente, Senador Esperidião Amin.

Eu tenho em mãos, socorrido que fui pela assessoria, a composição da Subcomissão permanente anterior: Senador Esperidião Amin, Senador Nelsinho Trad, Senador Sergio Moro, Senador Astronauta Marcos Pontes e Senador Chico Rodrigues.

Ainda temos aqui duas vagas. V. Exa. gostaria de participar, Senador Hamilton Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Com muita honra e prazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Então, Senador Mourão.

Submeto à avaliação do Colegiado se nós podemos aprovar de pronto a renovação dessa Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, tendo pela frente como Presidente o proponente, Senador Esperidião Amin, e, como Vice-Presidente, o Senador Mourão, que era o espaço que estava vago e acabou por ser preenchido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Às providências.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Presidente Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Eu agradeço, até porque eu tenho larga experiência de Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - É verdade. *(Risos.)*

Para nós é uma honra.

Para nós o senhor não é Vice, o senhor é o eterno titular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Neste caso, será não aba nem ala, será Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Isso.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 567, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Astronauta Marcos Pontes, para proferir o seu relatório.

Antes, porém, uma informação.

Nós vamos esperar atingir o quórum para votar todos os projetos que estão em pauta em bloco. Quem quiser que aparte algum deles, por alguma divergência, é só se identificar que a gente aparta.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

Eu peço permissão para iniciar pela análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre as proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição , uma vez que ela observa o disposto nos artigos da Constituição Federal.

O tratado é um Acordo de Serviços Aéreos (ASA), cujo objetivo é um ou mais estados disciplinarem o transporte aéreo de passageiros, de cargas e mala postal, especificando, entre outros pontos, a designação de empresas, rotas, tarifas e segurança. Por suas especificidades, já adequadas à nova liberação das conectividades aéreas, ele é considerado um acordo de "céus abertos". O Brasil tem atualizado seus Acordos de Serviços Aéreos para esse modelo com os demais membros da Organização de Aviação Civil Internacional, sob a liderança da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A quantidade e a qualidade dos acordos, desde 2010, foram modificadas de modo significativo, com a redução das restrições à oferta de novos serviços, em nome da concorrência, a considerar o quadro de rotas abertas, liberdade tarifária (preços, tarifas ou encargos que deverão ser pagos para o transporte aéreo de passageiros, incluindo bagagem e carga, bem como outro modal em conexão com aquele, e excluindo mala postal), livre determinação de capacidade, múltipla designação de empresas, direitos acessórios de tráfego, código compartilhado (*codeshare*) bilateral e com empresas de terceiros países. Evidentemente, os acordos não são uniformes porque variam de parte a parte.

Em suma, o tratado em análise corresponde a um moderno Acordo de Serviços Aéreos de "céus abertos" entre o Brasil e a Albânia e merece ser aprovado.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 567, de 2019.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme dito anteriormente, vou deixar a votação para ser feita em bloco quando atingirmos o quórum necessário para a deliberação de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aproveito a oportunidade de o Astronauta Marcos Pontes estar com o microfone aberto e já vou puxar o item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 321, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d'Ivoire, assinado em Abidjã, em 13 de outubro de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Desculpem-me a pronúncia. O meu francês não é dos melhores.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Eu passo direto à análise, com sua permissão.

De acordo com artigo do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão "emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais". A tramitação de projetos sobre atos internacionais conta também com procedimento especial, na forma do art. 376 do Regimento Interno.

Sendo esta a única Comissão a se pronunciar sobre a proposição, compete-lhe o exame de todos os aspectos relevantes, para avaliar se é conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, jurídica e regimental.

Não identifico vícios de juridicidade ou regimentalidade no Acordo de Serviços Aéreos ou no projeto de decreto legislativo que o aprova.

O acordo internacional segue a linha de outros instrumentos bilaterais congêneres já firmados pela República Federativa do Brasil em matéria de serviços aéreos, pautando-se pela previsibilidade, pela segurança jurídica, pela segurança da aviação e pelo reconhecimento mútuo de certificados e licenças.

As disposições sobre tarifas e direitos alfandegários não geram benefícios especiais às empresas estrangeiras, em comparação com as empresas nacionais.

O mecanismo de solução de controvérsias tampouco é desbalanceado, embasando-se apenas em meios políticos e diplomáticos.

Quanto à constitucionalidade, noto que a tramitação observa o modelo constitucional de repartição de competências previsto na Constituição. Com isso, estão respeitadas as esferas próprias de atuação do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Por sinal, o mecanismo de emendamento do presente acordo é mais restritivo do que aquele previsto em alguns de seus congêneres, exigindo nova troca de notas diplomáticas em qualquer situação, o que reforça o papel de controle exercido por parte deste Congresso Nacional.

Quanto ao mérito, ressalto que o possível estabelecimento de rotas aéreas entre o Brasil e a Costa do Marfim é medida conveniente e oportuna.

Em primeiro lugar, ainda contamos com um número restrito de conexões diretas com a África, limitadas a voos para Angola, África do Sul, Etiópia e, mais recentemente, o Marrocos. Em segundo lugar, a operação de rota para Abidjã faz sentido do ponto de vista logístico, uma vez que a cidade se encontra a menos de 4 mil quilômetros de distância do Recife, em comparação com os quase 6 mil quilômetros de distância que separam essa cidade de Lisboa, principal ponto de conexão de brasileiros para diversas rotas internacionais. Em terceiro lugar, as relações entre o Brasil e a Costa do Marfim ainda são tímidas e seu potencial pode ser impulsionado pela existência de conexão aérea, que teria o condão de fazer circular entre esses países maior número de turistas, empresários e autoridades.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Em discussão, relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme já informado anteriormente, vamos aguardar o quórum para a deliberação das votações.

Já passamos para o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 202, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é da minha pessoa. Eu pediria, por especial gentileza, ao Senador Esperidião Amin, se pode ler o relatório *ad hoc... (Pausa.)*

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Esperidião Amin, Relator ad hoc.

Passa para ele o relatório, por favor.

Já está levando aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) - Obrigado pela deferência, Presidente.

Em síntese, trata-se de exame para a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016.

Em apertada síntese, o acordo nos seus 11 artigos prevê, substancialmente, que os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares ao acordo, permitindo a participação de instituições dos setores público e privado na execução dos referidos projetos.

O art. 3º dispõe sobre isso, e o 4º, igualmente, sobre a forma de reunião.

O art. 5º cuida do sigilo das informações, que é questão incontroversa.

Os arts. 6º e 7º se encarregam do apoio logístico necessário para a consecução dos projetos.

O art. 8º prevê que eventuais desacordos serão resolvidos em forma de negociações previstas no próprio texto.

O art. 9º cuida das isenções de tributos.

Por fim, os arts. 10 e 11 cuidam, respectivamente, das formas de alteração do acordo e das suas disposições finais.

Este quadro que integra o cenário das nossas relações com a República da Armênia pode-se dizer que está evoluindo de maneira conveniente com as proximidades política e cultural que traduzem essa parceria, uma vez que as relações bilaterais entre os dois países são firmes, estáveis, maduras, sendo certo que o acordo e o exame constituirão marco jurídico relevante para o progresso técnico dos dois países. A cooperação técnica na forma da proposição promove outro campo de aproximação entre Brasil e Armênia, viabilizando o intercâmbio das experiências técnico-jurídicas dos dois países em desenvolvimento econômico.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2021.

É o voto, em síntese, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme já anunciado, estamos aguardando a presença de mais alguns Senadores para a gente deliberar todos em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos para um outro item.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 109, DE 2025

- Não terminativo -

Aprova o texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009, no Hospital Militar Queen Astrid, na cidade de Bruxelas, Bélgica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente e caros colegas, por meio da Mensagem Presidencial de 12 de novembro de 2014, submeteu-se ao crivo deste Congresso Nacional o texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar.

Nesse estatuto, está definida a estrutura e o funcionamento do referido comitê, que é uma organização centenária, criada no ano de 1921, na esteira ali do final da Primeira Guerra Mundial, a primeira guerra em escala industrial no mundo, que teve uma quantidade enorme de vítimas, e aí é uma instituição voltada para o estudo, debate e formulação da doutrina de saúde militar, e tem as suas especialidades, em virtude da questão da guerra.

O Brasil é um dos países fundadores.

Compete, então, a esta Comissão opinar sobre proposições dessa natureza e, em relação a esse acordo, não existem imperfeições, no que diz respeito à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição. Respeita, então, os princípios constitucionais que norteiam nossas relações internacionais.

O caráter humanitário do comitê é extremamente importante, porque busca melhorar as condições de saúde em situação de conflito, também na paz, e reforça diretamente o compromisso do Brasil com a defesa da paz.

E aí eu ressalto que a catástrofe climática que ocorreu no meu estado, ano passado, no Rio Grande do Sul, comprova tragicamente como desastres naturais exigem protocolos médicos militares especializados e uma logística de atendimento em massa, conforme aconteceu naquele momento.

Também destaco a posição singular do Brasil como um dos oito países fundadores do Comitê Internacional de Medicina Militar; e esse histórico nos impõe não apenas um lugar de honra, mas, sobretudo, uma responsabilidade ativa na condução dos rumos da medicina militar internacionalmente.

O referendo congressual ao estatuto representa, portanto, muito mais que uma mera formalidade: é a reafirmação do nosso compromisso civilizatório com a saúde castrense.

Assim, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2025.

É o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação, assim que a gente atingir o nosso quórum para deliberação de votação.

Eu pediria ao Senador Sergio Moro para a leitura *ad hoc*. A Senadora Tereza teve que ir para o seu estado fazer alguns compromissos das pautas do Mês Internacional da Mulher.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 217, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em São Paulo, em 19 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) - Agradeço, Senador Nelsinho Trad.

Então, relatando aqui e fazendo a leitura do relatório da Senadora Tereza Cristina, vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo 217, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, que aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, assinado em São Paulo, em 19 de março de 2019.

O protocolo de emenda, em 14 artigos, substitui o acordo bilateral firmado em 1975 entre o Brasil e o Reino da Suécia, seguindo o padrão dos documentos que formalizam esse tipo de acordo relacionado à dupla tributação.

Foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados e veio ao Senado Federal para deliberação.

Não tem emendas no prazo regimental.

Passo para a análise.

Não há vícios de juridicidade ou regimentalidade. A constitucionalidade formal está assegurada, permanecendo hígidas as esferas próprias de atuação do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Passando ao exame do mérito, destacamos que o texto em análise visa a atualizar o acordo bilateral vigente entre o Brasil e o Reino da Suécia, assinado em 1975. O texto reflete o equilíbrio entre os interesses de ambos os países, aprofundando elementos voltados a estimular investimentos mútuos, mediante a minimização das hipóteses de dupla tributação sobre a renda e a definição das respectivas competências tributárias das partes, melhorando, assim, o ambiente de negócios.

É importante destacar que as relações do Brasil com a Suécia datam de 1826 - há 200 anos - e que há uma parceria estratégica do Brasil com a Suécia, inclusive na área de defesa, com a renovação da frota de caças da Força Aérea Brasileira. Além da defesa, vários outros setores, como energias renováveis, mineração sustentável e biotecnologia, constam das áreas prioritárias de cooperação dos países. Cito aqui a profícua parceria Brasil-Suécia na indústria de mineração, a qual representa o setor com a maior participação das empresas suecas no Brasil.

Destaco aqui dados da Embaixada da Suécia em Brasília. Nós somos o maior parceiro comercial da Suécia na América Latina; mais de 200 companhias suecas atuam no território brasileiro, gerando 70 mil empregos e receita de R$84,5 bilhões.

Portanto, uma vez que as relações entre o Brasil e a Suécia são firmes, estáveis e multifacetadas, consideramos conveniente e oportuno que essas sinergias se traduzam em maior segurança jurídica, para estimular mais investimentos entre os dois países, que serão consequência da aprovação parlamentar e da ratificação deste texto. O protocolo está, ademais, em linha com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Os interesses do país se encontram, enfim, protegidos e está preservada, na essência, a política brasileira relacionada a acordos para evitar a dupla tributação.

Passo ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2021.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

Mais uma vez, aguardamos a complementação do quórum para a deliberação.

Passo agora a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes. *(Pausa.)*

Item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 343, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Alterando o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o seu Protocolo, celebrados em Pequim, em 5 de agosto de 1991, assinado em Brasília/ Pequim, em 23 de maio de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Relatoria *ad hoc*: Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra, Senador Astronauta Marcos Pontes, para proferir seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Se me permite, vou direto à análise.

O PDL em exame não carrega vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto na Constituição Federal. Adicionalmente, o protocolo vem dar concretude ao art. 4° da Constituição Federal, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Em 2024, Brasil e China comemoraram 50 anos do estabelecimento de suas relações diplomáticas. Nesse percurso, merece ser recordada a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) no ano de 2004. Em 2012, o relacionamento foi alçado ao patamar de Parceria Estratégica Global.

A China, que é fonte dos maiores investimentos externos no Brasil, é também nosso maior parceiro comercial desde o ano de 2009 e ocupa o primeiro lugar no *ranking* tanto de nossos importadores quanto de exportadores para o Brasil. Em 2024, a corrente de comércio bilateral superou a cifra de US$158 bilhões. A soja tem, tradicionalmente, ocupado posição de destaque como principal item da pauta de exportação brasileira. No ano passado, representou 33% de nossas exportações.

Nesse sentido, chamo atenção para o papel primordial da agropecuária na construção dessa sólida parceria ao longo dos anos. Para além da soja, nos últimos anos, outros itens agropecuários vêm ganhando importância na pauta de exportação para a China, a exemplo da carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, que correspondeu a 6,3% das nossas exportações no ano de 2024.

Como titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pude testemunhar o fortalecimento, mais especificamente nesse setor, dessa parceria entre Brasil e China.

Diante disso, acredito que a aprovação do PDL é fundamental para aprimorar essas relações econômicas entre os dois países, uma vez que, por meio dele, deve-se não apenas proporcionar maior segurança jurídica aos investidores, mas também combater a evasão fiscal.

É fato que, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, as transações financeiras tornaram-se extremamente voláteis. Elas ultrapassam as barreiras geográficas e desafiam os limites tradicionais. Essa realidade econômica exige dos Estados a adoção de medidas capazes de acompanhar as mudanças.

Nesse sentido, as alterações introduzidas pelo protocolo, assim como o que está sendo analisado, representam ferramentas essenciais no combate à evasão fiscal, promovendo maior transparência tributária. Sua implementação está alinhada com iniciativas de organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o G20, que se dedicaram ao Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros, o qual busca aprimorar o planejamento tributário internacional, garantindo maior precisão nas informações financeiras. Os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda destacaram que, por meio do Protocolo veiculado pelo PDL, foram adotados todos os dispositivos que compõem os padrões mínimos acordados pelos participantes do Projeto Beps, que é justamente o Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros, bem como demais dispositivos de combate ao planejamento tributário agressivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A atualização do acordo poderá criar ambiente mais favorável para que empresas brasileiras com atuação internacional possam operar com maior segurança jurídica. É fato que a possibilidade de bitributação pode desencorajar investimentos devido ao risco de encargos excessivos. Regras mais claras poderão impulsionar os investimentos brasileiros no exterior, proporcionando condições mais previsíveis aos investidores. O mesmo vale para as empresas e investidores chineses que desejam operar no Brasil.

Como destacado na mencionada exposição de motivos interministerial, o protocolo foi além dos objetivos tradicionais dos acordos de dupla tributação e propôs medidas para favorecer os investimentos chineses no Brasil e os investimentos brasileiros na China. Por meio das modificações, busca-se incrementar as possibilidades de cooperação entre as respectivas administrações tributárias, a exemplo da atualização do artigo relativo ao procedimento amigável. Preservou-se o poder de tributação na fonte pagadora dos rendimentos originários do país, ainda que de forma não exclusiva, especialmente com relação aos serviços técnicos e à assistência técnica, aos ganhos de capital e aos rendimentos não especificamente mencionados no acordo, e estabeleceram-se limites à tributação na fonte de dividendos, juros, *royalties* e serviços técnicos e de assistência técnica em patamares compatíveis com a rede de acordos de dupla tributação do Brasil. Por fim, a exposição de motivos realça também a preocupação de se reduzirem as possibilidades de planejamento tributário, razão pela qual se adotou "artigo que tem por objetivo combater a elisão fiscal e o uso abusivo do acordo, deixando se, ainda, espaço para que a própria legislação tributária brasileira adote dispositivos com o mesmo objetivo sem contrariar o acordo".

Feitas essas considerações, estamos certos de que acordos dessa natureza criam ambiente propício para que as empresas brasileiras, com negócios que vão além de nossas fronteiras, possam atuar com mais segurança jurídica. É evidente que, com a possibilidade de bitributação, investidores podem vir a temer oneração excessiva sobre suas transações. Em outros termos, a ampliação da rede de acordos dessa natureza poderá ter o condão de fomentar os investimentos brasileiros no exterior.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2024.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Para discutir, o Senador Esperidião Amin pede a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) - Sr. Presidente, sobre esse assunto eu voto pacificamente a respeito do relatório e gostaria de fazer duas observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Primeiro, eu queria registrar a presença aqui entre nós do Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, que abrange, portanto, os três estados do Sul, ou seja, abrange o Estado, representado pelo Senador Sergio Moro, do Paraná; Rio Grande do Sul, representado pelo Senador Hamilton Mourão; o Senador Marcos Pontes representa-nos a todos nós porque, na altitude por onde ele transitou, ele abrangeu todas as nossas latitudes e longitudes, inclusive o Mato Grosso do Sul, ou seja, os quatro estados do grande Sul são representados também pelo Senador Marcos. Contudo, o Reitor tem demandas que eu vou procurar externar na reunião da Comissão de Educação e depois no Plenário, em favor do melhor desempenho da Universidade Federal da Fronteira Sul. Eu registro aqui a sua presença, em homenagem, portanto, ao esforço que ele faz nos nossos três estados.

De outra parte, Presidente, aí em termos pessoais, eu queria pedir uma relativa preferência para o Requerimento nº 8 da nossa agenda, não pelo merecimento só, mas pela antiguidade, porque esse requerimento já foi apresentado no ano passado. Eu já tenho, além dos nomes - um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete nomes -, já tenho ofícios apresentando mais um, dois, três, quatro, cinco indicações, sendo que o quinto aqui mencionado, não por mim, mas na lista, é subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. Portanto, nós já temos 12 indicados. Se nós não aprovarmos os 12 indicados, nós vamos aumentar o número de indicados sem fazer a reunião, o que vai represar ainda mais.

Então, essa é a razão do meu pedido. Quando V. Exa. puder, por favor, considere lido o requerimento e os seus aditivos, digamos assim.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Agradeço as colocações, Senador Esperidião Amin. Nós vamos colocar extrapauta tão logo a gente encaminhe... Aliás, é o item 8; não precisa colocá-lo extrapauta.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) - Presidente, eu só gostaria de fazer um comentário com relação a esse requerimento e o tema da audiência pública, que tem uma importância muito grande.

A maior parte das pessoas desconhece os efeitos da poluição por plásticos no mundo e no Brasil, obviamente incluído nisso, mas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, na época em que eu era o Ministro, nós firmamos um acordo, uma parceria com a Agência Internacional de Energia Nuclear, que tem um projeto justamente para combate a microplásticos nos oceanos. Isso, para quem não sabe - porque parece estar muito distante, mas não! -, está presente no nosso dia a dia. Inclusive, quando nós consumimos peixes e crustáceos, etc., da nossa costa, a gente consome junto também microplásticos. Então, basicamente, contamina-se a população com microplásticos. É para ficar preocupado mesmo. E esses microplásticos têm várias origens, inclusive na nossa casa. Às vezes, a pessoa não tem noção do lugar de onde saem esses microplásticos. Por exemplo, na máquina de lavar roupa, essas roupas com fibras, fibras sintéticas, por exemplo, soltam esses microplásticos que acabam na rede de águas, de esgotos e chegam aos oceanos. Então, é um cuidado que se tem que ter.

A pessoa pode se perguntar qual é a parte da sua casa que mais produz microplásticos. Geralmente, as pessoas pensam na cozinha, etc. Não, é justamente na máquina de lavar roupa. E a gente fala assim: "Mas tem o filtro!". Mas a pessoa lava o filtro no tanque, e aí vão esses microplásticos para dentro da rede de água.

Portanto, está aí só um alerta sobre uma das contaminações com plásticos, o que precisa ser muito bem cuidado no planeta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Assiste razão a fala de V. Exa.

Nós já temos o quórum. Quero agradecer aos Senadores que colaboraram, mais ainda a V. Exas. que estão presentes.

Nós vamos para o item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1129, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado na Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, que tem a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Não encontro vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade.

Nesse sentido, o projeto observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da nossa Constituição. Além disso, o tratado veiculado pelo presente PDL preenche, de alguma maneira, o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, que é o art. 4°, IX, da Constituição.

No mérito, o Acordo tem por finalidade disciplinar a cooperação científica e técnica bilateral. Dessa forma, a vinculação ao ato internacional em apreço propiciará ambiente favorável para reforçar não apenas os tradicionais laços de amizade entre as partes, mas também a cooperação em diversos domínios do campo científico. Essa circunstância, por si só, poderá incrementar ainda mais as relações entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 1.129, de 2021.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

Em discussão, o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação, uma vez que nós já atingimos o quórum dos itens 1 a 7, já devidamente lido o relatório pelos Srs. Senadores aqui presentes.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Devidamente aprovados os relatórios, que passam a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação, às providências.

Item 8.

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 17, DE 2024

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública CRE para debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição Por Plásticos

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 17, de 2024, de autoria do Senador Esperidião Amin, com acréscimo de convidados solicitados pelos Senadores Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo e pela Senadora Daniella Ribeiro, que requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição por Plásticos.

Em discussão. *(Pausa.)*

É apenas para ressaltar a importância que tem esta matéria, uma vez que, lá no meu estado, tem uma campanha de plástico zero, liderada por um grande comunicador lá do Mato Grosso do Sul, o Sr. Oswaldo Rezende Júnior, a quem quero saudar por essa luta e dizer que isso é muito importante para a preservação da fauna e da flora.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências pela Secretaria para assim fazer.

Como extrapauta, nós temos sobre a mesa o requerimento do Senador Sergio Moro que requer, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 3, DE 2025

Requer a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) a 6 (seis) membros titulares para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, verificar in loco a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, especialmente no que diz respeito à plena vigência das instituições democráticas, conforme previsto na cláusula democrática do Mercosul, estabelecida pelos Protocolos de Ushuaia.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

A cláusula democrática do Mercosul estabelece, em seu art. 1º, que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) - Presidente, eu vou só fazer um resumo aqui do requerimento, porque ele já é conhecido pelos pares.

Quando nós votamos aqui a adesão da Bolívia ao Mercosul, havia uma preocupação em relação às condições democráticas da Bolívia, e eu fiz um voto contrário, fui convencido pelos meus pares a que nós aprovássemos, por conta de questões várias, inclusive econômicas, mas que fizéssemos uma Comissão para verificar essas várias denúncias contra arbitrariedades de perseguição política ali na Bolívia.

Nós aprovamos, aprovamos a Comissão, e a Comissão não funcionou. Eu, particularmente, dada aqui a nova composição da CRE (Comissão de Relações Exteriores), inclusive com a nova Presidência, entendo mais oportuno fazer um novo requerimento, como apresentei, para que nós façamos essa Comissão e possamos visitar o país, lá, em breve.

Tem o caso que é mais dramático, da Jeanine Áñez, que é a ex-Presidente, que assumiu a Presidência da Bolívia como se fosse o Governo Temer, o ex-Presidente Temer. Quando voltou o atual Presidente, Arce, ela foi presa, está presa há anos, a filha dela faz uma campanha internacional e ela já foi reconhecida como uma espécie de presa política pelo Parlamento Europeu.

Creio que nós temos uma responsabilidade, o Brasil, não de interferir nos assuntos dos países vizinhos, mas de chamar atenção para esses questionamentos e ajudar essas pessoas, principalmente porque nós aceitamos a adesão da Bolívia ao Mercosul.

O mesmo caso é o do ex-Governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, e, recentemente, também ouvi notícia de processo contra o ex-Presidente Tuto Quiroga, mas eu rogaria aqui aos nossos pares que nós aprovássemos este requerimento e formássemos desde logo esta Comissão.

Falei aqui com o Senador Esperidião, falei com o Senador Mourão, e eles se dispuseram a compor esta Comissão. Eu me disponho a compor esta Comissão. Não falei com ele porque ele estava lendo o voto, peço escusas, mas tenho certeza de que o Senador Marcos Pontes também aceitaria, e pediria também a V. Exa. que a compusesse para dar peso, até porque nós vamos precisar do apoio do Itamaraty para fazer essa viagem, e V. Exa. é quem tem melhores condições de interlocução para fazer com que o Itamaraty nos ajude a agendar essa visita.

Qual seria a ideia? Vamos para a Bolívia, visitamos lá essas pessoas que estão presas, conversamos com o Governo, conversamos com a oposição e, com isso, nós podemos emitir o nosso relatório.

Esse negócio de visita a preso... Quem não tem nada a esconder não tem por que negar visita a preso. Quando, como juiz, decretei a prisão no processo do ex-Presidente Lula, havia inúmeros pedidos de visitação, inclusive de autoridades da América Latina, de outros países. Lembro que aquele ex-Presidente da Argentina foi lá, o Fernández...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Não, imediatamente... O Alberto Fernández, não era?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Isso. Antes de ele ser Presidente, ele foi lá.

Eu nunca vedei isso porque a meu ver a prisão era absolutamente legítima, correta, não tinha nada a esconder. Não tenho medo de que presos falem com outras pessoas, então tem que ser dessa forma. Nem sempre isso acontece, até mesmo no Brasil, incrivelmente.

Mas, enfim, precisamos fazer a nossa parte nesse caso, e o requerimento é este, Presidente. Que nós o aprovemos, mas, desde logo, já indiquemos. Não precisamos ir em uma comitiva de cem pessoas para a Bolívia, não precisamos de nada muito sofisticado. Se tivermos seis Senadores e Senadoras já é suficiente; se tivermos três Senadores e Senadoras já é suficiente. Mas é importante que V. Exas. componham essa Comissão.

É isso, Sr. Presidente. Peço o apoio dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apenas para reforçar o privilégio da indicação de V. Exa. de meu nome. Com o maior prazer, irei colaborar com o seu trabalho, uma vez que V. Exa. é um Senador assíduo, não falta a uma reunião daqui do Senado, está sempre presente levando pautas importantes de interesses nacionais e humanitários, conforme esse em questão.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

À Secretaria para as providências.

Quero já enumerar os quatro que aqui estão, mais os Senador Esperidião Amin, como membros desta Comissão ora formada.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Janus Pablo Macedo, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, acompanhado do Sr. João Cavalheiro e do Sr. João Pará, lá do meu estado, da Anffa Sindical. Sejam bem-vindos!

Srs. Senadores, recebo aqui um convite, que pediu para ser extensivo a V. Exas., do Ministro Mucio Monteiro, convidando para a cerimônia de abertura da 15ª edição da Laad Defense & Security que será realizada às 10h, no dia 1º de abril de 2025, no Pavilhão 5 do Riocentro, no Rio de Janeiro. O colega que se interessar se apresente à nossa Secretaria que nós vamos tomar as providências para que possa lá chegar e participar.

Segunda parte.

Ratificação das indicações à Emenda 60020003.

Como é do conhecimento de V. Exas., o Senado Federal, em conjunto com o Poder Executivo, elaborou um plano de trabalho, juntado aos autos da ADPF 854 e homologado pelo STF, com decisão referendada no dia 6 de março último.

Em seguida foi promulgada a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025, em 14 de março, cujo art. 3º determina que as Comissões permanentes do Senado Federal ratifiquem as indicações para a execução das suas emendas RP 8 à Lei Orçamentária de 2024.

No caso em análise, a nossa Comissão de Relações Exteriores tem dois empenhos apontados que dizem respeito à Emenda 60020003 ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, Ação de Implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que eu tive o privilégio também de visitar lá no meu estado, na divisa com o Paraguai, em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Tendo em vista que a referida emenda teve 100% de seus recursos executados, esta Presidência submete à votação a ratificação das indicações e dos empenhos discriminados na planilha, apoiados pelos Senadores que constam da ata da reunião que aprovou a autoria da emenda em 2023.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a ratificação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A planilha será encaminhada à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para as providências cabíveis.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 19 de fevereiro e 13 de março de 2025, bem como a ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Palmas.)*

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário Oficial do Senado*.

Apenas para lembrar, está aqui o Embaixador Bruno. Na próxima quinta-feira, a partir das 10h, nós receberemos o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, que virá à Comissão para aquela visita de praxe, que está em nosso Regimento, para apresentar os planos referentes à atuação do Ministério das Relações Exteriores no ano de 2025.

Já estamos em contato com o Ministro da Defesa para que ele também selecione uma data em que possa aqui estar, o Ministro José Mucio; bem como com os integrantes das três Forças, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, conforme determina o nosso Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nada mais havendo a tratar, cumprindo todas as exigências e aquilo que foi proposto, declaro encerrada a presente reunião, sem mais, agradecendo a presença daqueles que aqui puderam estar e daqueles que registraram a presença para viabilizar a nossa reunião.

Muito obrigado.

Sob a proteção de Deus, um abraço a todos.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Wellington Fagundes, Beto Faro e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Tereza Cristina, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2024 - CRE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição Por Plásticos. **Participantes:** Senhora Embaixadora Maria Angélica Ikeda, Diretora do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Senhora Lara Iwanicki, Gerente de advocacy (representante de: Oceana Brasil); Senhor Severino Lima Júnior, Presidente da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Senhor Ítalo Braga de Castro, Pesquisador do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp; Senhor Paulo Teixeira, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST; Senhor Emanuel Martins, Presidente da Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem - ABICOM; Senhora Paula Johns, Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; Senhor Alexandre Vieira, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Retardantes de Chama - ABICHAMA; Senhor Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA).; Senhor André Passos Cordeiro, Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; Deputado Daniel Freitas, Deputado Federal (PL-SC); Deputado Volnei Weber, Deputado Estadual-SC; Deputado Alex Brasil, Deputado Estadual (PL-SC); Senhor Mário Lettieri Teixeira, Professor Doutor no IFC de Concórdia-SC; e Senhor Elias Caetano, Diretor Executivo (representante de: Sindicato das Indústrias Plásticas do Sul Catarinense - SINPLASC). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/24

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em conformidade com o Requerimento nº 17/2024 - CRE, de nossa autoria, com a finalidade de debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição por Plásticos.

A reunião é aberta à participação da sociedade, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Contaremos com a participação de dez palestrantes, ou debatedores, melhor dizendo, e estou agrupando esses debatedores em dois grupos. Serão compostas duas mesas, portanto, com cinco debatedores cada uma, sendo um remoto em cada uma; ou seja, quatro presenciais e um remoto.

Cada debatedor terá o tempo de cinco minutos para as suas considerações. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, em blocos de até quatro, bem como para as perguntas e os comentários enviados pelo e-Cidadania. As respostas e réplicas deverão obter o tempo máximo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a honra de convidar para integrar a nossa primeira mesa a Sra. Embaixadora Maria Angélica Ikeda, Diretora do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, a quem eu vou cumprimentar; o Sr. Severino Lima Júnior, Presidente da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que eu já cumprimentei, mas vou renovar o cumprimento; o Sr. Paulo Teixeira, Diretor da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), o Sr. Ítalo Braga de Castro, Pesquisador do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), seja bem-vindo.

Participa remotamente o Sr. Emanuel Martins, Presidente da Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem (Abicom).

Esse é o primeiro grupo.

Eu gostaria só de estabelecer uma diretriz. Não é censura, nem é monitoramento, os senhores são livres para expressar o seu pensamento, mas, nesta reunião, se pudesse ter um logotipo aqui em cima, uma palavra-chave, seria solucionática, sobre problemática nós já temos suficientes informações, e quem não as tiver, procure na internet Voz dos Oceanos, que foi um empreendimento recente, o mais recente que eu conheço, da família Schurmann, de Santa Catarina, que nos brindou com um percurso pelo mundo afora, tentando ser a porta-voz do oceano – gostaram da expressão? –, ou seja, quem quiser a enciclopédia da problemática, fale com o Schurmann, ou com a família Schurmann, e conheça, procure lá na internet a Ilha de Plástico, Deputado Volnei Weber. O senhor já conhece?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Ilha de Plástico é um continente desconhecido, pouco conhecido, que existe no oceano pacífico, cuja superfície é de mais ou menos um terço do Brasil – a profundidade eu não sei, talvez a embaixadora possa nos dizer –, porque ele é uma ilha de plástico, plástico que não saiu da fábrica, saiu da mão de alguém, e as correntes marítimas...

Professor, estou deturpando?

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... foram juntando, juntando, juntando ali. As correntes marítimas fazem ali um movimento concêntrico...

Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Decorei bem a lição, então.

... e produzem um continente. Ele já tem mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície. Repito, o volume eu não sei, mas o primeiro navegador que se assustou foi o Jim Cook, que em 1997 varou – em 1997 –, com o barco dele, este continente, que alguns chamam de ilha, mas com esse tamanho já merece ser promovido a continente.

Saúdo a todos aqui – representando a solucionática – na pessoa do nosso reciclador.

Então, cada um pode falar o que quiser, vamos evitar apenas palavrão, porque o palavrão faz parte da problemática. Nós precisamos de solucionática.

Com esta brevíssima introdução, e sem querer criminalizar, e sim buscar soluções, eu repito, eu passo a palavra à nossa embaixadora Maria Angélica Ikeda, fazendo votos, fazendo eco ao *tsuru* que eu tenho aqui, que é o da paz e da felicidade.

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia, Senador Esperidião Amin. Obrigada por relembrar o ativismo da família Schurmann, porque acho que – assim como as organizações que eu vejo aqui, que são muito engajadas nesse problema da poluição por plásticos – tem feito um trabalho fascinante, importante e urgente de mostrar o que é realmente a poluição por plásticos.

Essas ilhas que nós temos de plásticos no oceano hoje já viraram o que alguns chamam de plastisfera – eu não sou técnica no assunto, mas eu procuro tentar entender um pouquinho –, já viraram até habitats de algumas espécies. Então, nós estamos mexendo com o meio ambiente de uma forma que a gente precisa entender melhor e, sobretudo, entender quais são as consequências.

Eu gostaria muito de agradecer pelo convite, por estar aqui. É uma honra estar nesta Comissão, que é a Comissão mais importante para o Ministério das Relações Exteriores, sem dúvida alguma. É a primeira vez que eu participo de uma audiência pública aqui, então eu agradeço muito pelo convite e pela iniciativa.

Sobretudo, agradeço pelo interesse do Senado por essa que é a negociação do único acordo ambiental internacional novo que nós estamos negociando. E, por quê? Porque o problema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poluição por plásticos é uma crise urgente e grave, e eu acho que não há a menor dúvida a respeito disso. Nós todos estamos de acordo em relação a isso.

Acredito que eu tenha sido convidada para vir aqui para falar um pouco sobre as negociações. O tempo é um pouco curto, mas eu vou tentar resumir um pouquinho qual é o nosso panorama das negociações e o que o Brasil tem feito.

Então, muito rapidamente, nós estamos indo agora para a reunião que nós chamamos de 5.2 – porque a reunião que tinha o número 5 não conseguiu terminar as negociações, então ela virou a 5.1 e vamos emendar agora numa 5.2 – do Comitê Intergovernamental de Negociação, que vem negociando este acordo. Lá participam todos os estados-membros da ONU e vêm fazendo essa negociação desde 2022, desde que a Assembleia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Nairóbi, no ano de 2022, decidiu um mandato para iniciar essa negociação.

Nós não temos um número limite de reuniões, mas nós tínhamos a expectativa, ou como dizia a resolução, a ambição de ter terminado no final de 2024, o que não foi possível, por diversas razões. E eu devo deixar bem claro que não foi um fracasso ou alguma tragédia que tenha ocorrido. Era simplesmente o fato de que nós estávamos com um texto completamente novo, uma proposta do Presidente do Comitê de Negociação, que é o Embaixador Luis Vayas, um diplomata equatoriano que preside o nosso comitê. Nós tínhamos um texto completamente novo, que foi sendo trabalhado pelos países e que, por sua vez, gerou um novo texto, que foi apresentado, só no último dia, pelo próprio Presidente, novamente. Ele apresentou esse texto no dia 1º de dezembro e o que nós, então, fizemos como acordo entre nós – como era um texto novo, fruto das negociações – foi adotar como base das negociações para uma próxima reunião, que será agora no dia 5 de agosto, em Genebra. Nós, então, vamos nos debruçar sobre esse texto.

O que nós percebemos? Existem lados muito distintos nas negociações em termos de posições políticas. Dá para resumir que nós temos, basicamente, uma coalizão, que é a coalizão de alta ambição, que hoje conta com mais ou menos 67, 68 países, que são aqueles que querem medidas bastante restritivas, e no nível global, para acabar com a poluição por plásticos, sobretudo adotando medidas que têm a ver com a produção do plástico. Na verdade, a gente trataria de todo o ciclo de vida do plástico, já com medidas a respeito da produção e indo até o seu descarte e o correto tratamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – ...que é justamente para nós não termos a poluição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro grupo, que nós costumamos chamar por uma alcunha em inglês, *like minded*, ou seja, aqueles que têm as mesmas opiniões, tem a visão bastante diferente. Eles só querem tratar da parte de resíduos, nesse ciclo de vida, e se recusam a tratar, a princípio, da produção de plásticos.

Como é que o Brasil se posiciona em relação a isso? Aí eu volto um pouquinho para o conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que foi consagrado na Rio-92, que foi o Brasil que, inclusive, sediou. Teve uma continuação, depois, nos objetivos de desenvolvimento sustentável, também fruto de uma reunião no Brasil, que foi a Rio+20.

Nós queremos um acordo que resolva o problema ambiental e que proteja corretamente o meio ambiente, não só o meio ambiente, mas a saúde humana. O Brasil está lutando por um artigo para cobrir a questão da saúde e tem sido, infelizmente, minoritário em relação a isso, mas nós estamos lutando, estou até aqui com o meu delegado que faz essa parte de saúde. Nós queremos, também, que esse acordo preste atenção à questão do desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na questão dos trabalhadores informais, no empoderamento socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis. O Brasil foi a primeira – e até por um certo tempo a única – delegação que incluía, como delegado oficial, um catador, no caso o Severino, que está aqui com a gente.

Nós também nos preocupamos com a questão econômica. Como a própria indústria sempre diz, aqui no Brasil, ela não tem o menor interesse de poluir o meio ambiente. O que eles querem é continuar a produzir, é manter o emprego, é manter a renda. Mas como fazer com que essa produção esteja aliada a um correto tratamento dos resíduos para esse plástico não ir parar nos rios, não ir parar na terra, no meio ambiente ou nos oceanos? Então, estamos sempre apoiando propostas que levem em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, a parte ambiental, a parte social e econômica.

Já se acabou o meu tempo. A última notinha que eu queria fazer é que, talvez, até por posição mais intermediária, digamos assim, pensando em todas essas muitas facetas – porque o Brasil, inclusive, é um país muito multifacetado –, o país tem sido muito chamado a facilitar os entendimentos. Então, nós temos atuado. Em todas as reuniões do INC, o Brasil, em grupos maiores ou menores, tem sido chamado a facilitar, quando há uma controvérsia muito forte. Então, os diplomatas brasileiros têm cumprido muito esse papel. O fato de nós termos relações com todos os países que fazem parte da negociação – o que hoje em dia não é o caso para vários deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm problemas de relações diplomáticas –, nós também estamos intermediando contatos entre países que têm posições diferentes, mas que não podem se falar diretamente.

Era isso o que eu tinha para dizer. Agradeço novamente o convite. Tenho mais informações, mas ficam para as perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Eu cumprimento a Embaixadora pela concisão. Sei que a senhora teria muito mais para falar.

Em compensação, antes de fazer qualquer pergunta, eu já deixo aqui o registro de um pedido. Em nome da Comissão, eu vou fazer uma solicitação para que o Itamaraty, representado pela senhora, nos apresente um elenco de todas as sugestões colecionadas pelo Brasil, que afinal nos representam e nos representarão em agosto, em Genebra. Não é?

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em Genebra. Ou seja, até o final de julho, ao Itamaraty eu peço que nos envie o elenco de soluções propostas por organizações civis, governos, indústria. Enfim, tudo que vocês tiverem recebido até, vamos dizer uma data, 25 de julho. O dia 25 de julho acho que é o Dia da Agricultura. Não é, Wellington? Wellington, 25 de julho é o Dia da Agricultura, do agricultor?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vou ficar devendo também. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu posso consultar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Consulte o Doutor. Se você preferir uma mulher, consulte a ChatGPT.

A Comissão oficiará ao Itamaraty, com cópia para V. Sa., o pedido de coletânea – já que a senhora vai para Genebra – das sugestões objetivas que o Brasil vai analisar e apresentar, ou não, no dia 5 de agosto. É isso?

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – Começa dia 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Começa dia 5, é a partir de 5 de agosto. Nos atualizando, portanto, do que existe como sugestão.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Severino Lima Júnior e não posso deixar de cumprimentar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só deixe-me passar a palavra para ele, só um minutinho.

Eu não poderia deixar de registrar a minha satisfação por saber que o Brasil, como o meu país, já contou com o Severino no debate até aqui. Ele é o maior representante da solucionática que nós poderíamos colocar aqui à mesa. Você representa o padrão básico da solucionática.

Como eu sei que o Senador Wellington está interrompendo uma apresentação artística...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... como violeiro – até trocou de roupa – eu lhe concedo dois minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – O.k.

Presidente, inclusive, eu vou deixar aqui três perguntas e gostaria de passá-las à mesa para a possibilidade de V. Exa. fazer, em função da exiguidade mesmo do tempo.

Eu não quero interromper a palestra, eu só queria aqui dizer que, considerando que o Pantanal é um dos biomas mais ricos e sensíveis do planeta e que sua dinâmica ecológica depende diretamente da qualidade da água e da integridade dos seus ciclos naturais, é fundamental que as discussões internacionais sobre o combate à poluição plástica também contemplem os riscos enfrentados por ecossistemas de água doce.

Diante do compromisso firmado pelo Brasil na resolução da ONU para o fim da poluição plástica, aprovada em 2022, e do início das negociações internacionais, por meio do Comitê Internacional de Negociação, entendemos que é essencial discutir o desdobramento desses processos à luz da realidade do Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São três perguntas, posso fazê-las ou não? É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu mesmo faço. Eu farei em seu nome.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, ótimo.

Fica aqui. Eu já deixo a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor volte lá e, por favor, não desafine! (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, então, ele está me dando a oportunidade aqui, mesmo me interrompendo... E eu quero agradecer ao Presidente por ter ido lá no nosso evento agora, onde estávamos fazendo o lançamento da 21ª Festa da Viola no Município de Poxoréu, em Mato Grosso, que é um município tradicional. E todos nós... Quando toca uma viola, toca também os nossos corações e a nossa mente.

Por isso, quando a gente fala em cultura, esta Casa aqui tem que ser eclética mesmo, não é? Nós estamos falando de plástico, estamos falando do meio ambiente e estamos falando da qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E de eleição ali. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eleição bem ali. É.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E de voto auditável ali.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acho que esse é o mais complicado, eleição ali. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Senador. E parabéns pela iniciativa! (*Pausa.*)

Com a palavra o Sr. Severino Lima Júnior.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador, a quem eu cumprimento e cumprimento toda a Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a deferência. Agradeço o convite para participar deste momento tão solene.

Faço minhas as palavras da companheira Maria Angélica, da minha Ministra. Realmente o tempo é muito pequeno, mas dá para falar, porque eu estou vendo aqui que todos que estão aqui presentes acompanham o tema há bastante tempo, desde o início das discussões ambientais.

Sou catador de material reciclável, com muito orgulho. Moro em Natal, Rio Grande do Norte. Atualmente presido a Aliança Internacional de Catadores.

Temos aí uma média de 40 milhões de trabalhadores em todo o planeta.

Neste momento em que eu estou falando aqui, estou com catadores que estão falando na Colômbia, discutindo o tratado de plástico; outros na África, discutindo o fechamento de lixões; outros na Ásia, falando de biogás.

Então, a gente tem essa consonância em nível internacional e somos, sim, referência no modelo de organização de catadores não só para a América Latina, como a gente tem a Edlac, mas também para o mundo.

A nossa conversa para a discussão do tratado internacional de plástico é simples e categórica. Quem é a primeira pessoa que põe a mão na embalagem quando ela deixa de ser um produto que as pessoas consomem? Na grande maioria do planeta são os catadores. Catador de rua, catador em lixão, catador em unidades de processamento. Às vezes, é o próprio trabalhador de casa, a dona de casa que separa a latinha.

Por que o Brasil é campeão mundial em reciclagem de latinha? Porque tem a cultura do catar. Essa cultura do catar vem desde a época dos nossos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vou dizer: porque a latinha vale dinheiro. (*Risos.*)

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – É um aspecto... A gente precisava que os outros materiais também valessem dinheiro, mas, infelizmente, quando a base da pirâmide começa a melhorar a sua qualidade de vida, a ponta da pirâmide começa a reverter isso, para baixo, e a criar mecanismos quaisquer.

Eu não deveria nem citar isso, mas a gente está aqui também em Brasília para uma discussão sobre um retrocesso do Brasil em decretar a liberação da importação de resíduos de novo, uma coisa pelo que a gente lutou há tantos anos. E, infelizmente, pessoal da Abiquim, da Abiplast, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos resíduos que está liberado novamente é o plástico. Nós aqui, lutando para enaltecer e gratificar o trabalho dos catadores para diminuir a produção plástica, ou para que se produzam plásticos de alta reciclabilidade, vem um decreto, lá do Mdic, passa no MMA, vai para a Casa Civil, num final de semana prolongado, liberando novamente a importação de papel, plástico, vidro. Isso é um absurdo!

A gente não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode identificar o decreto, o termo legal aí que mencionou?

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Sim. O decreto... Fala aí, Ronei, nosso assessor jurídico.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Decreto 12.438, de 2017.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Assinado nesse final de semana. Poucas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Espera aí! De 2017?

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Não, 2025.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Não. Foi aprovado no dia 17 deste mês, no feriado agora. Ele regulamenta o art. 49 da Política Nacional de Resíduos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só um instantinho.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Liberando novamente a importação...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Decreto nº?

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Doze mil, quatrocentos e trinta e oito.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Assinado dia 17...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dezessete de abril...

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – De abril de 2025...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Agora, no final de semana. Fomos todos pegos de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tudo bem.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – ... que regulamenta o art. 49 da Política Nacional de Resíduos.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Ou seja, a gente nem bem conseguiu resolver nossos problemas internos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fizeram isso para celebrar a nossa reunião.

Continue. (*Risos.*)

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Na verdade, fizeram isso para eu mudar meu discurso. Eu ia falar de interação internacional, de catadores no G20, de catadores lá com a nossa *share* do Tratado Internacional de Plástico, da ONU. Com toda essa participação, eu tenho que me ater a um aspecto que não é menos importante e que está gerando hoje, nos bastidores lá do Planalto, essa discussão.

Nós temos uma reunião agora às 11 horas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Teremos uma reunião às 13 horas com o pessoal do Mdic para tratar da revogação desse decreto. É o que a gente quer, a revogação desse decreto, que foi um decreto criado por pessoas que não conhecem a reciclagem. E quem conhece a reciclagem são os catadores.

Então, realmente, o discurso era bem mais bonito, assim como o da nossa Ministra Maria Angélica, Senador, mas eu não podia deixar de fazer o nosso repúdio de mais de 1 milhão de catadores no Brasil a esse decreto nefasto, que a gente está considerando como decreto do lixo e decreto da fome.

Hoje a gente vai tentar resolver essa situação para revogar esse decreto, que é um retrocesso catastrófico na Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil. Uma política, Senador, que nós divulgamos em nível internacional há mais de dez anos. Muitos países da América Latina têm na política nacional do Brasil, que enaltece o trabalho do catador, que reconhece que temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuir a produção e o consumo de matéria-prima... Muitos países, como o Chile, nosso vizinho, do qual hoje a companheira que faz quórum é nomeada pelo seu Governo como membra da delegação nacional, como eu aqui no Brasil, pelo que a gente agradece...

Isso é trabalho de vários anos, Senador, de vários anos. Aqui na Casa eu já estive em audiências públicas para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para a aprovação dela. O Ronei está cansado de quantas vezes veio a esta Casa.

Então, a participação dos catadores aqui é extremamente importante para não acontecer o que aconteceu aí no feriado. Se tivessem convidado os catadores para discutir o decreto, não estávamos hoje com essa bomba...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – ... no colo para resolver.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lamentavelmente, nós temos que mais ou menos respeitar o tempo, mas eu já vou deixar aqui mais uma incumbência para a nossa Secretaria.

Com a ajuda da Senadora, da nossa Embaixadora, perdão – mas quem sabe, não é? (*Risos.*)

Seria muito bem-vinda!

Mas eu já vou pautando todos os próximos que falarem. Se puderem nos instruir... Eu só quero uma frase. Concordo, sim. Com o quê? Me ofereçam uma norma. Tem alguma coisa escrita sobre isso?

Então, nós vamos elaborar aqui um projeto de decreto legislativo, sustando a vigência deste decreto... (*Palmas.*)

... se não houver objeção de ninguém.

O decreto já está aqui em minhas mãos. Ele regulamenta o art. 49 da lei.

O SR. ADALBERTO MALUF (*Fora do microfone.*) – Lei aprovada pelo Senado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas a lei dispõe sobre exceções à proibição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADALBERTO MALUF (*Fora do microfone*.) – Que o Senado votou...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Estabeleceu uma norma.

Portanto, cabe um decreto legislativo sustando este decreto.

O SR. ADALBERTO MALUF (*Fora do microfone*.) – Suspendendo a lei que o próprio Senado aprovou.

A regulamentação...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Mas ele estabelece exceções. Exatamente.

O SR. ADALBERTO MALUF (*Fora do microfone*.) – O Senado foi que aprovou as exceções, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não aprovou exceções.

O SR. ADALBERTO MALUF (*Fora do microfone*.) – Como não? Foi a lei aprovada pelo Senado que proibiu e criou as exceções. O decreto regulamenta as exceções do próprio Senado. Tem que deixar claro quem foi que já fez as exceções.

O SR. VOLNEI WEBER (*Fora do microfone*.) – Posso contribuir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero saber o seguinte: cabe decreto legislativo? (*Pausa.*)

Então, o que nós podemos fazer é: eu posso apresentar, individualmente, um projeto de decreto legislativo, ou posso apresentá-lo em nome da Comissão. Então, quando os próximos que falarem – para começar pelo Paulo Teixeira – acrescentem à sua fala: sim, concordo ou não com o projeto de decreto legislativo que susta este decreto. Só isso. Viu, Deputado?

O SR. VOLNEI WEBER (*Fora do microfone*.) – Só um comentário sobre isso, para contribuir .

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VOLNEI WEBER (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade, a todos aqui presentes.

Todos nós aqui somos importantes na cadeia produtiva, e aqui eu quero me referir ao Sr. Severino Lima Júnior.

Eu estou como representante estadual, já estive prefeito, e nós temos a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que está sendo embarrigada a vida inteira aí. É uma lei que não é cumprida.

Vale lembrar que também estou aqui como representante da indústria – da indústria da reciclagem e da indústria da transformação. São duas indústrias para as quais eu entendo, Senador, que, se não tiver fortalecimento da indústria transformadora, automaticamente vai ela dar sobrevida para a indústria da reciclagem, que vai dar vida aos catadores, porque ali tudo começa. Então, todas as partes são muito importantes.

Agora, quando se fala em importação, nós temos, no Brasil, uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que não funciona. Sendo assim, a indústria da reciclagem não tem matéria-prima suficiente; tem lixo, mas não tem matéria-prima suficiente. Não tendo matéria-prima suficiente, a indústria da reciclagem não se fortalece – não se fortalece!

Automaticamente, a indústria da transformação não tem essa matéria-prima suficiente para transformar o reciclado. O que se faz? Se busca lá fora. Quem é o limitador do preço da sucata? A matéria-prima virgem.

Vou dar o exemplo da PET. A PET está supervalorizada no Brasil. Mas tem? Não tem! A indústria da transformação precisa mais. Ela busca onde? Lá fora.

Na hora em que a Política Nacional de Resíduos Sólidos funcionar de verdade, no Brasil, ninguém, nenhuma indústria, vai buscar lá fora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – Então, para concluir: nós precisamos fazer com que os municípios façam uma coleta seletiva, que os municípios ofereçam o produto ou o equipamento ideal para as pessoas descartarem o seu produto e que, automaticamente, criem centros de triagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – ... pelo poder público, para fazer com que o catador não fique, na madrugada, no vento, no frio, catando materiais na rua, rasgando sacola e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo o quê? O vento leva os outros materiais para o rio e para o oceano. Mas que ele tenha uma dignidade de trabalhar com os EPIs – certo? – dentro do centro de triagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – O catador sabe o que é papel, ele sabe o que é lata, ele sabe o que é... entendeu? Ele sabe o que são os materiais e separa. E aí, a indústria tem, com certeza, matéria-prima suficiente no Brasil. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradecemos. O senhor formalize isso, por favor.

O SR. VOLNEI WEBER – Legal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Formalize via Assembleia Legislativa isso. Obrigado.

O SR. VOLNEI WEBER – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Passo a palavra, cumprindo a nossa regulamentação, ao Sr. Paulo Teixeira, pedindo que ele não esqueça o meu pedido...

O SR. PAULO TEIXEIRA – Não será esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sou a favor ou sou contra o projeto de decreto legislativo sustando essa permissão concedida por esse decreto.

O SR. PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Combinado.

Bom dia a todos, obrigado pelo convite, Senador. Obrigado pela oportunidade! Queria cumprimentar a Embaixadora Maria Angélica, que é a nossa porta-voz na negociação.

Eu vou tentar me ater ao tempo, em respeito a todo mundo da mesa, em respeito a quem está assistindo. Eu vou ser bem breve, mas eu queria trazer o assunto da negociação.

Acho que, bom, para quem ainda não conhece, a Abiplast é representante dos recicladores de plásticos e dos transformadores de plásticos. Nós estamos falando aqui de 14 mil empresas. Estamos falando de 380 mil trabalhadores. Nós somos o quarto maior empregador da indústria de transformação do Brasil. Nós estamos falando de 10,5 milhões de investimentos ao ano, feitos no Brasil – maior que o do setor de máquinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está presente em 95% da indústria. A matriz industrial utiliza o plástico. E a gente está falando que 95% da cesta básica é embalada em plástico e, mais ou menos, em toda... posso dizer que 100% da exportação de proteína animal do Brasil é feita em plástico.

Então, só para dar um pouco do problema – o senhor pediu a solucionática, mas eu estou dando uma contextualizada no problema, do que é essa questão da discussão do tratado –, eu trago dois temas, que eu acho que são: a questão da nossa soberania num tratado – a embaixadora Maria Angélica, como ela gosta de dizer, é nossa porta-voz e tem conduzido muito bem essa discussão – e o protagonismo. Eu acho que são duas vertentes que a gente tem que trazer para essa discussão.

Na questão da soberania, é muito importante a gente ficar atento para as questões das barreiras não tarifárias, que podem ser construídas através dessa negociação.

A transição justa: nós estamos falando não só dos catadores, que são fundamentais e foram inseridos nessa conversa, mas também de 70% das micros, pequenas e médias empresas do setor são pequenas empresa, e de 400 mil trabalhadores que estão sujeitos a essa conversa.

A questão da sobrecarga financeira, técnica e tecnológica que pode vir ao nosso país. Isso tem a ver com a nossa soberania, porque a gente ainda tem muita coisa, tem uma agenda de infraestrutura muito grande a se fazer, e a discussão baseada em estudo técnico e científico. A gente tem e sabe que os negociadores têm isso claro, mas a discussão tem que ser técnica e científica, não uma discussão ideológica.

É importante a gente ter muito clara, na nossa soberania, a posição dos outros países, das ONGs internacionais, das instituições, para que essa conta não venha para o Brasil a ser paga; isso é muito importante na questão da soberania. E, na questão do protagonismo, Senador, eu vou trazer aqui algumas solucionáticas, conforme o senhor solicitou.

A gente apresentou, nessa questão do protagonismo, uma plataforma que monitora toda a rastreabilidade do plástico, do resíduo. Isso foi apresentado em Paris, na negociação do INC 2, se eu não me engano, e entrou dentro da ONU como uma solução de vanguarda. A gente também trouxe uma plataforma que dá o índice de reciclabilidade dos materiais. Essa é a maior plataforma do mundo, porque o nosso país é continental, e a gente consegue medir a reciclabilidade dos materiais de forma que eles cheguem de uma forma de valor adicionado para a cooperativa, para que a gente tenha produtos que possam ser reciclados e que possam voltar à circularidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma conta aqui – eu estava falando com o André dessa conta – se a gente pegar a somatória do PE Verde, que é de fonte renovável, junto com as resinas recicladas, hoje a gente opera na produção de 16% a 18% de matéria-prima circular no Brasil.

Esse é um número que quase nenhum outro país tem, muito em função do papel dos catadores, que permitem a reciclagem, do papel da matriz energética que a gente fez no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... e da questão da bioeconomia, dos novos materiais.

Agora, eu queria trazer aqui outras duas questões muito rápidas – sei que meu tempo já acabou. Uma é a importância de a gente ter claro o caminho de nacionalização desse decreto, e aí eu chamo a atenção ao art. 8º, item 2, do documento apresentado em 1º de dezembro, em que você tem, de "a" a "g", uma lista de questões que o país, ao nacionalizar esse tratado, vai ter. A gente precisa estar muito atento a se a gente efetivamente consegue cumprir isso daí. Eu acho isso importante, até porque é muito parecido com os dez passos que a ONU trouxe em 2014, quando ela tratava sobre *single-use*, o plástico de uso único. Você tem dez passos. Não é assim: uma bala de prata e você resolve a questão. É importante a gente estar atento a isso, porque é o que a gente vai ter que fazer no nosso país.

Eu acho que são importantes duas coisas. Para finalizar, é importante que a gente consiga aprovar legislações de vanguarda para suportar o tratado. Nós estamos dizendo que temos o PL 2.524, que não conversa com o tratado, não trata questões de circularidade, e temos, já que passou por esta Casa, na Câmara, agora, o 1.874, que é um projeto de lei sobre economia circular, que dá um embasamento, inclusive, para a Estratégia Nacional de Economia Circular e que também tem o apoio do Fórum Nacional de Economia Circular. É o 1.874. Ele saiu do Senado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA – 1.874, de 2022.

... e agora está na Câmara. Ele, sim, conversa com as discussões do tratado.

Por fim, eu trago também, já para finalizar, uma nota de representantes – e depois eu posso compartilhar com vocês para a sociedade civil – para o Fórum Nacional de Economia Circular, apoiada pelo Instituto Clima e Sociedade, pelo Instituto Brasileiro de Economia Circular, pela Fundação Ellen MacArthur, pela Academia Brasileira de Ciências, pela Abiquim, pela Abiplast,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoiando o 1.874 como efetivamente um PL que trata de economia circular. Isso pode trazer um embasamento para a gente internacionalizar o tratado no país.

Finalizando, para a última pergunta – que estava fora do prazo, porque é uma pergunta nova –, eu só queria trazer a seguinte consideração: o que se está trazendo na regulamentação não é importação de resíduo, pelo menos de plástico, é de *flake* de pet. *Flake* é quando você pega uma garrafa, você a lava e você faz um processo industrial, que é transformar aquilo em *flake*. É diferente do resíduo.

Obrigado, gente. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A sua resposta é "sim" ou "não"?

O SR. PAULO TEIXEIRA – Eu queria só trazer essa... Não, se a gente está falando de proibição de resíduo, nós estamos falando de proibição de produto industrial; então, se é assim, é "não".

Tem uma questão conceitual nessa conversa: se eu falo de resíduo, é uma coisa; se eu falo de produto industrial, que é o *flake*, é outra história.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA – Tudo é matéria prima; resíduo também é matéria prima, mas o *flake* é uma matéria prima, é o resíduo processado, tanto é que é outra classificação, tem um salto de Tipi nessa conversa, que é do IPI. Se tem um salto de Tipi, é porque teve processo industrial, teve beneficiamento, teve uma produção industrial.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, nós vamos considerar a sua arguição, apesar de, nos três tópicos mencionados aqui, aparecerem as expressões "resíduos", "papéis", "cartões" e "kraft"... Nós vamos verificar o cabimento do decreto legislativo.

A sua advertência é muito oportuna.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra agora...

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Eu queria falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sei que o nosso Severino quer falar, principalmente estimulado pelo Volnei Weber. (*Risos.*)

Minha sugestão é que você se sente com ele.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Não, não, é porque com o aspecto do... Já teve tributação para o cartão, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas aí você vai conversar com ele e depois volta a falar. Agora é a vez do Sr. Ítalo Braga de Castro, por favor, Pesquisador do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Agradeço o convite. Para ser exíguo no tempo, vou estender meus cumprimentos ao Senador a todos os integrantes da mesa e aos presentes.

Eu acho que cabe aqui nesta Comissão... Eu imagino que o convite que me foi feito tenha sido para tentar trazer um pouco da perspectiva do meio acadêmico, do meio científico – meio ao qual pertenço e no qual atuo ativamente – nas contribuições para a discussão. Então, eu vou solicitar desculpas por usar, eventualmente, um tom um pouco professoral, mas eu acho que eu preciso trazer e circunscrever a importância de toda essa discussão.

Por que há um tratado global dos plásticos? Por que há um Ministério do Meio Ambiente? Por que há uma Unep? Porque a gente precisa proteger um patrimônio do qual dependemos. O esforço nem é altruísta; a gente depende da biodiversidade global, de todas as espécies. A biodiversidade global, numa estimativa rala, malfeita, aporta pelo menos R$2 trilhões por ano na economia brasileira – pelo menos, porque poucas estimativas dessa natureza foram feitas até este ponto. O plástico, dentro do contexto da crise planetária global, decretada pela ONU, de mudanças climáticas e poluição, tem um papel importantíssimo na ameaça a essa biodiversidade – lembrando, mais uma vez: patrimônio que desejamos e precisamos conservar.

O Senador Esperidião Amin e a Embaixadora Maria Angélica falaram das ilhas de plástico, um gravíssimo e altamente comovente problema, mas, nem de longe, o mais sério. Por quê? Porque os microplásticos se fragmentam ou chegam ao ambiente em pequenas dimensões, se tornam menos visíveis, menos comoventes e, portanto, menos noticiados, mas são muito mais lesivos. É claro que todo mundo se comove com a tartaruga... Inclusive, eu acho até que era de um *folder* que se divulgou desse evento uma tartaruga comendo uma sacola. E não há crítica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro: não traz o produto de comunicação desejado colocar um fitoplâncton, que é responsável pelo ar que respiramos, ou um organismo que é responsável pela água que bebemos, ou pelo alimento que ingerimos, que é um invertebrado, é uma bactéria e não chama a nossa atenção. Mas esse, Senador, é o mais grave dos problemas, sem minimizar as gigantescas ilhas de plásticos.

Nós precisamos conservar a biodiversidade para conservar a nós mesmos. Nessa perspectiva, o Brasil é um dos 17 países megadiversos do mundo, então, nós dependemos muito mais, economicamente, da nossa biodiversidade. Há pouco – desculpem-me, não identifiquei quem foi – alguém mencionou o Pantanal, não foi?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi o Senador Wellington.

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Desculpe-me, Senador, não lembrei o seu nome.

O Pantanal vive de sua biodiversidade – ou o turista vai lá para ver construções, para ver uma Torre Eiffel? Não! Ele vai para lá para ver jacaré, para pescar... Ele vive não só, claro, mas também de sua biodiversidade. E, quando eu falo da *commodity* biodiversidade, eu não me refiro apenas a turismo. De novo, preciso enfatizar: a água que bebemos, o ar que respiramos, a água que comemos.

Bom, e aí, nessa perspectiva, nós temos, como já pontuado pela Embaixadora, alguns entraves dentro do tratado. E aí, como um porta-voz da academia, eu gostaria de ver – na posição brasileira, e entendo que neste momento eu sou apenas uma voz, que espero que se capilarize – um apoio mais junto à aliança dos países mais ambiciosos.

Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Porque nós precisamos disso, porque R$2 trilhões por ano, na estimativa mais conservadora, vem da conservação da nossa biodiversidade, ameaçada pelos plásticos.

E aí preciso fazer uma ponderação, considerando o que tomou esta sala nos primeiros momentos da discussão. E eu vou fazer com muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendendo que a reciclagem é um instrumento importante e de grande valor, a comunidade científica, e eu me sinto um pouco porta-voz mundial, pacificou a discussão de que a reciclagem não é uma bala de prata, não é uma solução única. Ela é um entre, talvez, dezenas de instrumentos que incluem redução dos plásticos evitáveis e problemáticos, catálogo das substâncias químicas perigosas que estão nos plásticos para tirar esses plásticos de circulação, melhoria do *design*.

O Severino não vai ter trabalho a fazer se uma garrafa for reciclável, mas não for reciclada; porque a garrafa, o copo, o prato, ele não é desenhado para reciclagem, embora ele seja feito de um material reciclável. Então, o custo de separar o rótulo, a tampa, o pigmento, a argola, torna mais barato jogar no mercado uma resina virgem.

Ora, então, a reciclagem, tal como posta, não só no Brasil, parece para inglês ver. E, de novo, não estou expressando uma mera opinião, estou expressando um conjunto de artigos científicos publicados e revisados pelos pares na literatura científica internacional.

Então, a gente tem que melhorar o *design*, tem que reduzir a produção, tem que ter uma responsabilidade estendida para o produtor para conservar a biodiversidade que abastece a receita desse mesmo produtor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço muito a objetividade e, antes de passar a palavra ao próximo debatedor, que é o Presidente da Associação Brasileira de Polímeros Compostáveis e Compostagem, quero solicitar ao Sr. Ítalo que transforme a sua manifestação e seus complementos numa comunicação a esta Comissão e, especialmente, à Embaixadora Maria Angélica, porque este é o pedido que eu estou fazendo a ela, que ela nos apresente, que o Itamaraty nos apresente, em julho, uma coletânea de sugestões e ponderações do padrão que V. Sa. apresentou aqui.

Consulto se o Sr. Emanuel Martins está *online*.

O SR. EMANUEL MARTINS (*Por videoconferência.*) – Bom dia. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, está.

Pois não, Sr. Emanuel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, espero que tenha acompanhado, só vou insistir na questão da "solucionática" e na questão dos prazos.

Muito obrigado.

O senhor tem a palavra.

O SR. EMANUEL MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador, o privilégio de poder participar desta reunião da Comissão. Agradeço também à Embaixadora, que tem participado no tratado conosco.

Estamos aí também... É muito bom ver também o Paulo aí, que é nosso par aqui da Abiplast; também o Prof. Ítalo, que tanto faz aí na discussão dos plásticos; o Severino também, que tanto nos representa aí na questão da economia circular.

Eu acho que eu gostaria de fazer uma pequena introdução. Nós somos uma Associação de Polímeros Compostáveis, então nós representamos uma área do setor da indústria de plástico em que nós estamos focados na "solucionática".

Nós acreditamos muito que o plástico é um material muito importante para a sociedade, tem muitas vantagens quando se fala em termos técnicos de análise de ciclo de vida, de peso, de transporte, de solução social para as comunidades, mas temos que trabalhar para que o fim de vida do plástico seja melhor.

E, como o Prof. Ítalo colocou, nós somos provavelmente, dentro das dúzias alternativas, uma delas. Nós propomos uma solução em que os polímeros sejam compostáveis no final de vida.

Então, quando estamos falando de todos esses polímeros, de que hoje temos uma dificuldade tremenda de reciclagem – sacolas plásticas, canudos, todos esses plásticos de uso único que nós temos uma dificuldade grande de gerar volume de logística reversa para reciclagem –, a nossa solução proposta, a nossa "solucionática", é entregar um polímero que no final da vida ele possa ser compostável.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos já prevê esse aumento da compostagem dos nossos resíduos orgânicos, sendo essa uma outra alternativa. E nós aqui estamos propondo para o Brasil soluções que hoje já estão sendo adotadas amplamente mundo afora.

Então, Severino citou o Chile, o Chile já é um país em que hoje sacolas plásticas, canudos, sachês já têm que ser elaborados com biopolímeros compostáveis. Temos vários exemplos ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redor do mundo, China, Itália, que estão implantando diversas dessas proposições, legislações com incentivo a essa indústria.

E, citando também a nossa possibilidade como Brasil, hoje o Brasil, como o Paulo citou, já é o maior produtor de bioplásticos de fonte renovável do mundo, e nós temos um potencial enorme de sermos, então, essa plataforma global não só para suprir a nossa necessidade, mas para suprir talvez uma cadeia muito mais global de polímeros compostáveis.

Hoje, há uma necessidade global, como colocado aí, não é uma situação que a gente pode adiar indefinidamente, então acredito que a gente tenha essa oportunidade. Eu acho que o tratado deve ser visto como essa oportunidade. Acho que temos projetos de lei no Senado que dão também essa oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMANUEL MARTINS – ... para que a gente avance na legislação, para que a gente... Muitas vezes, eu entendo que, assim, não temos o cenário perfeito, mas o feito é melhor do que o perfeito. É a gente começar a avançar passo a passo na "solucionática" para que a gente consiga colocar os biopolímeros compostáveis dentro da solução para que a gente entenda esse novo momento.

Então, hoje até na própria Abiplast nós já estamos contemplados como uma solução como os biopolímeros compostáveis. Então, nós somos essa nova categoria de produtos, acho que seria muito legal... agradeço muito a oportunidade de a gente ter estado aqui para poder apresentar realmente essa nova categoria.

Temos um potencial muito grande. Hoje, a gente deve estar, Senador, no máximo, atendendo meio por cento do mercado brasileiro; gostaríamos de atender muito mais, iniciando com produtos que são simples, e a gente gostaria de atendê-los.

Estamos à disposição.

Muito obrigado novamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que agradeço.

Nós vamos fazer aqui uma troca de guarda: a Embaixadora permanece aqui, os demais estão dispensados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria que você, Severino, sentasse aqui na sala ao lado – só não vale luta corporal. (*Risos.*) E discutisse com o Volnei Weber. Toma cuidado que ele pode estar armado. (*Risos.*) Isso é em tom de blague!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é para vocês conversarem um pouquinho antes de nós fazermos perguntas.

Eu dispenso os demais e saúdo as palavras do Sr. Emanuel Martins, antes registrando aqui a presença de um ilustre grupo de coestaduanos, liderados pelo Deputado Daniel Freitas, a quem eu quero cumprimentar efusivamente: o Sr. Reginaldo Cechinel; o Sr. Anselmo Freitas – cada vez com penteado mais exuberante –; o meu Prefeito Valdir Fontanella, Prefeito de Lauro Müller, Presidente da Associação de Municípios da Região Carbonífera; Estefane Teixeira, CEO da Teixeira Têxtil; Sr. Elias Caetano.

Eu estou convidando, então, os demais. (*Pausa.*)

Por favor.

Estou convidando aqui o Sr. Adalberto Maluf; a Sra. Paula Johns; o Sr. André Passos Cordeiro, a Sra. Lara Iwanicki para ocuparem aqui as cadeiras, por favor.

A Embaixadora permanece conosco.

E também quero solicitar que o Sr. Alexandre Vieira, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Retardantes de Chama, também ocupe o seu lugar.

E, ao concluir, eu sou obrigado a... (*Pausa.*)

Todos nós temos que ser um pouco bairristas, não é? Eu vou cumprimentar aqui publicamente o jornalista Ney Lopes, da nossa querida Criciúma, que divulgou no dia 15 de abril uma notícia que eu quero endereçar especialmente ao Sr. Ítalo e ao Sr. Emanuel, que falou agora em nome da Abicom.

Segundo essa notícia, a empresa catarinense Copasa lançou um copo plástico que, além de ser 100% reciclável e biodegradável, não gera microplásticos.

Naturalmente que o Sr. Ítalo pode ter direito de resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não agora. Eu só estou dando a notícia. A notícia foi publicada dia 15 de abril.

Eu vou lhe dizer o seguinte: o direito de resposta não prescreve, mas eu concedo um minuto para contestar ou não essa notícia. E aí o senhor passa a discutir com o Ney Lopes.

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO (Para expor.) – Isso pode ser uma excelente novidade, com a qual eu não estou familiarizado, mas até os resultados da pesquisa que meu grupo publicou há um ano não havia plásticos biodegradáveis de verdade à venda no Brasil. Havia, sim, alguns compostáveis. Os conceitos são diferentes. O biodegradável se cai no mar, degrada. Isso não existe no mercado. O compostável requer um ambiente especial para se degradar e, portanto, uma coleta também de forma diferenciada. Eu acho que são parte da solução.

Mas eu vou estudar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De qualquer maneira, eu vou lhe passar a notícia...

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Eu vou estudar esse produto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque aí envolve uma técnica que eu não conheço, uma vez que existem normas internacionais aqui mencionadas, a enzima a que se refere, ou seja, entra num ramo rigorosamente técnico...

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Sim, claro!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em que não existe torcida.

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – As normas internacionais que certificam biodegradabilidade são feitas por empresas como o ISO, a STM, que, pasmem, são mantidas pela indústria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, está aqui à sua disposição. Vou pedir para que lhe seja passado e passo a palavra, então, para prosseguir...

Eu estou satisfeito com o encaminhamento que nós estamos tendo, porque é lógico que desenhar o problema é uma coisa que nos atrai. Mas nós estamos ouvindo várias propostas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução, ou de aprimoramento de solução, ou de questionamento da validade da solução, e é isso que é a contribuição.

Isso vai desembocar em quê? Em lei e, acima da lei, no acordo internacional. Nós vamos ser conduzidos, do ponto de vista de norma, por leis – não é, Deputado? – e pelos tratados internacionais. E nós estamos subsidiando aqui a Embaixadora, que nos representa na próxima assembleia, que se inicia em Genebra, no dia 5 de agosto. Então, nós temos um leito, como se fosse o leito de um rio, para caminhar – no caso, para navegar.

Com a palavra, então, o Sr. Adalberto Maluf e *ahlan wa sahlan*. (*Risos.*) Não aprendeu nada em horário aí... Eu estou dizendo "cem vezes seja bem-vindo".

O SR. ADALBERTO MALUF (Para expor.) – Maravilha, Senador!

Primeiro, eu queria parabenizá-lo, Senador Esperidião Amin, por esta audiência extremamente importante. Eu acho que falar um pouquinho, cinco minutos rápidos, sobre a negociação, o que está em jogo, para depois quem sabe a gente falar aqui do decreto, em especial da lei, que, infelizmente, a lei vai mostrar um pouco os desafios da política pública brasileira, os desafios dessa interação entre o Congresso, o Executivo e a sociedade.

Primeiro, assim, o Brasil vem desempenhando um papel incrível nas últimas negociações do INC. A Embaixadora Maria Angélica foi chamada para presidir o grupo mais importante e mais difícil da negociação. Você tem vários grupos que negociam e, na hora que precisa sentar e fazer a negociação andar, a Embaixadora Maria Angélica é chamada à mesa, especialmente no grupo que discutiu químicos em plásticos, plásticos problemáticos, essenciais ou não, que eventualmente podem ser banidos. O Brasil sempre com uma posição muito proativa. O Brasil quer um acordo vinculante que acabe com a poluição de plástico, que reduza a poluição de plástico, entretanto sabemos que o plástico é um produto importante, que está na nossa vida, que gera milhões de empregos e que se vai continuar usando. Então tem que se conciliar todos esses interesses.

Nós sabemos que a proposta brasileira, a primeira que a gente colocou e apresentou, focou muito no tema de financiamento, porque, para ter ambição no tratado, a gente precisa de meios de implementação para os países em desenvolvimento: poder identificar os químicos que tem nos seus plásticos, alternativas para se trocarem os plásticos. Então, a proposta brasileira de criação de um fundo exclusivo dedicado ao trabalho da poluição plástica foi aprovada pela América Latina, depois foi endossada pelo grupo da África e das ilhas da Ásia, e a nossa proposta tinha mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

130 países. E é a nossa proposta de implementação de financiamento, fora do JEFs, fora dos mecanismos... porque os ricos falam: "Queremos um acordo, mas o ó dinheiro que está aí está bom, viu, cada um se vira." Então a gente brigou para ter ambição na parte de financiamento para poder ter ambição também no outro lado.

Infelizmente muitos dos nossos Secretários...

Veja o caso do Brasil, que é um país rico.

A Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental...

E só no ano passado, Senador, foi aprovado aqui muito bem, sem nenhum destaque, sem nenhum veto, o Inventário Nacional de Substâncias Químicas e a Política Nacional de Qualidade do Ar, que trouxe várias incumbências para o Ministério fazer, mas o nosso orçamento de 20 milhões caiu para 8, porque 12 viraram emenda parlamentar. Então, como a gente não tem recurso no Ministério do Meio Ambiente para implementar as coisas que são aprovadas, infelizmente, Senador, a gente tem que buscar recurso fora. E hoje a nossa secretaria administra 500 milhões em projetos internacionais, de bancos e cooperação, porque infelizmente o orçamento não existe! Então, tem uma dificuldade de a agenda ambiental ser implementada num país como o Brasil, que é líder ambiental. Imagina nos países africanos, nos países asiáticos, nas pequenas ilhas, que sofrem as consequências.

Então, nós somos os primeiros a falar de catador. Eu lembro, Embaixadora Angélica, que o meu discurso lá foi o primeiro a falar nisso; no segundo, 12 países falaram, e agora mais de 50 se manifestam.

Severino, nosso amigo, Presidente pela América Latina, conseguiu viabilizar a criação da Aliança Internacional de Catadores. Fizemos um capítulo de transição justa. O Brasil colocou um capítulo sobre impactos da saúde dos plásticos. E inclusive, depois de pressão de países que não queriam, o Brasil negociou e manteve uma parte desse texto importante, a parte de logística reversa, da responsabilidade estendida do produto; retirar alguns químicos que são prejudiciais para a gente, como bisfenol e outros, inclusive a Abiquim foi apoiadora em várias dessas propostas. Em algumas a gente ainda acha que tem divergência, que precisa de mais prazo, da adaptação da indústria. Mas, assim, o Brasil teve um papel superimportante e que vem desempenhando.

Não é à toa que o *Chair*, o Embaixador Vayas, chama o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – No G20 a gente aprovou um princípio de economia circular inclusiva, falando muito de plástico. Pela primeira vez, a Rússia aceitou o termo transição justa, a Índia aceitou o termo saúde relacionado a plástico. Agora no Brics, que são os países mais difíceis, os produtores de plástico, de petróleo – Rússia, Arábia, Índia, grandes consumidores e outros, China –, a Ministra Maria Angélica conseguiu tirar um texto difícil sobre plástico – veja a importância de se ter isso –, fez negociações agora direto com o *Chair* de não articular posições, mas de avançar a agenda.

Então, sim, o Brasil, especialmente agora que a relação dos Brics expande essa nova governança, num momento geopolítico difícil, em que os Estados Unidos saem, os países ricos europeus, em especial, não têm mais recurso para ajudar o mundo, porque tem que cuidar da sua questão de segurança, o Brasil vem ocupando e trazendo esses outros países. E é muito bom ver a China, a Índia e outros ocupando esse papel de governança que o Brasil tem.

E como o maior produtor de plástico da América Latina, um dos maiores poluidores de plástico, nós sabemos o impacto do microplástico no nosso corpo, na saúde, a quantidade de plástico que vem sendo produzido, bilhões e bilhões, e os impactos, inclusive, dos substitutos. Tenho certeza de que a Lara vai falar do estudo que ela fez, dos substitutos ao plástico descartável, tá? A briga no mundo é o descartável, de uso único, que é 1,3% do que é produzido aqui no Brasil. Não os outros plásticos, não é o plástico que embala a exportação do agro, não é o plástico de saúde pública que vai estar lá sendo usado em outras coisas. Não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – É esse descartável que está poluindo.

E aí, Senador, se me permite dois minutos, para eu falar sobre o PL da importação, que foi aprovado aqui, do Deputado Célio Silveira, um projeto muito importante que proibia a importação de resíduos. E o Deputado Célio Silveira, aqui de Goiás, quando aprovou e trouxe esse PL, ele trouxe em um momento muito oportuno, porque com a pandemia o mundo proibiu a importação de resíduos. A China proibiu, que era o maior importador – ela importava resíduo do mundo inteiro para reciclar – depois foi em cascata, Filipinas, Indonésia, todo mundo proibindo importação de resíduos. E aí, é óbvio, eles foram procurando.

Nessa época, na pandemia, o Governo Bolsonaro zerou o Imposto de Importação sobre resíduos, zerou plástico, papel. A gente aumentou dez vezes a importação. Quando o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula entrou, ele aumentou o Imposto de Importação, pelo menos, porque o plástico reciclado paga imposto, é bitributado. Infelizmente, a reforma tributária não resolveu isso, e não foi culpa do Senado. O Senado tentou, o Senado tirou o imposto do reciclado, mas infelizmente a Câmara não aceitou. Então, hoje o reciclado paga, é bitributado, paga mais imposto do que a matéria virgem.

Então, o Deputado Célio Silveira apresentou esse projeto aqui, Senador – e só me corrija se eu estiver sendo um pouco injusto –, no dia 15 de outubro de 2024, agora, um mês atrás. Ele foi encaminhado no dia 13/11, um mês depois, para as Comissões, e alguns dias depois um substituto foi aprovado por urgência na Câmara. Os ministérios nem se manifestaram, não deu nem tempo de fazer nota técnica. Aí ele chegou no Senado no comecinho de novembro e foi aprovado pelo Senado, como a Casa revisora, transformado em norma também em menos de um mês. Só que o que aconteceu aqui no Senado? Quando aprovou "é proibida a importação de resíduos – papel, metais, plástico e tal." Ótimo! Para a agenda de reciclagem, o Brasil, em 2023, aumentou a reciclagem oficial de 3,5% para 8,5%, dobrou a reciclagem em 2023. Em 2024, vai ter passado de 10%, porque o Governo criou várias portarias, regulamentações. Na verdade, ele trouxe o informal para dentro do sistema, mas dobrou praticamente a massa recuperada de logística reversa no Brasil em 2023; em 2024, vai dobrar de novo. O Brasil está melhorando no tema da reciclagem.

Mas, Senador, aqui foram aprovadas exceções. Então, o *caput* da lei – cadê ela? Está aqui. Eu vi aqui o pessoal mostrando – fala: é proibido importar resíduos. Aí logo no inciso I: excetua-se a essa regra materiais... Está com ela aí? É ressalvada dessa proibição...

Então, a proibição:

> É proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivado de papel, plástico, vidro e metal.
> §1º É ressalvada da proibição prevista no *caput* [deste artigo] a importação de resíduos utilizados na transformação de materiais e minerais estratégicos [...].

Então, colocou bem, o Brasil importa... Se for um insumo industrial, como um *pellet* de plástico, tudo bem. O Rio Grande do Sul é o maior importador de resíduos do Brasil. Ele importa ali dos vizinhos, tem uma indústria forte. Tudo bem, é um *pellet* de plástico, não é uma garrafa de plástico velha. É o *pellet*. Tudo bem. Nós, como Ministério do Meio Ambiente, não queríamos regulamentar... Olha, a lei é clara. Só que, aqui no Senado, uma emenda colocou: "inclusive aparas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de papel de fibra longa". Então, você proibiu o papel, mas excluiu da proibição o papelão. E a NCM do papelão é a mesma do papel. Então, como você vai excetuar papelão sem excetuar papel?

Aí logo na sequência ele põe: "materiais e minerais estratégicos [...], nos termos do regulamento, e de resíduos de metais e materiais metálicos". O que é material estratégico? O que é? Tem uma definição? Qualquer coisa pode ser material estratégico. Minérios estratégicos, tudo bem. Vamos lá no Ministério de Minas e Energias, eles têm uma lista dos minérios, aquelas terras raras, mas também entra cobre, ferro, aço, qualquer tipo de sucata.

E aí o §2º ainda trouxe uma exceção para produtos perigosos. E não foi à toa, Senador, que o MMA, quando recebeu isso, pediu o veto integral do PL. No mérito, a gente concordava com a parte de cima, mas a gente sabia que ia dar uma baita confusão, porque você cria uma lei que proíbe e logo embaixo fala: excetua-se tudo. E aí o que sobra para o Executivo? Regulamentar.

O MMA, como foi contra e pediu o veto, ficamos quietos, mas aí começaram a parar no porto navios com plástico, *pellets*, para fazer reciclagem, como foi comentado aqui pelo pessoal da Abiplast, que está participando ali da audiência. E aí o Ministério da Indústria fez uma proposta de regulamentação do que são os insumos produtivos, dos tais materiais e insumos estratégicos. Tinha uma lista enorme, tudo que foi importado. O MMA ficou ali negociando e reduziu a lista ao mínimo possível.

O MMA nem queria que a lei tivesse sido aprovada. Nós regulamentamos para minimizar os danos. Quinze dessas NCMs que estão ali no decreto são os tais minérios estratégicos. Aí os cinco materiais – a gente reduziu um monte, só que ficou lá plástico, PET... Por quê? O Ministério da Indústria argumenta que pet já recicla 65%. Então, tudo bem a gente importar porque está faltando. E se for o *pellet*, insumo industrial, nós como MMA concordamos. Tudo bem.

Qual é o problema? Aí está o problema do Brasil. Quando aconteceu isso e saiu o decreto regulamentador – porque o Executivo não tem o que fazer, a não ser regulamentar a lei que é aprovada no Senado, no Congresso e na Câmara... Ao regulamentar e colocar ali aquelas exceções, outros ali, poli (tereftalato de etileno), que é o PET, desculpe, basicamente: bem, se ele é um insumo produtivo e o Mdic mostrou que tem alta reciclabilidade, pode ficar. Mas aí entraram outras coisas. Vidro! Vidro não está previsto em lei. Ah, mas ele é um material estratégico, pelo Ministério da Indústria, porque tem algumas indústrias que importam vidro incolor e eles alegam que não conseguem ter vidro incolor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MMA pediu para aumentar o imposto de exportação – lembram? – lá atrás, em 2023 e 2024?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – A gente aumentou, mas a indústria vai lá, consegue depois, na Camex, zerar o imposto de importação alegando que não tem insumo, e talvez seja verdade.

Então, é complexo, Senador. Por quê? Aqui se aprova uma lei sem debate com o Executivo. O MMA é o coordenador nacional da política de resíduos. O senhor não acha que a gente devia ter sido ouvido, num projeto de lei como esse? Nem esperar a nota técnica do Ministério! Aí chega aqui, não vai para nenhuma Comissão, um substitutivo com pedido de urgência da Liderança do PL, com a emenda, e aprovam sem debate com ninguém. Aí sobra para o Executivo regulamentar algo que é impossível de regulamentar, porque a gente está ali...

Pelo menos a gente criou, na regulamentação, os critérios ambientais. Olha, critérios! Tem que ter pureza, tem que ter inclusão dos catadores – primeiro, ver se tem disponibilidade dos catadores –, a reciclabilidade... Critério! Porque hoje, vamos deixar claro, o Brasil permite importar tudo. Tudo. Por isso o mérito da lei do Deputado. Ele falou: bem, se o mundo inteiro proibiu, o Brasil vai ser o lixão do mundo? Claro que não, ninguém quer isso.

Estamos aumentando a reciclagem. O Presidente Lula investiu 400 milhões no ano passado na indústria da reciclagem, com investimento nas cooperativas. As cooperativas dobraram o volume recuperado em um ano. As coisas estão indo. Tem medidas. A Política Nacional de Economia Circular aprovada pelo Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – Então, para finalizar, Senador, esse nem era um tema nosso, mas é um tema difícil, porque o MMA, obviamente, como parte do Governo, tem que fazer parte da regulamentação. A gente tentou minimizar.

Aí, só para finalizar, no dia que aconteceu o decreto, os compradores de plástico, os atacadistas que compram plásticos da cooperativa, de forma articulada – e eu tenho aqui no meu WhatsApp, porque eu recebi –, mandaram para cooperativas diferentes do Brasil inteiro reduzindo dramaticamente o preço. Quer dizer: "Ó, está vendo? Eu vou poder importar. Então eu vou pagar menos para você". Isso para mim se chama oligopsônio. É o poder do comprador. E a gente já viu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso também no vidro. O preço do vidro começa a aumentar, eles param de comprar dos catadores e importam o vidro. É um problema da distorção de mercado.

Eu entendo e concordo com os catadores, com a crítica deles, mas, como parte do Governo, assim, eu não estou fazendo uma mea-culpa, mas é uma situação difícil!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – Uma lei que é impraticável, num contexto econômico, que tem gente muito forte que, ali, explora cada vez mais as cooperativas, o Governo faz um monte de política e, na hora que a política começa a surgir...

A gente tem agora o decreto de logística reversa de embalagens plásticas, a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico, várias estratégias feitas e articuladas em vários entes do Governo, inclusive com o apoio do Ministério da Indústria. O Ministério da Indústria é super apoiador – não é? –, o Vice-Presidente Alckmin, todos eles apoiam a indústria de reciclagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – Mas a gente vive num contexto difícil. Por isso eu peço, Senador, quando o Senado ou a Câmara for aprovar legislação, pelo menos ouça quem faz parte do processo, seja a sociedade civil, seja quem trabalha, seja o Governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – Porque, aí, aprovam legislações como essa que a gente viu, que proíbem e excluem e, depois, a conta fica no Executivo: "Olha, o Executivo criou um decreto que permite a importação de algo que o próprio Senado criou e de uma exclusão que ele mesmo criou". Então, é um contexto difícil.

Mas estou otimista de que este ano, com a finalização do Tratado de Plástico, e quem sabe com o PL 2.524, que cria o pagamento pelo serviço ambiental e traz este debate com a indústria dos tipos de plásticos descartáveis, porque é possível a gente substituir e é bom para economia e para o meio ambiente... Nós sabemos o que está vazando lá, sabemos que são os flexíveis. Flexível é 39% do plástico e 51% do que vaza.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADALBERTO MALUF – Então, aquele que não tem reciclabilidade tem que ser devagarzinho tirado, mas a gente sabe que, no curto prazo, não dá para tirar todos.

Por isso, precisa-se de acordos entre a sociedade, de negociação séria, transparente e aberta, mas nada pode ser feito no afogadilho, senão a gente tem essas legislações que são impraticáveis e impossíveis de serem cumpridas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço a contribuição do Sr. Adalberto Maluf. Acho que ele teve o direito de expandir a sua fala para trazer esclarecimentos cabíveis – não tenho nenhuma restrição –, e, infelizmente, vamos ter que respeitar o tempo daqui para frente.

Considero que o seu direito de resposta foi bastante plausível. Não vou tomar nenhuma decisão a respeito, não vou apresentar projeto de decreto legislativo, porque temos que fazer uma análise na... Vamos transformar isso em uma diligência à Consultoria Legislativa, o.k.? E retiro a pergunta dos próximos debatedores.

Concedo a palavra à Sra. Paula Johns.

Pronunciei certo?

A SRA. PAULA JOHNS – É Johns mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Johns.

É Diretora-Executiva da ACT Promoção da Saúde.

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e todas. Obrigada. Gostaria de cumprimentar o Senador e toda a mesa.

Bom, nestes cinco minutos, eu acho que vou começar pegando um gancho da última fala, que é a questão de uma disputa entre saúde, meio ambiente e poder econômico; e poder econômico com uma visão muito de curto prazo, de lucros imediatos de alguns setores.

Quando a gente fala dos desafios que a gente está enfrentando, seja na negociação do tratado, seja nas discussões aqui, dentro da Casa, sobre quais são as soluções, dialogando aí com o Senador querendo trazer as "solucionáticas", eu acho que a gente sempre se depara com esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafio dessa disputa entre um lucro de curto prazo e uma visão de desenvolvimento sustentável para o país como um todo. Eu acho que esse é o tom, assim, da fala.

E queria aproveitar, já que eu estou aqui na Comissão de Relações Exteriores deste Senado, pois eu vivi dois anos frequentando esta Casa, brigando pela aprovação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que eu trago como um exemplo, porque é um tratado global legalmente vinculante e que foi um sucesso, mas não foi absolutamente fácil, foi muito difícil, seja na negociação internacional e diria principalmente na negociação aqui dentro. Lembrando que o Brasil é o maior exportador de folha de fumo e, mesmo sendo um grande produtor, teve uma liderança muito importante na negociação do tratado, e a discussão sobre o tratado ficou paralisada aqui no Senado por interesses econômicos de um setor específico da indústria do tabaco que não queria ceder de forma alguma. Já encurtando esta história toda, apesar da enorme dificuldade e muita utilização dos produtores de fumo – os agricultores que produzem fumo no Brasil, que são todos da agricultura familiar – sendo usados como massa de manobra para você não avançar com políticas públicas de saúde, foram dois anos – só para resumir.

O fato é que a gente conseguiu a ratificação desse tratado. Ele é um tratado que fala de soluções em nível populacional, porque eu acho que uma coisa importante de diferenciar não é o comportamento individual do indivíduo que usa ou não canudinho de plástico ou que usa ou não sacola de plástico. A gente está falando de questões de que o ambiente tem que favorecer as escolhas que não sejam nocivas à saúde e ao meio ambiente, e a gente sabe que esse tratado, em última instância, é uma crise gigantesca, não só ambiental, mas uma crise gigante e urgente de saúde pública, com tudo que está sendo revelado sobre os impactos dos microplásticos na saúde humana, dos nanoplásticos e de todos os componentes químicos também que têm impactos na nossa saúde.

Então, é uma crise, e a gente precisa de soluções que sejam sistêmicas e que mudem o modelo de negócio. A gente não pode ter medo de ter um tratado ambicioso porque ele vai ferir o setor X ou Y, porque isso vai acontecer; e a economia não vai a falência por conta disso, porque, ao coibir alguns setores, você automaticamente vai incentivar outros.

Mas, tendo dito isso, muito cuidado com as falsas soluções quando a gente discute plástico. Eu acho que o Ítalo estava me dando uma aula aqui antes da gente vir para cá sobre os oxibiodegradáveis, que são, inclusive, proibidos na Europa, e esse tipo de solução parece uma solução mágica e não é. A gente precisa ter muito cuidado, e também, inclusive, o ônus da prova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria ser dado a quem apresenta esse tipo de solução mágica, quando a gente ainda não sabe os efeitos e as consequências de longo prazo, e em alguns casos a gente já até sabe.

As políticas públicas de âmbito populacional são efetivas. Trazendo de novo o exemplo do tabaco, a gente conseguiu reduzir a nossa prevalência do tabagismo no Brasil em 64% nos últimos 20, 25 anos. É um resultado de saúde pública estrondoso. É por conta disso que a gente reduziu, inclusive, prevalência de doenças crônicas não transmissíveis...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – ... que são as que mais matam no mundo.

Então, o mesmo a gente deseja para esse tratado plástico, que ele traga medidas efetivas e que a gente consiga ter esses resultados para a saúde e para o meio ambiente, para dar conta de dar um pouco de resposta a essa crise planetária que a gente está vivendo, essa tripla crise planetária, que já foi trazida anteriormente.

E, fechando aqui, falando de uma dessas políticas públicas efetivas, que é a questão da tributação e dos subsídios. A gente precisa parar de subsidiar o que faz mal para a saúde. A ACT Promoção da Saúde participou muito das discussões sobre a reforma tributária, com o pleito de você ter uma reforma tributária que seja saudável, sustentável e solidária, e que o que faz mal à saúde e ao meio ambiente seja sobretaxado, e aquilo que faz bem para nós e para a economia seja incentivado. E isso acontece através de tributação e de subsídios. A gente não pode continuar subsidiando novas plantas de produção de plástico.

Só fechando com o ponto da reciclagem, reciclagem é fundamental, a participação dos catadores é fundamental, mas a gente sabe que isso não vai resolver o problema, se a gente continuar triplicando a produção, de forma exponencial, como a gente está fazendo no mundo inteiro; ou seja, a gente precisa discutir também a produção de plástico, e os plásticos de uso único devem ser banidos, procurando-se substitutos para os descartáveis de uso único evitáveis. Nada é da noite para o dia. É claro que, quando você faz uma proibição, você vai ter um *phaseout* para isso – eu acho que isso precisa ser considerado –, mas não se pode deixar de proibir por isso.

E aí vou destacar um desses que também é ligado à agenda do tabaco, inclusive as bitucas de cigarro, que têm um impacto terrível na saúde ambiental, e elas podem e devem ser banidas, só dando um exemplo de plásticos problemáticos de uma lista que é muito mais ampla do que isso, mas que teria um apoio muito grande. Inclusive, na reforma tributária – a apresentação vai ficar disponibilizada aqui –, sete em dez brasileiros, pesquisa da Datafolha, apoiam a tributação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sacolas, plástico de uso único e outros descartáveis de plástico, entre outras tributações de outros produtos nocivos, como álcool, tabaco e alimentos ultraprocessados.

É isso. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra ao Sr. André Passos Cordeiro, eu cumprimento a Sra. Paula Johns pela sua exposição e informo apenas que a reforma tributária procurou, de alguma forma, selecionar... Usou-se o jargão popular do imposto do pecado, que é uma forma teológica um pouco, digamos assim, malversada; mas é evidente que essa legislação vai enfrentar sempre imperfeições, e não se chegará ao céu sem um purgatório de razoável dureza e alguma duração.

Concedo a palavra ao Sr. André Passos Cordeiro, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Quero agradecer-lhe pelo convite, pelo convite da Comissão para estar aqui presente. É sempre uma honra participar dos debates nesta Casa. O senhor é uma liderança na discussão do tema do plástico e tem oportunizado sucessivas discussões. Eu acho que é através do diálogo... Acho não, tenho certeza de que é através do diálogo que a gente vai encontrando soluções para esse tema tão importante para a humanidade que é o tema do combate à poluição por plásticos, poluição aqui entendida no sentido amplo, no sentido de impacto à natureza, impacto à saúde humana. Esse é o objeto do acordo global.

Queria também cumprimentar os meus colegas de mesa aqui, Embaixadora Maria Angélica, Lara, Secretário Adalberto, Paula. Estivemos juntos já em mais de uma edição das discussões do acordo global de plásticos, sempre tentando encontrar consensos possíveis entre nós. Acho que esse é o caminho para a solução; aliás, esse é o ambiente que se constrói – não é, Embaixadora? – no acordo global de plásticos.

Eu quero simplificar a solucionática, Senador. Eu disse aqui que a problemática é uma só, o desafio é um só: zerar a poluição de plásticos no nosso planeta, esse é o nosso desafio. Quanto a isso, não há nenhum dissenso. Então, a nossa solução também deve ser construída através de um instrumento como ponto de partida. A solucionática está localizada justamente no acordo global de plásticos. O acordo global de plásticos é a solução, é o ponto inicial e hoje o mais importante ponto para a solução do tema da poluição de plásticos. O mundo chegou à conclusão de que não existem soluções fora de um guarda-chuva global, que é o acordo global de plásticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu quero situar a discussão nesse ponto, Senador? Eu tinha preparado toda uma apresentação aqui dizendo que a indústria química é a quarta maior do mundo, que emite gases de efeito estufa a menos, emprega 2 milhões... Não vai dar tempo, numa outra oportunidade eu espero ter a chance de apresentar nossa indústria, que eu acho que é um orgulho para brasileiras e brasileiros, foi alvo de décadas e décadas de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores, empresárias e empresários que colocaram a mão na massa para levantar uma indústria de US$187 bilhões de faturamento, a quarta maior do mundo. Então, o Brasil acho que deve ter orgulho disso. Como toda a produção humana, tem imperfeições, a gente tem certeza disso, e, como toda a produção humana, a gente segue, sob a graça do bom Deus, procurando soluções no sentido de chegar próximo da perfeição, que só a graça dele permite. Então, a gente vai sempre ter problemas para discutir e solucionar.

Por que eu disse que o acordo é o tema central da solução? Porque senão nós vamos cair como país, como Congresso, como Executivo, em tentativas afoitas, com todo o respeito que eu devo às mentes brilhantes que estão aqui nesta sala e que participaram da discussão, como foi esse projeto de lei de proibição de importação de resíduos. Ou a gente consegue ter a paciência como país de participar da discussão do acordo global, tentar fazer com que ele avance, tentar fazer com que as soluções sejam encontradas lá e, a partir do acordo global, pensar soluções nacionais, ou nós vamos errar, disso eu tenho certeza; e um erro como esse é construído quando a gente produz uma discussão dentro desta Casa, ou da Câmara, ou do Executivo, ou dos Legislativos estaduais e municipais, descolada dessa discussão estratégica que representa o acordo global. Por isso, mais um motivo para parabenizá-lo pelo tema dessa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... audiência ser o acordo global de plástico e não um instrumento legislativo em particular. A gente precisa avançar na discussão desse acordo, que a indústria química brasileira defende, com unhas e dentes, que aconteça; mas ele não pode ser posterior à definição dos instrumentos legislativos nacionais. Os instrumentos legislativos nacionais têm que estar sintonizados com a discussão do tratado global. Por isso, se me perguntar qual é a solução, a solução é a gente avançar nessa discussão de forma consistente.

Dito isso, hoje a gente tem três grandes temas em discussão que estão no escopo do tratado global. Um deles é... Para completar, não sou contra qualquer tipo de norma que regule a importação de resíduos, porque eu acho que o Brasil já tem resíduos suficiente para processar dentro do seu próprio país. Eu sempre sou favorável à gente utilizar – e a indústria química tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa visão – a nossa matéria-prima para transformar na nossa indústria. Nós temos que ter como país, de uma vez por todas, a capacidade de estruturar cadeias de suprimento no Brasil. Nós não conseguimos estruturar a cadeia de suprimento do petróleo e do gás para transformar em nafta e para transformar em gás para a nossa indústria química. Agora nós estamos cometendo o mesmo erro, nós não estamos conseguindo estruturar a cadeia de suprimentos de resíduos sólidos no nosso país para virar matéria-prima para a nossa indústria, que tem um excesso de capacidade em relação à matéria-prima disponível. Então, a gente não consegue transformar aquilo que é um recurso natural nosso, de novo – "natural" entre aspas, em sentido amplo –, em processo de agregação de valor, que vai gerar renda, que vai gerar renda *per capita* maior para o nosso povo.

Nós temos que nos debruçar sempre, em primeiro lugar, sobre como transformar isso que está à nossa disposição em produto industrial de alto valor agregado. Nós estamos repetindo o mesmo erro, Senador, não é novidade para nós. Nós vamos transformar minério em aço e em produtos derivados do aço de maneira consistente, a gente exporta mais do que produz dentro do nosso país, exporta mais a matéria bruta do que produz dentro do nosso país. Nós não conseguimos transformar petróleo e gás em produtos petroquímicos, 50% do mercado da química hoje é feito de produtos importados, mandamos petróleo e gás para fora para comprar o produto processado, e agora nós vamos começar a importar resíduo para processar aqui dentro, de outros países, que vão continuar produzindo com petróleo, com a matéria-prima bruta, por ser mais barato, produzir o plástico da forma tradicional e mandar o resíduo dele para a gente processar com um custo muito maior, com uma renda muito menor dentro do país.

O desafio fundamental, Secretário, nós somos parceiros do Governo nisso, é publicar, de uma vez por todas, o decreto de logística reversa. Nós temos que dar esse passo do plástico, é fundamental, alinhado com a PNRS, com metas de conteúdo reciclado, com metas de reciclagem, com metas de reúso, com atribuições claras para cada personagem da cadeia produtiva, para o *stakeholder*, o dono da grande marca – não vou citar as marcas aqui, mas as marcas conhecidas de xampu que usam embalagens, as marcas conhecidas de chocolate...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu não estou atualizado.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Não, eu estou atualizado, mas eu não quero fazer *merchandising* de graça, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não estou atualizado porque eu não uso. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Assim como eu não vou fazer *merchandising* também do produto...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Enquanto que a D. Paula usa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Eu uso de criança, viu? Recomendação médica da minha esposa. Como eu sou obediente, Senador...

Então, a gente tem que estruturar o que está na nossa mão. Nesse caso, então, a gente tem que ter claro que nós já temos uma PNRS, nós precisamos produzir o decreto de logística reversa. Assim como se produziu o de vidro – não é, Secretário? –, tem que se produzir o de plástico, tem que se produzir de papel e papelão, de todos os materiais, na mesma linha. Nós temos os instrumentos para avançar nessa agenda de maneira consistente. Agora, temos que ter a tranquilidade e a racionalidade para avançar em bases científicas, Ítalo, nessa discussão. A gente sabe que o primeiro... Tem três grandes problemas discutidos hoje no acordo global, sem colocar de lado os outros: plásticos ditos problemáticos, substâncias químicas em plásticos e microplásticos. Esses temas estão sendo discutidos de forma consistente pelo Governo brasileiro. Esses temas estão sendo trabalhados de forma consistente no acordo global, com mentes brilhantes do mundo inteiro. As soluções estão sendo construídas lá, naquele espaço de discussão. A demora na discussão está na exata proporção matemática do tamanho do desafio. Nós temos plásticos há um século no mundo, pelo menos. Nós não podemos imaginar que nós vamos resolver o problema em um ano ou dois. Então, o tempo da discussão é proporcional ao tamanho da dificuldade. Mas a gente tem que investir e continuar investindo, Senador.

De novo, elogio a iniciativa do tema dessa audiência ser o tratado global naquele espaço de discussão. E, a partir das discussões acontecidas naquele espaço de discussão, trazê-las para o cenário nacional no momento adequado.

Para fechar o conjunto da obra: por que eu digo que a gente tem que prestar atenção na discussão do acordo global e evitar soluções pontuais aqui? Porque, no fim, Senador, esse acordo global vai ter que ser ratificado pelo Governo brasileiro. E, no momento da ratificação pelo Governo brasileiro, ele terá que ser aprovado, Embaixadora Maria Angélica e Senador Esperidião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin, vai ter que ser aprovado no Senado Federal. É o Senado Federal que aprova os acordos multilaterais, bilaterais, globais, o Congresso Nacional. É nesta Casa que se faz a discussão, é no Congresso Nacional. Então, nós temos que investir lá, o Congresso tem que acompanhar ativamente essas discussões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... e trazer essa discussão para cá e evitar, e este é o pedido que a gente faz, e eu acho que faz parte do conjunto da solução, inventar soluções pontuais, evitar a invenção de soluções pontuais que não estão em sintonia com as discussões globais. Senão, nós podemos cair no risco de insular o nosso país no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço imensamente as palavras do Sr. André Passos Cordeiro.

Vou enunciar a segunda proposição. A primeira eu retirei. A primeira proposição, do PDL, eu retirei, para que nós examinemos isso de maneira legislativa competente. Mas agora eu vou colocar uma outra, e vou depender muito da manifestação da Embaixadora. Nós vamos requerer uma nova reunião para setembro deste ano, considerando que em agosto teremos um capítulo.

Não sei qual vai ser o grau de definição, mas o próximo passo em termos globais está previsto para agosto, para ter início em agosto. Para ter início em agosto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, teoricamente. A gente nunca pode dizer que é o último capítulo. Quando a novela fica boa, a televisão manda o capítulo para a frente. Não é verdade? O Direito de Nascer – os mais antigos aqui devem se lembrar – teve postergada a sua conclusão por meses.

Então, passo a palavra ao Sr. Alexandre Vieira, Presidente da Abichama.

Ele está lá, não é?

O SR. ALEXANDRE VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prezado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele pode entrar, e a próxima é a Mara, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Alô, Senador? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seja bem-vindo. Estamos ouvindo perfeitamente.

O SR. ALEXANDRE VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador, pelo convite. Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço imensamente pelo tempo que foi concedido para a gente. Eu tenho uma apresentação que a gente tinha planejado fazer num tempo mais extenso, mas eu gostaria de passá-la muito rapidamente, para vocês terem como um material de apoio sobre o que eu vou falar. Então, eu vou ver se consigo aqui colocar na tela para vocês verem. (*Pausa.*)

Parece que está desabilitado. Não vou conseguir colocar. Então, vou colocar nossa posição.

Eu sou Presidente da Abichama, que é a Associação Brasileira da Indústria de Retardantes de Chama, e a gente também acha que a gente está bastante alinhado com a Abiquim, a gente acha que a solucionática de todo esse problema realmente passa pela logística reversa e pela reciclagem dos materiais plásticos.

A gente, conforme também foi colocado pela Embaixadora Maria Angélica, faz parte também daquele grupo que acha que o foco deve ser o tratamento dos resíduos, que é o que realmente causa a poluição. A importância da reciclagem contra a poluição marítima é bastante relevante. O que causa o risco ambiental realmente é o destino inadequado dos resíduos que são gerados pela indústria que contém os plásticos. Essa reciclagem, esse destino responsável, acaba evitando a fragmentação e a formação de microplásticos, o que acaba evitando a contaminação do meio ambiente.

Eu gostaria também de colocar que os plásticos que contêm aditivos, especialmente aditivos retardantes de chama, podem ser reciclados tanto por reciclagem convencional, a reciclagem química, e por reciclagem convencional os plásticos acabam saindo reciclados, acabam tendo um valor agregado maior do que uma resina virgem, porque o retardante de chama acaba, depois de o plástico reciclado, ele continua ativo nesse plástico, ele pode ser reutilizado de forma bastante técnica e responsável.

Os benefícios, como já vários falaram, ambientais para o consumidor final pela reciclagem são: a economia de recursos; reduz custos de produção; mantém a segurança ambiental e, no caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de plásticos aditivados com retardantes de chama, eles continuam sendo ativos no plástico reciclado, eles podem ser utilizados em materiais que vão ser também utilizados para segurança contra incêndios.

E a gente precisa conscientizar a sociedade, precisa ter esse avanço necessário, conforme a gente estava falando sobre logística reversa e reciclabilidade. A Abichama foi criada em 2011, no Brasil, e a missão dela é realmente promover o uso seguro e sustentável de retardantes de chama e garantir também a proteção contra incêndios, principalmente sem prejudicar o meio ambiente.

Os retardantes de chama são usados para salvar vidas. Então, como consequência também, eles protegem o patrimônio público e privado e são considerados compostos de segurança. Eles são tidos como padrão em indústrias, por exemplo, na indústria aeronáutica mundial, mas algumas indústrias ainda não viram toda essa importância.

O tratado de plásticos, como foi mencionado, a gente também é totalmente a favor dessa discussão, mas a gente acha que deveria ser focada no problema principal, que é realmente a logística reversa e a reciclabilidade, que a gente acha que teria um impacto muito grande. Então a gente gostaria que o foco fosse nessa parte e a gente defende uma melhor análise, conforme foi dito também, baseada em ciência.

A gente tem propostas, como a criação de grupos de trabalho para discussão sobre o posicionamento do Brasil, promover campanhas de educação e engajamento da sociedade. E tudo isso, para fortalecer as metas de coleta reversa e reciclagem no Brasil.

Bom, concluindo, a gente acha que o descarte correto dos resíduos protege a vida. A gente acha que o Brasil tem chance de ser referência nessa área e a gente deveria aproveitar essa chance.

Obrigado a todos. E fico à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito, agradecemos. O senhor poderia nos alcançar o seu texto preparado? Será incorporado a... Aliás, dos demais também que não puderam apresentar. Nós vamos incorporar, porque se vingar a minha proposta de termos um *recall* em setembro...

O que nós ouvimos aqui? Claro que nós não vamos parar de legislar, errar, acertar, nós vamos continuar existindo, respirando. E o ser humano acerta e erra, e o método de erro e acerto faz parte da humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas em agosto, deve haver um sinal mais concreto e, sem dúvida nenhuma, nós não vamos chegar aqui à presunção de que o que nós fizermos aqui vai ser aceito pelo mundo.

Nós estamos acompanhando aí, só para que se situem, terminou agora, no mês de abril, a discussão sobre o combustível marítimo, em Londres, International Maritime Organization. Havia o temor de que a Europa impusesse o hidrogênio verde como, se não o combustível, um dos combustíveis.

Vocês já imaginaram? Nós temos as rotas mais longas, porque nós ou importamos ou exportamos para o Hemisfério Norte e estamos no Hemisfério Sul, seja no Ceará, seja no Porto de Imbituba, no Porto de Porto Alegre, daqui a pouco o Porto de Areias, que eles vão construir lá. As rotas mais longas. Se eles estabelecerem uma penalidade para quem não se adaptar, ou o navio, ou o porto, ou o combustível, à nova regra, nós seremos os mais penalizados do mundo. São as rotas mais longas.

Felizmente isso não aconteceu, mas nós vamos ter que fazer uma nova reunião para nos atualizar. Estou dando o combustível marítimo como um exemplo. Nesse caso, vamos raciocinar com otimismo, vai ser estabelecida uma legislação básica global. Nós vamos ter que conhecer isso. Chamá-los aqui de novo e talvez outras pessoas. O que é que nós temos que atualizar na nossa legislação? Esse é o processo humano e legislativo possível. Um dia, nós vamos ter o da perfeição, mas esse é o processo.

Então, com essa colocação, eu passo a palavra à Sra. Lara Iwanicki, Gerente de Advocacia da ONG Oceana Brasil. Seja muito bem-vinda. Com a palavra.

A SRA. LARA IWANICKI (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin. Quero cumprimentar o senhor e parabenizá-lo pela excelente condução desta audiência pública e pelo apoio que o senhor tem dado a essa temática, à discussão dessa temática aqui dentro do Congresso Nacional. O Senador participou inclusive do lançamento da nossa campanha de combate à poluição por plásticos, "Apare o tsunami de plásticos", no Salão Nobre do Congresso Nacional, em 2023. Fez uma fala excelente. Então vem tratando bastante desse tema.

Cumprimento os colegas de mesa aqui, os que me antecederam, que fizeram falas excelentes, com seus posicionamentos, e a todo mundo que veio prestigiar. Ver a sala cheia assim mostra o valor e a importância que tem esse tema. E também quem está assistindo também *online*.

Senador, antes de entrar na "solucionática", ainda alguns pontos sobre a problemática, que eu gostaria de trazer aqui. O primeiro deles é dizer que o Brasil ocupa a vergonhosa posição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oitava posição de maior poluidor plástico do mundo, oitavo maior poluidor plástico do mundo, sem nenhuma política pública para conter essa poluição, nenhuma política pública efetiva.

O que a gente tem e no que apostou até aqui foi na Política Nacional de Resíduos Sólidos. O secretário está fazendo um trabalho incansável para a gente ter o decreto de logística reversa do plástico, mas a gente ainda tem um trabalho a fazer. Não temos política pública para conter efetivamente essa poluição.

E o resultado disso é que a gente gera milhões de toneladas de plástico que não são recicláveis, uma boa parte que não é reciclável e que vai parar no meio ambiente. E o Brasil contribui com 1,3 milhão de toneladas de plástico no mar todos os anos. Isso gera um impacto ambiental, isso gera um impacto para a saúde humana, já colocado aqui pela colega Paula, pelo colega Ítalo, que vem sendo debatido dentro do tratado, e isso gera um impacto econômico. Então, se a gente tem cem anos de plástico sendo produzido, vocês imaginam quantas centenas de anos esses plásticos ainda vão continuar impactando o meio ambiente e a saúde humana.

Isso gera também um custo que precisa ser contabilizado Senador. É legítima a preocupação da transição do setor – é legítima essa preocupação –, mas a gente precisa colocar nessa equação o custo da externalidade negativa que não é paga pelo setor que coloca embalagem não reciclável no mercado, produto plástico descartável no mercado e que não arca com o custo do gerenciamento de resíduos, da coleta, do *design* inclusive. Esse é um custo de R$9,5 trilhões por ano, que é pago por quem está na ponta. É um impacto, é um prejuízo econômico para o setor de turismo, para o setor de pesca, que são dois setores muito importantes no seu estado, Senador Esperidião Amin, e de tantos outros Senadores que estão aqui, e não só da zona costeira, mas o colega Wellington Fagundes veio aqui falar da preocupação dele com o Pantanal. Então, isso gera um impacto, um prejuízo econômico para o turismo, para o setor de pesca, navegação, recriação e tem um custo de gerenciamento de resíduos que é pago pelo imposto meu, de todo mundo que está na mesa e de todo mundo que está aqui. E não é um custo que deveria ser socializado da forma como está.

Então, esse custo de R$9,5 trilhões precisa ser colocado na equação quando a gente vai falar de prejuízos econômicos ou impactos econômicos, porque isso também é impacto negativo.

E, aí, já mudando um pouquinho para a questão da solucionática...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esse custo é...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LARA IWANICKI – De R$9,5 trilhões, global.

Então, Senador, a gente tem uma problemática bastante séria e complicada aqui, e ela nem contabilizou o impacto econômico para a saúde.

E a gente precisa de uma solucionática que não vai passar pelas mesmas soluções, pelas mesmas ações que nos trouxeram até aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARA IWANICKI – Enquanto a gente continuar focando o gerenciamento de resíduos, que é um pedaço importante com certeza desse processo, mas não é só isso, a gente vai seguir perpetuando esse problema.

Então, a gente precisa investir nessas políticas públicas, estruturar melhor as nossas políticas aqui dentro do Brasil. E, aí, a gente está muito de acordo aqui com o movimento dos catadores: importar resíduo é um absurdo, não é solução; a gente precisa investir na nossa cadeia aqui dentro de economia circular, e não importar lixo. E a gente precisa de soluções de começo da cadeia – entendendo a economia circular como um começo da cadeia produtiva –, como reúso, não geração, que são itens que também fazem parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos e não estão regulamentadas.

Isso a gente vai ver e espera ver com o Tratado Global de Plásticos. Esse não é um tratado de gerenciamento de resíduos e não pode ser um tratado de gerenciamento de resíduos. Ele precisa trazer medidas de redução, medidas de *phaseout*, medidas de eliminação, como alguns colegas aqui também já defenderam, de produtos plásticos problemáticos, de produtos químicos que são nocivos para a saúde comprovadamente, com a ciência há décadas comprovando, e polímeros. A gente também precisa entender o ciclo de vida do produto plástico, que começa na restauração de petróleo. Plástico é petróleo, emite gás carbônico e impacta toda a sua cadeia produtiva.

Então, o que a gente espera ver no tratado? O posicionamento da sociedade civil é de que seja um tratado juridicamente vinculante, com metas de redução quantificáveis, com prazo, com setores específicos, com listas específicas, como já foi defendido.

E o Brasil assinou, no último dia, na última plenária, a Declaração do México, que 120 países, se não me engano, assinaram e que pede o *phaseout*, a eliminação juridicamente vinculante de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos químicos e produtos plásticos problemáticos. Então, a gente defende e espera que o Brasil sustente e continue defendendo essa posição e que ela seja legalmente vinculante.

Ainda no campo da solucionática, Senador, esse é um tratado que traz a oportunidade de fazer uma transição para novos materiais, para outros tipos de tecnologia. E a gente trouxe, inclusive – vou entregar para a Ministra Maria Angélica e para o Senador –, um estudo que a gente fez sobre as oportunidades econômicas na transição de plástico descartável para outros tipos de materiais.

É um recorte muito específico esse estudo – são itens descartáveis, a gente nem considerou as embalagens –, mas só nesse recorte a gente tem um acréscimo de R$400 milhões no PIB brasileiro nessa transição e um aumento de 53% no valor de mercado desses novos substitutos. Então, a gente está falando de uma economia que pode girar com outros tipos de materiais. Isso já está sendo feito em outros países do mundo – eu também ia trazer uma apresentação aqui, mas, dado o tempo, não deu. E tem um mapa que mostra que a gente tem hoje 141 países que têm legislação que restringe ou substitui algum item de plástico, e o Brasil não é um desses países. Então, a gente está ainda numa postura bastante atrasada, em termos de política pública, e a gente espera que essa realidade mude no nível internacional.

Entendemos que isso traz oportunidades econômicas; isso movimenta também, as soluções existem, estão ganhando escala. E, quando a gente tem política pública, seja no nível internacional, seja no nível nacional, essas políticas têm que estimular essas novas cadeias produtivas, que também geram renda, emprego, movimentam a economia. Então, é esse tipo de transição que está no campo da solucionática, Senador.

E, por fim, nós temos – ainda que não seja objeto desta audiência pública – aqui no Senado o PL 2.524. E eu vou me permitir falar só um pouquinho dele porque o companheiro da Abiplast, que me antecedeu, trouxe uma informação equivocada, e eu gostaria de esclarecer e desmistificá-la.

É um projeto de lei que fala da economia circular do plástico, que foi construído a múltiplas mãos, inclusive com lideranças do movimento de catadores, e que está extremamente alinhado com o Tratado de Plásticos, Senador, no que toca a produtos. O tratado tem um escopo muito maior, que engloba produtos químicos, polímeros, etc. Esse é um projeto de lei que trata especificamente de produtos plásticos problemáticos, que precisam ser eliminados, que já foram eliminados em outros países e que já estão sendo considerados nas listas do Tratado de Plásticos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e traz metas de reúso, conteúdo reciclado, reciclagem para embalagens, entendendo que as embalagens têm uma importância, mas que elas precisam no mínimo ser recicláveis para que a gente tenha, nas mãos de quem vai triar, nas mãos das cooperativas, um material de qualidade, e não um material que não é reciclável, que depois vai virar custo para a cooperativa e que quem vai pagar são os catadores. Então, é um projeto de lei que se propõe a trazer a economia circular com estes pilares: redução, eliminação de algumas coisas, substituição de outras e circularidade de embalagens.

Esse projeto está hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador, e ele tem condição de colocar o Brasil no mapa de países que já têm legislação, o que a gente ainda não tem.

Ele é muito diferente, completamente diferente do PL 1.874, que não resolve absolutamente nada; um projeto de lei que traz um fórum, uma estratégia e que não traz a economia circular do plástico como a gente vem tratando aqui. Então, a gente entende que eles são completamente diferentes. É um projeto absolutamente principiológico – e por isso ele não tem resistência, não é? – e que não incluiu os catadores. Fala de economia circular, mas sequer ouviram os catadores na construção desse projeto. Então, ele corre o risco de ser até um *greenwashing* legislativo.

Então, a gente defende a aprovação do PL 2.524, para tratar de um tema específico, um problema específico, com soluções específicas para essa cadeia produtiva.

Com isso, Senador, encerro aqui minha fala.

Agradeço novamente a oportunidade e fico à disposição para qualquer dúvida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Encerramos, portanto, a primeira parte, que foram as apresentações. E eu tenho que cumprir o roteiro, privilegiando, inclusive, as participações externas, e é o que eu vou fazer com uma certa orientação.

Desta vez foi por acaso: a primeira pergunta vem de Luana, de Santa Catarina. (*Risos.*)

Desta vez não houve manipulação, pelo menos de minha parte.

Eu vou remeter essas três primeiras perguntas para a Embaixadora, porque todas elas dizem respeito ou nos remetem à questão da solução global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não deixa de ser interessante o que a Luana fala: "Vivi de perto a poluição por plástico [...] [causada] pelas indústrias salineiras no Rio Grande do Norte" – ela não fala de um assunto de Santa Catarina. "Como pretendem combater esse problema?"

Luís de Sergipe: se as embalagens plásticas forem restringidas, o tratado pode dificultar exportações brasileiras, como as do agronegócio?

Raíssa, do Mato Grosso: "Como o Brasil pode liderar o combate ao plástico sem ceder a pressões econômicas que enfraquecem seu compromisso ambiental e diplomático?".

Portanto, essas três têm como destino o Itamaraty.

Elvis, de Sergipe: "Como o Brasil tem considerado os catadores e as comunidades vulneráveis [...] [em seu] posicionamento sobre o tratado, [...] [já] que são os mais afetados?". Eu acho que o assunto já foi abordado, mas não deixa de ser uma homenagem também ao nosso Severino.

Júlia, do Rio Grande do Sul: "De que forma o país pode alinhar sustentabilidade ambiental com crescimento econômico nessas negociações?". Esse também é específico para o Itamaraty.

Milton, de São Paulo: "Como o Brasil usará o Tratado GCP e a COP 30 para fortalecer a educação ambiental nas escolas e engajar os jovens contra a poluição?". Acho que isso deve ser também uma preocupação originalmente remetida ao Itamaraty, mas que depois também será compartilhada conosco.

Grazielle, de Minas Gerais: "Qual política será criada para [...] [incentivar] as indústrias e o comercio a abandonarem o uso de plástico em seus produtos?". Essa é uma pergunta geral que fica aqui colocada.

Marcus, de São Paulo: "O uso excessivo de materiais de origem fóssil acelerou e agravou as crises climáticas. Deveríamos promover e liderar a bioeconomia circular". Tem conexão com o trabalho do Itamaraty e tem conexão conosco.

Vou, ainda, dar cumprimento ao compromisso que assumi com o Senador Wellington Fagundes: "Considerando o impacto da poluição plástica nos ecossistemas aquáticos, como o Brasil tem tratado os riscos específicos para o Pantanal?" Ele, na verdade, fez aqui a pergunta, especialmente no contexto do compromisso firmado na Resolução da ONU, em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dentro das negociações do Comitê Intergovernamental de Negociação, o Brasil tem defendido a proteção de biomas continentais e de água doce. Como o Pantanal, com o mesmo nível de prioridade que os ecossistemas marinhos...

É uma pergunta objetivamente...

A senhora vai receber aqui uma série de demandas...

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA (*Fora do microfone.*) – É bom.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que eu acho que vão ser associadas às propostas de soluções. Quando eu faço uma pergunta, eu estou insinuando o desejo de uma solução.

"Quais políticas públicas estão sendo pensadas para combater a poluição plástica em áreas de difícil fiscalização, como o Pantanal, que tem uma vasta extensão e muitas áreas de difícil acesso?".

Esse vai todo...

Então, por favor, alguém me ajuda aqui. (*Pausa.*)

Com exceção dessa do Elvis, todas elas devem ser entregues à Embaixadora.

Eu vou abrir a inscrição.

Aos Parlamentares eu me considero satisfeito com essa observação, se o Deputado Daniel Freitas se inscrever, eu passaria a palavra a ele depois de quem já está inscrito.

Inicialmente, eu vou conceder até cinco minutos, até, posso cortar antes, ao Sr. Elias Caetano, representando toda essa tribo que está aí, ou seja, você vai ter cinco minutos porque vai falar em nome de todos. Se for desautorizado por eles, resolva o assunto lá fora.

Está começando a correr o seu tempo.

O SR. ELIAS CAETANO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimentando, então, o Presidente, a Embaixadora Maria Angélica, o nosso Secretário Adalberto Maluf, a Abiplast aqui presente, os nossos Parlamentares, o nosso setor produtivo e a comitiva que representa aqui a Região Sul do Estado de Santa Catarina, que ocupa e figura como o maior polo brasileiro na produção de descartáveis plásticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma região em que esse setor representa a segunda economia da indústria local, ou seja, uma economia extremamente importante para uma região, uma vocação industrial concentrada na produção de produtos descartáveis e praticamente 50% desse setor fica ameaçado diante de uma proposta como está atualmente na minuta, no art. 3º, dentro daquela lista prevista, artigos que são amplamente produzidos nessa região. Enfim, uma região que emprega diretamente mais de 12 mil trabalhadores que estão produzindo os plásticos que têm sido chamado plásticos de uso único, erroneamente plásticos desnecessários, ou, até pior, plásticos problemáticos. Esses produtos são lícitos, são úteis à sociedade e em muitos casos são vitais.

Durante a pandemia, os descartáveis plásticos salvaram muitas vidas, garantiram segurança alimentar e hospitalar à população. Em tragédias recentes, como no Rio Grande do Sul, foram novamente os descartáveis plásticos que salvaram aquela população, conferindo dignidade e humanidade em um momento crítico de crise, ou seja, são produtos úteis. Reduzir toda a complexidade dessa discussão a um rótulo simplista, supérfluo, de que esses produtos são problemáticos e evitáveis, enquanto o verdadeiro problema não está no produto, está no descarte.

A gente representa também o segundo maior polo reciclador do país, que está concentrado na Região Sul do Estado de Santa Catarina, então, temos essa vocação. Sobre isso nós temos muito a dizer e, infelizmente, a gente tem que lidar com muita desinformação. Algumas proposições colocadas como economia circular se restringem ao banimento.

Com base nessa desinformação, a gente tem usado muito, senhores, esse conteúdo, que é de uma grande autoridade do plástico mundial, Chris DeArmitt, um cientista renomado. Ele compila nessa obra 400 artigos científicos que desmistificam muitas dessas narrativas enviesadas sobre o plástico.

Os plásticos apresentam desempenho ambiental... Muitas vezes, quando comparados através de metodologias científicas como análises de ciclo de vida, a gente tem a medição de impactos dos plásticos menor do que outros materiais substitutos. Às vezes papel, vidro e metal geram mais gases de efeito estufa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIAS CAETANO – ... ou seja, um contrassenso a gente reduzir o plástico e aumentar a gás de efeito estufa no momento atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o aumento na geração de resíduos, que também é um contrassenso de um princípio da economia circular, que é a redução. Se a gente reduzir o plástico, a gente aumenta exponencialmente a produção de resíduos sólidos urbanos, o que é um problema para os municípios.

Além disso, os plásticos descartáveis, isso pode ser confirmado através desses artigos que são revisados também por pares de renome internacional dizendo que, enfim, dos plásticos que estão à deriva no oceano, apenas 0,03% são de descartáveis, sendo que até 80% vêm de atividades marítimas, navais, como pesca, etc., apetrechos de pesca, tonéis, caixas, enfim, redes, cordas. Então, enfrentar às vezes um copo descartável é muito mais fácil, precisamos mudar esse foco.

A solução tem que passar por valorizar o que funciona, valorizar a cadeia da reciclagem e não punir o que está visível, proibir produtos que representam apenas, como o Secretário Maluf falou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIAS CAETANO – ... 1,8% dos plásticos do país que são direcionados para descartáveis dos praticamente 8 milhões da produção nacional, ou seja, são 137 mil toneladas-ano de plásticos descartáveis produzidos que, se 1% disso, Secretário, vazasse no meio ambiente, daria 1,37 mil toneladas de poluição plástica derivada de descartáveis, isso equivale a apenas 0,02% da produção nacional.

É coerente proibir uma cadeia produtiva e prejudicar uma região econômica para resolver 0,02% de um problema? Não parece uma medida de eficácia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIAS CAETANO – Enfim, a gente propõe, além da proibição, que se trabalhe no eixo da educação, da responsabilidade. Os caminhos são o fortalecimento da logística reversa, o estímulo à valorização dos materiais recicláveis, que é fundamental para essa cadeia funcionar, a criação de linhas e políticas de crédito, incentivos fiscais para essas cadeias de reciclagens, que são uma demanda antiga do setor, é uma dor sentida por toda a cadeia, desde os catadores, comerciantes e indústrias recicladoras, que as políticas não vêm, vêm de maneira tímida, vêm de maneira parcial e acabam dando revezes, como a gente tem presenciado esta semana, porque o tema tem sido tratado de uma maneira descoordenada.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIAS CAETANO – Então, nós precisamos, sim, de uma transição justa, os plásticos... O tratado global não pode penalizar uma região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concluindo.

O SR. ELIAS CAETANO – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Vamos endereçar, então...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou endereçar a sua pergunta, inicialmente, ao Sr. Adalberto Maluf, mas vou ainda complementar com outras perguntas do e-Cidadania, que eu vou verificar aqui a quem eu destinarei.

Amanda, de Santa Catarina. (*Risos.*)

Vocês estão querendo me compatibilizar com o público. Eles me mandam sempre... Me mandam pronto, não é? Poderiam inverter – poderiam inverter.

"Como integrar os povos indígenas e comunidades tradicionais no desenvolvimento de soluções inovadoras, considerando os seus conhecimentos?".

Essa é uma pergunta que eu vou guardar para mim.

Hedinene, do Rio de Janeiro: "Quais as estratégias que o Brasil utilizará para excluir falsas soluções, como a incineração e a reciclagem química?".

Eu vou trazer aqui um exemplo, porque está inscrito o Mário.

Prepara...

Você vai ter um minuto e meio para apresentar, Prof. Mário, um minuto e meio, mas depois eu vou lhe dar o tempo.

"Como a indústria têxtil [...] [pretende] reduzir a liberação de microfibras – nós não abordamos isso aqui – [...] do tipo de microplástico [mais comum encontrado no meio ambiente]?".

Confere esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miguel, do Paraná: "Quais as medidas legais e metas que já existem no Brasil a fim de reduzir o uso de plásticos em embalagens e/ou [...] [incentivar] sua reciclagem?".

Cristovan, de Goiás: "Como o Governo definirá metas de redução e reciclagem de plásticos para um tratado vinculante, sem prejudicar a subsistência dos catadores?".

Acho que esta vai ser sua também, porque aí é pela questão internacional.

Hedinene: "A construção de políticas públicas [...] que [integrem] produtos e embalagens plásticas [...] à economia circular [...] [parece] ser um [...] caminho [eficiente]".

Acho que vem ao encontro do que já foi aqui comentado e, ainda que seja objeto de controvérsia, tem que ser registrada.

"Empresas que não reduzem o [...] [uso] de plástico de [...] [descartável] não devem receber incentivos fiscais [...] [nem firmar]contratos com o Governo, da Josianne, de São Paulo.

Isso faz parte do capítulo incentivo e benefício fiscal *versus* punição.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Daniel Freitas, e, em seguida, para o Professor Mário, do nosso Instituto Federal de Concórdia, para uma pequena apresentação.

Se mais alguém quiser se inscrever, a hora é agora.

Volnei, você vai ter direito à réplica depois que o Severino falar.

O SR. DANIEL FREITAS (Bloco/PL - SC. Para expor.) – Muito bom dia, Sr. Presidente Senador Esperidião Amin, todos os membros da mesa, os que participam desse importante momento dessa discussão.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Volnei Weber e também o Deputado Alex Brasil, Deputados Estaduais de Santa Catarina que se fazem presentes pela importância desse tema.

Quero cumprimentar o Reginaldo Cechinel, Presidente do Sinplasc (Sindicato das Indústrias Plásticas do Sul Catarinense); o Elias Caetano, que acaba de fazer a sua fala, Secretário do Sinplasc; o Prefeito Valdir Fontanella, Presidente da Amrec; o Estefane Teixeira, da LR Logística Reversa; e o Diretor da Abiplast, Anselmo Freitas, aqui ao meu lado.

Estamos no Senado Federal, um ambiente democrático onde essa discussão passa a ser muito salutar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu represento o sul de Santa Catarina com muito orgulho. Represento Santa Catarina, mas sou natural de Criciúma.

O plástico, no sul de Santa Catarina, é a segunda economia da indústria local. São 239 empresas que geram mais de 12 mil empregos diretos; são R$5,7 bilhões de faturamento por ano; ao ano, um valor adicionado de R$2,5 bilhões. É o primeiro maior polo de descartáveis plásticos do país, o segundo polo de reciclagem do país, ou seja, é um importante polo de embalagens do Brasil.

Não dá para desconsiderar a relevância do setor para a economia brasileira, os tantos empregos gerados, e considero que essa discussão é salutar, porque o Brasil tem que caminhar em sintonia e harmonia com o que o mundo planeja em termos de sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente. Porém, a economia circular nada tem a ver com o banimento de uma produção tão importante quanto a da indústria plástica no Brasil. O grande problema está na educação.

Vejo, por parte da indústria, não só uma boa vontade, mas uma capacitação para imbuir na cabeça dos usuários exatamente isto: o quanto é importante a educação, o aprimoramento do processo de reciclagem, para que se caminhe de maneira paralela, já que o Brasil, na parte tecnológica, é um país de grande destaque em nível mundial, e certamente vai acompanhar essa linha de sustentabilidade, incluindo a educação na cabeça das pessoas e mantendo uma indústria forte – como é a indústria plástica brasileira – em vigor aqui no país.

Então, faço presença nesta audiência, com muito gosto, entendendo o processo democrático, mas salientando aqui a minha defesa dessa indústria tão importante e que o foco deve estar na educação, em cima das pessoas, e não no banimento de um produto tão importante quanto o que essa indústria produz aqui no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não tinha registrado aqui a presença do Deputado Alex, mas fica registrado e lhe facultarei a palavra, se pedir, depois dos que já estão inscritos. O senhor pretende se inscrever? (*Pausa.*)

Professor Mário, um minuto e meio. Eu não posso conceder cinco porque nós já ultrapassamos os nossos tempos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de acolher hoje o Professor Mário, que é do Instituto Federal de Concórdia – fruto de uma emenda parlamentar tão malfalada, acho que elas são... Mas, de uma emenda parlamentar no Instituto Federal de Santa Catarina, antiga Escola Rural de Concórdia, que é a campeã brasileira da produção de suínos. Nós somos os maiores exportadores do Brasil e usamos embalagens de plástico.

Professor, eu fiquei surpreso com o resultado – dirijo-me aí ao Ítalo – quando nos mostrou o combustível que desenvolveu a partir de lixo de plástico, da antiga Escola Técnica Federal Rural de Concórdia, que tem mais de 50 anos de existência, e que foi a responsável pela formação de todos os técnicos agrícolas, ou de quase todos, pelo menos da região.

Um minuto e meio.

O SR. MÁRIO LETTIERI TEIXEIRA (Para expor.) – Está certo. Obrigado, então, Senador Esperidião Amin, pelo convite. Quero cumprimentar todos.

Eu queria que passassem o vídeo dois, para a gente poder, então, otimizar o nosso tempo em que a gente vai mostrar um projeto que a gente tem lá no *campus*, no Instituto Federal Catarinense - Campus de Concórdia, que trata de *smart city*. A ideia é tornar o *campus* autossustentável em geração de energia e biocombustíveis. Então, a gente trouxe aí, tem o *site,* que a gente tem trabalhado, temos já financiamento de algumas agências do Governo estadual, como a Fapesc. E, justamente, a nossa proposta é trazer totalmente a logística reversa para dentro da cadeia de combustíveis, reformando as moléculas e transformando isso em metano renovável.

Seria o dois. O um, depois, eu posso passar com mais tempo. Então, nesse primeiro, nesse vídeo aí, nós temos lá...

O eslaide inicial, por favor, só para colocar a informação do laboratório. O primeiro eslaide. Isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO LETTIERI TEIXEIRA – Certo.

Esse é o nosso protótipo. Nós temos, então, esse projeto de inovação ambiental, bioeconomia, economia circular, transformação de resíduos em biocombustíveis. Até aqui falamos muito do plástico. A gente tem feito uma parceria com o Simplás. Eles têm nos enviado amostras de plástico e nós estamos conseguindo reverter essa molécula, transformando-a em nafta e gasolina renovável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Esse é o experimento inicial com que a gente começou a desenvolver a patente. Hoje é uma tecnologia patenteada. Nós temos uma catálise química cavitalítica em que a gente consegue transformar toda a cadeia de determinado resíduo, como os da suinocultura, de plásticos. Qualquer tipo de lixo domiciliar, também, a gente consegue transformar. Com aterros, então, a gente trabalhou com células de 18 anos de plástico, que a gente chama de petróleo aflorado. A gente conseguiu reverter isso para transformar em gasolina renovável.

Próximo, por favor.

É um teste, um videozinho de como a gente começou. No início, era testada num cortador de grama a nossa gasolina. E a gente conseguiu ver que o motor rodava. A partir dali, como no Brasil a gente faz ciência com poucos recursos, a gente começa, então, a buscar investimentos. Porque muita gente não acredita num projeto desse em que você consegue transformar resíduos em algo valoroso.

Então, a gente tem até participado de chamadas internacionais – a última foi a da Water4All. A gente peca justamente na questão de escalonamento, porque a gente não tem ainda a iniciativa privada, instituições aportando recursos para a gente poder ampliar a nossa escala.

Próximo, por favor.

Então, isso é mais ou menos o resíduo que sobra, as frações que a gente consegue fazer, como se fosse até o processo de destilação fracionada do petróleo. A gente consegue tirar várias frações e a gente consegue trabalhá-las, limpando-as, para torná-las em combustível suficiente para trabalhar nos motores que nós temos aqui no Brasil.

Próximo.

Aqui, então, é a foto em que o Senador teve o prazer de conhecer o nosso projeto, que citou. A gente fez alguns eventos.

Aquilo à esquerda ali, com um botijão de gás, é movido a gás metano renovável que a gente fabrica e o quadriciclo azul é com a gasolina do plástico, também renovável.

Então, a gente fez isso como pequenos pilotos e, a partir daí, agora, a gente contemplou editais na Fapesc e conseguiu um escalonamento um pouco maior.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse é o nosso caminhãozinho, a nossa S10, que já está sendo movida a gasolina renovável e metano renovável.

Lá atrás, nós temos um pavilhão, onde tem a nossa usina em maior escala.

E esses contêineres, justamente, a gente faz um agradecimento ao Senador Amin e também à ex-Deputada Angela Amin por proporcionarem essa verba para a gente poder colocar o nosso laboratório em uma escala um pouco maior, para, justamente, conseguir produzir combustível e começar a ofertar isso para a sociedade, devolvendo à sociedade todo o investimento em ciência, tecnologia que os governos têm feito tanto nos institutos quanto nas universidades.

Se ainda tiver tempo, Senador, eu queria passar o vídeo nº 1, em que a gente trabalha com o aterro. (*Pausa.*)

Sim. Nem isso.

Então, aqui é um vídeo em que a gente vai mostrar como a gente pegou o CDR de uma empresa de São Paulo – ela nos enviou o CDR bruto – e a gente o utilizou para o nosso processo térmico, químico e catalítico, para ver se poderia ter transformação ou não.

Então, a gente foi lavando-o, para ver o que tinha. Tinha isopor, bagaço de frutas, enfim, tudo de mais variado possível. A gente o secou e o comparamos com o CDR de uma indústria plástica lá de Concórdia, que é uma grande indústria que nos forneceu o CDR limpo.

Então, esse é o CDR limpo da empresa, e, logo em seguida, tem o CDR que a gente lavou dessa empresa de São Paulo. E aí, a gente colocou isso no equipamento, geramos a gasolina e a colocamos, então, nos veículos para testá-la.

Então, Senador, não me estendendo muito, quero agradecer mais uma vez a oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, posso fazer um ganchinho?

Isso aí é reciclagem avançada, é a reciclagem química mencionada aqui. É exatamente isso aí. A transformação química de resíduo plástico, inclusive, em um produto químico no final.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Deputado Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou obrigado a limitar o seu tempo, mas o senhor é muito bem-vindo.

O SR. ALEX BRASIL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Agradeço a oportunidade e quero parabenizá-lo por esta audiência pública.

A convite do nosso amigo Deputado Daniel Freitas, hoje eu estou aqui presente.

Quero cumprimentar também o meu nobre colega de bancada lá da Assembleia Legislativa e dizer da satisfação que é participar de uma audiência desta que enriquece muito o conhecimento. A gente aprende muita coisa aqui, coisas com que a gente não está acostumado no nosso dia a dia.

Santa Catarina é um Estado pujante, é um Estado que é referência, principalmente na área econômica, e eu acredito muito nessa parceria público-privada. Penso que nós já criamos algumas leis estaduais lá, que, num primeiro momento, queriam, inclusive, cessar e interromper a cadeia produtiva de plástico. Mas, depois, com os ajustes necessários, a gente conseguiu aprovar uma lei que apenas adaptou a produção plástica para que ela pudesse degradar menos e atingir menos o meio ambiente. Eu acho que esse é o caminho. Nós estamos diante de uma audiência pública aqui, com várias situações inovadoras.

Quando a gente fala em reciclagem, hoje, a gente está aprendendo aqui que a reciclagem tem inúmeras possibilidades. Não é apenas uma reciclagem bruta. Até a produção da matéria-prima, quando feita de forma adequada, viabiliza ainda mais a reciclagem, que é o que a gente está aprendendo aqui hoje. E vimos agora, recentemente, vídeos do aproveitamento da reciclagem, gerando, inclusive, combustível para vários tipos de veículos e utilidades públicas.

Então, acho que, da minha parte aqui, enquanto Deputado Estadual de Santa Catarina, é me colocar à disposição para que a gente possa evoluir a cada dia mais, fazendo, inclusive, do Estado de Santa Catarina uma referência para o resto do Brasil, como um modelo de atividade que realmente possa caminhar junto com o empreendedorismo e também com a nossa preocupação com o meio ambiente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agora vou passar a palavra ao Deputado Volnei por dois minutos. Sem direito de resposta ao Severino, porque vocês já tiveram tempo para se entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VOLNEI WEBER (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Não pensamos igual, não enxergamos igual e não podemos exigir isso porque somos diferentes nesse sentido, então o respeito muda tudo. E aqui é uma Casa do diálogo, do debate, e é muito bom concentrar ideias aqui para encontrarmos o equilíbrio ou melhores soluções.

O que nós não podemos e não aceitamos é que um produto ou uma cadeia produtiva seja penalizada quando, aqui, se fala: "Ah, os impostos...". Vale lembrar que essa cadeia produtiva recolhe e recolhe muito. Recolhe o suficiente, faz a parte que lhe cabe. Mas não podemos levar, aqui, a responsabilidade daquilo que é de comportamento para o setor produtivo, porque o lixo que cada um gera aqui é de responsabilidade de cada um. Porém, o poder público tem que ofertar equipamentos, a coleta seletiva e o centro de triagem para fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – ... com que a gente consiga dar o destino final correto.

E aí, eu bato mais uma vez na tecla: o Governo Federal – eu penso aqui, Secretário do Meio Ambiente – tem que restringir desvinculação de recursos para municípios que não têm a coleta seletiva instalada, que não têm o centro de triagem instalado. Assim como antigamente foi feito: quem não tivesse um plano diretor no seu município não tinha recursos. E aí todo mundo foi fazer um plano diretor, porque não tinha plano diretor. Por quê? Porque não tinha recurso. Não ia ter recurso se não tivesse. Então, foi feito isso, e muitos ofertaram esse plano diretor.

Da mesma forma, é uma sugestão: recursos oriundos de Governo de estado e Governo Federal a municípios simplesmente exigindo coleta seletiva, centro de triagem. Com isso, vamos não fazer com que o comportamento do ser humano, que não é o produto que é o problema aqui... O produto não é problemático, é o ser humano que é o problemático aqui. E aí, eu tenho que discordar até do Deputado Daniel Freitas, Deputado, quando você fala de educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – Não é educação. O nosso país oferta educação de qualidade, oferta profissionais de qualidade. As nossas crianças são muito bem conduzidas no ambiente escolar com bom ensinamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VOLNEI WEBER – Agora, o que está faltando aqui é comportamento. E o comportamento, para mudar, eu penso que tem que ser no rigor da lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – Faço uma pergunta final: nós vamos encontrar nota de R$20 na barriga de baleia ou na narina de alguma tartaruga? Não! É comportamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – Nós somos responsáveis por descartar o nosso lixo de forma responsável. Pergunto mais: pergunto se todos aqui, hoje de manhã, ao saírem de casa, conseguiram dar o destino certo aos seus resíduos nas suas casas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEI WEBER – Finalizo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

Eu vou oferecer a palavra...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não, Severino. Sem direito de resposta! (*Risos.*)

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (Para expor.) – Não, eu não vou fazer... Na verdade, o comentário que eu vou fazer é sobre uma coisa que eu acho muito inédita nessa discussão.

Antigamente, Senador, em algumas discussões, as pessoas tomavam a fala do catador: "Ah, o plástico tem que ser produzido, senão o catador morre de fome"; "Ah, não, a gente está assim para defender o catador". Esta audiência está num nível, para mim, fantástico; o nível de discussão da audiência está fantástico! Lógico, tem os interesses da iniciativa privada, a dificuldade de colocar outro tipo de produto de maior reciclabilidade... Isso a gente já discutiu e vem discutindo no tratado internacional a todo tempo, mas tem um fator que é muito importante: antes de tomar as decisões, procurar falar com os atores.

Quando a gente pegou a primeira discussão do PL 2.524, tinha atores passeando, tinha atores da cadeia que não estavam na discussão. Quando os trazem para este tipo de discussão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começam a interagir e, cada um, a botar as suas posições para uma aprovação ou não aprovação. Só que, às vezes, em vez de se fazer esse tipo de debate, cria-se outro projeto. Aí, faz-se do mesmo jeito: não se discute com o catador, não se discute com o Governo e se bota lá o projeto. A gente deve ter uns três ou quatro projetos de lei nessa vertente do banimento de plástico, da substituição de plástico, do tema da economia circular... Fica-se criando esse arcabouço de loucura e não se tem momentos sérios como este, desta audiência pública, uma audiência pública que convoca desde um catador de material reciclável... Independentemente de eu estar hoje Presidente da aliança internacional, eu venho fazendo política, eu trabalho no nível de COP desde a COP de Copenhague, que foi a primeira a que eu fui na minha vida.

Para aproveitar, Senador, e responder a uma das perguntas que foram feitas: este Governo, sim, reconhece o trabalho dessa categoria – e é exemplo em nível internacional! Pasmem: esses dias a gente teve um convite para ir à Colômbia, porque o Presidente Petro se sentou com os catadores, foi fazer a ceia de Natal com os catadores daquele país, reconhecendo essa categoria. O Chile está do mesmo jeito. Então, essa é a interação que a gente tem de nosso Governo, de nossos Deputados, nossos Senadores. Às vezes, a gente não consegue fazer muito com o Prefeito e com o Governador, como no meu estado. Deveria ser um pouco mais pujante a relação, mas isso é da política.

Eu estou muito contente com esse nível de discussão, de construção. É daqui que a gente passa a ter, realmente, um tratado internacional de plástico participativo, porque o Brasil está levando nas mãos da nossa ministra, da nossa Embaixadora toda a relação de discussão que se está tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ministra, Senadora... Foi chamada de tudo aqui hoje!

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Ah, é nossa ministra, é cargo de ministra...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi chamada de ministra, Senadora, Embaixadora...

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – O que eu aprendi na diplomacia... Foi a primeira coisa que eu aprendi – e muito legal – com este Governo e com os Governos anteriores: você tem que estar bem com a diplomacia. Então, eu tenho uma relação... Quando eu chego a um país, eu falo logo com o Embaixador. Eu tenho um amigo Embaixador do Quênia, que é o Sr. Almeida, que é fantástico; eu tenho um Embaixador amigo de Ottawa, no Canadá, que é fantástico; eu tenho o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tovar, na Suíça, com quem, quando a gente chega, a gente conversa! Eu não posso fazer reclamação da delegação internacional e do nosso Itamaraty, fazendo deferência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Severino, você já é figura carimbada, está desde agora intimado a comparecer a Genebra. Não vale namorar lá, hein?

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Eu já estou indo agora...

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA (*Fora do microfone*.) – Ele é sério, ele é sério... É um homem sério.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. Segundo: e já fica convidado para a nossa possível reunião, não posso afirmar, de setembro próximo.

Eu agora vou distribuir a palavra entre os palestrantes. Infelizmente, vou ter que dosar as palavras, porque eu já perdi o primeiro voo, e já marquei o segundo – agora não tem mais volta.

Então, eu vou pedir muito a gentileza... Como eu sei que quem vai falar mais vai ser o *brimo* aqui, porque nós temos a mesma origem. Imaginem, eu sou Amin Elou, por parte de pai; e sou Marini, por parte de mãe. Ele é Maluf, por parte de pai; e Mancini, de Santa Catarina, por parte de mãe.

Então, seja breve, por favor. (*Risos.*)

O SR. ADALBERTO MALUF (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, assim, só realmente parabenizar por esse tipo de diálogo superimportante, porque a gente vive hoje grandes crises globais que estão todas interconectadas: a mudança do clima, a perda global da biodiversidade, a poluição, seja do ar, seja da água. E as soluções precisam ser integradas e coordenadas, não existe uma bala de prata que resolva tudo.

O que a gente vê é que os desafios são enormes: 10% do resíduo no Brasil não é nem coletado, 28% ainda vai para lixão. A gente não tem ainda políticas sistemáticas para reduzir a quantidade de embalagens e resíduos, reutilizar, reciclar. Então, fomentar esses sistemas de reúso, de embalagens, de ações, é extremamente importante e a gente precisa de tudo.

O plástico é um produto importante, não tem como fugir dessa realidade. Só que metade do plástico produzido no mundo foi de 2000 para cá. E, se nada for feito, a gente vai triplicar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de plástico. A Fundação Ellen MacArthur tem aquele dado de que vai ter mais plástico do que peixe no oceano em 2040. A Oceana tem um monte de estudos que mostram esse impacto.

Então, a gente tem que tentar coordenar estes interesses: econômicos, sociais, ambientais. Se a gente entende que o plástico descartável é pouco, 1,3% da produção total, pelo menos pelo guia da Abiplast, mas tem muitos estudos que mostram nas praias, estudos reais, que, quanto ao que tem lá, o número um é a bituca de cigarro, o filtro feito de plástico. Então, está se tentando no tratado de plástico ver. Eu estou até com a lista aqui do estudo do Blue Keepers. Depois, é fragmento de plástico mole, tampa de garrafa de bebida, fragmento de plástico rígido, fragmento de isopor, embalagens *delivery*, que é um crescimento grande, canudo, madeira processada. Aqui não tem metal, porque tem valor econômico e o catador pega. O papel também gera um problema, lá no lixão e tudo, mas, no meio ambiente urbano, ele tende a se degradar um pouco mais fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – O plástico demora 400 anos, e a gente produz 400 milhões de toneladas.

Então, acho que tem que conciliar esses interesses. O que eu vejo lá na negociação internacional e aqui no Brasil é que os plásticos descartáveis de uso único são aqueles para que o mundo está olhando como o grande vilão do impacto – isso é um fato. "Ah, pode ser que o volume seja menos, tem outro e tal", mas, assim, o mundo enxerga isso. Não é à toa que a gente viu ali: 141 países já baniram canudo de plástico, sacolinha, isso ou aquilo.

Acho que, para a indústria, em especial ali em Santa Catarina, vocês falaram da importância, é a segunda indústria da região, a gente vai ter que pensar eventualmente em transição justa.

É um debate que, por exemplo, aqui – o Senador provavelmente não vai gostar da minha opinião –, o tema em que a gente fala é a transição energética. O carvão, por exemplo, seja de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul, porque é de lá, da mesma região, infelizmente é superpoluente. A geração de energia de carvão é quatro vezes mais cara do que a solar. Faz sentido a gente manter um bilhão de subsídios da sociedade para manter lá uma, duas fábricas; uma, duas carvoarias que poluem todos os rios? Você não pesca mais peixe lá na região onde tem carvão porque não tem mais peixe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim: "ah, mas temos que preservar o emprego lá", mas até quando? Vamos usar esse um bilhão que a gente gasta e fazer a transição dessa indústria para o futuro, vamos desenvolver nova tecnologia. Então, eu acho que a gente não pode se apegar só em um aspecto: só no econômico, só no social, só no ambiental.

É uma equação difícil, mas eu tenho certeza de que, com debates como este, que serão amadurecidos no debate internacional – espero que o PL 2.524 uma hora também ganhe tração aqui no Brasil para discutir economia circular e outras ações que a gente tem... Lembrando: o Brasil aprovou ano passado, aqui no Senado, o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, que é uma entrega incrível que o Brasil fez. O Brasil vai ter um inventário de substâncias químicas. Até hoje a gente não sabe muito dessas 15 mil substâncias químicas. A indústria apoia isso, porque, inclusive, a indústria brasileira é prejudicada.

Foram aprovadas, infelizmente, umas exceções lá no polo da Zona Franca de Manaus. Hoje vem plástico pronto dos Estados Unidos via polo de Manaus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – ... não paga nenhum imposto. Aprovou-se um PPB (processo produtivo básico) que mistura 0,5% de ar, de nada, e ele já é como se fosse plástico. Está aumentando dramaticamente a importação via Manaus.

Então, a indústria local tem que tirar o químico de preocupação: vai fazer a transição, paga a conta da logística reversa, vai investir, mas a gente está subsidiando um plástico de baixa qualidade que vem dos Estados Unidos, inundando o nosso mercado. Então, também tem que fechar outras fronteiras, esse é o grande desafio.

Eu sinto isso, Senador, lá no Ministério, essa coisa do decreto de importação. A gente recebe os setores: "Olha, o meu setor...". Todo mundo tem legitimidade e a importância do seu setor, mas a gente, às vezes, tem que pensar no impacto dele no médio e longo prazo para a sociedade e em como a gente vai fazer uma transição justa para que todos os setores possam continuar tendo emprego, possam ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO MALUF – ... e o Brasil, que é uma liderança ambiental... não é à toa que a Embaixadora Maria Angélica é chamada para ser a co-presidente do negócio. Os grupos mais difíceis a chamam para mediar, porque o Brasil é o único que conversa com a China, com a Rússia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Índia e com a Arábia e também conversa com os Estados Unidos e com a Europa. O Brasil é uma liderança ambiental, a Rio 92 está lá.

Então, a gente tem que continuar trabalhando nesse diálogo construtivo para as melhores soluções do futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Sr. Adalberto. Eu tenho certeza de que teria muito mais a acrescentar, mas eu agradeço por ter sido conciso e peço igual concisão, sob pena de eu não poder concluir a reunião.

Com a palavra o Sr. André Passos Cordeiro.

Eu só gostaria de antes registrar aqui a presença – os senhores vejam que o Sul do Estado de Santa Catarina se mobilizou para esta reunião – do meu amigo Vereador Rodrigo Gonçalves e do Vereador Moacyr Francisco, da nossa querida Içara, que foi citada aqui hoje, até porque, na visão de Içara, Criciúma é um bairro amigo. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (*Fora do microfone.*) – "É um bairro amigo" é ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra, André.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, eu posso pedir só para o colega colocar minha apresentação ali? Eu quero fazer um *merchandising* rapidinho.

Na penúltima folhinha, até para o pessoal pegar o QR *code* aí.

A gente criou uma... Ixi, até terminar, o senhor vai ter pegado o avião.

Está aí no penúltimo eslaide, por favor. Só no penúltimo eslaide, lá no final.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No sexto.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – É, lá no final.

Esse que tem o QR *code*, por favor. É o 28. É esse.

Então, esse é um espaço que nós criamos, Senador, de diálogo sobre plástico. Ele se chama Vamos Falar Sobre Plástico. Então, quem quiser acessar tem conteúdos lá interessantes, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a metodologia que a gente está propondo de árvore de decisão. A gente propõe uma metodologia, não uma lista preestabelecida de banimento, ou seja, apesar de respeitar muito, Ítalo – e respeito, eu tenho uma formação acadêmica, enfim, graduação, mestrado, pós-graduação; então, eu respeito demais a academia –, mas a gente sabe que a ciência é feita em rede. São muitas... As grandes descobertas não são feitas por uma personalidade, não é? São feitas por um processo de rede. Existem redes de pesquisa, inclusive, o MAR-2, por exemplo, é uma delas, em termos de microplásticos, que envolve centenas de cientistas ao longo do mundo. Pode alguém estar certo, eventualmente, que o utensílio plástico A, o utensílio plástico B ou C devem ser não mais produzidos. Pode alguém estar certo, mas pode ter outro que diga: "Olha, eu tenho uma solução aqui que evita e preserva o uso". Então, tem uma grande discussão sobre isso.

A indústria química em nível global propôs, então, que se construísse uma metodologia de árvores de decisão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Árvores de decisão são respostas e perguntas sucessivas sobre reciclabilidade, *design* de plástico, vazamento ou não do plástico, etc., etc. Quem responde, inclusive, é a rede de pesca? É a bituca? O que está vazando? A partir dessa discussão você estabelece um caminho de decisão, uma árvore de decisão que vai decidir qual é o melhor tratamento para aquele tipo de utensílio, e não lista preestabelecida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Essa é uma discussão no tratado global, que é uma discussão que não está no PL 2.524. Portanto, a gente acha que nós temos que percorrer outro caminho legislativo naquela direção.

Lá também está uma base ampla mundial, uma *database* de produtos químicos em plásticos, com várias regulamentações, inclusive brasileiras, sobre as substâncias químicas que são autorizadas ou não autorizadas para estar em uma determinada resina termoplástica ou em um determinado utensílio plástico, como, por exemplo, antichama, corantes, aditivos para resistência, etc. e tal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Então, a gente convida para visitar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, volto ao meu caminho original, agradecendo ao Senador pela iniciativa, pela proposta. Já nos colocamos à disposição para aqui estar em setembro...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se Deus quiser!

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... discutindo, após o INC 5.2, os resultados daquela discussão e a missão que nós teremos aqui no Brasil.

Então, concluo dizendo que acho que um consenso foi bem estabelecido aqui, que é o da importância, como citou o Secretário aqui, do material plástico e de a gente se debruçar sobre ele de forma científica, técnica, cautelosa, para que as decisões que a gente tomar não gerem efeitos colaterais piores do que os que a gente está esperando combater.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Sr. André.

Passo a palavra à Sra. Paula Johns, formulando um apelo...

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Obrigada.

Está bom, vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Infelizmente, sou obrigado a fazer isso, sob pena de marginalizar...

A SRA. PAULA JOHNS – Não, são duas observações.

Uma é em relação ao comportamento, são os ambientes saudáveis que vão gerar comportamentos saudáveis. Então, a nossa obrigação... É obrigação do Estado a regulação do ambiente para que a gente de fato possa fazer essas escolhas saudáveis. Acho que esse é um ponto. Se o ambiente só oferta coisas nocivas, o indivíduo não tem liberdade de escolha nesse cenário, e é obrigação do Estado fazer com que isso aconteça.

Queria dizer, porque eu comentei aqui com o André, e o André: "Ah, mas plástico não é tabaco". Evidentemente que plástico não é cigarro – bom, bituca é plástico –, mas isso não significa que a gente não possa avançar com regulação nacional, com várias regulamentações nacionais em várias áreas que dizem respeito ao problema da poluição plástica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não tem que esperar a finalização da negociação do tratado para isso – viu, Senadora? Vejo, com muito bons olhos, a gente fazer uma discussão após a próxima rodada de negociação, mas isso não significa que a agenda legislativa que está colocada, seja o PL que está aí, sejam outras medidas, de reúso, de *design* de produto... Tem milhares de coisas que, com o que a gente sabe hoje através da ciência, a gente poderia fazer a logística reversa, o decreto de logística reversa. A gente poderia fazer e a gente não está fazendo. Então é só um apelo. Se a gente ficar esperando o mundo inteiro concordar, num tratado global, que nunca vai ter o nível de ambição suficiente que a gente pode ter a nível nacional... A gente não precisa esperar isso acontecer. É só um apelo para que a gente lide com o nosso problema aqui e agora. Não precisa esperar isso.

E acho perfeito repasses federais ligados à coleta seletiva. Acho que existe um leque de opções regulatórias que precisam ser adotadas.

Para finalizar, na nossa experiência, medidas voluntárias, só acordos voluntários, só uma negociação de diálogo, não são efetivos para o objetivo da política. Você precisa de ter algum tipo de regulação, intencionamento, para fazer com que aquilo aconteça para você provocar as mudanças necessárias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – E aí faço coro, acho que o município não deve depender exclusivamente de uma cadeia produtiva – eu vivi isso na época do tabaco e a gente discutiu muito a transição para os agricultores que dependem da produção de fumo para sua subsistência –, que a gente pense em alternativas para diversificação.

Então, só faço coro com aquela coisa de não se apegar a uma cadeia produtiva para evitar protelar que a gente avance com regras para resolver o problema que nos diz respeito, que é o problema da poluição plástica, que afeta a todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço pelo seu esforço de concisão. Só quero repetir que, quando eu mencionei a necessidade da reunião de setembro, fiz questão de ressalvar que não vamos parar de ser legisladores, errando ou acertando. Isso não significa uma atitude de faquir; pelo contrário, nós vamos continuar errando e acertando. Não podemos é nos omitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas palavras, gostaria de convidar a nossa Lara...

A SRA. LARA IWANICKI (*Fora do microfone*.) – Lara Iwanicki.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lara Iwanicki.

A SRA. LARA IWANICKI (Para expor.) – Senador, eu brinco que... Meu sobrenome é polonês, não é? E é difícil pronunciar. Então, eu brinco que tem que tomar um *shot* de vodca, primeiro, para depois pronunciar.

Mas queria agradecer aqui... Para não tomar muito tempo, o Senador precisa pegar um voo, mas gostaria de agradecer. Acho que este debate foi bastante rico, bastante diverso. A gente tem o setor produtivo com uma preocupação legítima. A gente tem os catadores, a academia, a sociedade civil, o Governo, a indústria... Então, acho que esse é o diálogo que a gente precisa fazer para avançar não só na política aqui nacional, mas também internacional.

É um desafio e a gente acha e espera que o Brasil siga com uma postura bastante ambiciosa. A Ministra Maria Angélica vem tendo um papel excelente de mediação, muitas vezes com muita paciência – não é, Maria Angélica? – de negociar e mediar ali os debates que acontecem.

Então, a sociedade civil espera que o Brasil continue com essa postura, defendendo, assim como defendeu e assinou a Declaração do México, listas de produtos plásticos e produtos químicos a serem, sim, eliminados. Precisa ter um *phaseout*, a gente precisa de uma transição para a indústria, mas a gente precisa também dessas listas. Então, a sociedade civil defende isso e defende que isso também seja olhado pela ótica do benefício econômico para outras cadeias produtivas, Senador.

Quero chamar a atenção novamente para o PL 2.524; até como um encaminhamento, Senador, ele está na Comissão de Assuntos Econômicos e precisa ser movimentado naquela Comissão. A gente vem vendo outros projetos; só na Câmara dos Deputados são 75 projetos para serem discutidos e todos eles apensados. Então, a gente precisa movimentar e ter um entendimento desta Casa, das duas Casas, com relação a esse tema, e aí colocar o Brasil no patamar que ele precisa estar, como potência ambiental, como potência de bioeconomia, em um lugar que talvez seja o mais favorável em comparação com qualquer outro país...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARA IWANICKI – ... de fazer a transição energética e de fazer a transição de uma economia baseada em plástico, fóssil, para uma transição sem plástico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero que o Severino já falou.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Satisfeito demais, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra ao Ítalo, depois ao Sr. Paulo e ao Emanuel Martins, para finalmente ouvirmos...

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – A nossa Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a Ministra.

Com a palavra.

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO (Para expor.) – Eu serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sem direito de resposta.

O SR. ÍTALO BRAGA DE CASTRO – Sem direito de resposta.

Eu queria corroborar a fala do Sr. Adalberto Maluf, na medida em que o tratado discute os plásticos e na medida em que já há um consenso global estabelecido, tal como há para as mudanças climáticas, de que há problemas em relação ao produto, e não só quanto ao comportamento. O comportamento também é uma componente, mas as pessoas precisam ter alternativas. Que alternativa tenho eu, se o barato, o acessível é somente o plástico? Então, eu acho que esse é um ponto principal.

E outro aspecto que eu queria ressaltar é a respeito do PL. Eu acho que a gente não tem que esperar o tratado global dos plásticos para resolver nossos problemas internos. Primeiro, porque não se sabe como acontecerá; segundo, porque nós somos um dos 17 países megadiversos do planeta.

Então, nós temos um interesse, penso eu, ou deveríamos ter, maior do que o dos demais países – se não me engano, são 175 países-membros do tratado –, maior do que o dos demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países. Então, eu acho que nós podemos nos antecipar, a exemplo do que já é feito, com as devidas ressalvas – não estou querendo colocá-los em nenhum altar –, na Europa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Paulo Teixeira. (*Fora do microfone.*) Queria registrar aqui a presença também do Vereador Valcir Kuosinski, da nossa fortíssima e querida União do Oeste.

O SR. PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, eu queria agradecer a oportunidade.

Eu só queria fazer uma sugestão, se me permite.

O debate que tivemos hoje foi muito bom, muito importante, mas eu somaria a esta turma aqui os trabalhadores da cadeia de plástico – eu acho que é importante tê-los aqui –, e não como um ativo ou um escudo, mas pelo menos para ouvi-los e para mostrar a eles a transição que a gente precisa fazer. Eu acho que essa é a primeira questão.

E o segundo – e talvez seja o mais importante, até porque são os meus clientes – são os usuários de plástico, quem usa as embalagens, quem usa isso no seu comércio eletrônico e quem usa isso no seu restaurante para colocar os descartáveis. Porque não sou eu que empurro isso para o mercado, é o mercado que puxa isso de mim, então é extremamente importante eles estarem aqui, porque essa transição passa por eles também, sobretudo por eles.

Por último, como solução – ou solucionática, como foi colocado aqui –, eu acho que a obrigatoriedade de conteúdo reciclado e a obrigatoriedade de reciclabilidade tem que ter, isso é uma agenda para ontem. Eu acho que é isso que vai puxar o mercado, é isso que vai orientar o mercado como política pública, para que a gente possa caminhar na direção da economia circular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu concordo com a sua sugestão final e com as duas propostas de inserção, dessas duas categorias, digamos: o usuário e o trabalhador.

Concedo a palavra ao Emanuel Martins.

Um minuto, Emanuel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMANUEL MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu acho que nós aqui da Abicom só temos a agradecer a participação nesta reunião. Fiquei muito feliz com as palavras do Secretário Adalberto de a gente iniciar realmente as propostas da solucionática para a transição justa. Acredito que nós temos aí soluções para oferecer na substituição por materiais compostáveis, temos um final de vida mais favorável a esses tipos de materiais.

Ficamos muito felizes de fazer parte deste grupo. Agradeço imensamente ao Senador por nos inserir neste debate. Vamos ficar à disposição para trabalhar em soluções em conjunto, junto com a Abiquim e junto com a Abiplast, para que a gente forneça soluções para os consumidores nessa cadeia que é tão importante.

Muito obrigado novamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que lhe agradeço, como agradeço a todos.

Passo a palavra, concluindo a nossa agenda, para a Embaixadora Maria Angélica Ikeda.

O SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR – Desculpa, viu, Angélica? Era Embaixadora, eu não sabia que você tinha sido promovida em dezembro, e eu chamando você de Ministra...

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA (Para expor.) – Saindo dos três minutos, eu só queria dizer, como representante do Itamaraty, que a gente sabe que os nossos cargos são completamente estranhos a todos: "Ministra, mas você não é Ministra, eu não vejo você sendo Ministra de alguma coisa". Então, o que eu queria dizer é que a gente agradece de coração quando alguém pelo menos faz o esforço de tentar nos chamar pelos títulos.

Agora sim, eu vou começar a contar aqui meus três minutos.

O Senador me deu a incumbência não fácil de cumprir de que ele pegue o segundo voo dele e ao mesmo tempo eu responda a todas as perguntas, (*Risos.*) então o que eu sugeri foi que eu agrupasse essas perguntas por temas, e a primeira coisa que eu queria dizer é que eu agradeço a todos que enviaram perguntas, porque tem sido também parte do nosso trabalho divulgar essas negociações, até para ter as opiniões de todos, então é muito importante que o cidadão brasileiro esteja envolvido. Então, como alguém que tem liderado a delegação brasileira nessa negociação já há mais de dois anos, agradeço muito o interesse de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma ordem aqui de temas gerais. Também digo que, a sessão em setembro, acho excelente a ideia, acho que é muito importante. Eu reencontrei aqui a minha família do plástico, as pessoas que eu já conhecia, mas a gente teve a oportunidade de ouvir a opinião de vocês e, inclusive, de aprender sobre novas pesquisas; então, para nós, isso é extremamente importante.

Vamos lá. Em primeiro lugar, eu vi muito as questões econômicas, por exemplo, a embalagem de um outro produto que é exportado ou a questão até da influência dos atores econômicos. Eu queria deixar muito claro aqui que, pela lógica do conceito de desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental obviamente é muito importante, mas também a questão do desenvolvimento socioeconômico.

Eu converso com a Lara, eu converso com a Paula, eu converso com o André, converso com todos os meus colegas de Governo, e eu não acho... Às vezes, eu acho que existe uma certa vilanização do que seria chamado de *lobby* de setores econômicos, mas, na verdade, eu sou, digamos assim, objeto de várias aproximações de diversos setores, inclusive do setor acadêmico. Então, eu acho que a gente pode ser um pouco mais objetivo em relação a isso, e acho que todas essas visões devem ser levadas em conta. Assim como o Senador falou, anote todas as sugestões que você receber, porque, depois, eu vou querer saber, e elas serão multissetoriais por necessidade.

Sobre questões de exportação, nós estamos absolutamente conscientes, e eu tenho tido o apoio da área econômica do Itamaraty a respeito disso, para evitar que esse acordo se transforme em porta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – ... de barreiras econômicas, por exemplo, às embalagens dos produtos agropecuários, apenas uma grandíssima e importante parcela do nosso PIB do Brasil.

Então, o que nós estamos tentando fazer, de novo, aliando o ambiental e o econômico, é, sim, precisamos de um acordo robusto e ambicioso para resolver a questão da urgência e da emergência da poluição por plásticos, mas nós não podemos fazer isso à expensa dos setores econômicos. Eu não posso ir atrás da poluição por plástico e acabar com a exportação agropecuária do Brasil. Isto não faz o menor sentido, e não tem que ser assim. Então, é isso que, no Brasil, com esse perfil complexo que nós temos, nós estamos tentando fazer.

Sobre questões... Foram muitas questões, eu vou resumir aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – Falsas soluções. Como é que nós vamos evitar as falsas soluções? O Brasil tem advogado por uma convenção dinâmica. Nós vimos aqui exemplo de pesquisa científica que está sendo feita, ou de inovação tecnológica, e isso tende a se adensar e tem se adensado na área do plástico. Então, nós queremos uma convenção que tenha órgãos, inclusive científicos, para conseguir adotar mais medidas e tomar mais decisões e não congelar esse acordo com o que a gente vai adotar possivelmente em agosto. Ele vai ser, necessariamente, um acordo dinâmico, porque é uma área muito nova em termos de conhecimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA IKEDA – Eu teria muito mais para falar. Infelizmente, só tive os cinco minutos iniciais. Eu ouvi um monte de coisas aqui que eu poderia comentar por horas, oxibiodegradáveis, vários temas, biorresina, etc., mas não tenho esse tempo. Eu fico à disposição para quem quiser conversar mais sobre esses assuntos. Nós temos aprendido muito sobre o plástico justamente pela participação e interesse de todos para aportar esse processo.

Muito obrigada, e agradeço novamente o convite.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero pedir desculpas pela limitação de tempo, mas nós não faríamos uma reunião com esta configuração, que permite a controvérsia, sem o estabelecimento de uma regra de tempo. E ainda bem que nós temos muito mais para falar, muito mais para argumentar sobre esses aspectos muito complexos do tema. Eu que peço desculpas, mas acho que o processo legislativo vai prosseguir. Ninguém se preocupe, porque nós não estamos entrando em nenhum blecaute. Agora, há um mundo que é globalizado e que está vivendo agora um terremoto na globalização. Quantas parcerias vão ser construídas a partir dessas ameaças de tarifa? Vocês imaginem o que está parafusando cada ministério das relações exteriores e de economia de cada país, procurando novas parcerias. É uma reconfiguração. Não precisa nem concretizar o tarifaço, basta anunciá-lo para saber "olha, está faltando conversar mais com outros".

Então, é dentro desse clima que eu acho que a reunião de setembro já fica aqui requerida, porque ela é uma imposição. Nós vamos ter que saber o que eles pensaram, independentemente do que venhamos a decidir nesse ínterim.

Agradeço a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar rapidamente, para não perder o segundo voo, mas me sinto recompensado pela iniciativa, graças à contribuição que todos trouxeram aqui, com muito desprendimento e conformando-se com as restrições de tempo, que não são fruto da minha vontade, mas das minhas circunstâncias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Considero encerrada a presente reunião, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e hum minuto do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Dr. Hiran, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Augusta Brito, Weverton, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 6, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 7, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 8, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 12, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública para Debater sobre a situação das comunidades brasileiras no exterior." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 10, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa Nacional n° 11, de 2025 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2025 - CRE, seja incluído o tema a respeito do recente episódio da saída do grupo de opositores venezuelanos do governo de Nicolás Maduro que estavam asilados na Embaixada da Argentina em Caracas e que foram resgatados pelo governo dos EUA." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Embaixadores que já estão aqui nominados na mesa que possam ocupar os seus lugares. Apenas peço a atenção para colocar na mesa também o Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva, porque o Senador Fernando Dueire é o seu Relator e ele vai iniciar. Os outros podem se sentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer receber a todos.

Agradeço a presença do Senador Fernando Dueire.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada e devidamente entregue a cada membro da Comissão, inclusive com os currículos preparados pelo Itamaraty de cada um, a primeira parte destina-se à apreciação da indicação de uma Embaixadora e seis Embaixadores para postos no exterior; a segunda parte destina-se à apreciação de requerimentos.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião desta Comissão, ocorrida no último dia 24 de abril.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do documento referente à atualização do Estatuto do Fórum Parlamentar Ibero-Americano.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, não havendo manifestação, no prazo de 15 dias corridos, de membro da Comissão de Relações Exteriores, o expediente será arquivado.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos. A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de urnas que estão dispostas uma na porta do plenário e outra dentro dele. A sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco – eu peço que observem esse tempo em face do número de sete sabatinas –; na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, organizados em blocos, a resposta será a todos os questionamentos do bloco, podendo haver réplica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tréplica; a votação, conforme requerimento solicitado pelo Senador Fernando Dueire, já será aberta, visto que todo mundo já recebeu o currículo de cada um dos embaixadores. Aquele que se sentir contemplado e com seu juízo formado já pode se dirigir às cabines e fazer a sua votação.

Dando início – além das boas-vindas já dadas aos primeiros indicados, a Sra. Embaixadora Maria Clara, que está aqui ao meu lado direito, o Sr. Embaixador Ricardo José, o Sr. João Mendes e o Sr. Silvio José –, vamos já, de pronto, passar a palavra ao Senador Fernando Dueire para que possa fazer a leitura do primeiro relatório, posteriormente o do Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem apenas, Presidente, com todo o respeito ao Senador Fernando Dueire, hoje houve um acontecimento que impacta a diplomacia na América Latina. Veio a notícia de que foram resgatados os venezuelanos que eram oposicionistas do Maduro, o ditador de Caracas, que estavam refugiados na embaixada argentina, mas estavam sob a proteção da bandeira brasileira. Aparentemente, foi uma operação dos Estados Unidos. Já foi feito o comunicado oficial pelo Secretário Rubio e também um agradecimento da chancelaria argentina. E nós não temos informação se houve algum envolvimento ou não do Itamaraty.

Eu confesso que espero que tenha havido. Espero que o Itamaraty, de alguma forma, tenha contribuído para que esses venezuelanos perseguidos tenham sido ajudados, auxiliados, de alguma forma, pelo Itamaraty nesse resgate e posterior asilo nos Estados Unidos.

Como nós temos um requerimento aprovado aqui, Excelência, para que possamos ouvir o Ministro Mauro Vieira sobre aquele episódio de concessão de asilo e resgate não dos oposicionistas venezuelanos, mas sim da ex-Primeira-Dama do Peru, além de vários outros assuntos, eu apresentei um requerimento solicitando apenas o aditamento daquele pedido de convite para que seja incluído, entre os assuntos para o Ministro Mauro Vieira esclarecer, esse episódio específico.

Então, eu pediria vênia a V. Exa., tendo em vista o que aconteceu hoje, porque não havia como nós fazermos isso antecipadamente, para que possamos incluir extrapauta e aprovar já nesta data, até para deixar também essa sinalização ao Ministro para que ele possa responder sobre essa questão.

Eu faço aqui um adendo no sentido de que isso até evidencia a distorção do uso do asilo, no episódio da Nadine Heredia. A Nadine Heredia, ex-Primeira-Dama lá do Peru, recebeu e foi condenada por ter recebido o suborno da Odebrecht, empreiteira brasileira, e aquela concessão de asilo e refúgio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi, com todo o respeito, um episódio vergonhoso da diplomacia presidencial brasileira. E eu faço aqui uma ressalva – diplomacia presidencial – para não confundir com o que eu considero do Itamaraty. Tenho respeito aqui aos diplomatas que serão ouvidos, tenho imenso respeito ao Itamaraty, à história do Itamaraty, mas esses episódios que vêm da diplomacia presidencial do Lula têm envergonhado o nosso país, assim como o fato agora, Senador Dueire, de ver o Presidente Lula indo a Moscou aplaudir as tropas que invadiram a Ucrânia. É uma vergonha para a nossa diplomacia presidencial. Mas eu separo bem Itamaraty de diplomacia presidencial nesse aspecto.

Agora, nós temos um contraste evidente, que é o fato de que, enquanto o Brasil concede asilo a quem recebeu propina da Odebrecht, a gente vê os Estados Unidos – e a gente reclama, às vezes, da interferência dos Estados Unidos na América Latina, e também acho que teve episódios lamentáveis no passado a esse respeito – concedendo asilo a quem merece, a perseguidos políticos lá, que estavam refugiados em Caracas.

Então, eu pediria a V. Exa. a compreensão para a inclusão desse tema na pauta.

Peço também escusas aos diplomatas por entrar nesse tema, que não tem nada a ver com a inquirição de hoje. Como disse, eu separo muito bem o que é Itamaraty do que é essa diplomacia presidencial desastrada do nosso atual Presidente, do atual Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Sergio Moro, solicito a V. Exa. que encaminhe à Mesa a solicitação do requerimento extrapauta, que nós vamos colocar para ser apreciado, como é de praxe da parte desta Presidência.

Apenas informo a V. Exa. que está confirmada a vinda do Chanceler Mauro Vieira no dia 20 deste mês, no âmbito da Comissão. Não só esse, mas outros assuntos sensíveis, com certeza, deverão ser abordados. Então, conforme eu tinha afiançado a V. Exa. que ele viria no mês de maio, está confirmada a data: no dia 20 de maio, ele estará na nossa Comissão.

Com a palavra, o Senador Fernando Dueire.

1ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad, Sra. Senadora Tereza Cristina, Sr. Senador Sergio Moro, senhores diplomatas aqui presentes, o corpo do Itamaraty, em primeiro lugar, Presidente, eu gostaria de agradecer o fato de V. Exa. me ter distinguido para esta relatoria de grande relevância para esta Casa e, sobretudo, para o país.

Bem, Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar a indicação que o Senhor Presidente da República fez do Sr. Silvio José Albuquerque e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

O indicado é graduado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985) e mestre em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas (1995). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1987, após o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr).

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata na Chancelaria, destacam-se: Primeiro-Secretário e Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (2002/06); Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Embaixada em Santiago (2006/08); Chefe da Divisão de Temas Sociais (2008/12); Cônsul-Geral no Consulado-Geral de Vancouver (2017/21); e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde 2021, exerce a honrada posição de Embaixador do Brasil junto ao Quênia e, cumulativamente, Ruanda, Uganda, Burundi e Somália; bem como Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nairóbi.

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Para além disso, possui inúmeras publicações entre artigos e livros publicados.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre Bélgica e Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata aqui presente.

O Reino da Bélgica, localizado no noroeste da Europa, ocupa a 12ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O país apresenta também elevado índice de industrialização, importando também recordar que Bruxelas é tanto a capital política do reino quanto capital administrativa da União Europeia, bem como sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

No que concerne ao comércio bilateral, a Bélgica figura entre o 20º lugar na tabela de destino das exportações brasileiras, estamos falando num montante em torno de US$3,9 bilhões, e em 27º no *ranking* das importações, com um montante próximo a US$1,8 bilhão. Segundo dados de 2024, de um lado, o mercado belga é importante para os nossos produtos, de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante como porta de acesso a outras áreas da Europa.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, vale destacar que se trata de nação autônoma, desde 1815. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas o Tribunal de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da econômica até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional.

Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US$4 trilhões em investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de uma forte migração de portugueses para a Bélgica, nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população. Outro dado digno de menção é o fato de que, desde 2017, Luxemburgo conta com um Embaixador residente no Brasil. Tendo em vista o reduzido número de missões diplomáticas ao Grão-Ducado, esse contexto indica a importância atribuída pelos luxemburgueses ao nosso país.

Portanto, Sra. Presidente, querida Senadora Tereza Cristina, por fim, tendo visto a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter do relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Era o que eu tinha a relatar. Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Fernando Dueire, pelo seu relatório.

Agora, nós vamos passar, então, à indicação do nome do Sr. Ricardo José Lustosa Leal, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste, com relatoria do Senador Sergio Moro.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Senadora Tereza Cristina, que está presidindo esta Comissão, vou ao relatório.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Ricardo José Lustosa Leal, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste.

O diplomata indicado é bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1996). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1997) e o Curso de Altos Estudos (2018), em que apresentou tese sobre o sentido geoestratégico da cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1987, após a conclusão do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto do Rio Branco.

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1993; a Primeiro-Secretário do Quadro Especial em 2006; a Conselheiro do Quadro Especial em 2011; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2019.

No Brasil e no exterior, desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Assistente e Chefe Substituto da Divisão de Programas de Promoção Comercial; Primeiro-Secretário comissionado, Conselheiro e Ministro-Conselheiro no Escritório de Representação em Ramala; Conselheiro na Embaixada no Vaticano; Conselheiro comissionado, Ministro-Conselheiro na Embaixada em Praia; Assessor Técnico do Departamento de Oriente Médio; e, desde 2021, Ministro-Conselheiro na Embaixada em Londres, com exercício junto ao representante permanente do Brasil nos organismos internacionais sediados nessa cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Timor-Leste.

O Timor-Leste é uma ex-colônia portuguesa que permaneceu sob o domínio da Indonésia entre 1975 e 1999. Após período de administração transitória da Organização das Nações Unidas, liderada pelo saudoso e também heroico brasileiro Sérgio Vieira de Mello, o Timor tornou-se independente em 2002.

Trata-se de um país insular localizado no Sudeste Asiático na parte oriental da ilha do Timor e compartilha sua única fronteira terrestre com a Indonésia.

Com uma população de cerca de 1,3 milhão de habitantes, os timorenses falam tétum e português, as duas línguas oficiais do país, mas também indonésio e inglês, consideradas línguas de trabalho.

O país ocupa a posição de número 140 (entre 189) no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No plano bilateral, a herança lusófona comum aproximou os dois países e consolidou o relacionamento baseado na solidariedade. Nesse sentido, o Timor-Leste é beneficiário de diversas iniciativas brasileiras de cooperação em áreas como educação, institucionalização dos órgãos de estado, justiça, defesa e formação profissional.

Sob a égide da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a cooperação entre os dois países tem se ampliado para outras áreas, como linguística, direito, administração pública e recursos hídricos.

A corrente de comércio bilateral totalizou US$16,5 milhões em 2023. O montante é composto inteiramente por exportações brasileiras, que são constituídas, basicamente, de carnes de aves, despojos comestíveis de carnes e carne suína.

No tocante à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 140 pessoas.

Registro aqui que, embora o Timor-Leste seja um país de dimensões pequenas, o relacionamento especial decorrente principalmente da também utilização da língua portuguesa naquele país dá ao Brasil um papel relevante em especial na comunidade internacional em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Timor-Leste, incrementando as responsabilidades da República Federativa do Brasil em relação àquele país. Daí a importância desse específico posto diplomático dentro do universo das relações internacionais que o Brasil tem com todo o mundo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro pela relatoria ora apresentada.

De pronto, a palavra ao Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Dez minutos com mais cinco de tolerância.

Com a palavra o Embaixador Silvio José.

O SR. SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Exma. Sra. Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Senador Fernando Dueire, que muito me honra por relatar a minha indicação; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é uma honra comparecer perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para ser submetido à arguição pública na condição de indicado pelo Senhor Presidente da República para o exercício do cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Bruxelas desempenha hoje um papel de relevância no cenário diplomático mundial. A cidade abriga 120 instituições internacionais, 181 embaixadas e mais de 60 mil diplomatas e funcionários internacionais, o que a torna o segundo centro mundial de relações diplomáticas.

A Bélgica realizou eleições federais, regionais e europeias em junho de 2024. No nível federal, o partido flamengo N-VA foi o vitorioso. Foram necessários mais de sete meses para que negociações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas conduzissem à formação de um novo Governo Federal, liderado pelo Primeiro-Ministro Bart De Wever.

Dentre dos desafios do Governo estão a retomada do crescimento econômico, a definição de uma política de defesa coerente com um novo momento geopolítico europeu e mundial e a garantia da sobrevivência dos pilares da sociedade de bem-estar social erguida depois da Segunda Guerra Mundial.

Por sua vez, Luxemburgo é um país conhecido pela estabilidade política, uma forte economia, uma sociedade multicultural e um elevado padrão de vida da população. O Governo é liderado, desde novembro de 2023, pelo Primeiro-Ministro Luc Frieden.

O acompanhamento dos assuntos afetos à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sediada em Bruxelas, integra também as atribuições da embaixada, respeitada a condição do Brasil de estado não membro da organização. Os temas da Otan merecerão ser acompanhados de perto por seus impactos sobre a segurança internacional, e este é um momento extremamente desafiador para a Aliança Transatlântica, que convive com a imprevisibilidade quanto aos compromissos dos Estados Unidos, o fator Rússia, a ascensão da China e possíveis divisões internas.

O guarda-chuvas que ofereceu garantias à segurança europeia por 80 anos dependeu sempre da hegemonia militar e do protagonismo dos Estados Unidos no seio da Otan. Essa lógica foi rompida no início de 2025, com repercussões ainda difíceis de estimar, que ultrapassam o plano da Aliança Transatlântica.

Este é o pano de fundo de que me valho para de forma sintética tratar os eixos centrais da futura atuação da Embaixada do Brasil, em continuação à gestão exitosa do atual chefe da missão, o Embaixador João Mendes Pereira.

A linha de atuação que tenciono implementar no relacionamento bilateral estará fundamentada em três pilares, dentro de um conjunto de prioridades mais amplas explicitadas no planejamento estratégico: em primeiro lugar, a diplomacia econômico-comercial; o segundo pilar, a dinamização dos investimentos; e o terceiro pilar, o diálogo político sobre temas multilaterais.

Diplomacia econômico-comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O complexo portuário que abarca os Portos de Antuérpia e Bruges é um dos mais importantes do mundo em termos de movimentação de carga e logística. A localização estratégica da Bélgica, um país vocacionado para o comércio exterior, e a moderna rede intermodal de transportes entre os principais portos belgas e o resto da Europa fazem com que várias empresas brasileiras elejam o país como centro de distribuição dos seus produtos no mercado europeu.

Uma das metas inafastáveis da gestão que tenciono implementar é a dinamização e o fortalecimento da atuação no setor de promoção comercial, explorando as vantagens decorrentes da complementaridade entre as duas economias. Um desafio que precisaremos enfrentar será a promoção de estratégias inovadoras, de diversificação da nossa pauta exportadora, agregando à presença de produtos já tradicionais outros de maior conteúdo tecnológico e valor agregado.

A embaixada desempenhará um papel importante no diálogo diplomático visando à aprovação parlamentar e a ratificação do acordo de parceria Mercosul-União Europeia pelo Estado belga e por Luxemburgo. Neste exato momento, as tratativas para a aprovação do acordo estão em nível europeu. É forte a tendência de que a Comissão Europeia opte por dividi-lo em dois, um de natureza política e outro de natureza comercial, para acelerar a ratificação. Isso ocorrendo, uma vez alcançada a aprovação qualificada pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu, a dimensão comercial do acordo não precisaria ser submetida à aprovação dos Parlamentos nacionais. Por sua vez, a implementação do acordo político mais amplo entre os dois blocos exigirá a aprovação dos órgãos competentes europeus e dos Parlamentos nacionais dos 27 estados-membros da União Europeia, um processo muito mais longo.

Com relação ao Grão-Ducado de Luxemburgo, tenciono fortalecer a atuação da embaixada na colaboração com os setores público e privado brasileiros e luxemburgueses, nos campos das finanças, da tecnologia, da indústria e da logística. A embaixada deverá estreitar os canais institucionais de interlocução com o próspero ecossistema *fintech* de Luxemburgo, que já colabora com *startups* bancárias e financeiras digitais brasileiras.

Segundo eixo prioritário, dinamização dos investimentos.

A Bélgica é um dos maiores investidores no Brasil. Quero fazer referência a uma importante missão empresarial belga que visitou o Brasil em novembro do ano passado e identificou setores específicos de potencial interesse na ampliação dos investimentos. Tenho como meta mobilizar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores esforços da embaixada na identificação de parcerias binacionais nos setores químico, agrícola, alimentício, aeronáutico, portuário, de energia, logística, infraestrutura, entre outros.

Luxemburgo, por sua vez, é o 13º maior investidor no Brasil. É um importante centro para fluxo de capital brasileiro na Europa devido às suas regulamentações financeiras favoráveis aos negócios e forte ecossistema de investimentos. É o segundo maior *hub* de fundos de investimentos do mundo. O BTG, o Itaú, o Bradesco, o Santander e outras entidades bancárias e financeiras brasileiras que atuam no país terão, na Embaixada do Brasil, interlocutores absolutamente comprometidos com a solidez e a expansão de suas operações em Luxemburgo.

Por último, o diálogo político com foco nas questões ambientais e climáticas, a diplomacia da Bélgica foi sempre marcada pelo comprometimento com o multilateralismo, a defesa da democracia, o desenvolvimento sustentável e a integração europeia. Por anos, a política externa da Bélgica seguiu um caminho bem trilhado: engajamento profundo na União Europeia, participação ativa em instituições internacionais e o uso do *soft power,* mas o mundo está mudando, e a Bélgica também.

A agenda de política externa do novo Governo belga reflete preocupações domésticas e globais urgentes, centradas em três áreas principais: controle de migração, segurança energética e gastos com defesa. Tudo leva a crer que continuaremos a ter na Bélgica um parceiro na defesa de um sistema multilateral forte, liderado pelas Nações Unidas, mas composto também por coalizões entre países movidos por interesses comuns. Este é o caso do tema das mudanças climáticas, tanto a Bélgica quanto Luxemburgo reconhecem o papel de liderança do Brasil. Nosso diálogo bilateral tem sido convergente em pontos essenciais da agenda de transição climática e, na COP 30, a Bélgica e Luxemburgo serão aliados muito importantes nos grandes desafios da conferência: assegurar que o multilateralismo e a cooperação internacional continuem a ditar a resposta global à mudança do clima.

Em conclusão, a Bélgica e Luxemburgo desempenham papéis importantes no cenário diplomático brasileiro por meio de sólidas e históricas relações comerciais em setores tradicionais e inovadores e de investimentos estratégicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA – Caso aprovado por esta nobre Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, intenciono liderar minha equipe na busca da ampliação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos belgas e luxemburgueses no Brasil, do adensamento dos mecanismos formais de diálogo, da ampliação do conhecimento sobre a realidade econômica e produtiva brasileira e da dinamização da presença de nossos produtos e serviços e da nossa cultura nos dois países.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Silvio José.

Vamos para o item 6.

1ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Solicito à Senadora Tereza Cristina que possa fazer a gentileza de ler, como Relatora *ad hoc,* o relatório que era para ser lido pelo Senador Carlos Viana que está ocupado em outra Comissão.

Passo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigado, Presidente e Senador Nelsinho.

O Presidente da República indicou o nome de Bernard Jorg Leopold de García Klingl, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

De acordo com o art. 52, inciso IV da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por votos secretos sobre a matéria.

Para tanto, e, em atendimento ao disposto ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Itamaraty elaborou o currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

O indicado é Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA, de Minas Gerais, e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou na carreira diplomática em 1996, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2010 e a Ministro de Segunda Classe em 2015, ambas as promoções por merecimento. Ascendeu ao cargo de Ministro de Primeira Classe em 2024, igualmente por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado ao longo de sua carreira, destacam-se a atuação na missão diplomática brasileira junto à União Europeia entre 2006 e 2009, a de Assessor Especial da Presidência da República entre 2011 e 2015, a de Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Berlim entre 2016 e 2022 e, desde 2022, a de Embaixador do Brasil em Minsk, Bielorrússia.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a República do Azerbaijão, que contém dados básicos do país, informações de suas políticas interna e externa, bem como elementos acerca das relações bilaterais com o Brasil.

O Azerbaijão, uma República presidencialista de 10 milhões de habitantes, localizada no Cáucaso, às margens do Mar Cáspio, destaca-se por possuir amplas fontes de recursos energéticos, apresentando bom desempenho no mercado de petróleo, gás e derivados.

Outro aspecto relevante da geografia do país é sua posição estratégica, entre a Ásia Ocidental e Europa Oriental, constituindo fronteiras com países que atualmente experimentam questões sensíveis em relação à segurança, como Rússia, Irã, Armênia e Turquia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a localização geográfica posiciona o Azerbaijão como importante ponto de conexão dos corredores de transporte internacional entre a China, o Oriente Médio e a Europa.

O Azerbaijão também é marcado por tensões étnicas. O conflito étnico-territorial com a Armênia pela região do Nagorno-Karabakh, território habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano, constitui o principal eixo da política externa do país. Esse conflito, iniciado em 1991 e que hoje se encontra em cessar-fogo, gerou dezenas de milhares de mortos e mais de 1 milhão de refugiados.

O Brasil mantém posição histórica de apoio à integridade territorial do Azerbaijão e à solução pacífica do conflito; nesse sentido, o Brasil tem apoiado esforços internacionais para mediação do conflito, como a desenvolvida na Europa pelo Grupo de Minsk.

No entanto, a política externa do Azerbaijão também se destaca pela busca de relações bilaterais diversificadas e inserção no plano da diplomacia multilateral. Nesse sentido, o país, apesar de manter boas relações com a Rússia, busca se aproximar dos países ocidentais, afirmando-se como um parceiro confiável para a segurança energética da União Europeia.

Na busca pelo multilateralismo, merece destaque o fato de que a capital do Azerbaijão, Baku, sediou, em 2024, a 29ª edição da Conferência das Partes (COP 29), reunião no âmbito das Nações Unidas para discutir ações sobre mudanças climáticas.

O Brasil, que sediará a COP 30 em 2025, assumiu relevante papel no evento em Baku, na função de apoiador formal na construção de consensos e no pacote final de negociações, em modalidade inédita de contribuição diplomática nas cúpulas de clima.

No que tange às relações diplomáticas entre o Brasil e o Azerbaijão, que perpassam por mais de três décadas, o tradicional apoio brasileiro à integridade territorial do país continua a ser importante ativo no quadro do relacionamento bilateral, em razão da centralidade, para a política desse país, do conflito com a Armênia. Essa boa relação foi intensificada em 2024, ocasião da visita a Baku do Sr. Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, na qualidade de chefe da delegação do Brasil na COP 29, fato que constituiu a visita da mais alta autoridade brasileira ao Azerbaijão desde o estabelecimento das relações bilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomacia parlamentar tem, igualmente, lugar excepcional no relacionamento bilateral entre os dois países, com a realização de visitas regulares, desde 2020, de Parlamentares brasileiros para acompanhar os eventos políticos do Azerbaijão. Em fevereiro de 2024, esse Relator – Senador Carlos Viana – e o Senador Nelsinho Trad, que preside o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal, realizaram, a convite do Parlamento azerbaijano, missão de observação das eleições presidenciais do país, cuja organização e transparência foram por nós atestadas.

O comércio bilateral, apesar de não apresentar grande destaque, é amplamente favorável ao Brasil, que em 2023 registrou US$158 milhões em produtos comercializados. Os produtos exportados ao Azerbaijão compõem-se desde açúcar e carne bovina e suína congelada até itens de alto valor agregado, como metais ferrosos, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos e cosméticos. Essa diversidade reflete o amplo espectro de produtos brasileiros exportados para o Azerbaijão, evidenciando o potencial do país do Cáucaso como um mercado consumidor de maior relevância para o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito bem. Pode aplaudir? (*Palmas.*)

Pode aplaudir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Deve.

Agradeço a leitura, como Relatora *ad hoc*, da nobre Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente desta Comissão.

O Senador Esperidião Amin pede pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, só para complementar. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo apenas complementar o que o Senador Sergio Moro já trouxe aqui num requerimento, o qual eu assinei também, que solicita que, quando da vinda do Ministro das Relações Exteriores, se inclua como um dos itens... Eu estou ratificando o que o Senador Sergio Moro já falou. Que nós tenhamos a oportunidade de ouvir do Ministro das Relações Exteriores um esclarecimento sobre esse ocorrido ontem, que foi objeto de um comunicado oficial da Presidência da República da Argentina sobre... Eu não sei como é que eu chamo. Evasão?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Resgate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Resgate do soldado Ryan, aquele.

O resgate dos quatro prisioneiros políticos que estavam na Embaixada da Argentina, sob a guarda – é assim que se chama? –, sob a tutela do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Proteção. Sob a proteção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sob a proteção ou tutela do Brasil na Venezuela.

Isso é um assunto complexo, nós sabemos. Mas eu confesso a vocês que, respeitando todos os preceitos diplomáticos, eu acordei pensando em Nápoles e Palermo. Nápoles por ser a origem dos Mandetta – não é verdade? –, que são o seu lado materno. E na entrada da sua terra materna está escrito: *ca' nisciuno e' fesso*. O que quer dizer isso? "Aqui não tem otário". E, do outro lado do estreito, temos Palermo.

Sinceramente, ou o Brasil se descuidou – e aí nós queremos ouvir –, ou o Brasil ajudou. Se ajudou, eu particularmente vou dar alvíssaras, porque será uma posição que nos conforta, nós que não nos conformamos com os arbítrios constantes, com as arbitrariedades que escutamos a respeito do que tem acontecido na Venezuela, particularmente com a Sra. María Corina e esses seus quatro colaboradores.

Então, só quero dizer que subscrevi o pedido e respeitosamente peço que o Itamaraty nos esclareça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aos Embaixadores quero desejar sucesso, parabenizar mais uma vez a minha querida Senadora Tereza Cristina, e advertir ao Sr. Silvio José Albuquerque e Silva que Santa Catarina hoje tem o controle absoluto da população luxemburguesa no Brasil.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – É mesmo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem mais de 20 mil, eu estou meio desatualizado. Se a população de Luxemburgo é o quê...? São 600 mil habitantes, por aí, não é?

O SR. SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA (*Fora do microfone*.) – São 680 mil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quanto?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – São 680 mil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se são 680 mil, eu quero dizer que mais de 5% dessa população existe em Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Ricardo José para fazer a sua explanação, ao tempo de dez minutos.

O SR. RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL (Para expor.) – Muito bem.

Bom dia a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Sergio Moro, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, meus colegas, senhoras e senhores, agradeço inicialmente – pela honrosa indicação ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira. Agradeço, ainda, pelo apoio na preparação desta sabatina a meus colegas aqui em Brasília e em Díli, capital do Timor-Leste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o relatório que ouvimos há pouco do Senador Sergio Moro já constitui melhor embasamento para considerar as relações bilaterais. Eu vou apenas aduzir alguns elementos de contextualização para chegar ao que vem dando sentido à presença brasileira em Timor e a desdobramentos possíveis, o que me competirá a seguir se vier a merecer a aprovação desta Casa.

Se olharmos no atlas, veremos um país de território exíguo, menor em área do que Sergipe, com população na casa de 1,3 milhão de pessoas na parte oriental da ilha de Timor, sudeste da Ásia. No país há uma democracia estável, com república semipresidencialista e as últimas eleições gerais tendo ocorrido em 2023, resultando em Governo com ampla sustentação parlamentar. Faz fronteira com a Indonésia na parte ocidental da ilha, e com a Austrália tem fronteira marítima. De uma costa a outra, são 610km somente, de Timor-Leste à Austrália.

A localização geográfica está longe de ser determinante exclusiva de relações internacionais, mas é incontornável. No caso de Timor, ela ajuda a enquadrar duas prioridades que, já neste ano ou em 2026, podem vir a fazer grande diferença na sua política externa, contribuindo para seu desenvolvimento e reconfigurando as já muito boas relações que mantêm com seus vizinhos, a Austrália e a Indonésia. Uma é o desenvolvimento do campo de petróleo e gás *offshore* Greater Sunrise, que tem interessado a operadora australiana Woodside Energy e sustenta a hipótese de um reforço de parceria com a Austrália. É fácil perceber a importância geopolítica dessa hipótese. A outra prioridade timorense é a entrada na Associação de Nações do Sudeste Asiático, a Asean. O pleito timorense conta com o apoio ativo da Indonésia, que tem com seu vizinho fortes laços históricos, culturais e econômicos.

A capacidade timorense de valorizar a paz com a antiga potência ocupante foi, aliás, elogiada pelo Papa Francisco em sua visita a Díli ano passado.

Sobre a Asean, voltarei ao final desta apresentação.

Queria agora apontar uma determinante de outra natureza, que é a herança lusófona. Os contornos comuns ao Brasil e ao Timor-Leste decorrência dessa herança, não apenas a língua portuguesa, mas uma cultura marcada pelo cristianismo, uma tradição jurídica que não é da *common law*, mas é latina, esses contornos singularizam os timorenses na sua região sem isolá-los, mas vincando um contraste regionalmente. Também criam uma grande afinidade com o Brasil, manifesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

politicamente na convergência em fóruns multilaterais ou em sinalizações, como a recente visita do Presidente Ramos-Horta ao Brasil, em 2023, para cerimônias de posse em 1º de janeiro daquele ano.

A lusofonia está na base do relacionamento bilateral desde antes mesmo da abertura da embaixada em Díli, em 2002, quando o Timor viu reconhecida sua independência. Esse reconhecimento coroou um processo político bem arquitetado após o término da ocupação indonésia em 1999. Timor Leste chegou a esse reconhecimento graças à tenacidade com que defendeu a sua causa, mas também ao apoio da comunidade internacional, com Brasil incluído. Naquele contexto do pós-descolonização, pós-revolução dos escravos e tudo que resultou daí, o espaço da lusofonia já constituía um dos lugares privilegiados desse apoio internacional à causa timorense. Em 1996, se constituiu a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tão cara a um ex-Presidente desta Comissão e Presidente da República, José Sarney.

Junto com Portugal, os países africanos de língua portuguesa eram amplamente favoráveis à causa timorense, e o Brasil sinalizou a sua convergência participando da Força de Paz da ONU, que atuou, entre 1999 e 2000, no início do Governo transicional em Timor, conduzido pelo grande brasileiro Sérgio Vieira de Mello, como recordou o Senador Sergio Moro. Tudo isso abriu condições para que, já em 2002, nos fosse possível firmar com o Timor-Leste acordos básicos de cooperação técnica e educacional, dois acordos que passaram a nortear o engajamento brasileiro, até hoje, na estruturação, a partir do zero, de um Estado nacional de direito.

Nesse último período, de vinte anos para cá, vinte e poucos anos desde a independência, há mais de 80 projetos de cooperação com o Timor. O que se desenha são estas duas linhas de atuação que se entrelaçam: a manutenção do português como língua viva e a solidificação de instituições de Estado na moldura do direito romano. Sobre a língua portuguesa, o Brasil pode se orgulhar de vir contribuindo para sua revitalização. O que eu acentuaria é que cumpre desdobrar os programas bem-sucedidos até agora, a formação de docentes, por exemplo, ou o que vem consolidando o curso de mestrado em educação. Sempre, no campo da educação, caberá sustentar programas de participação de estudantes timorenses mediante bolsas em universidades brasileiras.

Caso mereça a honrosa aprovação desta Comissão, desta Casa, eu buscaria ainda avançar em outras iniciativas que contemplem a difusão da língua portuguesa, associada à cultura brasileira, inclusive por meio de cinema ou música.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando agora à outra vereda, ou seja, àquela que viabiliza cooperação no reforço de instituições de Estado na moldura do direito romano, menciono aqui o fortalecimento do setor de justiça de Timor-Leste, em especial a estruturação de Defensoria Pública, que eu me empenharia em apoiar.

Conexo a este campo do fortalecimento de práticas e instituições necessárias a um Estado democrático de direito, recordo que Brasil e Timor-Leste mantêm, há mais de 20 anos, cooperação em defesa e segurança. É uma cooperação que remonta ao período de Sérgio Vieira de Mello, em que o Brasil participou da missão de paz a que me referi, a Interfet. Neste terreno, é possível contemplar cenários de adensamento da cooperação na área de inteligência, além do apoio, no que for cabível, ao exitoso Programa de Assessores Militares, da Marinha e do Exército Brasileiro, em Timor-Leste, há muitos anos em vigor.

Sr. Presidente, não poderia deixar de me referir aqui à importância da assistência consular à pequena comunidade brasileira em Timor-Leste. Sendo aprovado por V. Exas., manteria a necessária atenção a esta vertente, em 2026, inclusive atuando para viabilizar ali aos cidadãos brasileiros o pleno exercício dos seus direitos de obrigações eleitorais.

Gostaria, por fim, de voltar à questão da entrada de Timor-Leste na Asean. Mesmo que esse acesso não tenha impacto econômico imediato, ele previsivelmente trará, sim, adiante, investimentos, aumentará fluxos turísticos e inscreverá o país em moldura geopolítica valorizada não apenas por seus vizinhos asiáticos, mas de um modo geral. Não por acaso, basta lembrar, do nosso ângulo brasileiro, que a Asean representa, como bloco, nada menos que nosso terceiro maior parceiro, atrás da China e dos Estados Unidos. Recentemente, aliás, se constituiu na Câmara, aqui, no Congresso, nesta Casa, a Frente Parlamentar Brasil-Asean, em decorrência do alcance do nosso relacionamento com o bloco.

Sabemos que, no caso de Timor, os nossos interesses econômico-comerciais são modestos hoje: exportações na casa dos 21,8 milhões em 2024, um pouco além dos dezesseis e pouco que o Senador Sergio Moro mencionou, de 2023, sobretudo carnes e derivados, e saldo comercial inteiramente a favor do Brasil. A entrada na Asean abre, porém, hipóteses de trabalho em novos cenários se conseguirmos, nos próximos anos, estender ali nossas redes de confiança e estivermos atentos a cenários que emerjam nas áreas de turismo, serviços, energia – lembremos do campo *offshore* e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de transição energética também – e infraestrutura. Essas redes se beneficiariam da cooperação nos últimos anos e nos permitiriam ir além.

Finalizo constatando que a aposta brasileira na relação com o Timor-Leste é, portanto, de longo prazo, inscrita em quadro geopolítico bem mais amplo e em reconfiguração. Contar, no espaço da Asean, com a amizade de um país que compartilha a herança lusófona e, portanto, o direito romano tem um sentido simbólico, até afetivo, e um grande potencial de desdobramento em novas agendas construtivas concretamente, para as quais espero poder contribuir se vier a merecer a aprovação de V. Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Ricardo José.

De pronto, vamos passar a palavra ao Senador Jaques Wagner, que vai relatar a indicação da Sra. Maria Clara de Abreu Rada, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Posteriormente, será o Senador Chico Rodrigues, que também já está presente, que vai relatar o Embaixador Júlio Cesar Fontes Laranjeira.

Antes de passar a palavra ao Senador Jaques Wagner, faço apenas uma constatação da parte da Presidência desta Comissão. A Embaixadora, a Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata Maria Clara de Abreu Rada, é a primeira mulher Ministra de Primeira Classe nascida em Brasília. Então, candanga de carteirinha com esse honroso cargo. É muito satisfatório para nós registrarmos isso aí.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Cumprimento V. Exa., Presidente Nelsinho Trad, e todos os senhores e senhoras diplomatas que aqui estão para ser sabatinados e indicados para as suas missões.

Coube-me relatar a indicação da Ministra Maria Clara de Abreu Rada. Eu soube até que a senhora tem ascendência albanesa, é isso? Então, vai para pertinho da casa dos ancestrais, dos antepassados.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do nome da Sra. Maria Clara de Abreu Rada, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Em consonância com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nascida em 1966, como disse o Senador Nelsinho Trad, em Brasília, a indicada graduou-se, em 1987, pela Universidade de Brasília, em Ciências Econômicas. No Instituto Rio Branco, desde 1995, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 2005; e o Curso de Altos Estudos, em 2014, com a tese intitulada "A Reforma da Chancelaria Brasileira no Período Lula e Dilma: a transformação dos meios para a execução da política externa".

Nomeada Terceira-Secretária em 1996, tornou-se Segunda-Secretária em 2002. Sempre por merecimento, progrediu na carreira, chegando à Primeira-Secretária em 2006; a Conselheira em 2009; a Ministra de Segunda Classe em 2018; e a Ministra de Primeira Classe em 2022.

No exterior, desempenhou diversas funções, como: Terceira e Segunda-Secretária na Embaixada em Tóquio, de 2000 a 2003; Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Buenos Aires, de 2003 a 2006; Conselheira Chefe do Setor de Promoção Comercial, na Embaixada de Budapeste, de 2014 a 2018; Ministra-Conselheira na Embaixada em Tirana, de 2018 a 2021.

No Itamaraty, foi Assistente da Assessoria de Relações com o Congresso, de 1997 a 2000; Assessora Técnica do Departamento Cultural, de 2006 a 2009; Coordenadora e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, de 2009 a 2013; e Diretora do Departamento de Tecnologia e Gestão de Informação, desde 2021.

Também com o fim de atender às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Sérvia e Montenegro, do qual extraímos as informações que se seguem.

A Sérvia é uma democracia parlamentarista com 6,6 milhões de habitantes, cuja população é majoritariamente cristã ortodoxa (85%). Belgrado, sua capital, também era a capital da antiga ex-Iugoslávia. O Brasil, durante o processo de dissolução da ex-Iugoslávia, sempre manteve posicionamento ponderado, o que aproxima os dois países em suas relações bilaterais.

Mantivemos aberta a Embaixada em Belgrado durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte em 1999; e fomos favoráveis à integridade territorial da Sérvia, conforme a Resolução nº 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não reconhecendo Kosovo como independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas relações comerciais, o Brasil registra superávit estrutural com a Sérvia, para quem exportamos, em 2024, sobretudo carne bovina (37%), café (29%), máquinas não-elétricas (7,6%); enquanto importamos tubos, canos e mangueiras (20%), autopeças (13%), pneus (9,1%).

Contudo, informa o documento do Itamaraty que as carnes estão sendo dirigidas para a região de Kosovo e que a Sérvia tem proibido as importações brasileiras desse produto.

Igualmente, cumpre mencionar que a Embraer tem vendido jatos à Sérvia nos últimos anos, pretendendo ampliar esse mercado.

Além disso, há boas perspectivas no avanço em cooperação nas áreas de esportes, defesa, cultura e educação. Carece, contudo, de acordos de cooperação na área penal, o que dificulta o cumprimento de solicitação de investigações e extradição.

A política exterior sérvia se apoia na priorização de relacionamentos com União Europeia, Rússia, China e Estados Unidos. Com a União Europeia, sua pretensão é se tornar membro permanente; com a Rússia, compartilha laços étnicos e culturais, mas condenou a agressão à Ucrânia, em atenção à orientação europeia; no entanto, não ao ponto de intervir com apoio bélico ou sanções unilaterais. Com a China, mantém intensa e progressiva cooperação comercial; e, por fim, procura manter bom relacionamento com os Estados Unidos, compartilhando certos posicionamentos da Otan e em busca de apoio para manter Kosovo sob sua administração.

Montenegro realizou referendo sobre sua independência da Sérvia, aprovada por 55,5% dos eleitores, e, desde 3 de junho de 2006, é formalmente reconhecida. O Brasil prontamente reconheceu a independência de Montenegro, em 14 de junho de 2006, e estabeleceu relações diplomáticas em 20 de outubro do mesmo ano, sendo a Embaixada do Brasil em Belgrado a responsável para cumular a representação, inclusive para temas consulares.

Desde sua independência, Montenegro reorientou sua política externa, buscando sua integração ao bloco europeu e distanciando-se de Moscou e de Belgrado. Em 2017, ingressou na Otan e é candidata à adesão à União Europeia, desde 2008.

Desde 2020, contudo, tem se reaproximado da Sérvia, tendo aderido à iniciativa de cooperação dos “Open Balkans”, lançada pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundar a integração dos países da região. Cuida-se de tentativa da Sérvia de expandir a sua influência na região.

Quanto à agenda comercial bilateral, as carnes, o café e o açúcar, totalizam 19,8 milhões de euros e representaram 90,7% do total das exportações brasileiras naquele país, naturalmente.

A comunidade brasileira na Sérvia e em Montenegro é estimada em cerca de 400 e 100 brasileiros... Não entendi. Sim, porque são os dois: 400 na Sérvia e 100 em Montenegro, embora esses dados possam estar subestimados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório e muito menos a indicação do voto, já que o voto é secreto. Então, não há propositura do voto.

De qualquer forma, eu quero parabenizá-la e desejar que V. Exa. tenha um trabalho profícuo na aproximação cultural.

Por acaso, tenho uma curiosidade: quando trabalhei, na Bahia, no polo petroquímico de Camaçari, eu trabalhava na área de manutenção, e a secretária principal do engenheiro-chefe da manutenção era a D. Meire, que era albanesa, nascida lá, com quem eu tive uma relação muito profunda, não só profissional, como acabamos virando amigos. Então, era só para registrar esse quesito perante a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Jaques Wagner.

De pronto, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, para poder fazer a leitura do relatório do Embaixador, Ministro de Segunda classe, Júlio Cesar Fontes Laranjeira, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Brasil na República de Belarus.

Com a palavra, Senador Chico Rodrigues.

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, Srs. Embaixadores, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, eu vou ao relatório, designado que fui por V. Exa. para relatar a indicação do Sr. Júlio Cesar Fontes Laranjeira.

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Júlio Cesar Fontes Laranjeira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Sendo assim, e atendendo ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata. O indicado concluiu o curso de Direito na Universidade de Brasília, em 1984. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1986); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1998); e o Curso de Altos Estudos em 2011, ocasião em que apresentou a tese “As negociações sobre munições agregadas no âmbito das Nações Unidas e a chamada diplomacia paralela (Processo de Oslo): foros complementares ou antagônicos?”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2000, a Conselheiro em 2006 e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

O currículo enviado pelo Itamaraty dá notícia de que o Sr. Júlio Laranjeira serviu, entre outros, como Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (1994-97); como Conselheiro na Representação junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra (2007-10), e na Embaixada em Camberra (2010-13); e como Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Milão (2016-21) e no Consulado-Geral de Vancouver (2021 até o momento).

Ainda em atenção às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República da Belarus. Há informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa e economia.

A República da Belarus está localizada na Europa Oriental e faz fronteira com Rússia, Ucrânia, Polônia, Lituânia e Letônia. Conta com uma população de 9,85 milhões pessoas. Esse contingente humano compartilha dois idiomas oficiais: o bielorrusso e o russo. O país possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,823 (53ª posição).

Essa ex-república soviética, que não tem saída para o mar, tem aproximadamente 40% do seu território coberto por florestas. Na esfera econômica, sobressaem-se a agricultura e a indústria manufatureira. Há, ainda, forte presença na produção de insumos para o setor agrícola, com destaque para fertilizantes potássicos.

Em relação ao sistema político bielorrusso, ele é extremamente centralizado, tendo o Presidente a prerrogativa de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, bem como de dissolver o Congresso e designar os Governadores das províncias.

O Legislativo, por sua vez, caracteriza-se como órgão de legitimação dos projetos do Executivo. Desde 1994, Alexander Lukashenko tem sido seu Presidente, após sucessivas vitórias eleitorais: foi reeleito em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992. A Embaixada de Belarus em Brasília, no entanto, só foi aberta em 2010, e a brasileira, em Minsk, apenas no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte. Entre as visitas bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do Presidente Lukashenko, em 2010.

O comércio bilateral apresenta expressivo déficit para o lado brasileiro. Importamos, sobretudo, grandes quantidades de adubos, fertilizantes químicos e inseticidas, ao passo que exportamos, de modo destacado, amendoins e elementos químicos.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Belarus na América Latina. Ainda no campo do intercâmbio comercial, chama atenção a venda de aeronaves da Embraer para a Belavia, empresa aérea bielorrussa. A empresa brasileira, no entanto, suspendeu o fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico aos seus clientes afetados pelas sanções impostas pela comunidade internacional à Rússia, mas também à Belarus, por conta da invasão da Ucrânia.

As informações não noticiam o tamanho da comunidade brasileira no país. De toda maneira, nossos nacionais são atendidos pelo setor consular da Embaixada, aberto em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório. Por isso, definimos, na sua conclusão, Sra. Presidente, que tem importância estratégica para o Brasil a indicação e a nomeação do Ministro Júlio Cesar Fontes Laranjeira.

Era este o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Agora eu chamo o Senador Astronauta Marcos Pontes para ler o relatório para indicação do nome do Sr. João Mendes Peres, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação.

Senador Astronauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia!

Bom dia a todos.

Parabéns pelas indicações! Foi muito bom conversar ontem também.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. João Mendes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, segundo o art. 52, inciso IV. Para tanto, observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, em 1987.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1991, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1996; a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2010; e a Ministro de Primeira Classe em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2005, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada, abro aspas, "A iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul", fecho aspas.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 2004 a 2007; Chefe da Divisão de Integração Regional, de 2007 a 2009; Chefe da Divisão Econômica da América do Sul, de 2009 a 2010; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, de 2010 a 2012; Diretor do Departamento da Associação Latino-Americana de Integração e Integração Econômica Regional, de 2012 a 2016; Chefe de Cerimonial, de 2016 a 2018; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Miami, de 2018 a 2022; e Embaixador do Brasil em Bruxelas, desde 2022.

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Entre elas, sobressai a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que reflete os excelentes serviços prestados pelo indicado para a diplomacia e as relações internacionais brasileiras.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Panamá, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Panamá está situado no ponto mais estreito da parte continental da América Central, no istmo que se estende até a América do Sul.

O país é dividido ao meio pelo Canal do Panamá, que liga os Oceanos Atlântico e Pacífico. Cerca de 14 mil embarcações – 5% do comércio marítimo mundial – cruzam os 82km do canal por ano.

A economia do país está baseada nas atividades financeiras, nas rendas obtidas com a zona de livre-comércio de Colón, na exploração do canal e no registro de navios mercantes.

Nos últimos anos, o Panamá tem se destacado pela atratividade de investimentos, impulsionada pela reduzida carga tributária, que corresponde a 12,7% do seu PIB. No entanto, o país enfrenta desafios para manter o ritmo de investimentos, em razão da desaceleração do crescimento econômico e do aumento da dívida pública e do desemprego.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1904, data do reconhecimento pelo Governo brasileiro da independência do Panamá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1907, ocorre a entrega de credenciais ao governo panamenho pelo primeiro representante brasileiro, então residente em Havana.

No ano seguinte, é nomeado o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, o Sr. Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.

O relacionamento bilateral, apesar de tradicionalmente amistoso, só adquiriu maior projeção no romper deste século, com as visitas oficiais da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, e do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá, em 2002. Desde então, têm sido frequentes encontros presidenciais, bem como de autoridades de elevado escalão de ambas as partes.

Esse cenário tende a se ampliar, à vista da circunstância de o Panamá possuir economia cada vez mais dinâmica, além de ser base logística de comércio e serviços.

Além disso, desde a posse, o Presidente panamenho José Raúl Mulino tem manifestado interesse em aproximar-se do Mercosul, sendo o Panamá o primeiro país centro-americano a vincular-se ao organismo na condição de Estado associado.

No tocante ao comércio bilateral, ele oscila entre crescimento e retração, mas é historicamente superavitário em relação ao Brasil. Do total de US$934,1 milhões apurados em 2024, as exportações brasileiras respondem por cerca de 98% desse valor. Em termos proporcionais, trata-se de um dos maiores superávits da balança comercial brasileira.

Nossa pauta exportadora é composta sobretudo por óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos; produtos da indústria de transformação e medicamentos, incluindo veterinário. Importamos principalmente resíduos metálicos, que correspondem a 51% do valor total da pauta exportadora panamenha ao Brasil.

Em relação aos assuntos consulares, conforme estatísticas do Serviço Nacional de Migrações, o Brasil ocupou o 15º lugar entre os países com mais nacionais que atravessam irregularmente a floresta do Estreito de Darién em 2024. Autoridades panamenhas relatam que, no ano passado, 1.075 cidadãos brasileiros se encontraram nessa situação, sendo, em sua maioria, filhos de haitianos nascidos em território brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter do relatório, não cabendo aduzir outras considerações.

Eu gostaria também aqui de anunciar também os elogios e o referendado pelo Senador Eduardo Girão ao nosso indicado: parabéns! Espero que tenha muito sucesso lá no posto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Como o Senador Hamilton Mourão já aqui se encontra, nós vamos propor a leitura do relatório da indicação do Sr. Pablo Duarte Cardoso, que, com isso, finalizam os sete relatórios, e a gente otimiza no tempo, para depois passar a palavra àqueles que já foram relatados.

1ª PARTE

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra ao Senador Mourão, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia, Sras. e Srs. Embaixadores. Bom dia às colegas e aos colegas aqui presentes.

Vem a esta Casa Legislativa, para ser deliberada, a indicação do Sr. Pablo Duarte Cardoso, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

O diplomata em apreço bacharelou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1998 e ingressou na carreira diplomática no ano 2000, tendo feito todos os cursos necessários à sua progressão.

Tornou-se Ministro de Segunda Classe no ano de 2018.

Destaco a sua atuação como Chefe Substituto e Chefe da Divisão da Europa II, entre 2011 e 2014; como Diretor de Assuntos Internacionais e Estratégicos, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 2017; e como assessor no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2017 e 2019.

No exterior, serviu nas embaixadas em Buenos Aires, Washington, Ottawa e, na condição de Ministro-Conselheiro, em Lisboa.

É, desde 2022, Ministro-Conselheiro na Missão permanente do Brasil junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Guiné-Bissau é uma nação-irmã que conquistou sua independência em 1974, mas vem enfrentando desafios relacionados à estabilidade político-institucional, vivenciando um contexto de transição e polarização política, marcado por dissoluções parlamentares e disputas sobre a duração dos mandatos presidenciais. Nesse cenário, a atuação de nossa missão diplomática assume papel relevante na promoção do diálogo, da estabilidade e da defesa dos valores democráticos.

O Brasil vem desenvolvendo estreita cooperação técnica com Guiné-Bissau em áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. Essa cooperação ocorre em âmbito bilateral e multilateral, por meio da CPLP. O Itamaraty nos mandou um documento que informa que "A Guiné-Bissau [...] já foi beneficiada [ademais] com três projetos financiados pelo Fundo IBAS" e que, acerca da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação educacional, "entre 2000 e 2020, 1.426 bissau-guineenses frequentaram cursos de graduação no Brasil, por meio do Programa Estudantes-Convênio".

No que concerne ao comércio bilateral, este foi de US$6,6 milhões no ano de 2024.

As exportações brasileiras são constituídas por óleos combustíveis de petróleo, álcoois e seus derivados halogenados, e carnes de aves frescas, congeladas ou refrigeradas.

As importações, por sua vez, compreendem frutas e nozes não oleaginosas.

Uma das vertentes da parceria com a Guiné-Bissau é o intercâmbio de militares. O nosso Ministério da Defesa contribui para a formação de oficiais bissau-guineenses nas nossas academias militares, tanto na Escola Naval como na Academia Militar das Agulhas Negras.

Desde 2009, diversos militares daquele país têm sido capacitados em cursos nas escolas das nossas Forças Armadas.

A armada de Guiné-Bissau tem participado de exercícios ao lado da Marinha do Brasil, com o propósito de maior controle marítimo, o que inclui exercícios de prevenção e combate à pirataria e ao narcotráfico, em particular no âmbito das operações Guinex, a convite da Marinha do Brasil.

Essa parceria também se estende à formação e capacitação de diplomatas.

Desde 1976, mais de duas dezenas de bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do nosso Instituto Rio Branco. Atualmente, uma funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da Guiné-Bissau integra a turma do Instituto Rio Branco.

A participação de candidatos do continente africano e da CPLP alinha-se perfeitamente com a atual prioridade da política externa brasileira.

Muito ainda pode ser desenvolvido em termos de cooperação, e reiteramos que a missão brasileira em Guiné-Bissau tem um papel de extrema relevância nesse processo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras recomendações neste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – (*Fora do microfone.*)... Senador Hamilton Mourão.

Vamos ouvir agora a explanação da Sra. Maria Clara de Abreu Rada, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e em Montenegro.

Com a palavra a Sra. Maria Clara de Abreu Rada – dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. MARIA CLARA DE ABREU RADA (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Exmo. Senador Jaques Wagner, meu Relator, que aqui esteve; Exmas. Sras. e Srs. Senadores; caros colegas; senhoras e senhores.

Aproveito a oportunidade para expressar meu agradecimento à indicação de meu nome pelo Senhor Presidente da República, por recomendação do Ministro Mauro Vieira, a quem agradeço pela confiança em mim depositada.

É para mim uma grande honra comparecer ao Senado Federal como candidata a Embaixadora junto à República da Sérvia e junto a Montenegro.

Pisei pela primeira vez nesta sala, Presidente, em 1996, recém-egressa do Instituto Rio Branco, quando fui lotada na então assessoria parlamentar do Itamaraty. Tive o privilégio de acompanhar a sabatina de vários embaixadores, então, e aquela jovem Terceira-Secretária sonhava um dia passar por este ritual.

Estruturei minha apresentação a partir do planejamento estratégico encaminhado ao Senado Federal. Dedicarei, assim, esta apresentação à descrição dos principais pontos das relações políticas bilaterais da economia da Sérvia, tendo sempre por norte as oportunidades para uma diplomacia de resultados que inclua também a promoção da cultura e do turismo, da cooperação para o desenvolvimento sustentável, da cooperação em ciência e tecnologia e no campo da educação. Ao final, abordarei as relações com Montenegro.

Inicialmente, permito-me contextualizar a Sérvia de hoje.

O país tem superfície e população equivalentes às do Estado de Santa Catarina, cerca de 7 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, o PIB da Sérvia atingiu US$81 bilhões; o país cresceu à taxa de 3,9% em 2024; e prevê-se, para este ano, o crescimento na ordem de 4%.

O desemprego encontra-se no nível de 8% da população economicamente ativa, e a inflação, em 4,3%.

A economia sérvia pode ser considerada uma economia de mercado essencialmente aberta.

Os principais parceiros do comércio exterior daquele país são seus vizinhos da Europa – Alemanha, Itália, Romênia, aqueles antigos Estados-membros da ex-Iugoslávia, e a Rússia. A China também desponta com trocas crescentes com a Sérvia e é o seu terceiro maior parceiro comercial.

No plano da política externa, Belgrado continua a manter um elevado perfil de projeção política, cultural e econômica na região dos Bálcãs. Encontra-se no epicentro de um jogo de influências políticas, comerciais e de segurança internacional com a União Europeia, os Estados Unidos e a Otan, de um lado; e a Rússia, de outro.

Há, essencialmente, dois grandes temas que dominam a política externa sérvia na atualidade: a questão da província separatista do Kosovo e o processo de adesão do país à União Europeia.

Outra prioridade é a sua relação com a Rússia, vista como um país historicamente amigo e potência capaz de influenciar os destinos da Sérvia e dos Bálcãs. Há que se ter presente a afinidade da origem eslava dos dois países e a herança cristã ortodoxa que compartilham.

Tema adicional relevante são os laços com a China, país que tem procurado tornar os Bálcãs e a Sérvia, em particular, uma zona privilegiada para a expansão de suas atividades econômicas e comerciais junto a países daquela região.

Sras. e Srs. Senadores, o Brasil mantém laços com a Sérvia, sucessora da Iugoslávia, há quase 90 anos, tendo seu eixo principal sustentado nas relações de caráter político.

A Sérvia não se esqueceu do gesto brasileiro de manter sua embaixada em Belgrado aberta e funcionando durante os bombardeios da Otan em 1999.

Além disso, o Brasil apoia a Resolução 1.244, de 1999, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que propõe a integridade territorial da Sérvia na condição de Estado sucessor da Iugoslávia e defende uma solução negociada para a questão do Kosovo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e Sérvia contam com um mecanismo de consultas políticas regulares. A mais recente reunião desse mecanismo ocorreu em novembro de 2023. A próxima edição está prevista para ter lugar em Belgrado no segundo semestre deste ano.

A esse respeito, há interesse em negociar acordos sobre cooperação econômica, investimentos bilaterais e intercâmbio acadêmico. Ambas as partes estão elaborando esses instrumentos.

No momento, encontra-se em fase final de negociação um acordo em matéria penal e outros instrumentos de cooperação jurídica, tais como acordo de extradição e acordo sobre transferência de pessoas condenadas, entre outros.

Os encontros mais recentes de autoridades de alto nível dos dois países ocorreram em 2023, quando o então Presidente da Assembleia Nacional da República da Sérvia, Vladimir Orlic, compareceu à posse do Presidente Lula, e, em junho de 2024, quando realizou-se o encontro entre o Chanceler sérvio Marko Djuric e a Sra. Secretária-Geral do Itamaraty, à margem da 54ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Assunção.

Também a cooperação parlamentar merece destaque.

A Assembleia Nacional da Sérvia conta atualmente com o Grupo Parlamentar de Amizade Sérvia-Brasil, liderado pela Deputada Marija Jevtic, e o Senado Federal Brasileiro instituiu o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sérvia em 2013.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Sérvia na América Latina e no Caribe, registra superávit estrutural no comércio com a Sérvia, considerando as estatísticas daquele país.

Em 2024, as importações de produtos brasileiros alcançaram US$130 milhões, enquanto as exportações sérvias para o Brasil estariam próximas a US$30 milhões.

Os principais produtos brasileiros exportados para a Sérvia são: café cru em grãos, com uma participação média de 40% do total; extratos, essências e concentrados de café; concentrados de laranja; polietileno e vários tipos de ligas de ferro.

Os dados de comércio computados pelo Brasil, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, são diferentes. Segundo estes, as exportações brasileiras somaram 43 milhões, e o Brasil importou 44 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar que essa diferença é tradicional e decorre de que a quase totalidade das importações sérvias de *commodities* brasileiras provém de terceiros países europeus – Itália, Eslovênia, Holanda e Croácia. Por isso se dá um ajuste na contabilidade das nossas exportações.

Vale destacar que atualmente a Sérvia proíbe importações de carnes do Brasil e que, desde o ano passado, o Ministério da Agricultura da Sérvia está em fase de estudo e questionário relativo ao estado da agricultura e pecuária brasileira, primeiro passo necessário para a harmonização dos certificados sanitários internacionais.

A pauta de importações brasileiras da Sérvia concentra-se em produtos industrializados, tubos, canos e mangueiras, autopeças e pneus. Cabe registrar ainda que, em junho de 2023, foi inaugurada, em Belgrado, a primeira Câmara de Comércio Brasil-Sérvia, como uma associação empresarial independente, não governamental e sem fins lucrativos.

Em termos de investimentos, em 2017, a ex-estatal farmacêutica Galenika foi adquirida pela empresa brasileira EMS. É o primeiro grande investimento brasileiro no mercado sérvio, que se tem comprovado como uma história de sucesso.

Caso aprovada por esta Comissão, pretendo trabalhar no sentido de tentar identificar outras oportunidades de investimento. Nesse sentido, creio que seria oportuno incentivar que a Apex realize missão prospectiva de mercado na Sérvia, de maneira a ajudar a abrir frente para a produção brasileira.

Neste mês de maio, no âmbito da importante feira de agricultura, na cidade de Novi Sad, será promovido um seminário sobre o agronegócio do Brasil e o uso dos biocombustíveis. O evento apresentará o arcabouço legal e o conhecimento tecnológico brasileiro no setor de biocombustíveis a fim de sensibilizar as autoridades locais sobre os benefícios econômicos e ambientais no uso dessa matriz energética.

Há igualmente boas perspectivas de cooperação bilateral na área de defesa. E outro registro muito importante que destaco é a presença da Embraer na Sérvia. Nos últimos cinco anos, a Sérvia importou três jatos do tipo Legacy da Embraer: o primeiro é usado pela própria Presidência da República da Sérvia; e os outros dois, por empresa de táxi-aéreo privada. E, desde 2024, a companhia aérea nacional Air Serbia incorporou à sua frota duas aeronaves Embraer E195, ambas alugadas, e tem a intenção de expandir com outros dez aviões da Embraer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a mencionar nossas relações com Montenegro.

A missão da Embaixadora em Belgrado também contempla as relações com Montenegro, estabelecidas desde a independência do país em 2006.

Montenegro é o país com a maior biodiversidade da Europa e um destino turístico muito popular, que atrai cada vez mais brasileiros. Cerca de 5 mil nacionais visitam o país anualmente.

O Brasil mantém excelentes relações políticas com o governo local. Há interesse montenegrino em aprofundar esses contatos. Nesse sentido, está prevista a realização de reunião de consultas políticas no segundo semestre deste ano. Nessa ocasião, vamos avançar nas negociações em torno de cooperação em temas agrícolas, de turismo e de defesa, bem como entre nossas academias diplomáticas.

Vislumbra-se também a oportunidade de que mais aeronaves da Embraer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA DE ABREU RADA – ... possam ser adquiridas pela empresa pública de aviação Air Montenegro, que já possui três aviões da Embraer. Montenegro tem também interesse em adquirir uma aeronave para o combate a incêndios florestais, e o Embraer KC-390, uma aeronave operada por várias forças aéreas europeias, poderia ser uma opção.

Sras. e Srs. Senadores, meu plano de trabalho tem por objetivo criar plataforma que possa reforçar o bom nível do nosso relacionamento político bilateral, o que deve resultar em maiores oportunidades de inserção comercial para o Brasil tanto na Sérvia como em Montenegro.

Intenciono estimular o desenvolvimento do nosso arcabouço internacional no relacionamento bilateral, apoiando a assinatura de acordos das várias áreas adicionais de interesse, tais como agricultura, comércio, cooperação jurídica, defesa e turismo.

Espero poder merecer a aprovação de V. Exas. para representar e promover os interesses do Brasil nos países amigos da Sérvia e Montenegro.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Maria Clara de Abreu Rada, brasiliense, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Embaixador João Mendes Pereira, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Informo que V. Exa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Gostaria antes, porém, de registrar a presença do Sr. Embaixador Flávio Méndez Altamirano, Embaixador da República do Panamá. O Embaixador integrou a turma do Instituto Rio Branco no ano de 1980 e aqui se faz presente. Muito obrigado pela sua presença.

Com a palavra o Embaixador João Mendes.

O SR. JOÃO MENDES PEREIRA (Para expor.) – Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Sra. Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente desta Comissão, agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes, Relator da minha mensagem ao Congresso Nacional com a indicação de meu nome para chefiar a nossa Embaixada no Panamá.

Sras. e Srs. Senadores, caros colegas que participam desta sabatina, prezado Embaixador do Panamá, Flávio Méndez, cumprimento a todos que acompanham tanto presencialmente quanto pela internet, em especial minha esposa, Maria Teresa, e meus filhos, Antonio Victor e Luiz Felipe.

Sr. Presidente, este é um momento marcante na trajetória de todo candidato a chefe de missão diplomática, pois permite ao indicado mostrar à sociedade brasileira, bem como aos seus representantes no Congresso Nacional sua proposta de trabalho à frente da Embaixada do Brasil para a qual foi designado, no meu caso, o Panamá, indicação que muito agradeço ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Compareço, pois, pela segunda vez a uma sabatina, com humildade e o firme propósito de, caso conte com a aprovação desta Casa, dar o meu melhor na defesa dos interesses da nação brasileira.

O Panamá, principal parceiro comercial brasileiro na América Central, tem importância que transcende o seu entorno imediato. Devido à sua localização geográfica estratégica, o país tornou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um importante *hub* logístico caracterizado por canal interoceânico e ampla infraestrutura aeroportuária. Com natureza empreendedora, o novo Presidente panamenho, José Raúl Mulino, tem manifestado e reiterado o interesse em aprofundar as relações com o Brasil desde que assumiu o poder, em julho do ano passado. No dia seguinte à vitória de Mulino, o Senhor Presidente da República lhe telefonou para parabenizá-lo. Na oportunidade, discutiram temas da agenda bilateral com a intenção de fortalecer os laços comerciais a partir de uma maior aproximação entre o Panamá e o Mercosul.

Desde então, os Governos de ambos os países vêm mantendo contatos regulares. Ao longo do semestre passado, o Vice-Presidente compareceu à posse de Mulino, o Senhor Presidente e o Presidente do Panamá se reuniram à margem das cúpulas do Mercosul, em Assunção e Montevidéu. O Chanceler Javier Martínez-Acha visitou o Brasil, acompanhado dos Ministros de Comércio e Indústrias e de Desenvolvimento Agropecuário, ocasião em que se reuniu com o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Ministro das Relações Exteriores e representes do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Sr. Presidente, uma maior aproximação no plano econômico-comercial de investimentos com a América Central, o Caribe e, em particular, o Panamá é um objetivo que sempre esteve no horizonte da política externa econômico-comercial do Brasil. Nesse sentido, a atual conjuntura se revela promissora.

Pretendo trabalhar em favor da negociação de um maior acesso ao mercado recíproco entre nossos países no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 76, da Aladi, entre o Mercosul e o Panamá, e buscar ajudar na conclusão de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. Essas negociações abrem oportunidade para que nossas economias, nossos negócios e nossos empresários se aproximem ainda mais. Trabalharei, assim, para incrementar o intercâmbio comercial bilateral que, no ano passado, alcançou a cifra de US$934 milhões.

O Panamá ocupa o 61º lugar entre nossos parceiros comerciais, patamar que pode e será ampliado.

O investimento brasileiro no Panamá alcança a expressiva cifra de US$9,4 bilhões, e investimentos panamenhos no Brasil se aproximam de US$1 bilhão.

Entre as empresas brasileiras com atuação no solo panamenho, destacam-se aquelas do setor bancário, farmacêutico e químico, produção de alimentos e bebidas, engenharia, manufaturas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

academias de ginásticas, entre outras. No Brasil, os investimentos panamenhos se concentram principalmente nos setores logístico e hoteleiro.

Ainda na esfera comercial, merece registro a aprovação do projeto de compra pelo Panamá de quatro aviões Super Tucano e a possibilidade de compra de avião C-390 Millennium. Trata-se de importante acontecimento, tanto do ponto de vista do negócio realizado, quanto da consolidação dos laços políticos mútuos.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que o diálogo e a cooperação, nos campos da defesa e da tecnologia, favorecem a aproximação e integração entre os países latino-americanos.

Por sua vez, as rotas estabelecidas pela Copa Airlines no Brasil criam espaço profícuo para a exploração de projetos de turismo em nosso país.

Além das oportunidades de comércio, a consolidação do relacionamento em matéria de defesa e segurança permitirá um combate mais contundente às atividades ilícitas, como o crime organizado, o narcotráfico e o tráfico de pessoas.

Por sua vez, a otimização logística do Canal do Panamá e do *hub* aeroportuário de Tocumen deve orientar, por igual, o horizonte de nossa atuação, sobretudo no tocante ao comércio com a Ásia. Hoje somos o 15º usuário do canal, e o aproveitamento dessa via deve ser avaliado em coordenação com as outras opções de escoamento de nossas exportações, conforme as necessidades logísticas e as avaliações de custo-benefício de cada operação.

Sr. Presidente, no plano político-diplomático, darei, caso venha a ser aprovado por esta Casa, sequência ao profícuo diálogo com o Panamá. Nesse sentido, trabalharei para dar novo impulso aos encontros no âmbito do mecanismo de consultas políticas entre os dois países. Buscarei aproveitar a sinergia alcançada no G20, em especial no Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global e na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativas brasileiras apoiadas pelo Panamá.

Estimularei, ainda, a convergência maior possível nas demais ações ao amparo das Nações Unidas. Essa dimensão se aplica, por igual, aos temas vinculados ao meio ambiente. É uma área de cooperação pouco explorada pelos dois países, mas com grande perspectiva, seja pela vizinhança e similaridade entre a Amazônia e a selva tropical de Darién, seja pelo potencial considerável de cooperação bilateral em biocombustíveis, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A embaixada se engajará ainda na exploração de projetos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação em matéria de fármacos e vacinas, entre outros. Essas atividades podem também se complementar com ações de coordenação e de cooperação para o desenvolvimento, segmento no qual merece destaque o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Responsável no Itamaraty pela cooperação técnica e humanitária, a ABC tem uma longa e produtiva parceria de mais de 40 anos com o Panamá, com pelo menos seis projetos em andamento. Em matéria de cooperação humanitária, temos um acordo com o Programa Mundial de Alimentos para projetos no Panamá, em especial nas questões de proteção civil e estocagem de medicamentos. Estamos trabalhando em distintas iniciativas visando a assegurar respostas rápidas, efetivas e eficazes a eventos naturais extremos na América Central e no Caribe, bem como otimizar custos operacionais desse apoio.

A cooperação cultural e educacional será igualmente priorizada. O intercâmbio de estudantes, ensino de português, assim como outras ações culturais capitaneadas pelo Instituto Guimarães Rosa e pelo Instituto Rio Branco deverão ser explorados e aprofundados pela embaixada.

A assistência a brasileiros, por sua vez, receberá a minha atenção direta e imediata, seja na produção de documentos consulares pela embaixada, seja no apoio aos brasileiros que residem no Panamá ou que estejam em visita a esse país. Nesse domínio, buscarei assegurar também que os direitos humanos dos migrantes brasileiros rumo a outros países sejam por igual respeitados. O assunto me é muito caro desde que fui Cônsul-Geral do Brasil em Miami.

Sr. Presidente, a legitimidade desse plano de ação se assenta ainda sobre a estreita cooperação entre o Executivo e o Legislativo. Nesse sentido, estarei à disposição de V. Exas. para toda e qualquer ação em matéria de diplomacia parlamentar. Assim sendo, priorizarei o apoio à intensificação do diálogo interparlamentar através dos grupos parlamentares de amizade bilaterais nos dois países e da participação do grupo parlamentar do Brasil no Parlamento Latino-Americano. Manteremos ainda, em coordenação com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, canal de interlocução com a Secretaria Executiva do Parlamento Latino-Americano, em apoio ao grupo parlamentar do Brasil no Parlatino.

Agradeço, Sr. Presidente, a atenção a mim dispensada nesta oportunidade.

Caso conte com o consentimento de V. Exas., pretendo levar adiante o entusiasmo com que entrei na carreira 35 anos atrás, o aprendizado que adquiri com meus colegas de trabalho nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período, as melhores tradições da nossa Chancelaria e minha experiência pessoal em proveito das boas relações com o país irmão Panamá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Embaixador João Mendes Pereira, a quem gostaria de também agradecer pela recepção a nós realizada por ocasião da visita e da missão da ApexBrasil, na cidade de Bruxelas, na Bélgica, juntamente com a Embaixatriz Maria Teresa. Espero que tenha chegado a tempo de ter participado do aniversário do seu pai, situação essa que me foi colocada, e procuramos conciliar essa sabatina para essa feliz coincidência.

Quero dizer a todos da mesa que a gente agradece muito a participação de vocês. Peço que se dirijam até o Plenário e que possam vir até aqui os Embaixadores Bernard Jörg, Júlio Cesar Laranjeira e Pablo Duarte Cardoso. São os três que estão faltando para, posteriormente, a gente consultar se algum Senador quer fazer alguma pergunta e já proferir o resultado da votação.

Apenas para informe, com esses sete Embaixadores e com os cinco últimos, da última sessão, nós já sabatinamos, na Comissão, doze Embaixadores. Não tem mais nenhum pendente para a gente poder sabatinar.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Nelsinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Enquanto os Embaixadores se acomodam, eu fiquei encarregada de lhe entregar o requerimento do Senador Esperidião Amin e do Senador Seif. Eu quero me juntar, também, a eles nesse requerimento para ouvirmos o nosso Chanceler Mauro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito. Já está marcada para o dia 20 a presença dele. Confirmada.

Dê-me aqui, enquanto eles estão se ajeitando na cadeira. Eu relembro o tempo de dez minutos.

Extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2025

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2025 - CRE, seja incluído o tema a respeito do recente episódio da saída do grupo de opositores venezuelanos do governo de Nicolás Maduro que estavam asilados na Embaixada da Argentina em Caracas e que foram resgatados pelo governo dos EUA.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR) e outros

Assinam o Senador Sergio Moro, o Senador Hamilton Mourão e a Senadora Tereza Cristina.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à assessoria que faça as tramitações legais.

O Senador Amin também assinou. Então, que incluam o nome dele.

Voltando, eu passo, de pronto, a palavra ao Embaixador Júlio Cesar Fontes Laranjeira, para que, no prazo de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, possa apresentar a sua fala.

O SR. JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Nelsinho Trad; Exma. Sra. Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Chico Rodrigues, que tive o privilégio de ter como o meu Relator; Exmo. Sr. Senador Hamilton Mourão, presente aqui nesta sala, eu gostaria de agradecer, inicialmente, ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores Mauro Vieira, pela indicação do meu nome para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Belarus.

A indicação para representar o Brasil junto ao Governo da Belarus me deixou muito honrado por se tratar de um novo desafio profissional na minha carreira de quase 40 anos de serviços prestados ao Ministério das Relações Exteriores. Considero ainda um privilégio servir o meu país num posto de observação importante do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e das implicações desse conflito na questão da segurança regional e nas relações com o Brasil, sobretudo as relações comerciais.

Eu gostaria de agradecer, ainda, aos Senadores que nos receberam para visitas protocolares. Eu acho que esse contato é muito importante para a ação diplomática brasileira, porque a diplomacia brasileira não pode estar dissociada da política interna. Esse contato, então, é muito importante, e eu gostaria de agradecer a todos que puderam nos receber. Entendo que a agenda dos Srs. Senadores é bastante intensa, portanto eu agradeço pelo esforço, pela simpatia, pela generosa acolhida que nos dispensaram na segunda e na terça-feira.

Gostaria de agradecer ainda, fugindo um pouco da praxe, à minha família que está aqui presente, meus irmãos, Carlos Henrique, Alexandre Jorge e José Ricardo; e ainda à minha madrinha de casamento, que veio de Vila Velha para assistir a esta sabatina. Ela esteve presente na formatura do Rio Branco quase 40 anos atrás. É uma amizade que sobrevive ao tempo, então não posso deixar de reconhecer.

A história da Belarus é rica e complexa, marcada por sua localização estratégica na Europa Oriental, na confluência de dois mundos, a Rússia e o Ocidente.

Eu havia estruturado a minha apresentação numa primeira parte histórica, mas, devido à premência do tempo, eu vou pular alguns séculos...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA – ... e já passar para a parte da independência da Belarus.

Com a dissolução da União Soviética em 1991, a República Socialista Soviética da Bielorrússia se torna finalmente um país independente, depois de dois séculos em que fez parte do Império Russo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da União Soviética. Após a independência, o nome do país foi alterado para Belarus, consagrado na Constituição de 1994.

O país continua com forte vinculação com a Rússia, ao mesmo tempo que mantém ou vinha mantendo relações próximas com a União Europeia, numa estratégia típica de jogo pendular, em que procurava obter ganhos econômicos e afirmar sua independência e autonomia em relação à potência vizinha.

Hoje, talvez mais do que nunca, a Belarus, juntamente com a Ucrânia, tem uma importância geopolítica estratégica central para a Rússia. Isso porque, com a extinção da União Soviética e, consequentemente, do Pacto de Varsóvia, cujos países, em sua maioria, passaram a fazer parte da União Europeia e da Otan, bem como os países bálticos e os países escandinavos, a Belarus e a Ucrânia passaram a constituir a única zona de contenção entre a Rússia e o Ocidente, visto por Moscou como um bloco hostil. Daí a importância de manter esses dois países em sua área de influência, se não como parceiros, pelo menos como partes neutras.

A Belarus não tem saída para o mar e faz fronteira com Rússia, Lituânia, Letônia, Polônia e Ucrânia, com território e população comparáveis aos do Estado do Paraná. O Paraná tem 11,8 milhões de habitantes, dados de 2024, e uma área de 200 mil quilômetros quadrados. A Belarus tem uma população de 9,8 milhões, segundo dados de 2024, e uma área de 207 mil quilômetros quadrados.

Com um PIB de US$72 bilhões, a Belarus é considerada um país de renda média alta. É uma economia centralizada, que pratica o socialismo de mercado, focada no pleno emprego e no estado de bem-estar social. Tem uma renda *per capita* de US$8 mil dólares, dados de 2024, em termos nominais.

A Belarus é a 74ª economia do mundo. A despeito das sanções que vem sofrendo desde 2020, a economia da Belarus cresceu 4% em 2024. A Rússia absorve dois terços das exportações da Belarus de produtos agrícolas, petróleo refinado e bruto e minerais. Desde a independência, em 1991, a Belarus adotou uma transição econômica gradual, caracterizada por algumas reformas estruturais e expansão modesta do setor privado. A vocação exportadora do país contribuiu para o sucesso dessa estratégia gradual em termos de crescimento do PIB e redução da pobreza.

O sistema educacional gratuito é de boa qualidade, e o país possui um sistema de saúde também gratuito e universal. Esses serviços de qualidade elevam o Índice de Desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humano da Belarus para 0,8%, considerado bastante alto e comparável ao de países desenvolvidos. Segundo estudo do Pnud, apenas 2,3% da população da Belarus são considerados abaixo da linha da pobreza, nível semelhante ao da Áustria.

A Belarus é um país presidencialista com um Parlamento bicameral. O Presidente Alexander Lukashenko foi eleito democraticamente em 1994. Em 1996, foi aprovado um referendo que concentrou o poder nas mãos do Executivo e permitiu ao Presidente se reeleger por períodos subsequentes. Em 2025, o Presidente Lukashenko foi eleito para o seu sétimo mandato.

O Brasil e a Belarus estabeleceram relações diplomáticas em 1992. A Belarus abriu um consulado no Rio de Janeiro em 2001 e a embaixada em Brasília em 2010. A Embaixada do Brasil em Minsk funciona desde 2011. O Brasil é o único país de língua portuguesa com representação diplomática na Belarus.

O histórico das relações entre o Brasil e a Belarus tem sido positivo tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral. No bilateral, nesses quase 15 anos de relações, realizaram-se várias visitas de alto nível, incluindo a do Presidente Lukashenko ao Brasil em março de 2010, quando se avistou com o Presidente Lula. Na oportunidade, os dois chefes de Estado coincidiram na importância de expansão da cooperação bilateral e decidiram instituir as duas embaixadas. Houve ainda um encontro da Presidente Dilma Rousseff com o Presidente Lukashenko, à margem da 7ª Cúpula do Brics, em 2015, em Ufá, na Rússia. Realizou-os também a visita do Chanceler da Belarus Sergei Martynov, em 2004, e ele retornou em 2012 para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro.

Realizaram-se também visitas Parlamentares, de que são exemplos a delegação brasileira, chefiada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Aroldo Cedraz, em 2005, e a missão chefiada pelo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Giacobo, em 2015. Duas missões da Câmara.

Eu gostaria, desde já, de convidar os Srs. Senadores a realizar uma missão também na Belarus. Será um prazer recebê-los em Minsk.

Há vários acordos firmados entre o Brasil e a Belarus, na área de cooperação acadêmica, esportiva, isenção de visto em passaportes diplomáticos oficiais e de serviço, bem como isenção de visto para viagens de curta duração em passaportes comuns para permanência de até 90 dias no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, o Ministro da Justiça do Brasil realizou visita a Minsk, a primeira e única visita de um Ministro de Estado brasileiro à Belarus, ocasião em que foi assinado auxílio jurídico mútuo em matéria penal e memorando de entendimento entre ministérios da Justiça.

Há algumas iniciativas em curso na área cultural, como o Festival Vulica Brasil, que é um festival de arte urbana em que muralistas ou grafiteiros brasileiros pintam murais num bairro revitalizado da cidade, que se tornou uma área vibrante para jovens, com cafés, restaurantes, galerias e escritórios, e virou uma referência da cultura brasileira na cidade. A rua onde esses murais são pintados passou a se chamar Rua Brasil. Já foram realizadas cinco edições desse festival, sendo a última em 2019.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA – O Brasil é o maior parceiro comercial da Belarus na América Latina. A Belarus é um país estratégico para o Brasil por conta das importações de cloreto de potássio, que suprem cerca de 25 a 30% da demanda nacional pelo produto.

Por essa razão, a balança comercial entre a Belarus e o Brasil é altamente desfavorável ao Brasil. Antes da aplicação de sanções contra a Belarus, o comércio bilateral era um pouco mais equilibrado, por conta da aquisição de equipamentos e peças de reposição da Embraer pela Belarus. A companhia aérea nacional Belavia operava com 17 aviões da Embraer e 15 Boeing 737 antes da aplicação das sanções. Devido à impossibilidade de voar pela Europa, a Belarus reduziu sua frota para 15 aeronaves, cinco das quais da Embraer, e não se sabe ao certo quantas dessas estão em condições operacionais, devido à falta de peças de reposição e manutenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA – No plano multilateral, o Brasil e a Rússia possuem um histórico positivo de atuação conjunta no quadro dos mecanismos de integração das organizações internacionais. A Belarus apoia o pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança e adota posições próximas às do Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, o relacionamento Brasil-Belarus é ainda jovem e, num contexto de guerras no seu entorno e aplicação de sanções pelos países europeus, encontra barreiras que dificultam a realização de seu potencial. Caso aprovado para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Governo da Belarus, pretendo dar seguimento e aprofundar as iniciativas implementadas por meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecessores; continuar a trabalhar criativamente com as autoridades belarussas, de forma a preservar o fluxo comercial entre os dois países, sobretudo as importações de cloreto de potássio, tão necessário ao nosso agronegócio; bem como explorar nichos de mercado, juntamente com a ApexBrasil, em que produtos brasileiros de maior valor agregado possam se inserir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Júlio Cesar Fontes Laranjeira.

De pronto, passo ao Embaixador Bernard Jörg, para que ele possa fazer a sua apresentação, uma vez que foi designado para atuar na República do Azerbaijão.

Com a palavra o Embaixador Bernard.

O SR. BERNARD JÖRG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Senador Nelsinho Trad, Exmo. Senador Hamilton Mourão. Eu gostaria de agradecer-lhe, Presidente, pela oportunidade de estar aqui hoje. Eu sei que foi um esforço enorme organizar esta reunião. Gostaria de agradecer, em particular, à Senadora Tereza Cristina, que teve que se ausentar, mas que fez a leitura do meu relatório, preparado pelo Senador Carlos Viana. Eu gostaria de agradecer também ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela minha indicação, ao Exmo. Ministro das Relações Exteriores pela confiança em mim depositada.

E gostaria de fazer uma menção especial: eu volto à Casa depois de ter trabalhado aqui por quatro anos, na assessoria internacional do Presidente José Sarney, e eu devo dizer que foi um período de complementação enorme da minha formação no Instituto Rio Branco, no Itamaraty, porque esta Casa é uma Casa que tem uma relação muito forte com o povo brasileiro, e, uma vez que você tenha essa experiência aqui dentro, é como se houvesse ou se criasse uma identidade muito grande com as demandas, as urgências entre a atividade acadêmica, o aprendizado que a gente tem e as demandas diárias que o povo brasileiro traz e que os Srs. Senadores procuram atender da melhor maneira possível. Então, essa relação entre o Legislativo e o Executivo é bastante presente na minha atividade diplomática, e por meio dela eu procurei pautar sempre meu trabalho, tanto em Minsk como eu vou procurar fazer a mesma coisa no Azerbaijão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório foi muito bem preparado, descreveu de uma maneira bastante precisa a economia, a política, a relação entre o Brasil e o Azerbaijão.

Eu, então, vou aproveitar para dar algumas pinceladas que me parecem importantes, para que nós possamos entender qual seria o foco da minha atuação no Azerbaijão.

Ficou claro que se trata de uma região estratégica no mundo, que fica entre grandes potências: ao norte tem a Rússia; ao sul tem o Irã; do lado do Oriente tem a China; e, do outro, a Europa. E, dentro de um contexto geopolítico internacional tão complicado, o Azerbaijão se tornou uma ponte estratégica e confiável para o envio de energia para a Europa.

Esse é um dado determinante na relação hoje em dia do Azerbaijão com o mundo, porque ele deu uma nova projeção ao país. O país foi o berço da produção de petróleo e, ao longo dos últimos anos, com a riqueza gerada pela exploração do petróleo, adquiriu uma nova projeção econômica.

É um país cuja economia tem funcionado de uma forma bastante redonda, e, só para se ter uma ideia, a relação da dívida com o PIB é de 20% a 21%, é bastante baixa, para mostrar o bom nível da saúde econômica do país, mas isso também deu uma projeção bastante grande à atividade diplomática do Azerbaijão.

O Azerbaijão tem procurado participar de grandes eventos de uma forma bastante construtiva, e um deles – que eu acho que vai trazer uma conexão muito grande com o Brasil – foi a COP 29.

O Brasil, hoje, participa da COP 30, e nós trabalhamos de forma bastante próxima, em prol de iniciativas que tragam benefícios para a sustentabilidade do mundo, como o mapa da rota para 1,5 grau, para diminuir o aumento da temperatura global, como também a formação de um fundo de US$1,3 bilhão para a utilização em países que procuram se desenvolver de forma sustentável.

O Brasil tem trabalhado de forma bastante próxima com o Azerbaijão nesse sentido, e um dos meus objetivos, ao longo da minha gestão, vai ser manter essa coordenação, aumentando o diálogo político, que tem se caracterizado pela excelência, nos últimos anos, em relação ao Azerbaijão.

V. Exa. esteve em Baku, no ano passado, em 2024, e foi testemunha do processo eleitoral no país. Em setembro também ocorreram eleições parlamentares, que foram vencidas majoritariamente pelo partido de apoio ao Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um Presidente que tem um excelente nível de aprovação, e é um país que politicamente é presidencialista, com uma câmara unicameral.

As próximas eleições são só daqui a sete anos, no caso da Presidência, e daqui a cinco anos, no caso do Parlamento.

Eu pretendo, Presidente, manter esse diálogo parlamentar. Como eu disse, eu acho que esse diálogo é essencial, porque é o termômetro que permite que nós possamos identificar exatamente aqueles pontos que são de ambição da população de ambos os lados.

Dentro dessa questão energética, que determina, vamos dizer assim, a inserção internacional do Azerbaijão, eles estão trabalhando para buscar uma transição energética que seja sustentável e que seja adequada para o mundo do futuro. Isso tem acontecido nos países que são grandes produtores de petróleo e gás, e é natural que aconteça também com o Azerbaijão.

E o Brasil tem muito a contribuir nesse sentido, porque o Brasil é um país que produz energia limpa, nós temos já projetos desenvolvidos em várias áreas, e um dos meus objetivos é procurar associar essas iniciativas que são desenvolvidas dentro do Brasil por grandes empresas, pelo Governo, a iniciativas que estão sendo também trabalhadas e projetadas no Azerbaijão.

Eu tenho pensado que seria possível desenvolver várias modalidades dentro desse cenário, como assistência técnica e troca de experiências em políticas de longo prazo, transferência de *know-how* sobre etanol, biodiesel, logística e blindagem.

Como vocês sabem, Baku é um local onde existe, talvez pela localização geográfica, pelo Mar Cáspio, um sistema de baixa e alta pressão muito grande, o que propicia a utilização de energia eólica. Então, dentro desse quadro de transição, eu acho que seria possível trazer para o diálogo, entre os nossos países, várias dessas nossas experiências que nós temos no Brasil, na área de energia eólica, também solar e, além disso, relativo à produção e utilização do hidrogênio verde.

O tempo é escasso, ele se esgota, mas eu gostaria de mencionar ainda um aspecto que me parece bastante importante, também em razão da experiência que eu tive na Bielorrússia, em Minsk, que é a aproximação cultural.

A aproximação cultural é algo que permite que as nossas sociedades se conheçam melhor. E, ainda que o Brasil tenha uma presença bastante positiva nessas repúblicas ex-soviéticas, como é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso da Bielorússia e agora no caso do Azerbaijão, para onde eu estou indo, muito fruto de um *soft power* que nós desenvolvemos e que se beneficiou muito da televisão brasileira, do cinema brasileiro, que levou imagens muito positivas para esses países a respeito da nossa cultura, existem ainda clichês que permanecem e que são importantes serem repensados, e eu acho que, por intermédio de atividades culturais, como a contínua apresentação de exposições de artistas brasileiros, da música brasileira, da arte audiovisual atual do Brasil, é possível fazer essa aproximação.

Há outros elementos também de conexão com o Azerbaijão que já vêm sendo utilizados, como, por exemplo, o grande interesse que eles têm pelas artes marciais brasileiras, pelo jiu-jitsu... Eu acho que é uma área que também pode ser trabalhada.

E, antes de finalizar, eu gostaria de mencionar o seguinte: no Azerbaijão, nós temos uma comunidade brasileira, que não é muito expressiva, mas nós vamos procurar continuar a dar atenção e seguimento aos brasileiros que se encontram no exterior, a exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD JÖRG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL – ... do que foi feito e tem sido feito atualmente.

Eu gostaria de agradecer o trabalho que foi desempenhado pelo meu antecessor e dizer que, com toda humildade, pretendo dar seguimento a tudo o que foi feito. E, caso seja merecedor da confiança da Comissão e do Senado, estarei à disposição de V. Exa., Senador Nelsinho Trad e dos demais Senadores, para continuar aprofundando as relações entre os nossos países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Bernard. Que tenha uma boa missão frente à Embaixada do Brasil na República do Azerbaijão.

Talvez por aquele acidente... Cadê o mapa?

No mapa que tem ali, Baku é conhecida como "a cidade dos ventos", e, na vez em que eu fui para uma missão lá – apenas uma curiosidade –, o avião arremeteu quatro vezes. Aí, chegou na quarta, e todo mundo: "Alguma coisa está acontecendo aqui". Na primeira, você vai; na segunda, você fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais ou menos; na terceira, você já aperta o cinto; na quarta, o piloto explicou: "Não, essa cidade é conhecida como a cidade dos ventos. Isso é assim mesmo. Fiquem tranquilos." Aí, na quinta, ele desceu. "Vá com Deus". (*Risos.*)

Próximo.

Embaixador Pablo Duarte.

O SR. PABLO DUARTE CARDOSO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo. Sr. Presidente e Senador Nelsinho Trad.

Cumprimento também o Senador Hamilton Mourão, o Relator desta indicação, e, ao cumprimentá-los – a ambos –, queria estender a minha saudação a todas as Sras. e a todos os Srs. Senadores membros desta Comissão.

Se me permite, Sr. Presidente, começar numa nota pessoal, eu diria que, para qualquer diplomata, estar diante desta Comissão, pela primeira vez – como é o meu caso hoje –, é necessariamente a maior honra da sua carreira, e muito mais honrado ficarei se esta Comissão e esta Casa confirmarem a minha indicação para o cargo de Embaixador do Brasil em Bissau.

Srs. Senadores, a Guiné-Bissau tem para nós uma importância histórica, nem sempre assinalada, mas muito marcada na nossa história.

O reconhecimento pelo Brasil da independência da Guiné-Bissau, em julho de 74 – antes mesmo que Portugal o fizesse, antes mesmo que qualquer país ocidental o fizesse –, marcou uma mudança de rumo muito importante na diplomacia brasileira, uma mudança de rumo em favor do universalismo, do ecumenismo, da solidariedade, da qual nós somos tributários até hoje.

Eu falei, Srs. Senadores, em solidariedade e queria reforçar esse conceito.

Desde 74, esta tem sido a tônica do nosso relacionamento com a Guiné-Bissau: o apoio fraterno do Brasil na luta do povo da Guiné pelo seu desenvolvimento.

Tenho presente que a Guiné-Bissau é um país que, desde a sua independência, enfrenta enormes desafios institucionais, econômicos e sociais. Vou mencionar um único dado, para ilustrar por que ela aparece na posição 179, de um total de 193 países, no *ranking* de desenvolvimento relativo das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nações Unidas. Essa realidade exige-nos uma ação diplomática assentada, sobretudo, na cooperação para o desenvolvimento.

Numa digressão aqui, enfim, permitam-me assinalar que, mesmo num cálculo estrito, baseado no interesse nacional, essa orientação faz sentido, porque, de uma postura como essa, nós naturalmente extraímos também benefícios políticos.

Mas, afora isso, eu estou convencido... Enfim, em 25 anos de atividade diplomática, eu me convenci de que a boa diplomacia é aquela que se faz justamente na confluência entre o interesse nacional e os valores professados pelo nosso povo.

Permitam-me, por favor, ilustrar com dois ou três exemplos de programas em curso que eu desejo continuar e aprofundar, se merecer a confirmação desta Casa.

Em primeiro lugar, os nossos programas de mobilidade acadêmica atraem multidões de candidatos da Guiné-Bissau. Feitas todas as contas, o Brasil é o segundo principal destino dos estudantes guineenses no exterior, atrás apenas de Portugal.

Nos últimos 15 anos, cerca de 1,5 mil estudantes da Guiné-Bissau cursaram universidades brasileiras ao amparo do programa PEC-G, e, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com *campus* em Redenção, no Ceará, e em São Francisco do Conde, na Bahia, já se formaram outros 1,2 mil guineenses, em 15 anos de atividade.

Em solo guineense, a Agência Brasileira de Cooperação já implementou, ou ainda mantém, um portfólio de um total de 70 projetos de cooperação, e, nesse universo, há iniciativas que fizeram imensa diferença na vida das pessoas.

Destaco aqui o Centro de Formação Profissional que nós lá estabelecemos, em parceria com o Senai. Desde 2006, esse centro, mantido pelo Brasil, já formou quase 7 mil alunos em dez áreas profissionais, entre padeiros, eletricistas, costureiros, técnicos de informática etc.

Outra iniciativa que merece destaque é o projeto que nós desenvolvemos com a Embrapa, uma instituição que nos enche de orgulho, para gerar emprego e renda por meio da diversificação da oferta de produtos derivados do caju.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dezenas de outras iniciativas, que vão desde a área da saúde até o domínio muito mais sensível da segurança pública. E aqui eu queria fazer um registro especial: de fato, nós mantemos em Bissau, em parceria com a Academia Nacional de Polícia Federal, um Centro de Formação das Forças de Segurança, que já capacitou 248 policiais guineenses, em domínios que vão da inteligência ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico, que vêm a ser um verdadeiro flagelo daquela região da África.

E é, também, um tema que me é muito caro a promoção da língua portuguesa, tema que para nós é estratégico, porque tem a ver com a própria projeção internacional do Brasil. Neste particular, cumpre registrar que a Embaixada do Brasil mantém em Bissau a maior unidade de toda a rede do Itamaraty de institutos de ensino de português da rede do Instituto Guimarães Rosa.

A cada semestre letivo, nós temos ali algo como 340 alunos guineenses, que aprendem português e levam consigo, pelo resto da vida, um carinho imenso pelo Brasil e pela nossa cultura. Isso, numa região onde a lusofonia tem perdido espaço, um cenário que nos compre reverter.

Afora o domínio da cooperação, eu queria falar-lhes um pouco dos nossos interesses mais concretos na Guiné-Bissau.

Como eu dizia, diante do quadro social e econômico, as nossas possibilidades de comércio e investimentos com aquele país são relativamente pequenas.

Em 2024, nós exportamos pouco mais de US$6,5 milhões, entre óleos combustíveis, açúcar, álcool etílico e frango. Mas, se olharmos para a série histórica, mesmo no melhor ano dessa série, 2010, nós chegamos a exportar apenas o dobro disso, US$14 milhões.

Numa análise muito preliminar dessa série, o que eu constato é que os anos bons para o comércio bilateral foram aqueles em que nós exportamos mais arroz e muito mais açúcar.

É preciso fazer, claro, um diagnóstico mais detalhado dessa situação e de por que nós deixamos de exportar esses produtos naqueles patamares – isso só é possível fazer no terreno, caso esta Comissão e esta Casa me honrem com a sua confirmação – e, feito isso, encontrar caminhos para recuperar posições nestas e noutras rubricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem parecer valores relativamente pequenos, mas será de interesse de produtores individuais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Tocantins, Mato Grosso, no caso do arroz; de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, no caso do açúcar.

E há um segundo assunto que eu gostaria de registrar aqui, nesta apresentação inicial, que é o apoio que a embaixada presta e deve prestar à comunidade brasileira residente na Guiné-Bissau.

Há, na Guiné-Bissau, uma comunidade pequena, de cerca de 400 brasileiros, que são, na sua maioria, missionários e suas famílias.

Eu tenho recebido relatos do trabalho importantíssimo que esses missionários fazem naquele país, não só na área propriamente religiosa, como também, e sobretudo, na área social, e sei dos desafios que eles enfrentam, da importância de que se reveste para eles a garantia da atenção consular brasileira. Sei também das oportunidades que a sua presença nos traz no estrangeiro.

Muitas vezes – e digo isso por experiência própria –, o missionário brasileiro é fonte valiosa de informações e percepções sobre a sociedade local, e, nos momentos de emergência, quando todos os demais recursos falham, o missionário pode ser um recurso valioso no apoio aos desvalidos.

Por tudo isso, eu queria assegurar-lhes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, se esta Casa me honrar com a sua confiança e confirmar a minha indicação, esses missionários brasileiros encontrarão sempre as portas da Embaixada do Brasil abertas, para que tenham segurança de exercer o seu trabalho e a sua vocação sem nenhuma interferência do Estado brasileiro, mas com todo o apoio consular que lhes é garantido por lei.

Há diversos outros temas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que eu gostaria de poder desenvolver, mas vejo que estou chegando ao final do tempo que me foi reservado. Eu não quero, no entanto, deixar de mencionar o papel importante que o Brasil tem tido no apoio ao fortalecimento das instituições da Guiné-Bissau.

Faz isso, por exemplo, presidindo a configuração específica que existe para a Guiné-Bissau, no âmbito da Comissão de construção da Paz das Nações Unidas, e por meio de iniciativas mais concretas, como o apoio que temos dado à realização de eleições democráticas, apoio prestado já há muitos anos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos aqui um panorama forçosamente incompleto, mas ilustrativo das áreas em que eu gostaria de atuar como Embaixador do Brasil em Bissau, se contar com a confirmação desta Casa.

Eu estou naturalmente à disposição para apresentar uma visão algo mais elaborada sobre alguns temas específicos que possam interessar-lhes, mas não queria deixar de terminar exatamente como comecei, Sr. Presidente, afirmando que estar diante de V. Exas. hoje é a maior honra da minha carreira. Espero muito poder contar com a sua aprovação, para conduzir com seriedade, com entusiasmo e com solidariedade o trabalho que me proponho a fazer em Bissau.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as colocações do sabatinado Pablo Duarte, desejando boa sorte, se aprovado for, em Guiné-Bissau.

Solicito à assessoria que possa já fazer a apuração dos votos.

Antes, porém, enquanto vocês assim procedem, faço a apreciação de requerimento.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para Debater sobre a situação das comunidades brasileiras no exterior.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Outro requerimento, também de autoria deste Senador.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A gente tem vários questionamentos para os Srs. Embaixadores. Pelo adiantado da hora, eu vou entregar pessoalmente para cada um dos senhores: para a Sra. Maria Clara, para o Sr. João Mendes, para o Sr. Ricardo José, para o Sr. Silvio José, para o Sr. Júlio Cesar, para o Sr. Bernard Jörg e para o Sr. Pablo Duarte. E solicito a presteza de V. Exas., que possam responder aqui para a nossa assessoria, para que eles possam transmitir as respostas àqueles que participaram pelo e-Cidadania.

Pode já colocar lá.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ricardo José Lustosa Leal, 17 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

João Mendes Pereira, 17 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Maria Clara de Abreu, 17 favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Silvio José, 17 favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Júlio Cesar, 16 favoráveis, nenhum contrário, uma abstenção.

Bernard Jorg, 17 favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Pablo Duarte, 17 favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

No âmbito da Comissão de Relações Exteriores, declaro aprovados todos que foram submetidos a essa sabatina e solicito uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

Peço ao Senador Mourão para que se junte a nós aqui na frente e aos demais Embaixadores para a gente fazer a foto oficial.

Nada mais havendo a tratar, cumpridas a determinação e a missão desta sessão, agradeço a todos pela presença, em especial às autoridades, desejando-lhes êxito.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5066, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação parcial da Emenda nº 7-PLEN e rejeição da Subemenda nº 1-CCT à Emenda nº 7-PLEN, nos termos da emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3433, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 e as emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 22, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2025 - CI sejam incluídos entre os convidados o senhor SÉRGIO JOÃO WILDNER, Representante dos Caminhoneiros de Santa Catarina e o senhor GIANCARLO PASA, Diretor de Postos de Rodovia da FECOMBUSTÍVEIS." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 24, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2025 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Paulo João Estausia, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística - CNTTL." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer N°

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU)." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 14/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), REQ 22/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 24/2025 - CI, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Finalidade:** Debater a contradição na execução dos procedimentos de Fiscalização do Tempo de Direção e Descanso do Motorista Profissional e suas respectivas sanções, previstas na "Lei dos Caminhoneiros" (Lei 13.103/2015), com a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas rodovias do País. **Participantes:** Adrualdo De Lima Catão, Secretário Nacional de Trânsito — SENATRAN do Ministério dos Transportes; Leonardo Silva Rodrigues, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal — PRF; Paulo Neri Santana, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego; Frederico Toledo Melo, Gerente Executivo Trabalhista da Confederação Nacional do Transporte — CNT; Diumar Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos — CNTA; Valdir de Souza Pestana, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres — CNTTT; Paulo João Estausia, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística-CNTTL; Sérgio João Wildner, Representante dos Caminhoneiros de Santa Catarina; Giancarlo Pasa, Diretor de Postos de Rodovia da Fecombustíveis; José Aires Amaral Filho, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT; e Hugo Leal, Deputado Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Aviso nº 214, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de acompanhamento, com o objetivo de verificar a condução de ações governamentais relacionadas aos contratos de concessões ferroviárias com prazo de vigência próximo do término; Carta 14/2025, da Academia Nacional de Engenharia, que encaminha posicionamento sobre a necessidade de manutenção das obras de arte especiais nas rodovias brasileiras.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento ficará disponível para consulta e eventual autuação pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião está dividida em duas partes. E, agora, na seguinte ordem: audiência pública interativa...

Portanto, já quero antecipadamente agradecer a todos os convidados que se fazem presentes e, muito especialmente, a presença do Senador Beto Faro... Aliás, Fernando Farias, estou mudando do Pará para Alagoas, é uma transformação. (*Risos.*) Inclusive, em termos de superfície territorial, é bastante diferente. Peço desculpa.

Senador Confúcio Moura, que eu já saudei, Senador Fernando Dueire e meu querido amigo Senador Plínio Valério, sejam todos muito bem-vindos e, repito, todos aqueles que estão convidados para a audiência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, dando curso, agora, à primeira parte da nossa reunião, esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a contradição na execução dos procedimentos de fiscalização do tempo de direção e descanso do motorista profissional e suas respectivas sanções, previstas na Lei dos Caminhoneiros, Lei nº 13.103, de 2015, com a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas rodovias do país, em atenção aos Requerimentos nºs 11 e 22, de autoria deste que vos fala, do Requerimento 14, de autoria do Senador Marcos Rogério, e do Requerimento nº 24, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, que são os requerimentos que subsidiam e sustentam esta reunião.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados, que se alternarão aqui, uma vez que o número total de convidados é de 12: Adrualdo de Lima Catão; Leonardo Silva Rodrigues; Jeferson Almeida Moraes; Paulo Neri Santana; Frederico Toledo Melo; Diumar Bueno.

Cabem quatro? Então, até esses, por favor, são todos bem-vindos!

Seguem-se Frederico Toledo Melo, Gerente Executivo Trabalhista da Confederação Nacional do Transporte; Diumar Bueno; Valdir de Souza Pestana; e Paulo João Estausia, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística. É "eustasia" ou "eustásia"?

O SR. PAULO JOÃO ESTAUSIA (*Fora do microfone*.) – É "estáusia".

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E antecipo que o terceiro bloco é composto pelos Srs. Sérgio João Wildner, nosso popular Manjuva; Giancarlo Pasa; José Aires Amaral Filho; e Hugo Leal.

Vislumbro aqui a presença do Deputado Zé Trovão, que eu saúdo igualmente.

Antes de passar a palavra...

À medida que outros Parlamentares surgirem, você me avise para eu fazer a saudação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos, prorrogável, caso haja necessidade. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Gostaria de, antes de passar a palavra ao Sr. Adrualdo de Lima Catão, fazer uma breve digressão sobre o momento que nós estamos vivendo.

A Polícia Rodoviária Federal – eu li, inclusive, a instrução normativa –, acatando uma decisão judicial, está aplicando multas. Eu já lhe pediria que nos informasse quantas multas já foram aplicadas por esse motivo, ou seja, com essa capitulação? A paralisação de trabalhos por 11 horas é controversa e, além disso, há uma discrepância entre a realidade e a lei.

Eu vou sintetizar essa discrepância numa única fotografia: no meu estado, nós temos uma praça de pedágio, uma. E basta dizer que, só o transporte de frigorificados, Senador Fernando – aves, suínos, somos o maior exportador, e nosso Zé Trovão sabe bem disso –, isso só pode ser transportado por caminhão. E só temos uma praça de pedágio no local em que era... aliás, um ponto de parada onde era a praça de pedágio...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Com apenas 50 vagas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com um detalhe a mais. Eu fiz a solicitação, empurrado pelo Manjuva, em 2014; a concessão lá é de 2008, da BR-101; e, desde 2014, pedimos por escrito e, no dia 14, aliás, em 2014, o Dr. Jorge Bastos, que era o Diretor-Geral da ANTT, deferiu – em 2014! A praça de pedágio foi inaugurada, Senador Fernando Farias, pelo seu querido amigo, meu amigo também, Renan Filho, no dia 18 de abril de 2024 – dez anos.

No Brasil inteiro, a informação que eu tenho é de que em rodovias federais existem seis praças de pedágio, perdão, pontos de parada e descanso de motorista. Ponto de parada e descanso de motorista é o que estabelece um contraponto para a parada, quer dizer, a parada do caminhoneiro pressupõe que haja uma infraestrutura mínima de segurança, de coexistência: tomar um banho, descansar efetivamente... Então, não há uma relação entre o texto da lei e a realidade dos fatos. É nesse contexto que nós estamos procurando aqui luzes para uma solução que nos tire desse conflito constante que está acontecendo.

Já deixo aqui a palavra às Sras. e Srs. Senadores, incluindo aqui a possibilidade de participação de outros Parlamentares, além do Deputado Hugo Leal e do Deputado... Eu pediria para que o Deputado Zé Trovão, caso se interesse, já se inscreva aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo, portanto, a palavra ao primeiro dos convidados, repito, com o objetivo de estabelecermos um projeto de conciliação, seja através de projeto de lei, seja através de termos de ajustamento de conduta, enfim, vamos analisar aqui todas as hipóteses.

Senador Bagattoli, seja bem-vindo! O senhor é o segundo caminhoneiro a aparecer aqui.

Então, na busca dessa solução, eu concedo a palavra, por cinco minutos, inicialmente, ao Sr. Secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo de Lima Catão.

O SR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu queria, inicialmente, parabenizar esta Casa pela realização desse tipo de debate, que é sempre muito importante no aprimoramento da regulamentação na área do trânsito, que sempre enfrenta grandes desafios. Sempre com muita boa vontade, o Congresso Nacional busca encontrar meios de reduzir a mortalidade no trânsito brasileiro, que, infelizmente, alcança o número de cerca de 35 mil pessoas mortas por ano, em sinistros de trânsito. Então é sempre muito importante que esta Casa tenha contribuído para o aprimoramento regulatório na área do trânsito.

Nesse tema específico, eu queria brevemente esclarecer a competência da Senatran, que é a Secretaria Nacional de Trânsito e é o órgão executivo de trânsito da União. Ela é secretária do Contran, que é o principal órgão regulador infralegal e que também, nesse caso, pode servir para, se for o caso, aprimorar a regulamentação nessa área, claro, após essas discussões. A Senatran, nesse caso, também é vinculada ao Ministério dos Transportes.

Então, posso falar também um pouco que o Ministério dos Transportes – o Senador Esperidião Amin lembrou que o Ministro Renan Filho recentemente inaugurou esse ponto de parada de descanso em Santa Catarina – tem investido muito fortemente nesse tipo de equipamento, porque ele é um equipamento, claro, fundamental para a redução desse nicho de trânsito, e isso tem sido uma nova política no âmbito do Ministério dos Transportes, tocada pela Secretaria de Transporte Rodoviário, da minha querida colega Viviane Esse. E é importante destacar que o Ministério dos Transportes tem aumentado muito o investimento público e privado, prevendo a necessidade desse tipo de equipamento nos novos leilões, que têm acontecido também em quantidade muito maior do que nos últimos anos.

Então, a tendência é que esse problema, essa relação factual aí entre a lei e a realidade venha diminuindo ao longo do tempo. O problema, claro, é que o tempo a gente não tem. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o problema está acontecendo, e aí a Secretaria Nacional de Trânsito se coloca à disposição para – ouvindo tanto os afetados diretamente pela questão quanto o órgão de fiscalização, que é o competente para lá na ponta fazer a fiscalização efetiva ou não da lei – aprimorar ou não essa regulamentação.

Quando fui convidado, Senador, pelo Senador Marcos Rogério para tratar desse assunto, apontei para ele que o Contran já prevê no manual de fiscalização situações excepcionais. É claro que essas situações excepcionais precisam ser avaliadas pelo órgão que faz a autuação. As situações excepcionais, naturalmente, são aquelas em que se verifica não haver pontos de parada suficientemente aptos para receber os caminhoneiros, e evidentemente nesse caso não caberia multa, que é quando no manual de fiscalização se prevê quando não autuar: nessas situações excepcionais. Evidentemente saber se há ou não há uma situação excepcional sempre pode ser um problema de interpretação, claro. Esse problema de interpretação pode ser, inclusive, levado a uma discussão no âmbito dos recursos – defesa prévia de multa, recurso para a Jari –, porque as pessoas têm direito, todo indivíduo tem direito a recorrer de uma multa, mas é claro que este debate aqui pode ser inclusive aprimorado para a gente eventualmente vislumbrar uma forma de deixar mais clara essa situação.

Hoje, a princípio, eu entendo que a regulamentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO – ... já prevê isso e que caberá, claro, ao órgão de fiscalização verificar cada situação.

Então, aparentemente, demonstrei essa possibilidade ao Senador Marcos Rogério, que me convidou para participar da audiência pública – muito lisonjeado –, e estou também à disposição de ouvir os questionamentos, e me coloco à disposição aqui também da Polícia Rodoviária Federal e das polícias estaduais, quando for o caso, para ajudar nesse propósito.

Muito obrigado a todos.

Eu estou aqui à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É lógico que isto não constrange nem inibe outras intervenções: já temos aqui inscritos o Senador Confúcio Moura, o Senador Fernando Farias, o Senador Jaime Bagattoli e o Deputado Zé Trovão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só queria lhe solicitar que levasse ao ministério essa informação que eu prestei. De 2015 para cá, em rodovias federais foram implantados seis pontos de parada e descanso para o motorista. E a lei já previa – lei. Recomendaria que o senhor levasse ao Ministério dos Transportes a seguinte recomendação: além de cobrar dos contratos de concessão existentes, jamais assinar contratos de otimização que estão em curso, inclusive em Santa Catarina, sem incluir os pontos de parada e descanso de motorista e sem incluir – queria que constasse na ata, viu? – o *free flow*, cujo Relator foi o nosso querido Senador Jayme Campos, com quem eu fiz parceria.

O *free flow*, a partir de hoje, em São Paulo, já está representando mais de 35% de redução na tarifa da chamada ViaOeste, que é a Raposo Tavares e mais uma outra rodovia, sem investimento – redução de tarifa pela mudança do processo de cobrança. Por quê? Porque onde todos pagam, todos pagam menos.

Então, essas duas reivindicações eu queria já assinalar neste início.

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo da Silva Rodrigues, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O SR. LEONARDO SILVA RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite para o Dnit participar desta audiência pública para tratar deste tema, que é extremamente importante para o nosso transporte de carga, para esse modal rodoviário, que é tão representativo na economia brasileira como um todo.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin pelo convite e saúdo os demais participantes aqui da mesa.

Como o próprio Adrualdo Catão já comentou, o Dnit está dentro desse sistema, tratando sobre a parte dos pontos de parada e descanso, justamente na parte da infraestrutura, e, como bem comentado, eu acho que é esse elo entre a fiscalização – que é válida, necessária de acordo com o previsto legal – e a disponibilização dos locais para que se faça cumprir essa legislação, que eu acho que é extremamente importante.

Nós temos trabalhado desde 2015, desde a promulgação da Lei dos Caminhoneiros, para avançar nessa questão com relação aos pontos de parada e descanso, que é um desafio muito grande quando se trata da infraestrutura pública, da infraestrutura promovida pela administração direta. Nesse desafio, a gente vem trabalhando junto com a própria Senatran, com o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério dos Transportes, trazendo essas dificuldades, buscando algumas soluções, mas esbarrando também em algumas limitações.

É importante destacar que sempre a ideia inicial foi a gente trabalhar com as infraestruturas já existentes na rodovia – e aí se destacam os estabelecimentos comerciais, postos, hotéis ou qualquer outra coisa – e alguns equipamentos públicos, como a própria Secretaria de Fazenda, uma própria praça de pedágio, um posto da Secretaria de Fazenda.

Então, sim, a utilização desses equipamentos já preexistentes também é fundamental nessa cadeia para que a gente possa instituir uma rede de apoio aos caminhoneiros.

Só para fazer um recorte, quando o Senador Esperidião Amin apontou sobre os pontos que foram instalados desde 2014, como ele mesmo apontou...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em 2015.

O SR. LEONARDO SILVA RODRIGUES – Em 2015, desculpe-me.

Por parte do Dnit, a gente tem o reconhecimento dos estabelecimentos comerciais. Hoje nós temos 117 estabelecimentos comerciais reconhecidos como pontos de parada e descanso, e esse reconhecimento também não é tão simples porque ele esbarra em algumas questões que partem da iniciativa do próprio proprietário do estabelecimento.

A gente tem algumas questões que a gente precisa respeitar: questões trabalhistas e questões de higiene e segurança do trabalhador, que eu acho que são fundamentais. Também não adianta a gente disponibilizar qualquer espaço e achar que o motorista tem condições de fazer um repouso adequado de uma jornada de trabalho naquela situação.

Ainda tem as outras situações que são muito relevantes também. Se você não tiver um estabelecimento com todo esse controle, com todas essas questões de higiene e segurança, você pode também tornar um ponto de dificuldade, um ponto de problemas de segurança pública com qualquer outra situação. Então isso também é muito relevante, até no ponto de a gente fazer esse reconhecimento. Porque se a gente faz o reconhecimento de um estabelecimento e esse estabelecimento tem algumas questões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO SILVA RODRIGUES – ... que são conduzidas lá de forma não legal, digamos assim, eu acho que isso também prejudica esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o trabalho do Dnit hoje é nesse reconhecimento, é de prover uma infraestrutura com equipamentos públicos já existentes que se possa ampliar. A gente vai utilizar também, em rodovias que retornaram da concessão, as antigas praças de pedágio, como foi feito lá em Santa Catarina, para poder utilizar esses espaços também – lógico, de forma segura, a gente também tem que zelar muito pela segurança viária do acesso aos veículos, da saída dos veículos para a rodovia, para também não incorrer em qualquer sinistro de trânsito.

Mas a gente está trabalhando nessa linha para fomentar essa ampliação da malha. E quem precisar consultar essa malha, ela está disponível tanto no *site* do Dnit, como no *site* do Ministério dos Transportes e da própria Senatran.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço pela contribuição do Sr. Leonardo. Apenas gostaria que o senhor complementasse depois: quando reconhece um posto de gasolina, por exemplo... Nós temos um caso lá, Itajaí. Itajaí hoje está localizada no centro do furacão, é o maior nó do Brasil. No Brasil não existe outra encrenca maior. Ali tem um posto de gasolina credenciado, que foi vendido para a construção de uma grande loja. Aí vocês dão baixa do reconhecimento ou ele não precisa comunicar? Então, eu só queria lhe pedir que atualizasse esta informação, que não deixa de ser alvissareira de ter 115 reconhecidos: se, no caso de dar baixa, se reduz esse número.

O SR. LEONARDO SILVA RODRIGUES – A comunicação... Quando ele tem um interesse de descredenciamento, e a venda do estabelecimento é um dos motivos de descredenciamento, ele tem que nos comunicar para que nós façamos essa atualização.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, leva esse... Veja o de Itajaí. Obrigado.

Com a palavra o Sr. Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal.

Eu queria que o senhor assumisse aqui a posição de nosso guardião. Nós temos o maior respeito pelo trabalho dos senhores, mas neste momento vocês andam sendo muito xingados, porque quem entrega o boleto de multa, de notificação... Então eu quero me solidarizar com a função, tão vital para o Brasil, de nos dar segurança nesse nosso aparato arterial venoso, que é o nosso sistema de circulação das nossas esperanças, mercadorias e pessoas.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES (Para expor.) – Bom dia, Senador. Obrigado pela oportunidade aqui. Eu quero fazer uma saudação aqui aos meus companheiros de mesa, aos Senadores, aos Deputados presentes, às pessoas que estão representando aqui os vários interessados, transportadores, motoristas.

Eu sou Jeferson Almeida, Coordenador-Geral de Segurança Viária, e eu me sinto bem tranquilo com a fala do nosso Senador, porque, como PRF e pela função que tenho, o nosso maior interesse é pela vida de vocês, é proteger a vida de vocês. E a Polícia Rodoviária entende como segurança viária justamente isto: a proteção das pessoas, dos bens, proporcionar ao máximo possível que qualquer viagem seja segura dentro de uma rodovia federal. E essa segurança passa pela redução de sinistros e pela promoção de um trânsito mais seguro.

Com relação à nossa discussão hoje aqui, eu tenho plena consciência de que esta audiência é provocada pela fiscalização que a Polícia Rodoviária vem fazendo sobre a questão da lei do descanso. Porém, eu tenho que dizer que a Polícia Rodoviária Federal não tem discricionariedade sobre isso, ela tem a obrigação de fiscalizar e fazer com que a lei seja cumprida nas rodovias, especialmente aqueles artigos que contribuem diretamente para a segurança viária. E eu tenho plena consciência de que todos aqui devem concordar que dirigir descansado, respeitando os limites da lei no que diz respeito ao descanso, é favorável à segurança viária. E a gente vai ver, pelos dados que a gente tem aqui, que isso é uma realidade.

Ali ficou um pouco pequeno, não sei se todos têm condição de observar, mas é tipo um cronograma do que vem acontecendo com a lei do descanso até o momento em que nós chegamos aqui e que provocou esta audiência. Então, a lei é de 2015, ela já tinha previsão da necessidade dos pontos de parada, e, a princípio, era necessário que esses pontos de parada fossem credenciados, fossem indicados pelo poder público que ali era um ponto de parada para a gente poder fiscalizar.

Mas essa lei sofreu alterações durante o tempo e, atualmente, sofreu uma alteração devido a uma ação direta de inconstitucionalidade, que foi, inclusive, provocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Eles deram entrada, e disso resultaram algumas mudanças.

Uma das mudanças foi que o descanso de 11 horas não pode mais ser fracionado. Antigamente, ele podia ser fracionado em oito horas, e o restante, diluído ao longo do dia; não pode ser mais fracionado. Outra mudança foi que o motorista não pode descansar dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículo em movimento: aquela situação de haver dois motoristas, em que um dorme e o outro dirige, também a ação direta impediu.

A polícia sabe como é delicada essa legislação e sempre procurou agir com cautela. Essa ADI, desde o segundo semestre de 2023, de fato, já era para estar sendo colocada em prática, mas houve a entrada de embargos, e, desses embargos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – ... agora, no final de 2024, chegou-se à conclusão de que não tem jeito, é isso mesmo e está valendo. E nós, pressionados tanto por imprensa, Ministério Público e outras instituições, passamos a ser pressionados para fiscalizar de acordo com as diretrizes da ADI.

Aliado a isso, nós estamos num momento no qual a violência no trânsito está aumentando assustadoramente. Em 2024, nós tivemos um aumento de 10% no número de mortes, se comparado ao ano anterior. Esse aumento é muito grande, a polícia precisa agir e ela é cobrada para agir. Nós passamos a fiscalizar, depois de ter tido a cautela de fazer uma consulta para a Conjur...

Ixe! Quinze segundos.

Só depois de a Conjur dizer "Tem que fiscalizar" é que nós passamos a fiscalizar, está certo?

Aqui eu trouxe o que hoje é considerado por lei como local de descanso: tem os pontos de parada credenciados, mas também pode ser estação rodoviária; podem ser estabelecimentos particulares, como hotel, alojamento, refeitório, posto de combustível. Se esse local não tiver posto de combustível adequado, o motorista, uma associação pode apontar isso, vai ser feita uma avaliação e vai-se deixar de contar aquele posto de gasolina como sendo local de descanso.

Agora, para concluir aqui, porque o meu tempo se esgotou, eu quero mostrar o seguinte: pressionados pelo alto número de sinistros, pelo alto número de mortos... Nós tivemos também – vamos lembrar – uma catástrofe, um acidente muito grave, em Minas Gerais, envolvendo uma carreta que transportava pedra e um ônibus, em que várias pessoas morreram, quase 40 pessoas. Nesse acidente de repercussão nacional, a lei do descanso não estava sendo respeitada.

Então, esse sinistro em si nos pressionou muito à fiscalização. E nós fizermos a operação Descanso Legal em janeiro e em março. Não a fizemos em fevereiro em virtude do Carnaval,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a verdade é que, tanto em janeiro quanto em março, o número de mortos diminuiu consideravelmente. É a lógica: a partir do momento que as pessoas estão mais descansadas, elas dirigem com mais segurança.

O que eu quero deixar claro aqui é o seguinte: a Polícia Rodoviária Federal não vê essa situação como adversária; muito pelo contrário, nós estamos tendo cautela na fiscalização.

Como exemplo, nós ainda não estamos fiscalizando essa questão dos dois motoristas. Nós fizemos uma provocação e estamos esperando uma orientação de como proceder.

Então, nós estamos caminhando de forma bem cautelosa, embora a gente saiba que decisão judicial não se discute, cumpre-se. E a nossa situação hoje é esta: cumprir uma decisão judicial dentro do que a gente tem de lei, está certo?

Desculpem ultrapassar o tempo, Senador, mas devolvo a palavra. Não consegui falar em menos do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu reconheço que o senhor é o mais controverso aqui hoje. (*Risos.*)

O Deputado Zé Trovão já queria aparteá-lo.

Infelizmente, eu vou seguir a regra, a regra: os doze expositores têm cinco minutos prorrogáveis. Até eu tenho intervenções a fazer, mas vou me conter. Respeito as suas informações, e, oportunamente, o senhor vai ser cobrado, o que é normal.

Com a palavra Paulo Neri Santana, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. PAULO NERI SANTANA (Para expor.) – Muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor vê que nós estamos ouvindo, e o universo que é abrangido por esse assunto é muito largo: segurança, direito trabalhista, logística...

Com a palavra.

O SR. PAULO NERI SANTANA – Muito obrigado, Senador.

Cumprimento os presentes e os demais colegas à mesa.

Está bom o som?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui o convite e a oportunidade de passar algumas informações sobre a atuação do Ministério do Trabalho, da fiscalização do trabalho dos motoristas profissionais.

Como já foi passado em linhas gerais, com a edição da Lei nº 13.103, foi trazida uma série de deveres de observância obrigatória para o trabalho desses profissionais. A inspeção do trabalho tem agido tanto na fiscalização do tempo, na duração da jornada dos trabalhadores, incluindo os intervalos de refeição e o intervalo entre jornadas consecutivas. A inspeção do trabalho não abarca diretamente os motoristas autônomos – são os motoristas celetistas que estão alcançados pela inspeção do trabalho –, mas a nossa atuação também traz benefício a essa categoria de trabalhadores em particular.

Nós temos uma linha de atuação que trata dos pontos de descanso, das áreas de vivência dos grandes embarcadores. Estivemos em várias localidades no Brasil – Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia – e, atuando junto a esses embarcadores, nós conseguimos melhorar as condições de vivência, com a construção de alojamentos dignos, banheiros, refeitórios... Não só os celetistas, mas também os motoristas autônomos são beneficiados com essa atuação da inspeção do trabalho, quando a gente faz a verificação de se os locais de parada estão atendendo à legislação vigente, especialmente a NR-24, que trata da questão de conforto destinada aos trabalhadores.

Eu me alinho aqui ao colega PRF também no sentido de que nós igualmente estamos vinculados ao que a lei traz, em termos de fiscalização. Com a ADI 5322, a flexibilização que foi permitida em relação a fragmentar o tempo de repouso entre jornadas não pode mais ser concedida. Infelizmente, essa infração tem sido observada em uma frequência muito alta.

A gente entende que é difícil atendê-la, mas o fato é que, seja com um período de oito horas ou de onze horas entre uma jornada e outra, o motorista vai ter que parar. E é importante que este debate esteja acontecendo aqui justamente para que todos os setores envolvidos, Estado, particulares também, possam chegar às soluções que forneçam local suficiente para que todos tenham a oportunidade de parar. O fato é que, se o descanso seja de onze ou de oito horas, acaba fazendo pouca diferença em relação à quantidade de vagas necessárias para que as pausas sejam fruídas. (*Pausa.*)

A minha exposição é breve, porque é o que eu tenho a falar sobre isto no momento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu gostaria de agradecer a intervenção do Sr. Paulo Neri Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos fazer a troca de guarda. Os senhores podem... (*Pausa.*)

Eu vou pedir, especialmente, para que o senhor da Polícia Rodoviária Federal fique numa quinta cadeira, porque ele é o réu – faz as vezes! (*Risos.*)

Não, pode ficar aí.

Não chega a tanto. (*Risos.*)

Convenhamos, está estourando na mão dele!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Senador Esperidião Amin, eu quero só fazer uma indagação a V. Exa.

Eu imagino que sejam vários convidados, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, são 12.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – São 12.

As indagações que vamos fazer aos convidados aqui serão após a oitiva de todos eles, quando aí os Senadores terão a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o que consta da reunião, mas o senhor pode propor uma alternativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É porque eu tenho uma pergunta que eu imagino que é uma dessas pessoas que estão aqui à mesa, convidados, que poderia nos responder. Entretanto, se o Regimento e, sobretudo, a orientação de V. Exa. for para que seja após os 12 falarem, tenho que aguardar, não tem problema nenhum. Então, eu faria a indagação, porque eu imagino que essa minha indagação seria até para as pessoas indicadas... Todavia, eu imagino...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eles não estão saindo da reunião, eles estão apenas cedendo a cadeira para... E até eu poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, mas está ótimo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poderiam fazer a exposição, mas são cinco minutos para cada um...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por exemplo, como é que vamos fazer uma pergunta antes de ouvir o representante da confederação que ingressou com a queixa no Judiciário, o que ensejou a decisão que a Polícia Rodoviária Federal...? Então, em função disso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço a V. Exa., para dar celeridade ao nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou cuidar muito do prazo – cinco minutos. E vou dizer mais: se for para trazer uma notícia nova... É porque as indagações são muitas, a situação é muito tensa a respeito deste assunto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito. Agradeço. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria a consideração do meu querido amigo.

Eu chamo aqui para ocupar o seu lugar o Sr. Frederico Toledo, Gerente Executivo Trabalhista da Confederação Nacional do Transporte; Diumar Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos; Valdir de Souza Pestana, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, portanto, pessoa diretamente ligada à causa; e o Sr. Paulo João Estausia, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logísticas. (*Pausa.*)

Pediu espaço para mais um, então.

Repito. Eu vou solicitar que, se os senhores puderem ser o mais concisos possível e trazer alguma contribuição: como é que nós vamos resolver esse problema? Ou vamos deixar assim?

Com essa breve interrupção e dizendo que concordo com o Senador Jayme Campos... Todos nós temos perguntas a fazer, mas aí termina a exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Frederico Toledo Melo, Gerente-Executivo da CNT.

O SR. FREDERICO TOLEDO MELO (Para expor.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin.

Cumprimento todas as demais autoridades, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Plínio, Fernando Farias, na pessoa de V. Exa.

Cumprimento também todas as pessoas que estão aqui nesta sala hoje cheia para discutirmos um assunto importante, bem como todos aqueles que nos assistem de forma remota.

Bom, inicio agradecendo aqui a possibilidade de a CNT poder falar de um assunto tão caro para o setor de transportes.

Eu tinha feito uma pequena apresentação, mas eu vou me esquivar de fazê-la porque eu acho que já tivemos tantos bons insumos aqui que vou tecer alguns comentários.

Eu vou iniciar pelo comentário do que Jeferson colocou sobre o acidente, um acidente nefasto mesmo que matou mais de 40 pessoas, em que tivemos aí um caminhão de pedra envolvido, matando pessoas. Naquela circunstância, a pessoa foi pega com todos os tipos possíveis de adulteração: bebida alcoólica, drogas, etc. Não há lei que preserve aquele tipo de situação. Infelizmente, aquele cidadão escolheu colocar a vida dele e a de outros tantos em risco. Ele simplesmente usurpou de qualquer direito, de qualquer bom senso, e aquela situação, aquele recorte, com o devido respeito à PRF, não deve ser utilizado como parâmetro porque é algo totalmente fora da curva.

Se a gente pega a legislação, que é de 2015, e observa bem os acidentes que a gente tem por ano, de 2015 a 2024, o que a gente observa é que, em 2015, a gente teve mais de 122 mil acidentes, enquanto que, em 2024, nós tivemos 70. Esse número veio baixando gradativamente, e eu reconheço que ele aumentou nos últimos dois anos. Tá, Jeferson? Então, assim, o que a gente observa, muito ao contrário, é que o aprimoramento da legislação, combinado com a eficiência das políticas públicas e o bom trabalho feito pela PRF tem gerado a diminuição de acidentes. A gente gostaria que os acidentes com vítimas também baixassem, o que não acontece, e a gente também reconhece. Nós precisamos tratar sob esse olhar e esse recorte específico.

Se a gente observar também, é possível notar que o aumento dos acidentes se dá aos finais de semana, mas os motoristas estão na pista todos os dias. O que acontece no final de semana que é diferente? Há um incremento muito grande da sociedade civil, de pessoas que não estão preparadas como motoristas profissionais para estarem ali utilizando as rodovias. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um fator de risco mais elevado. Não à toa nós temos ali, naquele recorte específico de final de semana, uma acentuação dos acidentes. Então, assim, não sei se é por causa da falta de descanso.

Eu confesso que divirjo muito dessa informação, Senador Esperidião Amin, porque, quando a gente pega a legislação comparada, seja nos Estados Unidos, seja na União Europeia, o descanso é de oito ou nove horas. Por que o Brasil precisa de 11 horas e, nos outros locais, oito ou nove horas funcionam? O brasileiro precisa descansar mais? Não me parece crível essa racionalidade quando a gente estuda o direito comparado.

E sobre a modulação dos efeitos, de fato a PRF teve toda a cautela, mas me parece que o parecer da AGU se esqueceu de dizer o resultado dos embargos de declaração, naquilo que a gente fala sobre o legislado e sobre o negociado. O Supremo Tribunal Federal, lá atrás, no Tema 1.046...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO TOLEDO MELO – ... já tinha dito que, para temas trabalhistas, os sindicatos de trabalhadores e empregadores têm o que a gente chama de autonomia de vontade. A vontade deles pode prevalecer sobre a lei, e por isso eles devem fazer instrumentos coletivos, porque eles conhecem a situação fática melhor do que uma norma geral.

Isso foi respondido nos embargos de declaração da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – o Valdir está aqui do meu lado. Ele propôs os embargos de declaração e o Ministro Alexandre de Moraes, na sua relatoria, que foi acompanhada à unanimidade – não é um voto em separado, é um voto à unanimidade –, reconhece a autonomia da vontade das partes em fazer a negociação. E por que isso? Porque foi mostrado dentro do processo que não haveria motorista suficiente para poder abarcar todos que necessitariam, não haveria caminhão suficiente, nem ônibus suficiente para ser comprado; então a população perderia com produtos que não chegariam a tempo, a população deixaria de ter linhas de ônibus, porque era isso que ia ter que acontecer se não tivesse motorista suficiente. E a Confederação Nacional da Indústria apresentou um estudo técnico mostrando que os fretes aumentariam de 20% a 30% se não houvesse a modulação dos efeitos.

Essas foram as razões técnicas que levaram o Supremo a dizer: "Olha, veja bem, a lei fala em 11 horas, e a gente tem que respeitá-la, mas a gente há de reconhecer – como já reconhecemos no passado, isso não é uma inovação – que o legislado sobre o negociado, a autonomia das partes deve prevalecer". E se existir instrumento coletivo que permita... E não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a supressão do descanso, Zé Trovão, eu estou falando da aglutinação no final: essa pessoa vai descansar um pouco menos nuns dias, mas ela vai passar maior tempo com a sua família, vai ter um descanso mais robusto de qualidade, vai passar quatro ou cinco dias parada, descansando. Então ninguém está falando aqui em supressão, ninguém está falando aqui em alijar direito trabalhista, a gente está falando em readequar a realidade. E, a partir disso, o Supremo reconhece e nos permite que façamos a negociação.

Então o que a gente pede encarecidamente é que a política pública seja cumprida na sua eficácia plena, e não que façamos recortes específicos. Que nós reconheçamos que, se houver um instrumento coletivo, aquela pessoa possa descansar oito horas; e não que ela tenha descansado oito horas e seja parada pela PRF, como nos vídeos que a gente recebe, em que a pessoa tem que ficar à luz do sol tendo que descansar mais 11 horas. Porque na verdade essa pessoa está descansando 19 horas. (*Palmas.*)

Então, eu encerro aqui, Senador, agradecendo a oportunidade e dizendo que a gente... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode me ceder, que nós vamos incluir, essa decisão, à unanimidade, sobre o embargo?

O SR. FREDERICO TOLEDO MELO – Com toda certeza. Eu peço à minha assessoria legislativa para lhe encaminhar agora, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por favor, entregue aqui à Secretaria da Mesa, porque eu acho que é a primeira luz de uma possível solução que nós estamos arrecadando – aqui nós não estamos decidindo, nós estamos instruindo.

Eu lhe agradeço pela contribuição.

O SR. FREDERICO TOLEDO MELO – Com certeza.

Eu encerro aqui a minha contribuição.

Obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu o cumprimento mais uma vez. Acho que é uma luz. E o que justifica, Senador Jayme Campos, é que eu acho que, na oitiva a todos, a gente se enquadra e se atualiza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra... Passo a palavra, portanto, ao seguinte inscrito e convidado: Sr. Diumar Bueno, que representa aqui a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos.

O SR. DIUMAR BUENO (Para expor.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele decepou metade da exposição pelo que ele ouviu. É mais ou menos isso? (*Risos.*)

O SR. DIUMAR BUENO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você veja como é bom! O ouvido poupa a língua.

O SR. DIUMAR BUENO – Um bom-dia especial ao Senador Esperidião Amin, autor do requerimento desta audiência.

Vamos apresentar agora algumas informações relevantes que evidenciam a situação dramática que os caminhoneiros estão vivendo para exercer o seu trabalho.

O Brasil tem hoje 1,7 milhão de quilômetros de rodovia, segundo o Sistema Nacional de Viação. O Ministério dos Transportes diz que existem 4,380 milhão de pessoas aptas para dirigir caminhões contra uma frota total de 4,125 milhões de caminhões. Como se pode constatar, os números de rodovias, veículos e motoristas são robustos, mas, por outro lado, nas rodovias federais, o Brasil tem hoje apenas sete PPDs, que são os Pontos de Parada e Descanso, segundo a ANTT. Com exceção de São Paulo, nenhum outro estado tem PPDs em rodovias estaduais.

Não se pode confundir PPDs com estabelecimentos certificados como ponto de apoio. Se somarmos os PPDs e os postos certificados que existem, cerca de 13,7 mil vagas de estacionamento para caminhões diante de 2,6 milhões de veículos de carga que estão em atividade, rodando pelas estradas, segundo a ANTT, a oferta de áreas de descanso não acompanhou o crescimento da frota. Em dez anos, a frota de caminhões aumentou 30%. Segundo dados do Ministério dos Transportes, hoje existem 950 mil caminhões a mais do que havia em março de 2015, quando foi sancionada a Lei nº 13.103, lei do caminhoneiro.

A lei do caminhoneiro diz que o poder público adotará medidas, no prazo de até cinco anos, para ampliar os pontos de parada e descanso. No entanto, a resolução que regulamenta os PPDs foi publicada só em outubro do ano passado pela ANTT, quase dez anos após a sanção da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, muitos aqui hoje se perguntam: Mas onde os motoristas dormem hoje? Quando o caminhoneiro não encontra locais seguros para descansar, ele fica à mercê da própria sorte.

A CNTA deixa claro que, em momento algum, somos contrários ao direito e à necessidade de o caminhoneiro descansar. A CNTA sempre foi favorável a um disciplinamento do tempo de direção para caminhoneiros, já que muitas vezes foram constatados abusos, principalmente dos caminhoneiros empregados. É preciso também um trabalho de conscientização sobre a importância do descanso, de esclarecimento à categoria sobre os impactos no sono, da fadiga na condução dos veículos.

Está no art. 20 do CTB que compete à Polícia Rodoviária Federal fazer cumprir a legislação de trânsito. Mas também está nesse mesmo artigo que cabe à PRF promover e participar de projetos de programa de educação de segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIUMAR BUENO – No entanto, desde a decisão do STF, em outubro do ano passado, até agora, a PRF está na sua terceira operação de fiscalização do tempo de descanso, um em janeiro, outro em fevereiro e a terceira agora. Nas duas primeiras, já autuou mais de 6,5 mil caminhoneiros. Não vimos qualquer campanha educativa nacional para esclarecer e orientar sobre a mudança no tempo de descanso por parte da PRF, que também deveria informar às autoridades que não há condições para o cumprimento da lei. Não existem áreas de descanso para os motoristas cumprirem a lei. A gente se pergunta se as multas estão resolvendo o problema. Quando o caminhoneiro é autuado e precisa cumprir o restante do tempo de descanso, é oferecido a ele um local para isso? Não.

Na Alemanha, por exemplo, há inúmeros pontos de parada ao longo das rodovias, com distância média entre os pontos variando de 18 a 19 quilômetros. No Brasil, a Portaria 387, publicada em abril do ano passado pelo Ministério dos Transportes, estabelece a distância de até 400 quilômetros entre cada ponto de parada. Mas se fizermos uma média do total de quilômetros dividido pelo total de PPDs e postos certificados, teremos um local para descanso a cada 9.239 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está dividindo... Tem que explicar essa conta. O senhor está dividindo pelos milhões de quilômetros de estrada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIUMAR BUENO – Por todos os quilômetros da rodovia. Exatamente.

No Brasil, somos bons em criar regras...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só uma retificação.

O SR. DIUMAR BUENO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu lhe peço para aperfeiçoar o seu apocalipse, isso aí é o apocalipse. O Júlio César, o nosso Deputado Júlio César, que é o Relator do novo apocalipse, que é muito mais assustador do que o de São João. Mas o senhor teria que dividir o número de postos existentes por estradas federais, estradas estaduais e outras rodovias.

O SR. DIUMAR BUENO – Pois não, Senador. Está certo.

Eu finalizo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senão o senhor vai ser nomeado ajudante de escriba do Júlio Cesar do Piauí... (*Risos.*)

... que está escrevendo o novo apocalipse. É para ficar todo mundo apavorado.

O SR. DIUMAR BUENO – Está certo.

Vou finalizar aqui.

Esse não é um problema só dos caminhoneiros autônomos, mas de todos os empregados de empresas de transporte, do comércio, da indústria nacional e do agronegócio. É preciso que os Senadores, os Deputados, o Governo Federal e o Supremo Tribunal Federal, junto com as entidades que representam o setor de transporte rodoviário de carga, busquem o equilíbrio fundamental nessa relação. O Governo precisa reconhecer que não cumpriu a parte dele e não há possibilidade de, a curto prazo, resolver essa carência de locais para criação de infraestrutura e para a fiscalização da lei. Queremos o apoio do STF para que o Governo cumpra a parte dele.

A CNTA acredita que, juntos, possamos estabelecer um novo cenário, priorizando a segurança dos transportadores, sem desconsiderar as condições específicas da rotina de quem vive mais nas estradas do que com a sua própria família em sua casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Queria agradecer ao querido amigo Diumar e pedir que faça essa especificação, essa discriminação.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Senador, a conta dele está exata, tá?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, pelo número de milhões de quilômetros.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sim, é que não foi especificado.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Os caminhoneiros andam em todos os quilômetros do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por jurisdição. Então, eu acho que só para esclarecer qual é a dívida do Governo Federal, qual é a dívida dos governos estaduais.

Foi dito aqui – e eu não sabia, Senador Jayme Campos – que só o Estado de São Paulo tem ponto de parada e descanso de motorista chapa branca. Pode ter em...

O SR. DIUMAR BUENO (*Fora do microfone*.) – Em rodovia estadual.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... rodovia estadual. Mas uma coisa é credenciado, outra coisa... Chapa branca é o construído por uma concessão ou pelo Governo. O único que tem é o Estado de São Paulo.

Quantos quilômetros de rodovias estaduais nós temos? Quantos PPDs existem nas rodovias estaduais? Eu acho que isso é só para iluminar o nosso conhecimento. Mas lhe agradeço muito.

Com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, só dar um apartezinho, como está democrática a sua audiência pública.

Mato Grosso tem apenas cinco pontos de parada. Isso é uma vergonha, não é? A cota da BR-163, 070, 364, 158, 377...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Incluindo os postos credenciados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Todos, literalmente todos, temos cinco. Imagine que, num estado de dimensão continental lá, com alguns mil quilômetros de rodovias, temos cinco pontos. Pra você ter noção...

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Mato Grosso é o que mais tem, tá? Nenhum outro estado tem cinco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Imagine...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Santa Catarina tem seis, com pontos credenciados.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Não tem, Esperidião. Três ou quatro já foram credenciados por falta de espaço.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa atualização eu já tinha pedido antes.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, e, no Brasil, se não me falha a memória, conforme informação, nós temos 170 pontos de descansos só.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São 175, segundo a estatística que eu tenho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É muito pouco, não é? Mas é isso mesmo. Esse é o Brasil.

Vamos para frente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E aí, Senador, como muito bem lembrado, existem os descredenciados que nós não sabemos. Por exemplo, o Itajaí está aqui como ativo.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Não está mais ativo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, pois é. Por isso é que na primeira intervenção eu já pedi: olhe, tem que me explicar o que está sendo descredenciado. Mas nós estamos aperfeiçoando o conhecimento da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Valdir Pestana, afinal, o senhor é o pai da criança. (*Risos.*)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA (Para expor.) – Bem, vamos lá. A gente é o pai da criança por dependência. Quem casa com a viúva leva os filhos.

Senador, começou em 2012. Era a Lei 12.619, não é, Diumar?

O SR. DIUMAR BUENO (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Uma lei aprovada pelo Congresso, que levou quatro anos sendo estudada por todas as partes e agradava a todo mundo.

Tem alguém representando a CNI ou a CNA aqui? Não? (*Pausa.*)

Ninguém.

Quando eu faço essa pergunta, Senador... São algumas colocações que nós fizemos com o Ministro Alexandre de Moraes... E deixando uma coisa bem clara: os institutos, à época, que foram pesquisados – o Diumar colocou aqui –, principalmente o do sono, à época... Hoje vai ter mais um, com a NR-1, que é o de psiquiatria.

Agora, um negócio interessante... Eu escuto, às vezes, o Trovão falando, outro falando, vejo as mídias, mas é interessante, né? Em 2014, quando a lei foi aprovada, já existia a condição de ter os postos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Eu digo, a 12.619, 2012.

Mas, vamos lá, quando eu perguntei da CNI e da CNA, é porque não ficaram contentes conosco e com os autônomos também. Eu aqui falo em nome dos autônomos, porque, quando eles estão gritando aqui pelo frete mínimo, Senador... Não dá para essa história do custo Brasil ser paga por nós. É impossível a gente ter esse ônus nas nossas costas. Não é o Governo, sozinho, que tem que fazer isso. Se é um conjunto, CNI, CNA, seja lá quem for, embarcadores, recebedores, por que não remunerar aqueles que têm realmente que ser remunerados?

As 11 horas de descanso é só um tópico. Tinha os exames toxicológicos também: nós não concordávamos com esses, e queríamos outros, inclusive, o da saliva na época, igual é o bafômetro hoje em dia. Ainda bem que o Ministério do Trabalho e Emprego entrou com o randômico também, porque é uma necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente está falando de segurança e dignidade humana, Senador... O Jeferson só falou de um acidente. Quando nós conversamos com o Ministro Alexandre de Moraes... E temos muito orgulho do que a gente fez, muito orgulho, porque nós fomos lá para defender a todos, não só os celetistas, mas a todos, porque nós pensávamos sempre na dignidade humana. Mas lá estavam a CNI e a CNT. E eu ainda conversei com o Ministro, falei: "Ministro, nós atiramos para todo lado e acertamos até onde não devia". No turismo – para quem faz turismo –, não dá para ficar sem o segundo motorista. Mas há condição de preparar um leito confortável num ônibus. Mas é um dos maiores, hoje, acidentes em rodovia em relação aos ônibus. Se o senhor pegar o diário de transporte, o senhor vai ver que hoje os acidentes nas rodovias, através dos ônibus rodoviários, estão sendo muito grandes. Não é tanto o transporte de carga. Aí a PRF tem isso.

As multas que o Jeferson fala... Por algum acaso, vocês já têm as estatísticas, para colocar uma hora para a gente, de quais são as localidades das multas? Se é num lugar mais afastado, nos rincões mais isolados do mundo, ou se é nas grandes capitais, nas grandes rodovias? Porque aí vem um negócio chamado sabe o quê? Precarização. Aí pega o Diumar e o bota para trabalhar dobrado, para ganhar o que seria num frete.

Tem um companheiro – não sei se é da CNTB, sei lá de qual é – que dizia que se fossem seis horas estava bom. Bom, uma hora para tomar banho, uma hora para fazer a comida, na hora que ele abria a cozinha dele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Sem condição, Senador.

Então, nisso tem muita falácia. O que precisa se discutir mesmo... Só para o senhor entender: será que essa confederação que nós representamos é tão idiota assim de abrir mão de mais de R$1 trilhão de passivo trabalhista e custo para esta nação?

Eu fui chamado até de ladrão, Senador, mas eu fui lá, no Paraná, me defender, dizendo que todos esses anos todinhos de passivo trabalhista... O nobre advogado que está ao seu lado teve essa sensibilidade, o Ministro Alexandre de Moraes deixou bem claro: "Construam um documento a quatro mãos que eu aprecio". Foi a história de dizer...

Agora: "Jeferson, eu estou com um acordo coletivo aqui, viu? Você não me multa". É até a p. 1, Senador, porque, na hora do acidente, você vai estar lá?!

Quando foi no nosso passivo trabalhista, que passava de 0,5 trilhão... Eu não sei nem o que significa isso, Senador! Eu não sei nem quanto é que está o PIB brasileiro hoje. E, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fala em investimentos, quando se fala de falta de motorista, é porque está começando a crescer de novo, o sistema está andando, está tendo mais carros na rua... Falta incentivo! O que eles estão pedindo, linha de crédito... Eu estou acompanhando tudo que o Paulinho, da CNTTL, está fazendo. Nós somos duas confederações, só que uma é mais eclética que a outra.

E uma coisa que nos mata muito: é não nos deixar negociar. Parem de nos tutelar! Foi isso que nós pedimos ao Ministro Alexandre de Moraes. Deixem a gente negociar!

Senador, eu sei que posso até estourar o tempo, mas, em Foz de Iguaçu, toda a magistratura reunida, toda, do Brasil, ministros, todos concordaram conosco. Estamos colocando algumas coisas lá, porque quem tem que estar numa PEC hoje em dia são os sindicatos, porque são eles que sabem qual é a real necessidade daquela empresa ou não, para não ficar aquele negócio de canibalismo na rodovia: "Eu vou pegar esse frete a qualquer custo que eu preciso pagar a minha prestação". Não é essa a realidade, Senador.

O embarcador tem uma grande culpa disso. Quando eu falei para o senhor em 2012, até hoje são quantos anos? Quantos PPDs foram feitos? Estivemos no Governo Lula, estivemos na ANTT... Tem uma briga hoje em dia, pois tudo querem botar para o Governo pagar a conta. Tudo é para o Governo pagar a conta, mas quem fica com lucro?!

Nós estamos muito preocupados com a dignidade humana, Senador. Não tem preço para a vida neste país. Frete vocês têm que discutir pesadamente mesmo, porque custo Brasil atrelado à CNA e à CNI não dá para discutir assim, não. Desculpem, mas não dá! Ou valoriza o ser humano, valoriza aquele que realmente transporta o Brasil nas costas, ou a gente vai começar a abandonar e vai faltar motorista mesmo!

E muito mais ainda. Nós estamos vivendo num novo momento neste país, Senador, um novo momento. A indústria não vai ter problema. A CNA, a agricultura não vai ter problema. Os transportadores ainda vão sobreviver muito tempo, mas as *big techs* vão acabar com tudo quanto é lugar físico deste planeta – vão acabar! Vai deixar de ser realidade para ser virtual, não é mais físico.

Diumar, outro dia... O Governo está tentando legalizar Uber... A gente fala que é a uberização. Você está tentando legalizar seu frete mínimo. E tem muita gente falando em caminhão autônomo e automóvel autônomo. Daqui a pouco, nós estamos aqui discutindo para ninguém! Vamos discutir com o robô! Isso nós temos que analisar, porque é um futuro que está sendo muito rápido. Está demais isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu louvo, entendo que esta discussão nós vamos ter que afunilar e levar numa PEC.

E vou lhe falar outra coisa, Senador, só para terminar. Os sindicatos estão fazendo milagres, e sabe por quê? Sem receita, sem dinheiro, sem custeio... Como é que eu contrato o Instituto do Sono de novo? Como é que eu contrato o Instituto de Psiquiatria? É difícil concorrer desse jeito. Agora, uma coisa bonita que eu escutei na vida foi quando o Ministro olhou para a CNI e para a CNT e falou assim: "Você é o quê? CNI? Você é CNT? Vocês não são parte. Parte somos nós, nós que entramos com o processo". Mas, quando nós entramos, entramos com uma finalidade: dignidade humana e discutir com os senhores de novo, aqui no Congresso Nacional, o que realmente tem que ser feito. Mas nos escutem, nos escutem. E não acabou a conversa, Senador. Ainda tem o Ministério Público, que diz que nós estamos vilipendiando os trabalhadores de transporte, porque nem tudo ao autônomo, nem tudo ao trabalhador celetista. Então, o senhor vai ter uma missão muito dura agora conosco de nos aturar e discutir de novo todo um processo que levou quatro anos sendo gestado, antes de 2012.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que esse pequeno estouro no tempo está justificado pelo fato de ser a Confederação a autora da ação e acho que foi muito importante também ouvirmos as suas considerações a respeito disso. Portanto, nós estamos dando o espaço...

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA (*Fora do microfone*.) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... necessário, ouvindo-os.

Com a palavra o Sr. Paulo João Estausia.

O SR. PAULO JOÃO ESTAUSIA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Esperidião Amin.

Quero parabenizar por este debate tão importante hoje e registrar aqui o agradecimento ao Senador Zequinha Marinho, juntamente com sua equipe, que foi quem solicitou que a CNTTL estivesse presente hoje, aqui, nesse momento.

Eu vou surpreender todo mundo, Senador, porque eu me sinto relativamente contemplado.

Quero cumprimentar todos os colegas sindicalistas que aí se encontram, líderes sindicais, em especial o meu companheiro do dia a dia, o Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que a CNTTL, dentro do contexto da ação ADI, sobre essa questão do intervalo de 11 horas ininterruptas, a única contestação que nós temos é que primeiro veio a obrigação e a estrutura não veio. Então, sem a estrutura, não é possível cumprir na prática. Isso é fato real. Essa é uma constatação. Não tem possibilidade nenhuma de cumprir esses intervalos, porque não tem os pontos de parada. Eu não vou repetir aqui, Senador, o que já foi dito. Seis pontos de parada... Todo mundo tem os dados – todo mundo tem os dados. Tem mais uns dez em construção, mas ainda está... Aí tem os pontos que são cadastrados pelo Dnit – já foi colocado aqui –, porém são pontos extremamente precários, que exploram os caminhoneiros, onde você coloca uma moedinha com cinco minutos para tomar banho; se forem oito, já é mais caro. É uma exploração total. Então, isso não deve ser considerado como ponto de parada.

O próprio Senador acabou de colocar que é necessária uma revisão do Dnit para verificar que é preciso, claro, descredenciar vários pontos desses que hoje não estão cumprindo os requisitos. Esse é um fato.

Então, a CNTTL se posiciona diretamente, com todos os requisitos em favor de todos os trabalhadores, na defesa da vida, tudo isso é importante, a dignidade humana, porque nós defendemos os trabalhadores, nós somos defensores dos trabalhadores. Portanto, essa questão do intervalo das 11 horas é impraticável. É necessário que se ache uma solução de buscar, vamos dizer assim, um equilíbrio sobre essa questão.

E hoje, eu acho que a PRF está aqui, na pessoa do Jeferson... Quero parabenizar aqui, Jeferson, a sua afirmativa, porque a obrigação não prevarica, tem que cumprir a legislação. Então, está cumprindo o seu papel, mas, claro, que o Parlamento vai precisar tomar um posicionamento com relação a isso.

Então, registrado aqui está: 11 horas é impraticável com os pontos de parada... a inexistência dos pontos de parada que o Brasil possui hoje. Somente isso, Senador.

Muito obrigado, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

Cumprimos a segunda parte.

Vamos para a terceira parte, dos depoentes, vamos chamar assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os senhores vejam que estamos tendo uma evolução aqui: tanto os trabalhadores quanto os representantes do setor institucional e dos transportadores, digamos, das empresas, nós estamos chegando a pontos de encontro, de convergência e pontos que têm que ser explorados.

Então, eu libero os senhores quatro para retornarem e convido aqui, nessa última trancha, o Sr. Sérgio João Wildner – não confundir com Wilder Morais, nosso Senador. Este é o Manjuva Caminhoneiro, de Santa Catarina. Portanto, deve ter tido como instrutor o Bagattoli.

O Giancarlo Pasa, Diretor de Postos de Rodovia da Fecombustíveis. Deve ser... Eu queria que esclarecesse... A Fecombustíveis deve ser uma rede de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O José Aires Amaral, que não estava presente ainda, não sei se já chegou... (*Pausa.*)

Está fazendo virtualmente. É o representante da ANTT.

E o Deputado Hugo Leal, tem o seu prazo aqui.

Com isso, nós encerraremos as exposições e passaremos, em seguida, para o debate.

Com a palavra, Sérgio Manjuva. Pegue aquele microfone lá!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está falando, portanto, no microfone do Senado, diretamente de Itá.

O SR. SÉRGIO JOÃO WILDNER (Para expor.) – Bom dia a todos!

Dessa questão, eu comecei, em 2013 já, a ir atrás disso aí. Peguei 20 mil assinaturas dos motoristas e entreguei para o Senador Esperidião Amin para construir o primeiro ponto de parada do Brasil. Como diz Zé Trovão, é pequeno, mas já passaram mais de 140 mil caminhões por lá. É um ponto para tomar banho, para descansar um pouquinho e tocar; não é para estacionar, com foi bem-dito.

Todo mundo fala bonito, mas a real é o seguinte: tu sais de Criciúma até São Paulo, não tem nenhum lugar para parar depois das 7h da noite. Então, nós temos que, urgente, começar a fazer estrutura para nós. E como que nós vamos cobrar uma lei se nós não temos estrutura, né? Como é que a polícia vai pegar o caminhoneiro e trancá-lo por 11 horas? Onde? Nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar um lugar. Nem nos postos da polícia rodoviária nós podemos ficar; em São Paulo, nem no pedágio nos deixam estacionar. É uma vergonha, é só multa. Então, eu acho que tem muita coisa para fazer para a classe antes de exigir a multa.

Portanto, por enquanto, eu vou sugerir também oito horas, como estava, que é o certo, e pedir também para a Polícia Rodoviária Federal ter mais educação com os caminhoneiros, respeitar o caminhoneiro. Aí é um pai de família que sai de casa, deixa os amigos, deixa os familiares, às vezes 30, 60, 90 dias. E, às vezes, o cara chega ali e nos trata igual a um cachorro mesmo. Isso, então, é a minha indignação.

Obrigado a todos e fiquem com Deus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito bem. Pode ficar, continue aí. Alguém vai te responder ainda.

O SR. SÉRGIO JOÃO WILDNER – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Giancarlo Pasa, Diretor de Postos de Rodovia de Combustível.

O SR. GIANCARLO PASA (Para expor.) – Bom, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da Fecombustíveis.

O SR. GIANCARLO PASA – Fecombustíveis.

Antes de eu fazer minha apresentação, só queria contextualizar.

Eu sou Giancarlo Pasa, meu pai era caminhoneiro na época da Estrada da Ribeira ainda, então ele começou quando a Régis Bittencourt foi inaugurada. Ele teve oportunidade, saindo de Curitibanos, Santa Catarina, de ter comprado, junto com o meu padrinho, lá de Gaspar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quebra-tigela.

O SR. GIANCARLO PASA – Exatamente.

Quer dizer, então, eles começaram a sociedade nesse posto lá em Curitiba. Daí meu padrinho resolveu sair da sociedade e meu pai ficou lá em Curitiba. Então, tudo hoje que a gente... Quando aparece posto de combustível, parece que a gente até é um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marginalizado, de repente tido como inimigo – certo? –, mas não é isso que a gente está querendo aqui. Tudo que a gente tem hoje é por causa do caminhoneiro e sempre a gente teve esse cuidado – a minha mãe – com o caminhoneiro o tempo inteiro.

Mas a gente precisa contextualizar algumas coisas. Então vamos lá. Deixe-me colocar para vocês aqui.

A Fecombustíveis representa 34 sindicatos no Brasil, que são mais de 40 mil postos, além da questão da Abragás também, que está baseada na gente.

Eu, desde 2012... Inclusive, antes disso, né, Diumar... Quando foi a primeira greve, Diumar?

O SR. DIUMAR BUENO (*Fora do microfone*.) – Em 1986.

O SR. GIANCARLO PASA – Então, a primeira greve em que o Diumar foi lançado nos jornais foi lá no nosso posto, né, Diumar? Então já temos um conhecimento antigo aqui, provando como é que a gente sempre está querendo participar dessa vida do caminhoneiro. Só que a gente tem que ter menos paixão nisso daí, tá? Então, é isso que eu quero colocar para vocês aqui.

Então, desde 2012, quando teve a 12.619, a Fecombustíveis foi chamada e eu estou participando desses estudos, até com os grupos de trabalho. Em 2012, o Ministério dos Transportes... Existe um estudo – certo? –, só que acho que nunca foi utilizado, que é: Postos de Combustível – Localização Georrefenciada Preliminar dos Possíveis Pontos de Parada em Rodovias Federais para Atender a Lei 12.619/12. E foram mapeados mais de 3 mil postos situados em rodovias que poderiam participar da solução desse problema, que seria o das paradas.

Em 2015, com a situação da greve que houve em 2015, todo mundo saiu correndo atrás e houve aí a questão da casca de banana que foi jogada para o Governo, que seria o Governo Federal ter que homologar esses PPDs. Então, a partir daquele momento, esses 3 mil postos deixaram de existir, ou outros estabelecimentos na rodovia, e passaram a existir somente aqueles que fossem homologados. Na época, até eu estive no Ministério do Trabalho, porque a legislação era ainda mais restritiva, então ainda a gente quis ir do inferno para o céu com passagem única, certo? E eu falei: "Cara, não tem como vocês colocarem isso daí, botar isso em pé". Isso foi colocado ali.

Então, isso mais ou menos foi criado... Eu participei já, como a grande maioria de vocês, daquele grupo de trabalho que teve lá primeiro com o Dr. Heber, depois com o Tarcísio, toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, e sempre teve essa discussão sobre o ponto de parada. Ao contrário do que o Paulo falou, que, por exemplo, você chega a um local e o pessoal tem aquela coisa da moedinha, que você tem que comprar um banho... Isso é uma coisa polêmica, porque não tem como você prestar um serviço de qualidade sem ter uma receita. A partir do momento em que não há o abastecimento, não tem como fazer a receita. Nem na casa da gente o banho é de graça, a gente é obrigado a pagar energia elétrica. Então, não tem como a gente querer algo que seja impossível; a gente está falando do possível. Quando a gente quer o impossível, a gente não chega a lugar nenhum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIANCARLO PASA – Eu brinco aqui que não se faz uma omelete sem quebrar ovos – é uma brincadeira que eu coloco para vocês aqui.

Eu coloco aqui: isso é um terreno que tem na Régis Bittencourt, um projeto que tem para colocação de um posto. Aquela sala lá é uma sala de um dos nossos postos. A gente decidiu ter uma sala VIP de aeroporto para os caminhoneiros. Isso daí está lá, km 68 da Régis Bittencourt, em que todo mundo que é nosso cliente, que abastece, pode ficar gratuitamente. Isso daí, certo?

Então, o que a gente tem? Hoje, para construir esse posto lá, sem terreno, a gente está falando em R$40 milhões. Só a marginal para a gente ter o acesso à rodovia custa R$4,5 milhões. O valor dessa área é cerca de R$20 milhões, a gente está falando de R$60 milhões. E fora daí você tem a manutenção, certo? Então você tem energia, destinação... Por exemplo, quando você toma banho ou vai a um banheiro, eu tenho que tratar todo aquele efluente, porque nós não estamos ligados na rede urbana. Nós temos que ter estação de tratamento de efluentes. E toda a manutenção de acesso é feita por nós. Por exemplo, a gente recebe uma notificação extrajudicial, de que aquele acesso que a gente construiu para aqueles R$4,5 milhões, obrigatoriamente eu tenho que dar toda essa manutenção enquanto ele depois passar para a finalização. É questão de segurança, de zeladoria de pátio, tudo isso que a gente tem que estar falando, certo?

Só que hoje o cenário, a gente sabe que 45% do combustível comercializado no Brasil são impostos de combustível. Então, aquela transportadora coloca uma bomba, por exemplo, em Santa Catarina, uma bomba em São Paulo, e ela deixa o caminhão indo para a rodovia sem ter nenhum tipo de consumo. Então, a hora que o caminhoneiro tem a opção de parar no local e cozinhar na sua própria gaveta e tudo isso que ele tem que fazer, ele gera resíduos que eu tenho que, por exemplo, destinar. Toda aquela coisa que ele traz lá, que não tem problema nenhum, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o lixo que ele joga lá, eu tenho que fazer... A hora que ele vai ao banheiro, eu tenho que tratar efluente. Então, são coisas que a gente tem que, dentro desse universo que a gente se complementa, entender a dor de um e a dor do outro para a gente chegar ao denominador comum.

Então, essa é a minha exposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço ao Sr. Giancarlo Pasa pelo esclarecimento, pelas informações. Achei muito úteis.

E consulto se o nosso José Aires Amaral Filho pode já ser conectado.

O SR. JOSÉ AIRES AMARAL FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom dia. O senhor acompanhou a reunião até aqui? Os esclarecimentos e posição da ANTT são muito bem-vindos. O senhor tem a palavra.

O SR. JOSÉ AIRES AMARAL FILHO – Bom dia, acompanhei sim, Senador. Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço às Excelências os Senadores, membros da Comissão de Infraestrutura; ao Presidente também, Senador Marcos Rogério; Senador Esperidião Amin, que vem conduzindo esta audiência pública, e a todas as lideranças dos transportadores.

Bom, complementando um pouquinho o que já foi dito e todo mundo tem acompanhado, a Lei 13.103, de 2015, incontestavelmente trouxe diversos benefícios à categoria. Como a gente viu, ela prevê a questão de PPD, questão de exame toxicológico, tempo máximo de direção, repouso; por exemplo, o prazo máximo para carga e descarga. Todos esses ganhos que a categoria conseguiu foram precedidos de paralisação da categoria e eu acredito que foram importantes e são importantes para a gente discutir como melhorar o transporte, a prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas no país, especificamente.

Só que por outro lado, a legislação também expõe fragilidades da infraestrutura nacional e é bem por isso que todos estamos aqui discutindo sobre essas fragilidades. Ao mesmo tempo que a legislação traz a oportunidade e o direito de todos os transportadores terem pontos de parada de descanso, a gente olha para uma outra realidade dos números do setor. Nós temos em torno de 796 mil transportadores cadastrados no RNTRC, que é o registro de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transportadores rodoviários de cargas, com aproximadamente 2,7 milhões de veículos cadastrados na base e entre 5 e 6 milhões de operações de transportes por mês, se nós considerarmos a quantidade de manifestos de cargas emitidos.

Por outro lado, a gente tem em torno de 175 estabelecimentos credenciados, sendo que 22 estados possuem algum PPD e, quando a gente olha para as rodovias federais concedidas, a gente vê somente oito PPDs entregues pela ANTT e dez previstos aqui para o próximo ano. Isso evidencia, por óbvio, a necessidade de a gente acelerar toda essa questão de infraestrutura e a necessidade de o Estado também intensificar as entregas.

Além disso, também mostra, por outro lado, que não adianta ser uma responsabilidade somente do Estado, sendo que a gente precisa olhar, por exemplo, também a questão dos pontos de espera nos embarcadores. A legislação traz aquela questão de início da jornada, já no tempo de espera, e isso também tem mostrado a precariedade ali com relação aos pontos de espera nos principais embarcadores e também nos portos. Como a gente tem observado agora, em especial com o recorde da safra, a gente tem tido problema ali na ponta e nos portos exatamente porque carecem de pontos de espera ou pátio de reguladores ali, para os caminheiros aguardarem para o início de uma jornada.

Como todos vieram colocando aqui, foi um longo período de 2015, por exemplo, para a resolução da agência, como foi colocado pela própria CNTA. A Resolução 6.054, de outubro de 2024, traz alguns cenários... Vamos dizer assim, alguma luz no fim do túnel, digamos assim.

Todos os contratos vão ter que se adequar à previsão de PPD, independentemente se eles tinham essa previsão ou não – todas as concessões têm que apresentar, no prazo de um ano da publicação da resolução, projetos para a ampliação de PPDs.

Cronograma de implantação. Se foram PPDs básicos, em até três anos – o início de todos os PPDs é de terem implantados –, e, se for um PPD mais complexo, que é aquele que tem uma parceria público-privada, em até cinco anos de implantação.

Isso a gente viu ali que teve uma intensificação, as próprias concessionárias começaram a enviar os projetos de alteração dos PPDs – a agência tem acompanhado isso –, mas, por outro lado, também mostra a necessidade de a gente pensar de forma integrada. E eu digo integrada desde o planejamento, desde o impacto disso nas operações de transporte.

Como foi bem colocado aqui, ao mesmo tempo que existe uma obrigação de fiscalizar, existe uma deficiência de infraestrutura para isso. Isso acaba refletindo no preço do frete, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba refletindo em dificuldade de atrair novos motoristas para operar o transporte. Já existem estudos que apontam, mundialmente, uma falta de 3 milhões de motoristas profissionais para operar. E essa dificuldade está relacionada exatamente com as condições de trabalho. Então, sim, evidencia a necessidade de ter uma participação público-privada para essa expansão.

A agência está atenta a essas dificuldades. Realmente são insuficientes os postos de parada e descanso já instalados em rodovias federais concedidas, mas essa resolução traz um norte para a gente intensificar a implantação nas concessões rodoviárias federais.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou considerar encerrada a apresentação. Eu gostaria de fazer um pedido ao Sr. Amaral. Primeiro, já é uma decisão nós recomendarmos e vamos cobrar que a ANTT não apenas nos contratos novos, mas também nos contratos existentes cumpra a lei do *free flow*. *Free flow* significa, Senador Marcos Rogério, entre 35% e 45% de redução de tarifa.

Ontem, entrou em vigor em São Paulo, no Complexo Rodoviário Oeste, assim chamado Oeste, Raposo Tavares mais uma rodovia, sem nenhum investimento, de 19% a 35% de redução no custo, por quilômetro, da tarifa de pedágio, sem a praça; ou seja, nós queremos que a ANTT estabeleça um cronograma para isso, para cumprir a lei. Isso é lei de 2021, de minha autoria, e o Relator foi o Senador Jayme Campos.

E, quanto aos pontos de parada e descanso de motorista, eu relembro que foi o Manjuva que me estimulou a, em 2013, pedir à ANTT. A ANTT deu o "pode" em 2014, e o ponto de parada e descanso de motorista da Palhoça, que, aliás, está funcionando maravilhosamente, ainda que pequeno, como salientou o Deputado Zé Trovão, é único – é filho único em termos de PPD, chapa branca e Santa Catarina.

Então, faço esse apelo e queria lhe pedir para conferir uma estatística. No começo da exposição foi mencionado que nós temos, no Brasil, se a memória não me falha, quatro milhões e trezentos e alguns mil caminhões e quatro milhões e cento e poucos mil motoristas habilitados.

O senhor falou em três milhões e pouco. Há um conflito de 1 milhão na estatística habilitada para dirigir caminhão. Não é carteira B. Então eu queria lhe pedir para conferir esse dado estatístico.

Pelo Regimento, eu vou conceder a palavra primeiro aos requerentes, primeiro aos donos da Casa. Se o senhor quiser se sentar aqui, a cadeira é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Zequinha Marinho, que são autores. São inscritos o Senador Jaime Bagattoli e o Deputado Zé Trovão, que nos honra com a sua presença.

Eu não posso fixar prazo, mas há prazo regimental para as intervenções. E concedo, com muita alegria, a palavra ao Senador Marcos Rogério, seguido do Senador Zequinha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... se comparecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu vou abrir mão da prerrogativa de primazia para falar como autor do requerimento. O Senador Jaime tem uma votação na CAE e, se V. Exa. concordar, eu franquearia a ele a palavra, porque tem uma votação importante lá. Eu não sou membro da CAE, ele é. Por essa razão, declinaria da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor presta uma homenagem a mim – a mim, Amin –, a Santa Catarina e aos caminhoneiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque daqui... Quantos anos de carteira de motorista profissional?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E eu não ousaria, nessa matéria, antecipá-lo, que conhece muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nessa matéria, na matéria indígena... ontem eu recebi o Prefeito de Ibirama. Em matéria de terra indígena e boleia de caminhão, ele é imbatível.

Por favor, Senador, já conte com a palavra. Em seguida, o Deputado Zé Trovão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Quero agradecer ao nosso Presidente, que está nesta Comissão neste momento, Senador Marcos Rogério, ao nosso Senador Amin, Presidente desta Comissão neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento. Quero parabenizar todos os convidados que estiveram aí, em especial as palavras do Frederico Toledo Melo e também as palavras do Giancarlo Pasa. Temos aqui também o Deputado Zé Trovão, que foi motorista de caminhão, é motorista de caminhão, conhece.

Quero dizer para você, Senador Amin, é que a única coisa que vocês não podem me cobrar no Senado é diploma de faculdade. Eu só tenho diploma de serviço, porque eu não tenho estudo, sou uma pessoa formada no segundo grau incompleto.

Eu quero dizer para vocês que eu tenho um grande conhecimento de tudo o que vocês falaram aqui: sobre parada, sobre não ter os pontos de parada, sobre a situação do caminhoneiro. O nosso caminhoneiro no Brasil é um cara humilhado. Por onde ele anda neste país, ele é humilhado. Ele não tem mais... Eu nem sei como eles estão tendo condições ainda de trabalhar, porque não têm dignidade nenhuma.

Olhem, vocês estão falando com um transportador, sou transportador da Shell Brasil. Essa legislação eu cumpro há mais de 15 anos. Eu fui o primeiro no Brasil, um dos primeiros a começar a comprar caminhão nove eixos de 25m. Um dos primeiros, porque a legislação... Em 2000 eu já tinha caminhão de 25m – 1999 para 2000 –, são mais de 25 anos. Então nós sabíamos que em pista simples só podia... A lei é clara: nascer do sol ao pôr do sol.

A lei é clara. Então, ele não pode andar à noite.

Agora, eu pergunto a vocês, a você que é da Polícia Rodoviária Federal, naquela situação de Porto Velho, de Mirituba, de Rondonópolis, que é terminal ferroviário, e os outros dois são terminais de hidrovia, o motorista chega, Senador Amin, às 10h manhã. Às 10h, ele chega lá e para num posto de gasolina.

Inclusive, quando você falou em postos de gasolina, eu tenho dois postos grandes. Nenhum é credenciado. Postos com cinco, seis hectares, pavimentados, postos de gasolina. Não me credenciei porque isso era muito complicado, não deixei credenciar na época.

Estacionamento em Vilhena: se não for cliente, nós cobramos. Temos um estacionamento privado. São muito sábias as suas palavras sobre essa situação de estacionamento.

Mas eu quero dizer à Polícia Rodoviária Federal que eu sei que eles têm que cumprir a lei, têm que cumprir a legislação, mas o motorista chega a Porto Velho às 10h da manhã. E o chamam para descarga às 2h da manhã. Ele já ficou o dia inteiro. Às vezes, ele chega à noite, no escurecer, fica a noite inteira e vai ser chamado na outra noite para descarregar. Já vai para o segundo dia parado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que acontece? Com duas horas, ele vai lá, descarrega e volta. Ele tem que ficar mais 11 horas parado. Como o motorista vai ficar 11 horas parado se ele chegou à 1h30 da manhã? Ele só vai poder sair ao meio-dia. E esse caminhão, em pista simples, só pode rodar durante o dia. Ô, meu! (*Palmas.*)

Eu vou dizer para vocês: eu conheço caminhão, eu sou motorista profissional. Eu pego um caminhão desse de nove eixos e dirijo, carregados, tanque. Só não dirijo os tanques meus, hoje, porque não tenho mais o curso Mopp. Eu não fiz aquele curso. Senão, eu dirigia.

Até uns tempos atrás, quando eu comprava três, quatro, cinco caminhões, eu mesmo ia buscar, ia com os motoristas. Eu conheço as dificuldades todas neste país, todas.

Então, cada região é uma região atípica. Aí todos esses motoristas estão sendo multados. E sabemos que o caminhão, em pista simples, Marcos Rogério, só pode andar de dia. A licença é clara: nascer do sol, pôr do sol. Ele não pode andar à noite. Eu conheço isso. Eu tenho caminhões andando há 25 anos. Os caminhões são expressamente proibidos.

Digo mais à Polícia Rodoviária, que está aqui: sabem o que é a lei da Shell? Eu tenho que cumprir as leis que estão na Inglaterra. Graças a Deus, ao bom Deus, nos últimos 25 anos, eu não tive nenhum acidente, nenhum acidente grave, nada! Até se acontecer um acidente com vítima no Brasil, você tem que se reportar à Inglaterra. A Shell Brasil é na Inglaterra.

Mas eu tenho outros tipos de transporte, carga seca, alguma coisa na soja, caçamba, basculante, nove eixo, boiadeiro, tudo. Então, eu tenho conhecimento dessa situação do nosso caminhoneiro.

O que eu ia falar para vocês: a Shell nem aceita esse tacógrafo. Nem aceita esse tacógrafo! Para eles, pode tirar fora. É um computador de bordo, Senador Amin. O motorista é obrigado a reportar até as frenagens bruscas que ele dá na estrada, se ele freou para um buraco. Ele não pode sair fora da rota. Tem uma câmera dentro da cabine.

Eu tive uma dificuldade muito grande quando teve que colocar a câmera dentro da cabine. Por quê? Porque ele não pode, Marcos Rogério, Senador, levar nenhum caroneiro, nem a mulher dele, nem eu, que sou proprietário, um dos proprietários da transportadora. Nem eu! Eu não poderia entrar. Poderia, sim, com uma licença que eles fizessem, com uma autorização.

Então, nós temos diversos gargalos que nós temos que resolver.

Um é o problema das paradas. Na BR-364, não tem um lugar para parar, nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Vilhena a Porto Velho, são dois postos grandes de gasolina que tem. O Mirian opera os dois: um nosso, do Grupo Bagattoli, e um dele, em Porto Velho, na capital. São os dois maiores postos que tem, de pátio.

Mas não cabem esses caminhões todos mais lá. Entenderam?

Em Vilhena, também não cabe. Em Vilhena, eu até cobro quando o motorista não é cliente. É injusto? Não é que é injusto. É que tem um custo, como o Giancarlo Pasa explicou naquela hora. Como você tem um custo, você tem que cobrar.

Senador Amin, nós temos que nos debruçar em cima dessa situação do nosso caminhoneiro.

Eu ainda acredito que o nosso caminhoneiro, no Brasil, vai parar por conta. Não é a questão nem da rodovia. Eu nem sei como é que eles estão trabalhando ainda, porque dinheiro, não ganham com isso aí. Como isso, não ganham mais nada. Literalmente, a operação está liquidada.

E o problema não é só do embarcador, não é só dos grandes transportadores. O problema está no conjunto total.

Nós temos um óleo diesel de R$6, R$6 e pouco.

Eu até admiro que o caminhoneiro não tenha ficado em casa, porque eu ouvi uma conversa do Presidente da República falando que, quando tem algo que é caro, é para não comprar. A hora que o motorista se tocar que o óleo diesel...

Eu sei o que é o preço de diesel. Nunca tinha visto diesel estar mais caro do que gasolina. Nunca tinha visto isso.

Quando o motorista se tocar, neste Brasil, que o combustível está caro, se ele ouviu o que o Presidente da República falou, ele vai ficar em casa, porque está muito caro, realmente.

Eu fico triste, no país, que uma classe tão sofredora, tão sofredora seja humilhada.

Eu quero dizer para o senhor, que é da Polícia Rodoviária Federal, algo que eu nem poderia falar neste momento: eu tenho um caminhão zero, novo. Eu comprei seis ou oito caminhões Volvo e Scania novos, zero. Um caminhão desse estava na terceira, quarta viagem, a Polícia Rodoviária fez uma apreensão em Comodoro, Senador Amin, no Mato Grosso.

E o Arla – eu sou dono de posto gasolina, talvez eu até vá responder a um processo ambiental, eu com meu irmão, não sei –, sabem o que aconteceu? Disseram que o Arla não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conferia. O Ibama liberou o caminhão para eu ir embora. Não sei o que ia fazer, mas liberou. A Polícia Rodoviária, não. A Polícia Rodoviária prendeu o meu caminhão zero, caminhão novo.

Sabem o que aconteceu? Está há um mês e meio preso lá no posto fiscal, em Comodoro.

Isso é humilhante para um cara que trabalha e para uma pessoa igual a mim, que sou transportador de uma multinacional e não posso fazer nada de errado.

Hoje, a Polícia Rodoviária Federal é *expert* em conhecer madeira. Está cheio de caminhão preso, naquela Rondônia.

Madeira, eu conheço. Sou neto de madeireiro, o Senador Amin sabe disso. Meu irmão toca uma madeireira em Santa Catarina. Eu sei o que é madeira, sei o que é o sofrimento de um cara que tem uma serraria, sei tudo.

Tem mais de três mil metros cúbicos de madeira esparramados dentro daquelas polícias rodoviárias, apodrecendo.

Temos que fazer uma lei aqui, Senador Amin, para que isso seja leiloado e para que, se o cara que embarcou estiver errado, pelo menos isso sobre. Tem caminhão apodrecendo com tora em cima. Eu nunca vi isso na minha vida! Eu fico tão indignado com essas coisas.

E ajudei a Polícia Rodoviária Federal com emenda parlamentar. Olhem que erro que eu fui fazer! (*Palmas.*)

Olhem que erro que eu fui fazer! Entenderam?

Eu acho que vocês têm que cumprir a lei. Eu não quero nada fora da lei, nada. Nada, eu quero fora da lei.

Os motoristas meus, eu tenho 80 e poucos motoristas, sabem por que eles gostam de mim e do meu irmão? Juro por vocês, por Deus: eles gostam que nem irmãos. Sabem por quê? Porque nós temos conhecimento daquilo que eles fazem. Essa é a diferença.

E eu vejo o sofrimento. Eles são humilhados. Naqueles postos fiscais, é uma humilhação que é inexplicável.

Mas, Senador Amin, vou terminar aqui as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concluindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concluo o que eu tinha para expor. Tinha mais coisas que eu precisava falar, mas numa outra oportunidade.

Desculpe-me o policial rodoviário federal, mas são situações que a gente tem que expor, que são a realidade.

Só para frisar: esse caminhão está lá... O desembargador... Paga R$30 mil de multa. Autorizei pagar a multa, autorizei pagar os R$30 mil, e, mesmo assim, não liberou. Está preso lá.

Se quiser deixar mais um apodrecer, para mim, não fico nem mais rico, nem mais pobre. Pode deixar apodrecer.

Mas precisamos fazer algo não só por nós transportadores, mas pelo nosso caminhoneiro, porque esse homem é o homem mais sofrido e mais humilhado no Brasil, mais do que nós, do que eu que sou produtor rural e do que o nosso pequeno produtor rural. Ele é humilhado quase igual ao nosso pequeno produtor rural, largado no campo sem nenhuma atenção.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Jaime Bagattoli, acho que os aplausos demonstram o respeito ao seu conhecimento, à sua vivência.

Eu, como seu amigo e coestaduano, o cumprimento pelas suas colocações, mas nós temos a esperança de que o senhor ajude a redigir um texto legal que consolide uma possível solução.

Não deixe de fazer isso, senão o advogado trabalhista vai incomodá-lo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Amin, lá em Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Encerrando...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Encerrando.

Estrada de chão, em 1978, os militares deram uma ordem de palavra para o meu irmão. Eu fui motorista de caminhão, na época de estrada de chão, durante seis, sete meses, sem habilitação, em 1978.

Então, por aí, vocês já têm, mais ou menos, a minha noção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está começando a se enrolar.

Nós mandamos o senhor ir embora. (*Risos.*)

A tribo Xoclengue mandou o senhor ir embora de José Boiteux, em Ibirama, em 1974. O senhor já não estava mais em Santa Catarina.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Zé Trovão e depois ao Senador Wellington, o senhor concorda? Porque ele está desde o início...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É prudente o senhor concordar e naturalmente que, depois, os senhores que foram alcançados pelas palavras terão a oportunidade de falar também.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para expor.) – Senador Amin e todos que acompanham esta audiência pública, eu quero expressar o meu respeito, de maneira geral, a todos que fazem parte do transporte, porque fazer parte do transporte não é só dirigir caminhão, o transporte é o todo. Não adianta só dirigir o caminhão se não tiver o que transportar.

Quero agradecer a bondade dos nobres Senadores e dizer que eu comecei num 1113, de 1978, batendo alavanca e fazendo Ricardo Eletro no Recife. Eu, durante alguns anos, não tinha pelos nas pernas, porque a gente sempre trabalhou e trabalhou muito.

Eu fico impressionado com essa lei, e não vou culpar a Polícia Rodoviária Federal, porque seria de minha parte uma injustiça tamanha, porque não foram os senhores que criaram essa lei. Essa lei foi criada e foi promulgada por alguém que nunca sentou a bunda num caminhão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Agora, eu vou fazer alguns questionamentos.

Polícia Militar, escala de trabalho: 12 horas ou 24 horas. Depende da atuação.

Médico: 12 horas ou 24 horas, até 48 horas, depende da situação.

Bombeiro: 12 horas de trabalho ou 24 horas de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PRF, Sr. Jeferson, escala: 24 horas.

Espera lá, algo de errado não está certo nessa conversa. Se vocês me provarem que essas profissões que eu acabei de falar têm menos importância do que o caminhão, então, eu vou baixar minha cabeça, ficar quietinho e vou aceitar a lei das 11 horas.

Como pode alguém que está há 24 horas de plantão fazer uma cirurgia num coração? Ele não descansou, ele está cuidando de uma vida! Eu lhe garanto que um caminhoneiro com três horas de sono está novo novamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, me desculpa, a lei está bagunçada.

E o que me preocupa na lei é algo, Esperidião, que é muito mais importante.

O Manjuva que está aqui e o Patrola que está aqui sabem exatamente que a categoria está perdendo os bons profissionais, porque gente séria não quer ser humilhado por ninguém na estrada! (*Palmas.*)

Não se admite! Um pai de família que tem três, quatro filhos, que já tem filha formada em Medicina na faculdade, que já fez de tudo pela sua filha, não vai ser humilhado por ninguém na estrada, nem pelo embarcador, nem pela PRF, por ninguém, nem pela ANTT, por ninguém.

E é uma vergonha o que nós vivemos no transporte de carga. A molecada que está entrando no transporte que me desculpe, quer levantar a traseira do caminhão, colocar a bunda do caminhão com 1,20m, porque isso é um crime, quer colocar o banco dele no assoalho, de onde ele não tem visão ampla da frente; usar, muitas vezes, entorpecente, para fazer vídeo para o YouTube, enquanto Manjuva, Patrola, Zé trovão e tantos outros do transporte lutam todos os dias, sabem para quê? Para trazer dignidade.

Os motoristas do meu amigo Senador Bagattoli só estão trabalhando no tanque porque têm que levar dignidade para casa, porque, no tanque, ganham R$7 mil, R$8 mil, R$9 por mês, e tem advogado que não ganha isso. Mas o cara prefere abandonar um salário de R$7 mil, R$8 mil, R$9 mil por mês – para não passar por humilhação na estrada – a ficar vivendo como se fosse cachorro. Caminhoneiro é considerado cachorro, porque, além de morar na casinha de lata, mija na merda do pneu. "Ah, não tem ponto de parada!". É claro que não tem ponto de parada. Se criam leis antes de se criar estrutura, no Brasil. Não é possível conviver com isso. Não é possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imaginar que o único capaz de sustentar este país...Se essa classe parar, morre todo mundo de fome, inclusive todos nós que estamos aqui. Não tem Senador, não tem Deputado, não tem Presidente da República, não tem ninguém que sobreviva sem um caminhão na estrada. Se todos nós tivéssemos a coragem – não de fechar as BRs, como nós fizemos muito bem durante muitos anos, para tentar reivindicar os nossos direitos – de parar, Diumar, simplesmente parar em casa e dizer: "Não vou sair para trabalhar. Já que é para ser tratado como cachorro, eu não vou sair para trabalhar"...

Eu já tenho vários requerimentos e várias denúncias, em ministérios públicos, de policiais que foram extremamente abusivos contra caminhoneiros, mas não são todos. O maior terror do caminhoneiro ficava no Tocantins: a famosa inspetora loira. Daquela mulher, todo mundo tinha medo, Esperidião. Quando ela apontava na beira da pista e mandava um caminhoneiro parar, o cara não conseguia pegar a nota fiscal – ele entregava assim para ela –, porque a mulher era o bicho, de brava; mas, educada igual a ela, eu nunca conheci ninguém. A primeira coisa que ela falava era: "Bom dia – ou boa tarde, ou boa noite –, motorista. O senhor está bem? O senhor pode me entregar os documentos?", mas, dali para a frente, você já sabia que, se tivesse um parafuso fora do lugar, o pau cantava. A mulher era brava – e bonita –; mexia com o coração do caminhoneiro. O caminhoneiro, há 60 dias fora de casa, quando via aquela mulher, eu não sei se tremia de medo ou se era de paixão por ela.

Mas a verdade é que muitos profissionais da PRF que eu conheci são homens honrados, de primeira linha, pessoas que respeitam, com toda certeza, o caminhoneiro. Mas existe uma safra, assim como há uma safra de caminhoneiros que só querem, hoje, preencher relatórios para terem ponto com o seu supervisor...

Vou encerrar – porque aqui todos dão aula –, mas eu vou dizer uma coisa para vocês: todas as profissões de que eu falei têm salário digno, menos o caminhoneiro. Todas as profissões de que eu falei, inclusive a nossa, de Deputados e Senadores. Temos convênio médico de altíssimo padrão, que atende a família inteira. Se eu passar mal aqui, agora, se a minha mulher passar mal, vai até para o Albert Einstein ser atendida; o caminhoneiro mal tem o SUS para atender. O que salva o caminhoneiro, sabem o que é? É o nosso Sistema S, que tem as suas bases para atender em alguns pontos; o Senac, que vai lá e nos atende. Se não fosse isso, estava à míngua! Mas isso ainda é precário, falta melhorar, não é, Diumar? Já falamos muito sobre isso.

Quer trazer dignidade para o caminhoneiro? Deixe-o trabalhar, crie leis que realmente contemplem o transporte, mas, principalmente, vamos parar com a palhaçada de dar a migalha que cai da mesa. Caminhoneiro precisa embarcar o seu frete direto, não ficar dependendo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atravessador, não ficar dependendo de quem vai comer o seu dinheiro, não ficar dependendo de quem destrói todos os dias o sonho de levar um futuro melhor para a sua família.

Enquanto eu for Parlamentar, nós vamos lutar, não para criar uma guerra contra nenhuma instituição, mas para que nos ouçam. E, antes de querer fazer uma lei, pergunte a este Deputado aqui, pergunte a este Senador aqui, pergunte a este time de caminhoneiros que estão aqui hoje, porque nós só queremos uma coisa: o Brasil para frente, dignidade para todos; quando eu digo para todos, não é só para o caminhoneiro, é para todo mundo: quem produz, quem transporta e quem consome.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra ao Senador Wellington, mas gostaria de dizer ao Deputado Zé Trovão, cumprimentando-o pela sua intervenção, que eu estendo a V. Exa. o pedido, o apelo que eu fiz e faço ao Senador Bagattoli. Ele tem a obrigação de, com a nossa ajuda, apresentar um texto legal que concilie esses interesses. Todos que falaram aqui, falaram legitimamente.

Faço aqui essa observação, depois eu vou conceder aqui para que o Manjuba complemente, mas nós temos que valorizar as categorias, e eu incluo o caminhoneiro, que é uma força essencial para o Brasil. A minha relação com o caminhoneiro começou na minha infância porque o meu pai era revendedor de caminhão. Então, eu conheço... Naquele tempo tinha muita graxa. (*Risos.*) Hoje as oficinas são mais limpinhas – padrão alemão, piso branco –, mas eu conheço esse sofrimento dos tempos da poeira. E o policial rodoviário federal, a quem nós devemos a proteção da nossa vida... Agora, se nós pudermos ter cordialidade em todas as relações, fica mais barato; mais barato, para não falar outras expressões mais bonitas.

Com a palavra o Senador Wellington, Presidente da Frente Parlamentar da Logística, que estava sendo substituído até há pouco pelo nosso Deputado, sempre Deputado, Edinho Bez.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sempre competente também e, ainda, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é desprevenido escolher um catarinense. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero saudá-lo, Senador Esperidião Amin, o nosso companheiro Bagattoli, o Trovão, Deputado Federal atuante, que, inclusive, dá pouso lá na casa dele para alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados do Mato Grosso. Cumprimento a todos aqui, a todos, para a gente não ser muito repetitivo.

Eu quero aqui lembrar, Sr. Presidente, que eu tive a oportunidade de ser Relator do Ministério da Defesa, alguns anos atrás, e, à época, tivemos um bom entendimento com a Polícia Rodoviária Federal, principalmente para o meu estado. Eles colocavam a necessidade dos recursos, e eu lhes fiz um desafio: "Vou atendê-los, desde que vocês também atendam o meu estado". Nesse aspecto, eu quero aqui registrar que a Polícia Rodoviária Federal – não só no meu estado – evoluiu muito. E eu fico feliz por ter tido a oportunidade de, como Relator, alocar os recursos para essa melhoria da infraestrutura da Polícia Rodoviária.

No meu estado, eu destaco isso mais ainda porque, Senador Esperidião Amin, é um estado com 900 mil quilômetros quadrados; um estado hoje que ainda está em uma nova fronteira agrícola, em abertura em todas as regiões; e ainda temos o desafio de 720km de divisa seca com a Bolívia. E aí temos o problema sério do narcotráfico, em que a Polícia Rodoviária Federal também inovou muito, evoluiu muito: passou a ser também uma polícia investigativa, até suprindo o papel da Polícia Federal, porque a Polícia Federal também acabou indo para outros caminhos da sua atuação, praticamente deixando essa área quase desguarnecida.

Então, eu quero aqui fazer um elogio ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal no Brasil e também no meu estado. Pena que aos recursos não foi dada continuidade, porque temos inclusive postos que foram fechados, e isso é muito ruim. Inclusive, faço aqui até uma sugestão. Quando desativam um posto e não o desmancham, aquilo se vai depredando, e fica uma imagem ruim para a Polícia Rodoviária Federal, parecendo que aquilo ali está abandonado, enfim, não sabe se está funcionando ou não. Então, fica aqui a minha sugestão nesse aspecto: é melhor desmanchar do que ficar aquele prédio abandonado lá, e as pessoas criticando.

Quero registrar que Mato Grosso – aqui temos uma matéria, inclusive – é um dos estados com mais acidentes graves com veículos de carga, segundo a própria Polícia Rodoviária Federal. Nós tínhamos uma situação muito grave – mas ainda continua – na BR-163. Conseguimos ter a conclusão da sua duplicação, da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis, de Rondonópolis a Cuiabá, e agora o Governo do estado assumiu a concessão da nova BR-163. As obras também estão melhorando muito, mas a BR-163 é o troncal, não é? Tudo que depende da Amazônia tem que passar pela BR-163. E, aí, entra exatamente a situação do tema aqui, que são os pontos de parada e descanso que nós aprovamos na legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar aqui também que, na época em que eu fui Relator do Ministério da Defesa, tivemos também a greve dos caminhoneiros, e eu tive a oportunidade de participar de algumas palestras no Comando do Exército. Eles me colocavam, Senador Esperidião Amin, que em Rondonópolis – porque ali nós temos um entrocamento da BR-364 com a BR-163 e, depois também, a sobreposição da BR-070, que sai aqui de Brasília, tudo no mesmo trecho – foi o ponto nevrálgico da greve dos caminhoneiros. Não fosse a presença do Exército ali, possivelmente... Porque o Exército fez todo o trabalho de abastecimento, inteligência. E, não fosse a presença do Exército, poderíamos até ter uma guerra civil. E eu falo isso para demonstrar a importância que representa o sistema de transportes.

E aqui, como o Trovão falou, realmente, a CNT (Confederação Nacional do Transporte) tem tido um trabalho brilhante, inclusive, na pandemia, junto à Polícia Rodoviária Federal, fazendo o trabalho de vacinação. E, no meu estado, agora inauguramos, Senador Esperidião Amin, mais uma unidade do Sest Senat em Primavera do Leste, em Lucas do Rio Verde, agora em Rondonópolis, minha cidade, e agora já há previsão também para Sinop, Tangará da Serra e Cáceres, onde vai começar já agora a construção.

Então, a CNT tem tido um bom trabalho, inclusive com a Polícia Rodoviária, eu gostaria inclusive do seu depoimento. Eu faço isso, Senador Esperidião, porque no Brasil nós temos mania de, a coisa que está dando certo, vamos mudar. E muitos governos pelos quais a gente tem passado, todo início de Governo, a proposta é tirar recursos do Sistema S, e aí eu falo do sistema como um todo, e a gente sabe que o Sistema S pode ser melhorado, claro, mas faz um grande trabalho em nível de Brasil, na educação profissional e na assistência da família, nas categorias em que cada um trabalha.

Eu tenho aqui, Senador Esperidião, várias perguntas. Eu não sei o tempo, se eu entrego à Mesa, é porque pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode escolher se vai apresentá-las depois ou se vai pedir para a Mesa ler, mas eu tenho que complementar a fase instrutiva, porque o Deputado Hugo Leal era o seguinte, então eu quero convidá-lo para, por favor, é aqui, sentar aqui no banco dos réus. (*Risos.*)

No banco dos depoentes, para encerrar a parte de apresentação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então eu vou deixar as minhas perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o senhor preferir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... nas mãos de V. Exa. São perguntas preparadas inclusive pela Frenlogi, pelos nossos técnicos voluntários, e aí, à medida do...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou seguir o seguinte roteiro: o senhor vai usar da palavra, o Senador Marcos Rogério, que é o dono da casa, vai usar quando quiser, mas eu vou ter que dar a palavra ao Manjuva, ao representante da Polícia Rodoviária Federal, depois da fala do Deputado Hugo Leal.

Aqui eu concedo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então eu agradeço e já entrego nas mãos de V. Exa. as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Queria só esclarecer, Deputado Hugo Leal, que o senhor foi incluído entre os convidados e lhe dizer que nós aprendemos muito aqui hoje. E parece – parece – que há uma possibilidade de conciliação e de um projeto de lei que consolide esse princípio de conciliação, mas queremos ouvir a sua experiência e as suas sugestões a respeito desse assunto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só quero pedir, Presidente, mesmo que não seja possível ler todas, que fizesse parte da nossa audiência, mesmo aqui nos *Anais*.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Será incorporada.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Para expor.) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Esperidião Amin, Presidente desta Comissão, Senador Marcos Rogério, rendo as minhas homenagens a ambos, por termos sido colegas na Câmara dos Deputados, demais autoridades, nossos convidados, na realidade, a minha presença aqui hoje, em decorrência do chamado de V. Exa., é para falar um pouco, pelo menos uma linha cronológica, nesse debate do tempo de direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema, tempo de direção, descanso, não é novo aqui neste Congresso, há pelo menos 20 anos ou um pouco mais de 20 anos, e esse tema volta com intensidade, até por uma discussão de um projeto de lei do Senador Paim, ele volta a esse tema aqui no Senado, depois na Câmara dos Deputados. Eu estava presente no ano de 2013, lá se vão mais de dez anos. E originou, então, a Lei 3.103, de 2015, e a grande discussão era a questão do tempo de direção do motorista profissional das categorias D e E, aqueles que exercem atividade remunerada, especialmente aqueles que estão na estrada.

Interessante que há um brocardo popular que diz: "não coloque o carro na frente dos bois". Foi mais ou menos o que aconteceu nessa vertente. Apesar desses anos todos de trabalho, aprovou-se uma legislação maravilhosa, muito boa por sinal, referência – depois houve o questionamento no Supremo Tribunal Federal, ainda tivemos uma fase de consolidação desse trabalho. Aprovou-se o tempo de parada dos profissionais, só que não existia nenhuma regulamentação e nunca existiu, nem previamente. Agora, o que seria um local de parada? "Aprovou-se na lei e depois a gente faz na regulamentação".

Acho que essa lógica, por si só, fez com que nós estivéssemos hoje aqui, em 2025, discutindo algo que nós aprovamos em 2015. Tudo bem que nós temos intercorrências, tivemos questionamentos no Supremo Tribunal Federal com relação ao que é considerado o tempo gasto pelo motorista nas atividades dele, na situação de aguardo e espera.

Eu sou uma pessoa entusiasta e sempre, desde o primeiro ano de mandato aqui – já lá se vão quase 20 anos –, eu sempre atuei na Comissão de Viação e Transportes exatamente com a preocupação e com o fito na área de segurança viária.

Ora, não há como falar em segurança viária, em rodovias livres, em trabalho seja na área urbana, seja fora do perímetro urbano, nas rodovias, se nós não dermos azo a isso que tem sido debatido.

Eu entendo, Senador Esperidião Amin, que essa convocação aqui é mais para que nós possamos tentar desatar um nó, porque foi iniciado o debate em 2013, consolidado em 2015 e hoje, em 2025, nós não temos. O que nós não temos? Não temos os pontos de parada, qual é o fundamento. Quer dizer, até a regulamentação, a ISO – provavelmente deve ter ISO para essa questão dos pontos de parada –, mas a efetivação, a efetividade dele não tem.

Eu me lembro, voltando aqui aos anos de 2013 e 2014, depois mesmo na nova legislação em 2015, que em um desses debates houve um debate dizendo o seguinte: "não, já existem pontos de parada, os postos de combustível já são esse elemento dos pontos de parada".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, mas desde que o mundo é mundo obviamente vai ter pontos que são de parada. Agora, a partir do momento em que você estabeleceu um regramento legal específico, nós não tivemos condição, ou seja, o ambiente das políticas públicas, principalmente do Governo Federal nas rodovias federais e também dos estados, em réplica, nas suas rodovias estaduais, ninguém se preparou para isso.

E aí nós estamos aqui, Dr. Adrualdo, Secretário Nacional de Trânsito, discutindo algo que, mais uma vez, nós colocamos uma legislação perfeita num país que é imperfeito. A execução é imperfeita. E nós tivemos muitas oportunidades, inclusive, de discutir isso num cenário com as novas concessões rodoviárias, e, às vezes, não houve entendimento suficiente para poder deliberar. Hoje... Hoje, não, talvez tenha sido no ano passado, eu participei da inauguração de um ponto de parada e descanso na Rodovia Presidente Dutra. Talvez tenha um, talvez dois. Ótimo! A Rodovia Presidente Dutra é uma das maiores do Brasil, você não precisava nem... Mas eu acho que é importante, porque ali pode ser um ponto de apoio e tudo mais. Mas eu quero saber como está lá no Tocantins, eu quero saber no Mato Grosso, eu quero saber ali na Região Sul... Como é que se programa uma viagem dessa natureza?

Então, o que nós estamos fazendo aqui, Senador – e eu interrompo aqui a minha fala, porque eu acho que tem muitas outras contribuições –, é tentar fazer um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu falei isso. Termo de ajustamento.

O SR. HUGO LEAL – É porque nós pensamos igual, só não temos o mesmo... O seu aeroporto é um pouco mais vazio. (*Risos.*)

Mas o Termo de Ajuste de Conduta...

Isso é porque, Senador Marcos Rogério, com todas as vênias aqui, quem provoca primeiro é ele. Então, eu saio na frente, eu saio na frente, é só isso. Depois o senhor vai falar, Senador, eu sei. Vai sobrar para mim, tenho certeza, mas não tem problema.

Mas só para voltar aqui ao tema, o que nós estamos fazendo aqui... Depois de todas essas ocorrências que já tivemos, experiências, talvez seja o momento mesmo de a gente fazer uma deliberação, seja por legislação, seja por infralegal, seja uma regulamentação, para que isso possa ser um facilitador e não um dificultador, porque infelizmente os profissionais ainda continuam sofrendo. Eles vão se virar, mas o nosso papel aqui não é deixá-los se virarem, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

darmos as oportunidades, as alternativas para que eles possam se consolidar. Acho que isso ficou claro, ficou claro na aprovação da nossa legislação aqui, no cuidado que nós temos na aprovação da legislação.

Eu acho que encerro aqui as minhas palavras, Senador Esperidião, certamente ombreando com V. Exa. esta preocupação de achar as alternativas que sejam viáveis, factíveis e que obviamente tenham espelhamento no dia a dia desses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço ao prezado amigo, Deputado Hugo Leal, e agradeço inclusive também pelo seu comentário sobre o espaço, o nosso espaço, que, no caso, do Giancarlo é cultivado diariamente, e o seu espaço era muito mais cultivado naquela fotografia do grumete.

O SR. HUGO LEAL – A minha área...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, do grumete, do grumete da Marinha do Brasil, em que o senhor aparecia de uma maneira elegante, com um uniforme esplendoroso, que não resistiu à cobiça de todos aqueles que consultaram a sua página de face...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Teve que tirar porque a concorrência era avassaladora.

Mas eu vou conceder a palavra por dois minutos para o...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor requisita a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se me permite – eu posso falar depois, não tem problema –, eu queria fazer apenas algumas ponderações e aí, no final... Não sei se eles vão poder se manifestar novamente, mas eu fico à disposição do senhor para falar agora ou após.

Eu só queria que, a partir das provocações que foram feitas... Eu vou pedir desculpas desde logo, porque eu já tinha combinado com o Senador Amin que ele conduziria a reunião. Hoje, eu vim de Rondônia, e as nossas opções de voos de Rondônia para cá não são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores. Então, viajei à noite e cheguei agora no início da manhã. Tão logo cheguei, vim para a Comissão. Por isso, não cheguei no início da reunião para ouvir todas as falas, mas, conhecendo o assunto...

Posso já...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu farei, então, a fala nesse momento, para que...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor é o dono da casa e gentilmente a cedeu... Procurei cumprir aqui a obrigação que era da Comissão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A sua intervenção... O senhor é requerente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Portanto, por todos os títulos, tem o direito e tem a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento, porque a iniciativa primeira de trazer esse assunto ao debate da Comissão de Infraestrutura foi justamente do Senador Esperidião Amin, a partir das observações, das inquietações que chegaram até a ele. Eu tive a oportunidade apenas de acrescentar aqui a sugestão do Secretário Nacional de Trânsito, Dr. Adrualdo, que aqui está, para que pudesse também trazer suas contribuições, uma vez que eu já estava tratando com a secretaria desse assunto, em razão dos apelos oriundos lá do meu Estado de Rondônia, porque esse problema é um problema que atingiu o Brasil inteiro.

Acho que esta audiência pública tem um papel muito relevante, e eu faria aqui, Deputado Hugo Leal... Acho que a sua fala... Talvez a definição que o Hugo trouxe sintetize bem o ambiente em que nós estamos: uma legislação adequada para uma realidade de país inadequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu iria além, para fazer uma crítica, e diria que a gente está vivendo um período de atipicidade quase que em normalidade. O legislador elabora uma lei, discute com as categorias, traz para dentro delas as mais diversas visões – a visão mais conservadora, a visão mais liberal – e, no final, você tem aquele arranjo normativo que foi fruto de um ambiente de diálogo, de entendimento, uma construção a várias mãos. Só que isso só tem validade depois que o Judiciário diz: "Não, essa lei vale". E o que nós temos hoje é um resultado atípico da função jurisdicional.

Falo com tristeza que nós estamos vivendo um espaço de ativismo judicial tão exacerbado que isso tem feito com que o Parlamento seja quase que anulado no seu papel legiferante. E esse é um exemplo disso.

Eu penso que, no caso concreto... É claro que você não pode aqui advogar a tese do afastamento da atuação jurisdicional. A Constituição estabelece o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Então, o Judiciário tem que dar a resposta sim, mas, quando ele atua para desfazer aquilo que o legislador fez, discutindo exaustivamente, e passa a formular políticas públicas, ele causa um estrangulamento. E esse é o caso.

O SR. HUGO LEAL – V. Exa. me concede um aparte, só uma frase...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, por favor.

O SR. HUGO LEAL (Para expor.) – Se o Senador Esperidião Amin me autorizar também...

O nosso país talvez seja o único país do mundo que tem o sistema tricameral: nós temos Câmara, Senado e, depois, Supremo. Aí a lei passa a valer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

O SR. HUGO LEAL – É praticamente um sistema tricameral. É impressionante. Eu acho que isso precisa ser revisto, avaliado, e esta Casa aqui tem muita responsabilidade sobre isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concordo absolutamente com V. Exa. Eu diria o seguinte, que o maior indutor de insegurança jurídica no Brasil hoje é o Supremo Tribunal Federal – eu estou afirmando. O maior indutor de insegurança jurídica no Brasil hoje é o Supremo Tribunal Federal. O Parlamento é imperfeito, mas aqui é o lugar de errar – aqui é o lugar de errar –, como é também o lugar de consertar os erros pela via do debate democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi dado ao Judiciário o papel da formulação das políticas públicas. É claro que, diante de situações excepcionais, tem que haver intervenção sim, mas aquilo que era para ser uma exceção vem se tornando regra, e essas regras implicando um ambiente de insegurança jurídica e ausência de previsibilidade. Aí a gente vive esse ambiente onde... o Brasil é um dos países onde é mais difícil empreender, é mais difícil ser empresário, é mais difícil ser investidor, porque você não sabe como vai ser o dia de amanhã. Não dá para acreditar naquilo: "Ah, o Parlamento decidiu essa matéria, depois de uma exaustiva discussão. O Chefe do Executivo sancionou, então eu posso agora investir com segurança, porque eu tenho um ambiente legal, regulatório, administrativo, que vai me dar a segurança que eu preciso". Não, não tem. Não tem, porque daqui a pouco você tem o terceiro turno, como disse o Deputado Hugo Leal, que coloca tudo a perder e cria um imbróglio, porque agora eu estou aqui com as diretrizes, com as contribuições que a Secretaria Nacional de Trânsito me trouxe, depois de uma provocação que fiz, e ele já declinou aqui quais são as orientações da secretaria, quais são as orientações da ANTT. E qual é a prática da Polícia Rodoviária Federal? É a multa.

Lá no meu do Estado de Rondônia tem mais de 11 mil multas aplicadas em razão dessa situação. E qual é o fundamento legal? Uma decisão do Supremo Tribunal Federal? E qual é o princípio da primazia da realidade que o condutor segue? Tem a lei, tem a obrigação, mas onde cumprir a obrigação? Você não tem espaço reservado para o descanso. Você não tem a infraestrutura necessária. As redes privadas, que às vezes oferecem, estão estranguladas porque não há espaço. Como é que fica?

Então, eu acho que nós estamos diante de uma situação que precisa de bom senso, de razoabilidade, sabe? É sentar à mesa aqueles que têm a possibilidade de reformular a política pública. E a política pública, repito, é campo de atuação do Poder Executivo com a contribuição legislativa daquele setor, daquele campo que é próprio para decidir, que é o Parlamento, e nas excepcionalidades, sim, cabe ao Judiciário decidir, mas no excepcional e não para reformular a política pública como um todo e aí causar um caos no Brasil inteiro como é esse que nós estamos a ver.

Eu estou citando apenas esse caso, para a gente não citar aqui outros e partir para um debate que nós não vamos terminar hoje com relação à questão do ativismo judicial. Mas eu faço uma crítica, porque, nesse caso, a decisão de lá, eu acho que ela poderia ser até, Senador Esperidião Amin – se me permite, aqui eu estou fazendo isso aqui até como oficina de ideias para a gente colocar na mesa e encaminharmos a solução... Talvez até o Supremo poderia trabalhar na perspectiva de, uma vez que julgou inconstitucionais pontos da Lei do Motorista, isso implicou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma consequência: devolver ao Parlamento, ao Executivo, o ambiente para regular a questão do ponto de vista da política pública, e não simplesmente jogar para a Polícia Rodoviária Federal uma situação que implica hoje a aplicação de multas, sem condições para o motorista se esquivar delas, pela falta absoluta de infraestrutura adequada.

Então, eu queria apenas fazer essas observações, agradecendo, uma vez mais, ao Presidente, Senador Esperidião Amin, cumprimentando todos que vieram aqui para participar deste debate, trazer suas contribuições.

Eu acho aqui, Adrualdo, especialmente você, que está à frente dessa Secretaria, num esforço colaborativo com a ANTT, com a Polícia Rodoviária Federal, com os demais órgãos que regulam a política de trânsito no Brasil, deveriam tentar um entendimento até que o país tenha condições de oferecer a infraestrutura necessária, dar uma resposta que não implique esse ambiente de insegurança para quem está operando, mas que, ao mesmo tempo, resguarde, dentro dos limites que são necessários à segurança do motorista e dos demais motoristas que estão nas rodovias, mas com bom senso, com razoabilidade.

É a contribuição que faço Sr. Presidente, agradecendo a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu é que agradeço e vou entregar ao Sr. Paulo Neri Santana... O senhor apresentou aqui uma informação que eu vou lhe passar. Mas, em resumo, no Plenário Virtual do Supremo, nos dias 4 até 11 de outubro do ano passado – portanto, relativamente recente –, foi aberta uma solução, mais uma da terceira Casa do Congresso, dizendo o seguinte: modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, atribuindo-lhes eficácia *ex nunc*, ou seja, daqui para frente – ou "pratrasmente"; ficou para o Odorico Paraguaçu –, a contar da publicação da ata de julgamento do mérito desta ação direta para permitir a autonomia das negociações coletivas que ela possa fazer ajustes.

Estou lhe entregando aqui. Isso é uma inovação também, é uma inovação legiferante. Por isso que eu acho que a nossa solução é consolidarmos um projeto de lei com essa parceria mencionada. Fiz um apelo ao Senador Bagattoli, com o seu conhecimento, do Deputado Hugo Leal, para fazer essa conexão da realidade com a lei se dar através de um projeto de lei, e o Executivo pode inclusive ajudar com as intervenções que sejam necessárias.

Concedo a palavra ao Diumar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas um adendo, Senador Esperidião Amin.

Enquanto não se tem essa solução, e verificada a questão, *in loco*, da ausência do espaço adequado para o cumprimento da regra, que aí o órgão fiscalizador lá da ponta – e neste caso aqui é a nossa tão importante Polícia Rodoviária Federal – tenha uma diretriz no sentido de se abster, de sancionar diante do impossível, que é o cumprimento de uma regra que não dispõe das condições mínimas adequadas.

Apenas esse adendo, já que o Supremo, nessa última missiva, joga de volta o problema...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A modulação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na modulação dos efeitos, ele devolve o problema para a própria categoria, que também não tem solução, porque o motorista, em reunião coletiva e aqui ladeado pelas autoridades, não vai ter, pois ele não tem condições de fazer os pontos de parada. Quem tem que fazer isso é o Governo ou o concessionário.

Então, durante esse lapso temporal aqui, talvez se o Supremo tivesse, nessa modulação de efeitos, estabelecido um prazo, com obrigação de fazer ao Parlamento e ao Executivo, teria até mais efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sob a forma de um termo de ajustamento de conduta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso. Exato. E, enquanto isso, ficariam sobrestadas essas medidas sancionatórias, até que se tivesse uma solução negociada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É isso que eu desejo.

Concedo a palavra ao Manjuva, dois minutos; e, para o representante da Polícia Rodoviária Federal, um tempo razoável que ele achar suficiente para consertar os lenhos.

O SR. SÉRGIO JOÃO WILDNER (Para expor.) – Bom, pessoal, só para dizer que em Santa Catarina estamos tentando fazer mais cinco praças de estacionamento para o caminhoneiro: uma no antigo posto policial de Garuva, Esperidião; outra na região de Itajaí; e três na BR-116.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que para nós é tudo muito difícil, só aconteceu por causa do Esperidião. E tenho sempre que agradecer a ele, mesmo porque ele me fez andar de avião, nunca andei, estou tremendo ainda. (*Risos.*)

E eu tenho uma coisa para falar muito importante para nós: as rodovias pedagiadas estão cheias de buraco. Ali do trevo de Frutal para cima é só buraco, e o pedágio é caro.

Então eu gostaria que os Senadores e toda a Comissão aqui desse uma atenção para essas rodovias. O cara está num caminhão de um milhão e pouco, andando em cima de buraco e pagando para isso. É uma coisa que nós temos que fiscalizar urgente.

Está bom, pessoal? Um grande abraço e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado por se ater ao tempo.

Queria conceder a palavra então ao nosso Jeferson, da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Antes de qualquer coisa, eu quero consertar aqui e retificar uma informação: quando eu disse que não houve a Operação Descanso Legal em fevereiro, na verdade, ela aconteceu, mas com menos intensidade devido ao Carnaval, só para ficar registrado aí.

O senhor falou que eu estava no banco dos réus. Na verdade, eu me sinto mais aqui como advogado de defesa da PRF, porque eu vejo que o que a gente precisa entender é que, como instituição, ela tem que seguir as normas vigentes. Então nós não temos escolha, nós temos que fazer aquilo que a lei nos determina.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E nós reconhecemos isso, quero reiterar.

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – É.

Alguns pontos que foram considerados eu anotei aqui para contrapor, como, por exemplo, a questão de ações educativas. A Polícia Rodoviária atua fortemente com ações educativas. Nós temos, por exemplo, a Carreta do Cinema Rodoviário, que circula o Brasil todo. Nós temos vários projetos. Ontem mesmo estava numa reunião, a gente estava discutindo a questão da Pilotagem Segura, que é uma campanha educativa para motociclistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialmente para o tema aqui, que são os caminhoneiros, nós chegamos a fazer operações em que era colocado um policial de fiscalização e um policial de educação para o trânsito, justamente para bater aquele papo com o motorista e passar a educação para o trânsito, além de atuar nas redes sociais divulgando nossas operações antecipadamente. Essa Operação Descanso Legal foi amplamente divulgada. Nós tivemos um trabalho de imprensa, de botar informação na imprensa, no Instagram, em tudo. Por quê? Porque essa parte educativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – ... é muito importante. Está certo?

Nós temos também aqui, como foi dito, um trabalho muito forte com o Sistema S. Nós temos comandos de saúde que são voltados para o profissional da estrada. Hoje nós temos uma operação chamada Operação Comando de Saúde à Pressão Arterial, que é direcionada para fazer aferição ali, em campo, da pressão dos condutores, especialmente dos motoristas profissionais, porque a gente sabe que, hoje, as condições de trabalho acabam propiciando que eles tenham várias patologias relacionadas e a pressão arterial é uma forma de a gente identificar. Já salvamos vidas, inclusive, com essas ações, levando, de imediato, aquele motorista que estava para...

E, por fim aqui, com relação aos locais de descanso. Hoje o que a gente tem é que a última alteração legal colocou o posto de combustível como um local que seria dado como descanso. A gente sabe que nem todos os postos de combustíveis têm condições de receber os motoristas. Então, cabe que esses postos sejam apontados para serem avaliados e desconsiderados como pontos de parada. A gente tem que entender que nem tudo é responsabilidade da polícia, nem tudo é a polícia que vai fazer.

Para finalizar totalmente, eu quero aqui, em nome da Polícia Rodoviária Federal, pedir desculpas a todo e qualquer caminhoneiro que foi distratado por um agente da Polícia Rodoviária Federal. (*Palmas.*)

Eu sei que isso não retrata a instituição, não retrata a instituição. Eu sou filho de motorista, tenho 30 anos de PRF e, quando passei no concurso, meu pai teve orgulho. Num tempo em que o salário não era o que é hoje, as condições de trabalho não eram como são hoje, ele teve orgulho de ter um filho PRF, justamente pelas condições pelas quais ele passou na rodovia, pela forma como foi tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, também, que nós temos vários casos de pessoas com mandado de prisão em aberto e que procuram uma unidade da Polícia Rodoviária Federal para se entregarem, porque acreditam que o tratamento da Polícia Rodoviária Federal vai ser, vamos dizer assim, mais adequado do que o de outras instituições policiais. Então, nós não podemos tratar a exceção como regra, mas não pode haver nenhum caso. Por isso, peço desculpas a todos os motoristas que se sentiram desrespeitados.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero louvar a sua iniciativa, nos termos que o senhor colocou: não é uma questão da instituição, mas, admitamos, depois do que ouvimos aqui, que ocorreram alguns fatos. A instituição os repudia, e eu aplaudo a sua fala, enriquecida pela circunstância de ser filho de um caminhoneiro. Então, acho que isso coroa até esse nosso sentimento.

Eu consulto o Senador Fernando Farias, que está inscrito, se ele gostaria de fazer algum comentário ou pergunta.

E vou encaminhar... Vou pedir aqui à Secretaria que encaminhe a cada um dos interlocutores as perguntas da Frente de Logística. É só desmembrar as perguntas. Já foram abordadas, é só para esclarecer. Por exemplo, a pergunta para o Leonardo Rodrigues, do Dnit, é: "Tem um plano de estruturação de PPDs e a respectiva avaliação?". É o que foi mencionado cerca de dez vezes aqui. Então, essa é a pergunta, e o senhor vai receber por escrito as perguntas – são quatro que lhe são endereçadas – relacionadas a esse tópico. Então, por favor, separem por interlocutor porque nós vamos enviar.

Com a palavra o Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de fazer esta audiência pública. Eu estive fora porque estava num relatório seu na CAE, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Estava nos defendendo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E me colocaram num imprensado, um projeto protagonizado por Renan Calheiros e relatado por ele, e eu nesse meio aí, imaginem.

Mas eu vi o comecinho aqui da audiência, o Adrualdo falando e a história de que esses pontos de paradas de motoristas têm 17 anos, 15 anos, não é? E eu tenho certeza de que é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensibilidade do Ministro Renan Filho, que está pegando essas coisas, botando para andar, e do nosso Adrualdo. Pense num menino... Bom, não, é muito bom, sério. O Adrualdo é um cara muito competente, é um cara muito dedicado, e eu tenho certeza de que ele vai levar isso à frente.

E, só para dar um exemplo, em Alagoas, na BR-101, tinha um trecho lá com os índios com 17 anos. Então, no primeiro ano de Renan Filho no ministério, ele juntou os índios, trouxe ao ministério, foi feita uma audiência lá mesmo e resolveu dar continuidade a um trecho, na BR-101, entre Maceió e Recife, que tinha 17 anos sem poder ser transitado, com tudo duplo e ele simples, não é? Então, eu tenho certeza da sensibilidade de Renan Filho, porque Adrualdo vai levar e compartilhar com ele esses projetos de vocês aí, nessa reivindicação desta Comissão.

Era isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu consulto o Senador Fernando Dueire se gostaria de usar da palavra. (*Pausa.*)

Devolvo a palavra ao nosso Presidente Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, apenas para... Eu sei que já está caminhando para a conclusão. Apenas para tentar fazer a finalização com algo mais efetivo, eu acho que todos aqui têm a compreensão de que nós estamos diante de uma situação que precisa de intervenção do poder público para resolver o problema. Mas tem um problema que continua, me parece, que a atormentar a vida de todos.

A minha preocupação é com a fala do representante da Polícia Rodoviária Federal e por isso é que eu queria fazer uma provocação a ele muito respeitosamente. Eu tive a oportunidade de, na semana passada, receber no gabinete, depois de uma provocação que fiz à Secretaria Nacional de Trânsito, o Dr. Adrualdo, que foi muito atencioso com esta Presidência, com este Senador. Esteve aqui no Senado Federal, me trouxe todas as ponderações, os regulamentos que tem e que tratam dessa questão dos PPDs (pontos de parada e descanso), e de sua ausência, e que, inclusive, faria o encaminhamento de alguma diretriz à própria direção da Polícia Rodoviária Federal.

Agora eu pergunto, o representante da Polícia Rodoviária disse aqui à Comissão que a Polícia Rodoviária, na ponta, precisa cumprir a lei, e eu concordo, acho que nenhum de nós estamos fugindo disso. Agora, eu estou com o código aqui, repassando o que diz o código e a previsão dele, e também com as regras que a própria ANTT regulou a partir da lei e com a orientação da secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a pergunta que faço ao representante da Polícia Rodoviária Federal é se, com essas diretrizes já estabelecidas, é possível a Polícia Rodoviária Federal, dentro do seu campo de atuação, ter uma orientação... porque vocês têm um manual de fiscalização, que cada unidade segue a partir, claro, do comando legal, do comando normativo, mas também observando as excepcionalidades regionais. E aí eu pergunto: é possível, a par desses regramentos – e aqui estou com a nota inclusive que a secretaria me encaminhou, e tem lá o manual de quando atuar, quando não atuar, e aí coloca, como situação excepcional de inobservância justificada do tempo de direção e de descanso do motorista, a indisponibilidade do ponto de parada ou de descanso na rota programada –, a pergunta é... E aí fala também do exaurimento. Às vezes, você tem lá o posto de combustível, por exemplo, é uma alternativa, mas há o exaurimento, ou seja, chegou a um ponto que não cabe mais. Diante dessa situação, a pergunta que faço é: até que haja aqui o provimento de uma decisão negociada – o Executivo, o Legislativo, com o regulador –, essas diretrizes apresentadas não seriam o bastante para a Polícia Rodoviária Federal ter uma orientação no sentido de não fazer a aplicação de multas diante dessas excepcionalidades?

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES (Para expor.) – A Polícia Rodoviária tem que seguir as leis, né? A minha formação é engenharia, mas a resolução vem abaixo da lei. Em 2023, houve a alteração da lei e essa alteração... Nós passamos um período, de 2022 até o início, mais ou menos, de 2023, em que a lei do descanso ficou praticamente impossível de fiscalizar, porque, no texto da lei, a Polícia Rodoviária Federal teria que ter a certeza de que havia vaga nos locais de descanso; isso mudou. Então, a partir de 2023, essa obrigação de apontar que não há locais para descanso passou a ser do usuário da rodovia, das empresas, dos motoristas... Então, a empresa, apontando que não há lugar, vai ser avaliado, e aí isso vai ser regulamentado no sentido de dizer que aquele determinado local de rodovia está impossível de se fiscalizar por falta de local – isso foi uma alteração de 2023.

Então, hoje, o que a gente tem? A lista é essa. Nós temos – até botei na apresentação – os locais de repouso para efeitos da medida administrativa, os locais de descansar. Os locais de repouso e descanso dos motoristas profissionais serão, entre outros, em estações rodoviárias, pontos de parada e de apoio – que são, como a gente está apontando aqui, poucos –, alojamentos, hotéis ou pousadas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esse ponto de parada é o PPD?

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A que se refere a lei, e não os pontos recepcionados?

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou são os dois?

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E não há uma avaliação sobre esses cinco.

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES – Exato.

Aí o que acontece? Alojamentos, hotéis e pousadas, refeitórios das empresas ou de terceiros – que são aquelas empresas que são transportadoras e têm sede na margem do trajeto –, postos de combustíveis. Então, isso é que está na lei. Ainda tem assim: "§3º Será de livre iniciativa a implantação de locais de repouso e descanso de que trata este artigo". Então, com o que está na lei, tirou-se a responsabilidade dessa implementação por parte do Governo para que a lei fosse aplicada. É a lei. E essa alteração foi em 2023. Então, isso é o que está valendo hoje.

Inclusive, como eu falei, eu preciso registrar que nós estamos com um cuidado muito grande na aplicação dessa lei, porque a gente sabia que ia ter essa repercussão. Então, do dia em que a lei mudou, da ADI até o dia de hoje, todas as nossas ações foram bem ponderadas. Inclusive, não foi tocado aqui na assembleia, mas, pela ADI, ela praticamente inviabiliza a situação daquele caminhão ou daquele ônibus que tem dois motoristas. Por quê? Porque a ADI fala que o descanso não pode ser com veículo em movimento. Só que nós não estamos fiscalizando isso ainda, nós estamos aguardando. Nós fizemos uma consulta e estamos aguardando como proceder, porque a gente está enxergando isso muito mais como uma questão trabalhista. E a Polícia Rodoviária tem poucos meios para fiscalizar as condições de trabalho em locais em que a gente não está presente. Então, nós estamos aguardando.

Então, todas as ações estão bem pensadas, um passo atrás do outro, e sempre no sentido de não sermos afoitos.

Outro exemplo: hoje, na nota técnica que inclusive o Senador informou que está na mão dele, nós colocamos lá que os acordos serão respeitados. Serão respeitados os acordos coletivos. Porém, nós já estamos sendo provocados pelo entendimento de que esses acordos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servem apenas para intrajornada e para não a interjornada. Isso aí vai ser um problema, porque os descansos de 11 horas são justamente entre uma jornada e outra. Mas nós estamos acatando, porque a gente não quer aplicar mais do que a lei prevê, entendeu? E sempre respeitando que aqui estão envolvidos vários interesses. Nós temos o interesse dos transportadores; nós temos o interesse de quem tem pressa de receber as suas encomendas; nós temos também o interesse dos trabalhadores. E toda essa mudança na interpretação, inclusive tirando lá o fracionamento, é racionada com o direito das pessoas de ter uma condição de trabalho igual a das outras classes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem o interesse de um outro grupo aí, o interesse do usuário em geral, que é um ambiente seguro para a trafegabilidade.

Mas eu faria aqui... E vou concluir a minha fala nesse ponto, Senador Esperidião Amin, me colocando à disposição pela Comissão, porque eu estou entendendo que a Polícia Rodoviária Federal também tem suas dificuldades, a par da legislação, com suas lacunas ou não, a partir do que o Supremo fez e do que o regulador estabeleceu, e parece que tem um lapso temporal que precisa de alguma atualização.

O que eu faria – e aí, vamos fazer isso a várias mãos? Até que nós consigamos resolver pela via legislativa, podemos chamar, para uma audiência, não audiência pública, mas uma audiência reservada, a Secretaria Nacional de Trânsito, o Presidente da ANTT e a nossa Polícia Rodoviária Federal, para a gente tentar, numa mesa, a várias mãos, criar um ambiente que ofereça as melhores condições para que a Polícia Rodoviária Federal, lá na ponta, cumpra o seu papel, mas, que, ao mesmo tempo, se resguardem as situações excepcionais que a gente tem Brasil afora. Tristemente, a realidade é que não temos a infraestrutura adequada. E, mesmo com as alternativas que foram apontadas aqui – aí, vou falar do meu Estado de Rondônia, que conheço de ponta a ponta, eu trafego pelo Estado de Rondônia dirigindo e eu conheço toda essa realidade –, isso é impraticável. Lá na ponta, isso é inefetivo.

Então, para a gente não ficar no debate aqui *ad eternum*, proponho chamar uma reunião de trabalho, liderada pela Comissão de Infraestrutura, colocando-se à disposição para mediar – o Senador Esperidião Amin, que é conhecedor do assunto, nos ajudará nesse encaminhamento; os demais Senadores que quiserem participar –, mas é uma reunião mais com as partes técnica na mesa, e a gente apenas na retaguarda, de apoio. Então, me coloco à disposição para isso. Se a Câmara dos Deputados – está aqui o Hugo Leal, o Deputado Trovão, que participou também – quiser participar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sendo um grupo muito grande, porque, também, quando tem muita gente, em vez de ajudar na construção de uma solução, cria-se mais confusão. Então, proponho um grupo de trabalho para que a gente possa, a partir dali, ter um encaminhamento, uma diretriz que dê a segurança necessária para que a Polícia Rodoviária Federal cumpra o seu papel – e aqui não estou a advogar outra tese –, mas que, ao mesmo tempo, o operador, o transportador, seja ele o caminhoneiro que é dono do próprio caminhão ou uma empresa, também tenha um ambiente de segurança e previsibilidade para trabalhar e servir ao Brasil no seu processo de crescimento. É a sugestão que faço.

O SR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO (Para expor.) – Senador, me permite só um breve esclarecimento, muito breve?

Eu conversando aqui anteriormente com o Jeferson e a pedido também do Senador Marcos Rogério, já me comuniquei com o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, que está completamente aberto, a fazer essa revisão do mapeamento da fiscalização. Porque a Polícia Rodoviária, de fato, fica com aquele certo receio do apagão das canetas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO – O agente público só age de acordo com a lei, de acordo com o papel, e eu posso contribuir na Secretaria Nacional de Trânsito, dando a orientação adequada para o cumprimento da lei, de acordo com o regulamento que já existe hoje.

A princípio – no meu entendimento, no meu entendimento! –, eu entendo que o manual está válido do jeito que está.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO – O que pode estar havendo é justamente um descompasso de interpretação mesmo, mas que facilmente pode ser ajustado se a gente fizer isso, se sentar todo mundo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito! Estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria encaminhar o seguinte – falei aqui com o Deputado Hugo Leal, e isso é extensivo a todos que vão, ele vai usar a palavra até para nos convidar para a audiência –: nós tínhamos que ter um texto-base, eu diria assim, um termo de ajustamento e conduta, uma minuta de termo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustamento de conduta, com a participação de vocês, sua, do Bagattoli; enfim, um texto. Bote um texto em cima da mesa! E em cada item, com a ajuda da nossa consultoria, nós vamos ver o que depende de lei e o que nós podemos acertar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ficar muito pouco para a lei, porque, ao modular como modulou o Supremo, ele está dizendo que aceita acordo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele jogou de volta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele jogou, nos devolveu a encrenca, que eu não vou dizer que foi criada por eles, mas que foi criada pelas alterações de lei, pelo sentimento de insegurança... Cada acidente desses é um escândalo mais do que justificável. Então, um termo, uma minuta de termo de ajustamento de conduta, e a consultoria, que aja aí meio independentemente: "Isto aqui vai precisar de lei". Vai ficar muito pouco item dependendo de lei. Como foram 11 tópicos que foram considerados inconstitucionais pelo Supremo, não é isso? Foram 11...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o número perfeito. O 11 é sempre o número perfeito; do 11 em diante é reserva, e é o meu número...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – A lei...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e é a metade do seu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A lei é 13. Deu problema.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É 103. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, então, tirando esse toque de humor, eu acho que, com esse texto, nós vamos nos aproximar à lei, ao seu sentido de respeito à vida, de respeito à profissão, de respeito ao agente fiscal, de respeito... O Governo coloca também ali o seu compromisso de avaliar os credenciados e promover, com o apoio da ANTT, do Tribunal de Contas da União... Nas otimizações e nas revisões de contrato, o PPD tem que ser uma realidade. Não pode ir neste ritmo: um PPD em Santa Catarina, em dez anos, depois de deferido! Nessa marcha, não há modulação que resista.

Feita essa colocação, ainda consulto se alguém deseja usar da palavra.

Deputado...

Temos um caminho para solucionar. Concorda, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Para expor.) – Sr. Presidente Esperidião Amin e Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, é exatamente isso. Acho que nós estamos, neste momento... Depois... Eu não ouvi toda a audiência, mas vou coletar essas informações. Agora é prática; agora, é mão na massa, literalmente: buscar texto, buscar sugestões para a gente poder adaptar.

O que eu vou sugerir, independentemente dessa reunião que vamos ter aqui na Comissão de Infraestrutura, eu vou também convidá-los para a gente... Nós vamos fazer, já está aprovado na Comissão de Viação e Transportes, na Câmara dos Deputados, exatamente esse debate. Eu vou já torcer para que nesse próximo debate, que a gente fará lá na Comissão de Viação e Transportes, em audiência pública, a gente já parta para a discussão de um texto. Eu acho que isso é extremamente producente e é o que a sociedade está esperando; inclusive, não só todos os entes aqui envolvidos, mas talvez seja isso também que o próprio Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Certamente.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – ... a câmara hiperalta – porque esta é a Câmara Alta, a outra é a hiperalta –, possa estar aguardando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – É a revisora da revisora.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faço a seguinte sugestão: que o texto seja tópico por tópico, como se fosse um... É um termo de ajustamento de conduta, item por item, que facilita, inclusive, o processo legislativo subsequente.

Consulto, mais uma vez, se alguém deseja usar da palavra.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos abrir uma exceção, já que eu falei cinco vezes Itajaí.

Está funcionando ainda o posto de gasolina? Então é uma pergunta que eu começo.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Não está.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, ou seja, um dos pontos que estão habilitados ainda aqui no papel não existe mais, conforme eu tinha dito. Vai ser construída uma loja – não precisamos dizer que é da Havan, senão seria publicidade... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas é uma loja, um ponto de geração de tráfego, inclusive, numa região... Nada de censura nisso; pelo contrário, cidades brigam, lutam para terem uma loja da Havan. O outro careca é muito mais inteligente do que os outros carecas. Mas é um ponto a menos na zona do agrião. É o maior e mais doloroso nó que nós temos nas rodovias brasileiras. E não vai resolver com patrola; tem que resolver com jeito.

Pois não. O senhor tem um minuto de resposta, portanto.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Meu nome é Janderson Maçaneiro Patrola, sou transportador em Itajaí...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Maçaneiro...

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Maçaneiro, de Tijucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais proximamente de Major Gercino.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Exatamente.

Eu quero agradecer o pedido de desculpas do representante da Polícia Rodoviária Federal, acho justo, louvável. Agradeço aqui em nome dos caminhoneiros do Brasil inteiro. Agradeço o esforço de cada um que esteve aqui debatendo em mais de duas horas de audiência pública: Deputados, Senadores, Deputado Zé Trovão, Manjuva, nosso amigo aí, motorista de caminhão. Parabéns pelo esforço.

O Senador foi muito feliz na condição de trazer a discussão internamente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Marcos Rogério.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Marcos Rogério. Muito obrigado.

... trazer a discussão internamente, porque, nós enquanto categoria, nós enquanto caminhoneiro, que temos uma nota no painel e o objetivo de entregar a mercadoria, a gente não consegue acompanhar o dia a dia, o trânsito das leis e tudo mais. Quando o policial nos para, eu digo aqui, eles têm toda a condição de... Eles não erram o tiro, imagina errar uma multa, eles não erram. Eles estão lá dentro da lei, observados. Só que a gente, caminhoneiro, não consegue acompanhar.

Então é muito feliz a fala de entender o dia a dia do caminhoneiro e enquadrar essa realidade nossa dentro da legislação. Como? Juntando-se, ouvindo, conversando e construindo alguma coisa para sanar o problema imediato com uma resolução futura.

Muito, muito bom. Parabéns a todos aqui que conduziram. Quero voltar também à audiência pública lá na CVT.

E uma situação que eu quero colocar, que é importante para a nossa categoria, é que a falta de PPD no país se dá porque não temos uma política pública de entregar áreas públicas a agentes para construir associações cooperativas espalhadas pelo país inteiro, que poderiam... Hoje uma cooperativa de caminhoneiro não consegue comprar um terreno para fazer um PPD, mas, se o Dnit nos entregasse – "ó, vamos fazer em conjunto com a iniciativa privada, as concessionárias, as cooperativas, as associações, os sindicatos" –, com certeza poderia, sim, evoluir e muito a condição de PPD pelo país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço aqui por o senhor abrir uma exceção...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso pegar um gancho?

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou pedir que o Ministério dos Transportes anote isso, e vou pedir para o Fernando Farias ser o meu lobista lá, porque vocês vão ouvi-lo melhor do que a mim: Amin. (*Risos.*)

Nenhuma praça de pedágio pode ser desmontada com outro objetivo que não ponto de parada e descanso de motorista. Deu para entender? Ora, vocês têm a obrigação de colocar no cronograma a substituição de praça de pedágio, aquele entulho autoritário, uma loteria do mal...

A praça de pedágio é uma loteria do mal. Você sai de Porto Belo – para falar de uma coisa do meu estado – e, se eu vou para Itajaí, tem uma praça de pedágio e eu pago pedágio cheio ali. Se eu vou para Florianópolis, eu não pago; quer dizer, isto é uma praça de pedágio: é uma loteria do mal. Como vocês têm que ter um cronograma para isso, já bota lá como cláusula pétrea: nada tem prioridade sobre a utilização daquele espaço, que já foi indenizado pelo governo... Ou não foi? Foi. Aquilo entra, o custo da implantação daquela praça de pedágio, inclusive a compra da área, está indenizado pela concessão. Portanto, se a concessão continua ou vai ser otimizada, como diz a regra, essa área é para ponto de parada e descanso. Já é uma política pública. De acordo com o cronograma, você já sabe que ali tem que botar um ponto de parada e descanso de motorista.

Quantas são as praças de pedágio do Brasil só de rodovia federal? Faz a conta rápida aí. Lá em Santa Catarina são oito mais cinco: 13. Quatro na BR-101 sul, quatro na BR-101 norte e cinco na BR-116, só para começo de conversa. Treze *versus* um: só tem uma praça de pedágio. E onde é que era? Aliás, só tem um ponto de parada. O que era lá?

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO (*Fora do microfone*.) – Lá era um posto de parada...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Era uma praça de pedágio.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Era uma praça de pedágio, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A única que nós conseguimos, depois de dez anos de pedido, era uma praça de pedágio, que foi desativada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo deslocamento para Paulo Lopes da praça de pedágio da Palhoça, que era um outro entulho. Então, estou dizendo... Agora, o ministério tem que adotar isso. Não vai custar nada! Não vai custar nada, porque já está indenizado ao longo do curso da concessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Sim. Boa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Certo?

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – Senador, só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. JANDERSON MAÇANEIRO – A nossa categoria – o caminhoneiro, o transportador de carga – não fala em 6x1, 5x3 dias de trabalho. A gente trabalha 365 dias por ano. Nós amamos a nossa profissão. Nós temos a nossa casa e levamos café da manhã, almoço e janta, e tudo aquilo que todo brasileiro e gente fora deste país... Porque a gente leva o agronegócio daqui para o mundo inteiro, sem qualquer restrição, sem qualquer problema. Nós amamos a nossa profissão.

Dê-nos liberdade para trabalhar, dê-nos dignidade, e a gente vai transformar o Brasil numa potência maior do que é. O caminhoneiro autônomo sai de casa apaixonado pela sua profissão. São raríssimas as condições em que um caminhoneiro deixa a sua profissão, por qualquer dificuldade que encontra, para ir trabalhar em outro lugar. E quando vai, chora o vago de saudade da estrada.

Respeitem a nossa categoria. Deem-nos condição de trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço ao Patrola, que muito bem encerrou a nossa... Eu vou encerrar esta etapa. Não estamos encerrando a sessão, apenas vou devolver a quem de direito, agradecendo mais uma vez ao Senador Marcos Rogério, agradecendo a presença de todos.

Peço desculpas se eu em algum momento não dei a atenção devida e passo a palavra, portanto, ao Senador Marcos Rogério.

Você disse que queria falar...

O SR. GIANCARLO PASA – Não, só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então mais 30 segundos. Eu não posso deixar de ter simpatia pela estampa, né? (*Risos.*)

O SR. GIANCARLO PASA (Para expor.) – Parecemos irmãos gêmeos, né?

Não, é só uma colocação porque eu acho que é interessante a gente aprender com o que tem lá fora, certo? Quer dizer, então você tem essas áreas de descanso que o próprio Diumar colocou lá, talvez são áreas de descanso mais simples, que demandam menos investimentos que você possa colocar. Quer dizer, então qual é o objetivo? Esse objetivo, como ele falou na Alemanha, em que você deita de 15km em 15km, mas você tem uma área de estacionamento onde tem banheiro e simplesmente para ter aquele descanso apropriado.

Quer dizer, então é só a gente olhar um pouco o que está feito lá fora, né?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito bem colocado.

Senador Marcos Rogério, mesmo que V. Exa. não queira, a Presidência é sua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Me dê 1 minuto de intervalo para me despedir de todo mundo e retomamos a...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, vamos suspender a sessão por 2 minutos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para as despedidas e ela será reaberta em seguida.

Obrigado.

(*Suspensa às 12 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 37 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reaberta a reunião da Comissão de Infraestrutura, nesta feita, para darmos encaminhamento à parte deliberativa da reunião com os itens da pauta do dia de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O assunto é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria pedir a sua prioridade para apreciação do Requerimento nº 25, que eu apresentei, que trata de acordo cooperativo – operativo, aliás – ou termo de compromisso entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto de um parecer da Controladoria-Geral da União que significa, em resumo, o seguinte: Itaipu Binacional tem um orçamento secreto e o custo vai para a nossa conta, a dos dez estados que assinaram, em 1973, o compromisso de compra – o senhor conhece bem isso – obrigatória, ou seja, um orçamento de bilhões que, por ser binacional, não é um orçamento auditado com o mesmo rigor, e vai para a conta de energia dos brasileiros que moram nos dez estados que são compradores cativos.

É esse o requerimento que eu peço que V. Exa. submeta a votação. E, depois, vamos tratar da data para sua concretização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bem, em relação a essa questão desse acordo, me parece que nós temos até um requerimento já aprovado na Comissão, pedindo informação, do Senador Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Eu até, Senador Esperidião Amin, faria o seguinte – porque o Senador Rogerio Marinho fez um requerimento, nós aprovamos aqui, e há um questionamento em relação aos pedidos que são feitos diretamente à Itaipu Binacional, justamente em razão da peculiaridade da empresa, que não é apenas brasileira. O requerimento de V. Exa. está na mesma direção, mas com o endereçamento ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministro de Minas e Energia.

Eu indago se há alguma divergência em colocarmos extrapauta o requerimento. Se não houver divergência, eu o coloco extrapauta, e a gente vota o requerimento de V. Exa. e posteriormente dá um encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para complementar, aqui eu estou fazendo um requerimento de informações...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas, na Comissão de Fiscalização, nós estamos pedindo que seja analisado o acórdão do Tribunal de Contas da União que não está sendo cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Perfeitamente. (*Pausa.*)

Não havendo divergência, fica, então, incluída extrapauta a matéria para deliberação já na sequência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jorge Seif, pela ordem. E, na sequência, as matérias.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero agradecer ao senhor pelo espaço que o senhor me concede.

E eu justifico que não consegui participar da audiência pública ocorrida anteriormente devido a outras Comissões em que nós tínhamos projetos e de que precisávamos participar.

E, se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu quero primeiramente parabenizar o Senador Esperidião Amin pela iniciativa brilhante de promover essa audiência pública. Inclusive, na última sexta-feira, eu liguei para V. Exa. por vídeo, estava ali com quase 20 empresários do setor de logística e transportadoras lá no nosso gabinete de Santa Catarina.

E eu gostaria de deixar registrado aqui, nesta importante Comissão...

Inclusive, está aqui ao lado o Tomio Yano, que é Presidente da União Nacional de Transportadores e Operadores Logísticos, que nos prestigia aqui com a sua presença.

Eu só queria... Vou ser bem rápido em consideração ao que o senhor está me proporcionando.

Senhoras e senhores, é com grande preocupação que abordamos os efeitos da ADI 5322 no setor de transporte rodoviário de cargas, especialmente, Senador Esperidião Amin, em nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Santa Catarina. A decisão do Supremo Tribunal Federal ao declarar dispositivos inconstitucionais na lei dos caminhoneiros impõe desafios importantes à nossa economia regional. Santa Catarina, Sr. Presidente, com sua posição estratégica e econômica fortemente baseada na indústria e no agronegócio, depende intensamente de um sistema de transporte eficiente. As restrições impostas pela ADI 5322, como a impossibilidade de fracionamento dos intervalos de descanso e a conversão do tempo de espera em horas extras, resultaram em aumentos expressivos nos custos operacionais. Estima-se, Senador Marcos Rogério, que, em algumas rotas, os custos possam aumentar em mais de 50%, impactando diretamente a competitividade das empresas catarinenses no mercado nacional e internacional.

Finalizando, além disso, a decisão ignora um fator crucial, Senadores: a precariedade da infraestrutura de pontos de segurança nas rodovias do país. A Confederação Nacional do Transporte (CNT) apontou que 87% das rodovias brasileiras não possuem áreas adequadas para descanso dos caminhoneiros. Em Santa Catarina, o cenário ainda é pior, com um déficit crítico de pontos de parada na BR-101 e na BR-470, que são, Senador Esperidião Amin, os principais corredores logísticos do estado. Como exigir, Sr. Presidente, que os motoristas cumpram regras de descanso sem garantir locais seguros e estruturados para isso? Essa contradição impõe um ônus desproporcional sobre os trabalhadores e empresários do setor.

Diante desse cenário, Sr. Presidente, é imperativo que esta Comissão e este Senado Federal busquem soluções que equilibrem a proteção de direitos dos trabalhadores com as opções econômicas do setor de transporte. A flexibilização responsável das normas aliada a investimento em infraestrutura e tecnologia é essencial para garantir que Santa Catarina e o restante do nosso querido Brasil continuem a prosperar e se destaquem como um polo econômico dinâmico e competitivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jorge Seif. Confirmo aqui que V. Exa. fez realmente essa reunião, por videoconferência, com um conjunto de operadores do setor logístico do Estado de Santa Catarina que operam no Brasil inteiro, trazendo justamente as queixas, as reclamações que nós ouvimos hoje aqui na audiência pública, que, a meu ver, a meu juízo, teve um bom encaminhamento a partir das intervenções feitas pelo Senador Esperidião Amin, com as sugestões do conjunto dos Senadores. Acho que estamos criando um ambiente para chegar a um ponto de entendimento que facilite a vida de quem opera sem se descuidar do aspecto da segurança, que é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à Ordem do Dia.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5066, DE 2020

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação parcial da Emenda nº 7-PLEN e rejeição da Subemenda nº 1-CCT à Emenda nº 7-PLEN, nos termos da emenda que apresenta

Observações:

1. Em 14/05/2024 o projeto é aprovado terminativamente pela CI, com emendas.

2. Em 27/05/2024 o Senador Carlos Portinho apresenta recurso para que a matéria seja submetida ao Plenário.

3. Em 10/06/2024 o Senador Fabiano Contarato apresenta a Emenda nº 7-PLEN.

4. A matéria é distribuída à CCT e à CI, para exame da emenda.

5. Em 11/12/2024 a CCT aprova parecer favorável à Emenda nº 7-PLEN, com a Subemenda nº 1-CCT à Emenda nº 7-PLEN.

6. Votação simbólica.

Portanto, o que está em apreciação aqui é a emenda que foi apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao eminente Relator, o Senador Chico Rodrigues, para leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Meu caro Presidente, Senador Marcos Rogério, V. Exa., com muita diligência, preside esta Comissão, inclusive promovendo audiências públicas, como acabamos de acompanhar, trazendo temas extremamente recorrentes para discussão aqui, numa Comissão que tem um valor agregado gigantesco em cima de todos os programas que são afetos a esta Comissão.

Tenho certeza de que esse é mais um tema – do qual serei o Relator e farei a apresentação neste momento – de grande relevância para o Brasil, mas também para a Amazônia, para que não possamos ficar fora de utilização de recursos tão importantes e relevantes para pesquisa e desenvolvimento.

Como o relatório foi discutido e já foi apresentado... Mas o tema é tão recorrente que, se V. Exa. concordar, eu posso ler todo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – V. Exa. tem a liberdade...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O assunto já é de conhecimento da Comissão, se quiser ir direto à parte dispositiva do voto, com liberdade, a critério do Relator.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Para que fique bem entendido pelos demais colegas Senadores e Senadoras, eu vou ler todo o relatório. Esse tema é importantíssimo, relevantíssimo para o Brasil, mas também para a Amazônia, porque houve uma transversalidade de informações procurando tirar da Amazônia e de parte do Nordeste a destinação de recursos que são fundamentais para pesquisa nessa área mineral tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI) a Emenda nº 7-PLEN do Projeto de Lei 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério, o qual modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

O PL 5.066, de 2020, foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) e pela CI, nesta última, em decisão terminativa – já foi aprovado pela CI, nesta última, decisão terminativa. Entretanto, nos termos do inciso I do §2º do art. 58 da Constituição Federal e, na forma do art. 91, §§3º e 4º, do Regimento Interno do Senado, foi interposto o Recurso nº 7, de 2024, de autoria do Senador Carlos Portinho e assinado por mais 13 Senadores para que a proposição em tela fosse apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Durante os cinco dias úteis previstos pela art. 235, II, "c", do Regimento Interno, para recebimentos de emendas ao PL nº 5.066, de 2020, foi apresentada a Emenda nº 7-Plen, de autoria do Senador Fabiano Contarato. Assim, em atenção ao art. 277, *caput*, do Regimento Interno, a Emenda nº 7-Plen foi encaminhada à CCT e à CI.

Na CCT, a Emenda nº 7-Plen foi aprovada parcialmente.

A Emenda sob análise propõe um texto substitutivo integral ao PL nº 5.066, de 2020, o qual altera os arts. 8º e 23 da Lei nº 9.478, de 1997.

Pela nova redação do inciso X do art. 8º proposto pela emenda, caberia à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias nas áreas de (i) exploração, produção, transporte, refino e processamento, (ii) produção e uso de biocombustíveis, desde a etapa agrícola, (iii) outras fontes renováveis de energia e (iv) eficiência energética-ambiental. A novidade em relação à redação vigente da lei são os itens (ii) a (iv).

Relativamente ao art. 23, a nova redação proposta pela emenda ao §3º passaria a estabelecer aos contratados para pesquisa e lavra de petróleo e gás natural a obrigação de realizar despesas em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) em montante equivalente a 0,5% ou 1% da receita bruta da operação, a depender do regime de contratação do campo, sendo 0,5%, na cessão onerosa, e 1% na concessão e na partilha de produção. Adicionalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme o §4º acrescido, é proposta uma bonificação de 5% para efeito de cumprimento da obrigação, como forma de incentivo, quando tratar-se de projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, limitada, porém, a 2,5% do valor total da obrigação, em cada exercício financeiro.

Da análise.

Conforme o art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre questões relacionadas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Portanto, há pertinência do objeto da Emenda nº 7-Plen, aos temas de competência desta Comissão. Isso posto, passamos à análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito da emenda.

Quanto à constitucionalidade da Emenda nº 7, não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União tem competência privativa para legislar sobre energia, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e cabe, segundo o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias que são de competência da União. Ademais, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme define o art. 61, §1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da CF (Constituição Federal).

Quanto à juridicidade da emenda, existe inovação do ordenamento jurídico vigente, compatibilidade e alinhamento com o ordenamento legal, bem como observação do atributo de generalidade. Em relação à adequação orçamentária e financeira, não há criação de despesa pública, nem geração de renúncia ou perda de receitas para o setor público. Em termos de regimentalidade e técnica legislativa, avalia-se que, feitos os ajustes propostos a seguir, a emenda está adequada ao que preceitua o Regimento Interno e à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da Emenda nº 7-Plen, considerando a forma proposta, ela teria o condão de substituir integralmente o PL nº 5.066, de 2020, prejudicando a pretensão desta proposição de melhorar a alocação de recursos de P,D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) nas diversas regiões do país, bem como em bacias sedimentares localizadas em áreas terrestres.

No entanto, em que pese esse aspecto quanto à forma da Emenda, de Plenário, nº 7, concordamos com a avaliação feita na CCT a respeito de algumas alterações meritórias propostas pela emenda, notadamente a ampliação das áreas que devem ter a pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimulada e a previsão de realização mínima de despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, baseadas na receita bruta da produção, consolidando em lei as práticas do setor.

Quanto à proposta de acréscimo do §4º ao art. 23 da Lei nº 9.478, de 1997, pela Emenda nº 7-Plen, estabelecendo bonificação para as despesas com P,D&I realizadas em projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, também corroboramos a avaliação feita pela CCT. Esse dispositivo, em que pese busque incentivar a aplicação de recursos de P,D&I nessas regiões, pode ocasionar a redução do volume total de recursos alocados nessas atividades em todo o país, além de não garantir a efetiva redistribuição de recursos. Na prática, a alocação poderia permanecer sendo feita como é atualmente.

Assim, em linha com o que foi decidido pela CCT relativamente à Emenda nº 7-Plen, opinamos pela supressão da proposta de acréscimo do §4º ao art. 23, mas acatamos as alterações no inciso X do art. 8º e a previsão de disposição em lei a respeito da realização mínima de despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, que será incorporada ao art. 8º-B do PL.

Ressaltamos que o objeto do PL é realocar parte dos recursos compulsórios com aplicação orientada, mas sem impedir que as empresas continuem investindo voluntariamente, além dos recursos compulsórios, da forma que entenderem mais adequado.

Voto.

Pelo exposto, opinamos:

a) pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 7-Plen;

b) no mérito, pela aprovação parcial da Emenda nº 7-Plen, nos termos da emenda a seguir, restando prejudicado o texto original da Emenda nº 7-Plen; e

c) pela rejeição da Submenda nº 1, da CCT, à Emenda nº 7-Plen, tendo em vista a emenda apresentada a seguir.

Ao final, apresentamos o texto final do PL nº 5.066, de 2020, consolidado conforme disposto no §6º do art. 133 do Regimento Interno do Senado, considerando as emendas já aprovadas pela CI, bem como as emendas propostas neste relatório.

Portanto, Sr. Presidente, é esta a conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu gostaria de deixar apenas algumas observações aqui. Primeiro, porque nós acatamos a emenda apresentada pelo Senador Fabiano Contarato, que foi atendido. Segundo, nós sabemos que o Instituto Brasileiro de Petróleo pode, na verdade, ter mobilidade para que parte deste recurso... E olha que, de 2016 a 2026, foram aplicados R$16 bilhões em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). No entanto, só para antecipar a discussão – por isso que eu peço vênia a V. Exa. para me ouvir –, é exatamente por isso as academias, as universidades do Brasil, sejam federais ou de outra natureza, no Nordeste e no Norte principalmente, não estavam sendo atendidas. E, com esse projeto, elas passarão a ter uma parte deste recurso para também pesquisarem nesta área de petróleo e gás, a exemplo do meu estado, o Estado de Roraima, que tem a Bacia do Tacutu, uma bacia sedimentar riquíssima em petróleo e gás, e será beneficiada a universidade federal da cidade de Roraima com este recurso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa. pelo relatório e o cumprimento pela transparência e pela riqueza de detalhes que traz na apresentação desta matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação.

A votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Com a aprovação do relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda acatada pelo Relator.

A matéria vai ao Plenário? (*Pausa.*)

Então, ela vai ao Plenário. Essa matéria passa pelo Plenário do Senado.

Item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3433, DE 2024

- Não terminativo -

Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 e as emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

2. Em 18/03/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Em 14/03/2025, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Jaime Bagattoli.

4. Em 28/03/2025 o Senador Fernando Farias apresenta novo relatório.

5. Votação simbólica.

Eu asseguro a palavra ao Relator para apresentar o seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu peço para ir direto à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos.

A proposição em análise está diretamente vinculada à infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável, uma vez que regula mecanismos financeiros voltados ao financiamento de projetos de conservação ambiental e inovação tecnológica no setor de infraestrutura. Portanto, encontra-se dentro da competência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse mesmo sentido, a matéria está em conformidade com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa da União para legislar sobre energia. Tal competência abrange o planejamento e a regulação de atividades relacionadas à produção, transporte, distribuição e uso de energia, incluindo mecanismos de mercado que incentivem práticas sustentáveis, como os tratados na proposição em análise.

Ademais, o art. 225 da Constituição Federal assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. A proposta contribui para o cumprimento desse mandamento constitucional ao criar instrumentos financeiros que fomentam a conservação ambiental e promovem o uso sustentável dos recursos naturais.

Outrossim, o PL atende aos princípios constitucionais da ordem econômica previstos no art. 170 da Constituição Federal, que incluem a defesa do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável como fundamentos da livre iniciativa e da função social da propriedade.

No mérito, o projeto representa um avanço significativo ao alinhar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental. A operacionalização da securitização de ativos ambientais demonstra viabilidade financeira e adequação à legislação vigente, promovendo transparência e segurança jurídica para investidores e beneficiários.

Além disso, o modelo proposto fortalece a economia verde, canalizando recursos para iniciativas que mitigam os impactos das mudanças climáticas e preservam a biodiversidade, contribuindo para a redução de desigualdades regionais ao financiar projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica em diversas áreas, incluindo energia renovável e manejo sustentável de recursos naturais.

Quanto à emenda apresentada pelo Senador Jaime Bagattoli, entendemos oportuno acatá-la. A emenda inclui expressamente as empresas de agroindústria como beneficiárias da securitização de ativos ambientais. Ora, o setor agroindustrial já adota práticas sustentáveis e, por isso, deve ser ainda mais incentivado e contemplado na nova legislação.

A inclusão da agroindústria no escopo da securitização de ativos ambientais é uma medida estratégica e necessária para fomentar o desenvolvimento sustentável no setor produtivo. A agroindústria desempenha um papel fundamental na economia nacional, sendo responsável por grande parte das exportações e do abastecimento do mercado interno. Nos últimos anos, o setor tem avançado significativamente na adoção de práticas sustentáveis, alinhando-se às diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

globais de transição ecológica, redução de emissões de carbono e preservação dos recursos naturais.

Atualmente, muitas empresas agroindustriais já implementam sistemas produtivos que promovem eficiência energética, reaproveitamento de resíduos, reflorestamento, controle da pegada hídrica e a utilização de tecnologias inovadoras para mitigar impactos ambientais. No entanto, a ampliação dessas iniciativas depende de incentivos financeiros e mecanismos de captação de recursos que viabilizem sua implementação em larga escala.

A securitização de ativos ambientais surge como uma alternativa eficaz para viabilizar novos investimentos sustentáveis, convertendo créditos ambientais em capital para financiar projetos que reforcem o compromisso da agroindústria com a inovação e a sustentabilidade. A inclusão desse setor na definição legal da securitização permitirá que empresas agroindustriais tenham acesso a um novo mercado de financiamento verde, fortalecendo suas cadeias produtivas e incentivando práticas responsáveis.

Além disso, essa medida contribui para a conformidade do Brasil com acordos internacionais, como o Acordo de Paris, que exige esforços concretos para a redução de emissões e a preservação ambiental. O fortalecimento da agroindústria sustentável também melhora a competitividade do país no cenário global, uma vez que mercados internacionais têm estabelecido exigências ambientais mais rigorosas para importação de produtos agropecuários.

Portanto, a presente emenda é meritória ao ampliar o alcance da securitização e incluir um setor estratégico que já vem demonstrando esforços contínuos para a transição sustentável. Ao garantir que a agroindústria possa acessar os benefícios da securitização de ativos ambientais, esta proposta impulsiona a inovação, a competitividade e a preservação ambiental no Brasil.

Para garantir coerência normativa, faz-se necessário também alterar a redação do art. 1º, de modo que o escopo da lei reflita essa ampliação e evite interpretações restritivas.

Sendo assim, a fim de aprimorar o projeto em questão, propomos inserção da alteração encaminhada pela Emenda nº 1, interposta pelo Senador Jaime Bagattoli, bem como a inclusão de outras quatro emendas. A primeira ajusta a redação do art. 1º do projeto a fim de dar coerência à alteração proposta pela Emenda nº 1.

A segunda estabelece estruturas simplificadas para emissão de títulos lastreados em ativos ambientais, reduzindo burocracias e custos operacionais. Entre as simplificações, destacam-se a dispensa da publicação de prospectos completos, a possibilidade de se utilizar plataformas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digitais para registro e negociação, e a supervisão simplificada por agente fiduciário independente. Tais medidas facilitam o ingresso de empresas menores no mercado, promovendo a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

A terceira oferece um mecanismo inovador de proteção ao investidor, prevendo a criação de fundos garantidores para mitigar riscos financeiros associados à volatilidade do mercado de certificados de recebíveis ambientais. Esses fundos asseguram um retorno mínimo sobre os investimentos, proporcionando maior segurança e atratividade para investidores individuais, especialmente os de pequeno porte. Essa iniciativa é essencial para estimular a participação de novos investidores no mercado, fomentando a liquidez e a expansão do setor.

Por fim, uma quarta emenda prevê a aplicação subsidiária da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, a fim de assegurar a completude normativa do regime jurídico específico para ativos ambientais, garantindo segurança jurídica em casos omissos. Essa abordagem preserva a autonomia do novo regime, atendendo às particularidades dos ativos ambientais, como créditos de carbono e serviços ecossistêmicos, que demandam regulação diferenciada. Ademais, permite a harmonização com normas gerais já consolidadas, sem comprometer a especificidade e a inovação necessárias para fomentar projetos sustentáveis e atrair investimentos ao setor ambiental.

O conjunto dessas emendas representa um equilíbrio entre simplificação regulatória e proteção ao mercado. Ao mesmo tempo em que reduz barreiras de entrada para pequenas e médias empresas, garantindo sua competitividade, as propostas também asseguram a estabilidade e a confiança necessárias para o crescimento do mercado de títulos ambientais, dentro de um ambiente de segurança jurídica. Dessa forma, contribuem para um ambiente de negócios mais inclusivo e sustentável, alinhado às metas ambientais e econômicas do país.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 3.433, de 2024, da Emenda n.º 1, e das seguintes emendas...

Era isso, Presidente.

E eu quero aqui ressaltar a importância desse projeto do nosso Fernando Dueire, fazendo um resumozinho aqui, que a gente lê e fica mais fácil.

O projeto regulamenta a securitização de ativos ambientais, permitindo que a empresa transforme os créditos gerados para projetos de sustentabilidade, como reflorestamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação e energia limpa, em títulos financeiros negociáveis no mercado. A proposta visa atrair investimentos privados para iniciativas sustentáveis, criando um novo instrumento de financiamento verde ao país.

O objetivo central é facilitar o acesso de recursos financeiros por parte de projetos ambientais, aumentando sua escala e viabilidade econômica.

A lógica econômica da proposta está na mitigação de risco por meio de estruturas de portfólios com múltiplos ativos e diversificações, o que reduz a volatilidade e aumenta a atividade para os investidores.

Exige que os ativos sejam geridos por uma sociedade de propósito específico (SPE), garantindo maior segurança jurídica, transparência e clareza na estrutura das emissões dos títulos financeiros associadas aos ativos ambientais.

O Relator incorporou a emenda do Senador Bagattoli, que inclui expressamente a agroindústria como segmento apto a se beneficiar da securitização de ativos ambientais, permitindo que cadeias produtivas do agronegócio com boas práticas ambientais também possam captar recursos no mercado financeiro para investir em sustentabilidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a aprovação do relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda acatada.

A matéria segue agora à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, ouço V. Exa. com muita alegria, cumprimentando-o pela iniciativa e pela aprovação do projeto.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – É isso. Eu pedi a palavra para agradecer o brilhante relatório do Senador Fernando Farias. Nós tratamos aqui de uma matéria muito importante porque ela compatibiliza a questão ambiental com a questão dessa preservação, tendo também, em contrapartida, um incentivo. E esse incentivo vai desde benefícios fiscais até, efetivamente, uma condição de securitizar esses ativos para que possam gerar uma condição financeira atrativa, para que a sociedade brasileira tenha condições de fazer a preservação de seu meio ambiente.

Na verdade, quando a gente, por um braço, preserva e, por outro, traz de uma maneira equilibrada a questão de um incentivo ao capital, a gente tem toda condição de ter êxito numa proposta sustentável.

Portanto, meu querido Senador Marcos Rogério, Presidente nosso aqui da CI, era o que eu tinha a falar, mais uma vez agradecendo ao Senador Fernando Farias pelo seu brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esta Presidência cumprimenta o Senador Fernando Dueire pela iniciativa desse importante projeto, um marco legal importante, que teve a relatoria do Senador Fernando Farias, com os acréscimos e as observações tão importantes para o aprimoramento da matéria. Esse é um segmento que avança no Brasil e precisa de regulamentação, precisa de um norte legal. Eu entendo que a V. Exa. constrói um texto que dialoga justamente com a necessidade que o segmento tem.

Vamos ao... O terceiro item e o item 4 são matérias que eu vou apenas submeter à votação, referendando aquilo que o Senador Esperidião Amin já fez na audiência pública. Portanto, são requerimentos para a deliberação *ad referendum*, que tratam de participantes que estiveram aqui na audiência anterior. Então, eu não vou fazer a leitura porque já foram cumpridos. Apenas estou anunciando, apregoando os dois requerimentos para que a gente possa, formalmente, fazer a aprovação, para que sejam consignados em ata.

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2025 - CI sejam incluídos entre os convidados o senhor SÉRGIO JOÃO WILDNER, Representante dos Caminhoneiros de Santa Catarina e o senhor GIANCARLO PASA, Diretor de Postos de Rodovia da FECOMBUSTÍVEIS.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2025 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Paulo João Estausia, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística - CNTTL.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O item 5 foi o requerimento extrapauta apresentado por ele e já incluído na Ordem do Dia.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer Nº 162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Portanto, requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin já devidamente anunciado e encaminhado por ele nesta sessão.

Eu submeto à apreciação esses três requerimentos: dois *ad referendum* e o requerimento do Senador Amin.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos. (*Pausa.*)

Apenas para concluir a aprovação da nossa ata, antes de encerrarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a presença dos Srs. Senadores e demais colaboradores nesta reunião de hoje, na primeira parte, com audiência pública, e, agora, deliberativa, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e onze minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Izalci Lucas, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1740, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para incumbir a ANTT de regulamentar o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas 1-T a 3-T. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3684, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4798, de 2024 - Terminativo - que: "Confere ao município de Tauá, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 11, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA)." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 15, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto das mudanças promovidas no PROAGRO pelo Conselho Monetário Nacional para o ano safra 2024/2025, bem como encontrar alternativas especialmente para os agricultores familiares. Com os oradores convidados que indica." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 16, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos jurídicos, econômicos, institucionais e sociais da chamada “Moratória da Soja”, onde a referida prática tem gerado graves distorções à ordem econômica, ao cumprimento da função social da terra, ao direito constitucional à livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa e ao desenvolvimento regional. Com os oradores convidados que indica." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Incluído, como orador convidado, o Senhor Vanderlei Silva Ataides, Presidente da Aprosoja Pará. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 17, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção da praga monilia na lavoura cacaueira do Brasil e construção de barreiras sanitárias. Com os oradores convidados que indica." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 18, de 2025 que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a crescente apreensão de gado pelo Ibama em áreas embargadas, incluindo aquelas existentes em Unidades de Conservação não implantadas, objetivando dar transparência pública, responder questionamentos legais sanitários, bem como a destinação dos animais apreendidos. Com os oradores convidados que indica." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. Incluído, como orador convidado, o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Usam da palavra as Senadoras Tereza Cristina e Margareth Buzetti e os Senadores Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Mecias de Jesus. E o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: Ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (Alepi) nº 131, de 2024, e Ofício da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nº 53, de 2025.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois projetos de lei não terminativos, um projeto terminativo e cinco requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 11, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Observações:

- Discussão e deliberação do Plano de Trabalho do Senador Jaime Bagattoli para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no ano de 2025 (art. 96-B do RISF).

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator, para encaminhar. Por favor, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Boa tarde. Cumprimento aqui o nosso Presidente, Zequinha Marinho.

Primeiramente, Presidente, como o relatório já foi publicado com antecedência, eu tomei a liberdade de fazer um breve resumo que eu vou ler aqui neste momento.

A presente proposta do plano de trabalho para 2025 visa avaliar o Programa Nacional de Reforma Agrária, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A avaliação ocorrerá no ano de 2025, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, e do Requerimento nº 11, de 2025, aprovado pela CRA.

O objetivo da análise é trazer ao conhecimento público os dados e as informações concretas sobre a política da reforma agrária realizada pelo atual Governo, analisar sua eficiência, promover debates sobre a atuação governamental e propor aprimoramentos, inovações e eventuais medidas de adequação procedimental e legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A avaliação objetiva também verificar o impacto da alocação de recursos à efetividade dos programas de desenvolvimento e consolidação dos assentamentos e a necessidade de ajuste nas políticas públicas, buscando assegurar o uso responsável do orçamento e garantir o cumprimento, a justiça social e a geração de renda para o assentado da reforma agrária.

Inclusive, eu protocolei, nesse mês de abril, o Projeto de Lei nº 1.838, de 2025, que propôs uma mudança em foco da política nacional da reforma agrária, com priorização da consolidação e emancipação dos assentamentos. Além disso, prioriza a política de regularização fundiária, tanto nos assentamentos quanto dos produtores sobrepostos em glebas públicas, para a efetiva titulação definitiva dos imóveis rurais.

O plano destaca que auditorias recentes de órgãos de controle apontam para falhas severas na implementação e consolidação dos assentamentos rurais, além de indícios de irregularidades na distinção de recursos públicos. O Tribunal de Contas da União, por exemplo, identificou mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária e 580 mil beneficiários com índice de irregularidades.

Relatório da Controladoria-Geral da União aponta que, dos assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade.

A proposta é debater a priorização do Governo Federal na expansão de novos assentamentos em detrimento da melhoria dos já existentes.

A falta de governança fundiária e informacional no Incra, com bases de dados incompletos e desatualizados, agrava a situação.

Para a realização da avaliação, são propostas diversas atividades, incluindo: requisição de informações a órgãos federais e de controle; oitivas; análise de legislação, orçamento e Índice de Desenvolvimento Humano dentro dos assentamentos; reuniões técnicas e audiências públicas.

O cronograma das atividades da CRA inclui as seguintes audiências públicas.

Maio: audiência pública com representantes da CGU, TCU, Incra, MDA, MGI/SPU e AGU. O tema é um raio-X: diagnóstico, análises e propostas para melhoria do programa.

Junho: audiência pública com polícia especializada em conflitos rurais; juristas e especialistas em questões agrárias; representante do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal. O tema são as consequências das invasões de terra para o PNRA: avaliação do direito de propriedade e da segurança jurídica no campo.

Julho: audiência pública com ex-presidentes e o atual dirigente do Incra. O tema é a percepção de ex-presidentes e do atual dirigente do Incra sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Agosto: audiência pública com representantes do MDA, Contag, CNA, CNM e movimentos sociais. O tema é a realidade e a percepção de agentes envolvidos: críticas, esperanças e propostas.

O relatório final da avaliação deverá ser apreciado e votado pela CRA até o final de novembro de 2025.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Em discussão o requerimento.

Senador Hamilton Mourão com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Registramos também a presença da Senadora Margareth, que acabou de chegar – bem-vinda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Boa tarde, Senadora Margareth, Senador Jaime Bagattoli.

Eu queria cumprimentar o Senador Jaime Bagattoli por esse plano de trabalho apresentado, extremamente detalhado e objetivo. Nós tivemos aí, um tempo atrás, uma audiência pública aqui com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, que, na minha visão, não contribuiu com nada aqui daquilo que são as nossas dúvidas a respeito dessa questão da política nacional de reforma agrária. Então, nós teremos aí, ao longo deste ano, todas essas atividades no sentido de apresentarmos um relatório realmente consubstanciado sobre essa situação toda.

E a mim, Presidente, me parece que, lamentavelmente, os governos do Partido dos Trabalhadores têm apenas uma visão ideológica dessa questão. Foi uma pergunta que eu fiz para o Ministro, e ele saiu por uma tangente, digamos assim, em vez de ser algo objetivo, de realmente buscar, naqueles espaços vazios que existem no nosso território, assentar aquelas pessoas que realmente necessitam e que têm capacidade.

Obviamente, a gente sabe, não é só colocar a pessoa no campo; tem que dar os instrumentos. E todos os dados que nós temos mostram claramente que a imensa maioria dos assentamentos viram uma verdadeira favela rural. Deixam de produzir, ou então são passados adiante. Não há uma coordenação e um controle efetivo disso aí.

Então, eu acho que será, vamos dizer assim, vou usar um termo bem popular, um gol de placa desta Comissão, sob a Presidência de V. Exa., nós apresentarmos realmente um relatório que seja uma radiografia disso que vem acontecendo no nosso país.

Parabéns, viu, Bagattoli?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu sou do interiorzão da Amazônia. O meu estado tem 1.138 projetos de assentamento, para você ter noção. A Amazônia toda tem quase 2.300 – 2.280. Só o Pará tem 247 mil e tem mais 200 mil famílias, 247 mil no Estado do Pará. Mais 200 mil espalhadas nos outros estados da região, um pedaço do Mato Grosso e um pedaço do Maranhão. Então, é um negócio de louco.

O Programa Nacional de Reforma Agrária chegou a integrar, ou a entregar, digo melhor, praticamente 1 milhão de parcelas, e nós temos aí quase 1 milhão de famílias assentadas.

O problema é que o projeto de assentamento só funciona se você levar, junto com ele, um projeto de desenvolvimento, não é? Então, o senhor é gaúcho, lá do Rio Grande do Sul, tchê, um estado extremamente desenvolvido quando você compara com qualquer um da Região Norte, da Amazônia. Se a coisa não dá muito certo em regiões desenvolvidas, como o Sul, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sudeste e até aqui no Centro-Oeste, você calcula quando você avança para o interiorzão do Norte, não é, Bagattoli? É difícil o negócio, muito, muito, muito.

Então, é muito oportuno esse requerimento, esse plano de trabalho. Nós vamos para cima disso, se Deus quiser, com muito carinho, com muito compromisso, porque a gente precisa ajudar o Governo a acordar. Não é o Governo atual; os governos foram assim. Os governos engoliram mosca durante esse tempo todo.

Isso é dinheiro da sociedade em jogo. Quanto custou cada fazenda que foi desapropriada? Quanto custou? Não é verdade? Quanto custou abrir as primeiras estradas, e hoje a prefeitura mantendo? Quanto custou levar energia? Quanto custa para a prefeitura hoje ter que manter a escolinha, ter que manter um tratamento de saúde, mesmo que precário, mas tem... Então, é muito dinheiro para pouco resultado, e a gente precisa buscar, no mínimo, uma eficiência razoável para entregar à sociedade.

Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Margareth já está inscrita aqui? Ah, tá, eu não olhei o papelzinho. Primeiro a Senadora; ela merece, não é, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por favor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Olha, Presidente, parabenizo o Senador Jaime Bagattoli e esta Comissão por apresentar um plano de trabalho tão necessário.

Eu fui ao meu estado, o Mato Grosso, verificar a fundo o que estava acontecendo com os Cadastros Ambientais Rurais, com os ditos CARs.

Nós temos lá 138 mil CARs apresentados, pedidos de regularização para fazer o cadastro: 131 mil são de pequenos produtores, até quatro módulos – 131 mil. O que é que acontece? Ele fica ali na fila, não consegue se regularizar, porque ele estava na terra quando entrou o Código Florestal.

Então, Presidente, eu apresentei o 854, que isenta de qualquer compensação ambiental pequenos proprietários, até quatro módulos. E aí, nós vamos ver o que dá, porque é uma mudança no Código Florestal, vamos tentar conversar com o Governo, já estou conversando com o Governo. A Tereza é a Relatora, está nesta Comissão e na CMA.

Eu acho que ele é muito importante, porque, além de tudo, os assentados e os pequenos proprietários não têm a titularidade da terra, então eles ficam passando um para o outro, e fica aquela confusão. E é um pequeno produtor. Nós vamos atingir, com esse 854, os assentamentos e o pequeno proprietário, que é da agricultura familiar.

Então, parabéns, Senador, vamos juntos. Com o seu plano de trabalho, mais o 854, nós vamos ajudar muito o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Margareth.

Senadora Tereza, bem-vinda.

Nós estamos aqui debatendo um excelente requerimento feito pelo nosso colega Jaime Bagattoli, que quer aprovar um plano de trabalho sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária no Brasil, considerando tudo aquilo que nós todos que somos do interiorzão do Brasil sabemos. E o Governo precisa retomar isso, porque não adianta fazer a metade, cortar a terra, entregar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o cara e ir embora, quer dizer, se hoje a gente conseguir, pelo menos, que o Governo avance na regularização fundiária, eu acho que a gente alcança praticamente o ápice do negócio.

A palavra agora é do Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também gostaria de parabenizar a iniciativa do nosso Senador Jaime.

Eu tive o privilégio de participar da aprovação, e eu fui o Presidente da Comissão, da reforma da regularização fundiária, a 13.465, não é? O Jucá foi o Relator, e eu fui o Presidente da Comissão. E nós conseguimos, de fato, avançar bem na legislação.

E tive a oportunidade, acho que a Tereza era Ministra, de indicar, aqui em Brasília, o Incra – aqui é SR 08, não é? Mas eu já conhecia um pouco o Incra aqui de Brasília. Eu estou falando da capital, não estou falando do interior do Pará, não.

O que eu percebi, muito tempo atrás, é que o Partido dos Trabalhadores nunca teve interesse em regularizar nada. Sempre usaram como massa de manobra esses produtores rurais ou os assentados. Nós, então, aprovada a lei, nós, aqui do DF, conseguimos entregar muitas escrituras, mais de mil escrituras de regularização fundiária, e de vários assentamentos entregamos o certificado.

Mas o que acontece no Incra? O Incra hoje, infelizmente, hoje e já há algum tempo, não tem estrutura nenhuma. Os poucos servidores que tinham no Incra eram cedidos para outras instituições, porque não tinha gratificação nenhuma. Era difícil requisitar alguém para o Incra. Então, há uma necessidade de realmente recompor os quadros do Incra.

Agora, o que eu percebi é que as pessoas assentam o pessoal, mas sem a mínima estrutura e sem o mínimo conhecimento técnico, porque nós começamos, com muita dificuldade, a trabalhar, em cada assentamento, qual é a vocação da terra, porque tem terra que produz, mas precisa de água, de semente, de saber qual é a produção adequada.

Então, a gente sentia falta também de pessoas qualificadas, agrônomos, para poder fazer um estudo de viabilidade daquela terra, porque o que acontece em Brasília, principalmente, é que a terra aqui é muito cara. Então, as pessoas acabam assumindo e, depois, se você não der a eles condições de viabilidade de se sustentarem pela terra, eles acabam dividindo, e vira loteamento.

Então, se a gente não fizer isso e der condições de os assentados terem a renda daquela terra deles, se é de 2ha, se é de 5ha, eles têm que ter condições de sobreviver da terra. Então, se é apicultura, você tem que dar as condições da apicultura; se é agricultura...

Acho que é urgente e importante isso, mas a gente precisa recompor, realmente, e colocar profissionais, para a gente poder fazer um assentamento correto, porque hoje, infelizmente, as pessoas ocupam a terra, muitas não produzem praticamente nada e depois começam a lotear, e vira favela.

Então, Jaime, parabéns pela iniciativa.

Eu acho que nós temos condições de fazer, aqui, um belo trabalho, ainda mais porque a Tereza, que foi a nossa Ministra, conhece muito isso e você e o Marinho também conhecem bem essa matéria. Eu acho que a gente pode contribuir muito com o país, com relação a isso, assentamento e regularização fundiária, porque aqui, no DF, por exemplo, as terras rurais não têm escritura, nem de assentamento nem de regularização fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entregamos mil. Pararam de fazer agora e não fizeram mais nada; e a gente percebe que não têm interesse em fazer.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permitam-me, antes de ouvir a Senadora Tereza, nossa madrinha e professora.

A gente sofre desse negócio. O cara tem a terra, e, lá no Pará, as terras são grandes, porque nós temos muito espaço – o estado é enorme. No início, eram 20 alqueires, que dão, praticamente, 100ha, né? Aí, depois, caiu para 10 alqueires – 50ha. Hoje, tem terras menores, mas é muita terra, e a gente não sabe bem o que fazer daquilo direitinho.

Mas eu estou pedindo esses parênteses aqui só para comentar sobre o Senar. Eu fui caçar conversa com o Senar e achei. O Senar tem dois cursos que foram desenvolvidos no Paraná. O Paraná quebrou na agricultura há um tempo, e acho que duas faculdades foram para lá, e tal. Todo mundo chegou à mesma conclusão: a capacidade de gestão do produtor – seja grande, seja pequeno, o problema é grande.

E eles montaram lá um curso que se chama Empreendedor Rural, para gente que tem do ensino médio para cima; são 136 horas; o cara faz o diagnóstico da própria terra. Não interessa se você tem mil hectares ou só tem dois ou um, você vai fazer o do seu.

Pensem em um negócio bom, entenderam? O negócio é que se precisa puxar do Senar para lá, porque o cara tem que ver a terrinha dele como a empresinha dele, ele tem que viver dela, fazê-la produzir, alimentar a família e vender o excedente, enfim.

Quando você vai ao Paraná, ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina, o cara tem uma terra do tamanho desta sala. E vá lá, porque a casa dele é boa. Ele tem carro, a qualidade de vida dele é razoável, é muito boa, com uma terra ínfima assim. E a gente tem terra demais, mas não sabe tirar dela o proveito.

A Senadora Tereza Cristina com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, meu querido amigo, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Zequinha.

Eu vejo com muito prazer aqui essa iniciativa, Senador Bagattoli, porque essa lei é de 1993, se não me engano, a lei da reforma agrária. De 1993 para cá, olhem o que já aconteceu no nosso país. Nosso país era importador líquido de alimentos; hoje é exportador, um dos maiores do mundo. Então, a coisa caminhou, modernizou-se. Olhem a tecnologia que a gente tem hoje na agricultura, e ela está aí para todos.

Mas, se a gente não tiver uma política pública, não para deixar o pequeno produtor morando, enfim, de uma maneira degradante até, às vezes, numa terra... Não adianta dar terra a ele para ele viver mal. A gente tem que dar o peixe, depois tem que ensinar a pescar, para que ele tenha lá o seu aquário a vida inteira, para que ele possa retirar daquela sua terra o seu sustento com dignidade, criar seus filhos e torcer para que os filhos venham para a terra. A gente tem visto aí, em muitos países no mundo, a dificuldade da sucessão, porque muitos jovens não querem voltar para a terra. Os Estados Unidos estão sofrendo desse mal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Parece que está ruim na roça, não é?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lá no Pará falam assim: "O cara está na roça!". Pelo amor de Deus, estar na roça não significa... (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Exatamente.

Então, eu vejo com muita satisfação, Senador Jaime. E conte comigo para ajudá-lo se eu tiver alguma contribuição que possa dar.

E nós temos que insistir com o Governo Federal para dar condições ao Incra de trabalhar. Quando eu saí do Incra, não era uma maravilha também, mas nós tivemos a oportunidade, porque existia vontade política, de dar títulos. Então, com a pouca estrutura, com pouca gente, nós conseguimos, Senador General Mourão, entregar quase 500 mil títulos, quatrocentos e setenta e tantos mil títulos, e CCUs também, que são os provisórios, o que é uma obrigação do Governo; isso não é favor. Os assentados... Porque a gente confunde muito também, no Brasil, a reforma agrária com os assentamentos, com a agricultura familiar, que são pequenos produtores que compraram a terra ou que receberam dos estados a terra e estão lá produzindo e fazendo, colocando comida na mesa do brasileiro. Nós temos os médios, os grandes, enfim, é uma só agricultura composta de vários segmentos.

Agora, o que nós temos que fazer é dar o título àqueles que têm direito. E nós deixamos o Incra para isso pronto – para isso, pronto. Tinha muitas dificuldades, porque, o senhor imagine, em terra de fronteira... Eu não sei se aqui todos sabem, mas para você assentar e dar o título na terra de fronteira, às vezes, precisa vir aqui para o Congresso, porque é uma terra de fronteira, então, para você fazer a escritura, além do georreferenciamento, enfim, de tudo que é preciso, ainda é preciso autorização do Congresso Nacional, porque é uma terra de fronteira. Isso, lá no meu estado, eu passei, vivi na Fazenda Itamarati, mas nós conseguimos e começamos a dar os títulos.

Mas infelizmente prometeram que iam continuar fazendo isso, entregaram aqueles que nós deixamos prontos e não entregaram mais. Isso, eu considero uma... Eu nem sei a palavra, mas eu considero isso até uma traição com aquele pequeno produtor que esperava e continuou na esperança de receber esses títulos por muitos anos.

E eu tive a oportunidade de assistir à emoção dessas pessoas, no seu estado, no Pará. Fui lá, entreguei, uma vez, para um casal, que eram os filhos, cujos pais já tinham morrido, ficaram lá 50 anos esperando esses títulos, que nunca chegaram. E os filhos foram lá receber.

Então, eu acho que a política de reforma agrária precisa ser modernizada e olhada como um todo, Senador Bagattoli Tem que rever o Incra, a modernização. Hoje nós temos tecnologia que precisa de muito menos gente. Então, não é só desculpa. Tem que ter gente? Temos. Realmente os funcionários do Incra merecem ganhar mais, ganham muito pouco. Os bons funcionários do Incra, aqueles que trabalham para aquele, para quem deve ser trabalhado, que é o assentado que está lá no lote trabalhando, não para quem está tomando ou querendo tomar lote dos outros. Esses, eu não quero ajudar, mas dos bons funcionários do Incra nós precisamos rever, sim, a carreira lá.

Mas eles têm tecnologia, ficou tecnologia para entrega de títulos. Então, é vontade política, que não há. É isso que eu gostaria de deixar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vem a calhar muito esse seu projeto de lei, para que a gente modernize e faça uma reforma agrária para realmente chegar à ponta, entregar o título, dar o título àqueles que têm vocação para a terra, que não é todo mundo que tem. Tirar leite 365 dias por ano não é para qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senadora Tereza.

Concluída...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para completar, aproveitando aqui a fala da Senadora Tereza, porque eu também participei de várias entregas, e realmente há pessoas esperando há 40, 50 anos um documento, é emocionante realmente. Eu entreguei para diversos filhos mesmo, porque os pais já tinham falecido.

Mas, V. Exa. conheceu e implantou... Assim como fizemos em Brasília, V. Exa. também colocou no Pará aquele projeto do CDR, que é o Centro de Desenvolvimento Regional, que é a gente aproximar o conhecimento da universidade, da academia às empresas e também ao setor rural. As universidades poderiam ajudar muito nesse trabalho conjunto com o Incra, com o município, alguma coisa assim, para a gente poder fortalecer e fixar as pessoas na terra, no município.

Então, acho que desse trabalho que foi feito V. Exa. participou e o implementou lá, como experiência também, e pode ser muito adicionado aqui a esse plano de trabalho que o Senador Jaime está propondo. Acho que é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Correto.

Só uma consideraçãozinha, Senadora Tereza, Bagattoli, Margareth, possivelmente também o Senador Hamilton: a área destinada à reforma agrária, a assentamentos passa de 80 milhões de hectares. E o retorno de produção disso aí é muito pequeno. A área destinada à agricultura do médio, do grande e do grandão acho que chega, Senadora, a 63 milhões de hectares. E nós, com esses 63 milhões, abastecemos o Brasil e um bom pedaço do mundo, não é verdade?

Então, realmente a turma da agricultura familiar, principalmente daqui do Centro-Oeste para a frente, precisa aprender muito a questão do empreendedorismo na terra, mas muito.

Daqui para baixo, até chegar à sua terra, no Rio Grande do Sul, a turma é fera. Produz muito, tem uma melhor qualidade de vida, sabe empreender e tudo. Mas, daqui para cima, o Brasil tem muita dificuldade.

Lá no meu estado, não se produz quase nada. Mora-se na terra, e o que se produz na terra não dá para comer 60 dias, no máximo 90 dias. Para o restante tem que dar uma diária, aquele negócio todo. Isso é muito difícil.

Por isso, vamos para cima, não é? Vamos para cima!

Encerrada a discussão, coloco em votação o plano de trabalho proposto pelo Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu só queria fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, antes de votar vamos...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, só quero fazer uma conclusão.

É que esse projeto de lei que eu protocolei, o 1.838, de 2025, que propõe uma mudança de foco da Política Nacional de Reforma Agrária, com priorização, consolidação e emancipação dos assentamentos... A Senadora Tereza foi Ministra da Agricultura, eu sei que ela esteve em diversos estados do Brasil onde tem o Incra. Tenho certeza de que, quando ela foi lá no meu estado, em Rondônia, encontrou grandes dificuldades.

E, assim, o que me deixa muito triste sabe o que é? É porque o assentamento... Quando você, Ministra, falou aqui, Senadora Tereza, que a tecnologia que tem hoje... De 1975 a 1985, eu estava lá em Rondônia, quando começaram aqueles assentamentos. Só tem 10% que talvez não concluíram, que não deram certo, 90% daqueles assentamentos deram certo, tanto onde a União licitou as áreas, quanto na reforma agrária, até 100 hectares, que eram 42 alqueires.

Então, quer dizer, eu não consigo entender por que depois essa situação não andou mais. E também não adianta mais nós fazermos novos assentamentos se não se der continuidade nos que já estão aí para fazer a verdadeira regularização fundiária.

Coloquei 4,5 milhões no Incra lá em Porto Velho, junto com o Ifro, para ajudar, para fazer o georreferenciamento. Mas parece que o negócio não anda, não funciona, é muito, muito difícil.

E aquilo que você falou, Senador Zequinha Marinho: por que talvez na Região Centro-Oeste, partindo para a Região Norte, não funciona e nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste funciona melhor? Eles criaram um sistema de cooperativismo para o pequeno produtor e isso nós precisamos implantar. Eu sei que é difícil, eu sei que já se tentou fazer muitas cooperativas, foi muita enganação, muita gente espertalhona pelo meio, mas o único mecanismo que dá certo para o pequeno produtor é o cooperativismo, tem que ser através do cooperativismo.

Mas nós vamos vencer. Se Deus quiser, nós vamos levar o pequeno produtor. Eles produzindo e sendo unidos se tornam grandes, eu tenho certeza disso.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Encerrada a discussão, eu coloco em votação o plano de trabalho proposto no requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho do Senador Jaime Bagattoli relativo à avaliação da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil.

Muito obrigado.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3684, DE 2024
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação simbólica.
-> CAE (T)

Queremos cumprimentar o Senador Mecias, de retorno à sua Casa.

Lá em Roraima, ainda tem cavalos selvagens. Eu, como um bom vaqueiro, quero pegar um cavalo daqueles.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo, Mecias.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise. (*Pausa.*)

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado, opinar sobre proposições que tratam de agricultura familiar e segurança alimentar. Na oportunidade, por não ser matéria terminativa, vamos analisar apenas o mérito do PL 3.684, de 2024.

Destaco que a proposição é extremamente oportuna, levando em consideração as sucessivas adversidades climáticas constatadas no Brasil. Secas prolongadas, inundações e variações de temperatura têm dificultado o ciclo produtivo e ameaçado a segurança alimentar de milhões de famílias brasileiras, o que demanda cada vez mais medidas de amparo à produção agropecuária do país.

Aqui eu destaco a situação vivida pelo meu estado, o Rio Grande do Sul, em que, nos últimos cinco anos, nós tivemos quatro secas e duas enchentes.

Nesse contexto, concordamos que o acesso facilitado ao crédito e ao seguro agrícola é uma maneira eficaz de garantir que os agricultores possam superar as perdas e investir em práticas que tornem sua produção mais resiliente às mudanças climáticas. Ademais, a interação das cooperativas regionais com as especificidades de cada município é estratégica para que o crédito seja disponibilizado de maneira eficiente e adequada às necessidades locais.

Devido às suas características geográficas e produtivas – o Brasil se estende em comprimento de norte a sul e de leste a oeste, as distâncias são similares, mas o que ocorre lá no seu estado, no Pará, é diferente do que ocorre no Rio Grande do Sul, assim como o que ocorre em Rondônia, Bagattoli, é diferente –, o Brasil pode beneficiar-se enormemente de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa nacional que incentive a criação de cooperativas financeiras e a oferta de seguro agrícola para proteger pequenos agricultores, tornando a agricultura familiar mais resiliente e economicamente sustentável.

Por esse motivo, entendemos que o projeto que ora analisamos deve ser acolhido pelos nobres pares desta Comissão.

Assim, o voto, Presidente, é pela aprovação do PL 3.684, de 2024.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Terminada a leitura e o voto do relatório, eu coloco em debate, em discussão a matéria.

Quem começa?

Senadora Tereza primeiro? (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É um projeto muito interessante.

Acho que é um projeto que pode resolver, inclusive, um problema que nós estamos vivendo hoje do Proagro, um problema de crédito das cooperativas de crédito.

Então, eu gostaria de pedir vista para uma análise melhor do projeto e a gente votar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

Concedo vista coletiva à Senadora.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra o autor do projeto, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Eu jamais me oporia a um pedido de vista feito, como diz o Senador Jorge Seif, pela Mami Poderosa. (*Risos.*)

Então, eu jamais me oporia, até porque sei que ela vai...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Trazer uma boa contribuição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... trazer uma excelente contribuição.

Mas eu quero agradecer ao Senador Hamilton Mourão pelo brilhante parecer. É uma necessidade urgente do campo, é uma necessidade, sobretudo, dos pequenos produtores brasileiros. Nós vivemos isso, essas crises climáticas, em todas as regiões do Brasil. Tenho absoluta convicção de que esta Comissão apoiará esse projeto e, como, certamente, aprovaria hoje, deverá aprová-lo na próxima semana com as contribuições que a Senadora Tereza haverá de trazer.

Então, minha gratidão ao Senador Hamilton Mourão.. Eu o parabenizo mais uma vez pelo brilhante relatório e agradeço à Senadora Tereza pela contribuição que haverá de trazer. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria apenas de fazer um pedido para que, de fato, fosse na próxima semana. E obrigado a todos os demais membros da Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

A Senadora Tereza vai trazer na próxima semana, Senadora? (*Pausa.*)

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto das mudanças promovidas no PROAGRO pelo Conselho Monetário Nacional para o ano safra 2024/2025, bem como encontrar alternativas especialmente para os agricultores familiares. Com os oradores convidados que indica.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Agricultura e Pecuária;
- representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- representante do Ministério da Fazenda;
- representante do Banco Central do Brasil;
- representante da Contag;
- representante da Contraf;
- representante da CNA;
- representante da OCB.

Autoria do Senador Beto Faro, e também assinado pelo Senador Jaime Bagattoli.

Em votação simbólica.

Aqueles que... (*Pausa.*)

Alguém quer debater antes de a gente submeter? Está tudo bem? (*Pausa.*)

Tudo bem.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Isso é muito... Essa situação dos pequenos produtores, do Proagro e tudo é aquilo que a Tereza vem debatendo sobre o seguro rural. Se nós não tivermos consciência no país... Pequenos, médios e grandes produtores, todos que querem ter acesso a um juro mais acessível, ao crédito rural, não importando onde está sua classe, onde ele está se enquadrando, se é de agricultura familiar, pequeno, médio ou grande produtor – claro, tendo especificado, analisando-se, a cada região, o risco que tem –, todos têm que pagar pelo seguro, porque é óbvio.

Senador Mourão, lá em Rondônia, o risco de você perder uma lavoura por estiagem eu não vou dizer para você que é de praticamente zero, mas é de menos de 10%. O prejuízo vai ser muito pequeno. É diferente do Paraná, de São Paulo, do Rio Grande do Sul...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Do Mato Grosso do Sul.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... do Mato Grosso do Sul – de boa parte do Mato Grosso do Sul.

Então, a gente vê que tem muitos produtores, Senadora Tereza, principalmente os médios e grandes, que são contra isso, mas eles têm que entender que quem quer ter o acesso a um juro com subvenção, a um juro subsidiado pela União, pelo povo brasileiro – eles têm que entender –, precisa participar do seguro rural.

Então, eu acho que nós temos que passar, isso vai ter que ser transformado em lei e vai ter que realmente funcionar no Brasil, até porque é o único mecanismo que vai diminuir o juro futuramente. Por quê? Porque nós vamos ter muito menos inadimplência, porque você vai ter o seguro; num eventual fator climático, aí você tem o seguro para cobrir.

Nós precisamos resolver essa situação do seguro rural.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Jaime.

Vamos seguir.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção da praga monilia na lavoura cacaueira do Brasil e construção de barreiras sanitárias. Com os oradores convidados que indica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Observações:

- Votação simbólica.

Proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura e Pecuária – Subsecretaria de Defesa Agropecuária; representante da Ceplac; representante da Associação Nacional dos Produtores de Cacau; Sr. Paulo Lima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerente do Programa Amazônia da Fundação Solidaridad; Sr. Jamir Macedo, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará).

A autoria é desta Presidência.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Tudo bem.

Votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos seguindo.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a crescente apreensão de gado pelo Ibama em áreas embargadas, incluindo aquelas existentes em Unidades de Conservação não implantadas, objetivando dar transparência pública, responder questionamentos legais sanitários, bem como a destinação dos animais apreendidos. Com os oradores convidados que indica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante do Ministério Público; representante da Associação de Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria); representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Uruará; no estado do Pará; representante da Assessoria Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Sra. Samanta Pineda, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Sustentabilidade (Ibrades); Sr. Jamir Macedo, Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará).

A autoria do requerimento é nossa e do Senador Jaime Bagattoli.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Como ninguém quer discutir...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... se der para incluir, acho que você não falou a CNA, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – CNA?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se der para incluir, será bom.

Não sei, eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não tem CNA aqui.

Quer incluir?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Verbalmente, está sendo requerido pelo Senador Jaime a inclusão da Confederação Nacional da Agricultura.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lá no Estado do Pará, minha Senadora, já vão quase 10 mil cabeças, oito mil e cacetada, e, se deixar, quem tem de sobreaviso lá vai para 20 mil agorinha.

Esse negócio está parecendo uma caixa preta que ninguém consegue segurar.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Para onde vai o gado apreendido?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, lá em Santarém está um monte de gado preso, bezerro, vaca, de tudo quanto é tamanho, uns que prestam para abater, outros que não prestam, entendeu?

A deparar que a nossa agência não sabe da situação sanitária desse gado. Um negócio muito, muito, muito complicado. A gente precisa dar uma regulada nesse negócio.

O que mais nós temos aí? (*Pausa.*)

Senador Bagattoli, o Senador Marcos Rogério tem um requerimento aqui e eu quero saber se V. Exa. o subscreve, porque o Marcos Rogério não pôde comparecer.

Tudo bem? Está junto?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Estamos juntos.

Tanto eu quanto a Tereza podemos fazer isso.

Por que a gente está pedindo uma nova audiência pública? Porque a gente teve aquele compromisso na Argentina e nós precisamos debater mais profundamente essa situação da moratória da soja, que é uma situação bem complexa e nós precisamos resolver.

Sabemos que houve aquelas decisões no Mato Grosso sobre os incentivos fiscais das empresas, principalmente das esmagadoras de soja, mas nós precisamos resolver a situação da moratória da soja, da moratória do boi. Nós precisamos resolver essa situação, porque está sendo muito complicado para as pessoas, para o produtor que está exportando esse entrave de as *trades* não estarem comprando produtos de desmatamento após 2008.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos jurídicos, econômicos, institucionais e sociais da chamada "Moratória da Soja", onde a referida prática tem gerado graves distorções à ordem econômica, ao cumprimento da função social da terra, ao direito constitucional à livre iniciativa e ao desenvolvimento regional. Com os oradores convidados que indica.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Para tanto, sugerem-se os seguintes convidados: representante da Aprosoja de Rondônia; representante da Aprosoja do Estado do Pará, Sr. Vanderlei Silva; representante da CNA; representante da Abiove; representante da Anec; representante dos produtores de soja dos estados da Amazônia – aqui se está sobrepondo um monte de coisas, mas vamos lá –; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – é interessante isso aqui –; representante da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA); representante do Instituto Pensar Agropecuária (IPA).

Autoria: Senador Marcos Rogério, subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jaime, se quiser utilizá-la como coautor também. Deseja falar alguma coisa?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Não, o que eu tinha para expor já tinha falado.

Essa situação da moratória da soja, se nós não a resolvermos, está impedindo produtores que hoje estão em outras propriedades que foram desmatadas também antes de 2008, porque o que eles estão levando em consideração é o CPF. E, desde que o produtor plantou... Você imagine... Eu vi as pessoas de Sinop. Eu estive numa audiência pública na Câmara dos Deputados. Senador, o homem chegava a chorar. Ele era madeireiro, tinha 10 mil hectares, nunca derrubou nada. Depois de 2008... Você veja bem a que ponto nós chegamos: se ele tivesse pego essa propriedade e derrubado 100% antes de 2008, e só preservado os remanescentes dos rios, o que aconteceria? Ele só compraria a reserva, e estaria tudo legal, estava certo. Isso antes de 2008. Após 2008, ele foi lá, colocou a averbação de 80%, abriu os 20% dentro da lei, igual manda o Código Florestal, e hoje não pode vender nada.

Então, essa situação tem que ser resolvida. Nós precisamos chegar a um ponto, porque, com a lei ambiental, com um código ambiental igual ao que nós temos, um dos mais rígidos do planeta, não é possível que nós não vamos conseguir ter êxito e resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime, pelo encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Zequinha...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Eu acho que é mais uma audiência pública que será muito proveitosa, até porque, nessa semana passada, houve uma decisão monocrática do Ministro Flávio Dino sobre essa matéria, em que ele analisou vários pontos e tomou algumas decisões.

Então, é muito importante a gente ter o conhecimento e a discussão desse assunto. Tem coisas prós e coisas contra, mas, enfim, eu acho que temos que ter um entendimento aqui porque realmente é um assunto delicado, que atinge muitos produtores. Assim como o Jaime está aí contando um caso, e disso aí tem milhares, mas a gente precisa entender e precisa ter um encaminhamento, porque tem prejudicado muito os produtores.

Nós temos outras coisas para acontecerem durante este ano – lei antidesmatamento na Europa, enfim –, e o Brasil tem que ter uma posição muito firme a respeito dessa moratória da soja, se ela continua. Ela foi feita em 2006. Então, nós precisamos saber se ela realmente fica de pé ou não, mas esse debate tem que ser feito aqui com muita responsabilidade e, principalmente, a favor dos produtores de soja do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Alguma pendência mais aí? (*Pausa.*)

Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os Srs. Senadores, aos assessores e à imprensa.

Muito obrigado.

Até a próxima semana.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dez minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Jayme Campos, Giordano, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Izalci Lucas, Jorge Seif, Weverton, Luis Carlos Heinze, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência registra a presença do ex-Senador Fernando Bezerra Coelho. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 24 (vinte e quatro) Emendas que apresenta; - Pela aprovação da Emenda nº 10-Plen; - Pelo acolhimento, na forma das emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86; - Pela rejeição das demais Emendas. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1740, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para incumbir a ANTT de regulamentar o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas 1-T a 3-T. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 4-CRA. À Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3684, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. À Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4798, de 2024 - Terminativo - que: "Confere ao município de Tauá, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. Ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 19, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 15/2025, seja incluído o representante da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 20, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito do Plano Safra 25/26, programa do Governo Federal que oferece linhas de crédito e incentivos para o setor agropecuário, visando apoiar a produção e a comercialização de alimentos, para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, especialmente da agricultura familiar e empresarial, por meio do oferecimento de crédito rural, apoio à comercialização, investimentos em inovação, seguro agrícola e assistência técnica. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Fazenda; representante Ministério da Agricultura, Pecuária; representante Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; (CNA); representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; representante Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); representante Confederação Nacional da Industria (CNI); representante Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA)." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 21, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André de Paula, Ministro da Pesca, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a decisão do Governo Federal de abrir o mercado brasileiro para a importação de tilápia oriunda do Vietnã, medida que tem gerado intensa preocupação entre os diversos atores da cadeia produtiva da aquicultura nacional." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 22, de 2025 que: "Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal durante a Expojóia 2025, realizada no município de Jóia, estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 23, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 854/2025, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a área de Reserva Legal para a pequena propriedade ou posse rural familiar e estabelecer medidas de regularização ambiental, e dá outras providências”. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso; o Senhor Gilberto Cattani, Deputado Estadual – Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; o Senhor Joverci Ferreira de Melo, Presidente da Associação Nova União, localizada no Assentamento Japuranã, no município de Nova Bandeirantes– MT; o Senhor Marcio Kuhn, Morador do Assentamento Jonas Pinheiro, Sorriso – MT." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Tereza Cristina e os Senadores Jayme Campos, Jaime Bagattoli, Jorge Seif,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Luis Carlos Heinze. E o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos caminhando, para que, depois, a gente volte ao início.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3684, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 30.04.2025, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concedeu Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

-> CAE (T)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa. A votação é simbólica.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

A matéria está em discussão.

Alguém deseja discuti-la? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão da matéria.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Hamilton Mourão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabéns ao autor, o Mecias de Jesus, que não está aqui, e a V. Exa., nosso Relator, Senador Hamilton Mourão.

Muito obrigado. Parabéns.

Vamos lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, meu Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar a V. Exa... Temos o item 2. Gostaria que V. Exa. me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está na agulha.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Opa. Obrigado, então.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1740, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para incumbir a ANTT de regulamentar o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO - MT)

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas 1-T a 3-T.

Observações:

- Em 21/05/2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou as Emendas 1-T a 3-T.

- Votação simbólica.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, demais colegas Senadores e Senadoras, gostaria, com a devida vênia, de pedir permissão a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Posso entrar na fase de análise, tendo em vista que esse projeto já se encontra disponibilizado?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, a análise.

Compete à CRA, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de comercialização e fiscalização de produtos e insumos. Na oportunidade, por não ser matéria terminativa, analisa-se o mérito do PL nº 1.740, de 2024.

Destacamos que a proposição, de autoria do ilustre Senador Dr. Hiran, é muito oportuna, uma vez que a maior parte do transporte de produtos perigosos é realizada por transportadoras especializadas, mas que muitos produtores rurais são impelidos a transportarem combustíveis para a utilização em seus equipamentos por conta própria, dada a indisponibilidade, ou inviabilidade econômica, de transportadoras especializadas para a realização desse tipo de operação. Tal realidade deve-se às características e desafios de muitas regiões rurais do Brasil, especialmente das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Diante do exposto, o projeto em análise tem o objetivo de identificar soluções que conciliem a segurança e a legalidade com as necessidades do agronegócio nacional.

Nesse sentido, concordamos que seja possível considerar a adoção de medidas que garantam aos produtores rurais o transporte de combustíveis para uso exclusivo em suas propriedades, desde que observadas algumas condições, considerando o volume transportado, o tipo de combustível e as distâncias percorridas.

Não obstante a pertinência das propostas ora mencionadas, entendemos que o PL nº 1.740, de 2024, deva ser aprimorado. A primeira alteração que propomos diz respeito a explicitar, no §2º proposto ao art. 24 da Lei nº 10.233, de 2001, que os padrões e as normas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicas complementares relativos às operações de transporte terrestre de cargas especiais e perigosas a serem estabelecidos pela ANTT não se aplicam nos casos de transporte próprio das cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais. Nesse contexto, o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais deve ser regulamentado em ato próprio pela ANTT.

A segunda modificação que propomos diz respeito ao estabelecimento de limite na quantidade de cargas perigosas a serem transportadas por meios próprios dos produtores. Entendemos que todas as condições para esse transporte devem estar dispostas em regulamento específico, razão por que entendemos inoportuno o §4º proposto ao art. 24 da Lei nº 10.233, de 2001.

Com as modificações supracitadas, que apresentaremos em emenda ao Projeto de Lei nº 1.740, de 2024, consideramos inoportunas, portanto, as Emendas 1-T, 2-T e 3-T.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 1.740, de 2024, com a rejeição das Emendas 1-T, 2-T e 3-T, e com a apresentação da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA
(ao Projeto de Lei nº 1.740, de 2024)
Dê-se a seguinte redação ao art. 24 da Lei nº 10.233, de 2001, transformando-se o atual parágrafo único em §1º, na forma do art. 2º do PL nº 1.740, de 2024:
"Art. 24 .....
.....
§1º .....
.....
§2º Não se aplicam as disposições referentes às operações de transporte terrestre de cargas perigosas a que se refere o inciso XIV do *caput* deste artigo nos casos de transporte próprio das cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais.
§3º O transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais será regulamentado em ato próprio pela [Agência Nacional de Transportes Terrestres]." (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Jayme.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Quero registrar a presença do Senador Heinze, da Senadora Tereza Cristina e do Senador Jaime Bagattoli.

Bem-vindo todos!

Ninguém quer falar nada sobre esse PL? Está tudo bem? Tranquilo? Tranquilo.

Jaime Bagattoli, esse sabe de transporte.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Senador Jayme Campos, parabéns pela sua relatoria.

Quero dizer para você que é impossível, né? Como é que um produtor rural não vai levar um tambor de óleo diesel para sua fazenda? Como é que ele vai levar? A ANTT é quem tem que fazer essa regulamentação porque é impossível. Agora, o empresário grande, aquele que consome, pode um caminhão-tanque ir lá levar na sua propriedade. Já o pequeno produtor que usa 200 litros, 300 litros, 500 litros tem que ter um mecanismo de poder transportar em tambor, desde que seja bem, com bastante segurança. E o produtor sabe como é que tem que ser feito isso. A ANTT é quem vai fazer essa regulamentação.

Obrigado, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Só para fazer um adendo, um aparte ao ilustre e eminente Senador Jaime Bagattoli.

Na verdade – apenas um exemplo para V. Exa., que tem conhecimento, causa própria –, esse cidadão tem uma propriedade em que está o seu tanque de combustível. Se ele pega 200 litros ou coisa parecida, se ele sai numa rodovia, seja estadual, seja federal, o produto pode ser preso e ele, ser multado, porque eles não permitem. Ora, às vezes, a área é contínua, só que, da sede onde está o produto, ele retira do seu tanque 10 mil litros, 20 mil litros, põe no tambor de 200 litros, pode sair numa estrada estadual ou numa estrada federal e, entretanto, ele é multado, é apreendido seu produto etc, etc. Ele quase passa a ser um criminoso. Isso é um absurdo. Então, a gente precisa ter uma regra clara, ser regulamentado.

Neste caso, o projeto do ilustre Senador Hiran é meritório, com certeza, e vem atender a essa necessidade da maioria não só do grande produtor, do médio, mas sobretudo do pequeno também, que, muitas vezes, não tem condições de, muito mal e porcamente, comprar seu óleo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diesel para levar num pequeno trator seu que está num pedaço da propriedade que margeia uma rodovia. A ele, com certeza, vai ser aplicada uma multa, e apreendido o seu produto.

Portanto, o projeto é meritório. Está de parabéns ao autor, o Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bom, Senador.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Senador Zequinha.

Eu participei, lá atrás, da discussão aqui, quando este projeto foi apresentado e eu tenho certeza de que vai ajudar e muito principalmente os pequenos produtores rurais.

Essas são as distorções, Senador Jayme, de um Brasil continental, onde as condições de um produtor pequeno em São Paulo é uma coisa, em Roraima é outra, no Pará é outra, enfim... Então, isso aqui corrige realmente esse tipo de distorção, esse tipo de punição para o pequeno produtor rural das áreas mais longínquas de ele poder carregar... É claro que é carga perigosa, que ele tem que ter um recipiente adequado, um tanque adequado, mas nós não podemos cerceá-lo. Como é que ele vai fazer para levar o óleo diesel para o seu trator? Vai contratar um caminhão-tanque para levar 20 litros de óleo diesel? Então, isso corrige.

Portanto, o projeto é realmente meritório, e essa regulamentação ajuda e muito principalmente os pequenos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Verdade, Senadora. Obrigado! Eu vivo essa realidade. Vamos lá?

Não há mais quem queira discutir. Encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório e o voto do Senador Jayme Campos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda 4, da CRA.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar o autor e o Relator, S. Exa. o Senador Jayme Campos.

Parabéns.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 24 (vinte e quatro) Emendas que apresenta;

- Pela aprovação da Emenda nº 10-Plen;

- Pelo acolhimento, na forma das emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86;

- Pela rejeição das demais Emendas.

Observações:

- Matéria com despacho simultâneo CRA-CMA.

- Perante o Plenário foram apresentadas as Emendas 1-Plen a 10-Plen.

- Perante a Comissão de Meio Ambiente foram apresentadas as Emendas 11 a 46, 48 a 54, 56 a 79, 81, 87 a 91.

- Perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foram apresentadas as Emendas 47, 55, 80, 82 a 86, 92 e 93.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 02.09.2021, 16.09.2021, 19.11.2021, 31.05.2023, foram realizadas Audiências Públicas para instruir o Projeto.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente.

Autoria: Deputado Federal Luciano Zica, do PT de São Paulo.

Submeto à apreciação do Colegiado o seguinte acordo.

Nesta data, 7 de maio de 2025, leitura do relatório.

No dia 20 de maio, terça-feira, abertura da discussão e concessão de vista coletiva.

No dia 21 de maio, quarta-feira próxima, encerramento da discussão e votação do projeto.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam, ou que estão de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para proferir a leitura do relatório, da análise e do seu voto.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Senador Zequinha Marinho.

Quero dizer que esse projeto de lei tramita no Congresso brasileiro há mais de 17 anos; aqui, no Senado Federal, há quatro anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – São 21 anos? É, 17 anos e 4 anos, 21 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um projeto que vem se arrastando, mas é um projeto supernecessário, tanto é que hoje eu o considero como sendo o marco legal do licenciamento ambiental para o nosso país.

Tem muitas narrativas sobre o projeto. É um projeto que começou aqui no Senado com a Senadora Kátia Abreu, a quem eu cumprimento, e que era Relatora em duas Comissões, na de Agricultura e na do Meio Ambiente. Depois, com a pandemia, ele ficou aí parado, não foi adiante.

Quando eu cheguei a esta Casa, em 2022, eu recebi a relatoria desse projeto, e confesso a vocês que, no início, com muita preocupação; mas ele foi distribuído na Comissão de Meio Ambiente para o Senador Confúcio. Dois relatórios diferentes sobre a mesma matéria, isso já era uma grande dificuldade para um entendimento. Como é que nós íamos votar dois relatórios que possivelmente não seriam convergentes?

Então, começamos um longo trabalho de discussões internas entre nós, várias audiências públicas, as nossas assessorias dos nossos gabinetes a conversar para ver se a gente conseguia minimamente ter menos pontos divergentes e ter mais pontos convergentes, para que a gente pudesse votar isso no Plenário do Senado Federal.

Eu quero aqui agradecer ao Senador Confúcio Moura, que teve muita paciência comigo, e eu também tive com ele (*Risos.*) e, com boa vontade, com bom senso e com muita responsabilidade, nós chegamos ao dia de hoje. Já foi lido na Comissão de Meio Ambiente e agora será lido aqui na Comissão de Agricultura.

Senadores, eu quero dizer a vocês que foi difícil, porque nós tivemos que fazer convencimentos mútuos dos procedimentos para que a gente tivesse o maior número de convergências, mas eu nunca pensei que nós chegaríamos ao ponto que chegou.

Aqui eu tenho que fazer, além de todos os agradecimentos, dois especiais. Eu preciso puxar a brasa para minha sarda, para o Max, o Maximiliano Tamer, que trabalha comigo, que é um brilhante profissional, junto com o Junior, com a Adyleane, com o Tadeu, com o Júlio, que todos do meu gabinete se debruçaram sobre o projeto.

Quero também aqui fazer um agradecimento superespecial a toda a equipe do Senador Confúcio Moura, que... Vamos dali, vamos daqui, às vezes perdiam até a paciência com a gente, mas depois voltavam a ter boa vontade, e assim, Isis, eu quero lhe agradecer muito, porque você, junto com a sua equipe, com o Flávio e todos os outros, tiveram muita paciência e tiveram sabedoria de a gente primeiro ouvir e de não ter cabeça fechada. Foi por isso que nós chegamos a este dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito à Consultoria do Senado, quero dizer que vocês também foram fundamentais: o Joaquim, o Lagares, o... Tadeu, né? Tadeu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Matheus. Está vendo? É bíblico o nome, eu lembrava aqui. Desculpe. (*Risos.*)

Eu quero também agradecer muito a vocês, ao Danilo, lá da Mesa Diretora, enfim, todos que, de alguma maneira, contribuíram para que a gente chegasse... Pasmem: das 90 divergências que a gente tinha, nós chegamos a um relatório único. É claro que houve... Nós tivemos que cada um ceder um pouquinho daqui, cede um pouquinho dali, convence de lá, mas hoje nós temos um relatório para chamar de nosso, e um relatório que eu tenho certeza de que é um relatório que vai ajudar o licenciamento ambiental no Brasil, e é isso que é importante. Nós precisamos parar de travar o nosso país. Nós não podemos mais continuar, por narrativas, por ideologia. Tem coisas que são técnicas.

Preservar o meio ambiente todos nós queremos. Eu acho que não tem ninguém, não conheço ninguém neste Congresso que queira devastar o meio ambiente. Isso é uma conquista do nosso país, que foi votada por nós, no Código Florestal, quando nós aprovamos aqui o código mais rígido do mundo! Isso é um legado que nós votamos, e os brasileiros concordam com isso.

Então, o licenciamento nada mais é do que dar as regras para diversas atividades, nos diversos graus de impacto no meio ambiente, uns mais, outros menos, mas fazendo um licenciamento que possa ajudar o país, que possa ajudar os empreendedores, que possa ajudar as pessoas.

Então, eu tenho alguns exemplos que eu preciso colocar, porque a sociedade brasileira, todos que nos assistem aqui precisam saber. Nós não podemos continuar impedindo alguns brasileiros de terem luz elétrica em pleno 2025! Por quê? Porque impedem que um linhão passe no meio da floresta, no meio da Amazônia. Para isso, existe uma coisa chamada mitigar o risco. Se nós temos um problema, se vai ter algum tipo de dano, nós vamos mitigar esse dano, agora, nós não podemos impedir e ter brasileiros de primeira, de segunda e de terceira classe! Nós temos que dar luz elétrica e saneamento básico. Há quantos anos muitas pessoas têm dificuldade em licenciar lixões? É melhor licenciar ou deixar do jeito que está?

Então, nós precisamos ter regras claras e dizer para a sociedade brasileira que nós não estamos mudando nada do que tem nas leis do meio ambiente, porque a Lei Complementar 190 é que dá os fundamentos para tudo isso. Aqui nós vamos estar só dizendo como fazer e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde fazer. Quem vai fazer? É a União, é o estado, é o município? Depende do grau de complexidade dos investimentos.

Agora, nós não podemos pegar uma iniciativa, um empreendimento de baixíssimo impacto e trazer travas para que ele demore um, dois, três anos para ter o seu licenciamento. Isso não é mais possível. O mundo hoje anda muito rápido, e o Brasil tem que se adaptar também a este momento e trazer segurança jurídica para quem empreende e tem que trazer segurança para a proteção do meio ambiente e para a conservação. É isso o que o Senador Confúcio e eu e as nossas equipes tentamos fazer neste texto que eu vou ler aqui hoje.

Então, eu acho que o acordo que nós fizemos e que o Senador Zequinha Marinho acabou de propor é muito salutar, porque vocês terão duas semanas para ler, para ver o que está escrito nesse relatório. Ainda entraram mais duas emendas agora. Se tiver algum aperfeiçoamento do texto durante esses 15 dias, nós vamos ter também a oportunidade de fazer.

Então, Senador, eu agradeço muito esse acordo proposto, porque eu acho que todo mundo vai poder estar na mesma página sobre esse projeto de lei que eu reputo como da maior importância para o nosso país.

Quero também agradecer ao Senador Fabiano Contarato lá na CRA, e ao Senador Zequinha Marinho, que tiveram a compreensão para que a gente pudesse ter esse prazo para que todos lessem e, depois, isso ir para o Plenário, e, como eu já conversei com o Senador Davi Alcolumbre, a gente deve votar isso no mês de maio ainda, se Deus quiser, para acabar com esse problema aqui, no Senado. Aí, ele vai voltar para a Câmara, e aí eu acho que a Câmara encerrará por lá esse projeto, para que o Brasil possa ter, então, o seu marco do licenciamento ambiental.

Então, eu vou ler, vou para análise, já que os relatórios já estão disponíveis aí, para que todos os vejam, no *site* do Senado.

Nos termos do art. 104-B, incisos VII, VIII e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar acerca de assuntos pertinentes à irrigação e drenagem, ao uso e conservação do solo na agricultura, temas abrangidos pelo projeto sob análise. De resto, o PL nº 2.159, de 2021, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PL nº 2.159, de 2021, pois i) incumbe à União legislar concorrentemente sobre conservação da natureza, defesa dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição e proteção ao patrimônio cultural, turístico e paisagístico – conteúdo de que trata o licenciamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental – conforme art. 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal; ii) a proposição tem por finalidade precisamente estabelecer, entre outros, regramento para o cumprimento do disposto no art. 225, §1º, inciso IV, da Lei Maior, no que diz respeito ao estudo prévio de impacto ambiental; iii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iv) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e v) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da generalidade; iii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iv) afigura-se dotado de potencial coercitividade; e v) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, a proposta representa efetivo avanço no aprimoramento do instrumento do licenciamento ambiental no Brasil. De fato, a ausência de previsão legal que veicule norma geral sobre o tema, aplicável em todo o país, sem distinção, especialmente no que se refere a conceitos, prazos, tipos de licença e critérios para sua emissão, procedimentos, regularização de empreendimentos, estudos ambientais, participação pública e regras para manifestação de entidades públicas envolvidas no processo, tem gerado insegurança jurídica que prejudica o desenvolvimento econômico e social do Brasil em bases sustentáveis.

Vale notar que o PL nº 2.159, de 2021, é originário do PL nº 3.729, de 2004, ou seja, há quase 21 anos tramita no Congresso Nacional proposição que visa a dar fim ao contínuo debate sobre a anomia pela qual perpassa o licenciamento ambiental, regulamentado por atos infralegais, sujeito à ampla discricionariedade dos órgãos decisores e cujas leis estaduais que visam à sua regulamentação constantemente são objeto de ações de inconstitucionalidade.

A Constituição Federal, desde 1988, determina que a ordem econômica deve observar o princípio da defesa do meio ambiente – art. 170, inciso VI –, e uma das formas de tornar efetivo esse princípio é a implantação dos instrumentos de avaliação de impactos ambientais e de licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, previstos no art. 9, incisos III e IV, da Lei nº 6.938, de 1981, que, por sua vez, estão em consonância com o art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, a seu turno, em diversos julgados, destaca a relevância do instrumento do licenciamento ambiental para assegurar o controle prévio, por parte do poder público, das atividades que impactam o meio ambiente, vindo a materializar os princípios da precaução e da prevenção, eis que o exercício prévio do poder público ambiental visa a prevenir e mitigar potenciais danos ao equilíbrio ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passados 43 anos da instituição da PNMA e 36 anos da promulgação da Constituição Federal, o licenciamento ambiental continua regido majoritariamente por normas do Conama e dos congêneres estaduais, além de uma infinidade de resoluções, instruções normativas, leis e decretos emitidos por entes federativos subnacionais que se constituem em verdadeiro "cipoal" normativo burocrático e altamente inibidor de investimentos e de desenvolvimento.

Nesse contexto de fragilidade normativa e de acentuada assimetria de exigências do poder público em diferentes regiões do país, imperam a judicialização dos procedimentos de licenciamento, a criminalização de manifestações técnicas de servidores de órgãos ambientais, as infindáveis discussões entre órgãos envolvidos no licenciamento, a oneração do empreendedor com obrigações do poder público sem relação com os impactos do empreendimento e a absoluta ausência de bom senso – verdadeiro caminho para o atraso.

É preciso mencionar que as competências para realizar o licenciamento ambiental foram regulamentadas pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4.757/DF, proferiu entendimento de que a repartição de competências comuns, instituída pela Lei Complementar nº 140, de 2011, atende às exigências do princípio da subsidiariedade e do perfil cooperativo do modelo de Federação, cuja finalidade é conferir efetividade nos encargos constitucionais de proteção dos valores e direitos fundamentais. De tal modo, parte da problemática envolvendo o licenciamento ambiental foi superada, a das competências. Urgente, portanto, a edição de norma geral para dispor, entre outros, sobre procedimentos, conceitos e prazos do licenciamento ambiental.

No tocante às obrigações do poder público, é preciso promover uma grande modernização dos procedimentos de análise dos projetos submetidos ao licenciamento. A tecnologia atualmente acessível permite a utilização de ferramentas como sensoriamento remoto, inteligência artificial, cruzamento de bancos de dados e monitoramento em tempo real que viabilizam práticas mais ágeis, automatizadas e controladas *a posteriori* sem prejuízo das medidas de controle ambiental adequadas. É preciso, com o uso dessa tecnologia, adotar práticas simplificadas para atividades menos impactantes a fim de permitir que o Estado priorize esforços e recursos nos procedimentos de maior risco e impacto.

O que se observa do arcabouço legal vigente sobre a matéria é um procedimento pouco efetivo, cartorial, focado muito no processo de emissão das licenças e pouco no acompanhamento do desenvolvimento do empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, em boa hora surge o PL nº 2.159, de 2021, propondo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... uma lei geral sobre licenciamento ambiental capaz de desburocratizar o procedimento por meio de regras que atacam os principais gargalos do instrumento no Brasil. O projeto enfrenta problemas importantes, apresentando soluções inteligentes, como um marco regulatório para as condicionantes de licenças, a limitação da multiplicidade de atores com excesso de poder discricionário no licenciamento, o adequado tratamento e aproveitamento de estudos ambientais produzidos por licenciamentos anteriores de empreendimentos na mesma região, a dispensa para atividades de impactos ambientais reduzidos e previamente conhecidos, critérios objetivos para manifestação de órgãos e entidades intervenientes, normas para a elaboração de termos de referência, entre outras regras modernizadoras.

A aprovação do PL nº 2.159, de 2021, é crucial por diversas razões. O marco temporal a ser criado pela proposição harmonizará e simplificará o processo de licenciamento ambiental em todo o país. Isso é essencial para reduzir a burocracia e tornar mais ágil a autorização de empreendimentos, ao mesmo tempo em que garante a proteção do meio ambiente. A existência de uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental proporcionará segurança jurídica tanto para empreendedores quanto para órgãos de controle ambiental, ajudando a evitar interpretações díspares das normas e litígios judiciais prolongados. A edição de uma norma "moldura" permitirá aos estados, Distrito Federal e municípios terem bases seguras para editarem suas normas, segundo suas peculiaridades regionais e locais.

Além disso, o projeto busca promover o desenvolvimento sustentável, ao estabelecer critérios e diretrizes que garantem a preservação do meio ambiente, permitindo o crescimento econômico sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações. Com regras claras e previsíveis, investidores nacionais e estrangeiros podem se sentir mais confiantes em realizar negócios no Brasil, o que pode impulsionar a economia e a geração de empregos.

O PL nº 2.159, de 2021, prevê a necessidade de estudos técnicos e avaliações ambientais, garantindo que a tomada de decisão seja baseada em dados científicos e opiniões técnicas, contribuindo para uma gestão ambiental mais eficaz. A proposição também estabelece a participação da sociedade no processo de licenciamento, permitindo que a população tenha voz e possa contribuir para as decisões que afetam o meio ambiente, com regras que evitam demoras excessivas, como observado atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, trata-se de iniciativa que busca encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, reconhecendo a importância de ambas as dimensões para o futuro do país.

Embora a Câmara dos Deputados tenha se esmerado na elaboração de uma proposição precisa, abrangente e eficaz, sabemos que sempre há espaço para aprimoramentos. Foi com esse espírito que alguns Senadores apresentaram as 91 emendas que ora relatamos com o projeto. Contudo, entendemos que é preciso reconhecer que temos em mãos, sob nossa análise, um texto exaustivamente debatido, com ampla participação da sociedade, por mais de 20 anos. Esse texto naturalmente não atende a todos os anseios de empreendedores e tampouco de ambientalistas, mas se constitui em verdadeiro instrumento de mediação, sem exageros de um lado ou de outro. Em nossa análise, lapidamos a proposição em pontos essenciais e necessários, com o acatamento parcial ou total de emendas cujos fundamentos certamente são sólidos e precisos para justificar as alterações propostas.

Por certo que as audiências públicas promovidas nesta Casa para debater a matéria demonstraram o apoio à proposição, a exemplo da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que o considera equilibrado e necessário. A associação em questão, que representa entidades responsáveis por aproximadamente 90% dos licenciamentos ambientais realizados no Brasil, clama pela aprovação desse projeto.

No entanto, temos o relevante papel revisor e a possibilidade de aperfeiçoar a novel legislação de licenciamento. O momento de garantir que haja os aprimoramentos e a apara de arestas é agora. Nosso compromisso é, com essa relatoria, alterar minimamente a proposição, em somente aspectos cruciais, para assegurar que haja o cumprimento do princípio da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Desse modo, acatamos a Emenda nº 10, de Plenário, do Senador Luiz do Carmo, que suprime o §3º do art. 1º do PL nº 2.159, de 2021. Acatamos, consequentemente, mas de modo parcial, a Emenda nº 55, do Senador Zequinha Marinho, que contém esse mesmo comando. Tal dispositivo tem por objetivo excluir as atividades de mineração de grande porte ou de alto risco do âmbito da aplicação da futura lei. Não obstante, está a se tratar, aqui, da norma geral de licenciamento ambiental, com aplicabilidade a todos os empreendimentos sujeitos ao controle prévio do poder público, restando inoportuno excluir parte de um setor de sua abrangência, algo não justificável sob o ponto de vista da coerência e da sistematicidade jurídicas.

Evita-se, justamente, o que ocorre atualmente: o cipoal normativo no âmbito do licenciamento ambiental, eis que aceitar que um determinado setor ou parcela não seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangida pela Lei Geral do Licenciamento possibilitaria que tal exceção viesse a ser estabelecida ou pleiteada por uma série de outros setores ou tipos específicos de empreendimentos.

Propomos, por emenda da Relatora, alterar a redação dos incisos XXXIV e XXXV do art. 3º, a fim de explicitar as atribuições dos entes federativos previstas na Lei Complementar nº 140, de 2011.

Sabemos da necessidade urgente de termos um marco regulatório para o licenciamento, que induza a segurança jurídica e a previsibilidade para atração de investimentos e indução do desenvolvimento econômico e social para o país sobre bases sustentáveis. Sob essas premissas, há que se analisar com cautela dispositivos que sejam por demais polêmicos ou em desacordo com reiterados julgados das cortes superiores.

Pretendemos avançar na desburocratização, mas de modo coerente e harmônico ao que já vem sendo normatizado pelos estados. Sob essas premissas, entendemos que há espaço, por exemplo, para o aperfeiçoamento da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), o que fazemos em emenda ao art. 21.

Reconhecemos, outrossim, o mérito de parte das emendas apresentadas, e consideramos que as alterações propostas nos levam a aprovar um marco normativo robusto, dotado de segurança jurídica, além de nos afastar de continuarmos em um limbo jurídico e com comprometimento de capacidade executiva estatal e privada.

Promovemos também um aperfeiçoamento específico no texto do art. 11, para incluir a dragagem de manutenção no rol de atividades a serem licenciadas mediante emissão de LAC, e do art. 54, para tratar da responsabilidade das entidades de financiamento e fomento.

As Emendas nºs 83, 85 e 86 já foram acatadas parcialmente com os procedimentos de simplificação previstos ao longo de todo o PL. Portanto, foram acolhidas parcialmente. Por sua vez, a Emenda nº 82 já se encontra atendida por emenda da Relatora. (*Pausa.*)

Ainda, a Emenda nº 81 foi parcialmente atendida com a consideração da atividade de dragagem na emenda de Relatora ao art. 11, que descrevemos acima.

Por fim, ressaltamos que, em sinergia com o Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Confúcio Moura, procedemos a importantes ajustes para aprimoramento do projeto de lei, inclusive com o acatamento, na forma de emenda desta relatoria, de substanciais contribuições apresentadas somente naquela Comissão.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresentamos a seguir, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86 e pela rejeição das demais emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Lido o relatório, conforme o acordo estabelecido de forma colegiada, retiro a matéria de pauta.

A matéria retornará à pauta da reunião deliberativa do dia 20 deste mês para ser discutida e, possivelmente, conceder-se vista, se for o caso.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, apenas quero cumprimentar a Senadora Tereza pelo excelente relatório, excelente trabalho que realizou. Da mesma forma, o Senador Confúcio e as duas equipes, em nome do meu amigo Thame, que trabalharam neste tema para chegarmos a este relatório.

Parabéns, Senadora Tereza!

Quero só deixar um recado aqui com relação à emenda com relação à dragagem.

Nós temos um problema agora que sofremos, com a enchente do Rio Grande do Sul, porque as emendas de dragagem, Senador Jayme Campos... Nós tínhamos uma dragagem do Canal de São Gonçalo, ligando a Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos, e foi suspensa a licitação em função da dragagem. Precisamos de um momento de emergência, como tivemos no Rio Grande do Sul, para que tivesse sido feita também.

Esse fato terá que se contemplar também aqui.

Agradeço.

E aí, Senador Seif, felizmente, eu e a Senadora Tereza estamos ladeados pelos dois reis do gado, um do Mato Grosso, Jayme Campos, e o outro de Rondônia, o Bagattoli ali, os dois reis do gado do Brasil.

Entendeu, General Mourão? Está do seu lado aí também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Dois minutinhos só.

Primeiro, eu quero cumprimentar a ilustre, eminente Senadora Tereza Cristina pelo belo relatório.

Isso é um sonho, não é? Há 21 anos está tramitando este projeto.

Por incrível que pareça, nesta semana, um cidadão que foi Deputado Federal, que foi autor dele – V. Exa. o conhece –, fazendo até certo ponto uma crítica, mas uma crítica democrática, dizendo: "Olha, a nossa parte nós a fizemos lá na Câmara. Entretanto, ele está lá no Senado Federal e até agora não foi votado este projeto". Isso me chamou muito a atenção, até porque ele lutou, de fato, lá, muito. Chegou aqui, como o senhor disse, se passaram já alguns anos. Tivemos a Senadora Kátia Abreu por quatro anos. Eu fui colega dela naquela oportunidade, no primeiro mandato dele de Senador. Ah, sei lá qual o mandato, primeiro ou segundo mandato, e não foi para a frente.

Vim até nessa semana aqui para pedir à senhora que colocasse em pauta essa matéria, porque nós iremos aqui na Comissão e, depois, tramitar e votar no Plenário.

É real o que está acontecendo no Brasil. Infelizmente, isso aí causa sérios transtornos e prejuízos. Esse é um dos projetos mais meritórios...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... que eu já acompanhei ao longo dos meus... Estou aqui há 14 anos, se não me falha a memória. E, lamentavelmente, esse projeto não andava.

Ela deu uns dados bastante significativos. Na média, Senador Jorge Seif, é bom que eu trouxe até uns dados aqui, só para que os senhores possam ter conhecimento. Licenças ambientais – este país aqui é complicado – demoram, em média aqui, como estávamos vendo aqui, os projetos chegam a demorar aqui, sei lá, 2 mil dias, 2,8 mil dias para serem aprovadas. No setor elétrico, a questão dos resíduos etc., etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui é um dos projetos mais meritórios. Nós vamos destravar este Brasil. Infelizmente, aqui é o Governo trabalhando contra o povo brasileiro. Isso é, de maneira geral, público e notório aqui.

Então, o que nós precisamos aqui é dar celeridade à aprovação. Quando aprovamos essa questão do licenciamento – e vamos aprovar, se Deus quiser, neste mês ainda... Nós temos algumas situações que têm que ser mudadas no Brasil. É o caso do CAR. Só vou dar um exemplo aqui, Ministra, porque a senhora tem conhecimento mais do que eu de causa. Nós temos no Mato Grosso de 110 a 115 mil propriedades, entre pequenas, médias e grandes propriedades, correto? O CAR, da maneira como está sendo liberado no Mato Grosso, numa conta de padeiro, libera 1,8 por dia. Nesse caso, vai demorar mais de 40 anos para que o cidadão possa ter seu CAR. O cidadão, sem o CAR, está pelado, não é isso? Está basicamente num deserto, que não é capaz de fazer quase nada, nenhuma operação de crédito.

As *trading* de hoje que compram – adquirem sua soja, seu milho, seu algodão, etc. – querem que você tenha o CAR. E, naturalmente, tem outros quesitos que exigem. Ora, nós temos que mudar isso também.

Fazendo a autodeclaração, o cidadão será responsável por aquilo que naturalmente declarar. Caso contrário, nós sujeitamos...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Tem que analisar, porque declarado já foi.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Foi declarado, precisa só...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – ... o Governo tem que fazer a sua parte.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas não faz a sua parte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exatamente. Então, não sei onde nós vamos parar – não sei onde nós vamos parar. Tem que destravar o Brasil.

Esse projeto aqui é extremamente meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às rodovias do Brasil, como é o caso da 319, que liga Porto Velho a Manaus. Sabia disso? Lá no Mato Grosso, tem a tal da BR 158. Isso já...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Entra no sul do Pará.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exatamente. Está há cem anos, mais ou menos. Agora, conseguiram licenciar 12km, num total de 190km – saíram 12km. Isso depois de bater na porta do Ibama 450 vezes – toda a bancada federal do Mato Grosso: Prefeito, Vereador, produtores rurais, etc. – saíram 12km no primeiro licenciamento, num total de 188km.

Então, nessa base, nessa marcha que está aí, daqui a 20 anos se consegue essa liberação da BR; e o povo pagando uma conta caríssima. Na época das águas, é atoleiro para tudo quanto é lugar. Quando é a época da seca, poeira, acidente acontecendo todos os dias, a toda hora lá.

Então, quando falamos de um projeto como esse aqui, isso é extremamente importante para o nosso Brasil. Nós destravamos em todo o setor – seja rodoviário, aquaviário, as usinas hidrelétricas do Brasil, que muitas vezes têm PCHs –, mas as amarras são tão grandes que trazem um sério prejuízo, sobretudo na política de geração de emprego, renda, etc., de riqueza para os estados, e sobretudo para a população, porque nós precisamos melhorar esse ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ...dando ao cidadão, com certeza, uma melhor renda neste país aqui, que hoje nós vivemos, uma grande parte da população, vivendo abaixo da linha da miséria, diante, muitas vezes, de oportunidades de geração de emprego em determinadas regiões distantes deste país aqui, que lá está precisando de uma rede de energia elétrica, como é o caso lá do Estado de Roraima, que me parece que agora está acontecendo, parece aí que está recebendo, ou seja, nós consumimos energia lá da Venezuela, olha a que ponto chegamos, uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parece que agora é só motor...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só motor, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... porque a Venezuela quebrou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ah, quebrou, né...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agora é só diesel mesmo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só diesel.

Então...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Quanto emite... Porque, quando fala de meio ambiente, de licenciamento, de vários anos, quanto de emissão de CO_2 tem um motor ligado...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... todos os dias, durante 365 dias do ano, a diesel?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, essas coisas precisam ser olhadas, e nós não podemos mais deixar que o povo brasileiro caia em determinadas narrativas. Meio ambiente é importante? É importantíssimo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Claro...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas nós não podemos cair na narrativa de que nós não podemos passar uma linha elétrica de distribuição de energia para Roraima. O povo roraimense é de terceira categoria, ou é de primeira? É brasileiro, como todos nós. Tem direito, ou não, a ter energia elétrica?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Claro...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Uma Ferrogrão... Eu não estou... Ferrogrão é a que me veio à cabeça, que é uma importante ferrovia... E quantos anos para licenciar outras ferrovias que a gente tem pelo país?

Hidrovia é o transporte mais barato e que menos emite, e aí nós não podemos dragar um pedacinho do rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos parar com isso. Tem impacto? Vamos medir o impacto. Como é que a gente mitiga? Como é que a gente compensa? Para isso, existe a compensação para o meio ambiente, para algumas coisas que a gente tenha que fazer, algumas obras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito bem.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, é isso que eu espero. Esse não é o projeto, vou dizer, dos meus sonhos; dos meus sonhos seria bem mais...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Avançado, né?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas esse é o projeto possível, e eu acho que esse projeto já vai ajudar muito o nosso país.

E depois eu espero que, daqui para frente, possamos fazer outros projetos melhores ainda, e corrigindo aquilo que não se conseguiu fazer nesse projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Concluindo aqui, Sr. Presidente...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Desculpe.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Nada, a nossa professora, a mestra aqui, a Tereza... Só concluindo, até porque este é o país em que mais se preserva no planeta, chama-se Brasil. Nós temos que ter nossa soberania aqui.

Nós não podemos, em hipótese alguma, deixar enfiar o dedo o nariz nosso aqui, não. Nós temos que nos impor. Nós estamos num país que tem que ter sua independência plena.

Infelizmente, as pessoas ali fora, outros países, querem vir ditar regra aqui para nós. Isso é um crime, um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lei da reciprocidade neles.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exatamente, lei da reciprocidade. V. Exa foi o autor...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso que eu falei...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, feito isso aí, Tereza, eu fui membro da Comissão Especial lá atrás, quando nós fizemos o estatuto, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, o Código Florestal brasileiro. Não tem um Código Florestal, num país, no mundo, tão moderno, tão avançado como o nosso.

E, daqui a pouco, agora todo dia, estão querendo empurrar goela abaixo aqui, querendo falar: "Agora é moratória da soja, aqui é moratória do não sei o que mais."

Então, uma série de situações que nós aqui dentro, com esse projeto que foi discutido, nós tivemos a oportunidade lá atrás de ir procurar até o Líder do Governo, para que nós possamos colocar em pauta para ser votado aqui, entretanto não foi possível, porque infelizmente não havia um mínimo de boa vontade.

E, agora, graças a Deus, com essa bela articulação, que é vitória da senhora aqui, vamos aqui render as nossas homenagens, até porque talvez se não fosse a Ministra Tereza Cristina, com a sua habilidade, com a sua competência, mulher, etc., etc., mas não estava acontecendo, até essa oportunidade, e estamos hoje aqui já lendo, e, se Deus quiser – e com certeza Deus quer –, nós vamos aprovar no máximo até o dia 25, 28 de maio esse projeto, que eu entendo, na minha visão particularmente – até porque estou na vida pública já há alguns anos aqui, tenho seis mandatos – que, durante toda a minha caminhada, minha trajetória, um dos melhores projetos que com certeza estamos aprovando nesta Casa é esse projeto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – .. que vai salvar o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu!

Rapidinho, eu só queria... nós temos essa ilustre figura, que falou comigo ainda agora – achei que ele tinha saído –, o Senador, sempre Senador, Fernando Bezerra Coelho.

Está ali no meio dos assessores. (*Risos.*)

Chega para cá, rapaz! Senta aqui, as cadeiras são suas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto. Está na fila ainda, esperando. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bem.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

Eu gostaria de pedir a permanência de todos aqui no Plenário, porque nós temos alguns requerimentos, algumas matérias que serão votadas nominalmente, não é?

Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui toda a equipe do Senador Confúcio Moura e também toda a equipe da Senadora Tereza Cristina, por esse empenho, pela aprovação desse PL 2.159.

Quero dizer para você, Senadora, só para vocês entenderem como que é difícil a licença ambiental, na Hidrovia do Madeira quebrar as pedras, não pode; para privatizar a hidrovia, pode. Como você privatiza uma hidrovia se você não dá condições de navegação?

Então, é só para vocês entenderem quais são as dificuldades que nós temos. E aí nós teríamos n casos para hoje falar aqui: a jazida de Autazes – olha quantos anos para uma licença ambiental –; a exploração de petróleo no Amapá; a situação da Ferrogrão; da 319...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, lá no Pará.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São n situações pelo Brasil afora.

E aí, como diz o Senador Jayme Campos, nós precisamos ter realmente a nossa soberania.

E o produtor rural, os empresários brasileiros, nós sabemos da grande responsabilidade que nós temos com a questão ambiental. Imagine se quem preserva 80% hoje na Amazônia não tem preocupação com a questão ambiental. E ainda tivemos mais o problema aí de vir até uma moratória da soja. É impressionante o que acontece no nosso país!

Mas parabéns, Senadora Tereza Cristina; parabéns à equipe também do Confúcio Moura. Talvez não seja ainda o que nós desejávamos, mas é o que vamos conseguir todos juntos aí dentro do consenso.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado Senador.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Querido Presidente, eu queria dar um depoimento aqui para o dono lá do Mato Grosso, (*Risos.*) o rei do gado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Olha, eu tive... Rei do gado, por favor me dê atenção.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só um minutinho. Pela ordem, Senador.

É que nós estamos sendo crucificados: só veem as pingas que o cara toma, mas não veem os tombos, não é? (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rei do gado, por favor, a sua atenção aqui porque eu quero dar um depoimento.

Eu trabalho com Tereza Cristina desde 2019. Tive a honra de ser Secretário de Estado ao lado dela. O Ministério da Pesca acabou. Papai Bolsonaro me mandou para debaixo da mãe poderosa, e eu vi o esforço dessa mulher pelo...

Hã? (*Pausa.*)

... CAR, que o senhor comentou, e por esse projeto, como também pelo de defensivo agrícola, que rendeu um apelido que eu não tenho nem coragem de repetir aqui para uma mulher que só se esforça pelo agronegócio brasileiro.

E vou repetir o que nós falamos mais cedo lá na CMA.

Senador Jayme, o senhor já deve ter tido a oportunidade de viajar para outros países. O senhor vai para os Estados Unidos, em qualquer buraco tem um pier, barco, *jet ski* e lancha. O Brasil tem uma vocação natural. Nós só temos 8, 5 mil quilômetros de costa. Aqui, se você for fazer uma estaca no quintal da sua casa lá, se você tem um riozinho ou um negócio, multam, porque "Vão matar o caranguejo da carapaça vermelha" e "Você é um destruidor da natureza." O senhor vai lá para Cancún, no México – se vocês não tiveram a oportunidade de ir, já devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter visto alguma reportagem –, e os *resorts* são na beira da praia. Você desce do *resort* e mete o pé na areia.

Os patrocinadores do Fundo Amazônia, Noruega e Alemanha – perguntem aí ao Google se a Noruega tem poços de petróleo na beira da praia deles – patrocinam o Fundo Amazônia e impedem o Amapá, um dos estados mais pobres do Brasil, de explorar petróleo. Aí há quem pense que o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e, muitas vezes, o Ministério Público Federal querem fazer papel de capitão planeta. Mas, para mim, como produtor rural e como defensor de boas práticas do agronegócio, sem me esquecer que este país é alguma coisa graças ao agronegócio brasileiro, que corresponde a quase 50% do nosso PIB...

Alguns acham que a capitã planeta, a Ministra do Meio Ambiente, que se acha... nossa, tem que jogar purpurina por onde ela passa. Para mim, é o casamento das bruxas negras com Satanás, porque é uma destruição do nosso agronegócio, é uma criminalização da nossa atividade produtiva. Então, o que essa mulher hoje faz de novo pelo Brasil, que foi de longe... não chega a 10% do chulé do que ela fez no Ministério da Agricultura, hoje ela deixa um legado para o nosso país e, olha, eu sei o que ela suou para mexer os pauzinhos aí porque o negócio estava feio.

Então, Senador Zequinha Marinho, quero agradecer ao Senador Confúcio, porque também foi flexível, mas foi incansável o trabalho de Tereza Cristina, pelo menos de 2019 para cá, enquanto eu acompanho a trajetória dela, que foi a nossa Ministra da Agricultura. Tereza, que orgulho! E o Brasil te deve mais essa, por todos os seus esforços, por sua paciência e por sua longanimidade, porque às vezes dá vontade de voar no pescoço do cara e dar um tapinha assim no bumbum: "Ei, acorda!" Mas a gente sabe que não pode, senão dá cassação, dá um monte de problema. Mas que dá vontade dá.

Desejo ainda não é pecado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item nº 4.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Parabéns! (*Risos.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4798, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confere ao município de Tauá, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Votação nominal.*

Alguém trouxe uma manta? (*Pausa.*) (*Risos.*)

Eu preciso contar com a bancada aqui presente.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para proferir a leitura e voto do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Boa tarde, Presidente Zequinha Marinho e colegas Senadores.

Peço permissão para ir direto à análise do mérito.

É imprescindível reconhecer a importância de se conferir a Tauá o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro. Tal reconhecimento transcende a mera simbolização, ampliando-se como uma relevante ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. A manta de carneiro produzida no município de Tauá, situado no sertão dos Inhamuns, revela-se um verdadeiro tesouro cultural...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... já que incorpora tradições seculares e significativa relevância social e econômica.

O seu preparo abrange um meticuloso conjunto de etapas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... que decorre de um processo secular e artesanal, cuja sabedoria é transmitida de geração em geração, refletindo nuances intrínsecas da cultura local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A produção desta iguaria integra a herança cultural das famílias sertanejas, simultaneamente fomentando a atividade econômica local e proporcionando meios de subsistência aos produtores e comerciantes.

Tauá foi oficialmente reconhecido como Área de Criação Qualificada de Caprinos e Ovinos mediante a promulgação da Lei Estadual nº 15.803, sancionada em julho de 2015. Ademais, ainda no ano de 2015, o município tornou-se o pioneiro no estado a ser contemplado com um Centro de Terminação de Animais, dirigido aos produtores de carneiro e destinado a impulsionar a produção de leite, de carne e de pele de ovinos e caprinos na região, além de promover o melhoramento genético, a padronização dos lotes e a comercialização coletiva.

Detentor da segunda maior área territorial do estado, Tauá destaca-se como o maior criador de ovinos e caprinos do Ceará, respondendo por 35% da oferta desses animais no estado. O Ceará detém o terceiro maior rebanho de ovinos do Brasil, superado apenas pelo Rio Grande do Sul e pela Bahia, segundo levantamentos do Governo do estado em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As principais áreas de criação encontram-se localizadas no Sertão dos Inhamuns (Tauá) e no Sertão Central (Quixadá e Quixeramobim), com uma expressiva proporção do rebanho cearense pertencente a pequenos proprietários rurais. Trata-se, portanto, de uma atividade econômica bastante popular.

Em face de sua rica tradição cultural, Tauá foi recentemente reconhecida como a Capital Cearense do Carneiro, conforme estabelece a Lei Estadual nº 18.546... (*Pausa.*)

... datada de 30 de outubro de 2023. Esse reconhecimento fortalece a identidade local e projeta o município no cenário nacional e internacional, reafirmando a relevância da preservação das tradições vinculadas à produção da manta de carneiro.

Assim, a elevação de Tauá ao *status* de Capital Nacional consolida sua posição de destaque na agropecuária estadual e nacional. Dessa forma, haverá um estímulo ainda maior para novos investimentos, com o grande benefício de dignificar o trabalho dos artesãos e de promover uma cadeia produtiva que gera renda diretamente para as comunidades rurais e para o comércio municipal e intermunicipal dos Inhamuns e de regiões circunvizinhas. Representa, portanto, uma iniciativa que, concretamente, irá promover a justiça social e a sustentabilidade, porque a pecuária de pequenos ruminantes se adapta melhor ao sertão nordestino.

Por fim, a preservação da tradição da manta de carneiro de Tauá é de suma importância, dado que representa o reconhecimento de uma herança cultural incontestável, a qual simboliza a marca de um território e das práticas da população do município e dos Inhamuns.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.798, de 2024.

Esse é o meu voto, Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Jussara.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Quero só fazer um comentário. Eu conheço Tauá e sei, já comi carneiro, carne de carneiro e vi o couro lá.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E avisa que eu estou chegando.

Vou cobrar...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o projeto em votação.

A votação será nominal.

Solicito à Secretaria da Mesa que prepare aqui para que a gente possa iniciar a votação.

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Enquanto o pessoal vai votando, o que vai demorar um pouquinho... Já temos um voto...

Vamos passar aos requerimentos.

Antes de votar os requerimentos, gostaria de fazer alguns registros.

A Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Victor Graeff, do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando uma moção de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2025, e ao Projeto de nº 220, de 2025, que atualmente tramitam na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente...

Vamos lá.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 15/2025, seja incluído o representante da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Senadora Jussara Lima... O.k., Senadora?

Em votação. A votação é simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço aos senhores assessores para irem ligando para os Senadores para que possam votar remotamente. Está bom?

Requerimento extrapauta, da CRA.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 20, DE 2025

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito do Plano Safra 25/26, programa do Governo Federal que oferece linhas de crédito e incentivos para o setor agropecuário, visando apoiar a produção e a comercialização de alimentos, para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, especialmente da agricultura familiar e empresarial, por meio do oferecimento de crédito rural, apoio à comercialização, investimentos em inovação, seguro agrícola e assistência técnica. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- *representante Ministério da Fazenda;*
- *representante Ministério da Agricultura, Pecuária;*
- *representante Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; (CNA);*
- *representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;*
- *representante Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);*
- *representante Confederação Nacional da Industria (CNI);*
- *representante Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA).*

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 21, DE 2025

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André de Paula, Ministro da Pesca, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a decisão do Governo Federal de abrir o mercado brasileiro para a importação de tilápia oriunda do Vietnã, medida que tem gerado intensa preocupação entre os diversos atores da cadeia produtiva da aquicultura nacional.

Autoria: Senador Jorge Seif e também desta Presidência.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 22, DE 2025

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal durante a Expojóia 2025, realizada no município de Jóia, estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Requeiro a realização de Ciclo de Palestras e Debates no dia 9 de maio do ano corrente, sexta-feira, a partir das 10h da manhã.

Votação simbólica. Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, quero encerrar esta votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que gerem o resultado da votação no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por unanimidade: 8 votos mais 1.

Aprovado.

Vamos ganhar a manta de carneiro da Senadora Jussara.

Aprovado o projeto.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial do Senado*.

Parabéns ao autor e à Relatora. (*Pausa.*)

Finalizando, item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 23, DE 2025

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 854/2025, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a área de Reserva Legal para a pequena propriedade ou posse rural familiar e estabelecer medidas de regularização ambiental, e dá outras providências". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- *a Senhora Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso;*
- *o Senhor Gilberto Cattani, Deputado Estadual – Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;*
- *representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;*
- *representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• *o Senhor Joverci Ferreira de Melo, Presidente da Associação Nova União, localizada no Assentamento Japuranã, no município de Nova Bandeirantes – MT;*

• *o Senhor Marcio kuhn, Morador do Assentamento Jonas Pinheiro, Sorriso – MT.*

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT) e outros.

Como ela não está, eu subscrevo o presente requerimento.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos aqui, assessores, imprensa, colegas Senadores, meu querido Senador General Mourão, nossa madrinha Senadora Tereza Cristina e os demais.

Muito obrigado a todos e até a próxima reunião, na semana que vem.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2025 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Governança Climática: Desafios do Poder Legislativo em ano de COP 30 no Brasil, evento integrante da programação da "V Conferência Nacional de Sustentabilidade no Poder Legislativo". **Participantes:** Sra. Cristiane Nardes, Presidente da Rede de Governança Brasil; Sra. Renata Andrade, Presidente da Rede Governança Climática; Sr. Marquito, Deputado Estadual/Assembleia Legislativa de Santa Catarina; e Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Diretor de Planejamento e Coordenação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – Bom dia, bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Legislatura Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, realizada em 20 de maio.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater governança climática, desafios do Poder Legislativo em ano de COP 30 no Brasil, dentro da programação da 5ª Conferência Nacional de Sustentabilidade no Poder Legislativo, em atenção ao Requerimento nº 6, de 2025, de minha autoria.

Convido, neste momento, para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Alaôr Messias Marques Junior, Diretor de Planejamento e Coordenação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sra. Cristiane Nardes, Presidente da Rede Governança Brasil; Deputado Marquito, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Sra. Renata Andrade, Presidente da Rede de Governança Climática. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar a presença aqui de representantes das Assembleias Legislativas de Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Pará; das Câmaras Municipais de Teresópolis-RJ, Nova Iguaçu-RJ, Porto Alegre-RS e Aracaju-SE; dos Tribunais de Contas Estaduais de Goiás e do meu querido Estado, o Espírito Santo; da área de sustentabilidade do Tribunal de Contas da União e da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo. Bem-vindo a todos e todas.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu não poderia deixar de, mais uma vez, registrar a minha profunda tristeza com o episódio que aconteceu nesta Casa Legislativa. Diante de um momento em que o Congresso tem que dar exemplo, porque os atos falam mais que as palavras, qual foi o ato praticado? Qual é a finalidade, num processo educacional, quando se ataca uma Ministra de Estado, uma Ministra da envergadura da Ministra Marina Silva, quando se ataca uma mulher aguerrida, comprometida, uma mulher negra, uma mulher que vem de um grau de vulnerabilidade social num país tão desigual? Eu falo isso com toda a transparência da minha alma, porque o meu relacionamento com a Ministra Marina Silva transcende o Senado. Existem pessoas que passam pela vida da gente...

Costumo falar que, dentro da laicidade do Estado democrático de direito, que eu respeito piamente, a minha religião é o amor, e o meu Deus é o outro. Quando eu olho para uma pessoa, quando eu olho para vocês aqui ou para qualquer pessoa e enxergo Deus, eu vou exercer mais o amor, o respeito, a caridade, a compaixão.

E a política é a arte de convergir com os divergentes. Eu posso ter qualquer divergência com qualquer colega Senador ou Senadora, de qualquer partido, mas eu tenho que ter a premissa do respeito. Não tem nenhum ordenamento jurídico, nem mesmo a Constituição Federal, que seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral.

Falar da biografia de uma mulher como a Ministra Marina Silva, uma Senadora competente, que tem um reconhecimento mundial, que muito dignifica o Estado brasileiro, uma referência no meio ambiente e submetê-la ao que ela passou aqui neste Senado Federal... Eu não tenho procuração dos meus colegas Senadores, mas eu quero pedir perdão, em nome do Senado Federal, perdão à população brasileira, perdão a todas as mulheres, perdão a todas as mulheres negras, perdão a todas as mulheres que sempre são silenciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei da CPI da Covid, e, lá, muitos Senadores se exaltavam. Nenhum foi chamado de descontrolado, mas a Senadora Simone Tebet foi. Por que ela foi? Eu não tenho dúvida: um comportamento sexista, machista, misógino.

Nós temos que refletir sobre esta determinação constitucional: desde o dia 5 de outubro de 1988, homens e mulheres são iguais em direitos de obrigações. Mas será que são? Será que somos mesmo? Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações? Eu não tenho dúvida de que nós estamos longe de isso ser uma realidade.

Eu participei de uma audiência pública numa Assembleia Legislativa cujo nome, por uma questão ética, não vou citar, em que tinha 24 Deputados, todos homens. Isso tem que me dizer alguma coisa. Se não me disser nada, tem algo errado é comigo, porque 52% da população, ou mais, são de mulheres.

Dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente este. E, quando você recebe nesta Casa, no Senado, uma Ministra de Estado da conduta ilibada, da representatividade que tem a Ministra Marina Silva e ela sofre o que sofreu aqui, todos nós sofremos. Isso está para além de campo de ideologia, de partido político. Isso me envergonha – isso me envergonha – porque qual é a comunicação que se passa para a população?

Este é o meu primeiro mandato como Senador. Eu nunca fui político, mas eu aprendi, na minha plena convicção, que a função do Parlamentar é usar a palavra para apresentar o Brasil aos brasis. E qual foi o Brasil, qual foi a comunicação que nós apresentamos ontem? Infelizmente, até agora eu fico estarrecido com tudo que ela sofreu naquela sessão. Uma sessão que – ouso falar – foi uma sessão de uma verdadeira tortura; mas ela ali, com altivez, se manteve firme, forte e efetivamente se impôs, mostrando o que é uma mulher dentro do Estado brasileiro.

É um comportamento nosso – de todos nós – tentar fazer com que essa premissa constitucional de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, um dia, deixe de ficar deitada eternamente em berço esplêndido no art. 5ª da Constituição Federal e entre, efetivamente, em vigor no Estado brasileiro; mas ainda nós não vivemos essa igualdade estabelecida no texto constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, quando as mulheres tiveram direito à licença-maternidade, todos comemoramos, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. E o processo legislativo é muito contundente. Eu sou professor de Direito Penal. Não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia cominação legal. Então, você tinha um comportamento ético moralmente reprovável, mas ele era lícito. E passaram-se anos até que veio o Congresso e criminalizou essa conduta de exigir atestado de esterilidade. A mulher, até antes da reforma do Código Civil, era considerada semi-incapaz – semi-incapaz! Eu lembro que a minha mãe usava o CPF do meu pai. É este o Estado brasileiro: sexista, misógino, racista, homofóbico, xenofóbico! E nós temos que fazer de tudo, nós não podemos perder a capacidade de indignação.

Então, me perdoem por este humilde desabafo, mas eu, como Parlamentar, não poderia me omitir diante da gravidade do que aconteceu ontem aqui com a Ministra Marina Silva e, consequentemente, com todas as mulheres, porque não foi só ela que foi atingida. Não quiseram silenciar apenas a Ministra de Estado Marina Silva, mas todas as mulheres.

Esta é uma prática que, infelizmente, a gente vê: quando você quer desqualificar uma pessoa, você ataca a orientação sexual ou você ataca a cor da pele ou você ataca o gênero ou você tem um comportamento etarista.

Compete a todos nós lutarmos para abolir toda e qualquer forma de discriminação.

Eu sempre falo que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas é transformar a sociedade. E nós precisamos de homens e mulheres que não sejam covardes, que tenham a altivez, a determinação, a força e o vigor da Ministra Marina Silva!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Perdoem-me, mas essas palmas não são para mim, porque o que eu sinto aqui é vergonha do Parlamento. As palmas são para as mulheres! As palmas são, efetivamente, para Marina Silva! Eu me sinto envergonhado disso.

Por favor, quem me conhece sabe da minha transparência, sempre, porque é isso que me motiva estar na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre criminalizei a política até que eu fui tocado pelo discurso de Martin Luther King, um pastor negro, que falava: o que assusta não é a ousadia dos ruins, mas a omissão dos bons.

Então, por favor, desculpem-me, mas essas palmas não são para mim; são para Marina Silva e para todas as mulheres!

Concedo a palavra, agora, à Sra. Cristiane Nardes, Presidente da Rede Governança Brasil.

Muito obrigado pelo seu comparecimento.

A SRA. CRISTIANE NARDES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador, emocionante as suas palavras. Eu, como mulher, agradeço.

Infelizmente, esse tipo de ato, a gente ainda tem que acompanhar no Brasil. Estamos longe, de fato, de estarmos onde nós mulheres gostaríamos de estar.

Então, começando dessa forma, eu peço a permissão para cumprimentar a Dra. Renata, hoje como Presidente da Rede de Governança Climática. Nós mulheres, além de batalharmos pelo nosso sexo, ainda não somos, de fato, valorizadas.

Só fazendo um breve relato de quando começou a governança na minha vida, foi justamente buscando essa questão da ética, da conduta, da importância da conformidade dentro das nossas relações. Eu, em 2019, como Secretária de Governança e Compliance aqui do Governo do Distrito Federal, levantando a bandeira da governança, fui a primeira mulher a criar uma Secretaria de Governança aqui no Brasil, fui exonerada grávida, com seis meses de gestação.

Foi a maior prova de desvalorização num momento em que eu gostaria de ser acolhida, abraçada e valorizada pelo meu órgão público. Por quê? Por que será que eu fui exonerada? Porque eu estava aplicando a governança na prática, com ética, com integridade, com normas, com conformidade. E isto não cabia naquele momento do Governo. E por esse embate, esse impasse, por conflitos de interesses, eu fui exonerada grávida.

Então, nós ainda temos que aguentar esse tipo de situação, e, infelizmente, o relato que o senhor trouxe aqui é a nossa realidade. E a governança, meus amigos, vem, de fato, para nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar nesses tipos de situação, porque, no momento em que eu consigo atuar com governança, com *compliance*, que é um braço da governança, eu trago códigos de ética, trago programas de *compliance* e integridade, na qual eu consigo formular a necessidade do comportamento das pessoas dentro das suas instituições. A governança traz esse modo operante de uma instituição.

Então, em 2019, como secretária, eu trouxe aqui para o GDF, mas não partiu de mim. O Brasil começou a atuar com governança no ano de 2017. Hoje, nós temos um decreto no âmbito federal, o 9.203, que instituiu a política de governança no Brasil. E esse assunto começou a ser muito dialogado em 2015, por meio do Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, na época Presidente da Casa, que fez um acordo com a OCDE, em Paris, pedindo a entrada do Brasil nessa instituição, que é a maior referência, hoje, de países de primeiro mundo em governança pública. E, de lá para cá, tem sido uma corrida contra o tempo para que a gente consiga se adequar à governança. E não tem como a gente ter governança se a gente não tiver ética, conduta e integridade, inclusive respeito às pessoas. As pessoas estão no centro da tomada de decisão da governança. E esse tipo de situação vai continuar ocorrendo se nós não tivermos conformidade, códigos de ética e conduta adequados para as nossas instituições públicas, infelizmente.

Bom, cumprimento também o Deputado Marquito, o Senador Contarato, a quem parabenizo pela fala, e o Dr. Alaôr Messias.

Bom, meus amigos, eu vou começar falando, então, um pouquinho – nosso tempo é bem curto – em relação à Rede Governança Brasil, que é a maior rede de governança, hoje, da América Latina focada nesse tema.

Foi fundada em 2019, por mim e pelo Ministro Augusto Nardes. Então, eu venho representando algumas instituições que apoiam o projeto. A RGB vem com a missão de mudar a cultura da governança no Brasil. Temos várias publicações, como a Cartilha de Governança para o Legislativo, que eu deixei aqui. Caso alguém mais queira, nós temos alguns volumes aqui. Dentro da nossa rede, nós temos várias autoridades, membros, que fizeram parte de toda essa trajetória. O ex-Ministro da Saúde, Nelson Teich hoje é coordenador do nosso Comitê da Saúde. Com relação à questão, como eu trouxe, da integridade, da conduta e da ética, nós temos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comitê Anticorrupção e Compliance dentro da nossa estrutura para dialogar sobre a importância desses temas. Nós temos valores como proativismo, diversidade, colaborativismo e coerência, para a gente trazer a cultura da governança para o Brasil.

Eu e meu pai, o Ministro Augusto Nardes, percebemos que, sozinhos, a gente não ia conseguir ir além. A gente precisava de um movimento, de um grande movimento no Brasil para trazer a cultura da governança. E, por mais que eu fosse Secretária de Governança e ele fosse Ministro, onde a gente estivesse, as nossas palestras e os nossos livros não seriam suficientes. A gente precisaria do apoio de pessoas para que a gente conseguisse emplacar o assunto da governança num país em que, de fato, a gente tem que conviver com situações como essa da nossa ministra. Então, no momento em que a gente conseguiu ir atrás dessas pessoas... Hoje, nós temos esse movimento com mais de 600 voluntários, que são especialistas, professores, mentores, que têm a governança como a sua bandeira, porque, sozinho, ninguém faz nada, gente. Se a gente não tiver pessoas que possam nos ajudar nesse diálogo, nessa capilaridade da importância da governança no Brasil, a gente não consegue mudar a cultura, porque o nosso maior problema, hoje, no Brasil é a ausência de cultura para a governança. Então, esta é a nossa missão, nosso propósito.

Nós temos mais de 500 ações previstas no nosso planejamento estratégico, e entra um grande trabalho que tem sido feito pela Dra. Renata Andrade, que também é coordenadora do Comitê de Desenvolvimento Sustentável da RGB e traz, com muita força, desde que assumiu essa coordenação, a pauta climática. Depois, ela vai compartilhar com vocês um pouco sobre isso.

Nós estamos em todos os estados brasileiros, pessoal, e, inclusive, em outros países. Hoje a rede é a maior rede, como eu falei, da América Latina, e nós estamos na Inglaterra, na Suíça, no Japão, no Chile, nos Estados Unidos, entre outros países.

A nossa estrutura é uma estrutura bem democrática. Então, nós temos conselho de ética, assembleia, conselho de administração, toda a nossa estrutura de diretoria. Hoje, eu venho aqui como Presidente, representando, então, todos os nossos 600 membros.

Nós temos cartilhas, *lives*, debates, temos o Prêmio Rede Governança Brasil, que já está indo para a sexta edição. A partir do ano passado nós começamos a premiar, então, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições que são destaques em ESG na pauta ambiental, social e de governança. Então, este ano também vamos repetir, e estamos já conseguindo aferir as instituições que trazem essa maturidade na pauta ambiental. E agora, com o apoio do iESGo, que é o Índice de Governança do TCU, que traz essa leitura do ESG, facilita muito mais para que a gente possa fazer essa medição em relação às instituições públicas, principalmente aqui no âmbito federal em relação ao ESG.

Nós temos um Portal do Conhecimento que traz toda a parte ambiental, parte sustentável, focada na governança, seminários e fóruns. Nós temos um projeto social em que nós já atendemos quase 400 prefeituras brasileiras de forma voluntária, onde a gente ensina os municípios a implementar a governança, porque a gente entende que é no município que a política pública acontece. Então, esse projeto social tem um destaque muito forte, é chamado Pronagov (Programa Nacional em Governança Pública). Já atendemos municípios como o Município de Rio Grande, que teve essa questão da enchente agora, e, por meio da gestão de riscos, que é um braço da governança, nós conseguimos mitigar todo o impacto que houve em relação à enchente junto a esse município. Nós temos a Rede Governança Argentina, que, conforme o modelo brasileiro, foi replicado. Então, hoje, a governança do Brasil já está sendo levada para outros países colegas da América Latina.

Como eu falei, nós temos vários comitês temáticos, 24, e dois grupos de trabalho.

Senador, em relação a esse trabalho que nós vimos desenvolvendo junto aos nossos comitês temáticos, esse diálogo que é feito em relação à pauta ambiental, à questão da COP e à própria questão da governança climática, eu trouxe aqui três proposições, cuja leitura eu vou fazer rapidamente, para não tomar muito o tempo de vocês, em relação à governança climática e ao papel estratégico do Legislativo no Brasil, da COP 30.

Então, as nossas proposições em relação ao comitê de ESG, que é um dos principais comitês hoje focados na pauta pública, que ainda é uma pauta pouco difundida, o ESG público. Nós falamos muito do ESG no mundo privado. Em relação ao ESG público, nós estamos tentando ainda construir essa metodologia. Então, esse comitê se reuniu e trouxe aí três proposições: a criação de câmaras temáticas de governança climática no Poder Legislativo com o objetivo de instituir espaços permanentes, técnicos e intersetoriais de assessoramento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação institucional sobre temas climáticos dentro das Casas do Legislativo. Os Parlamentares, nós entendemos, carecem de estruturas internas para tratar de forma estratégica os temas ligados à crise climática. Desse material, Senador, eu já vou deixar aqui uma cópia para o senhor, com as nossas proposições.

A nossa segunda sugestão é a inclusão da variável climática nos projetos de lei orçamentária, LOA, e o nosso PPA, o Plano Plurianual. Temos como objetivo assegurar que as ações de mitigação e adaptação climática estejam expressas como prioridades estratégicas e orçamentárias nos instrumentos de planejamento público. A nossa justificativa é a seguinte: a maioria dos PPAs e LOAs ainda desconsidera os impactos climáticos sobre infraestrutura, saúde, habitação e segurança alimentar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE NARDES – E incorporar o risco climático aos planejamentos.

E o último item é a ampliação da formação de quadros públicos em ESG, com o objetivo de capacitar servidores, Parlamentares e assessores técnicos das Casas Legislativas para atuarem com os critérios de ESG especialmente no que tange à governança climática.

Sem mais, Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade, e a Rede Governança Brasil fica à disposição, caso vocês queiram participar desse grande movimento e compor um dos nossos comitês temáticos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sra. Cristiane.

Eu quero deixar claro que todas as proposições, indicações ou sugestões a minha equipe está, automaticamente, autorizada a receber e analisar, e aquilo que for efetivamente pertinente e produtivo será apresentado e acolhido, seja como um projeto de lei ou como qualquer proposição que a gente tenha que fazer para acatar, porque a audiência tem que ter eficiência, tem que ter resolutividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela exposição! Parabéns pelo cumprimento do tempo, porque na quarta-feira aqui tem muitas Comissões também de que eu também faço parte. É por isso que, infelizmente, vocês vão ouvir, mas é porque é automático, a companhia ser acionada quando está terminando o tempo.

Imediatamente, concedo a palavra a Sra. Renata Andrade, que é Presidente da Rede Governança Climática, para sua exposição, por até dez minutos.

A SRA. RENATA ANDRADE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu quero aqui fazer a minha autodescrição, como forma de praxe aqui da nossa Casa Legislativa, e especialmente ao meu setor, que é o Núcleo de Coordenação Socioambiental do Senado Federal.

Eu sou uma mulher branca, de estatura média, cabelos loiros, longos, e estou vestindo um terno azul claro.

Eu gostaria de primeiramente parabenizar aqui o nosso Presidente, o nosso Senador, e cumprimentar a todos os meus colegas aqui de Mesa, cumprimentar também o meu gestor, o Humberto Mendes Sá Formiga, e dizer, pessoal, que é uma grande honra estar aqui, não como servidora desta Casa, que faço parte desde 2019, mas na qual foi feito um desafio muito grande, conceder ao Senado Federal, por seis vezes consecutivas, o selo da A3P.

Uma tarefa muito complexa, até pela dificuldade de obtenção de alguns dados de alguns setores, mas consigo compartilhar aqui com vocês que o Senado Federal é hexacampeão na A3P, e eu me orgulho muito desse trabalho.

Mas falando um pouquinho sobre a governança climática, eu vou me apresentar aqui. Eu sou perita judicial ambiental, auditora internacional ambiental e milito nessa área desde 2001, quando eu fiz a minha primeira pós em direito ambiental e dividi aqui essa mesa com o Senador, meu colega aqui também, de ciências jurídicas. É uma honra muito grande, algo que eu não esperava, depois de 24 anos estar aqui na Casa Legislativa e poder apresentar um projeto que eu defendo desde o ano passado, que é a minha primeira Rede de Governança Climática em âmbito mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de passar um vídeo para que vocês entendessem um pouquinho mais da nossa realidade.

Por gentileza, o vídeo. (*Pausa.*)

O som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RENATA ANDRADE – Pessoal, eu gosto de passar esse vídeo antes da apresentação para que vocês possam se conscientizar do risco que nós estamos correndo.

Infelizmente, conforme o Senador falou aqui, nós vivenciamos uma injustiça climática muito grande relacionada à raça, à cor, a sexo, em relação à equidade, à questão de gênero. Nós vivemos em um único planeta, então, nós temos que nos conscientizar justamente que a gente precisa ter mudanças de comportamento para que a gente possa realmente ter efeitos climáticos significativos.

Agora eu vou apresentar aqui para vocês, vou tentar fazer em tempo recorde, menos de dez minutos.

A primeira Rede de Governança Climática em âmbito mundial.

Pode passar os eslaides, por gentileza.

Aqui eu vou falar para vocês um pouquinho como essa Rede de Governança Climática surgiu.

Em 2024, propositalmente, eu resolvi criar, no Dia Mundial do Planeta Terra, que foi a data escolhida pela ONU, no dia 22 de abril de 1970, e 54 anos após a criação do Dia Mundial do Planeta Terra, nós criamos a primeira Rede de Governança Climática de Sustentabilidade. Nós somos uma OSC, sem fins lucrativos, que tem como missão conscientizar a sociedade civil, pessoas, instituições públicas e privadas sobre os efeitos de mudança climática.

De que forma a gente pode mudar esse tipo de comportamento? A gente precisa propagar uma governança com engajamento. Nós precisamos ter o pilar da governança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitando os pilares do ASG, o ambiental, o social e o econômico, de uma forma eficiente de entrega de resultado.

Pode passar, por gentileza.

E aqui, como a gente está falando de COP, eu preciso mostrar para vocês desse desenho. Vocês observem, tem um planeta com uma lupa e o planeta com uma cara bem brava. Nós temos aí, do lado direito, todo o histórico da COP. Coincidentemente, pessoal, a COP foi criada aqui em nosso país, aqui no Brasil, em 1992, lá no Rio de Janeiro, durante o evento da Eco 92. E agora, em 2025, o Brasil tem a oportunidade – oportunidade! – de estar realizando a COP, pela primeira vez, aqui onde ela foi criada.

Apesar de ela ter sido criada em 1992, só entrou em vigor em 1994 e aconteceu pela primeira vez em 1995, em Berlim, ou seja, teve aí três anos após a sua criação para ocorrer pela primeira vez.

Atualmente, a gente tem 197 países que compõem a COP, a Conferência das Partes, e esses países se reúnem anualmente.

Aí eu pergunto para vocês, nós temos a reunião dos melhores especialistas de toda a nação, representantes do mundo inteiro, para falar anualmente sobre as mudanças climáticas, por que o planeta está bravo se a gente tem aí, todo ano, os melhores especialistas do mundo falando em criar soluções para a mitigação de efeitos climáticos, pessoal?

Vocês observem que na figura a gente tem aí um homem rasgando dinheiro e as partículas por milhão dos gases de efeito estufa, que deveriam diminuir, e, ao contrário, só aumentam. E aí eu pergunto para vocês: se a gente tem reuniões anuais para mitigar esses efeitos, se a gente tem os melhores especialistas, por que os gases de efeito estufa não diminuem, apenas aumentam? Reflitam.

Próximo eslaide.

Aqui eu tenho a ousadia de falar para vocês sobre a ineficácia de alguns planos climáticos. Nós tivemos aí a primeira criação em 2007, ou seja, 18 anos atrás, quando foi criado o primeiro Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. E, desde então, nós tivemos: dois anos depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Política Nacional sobre Mudança do Clima; em 2010, Política Nacional sobre Mudança do Clima...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ANDRADE – ... em 2012, um plano sobre o maior risco de desastres naturais – e, em 2024, ano passado, nós tivemos aí, pessoal, a maior tragédia do Brasil. Então, de que adiantou a gente ter a criação de um plano nacional de combate a riscos e desastres naturais se, após 12 anos, aconteceu a maior tragédia do nosso Brasil? Aí, tivemos vários outros planos – eu não vou me alongar aqui por causa do tempo.

Pode ir passando, por gentileza.

Mais planos setoriais criados para mitigar os efeitos de mudanças climáticas.

Pode passar.

E aqui eu trago uma breve evolução. Em 1970, nós tivemos aí – há 54 anos – a primeira discussão sobre a dificuldade que a gente estava tendo, em nível de planeta, em nível mundial, sobre as tragédias ambientais. Então, a gente teve aí, em 1972, na Conferência de Estocolmo, o primeiro acordo internacional sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ANDRADE – Aí tivemos, na década de 1990, alguns acordos mundiais; tivemos a realização do primeiro Relatório do IPCC; na década de 2000, alguns avanços e limitações.

Pode ir passando – vou dar uma geral aqui.

Passa 2010 e, em 2015, há um momento superimportante de que eu preciso falar para vocês. Em 2015 nós tivemos o Acordo de Paris. Foi o primeiro tratado internacional em que os países resolveram se comprometer internacionalmente com uma meta: a meta de não ultrapassar um grau e meio de temperatura em nível mundial. Isso em 2015. Nós estamos em 2025. Dez anos se passaram, e o planeta não conseguiu cumprir essa meta. E não está conseguindo, infelizmente, fazer essa redução de aumento de temperatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, muito recentemente, tivemos alguns avanços de transição energética, justiça climática; falou-se de alguns focos no setor privado; tivemos um avanço em relação ao ESG – ninguém falava sobre o ESG antes de 2020 –; e, em 2024, a RGCS foi criada, justamente com esse propósito. De que adianta, pessoal, a gente ter diversos planos setoriais, leis estaduais, diversas normas ambientais se elas não têm aplicabilidade? Por isso, a RGCS foi criada como a primeira rede de governança em nível mundial.

Pode passar, por gentileza.

E aqui eu trago para vocês um breve conceito do que é a governança climática. Primeiramente, para falar em governança climática, eu tenho que falar sobre o que é governança. Governança, eu vou resumir para vocês em três palavrinhas-chave: liderança, estratégia e controle. A liderança... Você tem que ter uma liderança, uma estratégia e o controle para que você possa apresentar avaliação de risco e entregas de resultado. Então, por que a COP não tem funcionado? Porque há falta de governança climática. De nada adianta eu ter um plano se esse plano não tem execução; de nada adianta eu ter diversos planos setoriais e normas ambientais se eu não tenho eficácia, se eu não tenho entrega de resultado.

Então, há necessidade urgente de a gente fazer uma implementação de governança climática.

E eu trago aqui, em primeira mão, para vocês... Eu tive a ousadia de criar o primeiro PL da governança climática, entreguei na mão do Senador Otto Alencar, o Presidente da CCJ, para fazer uma breve avaliação, e, se assim me permitir, eu entregarei também o PL para o nosso Presidente da CMA, como uma forma de dizer que o Governo Federal precisa, urgentemente, pessoal, mostrar eficiência. Nós temos a oportunidade, porque 197 países estarão de olho no Brasil. E o que a gente está fazendo? Então, a gente precisa mostrar efetividade.

Alguns benefícios da governança climática para o Legislativo.

Através da aplicabilidade da governança climática, a gente consegue entregar leis mais eficazes, porque a gente tem uma fiscalização, a gente tem um controle, a gente tem uma entrega de resultado, a gente tem o engajamento da sociedade, e a Casa Legislativa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

justamente a voz do povo. É aqui que as leis são elaboradas, é aqui que a gente tem o poder de mudar o nosso futuro.

Próximo eslaide.

Aqui é a importância do Poder Legislativo, sobre a qual eu vou falar rapidamente: criação e aperfeiçoamento de leis ambientais; fiscalização e controle; alocação orçamentária; segurança jurídica e estabilidade, porque, com a governança, a gente consegue realmente trazer essa questão da segurança, da ética, da transparência, equidade e integridade; participação e transparência, que é um dos pilares da governança; e integração intersetorial. A governança climática precisa estar engajada e precisa estar comprometida em todos os setores.

Próximo eslaide.

Aqui são alguns benefícios também em relação à governança ambiental: redução de custos, a partir do momento em que a gente coloca em gestão ambiental, a gente consegue economizar recursos naturais e recursos orçamentários.

Próximo eslaide.

Aqui eu vou falar rapidamente de alguns projetos da rede de governança climática.

Pode passar, por gentileza.

Framework: nós criamos o IGC, que é o primeiro Índice de Governança Climática em nível mundial. Nós temos o primeiro índice de governança do planeta, com que a gente consegue mensurar 14 modalidades da governança que se autocomplementam e são transversais, justamente para que a gente possa ter uma mensuração bem técnica, bem personalizada, desses fatores que estão interferindo nas mudanças climáticas.

Próximo eslaide.

Aqui eu trago para vocês o nosso IGC, essas nossas 14 modalidades. De nada adianta eu ter um indicador do Cemaden, eu ter um indicador de cidades sustentáveis, se esses indicadores não se comunicam e não se complementam. Então, a RGCS criou, de uma forma pioneira e exclusiva, essas 14 modalidades de governança climática para serem integralizadas com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros índices que são relacionados a desastres naturais e mudanças climáticas de uma forma integrativa e colaborativa para mitigar os efeitos climáticos.

Próximos eslaides.

O escore climático. O escore climático é a primeira ferramenta do planeta que consegue...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe, só para complementar, por gentileza, senão vai complementar o espaço dos colegas... A apresentação já está disponibilizada... E me corrija aqui a Secretaria. Está na página e fica disponibilizada para qualquer interessado. Então, eu só pediria, por gentileza, que concluísse, senão vai comprometer o espaço dos outros, porque tem outras Comissões de que eu vou ter que participar. Perdão mesmo, eu queria ficar mais tempo aqui, mas não tem como.

A SRA. RENATA ANDRADE – Então, para quem tiver interesse, nós temos aí as redes sociais da Rede de Governança Climática de Sustentabilidade, temos o nosso *site:* www.rgcs.org.br, temos a nossa rede social, e lá a gente pode descrever de uma forma mais abrangente os nossos projetos inovadores.

Agradeço a oportunidade a todos e espero que vocês se conscientizem sobre a mudança de comportamento para que a gente possa fazer essa união e minimizar os efeitos climáticos do nosso Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sra. Renata.

Mais uma vez, eu quero pedir perdão por ter que interromper, mas é porque tem um prazo aqui dentro para o funcionamento de outras Comissões, está bom? Por mim, não, eu ficaria até aqui, mas eu faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, tenho que ir para lá também.

Então, agora, neste exato momento, eu concedo a palavra ao Deputado Marquito, que é Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para, no prazo de até dez minutos, fazer sua exposição, por gentileza. E, mais uma vez, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARQUITO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. É uma satisfação poder estar aqui. Na sua pessoa, cumprimento toda a mesa, para a gente também ser o mais célere possível.

Eu venho aqui, através da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, apresentar a nossa Coordenadoria de Sustentabilidade e Acessibilidade da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Quero aqui cumprimentar também o Alexandre, que representa a Escola do Legislativo lá de Santa Catarina; a Isabel, que está aqui conosco, que é a Coordenadora dessa pasta dentro da Assembleia; e também o Caio, que é o nosso Secretário da Comissão de Meio Ambiente.

Eu vou muito rapidamente aqui.

Atualmente, estou como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, uma Comissão muito importante, uma das mais atuantes da Assembleia, que atua em parceria com a Escola do Legislativo. Nós temos uma dinâmica da escola, na qual as Comissões demandam e a escola dá estrutura para realizar audiências públicas, seminários, oficinas, *workshops* e assim por diante.

Nós tínhamos, até uns dois meses atrás, a Alesc Sustentável como um programa dentro da Assembleia Legislativa, não estava estruturado. Nós reestruturamos algumas estruturas da Assembleia, através de um projeto complementar aprovado pelo Plenário, e assim deu uma estrutura de coordenadoria para o programa. Isso é bem importante, inclusive na perspectiva da governança e da autonomia sobre a realização dos trabalhos.

Na Presidência da Assembleia Legislativa hoje está o Deputado Julio Garcia; eu sou o Marcos José de Abreu (Marquito), Presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Diretor-Geral Leonardo; Diretor Administrativo Vitor e nós temos aqui a Coordenadora de Sustentabilidade e Acessibilidade Isabel Pinheiro, que coordena uma equipe agora para executar e desenvolver os trabalhos com estagiários, arquitetos, engenheiros e assim por diante.

Antes dessa estruturação, a Isabel trabalhava como terceirizada numa estrutura, e ela tinha que articular em conjunto com outras pessoas em outras estruturas, mas que não tinha uma autonomia sobre os processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse período todo, a gente chegou a esse desenho dentro da Assembleia. Não é um trabalho nosso desses últimos dois anos, é um trabalho que se acumula nos últimos 20 anos da Assembleia Legislativa, de esforços de outros e outras que passaram por ali, mas que se consolidam hoje como uma estrutura, a partir da coordenadoria, com mais autonomia e com mais condições de efetivar.

Então nós temos um programa de compostagem dentro da Assembleia Legislativa, eu vou falar sobre ele rapidamente. Nós temos um terreno no prédio administrativo que estava um terreno baldio e nós vamos implementar um sistema agroflorestal, uma agrofloresta lá dentro. Nós vamos implementar um programa de abelhas nativas sem ferrão, as nossas meliponas. Também implementaremos uma horta sensorial, com acessibilidade, com o objetivo de receber pessoas e sensibilizar.

Nós implementaremos uma feira orgânica mensalmente dentro da Assembleia Legislativa. Implementamos o projeto Luminotécnico para diminuir o custo com energia elétrica e outras energias para a iluminação em quase 40%. Há o Alesc Menos Lixo, que é um programa que já se estabelece há um tempo, com a separação em, no mínimo, três frações: os recicláveis secos, os compostáveis orgânicos e os rejeitos. Nós temos um projeto de incentivo ao uso da bicicleta, que este precisa, sim, de muita implementação, que é o Pedalesc, o uso das bicicletas dentro da Assembleia; a gente ainda não tem essa estrutura necessária, como os banheiros, os trocadores e a estrutura para o uso da bicicleta. As licitações verdes, que já foram feitas a partir de capacitações. A agenda A3P, a qual a gente tem interesse em assumi-la. O Carbono Zero; a gente fez um experimento do Carbono Zero durante o ano passado, quando nós desenvolvemos o Alesc Itinerante, em que desenvolvemos quatro encontros em outras regiões, não só na capital, mas em regiões do Estado de Santa Catarina, realizando as audiências públicas, as sessões ordinárias e as reuniões de comissões, e a gente calculou o custo e a emissão de carbono dos Deputados, especialmente, e neutralizamos esse carbono com o plantio de árvores nativas da Mata Atlântica. A gente tem também o trabalho Energia Limpa, através do uso dos painéis solares há um bom tempo, já dentro da Assembleia Legislativa. E um bom uso dos recursos hídricos, com uma boa capacidade de reúso das águas servíveis, especialmente dos banheiros. Essas são as ações que nós temos colocadas de forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que, por exemplo, para a compostagem, Senador, nós temos tanto o incentivo da compostagem local no prédio administrativo, como nós implementaremos um sistema agora, para que já foram adquiridos os contentores, os sacos compostáveis, e nós começaremos um trabalho de comunicação e de formação com todos os setores da Assembleia Legislativa, entregando uma lixeira especial para os orgânicos, fazendo uma capacitação, sensibilizando e implementando um a um, andar por andar, num contato muito próximo.

Eu quero dizer, a partir do que foi colocado aqui, de todo o meu sentimento também e toda a minha vergonha pelo que aconteceu ontem, no Senado, quanto à violação e à violência com a Ministra Marina Silva, mas, durante aquela sessão, ela falou uma coisa muito importante, que muitas vezes nós, ambientalistas, ativistas ambientais somos tratados como os contra o desenvolvimento, os que promovem pobreza, os que querem que a pobreza continue; muito pelo contrário – ela colocou isso –, garantir justiça ambiental é garantir justiça social. Não tem outro caminho, não tem outra condição! Quem mais sofre neste país, no mundo, com os eventos climáticos extremos, com a falta de um bom programa ambiental, são as pessoas, são aqueles que estão mais na periferia, mais à margem da sociedade, os mais pobres; então não tem outro jeito! E para isso a gente precisa garantir a sensibilização.

Então, nós temos os programas, mas os programas... E eu vinha conversando com a Isabel sobre isto, dentro da Assembleia Legislativa, dentro das diretorias, sobre a importância de sensibilizar, sobre a importância de encantar, sobre a importância de, para além dos instrumentos que nós temos de governança, também não perdermos a perspectiva de que somos parte, somos natureza. Isso é falado a partir de muitos critérios e, para isso, às vezes uma ação pequena dessa, que parece que não tem muita importância, mas tirar um tempo, acolher, receber, fazer uma boa formação e mostrar a importância de cada um e cada uma que está lá dentro, do serviço geral ao diretor, ao secretário, ao Deputado, ao assessor parlamentar, mostrando que o ato que ele vai fazer tem uma contribuição enorme na perspectiva do que a gente quer alterar e mudar, é o que a gente pretende fazer.

Então, a gente vai trabalhar muito no sentido de acolher cada gabinete, cada setor, fazer um processo de formação, explicar por que a gente está separando os resíduos orgânicos, para onde que ele vai ser destinado, no que ele vai ser transformado, falando que cada um e cada uma é parte daquela transformação, em vez de somente entregar um material explicando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregar uma cestinha e pedir para coletar. É preciso também ter esse processo de formação. A gente sabe que a máxima sempre foi, desde Estocolmo na década de 70, desde os principais acordos, desde a Eco 92, da Rio+20, em todos os esforços que a humanidade vem fazendo: a base é a educação ambiental e a base é o encantamento sobre a questão ambiental. E, claro, há a crítica a um modelo de produção que concentra a renda, que destrói a natureza e que explora as pessoas. A gente não pode sair disso, mas aqui está o nosso esforço legislativo nesse sentido.

A compostagem é um carro-chefe nosso, porque ela está dentro também de uma perspectiva... Tem uma lei que foi aprovada... E agora a gente trabalha dentro da derrubada do seu veto dentro da Assembleia Legislativa, porque não faz sentido nenhum, gente... Hoje, metade dos resíduos urbanos são resíduos orgânicos, restos de comida, podas, resíduos de jardinagem... Não faz sentido nenhum isso não voltar para o solo e para a terra. Esse é o caminho adequado, o caminho ideal, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ DE ABREU – ... a gente consegue concentrar carbono, a gente consegue garantir melhoria de solo e a gente consegue retornar isso na produção de alimentos e na recuperação e restauração de áreas degradadas.

Aqui são as áreas.

O Luminotécnico foi em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Então, vai ser um arraso o que vai acontecer na Assembleia Legislativa.

Nós implementaremos as abelhas nativas sem ferrão. Isso também interferiu na jardinagem com plantas nativas e com plantas em que as abelhas têm... E as abelhas trabalham um sentimento das pessoas, que é essa visão sistêmica e inter-relacional, com a importância das abelhas para a nossa vida, para a vida humana, para a produção de alimentos e para a polinização. E são as nossas jatais, mandaçaias, mirins, tubunas, essas que foram quase dizimadas em muitos territórios, especialmente lá na Mata Atlântica e aqui no Cerrado também. E a gente fez uma parceria com a Epagri, que é o órgão estadual de pesquisa e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a horta sensorial. A gente se inspirou muito em áreas para a produção na promoção da agricultura urbana. A agricultura urbana é, sim, um caminho de mitigação das mudanças climáticas. A gente também tem aqui, por fim... Essa horta sensorial eu quero convidar todos e todas vocês para irem visitar. Em breve, ela vai ser implementada, e eu quero fazer o convite para todos e todas que estão aqui para nos visitarem. A gente vai ter a maior alegria de recebê-los e recebê-las lá.

A gente também tem um sistema agroflorestal que nós faremos com parcerias múltiplas da sociedade civil, em formas de mutirões. Há convite para que as pessoas venham de forma voluntária. A gente vai convidar todas e todas da Assembleia Legislativa para fazer esses mutirões.

Aqui, a gente fala um pouco dessas etapas.

As feiras agroecológicas acontecem agora... A primeira delas é alusiva à semana do alimento orgânico e da produção orgânica.

Aqui, o Alesc Menos Lixo, com as separações, como eu falei, para o resíduo orgânico através do material do recipiente adequado, com os sacos compostáveis. E a gente vai entregá-los para a empresa pública municipal de coleta de resíduos da cidade de Florianópolis. E eles já têm uma compostagem que é resultado de uma lei de quando eu era Vereador, pois a gente aprovou a lei da compostagem, a primeira lei municipal de compostagem do Brasil, e hoje ela está sendo implementada. Então, não vai ter um custo extra, mas ela vai entrar no sistema municipal de coleta de resíduos orgânicos.

As bituqueiras, a gente está implementando também. É um sistema de coleta de outros materiais.

Aqui estão as metodologias. A gente fez um seminário sobre compras públicas sustentáveis na prática, a licitação verde – isso foi no ano passado. Isto também já, de alguma forma, surtiu alguns efeitos dentro do processo licitatório da Assembleia Legislativa: a Agenda A3P como estratégia, o reúso da água, de que eu falei, e o Telhado Verde, que é essa grande estratégia urbana que a gente vai implementar no prédio administrativo. É isto: o painel fotovoltaico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou me estender demais. Eu quero agradecer a todos e todas, especialmente à equipe daqui, da Assembleia Legislativa, da Escola do Legislativo, da Alesc Sustentável e da Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado pelo espaço e contem com a gente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Parabéns, Deputado!

Eu quero aqui parabenizar a Alesc por todas as iniciativas, quando vi essa exposição, de forma muito didática, muito clara. É gratificante, não é? Acho que isso pode ser replicado, e proliferada essa conduta, essa grande corrente do bem em defesa ao meio ambiente.

Parabéns mesmo, Alesc! Manda um abraço carinhoso a todos os Deputados e Deputadas em nome do Senado.

Com a palavra agora, o Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, que é Diretor de Planejamento e Coordenação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O SR. ALAÔR MESSIAS MARQUES JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos. Saúdo o Senador Fabiano Contarato e, na pessoa dele, os colegas de mesa e os colegas aqui presentes neste evento de sustentabilidade.

É um prazer estar aqui. Agradeço a oportunidade de trazer um pouco da experiência da Assembleia de Minas Gerais em relação a esse tema da governança climática, especialmente com esse chamado que foi feito no nome desse painel, para buscar os desafios do Poder Legislativo em relação a esse tema, que é o que nos move aqui, todos nós, que somos ligados ao Poder Legislativo.

Só para contextualizar um pouco o meu lugar de fala nesse tema, na realidade eu sou Diretor de Planejamento da Assembleia há 15 anos, respondo pelo planejamento estratégico da Casa, como parte das nossas ações estratégicas – por exemplo, a questão da sustentabilidade, que foi relatada ontem pela Malu, que coordena nosso comitê de sustentabilidade, acessibilidade e coisas dessa natureza –, mas também respondo por parte das ações do nosso planejamento. Nós temos hoje um sistema de governança organizacional na Assembleia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baseado no referencial do TCU. Já comentei com a Cristiane, o Ministro Augusto Nardes, nosso guru da governança, também nos inspira lá, na organização das atividades da Assembleia.

Mas trazendo a questão da governança para o aspecto climático, também tive a oportunidade, estou tendo a oportunidade de acompanhar de perto diversas ações que a Assembleia vem fazendo. Nós temos um grupo de servidores, capitaneados inclusive pelo próprio Presidente da casa, empenhados nas ações voltadas para essa questão da crise climática.

Vou destacar algumas ações que têm sido feitas pela Assembleia e, exatamente em função delas, tentar demonstrar esses desafios do Poder Legislativo.

A partir do ano passado, a Assembleia abraçou esse tema da crise climática como uma grande causa, voltada especialmente para a situação do Estado de Minas Gerais – a gente vai falar um pouquinho mais sobre isso.

Em paralelo com isso, também ao longo do ano passado, nós criamos o Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação voltado especificamente para soluções relativas à crise climática – também vou mencionar um pouco mais.

Essas duas ações derivaram no que a gente está conduzindo ao longo deste biênio – neste ano e no próximo –, o que a gente intitulou de Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento, que já traz no nome uma das questões que eu acho que é o mais importante – vou reforçar lá no final – do papel do Poder Legislativo, que é exatamente a capacidade de fazer essa articulação. A colega Renata falou aqui, na fala dela, quando ela definiu a governança, da importância de envolver Governo, sociedade civil, poder público, setor privado, para que essas ações funcionem. Acho que o tema da crise climática – não sei se mais do que qualquer outro – demonstra essa necessidade dessa ação conjunta, inclusive pela diversidade de aspectos que ele comporta.

Então, não bastam ações isoladas; a gente tem que construir e conseguir fazer essa articulação. Então, é um pouco disso que a gente vai comentar, e parte disso se fez através de alguns projetos prioritários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou citar, lá no final também, o seminário que nós estamos realizando, na semana que vem, lá em BH – a Renata vai participar lá conosco também –, em uma parceria com a Unesco, tratando especificamente de águas para o futuro, como um evento preparatório para a COP.

Bom, falando um pouquinho mais do seminário, eu vou destacar primeiro o próprio nome que foi dado a ele.

Além da crise climática de Minas Gerais, os desafios na convivência com a seca e com a chuva extrema; ou seja, como todo mundo já têm falado, não é mais enfrentamento, é uma resiliência, é como conviver e lidar com essa questão, especialmente num estado com a proporção de Minas Gerais, em que a gente convive, ao mesmo tempo, inclusive, com seca e chuva – determinadas regiões muito secas e, às vezes, inundações, alagamentos em outras regiões. Então, é um desafio próprio também.

Esse seminário, eu acho que ele já traz um pouco também desse – quando a gente fala dos desafios e nas oportunidades do Poder Legislativo em relação a esse assunto – que é o papel do Legislativo: buscar as contribuições, buscar a sociedade para pensar junto; não apenas levar propostas, levar ideias, mas ouvir a sociedade para que a gente tenha também mais efetividade nas ações que possam ser planejadas.

Esse seminário aconteceu ao longo do ano passado, como eu disse; começou lá em março, num evento de lançamento na Assembleia. Depois disso, um detalhe importante também é que a Assembleia tem tradicionalmente essa prática de promover essas discussões participativas, eventos que trazem segmentos da sociedade, mas, nesse caso, houve um cuidado especial de ser um seminário técnico, porque a nossa preocupação era ouvir especialistas que pudessem ajudar a pensar as soluções necessárias a partir do seu conhecimento especializado. Por isso, ele foi chamado seminário técnico e, diferentemente de outros modelos de participação que temos lá, antes da discussão propriamente dita com a sociedade, nós tivemos alguns grupos de trabalho com participação de representantes, como eu disse, da sociedade civil, das universidades, pesquisadores, do Governo, dos órgãos do Governo do estado relacionados ao tema e da própria Assembleia. Então, esses grupos discutiram basicamente... Foram quatro grupos de trabalho na área ambiental, social, econômico-produtiva e institucional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é onde se trabalharam mais as questões da governança propriamente dita, essa articulação de instâncias e essa atuação em rede.

Depois disso, a partir das discussões prévias desse grupo, a Assembleia promoveu uma série de encontros regionais; foram sete encontros. Isso também é uma tradição nossa lá, pelo tamanho do estado. Em qualquer evento participativo nosso, temos que sair percorrendo pelo menos parte das regiões. Gostaríamos de ir até mais, mas nunca é possível.

Então, esses foram sete grandes encontros, nos quais, além de compartilhar as discussões desses grupos de trabalho, foi possível ouvir também contribuições da sociedade, especialmente por conta das regiões, porque, nessa diversidade das regiões, a gente tem questões muito próprias de cada região.

E, depois, um encerramento, em agosto, num evento na Assembleia, e o mais importante desse trabalho, que foi a preocupação com os seus desdobramentos, ou seja, não apenas mobilizar e ouvir, mas como traduzir isso em formas de dar desdobramento.

No caso, isso foi consolidado no Relatório de Diretrizes, num documento que a Assembleia elaborou, a partir das contribuições todas havidas nesse processo, e que virou uma referência para nós de ações tanto do próprio Poder Legislativo quanto dos órgãos do estado e dos outros componentes dessa rede.

Esse documento do Relatório de Diretrizes foi a base, então, para aquele plano que eu mencionei, que a gente chamou de Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento, e que tem duas vertentes principais: a tradicional, que é voltada para a atuação precípua, própria do Poder Legislativo, em termos de elaboração de leis, fiscalização, por meio de requerimentos, etc., mais uma outra vertente, e que é um diferencial desse momento de atuação da Assembleia, que a gente está chamando de "impulsionamento de políticas públicas". Ou seja, o Legislativo tem um papel mais proativo na busca de soluções, na implementação dessas soluções, não executando os projetos, porque não nos cabe. A gente tem muita consciência disso, dos limites da vontade, mais os limites da atuação do Poder Legislativo, mas, ao mesmo tempo, buscando, através dessa mobilização e dessa articulação de esforços, ajudar para que as ações tenham mais efetividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que a gente está fazendo isso, na realidade? Um é aquele prêmio que eu mencionei, que andou em paralelo com o seminário. O prêmio, em si, aconteceu ao longo do ano passado. Nós soltamos o edital nacional para projetos com soluções inovadoras de combate à crise climática – já vou até passar aqui – em todos esses temas, também nessa diversidade de aspectos que compõem a crise climática.

Foram selecionadas dez soluções inovadoras. Cada solução dessas recebeu um prêmio de R$60 mil e teve direito a participar – e está participando, agora, no primeiro semestre deste ano – de um programa de aceleração dessas soluções, promovido pelo Parque Tecnológico de BH, o BH-TEC, que é nosso parceiro nessa empreitada. Esse programa de aceleração termina agora, no dia 30 de junho, com uma apresentação desses projetos lá na Assembleia, com os resultados desse trabalho todo e com algumas experiências muito interessantes.

Rapidamente: cada projeto desses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAÔR MESSIAS MARQUES JUNIOR – ... teve que produzir uma prova de conceito lá no estado, mesmo... Por exemplo: um dos projetos que a gente selecionou foi de monitoramento hídrico, lá no Rio Grande do Sul, durante as enchentes, um sistema de monitoramento do nível das águas, que foi implantado lá em Ipatinga, uma cidade lá de Minas Gerais onde aconteceu uma grande enchente agora, no início deste ano, e o Prefeito agradeceu, fez um vídeo...

As cidades vizinhas já entraram em contato conosco – "Ah, eu também quero. Como é que faz...", e tal, e tal –, mas aí é a questão da articulação. A gente não pode fazer para todo mundo.

Mas um consórcio intermunicipal, que pegue a mesma bacia hidrográfica, por exemplo, já seria uma solução muito importante, que poderia ser mobilizada.

Então, só um exemplo do que é que isso está gerando.

Mas, para concluir, quanto aos projetos prioritários que eu mencionei, a Assembleia tem feito também, de novo, em parceria com os órgãos do estado e órgãos da sociedade civil relacionados aos temas, discussões sobre como implementar algumas das ações que foram sugeridas nesse seminário – a própria sociedade entendeu como questões estruturantes essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações –, e vou destacar, rapidamente, na seguinte ordem: uma delas trata do monitoramento climático, que são ações de prevenção, diria...

Por exemplo, a Renata comentou, uma rede de satélites que fazem monitoramento de chuvas – monitoramento hidrológico, climatológico lá do estado, que tem deficiências nessa rede, e a gente precisa aprimorá-la – e uma metodologia – que foi desenvolvida lá no governo do estado – de zoneamento ambiental e produtivo, que é uma forma de orientar os produtores e o poder público municipal na melhor forma de aproveitamento dos recursos naturais daquela região, de maneira que você tanto potencialize a produção quanto minimize os efeitos ambientais daquela forma de produção.

Então, a ideia é divulgar e qualificar diversos atores do estado, para aplicarem esse zoneamento como uma forma de orientar melhor as ações a serem feitas, e duas outras ações que são, aí sim, já de mitigação dos problemas climáticos. Uma é a construção de barraginhas – não sei se vocês conhecem esse termo –, que são miniaçudes construídos ao longo das propriedades rurais, como forma de reter água e melhorar o lençol freático. Então, já é uma maneira também e já é uma prática lá em Minas Gerais. Então, a ideia é disseminar isso.

E a estruturação das defesas civis municipais, pois nós constatamos também que boa parte dos 853 municípios – é município que chega, não é, gente? – não tem a sua defesa civil municipal estruturada. Então, a ideia é apoiar esses municípios, para que eles tenham capacitação, equipamentos, recursos, e exercer diretamente nessa questão da defesa civil.

Para fechar, o seminário que eu mencionei acontece na semana que vem, lá em BH, de 3 a 5 de junho. Chama-se "Águas para o Futuro". É um seminário internacional, organizado pela Unesco – e a Assembleia foi parceira nessa realização –, e vão ter lá a Renata como nossa palestrante no evento também.

Para encerrar, concluindo dentro desse raciocínio dos desafios do Poder Legislativo, que, como eu disse, não apenas pelos desafios, mas pelas oportunidades que isso traz para a gente pensar a atuação do Poder Legislativo nesse contexto: basicamente, resumindo aquilo que eu falei, a função, o papel, o lugar que o Poder Legislativo já ocupa na conformação do nosso Estado democrático já dá a ele condições naturais de exercer esse papel. A gente precisa ser mais proativo para fazê-lo, porque o Poder Legislativo é essa arena que traz a sociedade, engaja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participa, escuta, envolve os poderes públicos, em termos de mobilização, de articulação, com vistas a, como a Renata também comentou, buscar a efetividade das políticas públicas, o aprimoramento, o planejamento – que é um palavra que me interessa muito –, melhorar o planejamento e a efetividade das ações do poder público em torno, especialmente nesse caso aí, da questão da crise climática.

É isso, gente.

Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado a todos os expositores.

Eu quero falar e registrar aqui o comparecimento do meu querido Senador Jaques Wagner, que é o Líder do Governo no Senado, um Parlamentar que já presidiu esta Comissão e que tem um comprometimento com a pauta ambiental.

Eu costumo falar que uma das coisas boas que às vezes a política dá à gente são as amizades, e o Senador Jaques Wagner, para mim, é uma referência.

Eu acho que... Platão falava que a sabedoria está na repetição. Acho que a gente tem que repetir as coisas boas também, porque a gente, às vezes, só criminaliza ou só aponta defeitos e falhas. Eu aprendo, diuturnamente, com os Senadores da capacidade, da serenidade, da sobriedade e do equilíbrio do Senador Jaques Wagner.

Faço questão de fazer esse registro porque ele veio até aqui e, como ele tem que percorrer outras Comissões, eu tenho certeza do comprometimento dele.

Mais uma vez, eu quero agradecer a todos vocês pelas palavras, pelas contribuições.

A equipe da Comissão de Meio Ambiente já está absorvendo todas as informações e sugestões. Inclusive, sobre aquilo que a Renata falou, o projeto de lei que ela entregou ao Senador Otto, nós vamos também nos debruçar para ver qual a melhor estratégia para que a gente possa andar, ver se é positivo e apresentar, seja aqui, seja na CCJ ou seja em qualquer outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco o mandato à disposição, não só aqui na Comissão de Meio Ambiente, como Presidente, mas nas outras Comissões também, naquilo que o mandato puder, efetivamente, contribuir para essa pauta de fundamental importância.

Mais uma vez aqui, eu quero agradecer à Sra. Cristiane, à Sra. Renata, ao Deputado Marquito, ao Sr. Alaôr, a todos os presentes.

Quero registrar aqui alguns questionamentos. Se alguém tiver um brevíssimo espaço de tempo para responder, escolher algumas dessas perguntas que foram feitas pelo Portal e-Cidadania...

Eu quero registrar aqui – e o agradecimento – a Júlia, do Rio Grande do Sul, que pergunta: "De que forma o Simpls contribui para monitorar e promover a sustentabilidade no setor público?".

Erisvaldo, de Sergipe: "Como o Simpls ajudará o Legislativo a tomar decisões mais sustentáveis e alinhadas à Agenda 2030 em municípios menores e com pouco recursos?".

Maria, do Maranhão: "Quando [...] [teremos um plano de] arborização que valorize a [...] [flora] local [...] [na] urbanização? [Para] Dar cor, vida e oxigênio às paisagens".

Luciane, do Pará: "Como o Legislativo pode incluir mais a sociedade, especialmente jovens e comunidades periféricas, na construção de políticas sustentáveis?".

Daniela, de São Paulo: "É [...] [urgente] [...] [resolver] as questões dos resíduos. Muito do que se produz ainda não é reciclado [...] [nem] biodegradável".

Ana, da Bahia: "[..] [É preciso implantar] coleta seletiva domiciliar com dias específicos para [...] [recolhimento de] vidro, papel, lata e plástico separados ou mais pontos fixos para depósito".

Fábio, de São Paulo: "Os povos indígenas têm conhecimento e prática na manutenção da terra e suas florestas. É importante que participem dessas políticas".

Eu agora passo a palavra novamente aos convidados, por até dois minutos, para as respostas e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, claro, se não der para responder todas, eu pediria às pessoas que aqui compareceram que formulassem a resposta e a Comissão responderia a todas essas pessoas que, exercendo o direito de cidadania, se manifestaram aqui.

Com a palavra a Sra. Cristiane Nardes.

A SRA. CRISTIANE NARDES (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Bom, eu também queria, para encerrar, registrar que o PL da governança, que já passou pela Câmara, está no Senado, na Comissão de Transparência, e, se tudo der certo, deve ser pautado em breve, e aí, por força de lei, a governança será necessária em todas as nossas instituições públicas. Nós temos trabalhado em cima desse projeto de lei desde 2017, e o nosso movimento tem batalhado muito para que seja aprovado. Então, eu gostaria de deixar esse registro.

Bom, respondendo ao questionamento da Luciane, do Pará, em relação ao Legislativo, para incluir mais a sociedade, especialmente os jovens e comunidades periféricas, a nossa proposta aqui diz que plataformas digitais hoje costumam facilitar a comunicação com os jovens e isso poderia ser uma forma de a gente estimular essa comunicação.

A educação cívica e ambiental nas escolas, por meio de incentivo, parcerias entre o Parlamento e as escolas públicas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE NARDES – ... e talvez a criação de programas como o Parlamento Jovem sustentável, isso poderia incentivar ainda mais a gente trazer os jovens para dentro desse debate.

Parece-me que existe já algo em Minas sendo feito nessa linha – como sempre, Minas é um grande *case* de sucesso.

Eu também queria deixar um pequeno registro de que a nossa instituição entregou, no início deste ano, ao Senado, às mãos da Dra. Ilana Trombka, o selo Racismo, aqui não!, que traz aí o pilar social dentro do ESG. Com muito orgulho, nós estivemos aí destacando o *case* desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa de integridade, o código de ética e conduta aqui do Senado, onde a questão do racismo foi muito bem colocada dentro do Senado por meio dessa gestão.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Cristiane.

Com a palavra a Sra. Renata Andrade.

A SRA. RENATA ANDRADE (Para expor.) – Eu escolhi aqui a pergunta da minha conterrânea: Ana, da Bahia. Na verdade, ela não faz uma pergunta, ela faz apenas um comentário, falando sobre a coleta seletiva domiciliar e sobre a necessidade que existe, não só nesse estado, mas acredito que em todo o Brasil, de a gente fazer o incentivo da economia circular. Muitos sabemos que a produção do lixo é um dos fatores críticos e que mais contribui para o aumento de emissão de gases de efeito estufa.

Então, eu quero aqui falar para a Ana que concordo com ela. Realmente há necessidade de implementação de uma coleta seletiva mais eficaz, não só nos Poderes públicos, mas também nas residências. É preciso também investir na conscientização das pessoas sobre a separação correta do lixo.

Quero falar que aqui, no Senado Federal, nós fizemos aí essa implementação, retiramos as lixeiras confortos, fazemos toda a parte de segregação do lixo, compostagem no viveiro. Então fica o exemplo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ANDRADE – ... e a sensibilização para que a gente possa ter boas práticas de destinação correta dos resíduos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Renata Andrade.

Com a palavra o Deputado Marquito.

O SR. MARQUITO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer um destaque das perguntas que vieram. Elas praticamente vêm em três eixos: a questão dos resíduos, a questão da arborização e a questão da justiça climática, do ponto de vista do quanto que é, se é caro implementar uma Agenda 2030, se a gente tem condições financeiras para isso. E aí eu acho que é importante destacar que o acordo das Partes sempre trouxe esta perspectiva de garantir que seja pago para que a gente faça a transição ecológica – a gente sabe disso. E, para isso, é necessário ter investimento, ações e metas bem definidos. Por isso, a governança é fundamental nesse processo.

Sobre os resíduos, acho importante a gente destacar que é uma responsabilidade dos municípios e a gente sabe que tem muitos problemas aí com os contratos, com os objetivos desses contratos com os municípios, e é preciso implementar realmente na prática como que isso se resolve. Agora, isso se resolve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARQUITO – ...com um pouco de ecologia, que é garantir a reciclagem, com a participação dos catadores; a compostagem, para retornar para o solo; e, no mínimo, hoje a gente pode produzir muitos materiais com rejeito. Não faz mais sentido perder essa capacidade que nós temos.

Sobre a arborização urbana, a gente apresentou aqui nosso esforço com as hortas, com os telhados verdes, com a arborização urbana, a partir das abelhas nativas sem ferrão. Então fica esse exemplo também.

E é necessário e urgente. São todas medidas de mitigação necessárias para a gente avançar na transição ecológica que a gente precisa para os tempos atuais, especialmente da crise climática, da emergência climática em que a gente vive.

Então, muito obrigado e contem com a gente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Deputado Marquito.

Agora com a palavra o Sr. Alaôr Messias Marques Junior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAÔR MESSIAS MARQUES JÚNIOR – Só para concluir, também da mesma forma como Cristiane, a pergunta da Luciane, do Pará, que fala do envolvimento da sociedade pelo Legislativo, mas também a do Fábio, de São Paulo, que menciona a importância também dos povos indígenas nessas discussões. Eu acho que o cerne da minha fala é desse papel do Legislativo de escuta da sociedade, de mobilizar a sociedade, especialmente como é a questão aqui, para pensar as soluções, para ajudar na implementação dessas soluções, na priorização daquilo que precisa ser feito, mas também, a Cristiane citou bem, ações educativas que a gente tem lá na Assembleia – em várias Assembleias a gente sabe que tem também –, especificamente com relação à crise climática. Eu até acabei não mencionando ali durante a apresentação, mas, em paralelo com todo esse trabalho técnico a essa discussão técnica, nós temos lá, na Assembleia, hoje uma exposição sobre a crise climática na nossa galeria de arte, que recebe visitas de escolas, de estudantes, da população em geral, para ajudar nessa sensibilização também, além de ações voltadas para a capacitação de jovens.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAÔR MESSIAS MARQUES JÚNIOR – O Parlamento Jovem é um exemplo bacana que nós temos lá.

Então, sim, há uma série de formas que o Legislativo tem para contribuir nessa discussão.

Finalmente, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui participando desse evento, desta mesa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu, mais uma vez, quero agradecer e pedir a compreensão dos colegas, de todos os participantes, sobre a exiguidade do tempo que compele para a gente fazer uma audiência de um assunto tão importante. Eu acho que só para cada expositor aqui deveria ter um tempo muito maior, para que pudesse expor com clareza, de uma forma mais didática. Por isso que sempre que eu promovo audiência pública aqui – a minha equipe até sabe disso –, ela fala assim: "De manhã é o aspecto, entre aspas, de 'apresentação' dentro desse prazo, mas depois tem uma reunião técnica, para que efetivamente se coletem as informações e se dê uma resposta de qual foi o produto, qual foi a produção e o resultado daquela audiência pública". Ela tem que ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência. Eu sempre brinco e busco os princípios que regem a administração pública no art. 37 da Constituição Federal, e um deles é eficiência. Então eu faço aqui o meu agradecimento e a compreensão de todos os presentes.

Antes de encerrar, eu acho que hoje eu estou um pouco, não que seja sentimental... Mas sempre que eu falo, às vezes, infelizmente... Não sei se infelizmente ou não, acho que isso parte da transparência das pessoas, acho que isso é muito forte na vida, pelo menos na minha vida. A minha formação é em Direito, eu sou Professor de Direito; eu fui delegado e sou Professor de Direito. Eu fui para uma profissão extremamente sexista, que é ser delegado num país em que esse machismo, essa homofobia, esse comportamento mais rigoroso, e depois, lecionar no Direito, que é um povo, com todo o respeito, enjoado. (*Risos.*)

É muita vaidade, *status*, regras, tratados, filósofos, excelências, doutores.

E, depois, eu sou político. Falei: "Meu Deus, o que o Senhor quer de mim?". (*Risos.*)

Como estou muito sentimental... E quem é mais próximo de mim diz que eu sou muito brincalhão. Às vezes, as pessoas falam assim: "Contarato, você lá parece ser tão bravo". E eu: "Meu Deus! Lá é uma coisa". Minha vida já é brava, já é séria a vida toda. Fui delegado por 27 anos, professor desde... Enfim, vou expor aqui a minha idade...

Mas eu amo literatura. Amo literatura. Acho que isso me move. E, como eu vivo numa casa de vaidades, porque o Senado é uma casa de vaidades, eu sempre tenho aqui na minha vida, para tentar me blindar dessa vaidade... Acho que um dos piores pecados para mim é a vaidade e uma das melhores virtudes, para mim, é a humildade. E aqui, para me blindar dessa vaidade, eu me sempre lembro de Mário Quintana.

E aí eu quero dedicar a todos que estão aqui nos prestigiando esse poema que, para mim, é uma mola promissora e propulsora para que eu jamais busque a perfeição, mas, sim, o aperfeiçoamento enquanto ser humano.

Veio uma pandemia que matou 700 mil pessoas. Então, às vezes, a gente se prende aqui a *status*, títulos: Senador, Excelência, uma pompa! Isso tudo é tão efêmero, não é? E por isto a importância de eu ser um eterno defensor do meio ambiente: porque, para mim, defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há por vir. E aqui eu não posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser egoísta de falar que é só o meu momento aqui agora, mas o que eu vou deixar aqui como digital. E, para me blindar disso, eu me lembro de Mário Quintana, que eu quero desejar a todos vocês.

> A vida [...] [são deveres] que nós trouxemos para fazer em casa.
> Quando se vê, já são seis horas!
> Quando se vê, já é sexta-feira!
> Quando se vê, já é natal...
> Quando se vê, já terminou o ano...
> [Quando se vê, já não sabemos mais por onde andam os nossos amigos]
> Quando se vê, perdemos o amor da nossa vida.
> Quando se vê, já se passaram 50 anos!
> Agora [agora] é tarde demais para ser reprovado...
> Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.
> Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...
> [Seguraria todos os meus amigos, que já não sei onde e como estão, e diria "vocês são extremamente importantes para mim"]
> Seguraria o amor que está à minha frente e diria [...] [eu te amo]
> [...] [Dessa forma, eu digo] não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.
> Não deixe de [...] [estar com quem você ama] por puro medo de ser feliz.
> A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta sessão. (*Palmas.*)

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e seis minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Eliziane Gama, Cid Gomes, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2025 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Debater o papel do cooperativismo da agricultura familiar na COP 30. **Participantes:** Sr. Alex Macedo, Coordenador de Meio Ambiente do Sistema OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras; Sr. Aparecido Souza, Presidente da Associação UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária; Sra. Liara Carvalho, Analista Ambiental e Assessora no Gabinete da Diretoria-Executiva da Presidência da COP30; Sr. Alair Freitas, Pesquisador em cooperativismo e agricultura familiar; e Sr. Andrea Porro, Secretary General of the World Farmer's Organisation (WFO). Secretário-Geral da Organização Mundial dos Agricultores (OMA). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com 2 emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3517, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo o crime de incêndio em lavoura, pastagem, mata ou floresta." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3589, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 250 do Código Penal e art. 41 da Lei 9.605, de 1998, para dobrar a pena do crime de incêndio e autorizar a expropriação das propriedades incendiadas dolosamente, além de incluir, na Lei nº 8.072, de 1990, tais crimes no rol de crimes hediondos." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3522, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 41 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de incêndio em floresta ou demais formas de vegetação." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3567, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de estado de emergência ou de calamidade pública ou em situações de desastres resultantes de eventos adversos associados ou não às mudanças climáticas, e aumentar a pena para o crime de incêndio florestal ou em demais formas de vegetação." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3596, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Lei nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), 4.829, de 05 de novembro de 1965, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o aumento de pena e sanções para crimes de incêndio criminoso em áreas florestais, rurais e de preservação ambiental." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3629, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990 (legislação sobre o Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural), 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Política Agrícola), 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (reforma agrária), 11.952, de 25 de junho de 2009 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), 9.636, de 15 de maio de 1998 (regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União), 6.766, de 19 de abril de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Urbana - Reurb), para promover medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.517, de 2024, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei n° 3.522, de 2024, n° 3.567, de 2024, n° 3.589, de 2024, n° 3.596, de 2024, e n° 3.629, de 2024. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1800, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 119, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha ("Mugil liza"), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a questão dos bioinsumos como pilares da agricultura moderna e da sustentabilidade ambiental, bem como a relevância dos estudos conduzidos pela Dra. Mariângela Hungria na área, recentemente condecorada com o Prêmio Mundial de Alimentação (World Food Prize), reconhecido como o "Nobel" da agricultura." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os preparativos institucionais e estruturais para a realização da COP30, em Belém, no estado do Pará. Para a referida audiência pública, convidaremos representes do Governo Estadual do Estado do Pará, da Prefeitura de Belém, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e outras representações, se for o caso." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 9, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a emergência climática e os caminhos para um futuro sustentável no dia 21 de agosto de 2025, como parte da Semana de Vivência Legislativa do Programa Jovem Senador, com a participação dos 27 jovens senadores e senadoras e de seus(as) professores(as) orientadores(as)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2025.

Na primeira parte, faremos a audiência pública para debater o papel do cooperativismo da agricultura familiar na COP 30, em atenção ao Requerimento 7/2025, da CMA, de minha autoria.

Convido para... (*Pausa.*)

Convido para tomar lugar à mesa: o Sr. Alex Macedo, Coordenador de Meio Ambiente do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); o Sr. Aparecido Souza, Presidente da associação Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária)... (*Pausa.*)...

... bem como a Sra. Liara Carvalho, Analista Ambiental e Assessora do gabinete da Diretoria-Executiva da Presidência da COP 30.

Participam, por videoconferência, o Sr. Alair Freitas, pesquisador em cooperativismo e agricultura familiar, e a senhora... E o Sr. – desculpe-me – Andrea Porro, Secretário-Geral da Organização Mundial dos Agricultores (OMA), para o qual contaremos com tradução.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Eu pediria aos convidados, por gentileza... Eu sei que, às vezes, o tema é complexo, mas ele se estende. Se você se estender além dos dez minutos, o convidado subsequente vai ficar prejudicado, porque aqui, no Senado, tem outras Comissões, das quais eu também faço parte, e eu tenho que sair daqui no horário impreterível.

Então, por gentileza, eu sei que, às vezes, a gente tem a necessidade de expor de forma mais detalhada determinado assunto, mas eu pediria sensibilidade e a compreensão dos expositores no cumprimento rigoroso do limite máximo de dez minutos para sua exposição.

Os senhores irão observar que uma campainha acionará quando faltar um minuto. Então, você faça a sua conclusão, por gentileza.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários. (*Pausa.*)

Neste momento, eu convido o Sr. Alex Macedo, Coordenador de Meio Ambiente do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), a quem eu, de imediato, agradeço a disponibilidade de se fazer presente para fazer a sua manifestação nesta Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Muito obrigado. Bem-vindo.

O SR. ALEX MACEDO (Para expor.) – Eu que agradeço.

Bom dia a todos.

Inicialmente, cumprimento o Senador Fabiano, a quem agradecemos o convite, a gentileza, para a gente estar nessa mesa e poder falar um pouco do papel do cooperativismo. Acho que é muito importante.

Quero cumprimentar também o Aparecido e os demais colegas que vão poder falar sobre o papel do cooperativismo na agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente, é uma honra enorme falar de um tema tão caro, que é o papel do cooperativismo na transição climática.

Pessoal, antes de trazer algumas informações como Coordenador de Meio Ambiente, antes de estar nessa posição, sou filho de um agricultor familiar lá de Minas. Nós trabalhamos, trabalhei por muito tempo na agricultura do café. Então, eu me conecto muito com essa agenda e o impacto que essa agenda tem no dia a dia das nossas cooperativas. Então, quero aqui apresentar qual o papel que o cooperativismo pode ter nessa agenda e, especificamente, quais são as propostas que o Sistema OCB tem para perspectiva da agricultura familiar.

O Sistema OCB, para quem não conhece, é uma entidade de representação do cooperativismo brasileiro que existe há mais de 50 anos. Nós somos uma entidade presente em todos os estados mais o Distrito Federal, e a gente representa um conjunto significativo de cooperativas.

São mais de 4.500 cooperativas de diferentes setores econômicos, com faturamento superior a R$692 bilhões, e que geram, em termos de empregos diretos, mais de 550 mil empregos diretos, e 23 milhões de membros que fazem parte do cooperativismo brasileiro.

E aqui já fica uma provocação: se a gente tem esse conjunto de quase 10% ou mais da população brasileira filiada a uma cooperativa, por que o cooperativismo não está nas discussões climáticas, como um ator, como um instrumento para apoiar e suportar esse conjunto de pessoas vinculadas às cooperativas no enfrentamento às mudanças climáticas? Então, já fica aqui a primeira provocação.

Em termos de ingresso, são R$692 bilhões, um ativo de R$1,6 trilhão.

Eu quero falar especificamente das cooperativas agrícolas a cujo setor a gente está se atendo aqui. De maneira geral, cerca de 53% da produção agrícola brasileira é originada e passa por dentro de uma cooperativa. Nós temos 25% da capacidade de armazenamento da produção agrícola brasileira e uma rede de assistência técnica de mais de 9 mil extensionistas, que podem dar assistência técnica aos diversos produtores.

Muito se fala no papel das cooperativas, e, às vezes, questiona-se um pouco toda a nossa atuação enquanto cooperativas, mas mais de 70% das cooperativas que são filiadas ao Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OCB, ou seja, do quadro de associados – que significa mais de um milhão de produtores vinculados a essas cooperativas agrícolas –, são do perfil da agricultura familiar. Então, a gente está falando do papel da cooperativa no sentido de organizar a produção, de organizar a escala, de organizar e verticalizar a cadeia para que ele possa ter capacidade de competir, de exportar e de enfrentar, inclusive, os problemas das mudanças climáticas que são muito caros aos nossos diversos produtores.

Das diversas cadeias que a gente tem, há cooperativas que passam e são responsáveis por mais de 50%, por exemplo, no leite, na soja, no café. Então, diversos produtos que compõem a cesta da agricultura familiar são originados ou têm parte da sua originação nas nossas cooperativas agrícolas.

Pensando em todo esse aspecto das cooperativas agrícolas, a gente tem um ponto sobre o qual a gente estava conversando nos bastidores com o Aparecido: a agricultura, hoje, é vista, no debate da mudança climática, como um vilão. A gente entende que, sim, parte das emissões, 25% das emissões brasileiras advêm da agricultura, mas ela também é parte da solução. Então, a gente tem que observar e quer chamar a atenção para o fato de que a agricultura deve ser mais bem reconhecida e vista como um instrumento de combate às mudanças climáticas, e não como um vilão, não como um problema que precisa ser combatido e relegado a essas discussões.

E a agricultura familiar, especificamente, tem um papel fundamental, porque exerce uma baixa emissão, porque utiliza menos nitrogênios e coisas do tipo, tem menor uso de fertilizantes, realiza cultivo em áreas consolidadas e tem um papel principalmente já de práticas de produção de baixo carbono. Então, a agricultura familiar tem um papel fundamental no combate às mudanças climáticas, e a gente quer que o cooperativismo que organiza grande parte desses produtores possa estar sentado à mesa justamente para fazer esse trabalho, essas discussões voltadas às mudanças climáticas.

Nós desenhamos todo esse posicionamento nosso, do ponto de vista para a COP30, numa página que vocês podem acessar: é a Coop na COP 30, que a gente vai depois disponibilizar para vocês. E a gente elaborou também um plano de trabalho que estará disponível para todos vocês.

Mas o que a gente quer, basicamente, nesse plano de trabalho, para a COP30? Que o cooperativismo possa ser reconhecido como um ator capaz de ajudar na transição climática. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o ponto, esse é o grande debate que a gente tem colocado. Se nós temos mais de 23 milhões só no Sistema OCB, que são parte de uma cooperativa, por que a gente não está na mesa de negociação e discussão? Por que o cooperativismo não está no centro desse debate? E aqui tem uma série de iniciativas que a gente propôs no Manifesto do Cooperativismo, que eu vou disponibilizar para vocês posteriormente.

Esse é o nosso documento, Senador. Já gostaria de deixar uma cópia com o senhor.

E aqui a gente traz os nossos posicionamentos. Esses posicionamentos estão calcados em quatro pilares fundamentais.

Primeiro é entender que o verde precisa ser visto como um valor e não como um problema. Ou seja, o verde, o preservar, o cuidar da natureza, ou seja, aquilo que o produtor já faz a respeito de Código Florestal e o excedente precisa de ser valorizado, precisa de ser reconhecido. E aqui vem uma proposta: por que a gente não amplia os mecanismos de pagamentos por serviços ambientais para esses produtores que estão cuidando dessa adicionalidade? Então, o verde precisa ser visto como valor.

O clima como desenvolvimento e não como um custo, como uma barreira comercial. A gente tem visto uma série de questões de vários países utilizando-se da questão climática como uma barreira comercial. E as comunidades precisam ser entendidas como o lócus das ações, e o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento.

Então, a partir desses quatro pilares, a gente elencou um conjunto de iniciativas. Um deles é entender que a agricultura tem um papel fundamental na segurança alimentar mundial. E a agricultura familiar, especialmente, tem um papel riquíssimo na segurança alimentar e na agricultura de baixo carbono. Então, a gente elenca cinco temas: agricultura e segurança de baixo carbono, transição energética e o papel das cooperativas, financiamento climático, bioeconomia e adaptação e mitigação. Então, a gente elenca um conjunto de propostas.

E aqui eu trago alguns dos temas especificamente para já ir concluindo a minha fala.

Primeiro, é reconhecer e fortalecer o modelo cooperativista como aliado da transição climática. E a gente precisa integrar os agricultores e as cooperativas à implementação das NDCs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As cooperativas e os agricultores quase não participaram das discussões das NDCs que o Governo brasileiro trouxe. Então, a gente precisa ampliar e colocar mais a presença deles.

A gente precisa priorizar a adaptação climática no agro, com foco na gestão hídrica. A gente já tem enfrentado vários problemas de seca e quebras de safras em função das secas, da imprevisibilidade; ampliar a assistência técnica. Por mais que as nossas cooperativas tenham mais de 9 mil técnicos extensionistas, mas um conjunto ainda não tem capacidade de receber assistência técnica. E aqui um dado importante: no último Censo Agropecuário, cerca de 70% dos produtores vinculados às cooperativas recebiam assistência técnica, e aqueles que não eram vinculados às cooperativas, cerca de 20% não recebiam assistência técnica. Então, percebam: aqueles que são vinculados, cerca de 70% recebem, e aqueles que não são vinculados à cooperativa, aqueles que recebem dá algo em torno de 20%. Então, a gente mostra que o papel das cooperativas funciona também para que ele possa receber orientação e assistência técnica. Imagina a gente fazendo isso do ponto de vista de levar conhecimento sobre adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Levar técnicas e culturas mais adaptadas para que esse produtor consiga fazer uma transição mais justa na sua propriedade. Então, a gente defende a adaptação, assistência técnica e, principalmente aqui, a questão dos seguros rurais.

A gente precisa remodelar e pensar os seguros rurais. Por quê? Pequenos agricultores enfrentam diversos problemas de acesso a seguros rurais, por não terem condicionantes, por não terem, do ponto de vista, às vezes, garantia. Como é que ele vai cumprir e conseguir pagar um seguro rural?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MACEDO – E defendemos também a valorização do conhecimento local e da inovação vinda do campo. Então, para isso, a gente defende o fortalecimento da certificação e da rastreabilidade; o fortalecimento da sociobioeconomia – a gente precisa avançar mais nessas discussões –; e, principalmente, o fortalecimento dos mecanismos de compras governamentais. A gente precisa avançar e garantir que os programas de aquisição de alimentos, Pnae e PAA, possam ter cada vez mais previsibilidade orçamentária, porque isso é uma peça e é um aspecto muito importante para que esse agricultor consiga escoar a sua produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar então, o que eu gostaria de ressaltar – e aqui trazendo os meus últimos segundos de fala –? Que a gente precisa colocar o cooperativismo no centro desse debate, porque a gente é formado por pessoas, pessoas que estão próximas das comunidades, e vão ser essas comunidades as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Então, o cooperativismo pode ser este bolsão, pode ser este ator capaz de ajudar a suportar esses agricultores no enfrentamento das mudanças climáticas, seja com assistência, seja com crédito, seja com orientação.

Então, acho que esse é o recado que nós, enquanto Sistema OCB, gostaríamos de deixar.

E gostaríamos de agradecer o tempo e a disponibilidade para falar das nossas iniciativas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Alex. Parabenizo-o pelo cumprimento do prazo e pela forma didática e objetiva em sua exposição. Muito obrigado mesmo.

Neste momento, concedo a palavra a...

Desculpe-me, eu falei "Sr. Alex", mas é "Sr. Alair Freitas".

O SR. ALEX MACEDO (*Fora do microfone.*) – Eu sou o Alex. O Alair está *online*.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perdão, desculpe-me, Sr. Alex.

Agora concedo a palavra ao Sr. Aparecido Souza.

O SR. APARECIDO SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Fabiano, e agradecer por este momento importante de a gente estar aqui fazendo este debate tão importante com relação às mudanças climáticas. E também queria cumprimentar o Alex, da OCB, e cumprimentar todo o Plenário aqui presente. Queria cumprimentar também as pessoas que estão nos assistindo virtualmente.

Queria destacar a importância desse tema que a gente vem debatendo, tendo em vista que o cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária tem um papel fundamental na produção de alimentos saudáveis para nossa população brasileira. E, a Unicafes, a gente vem aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar também os nossos desejos, as nossas intenções e os nossos propósitos com relação à COP 30, que é um momento assim importante que nós estamos vivendo.

A Unicafes é uma organização de cooperativas da agricultura familiar – nós fomos constituídos em 2005. Somos uma organização de cooperativas que busca trabalhar o fortalecimento do serviço e da garantia da infraestrutura, e a representação dos valores do cooperativismo, vinculada aos movimentos sociais, à luta pela terra, pelos modos de vida, e que se dedica à sustentabilidade e à qualidade de equidade no campo. Então, nós somos uma organização em que temos uma atuação em 21 estados no Brasil. A gente tem aí 1 milhão de cooperados, e representamos 1,5 mil cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária, que estão espalhadas em todo o nosso Brasil, em 21 estados.

As nossas características do cooperativismo.

É no cooperativismo que a gente faz essa atuação municipal, territorial, com a gestão, o controle dos agricultores familiares, dos parceiros locais, fortalecendo ações com políticas públicas, dinamismo econômico e gestão democrática das ações que a gente desenvolve.

Na parte comercial, participamos de nove feiras nacionais e de uma feira internacional, de entrega de *kits* de Natal, de aquisição de centros de distribuições e de inserção de produtos na Duty Free. Hoje, a gente tem já os produtos da agricultura familiar inseridos também nesses espaços que a gente entende que são importantes para fortalecer o vínculo do cooperativismo e da produção com os mercados.

A gente vem desenvolvendo os mais diversos produtos da agricultura familiar que estão vinculados a toda essa base social de povos e comunidades tradicionais, de assentados da reforma agrária.

Então, a gente tem um elenco de produtos prontos para o mercado com a produção de base agroecológica e a gente vem desenvolvendo várias ações.

No âmbito da representação, a gente vem também debatendo a questão da aprovação da lei que trata da economia solidária, da renovação da Lei 12.690, de 2012, superando o tratamento discriminatório e libertando parte das cooperativas de trabalho da submissão à relação trabalhista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vem trabalhando também no âmbito da representação buscando garantir as legislações que também fortalecem as ações do cooperativismo solidário.

No âmbito do trabalho, a gente vem também tentando fortalecer ações com os jovens, com formação e capacitação, para sustentabilidade no Cerrado e empreendedorismo solidário em conexão com a juventude.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pediria, por gentileza, a quem estiver com o dispositivo de som ligado que pudesse desligar ou colocar no modo silencioso. (*Pausa.*)

O SR. APARECIDO SOUZA – No âmbito internacional do cooperativismo, a gente vem debatendo, como a ONU coloca, o cooperativismo no centro: "Cooperativas constroem um mundo melhor". Então, a gente vem também entendendo essa questão da valorização e da importância do cooperativismo solidário para construirmos ações estratégicas.

Aqui também está o nosso manifesto, pois a gente vem debatendo sobre as questões da mudanças climáticas, os nossos propósitos – queria entregar para o nosso Senador – e as nossas proposições. E queria deixar uma também aqui com você, Alex.

Nós estamos debatendo vários temas. Nós entendemos que a valorização da agricultura familiar passa por vários aspectos.

Primeiro, o que nós precisamos buscar nesse ambiente é a tecnologia e fortalecer ações para que a agricultura familiar consiga trabalhar a parte tecnológica do ponto de vista de conseguir fortalecer e aumentar sua produtividade.

Sobre a questão do acesso aos microcréditos familiares, a gente precisa garantir linhas de crédito para as nossas cooperativas, para que a gente consiga aumentar a produção, trabalhar a agregação de valores.

A gente tem vários eixos de ações. A gente colocou aí 12 proposições para que a gente possa avançar principalmente na agricultura de baixo carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do financiamento climático, a gente precisa garantir mais crédito para nossas cooperativas para que a gente possa conseguir trabalhar, cada vez mais, a transição agroecológica, porque a gente entende que a produção agroecológica é a forma de a gente produzir baixo carbono, gerando alimentos saudáveis.

A gente também vem colocando essa questão da energia. Na questão das energias, nós precisamos trabalhar a base energética também a partir das energias renováveis, e a energia solar é uma das proposições para garantir que as nossas cooperativas possam também ter acesso a ela.

Sobre adaptação e mitigação dos riscos climáticos, nós precisamos também garantir que a gente acesse os recursos dos fundos climáticos para que os nossos agricultores e as nossas agricultoras tenham segurança na baixa da produção e a para que gente consiga fortalecer o cooperativismo de uma forma assim bem forte, porque este tema é muito importante.

A gente também vem discutindo como garantir a inclusão socioprodutiva para a juventude, para as mulheres, com políticas que possam fortalecer essas ações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. APARECIDO SOUZA – Na questão da soberania, da segurança alimentar e da justiça climática, a gente precisa também colocar isto no centro, a produção de alimentos saudáveis para nossa população, porque isso gera trabalho, gera renda e gera sustentabilidade para as nossas cooperativas.

A inclusão digital é outra questão importante que a gente coloca para que a gente possa também trabalhar a questão da tecnologia como um centro de fortalecimento das ações.

Sobre a expansão da assistência técnica, hoje a gente entende que é preciso avançar em vários aspectos para poder conseguir trabalhar a agregação de valor. A gente precisa do crédito, da assistência técnica e do fortalecimento das ações em torno das cadeias produtivas e das cadeias de valor das nossas cooperativas.

São várias as proposições que a gente vem colocando para que a gente possa garantir que a agricultura familiar possa ser fortalecida cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este debate aqui da COP 30 é fundamental. Por isso, nós entendemos que a agricultura familiar e a economia solidária precisam ter esse espaço garantido na COP 30 para que possamos participar com os nossos produtos, mostrando a grande diversidade de produtos que temos e, ao mesmo tempo, garantindo a nossa participação nessas mesas de debate que são fundamentais para aprofundarmos esses temas vinculados à agricultura familiar, ao cooperativismo solidário e à economia solidária.

Acho que este é um momento muito importante, dentro desse cenário, para fazer este debate. E gente coloca aqui as nossas proposições para garantir o espaço.

A gente agradece ao nosso Senador Fabiano a oportunidade de trazer este debate aqui para o Senado.

Podem contar com a Unicafes, pois a gente está aí junto para fazer essa construção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Aparecido Souza, pela sua exposição.

Pode ter certeza de que, em toda esta audiência, a equipe da Comissão de Meio Ambiente está tomando nota. E todas as sugestões terão devidamente o encaminhamento pertinente para o objetivo desta audiência pública.

Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Liara Carvalho, que é Analista Ambiental e Assessora no Gabinete da Diretoria-Executiva da Presidência da COP 30, para que, no prazo máximo de dez minutos, faça a sua exposição.

Muito obrigado.

A SRA. LIARA CARVALHO (Para expor.) – Pessoal, eu me chamo Liara Carvalho. Eu sou Analista Ambiental, servidora do Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, estou requisitada na Presidência da República para servir na Presidência da COP 30, junto da Diretora-Executiva Ana Toni.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui a representando, porque ela está em Nice, a caminho da Alemanha, na verdade, para Bonn, junto ao Embaixador André Corrêa do Lago. E, infelizmente, não puderam estar presentes.

Bem, a apresentação que eu trouxe foi para mostrar de maneira geral qual é essa estrutura que a gente tem, que a gente formou na Presidência da COP 30 e quais são os espaços de incidência que podem ser interessantes de articulação para a temática em comento, o cooperativismo e a agricultura familiar.

Primeiramente, trago os objetivos gerais que foram delimitados na primeira carta do Embaixador André Corrêa do Lago, o Presidente da COP 30. São os objetivos gerais da COP 30.

O primeiro objetivo é aproximar a COP 30 da vida das pessoas. É a gente trazer a ideia de que a COP 30 é um processo. As COPs são um processo que não são um evento, não são um momento específico que se delimita em dez dias em Belém, mas é um processo para a gente combater a mudança climática. Para isso, a mudança climática precisa estar na conversa do dia a dia das pessoas. As pessoas precisam entender isso como parte das suas vidas, o quanto isso impacta o seu dia a dia.

O segundo objetivo é fortalecer o multilateralismo. Herdamos esse objetivo do contexto geopolítico em que estamos inseridos atualmente. Entendemos que existem críticas pertinentes a serem feitas, existem melhorias a serem feitas ao multilateralismo, mas entendemos também que colhemos já muitos frutos dessas negociações, dos acordos internacionais feitos entre os países. E precisamos aprimorar e fortalecer o multilateralismo por conta disso.

O terceiro objetivo é basilar para toda a estrutura da Presidência, que é redirecionar as ações da UNFCCC, que é a Convenção do Clima, para a implementação do Global Stocktake e da NDC. Mais na frente, eu vou falar, de maneira geral, o que é o Global Stocktake.

O que nós entendemos é que já negociamos muito, já fizemos muitos acordos, já temos uma boa base de acordo entre os países, lembrando que os acordos na UNFCCC são apenas por unanimidade. Então, já temos uma boa base de acordo. Precisamos, agora, implementar aquilo que foi acordado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são os três objetivos gerais da COP 30. Para implementar esses objetivos, para chegar ao campo da execução, no campo real, nós nos guiamos pelo que o Embaixador André Corrêa chamou, na sua primeira carta, de Cruzeiro do Sul. O Cruzeiro do Sul são os cinco eixos principais de implementação dentro da Convenção do Clima. É como a gente consegue atingir os objetivos que estão lá postos.

Financiamento: é essencial principalmente para países em desenvolvimento como o nosso ou para países menos desenvolvidos, que são os chamados LDCs dentro da convenção.

Mitigação: é a redução na emissão dos gases e a redução da concentração desses gases de efeito estufa na atmosfera.

Adaptação: é, entendendo que nós já atingimos o nível de aquecimento em que os sistemas terrestres e os ecossistemas naturais estão afetados, como nós adaptamos as sociedades para serem mais resilientes a essa mudança.

Tecnologia e capacitação: junto ali com o financiamento, são essenciais para a gente fazer as mudanças estruturais que são demandadas para conseguir adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

Temos os quatro pilares de atuação da COP 30. Esses quatro pilares são pilares que já estavam presentes em outras COPs. A gente apenas os estruturou e sistematizou de maneira mais clara.

Cúpula de Chefes de Estados: vai acontecer uma semana antes, lá em Belém, com os Chefes de Estado, como o nome já diz. O principal objetivo é dar um indicativo político, para que os negociadores cheguem à COP já com muita clareza de qual é o direcionamento que os seus Estados estão dando para as negociações. As negociações em si, que são o processo formal da COP 30, no Brasil, são encabeçadas pelo Itamaraty, pelos nossos diplomatas.

A Agenda de Ação surgiu na COP 21 como uma parte, dentro da estrutura das COPs, em que o setor privado e a sociedade civil têm mais incidência. Já que as negociações formais ficam a cargo dos diplomatas, na Agenda de Ação, a sociedade civil e o setor privado podem fazer compromissos voluntários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mobilização, a gente traz a ideia de mutirão nessa COP, essa palavra que vem do tupi e que quer dizer "uma mobilização descentralizada, inclusiva e colaborativa, que engaja todos os setores da sociedade em prol de ações concretas e imediatas para enfrentar a crise climática", tendo em mente sempre a COP como processo e não a COP como um evento no tempo em Belém.

Aqui, a gente traz, realmente, a nossa estrutura. Aqui é a parte que fica um pouco mais tangível. À esquerda, em marrom, temos os pilares que eu já acabei de mencionar anteriormente, os pilares principais de atuação, que já estavam presentes em COPs anteriores. Não é uma inovação.

Abaixo, temos os Champions. O High Level Champion também já estava presente em COPs anteriores e está dentro da estrutura da UNFCCC. Todo país que exerce a Presidência tem que indicar um High Level Champion. Nós já temos o nosso. É o Dan. O Youth Champion é quem vai liderar a mobilização junto da juventude. Nós já temos a nossa, que é a Marcele Oliveira. O High Level Champion atua junto da Agenda de Ação nessa mobilização dos compromissos voluntários do setor privado e da sociedade civil.

Em amarelo, laranja e verde, nós temos as inovações que foram feitas pela COP 30, pela Presidência da COP 30. Então, a gente tem os Conselhos Temáticos, que foram feitos para fazer esse aconselhamento científico, mais técnico para o Presidente e para a Diretora-Executiva Ana Toni. Temos três Conselhos. Temos os Enviados Especiais, que são caixas de ressonâncias setoriais. Nós temos 22 Enviados Especiais Temáticos; e cinco, Regionais, para cada região do globo. E o objetivo é que eles tanto levem as mensagens da Presidência para os seus respectivos segmentos e setores quanto eles tragam dos seus respectivos segmentos e setores qual é a demanda, o que esse setor espera ver na COP 30.

E nós temos os Círculos de Alto Nível. Os círculos são processos complementares aos pilares. Nós temos o Círculo do Balanço Ético, que está sendo tocado pela Ministra Marina. Foi uma ideia da Ministra, que foi abraçada pelo Secretário-Geral e pelo Presidente Lula. Entendendo que nós já sabemos que a crise climática é real, que nós já sabemos qual é o caminho que nós temos que seguir, a Ministra aponta que existe uma questão ética também por trás do porquê de não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarmos caminhando rumo à limitação do 1,5º. Não é apenas uma questão técnica. É uma questão ética também. Essa é a ideia do balanço ético.

Temos o Círculo das Presidências da COP, que está sendo encabeçado pelo Laurent Fabius, que foi o Presidente da COP de Paris. É para a gente acumular esse conhecimento das COPs anteriores, entendendo a COP como um processo e não como um evento e o que os Presidentes anteriores têm a trazer de indicativos para nossa Presidência.

Temos o Círculo de Ministros das Finanças, rumo à mobilização de US$1,3 trilhão, que é o objetivo de financiamento trazido pela sociedade civil, mas que não foi atingido na COP de Baku, encabeçado pelo Fernando Haddad.

E temos o Círculo dos Povos, que está encabeçado pela Ministra Sonia. A gente consegue trazer mais especificamente a pauta de agricultura familiar para esse círculo específico. Um pouco mais sobre o Círculo dos Povos, trazendo aqui um espaço que talvez seja interessante para a incidência e articulação neste tema que a gente está tratando hoje: o Círculo dos Povos é um espaço criado pela Presidência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIARA CARVALHO – Estou terminando. Só um minutinho.

É um espaço criado pela Presidência da COP 30 para fortalecer a escuta e a articulação internacional dos povos indígenas.

Então, todos os círculos são espaços de articulação internacional. Nós temos organizações nacionais e internacionais que estarão presentes com povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, quilombolas, pescadores e outros povos.

Dentro desse círculo, nós temos duas comissões: a Comissão de Liderança Indígenas, que foi lançado no ATL deste ano; e outra comissão com representantes de agricultores familiares, comunidades quilombolas e afrodescendentes, que está sendo coordenada pela Ministra Anielle Franco. Está sendo elaborado um termo de referência para o processo de composição dessa comissão. E vocês podem acompanhar mais de perto com o ministério da Ministra Anielle Franco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O círculo tem o objetivo de criar espaço de diálogo internacional sobre clima e territórios, trazer as preocupações e experiências dos povos para a agenda da COP 30 e organizar atividades e eventos durante a COP 30 para dar visibilidade a essas pautas.

Por fim, nós temos o nosso Enviado Especial de Agricultura Familiar, o Paulo Petersen. Aí vocês podem ver o currículo dele.

Como eu disse, quando eu introduzi a estrutura, os Enviados Especiais são caixas de ressonância. Então, eles tanto vão levar a mensagem da Presidência para os seus respectivos setores quanto eles vão trazer para a Presidência demandas dos seus respectivos setores, né? Então, convido todos a entrarem em contato, buscarem o Sr. Paulo Petersen para fazer essa ponte de contato com a Presidência.

É isso, pessoal.

Muito obrigada. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Liara Carvalho, que é Analista Ambiental e Assessora da Presidência da COP 30.

Neste momento, no sistema remoto, eu concedo a palavra ao Sr. Alair Freitas, que é Pesquisador em Cooperativismo e Agricultura Familiar, para sua apresentação em até dez minutos. (*Pausa.*)

O SR. ALAIR FREITAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou abrindo aqui o compartilhamento da tela. Só um minuto, por gentileza. (*Pausa.*)

Conseguem ver o compartilhamento da tela?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente.

O SR. ALAIR FREITAS (*Por videoconferência.*) – O.k. Vou dar início então.

Primeiramente, bom dia.

Eu queria agradecer ao Senador Fabiano e, na pessoa dele, a composição de toda a mesa e a Comissão pela oportunidade de estar aqui apresentando, parabenizar a Comissão de Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, o Presidente por essa proposição, a Unicafes e a OCB, que estão aí, pelas iniciativas e pelo compromisso que têm assumido com a COP 30 e com a agenda climática brasileira.

Eu vou, nessa breve apresentação, refletir um pouco sobre como as cooperativas de crédito precisam ser assumidas como agentes estratégicos para a ação climática no Brasil. A grande pauta aqui é que nós estamos tratando de qualquer cooperativa que trabalhe no setor agropecuário, são cooperativas da agricultura familiar, no caso da Amazônia, principalmente aquelas que trabalham nas cadeias da sociobiodiversidade.

O cooperativismo é plural. A gente precisa compreender esse recorte. Quando nós estamos falando aqui sobre agricultura familiar, estamos utilizando o conceito normativo do Estado brasileiro, que envolve povos e comunidades tradicionais, pescadores, ribeirinhos. Então, é de fato um conceito alargado em relação ao que é agricultor familiar, especialmente no contexto amazônico de uma grande diversidade.

Eu vou começar aqui com uma frase de uma cooperada de uma cooperativa do povo paiter-suruí que trabalha com cadeias da sociobiodiversidade. Ela fala:

> Tem que dar condições para quem cuida da floresta. [...] a gente tem que dar condições desse povo se manter com dignidade. Não vão ficar passando fome lá no mato por causa da preservação da floresta. Isso não existe. [...] não é obrigação do indígena ficar passando fome para proteger a floresta. Têm que ser valorizado aquilo que ele pratica. E a cooperativa vem para fazer isso. [...] A diferença que a cooperativa faz pro povo paiter é promover a autonomia. A autonomia dos negócios, a autonomia da gestão do território. E também é uma alternativa de geração de renda para continuar preservando a floresta.

Essa é uma observação importante porque o que ela vem trazer não é especificamente um apelo, um lamento, é uma denúncia e, ao mesmo tempo, é uma proposta. É uma denúncia porque revela uma contradição ainda presente em muitas políticas ambientais, que é exigir conservação sem garantir dignidade, inclusão produtiva.

Os povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares em geral cuidam cotidianamente dos seus territórios, que são estratégicos para a regulação do clima, não por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação, mas porque a sua sobrevivência depende disso. Então, as cooperativas que reúnem esses povos, comunidades e agricultores têm os seus modelos de negócio ancorados nessa premissa. E é uma proposta porque ela aponta um caminho, não é?

É possível proteger a floresta, gerando renda, fortalecendo a autonomia, mantendo os povos dos seus territórios, e as cooperativas estão na base dessa proposta, porque não há ação climática na Amazônia sem a sociobioeconomia e não há sociobioeconomia sem organização coletiva, sem as organizações coletivas que estruturam, na base, sistemas produtivos, mercados sustentáveis e garantem a inclusão desses povos e comunidades.

Vou apresentar rapidamente alguns dados que foram produzidos no âmbito de uma consultoria para o Pnud, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que é voltado para o cooperativismo na Amazônia.

Só para começar, nós temos aí, na Amazônia, 80% dos estabelecimentos agropecuários formados por agricultores familiares. É um dado que mostra que a estrutura fundiária da Amazônia é basicamente predominante com agricultores familiares e, desses, mais de 70% estão enquadrados no Pronaf B, que são os estabelecimentos com menor estrutura, menor capacidade de investimento. Então, isso mostra um perfil específico.

Um outro dado vem mostrar – para mostrar a capilaridade do cooperativismo –, no mapa aqui da Amazônia, que 85% dos municípios têm agricultura familiar cooperativada. Isso quer dizer que em 85% dos municípios da Amazônia, nós temos pelo menos alguma família que é vinculada à cooperativa, ou seja, as cooperativas estão presentes, de forma marcante no território, em todo o território amazônico, e isso é muito importante, não é?

Apesar de nós termos um pouco mais de 3% ou 3,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar vinculados a cooperativas, eles têm uma capilaridade importante no território nacional. E para reforçar e para mostrar como as cooperativas apresentam uma vantagem comparativa para a agricultura familiar, o que demonstra que elas são importantes e são um instrumento a ser incentivado e promovido, tem alguns dados que mostram aqui algumas características muito relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De um lado, a agricultura familiar que é cooperativada, vinculada à cooperativa; do outro lado, a agricultura familiar que não é vinculada à cooperativa na Amazônia. A gente pode ver aí números que mostram o desempenho: 88% contra 73% sabem ler e escrever; 84%, quase 85% dos agricultores familiares vinculados à cooperativa são proprietários da terra; 4% deles têm produção orgânica certificada. Quem não é da agricultura familiar, é a metade disso. É um número muito pequeno de produção certificada, mas mostra que quem é de cooperativa tem mais oportunidade, maior certificação.

E aqui uns dados com um respaldo ainda maior, que chamam ainda mais a atenção, principalmente vinculado à questão da renda, da atividade técnica: 70% de quem é vinculado à cooperativa tem a renda principal vem das atividades do estabelecimento. Quem não é vinculado à cooperativa, é 56%, 57%. Isso mostra menos dependência de programas de transferência de renda e mais impulso para a atividade econômica dos seus estabelecimentos. E a finalidade da produção nos estabelecimentos, para quem é de cooperativa, é mais do que 83% – a comercialização. E, para quem não é de cooperativa, é 61%. Isso mostra uma oportunidade econômica maior para quem está vinculado à cooperativa.

Recebe-se assistência técnica. Quem é da agricultura familiar vinculado à cooperativa, em torno de 28%, recebe assistência técnica; para quem não é vinculado à cooperativa, isso é 7%.

E tem implicação direta para todos os outros indicadores: sem assistência técnica, sem tecnologia, sem informação, o que repercute diretamente na renda, na atividade produtiva. Adubação, a gente vê também praticamente a metade de quem tem a disponibilidade de uso de adubação. Então, nós podemos ver categorias aqui, indicadores que mostram como as cooperativas da agricultura familiar na Amazônia fazem a diferença para as famílias.

Aqui, aqueles dados são do Censo Agropecuário, não chamei a atenção para isso. Aqui dados que são das DAPs (declaração de aptidão ao Pronaf). Houve a transição para as CAFs, mas aqui é a base de dados que nós temos na pesquisa. Além de ser uma pesquisa realizada para o Pnud, para o Mdic, também nós temos dados com mais de 30 entrevistas em cooperativas em todos os estados da Amazônia, que foram feitas no âmbito de uma pesquisa realizada por um edital exclusivo para pesquisa com cooperativas, que foi financiada pelo CNPq e pelo Sescoop. Aqui nós temos dados das DAPs. Nós encontramos ali, no final de 2023, 561 DAPs (declaração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aptidão ao Pronaf) registradas nos estados da Amazônia vinculada à cooperativa, mas, dessas, só 218 estavam ativas; ou seja, só quem tem DAP ativa tem acesso ao rol de políticas públicas do Governo Federal. Então, a gente já vê uma grande limitação aqui. E nós só tínhamos informações diretas das DAPs ativas. Eu vou mostrar aqui alguns dados.

Aqui é um mapa que mostra municípios que são sede de cooperativas na Amazônia, para gente ter clareza da capilaridade também, apenas sede, não área de abrangência das cooperativas. Nós temos aqui uma distribuição das cooperativas por estado da Amazônia, para gente ver também a densidade dessa distribuição e a importância que alguns estados têm em relação à presença das cooperativas. E aqui, número de cooperados por estado, também uma distribuição para a gente perceber estados que têm um volume grande, como o Pará, mas também sua área territorial é enorme; o Acre, que nós temos aqui uma área menor, mas um número significativo de cooperativas e cooperados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAIR FREITAS – Nós chegamos ali num número de quase 16 mil cooperados registrados nas cooperativas que tinham DAP jurídica ativa, mas lembrem que a gente conseguiu um número de mais de 500 DAPs. Nós só tínhamos informações das ativas. Mas, se a gente fizer uma projeção básica da média de cooperados das cooperativas de DAP ativa e projetar isso para aquelas cooperativas totais, a gente chega aí em mais de 40 mil cooperados das cooperativas da agricultura familiar na Amazônia.

Então, nós temos vários dados que vão mostrar a presença marcante das cooperativas e a importância econômica e social das cooperativas para a Amazônia, que é um território que vive muitas desigualdades socioambientais.

Contribuições. Fomentam sistemas produtivos integrados à sociobiodiversidade; as cooperativas estão preocupadas, isso faz parte do modelo de negócio delas; elas promovem a inclusão de grupos historicamente marginalizados da agenda das políticas públicas, da economia formal; estimulam gestão democrática e governança dos territórios, então, o controle social dos bens comuns naturais, as cooperativas estão realizando protocolos comunitários e uma série de outras estratégias de governança que viabiliza a participação dos povos tradicionais; elas criam e retêm valor na base das cadeias produtivas. É um grande desafio, porque as longas cadeias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtivas tendem a fazer com que os produtores extrativistas, que estão na base da cadeia, sejam os que menos capturam valor, e as cooperativas revertem esse processo.

Apesar de chegar pouco para as cooperativas e para os povos dos benefícios da agenda climática, elas são instrumentos para canalizar esses benefícios, sejam eles políticas públicas, financiamentos e certificações. E aí, uma reflexão que a gente tem que ter claro: a partir dessas categorias de contribuições, é que, mais do que beneficiárias, as cooperativas precisam ser reconhecidas como parceiras operacionais da agenda climática.

Mais do que fortalecer, para fortalecer o cooperativismo da agricultura familiar, nós não podemos nos limitar a premiar bons exemplos, que é o que a gente tem visto muito por aí – reforçar aqueles bons exemplos. É preciso criar condições estruturais para que mais cooperativas ampliem sua capacidade de ação, destravem esse potencial e enraízem a agenda climática nos territórios, que hoje é um dos maiores desafios da COP 30.

Então, para fechar essa reflexão, eu acho que a gente precisa entender que a COP 30 não pode se limitar à diplomacia entre os países e a promessas de soluções tecnológicas. É preciso fazer um pacto com os territórios e esse pacto passa por remodelar a economia socioambiental, e isso passa por protagonizar as cooperativas no cenário da agenda climática. As florestas não vão ser preservadas com satélites e conferências; elas vão ser preservadas com gente organizada, produzindo, decidindo e permanecendo em seus territórios. O cooperativismo não está aqui para pedir favores, e a gente percebe isso em todas as pesquisas e no pronunciamento das lideranças que aqui estão presentes. Elas estão oferecendo caminhos, e a COP 30 tem a oportunidade de dar escala a esses caminhos que, historicamente, já se comprovaram caminhos promissores para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Parabéns para as cooperativas, que, com muito desafio, organizam cadeias produtivas da sociobiodiversidade e estão permanecendo e protegendo seus territórios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Alair Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, também pelo sistema remoto, concedo a palavra ao Sr. Andrea Porro, Secretário-Geral da Organização Mundial dos Agricultores (OMA).

O SR. ANDREA PORRO (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Saudações de Roma. Meu nome é Andrea Porro e eu tenho a honra de ser o Secretário-Geral da Organização Mundial dos Agricultores.

Eu verdadeiramente desejaria estar com vocês em Brasília hoje. Em um capítulo anterior da minha vida, tive o privilégio de passar várias semanas trabalhando como agrônomo no seu lindo país, lá no Norte. E eu nunca esqueci o calor, a hospitalidade e a generosidade do povo brasileiro. Isso me deixa especialmente grato à Comissão de Meio Ambiente do Senado brasileiro pelo convite. Qualquer um com experiência na agricultura sabe que os agricultores dependem do meio ambiente, assim como ele depende dos agricultores. E, frequentemente, as discussões sobre agricultura e meio ambiente acontecem em caixas. Eu vejo esse convite como um passo adiante para abrir essas caixas.

Deixe-me elogiar o Senador Contarato e a Comissão de Meio Ambiente pela liderança na promoção de uma abordagem mais integrada, que trata os agricultores não só como produtores de alimentos, mas como guardiões de recursos naturais.

Eu também quero reconhecer a visão do Presidente Aparecido Souza e da Unicafes por ligarem a experiência nacional no Brasil aos debates globais. Esse tipo de visão está no cerne do nosso mandato.

Para aqueles que talvez não nos conheçam tão bem, a Organização Mundial de Agricultores é uma organização comprometida a garantir que os agricultores tenham opinião nas discussões globais que dão a forma ao futuro da agricultura. Nós somos relativamente jovens, mas ambiciosos. Quando fomos fundados, em 2011, começamos com pouco mais de 12 membros. Hoje, temos mais de 80 organizações de agricultores em mais de 50 países. Continuamos crescendo em diversidade e alcance.

Desde o início, trabalhamos para estabelecer um grupo de agricultores dentro do processo da UNFCCC e estamos trabalhando bem próximos aos debates climáticos da ONU, com três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivos principais: fortalecer o multilateralismo, dando aos agricultores a posse das decisões globais; conectar as discussões de alto nível sobre o clima com o que realmente está acontecendo nas fazendas; e acelerar a ação por soluções lideradas pelos agricultores, com investimento, inovação e parcerias.

Eu fiquei feliz de ouvir também que vocês concordam com que os agricultores forneçam soluções. Esses objetivos se alinham completamente com os objetivos da Presidência da COP 30; eles guiam o nosso trabalho no caminho para Belém.

Nosso grupo de agricultores traz 70 organizações e redes credenciadas na UNFCCC, representando os agricultores em toda a sua diversidade, trabalhando juntos para dar voz aos agricultores nas discussões climáticas da ONU. Nós agimos como ponto focal, coordenando posições conjuntas, fazendo ligação com o grupo de agricultores, o secretariado da UNFCCC e as presidências da COP e garantindo a representação dos agricultores em espaços oficiais. Em reconhecimento à diversidade de negócios que podem ocorrer no setor da agricultura, nós construímos consenso, identificamos prioridades e garantimos que os agricultores não fiquem perdidos nesse processo grande e complexo das negociações climáticas.

Na semana passada, finalizamos nossa declaração final para a SB 62, que será na próxima semana em Bonn, na Alemanha. E temos três prioridades... Perdão, vou compartilhar três demandas: primeira, envolver as organizações de agricultores no *design*, na implementação das novas NDCs, garantindo que as metas reflitam as realidades no solo e que sejam suportadas pelos métodos apropriados de implementação; segunda, disponibilizar o financiamento climático para as fazendas, diversificando as ferramentas de financiamento, fortalecendo as parcerias público-privadas e empoderando as organizações de agricultores como canais de acesso direto; terceira, elevar a adaptação e a recuperação, garantindo que as necessidades dos agricultores sejam centrais para o planejamento e financiamento.

E eu gostaria de aqui ecoar as palavras do Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago, que destacou a importância da adaptação para alinhar nosso processo multilateral com as realidades das pessoas.

Também temos grandes expectativas para o trabalho conjunto de agricultura de Sharm El-Sheikh, o único fluxo de trabalho específico do setor na UNFCCC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos dois anos, algumas pessoas questionaram sua relevância, mas a oficina que vai acontecer em Bonn na semana que vem é uma chance de mudar o foco para soluções práticas, abordar a necessidade de coerência de políticas e estimular parcerias justas na cadeia de valor e além dela. Porque a verdade é que os nossos sistemas são complexos e o sistema da ONU também, mas a cooperação não é só possível, é necessária.

Nós temos um pequeno grupo em um processo cada vez mais expandido. Durante as conferências climáticas, nós nos reunimos toda manhã, antes de as negociações começarem, alinhando nossas posições, compartilhando atualizações e garantindo que aqueles que falarem o façam em nome de toda a comunidade agricultora.

No cerne dessa comunidade estão os agricultores familiares trabalhando em todos os tamanhos, geografias e sistemas de produção e juntos são responsáveis por produzir 80% dos alimentos do mundo. A agricultura familiar não é um *hobby* ou uma aposta, é uma profissão, uma responsabilidade e uma forma de vida. É alimentar as pessoas, cuidar da terra e garantir que a próxima geração possa fazer o mesmo. Mas muito frequentemente, os agricultores familiares são deixados fora das decisões que mais os afetam e nós estamos querendo mudar isso, trazendo a energia dos agricultores para o debate e ajudando a direcionar a agenda climática de volta para onde deveria estar.

O manifesto de cooperativas de agricultura familiar para a COP 30, lançado hoje, é uma contribuição significativa desse esforço. Estamos honrados de ser parte dessa conversa e animados para trabalhar com a Unicafes e outras organizações de agricultores brasileiros para amplificar as vozes dos agricultores em todo o grupo.

Nós honramos também o compromisso da Sra. Ana Toni, a CEO da COP 30, criando espaços significativos para o engajamento de agricultores, e nós estamos prontos a colaborar com a Presidência para garantir que os agricultores sejam reconhecidos como atores-chave na ação climática.

Como Vice-Diretor da Década para a Agricultura Familiar da ONU, parceiro organizador do grupo de parceiros no Conselho Econômico e Social da ONU e ponto focal do grupo de agricultores da UNFCCC, nós estamos em uma posição única para conectar os pontos no processo multilateral. É por isso que a nossa Assembleia Geral vai realizar uma cúpula de agricultores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo, em 6 e 7 de novembro de 2025, aproveitando o momento criado pela cúpula dos líderes, em Belém, e dando destaque aos agricultores.

Vemos essa cúpula como um espaço para trazer os debates de alto nível sobre sistemas alimentares sustentáveis na experiência vivida dos agricultores, fortalecer o engajamento entre agricultores e outros em toda a cadeia de valor e equipar as organizações de agricultores para liderar sobre o clima e o desenvolvimento pela capacitação e o diálogo global.

Esse é um convite aberto. Esperamos que muitos de vocês se juntarão a nós nessa jornada de Brasília, Bonn, São Paulo e Belém, para elevar o papel dos agricultores, especificamente agricultores familiares, na criação de respostas inclusivas, pragmáticas e efetivas à crise climática.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade de compartilhar essas reflexões. Eu aguardo as respostas às suas perguntas para continuar essa conversa importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Andrea Porro.

E neste momento eu quero também aqui registrar e parabenizar o senhor pelo seu aniversário, com muita saúde, muita paz, muito amor, muita serenidade, equilíbrio. E mesmo que o senhor me conheça virtualmente, eu acho que uma coisa incessante na minha vida é jamais buscar a perfeição, mas me aperfeiçoar enquanto ser humano, tendo empatia de me colocar na dor do outro, principalmente das pessoas que mais precisam.

Então, parabéns pelo seu aniversário, com muita saúde, muita paz, muito amor, serenidade e equilíbrio. Sinta-se abraçado por todos os membros e por todas as pessoas que participam desta audiência pública.

Parabéns também a todos os convidados que aqui estiveram.

Quero registrar a presença dos Senadores e das Senadoras nesta Comissão. Convido-os, caso alguém queira, a fazer o uso da palavra; caso não queira, eu vou me encaminhar para a segunda etapa desta reunião, que seria a reunião deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui perguntas que foram formuladas por meio do Portal e-Cidadania, entre elas:

Márcio, de Minas Gerais, questiona: "Como o cooperativismo pode contribuir para a agenda climática da conferência?";

Wendyo, de Pernambuco: "Como integrar práticas sustentáveis à agricultura familiar?";

Rodrigo, de Santa Catarina: "A utilização de macroalgas como biofertilizantes seria algo promissor para a agricultura familiar. O Governo subsidiaria este investimento?";

Joelma, de São Paulo: "Como o cooperativismo da agricultura familiar pode [...] tornar os preços [dos alimentos] mais justos para o consumidor final?"; e

Yuri, da Bahia: "Como as cooperativas podem ser incentivadas a adotar práticas agroecológicas e regenerativas sem comprometer a sua viabilidade econômica?".

Eu quero convidar os participantes desta audiência pública, já, para as suas considerações finais, por, no máximo, dois minutos. Escolha uma...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... pergunta a que queira responder e aí faça as suas considerações finais, escolhendo a pergunta a que irá responder, para prestigiar as contribuições feitas pelo Portal e-Cidadania.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar pela iniciativa da audiência pública sobre um tema que eu considero altamente relevante, que não é tão difícil, digamos assim, de se resolver, quando se tem vontade política e se tem um mínimo de condições para fazer isso.

Eu sou da Região Norte, do Estado do Pará. O Estado do Pará tem 1.138 projetos de assentamento do Incra. Nós deveríamos ser o campeão do mundo, não só do Brasil, na agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar. Na Amazônia toda, você sabe que isso aumenta, fazendo um balanço superficial, não pegando o Estado do Maranhão todo, nem pegando o Estado de Mato Grosso todo, mas pegando os sete estados da Região Norte mais um pedaço desses. Nesse pedação de mundo que a gente chama de Amazônia Legal, nós temos 248 mil famílias assentadas – mais ou menos, nada exato aqui – e, só no Pará, nós temos 148 mil. Quer dizer, o estado é tão espaçoso que termina ficando com a maior parte só ele.

A organização da questão da cultura cooperativista, com relação aos produtores, é essencial. Se um médio não dá conta do recado, tendo que comprar tudo sozinho... Se você calcula o valor dos equipamentos, implementos agrícolas... Como são caros! Como é que um assentado tem acesso a um negócio desses se não for por um grupo, se não for por uma cooperativa?

Claro que isso, para a Região Norte, ainda é uma coisa um tanto remota. Se a gente muda de região e vai para o Sudeste, vai para o Sul, até mesmo aqui no Centro-Oeste, essa cultura é muito mais profunda, e as pessoas já pensam coletivamente.

Então, é um Brasil com muitos brasis dentro, e eu vejo, na cultura da organização de cooperativa, a solução para qualquer problema. Da saúde à educação, qualquer coisa se faz por cooperativa; com dinheiro também. Estão aí os montes de cooperativas de crédito: o Sicredi, crescendo; o Sicoob é muito grande; chega o Cresol lá também... Enfim, é um negócio fantástico. A gente precisa só investir nisso. Temos que investir nisso.

O Senar, que é um braço importante do sistema, voltado para a questão rural, pode ser acionado e transmitir metas. Quando não se cobram metas, não se tem resultado. Você nem pode mensurar, porque não deu um parâmetro. Então, é fundamental que se tenha meta para isso.

E eu quero aqui aproveitar para pedir que a gente leve isso a sério, que trabalhe com critério, e assim por diante.

Agora, para dar certo – rapidinho, Presidente, para eu encerrar a minha participação –, para isso tudo dar certo, a gente tem que fazer um dever de casa que é o mais básico, o mais elementar de todos: a terra, por menor que seja, precisa estar com documento, porque banco nenhum... Nós não vamos trabalhar sem crédito. O crédito... Não é? Então, ninguém dá crédito sem garantia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas agora tem um fundo de aval e tal, e tal..." Mas não funciona tão bem. O cara, quando faz uma seleção, descarta – digamos – 80% e fica com 20%, que ele acha que realmente...

Então, qual é a solução realmente? É a gente poder fazer regularização fundiária para esse povo. Porque, mesmo que a terrinha seja pequena – é pequena, não tem problema –, que ele possa usar aquele documento da terra como garantia real.

Eu sou bancário também, além de agricultor familiar. Entendido? Então, eu nasci num negócio meio da vida real, da vida prática. Meu pai era um produtorzinho de subsistência. Quando viemos para a cidade, fui correr atrás de emprego e passei num concurso de banco.

O banco tem dinheiro, e às vezes não tem como aplicar. No banco, você tem dois problemas sérios: a garantia real e a licença ambiental. Na licença ambiental – se Deus quiser –, a gente avança. Já aprovamos um projeto que estava aqui há 20 anos e foi para a Câmara. Eu espero que, daqui a um dia, se tenha uma lei que desburocratize, que avance, que seja mais simples, mais objetiva.

Se a gente não fizer a tal regularização fundiária, vamos continuar amarrados, porque mesmo o banco cooperativo, mesmo o FNO, o FCO daqui, o FNE, do Nordeste – correto? –, vão ter dificuldades para avançar, porque os bancos reclamam isso dia e noite.

Então, vamos organizar em cooperativa, porque é a solução. Não tem outra. Não inventem! Não inventem outra, porque essa é a solução. Mas vamos fazer aqui embaixo aquilo que a gente precisa para ter sucesso no outro patamar da organização.

Essa, no meu ponto de vista – como alguém que conhece a vida, como diz a novela, "a vida como ela é" –, é a minha participação.

Os meus cumprimentos por este momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Neste momento, imediatamente, por dois minutos, para fazer suas considerações finais e responder, se quiser, obviamente, porque depois essas perguntas serão respondidas – e peço o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio dos participantes para respondê-las e a gente encaminha pelo sistema de correio eletrônico.

Então, a palavra está com o Sr. Alex Macedo, para as suas considerações.

O SR. ALEX MACEDO (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui, em nome do Sistema OCB, do Presidente Márcio, da Tania Zanella, nossa Superintendente e também Presidente do Instituto Pensar Agropecuária, para a gente discutir um tema que, para a gente, é muito caro: o cooperativismo e o papel que o cooperativismo tem no combate às mudanças climáticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MACEDO – E aí, já pensando um pouco nas perguntas que foram direcionadas para a gente, como que o cooperativismo pode contribuir? Eu já estou dizendo que ele já está contribuindo, já está fazendo. Não é como ele pode, ele já está fazendo.

Só quero dar algumas informações aqui para vocês.

Na transição energética das nossas mais de 4,5 mil cooperativas, mais de 900 já estão com fontes alternativas ou com quase a totalidade da sua energia de maneira limpa. Então, elas estão investindo em biodigestores para aproveitar resíduos, estão investindo em plantas fotovoltaicas, estão trabalhando eficiência energética dentro das suas plantas para reduzir consumo, melhorar a sua eficiência. Inclusive, neste momento, nós estamos apoiando diretamente, pelo Sescoop – então, Senador Zequinha, tem um Sistema S do cooperativismo, que é o Sescoop –, 15 cooperativas a fazerem a sua transição energética lá com uma solução voltada à eficiência energética.

No caso das cooperativas de crédito, a gente tem hoje mais de 700 cooperativas de crédito presentes em mais de 9 mil pontos de atendimento e, na Amazônia, especialmente, temos milhares de cooperativas com pontos de atendimento para levar crédito para os agricultores e produtores.

Só um dado de um sistema de crédito. O Sicredi, no seu último ano, implementou com crédito algo em torno de mais de R$0,5 bilhão só voltado à transição energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as cooperativas já estão fazendo, já estão colocando isso em prática.

O que nós estamos pedindo, especialmente para aliar aqui com a Presidência da COP 30, é que chamem o cooperativismo para negociação, para discussão, coloquem o cooperativismo no centro desse debate, ofereçam espaços para que a gente possa colocar as ações.

Se a COP 30 tem uma ação voltada à agenda de implementação... Estou falando de uma rede, no caso, só do Sistema OCB, de mais de 4,5 mil cooperativas, 23 milhões de cooperados, uma rede de assistência técnica de mais de 9 mil extensionistas para levar, por exemplo, assistência técnica, crédito e orientação para os produtores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MACEDO – Então, a gente precisa do cooperativismo como uma alternativa, como um instrumento para levar essa agenda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Passo a palavra, para suas considerações, por no máximo dois minutos, ao Sr. Aparecido Souza.

Muito obrigado.

O SR. APARECIDO SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria muito de agradecer por este espaço aqui, em nome da Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), por estarmos aqui, por podermos fazer as nossas proposições e trazer esse debate tão importante para a agricultura familiar.

Aproveitando aqui a pergunta do Wendyo, de Pernambuco – "Como integrar práticas sustentáveis à agricultura familiar?" –, eu diria que essas são ações que nós já estamos trabalhando dentro do cooperativismo. A gente precisa ampliar essas práticas na parte da produção agroecológica, fazer capacitação, formação e também intercâmbio, que é onde a gente vai conseguir mostrar as práticas agroecológicas, sensibilizar novas pessoas a participar e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a agricultura de baixo carbono, a produção saudável, a produção de alimentos; aumentar a nossa capacidade de produção e a geração de trabalho e renda; e, ao mesmo tempo, fazer a conservação também dos nossos recursos naturais.

Então, eu queria muito agradecer esta oportunidade de estar aqui e dizer que nós, do Cooperativismo Solidário, estamos aí também querendo mostrar, na COP 30, todos os nossos valores, que a gente tem enquanto agricultura familiar; na parte da produção de alimentos saudáveis, a diversidade que nós temos e também as nossas práticas. Então, queremos, neste momento também, deixar aqui as nossas proposições, enquanto Unicafes, para que a gente possa continuar esses diálogos. E estamos abertos também para participar dos espaços que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. APARECIDO SOUZA – ... foram colocados, para que a gente possa trazer este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Aparecido.

Concedo a palavra à Sra. Liara Carvalho para a sua manifestação.

A SRA. LIARA CARVALHO (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Fabiano, em nome da Presidência da COP 30, da Diretora-Executiva, Ana Toni, pelo convite e pela oportunidade de trazer aqui quais são os espaços que nós temos, dentro da estrutura da COP 30, para a agricultura familiar e para o cooperativismo.

Eu gostaria de endereçar a pergunta do Sr. Marcio, de Minas Gerais: "Como o cooperativismo pode contribuir para a agenda climática da conferência?". Gostaria de indicar novamente o Círculo dos Povos, especificamente através da comissão, que está sendo encabeçada pela Ministra Anielle Franco, que tem um espaço específico para a agricultura familiar, o nosso enviado especial para a agricultura familiar, o Sr. Petersen, como eu indiquei no eslaide. E gostaria também de reforçar que a Secop (Secretaria Extraordinária para a COP-30), que está na Casa Civil da Presidência da República, está tocando um processo de integração para a alimentação da COP 30, de insumos da agricultura familiar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIARA CARVALHO – ... e da agricultura regenerativa. E gostaria de deixar mais uma vez, de maneira clara, que essa é uma prioridade, sim, estratégica da COP 30.

Obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto, por favor.

Eu faço também esse apelo para que, efetivamente, a Presidência e quem está à frente dessa organização da COP 30 tenham a sensibilidade de ouvir o cooperativismo. Eu acho que a gente tem que fazer esse diálogo. Eu fico triste, porque, às vezes, você aqui dentro, tanto do Senado ou da Câmara dos Deputados... A gente tem que saber que há uma independência dos Poderes, mas eles têm que caminhar de forma harmônica entre si. Então, acho mais do que louvável que, num evento mundial como a COP 30, o cooperativismo, que é responsável pela transformação e dignidade da população e, principalmente, do pequeno agricultor, da agricultura familiar, seja ouvido, tenha vez e voz, e não, como infelizmente acontece dentro desse sistema, fique, algumas vezes, alijado.

Eu acho que a gente tem que colocar efetivamente, ter uma realidade, verificar como está a atuação da agricultura familiar, do cooperativismo no Brasil e o que, efetivamente, o Estado brasileiro pode fazer para dar cada vez mais condição para que esses pequenos agricultores tenham vez e voz para se manifestar e ter dignidade para alavancar a economia, gerar emprego e renda, ter dignidade tanto na educação como na saúde, com redução de carga tributária e sucessivamente.

Só faço este registro e faço este apelo à Presidência da COP e aos organizadores dessa COP 30. Depois eu vou falar da minha visita que fiz a Belém, que foi de fundamental importância. Vou apresentar um relatório sobre essa diligência. Estive lá e fiquei de quarta a domingo para acompanhar o evento que vai acontecer, para ver a realidade, efetivamente. No momento oportuno, irei me manifestar.

Antes de dar a palavra... Concedo a palavra ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, quero parabenizar os depoentes.

Fazendo coro com o que o Senador Zequinha está falando, ainda no tempo do Governo Michel Temer, a Senadora – Deputada Tereza, na época –, junto com o Colatto, já batia nesse assunto da regularização fundiária. Recordo também, Zequinha, que a Deputada Jaqueline Cassol colocava emendas para Rondônia, para fazer a regularização. Isso é importante, Senador Fabiano, para que esta Comissão, junto com a Comissão do Zequinha, a de Agricultura e a do Meio Ambiente, possa ajudar esses milhares de agricultores. A Tereza lembrava aqui que, na época em que ela foi Ministra, mais de 400 mil famílias receberam o título. Hoje, seguramente, Tereza, devem ter 600, 700 milhões, no Brasil. Só na Amazônia, o Zequinha fala em 348 mil. A minha ideia é fazer um mutirão. Se as cooperativas e a Unicafes pudessem também ajudar nesse processo seria importante.

Eu vi agora – eu estive no assentamento –, Tereza, nesse momento da securitização, produtores assentados e agricultores, todo mundo junto, pedindo a mesma coisa. O que eles pediam lá, Zequinha, era justamente a titulação das terras. A gente pode chegar num banco e fazer o seu financiamento. Hoje eles não têm condições. As dívidas que eles têm lá, Tereza, não podem ser renegociadas porque eles não tomaram dívida com o banco, não podem tomar dívida em banco, têm que arrumar um terceiro que pegue em nome deles. Bem enrolada a situação.

Portanto, Senador Fabiano, deve-se fazer uma frente entre a sua Comissão e a Comissão do Zequinha para podermos ajustar, Zequinha, recursos. Que o Governo colocasse recursos e nós também, de uma forma ou de outra, alguma emenda, para podermos fazer a regularização.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado pela manifestação.

Eu quero deixar bem claro para todos os membros desta Comissão de Meio Ambiente que esta Presidência tem como método, primeiro... Eu acho que dentro de uma democracia, numa Casa plural, eu tenho que respeitar as posições e a representação partidária, mas isso não me dá o poder de inviabilizar o andamento de qualquer projeto de lei, mesmo daqueles que eu tenha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por uma questão de convicção ou de livre arbítrio, um posicionamento diferente. Então, eu não tenho a postura, por exemplo, Senador, Senadora Tereza – a Senadora sabe do meu do meu comportamento –, de segurar um projeto de lei dentro de uma Casa em que a democracia deve prevalecer. Eu acho que eu tenho que sempre estar: ora a gente vence pela maioria, ora não vencemos, mas é assim que funciona dentro de um jogo democrático.

Então, para esse projeto da regularização fundiária, tão logo teve a devolução dessa relatoria, no mesmo dia em que houve a devolução, designei Relator. Está com o Relator. E isso, no momento... Tão rápido seja colocado ou apresentado o relatório, obviamente que dentro da pauta da CMA, entrará na pauta nas sessões e nas reuniões aqui, porque esse é o comportamento que eu carrego comigo à frente da Comissão de Meio Ambiente. Então, às vezes, isso não agrada um lado ou outras pessoas que têm como convicção que eu deva me contaminar com isso, mas a função de um Presidente é ficar de forma equidistante, ter a possibilidade de dar o mesmo tratamento, mesmo que eu tenha que me curvar diante da decisão – sempre – da maioria naqueles projetos com que eu não concorde.

Eu só quero fazer esse registro, porque não tenho, como *modus operandi*, segurar uma matéria se ela já estiver apta a vir ao Plenário.

Com a palavra a Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente Contarato.

Rapidamente, quero só parabenizá-lo por esta audiência pública, um assunto de extrema importância, principalmente para os pequenos produtores, sejam eles assentados, da agricultura familiar, enfim, mas o cooperativismo, principalmente para os pequenos, é fundamental. Onde a gente vê o cooperativismo funcionando, a agricultura, a pequena agricultura se desenvolve: ela cresce, ela traz dignidade, ela traz renda para aquelas famílias. Então, temos aí vários problemas, mas parabéns!

E a inserção na COP é fundamental para que o mundo conheça o que a agricultura... como o cooperativismo, no Brasil, funciona nessa agricultura de pequenos produtores.

Então, é uma iniciativa brilhante. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo muito sucesso e que a gente possa realmente contribuir na COP 30 com um dos assuntos, que é esse do cooperativismo, para mostrar para o mundo o que a gente tem feito aqui no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Sr. Alair Freitas para as suas considerações finais por, no máximo, dois minutos.

O SR. ALAIR FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, parabéns novamente à Comissão de Meio Ambiente por esta proposição e realização deste evento. Acho que esta conferência contribui muito para dar visibilidade e para pautar as cooperativas como protagonistas da agenda climática.

Primeiro, quero ressaltar os desafios estruturais que as cooperativas vivem, especialmente na Amazônia, para liderarem esse processo. É um processo... foi uma trajetória histórica de ausência do Estado, de marginalização dos povos, das comunidades tradicionais, da agricultura familiar, da agenda pública e de grandes desigualdades que acentuam, de fato, os desafios que as cooperativas vivem, porque abarcam essa população que vive esses desafios estruturais.

Então, acho que nós temos que deixar claro que o Estado precisa estar presente para valorizar, enxergando o potencial das cooperativas e investindo para que esse potencial seja realizado.

Eu sou professor da Universidade Federal de Viçosa, faço parte aqui do curso de Bacharelado em Cooperativismo, que este ano completa 50 anos.

E a pergunta do Bruno, de Pernambuco, é: "Que tipos de parcerias intersetoriais [...] são essenciais para elevar o protagonismo climático das cooperativas?".

Eu acho que para gente elevar esse protagonismo nós precisamos fomentar ecossistemas que forneçam serviços, apoio técnico, financiamento para as cooperativas, para que elas consigam, de fato, assumir esse papel que muitas delas já assumem na Amazônia. São as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativas que, de fato, respondem por esse protagonismo, que conseguem promover exportação, embarcar tecnologia no processo produtivo, garantir sustentabilidade com autonomia e protagonismo dos povos da floresta.

Então, as cooperativas têm esse potencial, mas nós temos que ter claros os desafios estruturais que elas apresentam, que a Amazônia apresenta e entender que a sustentabilidade e a ação climática dependem também dessa infraestrutura social e econômica dos povos das florestas, das águas e da agricultura.

Então, acho que eu queria deixar essa mensagem, que a gente precisa enxergar de forma ampla esse processo e parabenizar as cooperativas por, mesmo diante desses desafios, ainda conseguirem embarcar nessa agenda climática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Neste momento, concedo a palavra, para as suas considerações, ao Sr. Andrea Porro, Secretário-Geral da Organização Mundial dos Agricultores.

O SR. ANDREA PORRO (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado.

Eu acho que o que temos adiante de nós é um mundo complexo em que o multilateralismo parece estar ameaçado. Eu acho que o caminho que o Brasil está liderando com a Presidência da COP e o que foi trazido aqui pela Unicafes... Esse compromisso com os agricultores é o caminho adiante.

Como eu disse no início, muitas vezes vemos os agricultores serem julgados por serem responsáveis pela contribuição aos gases do efeito estufa. Bom, nós acreditamos que essa mensagem traz uma "vilanização" dos agricultores. Nós acreditamos que a agricultura e as atividades dos agricultores são o único setor que pode se adaptar e mitigar, de forma contemporânea, as mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comendamos a iniciativa das Presidências do Brasil de tentar também reunir e criar uma convergência nos três processos da ONU, o clima, a biodiversidade e o combate à desertificação. Eu acho que, no espírito para quebrar essas caixas, essa separação, precisamos trabalhar para essa convergência, dar valor ao multilateralismo, e nós estamos prontos para apoiar o Governo do Brasil nessa ação, para apoiar uma mensagem clara sobre o papel da agricultura, o valor das cooperativas, a inovação e o valor que a agricultura familiar traz.

Então, muito obrigado por estarem aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu agradeço a participação de todas as pessoas que aqui vieram e quero aqui registrar, mais uma vez, o agradecimento a todas as pessoas que se manifestaram pelo Portal e-Cidadania. Quero agradecer ao Sr. Alex, ao Sr. Aparecido, à Sra. Liara, ao Sr. Alair e ao Sr. Andrea.

E, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a primeira parte desta sessão, mais uma vez, agradecendo a todos os participantes.

Muito obrigado.

Antes, eu quero registrar aqui a presença da Sra. Carolina Maximiano, que é representante do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários, do MDA.

Muito obrigado pelo seu comparecimento. (*Pausa.*)

Segunda parte desta reunião: pauta deliberativa.

Anuncio o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5696, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com 2 emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

Neste momento concedo a palavra ao querido Senador Alessandro Vieira para a leitura de seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença a V. Exa. para fazer com brevidade o relatório desse projeto que é tão importante.

O projeto em exame na Comissão de Meio Ambiente, PL 5.696, de 2023, com primeira autoria da Deputada Federal Duda Salabert, também é assinado pelas Deputadas Federais Tabata Amaral, Camila Jara e Socorro Neri, e pelos Deputados Federais Duarte Jr., Amom Mandel e Pedro Campos.

É um projeto, singelo, Sr. Presidente e colegas, que em seu art. 1º enuncia o seu objetivo: garantir acesso à água potável nas instituições de ensino.

O art. 2º altera a LDB para acrescentar em seu art. 4º os incisos XIII e XIV, e esses novos dispositivos estabelecem o dever do Estado com a educação escolar pública, que será efetivado também mediante a garantia de infraestrutura física e sanitária adequadas e oferta de água potável, respectivamente, em seus incisos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º altera os arts 2º, 17, 19, 23 e 26 da lei que trata sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola – a Lei 11.947 –, para os alunos da educação básica.

Primeiro, é incluído inciso VII ao art. 2º, para estabelecer como diretriz da alimentação escolar a garantia de acesso à água tratada e à água potável.

Altera-se também o inciso VII do art. 17 para dispor que a atribuição dos estados, DF e municípios de promover e executar infraestruturas e ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade envolve também aquelas de caráter emergencial.

Altera-se, ainda, o inciso II do art. 19, determinando como atribuição do Conselho de Alimentação Escolar a fiscalização e o acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao abastecimento de água nos estabelecimentos de ensino.

Indo a um resumo, Sr. Presidente, eu observo que, em 2021 – os dados são de 2021, Presidente Fabiano Contarato e colegas –, o Brasil tinha 14,7 milhões de estudantes brasileiros com graves problemas de infraestrutura nas escolas. Há pelo menos 5,2 mil escolas sem ter sequer um banheiro, e com esses alunos sem acesso à água potável durante o período de aula.

Esse projeto cuida disso de uma forma técnica e eficiente. É um projeto de lei atual, necessário. São 7,7 mil escolas que têm acesso inadequado a recursos hídricos, e 3 mil dessas escolas não têm nenhum acesso a água. Você imagine a realidade do estudante: cumprir a carga horária, aprender, sem ter acesso sequer a água.

Uma parte significativa dessas escolas está localizada em áreas rurais, sobretudo em terras indígenas, assentamentos ou comunidades quilombolas, mas também temos em território urbano cerca de 2 mil escolas com esses problemas basilares de qualidade e de condição.

Abastecimento de água potável e esgotamento sanitário são componentes indispensáveis do saneamento básico e altamente correlacionados com qualidade de vida e saúde. Um estudante sem acesso à água, primeiro, não saciará sua sede, sobretudo em um país como o nosso, tropical, e isso, por si só, vai acarretar uma consequência severa de redução no desenvolvimento, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade e da capacidade de brincar. Em segundo lugar, é mais uma causa para a alta incidência que nós temos de doenças e afastamento escolar.

A proposição traz para a LDB essa obrigação de o Estado brasileiro garantir acesso adequado à infraestrutura física e sanitária e à água potável nas escolas públicas.

A CMA, nossa Comissão, em 2023, ao avaliar a política pública de saneamento ambiental, sob relatoria do Senador Confúcio Moura, concluiu que a desigualdade regional no Brasil em relação aos componentes do saneamento básico é alarmante e pode ser considerada uma das principais causas de predominância dos demais fatores de marginalização social. Acrescentamos que esse fato, quando associado à precariedade do saneamento em unidades de ensino, é um golpe fatal na esperança de que meninos e meninas pobres possam alcançar melhores condições de vida.

Os senhores sabem, Presidente e meus colegas, o quanto se fala largamente sobre meritocracia. Mas é impossível falar de meritocracia quando o ponto de partida é tão desigual. Então, o projeto vem, de forma muito singela, objetiva, prática, garantir: o acesso à água tratada e à água potável como diretriz elementar da alimentação escolar; a inclusão da promoção e execução de infraestruturas e ações de saneamento básico de caráter emergencial como atribuições de competência dos estados, Distrito Federal e municípios no âmbito da política de alimentação escolar; e a vinculação dos recursos financeiros do PDDE à efetivação dessa diretriz de acesso à água tratada e acesso à água potável.

Existem inovações no PL no sentido de incentivar o reaproveitamento da água da chuva, programa de conscientização, mas o eixo principal é justamente este: garantir que nós tenhamos efetividade nessa política pública tão basilar.

O texto não recebeu emendas, Sr. Presidente, mas, fizemos dois ajustes redacionais. Permita-me. A primeira delas incorpora a previsão de garantia de água potável no novo inciso XIII do art. 4º da LDB, suprimindo, desta forma, a inclusão de um novo inciso XIV. É desnecessário, a gente unifica o texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos que a importante menção à água potável pode estar vinculada ao inciso que dispõe sobre a garantia de infraestrutura sanitária adequada, tornando o texto legal mais preciso e direto.

É um ajuste meramente redacional.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a segunda emenda exclui do projeto alterações feitas nos arts. 19 e 26 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e altera a redação do novo parágrafo único, que se insere no art. 23 da mesma lei.

Explico, Sr. Presidente, que, atendendo a uma solicitação, uma recomendação da Liderança do Governo, nós estamos retirando o §3º que estaríamos incluindo no art. 23, que exigia uma ação orçamentária específica. Era uma iniciativa de, digamos assim, zelo maior com a transparência, mas que resultaria no retorno do projeto até os Deputados e no atraso na prestação de serviço, que é fundamental, que é a prestação de serviço ao cidadão.

Então, sem mais delongas, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação, com as emendas redacionais que foram descritas, garantindo que a gente tenha esse serviço público finalmente também prestado.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Quero parabenizar V. Exa. pela brilhante relatoria, ao passo que quero também aqui registrar a minha admiração pela autora desse projeto que é a Deputada Federal Duda Salabert, do Estado de Minas Gerais. A Deputada Duda Salabert em muito dignifica a honrada classe das mulheres e da política. Fica aqui o meu registro, a minha admiração e o meu comprometimento.

Parabenizo também essa iniciativa porque, falar em água potável para crianças e jovens que não têm, isso fere o princípio da dignidade da pessoa humana; e, como muito bem V. Exa. pontuou, a desigualdade, porque nós presenciamos às vezes aqui nesta Casa uma zona de conforto ao falar em meritocracia para pessoas que tem uma largada bem antes que outras, não é? Por isso é que eu, assim como sei que V. Exa., morro defendendo isso para que – quem sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dia? – você não precise das políticas afirmativas. Mas eu sempre faço esta reflexão: qual foi a última vez que nós vimos um embaixador negro assumindo uma embaixada no mundo? Qual foi a última vez que você presenciou uma juíza negra presidindo uma audiência?

Esses dias eu peguei, Senador Alessandro, um relato, que saiu veiculado na imprensa, de uma paciente se recusando a ser atendida por uma médica porque ela era negra. É essa a realidade, ou seja, já é difícil você chegar, fazer um curso, uma graduação, se formar num curso de Medicina, e, quando acontece, você tem esse racismo. Então, além da falta de água potável, nós temos 83% das escolas de educação básica que não têm laboratório de ciência; 73% não têm quadra esportiva; 73% não têm acessibilidade. Então, que igualdade é essa?

Parabéns a V. Exa. pela sensibilidade, pelo relatório!

Mais uma vez quero registrar o meu agradecimento à Câmara dos Deputados na pessoa da Deputada Duda Salabert.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Parabéns aí pelo relatório! Parabéns à autora também! Como o Senador Alessandro falou várias vezes esta palavra, é um projeto singelo, simples, mas de uma importância vital, com que a gente chega até a ficar muito preocupada. A palavra é indignada, envergonhada, pois, a essa altura do campeonato, a gente ainda ter três mil e tantas escolas com problema de água potável e com outros problemas que a gente sabe. E depois a gente discute que sobra dinheiro da educação, que tem dinheiro da educação e que, ao chegar no final do ano, é preciso gastar em coisas que às vezes não são tão necessárias, mas se esquece do básico, que é a água potável. Imagine o nível de verminoses que essas crianças têm ou podem adquirir tomando água, sabe-se Deus como é que vem, de onde. Então acho que isso é fundamental.

E nós temos que cobrar do Ministério da Educação, temos que cobrar do FNDE, para que tenham políticas públicas que priorizem a vida, porque isso é vida, saúde é vida. Crianças que não têm saúde, como é que estudam? Como é que aprendem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns aí pelo relatório!

Mas eu acho que fica aqui também uma chamada ao Ministério da Educação, ao FNDE, para que eles possam ficar mais atentos à inclusão de políticas públicas sobre essas matérias básicas de sobrevivência das crianças nas escolas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senadora.

O raciocínio é claro e objetivo: se você investe nisso, vai impactar a saúde pública, vai impactar o melhoramento do rendimento escolar, quer dizer, isso é um desdobramento que trabalha num aspecto interdisciplinar de uma forma muito mais ampla.

Parabéns a todos!

Com a palavra a Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Era isto que eu queria falar aqui: investir em água potável, em saneamento básico, gente, é investir na saúde pública das pessoas. Em pleno século XXI, nós estarmos discutindo três mil e poucas escolas, Senador Alessandro, que não têm saneamento, não têm água potável nos envergonha, realmente nos envergonha.

Eu sou super a favor do programa Pé-de-Meia, mas, antes do Pé-de-Meia, vamos fazer água potável para os nossos alunos e saneamento básico. Isso é o básico do básico. É isso.

Então, eu concordo que o Ministério da Educação tenha que prestar mais atenção nessas condições em que esses alunos estão e priorizar – priorizar – a vida.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Parabéns, Senador Alessandro!

Só vou emendar: vocês têm problema de água potável. No Rio Grande do Sul – aí, não é conta da União, é do meu estado, do Governador –, tem escola desde o Alegrete, que V. Exa. conhece, Senador Contarato, em que, ali, chega a zero grau, dois graus, três graus; no verão, quarenta graus. Crianças em escolas que têm ar-condicionado instalado não podem ligá-lo, no quente ou no frio, porque não têm luz elétrica, a rede de luz não comporta. Eu estou cobrando isso há três anos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É um absurdo. Aqui, é a água – um abuso –, mas veja a questão do meu estado, com luz elétrica, sem condições, e com ar-condicionado já instalado. Abuso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Votação...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

O item 2, PL 3.517, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 3517, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo o crime de incêndio em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3589, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 250 do Código Penal e art. 41 da Lei 9.605, de 1998, para dobrar a pena do crime de incêndio e autorizar a expropriação das propriedades incendiadas dolosamente, além de incluir, na Lei nº 8.072, de 1990, tais crimes no rol de crimes hediondos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3522, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 41 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de incêndio em floresta ou demais formas de vegetação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3567, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de estado de emergência ou de calamidade pública ou em situações de desastres resultantes de eventos adversos associados ou não às mudanças climáticas, e aumentar a pena para o crime de incêndio florestal ou em demais formas de vegetação.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3596, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Lei nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), 4.829, de 05 de novembro de 1965, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o aumento de pena e sanções para crimes de incêndio criminoso em áreas florestais, rurais e de preservação ambiental.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3629, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990 (legislação sobre o Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural), 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Política Agrícola), 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (reforma agrária), 11.952, de 25 de junho de 2009 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), 9.636, de 15 de maio de 1998 (regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União), 6.766, de 19 de abril de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano) e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Urbana - Reurb), para promover medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais e em demais formas de vegetação, reduzir o uso irregular do fogo, garantir a recuperação das áreas de vegetação nativa atingidas por incêndios, qualificar os crimes de incêndio em áreas de vegetação nativa e aumentar as penas a eles correlatas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.517, de 2024, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 3.522, de 2024, nº 3.567, de 2024, nº 3.589, de 2024, nº 3.596, de 2024, e nº 3.629, de 2024.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Anuncio o item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1800, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do seu relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, iniciando aqui pelo voto, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 1.800, de 2021, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 [...]". É a questão dos resíduos sólidos.

O PL em questão apresenta dois artigos. O 1º altera a redação dos arts. 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. A primeira modificação pretende autorizar o uso do crédito das contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco e de estanho, limitada às pessoas jurídicas que apurem o Imposto de Renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com base no lucro real e que utilizem os referidos insumos como matéria-prima ou material secundário. Cabe ressaltar que a atual redação do art. 47 veda essa operação de crédito tributário. Além disso, os §§1º a 4º da redação proposta ao art. 47 trazem, também, uma regulamentação pormenorizada do creditamento tributário em questão – aqui, ajuda as cooperativas que fazem esse trabalho.

Análise.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio ambiente opinar sobre o mérito de proposições legislativas pertinentes à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição e à conservação da natureza.

A primeira alteração sugerida pela proposição visa incentivar a sustentabilidade das indústrias nacionais, promovendo a redução na geração de resíduos e o aumento no aproveitamento de recursos naturais. Esse é o principal objetivo do PL, uma vez que a possibilidade de crédito das contribuições especificadas será limitada às pessoas jurídicas que apurem o Imposto de Renda com base no lucro real e que utilizem os insumos referidos como matéria-prima ou material secundário, garantindo, assim, que o benefício alcance setores que efetivamente promovam práticas sustentáveis.

Quanto à redação proposta ao art. 48 da Lei nº 11.196, de 2005, constatamos que ela corrige uma imprecisão técnica na redação vigente, a qual estabelece que a incidência dos mencionados tributos fica "suspensa" no caso da venda de desperdícios, resíduos ou aparas especificados. É importante ressaltar que, no direito tributário, a suspensão refere-se a situações em que o crédito tributário foi constituído e é legítimo, mas sua exigibilidade está temporariamente suspensa por hipóteses previstas no art. 151 do Código Tributário Nacional (CTN).

Ao alterar a redação e prever que se trata de venda isenta de tais tributos, estamos na verdade prevendo que está excluída a cobrança desse crédito, mantendo-se ainda as obrigações acessórias tributárias de escrituração, declaração e informação ao Fisco. Isso assegura que o processo continue transparente e sob controle das autoridades fiscais.

Ademais, a mudança não gera perda de receita para os cofres públicos, visto que a isenção proposta se aplica a operações já contempladas sob a suspensão e que têm caráter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essencialmente ambiental. Essa alteração, portanto, ajusta o enquadramento jurídico sem alterar o montante efetivamente arrecadado, proporcionando maior clareza e segurança jurídica para os contribuintes.

Exemplo prático da aplicação dessa mudança pode ser observado no contexto das cooperativas de catadores de lixo. Sob a redação atual, a suspensão da exigibilidade dos tributos pode causar interpretações confusas ou retrabalhos administrativos. Com a redação corrigida, as operações ficam claramente isentas, incentivando o setor e simplificando o cumprimento das normas tributárias.

Vale enfatizar que a proposta dialoga diretamente com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305, de 2010, ao fomentar o reaproveitamento de materiais recicláveis e a economia circular, contribuindo significativamente para a redução do impacto ambiental.

Por fim, a iniciativa é meritória, pois corrige uma inconsistência técnica, fortalece a segurança jurídica e mantém o equilíbrio fiscal. Além disso, ao fomentar práticas, como a reutilização de resíduos e o fortalecimento da economia circular, a proposta incentiva diretamente práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação ambiental e a promoção de um modelo mais responsável e inclusivo.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.800, de 2021.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze pelo poder de síntese e pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Anuncio o item 4.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2025

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha ("Mugil liza"), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao senhor por ter colocado isso em pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que as pessoas entendam, a safra já está ocorrendo e a safra da tainha é agora no inverno. O tempo está passando e os pescadores estão sem trabalhar.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 119, de 2025, do Senador Esperidião Amin, que susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha (*Mugil liza*), para o ano de 2025, nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Decreto Legislativo 119, de 2025, de autoria do Senador Amin, que susta os efeitos do inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie *Mugil liza* (tainha) para o ano de 2025.

O autor da presente proposição justifica a iniciativa afirmando que a portaria impôs uma restrição específica sem justificativa plausível dentro do ordenamento jurídico, uma vez que o inciso III do art. 4º da portaria interministerial editada não apenas contraria o princípio constitucional da competência concorrente, como também impõe uma restrição desproporcional e sem fundamentação técnica adequada, ferindo a lógica do pacto federativo e a autonomia estadual.

Ademais, Sr. Presidente, a pesca de arrasto de praia da tainha é uma prática tradicional no litoral do Sul e do Sudeste do país, sustentando economicamente as comunidades pesqueiras e fortalecendo os laços sociais e culturais das comunidades locais, sendo considerada um patrimônio cultural do meu Estado de Santa Catarina.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição, é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar, por meio de decreto legislativo, ato normativo do Poder Executivo que exorbite o seu poder regulamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, Sr. Presidente, a CMA tem competência para se pronunciar sobre matérias relacionadas à defesa da pesca, em razão do disposto no art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Exauridas as questões formais e constatada a competência desta Comissão para a análise do PDL ora apresentado, podemos passar para o exame de seu conteúdo.

Nos termos do art. 24, inciso VI, da CRFB, compete à União e aos estados legislar concorrentemente sobre a pesca. Isso significa que, no modelo federativo brasileiro, à União cabe estabelecer normas gerais; e, aos estados, adaptar seu conteúdo e diretrizes abrangentes ao contexto regional, definindo normas compatíveis com as particularidades locais.

Na prática, a competência concorrente busca equilibrar interesses nacionais – como a proteção ambiental e a produção pesqueira – com as necessidades regionais, que podem variar de acordo com fatores como clima, regime de chuvas, existência de espécies endêmicas e tradições culturais ligadas à atividade pesqueira. Dessa forma, o arcabouço jurídico resultante contempla, de um lado, a uniformidade necessária para a promoção da segurança jurídica, e, de outro, a flexibilidade indispensável para atender às peculiaridades locais.

Entretanto, a portaria interministerial ora analisada se contrapõe à ordem federativa constitucionalmente estabelecida e invade as competências dos estados, na medida em que estabelece um limite de captura total para a tainha, no ano de 2025, para a pesca de arrasto exclusivamente para o Estado de Santa Catarina.

Ademais, a norma infralegal editada confronta as tradições locais ao impor limites a uma prática historicamente reconhecida como patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018. Tal prática, consubstanciada no método de arrasto da tainha realizado em canoas de um pau só, movidas a remo, difere sensivelmente da pesca industrial, pois, devido às características rudimentares e às limitações técnicas, não ultrapassa 800m da praia, resultando em impacto ambiental significativamente menor.

A restrição imposta pela portaria, portanto, mostra-se desproporcional ao não sopesar devidamente a relevância cultural, social e econômica dessa atividade, nem tampouco o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzido impacto na fauna marinha. Nesse sentido, ignora-se a importância de salvaguardar a cultura pesqueira local, bem como a própria sustentabilidade da pesca artesanal, que se alia à conservação dos recursos naturais.

Em razão do exposto, conclui-se que a norma infralegal invade, flagrantemente, a competência estadual de legislar e de regulamentar a pesca artesanal. E, ainda, ao desconsiderar as peculiaridades regionais e o baixo impacto ambiental do método tradicional, viola o princípio da proporcionalidade e afronta a proteção constitucional do patrimônio cultural.

Dessa forma, Sr. Presidente, impõe-se a necessidade de sustação de efeitos da restrição prevista no art. 4º, inciso III, da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 2025, de modo a harmonizar a tutela do meio ambiente com a salvaguarda das tradições e do modo de vida das comunidades pesqueiras do litoral catarinense.

E o meu voto, ante os argumentos, é pela aprovação do PDL nº 119, de 2025.

Eu tenho mais algumas questões para colocar para o senhor, Sr. Presidente. Vamos lá.

Primeira questão: antes de propormos essa sustação, nós exaurimos a conversa. Eu, o Governador Jorginho Mello, Deputados Federais e o Secretário de Pesca do Estado de Santa Catarina, Tiago Frigo, fomos ao Ministro, ele veio aqui, conversamos, pedimos e explicamos. O senhor imagina – já lhe fiz esse exemplo e lhe faço de novo – que eu proibisse, se eu fosse Ministro de Estado da Pesca, a captura, por exemplo, de pescada amarela ou de dourado somente no Estado do Espírito Santo.

Segunda questão: se o senhor, independentemente da sua religião, lê a Bíblia Sagrada, a pesca de arrasto de praia, conforme é feita em Santa Catarina, não é centenária, é milenar. Pedro pescava assim – Pedro, discípulo de Cristo. Então, me dizer que uma pesca artesanal, muitas vezes nem motor tem, é a pau, o cara vai de remo, anda 800m, avança 800m sobre o litoral, pesca tainha da forma mais rudimentar, muitas vezes famílias, inclusive, esticam redes, pegam aquele peixe e dividem pela comunidade, é uma pesca linda, histórica, culturalmente relevante para o meu estado, e o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca impõem restrições exclusivamente ao Estado de Santa Catarina, flagrantemente inconstitucional a medida, desproporcional a medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho apelado ao senhor, tenho apelado ao Jaques Wagner porque essa medida, do jeito que se dá, claramente é uma perseguição a Santa Catarina, claramente uma perseguição ao que eu represento aqui neste Senado. Todos sabem que eu sou um defensor da pesca por ser um filho da pesca e por ter sido Ministro de Estado da Pesca, no passado, no Governo do Presidente Bolsonaro.

Então, ultrapassa completamente a razoabilidade, é uma medida completamente inconstitucional, uma medida completamente persecutória, uma medida completamente discriminatória sobre os pescadores do Estado de Santa Catarina, uma medida absurda sobre a pesca artesanal. É dos mais vulneráveis que nós estamos falando, nós não estamos falando de barco industrial, que representa lá a empresa que eu tenho, os barcos da minha família, não. Eu estou falando de pesca artesanal, de pesca milenar, de pesca que mata a fome, do Natal do pescador em Santa Catarina, que é a pesca da tainha. Então eu peço aos colegas que se coloquem no meu lugar. Esqueçam que é Jorge Seif. Imaginem imporem restrições sobre o Estado do Rio Grande do Sul, do Heinze, ou o Estado de Rondônia, do Bagattoli, ou o Estado do Espírito Santo, do Senador Contarato, ou o Sergipe, do Senador Alessandro, e se vocês iriam permitir e aceitar uma arbitrariedade desse tamanho, uma desproporcionalidade.

Então eu peço aos colegas que me ajudem a sustar essa medida absurda, porque Santa Catarina não é melhor nem pior do que ninguém para ser preterida da pesca de tainha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agradeço a manifestação de V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para deixar registrado um ponto de reflexão que deverá ser enfrentado na CCJ, que é a plausibilidade do uso de PDL para esse tipo de situação. Eu já fiz esse tipo de reflexão em momentos anteriores. É evidente que o Plenário é soberano, mas, erros técnicos e equívocos não necessariamente comportam a utilização dessa ferramenta, que é excepcional. Parece-me, inclusive, que essa é uma questão que já está judicializada. Parece-me que já está em andamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Justiça, com previsão de audiência de conciliação para o final do mês. Então, na CCJ, eu voltarei a tratar do assunto.

Neste momento me somo aqui ao colega Senador Jorge Seif, para que a gente possa avançar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Agora também quero fazer um registro aqui, Senador Seif. Eu entendo a manifestação de V. Exa., mas eu, como Presidente, tenho cumprido toda a minha palavra aqui nesta Comissão. A prova disso é que o PDL está na pauta, a prova disso é que nós estamos aqui deliberando. Eu poderia muito bem não ter colocado em pauta um PDL desse, mas eu, tão logo houve solicitação nesse sentido... Eu sou subserviente à democracia, eu sou subserviente à maioria desta Comissão. Então, em nenhum momento, eu, como Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, coloquei qualquer dificuldade para que esse PDL pudesse... Pelo contrário, eu falei: "Tão logo haja sessão, tão logo esse PDL vai entrar na pauta, e aí vai ser por voto". É assim que caminha a democracia.

Bom, nada mais...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para resgatar, a minha primeira palavra foi de agradecimento ao senhor por ter colocado na pauta. Só para deixar registrado, foi minha primeira palavra, porque eu falei com o senhor no Plenário, a minha assessoria falou com a do senhor, e o senhor está cumprindo rigorosamente o que o senhor prometeu ao estar pautando. Se vai ganhar ou se vai perder, são questões de Congresso Nacional, mas eu quero agradecer. Foram minhas palavras iniciais as de agradecimento. O senhor está cumprindo realmente de ter colocado isso em pauta. Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para a matéria. Se possível, que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, vai direto para Comissão de Constituição e Justiça. Tem que ser feito o requerimento lá, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que ele paute esse PDL. Aqui eu não tenho como aprovar. Imediatamente, ele sai daqui hoje, deliberado, e vai para Comissão de Constituição e Justiça. Está claro?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, gostaria de pedir urgência para o Plenário e, caso o Plenário rejeite, volta para a CCJ, justamente porque nós estamos já no meio da safra da tainha. Se ainda for para a CCJ, tiver que ser pautado, a gente perde o *timing* de pessoas que querem pescar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, esse PDL tem um questionamento sobre um requisito técnico. Eu não vou pautar requerimento de urgência hoje nesta Comissão de Meio Ambiente. Sugiro a V. Exa. que o faça na Comissão de Constituição e Justiça.

Anuncio o item 5, requerimento da CMA, requerimento de minha autoria... Desculpe, requerimento do Senador Jaques Wagner, que eu subscrevo.

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a questão dos bioinsumos como pilares da agricultura moderna e da sustentabilidade ambiental, bem como a relevância dos estudos conduzidos pela Dra. Mariângela Hungria na área, recentemente condecorada com o Prêmio Mundial de Alimentação (World Food Prize), reconhecido como o "Nobel" da agricultura.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 6 extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os preparativos institucionais e estruturais para a realização da COP30, em Belém, no estado do Pará. Para a referida audiência pública, convidaremos representantes do Governo Estadual do Estado do Pará, da Prefeitura de Belém, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e outras representações, se for o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Convidaremos também o Governo Federal, que aqui não está – peço que faça essa complementação.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 28 de maio.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, quero aqui fazer um registro e proceder à leitura do relatório da diligência feita no Estado do Pará para acompanhar o encaminhamento da COP 30.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, colegas membros desta Comissão, cidadãos que nos acompanham, trago hoje à Comissão de Meio Ambiente um breve, mas necessário relato da diligência externa realizada na cidade de Belém do Pará, onde estivemos acompanhando os preparativos para a 30ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, que ocorrerá ao final deste ano.

O que vimos em Belém merece ser celebrado: as obras avançam com seriedade, e o compromisso dos Governos estadual, municipal e federal é visível. O que se sente, acima de tudo, é o envolvimento da população. A COP já está nas ruas, nos mercados, nos bares, nas praças. O povo belenense e paraense assumiu este evento como seu. Em qualquer conversa com qualquer cidadão, percebe-se o orgulho de sediar um dos eventos climáticos mais importantes do planeta. E que orgulho justificado: Belém é gastronomia premiada, é cultura viva, é biodiversidade, é resistência, é fé, é Amazônia em forma de cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belém também é história viva. Caminhar pela cidade é mergulhar em séculos de memória. O Ver-o-Peso, com seus aromas e cores inconfundíveis, é muito mais que um mercado, é um símbolo de identidade. As construções históricas, os museus, os palacetes coloniais, as igrejas centenárias e as obras de arte que adornam os espaços públicos revelam uma cidade que respira patrimônio e cultura.

E há ainda a fé, que move milhões de pessoas todo mês de outubro, no Círio de Nazaré, essa manifestação única de devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Belém encanta porque carrega, em sua arquitetura, sua espiritualidade e sua gente, a alma amazônica.

Agora, é importante dizer: Belém não esconde seus problemas – e aqui eu quero frisar isso. Belém não esconde seus problemas – e nem poderia. Como qualquer capital brasileira, tem seus desafios urbanos, sociais e estruturais. E, sim, os participantes da COP vão conviver com esses desafios. Mas é justamente isso que torna a experiência relevante, porque é impossível falar de justiça climática sem olhar de frente para as realidades de quem está na linha de frente da crise climática.

Durante nossa visita, também tivemos a infeliz constatação de que ainda há, em certas partes do Brasil, um certo descrédito – quase sempre revestido de preconceito, de xenofobia – em relação à capacidade de Belém realizar um evento dessa magnitude. Chegamos a ver, inclusive, um determinado veículo de comunicação distorcer declarações do Prefeito, tentando sugerir que ele se orgulhava dos problemas da cidade. Ora, ninguém se orgulha dos problemas. O que há, e é legítimo, é o orgulho de um povo que enfrenta esses problemas com dignidade, com altivez, com coragem e com criatividade. O Brasil precisa reconhecer o valor das suas regiões, especialmente a Amazônia, não apenas como território a ser preservado, mas como lugar de gente, de cultura, de direitos.

A COP 30 será uma oportunidade única para mostrar ao mundo que países como o Brasil, que estão entre os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima, precisam, urgentemente, de acesso a financiamento climático justo, direto e eficaz, para proteger seus biomas, sim, mas também para garantir à sua população o direito ao desenvolvimento, à infraestrutura básica, à vida digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belém está pronta. E o Brasil precisa estar à altura da responsabilidade de apoiar, reconhecer e aprender com o que Belém e a Amazônia têm a mostrar ao mundo.

Visitamos as obras do Porto Futuro, Estação das Docas, Ver-o-Peso e Parque da Cidade – projetos estruturantes que fazem parte da preparação para a COP 30. As intervenções estão com mais de 80% de execução e seguem em ritmo acelerado. Após o evento, em novembro, esses espaços serão entregues à população, como um legado duradouro de desenvolvimento urbano, sustentabilidade e qualidade de vida.

Registro aqui meus sinceros agradecimentos ao Governador do Estado do Pará, meu querido Helder Barbalho, que teve uma generosidade quando acolheu não só a mim, mas toda a equipe da CMA e da minha assessoria, e ao Prefeito de Belém, Igor Normando, pelo comprometimento e pela recepção calorosa durante nossa diligência. Estendo esse reconhecimento aos secretários estaduais e municipais e às suas equipes, que têm se dedicado com seriedade e competência à preparação da COP 30. Agradeço também à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, na pessoa do Deputado Chicão, na pessoa também da Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é a Deputada Maria do Carmo, que nos acolheram com respeito institucional e espírito colaborativo.

A mobilização conjunta dos poderes públicos no Pará é prova de que Belém está levando a COP 30 com a responsabilidade e a grandeza que o evento exige.

Nesse sentido e buscando dar a devida publicidade, por meio desta Comissão, ao que está acontecendo em Belém, apresentei também requerimento para a realização de uma audiência pública com representantes locais, Governo Federal, Governo estadual, municipal e a Assembleia Legislativa, para que possam compartilhar diretamente com esta Casa as ações em curso, os desafios enfrentados e as oportunidades que a COP 30 traz não apenas para a Amazônia, mas para o Brasil e o mundo.

Esta Comissão continuará atenta e colaborativa, ciente de que a defesa do meio ambiente e da justiça climática passa necessariamente pela valorização dos territórios e dos povos que sustentam, com seus corpos e culturas, o equilíbrio que o mundo busca desesperadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço e quero aqui fazer um registro. Nesse tempo em que eu estou aqui no Senado, em todas as COPs de que eu participei, eu ouso falar: não tiveram uma estrutura melhor do que a que o Pará vai apresentar ao mundo. Nós estivemos lá e verificamos isso, e eu estou orgulhoso enquanto brasileiro, enquanto Presidente da Comissão do Meio Ambiente. É óbvio que problema todo estado tem, mas é importante que o mundo veja isso, porque, se nós temos preservação ambiental, é necessário que haja uma compensação para dar dignidade para essas pessoas. Essas pessoas precisam de saneamento básico, essas pessoas precisam de justiça social, essas pessoas precisam de educação pública, de saúde pública de qualidade, essas pessoas precisam de redução de carga tributária, essas pessoas precisam de dignidade. Então, não basta querer falar ou atacar.

Eu fico triste, porque, sempre que se ataca uma região do país, se está, sim, revestido ali com um preconceito, um preconceito! Nós temos que entender que o Brasil é tão diverso, é tão fenomenal. Eu amo ser brasileiro, eu amo! Eu sou do Espírito Santo, mas, quando eu cheguei ao Estado do Pará e vi a realidade... O mundo precisa ver essa realidade, o mundo precisa entender por que o mundo não preserva, ou não preservou, ou não fez o dever que deveria ter sido feito, e nós temos aqui, com todos os biomas, a maior preservação, mas nós temos que ter uma população... E é a população que está lá, porque, quando se fala da preservação ambiental, quem está lá defendendo o meio ambiente são as comunidades tradicionais, é a população mais pobre, são os povos indígenas, são essas populações que estão ali. Então, é cômodo você ter um discurso simplista, imediatista ou até mesmo preconceituoso com determinada região, como o Estado do Pará.

Eu tenho orgulho do que eu vi no Estado do Pará. Eu quero parabenizar todos os que estão à frente dessa organização, parabenizar o Governador Helder Barbalho, o Prefeito Igor, a Assembleia Legislativa. Estão todos... É como eu li aqui nesse relatório, a população abraçou a COP, a população tem empatia, a população tem amor, a população tem carisma, tem humildade. É só você olhar para as pessoas, enxergar, ver o orgulho em falar: "Olha, nós temos problemas, sim. Nós temos problemas, mas isso não impede de mostrarmos ao mundo que o Brasil, o Estado do Pará vai dar um *show* nessa COP 30".

Parabéns ao Estado do Pará! Parabéns ao país! E que tenhamos, sim, uma COP 30 que muito dignifica o Estado brasileiro. E que o mundo reflita efetivamente que preservar o meio ambiente como um direito constitucional, como nós colocamos na nossa Carta Constitucional, no art. 225 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado –, é perfeitamente possível: caminhar de mãos dadas, preservando o meio ambiente com sustentabilidade, mas gerando emprego e renda e dando dignidade, principalmente, à população que lá está na ponta, preservando o meio ambiente como um direito humano essencial, como um direito constitucional.

Muito obrigado.

Nada mais havendo...

Item 7, desculpem.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a emergência climática e os caminhos para um futuro sustentável no dia 21 de agosto de 2025, como parte da Semana de Vivência Legislativa do Programa Jovem Senador, com a participação dos 27 jovens senadores e senadoras e de seus(as) professores(as) orientadores(as).

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Plínio Valério, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jorge Seif, Ana Paula Lobato e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2025 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 7/2025 - CSP, de autoria dos Senadores Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Obter informações e esclarecimentos sobre áudio vazado de Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do Ministro Alexandre de Moraes, acerca de ameaças de morte contra ele. **Participantes:** Sr. Sérgio Tavares, Jornalista; e Sr. Glenn Greenwald, Jornalista. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A presente audiência pública tem como objetivo obter informações e esclarecimentos sobre o áudio vazado de Eduardo Tagliaferro, ex-Assessor do Ministro Alexandre de Moraes, acerca de ameaças de morte contra ele, nos termos dos Requerimentos nºs 5 e 7, de 2025, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Comunico que a audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Já há participação de algumas pessoas aqui, pelo Portal e-Cidadania, com perguntas que nós vamos fazer no momento oportuno.

Lembro aqui que, entre os convidados aprovados nos requerimentos do Senador Eduardo Girão, estão o Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal – não estou vendo a presença dele aqui –; Sr. Sérgio Tavares, Jornalista; Sr. Eduardo Tagliaferro, Perito Digital e ex-Chefe de Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral); Marco Antonio Martin Vargas, Juiz Substituto de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Juiz Auxiliar no Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes; Sr. Airton Vieira, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Juiz Instrutor no Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes; e Sr. Glenn Greenwald, Jornalista.

Bom, nós temos aqui a presença física do jornalista Glenn Greenwald, a quem eu quero agradecer, mais uma vez, pela colaboração que você tem dado à nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos as pressões que existem, e não são diferentes aqui também contra Parlamentares, para você ver a que nível chegou a nossa democracia: muitos Parlamentares, Glenn, com receio de subir à tribuna e falar alguma coisa, porque, a qualquer momento, podem ser pinçados para dentro de um processo judicial, de uma investigação.

Acabou de acontecer com um colega nosso de bancada, o Deputado Sóstenes Cavalcante, que deu uma opinião sobre um determinado assunto de emendas parlamentares, e simplesmente um Ministro do Supremo, o Sr. Flávio Dino, dá 48 horas para que ele explique o que é que ele quis dizer quando não havia mais acordo sobre emendas. Quer dizer, nem a prerrogativa de um Parlamentar de falar o que pensa, de dar uma entrevista está sendo mais respeitada. E eu lamento que aqui no Senado a gente ainda não tenha número para fazer o que nos cabe para retomar a normalidade na nossa democracia.

E também temos aqui, *online*, o jornalista Sérgio Tavares, que também nos honra com as suas palavras...

Eu vou só fazer os seguintes procedimentos, se todos concordarem: a gente passa a palavra por 20 minutos para o jornalista Sérgio Tavares, para ele fazer as suas considerações; na sequência, nós passamos aqui para o Glenn também fazer a sua exposição; e aí depois nós começamos aqui as perguntas dos Parlamentares, para que possamos trazer à tona essa situação ainda muito obscura, com informações que não vieram, de forma integral, à tona ainda, e é isso que nós esperamos que esta Comissão de Segurança Pública possa fazer. Já que há, pelo que nós acompanhamos na imprensa, ameaças de morte a uma pessoa, obviamente é um tema que cabe a esta Comissão tratar.

Senador Magno Malta, quer fazer uso da palavra?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Desejo, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Glenn, sempre corajoso na sua posição e seguindo o seu juramento de jornalista, expondo sempre a verdade, e quero lamentar... Quer dizer: agradecer a Deus, *a priori*, por esta audiência pública, a iniciativa do Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me de que, lá atrás, fiz uma convocação do Tagliaferro e fiz contato com o advogado dele, e ele disse que viria como convidado, depois recuou dizendo que temia pela própria vida – o advogado falou comigo –, e eu não vou fazer aqui outras considerações do que falamos, porque nós estamos ao vivo.

Eu estou informado de que todas as redes de comunicação, todos os blogues de direita, todos eles estão ao vivo, neste momento, inclusive a Auriverde, neste momento transmitindo esta audiência, e V. Exa. começou lendo os nomes que foram convidados a vir e leu o nome de Alexandre de Moraes, essa figura impoluta, nojenta, essa figura que afronta este país como se ele tivesse o poder absoluto. Ele se comporta... Ele é o Calígula do Brasil. Ele é o faraó do Brasil. Ele é o Nero do Brasil.

E me admira, porque eu estava aqui quando ele veio aqui, humildezinho, com um currículo na mão, batendo de porta em porta, jurando fidelidade à Constituição e pedindo, pelo amor de Deus, por um voto.

E eu estou falando isso porque ele não está nem aí para esta Casa. Ele não tem o menor respeito por esta Casa. Ele não tem o menor respeito pela Mesa desta Casa, que, infelizmente... Eu sempre falei a mesma coisa: eles assumem a Presidência fazendo discurso de estadistas que eles não são, porque, na verdade, eles morrem de medo de Alexandre de Moraes e passam a ser tão somente comunicadores, dadores de recado das reuniões secretas feitas com Alexandre de Moraes. Aliás, não tem nem reunião secreta mais.

Veja essa viagem agora para o velório do Papa, para velar o corpo do Papa. A comitiva de Trump tinha duas pessoas; a do Brasil tinha gente que estava escondida dentro do Aerolula e, que não estava nem na lista, só se descobriu, porque, numa filmagem, numa entrevista, estava por trás da figura também impoluta, poderosa...

E eu estava vindo no carro, ouvindo o discurso dele, enquanto advogado, defendendo o Cesare Battisti. Que discurso lindo! Que perspicácia! Que capacidade de defender um homem com 60 anos, Cesare Battisti, que não merece morrer no cárcere, porque não cometeu crime para tal – um homem de 60 anos! Que cara de pau! Que cara de pau! E ele não tem o mínimo respeito por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem três Poderes – um está com o pescoço de fora e os outros dois estão afogados.

V. Exa. leu o nome dele aí, e ele nem para dizer assim: "Olhe, cambada de otários, eu não vou". O outro chamou de mané, né? Esse poderia até chamar de otários. "Eu não vou." E eu só o recebi porque eu tenho respeito ao Temer, gratidão ao Temer, Senador Flávio.

Quando eu falo gratidão ao Temer, é porque, quando eu cheguei à Câmara Federal, como Deputado Federal, e com quatro meses eu me tornei o Presidente da maior CPI da história do país, a CPI do Narcotráfico, o Temer era o Presidente da Casa e me deu o maior apoio. Eu só era um novato de quatro meses, vindo de um estado pequeno. E o Temer me pediu para recebê-lo. E que pessoa fingida, educada, me deu o currículo dele. Eu falei: "Não, eu não quero o seu currículo". Porque currículo não quer dizer nada. O que é indicado para uma posição como essa... Certamente o currículo ele tem. Eu quero saber o que o indivíduo pensa, o comportamento do indivíduo, como ele age, a sua vida pregressa. E hoje eles agem como se não tivessem vida pregressa. Eles começaram do zero, limpíssimos, quando colocaram a toga nas costas.

Então, é relevante demais falar sobre isso, sobre a ausência desse elemento. Eu me recuso a chamar de ministro esse indivíduo. E são milhares de pessoas. Ele é que faz o discurso pedindo perdão para Cesare Battisti, um terrorista: "Gente, já se passaram trinta anos. Ele está sendo punido, um senhor de 60 anos". Quer dizer, alguém de 60 anos é um senhor – né? –, mas no 8 de janeiro não existe senhorzinho nem senhorinha, né? Eles falam com deboche. Eles falam com deboche.

Eu preciso fazer e precisava fazer essa fala porque nós estamos começando, antes que os nossos convidados falem, para que a nossa audiência fique conosco. Fique conosco e saiba a nossa audiência que o imperador do Brasil foi convidado, que o inoxidável foi convidado, que o manda tudo foi convidado, mas ele não tem o mínimo respeito.

E aí V. Exa. diz: "Nós somos uma minoria, não podemos fazer nada". Mas nós podemos, Senador Flávio, porque uma árvore frondosa, que a gente olha e acha tão linda, não nasceu árvore frondosa, um dia foi só uma semente. E nós temos que regar essa semente, porque, em 2026, se este Parlamento, se o Brasil não acordar para entregar a esta Casa gente que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sangue no olho, destemida, gente que nasceu desmamado, com a faca no meio dos dentes, para poder enfrentar esse terror imposto ao país pelo Supremo Tribunal Federal, com a vênia desse consórcio e cooperativa toda que dirige o Brasil hoje, que inclusive vai ter até camisa vermelha para a seleção brasileira...

Eu desafio: se os estádios já estão vazios hoje, se a seleção brasileira já não chama mais a atenção de ninguém, a chamada Seleção Canarinho por causa do amarelo, os jogos da seleção vestida de vermelho vão juntar tanta multidão como o Lula junta hoje nos estádios. Eu tenho certeza de que diversos jogadores de qualidade convocados dirão: "Vai vestir a camisa vermelha? Eu recuso a convocação". Eu tenho certeza! Olhe aonde nós chegamos! Mas é um país em que a cada dia nós descobrimos uma tramoia. E eles não entenderam ainda que não dá mais para fazer tramoia no escuro, porque a Bíblia diz que tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz.

Eu sei que o depoimento do Glenn aqui hoje, do Sérgio Tavares e a ausência do Tagliaferro... E eu quero insistir, se o Senador Girão tiver aí as gravações, o áudio dos dois, a partir de onde a gente tem também a certeza de que, de fato, ele mirava Eduardo Bolsonaro, seu irmão. Mirava Eduardo Bolsonaro, e aí o pai, quando tem um filho...

Eu vou lhe contar uma história, Senador. Permitam-me, Senador Girão, Senador Mourão e o Glenn, por um minuto.

Aos 17 anos, eu li um livro chamado *Torturado por Amor a Cristo*, escrito por... Como é o nome dele? Esse homem passou muitos anos na solitária. Quando na Guerra Fria, na cortina de ferro, na época da cortina de ferro quando cristãos eram mortos, quando eles eram encontrados cultuando em cavernas, esse homem ficou numa solitária, onde ele tinha que ficar sentado, com água pingando na cabeça dele de manhã, de tarde e de noite. Todos os dias ele era torturado, para que ele dissesse, para que ele contasse onde estavam os outros cristãos – Richard Wurmbrand, *Torturado por Amor a Cristo*.

E esse homem conta que eles o levavam para o pátio e o retalhavam com navalha. E diziam: "Nega teu Cristo, nega teu Cristo, e nós te daremos a oportunidade de vida". E o obrigavam a comer as próprias fezes. E ele nunca se esqueceu da palavra de Jesus: "Aquele que tentava ganhar a sua vida perdê-la-á, mas aquele que perder a sua vida por amor de mim achá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

la-á". E ele diz que em um dia de domingo, ele foi levado para o pátio e, ao chegar no pátio, ele viu o filho dele mais novo, que eles haviam capturado. E eles começam, então, a obrigar o menino a comer as próprias fezes, e começam a retalhá-lo, a cortar o garoto como cortavam o pai.

E, num determinado momento, ele começou a chorar, se aproximou do filho, porque estava algemado, e disse: "Meu filho, eu vou falar, eu vou falar. Eu vou dizer onde estão os nossos irmãos, porque eu não aguento ver você morrer assim. Você é meu filho. Eles queriam seu irmão para atingir seu pai". Ele disse: "Eu vou falar. Agora não tem mais jeito. Você é meu sangue, você é meu filho". E aquele garoto de apenas 12 anos olhou para o pai e disse: "Não, papai, não seja um traidor do evangelho. Deixe, deixe que eles me matem. Eu morrerei dizendo que Jesus é minha terra natal". A terra natal é onde nós nascemos. O que aquele garoto estava dizendo é: "Eu nasci em Cristo. Ele é minha terra natal". O senhor sabe por quê?

Eu não tenho mais coragem do que ninguém, não sou mais valente do que ninguém, muito pelo contrário. Coragem não é ausência de medo. Mas é porque o Apóstolo Paulo, intérprete da mente de Cristo, disse: "Importa agradar a Deus e não aos homens". E a vida diz que, ao rei, tudo, menos a honra. "Aquele que tentar ganhar a sua vida perdê-la-á, mas aquele que a perder por amor de mim..." Essa é a razão da minha fala, da minha vida, do meu destemor com relação ao que o Brasil vive neste momento da nossa história. Podem vir me matar.

Inventem. Porque eles inventam lei, eles estão inventando lei agora, eles estão inventando outro ordenamento jurídico. Os Presidentes das duas Casas estão sendo chamados para combinar a diminuição de pena, diminuir... Não existe... Nós não estamos querendo diminuição de pena. Nós queremos é anistia para quem não fez crime. E nós não vamos aceitar isso.

Para mim, Senador Flávio, ainda que me matem – porque comigo só se matar mesmo –, ainda que me prendam, eu não vou parar de falar. Esse ditador não terá um dia de sossego com relação a mim pelas minhas crenças, pela minha fé e pelo amor que eu tenho ao meu país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta. Parabéns pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que fazer uma correção do que eu disse. Por enquanto – por enquanto –, ainda não temos o número, mas temos aqui uma qualidade de Senadores que cada dia colocam um tijolinho nessa ponte que nós vamos construir, se Deus quiser, para chegar a ter a libertação do nosso país da mão de quem tanto destrói a nossa democracia.

É impressionante aquela máxima: xingue-os do que você é, acuse-os de fazer o que você faz. Como eles a usam contra nós! Porque nós é que somos os verdadeiros defensores da democracia. Eles estão acabando, corroendo, destruindo a democracia, e têm lá o discurso de defesa da democracia, mas, graças à publicidade que nós temos hoje sem o controle integral dos grandes veículos de comunicação, a gente consegue mostrar a verdade ao público.

Então, eu quero agradecer a todos os portais que estão transmitindo conosco esta audiência pública. Continuem aqui nos assistindo, porque tenho certeza de que tanto o Glenn quanto o Sérgio Tavares vão ter bastante coisa a acrescentar a tudo que já foi dito até hoje.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser muito rápido, porque o objetivo nosso é ouvir tanto o Sr. Glenn Greenwald, que é um jornalista norte-americano que tem dedicado um trabalho incansável à democracia do Brasil... Quero dizer que ele teve que fazer um malabarismo para estar hoje aqui em Brasília.

Quero agradecer a sua presença, Glenn, e a sua coragem também.

Quero agradecer ao Sérgio Tavares, que alterou um voo, ele estaria em voo agora, de Bruxelas para Lisboa, e ele o adiou para participar dessa audiência.

Quero saudar o senhor pelo seu aniversário. Tinha que cair... E não foi uma coisa... Foi um acaso, mas nada é por acaso. A audiência seria ontem, e a gente adiou por 24 horas para tentar encaixar a agenda, especialmente do jornalista Glenn.

Até a última hora, esta Comissão – quero cumprimentar a Comissão –, nosso gabinete também, esteve em contato com o advogado do Sr. Tagliaferro. Infelizmente, não foi possível, a gente compreende, mas não vamos desistir, nós vamos continuar aqui. Tenho certeza de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita coisa virá à tona hoje, e nós vamos continuar também para, em outro momento, ouvir o Sr. Tagliaferro e o Sr. Airton Vieira, que é assessor direto do Ministro Moraes, que foi...

E também quero lamentar, Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição, que está aqui conosco também, Senador Mourão, Senador Magno Malta, Senador Portinho, que vai entrar também para fazer perguntas de forma virtual, ele está no Rio de Janeiro, quero lamentar que, pela oitava vez, o Ministro Alexandre de Moraes é convidado, não apenas por Comissões do Senado, mas pelo Plenário do Senado, para participar de debates, para trocar ideias aqui conosco sobre o segredismo que existe em tribunais superiores no Brasil, decisões nada republicanas, inversão completa de valores, desrespeito à Constituição do Brasil, e ele não atende a este Senado, ou seja, desqualifica, diminui o Senado Federal. Mas nós temos aqui um grupo de Senadores que não abaixa a cabeça para isso, que não se intimida, e nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho, no limite das nossas forças.

Então, mais uma vez, parabéns! Que Deus lhe dê muita luz, Senador Flávio Bolsonaro, saúde, realizações na sua vida, que tenha muitos anos. Parabéns pelo seu aniversário!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão.

Antes de passar a palavra ao Senador Rogerio Marinho, informo que a assessoria acaba de me trazer que alguns dos convidados que não compareceram responderam, pelo menos.

O Sr. Marco Antonio Martin Vargas simplesmente comunicou que não poderá comparecer à audiência, não fala por quê, mas as pessoas que estão nos assistindo têm que entender que esta Comissão não tem o poder de convocar esses convidados, temos que convidar, não é uma CPI.

O Desembargador Airton Vieira também disse que não poderia comparecer em razão da participação dele, na mesma data, na sessão de julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

E há uma resposta também do advogado do Sr. Tagliaferro, Dr. Eduardo Kuntz, respondendo que infelizmente não pode confirmar a presença por ele e, como sugestão, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicita, Senador Girão, que seja proposta uma nova data para essa oitiva e com a possibilidade de comparecimento virtual.

Então, vamos insistir para que, em algum momento, o senhor Tagliaferro possa, ainda que virtualmente, fazer essa oitiva conosco.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Senador Flávio, Srs. Senadores aqui presentes, ilustre convidado Glenn, Sérgio, que está via internet, quero saudá-lo também.

Eu acredito que nós temos que manter a pressão, nós não podemos desistir, nós não podemos aceitar que esse é o novo normal, em que a Justiça vive de jurisprudência de exceções, de conveniência, de circunstância. Nós estamos tendo, literalmente, onze constituições no Brasil e não uma Corte que deveria se debruçar sobre as eventuais querelas que a ela fossem oferecidas ou demandadas.

Nós temos, e não podemos esquecer nunca, nós temos, há mais de seis anos, um inquérito aberto, que é o inquérito do fim do mundo, o inquérito de *fake news*. Hoje inclusive um editorial de *O Estado de S. Paulo* disse que essa é uma espécie de botão de emergência que o STF aciona para se proteger. De quem? De quem o STF precisa se proteger? Da sociedade brasileira, para quem ela deve ser a guardiã da lei maior? Das críticas ou eventuais contestações que os recivilizadores da nação têm ordinariamente desfilado como lugares comuns? Porque no Brasil hoje o Ministro do STF dá entrevistas como se fosse um jogador de futebol, como se fosse uma vedete ou um político, tratando de temas que não deveriam ser tratados por quem é juiz. O juiz deveria falar nos autos, foi o que nós aprendemos, é o que diz a nossa legislação. Então, há um permanente prejulgamento, uma indução, uma invasão de competências que só se agiganta e, o que é pior, aí eu quero chamar a atenção dos meus pares: isso está normalizado.

Eu fui abordado pela imprensa essa semana, eminente Senador Flávio, me dizendo o seguinte: "O STF, junto com o Presidente Davi e o Presidente Hugo, estão tratando de um projeto de lei que vai distender a relação entre os dois Poderes". Eu olhei para a repórter, ela ao lado de outro, e disse: "Houve uma revogação da Constituição brasileira? Não existe mais o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio da separação dos Poderes?". Você me pergunta isso com a naturalidade como se nós estivéssemos vivendo num mundo em que os nossos parâmetros, as nossas referências, a nossa previsibilidade fossem colocadas de pernas para o ar e isso não fosse um escândalo. Porque o que acontece no Brasil hoje é um escândalo, é uma disfuncionalidade, é um agigantamento, é uma hipertrofia de um Poder que hoje, de fato, define de briga de galo a disputas de marco temporal. O nosso Supremo Tribunal Federal virou uma delegacia de polícia. Isso faz mal à democracia, faz mal à democracia.

Então, eu acho que aqui nós temos uma oportunidade de conversar com alguém que tem uma certa, como eu poderia dizer, blindagem, já que não é um cidadão brasileiro, apesar de viver a vida do país, ter conhecimento das referências do país, ter, inclusive, militado como jornalista e como ativista, até, no espectro ideológico, brigou com um lado, brigou com o outro, o que mostra a sua isenção e o seu cuidado de querer buscar a verdade, de apontar as incoerências, as incongruências, os paradoxos de alguém que prega uma coisa, faz um discurso de uma forma, mas se comporta de uma maneira completamente diferente quando no exercício de um cargo público.

Ontem nós discutíamos a questão do INSS.

Desculpe-me por me alongar, mas é porque eu estou, em qualquer oportunidade, querendo desabafar sobre o que está acontecendo com o Brasil.

Eu vi um desfile de Líderes no Senado da República, do Governo, com argumentos os mais pueris, dizendo: "Olha, houve roubo, sim, mas nós é que o apuramos". Nós quem, cara pálida? O órgão do Estado passou a ser de propriedade do Partido dos Trabalhadores? A Polícia Federal, a CGU, a AGU, o Ministério Público? Porque é assim que eles tratam a máquina pública. Apropriação... É apropriação, de fato, do que é política de Estado para ser política de um partido.

Não, eu não aceito isso como normal. É evidente que o roubo de um aposentado fragilizado, muitas vezes, semianalfabeto, que não tem a capacidade de olhar o seu holerite, o seu contracheque e verificar que o desconto que está acontecendo ali não foi o que ele permitiu. E nós estamos falando de tirar R$20 de alguém que usa aquele recurso – R$1,5 mil – para prover a sua família. Tirar R$50... Você está literalmente roubando de idosos fragilizados. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso está no DNA desse partido. Está impregnado. Os mesmos métodos, os mesmos personagens. E nós já conhecemos o final desse filme.

O Carlos Lupi é aquele mesmo que foi Ministro do Trabalho do Governo de Dilma e do de Lula.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Demitido em 2011 pela mesma razão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Demitido por corrupção. E é esse cidadão que volta para ser o guardião da previdência de 40 milhões de idosos brasileiros. Literalmente, é você botar a raposa para tomar conta do galinheiro. Isso é um deboche com a sociedade brasileira. E todo dia é uma notícia ruim, uma atrás da outra.

Bom, desculpem o desabafo, mas é porque nós estamos vivendo aqui, literalmente, um clima kafkaniano. Isso aqui é aquele romance de Kafka. A gente não sabe onde está quem nos acusa, o que está acontecendo. É um clima esquisito no Brasil.

Eu espero que a gente possa, de novo, voltar a ter referência entre o que é certo e o que é errado.

E quero saudar aqui a sua coragem, Glenn, porque, para nós, é muito importante que pessoas como o senhor continuem denunciando os malfeitos de qualquer corrente ideológica, de qualquer que seja o partido político, porque nós não podemos desistir do Brasil. Nós não podemos achar que a causa não está perdida e que há uma luz no final do túnel. E não há mal, como diria o meu amigo Magno Malta, que dure para sempre. Eu tenho certeza disso.

Então, bom evento!

Ao meio-dia eu vou sair para fazer um debatezinho ali com o meu amigo Randolfe Rodrigues, mas volto meia hora depois e vou assistir aqui ao nosso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, sem mais delongas, eu vou passar a palavra ao jornalista Sérgio Tavares, que está conosco por videoconferência. Já quero agradecer ao Sérgio por ter mudado o seu voo para conseguir estar conosco aqui virtualmente.

O senhor conhece um pouquinho a realidade do que está acontecendo e, como jornalista – como todo jornalista deveria agir – segue sendo sempre uma pessoa fiel aos fatos e não às versões. Também quero parabenizá-lo já, Sérgio, pela sua coragem e por ser, mais uma vez, um cidadão português que tem sido tão importante na nossa luta, aqui, pelo resgate da nossa democracia, no Brasil. Quando a covardia vem da mais alta corte do Judiciário deste país, nós não temos a quem legalmente recorrer, temos apenas a Deus, e ao povo que está conosco. Pessoas como o Sérgio, como o Glenn, costumo dizer, Girão, são aqueles imponderáveis, aquelas coisas inimagináveis que a gente não sabe de onde surgem, a gente atribui a Deus aparecerem para colaborar com a construção da nossa história, com a reconstrução, a retomada da nossa democracia. Então, sou muito grato aos dois.

Quero passar a palavra ao jornalista Sérgio Tavares para que faça uso da mesma por até 20 minutos.

Por favor, coloquem o jornalista Sérgio Tavares no ar para que todos possam assistir à sua explanação inicial.

O SR. SÉRGIO TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, primeiro de tudo queria só confirmar se me estão a ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Positivo.

O SR. SÉRGIO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Então, quero começar por saudar a organização desta Comissão, nomeadamente o Senador Eduardo Girão, que me contactou, e os demais participantes. É uma iniciativa muito importante, muito pertinente, porque aqueles 24 minutos de áudio que eu divulguei ao mundo foram incrivelmente pouco escrutinados pelos *influencers* de direita, pelos grandes nomes da direita. Não vi muita gente a pegar declarações muito graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois gostaria, também, de lamentar a ausência de Alexandre de Moraes e do próprio Tagliaferro nesta Comissão. Era essencial ouvi-los. Alexandre de Moraes como chefe de Tagliaferro. Tagliaferro era o assessor principal do gabinete de luta contra a desinformação, ou seja, era o homem que tinha que usar a criatividade, a imaginação, para criar processos e ordens judiciais, mesmo contra quem não fazia nada. É o homem que, naquele áudio, diz que tem todo o material com ele, que tem tudo para derrubar Alexandre de Moraes. São áudios que até um auditor aconselhava que nesta Comissão, depois, fossem ouvidos. Infelizmente, Alexandre de Moraes não está presente. Isso é lamentável.

Primeiro, quero dizer por que esse áudio foi vazado, por que eu divulguei um áudio em que se ouvia um homem desesperado a dizer que temia pela sua vida. Porque, em primeiro lugar, estou a fazer um documentário mundial, em língua inglesa, a expor Alexandre de Moraes, que se chama The Fake Judge. Portanto, a partir da altura em que eu tenho um assessor a confessar que tem provas de ilegalidades, que tem provas de ameaças de morte, que tem provas de procedimentos incorretos por parte de Alexandre de Moraes, isso tem de constar desse documentário mundial que quer expor um homem que está a destruir a democracia do Brasil, que quer expor um homem que está a perseguir pessoas inocentes, que está a prender pessoas que não fizeram mal nenhum, que está a perseguir figuras políticas que não fizeram mal nenhum, nomeadamente Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Daniel Silveira, entre tantos outros.

Portanto, era um áudio que era essencial aparecer nesse documentário, mas só foi postado e publicado o áudio porque essas declarações do Tagliaferro não são de agora, aconteceram há mais ou menos uns oito meses. Obviamente, se aquelas declarações fossem de agora, eu não poderia tornar público um áudio que ia pôr em causa um plano de fuga de um homem que dizia que tinha o PCC para o matar, por ordem de Alexandre de Moraes. E, portanto, é importante aqui salvaguardar isso, porque o áudio só foi tornado público porque não é de agora; ou seja, o suposto plano de fuga do Tagliaferro poderia ter acontecido, estava elaborado, e, se ele não fugiu foi porque ele não quis.

E aí é que é importante esta Comissão ter trazido este tema, porque nós queremos saber como é que um homem que há oito meses atrás tinha um plano de fuga pelo Paraguai, pela Argentina, para a Itália, dizia que tinha o PCC com dinheiro para o matar, dizia que estava a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perseguido pela Polícia Federal, pela Polícia Civil e por Alexandre de Moraes, e agora, de repente, está tranquilamente a viver novamente no Brasil. Portanto, o que é que mudou? Fez algum acordo? Deixou de sentir ameaças? Como é que é possível? Por que é que não fugiu? E nesses áudios que foram gravados pelo Oswaldo Eustáquio – e já vou falar sobre o Oswaldo Eustáquio –, o Tagliaferro garante e promete ao Oswaldo Eustáquio que iria dar entrevistas a jornais e televisões de Espanha a expor tudo, a explicar tudo o que se passa no Brasil, a expor o comportamento criminoso e ilegal de Alexandre de Moraes. O que é certo é que passaram esses oito meses, não foi dada nenhuma entrevista, nada aconteceu.

São áudios também onde se houve falar de um possível acordo entre Tagliaferro e Paulo Figueiredo, que poderia dar R$1 milhão a Tagliaferro. Era importante também que Tagliaferro explicasse que acordo foi esse e porque não aconteceu também. E aqui tenho que dizer que o Paulo Figueiredo foi a figura brasileira que mais me criticou por eu ter tornado público este áudio, dizendo que perdemos um possível delator, com o que eu não concordo, porque volto a dizer que este áudio aconteceu há oito meses atrás, portanto Tagliaferro poderia ter saído, poderia ter estado em segurança, poderia ter dado todas as entrevistas, poderia ter feito o acordo com o Paulo Figueiredo, e, se não o fez, foi porque não quis.

E aqui devo também dizer para todo o Brasil inteiro que Paulo Figueiredo prometeu fazer uma *live* comigo para esclarecermos estas questões, eu já o contatei dezenas de vezes, ele diz sempre que sim, mas arranja sempre uma desculpa para não fazer essa *live* comigo, diz sempre que está em viagem, está sempre em viagem, e o que é certo é que eu o vejo todas as semanas a fazer *lives*, as suas *lives* semanais, no seu estúdio normal. Eu lamento muito que isso aconteça, porque quem criou este áudio foi o Oswaldo Eustáquio, e o Oswaldo Eustáquio fez uma *live* comigo onde explicou tudo. Eu fiz todas as perguntas.

A primeira pergunta que eu fiz ao Oswaldo Eustáquio foi: "Por que gravastes às escondidas um áudio com o Tagliaferro?". E o Oswaldo Eustáquio foi direto: "Porque estamos a falar do bem comum da nação. Mesmo que eu estivesse a trair Tagliaferro, eu precisava deste material pelo bem comum do Brasil".

E aqui também é importante, antes de vos dar outras explicações do Oswaldo Eustáquio, que a mim pessoalmente não interessa quem gravou, se foi o Oswaldo Eustáquio, se foi o Zé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manoel, se foi o Chico, se foi o Francisco. A mim o que interessou foi o conteúdo dos áudios, que era fidedigno. Isso era muito importante e gravíssimo, um conteúdo gravíssimo em que temos um homem, o assessor, o homem forte de Alexandre de Moraes a expor, aflito, ao dizer que tem medo que matem a família e tem medo que o matem, desesperado, a dizer que tinha provas para delatar Alexandre de Moraes agora. Estamos a falar, volto a dizer, do chefe do gabinete de luta contra a desinformação do Alexandre de Moraes.

E também perguntei ao Oswaldo Eustáquio se ele, nesse áudio, queria ajudar o Tagliaferro, por que ele então o traiu? E a resposta, como disse, foi esta: "Era pelo bem comum do Brasil". E por que Tagliaferro depois não concretizou o plano de fuga? Ele simplesmente não concretizou. Tinha rotas, tinha nomes, tinha moradas, tinha tudo. E essa é a questão que eu nunca me vou parar de fazer. Como é que um homem, em desespero, com o PCC a querer matá-lo, tinha plano de fuga e abdica desse plano, e está agora a viver tranquilamente no Brasil?

Se calhar já não está a viver tranquilamente no Brasil, por isso é que agora também não está aí presente e por isso é que, como ouvimos há um bocadinho vocês dizerem, ele poderá participar numa outra Comissão via *online*, porque eu acredito que... eu duvido que ele esteja novamente no Brasil. Eu creio que o facto de eu ter tornado públicos estes áudios precipitou novamente a sua saída. Portanto podemos ter Tagliaferro em segurança para finalmente cumprir e ser um homem de uma vez por todas, porque, se ele tem informações... Ele diz que tem os arquivos todos, tem os ficheiros, tem os relatórios, tem os documentos, tem todas as provas que mostram que houve perseguição, que houve ilegalidades por parte do Alexandre de Moraes. Portanto, ele tem que expor ao mundo, ele tem que cumprir a sua palavra, tem que ser um homem, sim, de uma vez por todas e tem que explicar – e volto a fazer a mesma pergunta, e eu vou fazer esta pergunta sempre –, se ele tinha medo de ser morto, se ele tinha medo de ser preso, por que é que ele estava agora a trabalhar tranquilamente em São Paulo? Essa é uma questão que é muito, muito, muito importante. Portanto, quando o Tagliaferro se dignar a vir a responder a esta Comissão, é importante que ele esclareça essa questão.

Depois também muitas pessoas me criticaram dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sérgio, Sérgio, só me dá... Sérgio, está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO TAVARES (*Por videoconferência.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sérgio, só me dá um... É só um parêntese, desculpe-me interromper a sua fala, mas é importante, já que o senhor falou do Tagliaferro. Até não sei se... Se por acaso ele estivesse assistindo a esta audiência, seria interessante que ele reconsiderasse a postura dele. Porque se ele está se sentindo ameaçado de morte pelo que ele sabe, a partir do momento que ele torna público o que ele sabe, principalmente contra aquela pessoa, que é o Alexandre de Moraes, que segundo ele é a pessoa que poderia mandar matá-lo... Acho que a única defesa que o Tagliaferro tem agora, Sérgio, é exatamente trazer a público isso tudo. Porque, além de salvar a própria pele, já que se perde o interesse em queimar um arquivo vivo quando ele divulga essas coisas – e eu espero que realmente ele esteja em algum lugar seguro, independentemente de em qual país ele esteja –, fazer isso é uma forma de ele se proteger e, por consequência, eu não tenho dúvida de que isso vai fazer, para muitas pessoas que hoje, aqui no Brasil, estão presas ou estão, fora do nosso país, refugiadas, que se sentem tão perseguidas quanto o Tagliaferro, ele vai fazer um grande serviço para essas pessoas também. Porque são provas inequívocas, pelo que a gente imagina, do *modus operandi* do Alexandre de Moraes de perseguir as pessoas, pré-escolher seus alvos. Isso tudo não foi exposto ainda; isso ajuda a nossa luta aqui por anistia no Congresso Nacional e ajuda, sem dúvida alguma, as defesas dos perseguidos políticos a conseguirem protocolizar essas possíveis provas para anularem os julgamentos.

Eu acho que esse é um grande caminho. O Tagliaferro tem uma responsabilidade enorme com o país e ele, pensando nele, pode se beneficiar e, por consequência, beneficiar também a democracia no nosso país.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Flávio, rapidamente, trinta segundos. Eu pedi a proteção policial ao Sr. Tagliaferro, caso ele esteja no Brasil ainda, pedi à Polícia Federal, pedi ao Ministério da Justiça e faço o encaminhamento ao senhor, para que a própria Comissão de Segurança do Senado Federal também faça essa requisição, porque a gente precisa que a verdade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixa-me só voltar a palavra para o nosso Sérgio Tavares; depois a gente volta para cá, agradecendo a presença do Deputado Girão aqui também.

Por favor, Sérgio, desculpe a intromissão, continue, por favor.

O SR. SÉRGIO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Com certeza, com certeza, essa, de fato, é uma questão muito pertinente que colocaram. Eu volto a dizer, a razão pela qual eu divulguei este áudio também era para isso mesmo, para que ele vá ao Senado explicar e expor todas as provas que tem e explicar por que deixou de ter medo. Como, há oito meses, um homem assustado e com medo de que lhe matassem a família, passados oito meses, estava a viver tranquilamente e a trabalhar tranquilamente, em São Paulo, até estes áudios serem expostos? Isso é uma coisa que tem de ser mesmo esclarecida, porque ele disse coisas gravíssimas, ele denunciou até que, por exemplo, as decisões mais graves não passavam pelos juízes auxiliares e eram diretamente dadas para Alexandre de Moraes, ou seja, não se cumpriam sequer os procedimentos legais. Portanto, há muita coisa que o Tagliaferro tem mesmo que explicar.

Aí, a questão é, quando me criticaram por eu soltar estes áudios: "Ah, porque perdemos aqui um possível delator", a minha pergunta é, então, quanto mais tempo é que precisavam? Passaram-se oito meses. Queriam um ano, um ano e meio, dois anos? Se ele não falou, é porque ele simplesmente não queria. Se ele já estava de volta a trabalhar em São Paulo tranquilamente, é porque, obviamente, a minha única explicação é que ele tinha um acordo com Alexandre de Moraes e com o STF, porque não era possível. Como é que um homem assustado de morte voltaria tranquilamente e abdicaria de uma rota planejada, até porque ele chegou a sair do Brasil. Quem for ao Instagram do Tagliaferro, ele tem fotos na Itália, de férias. Ele tem passaporte italiano... Portanto, ele tinha a possibilidade de sair, ele tinha até já combinado um plano com Paulo Figueiredo para ganhar dinheiro nos Estados Unidos.

Portanto, é importante que se perceba que, se eu divulguei estes áudios, não foi sem mais nem menos, foi com razões ponderadas. E não aceito que digam que eu estraguei um possível delator, porque ele teve oito meses para cumprir a promessa de dar entrevistas para o mundo, para dar entrevistas para a Espanha, para dar entrevistas para os Estados Unidos. Não deu, porque não quis. Não fugiu, porque não quis. Acusam-me também de ele agora estar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigo de vida, de o poderem matar por minha causa. Errado! Ele teve oito meses para fugir. Volto a dizer, não fugiu, porque não quis.

A minha principal motivação é que ele seja chamado a este Senado para explicar e expor as provas. Ele tem que trazer os relatórios, ele tem que dar o seu testemunho, tem que explicar por que tinha que usar a criatividade para perseguir pessoas, tem que explicar todas aquelas coisas que ele dizia.

Atenção que no áudio, quando chorava, ele dizia-se arrependido. Ele pediu perdão ao Oswaldo Eustáquio por ter perseguido a sua filha Mariana, pediu perdão por uma série de coisas. Então, se ele pede perdão, por que ele continua calado? Se ele tem agora aqui uma oportunidade no Senado, de vir em segurança, de explicar ao povo brasileiro o que se passa, se ele se diz arrependido, por que é que continua calado? Por que é que temos de ser nós a falar?

E a outra questão que eu também quero aqui dizer – e já estou a entrar aqui nas considerações finais – é que eu não sou daqueles que guarda informações importantes. Já não vou guardar. "São só minhas", não. "Vou pôr quando for a hora certa", não, as informações são para dar logo, porque o Brasil não pode esperar, o Brasil está a sofrer uma perseguição atroz, onde Débora Rodrigues, por pintar uma estátua com batom, apanhou 14 anos de prisão; onde Jair Bolsonaro está a ser perseguido e ameaçado de prisão sem ter feito nada, absolutamente nada.

Portanto, vamos esperar mais quanto tempo? A pergunta que eu faço ao Paulo Figueiredo: Paulo Figueiredo, quer esperar mais quanto tempo? Mais um ano? Mais dois anos? Porque não és tu que estás preso, não és tu que estás na iminência de ser preso, Paulo Figueiredo. Paulo Figueiredo e todos aqueles que me criticaram: as coisas são para ser mostradas, as provas são para ser divulgadas, e os responsáveis têm de ser chamados e têm de explicar as coisas.

Portanto, eu vou sempre, sempre expor tudo ao máximo, não guardarei informação para mim, não vou guardar trunfos, que não me interessam. Portanto, o Brasil não pode esperar. Portanto, quem, como eu, está a fazer um documentário mundial para ser visto de uma ponta da Terra à outra sobre Alexandre de Moraes? Obviamente, esses áudios tinham que ser expostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Termino lamentando que os grandes nomes – eu volto aqui a dizer, os grandes *influencers*, muitos de direita do Brasil, não os vi a falarem sobre estes áudios, não os vi a esmiuçarem por nós, quando Tagliaferro diz: "Eu tenho tudo para derrubar esse cara, eu tinha o PCC para me matar, eu tenho todos os documentos, eu tenho tudo". Eu não os vi.

Portanto, isto faz-me pensar que há aqui qualquer coisa muito maior que nos transcende. Como é que um áudio que está no meu YouTube, que está no canal do Sérgio Tavares no YouTube, que está no meu Instagram, que está em todo lado... Como é que os grandes nomes, que gostam tanto de polêmicas, gostam de serem os primeiros a dar as notícias, continuam caladinhos sobre o áudio de Tagliaferro? Não entendo, é isso que eu não entendo.

Mais uma vez, agradeço o convite. Quero também parabenizar o Glenn por estar aí presente, numa Casa onde eu já estive também, depois de ter sido também perseguido por Alexandre Moraes e tratado como um criminoso. Desejo que o Glenn não passe pelo mesmo, que não o prendam, que não o interroguem e que não o tratem como um criminoso, como fizeram a mim.

Parabéns a quem organizou esta Comissão, e um abraço a todos aqui, a partir de Bruxelas, Bélgica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sérgio.

Passo a palavra ao Deputado Girão. Quer fazer alguma consideração?

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Para expor.) – Boa tarde a todos que estão participando desta audiência. Uma saudação especial ao Sr. Glenn Greenwald.

Gostaria de fazer a seguinte observação: nós estamos vivendo um momento em que a população, não somente do Brasil, mas do mundo... Nós recém estivemos lá na Itália, e muitas pessoas nos perguntavam sobre o que aconteceu no 8 de janeiro. Nós sabemos que, mesmo com aquela CPMI, de que todos aqui participaram ativamente – os nossos dois Senadores aqui, os três Senadores estão aqui, o Senador Flávio também –, nós não tivemos a resposta exata do que aconteceu. E pode ser que essas respostas ainda estejam embutidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu gostaria de fazer minhas as suas palavras aí, Senador Flávio: o Tagliaferro precisa, sim, se sentir protegido e vir aqui, porque não é somente a população brasileira; é a história do Brasil. Eu gostaria de ir um pouco mais. Nós sabemos aqui – eu e o Senador Mourão – que nós temos um antigo... um colega de turma dele e meu, que participou ativamente disso daí.

Então, eu gostaria de deixar aqui uma palavra de que seria muito importante que o General Gonçalves Dias viesse aqui, tivesse a coragem de vir aqui para desmascarar o que aconteceu em 8 de janeiro. Não, é um momento de indignação, porque a gente não pode aceitar como militares formados na mesma fábrica... A Academia Militar das Agulhas Negras é chamada por nós como fábrica.

Então, seria interessante que a gente pudesse buscar despertar no General Gonçalves Dias o tempo em que ele passou naquela fábrica, o que ele aprendeu ali, de honra, de respeito, para que a verdade pudesse acontecer, porque ninguém me tira da cabeça que o que aconteceu no 8 de janeiro, foi uma infiltração feita pelos integrantes do MST de Sobradinho, que sempre foram os que vieram para cá fazer todas as agressões às instalações aqui dos ministérios naquele passado, que invadiram o Congresso Nacional, invadiram ministérios, quebraram, depredaram, e não sofreram nada.

E, infelizmente, a gente teve agora, no 8 de janeiro, essa demonstração de incerteza, e o Brasil e a história do Brasil precisam saber disso. Então, que eles entrem para a história como pessoas que pecaram por omissão e por ação também, mas especialmente por omissão, ao deixarem que acontecesse a infiltração.

Então, eu deixo aqui a minha indignação como militar da reserva, como general da reserva, e eu sei que o General Mourão também tem esse mesmo pensamento nosso. É inaceitável que um militar falte com a verdade, é inaceitável que um militar não tenha coragem moral de dizer o que é que foi a verdade, porque a busca da verdade não é só nossa, ela está na Bíblia, e a gente precisa invocar isso daí.

Eu deixo a minha indignação, porque, como militar, eu não aceito que haja alguma coisa nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que eu estou me dirigindo a um cara que foi meu colega de curso, meu colega de algumas ações na Amazônia brasileira, colega do General Mourão também, porque comandamos, numa mesma época lá na Amazônia, eu e ele, e a gente precisa pensar nisso.

Eu espero que isso possa ser o motivo para que o Sr. Tagliaferro possa vir aqui para mostrar a realidade. Eu estou dizendo isso daí, todos sabem aqui, eu também sou processado pelo 8 de janeiro – respondo a um processo lá no STF –, e eu não tenho dúvida nenhuma de que eu já me ofereci ao Ministro Alexandre de Moraes para ir lá falar aquilo que aconteceu comigo, o motivo pelo qual estou sendo processado, sem nenhum medo, porque eu não tenho nada a temer. Eu não tive nenhuma participação naquilo dali e deixo aqui a minha patente indignação com a motivação ideológica e política de pessoas de esquerda que querem fugir da verdade, querem fugir do seu compromisso com a verdade.

Parabéns a vocês que estão provocando isso aqui na Comissão de Segurança Pública. Eu tenho orgulho de dizer que eu faço parte da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados desde o começo e não aceito que o MST, esse MST que agride, esse MST que invade, que depreda, que destrói instalações produtivas no Brasil seja motivo de ser dito, como nós já ouvimos aqui assim...

O grande ideólogo do MST, aquele cara – eu não gosto nem de falar o nome de quem não presta –, ele disse: "O MST é o nosso exército!". Não é. O único exército que existe aqui é o Exército Brasileiro. O resto são bandos, são grupos terroristas, são facções criminosas.

Muito obrigado, Senador Flávio; muito obrigado pelo convite aqui, Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado General Girão.

Bom, quero agradecer aqui às mais de 2,6 mil pessoas que estão ao vivo nos acompanhando no Portal do Senado Federal.

Passo a palavra, então, ao jornalista Glenn Greenwald, mais uma vez agradecendo aqui a sua presença, a sua coragem, tudo que o senhor tem feito por acreditar nos seus princípios, porque não dá para falar que você é um bolsonarista – não é? –, nem que o senhor é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa de direita, e eu espero de verdade, Glenn, que muitos jornalistas se espelhem na sua postura, na sua coragem, no seu profissionalismo – critica quando tem que criticar, denuncia quando tem que denunciar... –, porque acho que é isso que move, acredito eu, um jornalista, ter um furo; dar, em primeiro lugar, algo importante, algo impactante, que pode transformar a vida de tantas pessoas e, nesse caso, de tantos brasileiros que hoje estão pagando com a própria liberdade o preço de serem perseguidos por pessoas, e, infelizmente, dentro de um processo em quem não se tem a quem recorrer. Advogados, com dificuldade de fazer defesa. É um sentimento de caixão encomendado. Não adianta o que se levante nesses processos, porque simplesmente é tudo ignorado, tudo atropelado.

Eu, sinceramente, tenho muita confiança em que o senhor possa nos trazer mais alguma coisa, Glenn, para comprovar como era o *modus operandi* do Alexandre de Moraes, como ele fazia para escolher as suas vítimas, para que possamos, mais uma vez, trazer, com provas cabais, que tudo que está sendo feito é absolutamente nulo, é absolutamente inaceitável e, principalmente, é criminoso – criminoso –, porque é uma pessoa que descumpre o que está na legislação, que promulga a própria Constituição, define os seus próprios métodos, atropela todas as partes de um processo legal para fazer o que ele quer, independentemente ou contrariamente ao que diz a lei.

Então, Glenn, mais uma vez, obrigado pela sua presença. Eu lhe passo a palavra para fazer a sua apresentação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para avisar que, na AuriVerde, neste momento, tem 17 mil pessoas nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria agradecer aqui ao Pittoli também pela cobertura. Mais um ato de cidadania do Pittoli, do grande portal da Rádio AuriVerde.

Obrigado a todos que estão assistindo também.

Com a palavra Glenn Greenwald.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todos os Senadores, Deputados, a todo mundo que assistindo *online*. Quero também agradecer muito à Comissão e ao Presidente pelo convite.

Eu gostaria de falar que, quando eu recebi esse convite, não era difícil decidir que vou aparecer aqui, porque realmente acredito – tem jornalista que não acredita, mas eu acredito – que, quando um jornalista faz reportagens que têm um impacto na sociedade, no país de outras pessoas, têm uma obrigação de responder perguntas, de se comunicar publicamente com o Congresso, e fiz isso várias vezes. Fiz isso na reportagem do Snowden, estive aqui duas vezes, no Senado e no Congresso também, durante a reportagem sobre a Lava Jato. Então, eu acho que é um papel muito importante, jornalisticamente, ser o mais transparente, o mais aberto possível, obviamente, dentro do limite do sigilo da fonte, etc., mas, quanto a qualquer outra coisa que possa falar, eu acho que tenho essa obrigação.

Também só quero falar rapidamente que, além da obrigação jornalística, eu estou morando neste país há 20 anos. Sou um residente permanente. Estava casado há quase 18 anos com o Deputado, agora falecido, David Miranda. Temos três filhos que agora estou criando, filhos brasileiros. Então, este país tem grande importância para mim. Para mim, o Brasil não é um país estrangeiro, é meu lar permanente. Eu realmente me importo muito com o que está acontecendo aqui, com o que vai ser do futuro do Brasil, estou bem impulsionado para isso.

Então, quero começar falando sobre o material jornalístico que já publicamos, porque já tive essa experiência várias vezes, quando estive trabalhando com grandes arquivos da informação que vazaram, que conseguimos obter de outra forma, como na reportagem do Snowden, trabalhei muitas vezes com o WikiLeaks e também na reportagem sobre a Lava Jato. Quando se tem um grande arquivo, todo mundo sempre quer saber: "O que mais tem? Por que não está publicando tudo?"

E acho que, neste caso, a estratégia que foi utilizada pela *Folha* e também por mim – e podem criticar, mas tem benefícios também –, é que nós publicamos muitos materiais muito rápido, quase todos os dias, nas primeiras três semanas, acho que conseguimos publicar 15 artigos no total, divulgando o que conseguimos confirmar e no interesse público, muito rápido. E publicamos dois, três mais nos próximos dois meses. Então, acho que algo desse material foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco perdido, ou seja, não conseguiu receber a atenção que a importância das divulgações merece. E o que eu quero fazer aqui é apontar algumas dessas coisas que acho que nunca receberam a atenção que as impropriedades do Ministro Moraes merecem receber.

Quero falar também um pouco sobre o clima de receio e medo e intimidação de que o Presidente também falou. Acho que é muito importante enfatizar que, desde o começo, quando eu estava começando a expressar preocupações e críticas sobre o Ministro Moraes, também quando comecei a fazer reportagens, bem antes das séries na *Folha*, eu percebi muito rápido que tem muitas pessoas – estou falando no mundo jurídico, especialistas na Constituição brasileira – que expressariam críticas a Moraes na forma privada, mas quando perguntei: "Você quer manifestar publicamente para a reportagem, porque isso está errado?", essas pessoas, pessoas poderosas, pessoas com muita posição aqui no Brasil, dizem "não, não consigo". Elas obviamente têm medo de quais serão as consequências se criticam o Ministro Moraes publicamente, e não só pelo impacto para a carreira como advogado, mas pelas consequências legais também. Muitas pessoas têm esse medo. Esse foi um clima criado de propósito, para todo mundo pensar uma segunda, terceira vez, "talvez isso não seja uma coisa que eu deveria fazer".

E, obviamente, isso está incluindo Parlamentares; agora estamos vendo o Deputado Marcel van Hattem sendo investigado, processado por comentários e opiniões que ele expressou no Plenário do Congresso, que é um limite que nunca achei que ia ser ultrapassado, o direito sendo violado, mas agora estamos vendo isso. E também eu sei que muitas pessoas têm medo de ser alvo do Ministro também. E, também neste caso, foi uma série de comentários e ações do Supremo Tribunal Federal, mas também do Ministro Moraes, que tinha o impacto de criar essa intimidação – de propósito, eu acho. Mas posso falar que se criou esse impacto, por exemplo, depois do primeiro dia, quando começamos a publicar essas reportagens, e o Ministro Moraes se defendeu no STF e usou todas as palavras, todas as frases que ele sempre usa para criminalizar jornalismo, para criminalizar discursos, opiniões, ou seja, ele disse que isso foi feito por uma organização criminosa, e essa organização criminosa tem o objetivo de destruir a credibilidade das instituições brasileiras, que isso é motivo de derrubar a democracia brasileira, de voltar para a ditadura, que está ofendendo a honra do Supremo.

Então, ele sempre está interpretando qualquer crítica, qualquer reportagem, qualquer denúncia como um crime. Esse é o instinto de imediato, falando que "isso é motivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desestabilizar ou destruir as instituições brasileiras". E isso, obviamente, estava incluindo não só nossas fontes, mas também nós jornalistas, inclusive o maior jornal no Brasil, a *Folha de S.Paulo*. E ele não tinha a menor hesitação de usar essas acusações contra jornalistas, contra um jornal muito grande, que está funcionando aqui, há muito décadas, no Brasil.

E, logo depois, quando o Ministro Moraes abriu um inquérito, uma investigação criminosa para supostamente descobrir a identidade da nossa fonte, não só a fonte foi incluída nessa investigação. Tem um documento que fala muito claramente que a polícia do Estado de São Paulo recebeu uma instrução de não só chamar suspeitos de vazamentos, mas também eu e meu colega jornalista Fábio Serapião, para prestar depoimentos, para responder para o policial e ser questionado.

Eu estou fazendo jornalismo há muito tempo. Não é a primeira vez que estou fazendo jornalismo que está criando raiva em autoridades, para falar o mínimo. Eu nunca vi – nunca vi – jornalistas sendo formalmente incluídos na investigação. Não estou falando que, necessariamente, somos alvos da investigação, mas, obviamente, quando o policial é mandado para questionar, para chamar para depoimentos jornalistas sobre o jornalismo, isso tem um impacto bem grande, bem grave para criar esse clima de intimidação. E isso aconteceu.

Quero falar um pouco sobre os materiais que conseguimos divulgar. Obviamente, depois que começamos a divulgar, o Moraes, o Gilmar Mendes, o Ministro Barroso e outros políticos, defendendo o STF o tempo todo, dizem: "Isso não mostra nada errado", "é muito inocente", "talvez foi um pouco informal, mas nada pior do que isso". E sobre isso eu quero falar o seguinte. Uma das coisas que conseguimos mostrar é que os assessores que estavam fazendo tudo isso, os assessores no STF, os assessores no TSE, sabiam que tudo isso foi errado. Eles falaram, várias vezes, abertamente, sobre a preocupação grave que eles tinham, porque o Moraes estava criando um sistema para investigar que não era certo. E eles foram além disso. Eles conspiraram sobre como podiam conseguir modificar o processo para esconder o que estava acontecendo. Até disseram coisas como: "Meu Deus, se isso for publicado, for divulgado, isso criará muitos problemas para o Ministro, porque isso não está certo". Eles sabiam o tempo todo que isso não foi certo. Eles até falaram sobre quando os documentos foram enviados pelo Ministro Moraes, pelo TSE, e ele não gostou, ele queria modificá-los para deixar isso mais grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia eu disse: "Como isso é possível? Já mandamos, de modo registrado, esse relatório que o Ministro pediu, e eles receberam minhas recomendações...". Ah, mas pode modificar o documento para botar o dado anterior ou para mostrar que isso é o primeiro relatório que está fazendo. Eles queriam esconder o que eles estavam fazendo. Por quê? Porque, se isso fosse totalmente inocente, por que eles sempre estão falando sobre o conhecimento que eles tinham de que foi tudo errado e que eles queriam esconder?

E vou falar, além disso, também que, quando o Ministro Moraes se manifestou, no primeiro dia depois da nossa reportagem para se defender, ele afirmou muitas falsidades, muitas coisas que, eu vou falar, eram mentiras. E por que ele fez isso? Porque ele não sabia que nós tínhamos o arquivo, ou seja, não sabia que conseguimos provar que o que ele estava falando era falso.

E vou te dar só um exemplo: quando ele se defendeu, ele disse que todos os pedidos dele para pedir ao TSE para investigar pessoas, tudo foi levado pelo Plenário do STF e também tinha participação do PGR, do Ministério Público e da polícia. Também ele disse que tudo que ele fez nesses pedidos que ele fez para o TSE, tudo foi registrado, e também ele disse que todo mundo que ele queria que fosse investigado já era alvo da investigação ou do inquérito de *fake news* ou inquérito dos milicianos digitais, como eles chamam. E nós conseguimos mostrar muito rápido que tudo isso foi falso. E a *Folha*, que é muito conservadora no que quer falar sobre o STF... Eles estavam indignados. Eles falaram nos artigos. Eles permitiram à gente falar: "Tudo isso era falso".

E eu vou te dar só um exemplo, que é incrível, porque uma outra parte da divulgação e reportagem é que o Alexandre de Moraes usou o TSE não só para assuntos eleitorais, ou seja, com relação à eleição. Muito pelo contrário: ele usa o TSE para investigar assuntos pessoais ou para investigar pessoas que estavam participando num protesto, contra ele ou o STF, que não tinha nada a ver com as questões eleitorais. Obviamente, o limite do poder do TSE é para garantir a integridade da eleição, mas ele usou bem além disso.

E tem um evento ao qual ele estava indo com outros ministros do STF, acho que inclusive Gilmar Mendes e Barroso e um ou dois outros. Isso foi antes da eleição de 2022. Foi 2023, acho que em fevereiro, e eles estavam planejando um evento entre os ministros em Nova York, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil – em Nova York, nos Estados Unidos –, e pessoas em Nova York e nos Estados Unidos, principalmente brasileiros, mas que estavam morando nos Estados Unidos, queriam organizar um protesto contra o STF, contra abusos de poder que eles acreditam que o STF está cometendo. E, quando o Ministro Moraes soube que pessoas estavam organizando esse protesto, que eles queriam protestar lá fora do evento e também em frente ao hotel onde o Ministro estava ficando, ele mandou o TSE investigar quem estava fazendo isso, quem estava organizando esse protesto, quem estava chamando pessoas para participar.

Obviamente, nos Estados Unidos, também no Brasil, em teoria, mas nos Estados Unidos realmente protestos são totalmente protegidos legalmente, na Constituição. Então, não tem nada errado em organizar um protesto nos Estados Unidos contra visitantes como o Ministro. Mesmo assim, ele mandou o TSE investigar todo mundo que conseguiram identificar que estava organizando esse protesto. E o próprio TSE respondeu falando que nada disso tem a ver com a eleição. Como nós podemos fazer? Qual autoridade nós temos para investigar esse protesto em Nova York? E ele ignorou essa denúncia, essa questão, e mandou que continuasse.

Eles só conseguiram identificar uma pessoa que estava envolvida nos protestos, esse foi o Homero Marchese, que era Deputado Estadual pelo Partido Novo no Paraná. Nunca tinha sido Deputado Federal, nunca tinha feito nada, mas participou promovendo esse protesto, só nas redes sociais. E, nesse caso, Moraes mandou o bloqueio de todas as redes sociais dele, que era a plataforma que ele usou para se comunicar com pessoas que o elegeram ali no congresso estadual. Ele foi bloqueado no Instagram por seis meses, no Twitter, no Facebook, no YouTube, tudo.

Neste caso, o Alexandre de Moraes nunca levou esse processo para o Plenário do STF, nem tinha participação do PGR, o Ministério Público, muito menos o acusado. E, quando Moraes se manifestou naquele primeiro dia, ele disse que todos, todos os casos foram levados para o Plenário, todos os casos. O Moraes disse, eu repito: todos foram, com a participação do PGR, do Ministério Público, do policial, do acusado, tudo foi registrado. E, neste caso, nada disso aconteceu. E conseguimos mostrar a verdade sobre a falsidade do que ele afirmou, porque ele não sabia que nós tínhamos esse material dentro do arquivo. Então, depois que ele falou, conseguimos mostrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse não era o único caso que não foi levado para o Plenário, que não foi registrado, em que não tinha participação. E, além disso, esse é um caso em que ele está abusando dos poderes investigativos do TSE, porque não tinha nada a ver com a eleição. Esse protesto não era sobre a eleição, a eleição já tinha acontecido, foi três meses, dois meses depois da eleição de 2022, mas ele continuou a usar o TSE. E também usou o TSE várias vezes, porque alguém, um assessor no TSE tinha um bom relacionamento com o policial de São Paulo, tinha acesso a senhas, e várias vezes o Moraes mandou o TSE usar esse contato, esse relacionamento com o arquivo policial de São Paulo para investigar pessoas que iam fazer obras ou reformas, no caso dele, no apartamento dele, para investigar – muitas coisas para uso pessoal e tem muitos exemplos além disso também.

Só para concluir, eu quero também falar uma coisa que acho que nunca recebeu a atenção merecida. Isso é sobre esse poder que ao Moraes foi dado pelo STF, como Presidente do TSE, para mais ou menos censurar tudo o que ele queria censurar durante a eleição. Quando esse poder foi dado pelo STF para Moraes, quase todo mundo no STF era muito preocupado com esse poder; pessoas como Cármen Lúcia, agora Presidente do TSE, enfatizou que esses poderes eram muito perigosos – é um poder censurar. E ele disse: "O primeiro medo que precisamos ter é voltar para o regime da censura no Brasil; isso jamais poderia acontecer aqui no Brasil. Estamos dando esse poder porque é um momento extraordinário, excepcional". Mas ele disse, isso foi a garantia que ele deu para o público: "Este é um caso específico porque estamos na iminência de ter o segundo turno das eleições. A inibição é até o dia 31 de outubro de 2022, exatamente um dia subsequente ao segundo turno, ou seja, esse poder de censurar vai desaparecer, vai terminar um dia depois da eleição". E ele continuou, Moraes usou esse poder por meses, meses, meses depois da eleição, inclusive nos casos que não tinham a menor relação com a eleição.

E conseguimos obter e publicar, eu publiquei independentemente, as ordens da censura que ele mandou para as plataformas, que são muito severas, mandando plataformas imediatamente banirem a lista das pessoas que ele queria que fossem banidas, inclusive pessoas deste Senado, no Congresso, que foram eleitas, jornalistas, ativistas, e não tinha o menor devido processo. Eu liguei para várias pessoas que foram censuradas com essa ordem e ninguém sabia, até eu ligar, que eles foram alvos dessa ordem, ou seja, que não tinha o menor devido processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum processo, muito menos devido processo. Não conseguiram entrar no tribunal para ver a evidência, não poderiam contestar a ordem. Depois da eleição, qual base legal ele tinha para continuar a usar esse poder que deveria terminar um dia depois da eleição?

Finalmente, eu quero falar que às vezes parece que não, mas tem muitas instituições brasileiras que não querem criticar Moraes, mesmo quando ele está obviamente abusando do poder, ou, nesse caso, falando falsidades. Agora tem muitas revistas, jornais grandes, internacionais, que o estão criticando por tudo isso, a mais recente é *The Economist*, a revista britânica, que obviamente não dá o menor apoio para o movimento Bolsonaro, eles odeiam o populismo da direita, mas, mesmo assim, estão denunciando o que está acontecendo aqui. O *The New York Times* fez isso várias vezes.

Também quero enfatizar que uma das conversas que pudemos publicar, uma das divulgações, foram sobre o caso do Allan dos Santos. No caso do Allan dos Santos, Moraes estava indignado porque a Interpol rejeitou ou ignorou o pedido dele para mandar botar na Lista Vermelha o Allan dos Santos, e a Interpol disse – e Moraes disse isso na outra conversa – que a Interpol acreditou que ele não cometeu crimes, que ele estava sendo perseguido pelas opiniões, pelo jornalismo, e isso não é permitido de entrar na Lista Vermelha da Interpol, então nunca entrou.

Depois disso, esse pedido de extradição que foi mandado para o Governo dos Estados Unidos para Allan dos Santos – isso foi quando o Presidente dos Estados Unidos não era Trump, mas era Biden – também foi rejeitado, falando que esses são crimes políticos, são crimes de opiniões, crimes do jornalismo e não podemos usar esse poder de mandá-lo voltar para o Brasil por causa dessas acusações que não são crimes. E, um mês atrás, a Espanha fez a mesma coisa com esse mesmo pedido do Oswaldo Eustáquio, negando esse pedido, falando que não são crimes.

Então, muitas vezes está reconhecido que ele está ultrapassando o poder. Revistas, jornais internacionais – também aqui no Brasil, *Folha* e *Estadão* – estão falando há muito tempo que ele instalou um regime da censura, que ele está abusando do seu poder, outros governos, outros países, outras instituições... Mas, infelizmente, tem muitas pessoas aqui no Brasil que acreditam que os fins dele justificam todos os meios, que ele é uma pessoa que não deveria ter nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limite no poder porque o objetivo político dele é nobre, ou seja, para destruir o populismo da direita aqui no Brasil, o movimento bolsonarista. Então, isso é tão nobre que tudo que ele faz, por definição, é justificado, mesmo quando não tem base nenhuma na lei, quando ele está usando falsidades para justificar o que ele está fazendo, quando ele está tentando esconder. E, por causa disso, não tem pessoas da esquerda que tenham interesse nenhum na questão, se Alexandre de Moraes está atuando como um ditador ou na forma autoritária. Querem que ele faça tudo, porque eles concordam com os fins políticos. Para mim, esse é um problema, um perigo bem grave.

Então, mais uma vez, muito obrigado, Presidente, pelo convite e para todo mundo aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Glenn, pelas suas palavras, mais uma vez, aqui reforçando as denúncias que foram feitas. Para nós, é muito claro quais foram os abusos, os crimes cometidos ali contra pessoas que obviamente eram escolhidas a dedo para serem censuradas, com o uso de uma estrutura do Tribunal Superior Eleitoral de uma forma completamente ilegal, mais uma vez, para censurar pessoas, para multar pessoas, para ameaçar prender pessoas que não tinham absolutamente nada a ver com as eleições, pessoas que não eram candidatas e, muitas vezes, como foi dito também nessas matérias, e aqui o Glenn reforçou, até sem o processo, né? Nem processo existia. Existia uma investigação preliminar qualquer, na qual o Ministério Público não era ouvido, a polícia não era ouvida, ninguém era ouvido, e ele simplesmente tomava as medidas que achava que tinha que tomar, como bem dito também, sempre alegando que era em defesa da democracia, mas desrespeitando todos os princípios que a Constituição prevê para você fazer investigação sobre qualquer pessoa.

Quero agradecer a presença do Deputado Marcel van Hattem. Quer fazer uso da palavra, por favor, Deputado Marcel?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Eu me inscrevo para falar posteriormente, com mais tempo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero aproveitar um minuto do tempo, se for possível, para agradecer a menção feita pelo jornalista Glenn Greenwald à minha situação e reconhecer aqui, de público, o quanto o Glenn tem sido importante nessa batalha, independentemente de posicionamento ideológico.

A integridade que eu vejo no senhor eu sinto falta na maior parte dos Parlamentares, que são os nossos colegas na esquerda, na extrema esquerda, até mesmo no centro.

Esta Casa tem se diminuído porque não tem defendido a democracia que ela representa como órgão máximo no Brasil e em qualquer lugar do mundo por ser o Parlamento, onde estão os representantes do povo.

E se nós não tivermos, Senador Magno Malta, Senador Girão – parabéns pela proposição também da audiência, Senador Girão –, no Parlamento, a defesa da imunidade parlamentar por opiniões, palavras e votos, a gente não pode esperar de outras pessoas. E, ainda assim, a gente tem em pessoas como o Glenn Greenwald a defesa intransigente desse princípio, que é da democracia, independentemente da posição política dele. E eu quero ser solidário a ele também, porque eu tenho visto os ataques que ele tem recebido do campo a que ele pertence, ou pelo menos muitas vezes se identifica, o que é do seu direito. Eu acho lamentável ver ataques muitas vezes vis, pessoais, *ad hominem* que são feitos em virtude de uma defesa de princípio que garante a nós, mas também à esquerda, a sua existência, Senador Mourão, Senadora Damares, no regime democrático.

Eu só queria fazer esse comentário, não quero pular na frente de ninguém. Eu acabei de chegar, mas, como eu estava na reunião de Líderes da Câmara e fui informado pelo Senador de que fui mencionado e depois recuperei, eu queria fazer esse agradecimento e retribuir esse agradecimento aqui ao Glenn Greenwald sob a forma de uma solidariedade também pelo que eu tenho visto de ataques que ele tem sofrido.

Para concluir, Presidente, na reunião de Líderes, eu senti do Deputado Hugo Motta uma firmeza poucas vezes vista num Presidente de Câmara dos Deputados nos últimos tempos em relação àquilo que nós devemos defender: a não interferência do Supremo Tribunal Federal em assuntos que são nossos, da democracia. Vou tratar melhor sobre isso mais adiante, não é o momento, mas eu quero fazer esse registro, até como forma de dar àqueles que nos assistem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi, foi incrível! Eu mesmo me surpreendo, porque fui candidato inclusive contra ele, mas ele falou de dois pontos muito específicos e que resumem o que nós estamos vivendo. O primeiro: denúncias no Conselho de Ética que depois viram acordos, e ninguém é punido nem na Câmara dos Deputados nem no Senado, que é quem deve punir o Conselho de Ética. Então, os grandes partidos fazem acordos, salva-se todo mundo e depois se espera uma decisão de fora chorando as pitangas, como se diz no meu Rio Grande do Sul, em reuniões de Líderes. E o segundo: a interferência recente do STF no caso em que Zanin deu uma decisão para barrar a CCJ de tratar do caso do Deputado Ramagem, da sustação da ação penal, que é um direito constitucional nosso. E ele lembrou que aqueles que hoje reclamam, no caso específico do PT, o Lindbergh Farias estava com uma reclamação sobre um assunto numa Comissão de um ataque pessoal que ele sofreu, ele foi quem deu entrada no Supremo para barrar a ação da CCJ.

Então, ele tocou nesses dois assuntos, pôs o dedo na ferida e disse que a Casa vai tomar atitudes daqui para frente diferentes. Isso me animou, viu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só acrescentando que o Zanin... Bom, como são onze constituições e eles criam o que querem, quando o Daniel Silveira está preso... Aliás, eu quero dizer aos colegas que eu o visitei, eu estava lá ontem com ele, anteontem. Depois, subi a Petrópolis para visitar a família dele, para estar com a família dele, e ele está com a mente muito focada, assim, mentalmente ele está forte, mentalmente ele está confiante, mentalmente, assim, ele é um outro Daniel do que nós vimos alguns meses atrás, eu e o Senador Girão, e mandou um abraço para todo mundo.

O sentimento dele, a dor dele de ver o sofrimento e a injustiça de pessoas simples que estão sofrendo... Mas ele sabe que vai ter um dia, porque o mal não pode prevalecer. Então, ele está muito firme mentalmente e manda um abraço a todo mundo.

E o Zanin, com aquela cara de freira, com que esteve aqui, criou um outro tipo penal, porque, o art. 53 da Constituição, quando o Alexandre Moraes viola, ele avisa para o Lira: "Violei! Vou prender Daniel. Vocês concordam ou não?". E os colegas de Daniel disseram: "Concordamos". Bateram palma para o imperador. E ele está lá apodrecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não; você não. Quem votou.

Então, ele está lá apodrecendo.

E agora o Zanin criou o art. 26 e meio, que era o art. 53. Então, no caso do Ramagem é 26 e meio, porque só pode um pedaço, uma metade, a outra não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A metade de 53.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A metade de 53. É o art. 26 e meio agora, criado pelo Zanin. E nós precisamos fazer a sociedade entender que agora tem o art. 26 e meio, porque o cara pode ser punido pela metade e a outra metade...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A quase imunidade Parlamentar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente.

Meia imunidade Parlamentar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É quase igual ao "sem ser gol", não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, quero, em primeiro lugar, mais uma vez, agradecer a presença do Deputado Marcel aqui, uma notícia que ele traz.

Acho que aqui no Senado temos um papel importante também a fazer com o nosso Presidente. Cabe a nós aqui, também, levarmos o nosso pensamento sobre o que está sendo colocado na mídia; pelo menos, eu não dei procuração para negociarem nada em meu nome, muito menos para o Supremo Tribunal Federal, que não tem que se meter em pauta do Congresso. Se o assunto é do Legislativo, nós aqui é que temos que tratar, porque nós fazemos a análise política. Eles fazem a análise jurídica deles, inclusive, como o Senador Magno Malta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, com base nas 11 constituições que parecem viger no Brasil hoje. Só não vige a que tinha que viger. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto, também, é deixar, obviamente, a minha solidariedade aqui ao Deputado Daniel Silveira, a quem eu tive a proibição de visitar, pelo próprio Ministro Alexandre de Moraes, não sei por quê, mas fui proibido de visitá-lo. Então, deixo aqui a minha solidariedade a ele, à sua família e à sua luta. E, muito em breve, nós veremos esse mal sucumbir.

Quero passar a palavra ao Senador Eduardo Girão, que é o autor dos requerimentos que motivaram esta audiência pública de hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só um adendo sobre a questão do Daniel Silveira, porque o senhor foi proibido de visitar. Nós, da Comissão de Direitos Humanos, que funciona aqui ao lado, presidida pela Senadora Damares, não tivemos a autorização – foi um requerimento meu, aprovado por unanimidade – para visitar os presos políticos no Brasil, mas a Argentina acaba de autorizar que a gente vá visitar lá os presos políticos brasileiros que estão na penitenciária lá.

Então, a gente não pode, a Comissão de Direitos Humanos, visitar aqui os brasileiros, no Brasil, mas estamos indo, numa comitiva, visitar, na Argentina, os brasileiros. É uma coisa louca o que está acontecendo no Brasil, é uma humilhação.

É surreal ter que pedir autorização ao Ministro Alexandre Moraes, que engaveta, que nega, como negou ao General Mourão visitar o Braga Netto, que foi o primeiro a fazer o pedido. Depois de muita insistência, de meses, nós tivemos a autorização, com outro requerimento do Senador Izalci, para visitar. Eu já estive lá com o General Braga Netto na semana passada.

E é essa ditadura que a gente está vivendo no Brasil, não tem outra palavra, porque democracia isso não é.

Eu estou esperando uns documentos que a minha assessoria ficou de mandar, inclusive uns vídeos que eu peço autorização para passar daqui a pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares vai fazer uso da palavra, e é o tempo em que chega, os outros também e eu fico para o final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, com a palavra a Senadora Damares, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui desta Casa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Que gentil da parte dos colegas, obrigada.

Esta audiência está acontecendo por força do Requerimento nº 5, de 2025, acho que é um dos primeiros da Comissão, e o Requerimento 7. O nº 5 é do Girão e o nº 7 é do Flávio Bolsonaro.

No seu Requerimento 5, Girão, você propõe também que o Sr. Alexandre de Moraes, Ministro do STF, venha à audiência.

Ele não veio e justificou a ausência?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

Os juízes também justificaram a ausência? Não vieram?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No início aqui eu li as respostas, tanto do Desembargador Airton Vieira, que estava em sessão, quanto do Dr. Martin Vargas, Marco Antônio Martin Vargas, que falou que não viria, mas não falou o porquê também, e do advogado do Tagliaferro, que disse que não poderia comparecer nesta oportunidade, mas deixou em aberto aqui a possibilidade de, no futuro, fazer um depoimento para esta Comissão, ainda que de forma virtual.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos ter que apresentar outro requerimento, Presidente, ou mantém o requerimento já aprovado para o Tagliaferro vir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que pode... Não precisa aprovar outro requerimento, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, que fique consignado que a gente vai insistir na oitiva dele.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos, vamos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.?

Dada a ausência do Ministro Alexandre, que tem a oportunidade de se defender aqui na Comissão, inclusive das alegações do jornalista Glenn... Ele não veio. É uma pena ele não vir a esta Casa. É uma pena ele desrespeitar esta Casa o tempo todo.

Deixe-me contar um fato para os senhores, inclusive para o senhor. É um fato que aconteceu, em que estavam presentes tão somente eu e o Senador Izalci. Acho que nem o Magno sabe disso. Nós tínhamos um requerimento assinado por 16 Senadores para visitar o Anderson Torres. Esse requerimento ficou seis meses com inúmeras reiterações de pedido de despacho. Ele não despachava o requerimento para 16 Senadores visitarem o Anderson Torres. O que aconteceu, Glenn? A gente não aguentava mais esperar um despacho e nós marcamos uma reunião presencial com ele. E, nesse dia, era o dia, acho, da votação da reforma tributária, não pôde ir todo mundo, e fomos eu e o Izalci conversar com ele. Nos atendeu ali atrás no cafezinho e nós perguntamos: "Ministro, é possível o senhor despachar o requerimento?". Ele respondeu: "Que requerimento?". "O requerimento aprovado no Plenário, vindo para cá com 16 assinaturas para a gente visitar o Anderson." E ele falou assim: "Não vi esse papel, esse papel deve ter se perdido dentro do meu gabinete". Um requerimento assinado por 16 Senadores da República de partidos diferentes, inclusive Líderes tinham assinado. É assim que ele trata com autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu fiquei imaginando, Senador Magno Malta, se um requerimento aprovado e assinado por 16 Senadores se perdeu no gabinete dele, as petições dos advogados lá do interior, como é que essas petições são tratadas? Com deboche! Se ele debocha de um requerimento de 16 Senadores, ele debocha de todos os documentos que chegam àquela Corte. Lamentavelmente é o que nós estamos vivendo.

Aqui, Glenn, eu queria tão somente registrar solidariedade. Eu espero que você tenha mudado a posição com relação a mim. Eu não sou a mais louca dos lunáticos do Governo anterior. (*Risos.*)

Eu sou a mais louca por crianças com certeza!

Mas o que nós estamos fazendo aqui, Glenn? Nós não vamos baixar a guarda. Nós vamos continuar na defesa da democracia. Nós não temos medo do Alexandre de Moraes. Não temos. Nós estamos fazendo tudo que podemos dentro das quatro linhas da Constituição, estamos sim, mas nós não vamos nos curvar, por vocês, por vocês jornalistas, pelo direito de vocês escreverem, inclusive me chamando de louca! Você mudou de ideia, com certeza. Por vocês, jornalistas, pela imprensa, pela liberdade neste país, nós vamos continuar aqui!

Quando eu leio a história mundial e me lembro... Leio lá que Nero botou fogo em Roma, eu fico me perguntando: ninguém viu sinais antes? Eu não quero que os meus descendentes, e vou dizer uma coisa, meus descendentes serão todos indígenas, porque eu sou mãe de uma menina indígena, eu não quero que os meus descendentes, daqui a 50 anos – se Jesus Cristo não voltar antes –, perguntem: "A Bisa não viu sinais de que tinha um louco na Corte?". Meus descendentes vão falar: "A Bisa viu e a Bisa reagiu". E a gente vai continuar reagindo, Glenn. Há um louco na Corte, e eu tenho medo de que este louco coloque fogo em Brasília, se é que já não colocou e a gente não observou.

Mas nós vamos continuar aqui. Nós vamos continuar lutando dentro das nossas atribuições. O Girão trouxe aí a questão dos presos. Nenhuma corte de direito, nenhuma instância de direitos humanos, Flávio, nenhuma instância visitou os presos no Brasil. Nós tivemos visita de Parlamentares, mas o Comitê de Enfrentamento à Tortura não visitou os presos, o Mecanismo de Enfrentamento não visitou, o ministério não visitou, comissão de OAB não visitou... A primeira instância legítima de direitos humanos que vai visitar os presos é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos do Senado, que é legítima e composta por Senadores de todos os partidos, e o requerimento foi aprovado por unanimidade, inclusive a esquerda aprovou o requerimento. Ele não respeita nem decisões de Parlamentares de esquerda. É um desrespeito às instituições.

E aí a gente não pode visitar, porque aconteceu o seguinte, eu preciso explicar para os senhores. Mas espera aí, não é a vara de execução de cada cidade que é responsável pelo preso? Não. Os presos de 8 de janeiro... Ele se sente dono da execução da pena! Eu fui conversar com a vara de execução aqui do DF, fui lá na Presidente da vara: "Doutora, eu quero visitar, porque olha aqui, foi aprovado o requerimento...". Ela: "Lamento, mas quanto a esses presos, essa vara não tem nenhuma autonomia". Até nas varas de execução dos municípios, é ele que manda! É um absurdo! É o exagero do exagero.

Mas nós vamos continuar aqui, Glenn, porque loucos precisam ser detidos, contidos. Dentro das nossas atribuições e com as armas legítimas que nós temos, nós vamos continuar lutando para detê-lo pelo bem da imprensa do Brasil, pela liberdade do Brasil, pela liberdade do Parlamento, pela liberdade de a gente trabalhar! Nós vamos continuar.

Vou continuar insistindo, Senadores, na visita. Inclusive, Flávio, isso é gravíssimo, as varas de execuções não terem – é uma discussão que temos que fazer aqui na Comissão de Segurança – autonomia para alguns presos.

Existem categorias de presos no Brasil? Esse preso, aquele que degolou a mulher lá em Fortaleza, eu posso visitar, se eu quiser, mas uma senhorinha de 74 anos, D. Vildete, que saiu no sábado da cadeia, na cadeira de rodas, com 74 anos, eu não pude visitar. Dois indígenas vulneráveis – os descendentes das minhas filhas vão dizer que a mãe tentou, que a bisa tentou visitar dois indígenas – eu não pude visitar. Um morador de rua eu não pude visitar. Como Presidente de uma Comissão, eleita no Parlamento, de forma legítima, eleita por unanimidade, e com um requerimento aprovado por unanimidade...

Glenn, fica firme! Posso não concordar com tudo o que você fala, mas a gente reconhece a sua coragem. Fica firme! Que outros se inspirem em você, e nós vamos continuar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Flávio, parabéns por esta audiência, mas eu insisto na oitiva do Ministro Alexandre nesta Comissão – e dos juízes. Eu acho que os demais colegas vão continuar insistindo que ele venha aqui conversar com a gente.

Muito obrigada, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sobre esse requerimento do Anderson Torres... Na verdade, o Ministro Alexandre de Moraes é um debochado. Ele faz de deboche mesmo com esta Casa, para a Casa perceber o deboche, ver como ele dá as penas dele, ver como ele puniu o partido com R$22,9 milhões, para, de trás para frente, dar no número 13. Ele sempre faz as anarquias dele, ele é um narcisista, é um abutre que se regozija em espezinhar os restos mortais de um cadáver aos olhos dele. Vê-se, quando ele fala sobre as pessoas, a expressão facial dele – você não precisa ser doutor em nada disso –, a expressão facial de prazer, de um abutre.

Senadora Damares, quando você falou sobre o pedido, você disse: "Eu vou falar uma coisa que, quem sabe, vocês não saibam: eu fui lá com o Izalci". Pois é, eu vou falar uma outra coisa aqui. Eu disse ao Senador Girão: eu vou fazer o requerimento sozinho, já que ele não despacha o de todo mundo. Pois ele despachou o meu, e eu fiquei segurando. Não fui, para esperar ele despachar o outro, porque é um absurdo. O Marinho foi lá dizer "é um absurdo". Quando ele despachou o dos Parlamentares, eu já tinha o despacho para ir sozinho. Veja que deboche! E ele traz, naquele pedido, o primeiro de visita aos presos... Ele põe a exclusão dos nomes, dos que não podem visitar. Inclui Flávio Bolsonaro, inclui Eduardo. Ele tem uma fixação no seu pai que eu não sei qual é. Não sei qual é; mas que tem, tem, certo? Tem fixação em Daniel Silveira. Também não sei qual é; mas que tem, tem, certo? E aí ele despachou. Vejam só o tamanho do deboche.

Eu visitava o presídio – todo mundo de quem você citou os nomes aí. Eu estive, no mínimo, 20 vezes com cada uma dessas mulheres, com os homens, e tal. Eu ia para o presídio... Inclusive nós temos aqui a filha do Clezão, que está ali filmando. O pai morreu nas vistas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, e eu tenho o prazer de ter a memória do Clezão dentro do meu gabinete o tempo inteiro, porque ela está cooperando conosco lá no meu gabinete.

E esse deboche de que a prerrogativa de um Vereador é fiscalizar, porque na outra ele propõe... É só indicação para Prefeito, ele só faz se quiser. Então, essa de legislar o Vereador não existe, é mais ou menos. Mas fiscalizar ele pode: ele vai ao hospital, ele vai ao presídio. Nós temos essa prerrogativa entre tantas outras – somos Senadores da República – e nos foi tirada.

E aí a juíza das execuções penais no Brasil inteiro... Eles estão com tanto medo do Alexandre que você vai e faz uma petição ao presidente do sistema penitenciário, ele manda para a juíza das execuções. Essa aqui de Brasília, muito educadamente, muitas vezes me respondeu dizendo assim: "Olha, eu estou enviando o pedido do senhor para o Ministro Alexandre, para ele despachar para mim [o juiz das execuções penais], para que eu possa, então, autorizar".

Então, nós estamos com um cara que, se ele não botou fogo aí em Brasília, já tocou o terror e colocou medo em todo mundo colocou – medo em todo mundo! Juiz de primeira instância, juiz de segunda instância, desembargadores têm medo de como vão proferir uma decisão, porque eles acham que pode chegar aqui à última instância e ferir a suscetibilidade dessa criatura dócil que é Alexandre de Moraes, que foi plenamente empoderado, e não foi sozinho, foi pelos seus. Ele é o CEO de uma organização. Ele verbaliza.

Agora, quem deixou esse monstro chegar ao tamanho que chegou e agora está querendo voltar atrás, dentro da própria Corte, não tem como mais. No aquário não cabe mais ele, o polvo ficou enorme, é muita perna para todo lado! E todo mundo que tenta se levantar quando ele está falando ou quando alguém está falando no Pleno – a gente assiste a isso ao vivo –, ele se levanta e dá um pito no outro Ministro, como se fosse um menino de escola. Ele vai lá e dá um pito, dá um esporro, dá a explicação dele.

Eu quero dizer a você, como a Damares disse – eu não sei se você já usou algum termo contra mim –, que eu acredito nas suas investigações, até porque, assim que começou o Governo de Jair Bolsonaro, o pessoal do seu grupo, *Intercept*, andou atrás de mim por uns seis meses. E você realmente vai buscar, você realmente vai buscar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, comigo foi meio decepcionante porque eu não falei uma palavra, e era Deus me guardando porque eu não sabia nem nada. Tinha uma jornalista sentada do meu lado e ela, ao sentar do meu lado, começa a me fazer perguntas, perguntas, perguntas, e eu não respondo nada – não respondo nada. A única coisa que eu disse à moça... Ela falou assim: "Eu sentei do lado do senhor porque eu procurei saber qual era o dia da sua viagem e o seu assento e me assentei do seu lado. Eu sou jornalista e eu gravei tudo que o senhor falou comigo".

"Eu gravei tudo que o senhor falou comigo". Eu falei "você está errada de ter gravado sem ter falado comigo. Mas eu só vou lhe responder uma pergunta que você me fez". Eu estava calçado com um tênis que tinha o nome da minha mãe, um tênis, uma sapatilha que eu desenhei. Aliás, estou calçado com uma aqui que tem o nome da minha mãe, D. Dadá. E a única coisa que ela coloca na matéria é que se sentou do meu lado, eu não disse nada, ela foi a Cachoeiro do Itapemirim, conheceu a minha instituição de drogados, conversou lá com meu irmão, fez mil perguntas sobre mim, e a única coisa que eu disse a ela é que eu voltarei às ruas e faria tudo de novo que eu fiz para colocar Jair Bolsonaro como Presidente do Brasil. Essa matéria saiu. E que eu estava calçado num tênis branco com a marca, com o nome da minha mãe, D. Dadá.

Então, independentemente do que você pensa a meu respeito, como jornalista, você vai, realmente... Nós não estamos aqui com um cara meia-boca, nós estamos com um cara que realmente vai buscar a informação, que vai esmiunçar, não é? A Damares já fez a reclamação dela. E, aliás, o seguinte: se ela não fosse louca, ela não era Senadora também, não, porque Deus não tem compromisso com gente que acha que é boazinha de cabeça. Deus gosta de gente valente. Deus não tem nada a ver com frouxo. E se ela... A senhora só está aqui porque é doida mesmo, entendeu? Então, o seguinte...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Assessorei um doido. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi treinada, não é? Essa foi boa.

Mas eu quero louvar, assim, a profundidade. Você vai até o final, você tem a capacidade e a coragem de fazer a revelação do fato, o que muitos jornalistas... Quer dizer, eles chamam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalistas de blogueiros, mas se comportam como verdadeiros blogueiros a serviço do vil metal, sem respeitar o sentimento, o sofrimento das pessoas que estão debaixo da bota de Alexandre de Moraes. O mais sobre você, certamente, o Marcel falará, porque, como você... Não sei qual é, ideologicamente, o seu lado e qual a sua... Eu sei que bolsonarista você não é, mas você é um cidadão que trata com a verdade independentemente do lado em que esteja, e isto, para nós, é muito importante, é muito importante.

De ontem para cá, de anteontem para cá, eu tenho visto... Eu não vejo telejornal, não vejo nada, mas eu ouvi de um – eu não vou chamá-lo de blogueiro, não, porque... –, mas ouvi de um jornalista da Globo, uma TV que eu não vejo nem nada, mas era só um recorte, e ele dizia que Jair Bolsonaro é o ex-Presidente em atividade no Brasil, mesmo numa cama.

Então, o bem que esse homem fez ao país no exercício do seu mandado, e ainda paga... A cada cinco minutos, tem uma coisa nova. Um homem que está numa UTI – desculpem-me o desabafo, e eu fui para tribuna já ontem, e eu venho falando disto – e recebe um oficial de justiça dentro de uma UTI sem luva, sem uma touca, sem o aparato que o próprio médico usa para poder entrar, para ver um paciente que está ali, que pode pegar uma infecção e ser morto. Ele entra com a mesma roupa suja da rua, com uma prancheta velha da rua, com o papel da rua, entra ali, assim, por puro capricho, puro capricho de Alexandre de Moraes, por puro capricho de Alexandre de Moraes.

Mas agradeço tudo o que você falou. Acho que Deus vai te usar e que você tenha mais informações, que cheguem mais informações, porque você tem coragem de verbalizá-las e de tomar posição sobre isso. E vir a esta Comissão conosco, assim, não é uma coisa fácil, porque todos nós estamos correndo perigo nesse... Você pode sair daqui com um mandado de prisão, com a Polícia Federal te convocando para ir lá fazer um depoimento para você se explicar sobre o que você veio fazer aqui e o que você falou a respeito dessa Excelência nobilíssima que é o Sr. Alexandre de Moraes.

Obrigado pela sua vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra então ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas aqui aos nossos convidados, porque eu não pude acompanhar o depoimento de V. Sas., pois estava fazendo o debate a que me referi há pouco. Mas há uma pergunta que eu vou fazer e vou ser bem sucinto. É uma pergunta que me foi dirigida inclusive por milhares de brasileiros. Eu falo literalmente milhares de brasileiros porque nós temos, todos nós, redes sociais e somos – eu acredito – extremamente demandados por essas redes sociais. A população se faz ouvir de forma cidadã nesse aspecto.

Nós começamos a assistir, com muita atenção, os relatos que V. Sa. faz ou fez na *Folha de S.Paulo* em relação aos diálogos eu diria cabulosos, que ocorreram entre Ministros... Desculpe, entre juízes auxiliares do então Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Alexandre Moraes e assessores do próprio Tribunal, no caso, inclusive, o Tagliaferro.

Eu inclusive, Sr. Glenn, peticionei ao CNJ, solicitando que fosse aberto inquérito para apurar responsabilidades porque, se alguém pede a um auxiliar que use a imaginação para elaborar uma ação ou encontrar provas contra o inimigo, me veio à mente o Beria, da polícia oficial lá do Stalin: "Mostre-me o homem, e eu lhe mostrarei o crime" ou me aponte o homem que eu apresento o crime. Então é uma coisa claramente encomendada, enviesada. E o CNJ, de pronto, arquivou, dizendo que eram diálogos naturais de quem exercia aquela atividade. Então, volto àquela minha reflexão anterior: o que está acontecendo com o Brasil? O que é certo e o que é errado? Os parâmetros ficaram de cabeça para baixo.

Então, de repente, essas reportagens pararam. Até por curiosidade, a *Folha de S.Paulo* perdeu o interesse ou V. Sa. não encontrou nada mais, dentro desses seis gigas de conversas, que poderiam ser transformadas também em novas denúncias, para expor as entranhas da forma como se trabalhou nas eleições de 2022, de uma forma absolutamente vesga, caolha, enviesada, quando as ações todas foram perpetradas contra o espectro ideológico, e o outro passou sobranceiro. E é claro que isso influenciou no resultado da eleição. Mesmo que de maneira indireta influenciou e muito o resultado das eleições.

Então a pergunta que faço a V. Sa. é se há ainda algum material, se há alguma reportagem que poderá ser publicada, o que é importante para todos nós brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Eu agradeço a V. Exa. por essa pergunta porque sei que tem muitas pessoas com essa dúvida, essa pergunta do que aconteceu com o processo jornalístico, que paramos por causa da *Folha*, por causa das ameaças. Então, estou feliz de ter a oportunidade de explicar isso.

Tentei várias vezes nas entrevistas, no *podcast*, nas redes sociais, mas é melhor fazer isso quando tem mais pessoas prestando atenção.

Então, cada vez que eu trabalhei como jornalista com um grande arquivo – e eu expliquei antes que foi na casa do Snowden, com esse grande arquivo sobre a espionagem dos Estados Unidos, várias vezes com o WikiLeaks, quando eu trabalhava com o WikiLeaks, no caso sobre a Lava Jato, várias outras vezes – sempre tem essa questão, essa dúvida: "Ah, tem mais para publicar? Tem mais para divulgar? Por que está escondendo coisas?".

Até agora, a esquerda brasileira acredita que eu não publiquei tudo o que eu tinha sobre o arquivo da Lava Jato. Tem pessoas que acreditam que escondemos coisas na reportagem do Snowden. É natural. "Ah, você tem esse grande arquivo, já publicou essa parte, por quê? O que tem mais?"

Então, eu vou falar aqui – eu disse desde o começo de todas essas reportagens, inclusive essa – que a minha obrigação como jornalista é publicar todos os materiais que nós conseguimos confirmar de forma jornalística e que tenham interesse público. Obviamente, não vou publicar materiais sobre a vida privada, a vida particular de alguém, mas todas as coisas no interesse público. E eu acho que nós fizemos isso, ou seja, não teve uma vez em que eu fui à *Folha* e disse: "Ah, eu tenho mais um artigo para publicar", e a *Folha* disse: "Não, não queremos", ou "não conseguimos". Se eles fizessem isso, eu denunciaria a *Folha* na hora.

Já fiz isso contra parceiros jornalísticos quando têm medo, quando têm hesitação. Eu divulguei isso publicamente, porque isso, para mim, é um escândalo jornalístico: não publicar materiais que são relevantes no interesse público, e que podem ser comprovados, mas não publicar por medo ou outros objetivos. Então, isso, pra mim, é corrupção jornalística.

O que eu vou falar é que eu acho que essa percepção foi criada, nesse caso, porque, como eu disse antes, usamos de uma estratégia quando publicamos tudo o que foi preparado. Ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, quase todos os artigos foram preparados antes do primeiro dia da publicação e, por causa disso, nas primeiras duas semanas, três semanas, quase todos os dias estávamos publicando mais material, mais revelações.

E essa, geralmente, não é a estratégia que eu prefiro usar, porque eu acho que isso não deixa espaço para o público e para outros processarem todas as informações. Ou seja, é demais para uma pessoa processar nesse momento, mas, realmente, publicamos muito, e eu acho que não recebeu a atenção que mereceu, por causa do fato dessa velocidade que estávamos usando para publicar.

Tem mais um ou dois assuntos que ficamos investigando há meses, que ouvimos que talvez existam no arquivo. Eu usei vários colegas brasileiros que trabalham comigo. Os jornalistas da *Folha* foram profissionais, com muito compromisso, com muita ética. Eles queriam encontrar mais coisas, eu queria encontrar mais coisas. Acho que a minha opinião sobre Alexandre de Moraes não é vaga, é bem clara, eu publicaria tudo o que eu conseguisse provar. Só que, mesmo trabalhando tanto tempo, tem trechos que talvez poderiam significar uma coisa, mas não conseguimos fechar o material. E ainda estamos tentando, usando outras fontes, outros materiais, mas, até hoje, eu posso falar com muita tranquilidade que publicamos todos os materiais que deveriam ser publicados, ou seja, que podem ser confirmados e que estão no interesse público.

Eu trabalhei com a *Folha* várias outras vezes, inclusive na reportagem da Lava Jato, e eles são muito agressivos, são jornalistas muito agressivos, para mim, muito éticos, pelo menos as pessoas com quem trabalhei. E jamais, acredito, que eles parariam por causa do medo, ou por causa das ameaças. E o que consigo falar é que nunca, uma vez, eu fui para a *Folha* para falar: "Ah, encontrei mais material", e que eles tenham me dito: "Não, queremos parar, não queremos publicar mais." Como eu disse, eu denunciaria isso na hora, e isso nunca aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pela resposta, Glenn.

Antes de passar a palavra para o Senador Girão, eu só queria também te fazer uma pergunta, Glenn, me surgiu agora, quando você comentou sobre outros casos de que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já participou, porque você já faz parte da história do Brasil, ao fazer essa extração de dados da chamada Vaza toga...

O SR. GLENN GREENWALD – Vaza jato.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vaza jato, vaza jato... Um material que acabou sendo aproveitado pelo próprio Supremo Tribunal Federal como um fato novo, que teria comprovado a suspeição do então Juiz Moro.

E como é que isso teria se dado lá, conforme o que foi decidido pelo Supremo? Que havia uma relação muito direta entre o Moro e os procuradores, ou seja, quem está investigando com quem está julgando, e essa relação seria uma relação viciada, ilegal, e acabou sendo usada para anular os processos contra Lula, e ele acabou conseguindo concorrer.

E gora a gente vê uma coisa muito parecida acontecer, com um agravante, do meu ponto de vista: é que o Alexandre de Moraes não é que ele tenha uma relação com um promotor de justiça, ou com um investigador da Polícia Federal – ele próprio reúne nele todos esses papéis.

Em algum momento, para esquentar a prova, ele pede opinião do Ministério Público. As conversas que foram reveladas também por vocês, junto com o jornalista Fabio Serapião, mostram inclusive a indignação do Alexandre de Moraes quando um investigador não conseguia encontrar alguma coisa contra aquele alvo que ele escolheu para ser atingido.

"Olha, use a criatividade...", "Ficou muito ruim esse relatório. Será que eu vou ter que fazer isso pessoalmente, vou ter que ensinar como é que faz?", ou seja, na minha percepção, Glenn, é algo muito mais claro, muito mais evidente, muito mais comprovado, de uma atuação completamente parcial, uma atuação completamente viciada de Alexandre de Moraes, para conseguir condenar aqueles alvos que ele já escondeu.

Eu queria só ouvir se você concorda com isso? Qual é a sua análise? Comparando um caso com o outro, se você concorda que no caso, agora, com relação ao que está se fazendo com essas pessoas perseguidas do 8 de janeiro, com relação ao Bolsonaro, se não é algo muito mais evidente, muito mais claro, de perseguição do que você encontrou lá nesse material que foi usado para declarar que o Moro era um juiz suspeito para julgar o Lula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Então, é difícil comparar para mim, porque são casos diferentes.

Eu começaria com o fato de que naquela época o Sergio Moro era um juiz na primeira instância e Alexandre de Moraes não é só um Ministro do Supremo, mas um superministro do Supremo, mandando em quase tudo. Isso já é uma diferença importante.

Outra diferença é que o material naquela reportagem da Lava Jato foi obtido por um *hacker* que violou a lei. Neste caso, as fontes tinham acesso legalmente, ninguém entrou ilegalmente, ninguém fez um hackeamento, tudo foi dentro da legalidade para ter acesso para esse material. Mas eu falaria que...

Eu não vou falar que um me preocupa mais do que o outro, que um é mais grave do que o outro, mas eu vou falar que eu acho que o Alexandre de Moraes é um grande perigo para a democracia brasileira por causa do fato de que ele não respeita nenhum limite da lei, ou seja, em muitos materiais aqui ele sempre atua como a suposta vítima. Depois de ele se identificar como a vítima, ele assume o papel de investigador espontâneo, difícil, sem o menor pedido do Ministério Público ou da polícia. Ele que inicia a investigação, ele manda a investigação e depois atua como juiz.

Há, em vários casos aqui, inclusive o do seu irmão Eduardo, mas de várias outras pessoas também, quando ele iniciou uma investigação só falando: "Eu quero pegar essas pessoas". Ele não tinha evidência, não tinha nada da Polícia Federal, do Ministério Público pedindo isso, foi ele que criou a investigação. Ele não sabia se tinha evidência ou não, ele mandou o TSE para tentar encontrar evidências para justificar o que ele queria fazer com punições, prendendo pessoas, bloqueando redes sociais.

Há até um dia em que ele, por exemplo, acordou e decidiu punir a *Revista Oeste*, que estava criticando o Moraes o tempo todo. É uma revista com jornalistas bem reconhecidos, não se tem dúvida de que é uma revista jornalística, e ele queria punir a *Revista Oeste* sem saber alguma coisa que eles fizeram para que se justificasse isso. Ele mandou o TSE... O assessor do STF mandou o TSE: "procure evidências para justificar a punição da *Revista Oeste*. É muito importante para o Ministro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dias depois, o TSE ainda não havia mandado nada. Quando o braço direito, no STF, do Moraes mais uma vez pediu: "precisamos desse relatório, o Ministro quer esse relatório para punir essa revista", o chefe do setor de combate à desinformação no TSE disse: "eu não consegui encontrar nada, não tem evidência nenhuma de que eles fizeram um crime. Eles não fizeram nada.". E a resposta do STF foi: "Seja criativo, ou seja, inventa uma coisa, porque o Ministro quer.".

Tem outras coisas quando ele queria investigar pessoas que estavam criticando ele nas redes sociais e ele mandou para a TSE, falando: ele quer pegar essa pessoa, ele quer pegar esse jornalista, ele quer pegar esse Deputado. De novo: não tem nenhuma relação com a eleição, mesmo usando o TSE, e também está escondendo o tempo todo.

Só quero ler uma coisa aqui: Moraes recebia os relatórios e os utilizava para embasar decisões contra os bolsonaristas. Nas decisões, ele citava ter recebido da AEED, que é o órgão dessa informação no TSE, mas sem revelar ter sido o ator do pedido para a produção, como se tivessem sido enviados na forma espontânea para a Corte eleitoral. Tudo foi escondido, tudo foi fraudado, porque, mais uma vez, eles sabiam o que eles estavam fazendo, que estava errado. Mesmo agora, insistindo na inocência de tudo o que eles fizeram, com todo esse comportamento, conseguimos mostrar depois – ele afirmou essa defesa – que não era verdade.

Então, para mim, isto é muito grave. Um juiz acordando, decidindo: "Ah quero prender essa pessoa, quero bloquear as redes sociais dessa pessoa, não por causa do fato de que está violando a lei, mas porque está me criticando. Então, sou vítima dessas críticas." Como eu disse, ele sempre interpretava qualquer crítica a ele como um ataque criminoso às instituições brasileiras, e, depois, ele manda uma Corte que só tem poder relacionado com a eleição para investigar essas pessoas que ele quer prender e ele pressiona. Até, às vezes, ele recebe um Relator e fala: "Não, isso não é suficiente, quero mais, quero mais" com motivos políticos para prender os críticos dele, abusando do poder o tempo todo, escondendo o que ele estava fazendo, mesmo sabendo que não estava certo.

Então, mais uma vez, não quero falar que isso foi pior do que isso, mas é suficiente observar que a evidência é muito concreta e mostra muitas coisas graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, mas sua fala deixa claro que é mais grave agora do que antes. (*Risos.*)

Com a palavra o Deputado General Girão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Enquanto o General Girão mexe no microfone aí...

Eu fiquei muito preocupada agora, Glenn. Nós estamos diante de um problema de caráter ou de insanidade mental. Eu acho que ninguém nunca pediu um exame de sanidade mental, e é possível, na legislação brasileira, pedir exame de sanidade mental de autoridade. Esse homem pode colocar em risco a segurança pública de uma nação. Então, eu acho que nós vamos ter que começar a pensar que talvez não seja caráter, talvez ele esteja com complexo de perseguição – isso é doença mental – e nós vamos ter que tomar uma atitude também. Eu quero pensar depois sobre isso.

Obrigada, Glenn, pela sua fala agora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só quero perguntar se algum Senador antes quer fazer uso da palavra ou apenas... (*Pausa.*)

Está esperando o material ficar pronto.

Então passo a palavra ao Deputado General Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Para expor.) – Sr. Senador Flávio, muito obrigado mais uma vez. Eu gostaria de inicialmente agradecer ao meu querido Senador Magno Malta. Há pouco mais de três semanas, Magno Malta foi a Natal e, na oportunidade, foi visitar Bolsonaro, que tinha acabado de ser internado lá, por conta daquele mal-estar que ele sofreu numa viagem que estava fazendo com o Senador Rogerio Marinho. Eu já estava no hospital, porque tive um problema de infecção bacteriana um pouco antes, dois dias antes. Não pude acompanhar o evento com o Presidente Bolsonaro, mas acabou que ele foi para o hospital, e conversamos com ele lá, muito rapidamente, em função das dores e do quadro clínico por que ele estava passando. Fico feliz pela melhoria que ele está tendo agora. Deixo meu repúdio em função da apresentação também desse oficial de justiça lá na UTI do hospital, mas o Senador Magno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Malta foi lá e fez uma oração a meu favor. E eu quero agradecer muito a este combatente, porque ele estava de cadeira de rodas quando chegou lá, e eu estava numa situação bastante complexa, em função de eu ter uma válvula bovina aqui no meu coração e não poder, de maneira nenhuma, sofrer nenhum ataque de bactéria. O risco foi muito grande. Eu agradeço a todos, as ligações telefônicas, a visita do Senador Rogerio Marinho, a ligação também do Senador Eduardo Girão, enfim, as orações da Senadora Damares e de todos os colegas.

Mas, meu jovem – digo jovem, porque eu já vou fazer 70 anos no ano que vem – então, jovem Glenn Greenwald, além dos presos políticos, nós temos também refugiados e temos foragidos políticos. Agora, lá na Itália, nós recebemos, Senador Rogerio Marinho, Senadora Damares – eu vou encaminhar para a senhora também aqui no Senado, à Comissão de Direitos Humanos –, uma carta dos foragidos políticos, que são aquelas pessoas que não quiseram ser presas e fugiram dessa situação de prisão, porque sabiam que estariam sendo investigadas também em função daquela situação do 8 de janeiro.

Então, eu deixo aqui também o meu pedido de, o quanto antes o senhor puder, voltar a divulgar esses áudios que existam dentro desse arquivo de não sei quantos teras que o senhor disse que tem, porque essas pessoas também poderão ser beneficiadas – não somente os presos, mas também os foragidos e os refugiados. Nós tivemos contato, na Itália, com pessoas refugiadas que nos procuraram. O evento da Itália foi interessante, porque aconteceu em função dos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial – a Itália foi libertada no dia 25 de abril –, e nós participamos desses eventos lá, eu e o Senador Eduardo Girão. A Itália comemora, sim, a presença dos brasileiros, a participação da força expedicionária brasileira neste movimento de libertação.

Se a FEB saiu daqui do Brasil para um outro continente, para lutar uma guerra em função da liberdade, da democracia e da justiça, não é mais do que o momento em que nós possamos aqui unir forças – o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os jornalistas brasileiros. E eu deixo aqui mais uma concitação, um estímulo para que os demais jornalistas que tenham informações sobre essa situação que a gente está vivendo no Brasil, de uma... A gente diz que a Constituição foi relativizada, a democracia também está sendo relativizada, e a gente precisa que todas as forças possam se unir. Assim foi nos Estados Unidos, que é o seu país, quando o Watergate surgiu e derrubou um Presidente. A gente precisa de as forças serem unidas, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalista tem essa capacidade de investigação, para que nós possamos mostrar para o Brasil, para o mundo, a verdade, a verdade que o Brasil vive hoje.

Eu termino as minhas palavras pedindo ao senhor: ajude-nos a mostrar a verdade mostrando essas conversas – como já foi falado aqui – cabulosas, porque o Brasil precisa saber, o mundo precisa saber o momento que estamos vivendo. Agradeço, sim, a sua participação e espero que, com essa força do jornalista brasileiro e do jornalista estrangeiro, como do nosso jornalista português aqui também que já participou desta audiência –, nós possamos ter essa união de esforços, porque não resta dúvida de que o mundo precisa saber dessa verdade. E a gente espera que ela possa surgir com a força das suas conversas, existentes nos seus arquivos, e com a força também do Senado Federal, que é a Casa revisora da República.

Cabe ao Senado, sim, intimar, convocar, trazer à verdade e trazer à responsabilidade aqueles que estão agindo fora das quatro linhas da Constituição, afinal de contas, como disse o Alexandre Garcia, no nosso evento, no fórum lá em Milão, na Itália, no último domingo, é claro que o art. 53 da Constituição, quando foi escrito pelo Constituinte, deixou claro que os Senadores e Deputados são invioláveis por quaisquer opiniões, palavras e votos. Esse "quaisquer" está sendo mortalmente ferido em função das continuadas agressões que têm chegado aqui à Câmara de Deputados. Inclusive ontem, o nosso Líder do PL, o Deputado Sóstenes, recebeu intimação de um Ministro do STF em função de uma palavra que ele deu durante participação em um evento público. Então, eu agradeço o senhor se puder nos ajudar e fazer com que essas informações continuem sendo mostradas para que o Brasil e o mundo possam reagir a essa agressão à democracia mundial.

Muito obrigado.

O SR. GLENN GREENWALD – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Por favor, Sr. Greenwald.

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Primeiramente, eu só queria falar que eu acredito que já publicamos muitos materiais provando os atos inapropriados do Ministro Moraes, muitos materiais, não só nessa reportagem que tem 15 artigos com várias conversas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chats, áudios, mas também eu fiz muitas reportagens no caso do Filipe Martins, quando o Ministro Moraes o mandou ser preso baseado em falsidades óbvias que eu consegui provar dentro de duas semanas, outra ordem de censura que ele emitiu de forma totalmente sigilosa, sem base legal nenhuma, porque esse poder expirou no dia depois da eleição. Então, eu só queria enfatizar aqui que publicamos muito nessa reportagem na *Folha de S. Paulo*.

Se eu tivesse outro material que conseguisse provar mais atos criminais, mais atos ilegais, mais atos inapropriados, eu publicaria na hora. Não é que estou segurando materiais para esperar um melhor dia para publicar. Neste momento, não tenho mais para publicar com que consigo provar e consigo confirmar. No minuto em que eu tiver, eu vou publicar.

Só quero falar que eu conheço pessoas que estão fora do Brasil por causa do medo de serem presas por crimes – jornalistas –, eu sou amigo, são pessoas que conheço, então, eu entendo a situação muito bem. Como eu disse, se eu tivesse material para publicar que ajudasse essas pessoas, que terminasse com essa injustiça, eu publicaria, só que a única coisa que posso fazer como jornalista é publicar, reportar. Não posso forçar outras instituições brasileiras ou o público brasileiro a reagir da forma como eu acho que deveriam, mas estou fazendo tudo que consigo para mostrar a verdade.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN) – Ao senhor não cabe inventar. O senhor tem a verdade consigo e mostra aquilo que...

Em relação ao Filipe Martins, o Deputado Hélio Lopes disse que era testemunha, ele foi testemunha, que tirou o Filipe Martins e levou ele para casa, e se ofereceu para ser ouvido, e não foi chamado.

Então, é mais uma verdade que a gente precisa realmente deixar clara aqui. Falamos sobre isso essa semana, lá na Itália.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Bom, Presidente, agora um pouco mais longo, mas eu vou tentar focar mais, e fazer perguntas mesmo, não é o momento de fazer um discurso aqui, no meu caso, até porque eu gostaria de obter, enfim, respostas do Glenn que possam nos auxiliar nessa caminhada aqui, e, de novo, reconhecendo o seu trabalho, e solidariedade aos ataques que vem sofrendo, que são realmente absurdos.

Aliás, quero fazer também aqui uma observação antes de começar. É engraçado que ninguém da esquerda está aqui, nenhum Deputado, nenhum Senador, e isso, infelizmente, tem sido recorrente. E reconhecem alguns deles, preciso também dizer isso, mas não publicamente, assim como você disse, que tem aqueles que reconhecem que o Alexandre de Moraes está se excedendo e não querem ir a público, também há colegas na esquerda que reconhecem, mas sabem que, lamentavelmente, politicamente estariam mortos neste momento, pelo menos internamente nos seus partidos, se falassem alguma coisa.

Eu queria lembrar como tudo começou nessa questão do Alexandre de Moraes. Março de 2019, estou aqui ao lado do Senador Rogerio Marinho, nós, inclusive, fizemos uma festa de aniversário, ao contrário, no ano passado, porque, na verdade, não teve para se comemorar, dos cinco anos do inquérito das *fake news*. E eu quero fazer um paralelo com a própria "vaza jato", que se iniciou, se nós não estamos enganados, e o Google nos assessora bem nesse ponto, em junho daquele mesmo ano. E a grande crítica da "vaza jato" era a participação de juiz e promotor em conversas privadas para buscar condenação, ou absolvição de réus. Então, falando aqui, sem entrar no mérito de um ou de outro, o fato que foi trazido à tona e que foi transformado em uma grande crítica no ambiente político.

Pois bem, anteriormente à "vaza jato", em março, Alexandre de Moraes se tornou, ao mesmo tempo, juiz e investigador. E é uma pergunta pessoal, talvez um pouco incômoda, me perdoe se for, mas sei que muitas pessoas não perceberam naquele momento exatamente o que estava acontecendo. Eu fui um dos primeiros a falar. Assim que saiu, eu fui à tribuna denunciar isso, mas eu queria perguntar ao senhor se o senhor já tinha se dado conta, naquela época, de que a crítica à "vaza jato" cabia mais ainda ao Alexandre de Moraes por estar fazendo, claro, junto com o Dias Toffoli, dobradinha, todo o apoio do STF, mas ele fazendo sozinho aquilo que a "vaza jato" denunciava ter sido feito em conjunto, por promotor e juiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma primeira pergunta que eu gostaria de desdobrar numa segunda que é sobre o interesse político que havia em derrubar Bolsonaro, que o senhor bem mencionou aqui. Na verdade, o interesse político é todo... O crime mesmo é ser bolsonarista hoje, no Brasil, ou ser de direita, porque já pega mais o espectro mais amplo. Eu mesmo nem sou do Partido do Bolsonaro, sou do Novo, estou sendo perseguido e tantos outros. Então, esse é o primeiro fato, e realmente há um interesse político muito grande, até porque a gente vê que há traficantes sendo soltos, há roubalheira desenfreada no Governo, mas ai de um Deputado que não cuidar de uma nota fiscal mal redigida, colocada no seu... E eu cuido de cada centavo, tudo no meu gabinete, porque eu sei que tem Deputado aqui que já teve busca e apreensão por bobagem, por coisas que não foram crime, pelo menos pelas informações que nós temos. Então, quer dizer, o crime mesmo é ser bolsonarista ou ser de direita.

Mas tem um outro aspecto que eu acho muito importante, que foi a chegada da Lava Jato à corte, porque, quando chegam as delações de Marcelo Odebrecht contra Dias Toffoli, é aí que a corte começa a reagir e dizer: "Não, isso é *fake news*". Em vez de permitir que haja uma investigação mesmo contra os membros do Supremo Tribunal Federal – porque ninguém pode estar acima da lei –, eles decidem...

Tem alguma coisa tocando aí que está me desconcentrando, não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, desculpa, Magno, eu aqui me desconcentrei.

Em vez de permitir investigação, eles criam esse argumento de que foi *fake news* e começam, primeiro, contra a revista *Crusoé*, ou seja, primeiro contra a questão fática mesmo, para depois recuar um pouquinho, mas já passar ao alvo político, mas o ganho financeiro nunca se perdeu nessa história. Acho que, pelo contrário, porque depois o STF decide que Gilmar Mendes e outros não podem ter seus sigilos fiscais quebrados, que a Receita não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigá-los. Mais adiante, decidem agora, mais recentemente, que parentes podem julgar, perante a corte, casos em que eles estão...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Que não há conflito de interesse.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... em que não há conflito de interesse. Eles estão julgando casos, e parentes – esposa, mãe, filho – podem ser advogados, ou seja, eu acho que, além da questão do interesse político de derrubar Bolsonaro, há o interesse financeiro e, talvez, inclusive porque Bolsonaro vem numa onda de questionamento de todo um sistema financeiro que está agregado a esse *establishment* brasileiro, ele acaba virando um espantalho, digamos assim, na história toda, para manter o interesse financeiro. Então, eu queria entender a sua opinião sobre isso também. O quanto esse interesse financeiro – vou usar um termo marxista – da classe dominante é relevante? Não que eu concorde, mas é para jogar para o lado daqueles que... para tentar entender do outro lado também, não é? Quanto do interesse financeiro da classe dominante, do *establishment*, do *deep state*, foi importante nesse sentido?

E aí, eu passo para a segunda pergunta, que também tem a ver com interesse financeiro – eu imagino, na minha opinião, mas pode discordar à vontade, por favor –, que é o interesse financeiro da mídia brasileira e internacional, que perdeu muito em anunciantes, perdeu muito em assinantes e, lamentavelmente, agora está tendo que usar as muletas do Estado, em muitos casos – e aqui no Brasil não é diferente –, para se manter. Então, eu queria saber, como segunda pergunta: o papel da mídia brasileira, porque eu vejo, por exemplo, editoriais. Fique à vontade para não responder, eu sei que o senhor é jornalista, daqui a pouco tem algum conflito de interesse na pergunta, mas eu leio os editoriais do *Estadão* e da *Folha* quase todos os dias –, e eles têm, muitas vezes, agora mais recentemente, criticado os abusos de Alexandre de Moraes, mas sempre vêm com aquela vírgula: "Porém, durante o período eleitoral, para manter a democracia, foi importante, etc.", num discurso que, no fundo, justifica a censura, aos moldes do que a Cármen Lúcia fez naquele voto ridículo lá no TSE, dizendo: "Sou contra a censura, mas tudo bem, só um pouquinho". Só um pouquinho já dura quanto tempo?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – É a meia-gravidez, meia-gravidez!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É a meia-gravidez. É o "art. 26,5", né? Enfim... Até metade pode?

Então, essa é a segunda pergunta, desdobrada num ponto B, que é essa discussão que a gente vê dos jornalistas *versus* blogueiros. O Glenn não é mais jornalista, hoje ele é blogueiro. Se bobear, é blogueiro bolsonarista, né? Algo completamente distante da realidade. E a gente vê isso. Eu, como jornalista – não só lá atrás, de profissão, hoje não exerço –, comecei no jornal. Aliás, comecei como jornaleiro, depois fui repórter, fiz o meu mestrado em Jornalismo. Gosto do tema, estudo o tema. Eu vejo essa discussão aqui de jornalistas e blogueiros muito mais também como essa falácia do espantalho, essa coisa de tentar desmerecer os outros, e eu queria entender melhor como o senhor tem encarado isso, porque é um demérito à sua trajetória, mas também de tantos outros que fazem jornalismo honesto e sincero, enquanto aqueles que se declaram jornalistas mentem na cara dura.

Eu vi ainda anteontem um vídeo da Raquel Landim – desculpe-me usar um exemplo específico, poderia usar de mil outros –, dizendo: "Olha, nós já sabíamos na época da pandemia que tinha um monte de denúncias de corrupção nos respiradores, mas nós não podíamos falar nessas denúncias de corrupção porque isso ia beneficiar o Bolsonaro". Isso não é jornalismo, mas essas pessoas se dizem jornalistas e acusam aqueles que, naquela época, tentavam dizer alguma coisa de serem os blogueiros, não é isso? Então, isso é um pouco um comentário, mas a pergunta seria, de fato, qual o papel da mídia brasileira e essa guerra de narrativas?

O terceiro ponto que já foi abordado aqui é a questão do apoio internacional. Muitas pessoas recorrem a nós e dizem: "Olha, já está perdido no Brasil, a coisa está muito difícil, nós precisamos de apoio internacional", mas a gente vê que outros países passam pelo mesmo. A gente não pode vender ilusão, a solução está aqui, nós temos que trabalhar aqui. É lógico que a gente acessa cortes internacionais, a gente vai para a mídia internacional e assim por diante.

E aí a minha pergunta, nesse sentido não só do apoio internacional, mas talvez da cumplicidade internacional, é: até que ponto esse movimento que nós estamos vivendo hoje tem tentáculos de todo mundo? Porque o caso do Filipe Martins me parece muito claro. O que aconteceu lá na Flórida não poderia ter ocorrido – olha, até poderia, mas seria uma coincidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande, está difícil acreditar em coincidências – sem que houvesse uma conversa entre as autoridades brasileiras e aquelas autoridades em solo americano...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Pelo menos as alfandegárias.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pelo menos alfandegárias.

E isso nos faz refletir também não só que a solução não está exclusivamente lá fora, mas aqui dentro também, mas – pior – que o problema está lá fora também. Eu queria uma reflexão sobre esse ponto de apoio internacional e problema internacional, desdobrado também num segundo ponto, que é o papel de órgãos internacionais como a OEA, que esteve aqui com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Veio um Relator, nos ouviu. Não tenho crítica sobre a parte de nos ter ouvido, inclusive nós gravamos tudo, mas da forma como aconteceu, iniciando pelo STF – ou seja, primeiro ouviu o abusador para depois vir ouvir a vítima –; da forma como nos trataram numa audiência que nós tínhamos aprazada, com a aprovação da Presidência da Câmara, e que foi cancelada em cima da hora não só conosco, mas também com entidades que estão ligadas à esquerda... Até peço desculpa aos esquerdistas que são honestos e buscam – e que cada vez são mais raros – verdadeiramente os fatos, mas essas entidades esquerdistas queriam era realmente botar água no nosso chope. Não só elas estavam lá em Washington, Glenn, quando foi marcada a audiência pública, que depois foi cancelada, adiada – mas até hoje não foi realizada –, como nós recebemos como uma compensação uma audiência secreta, porque não queriam nem que fosse gravada – certo? –, uma audiência secreta, enquanto aquelas entidades foram recebidas com pompa e circunstância numa audiência sobre outro assunto, cujo tema já nem lembro, mas também não importa, porque não era relacionado à audiência que tinha sido marcada.

Então, eu queria entender um pouco melhor qual a sua visão sobre o papel dessas entidades, desses órgãos multilaterais, OEA e tantos outros, que precisariam estar neste momento justamente defendendo direitos humanos, defendendo os cidadãos dos países signatários contra a censura, a liberdade de imprensa, e me parece que viraram mais um órgão burocrático em que o pessoal que está lá está adorando ganhar diária para viajar, participar dos círculos mais íntimos do poder, tomando lá uisquezinho e vinho, mas na hora do vamos ver, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender direitos humanos mesmo, me parece, pelo menos – até agora não saiu o relatório –, espero que eu esteja enganado, estão mais ao lado dos abusadores do que das vítimas.

Para finalizar, e desculpem-me se me excedi, e espero que as perguntas sejam úteis, o papel da interferência judicial no mundo todo, porque o senhor tem uma experiência nacional, é americano, é uma pessoa que eu admiro pela inteligência, pela forma como busca a informação e depois a compartilha e conhece, tem formação e informação internacional. Há vários livros mais recentes sendo escritos sobre a dita "juristocracia", esse avanço do Poder Judiciário, e como o senhor vê isso também prejudicando o trabalho da imprensa, mais especificamente, mas, claro, também, o próprio sistema democrático.

E para finalizar, uma pergunta bem simples: qual é a saída para tudo isso, Glenn? Como você tem visto, como cidadão que tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ajude-nos, dê-nos a saída! Não, nós todos aqui sabemos, estamos no Senado da República, no Senado, que deve cuidar do *impeachment* de Ministro do Supremo, por exemplo, que, eu entendo, é a saída drástica, mas mais necessária e urgente, porém sem o apoio, hoje, consolidado dos Parlamentares, é uma pena. Deveria ser, na minha opinião, e o senhor talvez divirja, a saída mais rápida, e não que seja a solução de todos os problemas, mas já dá um freio, mas, dado, inclusive, esse fator político difícil, o que o senhor tem visto para o futuro do Brasil, pela experiência que tem e pela perseguição que o senhor está vendo, cada vez maior? Parece-me que aquilo que foi dito, e agora não sei se foi pelo Senador Magno Malta, quase certeza que foi, aquilo que foi dito é muito verdadeiro: parece-me que o Supremo Tribunal Federal cruzou o Rubicão e não consegue mais voltar atrás. Eles estão numa situação que vai depender, talvez, de uma fratura interna... É tão ruim ser analista de política ou instituição quando você é ator e pode também agir, mas agora me permitir, no papel de fazer uma vez de analista, me parece que é mais uma fratura interna, uma coisa que acontece lá ou um fato excepcional do que algo que a gente consiga, controladamente, fazer chegar no objetivo, que é tão importante, que é preservar a democracia, evitar censura e garantir a liberdade da imprensa para que o senhor possa fazer o seu trabalho sem nenhum medo de ameaça ou qualquer outro tipo de situação ainda pior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, e vou tentar responder para todos, mas, se faltar uma, me perdoem, mas acho que lembrei tudo.

Também observei a falta da presença de Parlamentares da esquerda, quando estive aqui, quando falei antes, eu notei isso. Está bem diferente do que da última vez em que estive aqui, durante a reportagem da Lava Jato, quando a esquerda estava elogiando e elogiando, na maior forma possível... Naquela época, eu era o jornalista mais premiado, etc., e agora eu sou blogueiro fascista. (*Risos.*)

Mas acho que isso tem um ponto importante, que eu também conheço pessoas da esquerda, inclusive que são membros do Congresso, eleitos, que têm dúvidas e até preocupações sobre o Alexandre de Moraes. Mesmo o grande, o maior dos apoiadores na mídia, que é, para mim, o Globo, a TV Globo e o jornal *O Globo*, às vezes, também expressam algumas preocupações quando ele ultrapassou os limites, atropelados, quando ele mandou executivos do Google e do Facebook aparecerem na Polícia Federal, fazer depoimento, também quando ele, mais ou menos, roubou o dinheiro da Starlink para punir uma outra empresa totalmente independente que era o Twitter. Acho que isso também incomodou muitas pessoas, mesmo da esquerda, na mídia. Mas, no fim das contas, acho que, por um lado, eles não querem criticar Alexandre de Moraes, porque eles não querem que ele tenha limites, porque eles gostam de como ele está abusando do seu poder, porque são beneficiários políticos, é só isso. Mas também acho que está acontecendo, dentro do STF, também e de outras instituições que, mesmo quando eles acreditem que o Moraes está abusando do seu poder, eles não querem dar uma vitória para o movimento bolsonarista, ou seja, não querem, nenhuma vez, afirmar que o Moraes errou, porque isso daria conforto, ou armas, para seus inimigos políticos.

Então, isso é muito, muito perigoso, que não queiram limitar o Moraes, não queiram falar que não pode passar do limite, porque não querem dar uma vitória moral, uma outra vitória para seus inimigos políticos. Acho que isso é uma coisa muito perigosa e tem que parar logo.

Sobre Moraes, você me perguntou se naquela época da "vaza jato" eu sabia que Moraes estava atuando como investigador, juiz e vítima. Na realidade, não percebi isso. Eu comecei a criticar Moraes com o inquérito das *fake news* que eu sabia, militarmente, que vai se tornar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arma da censura, mas muito dessa reportagem, e antes dessa reportagem também, uma das minhas preocupações maiores era justamente que, por exemplo, no caso da Lava Jato, sem entrar no mérito, o argumento foi: o Juiz Moro está atuando como juiz e investigador. No caso do Moraes, ele não só está fazendo isso, mas ele também é a vítima, a suposta vítima, ou seja, ele está atuando não para proteger a lei ou punir crimes, mas quer punir as pessoas que estão criticando ele. E ele percebe que é uma vítima, no minuto que alguém o critica.

E ele está num ponto, e acho que a Senadora Damares aferiu isso, talvez porque, por mais que você seja fanático numa cruzada ou causa, você se torna mais persuadido de que você é uma pessoa bem certa e que está fazendo uma causa bem nobre, que você começa a acreditar que tudo é justificado.

Mas o fato é que eu nunca vi isso em nenhum outro país democrático, e é impossível, em todos os países democráticos e também no Brasil, até 2019, que um juiz que ache que tem um interesse público num crime ao mesmo tempo possa iniciar uma investigação, que possa julgar uma investigação, mas é isso que ele está fazendo.

Sobre a questão da mídia e a liberdade da imprensa, acho que você está referindo àquela vez quando o Supremo censurou *O Antagonista* por publicar esse artigo *O amigo do amigo*... Tudo isso...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – A *Crusoé*.

O SR. GLENN GREENWALD – A *Crusoé*, exato. É, acho que foi *O Antagonista* naquela época, mas talvez tenha sido a revista *Crusoé*.

Quando eu estava no *Intercept*, em 2017, nós publicamos esse artigo que foi censurado no *Antagonista* só para expressar solidariedade com a direita da imprensa e imprensa livre, mas eu acho que agora jornalistas têm medo, e eu entendo por quê. Porque, na mente do Alexandre de Moraes, qualquer denúncia ou qualquer crítica sobre ele, ele está interpretando na hora como um crime. Não é que só ser bolsonarista é um crime, só criticar Moraes é um crime. Ele descreve isso como um ataque à democracia brasileira, ou uma tentativa de derrubar a credibilidade das instituições brasileiras. Ele acredita que ele é a democracia brasileira, que ele é a legitimidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição. Então, criticar Moraes é automaticamente cometer o crime de atacar a democracia. Isso também é muito perigoso.

Sobre a questão da mídia e o motivo financeiro, acho que muitas mídias, em muitos países, estão enfrentando esse problema. Ou seja, agora tudo está bem isolado: a direita só lerá esse *site*, a esquerda só lerá esse *site*. Na *New York Times,* quase 90%, 93% dos leitores do *New York Times* são anti-Trump ou progressistas. Então, o *New York Times* sabe que, se eles publicarem um artigo que é criticando o partido democrático ou defendendo o Trump, eles vão perder as pessoas que estão financiando o jornal. E acho que aqui no Brasil tem o mesmo problema, muitas pessoas que são da direita, que são bolsonaristas, não estão lendo *O Globo*, a *Folha*, a *Veja*, o *Estadão*, porque perderam confiança.

Sobre a *Folha*, eu quero falar que, por um lado, você tem razão, que, às vezes, mesmo quando eles publicam editoriais criticando Moraes, é como essa: "Ah, mas isso foi feito durante esse momento bem perigoso para o nosso país", ou "enfrentando um golpe", etc., eles estão justificando e ao mesmo tempo criticando. Só que, no caso da *Folha*, acho que é bem importante reconhecer que eles publicaram artigos bem duros nas críticas de Moraes, mas também, nesse caso, eu tenho certeza de que muitas revistas, muitos jornais jamais trabalhariam comigo para publicar esses materiais. A *Folha* nunca expressou nenhuma hesitação, e, na realidade, quem fez muito desse trabalho não fui só eu, mas muitos colegas, muitos repórteres, muitos editores da *Folha*. Eles fizeram tudo isso com coragem. Então, acho que eles merecem crédito, mesmo que tenha outra crítica justificada, porque isso não é garantido para todos os outros.

Sobre essa questão das instituições internacionais, sobretudo esse caso do Filipe Martins, mas outras também, eu acho que é muito importante que as maiores revistas e jornais internacionais, nos Estados Unidos, no Reino Unido, em outros lugares, estão expressando preocupação com a democracia brasileira por causa do Alexandre de Moraes, mas eu acredito... E também eu tenho certeza de que um dia, mais cedo ou mais tarde, vai chegar um momento quando o Trump e o Governo do Trump vão focar no Brasil, o.k.? Elon Musk já, mais ou menos, prometeu, garantiu que Alexandre de Moraes vai ser preso, e ele não é uma pessoa que esquece coisas assim com facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sei que tem muitas pessoas bem altas no Governo que estão fazendo essa pergunta, mas, no caso do Filipe Martins, acho que é uma oportunidade de usar esse aspecto internacional, porque neste caso não foi só uma decisão corrupta, eu falaria, do Moraes prendendo o Filipe Martins. Quando eu vi que o Filipe Martins nunca saiu do Brasil, mas estava aqui no Brasil o tempo todo, eu pedi evidências. E eu vi evidências muito amplas, muito conclusivas, que provaram, isso foi bem cedo, que o Filipe Martins estava no Brasil o tempo todo. Fácil de provar! Mesmo o PGR manifestou para ele ser solto porque as acusações foram falsas, e o Moraes rejeitou esse pedido do PGR e manteve essa prisão por mais quatro meses.

Mas tem esse outro aspecto que está aparecendo no meio de tudo, esse repórter do *Metrópoles* que afirmou que descobriu documentos no centro de imigração, no Customs and Border Protection, nos Estados Unidos, de que o Filipe Martins entrou, mesmo que não tenha entrado. E o Alexandre de Moraes usou isso para justificar e continuar com a prisão dele. Só que sabemos que esses documentos são falsos, ele nunca entrou. Como apareceu no meio de tudo um documento perfeito para justificar a prisão do Filipe Martins? Isso não é sobre o Brasil, isso é sobre a ida aos Estados Unidos. Então, eu estou fazendo tudo para publicar isso. Já fiz reportagem sobre isso e estou falando com membros do Congresso, porque isso tem que ser investigado, acho que isso pode realmente levar a alguma coisa bem incriminadora.

Só para falar uma última coisa sobre essa ida. Muitas vezes, quando tem uma pessoa, uma instituição que está bem protegida, bem popular, demora tempo para mostrar de fato que essa pessoa está cometendo impropriedades, até crimes, etc., mas acontece, não se pode esconder a verdade para sempre. Aqui, no Brasil, tem muitas pessoas querendo proteger Alexandre de Moraes, independentemente das evidências, por causa do fato que eu disse antes.

Se você ler essa entrevista que ele fez com a Revista *The New Yorker*, que foi uma... um jornalismo ruim, nem incluiu uma crítica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GLENN GREENWALD – É, mas ele falou muito.

E o que ele está falando, ele fala como não tem ninguém, não tem nada que pode limitar o que ele está fazendo. Falando como ele é quase um Deus. Falou: "Os Estados Unidos não podem fazer nada contra mim, não podem fazer nada para impedir o que estou fazendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo enviando jatos militares, nem assim". Ele está com essa atitude, essa pachorra de que ele é o poder superior. Isso é realmente uma mentalidade dele. Não sei, eu não sou psicólogo, mas para mim essa é uma mentalidade muito perturbadora, muito perigosa, mas é isso que ele tem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho que você quer dizer psiquiatra.

O SR. GLENN GREENWALD – É, não sou, mas precisa ser. Precisa ser para... Não é difícil analisar essa entrevista.

Eu falaria que a única coisa que consigo pensar como saída é continuar a mostrar toda a evidência que existe, mas também enfatizando que a evidência que já temos mostra. E um dia, mais cedo ou mais tarde, eu acredito que o valor do Alexandre de Moraes vai diminuir muito, e ele vai ficar mais vulnerável, mas o momento aqui não chegou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Glenn.

Então, passo a palavra aqui ao último orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Mais uma vez, agradeço ao nosso convidado presente, Glenn Greenwald. Falei certo?

O SR. GLENN GREENWALD (*Fora do microfone.*) – Muito bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Também agradeço ao Sérgio Tavares, português, que continua conosco para responder aqui a algumas perguntas.

E o Glenn falou uma coisa agora que me retomou à última vinda sua aqui ao Senado. Faz quanto tempo que você veio para participar de uma audiência?

O SR. GLENN GREENWALD – Cinco anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas imagens, é interessante você pegá-las depois. Quando ele veio aqui – eu não lembro exatamente a qual Comissão –, estava cheia aqui esta sala, estava lotada, com repórteres ali, Parlamentares, e hoje a democracia seletiva que a gente vive no Brasil, você não tem nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem a *Revista Oeste*, aqui atrás.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu digo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para fazer justiça.

Tem mais dois repórteres aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A *Revista Oeste*, a *Gazeta do Povo* e a Rádio AuriVerde, que está, inclusive, transmitindo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já que você provocou, só quero falar que tem três repórteres aqui cobrindo esta audiência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o que eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Revista Oeste*, Portal Claudio Dantas e *Gazeta do Povo*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esses são os verdadeiros veículos independentes hoje do Brasil, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o portal da AuriVerde também transmitindo ao vivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele está transmitindo ao vivo desde o início.

Infelizmente, esse assunto não interessa aos grandes veículos de comunicação, e eu tenho perguntas aqui nesse sentido, porque eu sou um jornalista frustrado, eu não me formei. Eu estudei jornalismo, mas, devido a ter que trabalhar viajando muito, não pude terminar, mas vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminar ainda o meu curso de jornalismo. Eu fico profundamente constrangido quando eu não vejo a busca pela verdade, o contraponto do jornalismo; é importantíssimo o contraponto para você ver.

O que o Deputado Marcel van Hattem acaba de trazer aqui sobre o Consórcio Nordeste, sobre os respiradores na época da pandemia, eu acho que não teve ninguém que bateu tanto nisso naquela CPI, que teve aqui, como eu, porque eu sou do Nordeste e vi as pessoas, Senadora Damares, conterrâneos meus, morrendo lá. Esses respiradores, que custaram R$50 milhões, quase isso, nunca chegaram. E nós estamos vendo aí que compraram tudo, menos respiradores, até carro. E foi uma blindagem aos Governadores e aos Prefeitos por uma questão política, e nós vimos isso claramente.

Essa revelação que o Marcel traz agora dizendo que jornalistas de grandes veículos de comunicação do Brasil e do mundo falando aí que sabiam de tudo isso, que sentiam que precisavam dar, mas não traziam, porque isso não colaborava para atacar o Governo Bolsonaro, muito pelo contrário. Quer dizer, é seletivo o que a gente está vendo no Brasil, mas é aquela velha história: a verdade sempre triunfa – a gente sabe disso –, e, o quanto antes, a gente espera que aconteça novamente aqui.

Peço à nossa equipe competente aqui da Comissão que passe dois vídeos. Pode colocar um junto com o outro. São o vídeo 3 e o vídeo 4.

Depois, eu quero fazer as perguntas ao Sr. Glenn e ao Sérgio.

Por favor, esses dois vídeos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem um vídeo de um minuto. É o vídeo 4, não é isso?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem como melhorar esse áudio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se puder voltar, eu agradeço, se puder melhorar esse áudio. É muito importante. (*Pausa.*)

Do começo e com o áudio mais alto, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ora, Sr. Presidente, esse áudio aí foi feito pelo Oswaldo Eustáquio e publicado pelo jornalista Sérgio Tavares, que revelou uma grande preocupação com relação à integridade física do Tagliaferro, mais uma revelação, porque é a vida dele.

Agora, o Sérgio Tavares, jornalista, acabou de ir para o aeroporto, mandou uma mensagem aqui. Realmente, nós acabamos prolongando muito a nossa sessão.

Eu vou fazer a pergunta aqui ao jornalista Glenn. O senhor tentou entrevistar, conseguiu de alguma forma falar tanto com o Sr. Eduardo Tagliaferro, ex-Chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE, como também com o Sr. Marco Antônio Martins Vargas, Juiz Auxiliar do gabinete do Ministro Moraes, e o Sr. Airton Vieira, Juiz Instrutor no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes, que foram convidados para esta sessão? Não vieram. Mas o senhor, dentro do seu trabalho, tentou conversar, conseguiu conversar com eles?

O SR. GLENN GREENWALD (Para expor.) – Eu preciso tomar muito cuidado falando sobre qualquer fonte que eu tenho, qualquer pessoa com quem eu falei, porque é minha obrigação proteger o sigilo da fonte. Isso é uma coisa que eu tomo a muito sério, então não consigo responder diretamente essa pergunta, mas gostaria de comentar o vídeo sobre a fonte, sem comentar ou implicar qualquer coisa sobre quem é a fonte.

Eu gostaria de falar que qualquer pessoa que passou esse arquivo, essa informação sobre o que estava acontecendo dentro do gabinete do Alexandre de Moraes, fez alguma coisa muito corajosa – muito corajosa. Qualquer fonte que fez isso merece todos os elogios, porque tem muitas outras pessoas envolvidas nesses atos e que sabiam que eram errados, mas tinham medo de se manifestar. E a fonte – ou fontes – fez isso sabendo o perigo, sobretudo porque ela estava denunciando coisas sobre uma pessoa que não só é a pessoa mais poderosa neste país, o que eu acredito que ele é, mas que também vai prender qualquer pessoa que ele queira sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar uma segunda vez. Então, a fonte sabia que estava enfrentando muito perigo, mas fez isso porque sentiu uma obrigação de mostrar a verdade.

Então, acho que é muito fácil qualquer pessoa falar que a fonte "ah, deveria também fazer isso, aparecer...", mas o Moraes já mostrou que ele quer prender por muito tempo qualquer fonte que faça isso. Então, acho que precisamos ter um pouco de empatia com a pessoa que já fez coisas muito corajosas para mostrar tudo, mas que também quer se proteger, o que acho que é muito compreensível.

E só, rapidamente, sobre a falta da atenção jornalística, acho muito interessante porque, geralmente, como jornalista, prefiro ficar independente, mesmo que já trabalhasse com grandes veículos, mas, quando tenho uma reportagem com muito significado, com muitas consequências, geralmente eu entro como parceiro de um grande jornal. No caso do Snowden, fiz muitas parcerias assim; aqui no Brasil, trabalhava com o Fantástico para fazer muitas denúncias relacionadas ao Brasil; na Lava Jato e "vaza jato", também fiz uma parceria com *Veja* e *Folha*. Porque a ideia é que, quando trabalho com as maiores revistas, os maiores jornais, é impossível ignorar. Podem ignorar mesmo a mim ou a qualquer outro jornalista fazendo coisas de forma independente, mas, quando está sendo divulgado num jornal maior no país ou em uma das maiores revistas, é geralmente impossível ignorar. E, mesmo que a *Folha* tenha feito tudo para ficar atrás, apoiar esse jornalismo – publicou muitos editoriais, colunas, com outros repórteres defendendo essa tese de que o que o Moraes fez foi errado –, muito rápido todas as outras instituições da grande mídia tentaram defender o Alexandre de Moraes e, depois, ignoraram, só quase falaram sobre o primeiro artigo. Porque tem muitas instituições, inclusive da mídia, que querem proteger o Alexandre de Moraes, e mostrar interesse na nossa reportagem é contrário a esse motivo. Só por causa disso eles querem ignorar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Será que por causa disso, dessa proteção – é uma pergunta que eu lhe faço... O senhor já tocou um pouco nesse assunto. Essas reportagens geralmente seriam feitas em artigos, que publicam numa semana, passa um tempo, depois publicam – depois de uma semana, duas semanas –, para dar tempo de maturar, decantar... Foi um procedimento acordado com a *Folha de S.Paulo* fazer tudo ao mesmo tempo ou estava previsto outro tipo de divulgação com períodos diferentes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLENN GREENWALD – A estratégia jornalística que eu prefiro, que eu uso geralmente e que sempre usei no passado, é publicar um, dois ou três artigos na primeira semana e deixar o público processar, deixar a mídia debater, deixar tudo ser entendido, processado, e, só depois, publicar mais um, e, depois de uma semana, mais um. Essa é a estratégia que eu prefiro, mas tem outra visão válida, jornalística, que é: "Não, não podemos esperar nenhum tempo. Quando um artigo está preparado, tem que publicar na hora". Isso é o que foi feito na *Folha*, e acho que isso, sim, prejudicou a capacidade de atrair muito a atenção, porque tinha tantos materiais, tantas divulgações, tantas impropriedades, que o público não tinha espaço nem tempo para processar.

Eu entendo essa visão jornalística, mas eu prefiro o modo anterior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor não tinha acordado com a *Folha* como seria publicado isso? Porque, às vezes, tem um compromisso prévio: "Vamos publicar esta semana, depois na outra...". O senhor entregou tudo e deixou na mão deles? Não teve uma conversa, um diálogo?

O SR. GLENN GREENWALD – Tinha conversas. Eles respeitaram tudo o que eu estava fazendo. Tinha um bom relacionamento, mas não consegui insistir que tudo seria feito do meu jeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Entendi.

O SR. GLENN GREENWALD – São editores e jornalistas bem experientes e, como eu disse, têm um argumento para fazer isto: quando está tudo pronto, não esperar. Para mim, esse não é o jeito certo de fazer, mas entendo muito bem, porque outros jornalistas veem isso de outra forma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse inquérito da Polícia de São Paulo, em que depois o senhor foi abordado, e a outra jornalista da *Folha de S.Paulo*, foi logo no início da matéria, logo no primeiro artigo? Quanto tempo depois ocorreu isso?

O SR. GLENN GREENWALD – Acho que um mês depois que começamos, mais ou menos. Não sei exatamente, mas foi logo depois que começamos, porque imediatamente abriu-se uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação criminal para tentar determinar ou descobrir quem era a fonte. E, logo depois, esta instrução foi incluída no processo, no registro: que a polícia tinha que chamar eu e o Fábio para fazermos um depoimento e sermos questionados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor não foi ouvido ainda?

O SR. GLENN GREENWALD – Não. Nunca aconteceu. Nunca recebi essa ordem ou qualquer coisa, mas isso foi parte da investigação. O fato de que foi incluído, mas nunca foi feito, para mim, mostra, mais ainda, o motivo provável. Queriam mostrar para a gente: "Agora vocês são parte de uma investigação criminal", mas eles sabiam que não conseguiriam chamar a gente, porque temos direito absoluto de não falar nada sobre a fonte, e o inquérito foi para descobrir a fonte. Então, eles provavelmente sabiam que não iam chamar a gente, mas queriam que nós pensássemos que eles iriam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Intimidação.

O SR. GLENN GREENWALD – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi para intimidar.

Flávio, o senhor gostaria de fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pode continuar perguntando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor escreveu no seu perfil da rede X, em agosto de 2024, abro aspas aqui: "Começamos hoje a publicar uma série de matérias produzidas com base em conversas entre assessores mais próximos de Moraes – incluindo áudios, textos e documentos – documentando o que realmente aconteceu dentro do STF e do TSE em alguns de seus atos mais polêmicos" – fecho aspas.

Sem revelar o segredo da fonte, é claro, naturalmente, o senhor já falou aqui, um colega já perguntou sobre os seis gigabytes... É isso? (*Pausa.*)

Os seis gigabytes que tem. Estamos vendo o Eduardo Tagliaferro muito preocupado, e pergunto se o senhor se sente seguro aqui no Brasil, detendo essas informações contra um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Suprema Corte brasileira? Como é o seu estilo de vida hoje? Toma algum cuidado especial, com segurança, com a sua família? Como é o sentimento de um jornalista norte-americano, que tem demonstrado coerência, sendo independente, em vários momentos da história do Brasil? Inclusive, o Michael Shellenberger, que também é norte-americano, junto com outros jornalistas brasileiros, conseguiu trazer à luz os Twitter Files, os arquivos do Twitter, cujas decisões secretas estão muito claras, de plataformas que receberam instruções claras, Senador Flávio Bolsonaro, de censurar brasileiros de um espectro político ideológico. E agora, nos Estados Unidos, lá na Europa, nós conversamos com brasileiros que disseram, claramente, para a gente que, quando tentaram entrar no Brasil, recentemente, foram perguntados sobre o que eles pensam da política e por que se manifestam tanto sobre política.

O jornalista Sérgio Tavares foi uma vítima disso. Ficou no aeroporto quatro horas respondendo... Aliás, não respondeu, porque isso não tem que responder, mas foi constrangido, vamos dizer assim. E esteve aqui um policial da Polícia Federal, que é uma das entidades mais acreditadas do Brasil... E a gente tem que ver o conjunto da história, muito positivo, da Polícia Federal, mas parece que tem um destacamento hoje, Senadora Damares – parece não, tem – junto do Ministro Moraes, que cumpre ali uma missão que me parece fora do espectro, porque o Ministro Moraes é o chefe e não diretor da Polícia Federal. Veio um senhor aqui nesta Comissão e revelou que 120 mil brasileiros, isso deixou os Senadores muito preocupados aqui, são monitorados – 120 mil pessoas, não apenas brasileiros – por suas opiniões.

Então, o senhor se sente seguro? O senhor tem passaporte americano, porque... De alguma forma, passa pela sua cabeça algum tipo de constrangimento que possa ter? O senhor tem receio pela sua integridade física e a da sua família com o que a gente está vendo no Brasil de perseguição, de intimidação? Isso é uma pergunta que eu gostaria de lhe fazer também.

O SR. GLENN GREENWALD – Sim, eu fiz muita reportagem, já mencionei, que a gente podia chamar de perigosa, arriscada, porque ia provocar a raiva de pessoas muito poderosas, de países poderosos, e nunca tive hesitação, anteriormente, porque era minha obrigação como jornalista, eu acredito. Se você não quer correr riscos, pode encontrar uma outra profissão. Para mim, fazer jornalismo de uma forma boa é necessariamente enfrentar riscos e, se não quiser fazer isso, deve fazer uma outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando comecei a denunciar, a criticar o Moraes, foi a primeira vez na minha vida que eu pensei: isso vale pena? Eu deveria fazer isso? Talvez o risco seja maior e não justifique eu enfrentar esse risco. Eu tenho filhos, e agora estão dependendo de mim, estou criando-os sozinho. Então, eu pensei: "Esse cara não tem limites, a sociedade não está impondo limites, ele pode fazer qualquer coisa que quiser".

No fim das contas, eu não aceito essa preocupação, esse medo, como eu disse, eu preciso seguir em frente mesmo com os riscos, mas foi a primeira vez que pensei assim, porque eu nunca enfrentei uma pessoa tão autoritária, sem limites nenhum, mesmo contra os Estados Unidos, a CIA, a NSA, coisas da Lava Jato, nunca enfrentei uma situação assim.

Sobre essa censura de que V. Exa. estava falando, eu quero enfatizar mais uma vez que esse poder de censurar que foi dado para Alexandre de Moraes foi só sobre a eleição de 2022. Terminou, como a Cármen Lúcia disse com muita clareza, um dia depois da eleição de 2022, ou seja, no dia 31 de outubro, mas ele continuou a usar esse poder de censura até conseguir obter ordens de censura que ele mandou para todas as plataformas com esse mesmo esquema: "tem 24 horas para censurar, se não o fizer vai ter multas enormes". E ele continuou a censurar pessoas só por causa dos fins políticos.

Eu não entendo como isso pode ser aceito ou tolerado, porque disse o STF que esse poder termina um dia depois da eleição, mas ele simplesmente usa isso até hoje. E, como eu disse, acho que um dia, mais cedo ou mais tarde, espero que alguém vá pensar que esses abusos são demais e que não podemos aceitá-los mais.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – A pergunta do Girão é muito séria e a resposta dele é grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Glenn, estão aqui o Presidente da Comissão de Segurança do Senado e a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, quem protege jornalista neste país é o Ministério dos Direitos Humanos.

Nós podemos, acionados pelos membros, aqui tem membros das duas Comissões simultaneamente, aprovar um requerimento e pedir uma proteção especial à sua vida. Não se omita, não tenha, assim, nenhum dedo de pedir a mim ou ao Senador Flávio. Nós faremos prontamente, colocamos esse requerimento em votação imediatamente, mas a gente não pode nem imaginar que você ou seus filhos corram algum risco, porque um tirano que se sente dono do Brasil está no poder avançando todas as regras da legislação.

Então, eu quero me colocar à disposição e acho que o Flávio também se coloca à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para complementar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para a gente fazer o pedido de proteção à sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se essa for a vontade do Glenn, certamente a gente toma as providencias legais aqui, Glenn, não tem problema nenhum.

Acho que ninguém se oporia a buscar esse amparo por parte do Estado, com a obrigação de proteger as pessoas que fazem um trabalho como você faz, em especial de jornalismo, então, fique à vontade.

Vou só passar a palavra ao Senador Magno Malta, porque depois eu também quero só trazer a público um áudio que acabei de receber da defesa do Tagliaferro.

Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Senador Flávio, Senadora Damares, Senadores, recebi aqui uma mensagem que foi enviada a mim através do celular do Senador Girão, que foi com quem eles fizeram o primeiro contato. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato é do Allan dos Santos e do pessoal da *Timeline*, pois se está transmitindo também ao vivo pela *Timeline*, nos Estados Unidos. "O Tagliaferro [diz o Allan dos Santos] me enviou um áudio avisando que em breve irá denunciar tudo o que sabe e que por hora está cuidando de coisas pessoais para se manter em segurança. Estamos retransmitindo essa importante audiência do Senado com muitos comentários", e mandou um áudio autorizando colocar no ar.

Eu vou colocar.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Esse é um áudio do Tagliaferro para o Allan Santos, lá nos Estados Unidos. Eles estão lá agora também. Queremos cumprimentá-los por estarem retransmitindo para os Estados Unidos essa entrevista e fazendo comentários, o que é muito importante.

Esse áudio também é muito importante, Sr. Presidente, porque é o Tagliaferro dizendo exatamente que está se preparando para contar tudo, para falar tudo, e usa uma palavra muito importante: "Eu não acho justo tudo o que está acontecendo e da maneira que está acontecendo".

Então é possível que nós estejamos próximos de ouvir as verdades do Tagliaferro e a gente poder respirar um pouco de um ar mais puro do que nós estamos respirando agora, esse ar poluído no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Quero agradecer também ao Allan dos Santos e prestar a ele e a família dele toda a nossa solidariedade. Agradeço pela transmissão também da *Timeline*.

Não coincidentemente então, Senador Magno, recebi aqui também um áudio encaminhado pelo Sr. Eduardo Kuntz, que é o advogado do Tagliaferro. Então, autorizado pelo advogado, eu quero botar esse áudio, que também é um áudio do Tagliaferro. E parece que ele está assistindo também esta audiência. Então, vamos ver se conseguem ouvir melhor aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Dr. Kuntz por me enviar o áudio.

Agradeci também ao Eduardo Tagliaferro, por dar uma satisfação a esta Comissão de porque não pôde comparecer. E quero agradecê-lo por se colocar à disposição para fazer essa conversa conosco, trazer as denúncias que ele entende que são justas de serem trazidas, e parabenizá-lo também pela coragem, pela coragem do Tagliaferro e pelo discernimento dele, como eu disse aqui no começo, que, na minha percepção, é uma forma até de ele se proteger, proteger a sua família – falar o que ele sabe, que nós acreditamos seja muita coisa, pelo tempo de convivência, pela quantidade de ordens absurdas oralmente que ele deve ter recebido de Alexandre de Moraes, o que foi divulgado, apenas o que estava na conversa, no telefone dele, pelo que eu entendi. Não sei qual foi a fonte, mas como o Glenn falou, uma fonte legal, sem revelar qual foi, mas falando que foi legal. Então, aqui eu quero que agradeça ao Dr. Kuntz e também ao Tagliaferro. E vamos o quanto antes, assim que a defesa nos provocar, dizendo que o cliente dele está preparado para falar, nós faremos aqui, o mais rápido possível, outra audiência pública para tornar de conhecimento do Brasil e do mundo o que é que o Eduardo Tagliaferro tem a dizer a todos os brasileiros. Então, muito obrigado aí.

Continua com a palavra, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente já caminha para o encerramento. Eu só tenho mais uma pergunta a fazer, mas antes, Glenn, o senhor falou que refletiu bastante se deveria entrar em mais essa jornada jornalística, mergulhar mais nesse trabalho de grande repercussão no Brasil. O senhor disse que pensou, porque via um sistema aqui diferente, autoritário, no Brasil. Eu lhe pergunto: e depois que o senhor foi informado desse inquérito, logo depois da publicação dos primeiros artigos, o que o senhor tinha dúvida, o senhor tem certeza, o senhor se arrepende de ter feito esse trabalho, ter iniciado essa jornada?

O SR. GLENN GREENWALD – Como eu disse, isso faz parte do trabalho jornalístico. Quando eu estava fazendo a reportagem... não consegui sair do Brasil por quase um ano, por causa da ameaça do Governo dos Estados Unidos. Vamos lembrar que eu fui processado criminalmente em 2020, pelo Ministério Público, por causa da reportagem que estava fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a Lava Jato, mesmo que tenha sido rejeitada pelo juiz. Então, tem jornalistas na guerra, tem jornalistas morrendo e sendo presos por causa do jornalismo. Para mim, isso faz parte do trabalho e, para ser sincero, quando estou recebendo uma ameaça assim ou alguém está tentando criar um clima de intimidação, isso fortalece a minha determinação de seguir em frente. Não me impede, porque, para mim, isso mostra exatamente o uso do poder que tem que ser enfrentado e divulgado. Então, tem um efeito contrário para mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Então, eu peço o último vídeo, por favor, para que a gente possa fazer aqui o último questionamento.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, Presidente, eu fico até assim... O que é que a gente precisa falar mais? O que é que a gente precisa saber mais? O nosso querido Glenn falou que tem dois artigos que ainda está tentando confirmar com as fontes e tudo, um trabalho cuidadoso que ele faz. Eu imagino o que possa vir ainda, porque não precisa de mais nada, mas eu acho que talvez precise de mais alguma coisa para que a gente possa acordar para o que está acontecendo no Brasil.

Eu fiz aniversário, dois anos atrás, de 50 anos – para você ver o nível em que nós chegamos –, e, lá em casa, reuni uns amigos, em casa, uma coisa... E eu gosto de cantar, eu gosto de *rock*. Eu gosto de Legião Urbana, do Renato Russo, Senador Magno Malta. Eu fui cantar uma música: Que país é esse? Eu fui cantar a música de que eu gosto e tal, e um familiar disse: "Gostei, eu vou botar aqui na minha rede; botei". No outro dia, sabem o que saiu? Olhem a versão:

> Nas favelas, no Senado
> Sujeira pra todo lado [...].

É assim que a música começa, e eu fiz uma adaptação, uma licença poética – eu fiz, eu produzi filmes também. Aí eu fiz uma licença poética: "Nas favelas, no Senado e no STF, sujeira pra todo lado...". Aí um veículo colocou: "Eduardo Girão ataca o STF". Isso é uma licença poética. É o terror que a gente vive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcel, já estou profetizando aqui, Deputado Marcel van Hattem, o senhor foi para a tribuna. Olhem o nível em que nós chegamos de democracia neste país: o senhor foi para a tribuna e está sendo intimidado, perseguido, inquérito, a Polícia Federal em cima! Na tribuna, indiciado um Parlamentar!

Tem um colega nosso aqui chamado Marcos do Val, que está sem o passaporte, coisa que a gente via na época do nazismo; que está com as contas bancárias – ele trabalhou a vida inteira – bloqueadas com uma multa de R$50 milhões! Quando eu falo isso lá no Parlamento Europeu, lá nos Estados Unidos – porque nós estamos denunciando num grupo o que está acontecendo no Brasil –, ninguém acredita. Os Parlamentares – não é verdade, Marcel? – dizem: "Não, você está de brincadeira, não existe isso!". Eu digo: "É Senador, para você ver o nível, imagine um cidadão comum".

Nós estamos aqui com os Diretores da Asfav, que é a associação das vítimas do dia 8 de janeiro, a Carolina Siebra e o Ezequiel. São milhares de vítimas de Alexandre de Moraes, com esse tipo de arbítrio no Brasil, sem direito à defesa, ao contraditório, sem acesso aos autos. O estrago que está sendo feito é por gerações: de uma mãe que não vê o filho; de um filho que não enterra o pai. Nós estamos vendo todo tipo de absurdo, e eu fico imaginando o que mais falta para acontecer.

Olha, Glenn, eu não vou nem fazer mais perguntas porque... Se o senhor quiser colocar, fique à vontade, esta Comissão é do senhor aqui.

O SR. GLENN GREENWALD – É exatamente isso que muitas vezes tem muitas pessoas me cobrando: "Ah, por favor, mostre tudo, mostre a verdade para deixar a gente provar que Moraes é isso ou...". Eu estou sempre falando: já fizemos, já tem esses materiais bem mais do que suficientes para provar, sem a menor dúvida, que tudo foi feito da forma errada. Até estão admitindo "entre nós", como eles falaram, que isso não está certo, que precisam esconder, precisam conspirar para criar uma outra visão, para esconder... E não é só isso.

Vou falar que, quando estava me preparando para aparecer aqui, eu li todos os artigos que publicamos. A primeira vez, foi sete, oito meses atrás, não li. Então, eu li na semana passada tudo. Eu fiquei mais indignado do que nunca. Tinha uma percepção de que: "Não mostramos nada errado, foi tudo inocente...", porque eu ouvi esses áudios e muitos mais. Ele está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inventando uma investigação contra pessoas que os estão criticando e, quando ele ouve, não tem evidência para justificar e fala: "Use sua criatividade"? Quem fala isso? Que juiz ou policial usa criatividade quando não tem evidência de um crime? "Invente, só seja criativo"? Essa coisa aqui é tudo que o Moraes estava fazendo. Obviamente foi ele. Mesmo que ele não estivesse falando, ele estava causando essa pressão. Em outra vez, ele também participou dessa tentativa de esconder o que ele estava fazendo, porque todo mundo sabia. É muito óbvio que ele abusou de seu poder em vários exemplos, usando o TSE para assuntos que não tem nada a ver com eleições; para assuntos pessoais; para perseguir os inimigos políticos dele. Essa foi a linguagem que a *Folha* usou: tudo foi feito, essa fraude, como se tivessem sido enviados de forma espontânea para a Corte Eleitoral. Isso é que foi uma fraude, porque, em tudo que ele falou, ele disse que uma investigação foi iniciada pela Corte Eleitoral, pelo TSE, e nunca falou que quem iniciou a investigação foi o próprio Alexandre de Moraes. Tudo foi fraudado, tudo foi escondido, porque eles sabiam, eles acharam que nunca ia ser público, que ninguém ia descobrir o que eles estavam fazendo. E, se eles escondessem tudo de forma suficiente, ninguém ia saber. E isso mostra não só que eles fizeram coisas erradas, mas que eles sabiam o que estavam fazendo, que estavam errados. Isso é uma voz de culpados, não de inocentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – O que mais dói nisso tudo é que tudo está revelado, está claro, mais do que o suficiente, Senador Flávio – mais do que o suficiente –, para o Senado impitimar esse cara. Meu Deus! E a gente ainda tem Senadores aqui – desculpem-me falar na ausência, mas eu não vou dar o nome de ninguém – que são pessoas bem-sucedidas na vida, que não são de esquerda, que não são Psol, não são nada, mas estão na base desse Governo, mesmo sendo prejudicados. Por exemplo, nós temos muita gente aqui do agronegócio, que são Senadores... Assim, o que me apavora é que todo o material, toda a verdade está exposta.

O fato, esse fato agora que ontem comentamos tanto, de o Supremo ter uma comunhão de conversa com os Presidentes das duas Casas para procurar uma maneira de diminuir as penas e tal... Gente, pelo amor de Deus, aonde nós chegamos? O que o Supremo tem a ver com isso? Nós estamos falando é de anistia; nós não estamos falando aqui de diminuir pena de quem não cometeu crime. E, se eles estão admitindo isso, de reduzir pena, essa é a prova mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contundente de que o que eles falam sobre o golpe é mentira. Eles estão se autodesmentindo de uma mentira que eles criaram.

E, por tudo o que foi falado aí – você falou uma coisa correta –, o que mais tem para fazer? E nós vamos recorrer a quem? A Deus? Nós vamos recorrer ao próprio Alexandre de Moraes? Nós vamos recorrer ao Supremo? Não! Mas tem o Senado. O Senado tem muito mais do que o suficiente para impitimar não só ele, mas Gilmar Mendes, que fala: "Sem o Supremo não haveria Lula". O que ele está querendo dizer com isso? "Sem o Supremo, não haveria alguns agentes políticos que estão aí, bem à solta." O que ele está querendo dizer com isso? Está querendo dizer o seguinte: "Nós fizemos tudo; tiramos um descondenado, botamos na Presidência". Então, está tudo armado: as imagens que eles não entregaram; as imagens que eles destruíram; a Força Nacional, que não foi colocada em prática. Cadê o G. Dias? Até o general aqui tentou dizer que, na academia, ele era um cara bom e tal. Acho que... Sei lá... Eu não sou psiquiatra não, mas ele deve estar bom para tomar remédio. Cadê? Mas tudo estava arrumado – tudo estava arrumado.

E eu falo para você que eu sou uma pessoa que procurei, Senador Flávio. Todos aqueles que estão ali com o G. Dias tomando água, aquelas figuras, eu as fixei todas, abrindo as imagens, e eu as procurei no presídio. Aqui tem advogados, advogados que visitavam todos, um por um. Nenhum daqueles estava lá! Nós não achamos um daqueles, daquela imagem com o G. Dias.

E o próprio Lula, num ato falho, fala assim: "Alguém abriu a porta por dentro. Alguém abriu a porta por dentro".

Aí a gente vê um monte de inocente pagando e um monte de Senador se recusando a assinar o *impeachment* desse cara. Se depender e a gente não fizer força, Senador Flávio, o atual Presidente da Casa hoje não colocará, não colocará, não colocará. Eu não posso pedir vênia nem desculpa pela maneira franca como eu falo as coisas. Não colocará!

E vemos o nosso povo sofrendo, nós estamos fazendo audiência pública, nós estamos discutindo, estamos choramingando, nós queremos anistia, quando o Senado tem a grande responsabilidade! E o que está se passando com o Brasil hoje? O Senado é responsável ou irresponsável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós precisamos bater todo dia, nós precisamos nos organizar, essa tem que ser a nossa pauta, batendo na tribuna, com presença de Presidente ou sem Presidente sentado ali, sabe? Olhando no olho! Porque eu acho que deve ser muito vergonhoso, porque ganhar uma eleição para Senador é difícil para caramba, é pesado, não é, Flávio? É muito difícil ganhar uma eleição para Senador. Aí você ganha uma eleição para Senador, chega aqui pelas mãos do povo e depois vira subserviente de um Poder que nunca teve voto de coisa nenhuma, de porcaria nenhuma! São nomeados, são funcionários públicos e estão maiores, eles estão muito maiores do que Deus aqui neste país, do que esse Deus desse povo majoritariamente cristão... Ele está acima de tudo isso! Está acima de tudo isso.

É o que você disse aqui: ele virou um cristal, ninguém pode tocar nele. O cara disse... Nesses dias em que não está acontecendo nada, ele está com a mente vazia, está sem nada para fazer, aí é um problema, não é? Mas, de vez em quando, ele está com dor de cabeça. Isso é um bom sinal para mim: Alexandre Moraes ter dor de cabeça. É um bom sinal, não é? Vamos aumentar a dor de cabeça dele, vamos aumentar.

Então, eu lamento ver, com muita tristeza, e falo me dirigindo a todos os estados e famílias de Senadores, a familiares de Senadores, chame seu pai, fale com seu esposo, fale com seu primo que é Senador, sente-se lá e fale: "Nossa família está assistindo tudo". Você que votou encosta no cara e diz: "Rapaz, eu não votei em você para isso não! Eu votei em você para ir lá libertar o Brasil, você está quieto, você está calado".

"Não, nós temos uma pauta extensa, o Presidente Pacheco realmente saiu e fez duas coisas importantes: a decisão monocrática e votação da PEC das drogas". Essas duas coisas foram votadas porque nós nos insurgimos no Plenário, todos nós nos insurgimos, isso não saiu da boa vontade do Sr. Pacheco não.

Então, é triste, Senador Girão, é triste, é triste! Eu sei, eu estou aqui no meu terceiro mandato e você está indo para o seu segundo, não é?

Vai passar. Certamente. Vai dar certo, vai dar certo.

A gente tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, certamente. Você não precisa do meu apoio, você tem o sobrenome Bolsonaro, o maior líder, o maior líder, considerado um dos maiores líderes da direita do mundo hoje: Jair Bolsonaro. O maior líder deste país! Você é o primogênito dele e, certamente...

Não é que você não precise trabalhar, porque precisa, porque eleição é eleição. Certamente, da sua primeira vez, eu estava lá junto e vou estar junto novamente desse processo, porque eu espero realmente que a gente, além de trazer Jair Bolsonaro, que não cometeu nenhum crime, é o crime mais hilário que eu já vi na minha vida... Você, como jornalista, não sei se você leu a peça do Gonet, é uma coisa que não dá nem para rir, porque, quando começa a ficar engraçado, fica triste. Dá pena ver um homem que é professor disso e daquilo escrever um troço desses, trocando a própria história dele só para ser reconduzido; mas eu quero dizer a ele que, se ele for reconduzido e vier aqui, o pau vai quebrar nas suas costas, Gonet, vai quebrar nas suas costas. Da minha parte, vai ser tempo ruim o tempo inteiro – da minha parte, vai ser tempo ruim o tempo inteiro.

Eu peço às famílias dos Senadores... Não quero citar o nome de ninguém, mas é muito feio – é muito feio –, é deprimente, é vergonhoso. Aqui tem Senador que tem vergonha de usar o broche, de ser identificado em um aeroporto qualquer. Também, andar em aeroporto hoje não é para qualquer um, não, não é para qualquer político, não. Andar em aeroporto aqui, no Brasil, ou ir a uma feira ou ir a um *shopping*, não é para qualquer um.

Veja o descalabro a que este país chegou por conta desse tipo de político, desse tipo de político que ouve Barroso dizer que a Corte hoje não é mais uma Corte política. Eles dão palpite, assoviam em tudo, falam fora dos autos, falam com âncora de televisão mandando mensagenzinha. Quer dizer, não dá nem para chamar essa gente de blogueira, eles estão muito mais para avião da notícia.

Porque tem o avião, não tem? O avião... Puf, anuncia; o avião anuncia: "Olhe, está vindo a polícia ali". Eles estão mais para o avião da notícia do que para blogueiros, e é infame ouvir isso, infame ver o dinheiro do povo brasileiro ser gasto com essa gente, para mentir para o nosso povo, simples, que ainda vê TV aberta no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Presidente, eu não tenho perguntas mais para o Glenn, eu queria só fazer um fechamento aqui, depois dessa fala do Senador Magno Malta.

Foi-se o tempo, Senador Magno Malta, em que os corruptos deste país tinham vergonha de andar em avião, de andar em restaurante. Eles voltaram sem pudor nenhum. Tem gente aí que estava com assessor com dinheiro na cueca, dólares, e que está aí nas lideranças da vida, voltando à cena do crime.

Então, só povo na rua, porque este Senado é covarde. Eu não vejo expectativa, Senador Magno Malta. "Ah, falar com a família", bacana, vamos tentar, vamos tentar falar com a família, com os amigos...

Se bem que vai ter eleição agora. Ano que vem, dois terços do Senado vão atrás da reeleição. Temos uma esperança, porque já tem gente correndo nas ruas, pegando apoio, então a população tem a chance de já cobrar o *impeachment* imediato do Ministro Alexandre de Moraes. Não tem o que esperar, 2026 pode ser tarde demais. Eu sei que é a data limite do Brasil, mas pode ser tarde demais pelo estrago que a gente está vendo, de sofrimento, de desrespeito à Constituição do Brasil.

Uma coisa que me marcou muito, o senhor é jornalista, teve um jornalista da Reuters que esteve aqui na CPMI, foi muito bem, foi até um requerimento meu, porque... Lembra daquela foto no Palácio do Planalto, na invasão do dia 8 de janeiro, uma foto que saiu, rodou o mundo? As imagens vazadas pela CNN depois mostraram que aquela foto foi combinada. "Vamos fazer de novo?" "Não, não, não ficou legal, vamos de novo". É coisa de teatro, que o G. Dias estava lá.

Então, eu perguntei ao jornalista... Esta sessão vai completar quatro horas agora; nesse dia, foram 11 horas, se eu não me engano, de sessão. E eu perguntei ao jornalista, acho que era Adriano, e ele disse "é, eu vi pelotões aqui, batalhão parado enquanto estava acontecendo a quebradeira no estacionamento do Ministério da Justiça". E, depois, nós chamamos outras pessoas que confirmaram aquilo. Então, quer dizer... Só que o Governo Lula impediu que a gente conseguisse as imagens, conseguisse buscar a verdade naquela CPMI, mas ainda bem que nós temos rede social. Não sei se teremos amanhã. O cerco está fechando para calar o povo brasileiro através do controle das redes sociais. A gente sabe disso, que é uma obsessão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderosos de plantão. Nós estamos num regime do STF, que é muito importante para a democracia, a gente não pode generalizar. O STF é um pilar da nossa democracia, sempre foi, mas, pelo abuso de alguns ministros do Supremo, esse regime, Lula e alguns ministros do STF estão causando esse estrago, e só o Senado Federal, o brasileiro já entendeu, pode fazer alguma coisa.

Então, nós temos um pedido de *impeachment*, Senador Flávio Bolsonaro, com 152 Deputados Federais assinando, 34 Senadores assinando agora, recentemente, no ano passado, que está lá na mesa do Presidente do Senado. Isso aqui resolveria o problema.

Então, as manifestações no Brasil sempre mudaram o cenário, sempre foram importantes na história do nosso país, de viradas positivas. Nós não podemos sair das ruas de forma ordeira, pacífica, respeitosa, como sempre foram as manifestações que nós tivemos ao longo da história do Brasil. Nós não podemos sair das ruas e precisamos cobrar não apenas a anistia. Sei que vai ter um evento no dia 7 de maio agora, estarei presente na praça da...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – No dia 7.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No dia 7 de maio, na praça ali da torre, às 16h, caminhando até o Congresso Nacional.

Estaremos juntos, não é, Senador?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estaremos juntos com a população, e não podemos sair. Tem que ser mensalmente, porque está ecoando aqui dentro. As pessoas pensam que não... Não desistam do Brasil! Estão ecoando aqui dentro os gritos das ruas. Vamos continuar, é persistência. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, até que essa ditadura caia, e ela vai cair, especialmente com os brasileiros. Tem movimentos internacionais. O mundo está acordando para a "juristocracia" que existe no Brasil, mas o brasileiro vai ser importante não desistindo. Quem continuar orando estará ajudando muito o Brasil. Nós somos a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda maior evangélica, quase chegando à primeira, muita gente orando pelo Brasil. Continue orando, mas aja também com a influência que você puder, no seu condomínio, no seu trabalho e nas ruas, porque os nossos filhos e netos precisam agora da nossa coragem.

Então, Senador Flávio, parabéns, não apenas pelo seu aniversário, mas pela condução que o senhor teve nesta sessão, uma condução exemplar, de forma muito serena, dando voz a todos os Parlamentares.

Não sei se o senhor vai abrir também para alguém que queira se posicionar, mas eu acho que já foi muito produtiva a nossa sessão aqui, no Senado Federal, com as revelações corajosas trazidas pelo Glenn e pelo Sérgio Tavares.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, eu só quero ler aqui, porque foi uma pessoa muito importante que me mandou. A gente falou em G. Dias, e G. Dias algumas vezes foi defendido.

Aqui, o General Girão só lamentou porque foi colega de turma dele e ele não esperava nunca nada disso. E a gente sempre soube que ele era da turma, que ele faz parte da patota; ele está fora dos 36 indiciados; ele não participa de nada disso, o nome dele está fora de tudo, ninguém toca no nome desse cara, e foi quem facilitou tudo e participou desse plano macabro que já caiu por terra.

"General G. Dias. Novembro/1975: preso por 20 dias na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) por ter colado em prova." Na Bahia, falam filar; o cara estava filando na prova; o cara estava colando em uma academia militar. E, normalmente, o cara que frauda é pego, né? E G. Dias, pela idade que tem, vai ser pego de fralda, não é pela fraude.

Agora tem aqui, olhem: "Capitão Bolsonaro. Outubro/1975: elogiado na Aman por ter acusado grau maior em prova (e ele pediu para diminuir sua nota)".

Quem é quem? Dá para se comparar ao quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o ódio do sistema, Glenn... Você, hoje, para a esquerda é só um blogueiro, um blogueiro que se vendeu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fascista.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... um fascista, e que agora é bolsonarista. O ódio é porque Bolsonaro é honesto!

O sistema que navega há tantos anos encontrou... Vocês já viram essas máquinas de fazer caldo de cana, aquelas manuais, de ficar rodando para a extração? Tem muito em parque no interior. E tem aquela roda dentada, uma na outra, né? Jair Bolsonaro foi, mais ou menos, um parafuso que caiu ali dentro, entre uma roda dentada e outra, e o trem emperrou, emperrou, e eles estão empurrando para tentar amassar aquele troço, para ver se tiram dali. Aquele parafuso ficou ali dentro amassado, deste tamanhozinho, e incomoda o sistema.

É igual quando você está na churrascaria e fica uma lasquinha de carne entre um dente e outro, e você não acha um palito. Que desespero do caramba! Que desespero do caramba!

Então, eles estão atrás desse palito e não estão achando – não estão achando –, porque Jair Bolsonaro chegou aí... Se cair um cisco no olho, você entra em desespero. Jair Bolsonaro é cisco no olho.

Então, a honestidade de Jair Bolsonaro contra a desonestidade e a carreira de G. Dias prova muito bem por que G. Dias é tão colado ao sistema, porque ele é capaz de fazer as execuções pelo esgoto, de andar por dentro do esgoto, e é tão diferente de um que tão somente é capitão e que tem uma vida honrada.

Você não gosta de Bolsonaro porque ele é grosseiro? Você conversa muita coisa com ele, e ele só fala "está o.k." para você; e muitas vezes não está nem olhando para você e fala "está o.k., está o.k.", sem olhar para você, certo? Chega um filho dele fazendo festa. "E aí, pai!", e não sei o quê... E ele fala: "Está bom, está bom, está bom!" E ele bate nas costas. E aí você fala: "Caramba, caramba... E, Flávio, vai abrindo os braços, e tomou dois tapinhas nas costas: "Está bom, está bom, está bom, está bom". Mas ele não é ladrão, ele não é desonesto. Ele teve coragem de se tornar aquele parafusinho que caiu dentro, ali no meio da roda dentada, e emperrou o sistema. E o sistema, então, o escolheu para Cristo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora você veja uma coisa. Eu não sei se chamo ele de Jair Bolsonaro ou se chamo de Wolverine. Acho que é Jair Wolverine Bolsonaro, porque o bicho não morre. Dizem que gato tem sete vidas, mas Jair Bolsonaro tem vida de sete gatos. E vai ficar difícil, porque, não sei qual é a sua confissão de fé, mas acredito que creia em Deus... E eu vou concluir dizendo o seguinte: Não vai dar, a hora vai chegar mesmo, porque Jair Bolsonaro não é Jair Bolsonaro de si. Deus escolheu, Deus levantou, goste você ou não, goste da postura dele ou não, do que ele fala ou não.

Agora, você é um jornalista inteligente. Você já imaginou essas assertivas dele? No auge da Covid, ele fala assim, ele aparece com a caixa de ivermectina na mão, e aí ele vira o terraplanista, ele vira o genocida do mundo, e depois a ciência diz: Não, a ivermectina é a vacina das vacinas.

Não tem uma coisa assim de o cara falar "não, a Economia a gente vê depois, vamos trancar o povo dentro de casa"? O cara não queria. E, no meio de um tumulto daquele – você é um cara inteligente, você já refletiu sobre isso, que o cara não deixou ninguém passar fome, o cara inaugurou a transposição do São Francisco? No meio daquilo tudo, o cara conversou com o Putin para não faltar fertilizante aqui para o Brasil; criou um auxílio emergencial... Você não acha que tem a mão de Deus nesse negócio? Agora, você sabe que o esquerdista normalmente é ateu, porque o Estado é Deus. Se o Estado é Deus, não tem nada a ver com o Deus que nós cremos. E não há qualquer relação de amor da Bíblia de princípios com os princípios pregados pelo marxismo. Por exemplo, acusa daquilo que você é...

Por exemplo, hoje eu sou antidemocrático. Sabe o que eu estou fazendo aqui agora? Um ato antidemocrático. Democrático é Alexandre de Moraes. Ele que protege a democracia, ele e o Barroso. Nós todos estamos aqui, inclusive você agora, que é um fascista, você está aqui comprometendo a democracia do Brasil; você que é um americano. E eles estão com muita raiva de Trump e tal, porque Trump está, assim, botando o nome das pessoas, mulher é mulher, homem é homem e tal, assim, está ali para colocar nos seus passaportes, e ele está indo contra as faculdades... O cara está lá defendendo o Hamas e estudando de graça, vindo de outro país, lá dentro dos Estados Unidos. Então, assim, o Trump está fazendo muita raiva a muita gente. Mas é o sistema, é o sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, encerro a minha fala, e dessa vez definitivamente, não vou pedir mais para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque a gente vai encerrar então. Se o senhor tivesse acabado de falar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quem mandou isso aqui para mim, assim, eu não vou pagar dez apoios para eles...

Eu tinha que falar da sua grandeza como jornalista. A gente, quando é vocacionado, é sacerdote da vocação, quando a gente abraça...

Então, esse seu desprendimento de dizer "olha, eu dispenso que se peça uma segurança para mim e para meus filhos, porque eu escolhi isso, eu escolhi isso, eu não vou mostrar medo..." E essa é a verdade, porque, se você parar na frente de um cachorro valente, ele não te morderá– você pode estar tremendo por dentro, ele não vai te morder –, mas, se você correr, ele morderá sua bunda. É.

Então, vamos continuar parados na frente do valentão, na frente da fera, ainda que humanos como nós somos. Eu não tenho medo nenhum dele; dessa figura aí, zero, zero. Aliás, eu não tenho medo de nada, eu só temo a Deus e mais nada, e mais nada.

Mas você, na sua posição, quando você responde para a Senadora Damares e para o Senador Flávio, que prontamente, como Presidente da Comissão, poderia muito bem pedir essa proteção, porque, Senador Flávio, eu estou pedindo aqui na nossa Comissão uma proteção para a ex-Primeira-Dama do Peru, porque ela é um arquivo vivo... A FAB não foi lá buscá-la depressa por nada, não; a FAB foi buscá-la porque ela é um arquivo vivo. Eu nem quero falar dos outros arquivos que já se foram e eu sei quem são.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu boto em votação na próxima audiência esse requerimento de V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, eu já mandei preparar para a gente poder votar, porque ela precisa ter uma proteção...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... porque ela é um arquivo vivo.

Por isso, Glenn, eu o parabenizo.

Sei que você é farejador mesmo como jornalista, eu sei que é, porque foram seis meses, seis meses. Espero que você tenha concluído, ao final desses seis meses, que esse Magno Malta é de rocha, esse cara é companheiro, esse cara não fala, esse cara tem honestidade nas amizades dele. Sabe? Eu acho que esta foi sua conclusão e do seu pessoal: o cara é de rocha, é verdadeiro, o cara foi para a rua por crenças.

Muito obrigado por ter vindo, por ter aceitado. Muito obrigado pelo que tem ajudado o Brasil.

O SR. GLENN GREENWALD (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, eu quero agradecer a todos aí.

Se quiser fazer uso da palavra, você, por favor, me avise.

Agradeço ao Sérgio Tavares, que nos acompanhou. Mesmo em viagem, ele mudou a sua rota para nos atender e dar o seu depoimento aqui.

Quero agradecer profundamente também ao jornalista Glenn Greenwald. Reforçando tudo o que foi dito, Glenn, na história do Brasil, quando os nossos filhos e nossas netas, lá na frente, estudarem, certamente terá sua digital no rumo que o Brasil está tomando. Parabenizo-o aí pela sua coragem e por ter vindo aqui.

É muito positivo, Girão, agradecendo-lhe e parabenizando-o pelo seu requerimento para fazermos esta audiência, porque foi a oportunidade de a gente, na verdade, reavivar e pautar novamente a tantas pessoas que nos assistiram, inclusive de forma virtual, as atrocidades. A gente já tinha visto tudo o que foi mostrado aqui, mas a gente fica impactado demais de novo, porque, quando você vê pela segunda e pela terceira vez, você assiste de um jeito diferente e fica mais indignado com como o nosso sistema de processo penal, o nosso sistema judicial está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando a mão na cabeça de um absurdo como esse. Uma manipulação surreal e criminosa de processos está correndo na maior alta Corte deste país.

E a conclusão a que se chegou é a seguinte: tem essa parte importante de a gente novamente relembrar as pessoas para que se indignem, para que nós consigamos ganhar, sim, ainda mais apoio popular para que ande aqui o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, porque já está protocolado, mas é só com pressão popular que vai acontecer. Então, por enquanto, a gente ainda tem alguma dificuldade, mas quem sabe, daqui a um tempo, com a conscientização maior dessas pessoas ou com coisas que podem vir a acontecer, como o que aconteceu ao vivo para quem nos acompanhou aqui: o próprio Tagliaferro, um ex-auxiliar do Ministro Alexandre de Moraes, dizendo que está pronto, em algum momento no futuro próximo, para falar tudo o que ele testemunhou, enquanto uma pessoa que foi usada por Alexandre de Moraes e, quando não prestava mais, foi cuspida, jogada na lata do lixo e hoje tem medo de morrer e medo do mal que podem fazer para as suas filhas. Esse é o Dr. Tagliaferro, a quem mais uma vez eu quero agradecer pelo contato conosco e agradecer pela coragem.

Eu não sei se esta é a intenção dele ou não, mas é um ato de patriotismo, inclusive, que ele está tendo ao se dispor... Estou vendo que ele está num beco sem saída e ele pode estar percebendo isto: "Estou num beco sem saída, não tem mais o que fazer. Se eu ficar quieto, o bicho come; se eu falar, o bicho pode..." De repente, vai embora, não é isso, Magno?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele está parado na frente do bicho. Se ele correr... Então acho que ele tomou a postura correta de fazer isso.

A gente aguarda ansiosamente que ele possa trazer à tona e a conhecimento público tudo o que ele testemunhou, porque o que apareceu aqui é o que estava nos áudios do telefone dele, nas conversas de que ele participava com outro juiz auxiliar do Alexandre de Moraes.

Então eu quero...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ele tinha falado que não aguenta injustiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Injustiça, não é? Ele não aguenta a injustiça. Que esse sentimento continue cada vez mais forte nele e que ele possa colaborar conosco aqui.

Então eu quero, mais uma vez, agradecer a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Um bom dia!

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4620, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo 4º ao art. 70 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para definir a competência no crime de estelionato cometido com transferência bancária de valores." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 2-CSP, na forma da Emenda nº 3-CSP (substitutivo), e pela prejudicialidade da Emenda nº 1. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3613, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4999, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para reduzir a fração máxima da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 e tornar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigorosos os requisitos para o reconhecimento do tráfico privilegiado." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Lido o relatório, o relator se manifesta favoravelmente às Emendas nºs 1 e 2, apresentadas antes do início da reunião. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3480, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Vou dar início, então, à nossa deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª e 8ª Reuniões, realizadas respectivamente em 22 e 30 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

O Senador Flávio Bolsonaro justificou a impossibilidade de estar presente hoje por compromissos oficiais. Eu, na qualidade de Vice-Presidente, então estou assumindo provisoriamente a Presidência desta deliberação para que nós possamos não interromper os trabalhos legislativos desta Comissão de Segurança que é tão importante, ainda mais no momento em que a gente vê um aumento da criminalidade em todo o país, em vários aspectos.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

O Presidente esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados em Plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Diante da presença do ilustre Senador Fabiano Contarato, eu inverto aqui a ordem da pauta.

Vamos, desde logo, ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3613, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 1/4/2025, a matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao projeto;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão de Segurança Pública e passo direto à análise.

De acordo com as alíneas "a" e "k" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno, porque endurece as penas dos crimes cometidos no interior de instituições de ensino (pré-escolas, escolas, universidades etc.) públicas ou particulares, a fim de inibir sua prática e aumentar a segurança, a paz e a tranquilidade de alunos, professores, funcionários e pais nesses ambientes.

Trata-se de circunstâncias absolutamente repugnantes, que realmente deixam estarrecida a sociedade brasileira e, por isso, merecem um tratamento penal mais duro, como muito bem observou a Presidência da República.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.613, de 2023.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir?

Só registro aqui, Senador Fabiano Contarato, que o projeto é meritório.

Existe uma série de projetos nesta Casa, na verdade, e também na Câmara dos Deputados, tratando dessa temática diante dos assustadores ataques que ocorreram nas escolas, nos estabelecimentos de ensino nos últimos anos.

Espero que, dentre os projetos a serem aprovados, esse que V. Exa. relata seja aprovado, chegue ao final. O que a gente vê, muitas vezes, é esforço nas Comissões, mas depois acaba não avançando, mas acredito que esse, por ter já sido aprovado na Câmara dos Deputados, tem boa chance de sucesso.

A medida é necessária, embora se precise de mais medidas para a proteção das escolas, como a gente vai ver até nos outros projetos, mas isso evidentemente não retira nenhum mérito do projeto, que é oportuno.

Eu sou daqueles que acredita que, sim, aumentar a pena faz a diferença. É importante sim. Não pode ser vulgarizado, mas existem razões que justificam o incremento da pena, e esses ataques horrendos, atrozes que nós temos visto nos últimos anos mais que justificam.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.613, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Passamos, então, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 2/5/2023, foi lido o relatório e adiada a votação;

2. Em 4/6/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

3. Em 3/9/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

4. Em 20/3/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

5. Em 1/4/2025, foi concedida vista coletiva;

6. Em 14/4/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro;

7. Em 22/4/2025, a matéria foi retirada de pauta;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8. Em 24/4/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

9. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.

Passo a palavra então, de imediato, ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente; bom dia, meu amigo Senador Fabiano Contarato.

Essa matéria já está há dois anos em tramitação. Meu primeiro relatório foi apresentado em maio de 2023, e por isso eu vou aqui direto à análise, Presidente.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade no projeto.

Quanto ao mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

Concordamos com a argumentação do autor, mas o projeto merece um aperfeiçoamento na forma de um substitutivo, nos termos da Emenda nº 2, apresentada pelo ilustre Senador Sergio Moro.

A ideia é que cada instituição de ensino implemente medidas de segurança que, de acordo com sua capacidade econômico-financeira, podem incluir a instalação de pórticos detectores de metais e a presença constante de vigilantes nas entradas.

Concedemos prazo de 180 dias para que as instituições de ensino públicas e privadas possam se adequar à nova lei.

Com isso, a Emenda nº 1 resta prejudicada.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.775, de 2022, nos termos do seguinte substitutivo, acolhendo-se a Emenda nº 2 e prejudicando-se a Emenda nº 1. Substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...]

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

"Art. 12-A. As instituições de ensino deverão implementar medidas de segurança para prevenir a prática de violência contra alunos, professores e toda a comunidade escolar e acadêmica.

Parágrafo único. As medidas de segurança deverão ser compatíveis com a avaliação de risco, a estrutura, o orçamento e a capacidade de cada instituição de ensino e poderão incluir, entre outras, a instalação de pórticos detectores de metais e a presença de vigilantes nas entradas durante todos os turnos de funcionamento".

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Com isso, Presidente, demos uma flexibilidade para as instituições de ensino, uma vez que temos desde colégios extremamente carentes e municípios extremamente carentes até universidades com capacidade de pagamento muito acima, e, com isso, cada um faz a sua análise e toma, vamos dizer assim, as atitudes que julgar melhor, no intuito de proteger o seu corpo docente e discente.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Hamilton Mourão, eu registro aqui apenas o agradecimento até pela acolhida da sugestão que apresentamos.

De fato, o projeto do Senador Mecias é extremamente meritório, mas gerou alguma preocupação quanto à possibilidade de ajustar isso em todos os estabelecimentos de ensino.

De todo modo, aqui é um ponto importante, Senador Mourão, porque se estabelece de uma forma explícita, na lei, o dever de proteção, porque cabe às instituições de ensino a segurança dos alunos, do corpo discente, mas também do corpo docente e, claro, dos funcionários, baseado numa avaliação de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir deste momento, fica expresso na lei esse dever de proteção, e as empresas têm que se preparar.

Isso não significa a retirada mandatória daquelas providências de segurança específicas que talvez não fossem viáveis em todos os estabelecimentos, não exclui o dever de proteção agora deixado explícito e expresso nessa legislação.

Por isso, meus cumprimentos. Elogio a posição de V. Exa.

Eu coloco a matéria em discussão então.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar V. Exa. pela apresentação do substitutivo, ao passo em que eu quero aqui falar da minha admiração pelo Senador Hamilton Mourão.

Eu acho, Senador Hamilton Mourão... Eu estou falando isso, por favor, desprovido de qualquer interesse ou vaidade. Eu acho que essa vida da gente é feita também de reforço positivo, de a gente falar "poxa, que importante você estar e você fazer a diferença".

Dentro do Parlamento, a gente pode ter qualquer divergência no campo ideológico ou de percepção de mundo, como aquilo que seja positivo ao meu sentir, ao sentir do Senador Sergio Moro ou ao sentir de V. Exa., mas uma coisa que me encanta em V. Exa. é a capacidade de ouvir, a capacidade de ter a humildade de entender, de exercer a empatia, de fazer a reflexão e de acolher ou não e de contra-argumentar. Acho que isso é que me motiva a estar na política.

Acho que passou da hora de o político saber que a função de um Parlamentar é usar a palavra para apresentar o Brasil aos brasis, e o senhor faz isso com maestria.

Eu quero parabenizar V. Exa. pelo relatório e pela humildade em acolher a sugestão num tema tão importante.

Eu também ficava preocupado com esse projeto, quando ele atribuía, por exemplo, a responsabilização de forma objetiva ao gestor de uma escola. Eu sei que as escolas públicas, no Brasil, muitas vezes nem biblioteca tem – aliás, 73% das escolas não têm. Então, como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você vai penalizar, de forma objetiva, sem dolo ou culpa, o simples fato de uma pessoa exercer a gestão numa escola?

Então, parabéns pelo relatório de V. Exa. e parabéns pelo trabalho que V. Exa. desempenha neste Senado Federal, que muito dignifica a boa política brasileira.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço as palavras do Senador Fabiano Contarato. É mais fruto da amizade do que qualquer outra coisa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só que ele não declarou voto – não é? –, mas a gente presume que o voto seja favorável.

Mas, de fato, várias instituições de ensino e associações inclusive me procuraram, preocupadas em como instalariam uma porta com detector de metal em cada um dos estabelecimentos e também com preocupações com filas que poderiam ser...

Agora, acho que cabe, a partir da aprovação desse projeto, Senador Mourão, que cada escola, cada instituição de ensino, cada estabelecimento faça uma avaliação serena a respeito das melhores propostas de segurança compatíveis com sua estrutura, com seu orçamento e com suas peculiaridades, porque a responsabilidade de que essas medidas de segurança têm que ser tomadas está expressa, ainda que elas não sejam impostas circunstancialmente, já que as soluções locais podem variar, mas isso, ainda assim, não os desobriga de tomar as providências necessárias, segundo as suas respectivas condições.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo qualquer objeção, aprovado por unanimidade, em votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.775, de 2022, e à Emenda nº 2-CSP, na forma da Emenda nº 3-CSP, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1.

A matéria agora vai à Comissão de Educação e Cultura.

Sigo para o item 4 da pauta, aproveitando a presença do Senador Hamilton Mourão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4999, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para reduzir a fração máxima da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 e tornar mais rigorosos os requisitos para o reconhecimento do tráfico privilegiado.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Em 06/05/2025, foram recebidas duas emendas de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre as duas emendas apresentadas.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “a” e “k”, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposta nos parece importante e necessária.

O tráfico de entorpecente ocupa o primeiro lugar dos crimes cometidos no Brasil. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais, em seus Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário 16º ciclo – período de referência: janeiro a junho de 2024 –, 173.446 dos 663.387 presos respondem por tráfico de drogas, isto é, 26% da população carcerária.

Somos da opinião de que penas mais severas dissuadem a criminalidade, ao imporem período de encarceramento mais extenso. Ademais, quanto maior a pena aplicada, menor será o tempo em que o criminoso estará no seio social, cometendo outros delitos, possivelmente mais graves.

Nesse sentido, a alteração no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, é positiva, não somente por reduzir a fração de pena aplicável ao tráfico privilegiado, mas, especialmente, por impor novos requisitos ao seu reconhecimento: que seja pequena a quantidade de droga apreendida e esteja ausente qualquer das causas de aumento de pena previstas no art. 40 da referida lei.

Estamos com o autor quando observa que, atualmente, por força do citado §4º do art. 33, os tribunais vêm admitindo a redução da pena mesmo em casos de tráfico de maior gravidade, como os que envolvem grande quantidade de drogas.

Do mesmo modo, admite-se a diminuição da pena até em situações em que a presença de causas de aumento de pena torna a infração especialmente reprovável, o que, em nosso juízo, não faz qualquer sentido jurídico ou moral.

Presidente, também foram recebidas duas emendas aqui do Senador Fabiano Contarato. Após uma ajustada análise de ambas...

Em uma, ele propõe alteração do art. 33 da mesma lei, aumentando a pena de reclusão para 8 a 20 anos e pagamento de R$800 a R$2 mil dias-multa. E a outra emenda é também alterando a Lei 11.343, no art. 42, parágrafo único:

> A valoração negativa a respeito da natureza ou da quantidade da substância ou do produto pode elevar a pena até o dobro em relação à pena máxima cominada para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delito, não se aplicando os limites previstos no inciso II do *caput* do art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Uma vez que as duas emendas aqui apresentadas pelo ilustre Senador Fabiano Contarato estão exatamente ao encontro do que prevê o projeto do Senador Magno Malta, eu acato as duas aqui de Plenário.

Esse é o nosso parecer.

Então, o nosso voto é pela aprovação do PL acrescido das duas emendas do Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão na matéria. (*Pausa.*)

Vou só fazer uma observação aqui na linha do relatório de V. Exa.

Eu fui juiz criminal e passaram diversos desses casos pelas minhas mãos. É certo que para juiz federal normalmente casos de tráfico de pequenas quantidades são um tanto quanto mais raros, embora não nas regiões de fronteira, mas não era o caso lá, pelo menos, de Curitiba. E sempre me incomodou uma certa avaliação de que esse benefício, que acho que é justificado, previsto no art. 33, §4º, fosse aplicado a casos de grandes apreensões de drogas, com, a meu ver, um juízo equivocado de que alguém a quem foi confiado uma grande quantidade de drogas não teria nenhuma vinculação com o crime organizado, com a associação criminosa, como se fosse alguém escolhido por acaso. Acho muito raro que isso aconteça. E isso acaba levando situações, Senador Fabiano – não sei se V. Exa. viu este ano –, como a de uma decisão do STJ, de um ministro em particular, que liberou um motorista de um caminhão no qual foram encontrados 800kg de cocaína...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, com o argumento de que não haveria nenhum indicativo de que ele estaria vinculado à organização criminosa. Mas eu fico imaginando qual é a organização criminosa que simplesmente coloca 800kg de cocaína num caminhão sem que o motorista tenha conhecimento. Quem vai correr esse risco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então me pareceu, assim, com todo o respeito, uma ingenuidade acaciana que esse projeto acho que vem em boa hora combater, ao deixar claro que, se a quantidade é grande, é até uma regra máxima da experiência que a vinculação é quase que intuitiva. Eventualmente, num caso específico, possa ser demonstrado que não existe essa vinculação, mas não simplesmente uma presunção abstrata de que você tem que ter uma caderneta com o nome do cidadão lá abaixo de PCC ou Comando Vermelho, porque esse tipo de provas você não vai encontrar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só uma complementação, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É claro, certamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ratificando o que V. Exa. está falando, obviamente, porque a regra do Código Penal, previsto no art. 18, textualmente diz: "Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando praticado dolosamente". Então, se um motorista está transportando 800 quilos de substância entorpecente, para que ele seja condenado, depois do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, vai ter que restar provado e caracterizado que ele agiu com um elemento subjetivo da conduta de dolo. Então, não foi... A pessoa não está sendo condenada por uma responsabilidade objetiva ou atitude de culpa, por imprudência, negligência ou imperícia.

Então, obviamente, eu concordo com V. Exa. e é por isso que eu louvo a atuação e propus, inclusive, a majoração da pena mínima e máxima para o traficante. O tráfico de entorpecentes no país hoje é um cancro, desmantela e dizima famílias e tem repercussão em outras áreas, em outros crimes: em crimes contra o patrimônio, em crimes contra a vida, em crimes contra a integridade física, em crimes contra a dignidade, em crimes contra a paz social. Então, você tem aí um universo de condutas que estão correlacionadas à conduta perniciosa de tráfico ilícito. E eu também não concordo com essa decisão do Superior Tribunal de Justiça.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, uma decisão dessa que aplicou a possibilidade do tráfico privilegiado numa quantidade tão exacerbada. Por isso que eu fui nessa linha e apresentei uma emenda falando: olha, se as condições forem negativas com relação à quantidade, quando o juiz lá for fazer a dosimetria da pena, o juiz atendendo a culpabilidade, antecedentes e conduta social, ele vai verificar lá na análise do art. 59 que a quantidade é exageradamente enorme, ele pode, depois de fixar a pena, dobrá-la e esse valor da dobra pode ultrapassar o máximo previsto ali na pena máxima. Eu acho que esse é o caminho.

O que não acho razoável, por exemplo, é que nós temos no Brasil – inclusive eu demandei minha equipe para apresentar o projeto de lei nesse sentido – é que as causas de diminuição de pena têm o poder de colocar a pena aquém do mínimo. Então, se você tem uma pena, por exemplo, de cinco a dez anos, se tem uma causa de diminuição de pena, o juiz pode condenar a três. Gente, pena mínima é pena mínima.

Então, no nosso projeto aqui – que eu agradeço se aprovado aqui o acolhimento dessas duas emendas, Senador Mourão, que aumentam a pena do traficante e aumentam a possibilidade, se a quantidade for desfavorável –, na hora de o juiz fazer a dosimetria da pena ele pode dobrar, e essa dobra pode ultrapassar a pena máxima para tráfico de entorpecentes.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só quero registrar também a minha concordância com as emendas de V. Exa.

Eu acho que o país vive um cenário hoje de crescimento de organizações criminosas que nos coloca num rumo, se nós não tomarmos cuidado, de um narcoestado. Então, é o momento de começar a fazer, de reagir, o Estado brasileiro, e parar com essa visão ingênua de que o tráfico de drogas tem que ser liberado, ou que pode ser de uma maneira benéfica, ou que gente que é apanhada com grandes quantidades de drogas possa ser confundida com o consumidor ou com alguém que, ocasionalmente, se viu naquela situação. Isso não existe.

Então, parabéns aí, Senador Hamilton Mourão; parabéns também, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui, embora a votação seja simbólica, a minha concordância absoluta com o projeto.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo qualquer oposição, está aprovado por unanimidade o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.999, de 2024, e às Emendas nº 1-CSP, nº 2-CSP.

A matéria vai à CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor me permite fazer uma colocação aqui? (*Pausa.*)

Na verdade, eu tenho ficado extremamente reflexivo no comportamento que o país vem adotando principalmente na justiça penal brasileira, Senador Mourão. Eu vejo... Eu sempre volto a esse mesmo ponto. Eu fui delegado de polícia por 27 anos e vi a forma como a polícia atua, de forma contundente. E nós temos que fazer um recorte socioeconômico, sim, dessa população carcerária.

O que me inquieta para eu estar tomando uso da palavra aqui, Senador Sergio Moro, são as formas, que não são isonômicas dentro do Poder Judiciário, para concessão de prisão domiciliar. Ora, se você pegar a população carcerária, se você for pobre, preto e doente, você morre dentro dos presídios. Agora, você vê uma pessoa condenada por corrupção, uma pessoa condenada... Eu tenho casos aqui de um político condenado a 300 anos – 300 anos! – de reclusão em prisão domiciliar. Eu tenho casos aqui de políticos condenados por corrupção ativa em prisão domiciliar. Agora, que justiça penal seletiva é essa? É isso que me incomoda aqui, porque é fácil você ser utilizado *longa manus* do Estado para agir de forma contundente contra pobres, pretos, semianalfabetos e doentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei na Vara de Execuções Criminais acompanhando execução de pena no sistema prisional no Estado do Espírito Santo, Senador Mourão, e havia presos morrendo dentro do sistema penal.

Agora, olha a concessão de prisão domiciliar no Brasil. Qual é o critério para se ter uma concessão de uma prisão domiciliar no Brasil? Se você pegar a lei, no art. 318, você tem os elementos: a pessoa tem que estar extremamente debilitada por motivo de doença grave. Hoje em dia, nós estamos banalizando. Sabe por quê? Porque uns são mais iguais que outros no Brasil, uns têm um tratamento totalmente diferenciado.

Eu sempre faço esta fala nesta e em qualquer Comissão: eu desafio qualquer pessoa: vá ao sistema prisional no Brasil e me fala quantas pessoas estão presas no Brasil. Eu tenho esse número: são quase 700 mil presos. Agora, faz um recorte: desses 700 mil na cadeia, quantos ali estão cumprindo pena por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, concussão? Você não tem. Mas é porque essa justiça é seletiva. Na hora de você prender, a polícia prende, autua-se um flagrante, aí começa: ou relaxa a prisão, ou concede prisão domiciliar, e, quando condena, condena por corrupção e ainda concede prisão domiciliar. Acho que isso a gente tem que rever, porque é muito triste você ser utilizado pelo Estado, e nós aqui legislarmos, de uma forma contundente, fazendo um recorte socioeconômico.

Então eu fico aqui na reflexão sobre prisão domiciliar. Eu tenho dados aqui: 46,76% das mulheres em prisão definitiva, mesmo com direito à prisão domiciliar, permanecem presas; 46%. Veja, são mulheres que estão condenadas, que têm direito à prisão domiciliar e que estão na cadeia. Mas por que não concedem para elas? Porque, no Brasil – eu não tenho dúvida –, uns são mais iguais que outros. No Brasil, todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual. Esse é o abre-alas do art. 5º. Mas será que é isso que ocorre?

Será que nós aqui, como legisladores, como Senadores, não temos a nossa digital na responsabilidade disso? É a reflexão que eu faço.

Eu fico indignado quando eu vejo o Poder Judiciário, seja em qualquer instância, conceder prisão domiciliar para uma pessoa que foi condenada, transitado em julgado, com a pena de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção ativa. Sabe por quê? Porque eu não vejo essa mesma eficiência e lado humanitário que é a essência da prisão domiciliar para as pessoas pobres, doentes morrendo dentro do sistema prisional brasileiro. Esses morrem dentro do sistema prisional brasileiro. E é essa a minha indignação aqui. Quando você tem pessoas condenadas a 300 anos, 100 anos, 9 anos, não importa a quantidade, por corrupção – por corrupção –, em que você, além de lesar o patrimônio, ofende o múnus público, porque, quando um servidor público pratica um crime de peculato, de corrupção ativa, ou de corrupção passiva – não importa –, ele não está lesando só o patrimônio, ele está lesando a moralidade, que é um dos princípios que regem a administração pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

E me perdoem pelo desabafo. Fica aqui o meu registro desse repúdio.

Que a lei seja cumprida para concessão de prisão domiciliar a todos que têm direito. Inclusive, 46,76% de mulheres em prisão definitiva que têm direito à prisão domiciliar não a tiveram concedida. Por quê? Por que será? É sobre isso que a gente tem que refletir. Eu não consigo entender isso – eu não consigo. Você me perdoe. Não consigo entender como, no Brasil, a gente ainda tem essa justiça seletiva, esse direito penal jogado na rua, essa justiça que atua de forma contundente contra uma camada social, mas, quando chega em outros, não. Ah, condenou uma pessoa de classe média? Não, então concede prisão domiciliar. Ah, condenou uma pessoa que é política? Não, então vamos relaxar a prisão. Enquanto isso, os pobres estão deitados eternamente em berço, esplêndido dentro do sistema penitenciário brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só vou registrar aqui porque eu também já me manifestei publicamente sobre esse tema.

Evidentemente, aqui a referência é ao caso do ex-Senador e ex-Presidente da República, a quem foi concedida a prisão domiciliar. Eu não conheço as questões médicas ali envolvidas em detalhes, mas me pareceu que precisaria de uma perícia independente para pelo menos se chegar a essa conclusão, até porque, no vídeo que foi mostrado a todos da audiência de custódia, o próprio condenado respondeu afirmativamente que não estava tomando medicamentos e que estava bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não importam nossos sentimentos pessoais em relação a quem quer que seja. Eu nem conheço o ex-Senador e ex-Presidente, mas esses casos de crimes contra a administração pública não deveriam comportar, a meu ver, qualquer espécie de prisão domiciliar, a não ser em casos extremos.

Agora, vamos fazer também uma reflexão necessária. Nós vimos vários daqueles do 8 de janeiro, aqueles manifestantes que, a meu ver, se excederam e erraram – vários destruíram o patrimônio público –, mas, no entanto, não há lógica de turba, e não mereciam um tratamento tão rigoroso como estão recebendo. Vários deles só estão conseguindo agora a concessão desse benefício de prisão domiciliar.

Vimos o caso da Débora Santos, que ficou dois anos em uma prisão preventiva – muito mais do que qualquer tempo que o ex-Presidente Collor ficou preso em cárcere – e, só agora, recentemente, foi-lhe dada a concessão da prisão domiciliar, talvez pela percepção de que havia alguma coisa errada ali naquela dosimetria da pena.

Mas, Senador Contarato, se quiser apresentar um projeto, dizendo da excepcionalidade de concessão de prisão domiciliar para casos como corrupção, crimes do colarinho branco... Porque são nesses casos que realmente a Justiça normalmente concede. Então, vamos deixar claro esse cenário.

Eu nunca concedi, em nenhum caso, prisão domiciliar que não fosse extremamente justificada, inclusive em casos contra a administração pública – como foi no passado ali como juiz –, tráfico de drogas, embora nesses casos normalmente nunca se conceda, isso é interessante.

Mas, enfim, acho que realmente precisaríamos ter, talvez, regras objetivas para evitar essa aplicação, às vezes, discricionária desse benefício legal.

Mas, feita essa reflexão...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para complementar e deixar claro aqui meu posicionamento, é que, preservando o princípio da impessoalidade, eu não estou aqui nominando A, B ou C. Eu só estou falando o seguinte: que a Justiça não cumpre com o princípio isonômico de que todos somos iguais perante a lei e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concede prisão domiciliar para todo mundo que tem direito, mas, sim, faz uma justiça penal seletiva, ora para um, ora para outro; ora para um determinado crime, ora para uma determinada pessoa. É só nesse critério. O que eu quero é que, efetivamente, se tem o instituto da prisão domiciliar, que ela seja dada e concedida para quem efetivamente tem o direito, doa a quem doer.

Agora, eu não acho razoável conceder prisão domiciliar nessas circunstâncias, porque isso, para mim, ofende a própria população, porque, volto a falar: tanto corrupção, crimes contra a ordem tributária, crimes praticados por políticos... Um político quando desvia verba da educação, está matando o sonho de milhões de jovens! Um político, quando desvia verba da saúde, está matando milhões de pessoas! E a saúde e a educação são direitos sociais previstos no art. seis da Constituição Federal. Isso não sou eu que estou dizendo. Está lá no art. 6: "São direitos sociais: educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, previdência, trabalho".

Então, quando um político desvia verba da educação, da saúde, ele está matando pessoas. Quando uma pessoa é condenada por corrupção, ele está... a corrupção mata. Então, eu não acho razoável ficar concedendo prisão domiciliar, olhando o nome ou o CPF daquela pessoa que ali praticou a conduta, porque, volto a falar, eu quero que seja concedida a todo mundo que tem direito, então. Agora, não faça uma Justiça penal seletiva, como infelizmente está acontecendo.

Muito obrigado. Só queria fazer esse registro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só complementando aqui, Senador Sergio Moro, parece que nesses momentos que o Senador Contarato mencionou a estátua da Justiça dá uma levantadinha na venda, dá uma olhada ali no réu e diz assim: "Não, vamos dar uma modificação". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bem, agradeço a presença de V. Exas., parabenizo pelos projetos relatados e também pelas respectivas autorias e vou encerrar, então, esta sessão, porque não há nada mais a tratar.

Então, encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 27D03F2C006D63F3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.